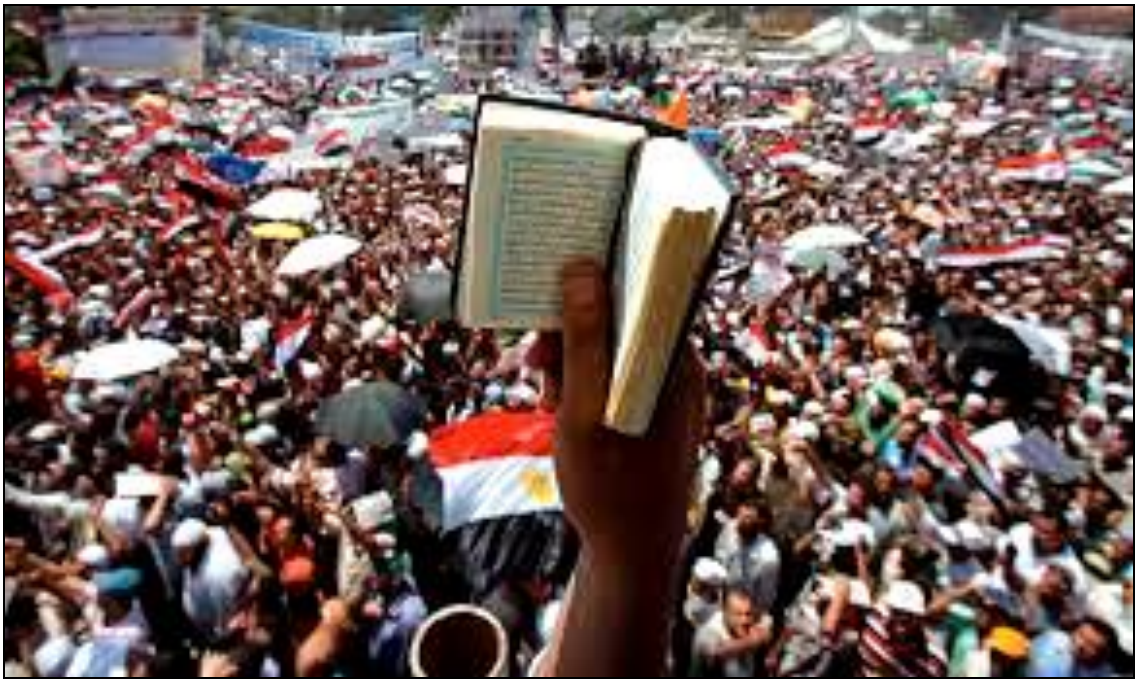
A REVOLUÇÃO ÁRABE E O ISLÃ



Entre Pan-arabismo, Pan-islamismo e Socialismo

Osvaldo Coggiola

São Paulo

2016

A Pablo Rieznik (1949-2015), argentino, judío y trotskista

Índice

INTRODUÇÃO, 4
A CRIAÇÃO DO ESPAÇO HISTÓRICO, 11
CIVILIZAÇÃO E BARBÁRIE, 21
ISLÃ E UNIFICAÇÃO ÁRABE, 32
EXPANSÃO E ISLAMIZAÇÃO, 52
APOGEU ÁRABE E ESCRAVIDÃO, 65
DO DECLÍNIO ÁRABE AO IMPÉRIO OTOMANO, 77
O PARTO DE UMA NAÇÃO, 92
SOB E CONTRA O IMPERIALISMO EUROPEU, 102
A PARTILHA (E A REVOLTA) DO MUNDO ÁRABE, 119
DEPOIS DA GRANDE GUERRA, 140
DEPOIS DA REVOLUÇÃO RUSSA, 151
ENTRE SOCIALISMO, ISLAMISMO E SIONISMO, 169
A "GRANDE REVOLTA ÁRABE" DE 1936-1939, 186
SEGUNDA GUERRA MUNDIAL, PAÍSES ÁRABES E ISLÂMICOS, 200
O HOLOCAUSTO JUDEU, 210
INTERPRETAÇÕES SOBRE O HOLOCAUSTO, 223
FIM DA GUERRA MUNDIAL E MUDANÇAS GEOPOLÍTICAS, 237
A CRIAÇÃO DO ESTADO DE ISRAEL, 249
A *NAKBAH* PALESTINA, 260
A CRISE-GUERRA DE SUEZ, 271
ASCENSÃO E CRISE DO NACIONALISMO ÁRABE, 289
NACIONALISMO, COMUNISMO E "RETORNO" DO ISLAMISMO, 298
A GUERRA DE LIBERTAÇÃO DA ARGÉLIA, 308
A INDEPENDÊNCIA DA TUNÍSIA E DO MARROCOS, 322
DA GUERRA DOS SEIS DIAS AO "SETEMBRO NEGRO", 327
YOM KIPPUR E A CRISE DO PETRÓLEO, 341
DA GUERRA CIVIL LIBANESA À INTIFADA PALESTINA, COM ESCALA EM CAMP DAVID, 356
A "REVOLUÇÃO DOS AIATOLÁS", 371
UMA REVOLUÇÃO EXPROPRIADA, 384
ÚLTIMO EPISÓDIO DA GUERRA FRIA NA ÁSIA CENTRAL, 394
GUERRA IRÃ-IRAQUE E "ONDA ISLÂMICA", 404
GUERRA IMPERIALISTA NO GOLFO PÉRSICO 1.0, 415
O MASSACRE DO IRAQUE E DA TCHETCHÊNIA, 425
OS ACORDOS DE OSLO E A CRISE NO MAGREBE, 438
"ISLAMIZAÇÃO DO MUNDO" E "CHOQUE CIVILIZACIONAL", 445
TERRORISMO ISLÂMICO E 11 DE SETEMBRO DE 2001, 463
A "GUERRA INFINITA" E A DESTRUIÇÃO DO AFEGANISTÃO, 479
O PESADELO NUCLEAR NA PENÍNSULA ÍNDICA, 488
PALESTINA: O "PROCESSO DE PAZ" E O "MAPA DA ESTRADA", 498
A SEGUNDA GUERRA DO GOLFO PÉRSICO, 508
OCUPAÇÃO E RESISTÊNCIA, 519
CRISE IRAQUIANA E CRISE MUNDIAL, 530
CLASSE OPERÁRIA, RESISTÊNCIA NACIONAL E BARBÁRIE, 540
A VITÓRIA DO HAMAS EM GAZA, 553
A NOVA INVASÃO DO LÍBANO, 565
O IRÃ EM CRISE E O PROGRAMA NUCLEAR, 577
UM CENÁRIO BÉLICO DO MAGREBE AO CHIFRE DA ÁFRICA, 595
FRANÇA/EUROPA: A REVOLTA "ÁRABE" DA JUVENTUDE PERIFÉRICA, 608
A "PRIMAVERA ÁRABE", 620
LÍBIA E IRAQUE: O CAOS SEM FIM, 638
"ESTADO ISLÂMICO" E ASSEMELHADOS, 650
A GUERRA CIVIL NA SÍRIA, 661
CURDISTÃO SÍRIO, ROJAVA, INTERVENÇÃO EXTERNA E GUERRA GLOBAL, 673
DE *CHARLIE HEBDO* AO BATACLAN, PASSANDO POR ANCARA, 682
CRISE MUNDIAL E ECONOMIA DO PETRÓLEO, 692
MASSACRE E ESPERANÇA PALESTINA, 702
A CRISE DOS REFUGIADOS: CIVILIZAÇÃO E BARBÁRIE, 707
À GUISA DE CONCLUSÃO (PROVISÓRIA), 714
BIBLIOGRAFIA, 725
SOBRE O AUTOR, 747

INTRODUÇÃO

O conceito de *revolução árabe* foi de uso corrente nas décadas de 1950, 1960, 1970. Era à época o equivalente de expressões de cunho semelhante: “revolução latino-americana”, “revolução europeia”, “revolução norte-americana”, “revolução africana”. Diversamente destas, porém, não se referia a uma unidade político/geográfica continental ou subcontinental. Seu uso se vinculava a processos em curso nos países árabes, em que os velhos regimes políticos e as antigas dominações coloniais eram derrubados, cedendo seu lugar a países independentes e, às vezes, a regimes políticos que reivindicavam um caráter revolucionário ou socialista. A “revolução árabe” era expressão de um processo mais amplo, a “revolução colonial”, considerada parte da revolução socialista mundial. A “revolução negra” não tinha nem tem significado equivalente: além de seu caráter explicitamente étnico, não possui uma referência geográfica (ou geopolítica) específica; a população afrodescendente se reconhece e organiza como tal em todos os países e continentes em que está presente.

Na década de 1980, a expressão “revolução árabe” foi perdendo força. A agonia do chamado “campo socialista”, de um lado, o surgimento da onda política neoliberal e da “globalização” capitalista, do outro, foram o contexto ideológico dessa mudança. A ideia de “revolução colonial” também perdeu força, em um mundo em que as colônias praticamente tinham desaparecido. A própria ideia de “arabidade” foi atingida. Os processos no campo geopolítico anteriormente coberto pela “revolução árabe” foram incluídos, em especial a partir da “revolução islâmica” no Irã, em 1979, dentro de um contexto religioso, islâmico. Nas décadas precedentes, a “revolução árabe” desfraldara suas fraquezas e contradições, que questionaram sua própria realidade histórica. Os regimes nacionalistas “socializantes” descambaram para regimes bonapartistas, incluindo ditaduras familiares (Síria), regimes aliados do imperialismo norte-americano (Egito), todos eles regimes repressivos marcados também por uma crescente polarização social, com fortunas fabulosas se acumulando em um polo social, em especial nos países petroleiros, ao lado de uma crescente pobreza, absoluta ou relativa, na grande maioria da população.

O descarte, apresentado como definitivo, da revolução social como possibilidade da história, foi uma operação ideológica cujos efeitos se fazem sentir ainda largamente, em que pese a crise das ilusões capitalistas “globais”. A desintegração da URSS fora celebrada pelo capitalismo como "o final do comunismo" e da própria história; ora, no final da primeira década do século XXI, com a crise econômica mundial, o capitalismo enfrentou sua implosão em seus centros metropolitanos, nos Estados Unidos, na Europa e no Japão. O mito pós 1989/91 de um triunfante sistema capitalista liberal, incluída a fantasia de um "mundo unipolar" com centro no "indisputado" império norteamericano, entrou em colapso. Com o questionamento e crescente fracasso do neoliberalismo “global”, e com a eclosão da crise econômica mundial na virada para o século XXI, o “fundamentalismo” e o “terrorismo” islâmicos foram designados pelas potências ocidentais como nova e principal ameaça a pairar sobre a civilização humana, o novo inimigo a ser destruído e, sobretudo, o pretexto para atacar as liberdades democráticas no mundo todo.

A questão religiosa ou “islâmica”, por outro lado, não eliminou a “questão árabe”. A “arabidade” é um conceito demasiado óbvio para ser questionado, e demasiado problemático para ser definido. Mesmo na sua remota origem, o que fosse “árabe” custou a ser claramente delimitado. Só no século XX a ideia de um “mundo árabe” se desenvolveu amplamente. A noção de que todas as populações de língua árabe, independentemente de “raça” (ou etnia), religião ou localização geográfica, formassem um único povo, é um fenômeno recente. Até o começo do século passado, identidades religiosas, sociais, tribais ou geográficas eram mais fortes do que qualquer ideia de “nação” ou de “mundo” árabe. No Egito, sua população e sua elite dirigente sequer consideravam o próprio país uma nação árabe, tendo desenvolvido um

nacionalismo em que a palavra árabe tinha um caráter pejorativo, reservado para as tribos nômades do entorno do Vale do Nilo, cuja relação com as populações sedentárias locais costumava ser tensa e conflitiva.

Posta de lado qualquer definição étnica, identitária ou até de raça,[1] o que fosse árabe ficou delimitado por uma história e uma cultura comuns a diversos povos e países. Os motivos pelos quais essa cultura foi definida, antes do mais, pela religião, não são banais, embora sejam inexatos: populações e países enormes, como a Indonésia ou o Irã, ou os curdos (cerca de trinta milhões, atualmente) espalhados em vários países, são "islâmicos" (pelo menos oficialmente) sem serem árabes. Há, no total, um bilhão e meio de muçulmanos no mundo todo, que fazem na atualidade do Islã a segunda religião do mundo por número de crentes, reais ou supostos. A maioria dos muçulmanos não é árabe, só 20% deles são nativos de países árabes. Cerca de 13% dos muçulmanos vivem na Indonésia, o maior país muçulmano do mundo; 25% vivem no sul da Ásia, 20% no Oriente Médio, 2% na Ásia Central, 4% nos restantes países do Sudeste Asiático e 15% na África Subsaariana. Comunidades islâmicas significativas também são encontradas na China, na Rússia e em diversas partes da Europa e da América.

A delimitação pela língua, ou pela família linguística, padece da mesma inexatidão: diversos povos e comunidades se expressam em língua árabe sem se considerarem a si próprios como árabes. Os modernos libaneses, apesar de falarem árabe, não se consideram etnicamente árabes, mas pertencentes ao antigo grupo dos povos fenício-aramaicos da Síria antiga, embora esses povos fossem falantes de línguas semíticas e aparentados com os árabes. A delimitação pela "região" (Oriente Médio e/ou outras) ou pela nação (ou nações) é mais inadequada do

[1] Versões contemporâneas do essencialismo, a tendência do pensamento que busca compreender o fundamento das coisas a partir de uma substância primeira, uma *essência*: "O fundamentalismo da identidade obriga toda pessoa a renunciar à capacidade de se autodefinir. Essa pessoa deve dissolver sua própria consciência em categorias dotadas de sentidos pré-existentes. A biologia, independentemente das condições sociológicas ou culturais, é o destino. A subjetividade não pode senão ser sacrificada ou erradicada. Uma das primeiras mentiras autoritárias é a de que alguém sabe mais sobre si próprio do que a pessoa concernida" (Lawrence Jarach. *L'Essentialisme et le Problème des Politiques Identitaires.* Paris, Ravage, 2013).

que qualquer outra: as “nações árabes” hodiernas foram, em boa parte, geográfica e politicamente delimitadas por uma imposição externa relativamente recente, e incluem grandes populações ancestrais (ou “originárias”) que não podem ser consideradas árabes em qualquer sentido da palavra.

A arabidade, porém, é uma realidade histórica incontestável, ou seja, *criada pela própria história*. Quanto à *revolução*, esse é um conceito que, no último século, esteve mais diretamente presente na história dos países árabes, do Oriente Médio e da Ásia, do que em outras regiões ou grupos de países do planeta. A força gravitacional do chamado “mundo árabe”, além disso, se exerce sobre países e populações não árabes (iranianos, curdos, afegãos) situados nessas regiões, historicamente vinculados à “civilização árabe” através, sobretudo, do islamismo. Não é, portanto, devido a um simples hábito que usamos a expressão *revolução árabe* no título deste trabalho.

Países	**Etnia da Maioria da população**	**Religiões**			
		Muçulmanos	**Cristãos**	**Judeus**	**Outros**
Marrocos	Árabes (70%) Berberes (30%)	98,7%	1,1%	0,2%	
Argélia	Berberes	99,0%	0,5%	0,5%	
Tunísia	Berberes e Árabes	98,0%	1,0%	1,0%	
Líbia	Árabes	97,0%	2,0%	1,0%	
Egito	Árabes	90,0%	10,0%		
Jordânia	Árabes	92,0%	6,0%		2,0%
Síria	Árabes	90,0%	10,0%		
Iêmen	Árabes	99,9%			0,1%
Omã	Árabes	75,0%			25,0%
Emirados Árabes Unidos	Árabes	96,0%			4,0%
Catar	Árabes	77,50%	8,5%		14,0%
Bahrein	Árabes	81,20%	9,0%		9,8%
Arábia Saudita	Árabes	100,0%			
Iraque	Árabes	97,0%			3,0%
Líbano	Árabes	59,7%	39,0%		1,3%
Turquia	Turcos	99,8%			0,2%
Irã	Persas	98,0%			2,0%
Israel	Judeus	16,8%	2,1%	75,5%	
Mauritânia	Mouros	70,0%			
Sudão	Árabes	70,0%	5,0%		25,0%
Somália	Somalis	98,0%			2,0%

Desde a época da dominação otomana, que se estendeu do século XVI até o século XX, a luta pela independência e a luta pela unidade dos países árabes tornaram-se inseparáveis. Quase todos dominados pelo Império Otomano, os países árabes começaram a batalhar pela sua independência nos primeiros séculos da Idade Moderna. O elemento que unificava os variados povos espalhados pelo Oriente Médio e o norte da África era a “civilização árabe”, geralmente identificada com o Islã, religião dominante na região a partir do século VII. A civilização árabe, porém, estava longe de se limitar a essa identidade religiosa. A cultura criada por essa civilização não foi *e não é* sinônimo de atraso cultural ou de fanatismo religioso. A religião do opressor externo, o Império Otomano, também era o Islã. Da modorra “provincial” otomana os países árabes foram tirados, inicialmente, pela invasão francesa do Egito de 1798, e depois pela expansão colonial europeia do século XIX, com um papel hegemônico da Grã-Bretanha que, com diversas modalidades, se estendeu até 1952, isto é, durante setenta anos.

No período marcado pela ocupação britânica, a sublevação no Egito dos soldados de Ahmed Urabi ("Urabi Pashá"), violentamente reprimida pelas autoridades coloniais, foi, junto com a rebelião *sipai* dos soldados indianos, precursora das revoltas anticoloniais que percorreram o mundo no século XX, atingindo seu ponto culminante e vitorioso no segundo pós-guerra. No entanto, o nacionalismo árabe moderno surgira bem antes, no século XIX, na luta contra o domínio do decadente Império Otomano. Derrotado na Primeira Guerra Mundial, o império dos sultões sediado em Istambul desmoronou. Durante o primeiro conflito mundial, um pacto secreto entre a França e a Grã-Bretanha – o "Acordo Sykes-Picot", de 1916 – estabeleceu as regras para a partilha do Oriente Médio entre as potências vencedoras. Ingleses e franceses passaram a administrar a região por meio de mandatos, que foram legalizados pela Liga das Nações, em 1922.

O mundo árabe pós-otomano foi fragmentado por Inglaterra, França e Itália, e pelas elites monárquicas locais. A luta nacional árabe ganhou, nesse contexto, novos inimigos. Na década de 1930, a revolta dos países do Oriente Médio dirigiu-se principalmente contra o imperialismo franco-britânico, e também contra a colonização sionista da Palestina, que levou à criação do Estado de Israel em 1948. A campanha pela autodeterminação ganhou novas formas políticas: a fundação do partido Neo-Destour, um partido político "moderno", em 1934, por exemplo, marcou o início da luta contemporânea pela independência da Tunísia. Partidos e formações políticas laicas passaram a encabeçar a luta nacional. Nas décadas de 1940 e 1950, a Irmandade Muçulmana, fundada na década de 1920 no Egito, perdeu influência. Com o auge do nacionalismo laico árabe, essa organização islâmica sofreu perseguições, uma evidência do crescente conflito de interesses entre os nacionalistas laicos, o clero e os grupos políticos islâmicos.

O combate nacional árabe no século XX foi também crescentemente social. A classe operária começou a se formar na região, na medida em que se desenvolveu a penetração econômica externa e a transformação capitalista da economia. Além de sindicatos, pequenos grupos e partidos socialistas, vinculados à Segunda Internacional e baseados na intelectualidade laica, também surgiram, embora com escassa força. Nos nove congressos da Internacional Socialista celebrados entre 1889 e 1912 não se registrou a presença de delegados "orientais" ou árabes, com a única exceção do Congresso de Copenhague, celebrado entre 28 de agosto e 3 de setembro de 1910, no qual participaram dois delegados da "Turquia-Armênia". Dos domínios questionados do antigo Império Otomano, porém, cabe registrar a presença bastante sistemática de delegados socialistas da Sérivia e da Bulgária.[2] A Internacional Socialista era essencialmente europeia, com as parciais exceções do Japão, de três países americanos (EUA, Canadá, Argentina), e da excepcional participação de representantes de um enclave europeu na África (na África do Sul).[3]

No mundo árabe-islâmico e no Extremo Oriente, o início da industrialização foi tardio, com a parcial exceção do Japão. Por outro lado, esses países foram submetidos a uma ofensiva colonizadora na segunda metade do século XIX, dando um peso decisivo à questão da libertação nacional no seu cenário político. Isso se refletiu tanto na organização operária quanto na escassa penetração da Internacional Socialista, que, no entanto, existiu. Desde as guerras do ópio na China, a dominação colonial na Birmânia, as expedições coloniais contra o Sudão ou a Cirenaica, as investidas externas reavivaram a consciência nacional nos países colonizados, e também as esperanças populares de justiça, devido à brutalidade imposta às sociedades orientais tanto quanto à sobrevivência dos regimes autocratas. Os intelectuais "coloniais" queriam romper com uma sociedade fundada na rotina, e procuravam no Ocidente a solução para os problemas de seus países. Modernistas e "ocidentalistas" eram numerosos

[2] Jacques Droz. *Histoire Générale du Socialisme*. Paris, Presses Universitaires de France, 1974.

[3] Eugène Varga. *Les Partis Social-Démocrates*. Paris, Bureau d'Éditions, sdp

no Oriente, a partir do final do século XIX. Auxiliares subalternos da administração nos países coloniais, escritores, docentes e estudantes das universidades modernas, médicos, engenheiros, jornalistas, essa nova *intelligentsia* fornecia às ideias socialistas vindas do Ocidente uma zona de influência oriental favorável. Os intelectuais do Oriente viajavam para o Ocidente, liam as línguas ocidentais, mantinham relações com os dirigentes socialistas europeus, escreviam na imprensa ocidental.

Esses intelectuais "modernos" das colônias eram, ao mesmo tempo, patriotas. Não aceitavam o estado de miséria e de dependência de seus países. Não aceitavam tampouco a dominação imperialista que se estabeleceu em quase todo o mundo árabe e asiático. Tratava-se de dominação colonial propriamente dita: espanhola e depois norte-americana nas Filipinas, holandesa na Indonésia, francesa no Vietnã, russa na Ásia central e na Transcaucásia, inglesa nas Índias, no Egito e alhures. E também se tratava de um controle político e financeiro externo no caso das semicolônias (China, Irã, Turquia). Em todos esses países, o socialismo não teria sentido se não correspondesse às aspirações dos democratas revolucionários: a "Jovem China", o "Jovem Irã", os "Jovens Turcos", os "congressistas" da Índia, eram sua expressão política.

A penetração econômica imperialista tinha provocado, no início do século XX, um movimento de industrialização extremamente restrito nas colônias. A classe operária só começava a aparecer. Mesmo nos lugares em que ela já era importante, nas fábricas de Bombaim ou de Xangai, nas primeiras redes ferroviárias da Índia ou da China, nas docas dos grandes portos coloniais da Ásia, ela só começava a libertar-se das relações servis; não tinha qualquer experiência de organização; só conduzia esparsas lutas econômicas sem perspectivas políticas. Devido a isso, os primeiros socialistas árabes e asiáticos tendiam a considerar o operariado só como uma força auxiliar das forças (e dos objetivos) nacionalistas e republicanas.

Esse estado de coisas mudou no século XX, especialmente depois das revoluções russas (de 1905 e de 1917). Com o surgimento da Internacional Comunista (IC), depois da Revolução de Outubro de 1917, o proletariado e os camponeses pobres foram propostos pelo bolchevismo como a vanguarda da luta pela independência nacional. Os partidos comunistas do Oriente Médio, no entanto, só se tornaram politicamente significativos na década de 1930, em especial no Egito e na Palestina, além do Iraque. Os antecedentes do nacionalismo pan-árabe contemporâneo, por sua vez, devem ser buscados nas políticas opostas de comunistas e nacionalistas da região durante a Segunda Guerra Mundial.

Durante o maior conflito bélico da história, enquanto os partidos comunistas fizeram campanha pelo alistamento no exército colonial britânico (por ser este aliado da URSS contra o Eixo), o nacionalismo árabe se fez forte nos exércitos e na *intelligentsia* e buscou manter-se independente do bloco aliado, eventualmente até buscando alianças com o Eixo nazifascista. Diversamente, durante a guerra quase toda a esquerda civil ficou do lado dos "países aliados", tradicionais exploradores do Oriente Médio, deixando para os nacionalistas militares e intelectuais o campo político da luta pela independência nacional. Os regimes políticos independentes da região se uniram no final da Segunda Guerra Mundial na Liga Árabe, constituída em El Cairo em 1945.

Depois da Segunda Guerra Mundial, a ONU, sob a forte pressão da mobilização internacional anticolonial, tendeu a acabar com as situações diretamente coloniais (os "mandatos") no Oriente Médio, herança da falida Liga das Nações e, a partir de uma declaração votada em 1960, com todo tipo de colônias em todo o mundo. A ONU declarou a necessidade de pôr fim a todas as situações coloniais. Nesse quadro internacional, a virada árabe em direção da independência nacional teve dois palcos principais: Egito e Argélia. No Egito, em julho de 1952, uma sublevação armada encabeçada pelo "Movimento de Oficiais Livres" derrubou a monarquia do rei Faruk e implantou a República em junho de 1953, abolindo também os

partidos políticos, que haviam estado politicamente integrados, na sua maioria, ao regime monárquico derrubado.

Sob a hegemonia do coronel Gamal Abdel Nasser, o regime nacionalista egípcio voltou-se para a União Soviética, em busca de apoio econômico e militar e, em 1956, nacionalizou o canal de Suez. A medida levou Inglaterra, França e Israel a atacar o Egito em outubro e novembro do mesmo ano. As velhas potências europeias foram derrotadas na ocasião, e perderam quase toda influência no Oriente Médio. Nessas condições, a tarefa histórica da unidade política (nacional) dos povos e nações árabes foi colocada no cenário pelos nasseristas egípcios e pelos baatistas (do Partido Baa'th, enraizado na Síria e no Iraque, especialmente) de todo o Oriente Médio. O objetivo nacionalista laico fracassou, no entanto, pelas suas limitações políticas, vinculadas às limitações históricas da tardia burguesia árabe, unida por múltiplos vínculos econômicos e políticos ao imperialismo externo, crescentemente norte-americano.

Pouco depois, na Tunísia, em 1957, a monarquia foi abolida e se proclamou também a república, com Habib Bourguiba como presidente. No mesmo ano foi travada a "Batalha de Argel", na qual a Frente de Libertação Nacional (FLN) da Argélia, criada em 1954, lançou uma grande ofensiva contra as autoridades estrangeiras na capital dessa colônia francesa, a mais importante da África. A sangrenta repressão ordenada pelo governo de Paris mostrou que a violência organizada era o único mecanismo possível para conservar a situação colonial. Depois de dura luta, com milhares de mortos em ambos os lados, em 1962, a Argélia se tornou a última nação árabe do norte da África a conquistar a independência, quando a França reconheceu a soberania do país pelos Acordos de Évian, pondo fim a uma guerra de oito anos, caracterizada por extrema violência e amplo uso da tortura pelo exército colonial.[4] Finalizava desse modo o ciclo de levantamentos nacionalistas que varreu o norte da África ao longo das décadas de 1950 e 1960. Dai em diante, vários países da região se tornaram repúblicas governadas por partidos independentistas, inicialmente alinhados no pan-arabismo, visto como alternativa política para todo o Oriente Médio.

Essa situação, no entanto, começou a mudar após a derrota dos países árabes para Israel na "Guerra dos Seis Dias", em 1967. Derrotado pelo Estado judeu, o nacionalismo laico árabe entrou em decadência e o islamismo político começou a ganhar nova força na região,[5] muitas vezes com o apoio dos Estados Unidos, que via nas formações religiosas um meio para combater o nacionalismo mais radical, em especial o palestino, e a crescente influência da URSS e/ou do marxismo revolucionário. O sucessor de Nasser no Egito, Anwar El-Sadat, iniciou reformas econômicas privatizantes e de associação com o capital externo. Na guerra do Yom Kippur, em 1973, a luta militar dos países árabes contra Israel fracassou novamente.

Logo depois, em 1974, foram reprimidas com violência manifestações de estudantes e trabalhadores egípcios, que se posicionavam de modo cada vez mais independente em relação ao nacionalismo dominante. Em 1977, um levante popular contra o aumento de preço do pão quase derrubou o governo de Sadat. E, em 1978, o Egito se tornou o primeiro país árabe a reconhecer diplomaticamente o Estado de Israel. A virada política pró-EUA iniciada por Sadat foi aprofundada por Hosni Mubarak, que o sucedeu à frente do governo egípcio em 1981. Ao longo de seus trinta anos no poder, Mubarak fez do Egito o principal aliado dos EUA na região. Nesse novo contexto político, os governos nacionalistas laicos foram gradativamente perdendo apoio popular. O caso do Egito foi paradigmático: em 1995, Mubarak foi vítima de um atentado organizado por militantes islâmicos sudaneses. O incidente o levou a incrementar a política repressiva de seu governo, que se tornou ainda mais cruel depois que fundamentalistas muçulmanos mataram 58 turistas na cidade de Luxor, em novembro de 1997: as autoridades egípcias responderam com execuções em massa.

---

[4] Henri Alleg. *La Tortura*. Buenos Aires, El Yunque, 1974.

[5] Osvaldo Coggiola. *Islã Histórico e Islamismo Político*. Porto Alegre, Editora Pradense, 2011.

No século XXI, os problemas sociais (fome, carestia, desemprego) dos países árabes também se agravaram, num contexto de crise econômica mundial, e a resposta da população foi radical. A 17 de dezembro de 2010, Mohamed Bouazizi, um jovem diplomado universitário desempregado de 26 anos, imolou-se em Sidi Bouzid, na Tunísia, em um ato de protesto contra a polícia que tomou suas mercadorias de vendedor ambulante. A tocha humana da pobre aldeia tunisiana acendeu a revolta geral do mundo árabe. No Egito, milhares de pessoas ocuparam a Praça Tahrir e cercaram a embaixada norte-americana.

A revolução era uma resposta ao efeito da bancarrota capitalista internacional, em um continente onde o crescimento das cifras econômicas se traduziam em uma maior exploração do território por parte das potências e no agravamento das condições de vida das massas. A crise social, política e humanitária que atravessava a África em consequência de séculos de exploração e pilhagem brutal por parte das potências imperialistas que utilizaram este continente segundo suas próprias necessidades, como em poucos lugares. Esta tendência histórica tendia a agravar-se nos marcos da crise capitalista. O começo de um processo de reação operária e popular à crise, que derrubou uma ditadura de um quarto de século, marcava uma perspectiva para a saída do abismo.

Em 2014-2015, junto ao declínio da "primavera árabe", o "fundamentalismo islâmico" reconquistou protagonismo político em todo o mundo árabe; a ação terrorista do Estado Islâmico (EI, antes ISIS) irrompeu de modo espetacular na Europa, primeiro com o atentado mortífero na redação do semanário francês *Charlie Hebdo* (em janeiro de 2015) e, em novembro de 2015, com os novos atentados em Paris que prouziram 130 mortos e inúmeros feridos; além de pôr sob seu domínio importantes territórios na Síria e no Iraque. As contradições e impotência política do nacionalismo e da "democracia" árabe abriram espaço para a barbárie do EI. A "questão árabe" (ou "islâmica", segundo outras interpretações) passou a ocupar novamente, por motivos opostos aos imediatamente precedentes, o centro do cenário político internacional.

Ao longo da sua história, o destino dos países árabes se imbricou cada vez mais profundamente com o destino do Oriente Médio e do mundo mediterrâneo e índico em seu conjunto. Na segunda década do século XXI essa tendência foi levada até suas últimas consequências. A situação hodierna do mundo árabe, porém, só se compreende à luz de sua conturbada história, que balizou também suas opções políticas contemporâneas. Este trabalho pretende ser uma síntese de caráter introdutório. Uma introdução à história dos povos para os quais a era iniciada com a Primeira Guerra Mundial foi e é, mais do que para outros, uma "era de guerras e revoluções", e também de contrarrevoluções sangrentas.

A CRIAÇÃO DO ESPAÇO HISTÓRICO

Há pouco mais de dez mil anos, entre o oitavo e o nono milênio antes da era cristã, inicialmente no chamado "Crescente Fértil" do Oriente Médio, a revolução neolítica ensejou a passagem de uma economia de caça e colheita (chamada por alguns historiadores de "economia de presa", *économie de proie*)[6] para uma economia baseada na agricultura e na domesticação de animais.[7] No final do período paleolítico, o clima árido do norte da África tornou-se cada vez mais quente e seco, forçando as populações da área a se concentrarem ao longo do vale do rio Nilo: alguns grupos humanos anteriormente nômades começaram a viver de modo fixo, sedentário, nessa região. A planície fértil deu a esses homens a oportunidade de desenvolver uma economia agrícola e uma sociedade organizada e centralizada, que se tornou um marco na história universal. O Crescente Fértil do Oriente Médio não foi, no entanto, como é comum ouvir, o berço exclusivo de todas as civilizações.

Objetos de argila cozida já eram produzidos na Sibéria, séculos antes que o fossem no Oriente Médio: "O desenvolvimento da organização social e das estruturas sociais particulares exibe desigualdades não menos pronunciadas que a história biológica dos antecessores da raça humana. Os diversos elementos da existência social apareceram em tempos diferentes, evoluíram em proporções enormemente distintas e se desenvolveram, sob distintas condições, em graus diferentes. Os arqueólogos dividem a história humana em Idade da Pedra, do Bronze e do Ferro, em função dos principais materiais usados na fabricação de ferramentas e armas. Essas três etapas de desenvolvimento tecnológico tiveram imensas diferenças temporais de duração. A Idade da Pedra durou cerca de novecentos mil anos; a Idade do Bronze, de três a quatro mil anos; a Idade do Ferro tem menos de quatro mil anos. Contudo, os diversos grupos do gênero humano atravessaram essas etapas em diversas épocas, em várias partes do mundo. A Idade da Pedra acabou por volta de 3.500 A.C. na Mesopotâmia; cerca de 1.600 A.C. na Dinamarca; em 1492 na América, e ainda não se encerrara em 1800 na Nova Zelândia. Uma desigualdade parecida pode ser assinalada na organização social. A etapa de selvageria, baseada na coleta de ervas alimentares, caça e pesca, estende-se por muitas centenas de milhares de anos, ao passo que a barbárie, baseada na criação de animais e no cultivo de cereais, data de oito mil anos. A civilização tem menos de seis mil anos de existência".[8]

A revolução neolítica não foi um processo único e localizado, foi o produto de processos cumulativos de longo prazo, em diversos pontos do planeta, relacionados ou não entre si, que se concentraram e aceleraram inicialmente naquela região. A transformação operou-se de maneira lenta e progressiva, "quase imperceptível", ao longo de séculos e através de um "deslizar sincrônico", da caça para a criação de animais (pecuária) e da colheita para a agricultura:[9] "Depois da revolução neolítica, a economia agrícola recém-constituída conheceu seu primeiro grande desenvolvimento nos grandes vales aluviais (vale do Nilo, Mesopotâmia, bacia do Indo), onde as condições naturais eram excepcionalmente favoráveis: a fertilidade do

---

[6] Charles Parain. *La Méditerranée: les Hommes et leurs Travaux.* Paris, Gallimard, 1936.

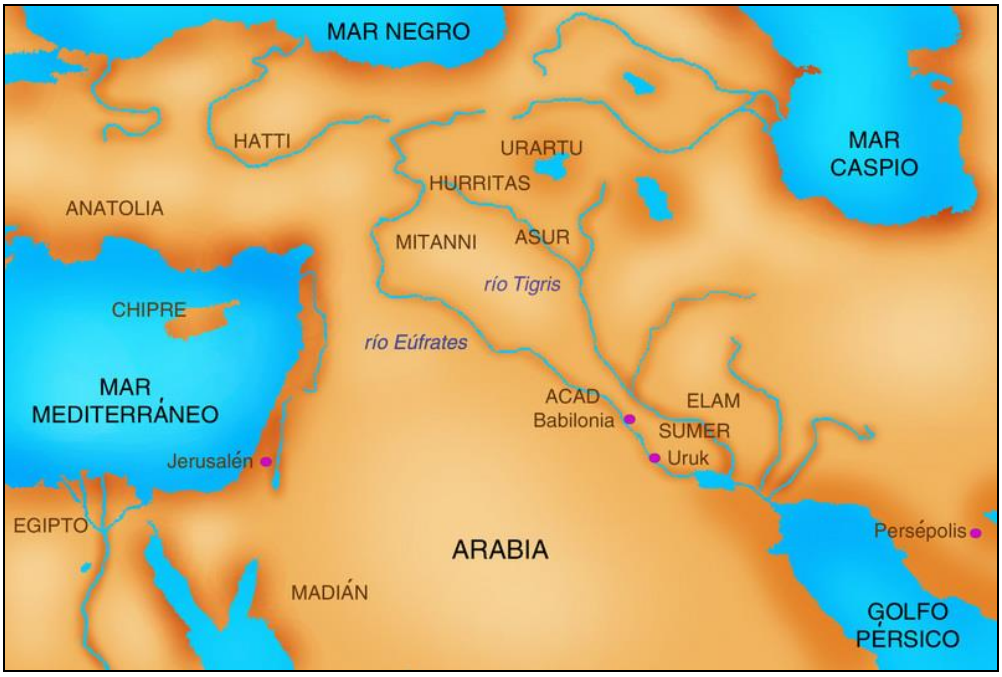
[7] Na primeira metade do século XX, Vere Gordon Childe formulou sua teoria dos oásis como explicação das origens da agricultura no Oriente Médio, hipótese que se transformou numa referência acerca da questão até o presente (Vere Gordon Childe. *The Most Ancient East*. The Oriental prelude to European prehistory. Londres, Kegan Paul, 1928).

[8] George Novack. *El Desarrollo Desigual y Combinado en la Historia Mundial*. La Paz, Trinchera, sdp.

[9] André Leroi-Gourhan. *Le Geste et la Parole*. Paris, Albin Michel, 1964. Em termos gerais, consideram-se três grandes etapas históricas do trabalho social: a) as manifestações iniciais do homem na preparação e melhoramento de ferramentas seminaturais que permitiam uma sobrevivência diferenciada como espécie biológica, sem que ainda surgisse uma divisão social do trabalho além daquela ditada pela diferença dos sexos e da idade; b) o período neolítico, com a sociedade humana já afincada em um terreno e que se organiza como tal na produção, na agricultura e na criação de animais; c) o nascimento da indústria e o deslocamento do centro da produção do campo para a cidade.

solo assegurava à cultura dos cereais uma produtividade que tornou possível, mesmo com técnicas de produção muito primitivas, a acumulação de um excedente importante, que permitiu aquisições tão decisivas como a metalurgia do bronze e a escrita".[10] Esta última consagrou a nascente divisão entre trabalho manual e intelectual, as divisões e oposições de classe, e o surgimento dos primeiros aparelhos estatais separados e "elevados" por cima da sociedade.

Vere Gordon Childe, o notável arqueólogo australiano da primeira metade do século XX, analisou o processo de nascimento de castas dirigentes e de um aparelho estatal nas três regiões mencionadas: o Vale do Nilo, a Bacia do Indo e o Crescente Fértil do Oriente Médio, lugares em que, por volta do ano 4.000 A.C, "a necessidade de grandes obras públicas para secar e irrigar a terra, e proteger as aldeias, tendeu a consolidar a organização social e centralizar o sistema econômico. Ao mesmo tempo, os habitantes do Egito, da Suméria e da bacia do Indo foram obrigados a organizar alguma forma de sistema regular de comércio ou troca, para garantir o abastecimento de matérias-primas essenciais".[11] O segundo fator é indiscutível, o primeiro, polêmico. Com certeza, nas férteis planícies do Egito e da Mesopotâmia desenvolveram-se civilizações primordialmente agrícolas, enquanto nas faixas costeiras do Mediterrâneo predominaram civilizações marítimo-mercantis, como os fenícios.



Mesopotâmia

Gordon Childe reconheceu que o ponto de partida na esfera econômica foi idêntico em todos os casos, "na medida em que as primeiras culturas bárbaras examinadas estavam baseadas no cultivo dos mesmos cereais, e no pastoreio das mesmas espécies de animais". A barbárie separou-se das formas primitivas de vida pela aquisição e aplicação de técnicas produtivas mais elevadas para a agricultura e a criação de gado. A chegada à civilização exibe diferenças concretas em cada caso, "contudo, em toda parte, significa a agregação de grandes populações nas cidades, assim como a diferença entre a produção primária (pescadores, agricultores, etc.) e a de artesãos especializados em tempo integral, mercadores, burocratas, clero e governantes; uma efetiva concentração do poder político e econômico; o uso de símbolos

[10] Jean-Jacques Goblot. A história das "civilizações" e a concepção marxista da evolução social. In: Jean-Jacques Goblot e Antoine Pelletier. *Materialismo Histórico e História das Civilizações.* Lisboa, Estampa, 1970, p. 180.

[11] Vere Gordon Childe. *A Evolução Cultural do Homem.* Rio de Janeiro, Zahar, 1986, p. 143.

convencionais para lembrar e transmitir informações (escrita) e também padrões convencionais de pesos e medidas e de medidas de tempo e espaço que levam a um tipo de ciência matemática e calendário". Ao mesmo tempo, Childe assinalou que "os passos que integram este desenvolvimento não apresentam, igualmente, um paralelismo abstrato".

No Próximo e no Médio Oriente antigos, de modo geral, "a economia não constituía um conjunto específico e diferenciado de atividades. Ela se achava imersa e integrada nas relações familiares e sociais, nas normas institucionais e nas crenças religiosas. Não existia uma atividade econômica separada das outras tarefas; as pessoas levavam a cabo na sua vida familiar, social, institucional e cultural-ideológica, objetivos orientados para a produção, a distribuição e o consumo ou subsistência, que tinham, por conseguinte, uma funcionalidade econômica. Era uma economia integrada no contexto de atividades de outra índole, atividades com finalidade 'econômica' que se realizavam no marco da família, das relações sociais e institucionais, influenciadas por critérios de hábito, de autoridade administrativa, de pertinência política e de sanção religiosa".[12]

As características da economia oriental antiga determinaram tanto as relações sociais como as formas dos aparelhos políticos que dela emergiram: "Na Mesopotâmia e no Egito Antigo as primitivas formas de civilização apareceram relacionadas com os fenômenos típicos desencadeados pela revolução neolítica; uma plataforma social compacta, da qual se destacaram só os chefes políticos, os senhores primitivos de vidas e de posses. Junto a eles se desenharam os intérpretes dos mistérios religiosos, fundamentais para fornecer a obediência, a adesão e a explicação 'sobrenatural', que proporcionavam aos chefes políticos e econômicos o consenso necessário para seus fins. Eram formas primitivas de exploração, nas quais o trabalho humano sobre a natureza não se efetuava de modo direto, pois uma ínfima minoria se beneficiava do trabalho da maioria. O sistema de exploração era paralelo a um sistema primário de coerção e repressão, no qual a explicação teocrática era fundamental.

"A essência das coisas era apresentada como imutável; cada um devia exercer a função que a realidade social e econômica lhe tinha adjudicado. Patriarcado e escravidão coexistiram durante séculos, testemunhando o papel desempenhado pela explicação mais ou menos mágica ou misteriosa no funcionamento dos primeiros sistemas políticos, sociais e econômicos. O religioso e o mágico eram primordiais nas primeiras formas históricas derivadas do neolítico. O homem encontrava-se ainda muito próximo dos esquemas mentais que presidiram a vida de seus antepassados paleolíticos".[13]

A Mesopotâmia, berço das primeiras civilizações urbanas,[14] não era definida por fronteiras naturais, estendendo-se a leste para o Irã, ao norte para a Anatólia e a oeste para a Síria. Os primeiros povoamentos da Mesopotâmia foram localizados em lugares como Tell Hassuna, Samarra e Tell Halaf, onde se situaram os primeiros núcleos urbanos. A história conhecida da Mesopotâmia se iniciou com o assentamento permanente dos primeiros povos na região, graças ao desenvolvimento da agricultura. As primeiras comunidades agrícolas surgiram no norte dessa região por volta de 7.000 A.C, em lugares onde a chuva era regular o suficiente para o desenvolvimento de uma agricultura simples. Na Suméria, região sul da Mesopotâmia, a agricultura parece ter surgido por volta de 5.500 A.C. Os agricultores do sul mesopotâmico foram os primeiros a empregar o método de irrigação sistemática dos terrenos a partir dos rios Tigre e Eufrates; isso era necessário para a sobrevivência social, pois a chuva nessa região era irregular.

A revolução comunicacional derivou-se desses processos. Assentados e desenvolvidos os primeiros núcleos urbanos, a escrita dos povos da Mesopotâmia se desenvolveu em vários

---

[12] Carlos González Wagner. *El Próximo Oriente Antiguo.* Madri, Síntesis, 2001, p. 26.

[13] José Fernando Aguirre et al. *La Antigüedad: Ásia y África*. Lima, Salvat, 2005, pp. 174-175.

[14] Robert M. Adams. *Evolution of Urban Society*. Chicago, Aldine, 1966.

estágios, de acordo principalmente com a complexidade dos negócios dos palácios reais, ou seja, dos primeiros “Estados”. A escrita era usada para controlar, sobretudo, o comércio, a economia (a produção em geral) e a agricultura. Simultaneamente, surgiu a religião organizada, estreitamente vinculada ao aparelho estatal dirigente. O pensamento religioso dominou as sociedades desses povos, na medida em que todos os elementos da sociedade eram entendidos a partir de sua relação com o sagrado. Os sumérios, por exemplo, acreditavam que o mundo (para eles, a própria Mesopotâmia) era um disco cujos limites eram determinados pelas montanhas e por uma imensidão de água. Tudo no universo era passível de ser "animado" no sentido religioso, desde pedras até animais e astros (*animismo*).

AS CIVILIZAÇÕES MESOPOTÂMICAS

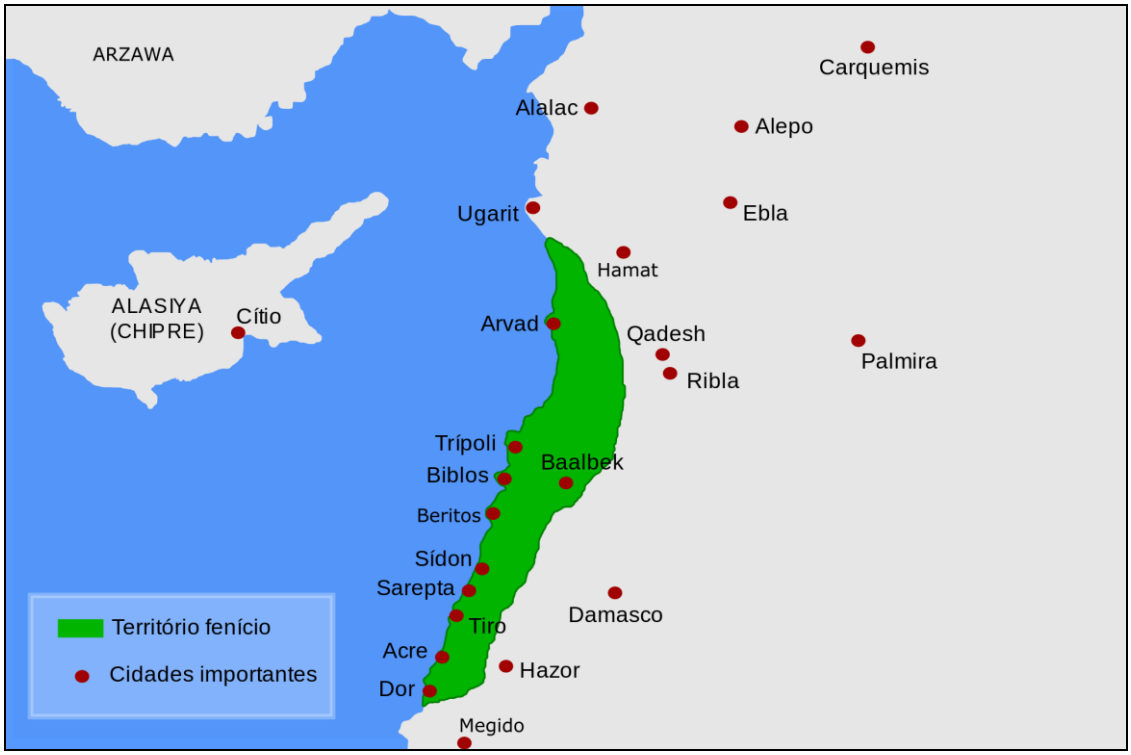
SUMÉRIOS (ca. 3000-2550 aC)	ACÁDIOS (ca. 2550 aC)	AMORITAS (ca. 2000-1750 aC)	ASSÍRIOS (ca. 1300-612 aC)	CALDEUS (ca. 612-539 aC)
• **Cidades-estado** independentes (Ur, Uruk, Nippur, Lagash) • **patesi:** centralização do poder político, militar e religioso; • classes dominantes: sacerdotes e burocracia administrativa; • desenvolvimento da **escrita cuneiforme** e invenção da roda.	• conquista e unificação das cidades sumerianas; • **Sargão I**: Império Acádio-sumeriano; • absorção e síntese da cultura suméria; • curta duração: revoltas e invasões estrangeiras.	• **Hamurabi**, rei da **Babilônia**: conquista da Mesopotâmia e formação do **Primeiro Império Babilônico**; • criação do mais antigo sistema de leis escritas: **Código de Hamurabi**; • declínio: morte de Hamurabi, fragmentação e invasões estrangeiras.	• conflitos e invasões: **espírito guerreiro**; • Império Assírio: conquista da Mesopotâmia e **expansão territorial**; • Estado militarista: violência, tributos e escravização dos povos conquistados; • fim do Império: aliança entre medos e caldeus.	• **Segundo Império Babilônico**; • Babilônia: centro político, comercial e cultural; • **Nabucodonosor**: expansão territorial e grandes construções; • conquista de Jerusalém e escravização dos hebreus **(cativeiro da Babilônia)**; • fim do império: invasão e domínio dos persas.

Os sumérios e os babilônios, em especial, realizaram também os primeiros avanços sistemáticos no campo da matemática e da ciência experimental em geral. Seu sistema numérico era baseado no número 60. O sistema sexagesimal é usado até o presente para medir o tempo e os grandes espaços, e nunca foi substituído como base para a astronomia, a geometria e a agrimensura que depende desta. Os primeiros registros matemáticos da Suméria tinham como objetivo regular os negócios do palácio, principalmente as transações comerciais. O calendário mesopotâmico, base do calendário atual, era dividido em 12 meses lunares, de 29 ou 30 dias cada um. Um mês suplementar poderia ser adicionado ao calendário para manter vinculados o ano lunar e o ano solar. O ano se iniciava após a época da colheita, entre setembro e outubro. Os sumérios, assim como outros antigos povos orientais, datavam seus anos contando a partir do ano zero de um reinado determinado.[15]

Paralelamente desenvolveu-se a civilização fenícia, no território do atual Líbano. Os fenícios, povo de origem semita, por volta do terceiro milênio antes de nossa era se estabeleceram na faixa de terra situada entre as montanhas do Líbano e o Mediterrâneo: por habitarem uma região montanhosa e com poucas terras férteis, dedicaram-se à pesca e ao comércio marítimo, se concentrando em cidades como Biblos, Tiro e Sidon. Vivendo “espremidos” em seu escasso território, os fenícios se lançaram ao mar e desenvolveram o comércio pelas cidades do Mediterrâneo.

[15] Gabriel Maspero. *Histoire Ancienne des Peuples d’Orient.* Paris, Hachette, 1917.

O desenvolvimento econômico propiciou a divisão da sociedade fenícia em classes sociais: "Existia uma aristocracia proprietária de terras enfrentada em alguns momentos a uma oligarquia comercial. A gênese desta não é clara, podem ter sido membros da função política e religiosa que souberam aproveitar as vantagens de seus cargos para realizar negócios por conta própria. O alto clero, que compartilhava responsabilidades políticas, parece ter se situado à cabeça dessa oligarquia comercial e mercantil desde muito cedo, provavelmente devido ao importante papel de seus templos na expansão comercial pelo Mediterrâneo. O desenvolvimento de atividades comerciais e manufatureiras teve como consequência o crescimento da população urbana, que se dedicava principalmente a esses misteres. Tudo que se relacionava com o comércio, a construção, equipamento e frete dos navios, e fabricação de manufaturados, assegurava uma ampla demanda de trabalho, que estimulou o deslanche do tecido social característico da vida das cidades portuárias".[16]



Fenícia

O sucesso comercial e marítimo da Fenícia foi devido ao fato de sua região ser uma encruzilhada de rotas comerciais, um escoadouro natural das caravanas de comércio que vinham da Ásia em direção ao Mediterrâneo; a região era rica em cedros, que forneciam a madeira para a construção de navios; possuía bons portos naturais em suas principais cidades; e tinha praias onde abundava um molusco do qual se extraía a púrpura, corante de cor vermelha utilizando para o tingimento de tecidos, muito procurado pelas elites reinantes de diversas regiões mediterrâneas. A Fenícia era, na verdade, um conjunto de cidades-estados independentes, que disputavam entre si e com outros povos o controle das principais rotas do comércio marítimo: frequentemente entravam em conflito e podiam dominar umas às outras, embora também colaborassem entre si através de alianças.

Os fenícios foram precursores do comércio de longa distância, sua atividade comercial foi registrada no Antigo Testamento, assim como na *Ilíada* e na *Odisseia*, eles "não comerciavam somente com seus vizinhos civilizados do Mediterrâneo e da Ásia. Os fenícios do Levante comerciavam com a África através do Mar Vermelho... Beneficiando do trabalho dos exploradores tinham relações comerciais por terra, como também por mar, através de

[16] Carlos González Wagner. *Op. Cit*., p. 123.

interpostos na Costa Oeste [da África] com o interior do Saara e talvez com a Nigéria e outros lugares mais ao sul".[17] Essa expansão comercial multidirecional fez com que, curiosa e paradoxalmente, a língua fenícia desaparecesse antes na sua pátria mãe, onde foi substituída pelo grego e o aramaico nos tempos helenísticos, do que nas suas colônias do Ocidente: "Os fenícios, aos que se atribui a invenção do alfabeto e da escrita, quinze séculos antes de Cristo colonizaram o Ocidente e chamaram para a vida culta os povos da Europa e da África. Intrépidos navegantes e ambiciosos comerciantes, os fenícios atravessaram o estreito (de Gibraltar) e, navegando as costas do oceano, chegaram aos mares do Norte. Foram eles os que puseram em mútua relação às costas do antigo continente".[18]

O nascimento da escrita é indiscutivelmente oriental. As escritas ideográficas e cuneiformes se desenvolveram de modo paralelo e relativamente independente nas sociedades da Mesopotâmia e do Crescente Fértil. Os hititas falavam várias línguas e usavam uma escrita cuneiforme ao lado de hieróglifos. Já o *alfabeto* fonético desenvolveu-se embrionariamente, em primeiro lugar, nas culturas periféricas aos principais centros civilizacionais da região, nas culturas "menores" que foram as primeiras a possuir escritas silábicas (como a cretense ou a cipriota), até se efetuar a transição do silabário para o alfabeto no mais comerciante e cosmopolita dos povos orientais, os fenícios, cujo sistema alfabético originou todos os alfabetos existentes.

Os fenícios se caracterizavam por uma sociedade comercial urbana "dinâmica e cosmopolita" e por possuírem uma população "muito heterogênea e notavelmente dinâmica e empreendedora".[19] As cidades fenícias eram uma Torre de Babel linguística e comercial; da comparação idiomática (e da necessidade de comunicação escrita, em primeiro lugar para códigos e contratos comerciais) surgiu a necessidade de simplificação e abstração que permitiu

[17] Donald Harden. *Os Fenícios*. Lisboa, Verbo, 1968, p. 16.

[18] Francesc Pi y Margall. *Las Nacionalidades.* Buenos Aires, Americalee, 1946, p. 35.

[19] Portavozes do nacionalismo libanês associaram o sucesso comercial fenício com uma economia liberal, postulando uma identidade separada do Líbano em relação aos árabes. A ideia fenicista foi incorporada por amplos setores da população e da diáspora libanesa. Líderes cristãos maronitas dizeram que os fenícios tinham estabelecido colônias no litoral francês do Mediterrâneo: quando, na Idade Média, os cruzados foram para a Síria teriam trazido descendentes deles, que reencontraram seus parentes, os cristãos maronitas. Intelectuais chegaram a afirmar a existência de diferenças raciais entre os árabes e os sírios.

reduzir a língua escrita à sua pura expressão fonêmica. A “exceção” (a escrita alfabética fenícia, contraposta às escritas ideográficas ou cuneiformes das principais civilizações orientais) tornou-se depois a *regra*. Toda linguagem é composta de sons, mas estes não tinham, inicialmente, expressão escrita própria.

A linguagem humana se separou das linguagens animais (compostas por vocalizações simples diretamente vinculadas ao objeto, sensação ou ação designadas) pela capacidade de transmitir abstrações através de estruturas complexas, desde as palavras até as sentenças, possibilitando fazer recombinações de ambas com significados novos. Isso possibilitou a criação de uma linguagem oral capaz de criar um número potencialmente infinito de palavras, sentenças e expressões; é o que distingue qualitativamente a linguagem humana da linguagem animal.[20] Depois de milênios, uma vez atingida a linguagem escrita, esta, por sua vez, permitiu a fixação, acumulação e transmissão de conhecimentos acumulados. Depois de um desenvolvimento milenar, a escrita alfabética libertou a linguagem escrita dos limites impostos pela designação mais ou menos direta, “ideográfica” ou assemelhada, dos objetos ou ações designadas: era o ingresso pleno da abstração na linguagem escrita. Os fenícios constituíram a primeira sociedade a fazer uso extenso do alfabeto. Seu alfabeto fonético é tido, como já dito, como o ancestral de todos os alfabetos historicamente existentes, embora não representasse as vogais (que foram adicionadas mais tarde pelos gregos no seu próprio alfabeto fonético). Através do comércio marítimo, os fenícios espalharam o uso do alfabeto até o norte da África e a Europa, onde foi adotado pelos gregos, que o repassaram aos etruscos, e estes aos romanos.

A mudança na linguagem escrita, de formas ideográficas para formas mais “simples” e plásticas, suscetíveis de combinações infinitas, capazes simultaneamente de expressar conceitos mais abstratos e de se tornar conhecida por um maior número de membros da sociedade, foi de diversos modos favorecida e impulsionada pelo contato constante, comercial, dos fenícios com outros povos. É impossível se pensar numa filosofia e numa ciência claramente separadas dos outros ramos do saber e do fazer sem uma escrita alfabética, capaz de definir distintamente *conceitos* abstratos e, sobretudo, de transmiti-los. Com a escrita alfabética fonética, a linguagem escrita pôde se expandir até atingir sua plenitude como expressão simbólica do pensamento.

Associada à escrita surgiu a *urbanidade*. O comércio sistemático de longo alcance favoreceu a urbanização da região mesopotâmica, antes, até onde se sabe, do que em qualquer outra região do planeta habitada por seres humanos evoluídos. A expansão das sociedades urbanas baseou-se no incremento da primitiva atividade comercial, quando ela atingiu um caráter sistemático e maior raio de ação. Comércio mercante de longa distância já existiu no segundo milênio A.C, com os mercadores assírios e, depois, com os comerciantes fenícios. Estes foram responsáveis pela criação de rotas comerciais entre o Mediterrâneo ocidental (onde criaram numerosas colônias), a Grécia e o Oriente Médio, que era seu local de origem. A transformação de pequenos vilarejos em complexas estruturas urbanas durante o período mesopotâmico chamado “de Uruk” fez nascer diversas teorias acerca da chamada "Revolução Urbana".

Essa revolução não só alterou a economia, o comércio e as formas de organização social e política: “A cidade é uma criação humana que separa o homem da natureza e instaura uma nova ordem em que o indivíduo se subordina ao grupo, e o instinto à razão; é ela que forma o

[20] A linguagem humana combinou sistemas de comunicação pré-existentes, dando origem a uma sintaxe própria e diferenciada: um sistema lexical, presente nas vocalizações de alarme de alguns primatas, e um sistema expressivo, presente no canto dos pássaros. Noam Chomsky postulou que, através de uma operação combinatorial (que permitiu a junção dos dois sistemas), nasceu a nossa linguagem, considerada por ele *gerativa* por ser capaz de criar (*gerar*) um conjunto infinito de palavras, sentenças e expressões.

homem por excelência, todo ele *urbanidade*".[21] Todos os atributos vinculados à *civilização* derivam, etimológica e conceitualmente, do *conceito* de cidade (*civis*, *urbs*). Gordon Childe sustentou que o surgimento da civilização urbana na Mesopotâmia durante o "período de Uruk" foi vinculado a fatores específicos dessa sociedade: 1- maior densidade demográfica, 2- especialização do trabalho, 3- produção de um excedente agrícola sistemático, 4- construções impressivas, 5- surgimento de uma classe dominante, 6- surgimento da escrita, 7- primeira elaboração de ciências exatas, 8- estilos sofisticados de arte, 9- comércio exterior regular, 10- surgimento do "Estado". Essas condições ou critérios de identificação de uma *civilização* se transformaram no decálogo da arqueologia científica do século XX.

Com as sociedades organizadas, sobre uma base agrária ou urbana, surgiram também as primeiras formas organizadas de exploração do trabalho, de classes exploradoras e classes exploradas: "A forma de exploração mais antiga produzida pelo desenvolvimento considerável das forças produtivas foi o uso do trabaho dos escravos... Os escravos de Lagash constituíam, em meados do III milênio (A.C), perto de um quarto da população, e o número das mulheres ultrapassava o dos homens. As fontes essências da escravatura eram as guerras e a compra de escravos nos países vizinhos; excepcionalmente compravam crianças. A redução à escravidão de homens livres endividados não existia de princípio".[22] O comércio de seres humanos passou a ocupar o lugar e a função que dinamizaram definitivamente a economia das sociedades do Antigo Oriente.

Diversos povos e civilizações (assírios, babilônios, caldeus, persas, e outros povos) se sucederam, superpuseram, coexistiram, combateram e dominaram no espaço mesopotâmico, ao longo de oito milênios. No Egito antigo, na civilização do vale do Nilo, diversamente, apenas uma civilização (certamente não imutável ou idêntica a si mesma em todas suas fases) dominou o espaço delimitado pelo vale ao longo de milênios. A agricultura, base da sua economia, era praticada por comunidades de camponeses presas à terra, que não podiam abandonar o local que ocupavam produtivamente e em que viviam, e estavam submetidos a um regime de trabalho compulsório.

Os camponeses-aldeões tinham acesso à coletividade das terras de sua comunidade e também o *dever* de cultivá-las. Todas as comunidades deviam tributos e serviços ao monarca (faraó) que se apropriava do excedente agrícola, distribuindo-o entre a nobreza, formada pela família real e por sacerdotes e guerreiros: o excedente era extorquido mais pelas necessidades da nobreza e da família real dominante do que por ser um excedente real (isto é, uma produção além das necessidades imediatas) das comunidades.

Nos períodos entre as safras, era comum o deslocamento de grandes levas de trabalhadores (como servos ou como escravos) para a construção de imensas obras públicas, principalmente canais de irrigação e monumentos. O bom funcionamento do sistema, ao longo de milênios, também liberou mão de obra para as tarefas de artesanato. O "despotismo oriental", conceito pelo qual foi designado o governo (poder) dessas sociedades, foi marcado pela formação de grandes comunidades agrícolas e pela apropriação por um poder central dos excedentes da produção realizada em comum; a propriedade privada da terra ainda era pouco difundida. No Egito antigo, a servidão coletiva era o modo de pagamento para o rei ou para o faraó pela utilização das terras.

---

[21] Antoine Pelletier. A noção de civilização. In: Jean-Jacques Goblot e Antoine Pelletier. *Op. Cit*. p. 14. O atributo citado não esgota o *conceito* de civilização que, para Maurice Crouzet (no seu prefácio à *História Geral das Civilizações*) "se define por um conjunto de ideias e instituições políticas, condições da vida material e da técnica, forças de produção e relações sociais, por todas as manifestações da atividade religiosa, intelectual e artística". Vere Gordon Childe, por sua vez, definiu a *cultura* como a *totalidade* da vida de uma comunidade, desenvolvendo esse conceito como a arena na qual as pessoas vivem e experimentam sua *vida cotidiana* (*History*. Londres, Cobbett Press, 1947).

[22] V. Diakov e S. Kovalev. *História da Antiguidade Oriental*. Lisboa, Arcadia, sdp, p. 130.

O despotismo oriental possui uma gama variada de interpretações históricas. O "modo de produção asiático" (expressão devida a Karl Marx: "A grandes traços podemos designar como outras tantas épocas de progresso, na formação econômica da sociedade, o *modo de produção asiático*, o antigo, o feudal e o moderno burguês")[23] é um conceito que não deve ser confundido com aquele de despotismo asiático ou de "sociedade hidráulica",[24] modelo de sociedade baseada em grandes obras de irrigação das terras, centralizadas por uma teocracia. Este conceito teve origem na tipologia estabelecida por Max Weber para o "Estado burocrático-hidráulico" na China e na Índia.

Baseado nesse "tipo ideal" weberiano,[25] Karl Wittfogel, marxista alemão da década de 1920 (vinculado ao núcleo original da "Escola de Frankfurt"), estabeleceu uma tipologia do despotismo oriental, através de uma explicação baseada na "hipótese causal hidráulica", que enfatizou o papel das grandes obras de irrigação e das estruturas burocráticas necessárias para mantê-las, bem como seu impacto na sociedade, cunhando para explicá-lo o conceito de "sociedades hidráulicas". Segundo a teoria de Wittfogel, os grandes impérios asiáticos originais dependiam decisiva e largamente da construção de obras de irrigação em larga escala: o Estado devia organizar o trabalho servil ou forçado a partir do recrutamento da população, o que requeria uma grande e complexa burocracia estatal com oficiais competentes e letrados, estruturada para disciplinar a sociedade civil. Tal Estado deveria ser inevitavelmente "despótico, poderoso, estável e rico".

A teoria de Wittfogel, que na verdade era uma proposta acerca da origem de todas as civilizações, foi criticada, sobretudo, a partir dos estudos arqueológicos que não indicaram quaisquer indícios de grandes obras de irrigação no Egito no III e II milênio A.C: "Não há qualquer prova de uma administração centralizada de redes de irrigação até o Reino Médio, mil anos depois da unificação do reino egípcio. Tudo indica que o papel da agricultura irrigada foi enorme na formação e consolidação das confederações tribais que deram origem, em cada região do país, ao *spat* (mais conhecido pelo termo grego *nomo*), que no reino unificado funcionou como província. A irrigação não pode ser vista como a causa do surgimento do Estado centralizado e da civilização egípcia; pelo contrário, um sistema centralizado de obras hidráulicas para a agricultura irrigada surgiu como resultado tardio da existência de um Estado forte".[26] O *Estado* oriental (o Estado em geral), de acordo com isso, não surgiu de alguma

---

[23] O conceito (ou categoria) de *modo de produção asiático* buscou definir uma tipologia das sociedades que transitaram de uma forma tribal, nômade ou seminômade, para formas socioeconômicas comandadas por uma entidade centralizadora. Essa unidade superior surgiria da necessidade de realização de trabalhos públicos para garantir processos produtivos em benefício comum. Originalmente, na forma oriental de propriedade, a comunidade superior baseava-se na unificação e potenciação das energias dispersas em cada uma das comunidades locais, visando suprir as necessidades de produção e de reprodução da vida social, e também aparecer frente a outras comunidades como uma unidade forte e protegida. Para Marx, o regime histórico da Índia era o típico exemplo do "despotismo asiático", no qual o Estado possuía só três áreas de atividade: finanças (pilhagem interna), guerra (pilhagem externa) e obras públicas. A formulação de Marx não estava relacionada exclusivamente às formações econômico-sociais do Oriente (Lawrence Krader. *The Asiatic Mode of Production*. Assen, Van Gorcum, 1975). Embora Marx não desenvolvesse amplamente a categoria de "modo de produção asiático", ela tornou-se polêmica na tradição marxista: Perry Anderson, por exemplo, negou-lhe toda relevância teórica, atribuindo-a ao escasso desenvolvimento e aos estereótipos acerca da história da Ásia em tempos de Marx, dos quais o próprio Marx teria sido vítima inconsciente (Perry Anderson. *Linhagens do Estado Absolutista*. Porto, Afrontamento, 1984). A afirmação suscitou fortes críticas por parte de outros autores marxistas.

[24] Karl Wittfogel. *Oriental Despotism*. A comparative study of total power. Nova York, Yale University Press, 1957.

[25] Franco Ferrarotti observou que a "teoria hidráulica do despotismo oriental" se encontrava já *in nuce* em Max Weber (Introduzione, in : Max Weber. *Sociologia delle Religioni*. Turim, UTET, 2008, p. 31).

[26] Ciro Flamarion S. Cardoso. *O Egito Antigo.* São Paulo, Brasiliense, 1982, p. 24.

espécie de necessidade econômico/natural, mas da necessidade de organizar, centralizar e preservar a dominação e reprodução de uma casta ou de uma classe dirigente privilegiada, em primeiro lugar de reproduzir sua ociosidade e sua posição social dominante (capacidade de dar ordens, de ser obedecida e de punir os desobedientes).

O despotismo real (o despotismo dos reis) foi um produto tardio das sociedades orientais, com seu nascimento situado aproximadamente no segundo milênio A.C, devido a transformações econômicas e, consequentemente, políticas, principalmente devidas ao surgimento de vastos impérios ao lado de pequenos Estados vassalos, e também ao surgimento de uma forte e vasta aristocracia militar. O rei deixou de ser o representante da comunidade diante dos deuses, para virar o chefe de uma elite de poder mais restrita, "de protetor dos fracos e oprimidos (passou a ser) o cúmplice dos poderosos e opressores, com os quais convivia na corte e combatia nos exércitos". No final da Idade do Bronze, a crise dos grandes impérios orientais e a consequente destruição dos grandes palácios fez ressurgir grupos nômades pastoris, o que alumbrou um novo tipo de rei, de procedência tribal, produto do desmembramento dos impérios; esse "rei juiz", "símbolo de unidade nacional, nova ideia de origem tribal, e chefe do povo em armas"; o rei "justo, sábio e bondoso", relativamente igualitário, foi, no entanto, paulatinamente absorvido por novas cortes reais que tenderam para novas relações despóticas de submissão da população.[27]

As grandes obras centralizadas por um poder autoritário ("despótico") no objetivo de organizar, centralizar e incrementar a produtividade do trabalho agrícola, por outro lado, não foram características de uma única sociedade, ou exclusividade das sociedades orientais. No Egito e no Grande Zimbábue (África), na Suméria (Ásia), no México, a intensificação da agricultura permitiu o surgimento de um superávit alimentar que sustentou grandes castas de governantes, soldados e sacerdotes (do ponto de vista da cultura material, a única coisa em comum entre essas sociedades foi o uso de artefatos de cobre, na chamada Idade do Bronze).

O passo seguinte, assim como aconteceu com a escrita alfabética, foi dado em áreas periféricas a esses centros mais antigos, na Pérsia, por exemplo, com a adoção de instrumentos agrícolas, ferramentas artesanais e armas confeccionadas em ferro, dando origem (aproximadamente 1.300 anos antes da era cristã) à Idade do Ferro, que viu nascerem os impérios indiano e chinês. Os grandes impérios orientais foram o produto de um longo desenvolvimento histórico, não uma espécie de "produto espontâneo" das primeiras civilizações humanas. A grande civilização do Oriente antigo, a civilização egípcia, recebeu parte de sua cultura inicial da Etiópia, berço geo-histórico dos primeiros grupos humanos ditos *homo sapiens*, e provavelmente também da ilha de Meroe, perto do chifre da África, onde teria existido um povo que desenvolveu uma cultura religiosa e uma vasta casta sacerdotal.

O Egito imperial se organizou entre 3.100 e 2.900 A.C; permaneceu mais ou menos independente ao longo de três milênios, até a conquista romana de 30 A.C, tendo nessa altura uma população em torno de sete milhões de habitantes, à época uma das mais densas concentrações populacionais do planeta. O Egito, porém, diversamente da Mesopotâmia, não era uma sociedade principalmente urbana, mas uma sociedade basicamente baseada nas aldeias comunitárias camponesas. Diversos historiadores chegaram até afirmar que as cidades simplesmente inexistiram no país durante todo o Império Antigo. Quais foram as características da relativa imutabilidade econômico-social do Egito ao longo de milênios?

[27] Carlos González Wagner. *Op. Cit*., pp. 153-154.

CIVILIZAÇÃO E BARBÁRIE

A antiga civilização egípcia sofreu comparativamente poucas mudanças ao longo de diversos impérios e dinastias; à diferença de outras sociedades, os povoamentos egípcios nunca se transformaram em grandes cidades, as cidadelas dos palácios e os templos concentravam o poder e o conhecimento. Faraós e sacerdotes coroavam uma estrutura social rígida, fundamentada no caráter sagrado do monarca, nos segredos conservados pela casta de sacerdotes e pelos guardiões da palavra, os escribas. Segundo interpretações correntes, "os (antigos) egípcios tinham um grande segredo, que não esqueceram ao longo de trinta séculos: receavam e odiavam a mudança, e evitaram-na sempre que possível".[28] Sobre a composição étnica do antigo Egito, só se pode dizer com certeza que ela não era homogênea: o predomínio de etnias negras, afirmado por alguns historiadores, é matéria polêmica.

Extensão territorial máxima do Antigo Egito (século XV A.C), incluindo o Oriente Médio

Sobre o receio permanente dos antigos egípcios à mudança (mas tinham eles uma noção conceitual da contradição entre conservação e mudança?) é possível dizer que no pensamento e na mitologia (religião) egípcia predominava uma concepção cíclica ou repetitiva, a ideia do constante retorno da vida ao seu ponto inicial:[29] a ideia de reiteração dos ciclos históricos, derivada daquela, foi comum a diversas sociedades e civilizações, e pôde surgir, na observação

[28] Charles Van Doren. *Uma Breve História do Conhecimento.* Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2012, p. 23: "Ao manter o conservadorismo extremo, o Antigo Egito parece ter estado apaixonado pela morte. Os homens viviam com o objetivo único de morrer e empregavam a vida e a fortuna a fim de se preparar para a morte. Contudo, a morte não era tal como a concebemos atualmente, sendo antes uma espécie de inmortalidade fantasmagórica. Os mortos os rodeavam, estando presentes no solo, no ar, nas águas do Nilo" (p. 24).

[29] A. Quesnel *et al*. *O Egito: Mitos e Lendas*. São Paulo, Ática, 1993; Jean Vercoutter. *O Egito Antigo*. São Paulo, Difel, 1980.

de Leon Trotsky, “devido ao caráter ainda provinciano e episódico de todo o processo”. Isto fazia com que “efetivamente se repetissem até certo ponto as distintas fases da cultura nos novos núcleos humanos”. A ideia cíclica, avessa à ideia de progresso cumulativo e de mudança qualitativa, seria assim filha do *isolamento* (ou do *provincianismo*, para usar a expressão de Trotsky). Definir o pensamento egípcio antigo só como “pré-filosófico e mítico” é, porém, insuficiente (Ciro F. S. Cardoso afirmou que “o raciocínio egípcio se baseava na acumulação de exemplos concretos, não em teorias gerais”).

A ideia de repetição cíclica associada à de imutabilidade parece uma “filosofia”, embora implícita (ou seja, sem esse nome ou nome equivalente, e não constituída como campo intelectual), contraposta à mudança e a intervenção humana consciente na própria história (individual ou social), mas pressupõe a ideia contrária, a ideia (e, portanto, a experiência) da mudança. O *mito fundador*, incluídos os deuses antropomórficos (politeísmo), foi seu ponto de partida *ex post facto*; os humanos estavam destinados a cumprir o destino traçado pelo seu “fundador”, ideia que chegou até a formulação de uma espécie de monoteísmo panteísta, instaurado no Egito antigo pelo faraó Amenofis (Akhenaton, o “filho do sol”), que não se referia ainda à adoração de uma entidade criadora e reitora abstrata, impessoal e não representável (como nos monoteísmos ulteriores), mas sim ao destaque e separação de um dentre todos os deuses existentes, o Sol (Aton) sobre todos os outros, até eliminá-los do vasto panteão divino.[30]

A cultura egípcia antiga parecia clamar permanentemente pela imortalidade (da alma, do corpo, de ambos). Para os egípcios antigos, nada morria realmente: todo retornava ao ponto inicial depois de um ciclo. Os ciclos compunham uma eternidade. Os mortos continuavam a habitar o mundo, os mais ilustres eram embalsamados, para o que foi necessário criar e aperfeiçoar a química (*al-chimia*). A fabricação de múmias se estendia aos animais (macacos, gatos, crocodilos, pássaros): se estima que existam atualmente mais de 70 milhões de múmias animais conservadas no Egito, feitas entre 1.000 A.C e 400 D.C, para serem oferecidas como oferenda aos deuses como miniestátuas contendo restos desses animais em seu interior (os corpos humanos, diversamente, eram embalsamados visando sua preservação).

A civilização egípcia, claro, não foi nem de longe a primeira a enterrar e cultuar os mortos: isso foi feito até por linhagens de hominídeos desvinculados da linha antropológica que conduziu ao *homo sapiens*, milhares de anos antes. Nenhuma civiização, antes ou depois, porém, fez isso de modo tão monumental e com tão alto preço (em vidas humanas e recursos materiais em relação às suas disponibilidades): nenhuma civilização simbolizou de modo tão claro e rotundo sua convicção na *transcendência* da existência humana. Fixando de modo tão monumental e simbôlico a passagem da e para a morte, os egípcios celebravam a própria vida. Cabe surpreender-se pelo fato de que, milênios depois, a civilização que, através do Iluminismo, buscou impor defintivamente a racionalidade na vida humana, fosse buscar o segredo da vida egípcia através da única grande operação militar da história em que os motivos científicos e culturas foram mais importantes que os geopolíticos?

A cultura do antigo Egito, estendida e desenvolvida ao longo de três milênios, não teve paralelos contemporâneos nem continuidade linear ou direta na história. Uma de suas características foi que a escrita egípcia antiga “nunca pôde eliminar o sistema ideográfico. Um largo uso de fonogramas complementares levou à constituição, no interior do sistema, de uma espécie de alfabeto formado por sinais monoconsonânticos, mas esse ‘alfabeto’, em vez de se desenvolver em um sistema independente, permaneceu mergulhado no sistema ideográfico... Essa escrita nasceu e desenvolveu-se ‘no local’ e nenhuma ruptura histórica conseguiu pôr em causa (como aconteceu com a escrita suméria) o caráter autóctone de seu desenvolvimento. Não será nessa ‘autoctonia’ que se deve encontrar a explicação da longevidade do sistema

[30] Wallis Budge. *Egyptian Religion.* Nova York, Bell Publishing, sdp.

egípcio?".[31] Karl Marx, em comentários à obra de arqueólogos e antropólogos de sua época, fez observações incidentais sobre a "prisão ideográfica" em que ficou encerrada a cultura egípcia, como um fator possível de seu estancamento histórico.[32]

Essa longevidade aparentemente imutável influiu a ideia moderna acerca da civilização egípcia. Hegel constatava que "as infinitas construções dos egípcios estão metade sobre o solo e metade sob a terra. O império dos egípcios foi em parte um reino da vida e em parte um reino da morte. Vemo-lo na colossal estátua de Memnon, que ressoava ao receber a luz do sol; a que ressoava era ainda a luz exterior, não a do espírito. A linguagem do Egito é ainda hieroglífica; não é a palavra, não é a solução dos problemas propostos pela Esfinge. As lembranças do Egito nos oferecem uma multidão de figuras e imagens que expressam o caráter egípcio. Reconhecemos nelas um espírito que se sente acuado, que se exterioriza, mas só de modo sensível. A essência egípcia aparece como a própria Esfinge, como um enigma ou hieróglifo. À pergunta: qual é o sentido da forma egípcia? a resposta é: ser enigmática. *A forma egípcia significa precisamente a colocação do problema da história universal, e o fracasso na sua resolução*".[33]

A abordagem espiritualista da história do Egito começou a ser questionada pouco depois de Hegel, na passagem entre os séculos XVIII e XIX, entre outras coisas pela resolução do enigma dos hieróglifos, realizada pelos pesquisadores franceses no século XIX, a partir da descoberta da pedra da Rosetta pela expedição (invasão) francesa ao Egito de finais do século XVIII. A pedra continha um texto escrito em três línguas (hieróglifos egípcios antigos, demótico, e grego antigo, as duas últimas línguas e escritas já conhecidas). Graças a essa descoberta, o sábio francês Champollion decifrou a escrita hieroglífica em 1822. A egiptologia (inicialmente francesa) fez nascer a história do Egito Antigo como disciplina independente. Nessa civilização aparentemente imutável, no entanto, a agricultura baseada nas crescentes periódicas do Nilo era muito eficiente e progredia; o crescente excesso de mão de obra agrária foi usado para a construção das grandes pirâmides e das outras obras monumentais que a simbolizaram. Essas obras testemunham avançados conhecimentos de arquitetura e engenharia e, portanto, de suas bases científicas, matemáticas e geométricas, produtos de um longo desenvolvimento histórico – embora não ainda sob uma forma *teórica* independente e desenvolvida, como notou Ciro F. S. Cardoso.

Devemos, por exemplo, aos astrônomos egípcios o calendário de 365 dias, com um ano bissexto: "As bases da cultura egípcia se fundamentaram no seu confronto técnico com a natureza. A construção de uma rede de irrigação extensa e regular obrigou a desenvolver trabalhos que exigiam a colaboração de toda a comunidade. A realização desse interesse em comum forneceu elementos de coesão e delineou uma organização social cada vez mais complexa, com uma especialização do trabalho e o aparecimento de uma elite dirigente. Das necessidades materiais surgiram ofícios concretos, como o de agrimensor. Este ancestral dos engenheiros, que era o próprio faraó, segundo consta em alguns monumentos, fixava com precisão as dimensões dos campos cujos limites eram apagados pelas crescidas do rio (Nilo). Dai surgiram as primeiras manifestações de aritmética e de geometria aplicada".[34]

A regularidade, o ciclo, governava a produção no Vale do Nilo: "Diversamente do Tigris e do Eufrates, a enchente regular do Nilo, que se produz aproximadamente entre o solstício do verão e o equinócio do outono, permitia prever o calendário agrícola. Essa enchente levava

---

[31] Jean-Jacques Goblot. *Op. Cit*., pp. 114-116.

[32] Karl Marx e Friedrich Engels. *Sulla Religione.* Roma, Pgreco, 2015. Cf. Yvon Quiniou. *L'Homme selon Marx.* Pour une anthropologie matérialiste. Paris, Kimé, 2011.

[33] G. W. F. Hegel. *Lecciones sobre la Filosofia de la Historia Universal.* Madri, Revista de Occidente, 1974, pp. 357-358.

[34] Héctor García Blanco (ed.). *El Egipto Faraónico.* Buenos Aires, Clarín, 2005.

tudo, água, terra negra, e a própria natureza a circunscrevia ao vale do rio, delimitada pelos dois lados por paisagens desérticas, a cadeia árabe ao leste, a líbia ao oeste. No Egito não se tratava, como na Mespotâmia, de controlar os alagamentos, mas de canalizá-los... Os textos mesopotámicos descrevem um trabalho muito mais complicado. A irrigação artificial foi cem vezes mais usada na Mesopotâmia do que nas margens do Nilo".[35]

Os impressionantes avanços egípcios na arquitetura, na arte e na tecnologia foram realizados, sobretudo, durante o Império Antigo,[36] alimentados pelo aumento da produtividade agrícola, possível graças a uma administração central bastante desenvolvida. Sob a direção do *vizir*, uma figura política que reapareceu, como o veremos, na civilização árabe e otomana, os impostos arrecadados pelos funcionários do Estado resultavam em projetos de irrigação para melhorar o rendimento da cultura agrícola, em camponeses recrutados compulsoriamente para trabalhar em projetos de construção; e no estabelecimento de um sistema de justiça para manter a ordem e a paz interiores. Com o excedente dos recursos disponibilizados por uma economia produtiva e estável, o Estado foi capaz de patrocinar a construção de monumentos colossais e a comissão de obras de arte para as oficinas reais.

"Em torno aos templos se agrupavam todos os 'trabahadores intelectuais' (matemáticos, astrônomos, arquitetos, contáveis, escribas, arrecadadores) que não eram menos necessários, diante das novas exigências da sociedade, que os 'trabalhadores manuais'. Os sacerdotes forneciam ao faraô um aparato precoiso para a direção do Estado nascido da disgregação da

[35] Fernand Braudel. *Memorie del Mediterraneo*. Milão, Bompiani, 2010, pp. 78-79.

[36] "As técnicas de produção utilizadas pelo Egito faraônico se fixaram na sua maioria durante o surto de inovações tecnológicas que se estendeu aproximadamente de 3200 a 2700 a.C; depois, houve algumas invenções isoladas e aperfeiçoamentos, mas não qualquer mudança radical do nível tecnológico. A comparação do Egito com a Mesopotâmia leva a constatar certo atraso do primeiro em relação à segunda; o nível técnico era mais baixo no Egito, e os egípcios demoraram mais a adotar certas inovações há muito introduzidas na Mesopotâmia. A substituição do cobre pelo bronze só ocorreu durante o Reino Médio, um milênio depois da era do cobre na Baixa Mesopotâmia. Por outro lado, o metal levou muito tempo para substituir a madeira e a pedra na fabricação da maioria das ferramentas... É possível que a ideia da agricultura e a escrita tenham vindo ao Egito da Mesopotâmia, mas as soluções egípcias dadas a estes e outros problemas foram extremamente originais, e hoje já não mais se aceita a hipótese de uma origem asiática da civilização egípcia" (Ciro F. S. Cardoso. *Op. Cit*., pp. 26-27).

sociedade tribal. Superados e vencidos na prática da vida cotidiana, os ritos e costumes das antigas tribos se perpetuaram na religião. Só o totemismo, com suas formas diferenciadas de culto dos animais, das plantas e dos fenômenos naturais, pode explicar as origens da religião egípcia (na qual) encontramos toda a fauna do país".[37]

Com relação aos estudos mesopotâmicos, a assiriologia também foi instituída como disciplina no século XIX. Durante seus primeiros anos, e diversamente da egiptologia "francesa", ela foi uma espécie de ciência auxiliar dos estudos bíblicos, funcionando como ilustração das passagens e narrativas da bíblia hebraica; os estudos bíblicos permaneciam, em larga medida, não-históricos ou mesmo não historiográficos. A Mesopotâmia só era conhecida pelos ocidentais, até então, através de duas fontes: a Bíblia e as fontes gregas, particularmente as histórias de Heródoto. Além dos estudos assiriológicos representarem a Mesopotâmia em termos nitidamente etnocêntricos, ou melhor, cristo-cêntricos, eles contribuíram, por essa via, para o fortalecimento da posição ocidental no Oriente, particularmente no período colonial europeu. As peças arqueológicas eram tratadas como relíquias religiosas, devido à sua ligação com a história clássica e sagrada do judeu-cristianismo, e eram levadas como troféus à Europa, em cujos museus ou coleções particulares permaneceram até nossos dias.

O grande comércio não foi exclusividade mesopotâmica. A antiga civilização egípcia dita "faraônica", a sociedade construída ao redor do delta do Nilo, também desenvolveu também uma vasta rede de relações comerciais externas, uma clara divisão classista da sociedade, e chegou a conhecer relações de trabalho assalariado. Boa parte dos construtores das pirâmides de Gizeh, por exemplo, era composta por trabalhadores assalariados (pagos por tempo de trabalho ou por empreitada); o Egito antigo, porém, não era uma sociedade predominantemente mercantil, e menos ainda "capitalista", mas uma sociedade baseada em diversas formas de trabalho compulsório, inclusive a escravidão, socialmente minoritária.[38] O egiptólogo alemão Johann Erman chegou a falar (com devido horror decimonônico) de uma *revolução social* no Egito antigo, revelada em inscrições hieroglíficas, durante a qual os escravos teriam chegado temporariamente a ocupar o poder, no que talvez tenha sido a primeira expressão de *luta de classes* e de *revolução social* registrada em documentos históricos.[39]

O Império Antigo egípcio desenvolveu um crescente comércio com o Líbano, a Palestina, a Mesopotâmia e o Punt, assim como expedições comerciais para exploração mineral no deserto do Sinai e no Mar Vermelho (deserto oriental), e realizou campanhas militares de conquista contra núbios e líbios. Com suas campanhas militares e empreendimentos comerciais, o Egito, além de criar acampamentos e postos estratégicos externos, também adquiriu ouro, cobre, turquesa, madeira de cedro, mirra, malaquita. Com o crescente comércio externo, foi criada a primeira frota marítima egípcia de longo percurso (antes disso, os navios egípcios e suas rotas eram só fluviais ou costeiros). Junto com o desenvolvimento da administração central surgiu uma casta de educados escribas e funcionários que recebiam proventos e privilégios do faraó em pagamento aos seus serviços, transformando-se aos poucos em classe social diferenciada, possuidora e hereditária.

---

[37] Ambrogio Donini. *Breve Storia delle Religioni.* Roma, Newton & Compton, 1991, p. 93.

[38] A escravidão no Egito antigo chegou a estar regida por uma espécie de contrato realizado por escrito, que estabelecia a vontade do escravo em submeter-se a essa condição (geralmente para fugir de um destino ainda pior: o trabalho forçado, que constituiu a principal forma de trabalho na construção das grandes obras egípcias). Em nenhuma hipótese isso pode ser assemelhado ao contrato de trabalho celebrado pelo capitalista com o trabalhador "livre", pois consistia na negação dessa liberdade, embora apresentada como um ato de vontade do próprio escravo.

[39] Johann Peter Adolf Erman (1854-1937), egiptólogo alemão, escreveu *Ägypten Ägyptisches und Leben*, publicado em 1885 em Tübingen. Foi citado por Nikolai Bukhárin no seu *Tratado de Materialismo Histórico* para exemplificar o capítulo relativo à luta de classes na Antiguidade.

Os faraós também fizeram concessões para os cultos mortuários e os templos, assegurando que tivessem os recursos necessários para a adoração do faraó após sua morte. Até o final do Império Antigo, cinco séculos de práticas semelhantes corroeram o poder econômico do faraó, que já não podia se dar o luxo de manter uma grande administração centralizada. O poder faraônico diminuiu e governantes regionais, chamados *nomarcas*,[40] começaram a desafiar sua supremacia.[41] Durante o Império Médio, o Novo Império e a "Época Baixa", o império egípcio conheceu auges e retrocessos, e uma crescente diferenciação econômica e social. Os privilégios concedidos pelos reis a guerreiros, escribas e sacerdotes, foram se transformando aos poucos em direitos de propriedade:[42] "Os resultados (da economia egípcia) só foram conseguidos à custa de um desenvolvimento sem precedentes da exploração das massas trabalhadoras e de uma centralização despótica e extremamente rigorosa. Desde o fim da Idade do bronze, essa estrutura social opressiva e rígida se tornou um obstáculo aos progressos posteriores; dai uma parada no crescimento, testemunhada pelo nítido afrouxamento do ritmo do progresso técnico".[43]

Assim, "em que pese a aparência de bons resultados, os meios técnicos apenas evoluíram desde o quarto milênio, as inovações foram esporádicas e tardias, o que foi um obstáculo para a produção, também afetada por outros entraves, como a deterioração do meio ambiente, com a queda de rendimentos [agrícolas], o que se buscava compensar com a colonização de novas terras, quando era possível, e com a substituição de culturas".[44] A "colonização de novas terras" implicava, frequentemente, a guerra de conquista territorial (e, consequentemente, a guerra de defesa dos atacados). O declínio, econômico principalmente, de sua civilização clássica, levou finalmente o Egito a padecer diversas dominações externas, desmembramentos territoriais e penetração econômica e linguístico-cultural de outros povos, sem jamais perder completamente suas marcas e características originais, que constituiriam uma das bases de sua especificidade dentro dos vastos e heterogêneos mundos persa, helênico, romano e, finalmente, o mundo denominado "árabe" ou "islâmico", aos quais foi incorporado. O Egito resistiu, de forma persistente, às dominações externas.

Durante sua longa história, as civilizações egípcias e mesopotâmicas coexistiram, interagiram e combateram diversos reinos vizinhos. E também sofreram sua dominação. O Irã, que abrigava povos situados em um enclave estratégico na região do Oriente ao sul-oeste da Ásia, foi um deles. Em 1.500 A.C, tribos indo-arianas chegaram à região atualmente iraniana, procedentes do rio Volga e da Ásia Central. Antes disso, indos e persas coexistiram durante longos anos antes de se separar; as formas mais antigas de suas línguas guardam muitas semelhanças, suas mitologias possuem vários deuses comuns a ambos os grupos, os cerimoniais religiosos dos *parsis* iranianos e dos *brahmins* da Índia possuem muitas semelhanças em suas práticas. Na região asiática próxima ao Oriente Médio se estabeleceram duas tribos arianas,[45] os persas e os medos. Ambas chamaram seu novo lar de *Irã*, forma abreviada de *Iran-sahr* (país dos arianos). Outra tribo viveu no sul dessa região, no território que os gregos chamaram de *Persis*, de onde derivou o nome de *Pérsia* com que a região ficou historicamente conhecida. Em 600 A.C, os medos já dominavam todo o território da Pérsia.

---

[40] Desde o quarto milênio A.C, os aglomerados humanos que viviam à margem do rio Nilo tinham evoluído para pequenas unidades políticas depois chamadas pelos gregos de *nomos*.

[41] E. Strouhal. *La Vida en el Antiguo Egito*. Barcelona, Folio, 2007; N. Strudwick. *The Administration of Egypt in the Old Kingdom*. Londres, Macmillan, 1985.

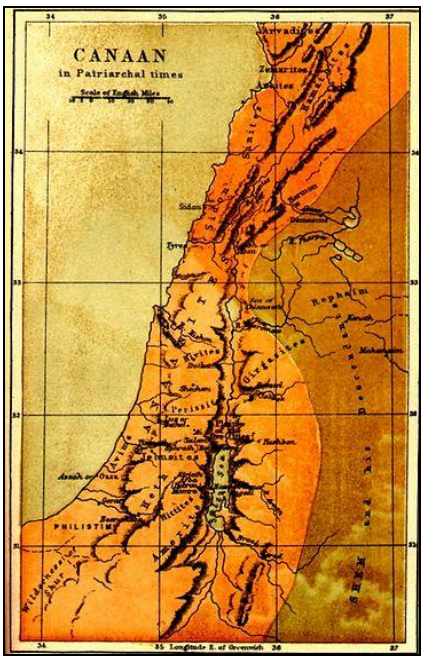
[42] "Culminava uma tendência que aflorara em períodos históricos precedentes, o auge da propriedade e da iniciativa privada, embora sem nunca substituir o Estado, representado pelas suas instituições (templos, palácios) na direção dos assuntos econômicos" (Carlos González Wagner. *Op. Cit*., p. 48).

[43] Jean-Jacques Goblot. *Op. Cit*., p. 181.

[44] Carlos González Wagner. *Op. Cit*., p. 30.

[45] O termo *ayriano* significa nobre, bom e, por extensão, nobreza, classe dominante.

A partir do século XIII A.C, os grandes impérios situados na bacia do Mediterrâneo regrediram ou simplesmente colapsaram: o Império Hitita, os reinos micênicos (na Creta e na Grécia insular), o próprio Egito faraônico, que dominava todo o Oriente Médio. Alterações climáticas de longo prazo afetaram, a partir de 1.250 A.C, aproximadamente, toda a região, gerando rebeliões internas e ataques externos de povos "bárbaros" a procura de um habitat para sobreviverem. Na Palestina, originalmente "egípcia", apareceram vilarejos localizados no território associado pela Bíblia às tribos de Israel. O povo judeu, segundo hipóteses recentes, teria surgido dentro de Canaã como uma espécie de "dissidência interna" dos povos moradores originais dessa região, os cananeus. Tanto os episódios bíblicos do êxodo judeu do Egito encabeçado por Moisés quanto a conquista de Canaã liderada por Josuê seriam, nessa análise, episódios lendários: "Uma análise arqueológica das narrativas dos patriarcas, conquista, juízes e reis, mostra que enquanto não há nenhuma evidência convincente arqueológica de qualquer um deles, há uma clara evidência arqueológica que coloca as narrativas em um contexto do finais do século VII A.C".[46]



Canaã na era dos Patriarcas

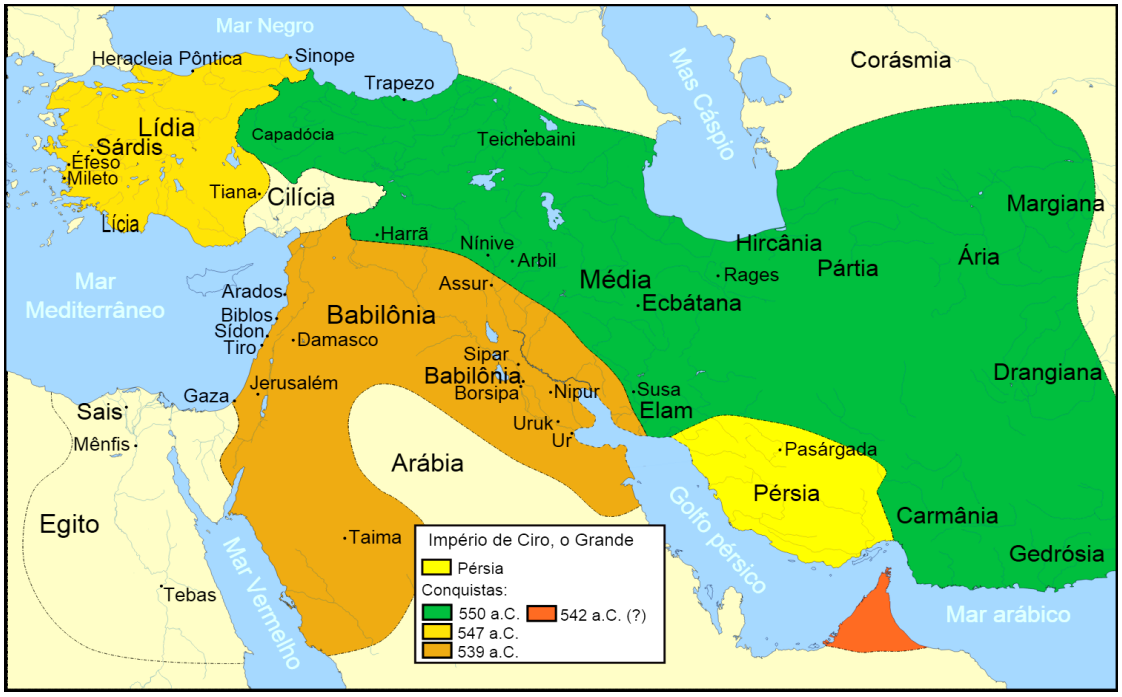
Os autores desse fragmento argumentam que os israelitas não conquistaram o Canaã (como indicado no livro de Josué), pois a maioria deles já estava aí desde sempre; os israelitas históricos eram simplesmente cananeus que desenvolveram uma nova cultura. Os padrões de assentamentos prolongados nos antigos centros israelitas não mostram sinais de invasões violentas ou de migrações, mas sim uma transformação demográfica até 1.200 A.C, quando apareceram aldeias em lugares previamente despovoados, com uma aparência similar aos campos beduínos, sugerindo que os habitantes eram pastores nômades levados à agricultura na Idade do Bronze tardia pelo colapso da cultura cananeia. A narração bíblica em que Saul, Davi e Salomão são apresentados como governantes de um poderoso reino unido de Israel e Judá é considerada pelos autores citados como uma ficção: Israel tinha à época uma existência insignificante, muito pobre para ter um exército poderoso e administrar um reino ou um império.

O reino judeu teria surgido posteriormente, no início do século IX A.C. Há poucos dados para sugerir que Jerusalém, descrita na Bíblia como a capital do reino de Davi, fosse pouco mais do que uma aldeia antes disso, enquanto Judá permaneceu como uma região rural pouco

[46] Israel Finkelstein e Neil Asher Silberman. *A Bíblia não Tinha Razão*. São Paulo, A Girafa, 2003.

povoada até o século VII A.C: Davi e Salomão foram provavelmente personagens históricos, talvez chefes militares tribais que tiveram seus feitos exagerados pelos seus descendentes, para fortalecer política e mitologicamente a monarquia de Jerusalém.

Shlomo Sand fez afirmações semelhantes:[47] a "Terra de Israel", constatou, quase não é mencionada no Antigo Testamento; a expressão mais frequente é "Terra de Canaã". Quando Israel é mencionada, não inclui Jerusalém, Hebron ou Belém. A "Israel" bíblica seria somente a Israel do norte (Samaria) e jamais teria existido um reino único e unido que a incluísse junto com Judeia e Samaria. O mesmo autor defendeu a tese de que os judeus de hoje têm pouco em comum uns com os outros, e com aqueles do passado bíblico, pois não existe uma linhagem étnica judia, em virtude do elevado índice de conversão na Antiguidade clássica europeia. Também não existe uma linguagem comum, pois o hebraico era unicamente utilizado para efeitos litúrgicos; o ídiche, bem posterior, era somente utilizado pelos judeus asquenazes (europeus). Em outras palavras, o "povo judeu" seria uma construção ideológica *ex post facto*.[48] Críticos dos autores citados se limitaram a reafirmar que já existia um Estado judeu centralizado durante a era salomônica.



Num período posterior, na Ásia Central, em 550 A.C, os persas, com Ciro "o Grande", derrocaram o rei dos medos e formaram sua própria dinastia (o Império Aquemênida), que dominou Babilônia, Palestina, Síria e a Ásia Menor até o Egito. Após sua anexação pela Pérsia, o Egito, o Chipre e a Fenícia, foram reunidos na sexta satrapia dos persas aquemênidas, que possuíram um império extremamente organizado: os caminhos internos de Sardes até Susa e o sistema postal funcionavam no império com eficácia surpreendente. O Império Persa chegou até a Líbia pelo oeste, e pelo leste até o Paquistão, cobrindo uma superfície maior do que a do Império Romano, e incluindo o vale do Indo. No ápice de seu poder, após a conquista do Egito, o império abrangia aproximadamente oito milhões de quilômetros quadrados situados em três continentes: Ásia, África e Europa. Em sua maior extensão, fizeram parte do império os territórios atuais do Irã, Turquia, parte da Ásia Central, Paquistão, Trácia e Macedônia, boa parte dos territórios litorâneos do Mar Negro, Afeganistão, Iraque, o norte da Arábia Saudita,

[47] Shlomo Sand. *A Invenção da Terra de Israel*. São Paulo, Saraiva, 2014.

[48] Shlomo Sand. *Comment le Peuple Juif fut Inventé*. De la Bible au sionisme. Paris, Fayard, 2008.

Jordânia, Israel, Líbano, Síria, bem como os centros populacionais do Egito antigo até às fronteiras da Líbia.

O Império Aquemênida foi o principal inimigo das cidades-estado gregas, protagonizando diversas guerras contra elas, e também foi pioneiro da emancipação dos escravos (incluindo a libertação do povo judeu de seu cativeiro na Babilônia), da instituição de fortes infraestruturas, com um sistema postal e viário unificado, e da utilização de um só idioma oficial em todos os seus territórios. O império tinha uma administração centralizada e burocrática, sob o comando do imperador, e um enorme número de soldados profissionais e funcionários públicos, que inspirou todos os impérios posteriores. Foi, provavelmente, o primeiro império a sofrer de gigantismo, isto é, da necessidade além de suas possibilidades de controlar vastas extensões territoriais e longas fronteiras, e também uma extraordinária diversidade etnocultural. Isto foi indicado como causa central de sua derrocada, à medida que a delegação de poder aos governos locais enfraqueceu autoridade central, fazendo com que muita energia e recursos fossem gastos nas tentativas de subjugar rebeliões locais. Tal fato serviu para explicar porque Alexandre, o Grande (Alexandre III da Macedônia), ao invadir a Pérsia, em 334 A.C, se deparasse com um reino pouco unido, comandado por um monarca enfraquecido, que o rei macedônio conseguiu derrotar.

Estudos mais recentes argumentaram, ao contrário, que o Império Aquemênida não se encontrava em crise no período de Alexandre, e que apenas as disputas internas pela sucessão monárquica dentro da própria família causaram seu enfraquecimento.[49] Por outro lado, o legado histórico do Império Aquemênida, depois de desfeito, sobreviveu às suas perdas territoriais e militares. Muitos atenienses adotaram costumes aquemênidas em suas vidas cotidianas e, numa troca cultural recíproca, muitos deles foram empregados ou aliados dos reis persas. O impacto do chamado Édito de Ciro foi mencionado nos textos judaico-cristãos, e o império foi fundamental na difusão do zoroastrianismo por grande parte da Ásia, até à China.

Um dos feitos mais notáveis da engenharia persa foi o sistema de gestão de água, cuja seção mais antiga tem mais de três mil anos e 71 quilômetros de longitude. Para finais do século V A.C estima-se que 50 milhões de pessoas vivessem no Império Aquemênida, aproximadamente 44% da população mundial da época, fazendo dele o maior império de todos os tempos em termos de porcentagem populacional mundial. Os persas chegaram a invadir o sul da Rússia e o sudeste de Europa, mas o filho de Ciro, Darío, em 490, foi derrotado em Marathon pelos atenienses (a prova atlética olímpica que leva esse nome, deve-se à distância, pouco mais de 42 quilômetros, percorrida pelo mensageiro ateniense que levou a notícia dessa vitória à cidade de Atenas, morrendo logo depois).

Em 480 A.C, o filho de Dario, Xerxes, invadiu novamente a Grécia, enfrentando os espartanos na batalha das Termópilas. A epopeia do rei espartano Leônidas e dos trezentos soldados que detiveram os persas se transformou num dos mitos fundadores do Ocidente, ou melhor, da suposta superioridade ocidental contra a “barbárie”, oriental ou asiática.[50] Posteriormente, os persas sofreram uma nova derrota esmagadora em Salamis e foram expulsos da “Europa” no ano 479 A.C. O Império Aquemênida teria entrado depois em decadência, segundo a versão histórica tradicional. Mas só um século e meio depois, em 331 A.C, Alexandre o Magno conquistou esse império, derrotando o exército persa na batalha de Arbela e incorporando

[49] Josef Wiesehöfer. *Ancient Persia.* Nova York, I.B. Tauris, 2007.

[50] Diversamente de seus epígonos “ocidentalistas” contemporâneos, os gregos sabiam apreciar as virtudes de seus adversários, ou seja, de outras culturas, adversárias e até inimigas. Xenofonte, soldado mercenário, discípulo de Sócrates e um dos pais da *História*, escreveu uma "Ciropedia", ou "educação de Ciro", descrevendo elogiosamente o príncipe persa Ciro, o jovem, e informando que seu homônimo ancestral, o fundador do Império Persa, partilhava nas campanhas militares dos mesmos infortúnios de qualquer soldado raso, dormindo em tendas e comendo ração de campanha.

Pérsia ao seu próprio império. Antes disso, em 332, Alexandre conquistara o Egito, com pouca resistência dos dominadores externos persas, sendo bem recebido pelos egípcios como um libertador.

A administração do Egito estabelecida pelos sucessores de Alexandre, os chamados reis Ptolomeus, foi baseada no antigo modelo egípcio, com a nova capital do país sendo estabelecida na recém-erigida Alexandria. A cidade foi erguida para mostrar o poder e o prestígio do governo grego, e se tornou um lugar de aprendizado e irradiação de cultura, centrada na sua famosa biblioteca. O Farol de Alexandria iluminou o caminho para os muitos navios que mantinham comércio com a cidade, alimentando as empresas geradoras de receitas; a fabricação de papiros foi a principal prioridade da época, com usos múltiplos, inclusive e, sobretudo, o da escrita, que nos permitiu conhecer parte da história do primeiro reino unificado historicamente conhecido (o Egito Antigo) e, desse modo, da "mais longa experiência humana documentada de continuidade política e cultural".[51]

Os *árabes*, os habitantes da península árabe, nessas alturas, eram ainda povos situados na outra margem do Mar Vermelho, dispersos, "bárbaros" (termo derivado de *barbaricus*, denominação romana para os povos europeus situados fora das fronteiras de seu império) sem cultura desenvolvida, que em nada pareciam antecipar os futuros conquistadores dos espaços histórico-geográficos das grandes civilizações orientais antigas. Essas civilizações, no entanto, se encontravam esgotadas em sua dinâmica interna; só "bárbaros", forças *externas*, poderiam recuperar e dar algum tipo de continuidade à sociedade e à civilização criada pelos antigos: na conhecida assertiva de Friedrich Engels, "de fato, *só bárbaros são capazes de rejuvenescer um mundo que sofre de civilização agonizante*":[52] "Desde o fim do segundo milênio (AC), foi nesses centros de civilização mais recentes (e também nos povos bárbaros situados na 'orla' do mundo civilizado) que se tornou possível realizar novos progressos técnicos e intelectuais, enquanto os centros de civilização mais antigos pareciam ter esgotado suas capacidades de desenvolvimento".[53]

Esses "centros mais recentes" foram, para as antigas civilizações do Oriente, sucessivamente, as populações alógenas revoltadas em seu interior (como vimos no caso do Oriente Médio), os persas, os gregos,[54] os romanos e, com o declínio da civilização greco-romana, os *árabes*. Esses "bárbaros" deram cabo de civilizações estagnadas e se apropriaram (com acidentes e perdas) de seu capital cultural. O "vazio" deixado pelo Império Romano na Europa, no exemplo histórico mais conhecido, foi preenchido pelos "bárbaros" cristianizados, ou seja, convertidos a uma religião de origem oriental que já dominava o histórico espaço imperial romano.

"Os povos bárbaros foram sujeitos à influência da civilização mediterrânea desde a remota Antiguidade. A cristianização, associada á transformação de suas bases sociopolíticas, teve um papel essencial na imposição a esses povos da cultura clássica e na adoção de seus modelos. Isto não significa, porém, que a adoção do santo batismo tenha lavado nos germânicos,

---

[51] Ciro F. S. Cardoso. *Op. Cit.*

[52] Friedrich Engels. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2002.

[53] Jean-Jacques Goblot. *Op. Cit*., p. 182.

[54] Estes são considerados, como se sabe, os fundadores da ulterior civilização ocidental ou europeia, que foi um fenômeno histórico comparativamente tardio. Os primeiros "europeus" tiraram vantagem de seu atraso histórico ou "barbárie" inicial: "A divisão em classes e a exploração das massas eram necessárias para acumular os recursos e reunir o pessoal indispensável ao estabelecimento das indústrias do bronze. Uma vez atingido esse fim, outras comunidades puderam beneficiar da nova organização sem terem, elas próprias, de se sujeitar ao mesmo grau de exploração... É exatamente em virtude de seu estado de atraso que a Europa beneficiou dos progressos de Oriente, sem ela própria pagar o custo dessa mudança, e que se aproveitou do capital acumulado, sem ter participado de sua acumulação" (Vere Gordon Childe. *L'Europe Préhistorique.* Paris, Payot, 1962, pp. 82-97).

eslavos ou bálticos, além do pecado original, as sobrevivências de sua cultura original. A ideia de um novo início através do qual as sociedades tribais tradicionais teriam se desembaraçado da bagagem do próprio passado, transformando-se nas herdeiras civilizadas de Roma, não deveria passar pela cabeça de um historiador que se respeite".[55] Uma indicação que cabe também para a relação dos árabes com as antigas civilizações orientais.

Foi exatamente devido à sua condição inicial de "barbárie" que a civilização europeu-ocidental conseguiu preencher um papel histórico diferenciado. A origem oriental da civilização ocidental não é matéria polêmica: "Europa constituiu durante a maior parte de sua história uma *zona de barbárie* na margem extrema ocidental da *zona de civilização* que se estendia da China, a leste, passando pela Ásia meridional até o Próximo e Médio Oriente. Exatamente no começo da história europeia, as relações econômicas com o Próximo Oriente foram importantes. Foram-no também no começo da história feudal europeia, quando a nova economia bárbara (ainda que fosse, potencialmente, muito mais progressiva) se estabelecia sobre as ruínas dos antigos impérios greco-romanos; seus centros mais avançados estavam situados ao longo das etapas terminais do comércio leste-oeste através do Mediterrâneo (a Itália, o vale do Reno)".[56]

Do outro lado (o lado sul) do Mediterrâneo, foi da decadência e decomposição das antigas civilizações do Oriente Médio e da Ásia Menor e Central, civilizações, no entanto, parcialmente sobreviventes como substratos nas sociedades criadas pelo longo domínio "externo" greco-romano, combinadas com as investidas conquistadoras e as migrações populacionais da região, que surgiu, vários séculos depois, a "civilização árabe". Os contatos entre os povos das "terras árabes" e as populações do Próximo e Médio Oriente eram bem antigos. A leste e sudeste da Fenícia e da Palestina estendiam-se planícies povoadas de criadores nômades que falavam línguas semíticas. O regime dos clãs e até mesmo sobrevivências do patriarcado mantiveram-se ali até o fim do primeiro milênio antes de nossa era. Em certas regiões formaram-se Estados escravagistas. No sul da Arábia, a escravatura apareceu nos confins do II e I milênios, nos reinos de Mineens Sabá e outros. Seu regime social e político é pouco conhecido; sabemos, porém, que no segundo milênio antes de nossa era os árabes mantinham relações econômicas e políticas com os Estados do Próximo Oriente, nomeadamente a Palestina.

No século IX (A.C) "tropas árabes participaram na luta dos reis da Síria e da Palestina contra a Assíria. A domesticação do camelo por esses povos favoreceu o desenvolvimento do comércio da Península Árabe com a Palestina e a Mesopotâmia; ao mesmo tempo, os mercadores do sul da Arábia traficavam com a Índia e com a África. No final do segundo milênio, as tribos de criadores aramaicos da Arábia penetraram na Síria. Repeliram os assírios e fundaram vários pequenos Estados, inclusive Damasco, que no século IX travou contra os assírios uma luta tenaz: em 854, as tropas de Damasco, de Israel e das tribos árabes triunfaram dos exércitos assírios que haviam invadido a Síria".[57] Os assírios, porém, acabaram finalmente se impondo, por vários séculos, na dominação do Oriente Médio. Só um milênio e meio depois, os povos habitantes da Península Arábica, que já praticavam um importante comércio externo nas suas regiões costeiras e um comércio interno com uma população agrária nômade no seu *hinterland*, irromperam novamente além de suas fronteiras "naturais", iniciando um novo ciclo histórico no Próximo e no Médio Oriente.

---

[55] Karol Modzelewski. *L'Europa dei Barbari.* Le culture tribali di fronte alla cultura romano-cristiana. Turim, Bollati Boringhieri, 2008, p. 14.

[56] Eric J. Hobsbawm. Do feudalismo ao capitalismo. In: Rodney Hilton et al. *A Transição do Feudalismo para o Capitalismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

[57] V. Diakov e S. Kovalev. *Op. Cit.*, pp. 273-274.

ISLÃ E UNIFICAÇÃO ÁRABE

Banheiros ao lado da moradia dos mortos! Porque e em que tempos foram construídos? Nada, absolutamente nada conhecemos daquelas remotas épocas. Ô perda irreparável da Biblioteca de Alexandria! Mas respeito a decisão do Califa do maior dos Profetas (**Ali Bey – Domingo Badia**, 1806)

O politeísmo sobreviveu nos países conquistados pela expansão helênica. A cultura grega não suplantou a cultura egípcia no país conquistado por Alexandre Magno; os reis Ptolomeus se apoiaram nas tradições antigas do Egito em um esforço para garantir a lealdade da população do país: construíram novos templos em estilo egípcio, sedes dos cultos tradicionais, e se retrataram a si próprios como o faziam os antigos faraós. Algumas tradições antigas foram fundidas com as novas, com os deuses gregos e os antigos deuses egípcios sincretizados em divindades compostas, como Serápis, fazendo com que formas clássicas da escultura grega influenciassem e mudassem os tradicionais motivos pictóricos e plásticos egípcios. Apesar de seus esforços para governar desse modo, os Ptolomeus foram desafiados pela crescente rebelião nativa e pelas rivalidades familiares, além da bandidagem local.

Como a pujante nova potência mediterrânea sediada na península itálica, Roma, fosse também uma forte importadora de grãos do Egito, os romanos em sua expansão conquistadora passaram a ver o reino ptolomaico com forte e crescente interesse. Contínuas revoltas egípcias, políticos ambiciosos e poderosos oponentes sírios tornavam a região instável, favorecendo a decisão romana de enviar forças para incorporar o país como província de seu império. O Egito tornou-se uma província do Império Romano em 30 A.C, depois de três séculos de helenização, após a derrota de Marco Aurélio e Cleópatra VII por Otaviano (o posterior imperador Augusto) na batalha de Ácio. Os romanos dependiam largamente das remessas de grãos do Egito; o exército romano, sob o controle de um general nomeado pelo imperador, reprimiu as revoltas nativas, aplicando depois da vitória a cobrança de pesados impostos à população local.

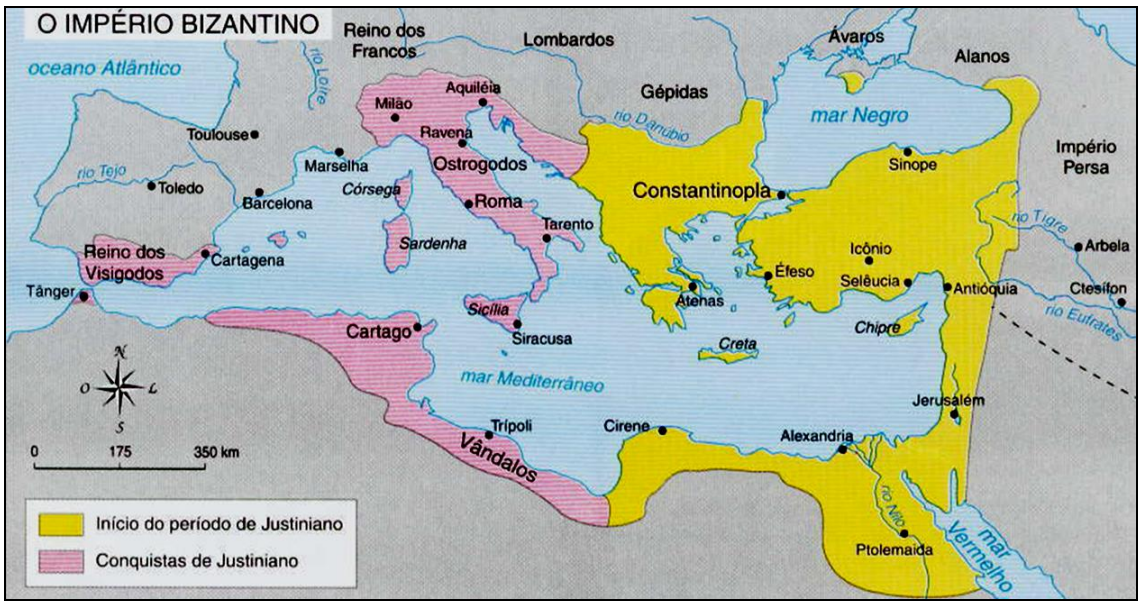
A dominação romana se estendeu ao longo de três séculos, constituindo uma nova camada histórica na cultura egípcia (futuramente "árabe"). Embora os romanos tivessem uma atitude mais hostil do que os gregos para com os egípcios, algumas tradições, como a mumificação e o culto dos deuses tradicionais, continuaram a ser permitidos pelos novos dominadores. A administração local tornou-se romana em seu estilo, fechando-se também aos nativos. A partir de meados do século I D.C, o cristianismo se enraizou também em Alexandria, ameaçando as tradições religiosas populares e o paganismo romano. Isso levou à perseguição dos egípcios convertidos ao cristianismo, que culminou no grande expurgo do imperador Diocleciano, em 303 de nossa era.

Com a adoção do cristianismo como religião oficial pelo Império Romano, em 391 o imperador romano-cristão Teodósio I introduziu, ao contrário, uma legislação que proibiu os ritos pagãos; os antigos templos egípcios foram, em consequência, fechados. Alexandria tornou-se palco de grandes demonstrações antipagãs; as imagens antigas foram destruídas. E, enquanto a população nativa do Egito continuou a falar sua linguagem tradicional, a capacidade de ler e escrever hieróglifos desapareceu lentamente; o papel dos sacerdotes e sacerdotisas dos templos egípcios foi também diminuindo. Os templos egípcios foram convertidos em igrejas cristãs, ou abandonados no deserto.

Para além das numerosas investidas externas, o declínio econômico (comercial) foi o pano de fundo do declínio da civilização egípcia. No Egito dos faraós e no Império Romano, o incenso e a mirra usados nos cultos religiosos e funerais fizeram desses dois óleos aromáticos as mercadorias mais caras e prezadas da região mediterrânea, ativando um intenso comércio. Com a dissolução do Império Romano, surgiram predicadores cristãos que rejeitaram o uso de ambos os produtos por serem pagãos e blasfemos, e eles caíram progressivamente em desuso; em consequência, o comércio externo do Egito diminuiu consideravelmente. A Alexandria

egípcia foi cristianizada e submetida à Igreja Romana. Antes do decreto de Teodósio, em 325, o Concílio de Niceia instituiu o Patriarcado de Alexandria, o segundo mais importante da cristandade após o Patriarcado de Roma, exercendo sua autoridade sobre o Egito e a Líbia. Pouco mais de um século depois, em 451, o Concílio de Calcedônia condenou a doutrina do monofisismo (segundo a qual Jesus, depois da encarnação, tinha apenas uma natureza, a humana), gerando a cisão que separou a cristandade egípcia (adepta do monofisismo, os *coptos*) dos outros cultos cristãos da época.

Em 395, o decadente Império Romano dividiu-se em duas partes, ocidental e oriental, ficando o Egito inserido no domínio de Império Romano do Oriente. Na Europa, com a queda do Império Romano de Ocidente houve um forte retrocesso econômico, com a extinção da maioria das rotas de comércio externo, e também de boa parte das rotas internas. A parte oriental do império (o Império Bizantino) se manteve em pé e se expandiu, permanecendo aberta às trocas comerciais com o exterior através das rotas do Mediterrâneo, que passavam pelo Oriente Médio.[58] Ao longo dos séculos a Igreja de Constantinopla (ou Igreja Bizantina) foi cada vez mais se distanciando da Igreja Católica, se recusando a reconhecer o Patriarca de Roma como autoridade cristã universal. Esse distanciamento acabou levando ao rompimento total entre as duas igrejas em 1054, com um curto período de reunificação no século XV, devido ao Concilio de Florença. A intolerância religiosa da dominação bizantina, com os editos do *basileus* Eraclio, impuseram rígidas normas religiosas em todo o Oriente Médio, como o batismo obrigatório dos judeus, presentes em toda a região, e a imposição da doutrina da Igreja Bizantina aos cristãos coptos (ou monofisistas). Foi isto que levou o Egito a não opor grande resistência à penetração religiosa externa, quando a religião islâmica se expandiu a partir de seu núcleo original na Península Arábica, a partir do século VII.



Na Pérsia, depois do período de domínio de Alexandre, um de seus generais, Seleuco, criou uma nova dinastia. Os selêucidas foram sucedidos pelos partos, até 224 D.C. Estes construíram um grande império desde leste da Ásia Menor até o sul oeste da Ásia, enfrentando os romanos no Ocidente e os *kushans* no atual Afeganistão. A dinastia seguinte, os sassânidas, durou mais de 400 anos, atingindo seu apogeu no século VI. Suas tropas chegaram até Constantinopla, capital de Bizâncio, sendo depois derrotadas. No Império sassânida, o zoroastrismo se transformou em religião de Estado: era uma religião bipolar, à qual se opôs o maniqueísmo, que estabelecia uma distinção absoluta entre bem e mal; o Bem estaria em conflito

[58] Georg Ostrogorsky. *Storia dell'Impero Bizantino.* Turim, Einaudi, 2005.

permanente com o Mal. A polaridade (oposição) zoroastrismo – maniqueísmo criou um modelo de pensamento que se estendeu para bem além do âmbito religioso.

Sob a dinastia sassânida, a exploração e opressão da população persa atingiu um alto grau. Milhares de camponeses pobres migravam para as cidades, onde eram transformados em escravos; no entanto, a própria escravidão atingiu seu limite de expansão (havia "demasiados" escravos) e entrou em crise: explodiu um movimento revolucionário liderado por Mazdak, que defendia a distribuição igualitária da riqueza, a proibição de ter mais de uma esposa, e o fim da nobreza. Seu movimento durou trinta anos, de 494 até 524: durante o reinado de Nosherwan, o movimento de Mazdak foi brutalmente reprimido, sendo assassinados trinta mil de seus seguidores, mas sua derrota foi seguida de reformas sociais e agrárias preventivas de novas revoltas sociais.

No século seguinte, na Península Arábica, todos esses fenômenos histórico-geopolíticos, combinados com abalos e mudanças econômicas e sociais internas, fizeram surgir uma nova sociedade, caracterizada por forte vigor e ímpeto expansionista. Os *árabes* foram mencionados como um grupo ou sociedade diferenciada, na primeira vez registrada por escrito, em uma inscrição assíria de 853 A.C, onde se menciona o rei Gindibu de *matu arbaai* (terra árabe); os árabes já eram reconhecidos como tais, portanto, pelo menos quinze séculos antes de sua unificação "islâmica".[59] Seu território era constituído por regiões desérticas e outras de clima subtropical mediterrâneo no litoral: uma área de aproximadamente um milhão de quilômetros quadrados, a maior parte recobertos por um enorme deserto, pontilhados por alguns oásis e por uma cadeia montanhosa, a oeste.

Somente uma estreita faixa no litoral sul da península possuia terras aproveitáveis para a agricultura. As dificuldades de plantio e a criação de animais determinaram o nomadismo de parte de seus habitantes, que vagavam pelo deserto em caravanas, em busca de água e de melhores condições de vida; eles foram chamados de *beduínos*. Os povos árabes eram politeístas e/ou animistas, e dedicados basicamente à criação de animais. Até o século VI, os árabes viviam organizados em tribos ou clãs, sem que houvesse um Estado centralizado. No interior da Península Árabe as tribos nômades de beduínos viviam basicamente do pastoreio e do comercio. Às vezes entravam em luta pela posse de um oásis ou pela liderança de uma rota comercial. Também eram comuns seus ataques a caravanas que levavam artigos do Oriente para serem comercializados no mar Mediterrâneo ou no mar Vermelho.

Dispersos num grande território, porém, os árabes edificaram grandes cidades comerciais; as mais importantes localizavam-se a oeste, na parte montanhosa da Península Arábica: latribe, Taife e Meca, todas na confluência das rotas das caravanas que atingiam o mar Vermelho. O sul da península conheceu uma prosperidade importante para a época: os primeiros geógrafos do Império Romano o chamavam de *Arabia Felix*. A cidade de Meca era, sem dúvida, a mais destacada; como centro religioso de todos os árabes reunia periodicamente milhares de crentes, o que tornava seu comércio ainda mais intenso. Além da referência à terra original ("Ara-Bar"), a palavra "árabe" significava "compreensível", aquele que falava a língua dos habitantes dessa terra. Os beduínos da Península Arábica utilizavam o termo com esse significado; aqueles cuja língua eles compreendiam eram árabes, aqueles cuja língua era

[59] *Gli Arabi prima dell'Islam*. Roma, Jaca Book, 2007; Edward Atiya. *Gli Arabi*. Bolonha, Cappelli, 1962; Pier Giovanni Donini. *Il Mondo Arabo-Islamico.* Roma, Edizioni Lavoro, 1995; Francesco Gabrieli. *Gli Arabi*. Florença, Sansoni, 1957; Michelangelo Guidi. *Storia e Cultura degli Arabi Fino alla Morte del Profeta Mohammed.* Florença, Sansoni, 1951. Nas tradições religiosas islâmicas e judias, os árabes eram um povo semita que tinha sua ascendência de Ismael, um dos filhos do antigo patriarca Abraão. Genealogistas árabes medievais dividiram os árabes em dois grupos: os árabes do sul da Arábia, descendentes de Qahtan, que migraram do Iêmen, onde tinham sido responsáveis pelas antigas civilizações do país, e os árabes (*musta`ribah*) do norte da Arábia, que eram descendentes de Adnan, supostamente descendente de Ismael.

desconhecida para eles eram chamados de *ajam*: árabe era todo aquele que não era (comunicacionalmente) não árabe, o resultado de uma dupla negação, *nós* e *eles*, um procedimento comum aos mais diversos povos. Na região do Golfo Pérsico, *ajam* é frequentemente empregado para se referir aos persas. Outra explicação deriva a palavra árabe de uma expressão significando "viajando pelas terras", isto é, nômade: donde os termos árabe e hebreu, ambos significando *nômades* em seus troncos linguísticos respectivos.

Nas regiões litorâneas da Península Arábica havia, desse modo, centros urbanos e uma economia agrícola mais complexa. Regularmente, os árabes se deslocavam para Meca a fim de prestar homenagens e sacrifícios às várias divindades ai representadas por diversos objetos; entre os locais religiosos cabe mencionar o vale da Mina, o monte Arafat, o poço sagrado de Zen-Zen e a Kaaba, principal templo sagrado onde era abrigada a Pedra Negra, um fragmento de meteorito de forma cúbica protegido por uma enorme tenda de seda preta. A atração religiosa também possibilitava a realização de negócios, que acabaram formando uma rica classe de comerciantes. O papel central na unificação dos povos árabes coube a Maomé, pregador que veio a ser considerado um novo profeta. Tendo sido por muito tempo guia de caravanas, Maomé percorreu o Egito, a Palestina e a Pérsia, conhecendo religiões monoteístas como o judaísmo e o cristianismo. A grande transformação de sua vida teve lugar quando, já bem estabelecido economicamente, divulgou que tivera uma visão do arcanjo Gabriel em que este lhe revelara a existência de um deus único, Alá.

O nascimento do monoteísmo islâmico vinculou-se a uma crise simultaneamente histórica e política da sociedade (ou melhor, das sociedades) árabe(s): "A religião (árabe) correspondia à fase de transição da fragmentação da sociedade tribal para a formação de núcleos urbanos organizados de vida citadina. O culto da natureza, dos animais, das árvores e das pedras sagradas cedia seu posto ao culto das divindades locais, com tendência para manifestações iniciais de monoteísmo urbano. A presença na Arábia de comunidades cristãs, separadas tanto da igreja romana quanto da bizantina, davam maior consistência a essa orientação religiosa. Os contatos de Maomé com esses grupos nos seus anos juvenis desenvolveram e consolidaram a rígida direção monoteísta da sua prédica.

"Uma das mais antigas divindades tribais, *Hubal*, que tinha na Meca um santuário venerado que era objeto de peregrinações, começava a ser chamada de *Allah*, que é a contração do adjetivo *al-illah*, 'o onipotente', o Deus por excelência, afim etimologicamente de seu equivalente bíblico *ha-elohim*. No início do século VII D.C, a situação da Arábia estava profundamente cambiada por uma crise econômica e espiritual. Séculos de lutas internas e guerras devastadoras, agravadas pelas invasões etíopes pelo sul, levaram ao abandono da feritização do solo e à mudanças da antiga rota das caravanas, desviada das costas do mar Vermelho para as planícies iranianas, onde o império sassânida garantia maior segurança. A vida das tribos árabes estava cada vez mais precária, com a decadência de cidades e regiões que em tempos romanos haviam conhecido dias melhores. Como acontece nas fases de transição social, o descontentamento provocado pela decadência econômica e social se traduziu numa crise religiosa".[60]

A passagem do politeísmo animista majoritário entre os árabes ainda dispersos para a unificação político/religiosa monoteísta foi na Arábia, portanto, gradual, ou melhor, produto de processos cumulativos que provocaram um "salto" em um período de tempo breve, em cujo centro situou-se um personagem de dimensões históricas. Começada sua pregação, Maomé foi perseguido pelos comerciantes *koreixitas*, habitantes da zona costeira; Maomé fugiu de Meca para Iatrib (Medina) em 622, um movimento conhecido como a *hegira* (retirada). Foi esse o momento em que, provavelmente, Maomé se convenceu de que sua pregação correspondia a uma missão profético-religiosa, embora não desejasse, pelo menos

[60] Ambrogio Donini. *Op. Cit.*, pp. 271-271.

inicialmente, criar uma nova religião, mas um novo código de conduta social e individual. Apoiado militarmente pelos comerciantes dessa cidade, Maomé impôs suas ideias pela guerra em toda a península. Os comerciantes de Meca, finalmente derrotados, decidiram reconhecer a autoridade religiosa de Maomé, que se comprometera a preservar as divindades milenares da cidade. Na peregrinação anual dos povos árabes à Kaaba, em 631, porém, os peregrinos não encontraram suas velhas divindades; encontraram-na, ao contrário, transformada no que seria uma mesquita (templo islâmico): essa peregrinação foi uma transição entre o politeísmo praticado até então e o monoteísmo que o substituiria. Em 632, na peregrinação anual, Maomé se fez presente e, com demonstrações dos rituais a serem seguidos nas visitas futuras, além de um discurso forte, declarou ter cumprido sua missão e exortou todos os árabes para permanecer unidos no novo credo.

Depois de conquistar Meca e destruir os ídolos da Kaaba, Maomé retornou a Medina, de onde organizou expedições para toda a Arábia central, que colocaram boa parte da península sob a autoridade do Profeta, mas sua unificação efetiva só foi concluída após sua morte. Era a vitória simbólica e efetiva de uma nova ética e de um novo nexo social para os povos da região. Com o surgimento do Islã, os antigos vínculos sociais baseados no parentesco e nas alianças familiares foram substituídos por laços mais amplos baseados numa fé comum, no elemento unificante da *Umma* (comunidade dos crentes), estabelecendo ao mesmo tempo uma relação especial entre religião e política (ou seja, entre religião e "Estado"). *Islã* provem do árabe Islām, que deriva da da raiz *slm*, *aslama*, e significa "submissão (a Deus)". O Islã é descrito em árabe como um "diin", o que significa "modo de vida" e/ou "religião" e possui uma relação etimológica com outras palavras árabes como Salaam ou Shalam, que significam "paz". *Muçulmano*, por sua vez, deriva da palavra árabe muslim (plural, muslimún), particípio ativo do verbo aslama, "aquele que se submete".

Após sua morte, os califas (substitutos do "enviado de Alá", do árabe *khilāfa*, que significa "sucessão", "lugartenente") utilizaram-se das guerras, admitidas na propagação do islamismo para unificar a Península Arábica e iniciar sua expansão. Abu Bakr, um companheiro e amigo próximo de Maomé, foi nomeado primeiro califa. Durante a liderança de Abu Bakr os muçulmanos se expandiram para a Síria depois de derrotar uma rebelião de tribos árabes em um episódio conhecido como as guerras Ridda, ou "Guerras de Apostasia". Neste período, o Alcorão, o livro dos ensinamentos de Maomé, ou das revelações feitas por Alá ao Profeta, foi compilado em um único volume.[61]

Os cinco pilares do Islã eram os cinco deveres básicos de cada muçulmano: a recitação e aceitação da crença; orar cinco vezes ao longo do dia; pagar esmola; observar o jejum no Ramadão; fazer a peregrinação a Meca (*Hajj*), se tiver condições físicas e financeiras. O Islã era uma disciplina social sem precedentes em outras religiões: múltiples orações diárias e controle do corpo (jejum) eram suas premissas. O ritual e o ceremonial religioso também ocupavam um lugar inédito. Que essas premissas e esses rituais se esvaziassem de conteúdo, se tornassem formalidades ou fossem parcialmente ignoradas, em determinadas regiões e períodos, elas não deixaram de marcar, ao longo de toda sua história e até o presente, aquilo que veio a ser polemicamente denominado de "civilização muçulmana".

A expansão árabe iniciou-se logo depois da unificação do país, propiciada pelo islamismo. Em 635 os árabes iniciaram suas vitoriosas campanhas militares sobe a Ásia bizantina e sassânida (persa), civilizações que estavam esgotadas depois de longas lutas entre si e de lutas internas. Em 636, Yarmuk testemunhou a derrota dos bizantinos; no ano seguinte, Qadesiya foi o teatro da vitória árabe sobre os persas. Em 642, os exércitos islâmicos derrotaram definitivamente o

[61] Os livros sagrados compreendem a Torá, os Salmos e o Evangelho. O Alcorão é o principal e mais completo livro sagrado, constituindo a coletânea dos ensinamentos revelados por Deus ao profeta Maomé.

monarca persa Yazdegerd III em Nehawed: nascia assim o “império árabe”, depois conhecido como “islâmico”. A morte de Bakr, em 634, resultou na sucessão de Umar ibn al-Khattab como o califa, seguido por Uthman ibn al-Affan, Ali ibn Abi Talib e Hasan ibn Ali. Os primeiros califas são conhecidos como os "califas bem orientados". No seu governo, o território sob o domínio muçulmano se expandiu profundamente em regiões persas e em territórios bizantinos.

Quando Umar foi assassinado pelos persas em 644, a eleição de Uthman como sucessor foi recebida com crescente oposição. Cópias padrão do Alcorão haviam sido distribuídos em todo o território islâmico. Em 656, Uthman também foi morto e Ali assumiu o cargo de califa. Após a primeira guerra civil (a "primeira Fitna"), Ali foi assassinado em 661. Após um tratado de paz, Muawiya I chegou ao poder e começou a dinastia Omíada. Estas disputas pela liderança política e religiosa deram origem ao cisma na comunidade muçulmana, que também marcou toda sua história. A maioria que aceitava a legitimidade dos três governantes antes de Ali ficou conhecida como os *sunitas*. A minoria discordante, que acreditava que somente Ali e alguns de seus descendentes deviam governar, ficou conhecida como os *xiitas*.[62]

Após a morte de Muawiya em 680, o conflito sobre a sucessão eclodiu novamente em uma guerra civil conhecida como "segunda Fitna". A dinastia Omíada conquistou o Magrebe, a Península Ibérica, a Gália Narbonense e Sind. As populações locais de judeus e de cristãos nativos eram perseguidas por serem minorias religiosas e os muçulmanos tributavam-nas pesadamente para financiar as guerras bizantino-sassânidas, resultando em conquistas excepcionalmente rápidas. A partir da “Constituição de Medina”, no entanto, os judeus e os cristãos continuaram a usar suas próprias leis no território islâmico e tinham seus próprios juízes.

Os descendentes do tio de Maomé, Abbas ibn Abd al-Muttalib, reuniram os convertidos descontentes não-árabes (*Mawali*), árabes pobres e xiitas contra os Omíadas e derrubaram a dinastia com a ajuda do general Abu Muslim, o que deu início a dinastia Abássida, em 750, que, no final da Idade Média, envolvia a península ibérica, o norte da África e o Oriente Médio. Através das conquistas no norte da África, ocorreu um aumento enorme da extensão do novo Império, bem como uma verdadeira revolução na máquina de guerra islâmica, visto que os berberes (povo do norte da África, da região de Numídia) se converteram ao islamismo e tomaram para si a responsabilidade de invadir a Espanha visigótica.

A nova e expansiva religião se apoiava no tecido econômico e social criado por processos seculares sedimentados nessa região: “As caravanas de comércio do Oriente Médio, que levavam o ouro e o marfim africanos, escravos, milho e gado para a Ásia e traziam os metais asiáticos, objetos de metal e produtos têxteis para o Egito, tiveram início muito cedo e sua atividade está bem documentada na Bíblia e nas narrativas patriarcais”.[63] Surgia lentamente, junto com a nova religião, uma nova *civilização*. A língua árabe unificada foi o resultado de

---

[62] A divisão entre xiitas e sunitas começou assim com uma disputa sobre quem deveria ser o sucessor de Maomé na liderança da comunidade muçulmana. Os xiitas defenderam que esse líder deveria ser um membro da família ou da tribo do profeta e, para isso, apoiaram o filho do califa Ali, Hassan, como seu legítimo continuador. Hassan foi assassinado em 661. Hussein, segundo filho de Ali, que se recusou a aceitar a liderança do governador da Síria sobre a comunidade muçulmana, foi massacrado com seus seguidores em Karbala em 680. A partir desse momento, os partidários de Ali (xi´at Ali em árabe) seguiram a liderança religiosa dos imãs descendentes dele, qualificados como dotados de investidura divina e infalíveis, justos e desprovidos de defeitos. O penúltimo, Hassan al-Askari, foi morto pelos Abássidas em 874. Seu filho Muhammad Ibn Hasan Ibn Ali, que tinha apenas oito anos, despareceu nesse episódio. A corrente do xiismo considerou que al-Askari tinha pedido para seu filho se ocultar e que este voltaria no fim dos tempos para implantar um reino de justiça sobre a Terra. Divisões também ocorreram dentro do xiismo, criando as seitas ismaelita, zaidita e duodecimal, entre outras.

[63] Donald Harden. *Op. Cit*., p. 168.

uma mistura entre a língua árabe original e o árabe setentrional, que assimilara palavras de outras línguas semíticas do Levante.

Mas, tratava-se de fato de uma "nova civilização"? Uma civilização se caracteriza pela *criação* de um novo marco histórico, afetando todas as ordens da vida social, familiar e individual. Na visão tradicional, ainda largamente vigente, "os árabes não tiveram uma arte, uma ciência, uma filosofia própria, assimilaram tudo dos gregos, dos egípcios, dos bizantinos, embora soubessem fusionar e reelaborar o todo na sua própria língua".[64] "Fusionar e reelaborar", no entanto, significa também *criar* (pois nunca se cria a partir do nada, a não ser, para os que nela acreditam, a própria Criação); a "língua árabe" *concluiu* sendo a do Islã, o credo religioso que permitiu unificar as energias dispersas de uma região que já possuía, no entanto, uma unidade cultural precedente, reunificada num patamar qualitativamente diferente a partir de um credo comum monoteísta. A partir do último Império Romano de Ocidente, os monoteísmos passaram a ser a base ideológica dos impérios (bizantino e islâmico, sucessivamente, antes dos impérios cristãos ocidentais).

Um monoteísmo simultaneamente diverso e continuador dos precedentes: "Os últimos imperadores romanos elevaram o cristianismo até a categoria de credo universal, mas seus decretos não tiveram o mesmo efeito nas rotas de caravanas que viajavam para o Oriente. Em finais do século V a fé religiosa na Arábia evoluíra em direção de um fervente pluralismo. Havia comunidades judias e cristãs, mas muitos beduínos adoravam ídolos transportáveis, árvores e pedras... Havia centenas de deidades, deuses lunares, deuses das viagens e lendas sobre deuses celestiais. Sobretudo na Meca, a metade caminho de uma das principais rotas comerciais, organizavam-se encontros religiosos. Os promotores da cidade logo perceberam que uma única feira religiosa anual, com todas as deidades, atrairia mais atenção e mais renda. O rito anual, transformado no *hajj* com o nascimento do Islã, começou sendo uma tumultuosa feira devota a centenas de deuses... Um deles – um deus de deuses, não representado por nenhum ídolo – chamava-se Alá. Ainda antes das revelações do Corão, Maomé convenceu-se de que Alá era o único deus verdadeiro, e que as centenas de ídolos adorados na região eram falsos deuses".[65]

Por qual motivo, e através de quais mecanismos históricos? A simplificação, às vezes necessária numa síntese histórica, é, no fragmento citado, excessiva. A "eleição de Alá" por Maomé parece demasiado, nesse fragmento, um exercício de *free choice* religioso projetado anacronicamente em direção de um passado velho de treze séculos. A opção pelo monoteísmo, por um deus impessoal (abstrato) e não representável, implicava uma superação do politeísmo e da superstição fetichista e animista, e a adoção de uma nova moralidade comum, determinada pela nova situação social. Só um monoteísmo *abstrato* (não representável graficamente, nem "fetichizável" em objetos) poderia superar a fragmentação societal dos povos árabes, sacralizada pela variada gama de politeísmos e animismos particulares, superpondo-se, inicialmente, e eliminando depois, todos eles, com rapidez inédita e extraordinária, e criando normas morais (de conduta) que pudessem ser o suporte ideológico para um objetivo (ou "destino") único para povos variados, embora já possuidores de um substrato cultural comum, em primeiro lugar linguístico. Essa necessidade histórica adotou a forma de uma unificação religiosa, pois não de outro modo poderia ter acontecido em sociedades que faziam da religião o cimento ideológico de seu tecido social, tal como já acontecia e aconteceria ainda muito depois na Europa.

A singularidade do monoteísmo islâmico, que não reconhece Messias, mas Profetas (sendo Jesus Cristo um deles) teve consequências de ordem filosófica que se projetaram amplamente

---

[64] Ferdinando Schettino. *Medio Oriente.* L'epicentro dela storia. Roma, Idea, 2008.

[65] Steve Coll. *Los Bin Laden.* Una família árabe en un mundo sin fronteras. Barcelona, RBA, 2008, pp. 90-91.

no tempo: "Existe um vínculo essencial entre a gnoseologia de uma filosofia profética e o fenômeno do Livro santo 'descido do Céu'... A filosofia profética explodiu no Islã xiita, onde achou sua própria tonalidade, profundamente diversa da orientação da filosofia cristã, centrada no fato da Encarnação como entrada do divino na história e na cronologia. As relações entre crença e saber, entre teologia e filosofia, não foram concebidos igualmente".[66] A filosofia árabe desenvolveu uma visão particular da relação entre sagrado e profano, baseada no profetismo mais do que na revelação divina direta, até desaguar numa forma também particular de gnosticismo e até de ateísmo, profundamente influentes na filosofia europeia do período pré-iluminista, como veremos adiante.

Não existe retrato algum representando Maomé, embora exista, diferentemente do Jesus cristão (merecedor de representações imagéticas do mais diverso tipo), a plena certeza de sua existência histórica. No nascimento do Islã, Maomé entendeu que as tribos árabes precisavam "achar uma ideologia que a ajudasse a se adaptar a sua nova situação", nas palavras da Armstrong, e desfraldou uma enorme energia intelectual e política para elaborá-la e impô-la.[67] Nascia assim a chamada "terceira religião mundial monoteísta", que manifestou nos seus primeiros séculos uma vitalidade e impulsão expansionista sem par na história. Uma religião de expansão e unificação, não de resignação diante da conquista externa e do desmembramento interno, como fora o cristianismo quando elevado ao estatuto de religião oficial do já decadente Império Romano, às vésperas de sua divisão. Para Hegel: "A *abstração* dominava os maometanos, seu fim era estabelecer o culto abstrato, e foram atrás dele com o maior entusiasmo. O homem só tinha valor como crente. Orar ao *um*, acreditar nele, jejuar, eliminar o sentimento corporal da particularidade, fazer caridade, renunciar à posse particular: esses são os simples mandamentos. O mérito supremo é o de morrer pela fé; quem perece na batalha pela fé está certo de obter o Paraíso".[68]

O monoteísmo islâmico, por outro lado, não poderia ter sido vitorioso em tão breve lapso de tempo se seu terreno não tivesse sido abonado previamente pelos monoteísmos já existentes (o judeu e o cristão). O monoteísmo judeu, o culto de *Yahwé*, diversamente do Islã, derivou lentamente, num processo secular, do velho politeísmo hebreu, no qual *Yahwé* era um deus entre outros. A religião islâmica, quando Maomé começou a defini-la, recebeu uma variedade de influências, especialmente do judaísmo e do cristianismo, religiões que tinham numerosos crentes na região arábica. A partir dessas influências e das novas condições históricas, Maomé concebeu e fundou uma religião nova em que prevaleciam alguns aspectos das religiões e tradições monoteístas, combinados com as tradições das tribos beduínas de Arábia: "O Islã insistia em que nem Jesus nem Maomé trouxeram uma nova religião. Ambos buscaram chamar o povo de volta 'à fé de Abrãao'... O profeta Maomé mantinha contatos com grupos cristãos na Arábia, e há provas que permitem supor que os cristãos que ele encontrou devem

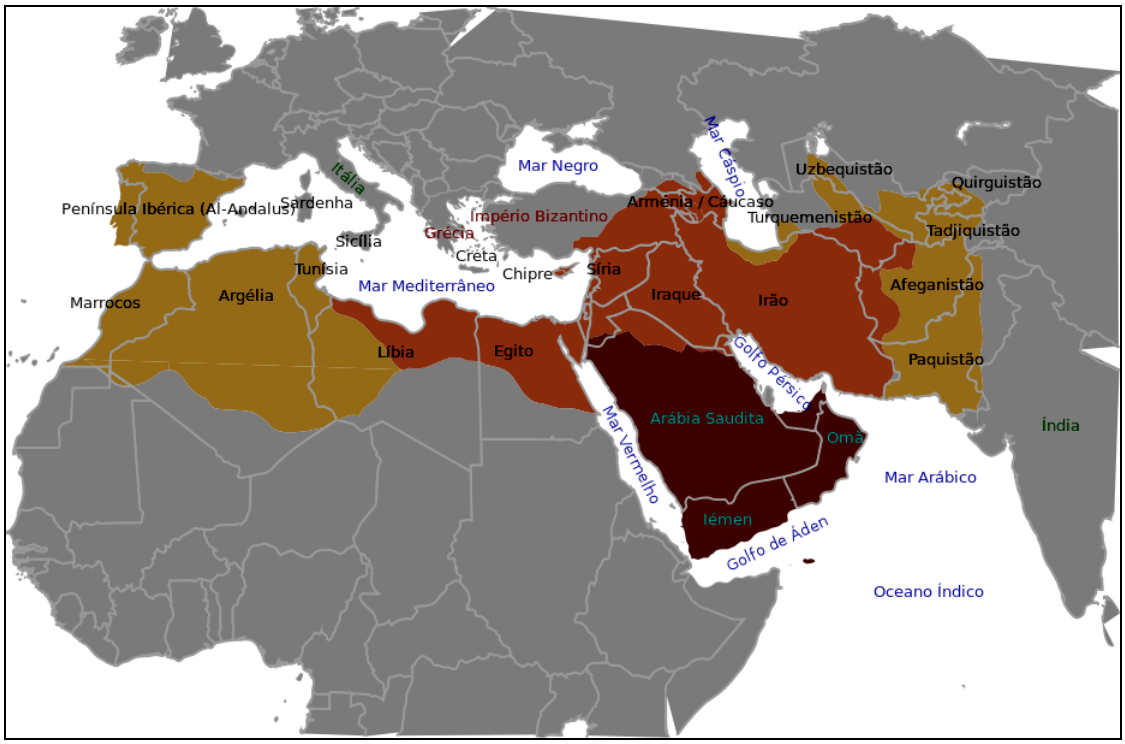
---

[66] Henry Corbin. *Histoire de la Philosophie Islamique*. Paris, Gallimard-Folio, 1986, p. 85: "Há um *Kalám* xiita que designa o método de exposição discursiva que põe os recursos da dialética herdada dos filósofos gregos ao serviço dos conceitos religiosos que propõem o *Qorán* e o *Hadith* (tradição)" (p. 437).

[67] A de Maomé era uma energia nascida de sua própria experiência. Na sua adolescência, Maomé começou a ser iniciado na profissão de mercador, ou seja, a realizar viagens a toda parte, em especial para o norte, rumo a Damasco e outras cidades do Império Bizantino e da Pérsia, principalmente na Síria. Reza a tradição muçulmana de que numa dessas viagens, Maomé, ainda adolescente, teria encontrado um monge do deserto, um eremita chamado Bahira. No cristianismo os eremitas eram muito comuns, visto que segundo as pregações do apóstolo Paulo, a salvação estaria baseada numa renúncia ao sexo e a sociedade, ou seja, na castidade total, e esta só seria possível com o afastamento das tentações mundanas, o isolamento do indivíduo em um lugar distante, uma montanha, uma floresta ou um deserto. Bahira teria predito a missão do jovem e recomendou a seu tio que o protegesse de seus possíveis inimigos, supostamente judeus ou cristãos bizantinos.

[68] G. W. F. Hegel. *Op. Cit*., p. 593.

ter sido mais próximos das crenças dos ebionitas [‘cristãos pobres’, que não acreditavam na divindade de Jesus, e que foram considerados heréticos] do que da Igreja Ocidental”.[69]



Expansão árabe-islâmica até à morte de Maomé, 622-632 (em tom escuro); durante o Califado Rashidun, 632-661 (em tom intermediário); durante o Califado Omíada, 661-750 (em tom claro)

Essa origem “heterodoxa” ou “herética” do islamismo, do ponto de vista da influência cristã na sua formação como também de sua matriz judia, é confirmada por outras fontes: “Os judeus que viviam na Arábia no século VII, até onde tinham chegado como consequência da destruição de sua nação pelos romanos, se encontravam dogmaticamente divididos, pois sobreviviam neles as querelas teológicas que tinham dificultado sua convivência nos primeiros séculos da era cristã. Um grupo, considerado hoje como ortodoxo, instalou-se em cidades e oásis de vida relativamente tranquila. Outro, descendente dos essênios, núcleo original do cristianismo, achou refúgio em lugares de aparência geográfica semelhante àqueles em que se forjara sua ideologia. Esses essênios, os *hanif*, se instalaram em cavernas, não devem ter se exibido publicamente (judaísmo críptico), e teriam sido os principais informadores de Maomé. Não à toa nos diz a tradição que o Profeta se retirava no Monte Hira e vivia numa caverna. As influências, portanto, do judaísmo no Corão não são uniformes nem ortodoxas, mas

[69] James D. Tabor. *Op. Cit*., p. 329. Segundo esse autor, João Batista e Jesus pregavam obediência à Torá, ou Lei judaica. Com a prisão e morte de João, após um período de incerteza, Jesus voltou a pregar na Galileia, desafiando as autoridades romanas e seus colaboradores judeus em Jerusalém. Designou um Conselho dos Doze para governar as doze tribos de Israel, incluindo, entre seus membros, seus quatro irmãos. Depois da crucificação de Jesus pelos romanos, seu meio-irmão Tiago - o "discípulo amado" dos Evangelhos - assumiu a liderança da “dinastia [judia] de Jesus”. Tiago, assim como João e Jesus antes dele, se considerava um judeu devotado, sem acreditarem que seu movimento fosse uma nova religião. Foi Paulo que transformou Jesus e sua mensagem no que ela é atualmente, por meio de seu ministério junto aos gentios. Rompendo com Tiago e seus seguidores, Paulo pregou uma mensagem baseada em suas próprias revelações, mensagem que veio a se tomar o cristianismo ocidental de hoje. Jesus passou a ser uma figura cuja humanidade ficou obscurecida; João o Batista passou a ser um mero precursor de Jesus, seu irmão Tiago e os demais ficaram completamente esquecidos.

procedentes das seitas que viviam na Arábia. O mesmo acontece com as influências cristãs, que Maomé conheceu através de nestorianos e de monofisistas".[70]

O *Alcorão*, as revelações de Deus ao seu Profeta, representaram a visão idealizada de uma pessoa que morava no deserto de Arábia,[71] nas condições históricas e sociais da época de Maomé; descreve como tal pessoa imaginaria um lugar ideal para passar a eternidade. Essa percepção não representava a visão ou o testamento de algum Deus eterno, onisciente, onipresente e onipotente, mas a de um ser humano real (não mítico) sem nenhum parentesco com Deus, refletindo as condições naturais e sociais em que ele viveu. Esse monoteísmo era, portanto, diverso do judeu ou cristão. O islamismo era uma síntese religiosa nova, capaz de transcender e de superar as divisões entre as tribos, unindo os povos árabes.

Das condições novas de vida surgia a necessidade, tanto como a possibilidade, da união desses povos por sobre as antigas divisões tribais: "Maomé ofereceu os árabes uma espiritualidade nova, que foi ajustada em forma especial às suas próprias tradições".[72] O islamismo, no entanto, se via, ou se apresentava a si próprio, como uma restauração do monoteísmo original de Abraão, que teria sido corrompido pelo judaísmo e pelo cristianismo. Como em outras ocasiões históricas, a *revolução* foi apresentada como *restauração* (a Revolução Francesa como restauração da República romana, a "Revolução Meiji" como restauração da monarquia japonesa). As cidades santas (Meca e Medina) passaram a serem as "Romas" da nova religião e também da nova civilização em cernes. Na primeira ficava situada a *Kaaba*, ou *Beït Allah*, a casa de Deus, em cuja direção se realizavam as orações diárias dos muçulmanos, e dentro da qual se encontra a pedra negra, *Hhajera el Assauad*, ou pedra celestial.

Na minuciosa descrição (curiosamente científica e religiosa ao mesmo tempo) de um viajante catalão (que se passava por árabe) de inícios do século XIX: "(Ela) está elevada 42 polegadas sobre o plano externo, e está rodeada por uma lâmina de prata de um pé de largura. A parte da pedra que a lâmina deixa descoberta sobre o ângulo forma quase um semicírculo de seis polegadas de altura, sobre oito polegadas e seis linhas de diâmetro em sua base. Acreditamos que essa pedra miraculosa é um jacinto [flor] transparente trazido do céu para Abraham pelo Arcanjo Gabriel, como prensa da divindade; e que, *tocada por uma mulher impura*, tornou-se preta e opaca.

"Mineralogicamente falando, é um pedaço de basalto vulcânico, pontuado em sua circunferência por pequenos cristais pontudos, como pequenas palhas e rombos de feldespato vermelho de telha sobre um fundo negro muito forte, parecendo feito de veludo preto ou de carvão, com exceção de um dos músculos ou proeminências, que tem algo de vermelho. Os beijos e toques contínuos dos fiéis gastaram desigualmente a superfície da pedra, de tal sorte que ela adquiriu um aspecto musculoso. Tem, acima, quinze músculos e um grande buraco. Comparando os bordes da pedra, cobertos e preservados pela lâmina de prata, com a parte descoberta, acho que ela perdeu na sua superfície doze linhas de espessura com os toques, de onde se infere que, se a superfície da pedra era plana e unida no tempo do Profeta, ela perdeu uma linha por século".[73]

---

[70] Juan Vernet. Las fuentes del Corán. In: José Fernando Aguirre et al. *La Expansión Musulmana.* Lima, Salvat, 2005, p. 52.

[71] Como notou ironicamente Jorge Luis Borges, no texto do Alcorão não há lugar para camelos, pelo simples motivo de que estes faziam parte da paisagem natural, ou seja, eram pressupostos ou óbvios. Borges polemizava com os autores que faziam questão de enfatizar e explicitar sua filiação a determinada cultura ou país.

[72] Karen Armstrong. *Op. Cit.* A autora é uma ex-freira católica.

[73] Alí Bey (Domingo Badia). *Viajes por Marruecos, Trípoli, Grecia, Egipto, Arabia, Palestina, Siria y Turquía.* Barcelona, José J. de Olañeta, 2007, p. 306.

A nova religião expressava, e também suscitava, uma profunda mudança econmica e social: "No decorrer de meio século, a fundação de novas cidades, a transferência de oportunidades econômicas e de poder político a outros sujeitos e locais, estimularam a compenetração entre povos árabes e não árabes. Estes últimos, colaborando com aqueles, se inseriam na casta militar árabe muçulmana, enquanto os árabes viravam proprietários de terras, comerciantes ou colonos alhures. A pressão gerada pela sedentarização e a urbanização, os ensinamentos do Islã e o contato com outros povos do Oriente Médio debilitaram a velha sociedade tribal, favorecendo a criação de novas estruturas grupais e coletivas, intensificaram a estratificação da sociedade e a divisão do trabalho, e levaram à criação de comunidades mistas de árabes e outras populações... A ruptura da sociedade gentílica tornou possíveis novas formas de organização social. A mudança encontrou sua expressão cultural na conversão ao Islã e na aceitação do árabe ou do persa com línguas comuns".[74]

O islamismo não operou num vazio ideológico ou religioso: ele se implantou sobre uma cultura já existente, preservando-a, criticando-a e reformulando-a, de modo paralelo e simultâneo. As caravanas nos desertos eram importantes para entender a idiossincrasia (o "caráter") do povo árabe, elas precederam milenarmente o islamismo. Ao passo delas semeava-se "cultura em desenvolvimento", os árabes não só precisavam de um mercado, mas também de um conhecimento diversificado para poder comerciar; os *povos árabes* eram "multiculturais" *avant la lettre*, pois isso garantia sua sobrevivência comercial, rasgo que desenvolveu sua coexistência com a *alteridade*. A dos povos árabes era uma atomização em movimento permanente, em caravanas que iam da China até o sul da África. O islamismo original herdou e reformulou religiosamente esse caráter flexível e mutante da histórica cultura árabe.

Segundo o ensaísta vitoriano Thomas Carlyle, o profeta do islamismo foi o instrumento do *resgate* (novamente a restauração) árabe, o suscitador das energias adormecidas do seu povo, aquele que "soube extrair das tribos pobres e dispersas do Ara-Bar uma força insuspeitada, capaz de derrubar qualquer obstáculo que encontrasse".[75] A força da expansão militar foi precedida e potenciou a expansão comercial. As enormes expedições mediante caravanas eram muito mais que um instrumento comercial: "Um camelo pode transportar até trezentos quilogramos de carga útil. Uma caravana bem organizada reunia entre cinco e seis mil camelos; seu volume e sua capacidade global de transporte eram equivalentes às de um grande navio ou de uma frota. Caravanas desse tamanho tinham características militares, com chefes, dirigentes, regulamentos e etapas obrigatórias. Obrigavam a adotar precauções de caráter ritual, contra os nômades dedicados ao saque de caravanas, até descobrir que era mais rentável chegar a acordos com eles mediante o pagamento de cânones ou de quantidades fixas".[76] A organização do "sistema de caravanas" imbricou-se crescentemente com a organização de frotas marítimas, criando um complexo sistema de infraestrutura comercial.

O mundo árabe é atualmente dividido em várias regiões: o Vale do Nilo (do Egito até o Sudão), o Magrebe (Líbia, Tunísia, Argélia, Marrocos e Mauritânia e Saara Ocidental), o Crescente Fértil (Iraque, Líbano, Síria, Palestina e Jordânia) e a Península Arábica (parte do Iraque, Bahrein,

---

[74] Ira M. Lapidus. *Storia delle Società Islamiche*. Turim, Giulio Einaudi, 1993, p. 58.

[75] Thomas Carlyle. *On Heroes and Hero Worship and the Heroic in History*. New Haven, Yale University Press, 2013. O peso decisivo dado por Carlyle à figura de Maomé derivava de sua teoria das grandes individualidades na história. Uma das premissas do materialismo histórico foi a crítica dessa teoria realizada por Friedrich Engels, na década de 1840. Carlyle, fortemente influenciado pelo romantismo alemão, com sua "teoria do grande homem", exposta em 1841, tratou de contrapor a figura do herói à presença ascendente das massas. Para ele, o homem comum, a célula da massa, nada valia a não ser como peão ou degrau para assegurar a projeção do herói e respaldar sua realização. Este era quem fazia a história, daí sua condenação da democracia, "império do vulgar" na Terra, e sua consequente (e reacionária) apologia da elite.

[76] Sociedad y economía en el mundo islámico. In: José Fernando Aguirre et al. *Op. Cit*., p. 155.

Qatar, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Iêmen e Omã). Inicialmente, porém, os "árabes" estavam restritos à Península Arábica. O "império árabe" (ou "islâmico") formou-se depois do surgimento do islamismo na península; antes disso, a Arábia era composta por povos semitas que, até o século VII, viviam em diferentes tribos. Certamente, existia uma "cultura árabe" desenvolvida antes do surgimento do islamismo, mas ela era dispersa e provavelmente com escassa consciência de sua própria existência diferenciada. Mas era já uma cultura milenar.

É notável, ou melhor, significativo, que Hegel, nas suas *Lições sobre a Filosofia da História Universal*, uma espécie de enciclopédia da modernidade europeia dedicada à "ideia da história e sua realização", que dedica capítulos a cada civilização julgada historicamente relevante, não dedicasse nenhum capítulo específico à civilização árabe, que comparece tardiamente nessa síntese sob a forma do "maometanismo", como um sub-sub-capítulo da seção dessa obra (são quatro, em total) dedicada ao "mundo germânico"... Foi o ímpeto expansionista árabe um produto do prévio ímpeto religioso islâmico, ou seja, um componente orgânico da nova religião? Essa tese, como vermos adiante, chegou a ser usada para postular e explicar uma espécie de sempiterno "imperialismo islâmico".

Para Fernand Braudel, "não há civilização muçulmana antes dos séculos VIII ou IX [o islamismo surgiu no século VII]. O Islã, realidade política, nasceu em alguns anos, os poucos que os árabes necessitaram para conquistar um império. Mas *a civilização islâmica decorreu do casamento desse império com antigas civilizações*. Isso exigiu muito tempo, muitas gerações de homens. Poucas conversões, muitos tributários: o primeiro ciclo das conquistas, *o ciclo árabe, criou um Império, um Estado, mas não ainda uma civilização*. Ao início, o conquistador árabe quase não buscou converter, ao contrário. Simplesmente explorou as ricas civilizações que caíram à sua mercê: Pérsia, Síria, Egito, África (a África romana, a *Ifriqya* dos árabes, correspondente à Tunísia atual), Espanha (Andaluzia, *Al-Andalus*)".

"Cristãos que tentavam converter-se ao Islã eram condenados ao açoite. Estando o pagamento de impostos reservado aos não muçulmanos, porque os senhores teriam reduzido suas rendas? As populações dos países ocupados conservaram sua maneira de viver sem serem molestadas, mas foram tratadas como gado superior, objeto de todos os cuidados porque pagavam a maior parte dos impostos. Assim foi sob os quatro primeiros sucessores de Maomé, os 'califas bem dirigidos' (632-660) e, depois, sob os califas Omíadas (660-750), que estabeleceram sua capital em Damasco. Ao longo desses anos de guerras contínuas, nunca ou quase nunca o motivo religioso foi levado ao primeiro plano. Assim, em face de Bizâncio, *a luta é política, não entre religião e religião*" (grifo nosso).[77] Os que buscam a origem da *Jihad* ou do terrorismo islâmico em Maomé, no Corão, e em seus sucessores imediatos, portanto, deveriam buscar em outra parte.

O Corão, por outro lado, está tão cheio de injúrias e promessas de extermínio dos infiéis (cristãos ou judeus) quanto o estão o Antigo Testamento e todos os livros sagrados judeus ou cristãos em relação aos seus próprios "infiéis", [78] e aquelas não determinaram unilateral ou

---

[77] Fernand Braudel. *Gramática das Civilizações.* São Paulo, Martins Fontes, 1989, pp. 85-86. As guerras bizantino-árabes foram travadas pelo Império Bizantino, inicialmente contra o Califado Rashidun e depois contra os Omíadas, pela conquista de Bilad al-Sham (Levante), do Misr (Egito), da Ifríqya (Norte da África mediterrânea), da Armênia bizantina e do Reino da Armênia.

[78] "Os judeus fizeram morrer o Senhor Jesus e os profetas, nos perseguiram, não agradam Deus e *são inimigos de todos os homens*" (Paulo [Saulo] de Tarso, fundador do cristianismo ocidental, *Epístola aos Tessalônicos*). Os relatos sobre a morte de Jesus (devida a uma suposta responsabilidade coletiva dos judeus) "foram inteiramente moldados por uma posterior tradição teológica cristã, que procurou colocar a culpa pela morte de Jesus inteiramente sobre o povo judeu, exonerando os romanos como simpatizantes de Jesus... Qualquer associação de Jesus com a sedição judaica [a Revolta Judaica de 66. D.C] e com a falta de lealdade para com Roma devia ser evitada, para não prejudicar a propagação do

exclusivamente a atitude dos árabes perante outros povos e religiões objetos de sua expansão conquistadora: "No início da era islâmica a elite árabe muçulmana buscou criar uma sociedade dual, na qual os conquistadores constituiriam uma aristocracia e os vencidos uma população submetida; os primeiros seriam muçulmanos, os segundos não. No início, o regime muçulmano não só foi tolerante com as populações de outras crenças religiosas, mas também ajudou a reorganizar as igrejas cristãs. No Iraque, a igreja nestoriana reassumiu um importante papel na educação, na administração e até na vida política da população cristã. No Egito, as autoridades muçulmanas adotaram uma atitude paternalista para com a Igreja Copta [cristã]".[79]

Desse modo, o "Império Islâmico" foi, em primeiro lugar, *árabe*, como também o foram os outros impérios da história (persa, romano, francês, espanhol, inglês, português, e um belo etc.) antes de serem zoroástricos, cristãos ou católicos. No império árabe, a religião compareceu depois, mais de um século depois, de iniciada a impulsão expansiva árabe, para estabilizar e legitimar uma realidade imperial *de facto*, determinada por motivos e causas que nada tinham de religiosas. O Islã foi, sim, pré-condição, não instrumento ou motivo, da expansão imperial árabe: devido à unificação *política* inicial do mundo árabe ter sido realizada através de um movimento *religioso*, a *arabização* (submissão e/ou assimilação) dos povos circundantes tomou posteriormente a forma de sua *islamização*.

Desde o início, o islamismo foi um instrumento de unificação e de homogeneização (linguística, política e administrativa) de populações dispersas. Antes de se operar a unificação da Península Arábica através do islamismo, a região era extremamente fragmentada; nela coexistiam diversos reinos e povos autônomos. Em que pese falarem uma só família linguística, esses povos possuíam diferentes modos de vida social e de crenças religiosas. Os beduínos eram nômades e levavam uma vida difícil no deserto, utilizando como meio de sobrevivência o camelo, animal do qual retiravam seu alimento (leite e carne) e vestimentas (feitas com o pêlo do animal). Com suas caravanas, praticavam o comércio de vários produtos pelas cidades da região. Já as tribos *koreichitas* habitavam a região litorânea e viviam do comércio fixo, isto é, não ocasional ou sazonal: delas surgiu a impulsão comercial expansiva que deu origem ao império (depois, civilização) árabe. A península árabe reproduzia a antiga divisão econômica do Oriente Médio entre regiões internas produtoras agrícolas, e regiões litorâneas comerciantes. Outra analogia é possível com o papel dos comerciantes fenícios que, embora minoritários e "periféricos" na sua região geográfica, definiram o futuro padrão civilizatório. A expansão comercial árabe tomou forma na Península Arábica, para depois extrapolar seu marco inicial em direção do sul do Mediterrâneo e da África ocidental através do deserto do Saara.

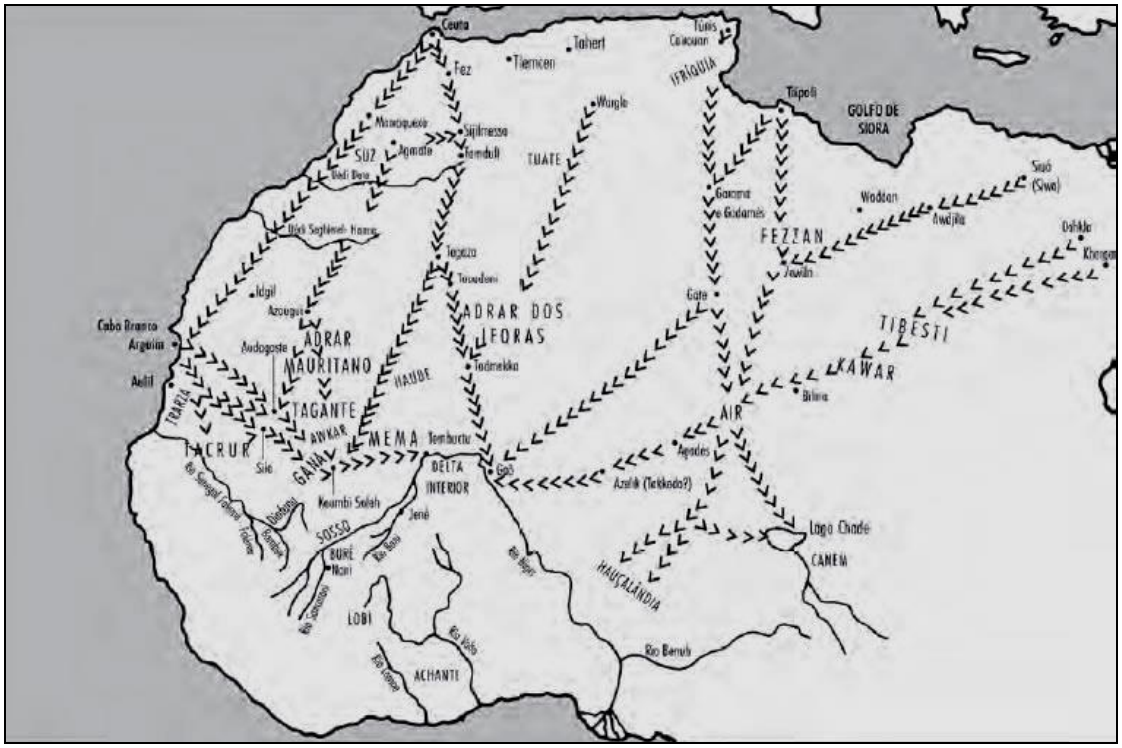
Essa expansão comercial mudou a cultura habitacional e de vestuário das regiões que atingiu, mudando também a estrutura produtiva do seu centro irradiador: "Quando a cultura da tenda, com seus tapetes, avios e outros complementos de decoração, se difundiu nos palácios e habitações dos povos sedentários, os tecidos se transformaram em um símbolo de riqueza de todas as sociedades. Essa tendência iniciou-se na época da expansão muçulmana, entre o século VII e o X. Muitos árabes eram membros de uma 'cultura da tenda', em especial os criadores beduínos de camelos e os comerciantes das caravanas, que residiam nas cidades da

---

novo movimento cristão entre os romanos. Que Jesus morrera pela crucificação romana era fato inegável e terrivelmente embaraçoso" (James D. Tabor. *A Dinastia de Jesus.* Rio de Janeiro, Ediouro, 2006, p. 231). Três anos depois da oficialização do cristianismo no Império Romano, em 325 D.C, foi promulgada uma lei castigando com a pena de morte todo judeu que convertesse alguém, o "alguém" sendo também submetido à mesma penalidade. Foi imposto na legislação penal romana o conceito de criminalidade e culpabilidade coletiva do povo judeu pela morte de Jesus. Assim foi destruída a igualdade perante a lei de que gozaram os judeus do Império, junto aos outros cidadãos alógenos, a partir do século III.

[79] Ira M. Lapidus. *Op. Cit*., p. 59.

Península Árabe, mas viviam em barracas quando transportavam suas mercadorias através dos desertos. A importância dos tecidos na Península Arábica se evidencia quando se considera o prestígo que os califas atribuíam ao fornecedor da coberta de seda para a Kaaba, o edifício em forma de cubo que contém a pedra negra na Meca. Inclusive a prática islâmica de orar cinco vezes ao dia em direção da Meca incentivou uma grande demanda de tapetes para a oração, pois todos os muçulmanos os usavam...



Rotas comerciais árabes através do Saara

"Na fase inicial do Islã, porém, a indústria têxtil árabe estava dando só seus primeiros passos. Califas e sultões estruturaram e encorajaram essa indústria, em especial a produção de seda, instituindo o sistema do *tiraz*, que exigia marcas de fabricação nos tecidos, para saber em que parte do mundo islâmico e quando haviam sido produzidos. Nos séculos XI e XII a produção têxtil na Eurasia, não só nos territórios muçulmanos, mas também nas macro-regiões circundantes (Ásia oriental, Ásia meridional e Europa) aumentou ao ponto de superar as simples necessidades de vestimentas para as pessoas comuns".[80] Em consequência disso, a *rota da seda* se transformou na principal via comercial do planeta, possibilitando a construção de circuitos econômicos amplos baseados na importação/exporação de tecidos e de outros produtos suntuários.

A religião islâmica deu a essa expansão comercial e cultural uma base política e, depois, uma unidade econômica. Karen Armstrong explicou a origem da religião islâmica a partir dessa expansão,[81] relacionando seu nascimento com mudanças significativas nas circunstâncias de vida social na tribo dos koreichitas, na qual Maomé viveu, especificamente com a mudança rápida e dramática da vida nômade nas estepes de Arábia, combinada com uma vida próspera baseada no comércio da região de Meca (situada na região costeira do que hoje é a Arábia Saudita). Durante séculos, a "estrutura dupla" da sociedade árabe não sofrera alterações significativas: "Nômades e sedentários se usavam mutuamente, no comércio, nas atividades militares, e também no trabalho. Não era raro achar chefes tribais (nômades) com residência e

[80] Xinru Liu e Linda Norene Shaffer. *Le Vie della Seta*. Bolonha, Il Mulino, 2009, p. 247.

[81] Karen Armstrong. *A History of God*. Nova York, Ballatine Books, 1993.

posses nas cidades".[82] Isso foi alterado pelo desenvolvimento comercial, e suas consequências econômicas, sociais e, finalmente, religiosas (ideológicas).

O "nomadismo aberto" (ou seja, limitadamente comercial) dos beduínos (diverso do "nomadismo fechado" de outros povos orientais) tornou-o especialmente sensível às mudanças operadas nas cidades contíguas através do comércio. A mudança econômico-social originou mudanças ideológicas verificáveis no dia a dia: os valores velhos da tribo, segundo Armstrong, foram suplantados por "um capitalismo selvagem e impiedoso",[83] causa de grandes transformações do modo de vida. Na realidade, se tratava de um desenvolvimento comercial baseado numa crescente produção mercantil, ainda não "capitalista", nas viagens mais longas e na diversificação crescente dos mercados, um novo marco econômico no qual muitas pessoas, abaladas pelas novas relações sociais, se sentiram "desorientadas e perdidas".

Kaaba

O processo econômico e político, e só depois a investida religiosa e militar, criou uma nova civilização: "O Islã apareceu na mesma área seis séculos depois do cristianismo. Também era uma religião proselitista, e se esparramou muito rapidamente ao longo do o Oriente Médio, África do Norte e a Península Ibérica. No século XVI, foi empurrado para fora de Ibéria, mas simultaneamente penetrou o que nós chamamos agora os Bálcãs. Enquanto isso, o Islã estendera sua zona geográfica para o leste, para a Ásia do sudeste, e para o sul no continente africano".[84]

A expansão islâmica, porém, não originou um espaço de produção capitalista, embora desenvolvesse amplamente o comércio de longo percurso. De modo geral, os impérios orientais não originaram um espaço econômico capitalista, mesmo com o desenvolvimento de

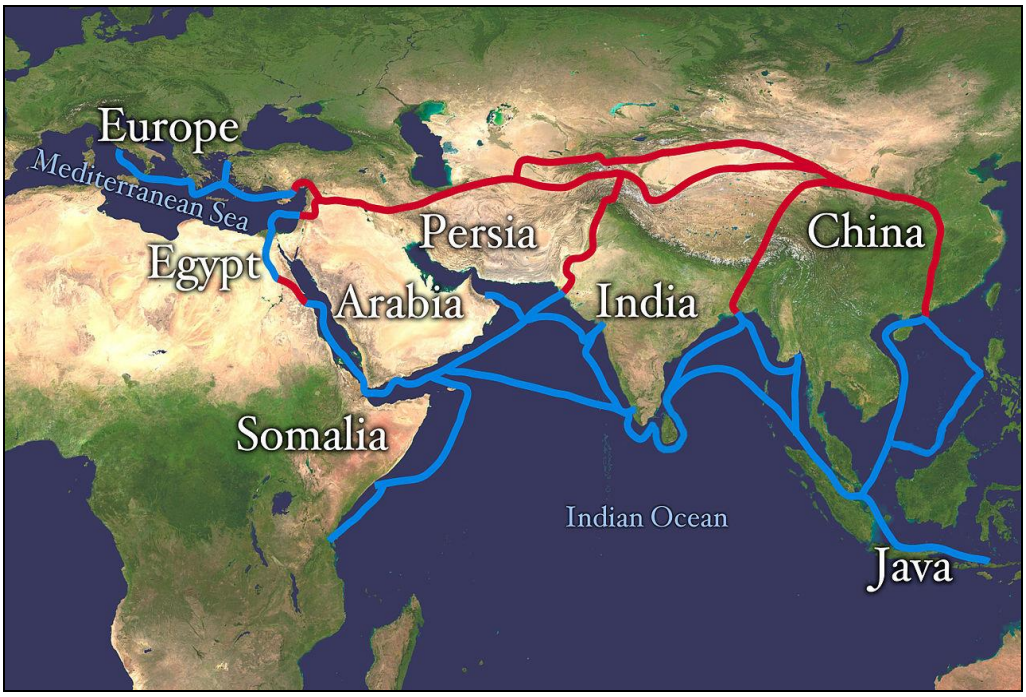
---

[82] Carlos González Wagner. *Op. Cit*., p. 250.

[83] Na economia nômade, "o uso dos produtos da natureza não é individual-privada; por não terem sido transformados pelo trabalho, eles pertencem em igual medida a todos os membros da coletividade que vive em um território. O uso da terra e de seus produtos se realiza através de sua posse coletiva. O direito a usar a terra coletiva é dado pelo fato de pertencer à comunidade, que se rege por princípios de parentesco e não de territorialidade, em contraste com os agricultores sedentários" (*Idem*, p. 252).

[84] Immanuel Wallerstein. *Islam, the West, and the World*. Lectures "Islam and World System," Oxford Centre for Islamic Studies, outubro de 1998.

amplas redes comerciais. Isso veio a influenciar a visão ulterior da civilização árabe, considerada como avessa à "modernização".



A rota da seda (em vermelho) e a rota das especiarias (em azul), convergindo na Península Árabe

Friedrich Engels (escrevendo no *Sozialdemokrat*, em 1882) apontou as limitações do Islã como potencial religião universal, se comparado com o cristianismo, nascido, ao contrário do Islã, em "uma situação de desagregação universal, econômica, política, intelectual e moral, se opondo radicalmente a todas as religiões precedentes [nas quais] as cerimônias eram o essencial. Só participando nos sacrifícios e procissões, e em Oriente também observando as detalhadas prescrições alimentares e a pureza [higiene], podia-se pertencer a elas. Se Roma e Grécia eram mais tolerantes, em Oriente reinava um frenesi de proibições religiosas que contribuiu não pouco para seu declínio final. As pessoas pertencentes a religiões diferentes (egípcios, persas, judeus, caldeus) não podiam comer ou beber juntos, nem realizar conjuntamente nenhum ato cotidiano. Essa segregação dos homens foi uma das grandes causas do desaparecimento do antigo mundo oriental. O cristianismo ignorava essas cerimônias, que consagravam a segregação, como também ignorava os sacrifícios e procissões do mundo clássico. Rejeitando todas as religiões nacionais e seu cerimonial, dirigindo-se a todos os povos sem distinções, o cristianismo se transformou na *primeira religião universal possível*" (grifo do autor).

"O judaísmo, com seu novo deus universal, tinha dado um passo em direção da religião universal, mas os filhos de Israel permaneciam como uma aristocracia entre os crentes e os circuncisos, e foi necessário que o próprio cristianismo se livrasse da ideia da proeminência dos cristãos de origem judia (que prevalecia ainda no Apocalipse de São João) para poder se transformar realmente em religião universal. O Islã, c*onservando seu cerimonial especificamente oriental, limitou sua área de extensão ao Oriente e à África do Norte, conquistada e repovoada pelos beduínos árabes: nessa região conseguiu se transformar em religião dominante, coisa que não conseguiu no Ocidente*".[85] De fato, seria difícil imaginar um camponês austríaco (ou finlandês) do século X fazendo a peregrinação à Meca, mesmo com condições físicas e financeiras para tanto. O Islã teria sido para os fragmentados povos árabes o equivalente daquilo que o monoteísmo judeu fora outrora para os hebreus? Em qualquer

[85] Karl Marx e Friedrich Engels. *Sur la Religion*. Paris, Éditions Sociales, 1972, pp. 199-200.

hipótese, conseguiu esse objetivo bem mais rápido e em uma escala bem maior. O “otimismo” de Engels acerca da potencial universalidade do cristianismo, por outro lado, não foi confirmado pela história. A revolução operada pela unificação e expansão islâmica nos territórios atingidos por ela surgiu de processos cumulativos prévios.

De especial importância foi a arabização e islamização da Palestina, território situado entre o Mediterrâneo a oeste, o rio Jordão e o Mar Morto a leste, a chamada Escada de Tiro a norte (Ras en-Naqura/Roch ha-Niqra, fronteira com o Líbano) e o Wadi el-Ariche ao sul (fronteira com o Sinai, tradicionalmente egípcio). Com 27 mil quilômetros quadrados, a Palestina é formada, de um modo geral, por uma planície costeira, uma faixa de colinas e uma cadeia de baixas montanhas cuja vertente oriental é mais ou menos desértica. A Palestina foi habitada desde os tempos pré-históricos mais remotos. A sua história esteve geralmente ligada à história da Fenícia, da Síria e da Transjordânia, países limítrofes. Talvez por causa da sua situação geográfica – faz parte do corredor entre a África e a Ásia e ao mesmo tempo fica às portas da Europa – a Palestina nunca foi sede de um poder que se estendesse para além das suas fronteiras. Pelo contrário, esteve quase sempre submetida a poderes estrangeiros, sediados na África, na Ásia ou na Europa. Em regra geral, foi só sob as potências estrangeiras que ela teve alguma unidade política.

Desde fins do II milênio A.C, a Palestina esteve organizada em cidades-estado sob a hegemonia egípcia durante uma boa parte do II milênio A.C.. A situação mudou nos últimos séculos desse milênio. Chegaram então à Palestina sucessivas vagas de imigrantes ou invasores vindos do norte e do noroeste, das ilhas ou do outro lado do Mediterrâneo. Os historiadores costumam designá-los com a expressão "Povos do Mar". Esses povos parecem ter-se fixado sobretudo ao longo da costa. Os mais conhecidos entre eles são os Filisteus que se fixaram sobretudo no sudoeste (costa oeste do Neguev e Chefela). Aí fundaram vários pequenos reinos (Gaza, Asdod, Ascalão, Gat e Ekron). Paralelamente aos reinos filisteus, constituíram-se primeiro o reino de Israel no norte da Palestina e depois o reino de Judá, menor, na zona de baixas montanhas do sul. Durante a maior parte da sua existência, Israel teve como capital Samaria. Hebron foi a primeira capital de Judá, mas depressa cedeu o lugar a Jerusalém.

Entre os antigos povos da Palestina, os filisteus foram talvez os que maior influência exerceram até aos últimos séculos da era pré-cristã. Com efeito, não deve ter sido por acaso que o seu nome foi dado a toda a região, a Palestina, isto é, o país dos *philisteus*. Com o sentido que se tornou habitual, o nome já está documentado nas Histórias de Heródoto em meados do século V A.C. Apesar da sua importância na antiguidade, conhece-se muito pouco os filisteus e a história dos seus reinos. A razão óbvia dessa ignorância é a inexistência de uma biblioteca ou de bibliotecas filisteias comparáveis ao Antigo Testamento. Praticamente tudo o que se sabe ou se pensa saber sobre os filisteus se baseia nos escritos bíblicos. Por conseguinte, a posteridade só conhece os filisteus na medida em que eles estão em relação com Israel, com Judá, ou com os judeus. Além disso, são vistos através dos olhos daqueles que foram os seus concorrentes e, não raro, seus inimigos declarados. De fato, a posteridade, de maneira geral, não se interessa pelos filisteus nem os estuda por si mesmos, mas só por causa da sua relação com a história bíblica. Tudo isso deformou a visão que se tem deles, do lugar que ocuparam e do papel que desempenharam, aparecendo os Filisteus como um elemento marginal na história da Palestina antiga. Esse erro de perspectiva influencia, sem dúvida alguma, a visão corrente que se tem da atual Palestina, da sua composição étnica e da sua situação política.

Os vários reinos palestinos, filisteus e hebraicos, coexistiram durante séculos. Ora guerrearam entre si, ora se aliaram para sacudir o jugo de alguma grande potência do momento. A primeira vítima desse jogo foi Israel, conquistado e anexado pela Assíria em 722 A.C. Desde então até 1948 não houve nenhuma entidade política chamada Israel. Os reinos filisteus e o reino de Judá continuaram a existir sob a dependência da Assíria, a grande potência regional entre o sécul IX e fins do século VII A.C., cujo território nacional se situava no norte da

Mesopotâmia, no atual Iraque. No fim do século VII A.C., o Egito e a Babilônia, a outra grande potência mesopotâmica, com a sede no sul do Iraque atual, disputaram os despojos do Império Assírio. Tendo a Babilônia levado a melhor, a Palestina ficou-lhe submetida durante cerca de oito décadas. De um modo geral, as histórias, focadas como estão em Judá, falam só da conquista desse reino por Nabucodonosor, da deportação para a Babilônia de parte da sua população, da destruição de várias das suas cidades, nomeadamente de Jerusalém com o templo de Iavé (597 e 587 A.C.). Deve-se no entanto reparar que os reinos filisteus de Ascalão e de Ekron, conquistados por Nabucodonosor respectivamente em 804 e em 803, tiveram um destino semelhante.

Em 539 A.C. a Palestina passou com o resto do império babilônico para as mãos dos Persas Aquemênidas. Sabe-se que estes entregaram a administração do território de Judá, pelo menos de parte dele, a membros da comunidade judaica da Babilônia. Em 331 a Palestina foi conquistada pelo macedônio Alexandre Magno. Após a morte deste, ficou primeiro sob o domínio dos Lágidas ou Ptolomeus que tinham a capital em Alexandria, no Egito (320-220 A.C.). Depois passou para a posse dos Selêucidas sediados em Antioquia, na Síria (220-142 A.C.). Entre 142 e 63 A.C, os Asmoneus, uma dinastia judaica, com Jerusalém como capital, conseguiu não só libertar-se do poder selêucida, mas até impor o seu domínio praticamente em toda a Palestina, e também nos territórios filisteus. Nessa altura a grande maioria dos judeus já vivia fora da Palestina, encontrando-se dispersos em todo o Próximo Oriente. A dispersão deveu-se sobretudo à emigração e, numa medida muito menor, às deportações de 597 a 587. Os principais centros judaicos fora da Palestina eram então Alexandria e Babilônia. Profundamente helenizados, os judeus de Alexandria liam as suas Escrituras em grego, e a eles deve-se a coletânea de escritos que se tornará o Antigo Testamento cristão.

Em 63 A.C., a Palestina passou a fazer parte do Império Romano dentro do qual não teve sempre o mesmo estatuto. Por voltas de meados do século I da era cristã, os judeus da Palestina tentaram libertar-se do domínio romano. Houveram primeiro várias sublevações locais. Em 66 a revolta generalizou-se. Em 70 os romanos conquistaram Jerusalém e destruíram o templo judaico. Os judeus da Palestina voltaram a revoltar-se em 131. Após ter esmagado a revolta, em 135, o imperador Adriano fez de Jerusalém uma colônia romana, *Colonia Aelia Capitolina*, da qual os judeus estiveram excluídos durante algum tempo. Com a ruína do templo e o fim da autonomia judaica na Palestina desapareceu a maioria dos grupos político-religiosos nos quais o judaísmo, sobretudo o judaísmo palestinense, estava então dividido. Praticamente só ficaram em campo dois grupos: o farisaísmo e o cristianismo, recém-formado.

Os dois grupos acabaram por separar-se e evoluíram de maneira independente, em concorrência e, não raro, em conflito. O farisaísmo deu origem ao judaísmo rabínico, isto é, o judaísmo atual. Graças à cristianização do império romano, a Palestina, palco dos acontecimentos fundadores do cristianismo, adquiriu uma grande importância para o mundo cristão, sobretudo para os cristãos que se encontravam dentro do império romano. Por isso durante o período bizantino (324-638) a Palestina conheceu uma prosperidade e um crescimento demográfico notáveis. Durante esse período a esmagadora maioria da sua população tornou-se cristã. Em 614 os Persas Sassânidas invadiram a Palestina, onde causaram grandes estragos. Ocuparam-na até 628, ano em que os Bizantinos a reconquistaram, mas por pouco tempo.

Dez anos mais tarde, em 638, toda a Palestina passou para o domínio arábico-muçulmano. Este exerceu-se através de uma sucessão de dinastias, de origens, de etnias e com capitais diferentes. A primeira dessas dinastias, a dos Omíadas (660-750), com a capital em Damasco, foi uma das que mais marcou a Palestina, nomeadamente com a construção do Haram ech-Cherife (o Nobre Santuário/Esplanada das Mesquitas) no lugar que ocupara outrora o templo judaico, tornando Jerusalém na terceira cidade santa do islamismo. Seguiram-se os Abássidas

(750-974) e os Fatimidas (975-1071), com as capitais respectivamente em Bagdá e no Cairo. Entre 1072 e 1092 a Palestina esteve sob os Turcos Seldjúcidas, que então tinham a sede em Bagdá. Embora não tenha dado origem a uma imigração popular e, por conseguinte, não tenha mudado a composição étnica e a demografia de maneira apreciável, o regime muçulmano teve como consequência a arabização e a islamização da Palestina.

A arabização, nomeadamente da população cristã de língua aramaica, aparentada com a população árabe, deu-se muito depressa. Não se pode dizer o mesmo da islamização. Apesar de o islamismo se apresentar como o acabamento da tradição bíblica, partilhada pelo cristianismo, pelo judaísmo e pelo samaritanismo, o processo de islamização da população palestinense (cristã, judaica e samaritana) parece ter sido muito lento. Em 985, após três séculos e meio de regime islâmico, o geógrafo árabe-muçulmano de Jerusalém, conhecido pelo nome de el-Maqdisi ("o jerosolimitano") lamenta-se de que os cristãos e os judeus são maioria na sua cidade natal. O que el-Maqdisi escreve a respeito da Jerusalém de fins do século X valia para o conjunto da Palestina e continuou a valer durante mais dois séculos e meio.

Antes do nascimento do islamismo, enquanto Europa mergulhava na Idade Média, a ainda dispersa civilização árabe absorvia o conhecimento da antiga Pérsia, em conjunto com a herança do conhecimento helênico. Com o nascimento e a expansão do Islã por fronteiras distantes como a Índia e a Península Ibérica, o caldo de culturas resultante tornou-se propício para o desenvolvimento de novo (e revolucionário) conhecimento. No século VIII um matemático muçulmano criou o conceito do "zero". Isto revolucionou o estudo da matemática, lhe abrindo o caminho para um desenvolvimento qualitativa e superiormente diverso. A influência árabe na Europa fez com que nela se propagasse o uso dos algarismos arábicos, cuja memorização era facilitada pelo fato da quantidade de ângulos de cada um corresponder ao valor expresso. O sistema numérico greco-romano, ainda dominante na Europa na Alta Idade Média, era inadaptado para o desenvolvimento qualitativo da matemática.

A identificação da *civilização* árabe com a *religião* islâmica se deve a que foi logo após a morte do profeta Maomé que Arábia foi finalmente unificada, e em seu nome. A partir dessa união, foi iniciada a expansão árabe. Depois da morte de Maomé exércitos árabes lançaram-se à conquista dos seus antigos dominadores, os bizantinos e os persas sassânidas, que vinham de décadas de guerras intestinas. Estes últimos, os persas, depois de serem derrotados em várias batalhas, levaram trinta anos para ser destruídos, mais devido à extensão do seu império do que à sua resistência militar: o último Xá sassânida morreu em Cabul em 655. Os bizantinos resistiram bem menos: cederam uma parte da Síria, a Palestina, o Egito e o norte de África, mas sobreviveram e mantiveram sob o seu domínio sua capital histórica, Constantinopla.

A par de sua expansão no Oriente Médio e na Ásia Central, em 711 os árabes dominaram grande parte da Península Ibérica, espalhando sua cultura pela região atual de Espanha e Portugal. A conquista ocidental árabe iniciou-se pelo norte da África, e se estendeu pela Península Ibérica até o sul da França. Em 732, finalmente, os exércitos árabes foram detidos e vencidos na sua expansão ocidental pelos francos comandados por Charles Martel (avó de Carlomagno), que barraram a expansão islâmica pelo norte da Europa, em Vouillé, perto de Poitiers. Ainda assim, "todo o sul e o sudoeste da França foram ocupados durante longo tempo, até o século X, pelos árabes que, embora muito móveis e pouco numerosos, deixaram sua marca étnica, antropológica e cultural... O meio-dia da França, o sul do Languedoc e o Roussillon, tiveram judeus que desempenharam, como na Espanha, seu papel natural de agentes de ligação das civilizações, devido à sua mobilidade e ao seu conhecimento das línguas semíticas (hebreu, árabe) e romanas (latim, espanhol, provençal, francês)".[86]

[86] Gustave Cohen. *La Gran Claridad de la Edad Media*.Buenos Aires, Argos, 1948, p. 38.

Pelo sul de sua área de irradiação, o islamismo chegou até o subcontinente indiano, onde permaneceu até hoje. Uma vez consolidado seu império, os seguidores do Alcorão expandiram sua religião ao Iêmen, Pérsia, Síria, Omã, Egito e Palestina. Durante os séculos VIII e IX, os árabes, já unificados pela economia e pelo islamismo, construíram um império cujas fronteiras iam até o sul da França no oeste, China no leste, Ásia menor no norte e Sudão no sul, constituindo um dos maiores impérios terrestres contínuos da história. Em 762, o califa Al-Mansur oficializou a língua árabe como língua do império, e transferiu sua capital para Bagdá. As moedas do califado, de ouro e prata, cunhadas em Bagdá ou em Córdoba, eram de uso corrente em toda a bacia do Mediterrâneo. Em apenas um século constituíra-se uma nova grande unidade político-cultural que era, também, uma crescente unidade econômica. *Uma nova civilização*.

Os centros dessa unidade civilizacional se deslocaram, evidenciando o deslocamento dos centros hegemônicos do "império", que buscaram naturalmente na religião islâmica, através de diversas interpretações da mesma, sua fonte de legitimidade histórica e política. Daí a crescente divisão do Islã em diversas correntes (sunitas, xiitas, alauitas, sufis, wahabitas, e outras) ao mesmo tempo em que grandes revoltas sociais percorriam os domínios do império. As *lutas de classe* também fizeram sua irrupção nos domínios islâmicos. Em 868 sublevaram-se os escravos negros (*zanj*) dos domínios do califado, os revoltados chegaram a controlar todo o Iraque meridional; em 894, os *carmatas* intentaram criar um "Estado islâmico" no deserto da Síria, propondo, e parcialmente realizando, a cobrança de um imposto progressivo sobre os mais ricos, que deveria concluir com a igualdade econômica e social de todos os membros da sociedade. Paralelamente, no extremo ocidente do império foram vitoriosas as doutrinas ismaelitas dos Fatimidas; na Pérsia, o islamismo xiita se revoltou contra o domínio de Bagdá, dando origem à ideia ainda vigente do xiismo como "religião (islamismo) dos pobres".

A rebelião social interna e a decomposição externa do império islâmico foram finalmente esconjuradas pelos irmãos Al-Mutamid (califa) e Al-Muwaffaq (vizir), que reimplantaram o governo firme de Bagdá e derrotaram os *carmatas* e os *zanj*, restabelecendo a autoridade do califado na Mesopotâmia, Pérsia e Egito: "Nessa época forjou-se o conceito de *califa*, que perdurou nos séculos sucessivos, como sombra de Deus na Terra, possuidor do poder temporal e espiritual, e de conduta sempre reta dentro dos limites da *Shariah* (lei islâmica). É o momento em que se estabeleceu a teoria da necessidade da existência do califa para a sobrevivência do Islã, e em que se faz desse axioma a peça chave da doutrina política do Estado".[87]

O Islã, como também aconteceu com o cristianismo, o judaísmo, o budismo e o taoísmo, e praticamente toda e qualquer religião social e geograficamente abrangente, foi reformulado (e se cindiu em diversas doutrinas de interpretação) em função de necessidades políticas mutantes e diante de realidades históricas também cambiantes. A vitória e a expansão do Islã favoreceram, simultaneamente, sua divisão e também sua "secularização", a tendência para sua transformação em assunto privado (não público ou estatal), embora realizada de modo incompleto, o que favoreceu um retrocesso cultural brutal em eras posteriores. No Islã, porém, ao contrário do catolicismo, não existe uma autoridade religiosa centralizada - um papa ou um Vaticano - para definir de modo inapelável o que é e o que não é islâmico. Que tenham existido ou existam pessoas que pensam falar pelos muçulmanos de todo o mundo não significa que tenham autoridade política ou religiosa unanimemente reconhecida sobre a mais diversa e eclética comunidade religiosa existente dentre aquelas de alcance e vocação mundial.

[87] José Fernando Aguirre et al. *Op. Cit*., p. 124.

EXPANSÃO E ISLAMIZAÇÃO

Torna-se evidente que nada é mais agradável do que os conceitos inteligíveis (Abu'Ali Al-Huayn Ibn Abd Allah Ibn Sina, Avicena [980-1037], **O Livro da Ciência**)

Os habitantes da Terra se dividem em duas classes: os que têm cérebro e não têm religião, e os que têm religião e não têm cérebro (**Abdul Ala Al-Maari**, poeta árabe [973-1057])

Incluídos na esfera de influência do califado de Bagdá, o Egito e a Síria foram progressivamente islamizados. Uma parte de sua população conseguiu conservar sua própria religião, ou religiões (judeus, cristãos coptos, por vezes sincretizados com as religiões ancestrais) em troca do pagamento de uma taxa individual (*jizyah*). Mas foi toda a população masculina a que passou a pagar uma taxa fundiária compulsória (*kharaj*).[88] Nos séculos sucessivos, o Oriente Médio foi regido por governadores nomeados pelo califa de Bagdá, na sua qualidade de chefe da comunidade muçulmana; a língua árabe substituiu progressivamente a língua copta, derivada do antigo egípcio, que foi conservada só na liturgia religiosa específica dessa comunidade cristã. Na Pérsia, por sua vez, a maioria de seus habitantes foi convertida ao Islã (sobrevivendo, porém, outras crenças, como o zoroastrianismo ou o judaísmo). A conquista da Pérsia pelos árabes entre 641 e 651 levou à sua integração como província do califado Omíada, e a partir de 750 do califado Abássida. O zoroastrianismo majoritário na Pérsia foi gradualmente substituído pelo Islã; no entanto, verificou-se um intercâmbio entre a cultura árabe e a persa que se detecta, por exemplo, na adoção pelo califado Abássida da organização administrativa sassânida e de vários costumes persas.

O império persa sassânida se caracterizava pela opressão sem piedade das massas, o que facilitou a substituição de sua religião pelo Islã. Mas o Islã iraniano teve seu próprio perfil, diferente do restante do mundo muçulmano. Os persas adotaram e adaptaram a forma *xiita* "heterodoxa" do Islã, utilizando-a, inclusive, mais tarde, como uma arma contra os chefes religiosos muçulmanos árabes. A língua dos conquistadores árabes substituiu a língua *pahlevi* (persa, ou *farsi*), o que freou o desenvolvimento da literatura e da poesia persas. Isto acabou, em reação ulterior, reafirmando o espírito "nacional" persa. Durante cinco séculos, porém, as obras literárias e a história do país se escreveram em arábico.

No século IX, no entanto, o controle árabe do país enfraqueceu, e o império dividiu-se em pequenos reinos com governantes iranianos (ou "persas", como os chamavam os gregos). No século X registrou-se, desse modo, um renascimento da literatura persa, escrita na sua língua original. Em meados desse século, os *seljuk* turcos conquistaram grande parte do Irã. Com outras tribos turcas, governaram o país até 1220. Os mongóis, encabeçados por Genghis Khan, fizeram então sua irrupção, causando estragos, destruindo as cidades por donde passavam, assassinando milhares de persas (ou iranianos, como eles mesmos se autodenominavam) e acabando com o califado Abássida. Era o início do declínio irreversível do "império islâmico" *árabe*.

Antes disso, porém, os árabes espalharam sua religião e sua língua (a língua do *Qur'na*, o Alcorão, ou simplesmente Corão) através da conversão e *assimilação* das regiões conquistadas. Dentro de um islamismo já dividido, os *sunitas* foram de longe o mais numeroso dos ramos da religião islâmica na região do Levante como um todo (Palestina, Síria e Líbano, Jordânia). Formaram a mais numerosa e, desde o século XI, a mais poderosa comunidade islâmica: todos grandes impérios duradouros da região (Ayyubida, Mameluco e Otomano)

[88] De onde provavelmente deriva o substantivo-expressão pejorativa espanhola *carajo* (em português, caralho), numa óbvia relação ente a taxa compulsória que os camponeses eram obrigados a pagar e o objeto designado pela expressão. *Carajo* era também a pequena e incômoda plataforma ou cestinha usada pelos vigias nos navios, uma tarefa concebida e percebida como penosa e punitiva, daí a expressão espanhola *vete al carajo*.

foram sunitas. Através da expansão islâmica, muitos grupos e sociedades terminaram por ser conhecidos como árabes não pela sua ascendência, mas sim pela sua arabização-islamização. Com o tempo, o termo "árabe" acabou tendo um significado bem mais largo do que a designação original. Os habitantes do Sudão, Marrocos, Argélia e outros lugares *tornaram-se* árabes. Porém, Ibn Khaldun, o notável precursor tunisiano da economia e da sociologia modernas, no século XIII, seis séculos depois de Maomé, ainda não utilizava a palavra árabe para se referir aos povos "arabizados", mas somente àqueles de ascendência arábica original.[89]

O Curdistão demorou quase três séculos para ser "islamizado", depois de muita violência e guerras contra os povos originários da região, que possuiam outros costumes e outras religiões. Os principados resultantes (Shaddadidi, Hassanwahyidi, Marwanidi) gozaram de alguma independência dentro do califado entre os séculos X e XI, especialmente Marwanidi, cuja capital (Amed, a atual Diyarbakir) era famosa pelo seu esplendor. O Curdistão só veio a reconquistar alguma unidade e paz sob o califado dos Ayyubidas, entre 1137 e 1193, os que eram descendentes de Salahhadin Ayub, curdo da tribu Rawad, o grande Saladino que derrotou os cruzados cristão e reconquistou Jerusalém. A divisão curda, no entanto, persistiu e manifestou seu lado negativo quando, em 1051, não conseguiram opor uma resistência unificada contra os ataques dos turcos seljúcidas, seguidos pelos mongóis de Hulagi Khan (1231), os turcomenos de Tamerlão (1402), e outras invasões subsequentes que desmembraram o Curdistão.

O império árabe foi *consolidado e defindo pela conversão*: quem se convertesse ao Islã, ganhava um estatuto social e direitos iguais aos dos outros muçulmanos. Durante um breve período e em algumas regiões, quem não se convertesse era sacrificado; depois, as populações não muçulmanas incluídas na terra do Islã (cristãs e judias, basicamente, mas não só elas) foram obrigadas só a pagar uma taxa, *dhimmit*. As cidades que se entregassem pacificamente deveriam pagar um dízimo de suas riquezas e de sua renda ao Islã, ao califado (a noção de dízimo foi depois herdada pelas igrejas cristãs europeias e orientais), as cidades que resistissem, deveriam pagar o dobro, ou seja, um quinto (que veio a inspirar o *quinto real*, usado pelos futuros impérios ibéricos nas suas colônias espalhadas pelo mundo todo). As populações ocidentais conquistadas apreenderam e adotaram desse modo bem prático e compulsório, o sistema decimal de origem árabe em suas operações cotidianas. O império islâmico foi perdendo sua força expansiva nos séculos sucessivos, sob o domínio das cada vez mais conflitantes dinastias e califados.

A expansão islâmica conseguiu conquistar rapidamente a penínsua índica, sede de várias das mais antigas civilizações do planeta, dando lugar a uma fusão cultural extraordinária com culturas milenares, da qual resultou, entre outras, a matemática moderna. No seu período expansivo, o império islâmico conquistou também duradouramente o norte da África, o que fez surgir a "África Branca", que designa o povoamento pelos povos semitas da Arábia da região do Egito até o Magrebe; a destruição definitiva de Cartago (a cidade havia sido inicialmente destruída pelos romanos; depois de ficar vários anos desocupada fora revivida e reconstruída por Júlio César) para a construção, no mesmo lugar, de Túnis; a criação de portos importantes para o ataque às ilhas do Mediterrâneo dominadas pelos cristãos e às regiões costeiras da Europa; além da conquista da Espanha e do fechamento do Mediterrâneo à navegação europeia, pois os árabes passaram a dominá-lo completamente.

A conquista da Península Ibérica (entre 711 e 714) marcou o auge da expansão do império islâmico, que existia há apenas oitenta anos, mas que já dominava uma região maior do que a extensão máxima do Império Romano. Durante cinco séculos, o Islã foi religião *dominante* (não única) num vasto império que abrangia desde a Espanha até a Índia, possuidor de uma cultura e de uma língua oficial em comum. Era impossível, no entanto, que semelhante extensão de

[89] Claude Horrut. *Ibn Khaldûn, um Islam des "Lumières"?* Bruxelas, Complexe, 2006.

terra fosse governada por um único poder central: na época do califado Abássida (750-1258) cada região já era governada por uma dinastia local, que reconhecia, mais ou menos formalmente, o governo de Bagdá.

Dinar *Al Andalus*, escrito em árabe e latim, com estrela de oito pontas (716 D.C)

A pirâmide social dos domínios do Islã, no entanto, apresentava certa homogeneidade: a) Os árabes, nem sempre árabes 100%, ocupavam o topo da hierarquia social; b) Os *maulas* eram os povos originários dos países que tinham se convertido ao islamismo; c) Os *dimmis* eram os indígenas dos países conquistados não conversos ao islamismo, que pagavam um imposto especial devido a isso; eram a base produtiva da economia (principalmente como artesãos e camponeses); d) Havia também uma população flutuante estrangeira, judeus, venezianos, genoveses e outros, que ocupava um lugar importante no comércio externo e inclusive no interno; e) Os *escravos*, provenientes das conquistas bélicas ou do tráfico de cativos capturados fora das fronteiras imperiais.

Existem diversas divisões e ramificações do Islã, a mais conhecida das quais é a divisão, que já observamos, entre sunitas e xiitas. Depois da morte de Maomé, as *Sunnas* do Corão passaram cada vez mais a ser conhecidas como Sunnas de Maomé. No entanto, esse conjunto de tradições se mostrou incompleto com o passar do tempo e, sobretudo, à medida que os árabes se expandiam e entravam em contato com povos não árabes. Justamente devido a essas lacunas do Alcorão, criou-se no mundo islâmico a tradição dos *Hadith*, que ditavam a maneira mais adequada de se agir frente às situações sobre as quais o Alcorão nada mencionava. Os sunitas desenvolveram um código legal, a *Shariah*, que deriva do Corão, da tradição islâmica e do consenso entre suas comunidades. Os xiitas, diversamente, se apoiaram em leituras estritas do Corão: todas as revelações divinas foram recebidas por Maomé, afirmaram, e estavam contidas no Alcorão.

Hassan Riad propôs uma interpretação da base histórica real das divergências teológicas e práticas entre sunitas e xiitas: "O Islã do século dos Omeyas, a cuja tradição pertence o sunismo, é uma religião de legistas vitoriosos que se atribuem a tarefa de organizar a sociedade árabe do Oriente conquistado. Adquiriu todas as características próximas do direito romano, do direito de uma sociedade antiga que se perpetuou. A justiça que pretende impor no baixo mundo é uma justiça mesquinha, preocupada em dirimir os conflitos concretos que possam nascer das relações humanas de uma dada sociedade. Daí o aspecto de jurisprudência fundamental de sua interpretação do Corão. Nenhuma esperança é deixada à humanidade. Maomé foi o último dos profetas, ele realizou a justiça sobre a terra. A sacralização da ordem social abriu o caminho para a teocracia, mesmo sem clero organizado. Sayyil Qutb o viu bem quando defendeu a qualquer preço que fosse mantida a confusão entre o religioso e o laico. O Islã sunita, religião de legistas, é por sua essência alheio ao misticismo...

"O Islã xiita é, ao contrário, uma religião de vencidos. Testemunha da rebelião dos oprimidos aos que a ordem social do primeiro século da Hejira não trazia nenhum alívio. Sua solução a esse dilema foi pretender que a obra de Maomé fora traída, e que viria um Salvador para

varrer a ordem social, destruir o Mal e organizar o Bem. A esperança é salva. A história de quase todas as grandes sublevações confundiu-se no mundo muçulmano com a do xiismo.[90] Assim aconteceu com os escravos do baixo Iraque e com os montanheses curdos e iranianos. As utopias comunistas são obra dos xiitas impacientes pela chegada do Imã Salvador. O espírito messiânico do judaísmo e do cristianismo, transmitido ao Islã, permite não só salvar a esperança, também chama à ação. À dura frieza do jurita sunita o xiita opõe sempre o amor entre os homens".[91]

As grandes civilizações prévias ao Islã, com as quais este manteve contato, por outro lado, não foram apenas "influências" na civilização árabe: seus elementos básicos foram absorvidos por ela. Foram os árabes os que espalharam pela Europa os textos de Aristóteles e também de outros nomes destacados da Antiguidade grega, inicialmente traduzidos do grego para o árabe, e depois do árabe para o latim, pelos judeus, principalmente na "Escola de Tradutores de Toledo". Esses textos foram decisivos para o desenvolvimento da filosofia escolástica europeia no século XIII. No Oriente Médio, o contato entre a filosofia grega e a filosofia árabe tinha se desenvolvido na Síria (na Escola de Edessa) e no Egito, na Alexandria.

Através dos filósofos e tradutores judeus e árabes penetrou na Europa a filosofia aristotélica, a judia e até a plotiniana (de Plotino, ou seja, a filosofia grega de Alexandria); e não só isso: "O mundo muçulmano, que era mais aberto aos estudos científicos que o mundo cristão, e que desde cedo se beneficiou das traduções das obras filosóficas mais importantes da Antiguidade, assistiu ao desenvolvimento de correntes naturalistas ateias... Uma espécie de ecumenismo cético se desenvolveu nas zonas fronteiriças entre o mundo muçulmano e cristão... No século X, conferências em Bagdá reuniam muçulmanos, cristãos e judeus de todas as tendências, mas também ateus materialistas, para comparar opiniões com argumentos extraídos da razão humana".[92] A partir do século XII, no entanto, "tais ousadias se tornaram difíceis no marco de monarquias (islâmicas) intolerantes".

Se, com eles, a filosofia grega penetrou Europa, de modo vertiginoso, entre os séculos XII e XIII, os árabes não se limitaram à transmissão da cultura clássica greco-romana traduzida para o árabe, e dai para o latim e outras línguas da Europa. Eles desenvolveram também a ciência, a filosofia, a poesia, a astronomia, a medicina: baste mencionar Averroes (1126-1198), Avicena (980-1037) e Maimônides (1135-1204), árabes os primeiros, judeu o último. Os exércitos árabes instituíram também um sistema de comércio único, que funcionava como ligação entre o Ocidente e o Oriente, com grandes centros comerciais, como Bagdá, El Cairo e Damasco.

Essas cidades foram também polos de progresso cultural, com a fusão da cultura do mundo oriental e a do Mediterrâneo: "Os monges latinos nos deixaram pesadas crônicas e listas de acontecimentos; os retóricos gregos de Bizâncio não escreveram mais do que comentários acerca de querelas já caducas. Os pensadores do Islã, diversamente, voltaram a se propor os problemas da origem da matéria, da criação das coisas por Deus ou através de seus agentes, das causas e dos segredos da vida, da origem do bem e do mal, e organizavam seus conhecimentos em tratados que davam continuidade à ciência antiga, se não com base no Corão, pelo menos no intuito de harmoniza-lo com o pensamento filosófico. O fato de que o Corão não tivesse um magistério hierárquico facilitou que a filosofia dos árabes, como uma

---

[90] Cf. Fouad El-Khory. *As Revoluções Xiitas no Islão (660-750).* São Paulo, Marco Zero, 1983; e: *Imames y Emires*. Ortodoxia y disidencias en la sociedad árabe. Barcelona, Bellaterra, 2000.

[91] Hassan Riad. Las tres edades de la sociedad egípcia. In: Gamal Abdel Nasser et al. *Nasserismo y Marxismo*. Buenos Aires, Jorge Álvarez, 1965, pp. 89-91.

[92] Georges Minois. *História do Ateísmo.* São Paulo, Editora Unesp, 2014, pp. 77 e 79.

explicação do mundo, tivesse um sentido muito autônomo. Não há uma Igreja que possa decidir em concílio, nem existe no Islã alguém investido da autoridade doutrinária decisiva".[93]

Bagdá foi a sede e capital do Califado Abássida, que representou o apogeu da civilização árabe. A conquista territorial árabe-islâmica rompeu a unidade do Mediterrâneo centrada na Europa, destruiu a síntese cristão-romana e propiciou, em substituição/reação a essa destruição, o surgimento de uma nova "civilização europeia" dominada por potências setentrionais (a Alemanha e a França carolíngias), cuja missão, segundo Henri Pirenne, teria consistido em retomar a defesa do "Ocidente" contra seus novos inimigos histórico-culturais, os árabes-islâmicos:[94] "O que Pirenne deixou, infelizmente, de dizer, é que a criação dessa nova linha de defesa do Ocidente aproveitou inúmeros elementos do humanismo, da ciência, filosofia, sociologia e historiografia do Islã, que já se haviam interposto entre o mundo de Carlo Magno e a antiguidade clássica. O Islã está dentro do Ocidente desde o início, como foi obrigado a admitir o próprio Dante, grande inimigo de Maomé, quando situou o Profeta no próprio coração de seu Inferno".[95]

Certamente, tanto como Europa "aproveitou" conhecimentos e rotas marítimas traçadas pelos chineses, assim como os novos produtos trazidos das Américas: o Ocidente pós-medieval criou, com base nessas e outras apropriações, uma "nova civilização", baseada num *novo modo de produção*. A Europa pós-medieval não foi continuidade linear de uma mítica "Europa" nascida na antiguidade greco-romana. A partir do século XI se produziu um renascimento do comércio interno na região europeia, especialmente ocidental, quando as cidades italianas quebraram o monopólio marítimo dos árabes no Mediterrâneo: "Do século VII ao XI, o Ocidente se esvaziara de metais preciosos, mas o ouro e a prata retornaram com as Cruzadas. Os meios monetários crescem, a moeda de ouro recomeça sua circulação. São Luís a oficializou

[93] Juan Vernet. La ciencia árabe. In: José Fernando Aguirre et al. *La Expansión Musulmana*. Lima, Salvat, 2005, p. 181.

[94] Henri Pirenne. *Maometto e Carlomagno*. Roma, Newton & Compton, 1994.

[95] Edward Saïd. *Orientalismo.* São Paulo, Companhia das Letras, 2002.

na França; o ducado de Veneza e o florim de Florença, moedas de ouro, jogaram um papel só comparável na história antiga ao papel do dracma em Atenas".[96]

Qual foi, nessa dinâmica histórica que deu origem à "modernidade" ocidental, o papel da cultura e da civilização árabe? Em meados do século XX, o escritor e dirigente político indiano Manabendra Nath Roy[97] afirmou: "O Islã foi um produto necessário da história, instrumento do progresso humano. Surgiu como a ideologia de uma relação social nova que revolucionou a mente do homem. Mas da mesma maneira que tinha subvertido e substituído culturas mais velhas e deterioradas, no curso do tempo o Islã também foi ultrapassado por desenvolvimentos sociais novos e teve de repassar sua liderança espiritual para outras ideologias, produtos de condições mais novas. Mas contribuiu para a criação de instrumentos ideológicos novos, que provocaram a revolução social subsequente. Esses instrumentos eram a ciência experimental e a filosofia racionalista. Se deve creditar à cultura islâmica o papel fundamental que desempenhou na promoção da ideologia de uma nova revolução social.

"O modo capitalista de produção salvou Europa do caos do barbarismo medieval. Lutou e, por fim, derrotou a teologia cristã e o monopólio espiritual da Igreja Católica, com a arma potente de sua filosofia racionalista. Esta arma, inventada pelos antigos sábios da Grécia, foi transmitida aos fundadores da civilização moderna pelos sábios árabes, que não só tinham preservado o precioso patrimônio como o haviam enriquecido. A batalha histórica, iniciada pelos nômades do deserto árabe, sob a bandeira religiosa do Islã, foi travada passo a passo, ao longo de mil anos, em três continentes, até ser finalmente vencida na Europa sob a forma profana do Iluminismo do século XVIII e da revolução burguesa".

O fragmento citado se caracteriza por alguma simplificação e prováveis exageros, mas se situa dentro de uma tradição interpretativa bastante antiga. No século XVIII, em suas *Cartas Persas*, Montesquieu via na civilização árabe um epítome de tolerância religiosa e espiritual, se comparada com a civilização cristã da Europa ocidental, e isso em pleno "Século das Luzes". O orientalista marxista francês Maxime Rodinson apontou, no seu artigo *A Fascinação do Islã*,[98] que, a partir do século XVII, o Islã, oposto ao cristianismo, foi visto no Ocidente europeu como exemplo de tolerância e razão. O Ocidente ficou fascinado, segundo Rodinson, pela ênfase do Islã "no equilíbrio entre a adoração e as necessidades da vida, entre as necessidades morais e éticas e as necessidades corporais, e entre o respeito ao indivíduo e a ênfase sobre o bem-estar social". A análise de Rodinson, rigorosa embora polêmica, se afastou da ideia de um islamismo (identificado com a própria civilização árabe) dotado atemporal e essencialmente de um desprezo pela individualidade humana, diferentemente do cristianismo ou do judaísmo.[99]

---

[96] Albert Dauphin-Menier. *Histoire de la Banque*. Paris, Presses Universitaires de France, 1968, p. 41.

[97] M. N. Roy. Historical role of Islam: an essay on Islamic culture. In: *Marxists Internet Archive* [2006]. Autor, junto com V. I. Lênin, das *Teses sobre a Questão Nacional e Colonial* da Internacional Comunista (1922), Manabendra Nath Roy (1887-1954), indiano nascido Narendra Nath Bhattacharya, foi incumbido pela Internacional Comunista da organização dos partidos comunistas na América Latina, permanecendo durante vários anos no México, onde foi membro fundador do Partido Comunista desse país.

[98] In: Maxime Rodinson. *L´Islam: Politique et Croyance.* Paris, Arthème Fayard, 1993.

[99] No século XIX, a situação era bem diferente. Na Europa, surgiram os termos "orientalismo" e "orientalistas" para designar os estudiosos que traduziam os textos orientais, prática motivada pela convicção de que a conquista colonial necessitava de um conhecimento do povo conquistado. Edward Said apontou que a visão ocidental moderna do Oriente construiu-se nesse quadro: foi uma construção intelectual, literária e política do Ocidente, como meio para ganhar autoridade e poder sobre o primeiro. Através da deconstrução de discursos, pensamentos e imagens, na literatura europeia do século XIX, o o Ocidente, segundo Saïd, construiu sua própria identidade por oposição à do Oriente. Ao longo desse processo identitário, foi consolidada a ideia de que a diferença entre o Ocidente e o Oriente seria a racionalidade, o desenvolvimento e a superioridade do primeiro. Ao segundo foram atribuídas características como aberrante, subdesenvolvido e inferior. Todo esse sistema de representações

Na Espanha, os "árabes" (na verdade, os mouros arabizados) chegaram ao país em inícios do século VIII, provenientes principalmente das tribos berberes do norte da África. Na verdade, nunca houve uma "invasão árabe" propriamente dita da Ibéria. Alguns milhares de berberes atravessaram o estreito de Gibraltar, trazendo consigo uma organização militar e uma riqueza cultural que não existia no Ocidente europeu, ao ponto deles considerarem "bárbaros" os povos que perambulavam (literalmente) pela Europa. Os "árabes" (ou os berberes arabizados) dominaram rapidamente grande parte do que hoje é o território espanhol (excetuando as províncias cantábricas) e do território português, até serem dele expulsos pelos "Reis Católicos", Fernando de Aragão e Isabel de Castela, em 1492, depois de sete séculos de presença dominante na Península Ibérica.

Os árabes chamaram esse reino de *Al-Andalus*, que constituía uma unidade política onde conviviam de forma *relativamente* pacífica muçulmanos, judeus e cristãos. Como os primeiros predominavam politicamente, as outras culturas adquiriam muito da cultura árabe, nas suas práticas cotidianas, no seu idioma e até na sua religião. Em Toledo, a catedral católica foi edificada ao lado de uma mesquita e de uma sinagoga. Ainda há igrejas na Espanha onde se celebram as missas *moçárabes*, rito religioso dos cristãos arabizados que viviam entre os muçulmanos e falavam uma língua que lhes era específica. A Idade Média europeia foi, na Península Ibérica, a era dourada do Islã. Depois da "Reconquista", o reinado de Alfonso X, o Sábio, reuniu na sua corte sábios e eruditos das três religiões peninsulares (cristãos, muçulmanos e judeus) criando escolas de pesquisadores e tradutores, em Toledo (a já mencionada "Escola de Tradutores de Toledo") e também em Múrcia e em Sevilha. O trabalho desenvolvido nessas escolas ajudou a transmitir ao Ocidente cristão muitos elementos da cultura oriental e das obras clássicas antigas. Em Toledo se traduziram ao castelhano a Bíblia, o Alcorão, o Talmude, textos da Cabala judia, entre muitos outros.

Menos "pacífico" foi o percurso do império islâmico no Oriente Médio. Sob a dominação dos califas Abássidas o Egito foi percorrido por uma série de insurreições geradas pelos conflitos

---

permitiu, segundo o autor, legitimar historicamente a construção dos grandes impérios coloniais europeus (Edward Saïd. *Orientalismo*, ed. cit.).

entre as diversas seitas muçulmanas. No ano 868, finalmente, Ahmad Ibn Tulun emancipou o Egito da tutela dos Abássidas, fundando uma dinastia que permaneceu no poder até 905. A dinastia sucessora dos Ikhsiditi, que conquistou o poder em 935, foi derrotada em 969 pelos Fatimidas, com Gawhar, que fundou El Cairo e transferiu para essa cidade a capital do país (onde permaneceu até hoje).

Com os Fatimidas, muçulmanos xiitas, o Egito conheceu um período de florescimento cultural, transformando-se no país mais importante do Islã (e também, conjuntamente, do judaísmo): "No momento em que El Cairo (e, mais em geral, o Egito) se transformou no principal porto de trânsito entre o Oceano Índico e o Mediterrâneo, a colaboração estreita entre a comunidade judia e a muçulmana no Oceano Índico se estendeu também ao comércio no Mediterrâneo. A maior parte das mercadorias adquiridas na Índia (seda, algodão, especiarias, madeiras e resinas aromáticas), originárias da própria Índia ou de países situados mais ao leste, era vendida no mercado de El Cairo, que não era necesariamente, porém, seu destino final. De El Cairo alguns produtos eram transportados para Alexandria, onde eram carregados em navios maiores para serem comerciados nos portos situados nas costas setentrionais e meridionais do Mediterrâneo".[100]

Desse modo, "no final do século X um mundo islâmico se havia constituído, unficado por uma cultura religiosa comum expressa em língua árabe e pelos vínculos humanos criados pelo comércio, as migrações e as peregrinações. Mas esse mundo não mais constituía uma única entidade política. Três monarcas reivindicavam o título de califa - em Bagdá, em El Cairo e em Córdoba – e outros reinavam de fato como soberanos de Estados independentes. Nada de surpreendente. Ter durante tanto tempo conservado no quadro de um só império países tão numerosos com tradições e interesses diferentes tinha sido uma façanha remarcável. Dificilmente teria se chegado a isso sem a força da convicção religiosa, que havia criado um grupo dirigente eficaz na Arábia ocidental, estabelecendo depois uma aliança de interesses com um grupo cada vez mais amplo de sociedades sobre as quais reinava. Nem militarmente, nem administrativamente, os recursos do califado Abássida eram suficientes para se permitir manter eternamente a unidade política de um império que ia da Ásia Central até o Atlântico; a partir do século X, a história política dos países nos quais os soberanos e uma parte crescente da população eram muçulmanos cindiu-se em uma série de evoluções regionais, marcadas pelo ascenso e a queda de dinastias cujo poder irradiava a partir de sua capital até fronteiras que, no seu conjunto, não estavam claramente definidas".[101]

Durante um século e meio, entre 1096 e 1250, os reinos islâmicos resistiram militarmente com sucesso às cruzadas cristãs, mas receberam um golpe decisivo com a invasão dos mongóis, em 1258. O cerco mongol de Bagdá, ocorrido nesse ano, destruiu a capital do califado Abássida pela ação das forças do canato mongol e de tropas aliadas a Hulagu Khan, seu novo chefe. Os mongóis eram uma tribo de nômades da Ásia Central e do Norte: eles viviam nas estepes da região, com um estilo de vida nômade, de movimento constante e sempre dependente de seus cavalos, seu principal meio de transporte.[102] Religiosamente, eram animistas politeístas. A invasão mongol deixou Bagdá em estado de destruição: estimativas do número de habitantes

---

[100] Xinru Liu e Linda Norene Shaffer. *Op. Cit.*, p. 207.

[101] Albert Hourani. *Histoire des Peuples Arabes.* Paris, Seuil, 1993, p. 121.

[102] A história mongol, e também a história mundial, mudou durante o reinado de Genghis Khan, chefe tribal dos mongóis entre 1206 e 1227. Durante o seu reinado, ele conseguiu unir as diversas tribos mongóis, juntamente com inúmeras tribos turcas, e começou a conquistar toda e qualquer terra que os cavaleiros mongóis pudessem alcançar. Conquistou a maior parte do norte da China nos anos 1210, destruindo as dinastias Xia e Jin e conquistando Beijing. Também conseguiu dominar a maioria das tribos turcas da Ásia Central, abrindo o caminho para a Pérsia. Isso o levou a enviar exércitos para o leste da Europa, bem como a atacar terras russas e até mesmo as fronteiras dos Estados alemães da Europa Central.

massacrados durante a invasão variam de cem mil até um milhão, a cidade foi saqueada e incendiada. Mesmo as bibliotecas de Bagdá, incluindo a "Casa da Sabedoria" foram destruídas. Bagdá permaneceu despovoada e em ruínas por séculos, um acontecimento considerado como o fim da "Era de Ouro" islâmica.

O mundo islâmico, na verdade, entrara em decadência antes da invasão mongol. Além de algumas invasões e massacres nas regiões fronteiriças do domínio islâmico, o iniciador do canato mongol, Genghis Khan, não invadiu profundamente o mundo muçulmano. Sob o governo de seu sucessor, Ogedei, o mundo muçulmano continuou a ser poupado pelos mongóis. Em 1255 a relativa paz mongol com os árabes chegou ao fim. O Grande Khan, Mongke, colocou seu irmão Hulagu Khan no comando de um exército cujos objetivos eram conquistar Pérsia, Síria e Egito, assim como destruir o califado Abássida. Hulagu tinha um ódio profundo por tudo o que fosse ligado ao islamismo, talvez vindo menos de seu politeísmo do que de seus conselheiros budistas e cristãos.

Sítio mongol de Bagdá, 1258

O mundo muçulmano já não estava em posição de resistir aos ataques mongóis. O califado Abássida era pouco além de uma miragem de seu passado glorioso, não tendo poder real fora de Bagdá. A maior parte da Pérsia estava desunida. O Estado Ayyubida estabelecido por Saladino possuía apenas o controle de pequenas partes do Iraque e da Síria. No Egito, uma recente revolução tinha derrubado os descendentes de Saladino e levado ao poder o novo sultanato mameluco. O antigo império estava desunido e deteriorado. Com seu exército gigantesco de centenas de milhares de soldados, Hulagu não encontrou muita resistência no seu avanço pelos territórios do califado.

Depois desse declínio catastrófico, fez sua aparição em terras árabes o teólogo islâmico Ibn Taymiyyah (1263-1328), hoje considerado apressadamente como o pai do "fanatismo salafita".[103] Ele atribuiu o declínio islâmico à influência xiita ("Cuidado com os xiitas, combata-

[103] Salafismo (do árabe salafī, "predecessores" ou "primeiras gerações") é a denominação para um movimento ortodoxo conservador dentro do islamismo sunita, que se resumiria em uma abordagem fundamentalista do Islã, emulando o profeta Maomé e seus primeiros seguidores, com a aplicação da *shariah* (lei islâmica). O movimento é dividido em três categorias: os puristas, que evitam a política; os ativistas, que se envolvem na política; e os *jihadistas*. O salafismo também é descrito como um híbrido do wahhabismo e de movimentos pós-1960, que fizeram uma abordagem literal e rigorosa do Islã. Suas

os, eles mentem”), inaugurando uma querela sectária de oito séculos (vigente até o presente). Um muçulmano, segundo ele, devia seguir três critérios de *tawhid*, ou monoteísmo: adorar Deus (Alá), adorar apenas Deus e ter o credo certeiro. Os xiitas e os sufis,[104] venerando seus imãs particulares, comprometiam, segundo o teólogo, a veneração exclusiva de Alá. O sunismo desenvolveu, não só uma teologia, mas uma filosofia particular, ao ponto de poder-se dizer que a cisão islâmica não deu lugar a duas variantes do islamismo, mas, dependendo do ângulo (e da circunstância) de consideração, a duas religiões diferentes.

Para Ibn Taymiyyah, os eventos que haviam conduzido à destruição do califado Abássida eram sinais da desaprovação divina ao comportamento dos muçulmanos, e a solução consistiria em retornar às origens do Islã. Assim, Ibn Taymiyya retornou aos trabalhos de seu predecessor Ahmad ibn Hanbal e, através de um debate teológico com outras vertentes, defendeu a interpretação literal dos versos do Alcorão e da Hadith. Também se opunha às práticas ditas heréticas adicionadas posteriormente aos costumes islâmicos, como visitar o túmulo de líderes muçulmanos ou comemorar o aniversário de Maomé.[105] Nesse quadro de retrocesso, houve, no entanto, um período de reflorescimento islâmico na parte ocidental do Império, terminado com a reconquista de Espanha pelos cristãos, em 1492.

Tāqī ad-Dīn Aḥmad Ibn Taymiyyah

---

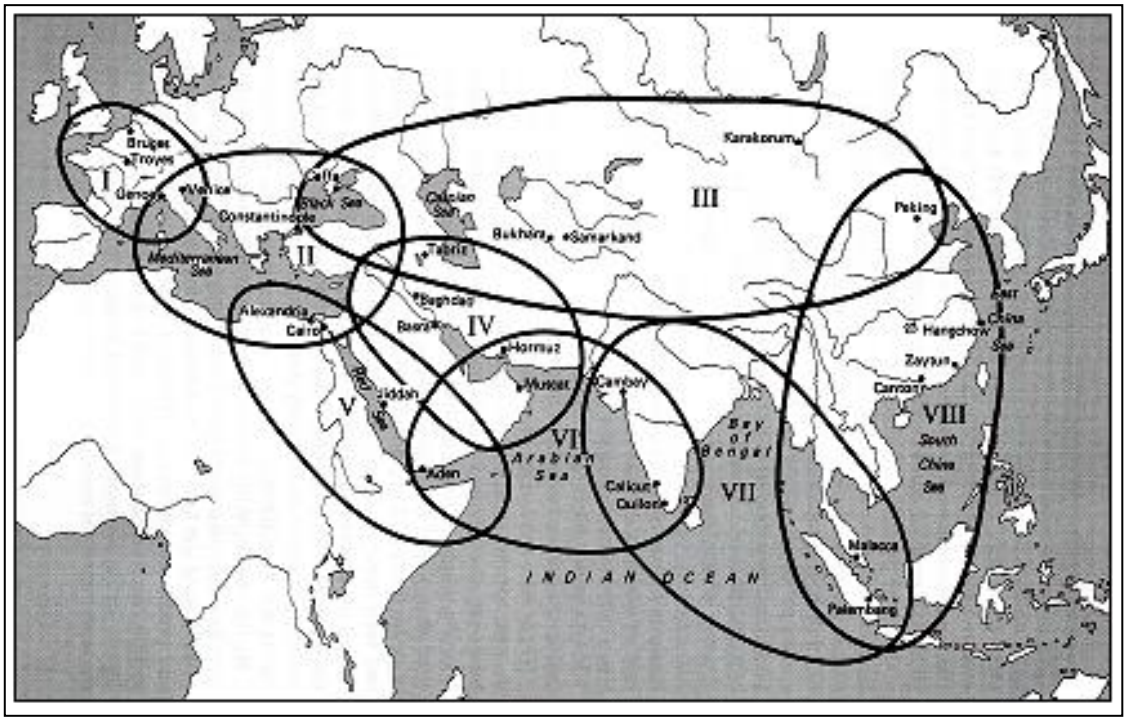
figuras proeminentes originais constituíram um grupo de intelectuais da Universidade de Al-Azhar, de El Cairo: Muhammad Abduh (1849-1905), Jamal al-Din al-Afghani (1839-1897) e Rashid Rida (1865-1935) (Abdul-Haqq Baker. *Extremists in Our Midst: Confronting Terror*. Londres, Palgrave Macmillan, 2011), que não podem ser considerados os avôs do Estado Islâmico.

[104] O sufismo é uma corrente mística e contemplativa do Islã, que procura desenvolver uma relação íntima e direta dos fiéis com Deus utilizando-se de práticas como orações e jejuns. Também incorpora cânticos, música e movimentos. Os sufís procuram uma experiência mística com Deus, antes de um conhecimento intelectual. As ordens sufis podem estar associadas ao Islã sunita ou xiita, pois não se trata de uma divisão dentro do Islã, mas de uma visão interior dele (esotérica). O pensamento sufi se fortaleceu no Oriente Médio no século VIII. Na Indonésia, assim como em outros países da Ásia, Oriente Médio e África, o islamismo foi introduzido através das ordens sufis, que tratavam dos aspectos internos da prática e da ética religiosa, não somente as intenções, sentimentos e consciência, mas também dos aspectos mais profundos de sua espiritualidade (Frithjof Schuon. *Para Compreender o Islã*. Rio de Janeiro, Nova Era, 2006; Victor Danner. *The Islamic Tradition*. Nova York, Sophia Perennis, 2005).

[105] Em 2015, o Ministério de Assuntos Religiosos do governo egípcio tirou os livros de Ibn Taymiyyah, Ibn Baz e Ibn Uthaymeen de todas as mesquitas do país.

No século XVI, depois da tomada de Constantinopla pelos turcos, em 1453, da queda de Granada e o fim da guerra hispânica de Reconquista, em 1492, a civilização árabe recuou; o interesse ocidental pela cultura islâmica decaiu e se centrou no interesse pelo Império Otomano (ou "turco"), que passou a "representar" o Islã frente ao Ocidente cristão. Ainda assim, mesmo no período de seu declínio, os circuitos comerciais criados pela expansão árabe permaneceram importantes no complexo Eurásia-África. Na etapa que precedeu a expansão mercantilista da Europa e a unificação comercial do planeta, Janet L. Abu-Lughod estabeleceu,[106] para o período de 1250-1350, excluindo as Américas e a Oceania, oito circuitos econômicos articulados, nos quais o comércio e a divisão do trabalho configuravam um sistema econômico desenvolvido, uma "economia-mundo", na conhecida conceituação de Fernand Braudel. Dos oito circuitos elencados, seis estavam localizados em áreas dominadas pela precedente expansão islâmica. O esplendor da civilização árabe foi expressão do seu desenvolvimento industrial e mercantil, localizado e fragmentado geograficamente; e sem projeção mundial devido ao esgotamento de sua dinâmica interna.

Porque esses espaços econômicos relativamente articulados, internamente e entre si, não evoluíram em direção da produção mercantil generalizada e de sua consequência histórica, a produção capitalista? Ou, usando uma terminologia acadêmica, porque foram refratários à "modernização"? Maxime Rodinson postulou (e demonstrou de modo convincente) que não existia nennhum obstáculo ideológico (ou religioso), no mundo árabe, para a prática e a expansão comercial e para a reprodução ampliada e a acumulação ilimitada de capital.



Os oito circuitos econômicos do século XIII (Europa – Ásia – África)

Buscando uma explicação econômica e social para o fenômeno, Perry Anderson elencou os motivos possíveis do declínio da "economia islâmica": falta de autonomia municipal e de ordem cívica nas cidades, que careciam de estrutura interna coerente, de estrutura administrativa e até arquitetônica; ausência de associações comerciais ou profissionais que agrupassem os proprietários; múltiplos Estados de origem nômade, "por tendência,

[106] Janet L. Abu-Lughod. *Before European Hegemony.* The world system 1250-1350. Nova York, Oxford University Press, 1989. A autora é crítica do eurocentrismo presente, segundo ela, nas obras de Immanuel Wallerstein e Fernand Braudel

essencialmente guerreiros e saqueadores; sua razão de ser e sua estrutura eram militares".[107] O esforço militar destinado a manter, expandir e defender o império teria consumido os recursos (o fundo de acumulação) que, se usados de outro modo, teriam permitido a passagem para um novo patamar produtivo e social. O fracasso da modernização capitalista, no entanto, não afetou a influência mundial da precedente expansão islâmica.

As condições para a acumluação primitiva de capital, e da passagem desta para o capitalismo industrial, existiram em diversas partes do globo, sem dar lugar, na maior parte dos casos, a essa passagem. Ela aconteceu, inicialmente, não na "Europa", mas especificamente na Inglaterra. O estancamento da economia árabe não foi uma exceção dentro das economias comerciais desenvolvidas, uma espécie de tara específica da civilização árabe. Porque os processos que conduziram ao capitalismo se aceleraram inicialmente na Inglaterra? Ellen Meiksins Wood acentou o caráter de ruptura radical que foi o capitalismo: intercâmbio de mercadorias, mercados, progresso tecnológico, existiam muito antes do capitalismo, tão desenvolvidos ou mais em outras partes do mundo do que na Europa .

Marx e outros autores sustentaram que o capitalismo nasceu, no entanto, na Inglaterra do século XVI, um país que não era especialmente rico nem densamente povoado. A autora citada situou os inícios do capitalismo no campo, especificamente nas mudanças nas relações sociais de propriedade e na perda de poder político da nobreza, que conduziram a um tipo de mercado radicalmente novo. Mercados existiram quase desde sempre, mas os mercados pré-capitalistas não dependiam da extração de mais-valia de produtores que não tinham nada além de sua força de trabalho para vender. Eles dependiam mais da circulação de bens, especialmente suntuários, de uma região para outra. Se eles ofereciam oportunidades de enriquecimento para comerciantes holandeses ou florentinos, não impulsionavam, no entanto, nenhum ou quase nenhum aumento da produtividade, não condicionando, portanto, a produção social. O mesmo caberia dizer acerca dos comerciantes árabes ou vinculados à economia árabe nos tempos da Europa medieval.

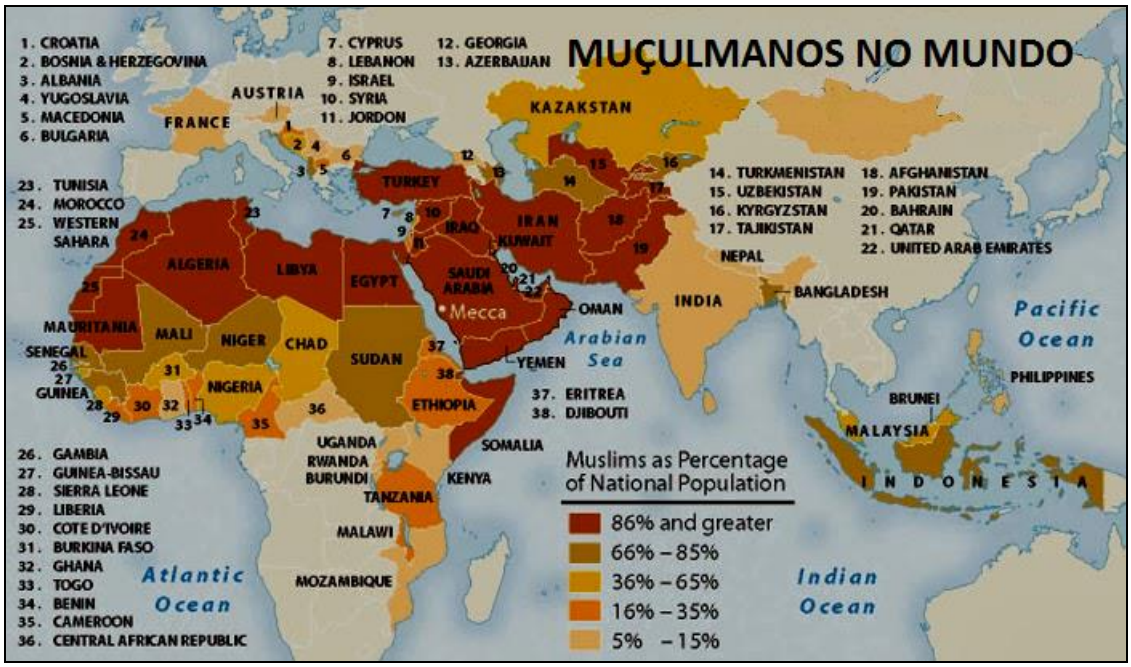
Foi na Inglaterra do século XVI que começou a surgir um mercado que impunha de modo inexorável o aumento da produtividade da terra. A propriedade da terra estava nas mãos de grandes senhores, que a alugavam a meeiros e parceiros. O poder político daqueles tinha diminuído, em benefício da monarquia, o que impedia aos senhores da terra extrair benefícios da exploração dos camponeses pela força ou pela imposição de taxas. A propriedade de terra, no entanto, lhes conferia poder econômico. Os tradicionais aluguéis fixos foram sendo substituídos por aluguéis determinados pelo mercado, por aquilo que os camponeses poderiam pagar, ou poelo que poderiam pagar melhorando sua produtividade. Essas novas relações entre senhores e camponeses criaram na Inglaterra uma situação única na Europa (e no mundo).

Assim, o desenvolvimento do comércio e da indústria inglesa foi consequência da emergência do capitalismo agrário nesse país. Diversamente de outros países, que enriqueciam pela via do comércio externo, Inglaterra foi o primeiro país que se apoiou para seu desenvolvimento econômico sobre um forte mercado interno em expansão, obrigando a um crescimento da produtividade agrária destinada a alimentar uma crescente população que não mais trabalhava na terra. Não era, portanto, um mercado baseado em clientes capazes de comprar produtos em sua maioria suntuários, mas um mercado que fornecia aos compradores produtos de primeira necessidade, que aqueles eram obrigados a comprar para sobreviver. A partir da Inglaterra, as leis econômicas específicas do capitalismo se impuseram, estendendo-se depois para outros países antes de dominar o mundo.[108]

---

[107] Perry Anderson. *Op. Cit*., pp. 588-591.

[108] Ellen Meiksins Wood. *The Origins of Capitalism*. A longer view. Londres, Verso Books, 2002.



Foi devido ao esgotamento de sua dinâmica interna que as tentativas de expansão árabe posteriores ao século XV fracassaram, e teve início um lento declínio histórico. No entanto, depois de 1492, o Império Turco Otomano, iniciado a partir da expansão de uma região islamizada durante a precedente expansão árabe, continuou a expandir-se em direção da Europa (começando nos Bálcãs, e chegando a ameaçar Viena, em 1683), e permaneceram ou ressurgiram entidades políticas islâmicas de grande envergadura na Pérsia e na Índia, dominantes até a irrupção do Império Britânico nessas regiões. Sem falar na expansão do islamismo em direção de Sumatra e de toda a Indonésia, na chamada Insulíndia, e até em regiões da China, cujo fechamento religioso tinha sido quebrado pela invasão dos mongóis no século XIII.[109]

A expansão europeia, iniciada em finais do século XV, apoiou-se por isso em mitos religiosos cristãos, como o do lendário rei cristão Prestes João, com seus supostos domínios situados alternativamente nas Índias Orientais ou no chifre da África, "obsessão, sonho e esperança do Ocidente durante vários séculos,[110] um "rei" em quem se pensava como um potencial e poderoso aliado contra os reinos "infiéis", principalmente muçulmanos, do Oriente. Durante oito séculos (VII-XV) de expansão e contração, a religião do Islã e a civilização árabe deixaram sua marca em um conjunto populacional, variado e heterogêneo, englobando um quinto da população do planeta.

[109] Paolo Branca. Islam. In: Massimo Salvadori (ed.). *Enciclopedia Storica*. Bologna, Zanichelli, 2005, pp. 848-852.

[110] Jacques Heers. *O Mundo Medieval*. Lisboa, Ática, 1976.

APOGEU ÁRABE E ESCRAVIDÃO

Gaza é uma cidade bastante grande, vantajosamente situada em uma proeminência e rodeada de crescido número de jardins... Existem na cidade várias mesquistas, entre elas a maior, uma antiga igreja grega de belas formas, à qual os turcos acrescentaram várias obras de mau gosto e sem harmonia com o restante (**Ali Bey – Domigo Badia**, 1803)

Étrange besoin des hommes blancs que celui qui depuis près de deux millénaires aboutit à "missionariser", à imposer aux autres ses propres vérités. Les Bouddhistes ne l'ont jamais ressenti, ni les Brahmanistes, moins encore les adeptes de cultes locaux qui peuplent l'univers. Nous seuls avons la sagesse contagieuse, qu'elle soit chrétienne, islamique ou marxiste (Clara Malraux, **La Fin et le Commencement**)

A expansão da cultura árabe a partir de seus centros de irradiação foi enorme. As ciências e cultura arábico-islâmicas foram transmitidas à Europa principalmente através da migração dos estudiosos moçárabes para outros locais da Europa; através de contato comercial, e dos caminhos percorridos entre o norte e o sul da Europa, bem como entre o Oriente e o Ocidente; mediante as visitas diplomáticas aos reis germanos e francos, assim como através do domínio muçulmano na Península Ibérica; através das traduções de livros e manuscritos; mediante os estudantes europeus que frequentavam as universidades muçulmanas em Espanha; e também através dos migrantes judeus e dos cruzados cristãos.

A civilização árabe foi pioneira ou inovadora em áreas bem variadas: cirurgia (no início do século XI, o médico muçulmano Al-Zahrawi publicou uma enciclopédia ilustrada de 1.500 páginas sobre procedimentos cirúrgicos); uso do café (fabricado pela primeira vez no Iêmen no século IX, espalhado depois pela Europa); tentativas de vôo (com Abbas Ibn Firnas, que projetou no século IX um aparelho voador, uma espécie de asa delta); universidade (em 859 uma muçulmana abastada, Fatima Al-Firhi fundou a primeira universidade árabe, com uma mesquita adjacente, a Universidade al-Qarawiyyin; a primeira universidade europeia, em Bologna, só surgiu dois séculos depois, em 1088); álgebra (palavra derivada do tratado *Kitab al-Jabr Wa l-Mugabala*, de autoria do matématico muçulmano-persa Al-Khwarizmi, que deu forma a um sistema unificador de números racionais, números irracionais e magnitudes geométricas); a ótica (desenvolvida no século XI pelo físico árabe Ibn Al-Haitham); música (as escalas musicais modernas derivam do alfabeto árabe); o sistema de haste conectado por manivela (que permite o levantamento de objetos pesados com relativa facilidade, inventado por Al-Jazari no século XII); os hospitais, criados no século IX no Egito, com atendimento gratuito da população baseado na tradição muçulmana de cuidar dos doentes; eles se espalharam por todo o mundo muçulmano e foram imitados pelos europeus nos séculos seguintes.

No domínio das matemáticas, foi pioneiro o papel de Abu Abdullah Mohammed Ben Musa Al-Khwarizmi, que nasceu em torno de 780 e morreu por volta do ano 850. Foi um dos primeiros matemáticos a trabalhar na Casa da Sabedoria, em Bagdá, durante o califado de Al-Mamum (813-833). Al-Khwarizmi escreveu tratados sobre aritmética, álgebra, astronomia, geografia e sobre o calendário. Tanto o tratado sobre a aritmética como aquele sobre a álgebra constituíram o ponto de partida para os trabalhos posteriores dessas disciplinas e exerceram uma forte influência no seu desenvolvimento; existem traduções desses textos, do século XII, para o latim. Al-Khwarizmi introduziu os nove símbolos indianos para representar os algarismos e um círculo para representar o zero. Depois explicou como escrever um número no sistema decimal de posição utilizando os dez símbolos. Em síntese, formulou a representação matemática como hoje a conhecemos. Descreveu as operações de cálculo (adição, subtração, divisão e a multiplicação) segundo o método indiano e explicou a extração da raiz quadrada; abordou também o cálculo com frações.

Existem três textos, em latim do século XII, que poderiam ser traduções do tratado de aritmética de Al-Khwarizmi. Um deles, *Algoritmi de Numero Indorum* inicia com as palavras

Dixit Algorismi (ou seja, Algorismi, versão latina de *Al-Khwarizmi disse*), do que derivou a palavra latina algorismo. Al-Khwarizmi escreveu, na introdução da sua álgebra, que fora encorajado a escrever um pequeno trabalho sobre o cálculo pelas regras de completação e redução, resumindo o que seria mais simples e útil na aritmética, ou seja, as normas os homens constantemente necessitavam no caso das heranças, partilhas, processos judiciais e comércio, e em todos os seus negócios ou problemas de medição de terras, escavação de canais e cálculos geométricos. Robert de Chester, na sua versão para o latim, de 1140, traduziu o tratado de álgebra de Al-Khwarizmi com título *Liber Algebrae et Almucabala*; a expressão *álgebra* deriva, assim, da tradução latina de *al-jarb*.

A ciência medieval europeia derivou em grande parte dessas influências. Gerbert de Aurillac, um dos principais estudiosos europeus da segunda metade do século X, dedicou-se ao estudo das matemáticas, astronomia, física, bem como de outras ciências, sob o domínio muçulmano na Espanha. Posteriormente, Gerbert veio a ser Papa da Igreja Romana sob o nome de Silvestre II, no ano de 999; falava a língua árabe fluentemente, e encorajou a utilização dos números (algarismos) árabes que, gradualmente, substituíram o sistema numérico romano na Europa. As ideias da cultura e das ciências muçulmanas seguiram os renascidos caminhos comerciais europeus, bem como os da correspondência entre a França e outras partes da Europa.

As escolas da Lorraine francesa, durante a última metade do século X, foram o centro da ciência muçulmana germinada na Europa latina, a partir da qual ela se expandiu para outras partes da Europa. Muitos estudiosos europeus, como John of Gorze, Gerbert de Aurillac, e Pedro, o Venerável, foram até à Espanha muçulmana para estudar "as ciências", já consideradas como a nova chave de compreensão da realidade: a Lorraine francesa tornou-se um centro de influência europeia da ciência arábico-islâmica. Sábios, provenientes de todos os cantos da Europa afluíam também à Espanha no século XII, para estudar as ciências, bem como para traduzir os escritos árabes para o latim, o hebraico e outras línguas.A Escola de Tradutores de Toledo era similar à *Bait al-Hikmah* (a já mencionada "Casa da Sabedoria") de Bagdá, criada durante o período do califado Abássida, para traduzir as ciências gregas para o árabe. O Islã, porém, era também, e antes de tudo, uma *religião*. A ideia do fanatismo religioso associada ao Islã tem uma longa tradição na cultura e na filosofia ocidental.

Na formulação de Hegel, ela esteve associada ao "culto da abstração", ou seja, ao mesmo princípio que inspira toda e qualquer religião monoteísta: "O fanatismo existe, essencialmente, pelo fato de destruir e devastar o concreto. O fanatismo maometano era ao mesmo tempo capaz de sublimidade, livre de todo interesse mesquinho e unido a todas as virtudes da magnanimidade e da coragem. 'Religião e Terror' era o princípio, como para Robespierre o era o de 'Liberdade e Terror'. Em que pese esse fanatismo, onde a consciência não reconhece mais do que o *um*, o maometanismo pode ser também indolente, mas, logo que seu espírito entra em relação com a realidade, se conduz negativamente. Mas, a vida real é concreta e propõe fins particulares; a conquista traz consigo domínio e riqueza, direitos das famílias reinantes, vínculos entre os indivíduos. Isso tudo é acidental, existe hoje, não amanhã. O maometano, com toda sua paixão, é indiferente a isso, movimenta-se em selvagem mudança de fortuna".

"O fanatismo não tolera formas fixas que se organizem a si próprias. Não há diferenças de classe, escravos são infiéis, mas, tornados maometanos, podem perfeitamente chegar a ser superiores aos seus amos e mandar sobre vastos reinados. Se subsistirem famílias principescas, é por pura casualidade. Os favoritos dos príncipes, aos quais devem máxima gratidão, jogam fora seus protetores e ocupam seu trono. Não há em tudo mais do que câmbio e mudança. Muitos reinos e dinastias fundaram no maometanismo sua expansão. Nesse mar infinito, há sempre ondas e nada permanece firme e fixo. O que chega a se condensar numa figura, continua sendo transparente e logo torna a se dissolver. As dinastias careciam do

vínculo de uma firmeza orgânica; por isso, *seus reinos não fizeram senão degenerar e os indivíduos, neles, desapareceram*" (grifo nosso).[111]

A civilização islâmica, o "maometanismo", era, para Hegel, a negação da individualidade livre, o "câmbio e mudança" descontrolados, a ausência de estruturas capazes de resistir ao tempo (o que Hegel repudiava): teria sido o islamismo o reverso simétrico reativo às antigas (e supostamente imunes à mudança) civilizações orientais? Seria admitir, para essas civilizações, uma essência imutável, *sem história*. Na obra de Hegel, isso compareceu na sua noção de "povos sem história".[112] Ora, há movimento e contradições; como em todas as civilizações, na civilização árabe houve auge e decadência, em movimentos lentos ou espasmódicos: entre cinco e seis séculos depois da unificação islâmica do mundo árabe, "os príncipes egípcios e otomanos obtiveram o controle do *hajj* a partir do século XIII; seu estilo lembrava o dos festivais pré-islâmicos: marchas, festas opulentas e uma ênfase manifesta no proveito econômico".[113] A onda expansiva árabe-islâmica já mostrava os sintomas de seu esgotamento. No entanto, entre os séculos XIII e XIV, o reino egípcio dos mamelucos se estendeu para o norte até os confins com a Ásia Menor. A era mameluca fez o Egito conhecer um extraordinário esplendor nas artes e na cultura, e ainda na economia, graças, sobretudo, ao comércio de especiarias com o Ocidente europeu.

Simultaneamente, do outro lado do Mediterrâneo, a cultura europeia definiu suas próprias bases históricas. Foi, sem dúvida, na Grécia onde surgiu a noção hodierna de *história*, separada do relato mítico ou da crônica "sem tempo", própria das antigas civilizações orientais (com sua continua repetição dos ciclos naturais), dotada de um *tempo* e de um *continuum* específico. Mas o "pulo de gato" geralmente dado a partir da poética "luz grega" (e da sua "prosaica" codificação romana, na conceituação de Hegel) diretamente para o Iluminismo e a modernidade europeia (com sua filha temporã, a economia política clássica de Adam Smith e David Ricardo), sobrevoando o "hiato medieval" no estudo da história do pensamento científico, econômico e político, não é só uma injustiça para com os pensadores (óbvia e obrigatoriamente cristãos) da Idade Média europeia.

Ela é, principalmente, uma omissão de natureza eurocêntrica para com o pensamento da civilização bizantina, e, sobretudo, da civilização árabe (ou "islâmica", incluindo os povos não árabes) clássica, depois identificada com o fatalismo religioso ou com a violência fanática, identidade desmentida pela presença, constatável a partir do século VIII da era cristã (ou século I da Hejira), de "um forte espírito crítico no domínio religioso no seio dessa civilização",[114] com representantes conhecidos, como o escritor Ibn Al-Muqaffa. A herança intelectual grega sobreviveu em grande parte no Império Bizantino, "cuja filosofia foi a forma cristã do pensamento, da razão e do espírito da Grécia",[115] e foi retomada e reformulada pelos pensadores árabes desde o século X (Ashrite al-Gazali, Averroes, Avicena, entre muitos outros). Durante seu período de conquistas e expansão, a cultura árabe ampliou seu conhecimento através da absorção das culturas de outros povos, sem limitar-se a "passá-las

---

[111] G. W. F. Hegel. *Op. Cit*., p. 593.

[112] Adotada sem críticas por Friedrich Engels, segundo Roman Rosdolsky: *Friedrich Engels y el Problema de los Pueblos sin Historia*. México, Siglo XXI-Pasado y Presente, 1980. Os "povos sem história" eram, para Hegel, aqueles que careciam da força vital necessária para constituir um Estado próprio, e que teriam sobrevivido na fragmentação permanente e apoiados na tutela externa. Rosdolsky, marxista *s'il y en a*, lamentou que Engels abandonasse a noção *de classe* para analisar o destino possível dos povos mais "fracos" de Europa central e oriental no período de definição das nacionalidades europeias, substituindo-a por um conceito "metafísico" (sic) ao qualificá-los de "povos sem história". Engels jamais usou essa controvertida categoria para se referir aos povos ou à civilização árabe.

[113] Steve Coll. *Op. Cit*.

[114] Dominique Urvoy. *Les Penseurs Libres dans l'Islam Classique*. Paris, Flammarion, 1996.

[115] Basil Tatakis. *Byzantine Philosophy*. Indianapolis, Hackett Publishing, 1984.

adiante", pois também as desenvolveram *qualitativamente*, no domínio das ciências exatas (principalmente a matemática e a geometria) e físico-naturais (química e medicina), mas também no domínio da história e da economia.

Nestas últimas disciplinas, já no período de declínio da civilização islâmica, quatro séculos antes de Adam Smith, David Hume, Voltaire ou Montesquieu, Ibn Khaldun (nascido em Túnis, em 1332), considerado o primeiro "historiador universal" (isto é, do seu "universo" acessível, o universo mediterrâneo da expansão do islamismo), submeteu a história dos povos mediterrâneos à análise de seus fundamentos sociais e econômicos. Ibn Khaldun fez isso numa obra que manteve a tensão entre a razão analítica e a visão profética (islâmica), o que não lhe impediu pesquisar os fundamentos pré-islâmicos da civilização árabe.

Ibn Khaldun se propôs construir um "discurso sobre a história universal" a partir da história do mundo islâmico do norte da África: "Ibn Khaldun se inclina com maior frequência pela estrutura dos grupos do que pela personalidade dos grandes personagens. Sem subestimar a importância das forças espirituais, mostra os fatores materiais que fazem delas forças políticas atuantes. Ibn Khaldun prefere uma história singularmente prosaica, na qual os grandes acontecimentos nascem do fundo constituído pela vida econômica e organização social, a uma História trágica, grandiosa, a História dos príncipes e das batalhas". Antes do Iluminismo europeu, Khaldun fez a primeira reflexão sistemática acerca da dinâmica da sociedade humana, reflexão que ficaria geograficamente confinada devido à limitação da expansão (e, posteriormente, derrota e colonização pelas potências europeias) da sociedade "islâmica": "Embora consagrada à África do Norte, a obra de Ibn Khaldun apresenta uma significação universal. Ao estudar porque, nessa região, uma sucessão de peripécias históricas não conseguiu provocar, no longo prazo, uma verdadeira evolução histórica, Ibn Khaldun descreveu uma das formas do fenômeno do bloqueio estrutural que, com exceção da Europa ocidental, conheceu durante séculos o mundo inteiro".[116]

Ibn Khaldun se tornou pensador universal não só pelo escopo geo-histórico de seu objeto, mas pela profundidade de seu tratamento conceitual. Ele escreveu sua obra durante o canto de cisne da expansão da civilização islâmica, provavelmente impelido por ele. A civilização árabe (ou islâmica, considerada sua extensão na África, na Índia e na Insulíndia) não se limitou a preservar e transmitir a herança da Antiguidade clássica, como se fosse um bibliotecário que empregasse sete séculos para por ordem em seus volumes, ou como se a invenção do zero e da álgebra (bases de todas as ciências exatas modernas) fossem detalhes secundários. No *Al-Muqaddimah* ("Prolegômenos" ou "Introdução à História Universal"),[117] Ibn Khaldun situou no *trabalho* a origem da riqueza humana: "Tudo vem de Deus. Mas o trabalho humano é necessário para a sobrevivência do homem": "A história tem como objeto o estudo da

[116] Ibn Khaldun "evita a alegoria, o emprego do termo nobre ou poético, para utilizar um vocabulário técnico (numa) obra de reflexão, um esforço de investigação e compreensão. Esse estilo não é consequencia da pouca habilidade do autor: Ibn Khaldun nos deixou fragmentos de uma poesía refinada, escritos com irreprochável elegância de estilo. Sua obra (histórica), ao contrário de Tucídides, não está em modo algum animada pelas preocupações artísticas. Ibn Khaldun não se detém em descobrir as molas eternas da alma humana, nem em desenvolver, nos «discursos», a profunda verdade de alguns grandes atores de uma tragédia. Não se preocupa tanto dos «grandes» acontecimentos, dos protagonistas prodigiosos e de seu comportamento psicológico, como da evolução social e de seus mecanismos gerais, obscuros e desprovidos de todo prestígio trágico" (Yves Lacoste. *El Nacimiento del Tercer Mundo*: *Ibn Jaldun*. Barcelona, Península, 1971, p. 11). Sobre Ibn Khaldun, ver também: Anouar Abdel Malek. Ibn Khaldun, fundador da ciência histórica e da sociologia. In: François Chatelet (ed.). *História da Filosofia*. Vol. 2: A filosofia medieval. Rio de Janeiro, Zahar, 1983, pp. 130-151. Na coletânea de Chatelet, Ibn Khaldun é situado anacronicamente na filosofia medieval (europeia): como se pode apreciar, a classificação filosófica moderna não conseguiu fugir à ordem eurocêntrica.

[117] Ibn Jaldún. *Introducción a la Historia Universal*. Al-Muqaddimah. México, Fondo de Cultura Económica, 1997.

sociedade humana, ou seja, da civilização universal. Versa sobre tudo o que se refere à natureza desta civilização, isto é: a vida selvagem e a vida social, as particularidades devidas ao espírito de clã e as modalidades pelas quais um grupo humano domina outro. Este último ponto conduz ao exame do nascimento do poder, das dinastias e das classes sociais. Na sequência a história se interessa, também, pelas profissões lucrativas e pelas maneiras de se ganhar a vida, que formam parte das atividades e dos esforços do homem, assim como pela ciência e pelas artes; enfim, tem por objeto tudo o que caracteriza a civilização".

O texto clássico de Ibn Khaldun se estrutura em seis grandes capítulos, que estudam a civilização humana em geral, as nações selvagens (a civilização beduína), a monarquia e a função pública, a civilização sedentária (vilas e cidades), a economia e, finalmente, as ciências e o saber. Essa visão vinculava os fatos da história a um conjunto de fatores globais: a sociedade, o clima, a religião, a cultura; e analisava detidamente as causas amiude complexas dos acontecimentos. A *divisão do trabalho* (base do progresso econômico na economia política smithiana, formulada na Escócia em finais do século XVIII) já se encontrava presente na reflexão do pensador árabe do século XIV: "O que é obtido através da cooperação de um grupo de seres humanos satisfaz as necessidades de um número muitas vezes maior do que o desse grupo". A prosperidade geral e a habilidade específica progrediam conjuntamente com a especialização. Ibn Khaldun foi ainda mais longe: os aumentos da produtividade baseados na especialização eram determinados pelo tamanho do mercado (ou, nas suas palavras, "pelo grau de civilização [urbana]"). A especialização (divisão do trabalho), assim, era filha da *demanda*, ideia que a economia política "europeia" demoraria ainda 400 anos para formular. Daí, para Khaldun, a prosperidade maior nas cidades do que no campo.

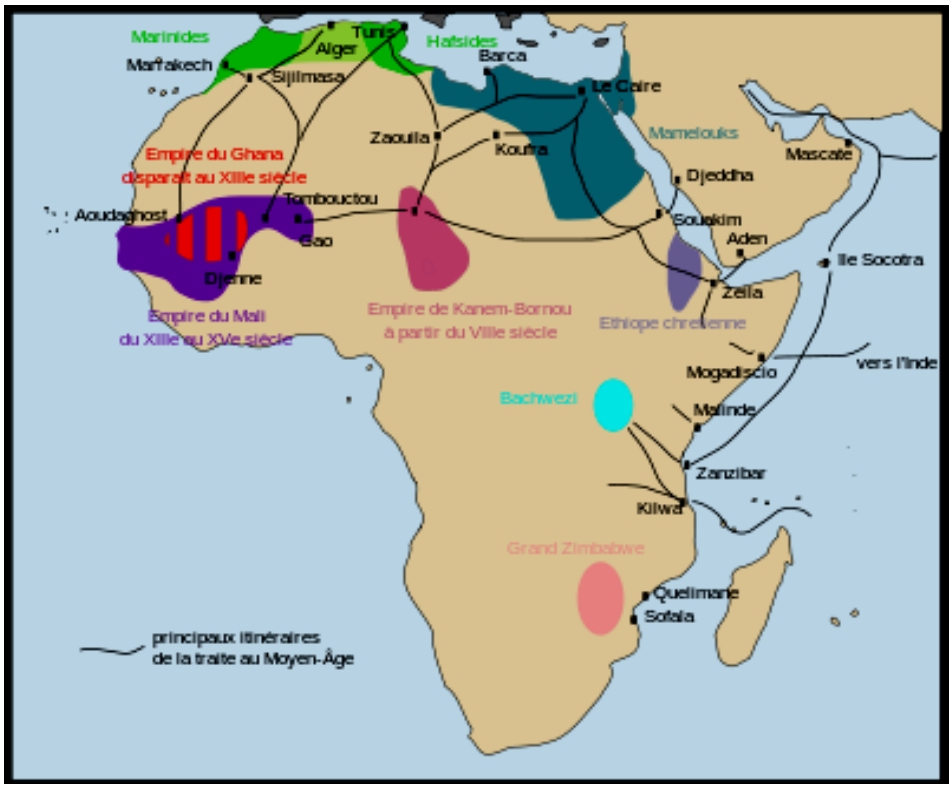
Os elementos teóricos da economia política, portanto, já estavam presentes em Ibn Khaldun; na civilização islâmica, porém, a *economia* não se constituiu como *sistema* teórico independente, uma "especialização" que precisou aguardar o maior desenvolvimento da economia mercantil na Europa (e, a partir desta, no mundo todo) até se transformar em economia *capitalista*. A crise da civilização árabe impediu que a obra extraordinária e pioneira de Ibn Khaldun tivesse continuidade. Mas cabe constatar que, na evolução do pensamento histórico e filosófico, nos países árabes se colocaram, antes do que no próprio "ocidente", as questões (separação da ciência da religião, independência e autossuficiência do pensar e do fazer humano, separação da esfera público-estatal da esfera religiosa) que o Renascimento italiano e o Iluminismo colocaram, como base ideológica da modernidade secular e, finalmente, das revoluções democráticas.

Ibn Khaldun não só adiantou em quatro séculos um esboço dos pontos de vista racional-científicos do Iluminismo europeu, mas também de seus preconceitos raciais e racistas: "Além do país dos Lemlem em direção sul encontra-se uma população pouco considerável. Os homens que a compõem se assemelham mais a animais do que a seres racionais. Habitam pântanos, florestas e cavernas: sua alimentação consiste em ervas e grãos sem preparação nenhuma. Às vezes se devoram uns aos outros: não merecem, portanto, ser considerados homens". Com um corolário dirigido a uma etnia: "Os únicos povos que aceitam a escravidão *são os negros*: devido ao seu grau inferior de humanidade, *seu lugar está mais próximo do estádio animal*".[118] *Zeitgeist*: a escravidão praticada muito lucrativamente pelos comerciantes

[118] *Idem*. Para Montesquieu, (escrevendo em... 1748, quatro séculos depois de Ibn Khaldun): "Se eu tivesse que defender o direito que tivemos de escravizar os negros, eis o que diria: o açúcar seria muito caro, se não se cultivasse a planta que o produz por intermédio de escravos. Aqueles a quem nos referimos são negros da cabeça aos pés e tem o nariz tão achatado que é quase impossível lamentá-los. Não podemos aceitar a ideia de que Deus, que é um ser muito sábio, tenha introduzido uma alma, sobretudo boa, num corpo completamente negro (...) *É impossível supormos que tais gentes sejam homens*, pois, se os consideramos homens, começaríamos a acreditar que não somos cristãos" (Charles de Montesquieu. *O Espirito das Leis*. São Paulo, Martins Fontes, 2000).

árabes encontrava nessa assertiva, e em outras semelhantes, sua justificação.

A presença da escravidão na Península Arábica precedeu ao islamismo. Desde os tempos ditos "bíblicos" já existiam escravos na região. A servidão e o trabalho compulsório eram práticas registradas no Egito antigo, assim como nos territórios greco-romanos, em Bizâncio e na Pérsia. Embora a escravidão fizesse parte dos costumes na época de Maomé, não existia, antes da expansão do mundo islâmico, um esquema comercial articulado e organizado de tráfico de cativos nas terras árabes. O sistema precedente era baseado na escravidão de prisioneiros de guerra, depois transformados em objeto de troca, isto é, em *dinheiro*.[119] O Alcorão, por isso, não condenava o cativeiro. Os seguidores do Islã apresentavam a escravização dos infiéis como uma espécie de missão religiosa. O infiel, ao ser escravizado, "ganhava" a oportunidade da conversão e, depois de instruído nos preceitos islâmicos, tinha o direito de voltar a ser livre. Não bastava, porém, se converter para ter esse direito; havia razões comerciais e pouco altruístas para justificar a escravidão no mundo muçulmano. O escravo nem sempre (quase nunca) dispunha de tempo e condições para ser educado nas leis islâmicas; o mais importante, no entanto, era que os escravos eram fundamentais para o esquema de comércio dos mercadores muçulmanos.

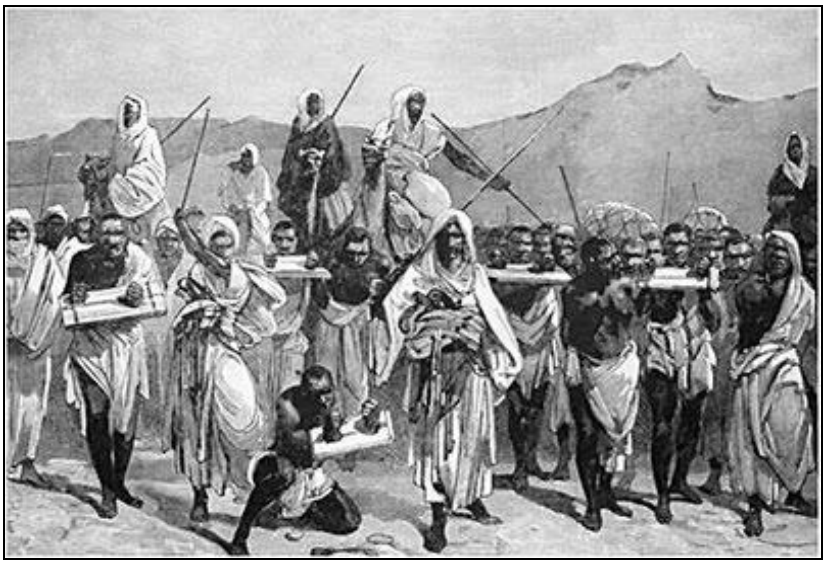


Fontes do tráfico de escravos árabe na África

[119] A escravidão mercantil caracterizou o capitalismo comercial que antecedeu o capitalismo industrial. O escravo transformado em mercadoria-dinheiro *antecipou* a mercantilização da *produção*: "Na origem, serve como moeda a mercadoria mais trocada como objeto necessário, aquela que mais circula, a que, em uma determinada organização social, representa a riqueza por excelência: o sal, os couros, o gado, *os escravos* (...) A utilidade específica da mercadoria, seja como objeto particular de consumo (os couros), seja como instrumento de produção imediato (os escravos) a transforma em dinheiro. Mas, na medida em que o desenvolvimento avança, ocorre o fenômeno inverso: a mercadoria que menos é objeto de consumo ou instrumento de produção passa a desempenhar melhor aquele papel, pois responde ás necessidades da troca como tal. No primeiro caso, a mercadoria se converte em dinheiro por causa de seu valor de uso específico; no segundo, seu valor de uso específico decorre do fato de servir como dinheiro" (Karl Marx. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política* [Grundrisse]. México, Siglo XXI, 1987).

A adoção do camelo como principal meio de transporte foi decisiva na expansão do islamismo na África, porque possibilitou aos berberes percorrer grandes distâncias e suportar as duras condições da vida no deserto. As caravanas pareciam cidades em marcha. Guias, soldados, mercadores e centenas de camelos e escravos percorriam as trilhas à mercê da pouca água disponível nos poços, do clima ameno dos oásis e da resistência dos animais. Transitar no deserto era, além de exaustivo, uma peripécia perigosa: corria-se o risco de enfrentar tempestades de areia, de se perder entre dunas ou de sofrer ataques de assaltantes. Eram longas viagens por rotas que, no século IX, ligavam Marrocos, Argélia, Líbia, Tunísia e o Egito às margens dos rios Senegal e Níger, ao sul da Mauritânia e ao lago Chade. Já na metade daquele século os escravos eram os principais produtos dos caravaneiros do Saara, que por ali transportaram cerca de 300 mil pessoas.

As cáfilas rumavam do Norte da África para as savanas sudanesas carregadas de espadas, tecidos, cavalos, cobre, contas de vidro e pedra, conchas, perfumes e, principalmente, sal. No retorno, depois de meses, traziam ouro, peles, marfim e, cada vez mais, escravos. A intensificação do comércio de longa distância exigia o aumento do número de cativos-escravos. Além de mercadoria rentável, o escravo era o carregador nas exaustivas viagens das caravanas: ele fazia o transporte das barras de sal, dos fardos de tecidos, dos cestos de tâmaras, das armas, dos objetos de cobre. Nas rotas comerciais a procura por escravos só aumentava. Quanto mais escravos eram capturados, mais eram necessários para preencher as ocupações crescentes no mundo árabe. Podiam ser concubinas, agricultores, artesãos, funcionários encarregados da burocracia, domésticas, tecelões, ceramistas. Mas era principalmente como soldados que os cativos eram indispensáveis. A conquista de territórios e o domínio de líderes locais dispostos a interpretar à sua maneira a lei islâmica, requeriam mais e mais soldados. À medida que aumentavam os territórios submetidos aos muçulmanos, crescia a necessidade de controle econômico e administrativo e de novas conquistas expansivas.



Senhores árabes e escravos negros africanos

O auge do tráfico de escravos para os reinos árabes foi atingido durante o período de expansão do império islâmico. Entre 800 e 1600, o tráfico de escravos no Mar Vermelho foi de 1.600.000 seres humanos; na África Oriental, no mesmo período, ele atingiu 800 mil indivíduos. Nos haréns, no Oriente, as concubinas do sultão, do xeique ou do Xá, eram escravas, muitas delas compradas ou capturadas na região do Cáucaso (entre a Rússia e o Oriente Médio). O “mundo árabe” foi se revelando um mercado expansivo para os cativos trazidos não só da África, mas também da Índia, da China, do sudeste da Ásia e da Europa ocidental, negociados nos mercados de escravos do mundo muçulmano.

Tráfico de escravos transaariano 650-1600

Período	Média Anual	Total Estimado
650-800	1.000	150.000
800-900	3.000	300.000
900-1100	8.700	1.740.000
1100-1400	5.500	1.650.000
1400-1500	5.300	430.000
1500-1600	5.500	550.000
Total		**4.820.000**

Foi a África negra a que mais abasteceu os mercados de escravos mediterrâneos, principalmente depois da ocupação do Egito e da África do Norte pelos árabes. O Egito do século VIII era abastecido de mão de obra cativa pelos Estados cristãos da Núbia, tributários do califado, que bastante lucravam com isso. No século IX, o califado de Bagdá chegou a contar com 45 mil escravos negros trazidos pelos comerciantes berberes. Mas foi só a partir do século X que o número de escravos provenientes da África subsaariana excedeu o número de escravos turcos e eslavos. Essa tendência se acentuou ao longo do tempo, explicando a importante presença de negros nas populações árabes hodiernas.

Houve, assim, tudo somado, aproximadamente 7.200.000 (4.800.000 + 1.600.000 + 800.000) escravos africanos enviados para o mundo muçulmano entre 650 e 1600, ou seja, ao longo de um milênio. Nos dois séculos seguintes, temos mais 2,2 milhões; no século XVIII aproximadamente 715 mil pessoas foram capturadas na África subsaariana e escravizadas no Egito, Líbia, Tunísia, Argélia e Marrocos. Incluindo-se o século XIX, temos assim um total próximo de onze milhões de escravos, em treze séculos, na área civilizacional árabe, cifra equivalente à escravidão praticada pela Europa colonialista na África em um período bem mais curto (de entre quatro e cinco séculos).

1519-1600:	**266.000 escravos africanos exportados à América**
1601-1700:	**1.252.800 escravos africanos exportados à América**
1701-1800:	**6.096.200 escravos africanos exportados à América**
1801-1867:	**3.446.800 escravos africanos exportados à América**
Total	**11.061.800 escravos africanos exportados à América**

Desde o século XIV existia na Europa do Sul um ativo mercado de escravos animado por traficantes árabes. A mão de obra era um bem raro e requisitado na Europa depois da dizimação populacional provocada pela Peste Negra (1347); bolsões de escravidão, além disso, tinham sobrevivido à queda do Império Romano nas atividades domésticas e nas zonas de agricultura intensiva. Na África, a caça de escravos contou com a cumplicidade de reis e mandantes locais, já habituados a usá-la "em casa" devido ao reativamente escasso povoamento do continente, uma característica que havia imposto historicamente o trabalho forçado ou escravo como meio de gestão e disciplinamento da mão de obra na África subsaariana. O tráfico negreiro no Atlântico em direção das Américas praticado pelos europeus atingiu dimensões qualitativamente superiores ao tráfico escravista árabe mediterrâneo, perfazendo cifras que provocaram uma hecatombe demográfica e social na África.

Várias estimativas situaram em até treze milhões de indivíduos o tráfico de escravos africanos para as Américas entre inícios do século XVI e finais do século XIX. A média de escravos mortos

durante a travessia atlântica nos navios negreiros foi estimada, para o período 1630-1803, em quase 15%. Qual foi o impacto demográfico desse comércio de carne humana na África? Devido à falta ou a raridade dos censos populacionais no continente, existem só estimativas muito amplas, no entanto bem significativas. Em 1700, a região da África Ocidental submetida à caça de escravos contava com 25 milhões de habitantes. Um quarto deles foi caçado e escravizado. Um século e meio depois, em 1850, a população da região tinha caído para vinte milhões de habitantes, um retrocesso absoluto. As regiões mais afetadas foram a Angola e o Golfo de Benin.

Também são impressionantes as cifras relativas à participação percentual africana na população mundial. Considerando-se a população da Europa, da África, do Oriente Médio e das Américas, a população africana caiu, entre 1600 e 1900, de 30% para 10% da população mundial. O percentual africano seria ainda menor se fosse considerada a China (excluída da estimativa), devido à sua grande população em constante crescimento durante o período contemplado. Considerando-se um crescimento demográfico médio, ou "normal", a África subsaariana deveria ter tido, em meados do século XIX (quando aconteceu o fim, ao menos legal, do tráfico internacional de escravos), uma população de cem milhões de habitantes: tinha, nessa época, metade dessa cifra.[120] Ou seja, a "África Negra" foi amputada, durante e graças ao tráfico negreiro, de metade de sua população real ou potencial, com consequências irreversíveis para seu desenvolvimento, em todos os sentidos possíveis da palavra.

Foi a escravidão largamente difundida (sobrevivente, em alguns países árabes, até o século XX) um obstáculo decisivo para a acumulação capitalista (ou "modernização") nas economias árabes? Sem dúvida, ela foi um obstáculo para a mercantilização das relações sociais, isto é, para a transformação da força de trabalho em mercadoria, condição indispensável para a transição capitalista. Na Europa, no entanto, a escravidão foi um dos alicerces da "acumulação capitalista primitiva" quando amplamente difundida nas suas colônias americanas. Mas a escravidão já não existia nas metrópoles europeias, onde, nas palavras de Karl Marx, "a escravidão assalariada no Velho Mundo exigia como pedestal a escravidão *sans phrase* no Novo Mundo".

Vejamos também a questão também a partir do ângulo ideológico-cultural. Em relação às culturas não europeias supostamente refratárias à modernização capitalista, Maxime Rodinson criticou a afirmação de Max Weber referente à "ideologia islâmica" como sendo intrinsecamente inimiga da atividade comercial lucrativa e "racionalizada", considerada pelo sociólogo alemão como condição prévia da passagem para o capitalismo.[121] Ela não se referia apenas ao fator econômico propulsor do capitalismo, mas também à sua ideologia, centrada para Weber no cristianismo reformado europeu (luterano e, sobretudo, calvinista). Na Europa, "dado o papel ainda relevante da religião na elaboração ideológica das diversas classes sociais, a luta contra o sistema feudal, representado religiosamente pela Igreja Católica, precisou, com o surgimento de novas classes e modos de produção, uma legitimação religiosa que se manifestou nas vestes da Reforma Protestante ou da heresia".[122]

---

[120] John Iliffe. *Les Africains*. Histoire d'un continent. Paris, Flammarion, 2009, pp. 273-276.

[121] Maxime Rodinson. *Islam y Capitalismo*. Buenos Aires, Siglo XXI, 1973.

[122] Maurizio Brignoli. Capitalismo e protestantesimo. *La Contraddizione* nº 135, Roma, abril-junho 2011. Na luta contra a heresia forjou-se a Igreja-Estado cristã, que antecipou as formas que tomaria a repressão no Estado Moderno: "A ortodoxia incitava à heresia por condená-la e denomina-la... porque punia, porque caçava as pessoas, pôs em uso um arsenal que, quando ganhava vida própria, sobrevivia à heresia que supostamente estava combatendo... Esses organismos encobertos e seus especialistas muitas vezes eram ex heréticos pagando seus pecados. Por caçar e punir pessoas, a ortodoxia também instilava atitudes mentais particulares, um pavor da heresia, a convicção de que a heresia é hipócrita porque é oculta, devendo ser detectada a qualquer custo e por quaisquer meios" (Georges Duby. *L'Europe Pré-industrielle XIe-XIIe Siècles*. Paris, Mouton, 1968, p. 404).

Ora, a heresia religiosa, na Europa, não se limitou à heresia cristã, nem se originou exclusivamente nela; o Islã "herético" foi um dos berços da ruptura religiosa cristã europeia. Os primeiros passos de um enciclopedismo laico, inclusive o europeu, devem ser buscados na cultura árabe, durante a Alta Idade Média. Avicena (Ibn Siná, 980-1037), além de conhecido filósofo, criou o cânone da medicina secular: em *al-Sifa* ("a cura") recolheu, de modo sistemático, o saber filosófico existente; seu *Al-Qanun* ("o cânone") foi o maior compêndio da medicina árabe e, com sua tradução para o latim no século XII (realizada em Toledo entre 1150 e 1187, na célebre "Escola de Tradutores" dessa cidade) influiu decisivamente os conceitos e a prática medicinal na Europa, além de legar seu nome latinizado ("cânone") às sínteses paradigmáticas do saber em qualquer área.[123] Na Espanha, ainda hoje é popular o ditado (contra o vício da gula) de "*más muertos mató la cena, que enfermos curó Avicena*".

O nome maior de filosofia árabe foi Averroes (1126-1198), natural de Córdoba, Espanha. O clero islâmico acusou-o de heresia, deportando-o até sua morte em Marrocos, pois Averroes tinha tentado conciliar a filosofia com o dogma religioso, chegando à teoria da "dupla verdade", segundo a qual uma tese poderia ser verdadeira em teologia e falsa em filosofia, e viceversa. Isso implicava a possibilidade de um conflito entre a verdade revelada pela fé, e aquela à qual se chega através da razão. O vírus averroísta penetrou rapidamente a teologia cristã: "Aceitando como verdadeira a doutrina de Agostinho sobre as duas cidades, haverá uma única verdade para ambas ou será que precisam de verdades separadas e diferentes? Se algo for verdadeiro para uma cidade, terá de ser verdadeiro para a outra? Ou, se existirem duas verdades distintas, será uma mais importante do que a outra? Assim, será que um indivíduo terá de escolher entre elas?".[124]

Foi sobre essas bases que se originou a cisão (ruptura) religiosa europeia que, uma vez desenvolvida, deu lugar às reformas religiosas, à independência do pensamento não religioso e, finalmente, à "revolução científica" e ao Iluminismo laico. Ibn Rochd (Abu-Al-Walid-Ibn-Rusd), Averroes, que foi rejeitado pelo clero islâmico (apesar de crente) e foi também condenado na muito cristã Universidade de Paris como ateu e blasfemo, escolheu como "Primeiro Mestre" a Aristóteles, "mas erraria quem acreditasse que o filósofo cordobês foi um simples comentarista; uma leitura profunda de sua obra descobre imediatamente um trabalho soterrado de *criação original*". Avicena (Ibn Sina) realizara "uma genial síntese neoplatônica, na qual submergiu as mais fecundas ideias aristotélicas. Havia nisso uma razão social e ideológica: as exigências da teosofia e da cosmovisão da teologia da criação, comuns a judeus, cristãos e muçulmanos, misturando o pensamento estrito, Aristóteles, com as consequências cosmoteogônicas islâmicas". Averroes, ao contrário, "atacou as concessões à ideologia religiosa (de Avicena) e apresentou a ideia de uma leitura científica independente de Aristóteles, ou seja, de sua filosofia estrita".[125]

"O que Averroes critica em Avicena é a ideia de que fosse inadmissível que uma potência se transformasse em ato pela sua própria necessidade intrínseca, através de um processo natural, ou seja, sem usar um *Necessário* transcendente. Averroes reformulou a lei implícita na

---

[123] A palavra é de origem grega, *kànon*, que designava o fragmento (bastão) de cana que era usado com funções de medida. Por extensão, passou a designar toda obra ou conjunto delas a partir das quais se "medem" (avaliam) as novas contribuições (científicas, técnicas, literárias, religiosas, etc.).

[124] Charles Van Doren. *Op. Cit.*, p. 138: "Averroes era um muçulmano devoto. Nunca deixava de insistir que, fosse o que fosse que Aristóteles parecesse estar sugerindo, na verdade apenas existia uma verdade, contida no Corão. O que parecia verdade na esfera natural não passava de uma sobra de uma verdade maior; (mas) cresceu no Ocidente a idea de que Averroes propunha a doutrina das duas verdades, uma de Deus, outra da natureza, com duas lógicas distintas e dois métodos diferentes. Acreditava-se também que Averroes pensava que a verdade da natureza era igualmente honrada. Averroes não pensava tal coisa, mas bastava que os cristãos ocidentais assim o acreditassem" (p. 145).

[125] Miguel Cruz Hernández. Estudio preliminar. In: Averroes. *Exposición de la "República" de Platón*. Madri, Tecnos, 1994, pp. XXXVI-XXXVII.

distinção de Avicena, a de que o possível deveria ter uma causa para traduzir-se em existência e, na medida em que não pode existir uma corrente infinita de causas, seria necessário pressupor uma Causa primeira separada e necessária".[126]

Concebendo a eternidade do mundo e da matéria (da qual o intelecto humano seria um atributo), Averroes negava de fato a criação do mundo a partir do nada, ou a possibilidade de demonstrar essa tese através da razão. Era, implicitamente, um ataque em regra ao teísmo de qualquer natureza. O que há de eterno no indivíduo pertenceria, para Averroes, inteiramente ao seu intelecto, o que negava a ideia de imortalidade pessoal. As teses averroistas, divulgadas na Europa ocidental não islamizada, foram condenadas no século XIII pelas autoridades eclesiásticas cristãs, que tiveram de conviver com "a irrupção de um Aristóteles arabizado nas universidades europeias",[127] durante o século de expansão continental dessas novas instituições do conhecimento na Europa. Através de diversas escolas, a influência do averroísmo se fez sentir na Europa até começos do século XVII; foi contra ela que foi elaborada, no século XIII, a maior síntese da teologia cristã, a *Summa Teologica* de Tomás de Aquino, considerada a síntese definitiva do aristotelismo com a revelação cristã.

Averroes foi, na Europa e a partir do século XIII, o grande divisor filosófico de águas, e suas ideias tiveram um peso decisivo nas ideias e na filosofia do Renascimento.[128] Na *Enciclopédia Britânica* se constata, por exemplo, que "os movimentos de tradução árabe-latim da Idade Média levaram à transformação das disciplinas filosóficas no mundo latino medieval. O impacto dos filósofos árabes na filosofia ocidental foi particularmente forte na filosofia natural, na psicologia e na metafísica, mas se estendeu também para a lógica e a ética". As heresias orientais (árabes ou outras), paradoxalmente, no entanto, não originaram uma ruptura econômico-social nos seus países ou "civilizações" de origem. Nesse quadro, a expansão árabe-islâmica enxergou a proximidade de seu fim nos séculos XIII e XIV. Catorze anos depois da morte de Averroes, em 1212, os reinos islâmicos de Al-Anadalus foram militarmente esmagados pelos reinos cristãos ibéricos na batalha de Navas de Tolosa.

Do outro lado do Mediterrâneo, no centro irradiador africano da expansão islâmica durante a Baixa Idade Média, "depois da estabilidade inicial, proporcionada pelo governo mameluco, se sucederam uma série de fases de decadência provocadas por diversas circunstâncias calamitosas: a devastação causada pela Peste Negra em 1348, a inaptidão dos governantes para controlar a classe dos mamelucos, e o colapso do monopólio da rota marítima das especiarias depois que Vasco da Gama abriu a rota para a Índia rodeando a África em 1497. A conquista do Egito pelos otomanos, em 1517, só veio a confirmar a situação de El Cairo como cidade provinciana. Os dois séculos seguintes presenciaram a decadência da cidade no meio a aridez cultural, um governo caótico, um ensino religioso fundamentalista, apropriado para uma sociedade do deserto, e uma população formada majoritariamente por camponeses analfabetos e desalentados".[129]

Diante das diversas alternativas para explicar o rápido declínio da "civilização sarracena", que elencam os ataques contra o livre pensamento e o fechamento do império islâmico dentro da

---

[126] Massimo Campanini. Introduzione. In: Averroè. *L'Incoerenza dell'Incoerenza dei Filosofi*. Turim, UTET, 2006, p. 34. Esse Averroes 100% racional coexistiu com o "otro" Averroes, "o Averroes muçulmano (que) afirmava ortodoxamente que a felicidade consistia no conhecimento de Deus e na prática derivada das prescrições das Escrituras... sustentando que o Islã é a melhor religião porque só ela soubera misturar sabiamente a Profecia com a racionalidade" (*Idem*, pp. 54-55). A ruptura com o teísmo não implicava, para o nome maior da filosofia muçulmana, n ruptura com a religião, o que determinou um limite decisivo para o proto "iluminismo" muçulmano em sua expressão mais avançada.

[127] Roland Corbisier. *Enciclopédia Filosófica*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1987, p. 25.

[128] Manuel Cruz Hernández. *Historia del Pensamiento en el Mundo Islámico*. Madri, Alianza, 1996; José María López Piñero. *La Medicina en la Historia*. Madri, La Esfera de los Libros, 2002.

[129] Paul Strathern. *Napoleón en Egipto*. Barcelona, Planeta, 2009, p. 148.

sua ideologia religiosa, o que teria impedido tanto o surgimento de um "absolutismo ilustrado" como de uma modernização democrática; a "colonização" dos Estados e exércitos islâmicos pelos "bárbaros", e outras explicações possíveis, Fernand Braudel optou pelo papel mutante do próprio mar Mediterrâneo: "Com o século XI chegando ao fim, Europa começou sua reconquista do Mar Interior. O mar nutriz escapou então ao Islã... O Ocidente, privado da livre circulação no Mediterrâneo, se fechara em si mesmo entre os séculos VIII e IX. Inversamente, no século XI, o Mediterrâneo se fechou ao Islã, e este se viu irremediavelmente incomodado em seu desenvolvimento... No estado atual de nossos conhecimentos, esta é provavelmente a melhor explicação de conjunto para o brusco recuo do Islã".[130] O "império islâmico" teria caido, como aconteceu com outros impérios, porque não conseguiu sustentar sua posição geopolítica com base nas suas próprias forças?

[130] Fernand Braudel. *Op. Cit*., p. 99.

DO DECLÍNIO ÁRABE AO IMPÉRIO OTOMANO

Kemal le Turc entra dans le café em trébuchant. Il avait l'oeil gauche au beurre noir. – J'ai été attaqué par deux gars du bordel Ben Charqui. – Et pourquoi? – Ils croyaient que j'étais un chrétien. Ils n'on pas voulu croire que j'étais musulman. Ils m'ont dit: "Comment prétends-tu être musulman alors que tu ne parles pas um mot d'arabe!" – Mais pourquoi tout ce cirque? – Je voulais aller avec une fille marocaine pour coucher avec elle (Mohamed Choukri, **Le Pain Nu**)

Uma das explicações para o declínio do império muçulmano é que sofreu de "gigantismo", ou seja, de tamanho superior às suas possibilidades econômicas, políticas e militares de controle, e, em virtude disso, viu-se enfraquecer, primeiro nas suas fronteiras, depois no seu centro. Aos poucos, as zonas mais longínquas tornaram-se independentes ou foram recuperadas pelos seus inimigos históricos, bizantinos, francos, reinos neogodos, todos os quais guardavam na memória coletiva e na tradição oral a época da conquista árabe de seus territórios. No século X, essa desagregação acentuou-se, em parte devido à influência de grupos de mercenários convertidos ao Islã, que tentaram criar reinos separados do califado islâmico. Os turcos seljúcidas (não os turcos otomanos, antepassados dos criadores da atual Turquia) procuraram impedir esse processo e conseguiram unificar uma parte do território.

Os seljúcidas acentuaram a guerra contra os cristãos, e esmagaram as forças bizantinas em Manziquerta em 1071, conquistando assim o leste e o centro da Anatólia e até Jerusalém, em 1078: "A função do Irã como via do Islã para a Ásia ou o Mediterrâneo se manifestou no contato com os turcos. Os primeiros contatos dos turcos, população originária da Ásia oriental, com o Islã, foram realizados através do Irã. Convertendo-se ao Islã, assimilaram também a cultura iraniana. Uma vez patrões do mundo islâmico, estenderam-na para o Oriente, nas regiões da Ásia Central e, sobretudo, na Índia. Os turcos não renunciarma à sua própria língua, Anatólia virou turca, não árabe ou persa. Mas a cultura turca expressou-se longamente em persa, que foi também a língua oficial do império islâmico da Índia, o império mogol".[131]

Depois de um período de expansão nos séculos X e XI o Império Bizantino viu-se também em sérias dificuldades, com revoltas de nômades ao norte da fronteira, e perda dos territórios da península itálica, conquistados pelos normandos. Internamente, a expansão dos grandes domínios em detrimento do pequeno campesinato resultou numa diminuição dos recursos financeiros e humanos disponíveis em Bizâncio. O imperador bizantino Aleixo I Comneno decidiu, nesse contexto, pedir auxílio militar ao Ocidente para fazer frente à ameaça seljúcida.

Foi nesse contexto convulsionado, e aproveitando-se dele, que surgiram as *cruzadas*, que enfrentaram a civilização islâmica com as novas civilizações cristãs (europeias) ainda em fase de construção. Na Europa cristã, por volta do ano 1000, aumentara muito a peregrinação de cristãos para Jerusalém, pois corria a crença de que o fim dos tempos estava próximo e, por isso, valeria a pena qualquer sacrifício para evitar o Inferno. Nessas condições, o domínio dos turcos seljúcidas sobre a Palestina era percebido pelos cristãos do Ocidente como uma forma de repressão sobre os peregrinos ocidentais e sobre os cristãos do Oriente. Os seljúcidas eram os sultões turcos que, no século XI, tinham tomado o controle do califado, reduzindo o velho califa a uma função decorativa.

O caldo de cultura ideológico cristão-europeu em direção da guerra santa demorou um século para ficar pronto. Em 27 de janeiro de 1095, no concílio de Clermont, o papa Urbano II exortou os nobres franceses a libertar a Terra Santa e colocar Jerusalém sob a soberania cristã, apresentando a expedição militar como uma forma de penitência. A multidão e os nobres aceitaram entusiasticamente a proposta, e logo partiram em direção ao Oriente, sobrepondo uma cruz vermelha sobre suas roupas. A natureza real das cruzadas, um fanatismo religioso a serviço de objetivos políticos, foi esclarecida em 1096, quando os judeus das cidades da região

[131] Biancamaria Scarcia. *Il Mondo dell'Islam.* Roma, Riuniti, 1981, p. 34.

do Reno foram submetidos a um impiedoso massacre pelos cristãos, no momento em que Pedro o Eremita estava reunindo forças militares e recursos econômicos para a Primeira Cruzada.

Chamou-se, em geral, de "cruzadas" os movimentos militares de reinos e senhores cristãos que partiram da Europa ocidental em direção à Terra Santa (o nome pelo qual os cristãos denominavam a Palestina) e à cidade de Jerusalém com o intuito de conquistá-la, ocupá-la e mantê-la sob o domínio cristão. Estes movimentos estenderam-se entre os séculos XI e XIII, época em que a Palestina estava sob o controle dos turcos muçulmanos. As cruzadas foram, no total, nove, entre 1096 e 1272. Sua ideologia era, obviamente, religiosa, mas "havia também nelas um interesse econômico, o desejo de se apossar das fontes de onde vinham o ouro, a mirra e o incenso, as ricas telas de púrpura, os marfis trabalhados, as especiarias raras, tudo o que o continente asiático enviava para as costas da Arábia e da Síria, para oferecê-lo ao Ocidente pelo intermédio de Gênova ou de Veneza? É possível".[132] Possível?

Organizada com o intuito de "arrancar o túmulo de Cristo das mãos dos infiéis", a primeira cruzada terminou, em 1099, com a conquista de Jerusalém e, no ano seguinte, a criação do Reino Latino de Jerusalém. Este se manteve até 1187, tendo sido então conquistado pelo curdo Saladino, o fundador da dinastia Ayúbida. Aos Ayúbidas seguiram-se os Mamelucos, primeiro turcos (1250-1382) e depois circassianos (1382-1516). Foi durante o período mameluco que teve lugar a grande vaga da islamização popular da Palestina.[133] Fracassadas, finalmente, do ponto de vista militar-religioso (ou seja, do ponto de vista do objetivo que se propunham atingir), no entanto, as cruzadas, como veremos, alteraram decisivamente a economia europeia. Nos países árabes, por sua vez, as cruzadas foram chamadas de "invasões francas", já que os povos locais viam estes movimentos armados como invasões, e porque a maioria dos cruzados vinha dos territórios do antigo Império Carolíngio e se autodenominavam "francos".[134] Durante as cruzadas, os cristãos maronitas do Líbano,[135] pressionados militarmente pelos turcos seljúcidas, buscaram a ajuda dos invasores europeus com os que promoveram uma aliança política e militar, começando uma aproximação entre o Papado e o Patriarca maronita com o intuito de se promover a união entre as duas igrejas.

As ordens dos ricos e poderosos cavaleiros da Ordem de São João de Jerusalém (Hospitalários) e dos Cavaleiros Templários também foram criadas durante as cruzadas. A expressão "cruzada" não era conhecida no tempo histórico em que ocorreram. Na época eram usadas,

---

[132] Gustave Cohen. *Op. Cit*., p. 45.

[133] Desde então e até à segunda metade do século XX, os muçulmanos constituíram a esmagadora maioria da população palestina. Do ponto de vista numérico, o segundo grupo era constituído pelos cristãos, seguidos, de muito longe, pelos judeus e pelos samaritanos. Em 1517 a Palestina passou a estar sob o domínio dos turcos otomanos.

[134] Em *As Cruzadas* V*istas pelos Árabes*, Amin Maalouf narrou imaginariamente as opiniões dos árabes sobre as cruzadas e, sobretudo, sobre os cruzados - os "*firanj*" (francos) -, tidos como crueis, selvagens, ignorantes e culturalmente atrasados. Combinando história e literatura, Maalouf simulou a autobiografia (baseada em uma história real) de Hasan al-Wazzan, embaixador árabe que em 1518, em viagem de peregrinação à Meca, foi capturado por piratas sicilianos e entregue ao grande papa da Renascença, Leão X. Das primeiras invasões, no século XI, até o fim das cruzadas, no século XIII, o livro constrói uma narrativa inversa à corrente no mundo ocidental, percorrendo uma longa galeria de figuras famosas, descrevendo os principais fatos bélicos e exibindo situações em um cenário onde os cristãos são vistos como "bárbaros" desconhecedores das regras mais elementares de honra, dignidade e ética social (Amin Maalouf. *Les Croisades Vues par les Arabes*. Paris, J. C. Lattes, 1983).

[135] Essa comunidade se originou a partir dos seguidores de São Maron, um monge asceta sírio do século IV, que se instalou em montanhas próximas a Antioquia a caminho de Alepo, no norte da Síria, para tentar seguir uma vida cristã, tendo atraído inúmeros adeptos enquanto era vivo. Discípulos de Maron se dirigiram para a região do Monte Líbano, onde, ao chegarem, converteram ao cristianismo diversas comunidades pagãs locais.

entre outras, as expressões "peregrinação" e "guerra santa". A expressão “cruzada” surgiu porque seus participantes se consideravam soldados de Cristo, distinguidos pela *cruz* aposta a suas roupas de combate. As cruzadas eram também uma peregrinação, uma forma de pagamento a alguma promessa, ou uma forma de pedir alguma graça, assim como uma penitência imposta pelas autoridades eclesiásticas cristãs.

De modo geral, havia razões inerentes ao feudalismo europeu que condicionaram as conquistas, na Europa, e depois no Oriente e nos continentes recentemente “descobertos” (as Américas). A Igreja Romana foi pilar da expansão europeia, na Alta Idade Média, quando Europa mobilizou-se nas cruzadas contra os "infiéis" na ambição de “evangelizar” seus mercados e fontes de riquezas. As cruzadas, nos séculos sucessivos, beneficiadas pelo poder marítimo das cidades-estados italianas, abriram uma nova fase no comércio europeu ocidental, da qual não havia nem haveria retorno possível. Assim, na Idade Média europeia apareceram algumas formas econômicas proto-capitalistas, que amadureceram em diferentes formações econômico-sociais e emergiram como capital antes de despontar a era capitalista propriamente dita: o capital usurário e o capital mercantil, com uma relação quase sempre externa com o modo de produção, ainda relativamente intocado pelo capital.

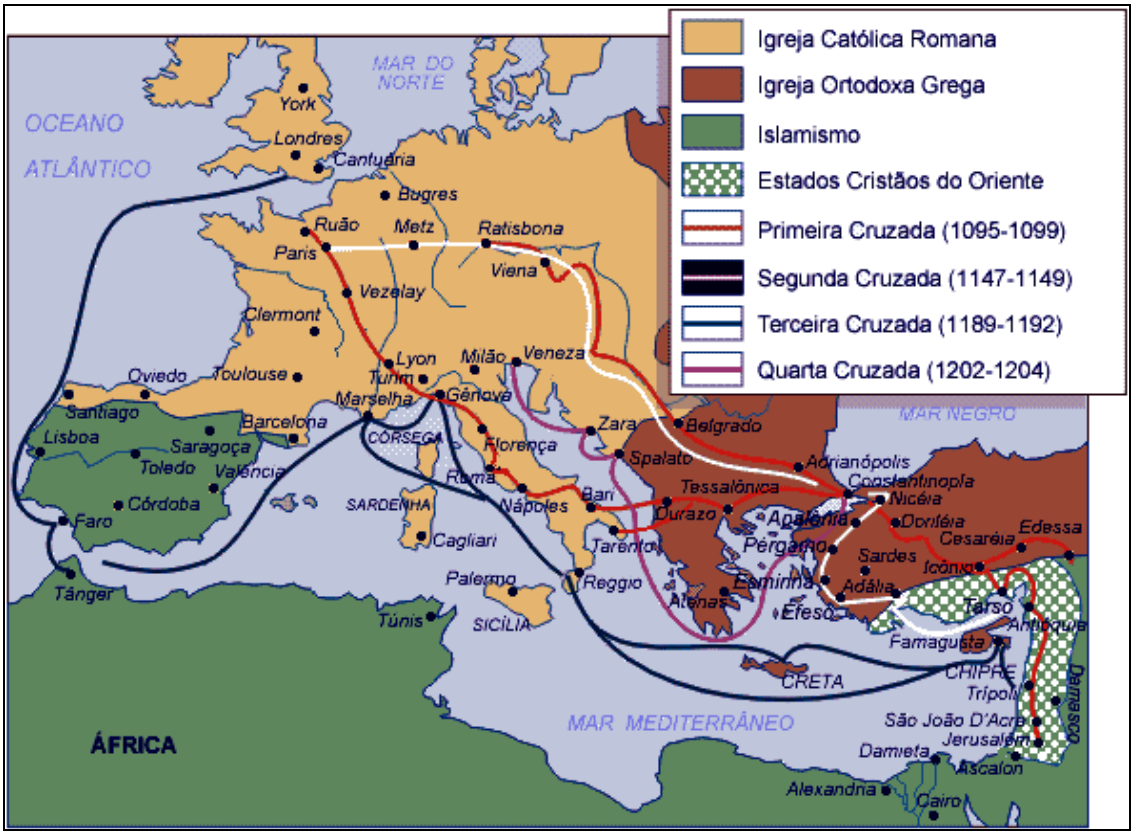
As cruzadas contribuíram em muito para o comércio europeu com o Oriente. Se por um lado aprofundaram a hostilidade entre o cristianismo e o Islã, por outro estimularam os contatos econômicos e culturais. O comércio entre a Europa e a Ásia Menor aumentou consideravelmente; a Europa conheceu novos produtos, em especial, o açúcar e o algodão. Os contatos culturais que se estabeleceram entre a Europa e o Oriente tiveram um efeito estimulante no conhecimento ocidental e, numa boa medida, prepararam, como vimos, o caminho para o Renascimento. Do outro lado, no início do século XII, o mundo muçulmano tinha praticamente esquecido a *Jihad*,[136] a guerra religiosa travada contra os inimigos do Islã. A explosiva expansão iniciada no século VIII tinha-se reduzido às memórias da grandeza dessa época. No entanto, após a queda de Jerusalém, muitos proeminentes líderes religiosos islâmicos, como o Abu Sa’ad al-Harawi, tentaram convencer o califa Abássida a preparar a *Jihad* contra os *firanj* (francos). No entanto, somente perto de duas décadas depois é que o sultão turco designou um proeminente militar, o *atabeg* Zengi, para resolver o “problema *firanj*” nas suas fronteiras.

Após a primeira e bem sucedida cruzada cristã, o moral dos muçulmanos ficou baixo. Os *firanj* haviam conquistado uma (merecida) reputação de ferocidade entre os turcos e os árabes. Com seus espetaculares sucessos militares em Antioquia e Jerusalém, os *firanj* pareciam invencíveis: humilhavam o poderoso califado egípcio e faziam investidas em terras inimigas impunemente. Excetuando-se os vassalos do Egito, a maioria dos líderes muçulmanos dos territórios mais próximos pagava um pesado tributo para assegurar a paz. Zengi iniciou o longo e lento processo de modificar a imagem que os muçulmanos tinham dos *firanj* e de si próprios. Tendo recebido o domínio das terras à volta de Mossul e de Alepo, Zengi começou uma campanha militar contra os *firanj* em 1132 com a ajuda do seu lugar-tenente Sawar. Em cinco anos, conseguiu reduzir o número dos castelos francos ao longo da fronteira do Condado de Edessa e derrotou o exército *firanj* em batalha aberta. Em 1144, capturou a cidade de Edessa e neutralizou de forma efetiva o primeiro domínio territorial estabelecido pelos cruzados.

---

[136] A *Jihad*, originalmente, era um conceito da religião islâmica significando "empenho", "esforço". Pode ser entendida como uma luta, mediante vontade pessoal, de se buscar e conquistar a fé perfeita. Aquele que segue a *Jihad* é conhecido como *Mujahid*. Os especialistas em teologia islâmica identificaram duas formas de entender a *Jihad*, a "maior" e a "menor": a “maior” é uma luta do indivíduo consigo mesmo, pelo domínio da alma; a “menor”, é o esforço que os muçulmanos fazem para levar o Islã para outras pessoas. Essa divisão, porém, só teria surgido no século XI. A palavra *Jihad* e seus derivados só é mencionada 47 vezes no Alcorão, e só dez vezes como referida à guerra (Karen Armstrong. *Campos de Sangue*. Religião e história da violência. São Paulo, Companhia das Letras, 2016).

Zengi foi o primeiro líder muçulmano que provou que os *firanj* podiam ser bloqueados e derrotados. Os líderes de Bagdá celebraram os sucessos de Zengi; um grande número de títulos passou a preceder seu nome: O Emir, o General, o Grande, o Justo, o Ajudante de Deus, o Triunfante, o Único, o Pilar da Religião, a Pedra de Base do Islã, a Honra dos Reis, o Apoiante dos Sultões, o Sol dos Merecedores, o Protetor do Príncipe dos Fiéis. Zengi insistiu em que os seus arautos e escrivães utilizassem todos esses títulos na sua correspondência, e foi implacável contra seus inimigos nas suas campanhas militares, motivando os muçulmanos para uma nova guerra religiosa. O herdeiro de Zengi, Nur al-Din, e o seu sucessor Salah al-Din, eram extremamente piedosos, observando rigidamente a Sunna e os pilares do Islã na sua vida pública e particular. Ambos rodearam-se de religiosos e teólogos e fizeram uma ativa campanha para espalhar o fervor religioso entre os muçulmanos.

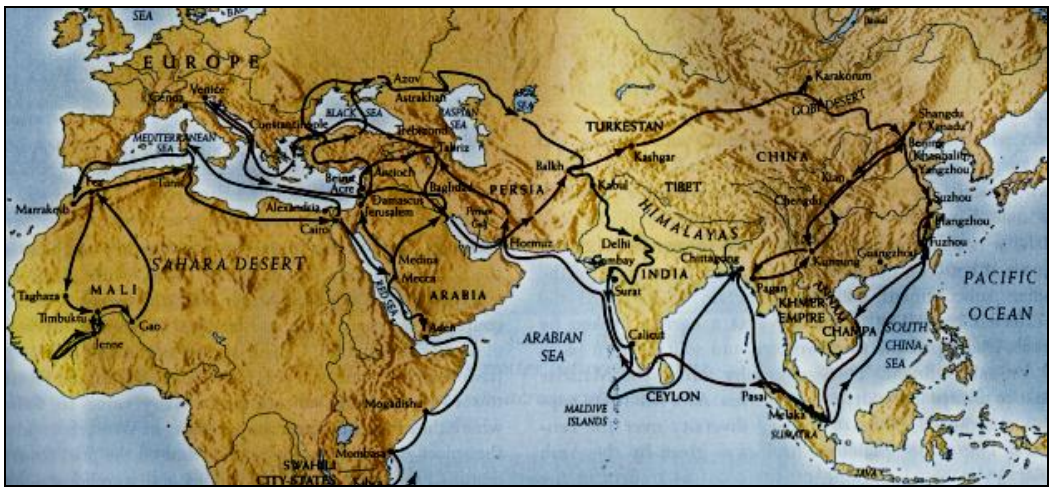


Os Fatimidas governantes no Egito haviam perdido territórios na África setentrional, na Síria e em parte da Palestina. Ameaçados pelos exércitos cristãos cruzados, os califas Fatimidas pediram ajuda a Nur Al-Din, já senhor de Alepo, que derrotou as forças cruzadas na Síria e casou-se com a filha do *atabeg* de Damasco. Nur Al-Din, em 1168, enviou um exército ao Egito, chefiado por Salah Al-Din, que era curdo, e foi nomeado vizir do Egito: em 1171, ele fundou a dinastia dos Ayyubitas, restaurando a ortodoxia sunita;[137] reconquistando também grande parte da Síria e da Palestina e fazendo do Egito uma potência militar.

[137] Os sunitas são o principal ramo da religião islâmica (84% de todos os muçulmanos, atualmente); estão amplamente distribuídos pela maior parte da Ásia, Europa Oriental e África convertidas ao Islã, além de possuírem amplas comunidades imigradas na Europa e América. O nome dessa vertente do islã deriva de *Sunnaf*, o conjunto de escritos com as normas sociais proclamadas por Maomé e pelos quatro primeiros califas, recolhidas em livros. A "sunna" é o comportamento, ou exemplo, de Maomé e da comunidade muçulmana primitiva. A compilação das sunnas (tradições) árabes, no Alcorão, por Maomé, serviu para dar aos povos árabes um caráter unitário e, dessa forma, pôr um fim às dissensões internas. As práticas e doutrinas do sunismo se consolidaram durante as dinastias Omíada (661-750) e Abássida (750-1258), como resultado do trabalho de gerações de eruditos reconhecido pelas famílias

O apelo à *Jihad* atraiu soldados muçulmanos de toda a Arábia, Egito e Pérsia. Esse exército permitiu Saladino (Salah Al-Din) esmagar os *firanj* na batalha de Hattin e enfraquecer as forças da Cruzada do rei britânico Ricardo Coração de Leão. A existência periclitante do Reino Latino de Jerusalém em meio à sociedade islâmica se demorou ainda até o ano de 1187, quando a cidade foi reconquistada por Saladino.[138] Antes de partir para combater vitoriosamente a Segunda Cruzada, em episódio lendário, Saladino orou pela vitória na Grande Mesquita de Al-Nuri, no atual Iraque.[139] A *Jihad* de Salah al-Din cessou em 1193, quando seu chefe morreu. O irmão do sultão, Saphadin, não pretendia entrar em mais guerras, que achava desnecessárias; quando Ricardo Coração de Leão voltou para a Europa, o poderio militar dos *firanj* estava praticamente derrotado. Depois da morte de Saladino, o reino egípcio ficou enfraquecido por lutas intestinas, que acabaram favorecendo a chegada ao poder dos mamelucos, que cumpriram um papel fundamental na luta contra os últimos cruzados chefiados por Luis IX da França (São Luis), conseguindo rejeitá-los finalmente em 1249; no ano seguinte os vitoriosos mamelucos derrubaram os Ayyubitas descendentes de Saladino e instauraram suas próprias dinastias, a dos Bahritas e a dos Burgitas. Vários reis mamelucos foram grandes chefes militares, como Baybars I, que em 1260 deteve o avanço dos temíveis mongóis.

Outras duas invasões mongóis foram contidas pelos mamelucos, que também eliminaram a presença dos cruzados no Oriente Médio, conquistando em 1291 Akko, último baluarte cruzado na Palestina.[140] Décadas mais tarde uma nova *Jihad* purgou os *firanj* da Síria e Palestina; até 1291 os muçulmanos ainda partilhavam uma pequena parte desse território com os europeus. Os novos laços econômicos criados pela investida europeia no Oriente Médio sobreviveram, no entanto, às cruzadas: inúmeros comerciantes (italianos, em especial) estabeleceram conexões comerciais permanentes com os centros de produção de tecidos finos (seda) e especiarias de Oriente.



As viagens de Ibn Battuta

A epopeia oriental do comerciante italiano Marco Polo (no século XIII) foi símbolo e testemunho literário dessas empreitadas fundadoras da modernidade europeia.[141] Um século

---

governantes. Diferentemente dos xiitas, os sunitas postularam que qualquer pessoa que estivesse preparada podia ser o líder da comunidade islâmica (*Umma*), não sendo preciso ser descendente da família ou tribo do Profeta Maomé.

[138] Sergio Noja. *Breve Storia dei Popoli Arabi*. Milão, Arnaldo Mondadori, 1997.

[139] O local foi escolhido, por isso, em 28 de junho de 2014, por Abu Bakr Al-Baghdadi, líder salafita, para proclamar o "Estado Islâmico".

[140] Albert Hourani. *Op. Cit*.

[141] Marco Polo. *O Livro das Maravilhas.* Porto Alegre, L&PM, 1985.

depois, aconteceram as viagens do navegante árabe Ibn Battuta[142] (1304-1377), o maior explorador-viajante árabe de que se tenha notícia, nascido em Tanger, no Marrocos. Ele partiu da sua cidade natal em 1325 para sua primeira grande viagem, cuja rota englobou o Egito, a Meca e o Iraque. Mais tarde, correu o Iêmen, a África Oriental, as margens do rio Nilo, a Ásia Menor, a costa do Mar Negro, a Crimeia, a Rússia, o Afeganistão, a Índia - onde visitou Calcutá -, as ilhas da Sonda (Indonésia) e a região de Cantão, na China. Nos seus últimos anos de vida, esteve em Granada, Espanha, quando esta era ainda a capital do reino nasrida (dinastia muçulmana ibérica). Realizou depois a travessia do deserto do Saara pela trilha das caravanas de Tumbuctu. Morreu na cidade de Fez. Como testemunho das suas viagens deixou uma obra (*rihla*, ou relato de viagem) ditada ao seu secretário, que relata as epopeias e jornadas de sua vida de viajante explorador.

Finalmente, depois das cruzadas e da investida mongol, a hegemonia árabe no mundo islâmico foi desafiada pela emergência do Estado Otomano, cujo nascimento datava de 1300, ainda dentro das estreitas fronteiras do sultanato seljúcida e dos restos do antigo Império Bizantino. O novo Estado foi estabelecido por uma tribo "turca" no oeste da Anatólia; o novo império era também conhecido como "Sublime Porta" ou simplesmente "a Porta", que era a entrada do palácio do grão-vizir, o Palácio Topkapi, símbolo espetacular e sofisticado do poder que, embora residisse formalmente no sultão, tinha sua face visível no governo do seu grão-vizir, que exercia a autoridade administrativa como uma espécie de primeiro-ministro.

Até o século XVII, o Império Otomano conheceu uma forte expansão, caracterizada por um governo central autocrático e uma economia "dirigida". Em 1453, em sua fase expansiva, tomou a antiga capital bizantina, Constantinopla, transformando-a na sua capital, Istambul. Como parte dessa expansão, em 1517 o Egito foi ocupado e conquistado pelo exército do sultão Selim I, que derrotou os mamelucos; o Egito transformou-se numa província do Império Otomano, governada por um pachá (governador) nomeado anualmente pelo sultão. O Império Otomano trouxe o Médio Oriente árabe para as províncias administradas por pachás, representantes do califado turco.

Na Índia, apenas a região sul do subcontinente tinha escapado ao domínio muçulmano, permanecendo ligada (embora dividida) às antigas culturas e línguas dravídicas. A investida turca também se fez sentir na região, pois "no início do século XVI um príncipe mongol do Turquestão, Baber, apoderou-se facilmente do reino de Lahore, graças à artilharia turca. Baber fundou a dinastia muçulmana dos mongóis, cujas capitais foram Déli e Agra. Seu neto Akbar (1542-1605) expandiu sua autoridade sobre a maior parte da Índia, governando graças aos *mansabdars*, oficiais possuidores de feudos (*mansabs*), assistidos por uma grande quantidade de soldados e escribas. O império mongol em seu apogeu constituía uma formação política poderosa, mas sem base ecoômica. O soberano confiscava as heranças dos nobres, oprimia os camponeses com os impostos, os artesãos com as taxas, e os comerciantes por meio de empréstimos compulsórios.

"Existia apenas uma economia de subsistência e mercados locais. Akbar esforçou-se em substituir os funcionários arrendatários por funcionários pignoratícios e em limitar os levantamentos antecipados de dinheiro pelo Estado. Apesar disso, o dia a dia encontrava apenas consolo no misticismo religioso. Akbar, comprendendo-o, não estranhou o despertar do hinduísmo que então se verificou. Suprimiu as taxas sobre as peregrinações e as marcas infamantes impostas pelos muçulmanos aos hindus (1564). O *Ramayana*, epopeia das ações de Rama, divindade consoladora, foi recriado. A partir de 1574, Akbar, permanecendo muçulmano sunita, procurou uma religião universal. Promoveu em 1578 um colóquio entre

[142] Ross E. Dunn. *The Adventures of Ibn Battuta*. Los Angeles, University of California Press, 2005.

doutores muçulmanos, brâmanes e jesuítas portugueses. Em 1593, promulgou um edito de tolerância; os muçulmanos que resistiram foram perseguidos".[143]

Com a morte de Akbar, seus sucessores deram marcha a ré em suas reformas, inclusive nas religiosas, e o império mongol começou a desagregar-se. No final do século XVII tentou impor o islamismo sunita ao reino xiita do Decan e aos hindus, fracassando parcialmente na tentativa (os agricultores maratas do Decan permaneceram hindus). A influência muçumana, porém, afetou o hinduísmo, originando nele uma corrente, os *sikhs*, crente num deus único e todopoderoso, que eliminou as velhas castas hindus e muitos dos complicados ritos hinduístas e fixou sua capital religiosa em Amritsar, chefiada pelos seus líderes relgiosos, os *gurus* (uma expressão que fez, como se sabe, longa carreira). Os *maratas* e o *sikhs*, golpeando separadamente (embora fossem ambas variantes do hinduísmo) deram conta militarmente do império dos mongóis, dividindo o Hindustão histórico em diversos reinos concorrentes, até serem fagocitados pelo Império Britânico, que restaurou a undade (colonial) da Índia no século XVIII. A violenta rivalidade histórica entre hindus e muçulmanos, porém, sobreviveu e subjazeu largamente à dominação colonial inglesa na península índica, marcando decisiva e tragicamente a história do subcontinente indiano até o presente.

A abertura da rota direta entre a Europa e o Extremo Oriente, por meio do Cabo da Boa Esperança, do seu lado, acabou com o monopólio que o Egito islâmico detinha sobre essa via de comércio, e iniciou um longo período de declínio econômico do país, com a população egípcia conhecendo penúria e fome. Durante a dominação otomana, os mamelucos continuaram a administrar o país (como também veio a acontecer durante a ocupação do Egito pelas tropas francesas de Napoleão Bonaparte). O Egito passou, no entanto, cada vez mais, a ser uma província relativamente autônoma do Império Otomano, pagando apenas regularmente taxas aos seus longínquos dominadores sediados em Constantinopla-Istambul.

O Império Otomano existiu, formalmente, entre 1299 e 1922, ou seja, pouco mais de seis séculos. No seu auge compreendia a Anatólia (na Ásia Menor), o Médio Oriente, parte do norte de África e parte do sudeste europeu. No século XVI, a partir de 1490, o Império foi o destino principal dos judeus expulsos de Espanha e Portugal, os *sefarditas*, que se estabeleceram em pontos de suas diversas e vastas regiões. No século XVII, o império fazia parte das principais potências políticas da Europa. No seu auge, no século XVII, o território otomano compreendia uma área de 5.000.000 km² e estendia-se desde o estreito de Gibraltar, a oeste, ao mar Cáspio e ao Golfo Pérsico, a leste, e desde a fronteira com a Áustria e a Eslovênia, no norte, aos atuais Sudão e Iêmen, no sul.

A partir de 1517, o sultão otomano era também o Califa do Islã; o Império Otomano era sinônimo de califado (o "Estado Islâmico"). O auge do Império Otomano se produziu durante o governo de Solimão, o Magnífico; foram seus exércitos os que chegaram até as portas de Viena. Durante esse breve período, o califado atingiu sua máxima extensão, estendendo-se do Oceano Atlântico até o Índico; do norte do Sudão até o sul da Rússia. Sua capital era Constantinopla; foi a única potência muçulmana a desafiar o crescente poderio da Europa ocidental entre os séculos XV e XIX. Assim, dois séculos depois de seu início, o Império Otomano atingiu seu auge, configurando uma das maiores construções imperiais da história. Ela não se baseou apenas na força das armas. Constantinopla, rebatizada Istambul, virou não só a capital política do Império, mas também a capital do Islã. E também o principal centro comercial internacional da sua época, ponte e passagem obrigatória entre Oriente e Europa ocidental. As cidades costeiras italianas, as "repúblicas marinheiras", se enriqueceram e deveram sua glória na Europa renascentista à sua condição de intermediárias principais desse comércio.

[143] André Corvisier. *História Moderna*. São Paulo, Círculo do Livro, sdp, p. 299.

O Império Otomano, capitalizando a experiência precedente do império árabe, se organizou com uma estrutura onde a proeminência islâmica, o domínio da *shariah*, não implicava na negação pura e automática e perseguição de outros povos (e crenças religiosas) conquistados ou incorporados ao império. O sistema administrativo do *millet* permitia certo grau de autonomia aos outros povos, que ficavam livres de realizarem suas próprias práticas comerciais e religiosas, obrigados, no entanto, a pagar um imposto especial pela sua condição de não islâmicos. Entre 1500 e 1600, por exemplo, concluiu a partilha do Curdistão, dividido entre o Império Otomano e o Império Persa, ratificada pelo Tratado de Paz de 1639 entre ambos os impérios, embora o poder dos sultões turcos concedesse numerosas prerrogativas de autonomia aos príncipes curdos, tal como acontecia em outras regiões do Império Turco.

Na sua expansão pela Europa do Sul, pela África do Norte e pelo Oriente Médio, os otomanos só recorriam à força em última instância, baseada no mais poderoso e numeroso exército de sua época, com seus trezentos mil soldados *jenízaros* profissionalizados e perfeitamente organizados, temidos por toda parte. Inicialmente, convidavam as cidades a ser incorporadas ao Império a fazê-lo pacificamente, prometendo a manutenção de suas características principais caso assim o fizessem: as mudanças seriam de ordem administrativa, de modo a facilitar sua incorporação aos domínios do califado. A Europa cristã chegou a temer sua completa incorporação aos domínios otomanos (e, consequentemente, sua submissão ao califado islâmico).

Judeus, bizantinos, armênios e gregos, inclusive cristãos, puderam assim se integrar à sociedade "turca", tendo respeitadas suas identidades culturais e, até certo ponto, sua autonomia política. Eles eram cuidadosamente cadastrados, para organizar o sistema fiscal, o pagamento de impostos. Sobre essa base foi possível construir um sofisticado sistema administrativo central do Império, com seu centro na complexa e hierarquizada corte do sultão. Para esta eram recrutados os melhores intelectuais, artistas e técnicos dos domínios do Império (no início, quase todos de origem cristã, que passaram por um processo de conversão ao islamismo), constituindo uma autêntica "meritocracia otomana", onde não faltavam europeus ocidentais, especialmente "italianos" (venezianos e genoveses, sobretudo).

A conquista otomana de Constantinopla consolidou o status do império como uma força no sudeste da Europa e no Mediterrâneo oriental. Durante este tempo, o Império Otomano entrou em um período de conquistas e expansão ampliando suas fronteiras mais longe na Europa e no norte da África. As conquistas em terra foram orientadas pela disciplina e inovação do exército e a marinha otomana. A marinha bloqueou as principais rotas comerciais marítimas, em concorrência com as cidades-estado italianas no mar Negro, mar Egeu e mar Mediterrâneo e com as possessões portuguesas no mar Vermelho e oceano Índico. O Estado também prosperou economicamente, graças ao seu controle das rotas de maior tráfego entre a Europa e a Ásia. Este bloqueio sobre o comércio entre a Europa ocidental e a Ásia é considerado um fator de motivação para que os reis da Espanha financiassem a viagem de Cristóvão Colombo para encontrar outra rota de navegação para a Ásia.

O império prosperou sob o domínio de uma linha de sultões empenhada e eficaz. O sultão Selim I (1512-1520) expandiu as fronteiras leste e sul do império, derrotando Shah Ismail do Império Safávida, na batalha de Chaldiran. Selim I estabeleceu a presença otomana no Egito e criou uma presença naval no mar Vermelho. Após esta expansão otomana, uma competição começou entre o Império Português e o Império Otomano para se tornar a potência dominante na região. Sucessor de Selim, Solimão I, o Magnífico (1520-1566), alargou ainda mais as fronteiras do império. Após a tomada de Belgrado em 1521,Solimão conquistou o sul e o centro do Reino da Hungria e estabeleceu o domínio otomano no território da Hungria e outros territórios da Europa Central, após sua vitória na Batalha de Mohács em 1526. Ele liderou o cerco de Viena em 1529, mas não conseguiu tomar a cidade após o início do inverno, forçando sua retirada.

Em 1532, outro ataque otomano a Viena com um exército de mais de 250 mil jenízaros foi repelido a 97 quilômetros ao sul da cidade, na fortaleza de Güns. Depois de mais avanços dos otomanos, o governante Habsburgo Ferdinand reconheceu a ascendência otomana na Hungria em 1547. Durante o reinado de Solimão, a Transilvânia, a Valáquia e, intermitentemente, a Moldávia, tornaram-se principados do Império Otomano. No leste, os otomanos tomaram Bagdá a partir da Mesopotâmia em 1535, ganhando o controle da região mesopotámica e acesso naval ao Golfo Pérsico. Até o final do reinado de Solimão, a população do império atingiu quinze milhões de pessoas.

Sob os sultões Selim e Solimão, o império tornou-se uma força naval, controlando grande parte do mar Mediterrâneo. O almirante Hayreddin Barbarossa, que comandou a marinha otomana durante o reinado de Solimão, conduziu uma série de vitórias militares sobre as marinhas cristãs, conquistando aos espanhóis Túnis e Argélia; capturando Nice do Sacro Império Romano Germânico em 1543. Esta última conquista ocorreu em nome da França, numa aliança entre as forças do rei francês Francisco I e as de Hayreddin Barbarossa. França e o Império Otomano, unidos pela oposição mútua à monarquia dos Habsburgo na Europa do sul e na Europa central, tornaram-se fortes aliados durante este período. A aliança era econômica e militar, os sultões concederam à França o direito do comércio dentro do império, sem cobrança de impostos. O Império Otomano foi nesse tempo parte significativa e aceite da esfera política europeia, e entrou em uma aliança militar com a França, Inglaterra e a República Holandesa contra Espanha, Itália e Áustria.

O Império Otomano também recebeu grande parte dos muçulmanos e judeus expulsos da Espanha em 1492, em especial em Tessalônica, Chipre e Constantinopla. Criado pelo papa Sixto IV, em 1480, o Tribunal do Santo Ofício (vulgo "Inquisição"), por pedido dos "protetores" reis católicos da Espanha: no mesmo ano de 1492, estes estenderam a jurisdição do Ofício para toda a península, com a criação de 17 tribunais regionais em seu território. Argumentando que os judeus exerciam uma nefasta influência sobre os marranos (judeus conversos), fazendo-os praticar uma espécie de cripto-judaísmo, os tribunais deram um mês de prazo aos judeus espanhóis para converter-se ao cristianismo ou partir para o exterior, levando os pertences que pudessem carregar, mas não ouro nem metais preciosos, que também estavam proibidos de exportar. A grande maioria optou por partir (a conversão era, na verdade, apenas o início de um calvário de novas suspeitas e perseguições), devendo mal vender (quase presentear) suas casas e seus pertences de maior volume a ricos especuladores cristãos que, claro, juravam e perjuravam pela "religião dos pobres" nascida em Jerusalém. As regiões árabes do norte da África também receberam um grande contingente de judeus, os *sefarditas*.[144]

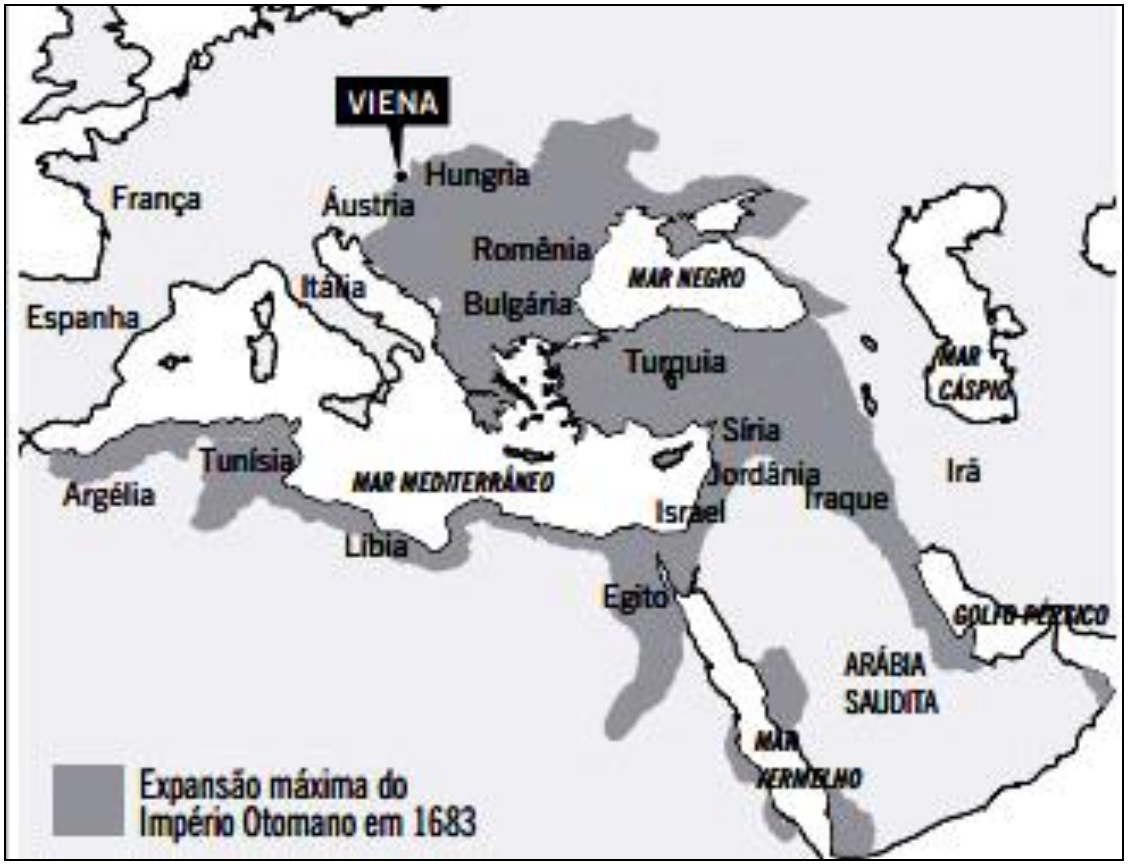
À medida que o século XVI avançava, a superioridade naval otomana foi desafiada pelo crescente poder marítimo da Europa ocidental, particularmente de Portugal, no golfo Pérsico, oceano Índico e nas ilhas das Especiarias. Com os otomanos bloqueando rotas marítimas para o Oriente e sul, as potências europeias foram impulsionadas a encontrar outro caminho para a seda e as rotas de especiarias, que estavam sob o controle otomano. Em terra, o Império estava preocupado com as campanhas militares na Áustria e na Pérsia, duas frentes amplamente separadas. O peso destes conflitos sobre os recursos do império e da logística de manutenção de linhas de abastecimento e comunicação, fez com que seus esforços marítimos se tornassem insustentáveis. A defesa sas fronteiras ocidentais e orientais do Império acabou por tornar impossível o engajamento eficaz deste a longo prazo e em escala global.

O *harem* feminino, instituição de origem árabe que atingiu seu maior desenvolvimento no Império Otomano, era funcional à estrutura imperial, pois não era só um viveiro de filhos do sultão, mas também um campo de recrutamento de esposas para o estamento masculino

[144] Toby Green. *Inquisição*. O reinado do medo. Rio de Janeiro, Objetiva, 2014.

dirigente do Império, muitas vezes de origem humilde e elevado a funções de direção graças aos seus méritos e talentos. As mulheres, das mais diversas origens (escravas de povos conquistados, favoritas eleitas ou oferecidas como presente por autoridades dos domínios imperiais, inclusive como símbolo de submissão) atingiram, através do *harem*, uma importante força política na corte imperial, tal como a que também tiveram as cortesãs nas cortes absolutistas europeias. Mas sempre sobre a base da submissão feminina: nenhuma instituição de dominação (de gênero, etnia ou classe) sobrevive ao longo de séculos sem mecanismos compensatórios, que não atenuam sua base opressiva, apenas tornando-a mais refinada. Com essa complexa e altamente centralizada estrutura, o Império Otomano conseguiu manter uma estabilidade política relativamente pacífica sobre vastos territórios ao longo de séculos, baseada, em grande parte, na aceitação de sua diversidade cultural e política interna.

Mas, um império é sempre um império, isto é, um sistema hierárquico baseado na submissão de povos e regiões a um poder central que, caso não assimladas do ponto de vista civilizacional, acabarão se revoltando em demanda de sua independência. Na África do Norte, os berberes (povo não árabe dominante na região), que resistiram aos árabes por algumas décadas, sob o comando de líderes como Kusayla e Kahina, acabaram também adotando o Islã. Apesar disso, o califado islâmico foi rapidamente expulso da Argélia, que virou um Estado independente sob o governo dos Rustamidas. Com a ajuda da tribo kutama da região da Kabylia, os Fatímidas xiitas derrubaram os Rustamidas e conquistaram o Egito. Eles deixaram a Argélia e a Tunísia sob o controle da tribo berbere dos zíridas. Estes, porém, acabaram por se rebelar e adotaram o sunismo no lugar do xiismo dominante.



Em resposta a isso, os Fatímidas enviaram uma populosa tribo árabe, os Banu Hilal, para enfraquecê-los, o que acabou por dar início ao processo de colonização árabe do interior do Egito. As dinastias berberes dos Almorávidas e dos Almóadas trouxeram um período relativo de paz e desenvolvimento na África do Norte. Com a queda dos Almóadas, no entanto, a Argélia tornou-se um campo de batalha dos conflitos pelo poder entre os zianidas da própria

Argélia, dos háfsidas da Tunísia e os merínidas de Marrocos. Nos séculos XV e XVI, a Espanha cristã realizou vários ataques a cidades costeiras da África do Norte, tomando posse de algumas (Ceuta e Melilla, que permaneceram, até o presente, como colônias espanholas). Isto levou os berberes a pedir auxilio militar ao Império Otomano, que acabou anexando a região.

Lepanto, outubro de 1571, "a maior ocasião (acontecimento) que os séculos viram"

No final do século XVI, no entanto, o poder otomano perdeu as batalhas decisivas pelo controle do Mediterrâneo contra as novas potências cristãs europeias. Vencida pelos "cristãos", encabeçados pela Espanha, a batalha de Lepanto, nas costas da Grécia, em 1571, batalha em que Miguel de Cervantes Saavedra (o *Manco de Lepanto*) perdeu um braço, foi um evento maior na derrota muçulmana na luta contra os "ocidentais" pelo controle do Mediterrâneo; ela concluiu em "uma cena de devastação impressionante, como uma pintura bíblica do fim do mundo. A escala do massacre deixou até mesmo os vencedores exaustos, abalados e chocados com a obra de suas mãos. Eles tinham testemunhado uma matança em escala maciça. Em quatro horas, havia 40 mil homens mortos, cerca de cem embarcações destruídas e 137 navios muçulmanos capturados pela Liga Santa. Dos mortos, 25 mil eram otomanos; apenas 3.500 destes foram pegos vivos e feitos prisioneiros. Outros doze mil cristãos escravos foram libertados. A colisão definitiva no Mar Branco deu ao povo no início do mundo moderno um vislumbre do Armagedom por vir. Só em 1915, em Loos, na França, durante a Primeira Guerra Mundial, essa taxa de mortandade seria superada".[145] Nas palavras do autor do *Quijote*, foi essa "*la más alta ocasión que vieron los siglos pasados, los presentes, ni esperan ver los venideros*".[146]

O poder central do Império Turco, além disso, tendeu a esgotar-se a partir dos séculos XVII e XVIII em proveito do poder das autoridades locais que, sem questionar a supremacia política do sultão turco, adquiriram uma grande autonomia, que não deixaram de utilizar as potências ocidentais (Grã Bretanha, França, Rússia, Áustria-Hungria) em sua expansão e competição mútua na região. A partir do século XVII o Império viu-se forçado a assinar e acatar tratados internacionais que limitaram sua expansão. No século XVIII perdeu territórios para potências

[145] Roger Crowley. *Impérios do Mar*. A batalha final entre cristãos e muçulmanos pelo controle do Mediterrâneo 1521-1580. São Paulo, Três Estrelas, 2014, p. 378.

[146] Agustin Ramon Rodriguez Gonzalez. *Lepanto, la Batalla que Salvó a Europa*. Madri, Libreria de Náutica, 2004.

europeias adversárias (Áustria, Rússia) e declinou marcadamente ao longo do século XIX, quando "pela primeira vez, os otomanos admitiram a superioridade europeia e começaram a imitar os modos e métodos europeus, o que os levou a uma crescente dependência dos poderes ocidentais para sua sobrevivência".[147] A decadência otomana se estendeu por dois longos séculos, até ingressar em sua agonia final.

A partir do século XVII a autoridade central do Império Otomano se reduziu; os pachás tomavam frequentemente decisões à margem dos desejos do sultão, que se conformava em receber só o tributo provincial, apenas exigindo que as fronteiras imperiais fossem vigiadas para evitar qualquer tipo de invasão, e seguindo "políticas liberais" não só na administração do Império, mas também na questão da terra e na economia em geral. Nesse quadro geral, as antigas elites mamelucas conseguiram burlar as novas estruturas administrativas e continuar a governar o Egito. Embora colaborassem com os otomanos, muitas vezes desafiavam seu poder. O período foi também o de um declínio econômico e cultural geral do Egito e do mundo árabe. No século XVII desenvolveu-se a elite de mamelucos que usava o título de "bey", ao mesmo tempo em que as guerras entre diversas facções de mamelucos acabavam com o país.

Na própria Turquia otomana, em 1729, o papa Bento XIII reconheceu Cirilo como Patriarca de Antioquia e o considerou, junto com os seus seguidores religiosos e laicos, em comunhão com a Igreja Católica Apostólica Romana. A partir desse momento a antiga comunidade dos melquitas passou a se dividir em dois grupos: um ramo majoritário, de fé ortodoxa, vinculado ao Patriarca de Constantinopla, formando mais uma das igrejas autocéfalas da cristandade ortodoxa, usando o grego como língua litúrgica. Sua população passou a ser chamada de greco-ortodoxa; no entanto, usou cada vez mais o árabe como língua litúrgica em suas igrejas. No mesmo século, Ali Bey e o seu sucessor, Muhammad Bey, conseguiram fazer do Egito um território praticamente independente do Império Otomano.

O império perdeu território em todas as frentes de conflito e começou a forjar alianças com países europeus, como França, Países Baixos, Reino Unido e Rússia. A marca otomana, porém, tinha sido forte: "No século XVIII o poder otomano e sua cultura pareciam ter marcado profundamente as províncias árabes. Sua implantação nas cidades opreou-se através de famílias e grupos que eram designados como 'otomanos locais'... No final daquele século existiam nas grandes cidades árabes poderosas famílias mais ou menos permanentes de notáveis locais, algumas mais turcas e outras mais árabes. Seu poder e estabilidade se expressaram nas mansões e palácios suntuosos que fizeram construir em Argel, Tunis, Damasco e alhures". [148] O século do maior esplendor arquitetônico e cultural otomano já portava, porém, os sianis de seu declínio histórico e político e da perda da sua hegemonia para a Europa ocidental.

Europa foi periferia econômica e politica dos impérios muçulmanos até o século XVI; o mundo islâmico acabou se transformando em periferia da Europa, nos três séculos sucessivos. A cidade de Sarajevo, fundada pelos islâmicos, em 1461, no auge do Império Turco-Otomano, foi a cidade mais importante do império na região dos Balcãs. No fim do século XIX, a Bósnia e Sarajevo passaram para o domínio austro-húngaro, já em pleno declínio do Império. O controle dos mercadores europeus sobre a vida econômica do Império Otomano se ampliou à medida que declinava a força econômica e política da Sublime Porta, para chegar a um estágio em que as potências europeias se beneficiavam de enormes privilégios políticos, comerciais e de investimento, na maior parte do Império. O declínio do islamismo estatal na sua versão otomana não afetou o fato já aquirido da expansão e conquista religiosa islâmica em boa parte

---

[147] Halil Inalcik. *An Economic and Social History of the Ottoman Empire.* Nova York, Cambridge University Press, 1994; também: Patrick Balfour Kinross. *The Ottoman Centuries*. The rise and fall of the Turkish Empire. Londres, William Morrow, 1979.

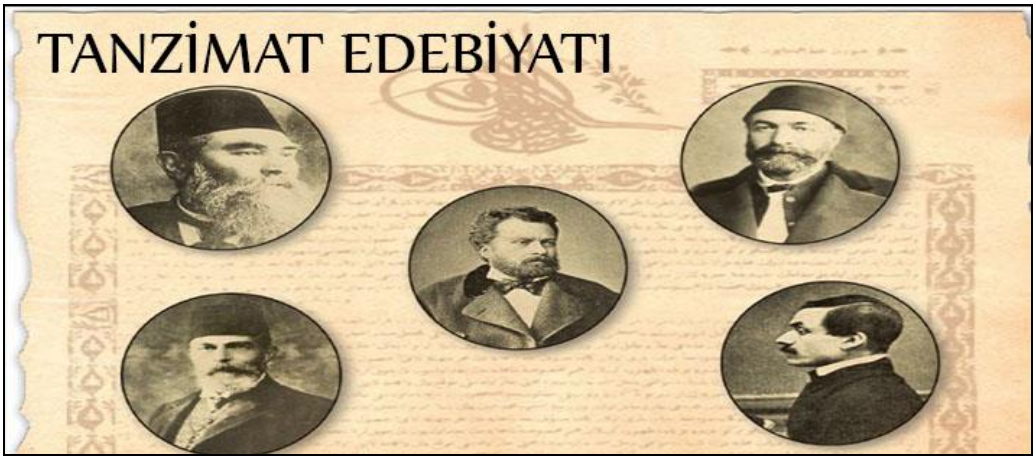
[148] Albert Hourani. *Op. Cit*., p. 336-337.

da Eurásia e da África: a existência de religiões mundiais (ou "de vocação universal") impediu que a unificação econômica do mundo realizada pelo capital (europeu) se realizasse também como unificação religiosa (cristã).

O cristianismo, como sabemos, tinha se tornado há mais de um milênio a religião estatal do Império Romano, e nos sucessivos 500-700 anos procurou uma política de conversão geral, principalmente na Europa: "Depois, a construção do sistema-mundo moderno envolveu uma expansão de Europa, que era simultaneamente militar, política, econômica e religiosa. Dentro deste contexto, missionários cristãos atravessaram o globo, mas eram notoriamente mais bem sucedidos em partes do mundo que não foram dominadas através das denominadas religiões mundiais. O número de convertidos em paises largamente islâmicos, budistas, hindus e zonas confuciano-taoístas, eram relativamente poucos, *e particularmente poucos em zonas islâmicas*".[149]

Em 1853, na Guerra da Crimeia, os otomanos se uniram com os britânicos, franceses e outros contra o Império Russo. Essa guerra causou o êxodo dos tártaros da Crimeia. No fim da Guerra do Cáucaso muitos circassianos fugiram de suas terras no Cáucaso e se estabeleceram no Império Otomano. Durante o período Tanzimat ("reestruturação") (1839-1876), uma série de reformas constitucionais conduziram um exército modernizado, a reformas no sistema bancário e à substituição das guildas por fábricas modernas. Em 1856, foi prometida igualdade para todos os cidadãos otomanos independentemente da sua etnia e religião. Os *millets* cristãos ganharam concessões, como a Constituição e Assembleia Nacional da Armênia, em 1863.

O período reformista culminou com uma Constituição escrita por membros do grupo dos "Jovens Otomanos", que foi promulgada em 23 de novembro de 1876. Ela estabeleceu a liberdade de crença e a igualdade dos cidadãos perante a legislação. A primeira era constitucional do império teve vida curta. O grupo de reformadores conhecido como "Jovens Otomanos", educados principalmente em universidades ocidentais, acreditava que uma monarquia constitucional seria a resposta à crescente agitação social do Império. Através de um golpe militar em 1876, forçaram o sultão Abdülaziz (1861-1876) a abdicar em favor de Murad V, deposto em poucos meses. Seu herdeiro Abdulhamid II (1876-1909) foi convidado para assumir o poder sob a condição de declarar uma monarquia constitucional, o que ele fez em 23 de novembro de 1876. No entanto, o parlamento sobreviveu por apenas dois anos.



Os "Jovens Otomanos"

[149] Immanuel Wallerstein. *Op. Cit.* O problema é o de distinguir e definir o que seja uma "religião mundial" – as expansões árabes, mongol, europeia foram diversas, sob suas diversas coberturas ou "inspirações" religiosas, mas tiveram causas terrenas, sociais e econômicas. O cristianismo ficou como um fenômeno basicamente europeu e, com peculiaridades (sinistras, como o genocídio e destruição dos povos e culturas locais), americano.

A consciência nacional crescente, juntamente com um cada vez mais forte sentimento de nacionalismo étnico, fizeram com que o Império Otomano fosse forçado a lidar com o nacionalismo político, tanto dentro como fora das suas fronteiras. Houve um aumento significativo no número de partidos políticos revolucionários. As reformas Tanzimat não detiveram a ascensão do nacionalismo nos principados do Danúbio e na Sérvia, que haviam sido semi-independentes por quase seis décadas. Em 1875, os principados da Sérvia, Montenegro e Romênia (que incluem a Valáquia e Moldávia) declararam unilateralmente sua independência do império, e após a guerra russo-turca de 1877-1878, a independência foi formalmente concedida às três nações beligerantes. A Bulgária também alcançou a independência (como Principado da Bulgária). Bósnia foi parcialmente ocupada pelo Império Austro-Húngaro na sequência do Congresso de Berlim em 1878, mas permaneceram nominalmente como territórios otomanos (Bósnia e Herzegóvina até a crise da Bósnia em 1908, Novi Pazar até a Primeira Guerra Balcânica em 1912), com a presença permanente de soldados otomanos. O Chipre foi alugado para os britânicos em 1878 em troca de favores da Grã-Bretanha, no Congresso de Berlim.

O Egito, que já tinha sido ocupado pelas forças de Napoleão I de França em 1798, e recuperado em 1801 por um exército otomano-britânico, foi ocupado em 1882 pelas forças britânicas, embora o Egito e o Sudão permanecessem como províncias otomanas até 1914. Outras províncias otomanas no norte da África foram perdidas entre 1830 e 1912: Argélia (ocupada pela França em 1830), Tunísia (ocupada pela França em 1881) e Líbia (ocupada pela Itália em 1912.) Os armênios começaram a pressionar o governo otomano para uma maior autonomia após a guerra russo-turca de 1877-1878: levantes armênios ocorreu nas cidades da Anatólia, levando o sultão Abdul Hamid II a uma resposta violenta. Em 1894-1896 entre 100.000 e 300.000 armênios foram mortos. Militantes armênios tomaram a sede do Banco Otomano em Constantinopla em 1896 para trazer a atenção da Europa para os massacres.

O Império tinha dificuldade em reembolsar a dívida pública para os bancos europeus, o que causou a criação do Conselho de Administração da Dívida Pública Otomana. Até o final do século XIX, a principal razão do império não ter sido totalmente tomado pelas potências provinha da doutrina do equilíbrio de poder na Europa. O Império Austríaco e o Império Russo foram mantidos em xeque principalmente pelo Reino Unido, que temia o domínio russo.

O novo exército turco

No século XIX, a rebelião grega pela independência do país iniciou a contagem regressiva do Império Otomano, e foi o sinal anunciador de um processo revolucionário de alcance europeu, concretizado nas revoluções de 1848. Uma onda revolucionária abalou Europa na década de 1820, repetida em 1830. Os países mais afetados foram os do sul da Europa, Espanha, Nápoles e Grécia (foi, por isso, chamado de “ciclo revolucionário mediterrâneo”). Na Grécia, em 1821,

teve início o movimento pela independência, obtida e proclamada em 1822, depois de violenta luta que custou, entre outras, a vida de Lorde Byron, poeta romântico e representante parlamentar inglês (democratas de toda Europa se apresentaram como voluntários para combater pela independência grega). A grega foi a única (e a última) das revoluções nacionais e democráticas do século XIX que contou com o apoio das potências europeias.[150] A base da decadência otomana consistiu, de modo geral, em que "desde a segunda metade do século XVI, o comércio [europeu] com Oriente tomou uma forma colonial, transformando Turquia em cliente da indústria europeia. Turquia devia só fornecer matéria prima (para Europa), não exportar produtos manufaturados".[151]

Europa vivia uma época de desenvolvimento do capitalismo industrial e de expansão colonial. A ocupação territorial do Próximo e Médio Oriente pelas potências europeias esteve precedida por uma penetração econômica que levou à progressiva dissolução das estruturas sociais e políticas arcaicas do Império Otomano, em que pesem as tentativas de reformá-lo, modernizando-o. As reformas encetadas pelo Império Otomano, de modo geral, fracassaram na sua tarefa de modernizar o centro imperial e seus vastos domínios: a transformação capitalista dos velhos domínios otomanos foi, por esse motivo, produto da penetração econômica e militar das potências capitalistas europeias, não de uma impulsão interna nascida e baseada na decomposição e substituição das relações econômicas e sociais pré-capitalistas e no surgimento de novas forças produtivas sociais. Aquelas relações, ao contrário, sobreviveram ao seu anacronismo para se transformarem num dos alicerces da concorrência e da penetração econômica das potências europeias, não sem gerar contradições explosivas, que eclodiram finalmente o próprio Império.

[150] Eric J. Hobsbawm. *A Era das Revoluções 1789-1848*. São Paulo, Paz e Terra, 2005.

[151] Dimitris Kitsikis. *El Imperio Otomano.* México, Fondo de Cultura Económica, 1989, p. 115.

O PARTO DE UMA NAÇÃO

Nunca permitirei que o Egito seja inglês, nem a Turquia russa (**Mehmet Ali**)

A impulsão para a construção de nacionalidades "modernas" sobre os escombros dos antigos e anacrônicos impérios não se limitou à Europa. No Oriente, o Império Otomano, continuador e *ersatz* da precedente expansão árabe-islâmica, se manteve em pé, entre outros fatores, com base nas exações sistemáticas nos seus domínios, países árabes incluídos. Devido aos testemunhos dos contemporâneos, o século XVI foi tradicionalmente considerado o período que marcou o início do declínio do Império da Sublime Porta.[152] A historiografia mais recente, porém, apontou que foi a partir desse século que as autoridades imperiais otomanas iniciaram um processo de modernização, com a sistematização e decentralização administrativa de seus domínios, a instauração de um sistema universal de taxas e impostos, e a organização de um sistema de arrecadação impositiva cobrindo todas as províncias do império.[153]

Essas medidas, no entanto, não alteraram as bases sociais nem produtivas do império (nem sua estrutura política altamente centralizada), que continuaram marcadas pelo arcaísmo político e social e pela incipiência localizada da produção industrial, destinada quase que exclusivamente a abastecer o aparelho militar que mantinha a segurança interna e as fronteiras do Império. Este era ainda, porém, uma potência internacional em finais do século XVIII, ao ponto de Napoleão Bonaparte chegar a esboçar o plano de um condomínio internacional (um "império mundial") da França aliada com a Sublime Porta, contra a hegemonia britânica nos sete mares. No século XIX, a "moderna" Lei da Terra de 1858 [das autoridades turcas] "foi o equivalente a um elefante guiado por um cego",[154] não havia como leva-la à prática mediante a força estatal já abalada das autoridades imperiais: assim, "modernizado" superficialmente sobre uma base arcaica, permaneceu, basicamente, o Império Otomano até sua dissolução nas primeiras décadas do século XX.

Nos séculos do poder otomano, as precondições para um novo modo de produção se desenvolveram na sua vizinha e dividida Europa, que se definiu (via Maquiavel) por seu dinamismo em oposição à paralisia (estagnação) dos domínios do califado islâmico. O Império Otomano era, para Maquiavel, a antítese perfeita da monarquia (absolutista) europeia, matriz do surgimento dos Estados Nacionais capitalistas: "O Império Otomano era um instrumento no comércio africano e oriental de longo curso, que levou à expansão do Império e, no século XV, à descoberta da América; ambos os processos se relacionaram intimamente com a transição do feudalismo para o capitalismo na Europa Ocidental. Nos séculos XV e, especialmente, no XVI, as regiões ribeirinhas no Mediterrâneo ao norte também se tornaram proeminentes no comércio e nas atividades a ele associadas. No século XVII, a totalidade da área do Mediterrâneo e seus povos ribeirinhos no Sul da Europa, no Norte da África e no Oriente Médio ou Ásia Ocidental, perderam seu lugar e sua participação destacada... Eles experimentaram uma involução diferente de acordo com a diversidade de suas estruturas internas".[155]

Em *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, Max Weber situou na ética calvinista e seu conceito de *Beruf* (profissão como vocação) o fator decisivo para a difusão de uma conduta de vida ascético-racional, pressuposto do "espírito" capitalista moderno.[156] As teses sombartianas (de Wener Sombart, que atribuiu aos judeus o papel decisivo no surgimento do modo de produção capitalista) e weberianas foram objeto de diversas criticas: "Há mais de um modo de

---

[152] Bernard Lewis. Ottoman observers of Ottoman decline. *Islam in History*. La Salle, Open Court, 1972.

[153] Suraiya Faroqhi. The ruling elite between politics and "the economy". In: Suraiya Faroqhi et al. *An Economic and Social History of the Ottoman Empire*. Nova York, Cambridge University Press, 1994.

[154] Donald Quataert. *The Ottoman Empire.* Nova York, Cambridge University Press, 2000.

[155] André Gunder Frank. *Acumulação Mundial 1492-1789*. Rio de Janeiro, Zahar, 1977, p. 41.

[156] Max Weber. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo, Pioneira, 1976.

ter sucesso numa economia moderna. A tese de Werner Sombart, que atribuiu a emergência do capitalismo aos judeus, repousa sobre uma exageração além de toda proporção; o vínculo exclusivo estabelecido por Weber entre a ética protestante e o espírito do capitalismo pôs seu acento sobre uma relação de causalidade histórica, negligenciando o papel dos judeus contemporâneos";[157] sem falar em que ambas as teses ignoraram, do ponto de vista religioso, o papel da filosofia árabe dita anacronicamente "medieval" na origem das heresias e cisões do cristianismo europeu, incluído o protestantismo.

O papel econômico medieval dos judeus europeus estava, por outro lado, vinculado a atividades pré-capitalistas, derivadas da sobrevivência (e funcionalidade) da doutrina aristotélica na Igreja cristã, a saber, "a ilegalidade e o aspecto pecaminoso da usura (que) forçou grande parte do negócio do empréstimo de dinheiro com juros a cair nas mãos dos judeus, que não tinham qualquer preconceito com a usura. Consideravam que cobrar juros pelo empréstimo de dinheiro não era diferente de cobrar renda pelo uso da terra, algo considerado natural pelos cristãos... Aos judeus era proibida por lei a posse da terra, a única outra forma de riqueza além do dinheiro, por isso dirigiram os esforços e a engenhosidade para as finanças, na qual se tornaram especialistas. No entanto, mesmo sendo a usura legal segundo a lei judaica, continuou a ser ilegal pela lei cristã, o que muitas vezes serviu de desculpa aos devedores para renegarem as dívidas".[158]

O desenvolvimento de uma burguesia de negócios e de redes comerciais nos grandes impérios orientais, por si só, não foi fator suficiente para o surgimento de um novo modo de produção, ou seja, do capitalismo. A sobrevivência da dominação otomana alhures foi acompanhada pelo início do declínio do Império: "O lento declínio do Império Otomano foi determinado pela superioridade econômica e militar da Europa absolutista. No curto prazo foi na Ásia que sofreu os piores reveses. A guerra dos Trinta Anos contra a Áustria, entre 1593 e 1606, constituiu um dispendioso empate; mas as guerras contra a Pérsia, mais longas e destruidoras e que duraram de 1578 a 1639, com breves interrupções, conduziram à derrota e à frustração. A consolidação vitoriosa de um Estado Safávida na Pérsia marcou o ponto de viragem para os destinos do Estado Otomano. As guerras com a Pérsia, das quais resultou a perda do Cáucaso, infligiram danos incomensuráveis ao exército e à administração da Porta".[159]

Os territórios sírio e egípcio, nos séculos sucessivos, foram responsáveis por um terço da receita da tesouraria otomana, cada vez mais transformada em anacrônica parasita de seus domínios externos, e crescentemente pressionada pelas potências europeias que se encontravam em plena expansão colonial. Quando o Egito levava quase três séculos na

---

[157] Yuri Slezkine. *Le Siècle Juif*. Paris, La Découverte, 2009, p. 78. O papel dos judeus no surgimento das *premissas* do capitalismo (não do próprio capitalismo) foi más prático do que ideológico: "Desde o início do século XVI, as colônias marranas estavam presentes em cada centro comercial importante da Europa, da América e do Extremo Oriente; a extensão de sua atividade na Europa era incomensurável com seu número. Uma mesma língua e uma mesma cultura fundamental impregnavam, em cada porto, comunidades pequenas ou grandes. Um indivíduo podia ir de Hamburgo a Bordeaux, de Bordeaux a Livorno, sem grandes mudanças. Também podia corresponder-se na mesma língua com a metade do mundo civilizado. A maior parte das grandes famílias era cosmopolita e tinha seus próximos instalados em todos os grandes centros urbanos. O 'crédito', no sentiodo literal, era uma realidade social que apoiava automaticamente as trocas comerciais. As relações econômicas se desenvolviam, mesmo com Espanha e Portugal, sob o nome de empréstimos. Formou-se uma rede que não tem outro equivalente na história a não ser o da Liga Hanseática. Alguns setores comerciais encontravam-se quase que inteiramente sob o monopólio das comunidades marranas. Desde meados do século XVII, os judeus de origem espanhola ou portuguesa constituíam figuras eminentes do mercado bancário europeu, em cuja criação haviam contribuído ao fundar os grandes bancos nacionais" (Cecil Roth. *História dos Marranos.* Os judeus secretos da península ibérica. Porto, Civilização, 2001, p. 183).

[158] Charles Van Doren. *Op. Cit*., p. 287.

[159] Perry Anderson. *Op. Cit*, p. 444.

situação de Estado vassalo de um império decadente, foi finalmente invadido pelas tropas francesas, em 1798. A invasão napoleônica foi um episódio da crescente rivalidade europeia e mundial entre a França e a Inglaterra. Napoleão propusera ao governo francês uma expedição militar para tomar o Egito, com vistas a prejudicar o acesso da Inglaterra à Índia. Seu intuito ao atacar o país era atrair as forças navais da Inglaterra para fora das Ilhas Britânicas, lhe bloqueando o contato com seu império indiano. A invasão francesa buscava interferir nos negócios mundiais do império inglês, mas o exército de Napoleão, depois de ocupar boa parte do país, foi cercado pela marinha britânica. Bonaparte desejava também estabelecer a presença francesa no Oriente Médio, com a intenção de se ligar ao sultão Tipoo Sahib, inimigo da Inglaterra na Índia, ou seja, atacar o próprio coração do império britânico.

O ascendente oficial corso garantiu ao Diretório (governo moderado francês sucessor da ditadura revolucionária jacobina) que "logo que conquistasse o Egito, iria estabelecer relações com os príncipes indianos e, juntamente com eles, atacar os ingleses em suas posses". Um relatório do chanceler francês Talleyrand de fevereiro de 1798 dizia: "Tendo ocupado e fortificado o Egito, vamos enviar uma força de 15.000 homens de Suez para a Índia, para se juntar às forças de Tipoo Sahib e afastar os ingleses". O Diretório concordou com isso, no intuito de garantir uma rota de comércio segura da França para a Índia. Napoleão, naquele momento, chegou a conceber planos de um vasto império francês em todo o Oriente (provavelmente já sonhando com o posto de Imperador, que viria a ocupar no século XIX), a exemplo do vasto império heleno-oriental efemeramente realizado por seu modelo histórico, Alexandre Magno.

O militar francês de origem plebeia, chefe e herói das vitórias das tropas revolucionárias francesas na Itália, concebia de fato a conquista do Egito como “o início de um império mundial como a História não tinha conhecido com anterioridade; ninguém antes de Napoleão tinha pensado em semelhante escala ou tinha concebido semelhante propósito”.[160] Napoleão pretendia aliar-se aos chefes muçulmanos da Índia para estabelecer um império francês se estendendo pela África e o sul da Ásia. Foi o fracasso desse projeto que o levou, uma vez coroado imperador francês, a voltar-se em direção da Europa continental, durante as primeiras duas décadas do século XIX, construindo a “Europa napoleônica” mediante uma formidável expansão militar.

A escolha napoleônica do Egito como degrau inicial de seu ambicioso projeto mundial não devia nada ao acaso, e estava baseada tanto em considerações geopolíticas como em ambições científicas e culturais. Supunha-se que o Egito fosse o berço histórico da civilização humana, e que seus tesouros escondidos por milênios escondessem segredos capazes de revolucionar a existência humana. As obras monumentais da civilização egípcia clássica (as pirâmides de Gizeh, em primeiro lugar) deveriam ter alguma explicação ainda desconhecida. Pensava-se, inclusive, que os segredos científicos egípcios estivessem escondidos nos misteriosos textos clássicos cuja escrita hieroglífica ninguém ainda conseguira decifrar na Europa; os egípcios modernos eram há muito tempo incapazes de lê-la (menos ainda de traduzi-la).

Em uma espécie de delírio de grandeza iluminista, um navio da expedição militar francesa foi carregado com centenas dos melhores cientistas do país, equipados com os mais modernos instrumentos de medição, para explorar e pesquisar a fundo as riquezas culturais escondidas na terra dos faraós. Quando estes aportaram nas costas de Alexandria, ficaram desiludidos pelo estado em que se encontrava a antiga e lendária capital fundada por Alexandre Magno, sede da maior biblioteca da Antiguidade clássica: a outrora esplendorosa cidade estava reduzida a pouco mais do que uma aldeia erigida sobre as ruínas da antiga metrópole egípcio-

[160] Paul Strathern. *Op. Cit.*, p. 238. O modelo geopolítico napoleônico era a rota de conquistas seguida por Alexandre Magno, chegando até a Índia.

helênica. Seus escassos habitantes prestaram pouca atenção à chegada dos invasores europeus.

Depois do desembarque francês, a derrota das tropas mamelucas era a condição para a conquista napoleônica do Egito; a vitória francesa, porém, não era favas contadas: "A invasão do Egito por Napoleão em 1798 opôs os exércitos francês e mameluco com equipamento comparável. As conquistas coloniais das forças europeias haviam sido realizadas não por causa de armas milagrosas, mas devido a uma maior agressividade, crueldade e, acima de tudo, organização disciplinada".[161] E assim foi também no Egito. Murad Bey, chefe das tropas mamelucas, não fazia ideia do que fosse uma carga de cavalaria ordenada, suas tropas lutavam ao sabor da inspiração do momento, e foram esmagadas pelas disciplinadas tropas de Napoleão Bonaparte.

O pretexto da invasão napoleônica (inaugurado também um duradouro hábito) foi a proteção dos interesses e práticas comerciais dos residentes franceses no Egito (uma minúscula e irrelevante minoria). Depois da vitória militar francesa, a instauração de uma administração central no país se revelou mais difícil do que vencer as tropas egípcias, motivo pelo qual, embora Napoleão tentasse de todos os modos se adatar aos costumes locais (chegando a usar vestimentas árabes em aparições públicas) e aliar-se às suas lideranças (muçulmanos, judeus, cristãos coptos, sírios e gregos), a primeira tentativa histórica ocidental de "exportação da democracia" culminou num estrondoso fracasso.

Napoleão no Egito, montando camelo

Os ocupantes franceses publicaram em El Cairo um jornal em francês, e uma revista científica regular para dar conta das descobertas realizadas pelos seus cientistas; criaram também um instituto científico em El Cairo, aberto às visitas dos habitantes locais. Os intelectuais egípcios se interessaram bastante, como o demonstram as crônicas da época deixadas por um deles, El-Djabarti. Quinhentos anos antes, qualquer intelectual francês que entrasse no centro egípcio de Al-Azhar teria ficado surpreso pelo estágio avançado da pesquisa egípcia da medicina, da química ou da matemática, muito mais avançada do que em qualquer centro de estudos da Europa (que já contava, no entanto, com importantes universidades).

[161] Eric J. Hobsbawm. *A Era dos Impérios 1875-1914*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, p. 33.

No final do século XVIII, a realidade era outra: "A trivialidade dos experimentos escolares que surpreenderam os egípcios instruídos resultou deprimente [para os franceses]. Esse era o país em que três mil anos antes a *chymia*, a arte de embalsamar, tinha sido a primeira química conhecida pela humanidade, que inclusive tinha dado seu nome à ciência. Esta era a região na qual o termo árabe *al-chemia* se transformara na alquimia, criando as técnicas que deram origem à química moderna".[162] A ciência árabe já entrara há muito em declínio, chegando-se ao ponto em que no Egito só os textos religiosos eram considerados merecedores de estudos sérios.

No final das contas, o principal resultado "científico" da conquista napoleônica foi a reunião dos cientistas franceses, trabalhando conjuntamente *full time* em terra estrangeira, e elaborando teorias para classificar e explicar as coisas novas que viam (como espécies animais e vegetais desconhecidas para eles), dando lugar inclusive a uma primeira e ainda pouco elaborada versão da teoria, ou melhor, intuição da teoria da evolução das espécies (que ainda teve de esperar mais de meio século para atingir estatuto teórico, com Charles Darwin). E o principal resultado "cultural" da invasão francesa (no que Napoleão também foi pioneiro de um hábito imperial europeu) foi a subtração (roubo) de inúmeras obras de arte do Egito clássico, muitas das quais enfeitam até hoje o Museu do Louvre, em Paris, obras que os franceses foram obrigados *manu militari* a dividir com os ingleses (boa parte delas foi levada para o Museu Britânico, onde se encontram até o presente), que estavam a espreita daqueles nas águas mediterrâneas, e afundaram a frota francesa ancorada na baía de Abukir (com a consequente perda, entre outras coisas, de milhares de instrumentos científicos de análise e medição carregados pela equipe de cientistas franceses). A egiptologia, ciência que teve no cientista francês Champollion (o pesquisador que decifrou os hieróglifos antigos, graças à descoberta da pedra trilíngue de Rosetta) seu personagem principal, nasceu no meio a esses conturbados episódios.

Outro resultado da ocupação napoleônica, certamente inesperado, foi a incipiente organização, pelas autoridades francesas, de um sistema "moderno" de contabilidade nacional no Egito, tornado necessário pela necessidade de administrar (e saquear) o país, que devia fornecer os recursos para a continuidade do projeto imperial mundial de Napoleão (o Diretório governante em Paris, sucessor da ditadura jacobina, não estava disposto a ceder nada além dos oito milhões de francos já empenhados no armamento, deslocamento e manutenção dos 50 mil soldados franceses). O administrador napoleônico Poussielgue, que poderia ser considerado o primeiro "ministro da fazenda" do Egito moderno, traduziu para francos, quilos e metros franceses as moedas e unidades de medida locais.

Segundo seus cálculos, a receita fiscal total arrecadada dos *fellahin* (camponeses egípcios) ascendia a 63 milhões de francos anuais. Oito milhões ficavam nas mãos dos arrecadadores coptos; doze milhões iam para as administrações locais ("municipais"); seis milhões eram enviados aos proprietários de terras através dos prefeitos, que também "retinham" sua parte; nove milhões eram pagos aos beduínos para "proteger" o dinheiro (que, de outro modo, seria roubado pelos próprios beduínos na sua travessia pelos desertos); quatro milhões se destinavam diretamente aos governadores mamelucos; 6,4 milhões se destinavam a Constantinopla como *miry* (imposto imperial). Do que resultava que 17,3 milhões de francos (o seu equivalente em moeda local), pouco mais de um quarto da arrecadação total, ficavam com as autoridades de El Cairo.

O "ministro" francês Poussielgue fez, assim, a primeira radiografia de um sistema econômico baseado na exploração dos *fellahin*, herdeiros e descendentes dos camponeses do Egito antigo, e de seus diversos beneficiários. Este foi um legado mais importante do que sua infeliz ideia, encampada por Napoleão, de descarregar através de um pesado imposto sobre os

[162] Paul Strathern. *Op. Cit.*, p. 251.

habitantes locais as perdas francesas na batalha naval contra os ingleses na baía de Abukir: "A ilusão de uma coexistência pacífica entre franceses e egípcios se diluiu em uma única manhã. Furiosos com as exigências francesas, os habitantes de El Cairo se revoltaram numa demonstração instigada pelos líderes religiosos. O centro da insurreição foi a enorme mesquita e centro teológico Al-Azhar, o bastião de mármore branco construído em 968".[163] O antigo monumento dos Ikhsidit já não era um formidável centro científico, mas não tinha perdido seu valor simbólico como testemunho arquitetônico de uma grande civilização. A insurreição popular foi derrotada pelos franceses, mas abriu um abismo de sangue entre os ocupantes estrangeiros e os habitantes egípcios.

Da combinação de resistência interna, doenças e pestes (transmitidas pelas pulgas, piolhos e outros insetos parasitas) desconhecidas pelos médicos franceses, somadas ao cerco marítimo da frota inglesa, resultou a desastrada derrota final da invasão napoleônica. Napoleão se retirou do Egito, voltando a Paris antes da derrota final, preservando suas chances políticas futuras na metrópole. Seu sonho imperial mundial afundou também em seu outro teatro previsto, a Índia de Tipoo Sahib, que foi atacado, derrotado e morto (em fevereiro de 1799) pelas tropas inglesas em Seringapatam. Nessas tropas já se destacava o jovem coronel Wellesley, o futuro duque de Wellington, que em 1815 comandou as tropas britânicas que afundaram para sempre os projetos napoleônicos em Waterloo, na Bélgica. Nesse vasto teatro oriental, situado entre o Egito e a Índia, começou a ser decidido militarmente, entre 1798 e 1801 (retirada francesa do Egito) qual seria a potência mundial dominante no século XIX até a Primeira Guerra Mundial: a Grã-Bretanha, que nas águas mediterrâneas do Egito deu o passo inicial para sua dominação mundial durante o chamado "século britânico" (1815-1914).[164]

Napoleão tinha pretendido ocupar o Egito sem entrar em choque com a Sublime Porta, com a qual pretendia se aliar contra seus rivais na Europa. Derrotado o general francês, o Império Otomano reconheceu em Mehmet Alí, general turco de origem albanesa, a dinastia herdeira do trono egípcio, em 1805. A invasão francesa, em que pese seu fracasso, determinara a falência das antigas instituições políticas do país, dominadas pelos mamelucos. Até 1811, Mehmet Alí derrotou os mamelucos e seus partidários e pôs o Alto Egito – a zona mais rica e próspera do país – sob o seu total controle. O pachá egípcio iniciou então uma campanha expansionista, que contou inicialmente com o consentimento e agrado do Império Otomano.

Mehmet Ali combateu, e venceu, os wahabitas, partidários de um predicador islâmico austero e "pré-fundamentalista" do século XVIII, Mohamed Abdul Wahab, que preconizava que as pessoas deviam levar uma vida modelada à imagem das Maomé e seus companheiros: o estudo do Corão e dos *ahadiz* devia ser realizado à procura de verdades literais instauradas pelo Profeta. Os wahabitas eram dominantes na Península Arábica.[165] Em 1818, dois anos depois da derrota napoleônica na Europa, Mehmet Alí conquistou as cidades santas de Meca e Medina. Logo depois, iniciou um vasto programa de reformas no âmbito político, econômico e social, que foi prosseguido pelos seus sucessores, seu filho Saïd e seu neto Ismaïl. Depois de derrotar mamelucos, wahabitas, europeus e até turcos, o líder político-militar de origem albanesa reorganizou a agricultura egípcia, importou as primeiras máquinas a vapor, ampliou as vias e redes comerciais, criou uma extensa rede de canais ao redor do Nilo, construiu escolas, edificou hospitais e criou a mais poderosa armada do Oriente. De seu governo

---

[163] Nina Burleigh. *Miragem*. Os cientistas de Napoleão e suas descobertas no Egito. São Paulo, Landscape, 2008, p. 98.

[164] O estudo mais alentado sobre o Império Britânico é: P. J. Cain e A. G. Hopkins. *British Imperialism 1688-2000*. Edimburgo, Logman-Pearson Education, 2001.

[165] Segundo diversos autores árabes, Abdul Wahab teria sido um agente britânico desmascarado pelo Império Otomano. Seus seguidores atuais, os sauditas (Saud), seriam descendentes dos judeus expulsos de Medina por Maomé, que se vingariam atualmente dessa humilhação corrompendo internamente o Islã... Nada disso pode ser comprovado; apenas testemunha a virulência da divisão do mundo islâmico.

emergiu a dinastia Alawiyya, governante do Egito e do Sudão a partir de meados do século XIX até meados do século XX.

Um processo semelhante aconteceu na Líbia, com menos atritos. Ao lado do Egito, Trípoli era um cruzamento de rotas comerciais, abrigo de piratas e mercadores de escravos. A região permanecera assim até o início da Idade Moderna, quando fora incorporada ao Império Otomano pelo sultão Solimão I, o Magnífico, em 1551. Com o tempo, porém, a futura Líbia foi adquirindo maior autonomia e passou a pertencer apenas formalmente ao império. Esse processo foi impulsionado pela dinastia Karamanli, fundada em 1711, que unificou as três regiões que formaram a Líbia moderna: Cirenaica a leste, Tripolitânia a oeste e Fezã a sudoeste. No Curdistão, por sua vez, todo o século XIX foi percorrido por revoltas contra as dominações persa e otomana, que não ganharam, porém, contornos de unidade nacional, embora tivessem grande amplitude, como a encabeçada pelo príncipe Bedir Khan de Jazeera (ao norte dos atuais teritórios de Síria e Iraque) contra o Império Otomano, e a do xeique Obeidullah, dirigida contra os persas e declaradamente partidária da unificação de todas as populações curdas.

As unificações da Líbia e do Egito, a potencial unificação do Curdistão, desenhavam o contorno de prováveis futuras nações no Oriente Médio, abortadas, como veremos, pela penetração imperialista europeia. Em outras regiões da África do Norte a situação era bem diversa. Vejamos uma colorida descrição do *hinterland* do Marrocos, feita por um viajante catalão já citado, nas primeiras décadas do século XIX: "Vou falar dos dois maiores santos do império de Marrocos, Sidi Ali Benhamet, que reside em Wazen, e Sidi Alarbi Benmate, que vive em Tedla. Ambos santos decidem a sorte do império, pois se acredita que sejam eles os que atraem as bênçãos do céu sobre o país. Onde habitam não há pachá, nem *kaïd*, nem governador do Sultão, e não se paga nenhum tributo; o povo é inteiramente governado pelos santos sob um governo teocrático independente. É tal a veneração a esses personagens que até os governadores recebem suas ordens e conselhos. Os dois santos predicam a submissão ao Sultão, a paz doméstica e a prática das virtudes. Recebem grandes presentes e esmolas... Nos seus passeios religiosos são acompanhados por uma nuvem de pobres que cantam a Deus e aos santos. Crescido número de homens armados também os seguem, prontos para defender a causa de Deus com fuzilamentos....

"Sendo a faculdade gerativa um dom do Criador para sua frágil criatura, os santos gozam dela em grau eminente; Sidi Ali tem um grande número de negras e um número ainda maior de filhos. Do seu lado, além de suas mulheres legítimas e de suas concubinas, Sidi Alarbi tem também dezoito negrinhas que, extraordinariamente, participam de seus favores celestiais uma vez por semana: milagre do Todopoderoso! (sic). Em uma viagem com Sidi Ali conferenciei com ele, que tranquilizou alguns escrúpulos de minha delicada consciência. Dei-lhe mil francos de presente... Sem se importar com os interesses mundanos, o santo personagem usou o dinheiro, como também as esmolas que recebera, em comprar fuzis e outras armas para seus defensores da fé... Os filhos das negras de Sidi Ali acompanham o santo, que viaja em uma maca posta entre dois mulos, larga o suficiente para que o homem apostólico possa se estender quando fatigado pelas ardentes orações que dirige aos céus para trazer para o país as bênçãos da Divindade".[166] Provavelmente fatigado também por outras atividades... A África do Norte era dominada pelo patriarcalismo mais abjeto, o atraso econômico, a exploração gritante da população e a ausência de estruturas políticas centralizadas.

O período de relativa autonomia política egípcia terminou em 1835, quando o Império Otomano retomou o controle do país. Em sucessivas campanhas, Mehmet Alí, chamado de "o último faraó", conquistou o Sudão, fundou a cidade de Khartum, sua atual capital, e combateu

[166] Alí Bey (Domingo Badía). *Op. Cit*., pp. 120-121.

contra as potências europeias nos Bálcãs e no Oriente Médio, sendo finamente derrotado na batalha pelo controle da Grécia, em que pese o apoio que lhe foi dado pelo Império Otomano. O apoio otomano, no entanto, acabou com a movimentação de Mehmet tendente a expandir o Egito pelo norte, conquistando parte da Síria, sitiando Accra e ameaçando à própria Istambul. Mehmet Alí impôs sérias derrotas às tropas otomanas, e se perfilou como uma nova liderança dos povos do Oriente contra a crescente ameaça externa europeia. Era o ano de 1839; Grã-Bretanha, Rússia, Áustria e Prússia, enfrentadas com a França, preferiam, no entanto, um Império Otomano debilitado antes que um poderoso Egito.

Mehmet Ali

Esses países formaram uma aliança que exigiu de Mehmet, apoiado pelos franceses, o abandono de suas pretensões ao norte do Egito (na Síria e no Líbano). A resistência de Mehmet Ali levou às forças combinadas da aliança europeia a atacar a frota egípcia e destruí-la, pondo um fim à ocupação egípcia da Síria e do Líbano. Mehmet Alí finalmente capitulou; foi obrigado a manter a partir desse momento um exército reduzido, fazendo a promessa de não tentar expandir novamente seu território;[167] Mehmet assinou, finalmente, o Tratado de Londres (1840), pelo qual renunciava à Síria, Aden e Creta em troca do vice-reinado hereditário do Egito, posto novamente sob a soberania turca.

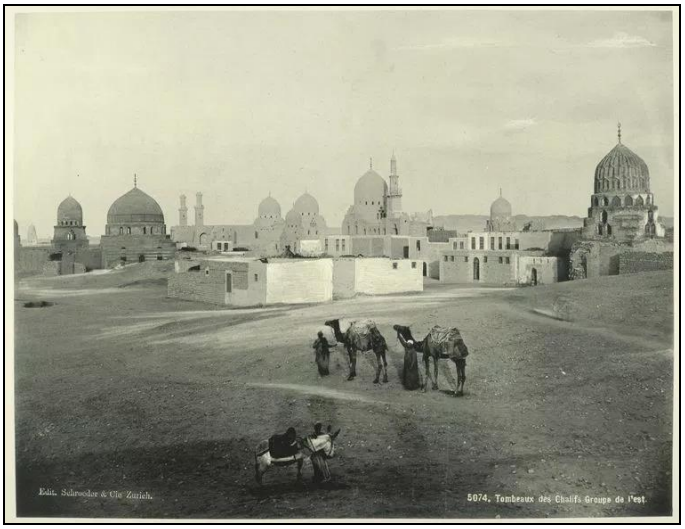
Durante seu governo, Mehmet submeteu ao Estado à classe sacerdotal egípcia, além dos comerciantes, artesãos, beduínos e camponeses rebeldes, e declarou-se senhor do Egito, com direito pleno e exclusivo às suas terras. Apoiado pela França, Mehmet introduziu novas culturas agrícolas, que eram mais interessantes para os clientes externos do que para o próprio país: algodão, cana de açúcar, etc. Fez construir sistemas de irrigação e canais, criando também um sistema de controle da economia agrícola pelo Estado, incluída a comercialização dos produtos, cujos benefícios eram investidos em novas melhoras produtivas e na infraestrutura militar. As infraestruturas hidráulicas a partir do Nilo, abandonadas desde o século XVI, foram retomadas, e foi realizada uma nova distribuição da terra que garantiu ao

[167] Gilbert Sinoué. *El Último Faraón*. Barcelona, Zeta, 2006. Mehmet Alí, no entanto, sequer falava árabe, ou seja, não era árabe. Foi *khediva* (vice-rei) do Egito de 1805 a 1848 na condição de governador do Império Otomano em nome do sultão e, em tal condição e graças às reformas que impulsionou, foi considerado o fundador do Egito moderno.

khediva (vice-rei), e aos seus descendentes, parte importante do solo fértil das margens ribeirinhas na bacia do Nilo.

Também foram dados, sob o governo de Mehmet Ali, os primeiros passos para a industrialização do Egito. As novas manufaturas visavam à transformação industrial dos produtos agrícolas. A indústria têxtil e a do açúcar, as mais exportadoras, se destacaram, empregando 40.000 trabalhadores na zona do Alto Egito. Inicialmente, a indústria manufatureira egípcia tinha forte proteção estatal, sendo também controlados os intercâmbios comerciais externos, mediante o controle de preços, assim como determinando os mercados externos privilegiados, entre os quais não se encontrava a Grã-Bretanha, devido à pressão francesa nesse sentido. As tarifas alfandegárias protegiam também o Egito dos produtos têxteis britânicos, mais baratos e de melhor qualidade. A Inglaterra liberal notou e não esqueceu esse ataque às sacrossantas leis do livre-câmbio.

Em 1838, no entanto, Mehmet firmou um acordo de livre comércio com o Império Britânico, em sequência do tratado anglo-otomano que pôs fim às pretensões territoriais egípcias depois das derrotas no Líbano e na Síria. Em 1848, finalmente, um envelhecido Mehmet Alí renunciou ao trono em favor de seu filho Ibrahim Pachá. Ibrahim, no entanto, morreu apenas dois meses depois da renúncia de seu pai: seu trono foi ocupado pelo seu irmão, Abbas I, em cujo governo os britânicos consolidaram sua crescente influência no Egito. A epopeia de Mehmet Ali demonstrou a força, e também as limitações históricas, da nascente nação egípcia, de seu Estado e de sua nova classe economicamente dominante, uma proto burguesia baseada na exportação de produtos primários e na exploração do campesinato, não numa industrialização visando a consolidação do mercado interno. A Assembleia dos Delegados, espécie de parlamento, foi fundada em 1866, mas só com com funções consultivas.



Egito 1870

Em todo o Oriente Médio, no século XIX, após um longo período de estagnação cultural, houve um movimento de renascimento (*Nahda*) da cultura árabe, impulsionado pelas reformas modernizadoras Tanzimat (1839-1876) no Império Otomano, e pelas políticas modernizadoras de Mehmet Ali. A *Nahda* comportou uma abertura à moderna cultura europeia, seguida da recuperação do idioma árabe como língua literária, com a modernização de sua gramática e seu vocabulário. O árabe voltou a ser um importante idioma cultural: os centros desse processo foram o Egito, o Líbano e a Síria. A "montanha libanesa" foi um dos centros do renascimento cultural árabe, que modernizou a língua, criou as bases da cultura árabe contemporânea e foi mantida através da existência de uma importante rede cultural e informativa, cuja influência atingia todo o mundo árabe.

A emancipação feminina também conquistou um lugar na agenda política árabe. No Egito surgiram figuras como Rifa´a Al Tahtawi, que pregava a solidariedade pan-islâmica e tinha uma postura anticolonial, ao mesmo tempo em que promovia a adaptação de ideias ocidentais modernas ao Islã. Defendia a educação feminina e fez traduções de obras científicas, literárias e de manuais franceses. Na Síria houve a publicação, em 1865, do primeiro romance moderno em língua árabe, *Ghabat Al Haq* de Francis Marrash. Qestaky Al-Homsi publicou o primeiro trabalho de moderna crítica literária. Nesse processo de modernização cultural houve também a participação de intelectuais árabes cristãos, religiosos ou leigos.

Cabe mencionar que, durante o breve período expansionista do Egito moderno, Itália conquistou (em boa parte devido à sua proximidade geográfica) uma influência importante no país. No Egito *khedival* o italiano era a língua franca, usada inclusive na administração pública. Um tipógrafo de Livorno, Pietro Michele Meratti, fundou em 1828 o primeiro serviço de correios privado do país, a *Posta Europea*, depois transformado em monopólio público. Os primeiros selos postais do Egito moderno usavam a língua italiana. Dezenas de milhares de italianos, muitos deles judeus, habitavam El Cairo e Alexandria. Da influência e da ação (comercial) italiana resultou o fato de que o Museu de Turim seja ainda hoje o segundo depositário de riquezas artísticas do Egito antigo, depois do Museu de El Cairo.

El Cairo, final do século XIX

Itália, porém, não era à época uma potência internacional, não era ainda sequer um país unificado nacionalmente (o que só aconteceria na década de 1860). O destino contemporâneo do Egito e do Oriente Médio foi, por esse motivo, decidido pela influência, pressão, e intervenção militar e política, de outras potências europeias. O papel mundial do Egito, por outro lado, refletia uma tendência histórica. Se examinarmos dois dos quatro volumes consagrados por Eric J. Hobsbawm à história contemporânea (1789-1991), podemos constatar que, n'*A Era dos Impérios (1875-1914)*, as referências ao Egito não atingiam sequer meia dúzia. Já em *Era dos Extremos (1914-1991)*, as mesmas referências foram quase trinta, seis vezes mais. A história mundial voltava a passar pelo Oriente Médio.

SOB E CONTRA O IMPERIALISMO EUROPEU

O mundo está quase todo parcelado, e o que dele resta está sendo dividido, conquistado, colonizado. Penso nas estrelas que vemos à noite, esses vastos mundos que jamais poderemos atingir. Eu anexaria os planetas se pudesse, penso sempre nisso. Entristece-me vê-los tão claramente e ao mesmo tempo tão distantes (**Cecil Rhodes**)

A grande depressão econômica internacional de finais do século XIX e suas consequências deram origem a uma nova realidade econômica e política mundial, o *imperialismo capitalista*. O imperialismo colonialista, em si, não era fenômeno novo. A primeira expansão colonial europeia se produzira no alvorecer da época moderna, entre o Renascimento e a Revolução Francesa, configurando o antigo sistema colonial da era mercantilista, com um sistema especifico de relações internacionais adequadas à expansão colonizadora europeia. A vitória do capitalismo industrial, primeiro na Inglaterra, questionou esse sistema, em nome do livre-câmbio, sem chegar a destruí-lo, mas substituindo-o por outro, adequado e específico à colonização capitalista, que não pode ser visto como uma simples continuidade da chamada europeização e "ocidentalização" do mundo iniciada no século XVI. A primeira metade do século XIX foi caracterizada pelo capitalismo liberal e pelo *laissez-faire* (liberdade de comércio internacional). A Inglaterra, pioneira no processo de industrialização, defendia a liberdade de vender seus produtos em qualquer país, sem barreiras alfandegárias, bem como o (seu) livre acesso ás fontes de matérias primas.

A partir de meados do século XIX, o desenvolvimento tecnológico levou ao surgimento de novos métodos de obtenção do aço, além de novas fontes de energia, como o gás e a eletricidade - que substituíram gradativamente o vapor - e do aperfeiçoamento dos meios de transporte. Desenvolveram-se as indústrias siderúrgicas, a metalurgia, a indústria petrolífera, o setor ferroviário e de comunicação. O aumento da mecanização e da divisão do trabalho nas fábricas permitiu a produção em massa, que reduzia os custos por unidade e incentivava o consumo. Os países industrializados alargavam o mercado interno e conquistavam novos mercados externos. A riqueza acumulava-se nas mãos da burguesia industrial, comercial e financeira desses países. Os trabalhadores continuavam submetidos a baixos salários.

Os avanços técnico-científicos exigiam aplicação de capitais em larga escala, produzindo fortes modificações na organização e na administração das empresas. As pequenas e médias firmas de tipo individual e familiar cederam lugar aos grandes complexos industriais. Multiplicaram-se as empresas de capital aberto, as "sociedades anônimas" de capital dividido entre milhares de acionistas, o que permitia associações e fusões entre empresas. Nos bancos, o processo era semelhante: um pequeno número deles foi substituindo o antes grande número de pequenas casas bancárias. Paralelamente a isso, ocorria também uma aproximação das indústrias com os bancos, pela necessidade de créditos para investimentos e pela transformação das empresas em sociedades anônimas, cujas ações eram negociadas pelos bancos. O capital industrial, associado ao capital bancário, transformou-se em *capital financeiro*, controlado por poucas grandes organizações empresariais.

Internacionalmente, a "era vitoriana", começada em meados do século XIX (a Rainha Vitória ascendeu ao trono em 1837), testemunhou a unificação econômica e logística do mundo, através de um sistema interconectado de transportes. Ela foi acompanhada por um movimento de colonização, que se viu acentuado no último quartel do século: a ideia de resgatar para a "luz da civilização" os povos "atrasados" tinha, como pano de fundo, ambições econômicas. Por volta de 1875, os continentes não europeus eram bem mais conhecidos do que três décadas antes, devido à interligação proporcionada pelas novas vias de comunicação, que permitiam maior velocidade e regularidade de deslocação de pessoas e mercadorias. As estradas de ferro, a navegação a vapor e o telégrafo possibilitaram esse processo. Na periferia capitalista o comboio tornou-se o complemento ideal da marinha mercante. Estabeleceu a ligação entre as áreas produtoras de produtos primários com os portos marítimos, nos quais as

poderosas marinhas europeias embarcavam esses produtos em troca de manufaturas industriais. O aumento das ferrovias e o desenvolvimento da navegação constituíram os instrumentos na formação do comércio marítimo internacional.

A expansão para o Oriente do "imperialismo de investimentos" ocidental, especificamente capitalista, no século XIX, confrontou-se diretamente com a realidade político-cultural criada pelo islamismo nos séculos precedentes. O Islã extravasou largamente em sua expansão o cenário inicial de suas conquistas militares no Oriente Médio e na Arábia histórica. Foi, sobretudo, na Ásia Central, no Afeganistão e no Irã (sem falar na Índia), onde se produziu o cruzamento do Islã com outras civilizações, e mais tarde, o cruzamento conflitivo das ambições imperialistas das potências europeias em relação ao mundo islâmico. O Afeganistão fora, antes de sua islamização, uma encruzilhada de diversos povos e civilizações. Sua primeira unificação territorial ocorreu no século IV A.C, com um reino de tribos arianas. A partir daí conheceu, antes de sua islamização, uma longa história independente, que foi a base de sua renitente postura autonomista em relação às dominações externas (persa, árabe, russa, inglesa e até, de nossos dias, norte-americana).

No ano 250 A.C. formou-se na região um reino independente, com a afirmação de uma civilização greco-búdica, nascida de influências helênicas e indianas, e com uma escrita própria. O império afegão, que teve o seu auge no reinado de Kanishka, tornou-se num local de passagem de grande importância no intercâmbio entre o Império Romano, a Índia e a China, com as rotas das caravanas. A "rota da seda" ajudou na difusão do budismo na China. Quando os árabes conquistaram a região, no século VII, encontraram alguma resistência à implantação do islamismo que, contudo, se impôs definitivamente na primeira metade do século VIII. A região foi designada pelos árabes como *Khorassan* (País do Leste). Com a descoberta do caminho marítimo para a Índia, a velha rota da seda das caravanas deixou de ter grande importância, levando à decadência de Khorassan. O grupo étnico *pashtun*, ariano, começou a ganhar importância em relação às outras etnias, chegando a ser politicamente dominante.

Inglaterra chegou à região no século XVIII, depois que passou a dominar "legalmente" o subcontinente indiano através do tratado de Paris de 1763. Em 1809 fez um pacto com uma das facções em que se tinha se estilhaçado a dinastia afegã. O Império Russo também começou a investir na região, para pressionar a Índia britânica. Em 1837, Inglaterra fez uma aliança com a monarquia afegã por temer uma invasão russo-persa. Mas, em 1839, os ingleses conquistaram o país, encontrando forte resistência nos anos sucessivos. Em 1826, por sua vez, Rússia invadira o Irã. O czar queria expandir seu território, e conseguir uma saída ao Golfo Pérsico, aos "mares quentes" que até então estiveram fora do alcance do Império Czarista. Os russos infringiram uma dura derrota ao Irã em 1827, em consequência do que foi firmado o tratado de Turkomanchai, que concedia à Rússia czarista a terra ao norte do rio Aras, que demarca, atualmente, o limite entre os dos países. O descontentamento popular contra a monarquia iraniana derrotada encontrou uma expressão política: foi brutalmente reprimida a revolta de Bab, em 1844, mas este movimento criou uma tradição revolucionária, preservada por várias seitas religiosas, como o movimento *ba'hai*. Houve, a partir de então, revoltas periódicas contra a dinastia *qajar*, especialmente quando o governo fez concessões à Empresa Britânica de Tabaco.

Em 1856, o Irã tentou recuperar seu antigo território no noroeste do Afeganistão, mas Inglaterra lhe declarou guerra e, em 1857, o país teve que assinar um tratado de paz no qual renunciava a qualquer pretensão sobre o Afeganistão. Em 1842, o rei Dost Mohammed reconquistara o trono afegão, governando até 1863. Seu sucessor aproximou-se da Rússia czarista, que tinha estendido sua influência ao Turcomenistão. Em 1878, Inglaterra invadiu novamente o Afeganistão: a rivalidade anglo-russa tinha sido uma constante na questão relativa aos domínios do decadente Império Otomano. Com a decisão russa de expandir-se

para a Ásia Central na década de 1880, aproximando-se assim das fronteiras da Índia, principal colônia do Império Britânico, Inglaterra impôs um quase protetorado ao Afeganistão (com o Tratado de Gandumak, extremamente desfavorável aos afegãos), que se constituiu como Estado-tampão entre as duas potências. A tensão regional levou à iminência de uma guerra anglo-russa, provisoriamente sufocada.

Em 1881, os ingleses saíram do país, colocando Abdur Rahman no trono; ele era um homem aceitável para os ingleses e também para os russos, que governou o Afeganistão até 1901 e foi sucedido por seu filho Habibullah. A expressão "Grande Jogo" tornou-se lendária com *Kim*, romance de Rudyard Kipling, que fazia alusão a disputa das grandes potências para consolidar seus impérios e desarticular os dos rivais. Na época, o que estava em jogo era chamado de "as Índias", a jóia da coroa britânica cobiçada pela Rússia imperial. A disputa durou um século e acabou em 1907, quando Londres e São Petesburgo entenderam-se sobre a divisão de suas zonas de influência, com a criação de um Estado amortecedor entre elas: o Afeganistão. Na convenção de São Petersburgo em 1907 a Rússia concordou com que o Afeganistão ficasse fora de sua esfera de influência. Habibullah manteve a neutralidade do Afeganistão durante a Primeira Guerra Mundial, suportou o primeiro movimento pela adoção de uma constituição, e foi assassinado por nacionalistas em 1919. Seu filho Amanullah denunciou os tratados de submissão do país, provocando a terceira guerra anglo-afegã, fazendo recuar os ingleses, abolindo a servidão, e até tocando no estatuto de submissão da mulher, o que provocou sua queda. Nesses episódios, porém, a tradição de luta antiimperialista deitou raízes firmes no Afeganistão.

Nesse mesmo período, os países árabes entravam na contemporaneidade capitalista mudando seu amo imperial. No Líbano, os cristãos maronitas formaram com os drusos, entre o século XVII e o século XIX, um emirado autônomo dentro do Império Otomano na região do Monte Líbano, ao mesmo tempo em que migravam para as regiões centrais do Líbano e se tornavam os principais criadores de bicho para a produção de seda, principal mercadoria exportada. Com a dinastia Chehab, nos séculos XVIII e XIX, particularmente durante o reinado de Bashir II, os maronitas chegaram a controlar o poder político. As guerras que aconteceram no século XIX, nos anos finais da existência do emirado e nas décadas de 1840 e 1850, até 1861, contra os drusos,[168] que terminaram no grande massacre nesse ano (com doze mil maronitas mortos), mais a interferência das potências europeias nos assuntos da Síria, os crescentes contatos comerciais e culturais com a Europa, particularmente a França, considerada a *fille ainée de l'Église*, que se apresentou como "protetora" dos maronitas, fizeram com que essa comunidade desenvolvesse um sentimento de estranhamento e distância em relação aos seus vizinhos, o que culminou no desenvolvimento de uma espécie de nacionalismo comunitário e na negação, especialmente no século XX, do pertencimento dos maronitas aos povos árabes.

Na África do Norte, a Argélia fora anexada ao Império Otomano por Khair-ad-Don e seu irmão Aruj, que estabeleceram as fronteiras argelinas ao norte e fizeram da costa uma importante base de corsários. As atividades destes atingiram seu pico no século XVII. No século seguinte, os ataques constantes contra navios norte-americanos no Mediterrâneo resultaram na

[168] Os drusos são um grupo religioso surgido no século XI dentro do califado xiita Fatímida, que controlava o Egito e a maior parte do norte da África, Síria e Palestina. Seu surgimento foi resultado de debates teológicos no Egito e da influência da filosofia grega (particularmente do neoplatonismo), do gnosticismo, do maniqueísmo e de crenças reencarnacionistas. Seu principal texto sagrado é o *Kitab al-Hikma* (Livro da Sabedoria) escrito por Al-Muqtana, na tradição profética do islamismo e cristianismo, mas também da filosofia grega. Os drusos acreditam na existência de um único Deus e fizeram uma reforma nas práticas e leis islâmicas, abolindo os jejuns, a necessidade de peregrinar à Meca, os templos, a poligamia, a obrigação de rezar cinco vezes por dia, dando um destaque social maior para a mulher. Por outro lado, conservaram as proibições ao consumo de carne de porco e de bebidas alcoólicas.

primeira e na segunda “guerras berberes”. Nesse contexto se definiu a *percée* francesa na África do Norte: sob o pretexto de falta de respeito para com seu cônsul, a França invadiu a Argélia em 1830. A forte resistência local dificultou a tarefa do ocupante, que só no século XX obteve o completo controle do país. Antes disso, a França já havia tornado Argélia parte integrante de seu território, o que só acabaria com o colapso da Quarta República francesa, na segunda metade do século XX.

Milhares de colonizadores da França, Itália, Espanha e Malta se mudaram para a Argélia com vistas a cultivar as planícies costeiras e morar nas melhores partes das cidades argelinas, beneficiando-se do confisco de terras realizado pelo governo colonial francês. Pessoas de ascendência europeia (os *pieds-noirs*), assim como judeus argelinos, eram consideradas cidadãos franceses, enquanto a maioria da população muçulmana argelina não era coberta pelas leis francesas, não tinha cidadania francesa e não tinha direito a voto. Na virada para o século XX, os índices de analfabetismo da população originária subiam cada vez mais, enquanto a expropriação de terras desapropriava boa parte dessa população, cavando um fosso social crescente entre os colonizadores externos e os nativos.

Em 1850, as posses dos colonos franceses na Argélia somavam 11.500 hectares. Em 1900, elas tinham ascendido para 1.600.000 hectares; em 1950, essa cifra já atingia 2.703.000. Os nativos foram sendo empurrados para as áreas mais improdutivas e desérticas do território. Os colonos franceses desestruturaram a anterior economia argelina: nas terras onde antes eram plantados cereais, os colonizadores plantaram videiras para a produção e exportação de vinhos para a Europa. Em 1865, a Argélia foi anexada oficialmente pela França, que decretou que todos os habitantes que renegassem o estatuto muçulmano receberiam a cidadania francesa. Em 1880, foi criado o “Código dos Indígenas” que previa duras penas para os que contrariassem as leis coloniais. E, em 1884, houve o estabelecimento da União Aduaneira, assegurando o monopólio do mercado argelino à indústria francesa, de preços muito elevados no mercado mundial, devido ao seu atraso em relação à indústria inglesa ou alemã. A França inaugurou desse modo um lucrativo intercâmbio comercial desigual com sua colônia norte-africana, que se estendeu por quase oitenta anos.

A grande rival imperialista da França no mundo árabe era a Inglaterra, senhora dos sete mares. Em 1854, Mehmet Saïd, outro filho de Mehmet Ali, se empossou do trono egípcio, quando a Grã- Bretanha já tinha conseguido estabelecer uma comunicação por estrada de ferro entre El Cairo e Alexandria, que lhe permitiu reduzir em dois meses as remessas comerciais de/para suas posses coloniais na Ásia, especialmente na Índia. Mehmet Saïd retomou a política de obras públicas de seu pai e se desfez do monopólio estatal da agricultura, liberalizando a economia e favorecendo os investimentos externos. Sua amizade com o engenheiro francês Ferdinand de Lesseps permitiu que se outorgasse à França a permissão para a construção do Canal de Suez, iniciada em 1859.

Foi, assim, antes dos otomanos perderem formalmente o controle político da região, que o Canal de Suez foi construído, ao preço de milhares de vítimas fatais entre os operários nativos que participaram de sua construção. Saïd Pachá (Mehmet Saïd) assinou, em novembro de 1854, a licença para a construção do canal entre os mares Vermelho e Mediterrâneo. A obra ficou a cargo da Companhia Geral do Canal de Suez, criada por Lesseps, que obteve permissão para explorá-lo durante 99 anos. A obra foi concluída e inaugurada em 1869. À época da construção do Canal, a França era governada por Napoleão III, sobrinho do primeiro Bonaparte, e vivia um processo de rápida industrialização, favorecida por créditos estatais.

França já ocupava colonialmente algumas regiões da África, como a Argélia e a Tunísia: a construção francesa do Canal de Suez era parte de um projeto imperial mais amplo do país. Uma legislação especial foi estabelecida para a utilização do Canal, que estabelecia a permissão de passagem (mediante pagamento) para embarcações de qualquer nação. As

disputas coloniais entre potências europeias suscitavam, no entanto, novas situações de conflito. Foi nesse contexto que a Inglaterra, a maior potência mundial da época, invadiu e dominou o Egito, retirando-o da dominação turca. O Império Otomano conhecia um processo de decadência, com lutas e resistências nacionalistas na península balcânica, e reduzia-se, perdendo espaço para as potências europeias, que visavam dominar as regiões do Oriente Médio. A construção do Canal de Suez foi também responsável por um grande endividamento externo do governo egípcio, que obtivera empréstimos em bancos europeus, em especial ingleses. Os empréstimos estabeleceram uma situação de dependência crescente do país em relação ao capital internacional, o que permitiu a ampliação dos negócios estrangeiros.

Canal de Suez: mais de oito mil quilômetros a menos na rota marítima europeia para o Oriente

A *blitz* britânica na região já se desenvolvia há várias décadas. A investida mundial inglesa tinha se estendido para todo o Oriente Médio e a Ásia Central, aproveitando a fraqueza dos governos locais. Em 1839, a Grã Bretanha ocupou Áden para proteger a rota da Índia, lançou seus navios contra os piratas do Golfo Pérsico para proteger a navegação comercial, chegando a exercer um domínio sobre os diferentes governadores do Golfo. Entretanto, sua adversária França desembarcou na Síria em 1860 para "proteger" a comunidade cristã de "conflitos religiosos" com os drusos (que o exército otomano acabava de combater com sucesso), conflitos provocados pelas próprias potências europeias (ficando finelmente os franceses como defensores dos cristãos maronitas, os ingleses dos drusos, os russos dos cristãos ortodoxos...). O poder turco de Constantinopla teve que aceitar a criação de uma província autônoma na região do Monte Líbano – dentro do Império Otomano – dirigida por um governo cristão protegido por tropas francesas.[169] Várias outras revoltas árabes contra a Sublime Porta foram sustentadas, animadas e inclusive armadas pelas potências europeias.

[169] As tropas francesas permaneceram no Líbano até 1971.

Quando o antigo governador do Egito, Mehmet Ali, derrotara os exércitos turcos, as tropas russas acudiram em ajuda do Império Otomano. Grã-Bretanha e França obrigaram, como vimos precedentemente, Mehmet a abandonar os territórios sírios. Depois da infrutífera tentativa do governador-pachá de transformar industrialmente o Egito, o país caiu sob a crescente dependência da Grã Bretanha. Desse modo, a ocupação territorial do Próximo e Médio Oriente pelas potências coloniais europeias esteve precedida por uma penetração econômica dissolvente das estruturas econômico-sociais do Império Otomano.

Em 1849, o Egito dependia da Grã Bretanha para 41% de suas importações e 49% de suas exportações. Desde a abertura do Canal de Suez em 1869, o Egito já ocupava um lugar central para a Grã Bretanha. A economia local também foi dinamizada: o Canal transformou o Mar Vermelho em um vasto bazar no qual competiam comerciantes europeus e africanos junto a intermediários árabes de todo tipo. O endividamento externo e a crise financeira egípcia, no entanto, impuseram aos sucessores de Mehmet Alí a venda da parte egípcia do Canal ao governo britânico, que se converteu assim no seu principal acionista, embora o Canal tivesse sido construído sob a direção dos franceses: o déficit fiscal egípcio, no entanto, subsistiu.

Inauguração franco-egípcia do Canal de Suez (1869), em ilustração da época

O Império Otomano, por sua vez, declinava e via-se crescentemente envolvido em conflitos no cenário europeu. O século XIX testemunhou uma nova administração e gestão das colônias inglesas, com a sucessão de diferentes modelos, o dos missionários protestantes, o dos investidores privados e, finalmente, o das grandes companhias investidoras. A passagem da Inglaterra liberal para a Inglaterra conservadora e imperialista deu-se na época vitoriana, que cobriu a segunda metade do século XIX até a virada para o século XX: em 1874, os conservadores, com Disraeli, derrotaram os liberais de Gladstone, que tinham governado Inglaterra por mais de quatro décadas, nas eleições britânicas, impondo uma virada também na política externa, que se tomou um rumo abertamente imperialista. O domínio mundial inglês implicou conflitos crescentes na Europa, pelo domínio mundial bem como pela influência política na própria Europa, onde o capital inglês era crescentemente investido. O Império Otomano viu-se envolvido nesses conflitos.

Nesse contexto, a primeira guerra europeia da era contemporânea, a “Guerra da Crimeia”, se estendeu de 1853 a 1856, na península da Crimeia (no mar Negro, ao sul da Ucrânia), no sul da Rússia e nos Bálcãs. A guerra envolveu, de um lado, o Império Russo e, de outro, uma coligação integrada pelo Reino Unido, a França, o Reino da Sardenha - formando a Aliança Anglo-Franco-Sarda - e o Império Otomano. Essa coalizão, que contou ainda com o apoio do

Império Austríaco, foi criada em reação às pretensões expansionistas russas. Desde o fim do século XVIII, os russos tentavam aumentar sua influência nos Bálcãs, em nome do pan-eslavismo.

Em 1853, além disso, o czar Nicolau I invocou o direito de proteger os lugares santos dos cristãos em Jerusalém, lugares que eram ainda parte dos territórios do Império Otomano. Sob esse pretexto, suas tropas invadiram os principados otomanos do Danúbio (Moldávia e Valáquia, na atual Romênia). O sultão da Turquia, contando com o apoio do Reino Unido e da França, rejeitou as pretensões do czar, declarando guerra à Rússia. Depois da declaração de guerra, a frota russa destruiu a frota turca na batalha de Sinop: o Reino Unido, sob a rainha Vitória, passou a temer que uma possível queda de Constantinopla diante das tropas russas pudesse lhe retirar o controle estratégico dos estreitos de Bósforo e de Dardanelos, lhe cortando as comunicações com a Índia.

Gravura de 1869 mostrando os primeiros barcos que usaram o Canal de Suez

Por outro lado, Napoleão III da França mostrava-se ansioso para mostrar e demonstrar que era o legítimo sucessor de seu tio, buscando obter vitórias militares externas, que resultaram em estrondosos fracassos (como a tentativa de impor ao México uma monarquia comandada pelo seu primo Maximiliano). Depois da derrota naval dos turcos, as duas nações (França e Inglaterra) declararam guerra à Rússia no ano seguinte, seguidos pelo Reino da Sardenha (governado por Vittorio Emanuele II e o seu primeiro-ministro, o Conde de Cavour, futuro unificador da Itália). Em troca desses apoios, o Império Otomano permitiu a entrada de capitais ocidentais na sua economia até então autárquica. O conflito iniciou-se efetivamente em março de 1854. Em agosto, os turcos, com o auxílio de seus aliados, já haviam expulsado os invasores russos dos Bálcãs.

De forma a encerrar rapidamente o conflito, as frotas dos aliados convergiram sobre a península da Crimeia, desembarcando tropas a 16 de setembro de 1854, e iniciando o bloqueio naval e o cerco terrestre à cidade portuária fortificada de Sebastopol, sede da frota russa no mar Negro. Embora a Rússia fosse vencida em diversas batalhas, o conflito arrastou-se com a recusa russa em aceitar os termos de paz. Entre as principais batalhas desta fase da campanha registram-se a do rio Alma; a batalha de Balaclava (cantada por Alfred Tennyson em *A Carga da Brigada Ligeira*) e a de Inkerman. Diversamente do observado em suas espantosas vitórias coloniais, Inglaterra não confirmava sua superioridade militar na Europa, colhendo fragorosas e sangrentas derrotas na Crimeia. Durante o cerco a Sebastopol, a doença cobrou também um pesado tributo às tropas britânicas e francesas. A praça-forte, em ruínas, só caiu um ano mais tarde, em setembro de 1855.

A guerra só terminou com a assinatura do tratado de Paris de 30 de março de 1856. Pelos seus termos, o novo czar, Alexandre II da Rússia, devolvia o sul da Bessarábia e a embocadura do rio

Danúbio para o Império Otomano e para a Moldávia, renunciava a qualquer pretensão sobre os Bálcãs e ficava proibido de manter bases ou forças navais no mar Negro. Por outro lado, o Império Otomano, representado por Ali-Pachá Emin, era admitido na comunidade das potências europeias, tendo o sultão se comprometido a tratar seus súditos cristãos de acordo com as leis europeias. A Valáquia e a Sérvia passaram a estar sob a "proteção internacional" franco-inglesa. Isso tudo fortaleceu as ambições inglesas sobre o Oriente Próximo. A vitória otomana no conflito da Crimeia foi, portanto, pírrica.

Vinte anos depois, na Conferência de Londres (1875), Rússia obteve o direito de livre trânsito nos estreitos de Bósforo e de Dardanelos. Em 1877, iniciou nova guerra contra os otomanos, invadindo os Bálcãs em consequência da repressão turca às revoltas das populações de eslavos balcânicos. Diante da oposição das grandes potências, os russos recuaram outra vez. O Congresso de Berlim (1878) consagrou finalmente a independência dos Estados balcânicos e a perda otomana de Chipre para o Reino Unido; da Armênia e de parte do seu território asiático para a Rússia; e da Bósnia e Herzegovina para o Império Austro-Húngaro. No esteio desse processo, em 1895, o Reino Unido apresentou um plano de partilha da Turquia, rechaçado pela Alemanha, que preferia garantir para si concessões ferroviárias em exclusividade no Império Otomano. Nos Bálcãs, o crescente nacionalismo eslavo contra a presença turca levaria a região às guerras balcânicas na segunda década do século XX: a região foi se transformando no calcanhar de Aquiles do Império Otomano (e, anos depois, de todas as potências colonialistas).

Enquanto isso, o Egito, ainda parte do Império Otomano, conhecia um importante desenvolvimento econômico. Ismaïl, sucessor de Saïd, construiu mais quilômetros de vias férreas por habitante que qualquer país do mundo à época e ampliou El Cairo seguindo o modelo urbano de Paris, construindo grandes palácios. Tentou ampliar os territórios do Egito pelo sul, conquistando Darfur e buscando ocupar a Etiópia, na procura de controlar todo o percurso do Nilo. Em 1875 ocupou Hamasien (na atual Eritreia), provocando uma guerra que concluiu com a derrota do Egito em 1877 (mas só em 1884 se firmou a paz entre ambos os países). Foi o último estertor do Egito expansionista. A crise da Etiópia fez Ismaïl pedir a ajuda britânica: em 1874 o Reino Unido adquiriu a maioria das ações da Companhia do Canal de Suez através de um acordo tripartite, que sagrou a decadência da influência francesa na região, ao mesmo tempo em que a Grã-Bretanha passou a controlar diretamente metade da economia egípcia, ainda que, formalmente, a monarquia egípcia mantivesse sua autoridade política.

Dois anos mais tarde, o caixa da dívida franco-britânica tomou ao seu cargo as finanças do Egito. A base social que dava sustentação ao crescente domínio britânico vinha dos latifundiários plantadores de algodão, que eram os principais interessados no comércio direto com a Grã-Bretanha. Lorde Cromer, comissário geral inglês no Egito, tornou-se milionário explorando os algodoais do país. A população pobre egípcia reagia na menor oportunidade que aparecesse para demonstrar seu descontentamento com o destino do país, administrado de fato por uma potência cristã. Mas o boom algodoeiro mundial deu certa estabilidade à dominação semicolonial franco-britânica, aliada aos grandes proprietários de terra e à dinastia dos sucessores de Mehmet Ali. Isso permaneceu até estourar a "bolha" mundial do algodão (e das matérias primas em geral) com a grande depressão econômica internacional iniciada na Europa central em meados da década de 1870, considerada a primeira crise *mundial* do capitalismo, que atingiu as redes do comércio mundial centradas na Inglaterra.

As décadas de 1860 e 1870 tinham sido um período de rápido crescimento econômico internacional, que deflagrou uma onda poderosa de otimismo liberal na Europa e nos EUA, principalmente. Após vinte e dois anos de prosperidade (com algumas interrupções) entre 1850 e 1873, o capitalismo, principalmente europeu, conheceu uma depressão de grandes proporções, que durou (com surtos econômicos "prósperos" intermediários) até, aproximadamente, 1895. A extensão mundial da "grande depressão" do último quartel do

século XIX provocou abalos enormes no mundo colonial. No *post-scriptum* à segunda edição de *O Capital*, no início da década de 1870, Karl Marx antecipara: "O movimento contraditório da sociedade capitalista se manifesta de forma mais notável nas modificações do ciclo periódico a que está sujeita a indústria moderna, cujo ponto culminante será a crise geral. A crise se aproxima novamente, embora ainda em fase preliminar; pela universalidade de seu teatro e pela intensidade de sua ação, conseguirá meter a dialética até mesmo na cabeça dos teimosos carreiristas do novo e santo império prusso-germânico".

Assim também o fez Friedrich Engels: "A ausência de crises a partir de 1868 baseia-se na extensão do mercado mundial, que redistribui o capital supérfluo inglês e europeu em investimentos e circulação no mundo todo em diversos ramos de inversão. Por isso uma crise por super-especulação nas estradas de ferro, bancos, ou em investimentos especiais na América ou nos negócios da Índia seria impossível, enquanto crises pequenas, como a da Argentina, de três anos a esta parte viraram possíveis. Mas isto tudo demonstra que se prepara uma crise gigantesca".[170] E ela aconteceu.

Entre 1870 e 1914 vigorou no mundo capitalista o padrão-ouro, que indexava o preço da moeda nacional ao metal, podendo-se converter a moeda em ouro ou vice-versa: "Em termos teóricos, o padrão-ouro criava um mecanismo automático de eliminação dos eventuais desequilíbrios no comércio internacional e, não menos importante, promovia os investimentos externos, uma vez que a estabilidade das taxas de câmbio dava aos investidores a segurança de que os valores dos seus investimentos externos seriam preservados".[171] Isto foi decisivo em uma era dominada pela exportação de capitais. A expansão mundial da produção capitalista foi ampliando o escopo e a profundidade das crises comerciais e financeiras. A crise econômica iniciada em 1873, com o craque da Bolsa de Viena, atingiu dimensões mundiais ao atingir a economia inglesa, centro indiscutido do capitalismo mundial.

O craque austríaco da Bolsa foi seguido de falências bancárias na Áustria e depois na Alemanha; a indústria pesada alemã acabava de conhecer, devido ao esforço econômico provocado pela guerra franco-prussiana, com a construção de estradas de ferro e de navios, uma forte ascensão. Os altos dividendos da indústria alemã incrementaram a especulação, que se alastrou para as ferrovias e os imóveis, beneficiada pela grande oferta de crédito. Porém, os custos aumentaram e a rentabilidade começou a cair: o ciclo econômico se emperrou com a elevação dos custos e com a baixa da rentabilidade; a produção de ferro fundido caiu em 21% em 1874, seu preço teve uma queda de 37%. Houve falências de bancos de financiamento austríacos, alemães e norte-americanos. Nos Estados Unidos, a depressão econômica esteve ligada à especulação ferroviária, da qual participavam capitais europeus. O desemprego acarretou, na Alemanha, a volta de muitos novos operários industriais ao campo.

A intensidade da crise foi proporcional ao eufórico crescimento precedente. A grande prosperidade do terceiro quartel do século XIX foi o prólogo ilusório para a grande depressão econômica do quarto, uma "depressão de preços, de juros e de lucros", na expressão de Alfred Marshall, fundador da economia acadêmica nos EUA: "O que se tornou conhecido como Grande Depressão, iniciada em 1873, com o colapso da Bolsa de Valores de Viena em maio, contagiada rapidamente para Alemanha e os EUA, e finalmente para a Bolsa de Londres, interrompida por surtos de recuperação em 1880 e 1888, e continuada até meados da década de 1890, passou a ser encarada como um divisor de águas entre dois estágios do capitalismo: aquele inicial e vigoroso, próspero e cheio de otimismo aventureiro, e o posterior, mais embaraçado, hesitante e mostrando já as marcas de senilidade e decadência".[172]

---

[170] *Apud* Franco Andreucci. *Socialdemocrazia e Imperialismo*. I marxisti tedeschi e la politica mondiale 1884-1914. Roma, Riuniti, 1988, p. 105.

[171] Barry Eichengreen. *A Globalização do Capital.* Uma história do sistema monetário internacional. São Paulo, Editora 34, 2000.

[172] Maurice Dobb. *A Evolução do Capitalismo*. Rio de Janeiro, Zahar, 1974, p. 300.

Se a crise econômica não teve, de saída, um caráter agudo na Grã-Bretanha, a prosperidade industrial não demorou a se interromper nesse país, iniciando-se ai também um longo período de depressão. O número de falências aumentou progressivamente na Inglaterra: de 7.490 em 1873, para 13.130 em 1879. Em 1878 muitos estabelecimentos bancários decretaram a suspensão de pagamentos; as quebras bancárias, em vez de preceder à crise industrial, se produziram no próprio decorrer da depressão. Os preços caíram, as exportações inglesas se reduziram em 25% entre 1872 e 1879, o desemprego cresceu de modo inédito no país. Com a virada política conservadora de 1874, a política britânica para o Oriente Médio se tornou abertamente intervencionista, buscando recursos financeiros externos para paliar sua crise econômica interna. O Tesouro egípcio foi colocado pelos britânicos quase que inteiramente sob o controle de um *Financial Advisor*, que exerceu o poder de veto sobre todas as questões de política financeira. Os titulares do referido gabinete, Sir Auckland Colvin, e mais tarde Sir Edgar Vincent, foram instruídos a manter a maior parcimônia possível em matéria de assuntos financeiros do Egito.

Da depressão comercial mundial sobraram, para o Egito, as dívidas engendradas pelos vultosos empréstimos prévios, que tiveram de ser pagas alienando o patrimônio nacional, incluída a participação egípcia no Canal de Suez: "A razão pela qual Saïd e Ismaïl torraram todos esses milhões era que queriam renovar a glória do Egito e deixar como herança grandes monumentos. [O Canal de] Suez devia ser a Grande Pirâmide da era moderna; a *Medjideh* o núcleo de uma marinha mercantil egípcia. Os egípcios só teriam como lembrança, no entanto, o desprezo dos europeus residentes no país, a debilidade governamental diante das pretensões ocidentais, a venda as ações do Canal de Suez à Inglaterra, a bancarrota do país em 1876... E não sobrou nada, só amargas lembranças".[173]

Em 1876 Egito se declarou em bancarrota, financeiramente falido: o Reino Unido se comprometeu a "ajudá-lo" mediante a imposição de severas medidas econômicas estabelecidas por uma comissão conjunta dos países europeus credores. Estabelecido o montante da dívida pública, os credores europeus se atribuíram determinadas receitas estatais, ou bens produzidos em determinados setores ou zonas, como meio para o pagamento da dívida. Na prática, criou-se um governo misto de egípcios e europeus, estes em sua maioria britânicos. A Assembleia Nacional (consultiva) criada em 1866, no entanto, assistiu à configuração de correntes internas e pressões nacionalistas que obrigaram Ismaïl a dissolver o governo misto. E, em 1879, Ismaïl repudiou a dívida externa: esse desplante nacionalista não foi tolerado pelas potências europeias, com Inglaterra à cabeça, as que pressionaram o Império Otomano, o que levou o *khediva* egípcio a abdicar em favor de seu filho, Tewfik Pachá. Novas pressões britânicas e francesas sobre o Império Otomano levaram Tewfik a restituir o governo misto com presença europeia. Este estabeleceu que 50% das receitas do país seriam destinadas ao pagamento da dívida externa. Tewfiq aceitou, assim, o controle bipartite das finanças egípcias por parte da França e Inglaterra.

A reação nacionalista contra a degradação do país teve seu epicentro no exército. Em setembro de 1880, o coronel Ahmed Urabi, com um grupo de oficiais egípcios e com apoio da população urbana, dirigiu-se ao palácio real em manifestação. A pressão forçou o *khediva* Tawfiq a demitir seu primeiro-ministro. Os setores militares amotinados exigiram o fim da submissão do *khediva* aos bancos europeus e a instituição de um sistema parlamentar de governo. Urabi passou a utilizar sua posição no exército e no governo no intuito de limitar os poderes de Tawfiq. Nos seus encontros com os funcionários ingleses e franceses e o *khediva*, Urabi afirmou que os egípcios não eram escravos, apontando o desejo de constituir um governo controlado pelos próprios egípcios. Sua proclamação, "Egito para os egípcios",

[173] David S. Landes. *Banchieri e Pascià*. Finanza internazionale e imperialismo economico. Turim, Bollati Boringhieri, 1990, p. 300.

inspirava o movimento nacionalista, que apontava para a recuperação do controle egípcio do Canal de Suez.

Quem era Ahmed Urabi? Um líder militar carismático que foi seguido pelos oficiais do exército (em maioria) e por muitos colegas de armas entre as classes mais baixas, um verdadeiro precursor de Gamal Abdel Nasser. Tornou-se o centro de um protesto que visava proteger os egípcios da tirania de seus opressores turcos e europeus. O movimento começou entre os oficiais árabes que se queixavam da preferência demonstrada para com os agentes estatais de origem turca; em seguida, o protesto expandiu-se contra a posição privilegiada e a influência predominante de estrangeiros em geral, e finalmente, foi dirigida contra todos os cristãos, estrangeiros e nativos. O governo monárquico teve de fazer concessões, e cada concessão produziu novas exigências. Urabi foi promovido para o cargo de secretário para a guerra e, finalmente, para membro do gabinete real. Posto em xeque, em abril de 1882 o *khediva* Tawfiq mudou-se para Alexandria, com medo por sua própria segurança.

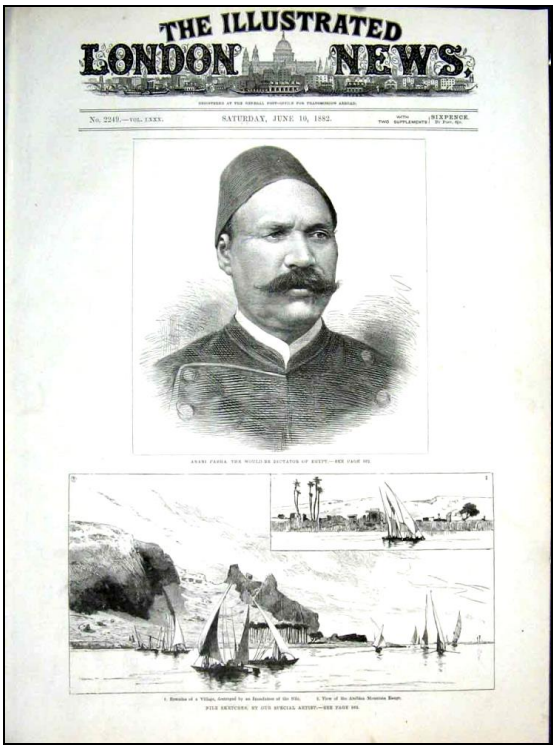
Em junho, o Egito estava nas mãos dos oficiais nacionalistas amotinados contra a dominação europeia. A "Revolta Urabi" aconteceu no contexto de ascensão do imperialismo europeu na África no século XIX, e era objetivamente anticolonialista no seu sentido mais amplo. Turcos-circassianos, sírios, franceses e ingleses controlavam os altos postos militares do exército e também os cargos civis e de controle financeiro do país. A "Revolta Urabi" foi a eclosão de um sentimento nacionalista entre as classes egípcias melhor educadas e os oficiais do exército, mas também entre os camponeses. Estes últimos estavam sofrendo um processo de expulsão de suas terras para ceder espaço aos trabalhos em obras estatais de infraestrutura, e também para a produção de algodão com vistas à sua exportação para as indústrias europeias.

A pressão do exército contra Tawfiq levou-o a dar poderes legislativos à Câmara dos Deputados, o conselho consultivo que existia desde os tempos de Ismaïl. As potências imperialistas opuseram-se à medida (em nome, claro, da democracia...), colocando-se clara e explicitamente contra a influência crescente de Urabi. Um levante popular na cidade de Alexandria em junho de 1882 elevou a tensão. Europeus ameaçados pelos egípcios dirigiram-se aos navios britânicos ancorados no porto da cidade. Tawfiq percebeu o momento como oportuno para atacar Urabi, acusando-o de rebeldia, assim como à Câmara dos Deputados. Tawfiq, finalmente, também fugiu para os navios britânicos, sendo acusado de traição por diversas autoridades e lideranças civis e militares egípcias. Os britânicos, sustentados explicitamente pela sua Câmara dos Comuns, iniciaram os ataques à Alexandria com o objetivo (ou melhor, com o pretexto) de levar novamente Tawfiq, "legítimo monarca", ao poder. A democracia imperial europeia barrava o caminho da democracia egípcia.

Em 11 de julho de 1882, finalmente, a frota britânica bombardeou Alexandria. Uma conferência de embaixadores foi realizada em Constantinopla; o sultão otomano foi convidado para sufocar a revolta egípcia, mas vacilou, e finalmente recusou, em empregar suas tropas. O governo britânico, que já empregara a força armada, convidou então França para cooperar no ataque ao Egito. O governo francês se recusou, e um convite semelhante para a Itália deparou-se também com uma recusa. A Grã-Bretanha, portanto, agindo isoladamente, desembarcou tropas em Ismailia comandadas por Sir Garnet Wolseley, e derrotou as forças dos nacionalistas egípcios na batalha de Tel-el-Kebir, em 13 de setembro de 1882. Era o fim da "revolta Urabi".

O perigo de uma retomada da agitação nacionalista levou França e Grã-Bretanha a enviar navios de guerra para Alexandria para reforçar o *khediva*, reposto no poder em meio a um clima político turbulento, espalhando o medo da invasão europeia por todo o país. O pretexto intervencionista eram as preocupações com a segurança do Canal de Suez, e também a dos maciços investimentos britânicos no Egito. Os franceses, porém, hesitaram em jogar o papel de comparsas de seus históricos adversários coloniais britânicos. Para quebrar o impasse, uma força expedicionária britânica desembarcou em ambas as extremidades do Canal de Suez, em

agosto de 1882. Os ingleses, em setembro, tomaram o controle do país. O primeiro-ministro inglês Gladstone inicialmente procurou levar Urabi a julgamento e executá-lo, retratando-o como "um tirano egoísta cuja opressão do povo egípcio ainda deixou tempo suficiente, na sua qualidade de Saladino destes últimos dias, para massacrar cristãos". No entanto, depois de analisar seus diários capturados e outras “provas” diversas, havia pouco com que "demonizar" Urabi em um julgamento público. As acusações caíram. Ahmed Urabi foi finalmente deportado para o Ceilão, colônia inglesa no subcontinente índico.


THE ILLUSTRATED LONDON NEWS.

No. 2249.—VOL. LXXX. SATURDAY, JUNE 10, 1882. SIXPENCE.

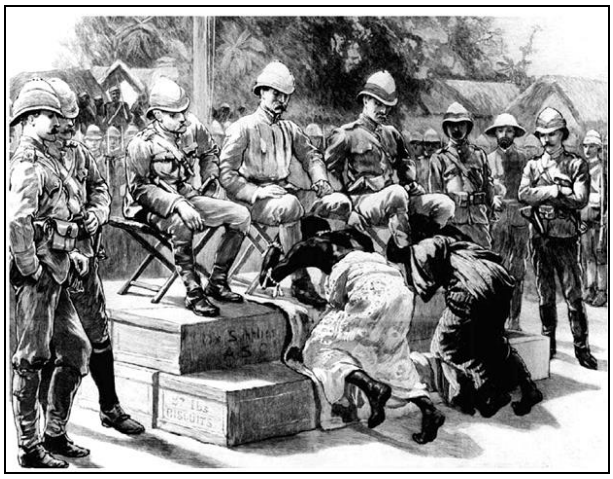
1882, *The Illustrated London News* retrata em sua capa o “ditador egípcio” (Ahmed Urabi)

A ocupação militar do Egito pelos britânicos foi também devida ao temor do governo inglês de que a França ocupasse o país, pressionada pelos seus investidores. A conquista do Egito foi a base para a orientação do imperialismo britânico para a África oriental, que era a porta de entrada para o Nilo. O Império Britânico decidiu-se por ocupar o Egito quando o país ainda estava subordinado ao Império Otomano, devido a razões, em primeiro lugar, estratégicas: lá fora construído o Canal de Suez, a passagem que ligava os oceanos orientais ao mar Mediterrâneo. A motivação econômica era que o Egito era o maior produtor de algodão do mundo, matéria-prima fundamental para a indústria têxtil inglesa.

Graças às iniciativas de Cecil Rhodes, alimentou-se cada vez mais o sonho de construir um corredor imperial inglês ininterrupto entre El Cairo, no Egito, e a Cidade do Cabo, na África do Sul, o que foi parcialmente conseguido depois da Conferência de Berlim (1884-1885), que legitimou a anexação inglesa de todos os territórios ao longo desse corredor (Egito, Sudão, Quênia, Rhodésia - que tomou seu nome emprestado do paladino do Império Britânico na África - e Transvaal). A expansão colonial e militar inglesa, porém, além da resistência nativa nos países colonizados, já suscitava reações de variado tipo na metrópole, incluídas as reações dos membros do *establishment* que preferiam uma forma menos humanamente custosa e mais segura de garantir os lucros advindos dos investimentos externos e do comércio internacional: o economista John Atkinson Hobson (membro do partido liberal inglês), autor de um dos primeiros estudos sobre o imperialismo contemporâneo, propôs nesse texto seminal, no final do século XIX, a retirada inglesa da Índia.[174] Nas três décadas transcorridas

[174] John A. Hobson. *L’Imperialismo.* Roma, Newton & Compton, 1996.

entre a Conferência de Berlim e o início da Primeira Guerra Mundial, porém, a investida europeia na África colonizou a maior parte do continente.



Wolesley aceitando a rendição da tribu Ashanti

A partilha colonial do último quartel do século XIX vinculou-se à exportação de capital das metrópoles capitalistas, principalmente europeias. O novo imperialismo de investimentos era, de fato, *novo*, mas também continuidade de um processo colonialista precedente. Na primeira onda colonizadora, à época da "revolução comercial" mercantilista, os colonizadores europeus concentraram-se sobre o continente americano. Já o imperialismo capitalista do século XIX concentrou-se na Ásia e na África. O novo imperialismo não mais buscava enriquecer principalmente o Estado e seus exércitos pela acumulação de ouro e prata; beneficiava principal e diretamente a alta burguesia metropolitana a partir do monopólio dos novos mercados, para os quais era destinado o excedente de capital metropolitano. Outros tipos de matérias primas eram priorizados na exploração colonial: ferro, cobre, petróleo e manganês, os produtos requisitados pela nova indústria. A África, em primeiro lugar, perdeu qualquer independência política, e foi quase totalmente colonizada.

Inglaterra chega a Alexandria (1882)

Os países europeus se lançaram decididos para a "aventura africana". A França, como vimos, invadiu e colonizou a Argélia e estabeleceu um protetorado na Tunísia. No meio tempo, os franceses expandiram-se para o interior e para sul africano, criando, em 1880, a colónia do Sudão Francês (atual Mali) e, nos anos que se seguiram, ocuparam grande parte do norte de África e da África ocidental e central. Em 1867, o rei Leopoldo II da Bélgica deu novo impulso

ao colonialismo europeu ao reunir em Bruxelas um congresso de presidentes de sociedades geográficas, para "difundir a civilização ocidental" na África. Desse evento saíram a Associação Internacional Africana e o Grupo de Estudos do Alto Congo, que iniciaram a exploração e a conquista do país. Leopoldo era um dos principais contribuintes de ambas as entidades, que eram financiadas por capitais particulares.

Na África do Norte, Espanha declarou guerra contra o Marrocos em 1859, usando o pretexto do insulto à sua bandeira nacional por soldados marroquinos. Na metrópole espanhola, a guerra foi alentada pela Igreja Católica, que chamou os soldados espanhóis a "*no volver sin dejar destruido el islamismo, arrasadas las mezquitas y clavada la cruz en todos los alcázares*". O exército colonial espanhol partiu de Algeciras, com "*45.000 hombres, 3.000 mulos y caballos y 78 piezas de artillería, apoyado por una escuadra de guerra formada por un navío de línea, dos fragatas de hélice y una de vela, dos corbetas, cuatro goletas, once vapores de ruedas y tres faluchos, además de nueve vapores y tres urcas que actuaron como transportes de tropas*".[175] Espanha tomou finalmente Tetuán e,[176] em 1860, o porto de Tánger, rendendo o comandante marroquino Muley Abbás. Pelo Tratado de Wad-Ras, Espanha obteve a concessão perpétua de Ceuta e Melilla (mantidas como teritórios espanhóis até o presente), algumas ilhas mediterrâneas e uma forte indenização econômica; a "opinião pública" espanhola, no entanto, desejava a conquista de todo o Marrocos, conquista tornada impossível pelas numerosas baixas do exército espanhol nos combates prévios.

Os tratados espanhóis com o Marrocos em 1860 e 1861 consolidaram os interesses crescentes da Espanha na África do Norte, mas nas décadas sucessivas surgiram tensões entre patrulhas do exército espanhol e tribos berberes locais, hostis à Espanha e ao Marrocos, e sobre as quais o sultão marroquino não tinha controle. Em 1890, piratas do Rife capturaram um navio mercante espanhol e sequestraram sua tripulação. Em consequência, a guerra entre a Espanha e 39 das tribos do Rife, começou em 3 de outubro de 1893. O sultão Hassan I, do seu lado, declarou guerra à Espanha em 9 de novembro desse ano. Seis mil guerreiros do Rife armados com rifles Remington desceram a montanha e atacaram o quartel da cidade. Os espanhóis travaram uma sangrenta batalha contra eles totalizando 21 mortos e 100 feridos nas suas fileiras, enquanto 160 soldados foram as baixas mortais dos combatentes do Rife. A artilharia espanhola foi utilizada para bombardear a montagem rifenha em aldeias vizinhas; quando um bombardeio atingiu uma mesquita a guerra dos rifenhos assumiu o caráter de uma *Jihad*.

A notícia do novo enfrentamento contra Marrocos trouxe a febre da guerra à Espanha. O governo espanhol despachou ao teatro bélico um encouraçado e duas canhoneiras, colocou a frota em alerta e mobilizou o exército da Andaluzia para o serviço no exterior. O governador de Melilla e comandante das forças espanholas emitiu um ultimato ao Marrocos; contra ele, o sultão enviou um contingente de tropas regulares lideradas por Baja-el Arbi para restabelecer a situação, sem sucesso. Cinco mil rifenhos fizeram um ataque pesado em Sidi Guarich em 27 de outubro. O governo espanhol enviou mais quatro batalhões de infantaria e três regimentos de cavalaria. O general Ortega liderou os três mil soldados e varreu os rifenhos de suas trincheiras em ruínas. Tropas rifenhas, no entanto, ocuparam as praias, frustrando os esforços da marinha espanhola para realizar o desembarque de novas tropas, cavalos e suprimentos. Os rifenhos expandiram suas trincheiras. Com a chegada dos cruzadores blindados "Alfonso XII" e "Isla de Luzón", Espanha passou a usar todo seu poder naval, promovendo incansáveis bombardeios na costa. Em 27 de novembro, o general Martinez de Campos trouxe sete mil

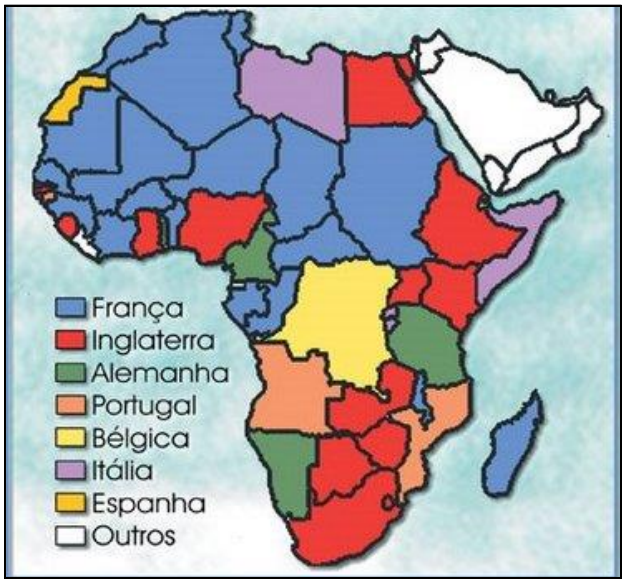
[175] Josep Fontana. La época del liberalismo. *Historia de España*. Barcelona, Crítica, 2007.

[176] Em Tetuán, o general espanhol O'Donnel, ao entrar na cidade, encontrou habitantes que falavam um espanhol arcaico: eram os judeus sefarditas da cidade, que haviam sido vítimas de um pogrom nos dias precedentes. Foi esse o primeiro contato "moderno" entre espanhóis ibéricos e sefarditas mediterrâneos (Danielle Rozenberg. *L'Espagne Contemporaine et la Question Juive*. Toulouse, Presses Universitaires du Mirail, 2006).

homens em reforço. Em abril de 1894, Martinez de Campos foi nomeado embaixador espanhol em Marrocos e conseguiu negociar as condições de paz diretamente com o sultão. As potências europeias assistiram às campanhas espanholas contra o Rife de perto.

A França, buscando um aliado para seus próprios projetos para a região, incentivou a expansão territorial espanhola, em detrimento do Marrocos: "No Magrebe do 'proprietário funesto' de 1830 até a África setentrional francesa em 1914, a colonização francesa foi tardia, vacilante e acelerada pelos acontecimentos políticos internos de 1848, 1852 ou 1871, limitada ao Sahel, à Mitidja, aos planaltos de Orã e de Constantino, e muito centrada nas cidades da costa. Em 1911 foram censados na Argélia 750 mil europeus. Na Tunísia, o povoamento foi mais tardio, mas também deliberado: em 1911, se contavam ali 45 mil franceses, e cem mil italianos. No Marrcos, o povoamento europeu, francês e espanhol, so levantou voo em 1911".[177] Em 1912, o tratado de Fez dividiu o Marrocos em dois protetorados, um espanhol (que ficava na região do atual Saara Ocidental) e um francês (o Marrocos atual). Nesse ano, a França obrigou o sultão de Marrocos a assinar o Tratado de Fez, tornando o país um protetorado na África do Norte. O 30 de março virou o "dia da desgraça" (*jour du malheur*) para os marroquinos, uma anti-data nacional que nunca seria esquecida. As colônias e posses francesas já compreendiam a Argélia, a Tunísia, a África Ocidental Francesa, a África Equatorial Francesa, a Costa dos Somalis e Madagascar.

A potência imperialista europeia principal, porém, era outra. Entre final do século XVIII e meados do século XIX, os ingleses, com enorme poder naval e econômico, assumiram a liderança da colonização africana: a Inglaterra dominou o Egito, o Sudão Anglo-Egípcio, a África Oriental Inglesa, a Rhodesia (Zimbábue), a União Sul Africana (o Cabo), a Nigéria, a Costa do Ouro e a Serra Leoa. A Alemanha tomou Camarões, o Sudoeste africano e África Oriental Alemã. A Itália conquistou Eritreia, a Somália e o litoral da Líbia. Porções reduzidas do território africano couberam aos antigos colonizadores em decadência: a Espanha ficou com o Marrocos espanhol, Rio de Ouro e a Guiné espanhola; Portugal, com Moçambique, Angola e a Guiné portuguesa.



Partilha da África

A nova colonização europeia apontou para o desmembramento do Império Otomano, truncando todas as tentativas de "modernização" deste: "Em 1830-1840 houve um notável incremento da capitalização (privatização) da terra no Império Otomano (mas) no quadro da modernização de todo o continente, as políticas empreendidas pelos otomanos não podem ser

[177] Pierre Léon (ed.). *Storia Economica e Sociale del Mondo*. Bari, Laterza, 1980, p. 29.

lidas como uma imitação das 'melhores práticas' europeias... Para os otomanos, a palavra 'moderno' não significava obrigadamente 'europeu', mas simplesmente 'novo'. Embora as reformas do Estado Otomano fossem mais inspiradas pelo Islã do que pela França e a Inglaterra, no decorrer do século XIX os governos otomanos imaginaram e redesenharam o Império em termos cada vez mais europeus...

"Se o Estado Otomano não tivessse considerado indispensável imitar seus rivais europeus, e se não fosse finalemente desmantelado, suas tentativas de modernização teriam levado para uma 'modernidade levantina' no Oriente Médio, um sistema baseado numa combinação de leis, tecnologas e tradições culturais muçulmanas, locais e ocidentais, capaz de gerar um capitalismo neocolonial. Foi a fragilidade do Estado nas províncias periféricas[178] que fez emergir este tipo de capitalismo no início do século XX em alguas cidades portuárias, como Jaffa e Beirute. Estas 'cidades-mundo' representavam para as economias e culturas europeias e do Levante zonas de encontro livres dos efetos mais destrutivos do colonialismo, do nacionalismo e até do capitalismo, uma modernidade cosmopolita e não-colonial... O poder da modernidade europeia era tal que o Estado otomano declarou-se 'membro moderno da comndade civilizada das nações, o 'promotor das reformas no Oriente', e até uma potência colonial em busca de posses na África. A transformação da modernidade otomana no sentido colonialista demonstra a impossibilidade de um modelo de modernidade que não seja fundamentalmente colonial".[179] O "modelo" otomano foi estraçalhado pelos "modelos europeus" concorrentes, muito mais fortes econômica e militarmente, o que levou seu centro "turco" para uma série de convulsões revolucionárias no incício do século XX, que concluíram com o fim do sultanato.

No Oriente Médio, o Líbano sofria uma forte penetração cultural e econômica francesa e de outros países europeus. Isso se refletia na nova cultura desenvolvida por sua burguesia, na qual era evidente a ocidentalização do modo de vida, desde os costumes até a arquitetura do centro da capital e do urbanismo dos bairros ricos, onde as mansões dos comerciantes enriquecidos eram construídas seguindo os modelos estéticos italianos e franceses. Essa ocidentalização era favorecida pelas boas relações desenvolvidas entre os cristãos e os europeus que visitavam a Síria no século XIX: comerciantes, missionários, viajantes, estudiosos e funcionários diplomáticos. Enquanto isso, os xiitas libaneses, camponeses em sua maioria ao longo dos séculos XIX e XX, foram à última comunidade libanesa a se "modernizar" e apresentavam os maiores índices de pobreza do país. Isto fez nascer a tradição segundo a qual o islamismo xiita seria a "religião dos pobres", o que teve fortes repercussões políticas no século XX.

Uma forte migração libanesa acompanhou nesse período a grande corrente migratória mundial, a maior de todas as épocas, que partiu da Europa em direção de todas as regiões do globo, em especial para a América: "Os anos de 1880 a 1945 presenciaram a saída de centenas de milhares de libaneses em direção das terras da América, da África, do Oriente Médio e da Austrália. O movimento iniciou-se com os conflitos comunais de 1850-1860, ganhando intensidade a partir dos anos 1880 até atingir seu pico nos anos 1910, para então recuar e manter-se num volume constante e significativo até o início da Segunda Guerra Mundial".[180] A

---

[178] Como vimos precedentemente no caso do Egito.

[179] Mark LeVine. *Perché non ci Odiano*. La vera storia dello scontro di civiltà. Roma, Approdi, 2008, pp. 62-63.

[180] André Gattaz. *Do Líbano ao Brasil*. História oral de imigrantes. Salvador, Pontocom, 2015, p. 67. Num dos depoimentos de migrantes libaneses no Brasil colhidos pelo autor, se lê: "O Líbano na época era uma sociedade por excelência rural, com exceção talvez de Beirute, que era a capital. E você sabe que no meio rural, numa família com muitos filhos, eles são obrigados a sair para algum canto, porque são propriedades pequenas, com uma superpopulação em relação à necessidade de terras. O sujeito tem

população de origem libanesa no exterior acabou por tornar-se mais numerosa do que a fincada no solo natal, o que também aconteceu com outras populações do Oriente Médio, por motivos, como veremos, não só econômicos.

Em 1901, um milionário inglês obteve do rei da Pérsia, Mozaffar Al-Din Shah Qajar, a concessão por sessenta anos de vastas regiões ricas em petróleo pelo preço (em moeda atual) de... 1,9 milhões de libras esterlinas, do que nasceu, em 1909, a *Anglo Persian Oil Company*, APOC, que, a partir de 1913, pôs em funcionamento, em Abadã a maior refinaria de petróleo do mundo. A APOC adquiriu 50% das ações da *Turkish Oil Company*, criada em 1912 com capitais fornecidos pelo financista armênio Calouste Gulbenkian. Às vésperas da Primeira Guerra Mundial, a penetração econômica europeia no Oriente chocou-se crescentemente com a sobrevivência dos impérios otomano e persa. A penetração econômica das potências externas com vistas à exploração dos recursos naturais locais implicou o financiamento de vastas obras de infraestrutura (estradas, portos, ferrovias) que iludiram às velhas monarquias orientais com a miragem de uma possível passagem indolor (e financiada externamente) para a "modernidade" capitalista. Uma rede crescente de investimentos capitalistas europeus foi cobrindo todo o Oriente Médio, a Ásia Central e a Ásia Menor.

Ela se transformou numa bomba relógio sob os alicerces dos velhos impérios dessas regiões: "Nos países muçulmanos, as cidades do final do século XIX eram ativas e populosas. A colonização europeia lhes proporcionou um novo ponto de partida. Argélia duplicou sua população entre 1848 e 1914. Os portos renasceram: Beirute, Alexandria, Tânger. As estradas de ferro desbloquearam as cidades do interior: Damasco, Bagdá, Medina. Todas essas cidades se povoaram de europeus, administradores coloniais e comerciantes, e começaram também a abrigar as novas classes médias muçulmanas, cientistas, empregados e negociantes".[181] Um nacionalismo de base civil, laica e "modernizante", começou a se desenvolver no Oriente Médio, tendo como paradigma o nacionalismo egípcio, "criado por um orador muito talentoso, Mustafá Kamil (1874-1908), homem muito vinculado à França. Fazia um chamado a várias identidades simultaneamente: a egípcia, a otomana e a muçulmana. Tudo era válido para mobilizar as massas contra o imperialismo britânico. Mas se opunha energicamente à identidade árabe, que para ele dividia as forças em luta contra esse imperialismo. Fazia um chamado a lutar sob a bandeira do Egito muçulmano, súdito do Império Otomano, que encarnava o Islã, ao mesmo tempo em que convidava para essa unidade aos cristãos. É fácil perceber a incoerência dessa construção".[182] Os avatares da luta antiimperialista árabe esmiuçaram os componentes desse nacionalismo em correntes diferenciadas e até inimigas.

Durante a era imperial europeia, além disso, o crescimento demográfico dos países muçulmanos atingiu taxas espetaculares, superiores a 50%: "Em toda a África Branca muçulmana, do Atlântico até o Nilo, no contexto de motivações religiosas e familiares estreitamente vinculantes, da inexistência do celibato feminino, da precocidade e da multiplicidade das uniões matrimoniais, da ausência de prevenção anticoncepcional, ainda a mais elementar, coincidiam a fertilidade legítima das jovens esposas com sua fertilidade fisiológica. Além disso, a terrível mortandade infantil reduzia ou suprimia o período de amamentação".[183] A bomba demográfica, somada à miséria crescente, foi tornando explosiva a situação social dos países árabes e muçulmanos no século XX. O nacionalismo árabe e a religião dominante na região, o islamismo, não poderiam fugir desses condicionantes.

---

seis, oito filhos, eles eram obrigados a emigrar, não tinha outra possibilidade. Então eles ouviram falar que tinha a América – Brasil, Argentina, Chile, Cuba, México".

[181] Pierre Léon (ed.). *Op. Cit*., p. 19.

[182] Maxime Rodinson. Comunismo marxista y nacionalismo árabe. In: Gamal Abdel Nasser et al. *Op. Cit.*, p. 208.

[183] Pierre Léon. *Op. Cit*., p. 34.

A PARTILHA (E A REVOLTA) DO MUNDO ÁRABE

The first cut is the deepest (**Cat Stevens** [*aka* Yussuf Islam])

Os territórios conquistados pelo Egito durante sua expansão do século XIX sofreram a influência do retrocesso geopolítico do país. De 1882 a 1914, o Egito foi governado formalmente como uma província do Império Otomano, cuja administração ficava a cargo de oficiais turcos, mas sob o controle de comissários ingleses. Os ingleses passavam a exercer maior controle sobre o Canal de Suez, assim como passaram a ter o controle quase completo da economia egípcia e sua produção de algodão. Num primeiro momento, a estratégia de ocupação inglesa baseou-se na velha prática colonial do *Indirect Rule*. Ao invés do país ser administrado escancaradamente por um governador britânico, o Reino Unido manteve no posto o antigo *khediva*. O primeiro dos governantes colaboracionistas foi, como visto acima, o *khediva* Tawfiq; em 1892 ele foi sucedido por Abbas.

Ao sul do Egito, o Sudão dominava boa parte das costas do Mar Vermelho, ponto de passagem obrigatório dos usuários do Canal de Suez. Na sequência da invasão de Mehmet Ali, em 1819, o Sudão passara a ser governado por uma administração egípcia. Esse sistema colonial lhe impunha pesados impostos, sem falar nas tentativas egípcias de acabar com o lucrativo tráfico de escravos comandado por comerciantes árabes locais. Em 1870, um líder muçulmano sudanês, Muhammad Ahmad, pregou a renovação da fé e a "libertação da terra", e começou a atrair numerosos seguidores. Logo em seguida houve uma revolta contra os egípcios, na qual Muhammad Ahmad se autoproclamou *Mahdi*, o redentor prometido do mundo islâmico. O governador egípcio do Sudão, Raouf Pachá, enviou duas companhias de infantaria armadas com metralhadoras para prendê-lo. Ambas as companhias desembarcaram do navio que os trouxera do Nilo até Abba e se aproximaram do Mahdi. Chegando simultaneamente, começaram a disparar às cegas, permitindo que os seguidores do Mahdi contratacassem e destruíssem as forças egípcias.

Mahdi

O Mahdi começou uma retirada para Kordofan, a maior distância da sede do governo de Khartum. Este movimento incitou muitas das tribos árabes a se levantar em apoio da *Jihad* ("guerra santa") que o Mahdi tinha declarado contra os "turcos (que eram egípcios) opressores". O governo egípcio do Sudão, preocupado com a dimensão da revolta, reuniu uma força de quatro mil soldados sob o comando de Yusef Pachá. Esta força aproximou-se dos mahdistas, mal vestidos, com fome e armados apenas com paus e pedras. No entanto, o Mahdi comandou um ataque que massacrou o exército egípcio. Os rebeldes ganharam na vitória vastos estoques de armas, munições, roupas militares e outros suprimentos. Como o

governo egípcio estivesse sob o controle britânico, as potências europeias, em especial Inglaterra, se tornaram cada vez mais interessadas no Sudão.

Os conselheiros britânicos do governo egípcio deram consentimento e apoio tático para outra expedição sobre o país. Durante o verão de 1883, tropas egípcias concentradas em Khartum foram colocadas sob o comando de um aposentado oficial britânico (nas palavras de Winston Churchill, "talvez o pior dos exércitos que já marchou para uma guerra") – um exército não remunerado, inexperiente, indisciplinado e cujos soldados tinham mais em comum com seus inimigos do que com seus oficiais europeus. O Mahdi montou um exército de 40.000 homens equipando-o com as armas e munições capturadas em batalhas anteriores, uma formação que derrotou os expedicionários egípcios. O governo egípcio, incluídos seus controladores ingleses, decidiu que a presença egípcia no Sudão devia acabar e ser substituída por alguma forma de autogoverno, provavelmente encabeçada pelo próprio Mahdi.

O governo egípcio pediu um oficial britânico para ser enviado ao Sudão com vistas a coordenar a retirada de suas guarnições, oficial que resultou ser o veterano Charles Gordon, atuante na China durante a segunda "Guerra do Ópio".[184] Gordon chegou a Khartum em fevereiro de 1883, e tornou-se cada vez mais relutante em deixar o Sudão. Em março, as tribos do Sudão, ao norte de Khartum, que anteriormente haviam sido simpáticas ou pelo menos neutrais para com as autoridades egípcias, levantaram-se em apoio ao Mahdi. As linhas telegráficas entre Khartum e El Cairo foram cortadas. Gordon tinha comida para seis meses, vários milhões de cartuchos de munição, com capacidade para produzir 50.000 tiros por semana, e 7.000 soldados egípcios. Fora das paredes da cidade, o Mahdi tinha reunido cerca de 50 mil soldados. Uma expedição britânica foi despachada sob o comando de *Sir* Garnet Wolseley, mas ficou bloqueada no Nilo. A posição de Gordon tornou-se insustentável e a cidade, finalmente, caiu em 25 de janeiro de 1885, após um cerco de 313 dias.

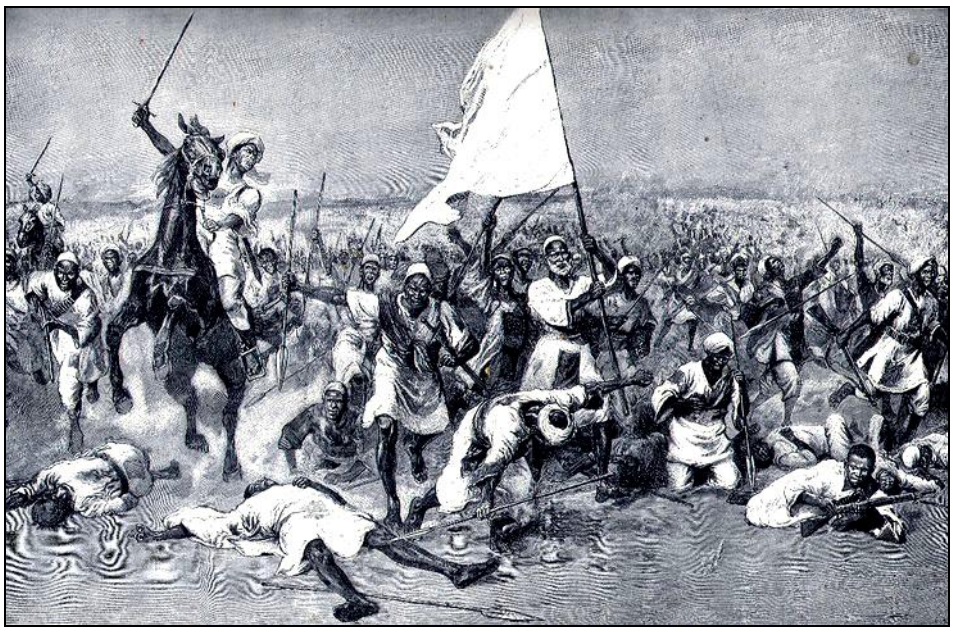
O governo britânico, sob a forte pressão da opinião pública, enviou uma coluna de alívio para aliviar a guarnição de Khartum. A coluna, depois de derrotar os mahdistas em Abu Klea, chegou a Khartum apenas para descobrir que era tarde demais: a cidade tinha caído dois dias antes, Gordon e sua guarnição tinham sido massacrados. Esses eventos encerraram temporariamente o envolvimento britânico no Sudão e no Egito. Muhammad Ahmad, o Mahdi, morreu logo após sua vitória em Khartum, e foi sucedido por Abdullah Khalifa ibn Muhammad. Nos anos seguintes, no entanto, o Egito não renunciou a seus direitos sobre o Sudão, que as autoridades britânicas consideravam uma reivindicação legítima. Sob o controle rigoroso de administradores britânicos, o exército egípcio tinha sido reformado, liderado por oficiais britânicos, para permitir, entre outras coisas, que o Egito pudesse reconquistar o Sudão.

---

[184] Em 1856, oficiais chineses abordaram e revistaram o navio de bandeira britânica *Arrow*: Inglaterra, pela segunda vez, declarou a guerra à China. Os franceses aliaram-se aos britânicos no ataque militar lançado em 1857. Mais uma vez, a China saiu derrotada e, em 1858, as potências ocidentais exigiram que a China aceitasse o Tratado de Tianjin: onze novos portos chineses foram abertos ao comércio de ópio com o Ocidente, e foi garantida a liberdade de movimento aos traficantes europeus e aos missionários cristãos, que andavam sempre juntos ou em sequência imediata. Quando o imperador chinês se recusou a ratificar o acordo, a capital chinesa, Pequim, foi ocupada pelas tropas anglo-francesas. O Palácio de Verão de Pequim, símbolo do império e da própria China, foi saqueado e incendiado; as coleções de arte roubadas pelos ingleses na ocasião enfeitam até o presente o Museu Britânico. Nas guerras sucessivas, Inglaterra exerceu cruelmente sua superioridade militar, assassinando milhares de chineses, saqueando suas cidades e suas riquezas, humilhando a nação chinesa e, sobretudo, impondo tratados ultravantajosos para a Inglaterra após cada vitória. As guerras forçaram a China a permitir a importação de ópio e outros produtos europeus. Inglaterra obteve grandes concessões territoriais, com direito de "extraterritorialidade": as concessões (Hong Kong, Kowloon, Birmânia, Nepal) situavam-se, assim como os próprios ingleses residentes na China, fora do alcance das leis chinesas. As guerras do ópio (1840-1860), no seu conjunto, permitiram à Inglaterra auferir lucros da ordem de onze milhões de dólares anuais na sua "operação chinesa".

Não só a Inglaterra colhia derrotas coloniais. As piores derrotas foram as italianas: depois de sua unificação, Itália se orientou para um colonialismo clássico. No final do século XIX - inícios do século XX, emergiu sua tendência à mais tradicional exploração de matérias-primas do território ocupado, destacando-se, em primeiro lugar, o espírito de pura especulação das primeiras iniciativas de tipo privado. Tanto na Eritreia, onde o Estado interveio diretamente, como na Somália, onde se tentou aplicar um tipo de administração no modelo inglês, confiando a administração do protetorado a uma companhia privada apoiada pelo Banco de Roma, as primeiras experiências de gestão colonial resultaram em fracassos; elas refletiam uma atitude voltada mais à especulação do que à valorização econômica dos territórios ocupados. A conquista colonial italiana, além de tardia, não correspondia a uma expansão econômica interna e registrava a ausência das condições fundamentais para a manifestação do imperialismo capitalista: mercados internos homogêneos, saturação do mercado financeiro, ausência no mercado nacional de investimentos rentáveis.

Em 1896, quando a Itália sofreu uma pesada derrota às mãos dos etíopes na batalha de Adwa, a posição italiana na África Oriental foi seriamente enfraquecida. O governo britânico ofereceu apoio político para ajudar os italianos, fazendo uma demonstração militar no norte do Sudão. Isso coincidiu com o aumento da ameaça de invasão francesa nas regiões do Alto Nilo (Sudão e outros territórios). Em 1898, no âmbito da corrida colonial para a África, os britânicos decidiram reafirmar o pedido do Egito em relação ao Sudão. Horatio Herbert Kitchener, o novo comandante do exército anglo-egípcio, recebeu ordens de marcha, suas forças entraram no Sudão armadas com o mais moderno equipamento militar da época. Seu avanço foi lento e metódico, campos fortificados foram construídos ao longo do caminho, a estrada de ferro foi prorrogada de Wadi Halfa até o Sudão, a fim de abastecer o exército.



Mahdistas

A expedição comandada pelo Lorde Kitchener era composta por 8.200 soldados britânicos e 17.600 soldados egípcios e sudaneses, comandados por oficiais britânicos. Para facilitar seu avanço, os britânicos construíram uma nova estrada de ferro no Egito. As forças mahdistas, os chamados *dervixes*, eram mais numerosas, totalizando mais de 60.000 soldados, mas não tinham armas modernas. Em abril de 1898, os soldados anglo-egípcios foram atacados pelo exército mahdista, que foi derrotado pela máquina militar britânica dotada de pistolas e rifles modernos. As forças de Kitchener, finalmente, destruíram a guarnição mahdista na batalha de Ferkeh. Assim, a região do Nilo viu-se de fato incorporada ao Império Britânico.

O que sobrou das forças mahdistas fugiu para o Sudão meridional. Durante a perseguição dessas forças pelos anglo-egípcios, as forças militares de Lorde Kitchener encontraram no seu caminho uma divisão francesa sob o comando de Jean-Baptiste Marchand em Fachoda, com a qual se confrontaram militarmente, resultando no "incidente de Fachoda", que acirrou a disputa colonial entre França e Inglaterra pela partilha da África, e provocou uma exaltação nacionalista nas metrópoles europeias desses países. Mal fora superado esse incidente quando os *mahdistas* remanescentes finalmente foram apanhados pelas tropas britânicas em Umm Diwaykarat, onde Abdullah Khalifa ibn Muhammad foi assassinado, pondo fim ao seu regime. Na última campanha militar o Sudão perdeu 30.000 soldados, mortos, feridos ou capturados, contra 700 mortos britânicos, egípcios e sudaneses aliados a estes. Uma violenta e mortífera repressão dos derrotados se seguiu.

A situação no Alto Nilo não era uma exceção no mundo colonial. No início do século XX, a guerra anglo-bôer na África do Sul, a guerra russo-japonesa, e sua consequência direta, a revolução russa de 1905, foram o sinal de que a era do desenvolvimento "pacífico" (isto é, sem grandes confrontos entre as potências) do capitalismo metropolitano e do colonialismo europeu estava chegando ao seu fim. Em 1901, como vimos, a monarquia persa vendera ao empresário londrino William Knox o direito exclusivo de procurar e explorar o petróleo que encontrasse em áreas reservadas do solo iraniano. Knox descobriu o que buscava, o que chamou a atenção do governo britânico. A *Anglo Persian Oil Company* passou a controlar os campos petrolíferos do sudoeste do Irã. Governos fracos com os estrangeiros, e autoritários com a população local, levaram o Irã a ser partilhado: em 1907, Grã-Bretanha e Rússia dividiram o país entre si. Os britânicos ficaram com o sul e os russos com o norte. Uma faixa entre as duas áreas foi declarada de autonomia iraniana, "autonomia" limitada pelos interesses estrangeiros. O governo iraniano não foi sequer consultado sobre a partilha, mas apenas informado sobre esse acordo entre as potências, assinado em São Petersburgo.

As ambições imperiais europeias avançavam e concorriam entre si, mas, ao mesmo tempo, quase todo o Oriente (a Rússia e a China em primeiro lugar) se agitava já em rebeliões contra os governos autocráticos e, quando era o caso, também contra a presença imperial externa. No Irã, houve insurreições populares em diversas regiões, que levaram à monarquia a implantar algumas reformas constitucionais. O movimento em favor da reforma democrática estava dirigido por uma aliança instável entre os comerciantes (o *bazaar*) e as instituições religiosas (xiitas), apoiadas pelos *bazaaris*, os lojistas, e outros setores das classes urbanas mais pobres.

A monarquia persa teve que conceder alguns direitos democráticos, como uma limitada liberdade de expressão, de associação e de reunião; aos comerciantes concedeu direitos limitados de representação no *Majilis* (parlamento). A "revolução constitucionalista" persa de 1906 foi em grande parte fruto do impacto da Revolução Russa de 1905, e teve participantes (militares) que tinham feito parte da lendária revolta do encouraçado *Potemkin*, em Odessa. Em 1908, em pleno período "constitucional" persa, teve início a produção extensiva de petróleo, controlada pelas potências estrangeiras. O Irã, antes da investida colonial anglo-russa, produzia basicamente seda e têxteis, além dos produtos necessários para a sobrevivência; depois, a produção de tapetes permitiu o desenvolvimento de indústrias nesse setor, junto com o surgimento e fortalecimento de uma classe comercial. Em finais do século XIX e inícios do século XX houve uma onda de investimentos estrangeiros, junto com o aumento da participação de capitalistas locais nos setores mais modernos da produção, na construção de estradas, nas indústrias pesqueiras do Mar Cáspio e nas comunicações (telégrafo). A maior parte dos produtos manufaturados era fabricada pelos artesãos em minúsculas oficinas. Existia também atividade de mineração, e oficinas gráficas.

A maior fábrica de tapetes se encontrava em Tabriz, e empregava 1.500 trabalhadores. Em 1908, descobriu-se petróleo no Kuzistão, na mesma época em que a construção de estradas de

ferro favorecia a integração territorial e econômica do país: dava-se o passo decisivo para a penetração das relações capitalistas na Ásia Central. Estas vieram de mãos dadas com a penetração do capital inglês, que explorou a indústria petroleira iraniana, com fabulosos benefícios: entre 1912 e 1933, a APOC inglesa colheu benefícios de 200 milhões de libras esterlinas (mais de cem vezes o investimento realizado em 1901) dos quais o governo persa só recebeu 16 milhões (menos de 10% do total dos *benefícios*, não do faturamento) em comissões ou *royalties*.

Outros impérios europeus se agitavam na região, procurando conquistar influência e se expandir. Depois da derrota da revolta político-religiosa sudanesa, entre 1900 e 1908, engenheiros alemães e operários turcos construíram a estrada de ferro de Hiyaz, entre Damasco e Medina, facilitando o percurso de mais de 1.200 quilômetros dos peregrinos árabes em direção das duas cidades sagradas (Meca e Medina). Mas a via férrea servia também para trasladar as tropas do decadente Império Otomano, que seria posteriormente aliado dos Impérios Centrais (Alemanha e Áustria) na Primeira Guerra Mundial, para manter sua dominação (cada vez mais fraca) nas suas províncias do Oriente Médio. Para se opor à aliança turco-germânica, o *khediva* egípcio Abbas foi destituído pelos britânicos em 1914, no começo da Primeira Guerra Mundial, devido a suas inclinações pró-germânicas. Thomas E. Lawrence ("Lawrence de Arábia") e os serviços de inteligência britânicos aproveitaram, nesse período, o sentimento nacionalista antiotomano na Península Arábica para organizar uma guerra de guerrilhas, atacando os postos avançados dos turcos, incluída uma guarnição de onze mil soldados em Medina. As milícias beduínas chefiadas por Lawrence destruíram muitos trechos da estrada de ferro de Hiyaz em 1917.

T. E. Lawerence, 1927

Simultaneamente, o Império Otomano era corroído no seu próprio interior: "O movimento revolucionário que desaguou na insurreição militar (turca) de 1908 foi organizado a partir de 1889, dentro do país e no exterior: em Istambul, de 1889 até 1897, em Tessalônica, de 1906 até 1908; de 1889 até 1908 em Paris, e também em Genebra e em El Cairo. Nessas cidades existiam várias organizações revolucionárias... Uma delas foi o fio de Ariadne, o Comitê Otomano de União e Progresso (*Osmanli Ittihat ve Terakki Cemiyeti*). A denominação de *Jovens Turcos* designou o conjunto dos liberais que se opunham ao sultão desde 1865".[185] O movimento civil-militar conseguiu impor inicialmente uma monarquia constitucional parlamentarista ao Império, mas isso foi só o primeiro ato da revolução turca. Historicamente, a revolução dos "Jovens Turcos", baseada no corpo de oficiais do exército, era uma tentativa

[185] Dimitri Kitsikis. *Op. Cit*., p. 149.

tardia de superar a condição semifeudal da Turquia para conservar sua independência face às potências europeias, e também o Império Otomano "renovado".

Na Líbia, o Império sofreu uma derrota de envergadura para a Itália "liberal". A 1º de novembro de 1911, o tenente italiano Giulio Gavotti, pela primeira vez na história, lançou uma bomba a partir de um aeroplano. Segundo as autoridades otomanas, a bomba explodiu sobre o hospital militar em Ayn Zara no deserto líbio. As quatro bombas do tenente Gavotti não passavam de granadas de mão modificadas, mas em pouco tempo os italianos aprenderam a lançar bombas incendiárias e bombas que ao explodir lançavam estilhaços mortais. O impacto inicial do bombardeio aéreo foi assustador e desorientou as forças atacadas. O pânico se espalhava, ao simples som de avião que se aproximasse. Mas em pouco tempo os turcos e árabes em terra aprenderam as limitações de ataques aéreos, e o terror diminuiu. Os italianos decidiram que era preciso aumentar o efeito de suas bombas, para impedir que o inimigo se reorganizasse. Os pilotos italianos também logo aprenderam que alvos fixos, como vilas ou oásis, eram mais fáceis de localizar e atacar que guerrilheiros de alta mobilidade.[186]

Um observador inglês constatou que os atacados rapidamente se recobraram do susto e do medo, em parte porque bombas que caíssem na areia explodiam sem causar qualquer dano. Mas anotou que "mulheres e crianças nas vilas são praticamente as únicas vítimas, o que fez aumentar a fúria dos árabes". Em setembro de 1911, os italianos estavam certos de que chegariam rapidamente à vitória na Líbia. Haviam sido informados de que o regime turco era odiado pelos árabes que ali viviam, e que podiam contar com recepção calorosa aos soldados que traziam civilização e libertação contra a tirania do sultão. A imprensa garantia aos soldados que "a hostilidade dos árabes não passa de invenção dos turcos".

Mas as coisas não estavam saindo como previstas. A resistência nas principais cidades, como Trípoli, foi rapidamente esmagada, mas em grandes porções de território os 100 mil soldados distribuídos pela Itália não eram suficientes para controlar um país muito extenso. O recém-inventado avião bombardeiro provia meios para distribuir o poder italiano por vastos territórios que, de fato, eram controlados por árabes locais que preferiam os turcos muçulmanos aos italianos cristãos. A muito comentada crueldade dos árabes e turcos locais contra soldados italianos capturados foi uma das justificativas para insistir no uso de bombas na Líbia. A guerra custou muito mais do que os italianos esperavam pagar. O primeiro-ministro italiano, Giovanni Giolitti, mentiu ao parlamento em Roma: disse que a guerra custaria 512 milhões de liras: o orçamento do ministério da guerra no último ano de paz fora de apenas 399 milhões de liras. Nesse relatório estava oculto quase um bilhão de liras, que foi o déficit gerado pela guerra italiana contra o Império Otomano pela Líbia. Em termos de custo humano, oito mil italianos foram mortos ou feridos. E ninguém contou os árabes mortos. A Líbia otomana foi finalmente ocupada pela Itália em 1912.

No próprio Império Otomano, os republicanos turcos, na verdade, queriam reestruturar a sociedade nacional sobre bases laicas e republicanas para salvar o Império. Mas os povos submetidos pela dominação otomana se transformaram no mesmo período em protagonistas de movimentos de libertação nacional, apoiados pelos Estados balcânicos e pela Rússia czarista, e tutelados todos pelo imperialismo anglo-francês. Em 1912, uma coalizão de Bulgária, Sérvia, Montenegro e Grécia, alentada pela Rússia, declarou guerra contra a Turquia. Em poucas semanas os coligados ocuparam a maior parte da Turquia europeia, despertando grande entusiasmo em todos os povos eslavos disseminados pela Europa oriental otomana. A

[186] Nem só intelectuais protofascistas como Gabrielle D'Annunzio e Benito Marinetti inebriaram-se com a ideia de um piloto atravessar os céus sobre o deserto, matando selvagens rastejantes em terra. A reunião dos poetas e intelectuais da Sociedade Dante Aligheri de 20 de setembro de 1911, foi encerrada com brados de "Para Trípoli!" (Mark Almond. 100 anos de bombas contra a Líbia. *Counterpunch*, slp, 6 de abril de 2011).

ofensiva da coalizão foi finalmente brecada pela aliança de Áustria, Hungria e Alemanha. Turquia, no entanto, foi obrigada a ceder importantes posses territoriais e a aceitar a constituição da Albânia como Estado independente, embora tutelado pela Áustria-Hungria.

A "primeira guerra balcânica" (1912-1913) foi travada entre a nascente Liga Balcânica e o fragmentado Império Otomano. O Tratado de Londres, resultante dessa guerra, encolheu o Império Otomano, com a criação do Estado independente albanês, e ampliou territorialmente a Bulgária, a Sérvia, o Montenegro e a Grécia. Quando a Bulgária atacou a Sérvia e a Grécia, em junho de 1913, aquela acabou perdendo a maior parte da Macedônia para os países atacados, e Dobruja do Sul para a Romênia, na "segunda guerra balcânica", desestabilizando ainda mais a região. A década de 1910, em geral, viu agravar-se a situação internacional, o que concluiu na conflagração mundial deflagrada em agosto de 1914, a partir dos domínios balcânicos do Império Austro-Húngaro. Durante as guerras balcânicas (1912-1913) Grécia incorporou os territórios do Épiro, da Macedônia e as ilhas do Mar Egeu; consolidada sua posição geopolítica, na Primeira Guerra Mundial a Grécia se manteve neutra.

As guerras dos Bálcãs não tiveram solução de continuidade com a Primeira Guerra Mundial, que explodiu pouco depois. Nesse quadro bélico desfavorável, o governo turco projetou o extermínio do povo armênio como seguro e barreira contra a beligerância dos povos do Cáucaso e também contra a ingerência russa na Turquia. Os adultos armênios foram mobilizados militarmente logo depois do início da guerra mundial, em setembro de 1914, deixando sós as mulheres, crianças e anciãos. No início da conflagração mundial, Turquia, alinhada na guerra com a Alemanha (ou seja, com a Tríplice Aliança dos "impérios centrais") sofreu uma séria derrota para as tropas russas; suas fronteiras ficaram ameaçadas. Começaram então os massacres de civis nas cidades armênias, eliminando primeiro a população masculina e, depois, toda a população, usando longas marchas em direção da morte. Iniciados em abril de 1915, os massacres se prorrogaram até o mês de dezembro do mesmo ano, quando se deu início à conversão forçada ao islamismo dos armênios sobreviventes, sempre acompanhada de massacres, que não cessaram até a capitulação da Turquia na guerra mundial, em 1918.

Genocídio armênio

O genocídio armênio, que exterminou aproximadamente um milhão e meio de pessoas e é considerado o primeiro da trágica série de genocídios que percorreram o século XX (a própria

palavra foi inventada durante a Segunda Guerra Mundial, por um advogado judeu norte-americano), teve o apoio explícito da Alemanha imperial, e se desenvolveu sob o silêncio cúmplice de todas as potências europeias e do Vaticano. Em finais de 1917, no entanto, teve lugar a Revolução de Outubro, liderada pelos bolcheviques, na Rússia. O novo governo soviético renunciou aos (e denunciou os) projetos imperialistas do czarismo, fazendo públicos os tratados secretos com as grandes potências do autócrata recentemente derrubado. Os sovietes se pronunciaram em favor do direito de autodeterminação nacional da Armênia e do regresso dos refugiados armênios a suas terras. Em 1919, a Internacional Comunista (IC), fundada na Rússia soviética, chamou também os operários e camponeses da Turquia a "expulsar os bandidos europeus e seus aliados internos".

Ao calor da revolução soviética, o apelo da Internacional Comunista teve impacto internacional, minou a disciplina no exército turco e animou a resistência dos armênios sobreviventes. Nesse mesmo ano, teve início a guerra de independência de Turquia contra as tropas francesas e gregas, encabeçada pelo movimento nacionalista-militar orientado por Mustafá Kemal Atatürk,[187] quem declarava publicamente: "O Islã, essa teologia absurda concebida por um beduíno imoral, é um germe podre que envenena nossas vidas". Nessa virada da situação internacional, Turquia foi um dos primeiros países a reconhecer diplomaticamente a Rússia soviética, transformada em 1922 na URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas); Kemal Atatürk chegou a ser convidado e participar em um congresso da Internacional Comunista. O governo nacionalista turco, porém, passou a perseguir pouco tempo depois os comunistas em seu país, e se opôs a reconhecer o genocídio armênio, situação que perdurou até o presente.

No Curdistão, o conflito mundial significou fome e deportações em massa para suas populações, realizadas, sobretudo, pelo Império Otomano: calcula-se que 600 mil curdos (um genocídio silenciado) tenham sido vítimas fatais do frio e da fome. Tentativas de rebelião curda se verificaram durante a guerra mundial ao norte (Dersim, Diyarbakir) e ao sul (Sulaymania) das terras curdas. Foi nessas condições que o Curdistão se tornou um dos territórios da brutal e ignorante partilha franco-britânica do Oriente Médio, em 1916: "A melhor maneira de qualificar a política britânica para o 'Curdistão' é como um verdadeiro desastre. Ninguém tinha a menor ideia da extensão que poderia ter um eventual Estado curdo e como haveria de relacionar-se com os nascentes Estados armênio e árabe, cujo surgimento também se desejava. Tampouco havia um líder curdo - como Faisal nas zonas árabes dos novos domínios britânicos – em quem os britânicos depositassem confiança como governante nativo

[187] Mustafa Kemal Atatürk (1881-1938) foi oficial do exército, estadista e fundador da República da Turquia, assim como o seu primeiro presidente. Mustafa Kemal se estabeleceu como líder militar diferenciado enquanto servia como comandante de divisão na batalha de Galípoli. Posteriormente lutou nas frentes de batalha da Anatólia e Palestina, conquistando assim renome e prestígio político no seu país durante a Primeira Guerra Mundial. Com a derrota sofrida pelo Império Otomano, e os planos subsequentes para a partilha de seu território, Mustafa Kemal liderou o *Movimento Nacional Turco* na que se se tornou conhecida como "guerra de independência turca"; após estabelecer um governo provisório em Ancara, derrotou as forças enviadas pela Tríplice Entente para defender a monarquia. Suas campanhas militares bem-sucedidas asseguraram a liberação do país e a proclamação da República no lugar do antigo governo imperial otomano. Como primeiro presidente da Turquia, Atatürk embarcou num ambicioso programa de reformas políticas, econômicas e culturais. Admirador do iluminismo europeu, Atatürk procurou transformar as ruínas do Império Otomano numa nação-Estado democrática e secular. Os princípios das reformas institucionais de Atatürk costumam ser chamados de "kemalismo", e continuaram a informar os fundamentos do Estado turco moderno (Andrew Mango. *Atatürk: the Biography of the Founder of Modern Turkey*. Londres, Overlook Press, 2002).

obediente e útil aos seus interesses. O outro problema enfrentado pelos britânicos no Curdistão era a possibilidade da existência de lençóis petrolíferos no território".[188]

Mustafá Kemal Atatürk

A discriminação europeia contra um povo (ou religião) da Europa também presente no Oriente Médio teve consequências decisivas na região. O movimento sionista, que nascera na Europa Oriental, organizou as primeiras ondas de pioneiros judeus da Europa para o Oriente Médio, instalando-se no final do século XIX na Palestina com a intenção – contrária à atitude da comunidade judia, de vinte mil pessoas, que residia na Palestina desde o século XIV – de colonizá-la: "Fomentar, por princípio, a colonização da Palestina por judeus operários agrícolas, trabalhadores em construção civil e de outros ofícios", dizia a resolução do Primeiro Congresso Sionista Mundial, celebrado em Basileia em agosto de 1897.[189] A ocupação judaica da Palestina começou a ganhar força no final do século XIX, quando o mundo afro-asiático estava sendo partilhado pelas potências imperialistas. Qual era a base dessa ocupação? Em 1880, a Palestina pertencia ao Império Otomano, nela estavam assentados 25 mil judeus, em sua maior parte judeus sefarditas de origem espanhola, instalados na Galileia a partir do século XVI, falantes de *ladino*, um espanhol arcaico.

Grande parte dos judeus expulsos da Espanha pelos "Reis Católicos" (Fernando e Isabel, que unificaram a Espanha em 1492, depois de expulsar os últimos mouros de Granada) encontrou refúgio no Império Otomano, em particular na Bósnia e em Tessalônica, províncias turcas, mas também na Palestina, no Iraque e na Síria. No século XIX, sob a pressão do clero ortodoxo russo, o czar multiplicara as compras de terras na Palestina. Em fins desse século e princípios

---

[188] Christopher Catherwood. *A Loucura de Churchill.* Os interesses britânicos e a criação do Iraque moderno. Rio de Janeiro, Record, 2006, p, 74.

[189] Em 1852, havia em torno de 11.800 judeus na Palestina. Esse número subiu um pouco nas décadas subsequentes, atingindo, em 1880, aproximadamente 25.000, para uma população total de 500 mil habitantes. No período de 1880 a 1914, houve movimentações migratórias de judeus de todo o continente europeu. Com a onda antissemita na Rússia (os *pogroms* impulsionados pelo czarismo), e com uma diversidade de leis restritivas aos judeus em países da Europa oriental, começou a haver maior interesse na constituição de colônias agrícolas judias na Palestina, que lentamente receberam, nessa época, diversos grupos de judeus provenientes dessas nações, assim como ocorreu, paralelamente, uma leva migratória judia para a Europa ocidental e os Estados Unidos. Esse período coincidiu com a criação de diversas ligas antissemitas, com o Primeiro Congresso Antissemita Internacional sendo celebrado na Alemanha, em 1882, e com as reações dos sionistas, estabelecendo comitês responsáveis por organizar a colonização agrícola da Palestina. A ideia do "retorno", portanto, estava extremamente associada às perseguições antissemitas na Europa, assim como à tentativa de construção de um "lar" onde os judeus pudessem viver sem serem atacados, e que possibilitasse a construção de um Estado nacional judeu "seguro e independente".

do século XX começaram as ondas de imigrantes judeus sob os efeitos dos pogroms antissemitas na Rússia e na Europa Oriental. As autoridades otomanas temiam que a imigração judaica reforçasse ainda mais a influência europeia, e apenas tinha meios para opor-se a ela. A primeira onda migratória judia ou *alliah* (1882-1903) veio, sobretudo, da Rússia. Poucos provinham da Alemanha, onde o dirigente político judeu Ludwig Bamberger declarava, em 1880: "Com nenhum outro povo se identificaram mais os judeus do que com os alemães. Germanizaram-se não só em solo alemão, mas também muito além das fronteiras alemãs. Os judeus europeus não se enraizaram com qualquer língua mais do que com o alemão, e quem diz língua diz espírito".

No primeiro congresso mundial sionista, um dos delegados, A. S. Jahuda, "um jovem especializado em estudos islâmicos, reclamou atenção para o fato de que a importante presença árabe na Palestina era um problema, mas poucos o escutaram. Leo Motzkin [que tinha visitado Palestina por encargo do comitê executivo sionista] informou acerca 'do fato incontestável de que as zonas mais féteis de *nossa terra* (sic) estão ocupadas por árabes, 750 mil almas aproximadamente'. Informou também acerca de choques entre colonos judeus e habitantes árabes, sem indicar suas causas. Na sua visão, a Palestina era uma combinação pitoresca de terras incultas, turismo e peregrinos, sob influência europeia nos aspectos externos, mas não em sua essência, e onde nenhum elemento predominava. Outro delegado destacou que 90% da Palestina estava pouco povoado e que seus escassos habitantes eram de raíz semita, 'portanto, parentes nossos'".[190]

A segunda onda de migração judia europeia (1904-1914) veio, sobretudo, e novamente, da Rússia e Polônia, e foi iniciada no ano posterior ao massacre de Kisinev. Em 1919, depois dessas primeiras ondas de imigração, estavam assentados na Palestina sessenta mil judeus (embora muitos dos judeus europeus recentemente imigrados à Palestina daí partissem novamente, em especial para os EUA) para um total de 800 mil habitantes. A saída dos judeus da Europa oriental não se encaixava nos planos dos dirigentes sionistas: a maioria daqueles emigrava para a Europa ocidental e para os EUA. A Palestina era ainda parte do Império Otomano, um domínio que se estendeu até 1918.

Na província palestina do Império Otomano, "ao final do século XIX havia mil povos ou aldeias. Jerusalém, Haifa, Gaza, Jaffa, Nablus, Acre, Jericó, Ramle, Hebron e Nazaré eram cidades florescentes. As colinas estavam laboriosamente tratadas. Canais de irrigação sulcavam todo o território. Os limoeiros, as oliveiras e os cereais da Palestina eram conhecidos em todo o mundo. O comércio, o artesanato, a indústria têxtil, a construção e a produção agrícola eram prósperos. Os relatos dos viajantes dos séculos XVIII e XIX estão plenos de dados nesse sentido, bem como os informes acadêmicos publicados quinzenalmente no século XIX pelo 'Fundo Britânico para a Exploração da Palestina'. Na realidade, foi precisamente a coesão e estabilidade da sociedade palestina o que levou Lorde Palmerston a propor, premonitoriamente, em 1840, quando a Grã Bretanha estabeleceu seu consulado em Jerusalém, a fundação de uma colônia judaica europeia para preservar os interesses mais gerais do Império Britânico".[191]

Palestina, ainda padecendo as consequências sociais e políticas da colaboração dos grandes latifundiários locais com o Império Otomano, era, no entanto, economicamente produtiva e culturalmente diversa. Os camponeses e a população palestina estabeleciam uma distinção clara entre os judeus que viviam historicamente entre eles, sefarditas, e os judeus colonizadores europeus, askenazes, que vieram posteriormente, já que até essas migrações os vinte mil judeus de Jerusalém se integravam pacificamente (ou, para ser mais precisos, sem

---

[190] Amos Elon. *La Rivolta degli Ebrei*. La storia di Theodor Herzl e del ritorno degli ebrei in Palestina. Milão, Rizzoli, 1979, p. 313.

[191] Ralph Schoenman. *Historia Oculta del Sionismo.* Barcelona, Marxismo y Acción, 1988.

grandes conflitos) na sociedade palestina. Quando, em 1886, os colonos judeus de Petah Tíkrah trataram de expulsar os camponeses árabes de sua terra encontraram uma resistência organizada, mas os trabalhadores urbanos judeus não sofreram nenhuma represália.

Quando os armênios que escaparam do genocídio turco se estabeleceram na Palestina, também foram bem recebidos pela população local, judeus incluídos. Esse genocídio, no entanto, foi defendido por Vladimir Jabotinsky, o dirigente sionista "revisionista" (assim chamado pois "revisou" as teses sionistas originais de Theodor Herzl), em seu afã por conseguir o apoio turco para a criação do Estado judeu. Na Palestina, se comparada com a Europa, não havia um ódio organizado contra os judeus, ninguém organizava massacres o *pogroms* como os acobertados pelo czar da Rússia ou os dos antissemitas poloneses; não surgiu nenhuma reação simétrica do lado palestino contra os colonos armados que se utilizavam da força para expulsar os camponeses palestinos de suas terras. Estes ignoravam por completo que seu destino estava sendo traçado nos conflitos sociais e nacionais que, sob uma forma cada vez mais racista e antissemita, digladiavam os países da Europa central e oriental.

Na Europa, o antissemitismo afundava historicamente suas raízes na hostilidade cristã para com os judeus, hostilidade tornada política oficial de segregação e de perseguição com a cristianização do Império Romano, que foi continuada pelos reinos cristãos da Idade Média. As revoluções democráticas dos séculos XVIII e XIX proclamaram, em maior ou menor grau, a emancipação dos judeus na Europa ocidental, a abolição das políticas e espaços segregacionistas (guettos) e da exclusão política e profissional do judaísmo. Mas essas revoluções pouco tocaram a Rússia e a Europa oriental, "que haviam incorporado enormes comunidades judias, com a característica muito pouco judaica de seu empobrecimento em habilidades técnicas, em empreendimentos independentes, em capacidade profissional, em sólidas organizações comunais, todas cosas normais da vida judia organizada. Elas existiam nas comunidades da Europa oriental na época em que a maioria da população era composta por súditos dos reis da Polônia, mas um século de opressão czarista, o antijudaísmo da Igreja Ortodoxa e a ignorante hostilidade da burocracia russa se combinaram para socavar sua vitalidade e destruir sua autonomia econômica e comunitária. Só lhes restou o respeito de si. Os judeus que fugiram para o oeste, conseguindo uma vida livre nos EUA e nas democracias ocidentais, demonstraram, assim como seus filhos, que as qualidades básicas judías continuavam intactas".[192]

Mas esses judeus não eram a base social do sionismo. Essas bases se encontravam entre os judeus não emancipados da Europa oriental e, sobretudo, da Rússia czarista. Embora exageradamente uniforme, possui um fundo de verdade a afirmação de Amos Elon: "Nos países do leste europeu a mensagem do *Judenstaat* teve – na Galizia, na Romênia,[193] na Rússia

---

[192] James Parkes. *Antisemitismo*. Buenos Aires, Paidós, 1965, p. 129.

[193] Os judeus constituíam 4% da população da Romênia. Devido às restrições legais que pesavam sobre eles, como a proibição de possuir terra, viver nas aldeias e uma limitação sobre quanta terra podiam arrendar, 4/5 dos judeus vivia nas cidades. A concentração dos judeus nas cidades tornava-os um fator bastante importante na vida do país. Em um estudo acerca do país, Leon Trotsky alertou que "é supérfluo dizer até que ponto carece de lógica tipificar o judaísmo romeno como uma classe exploradora. A maior parte dos judeus estava assentada na Moldávia e estava composta por pequenos artesãos: costureiros, sapateiros, relojoeiros e finalmente aqueles seres que constituem uma incógnita não apenas desde o ponto de vista econômico mas também desde um ponto de vista fisiológico, isto é, que sua possibilidade de existência física constitui uma incógnita". O governo romeno reconheceu, em 1879, que a religião não podia ser um obstáculo para a obtenção dos direitos civis na Romênia e emancipou os 900 judeus que lutaram na guerra russo-turca de 1876-1878. A monarquia romena manobrou para manter os "seus" judeus no corrente estado de opressão, estabelecendo que eles eram cidadãos estrangeiros e só poderiam se naturalizar individualmente. Cada judeu como indivíduo devia apresentar um pedido de naturalização que, para passar por toda a burocracia do Estado, levaria de 15 a

czarista – o efeito de uma tocha acessa lançada em um palheiro. Poucos tinham uma cópia [de *O Estado Judeu* de Theodor Herzl] mas sua fama se espalhou rapidamente de boca em boca e, justamente porque se falava tanto de um texto desconhecido, criou raízes a ideia de que estava acontecendo algo grande e maravilhoso. David Ben-Gurion [futuro chefe de Estado em Israel] tinha dez anos de idade quando *Der Judenstaat* foi publicado em Viena e vivia no pequeno *shetl* de Plonk. Muito depois lembrou que se espalhara a ideia de que 'havia chegado o Messias, um homem alto e belo, muito instruído, nada menos do que um doutor, Theodor Herzl'".[194]

No final do século XIX, o antissemitismo racial, agora "científico" e não mais religioso, reaparecera na Europa com a obra do pseudocientista francês Conde Arthur de Gobineau, que dividiu as raças humanas em três troncos principais (branco, amarelo e negro) e fez nascer o "mito ariano", inspirador de movimentos nacionalistas e racistas europeus, com destaque para o nazismo alemão. As cretinices deste autor (que foram leitura de cabeceira de nazistas e fascistas)[195] foram, no entanto, menos importantes nesse sentido do que as tiradas contra o "espírito semítico" do respeitado filósofo da história Ernest Renan que, dentre outros, dotou o antissemitismo de um ar de respeitabilidade intelectual.

No final desse século, outro escritor, cidadão alemão de origem inglesa, Houston S. Chamberlain, publicou um *best seller* chamado *The Foundatons of the 19th Century* em que, de modo aparentemente erudito, historiou um suposto conflito do espírito ariano contra o espírito semita, na Europa e alhures, ao longo dos séculos;[196] ele teve muitos seguidores, panfletistas e jornalistas (alguns de bastante sucesso). A segunda metade do século XIX também viu o surgimento na Alemanha e na Áustria-Hungria do movimento *Völkisch*, que apresentava um racismo com uma base biológica pseudocientífica, onde os judeus eram vistos como uma raça em combate mortal contra a raça ariana pela dominação do mundo. O antissemitismo *Völkisch* inspirou-se em estereótipos do antissemitismo cristão, mas diferia dele porque os judeus eram por ele considerados como uma raça, não como uma religião.

Os autores e movimentos citados contribuíram para que na Europa orienta,l e também na ocidental, houvesse um forte *revival* do antissemitismo, em versões elitistas e populares. No Oriente Médio, diversamente, as reações espontâneas que expressavam a raiva dos palestinos contra a expropriação de suas terras não eram dirigidas contra os judeus como tais. Na tradição árabe-otomana, a relação com a comunidade judia estava regulada mais ou menos pacificamente havia séculos, não constituindo certamente o mar de rosas que alguns

---

30 anos e uma soma em dinheiro fora do alcance para a maioria. Nos 34 anos seguintes à promulgação da lei, emanciparam-se não mais que 400 judeus. Dos quase 300 mil judeus romenos, em 1913 havia aproximadamente 450 emancipados.

[194] Amos Elon. *Op. Cit.*, p. 221. Segundo o mesmo autor, "no século XIX eram muitos os judeus europeus assimilados que afirmavam sua origem sefardita. Os poetas românticos – sobretudo Byron e Heine – haviam pintado com um ar de esplêndida nobreza os orgulhosos judeus da Espanha medieval. No período no qual os ricos [judeus] emancipados faziam tudo para se dissociar de seus correligionários da Polônia e da Rússia, pobres e marginalizados, a origem sefardita provava de modo conclusivo que eles nada tinham em comum com os primitivos e incultos *Ostjuden* das comunidades israelitas orientais" (p. 25). Foram estes judeus orientais os que forneceram a base social do projeto sionista. Theodor Herzl ficou surpreso com o fato, pois pensava que sua proposta acharia mais eco entre os instruídos judeus ocidentais, que lhe prestaram pouca atenção.

[195] Arthur de Gobineau. *Essai sur l'Inégalité des Races Humaines*. Paris, Pierre Belfond, 1967 (edição original de 1853-1855).

[196] Os termos "ariano" e "semita" designam apenas origens linguísticas diversas, não diferenças "raciais", motivo pelo qual toda definição racial ou "étnica" a partir deles é perfeitamente descabida (até se transformar em perfeitamente reacionária).

panfletistas pró-árabes pintaram ulteriormente, mas também não levando a uma hostilidade geral contra os judeus.

Der Weg
zum
Siege des Germanenthums über
das Judenthum.

Von
Wilhelm Marr.

Vierte Auflage von „Stöckel keinen Juden".

Berlin X, 1880.
Otto Henke's Verlag.

"O caminho para a vitória do germanismo sobre o judaísmo", panfleto do jornalista alemão Wilhelm Marr, 1879

A migração cada vez mais numerosa de judeus europeus para a Palestina tinha suas raízes em outras latitudes: "O sionismo se alimentou, na Europa Central e Oriental, da conjugação de três fenômenos próprios do século XIX: a decomposição da estrutura feudal dos impérios czaristas e austro-húngaro, que minou os fundamentos socioeconômicos da vida judia, as condições da evolução capitalista que bloquearam o processo de proletarização e de assimilação, e a escalada brutal do antissemitismo mais violento que precipitou a centenas de milhares de judeus ao caminho do exílio. Em direção à Palestina? Não. Na maior parte, para a América. Dos entre dois ou três milhões de judeus que saíram entre 1882 e 1914 da Europa Central, menos de setenta mil se instalaram na 'Terra Santa', e muitas vezes com caráter passageiro. Os dirigentes sionistas não o ignoravam. Nem a miséria de seus correligionários submetidos ao czar, nem a discriminação de todo tipo, nem sequer os pogroms bastavam para transportá-los massivamente para a Palestina. Entretanto, isso era possível com o apoio de uma grande potência. Assim, o criador da organização sionista ressaltou perante o sultão, além da contribuição que podia considerar para as finanças otomanas, a ajuda que os judeus palestinos podiam representar para sufocar a ameaça de uma insurreição árabe".[197]

Uma mensagem de Theodor Herzl, o jornalista austríaco fundador do sionismo,[198] destinada ao chanceler alemão Bismarck assinalava que "a implantação de um povo neutro na rota mais curta para o Oriente pode ter uma imensa importância para a política oriental da Alemanha".

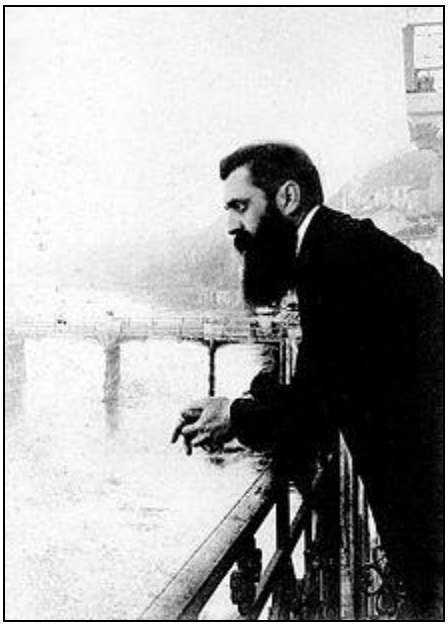
---

[197] Alain Gresh e Dominique Vidal. *Palestine 1947*. Une division abortée. Bruxelas, Éditions Complexe, 2004.

[198] Pessoalmente, Theodor Herzl era ateu (não crente, portanto, nas Sagradas Escrituras ou em qualquer uma das versões religiosas da missão messiânica do povo judeu) e perfeitamente "germânico" nos seus hábitos e modo de vida, mas estava impressionado pelo renascimento do antissemitismo na Europa, inclusive na França dos "direitos humanos" (e do *affaire* Dreyfus), em que pese a emancipação política dos judeus ter sido já proclamada pelos mais importantes Estados europeus ocidentais. Permanecia latente um vasto antissemitismo popular, forte na Europa oriental e na Rússia, assim como um antissemitismo nada popular, pretensamente "científico", em setores dos círculos dirigentes de *todos* os países europeus; a ideologia do "darwinismo social" conquistou adeptos para justificar as pretensões imperialistas dos países retrasados na corrida colonial europeia em direção do mundo periférico (Arno J. Mayer. *A Força da Tradição.* A persistência do Antigo Regime. São Paulo, Companhia das Letras, 1987).

Os judeus eram um povo, além disso, “obrigado quase em todas as partes a incorporar-se aos partidos revolucionários”. Herzl utilizou o mesmo argumento junto a Witte e Von Plehve, ministros russos e instigadores dos *pogroms* antissemitas no seu país: “Se se instalasse na Palestina uma colônia do povo judeu, os elementos radicais se veriam obrigados a tomar parte no movimento”, em caso contrário, “a frustração dessas esperanças modificaria toda a situação”, em proveito dos “partidos revolucionários”. Faltava convencer à Grã Bretanha de que o projeto sionista correspondia ao seu interesse colonial expansivo; não as distantes regiões africanas ou latino-americanas que em um tempo se tiveram em consideração por parte do sionismo, mas sim a Palestina.

Desse modo, o movimento sionista, minoritário entre as massas judias da Europa, se subordinava politicamente às grandes potências capitalistas, especialmente a Grã Bretanha, oferecendo-lhes uma base de manobra para sua política no Oriente Médio. Essa era sua principal força política. Durante séculos, a utopia da "redenção de Israel" não transbordara do âmbito religioso, que foi sua matriz. Deu origem a peregrinações e a migrações individuais ou de pequenos grupos em direção da “Terra Santa”, que não modificaram o estatuto político da Palestina nem sua composição étnica. A situação começou a mudar na segunda metade do século XIX. O sionismo surgiu nesse período, no contexto do triunfo das ideologias nacionalistas na Europa, como um movimento nacionalista secular cujo objetivo era a criação de um Estado dos judeus, sendo este considerado como o único meio de assegurar a identidade e a sobrevivência da “nação” judaica, assim como de lhe garantir um lugar ao sol entre as demais nações.



Theodor Herzl, 1897, em Basilea

O congresso sionista de Basilea (1897) estabeleceu o objetivo de “uma pátria judia juridicamente garantida na Palestina”. O movimento teve sua sede em Viena até 1904, ano da morte de Herzl (com apenas 44 anos de idade), transferindo-se depois para a Alemanha, primero para Colônia e depois, em 1911, para Berlim. O sétimo congresso sionista, em 1907, rejeitou a ideia de outro território que não a Palestina para o “lar nacional judeu”: Inglaterra tinha oferecido em 1903, logo depois do massacre antissemita de Kisinev[199] na Bessarabia

[199] Em abril de 1903 ocorreu, no império russo, na porção ucraniana da “zona de residência”, o maior pogrom já visto até aquela data. Os bairros judeus de Kisinev foram destruídos, as casas, devastadas, centenas de judeus foram feridos e mortos. Foi o tristemente célebre “*pogrom* de Kisinev”, que chocou o mundo e naturalizou o termo russo, *pogrom*, isto é, massacre, para todos os idiomas. O massacre foi

czarista, uma faixa de terra de 15 mil quilômetros quadrados na África Oriental (na atual Quênia, no *Great Rift Valley*), em entrevista entre o chanceler Chamberlain e o próprio Herzl, território onde seria permitido aos judeus um direito limitado ao "autogoverno" *no quadro do Império Britânico*, em uma região capaz de acolher, segundo o ministro inglês, até um milhão de imigrantes judeus. A oferta foi recusada por Herzl. Como a Palestina ainda pertencesse ao Império Otomano, que não manifestou a menor inteção de ceder esse território, nem sequer depois da revolução de 1908, o sionismo viu-se reduzido a inação, perdendo adeptos na Europa oriental até, como veremos, bem avançada a Primeira Guerra Mundial.

O Estado judeu tomou, sob uma forma estatal secularizada, o lugar que a utopia da "redenção de Israel" ocupava na tradição religiosa. O Estado projetado pelos nacionalistas judeus não tinha necessariamente a Palestina por cenário. Dirigentes sionistas, como o barão Hirsch, encararam até a possibilidade de criá-lo na região litorânea da Argentina, nas atuais províncias de Santa Fé (onde exiate até hoje a cidade de Moisesville) e Entre Rios: em 1895, porém, a colonização impulsionada por Hirsch só tinha conseguido implanter seis mil imigrantes judeus nessa região, julgada muito conveniente por se encontrar bem afastada da Europa, sobretudo da Rússia. Falou-se também de Chipre, da África Oriental, como vimos acima, e do Congo. A liberdade na escolha do futuro "território nacional" pelos nacionalistas judaicos se explica pelo fato deles viverem na Europa no apogeu do sonho colonialista europeu. Consideravam-se colonizáveis todos os territórios situados fora da Europa, inclusive os da América. Colonizá-los era tido pela "opinião pública" europeia por uma obra benemérita, pois equivalia a "civilizá-los". Nesse contexto, bem mais do que naquele da invocação bíblica, os nacionalistas judeus *territorialistas* (os sionistas) insiastiram em optar pela Palestina.

Essa escolha, embora não fosse estritamente necessária do ponto de vista político (ou geopolítico), era ideologicamente mobilizadora, por causa da ligação histórico-religiosa do judaísmo com a Palestina, e da atração que ela exercia inclusive sobre muitos judeus não religiosos. O nacionalismo judaico tomou assim o nome de *sionismo*, palavra que deriva de Sião, um dos nomes de Jerusalém na Bíblia. A escolha da Palestina, além disso, se enquadrava mal ou bem como um peão dentro das estratégias coloniais das potências europeias, sobretudo da Grã-Bretanha e da França, que preparavam a partilha dos despojos do Império Otomano, o que implicava para os dirigentes sionistas num esforço para conquistar os círculos dirigentes dessas potências para seu projeto (esses círculos, no entanto, estavam infestados de antissemitas de carteirinha, inclusive de adeptos do "racismo científico" propagado pelo conde de Gobineau e as teorias neodarwinistas "sociais").

Houve também uma forte oposição ao sionismo entre os judeus da Rússia, da Europa central e oriental, muitos deles (mas não todos, bem longe disso) engajados nos partidos socialistas ou, depois da vitória da Revolução de Outubro, nos partidos comunistas, sem falar na influência antiga e importante do *Bund* (o partido operário "judeu"), fundado na década de 1890, na Rússia, na Polônia e nos países bálticos:[200] "Antes do advento do nazismo, e mesmo depois dele, a maioria dos trabalhadores manuais judeus se recusava a responder aos apelos do sionismo. Até na Europa oriental, onde formavam comunidades grandes e compactas, falando

---

incitado por agentes policiais do czar e pelas Centúrias Negras, mas a massa dos pogromistas eram trabalhadores como os judeus que perseguiram. A confiança dos operários judeus nos seus irmãos de classe russos estava seriamente abalada.

[200] Henri Minczeles. *Histoire Générale du Bund.* Um mouvement révolutionnaire juif. Paris, Denöel, 1999. O *Bund* (em iídiche, "união", abreviação de União Geral dos Trabalhadores Judeus da Polônia, Lituânia e Rússia) era uma organização judaica dentro do partido socialdemocrata da Rússia. Ele foi formado em 1897, um ano antes do POSDR, e foi o principal organizador do congresso de fundação deste, em 1898. Até 1903 o Bund era a maior organização socialdemocrata de todo o império russo, com a maior estrutura, número de integrantes, publicação clandestina de jornais, traduções, circulação e contrabando de literatura revolucionária para a Rússia czarista.

seu próprio idioma, desenvolvendo sua própria cultura e literatura e sofrendo forte discriminação, eles se consideravam cidadãos do país em que viviam, ligados ao futuro desses países e não ao da Pátria Judaica, na Palestina. Considerável parte dos judeus da Europa oriental, principalmente os do grande e vigoroso movimento operário, via aquela ideia de pátria com irredutível e consciente hostilidade. Considerava-se o sionismo como a mística nacionalista da classe média judaica que, entretanto, não queria abandonar sua situação já estabilizada... Nos outros lugares a resposta ao chamamento sionista foi incomparavelmente mais fraca".[201]

O Bund judeu não teve reconhecida sua qualidade de representante exclusivo dos operários dessa origem pela socialdemocracia russa. A organização judaica pediu, no II Congresso do POSDR, autonomia dentro do Partido, com o direito de eleger o seu próprio Comitê Central e elaborar a sua própria política nas questões referentes à população judaica; o reconhecimento do *Bund* como o único representante da socialdemocracia entre os judeus; e a "autonomia cultural" no lugar da "igualdade de direitos" que o Partido defendia para os judeus, ou seja, a reunião dos judeus ao redor de instituições culturais próprias e sem depender de um território comum. A "autonomia cultural" vinha defender o direito dos judeus de conduzir os seus próprios assuntos culturais dentro da Rússia, como a educação em iídiche. A maioria do congresso, formada pelos "iskristas" (*Iskra* – faísca – era o nome da revista que publicavam), estava contra o *Bund* porque via nas suas exigências um separatismo que criaria precedentes para outros grupos étnicos e poria em risco a unidade do Partido. Ficou a cargo dos iskristas judeus, Martov e Trotsky, rebater as exigências do *Bund*. Martov fora membro do grupo fundador do *Bund*, e Trotsky tomou a palavra enquanto "representante dos iskristas de origem judaica". Essa foi uma das raras ocasiões em que Trotsky referiu-se a si mesmo enquanto judeu.[202]

Contrariamente ao *Bund* composto por operários judeus, durante décadas o sionismo foi um movimento de intelectuais *askenazes* laicos, sem base popular. Houve componentes do judaísmo, nomeadamente as grandes comunidades sefarditas da África do Norte, que estiveram praticamente à margem desse movimento até à década de 1930 ou ainda mais tarde. No entanto, o sionismo acabou por provocar profundas divisões nas diversas

---

[201] Isaac Deutscher. *O Judeu não Judeu e Outros Ensaios*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970, p. 108.

[202] Isaac Deutscher. *The Prophet Armed*. Nova York, Vintage Books, 1954, p. 74: "A organização judaica não cedeu. A sua decisão estava tomada desde 1901: defendia a transformação do POSDR em uma federação de organizações nacionais. A conquista da autonomia política e organizacional do Bund dentro do POSDR era vista como uma questão de sobrevivência da organização judaica. Para Trotsky, o que estava em jogo era mais do que uma "questão judaica". O partido não podia conceder autonomia ao Bund sem abrir mão da centralização; e não podia aprovar a exclusividade do Bund na representação dos trabalhadores judeus sem ceder à divisão do movimento operário por nacionalidade. Como descreve Deutscher, "a exigência de que o Bund fosse reconhecido como o único representante do POSDR entre os trabalhadores judeus significava afirmar que apenas os judeus estavam entitulados a levar a mensagem socialista aos trabalhadores judeus e organizá-los. Isso, disse Trotsky, era uma expressão de falta de confiança nos membros não judeus do Partido, um desafio a suas convicções e sentimentos internacionalistas. 'O Bund', disse Trotsky em meio a uma tormenta de protestos, 'é livre para não confiar no partido, mas não pode esperar que o Partido vote a sua não confiança em si mesmo.'" O objetivo do socialismo, argumentou Trotsky, era "varrer as barreiras entre raças, religiões e nacionalidades, e não colaborar para erguê-las". Em 1905, enquanto presidente do soviet de São Petersburgo, Trotsky ajudou na criação de unidades de autodefesa judias em Kiev e São Petersburgo e promoveu a participação conjunta de judeus e não-judeus na resistência aos atos de vandalismo. As primeiras unidades de auto-defesa foram criadas pelo Bund em 1903 e ficaram conhecidas pela sigla BO (*Beovie Otriady*). Durante a revolução russa de 1905 os pogroms se multiplicaram: os esforços isolados do Bund não teriam bastado para defenderos judeus russos" (Arlene Clemesha. *Marxismo e Judaísmo*. História de uma relação difícil. São Paulo, Boitempo, 1998).

componentes do judaísmo, religioso e secular, askenaze, sefardita ou pertencente a outros grupos. Para a maioria dos rabinos da Europa central e oriental o projeto dos sionistas de criar o “Estado dos judeus”, apoiando-se para isso nos seus próprios meios políticos, diplomáticos e econômicos, era a negação da esperança na "redenção de Israel" por iniciativa e obra exclusivas de Deus. Por isso, esses rabinos condenaram (e condenam até o presente, seus continuadores chamados “ortodoxos”, o *Gush Emunim*) o sionismo como uma manifestação de orgulho, o pecado por excelência. O partido *Agudat Israel* (União/Associação de Israel) fundado em Kattowitz (na Silésia, Polônia) em 1912, encarnou essa posição. O partido propunha-se reunir todos os judeus fiéis à lei mosaica para contrapor-se ao nacionalismo sionista, considerado como uma ameaça mortal para o "autêntico judaísmo". No entanto, na década de 1930, o *Agudat Israel* mitigou, por pragmatismo, sua oposição ao sionismo, aceitando que a Palestina se tornasse o refúgio para os judeus europeus perseguidos: algumas facções dele não aceitaram nunca a mudança de orientação.

Próximo da Palestina, na Primeira Guerra Mundial o Líbano foi colocado sob um duro governo militar por parte dos otomanos. Constantinopla interveio militarmente na região do Monte Líbano em 1914, derrubando o último Mutassarifiat (dirigente cristão local escolhido pelo sultão otomano com aprovação das potências europeias) em 1915 e instalando o governador turco Ali Munif Bey. Este anulou o estatuto legal autônomo do Monte Líbano, estabelecido em 1864, e extinguiu seu Conselho Administrativo. A Síria como um todo estava sob o controle de Çemal Pashá, um das principais figuras do governo turco-otomano. Qualquer dissidência política era severamente reprimida e os bens dos suspeitos sumariamente confiscados. Entre 1915 e 1916, 33 líderes nacionalistas árabes libaneses foram enforcados em Beirute e Damasco, fato entre outros que deflagrou a luta pela independência do Líbano e da Síria. Muitos libaneses fugiram para o Egito, a fim de não serem obrigados a lutar na guerra mundial ao lado dos otomanos.

No entanto, ainda em 1915, Çemal tentou uma aproximação com a população síria, no escopo de engajá-los na guerra contra os britânicos e franceses. O governo de Istambul declarou uma nova *Jihad*, uma guerra santa contra os infiéis que atacavam o califado otomano, para atrair as massas muçulmanas. Como os libaneses e sírios se recusassem a colaborar, Çemal ordenou aos governadores dos *vilayets* a implantação da lei marcial. Os britânicos, do seu lado, impuseram um bloqueio naval à Síria para prejudicar o esforço de guerra dos otomanos. O resultado do bloqueio marítimo e os efeitos da economia de guerra, que forçou a entrega de boa parte dos excedentes sírio-libaneses para abastecer o exército otomano, a proibição de se importar mantimentos e o bloqueio a aldeias consideradas rebeldes, provocaram uma grave crise econômica cujo resultado foi a morte de cem mil libaneses por fome, enquanto inúmeras vilas e aldeias eram abandonadas.[203]

Os britânicos, após a derrota na batalha de Gallipoli em 1915, quando tentaram ocupar Istambul, começam a pôr em prática em 1916 os planos de ocupação das províncias árabes do Império Otomano. Duas frentes militares foram abertas: uma na Mesopotâmia e outra na Síria, a partir do protetorado do Egito. Na Mesopotâmia, se utilizando de sua força expedicionária indiana, os ingleses esperavam unir-se aos russos que desciam do Cáucaso em direção da Armênia turca para formar um anel de defesa que impedisse às potências centrais tentar chegar até a Índia. Seu avanço foi impedido pela resistência otomana em Bagdá, que se estendeu por um ano. A campanha da Síria foi confiada ao general Allemby; suas tropas se dirigiram ao deserto do Sinai para capturar Jerusalém. A partir desse momento os britânicos passaram a lutar em conjunto com os exércitos árabes sublevados sob a liderança do Xeriff da Meca, Hussein al-Hashemi, auxiliados por um homem de Allemby, o já mencionado coronel T.

[203] Charles Winslow. *Lebanon: War & Politics in a Fragmented Society*. Londres, Routledge, 2005. p. 52.

E. Lawrence. No Líbano, os britânicos tentavam entrar em contato com os drusos, seus antigos aliados.

A ação militar de Londres ocorreu simultaneamente ao estímulo inglês da revolta árabe contra os turcos, que começou finalmente sob a direção do xerife de Meca, Hussein, de família considerada descendente do profeta Maomé. A primeira "Revolta Árabe" contemporânea transcorreu entre 1916 e 1918, com o intuito de conseguir para os árabes a independência do agonizante Império Turco-Otomano e criar um único Estado árabe unificado, desde Alepo na Síria até Aden no Iêmen. O combate à revolta foi o último suspiro militar do Império Otomano, que saiu derrotado e agonizante do conflito mundial. Os contatos entre os britânicos, por meio do Alto Comissário para o Egito, sir Henry MacMahon, e Hussein, começaram em 1915. Os britânicos lhe prometeram a independência e a criação de um Estado árabe que abarcasse todas as províncias árabes do Império Otomano, e até prometera que esse Estado seria um novo califado islâmico. Assim, em junho de 1916, o xerife Hussein deu início à rebelião proclamando a independência dos árabes em relação ao domínio turco. No dia 5 de novembro Hussein se proclamou "rei de todos os países árabes". Em janeiro de 1917, a revolta árabe havia libertado o Hijaz e o filho de Hussein, Faisal, havia tomado a cidade de Aqaba, no fundo do estreito de Tiram, e avançava pela Palestina.

Soldados do exército árabe durante a revolta de 1916-1918, segurando a bandeira da revolta

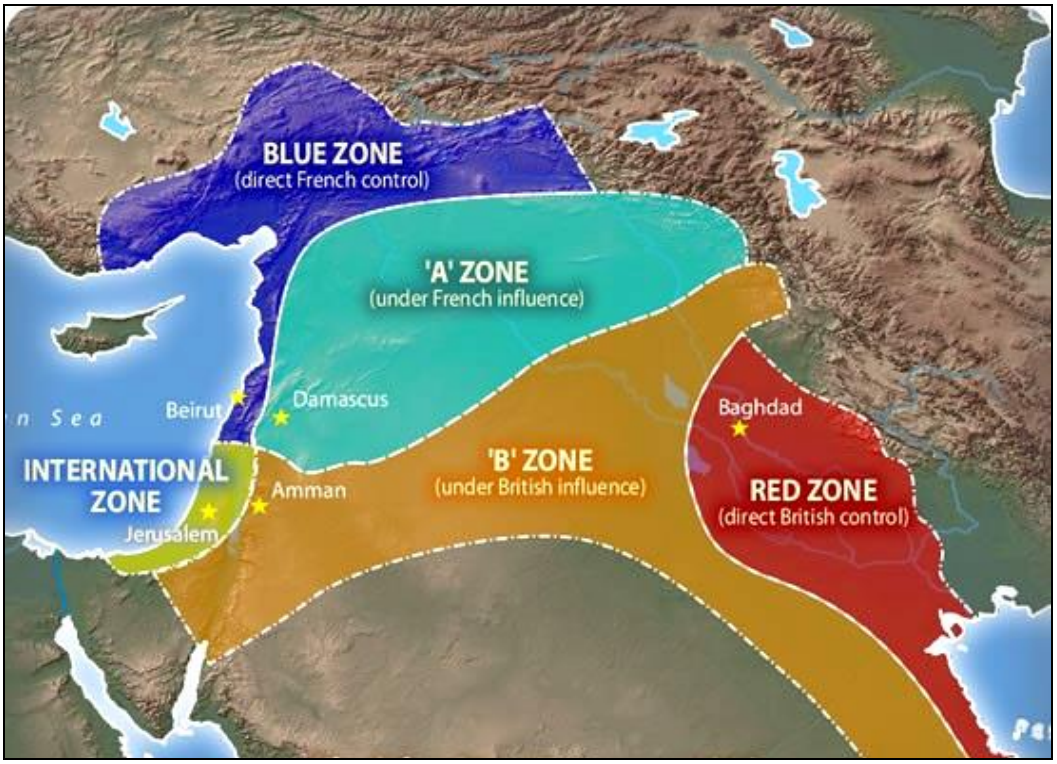
A revolta árabe de 1916-1918 não foi um selvagem ou artificial levantamento local favorecido por potências externas interessadas em penetrar na região. Boa parte das lideranças e população árabe sequer participou nela. Sua unificação e potenciação requeriu o concurso político de lideranças locais significativas, seguindo suas próprias modalidades: "Durante dois anos, cotidianamente, o xerife reunia e reajustava na sua ordem natural os inúmeros elementos da sociedade árabe, para fazer dela um todo com um só pensamento e um só objetivo: uma guerra implacável contra os turcos. Por onde ele passasse, as querelas de clãs diminuam, em toda a Arábia ocidental Faisal se transformou na Corte de Apelações Suprema, cujas sentenças eram irrevogáveis", relatou em suas memórias o principal agente inglês na revolta, Lawrence de Arábia.

Que se permitia, ao mesmo tempo, observações de natureza antropológica que refletiam seu sentimento (preconceito) de superioridade europeia (motor ideológico, afinal, da política colonialista das potências europeias): "Os beduínos são estranhos. Uma estadia prolongada entre eles seria insuportável para todo inglês que não tivesse uma paciência infinita. Escravos de seus apetites, eles têm pouca força moral, são glutões de leite, café e água (!), carne moída, e mendicantes imprudentes de tabaco. Seus raros atos sexuais são matéria de longas ensonhações durante semanas, antes e depois de realizados, e eles pontuam os dias de espera

com descrições e observações obscenas. Sua força é *a do homem posto geograficamente por cima da tentação*: a pobreza da Arábia os torna simples, contidos, endurecidos. Se o destino os tivesse posto no meio da vida civilizada, eles sucumbiriam, *como toda raça primitiva*, aos vícios de nosso mundo, mesquinharias, luxúria, crueldade, perversidade, mentira; e, *como selvagens*, teriam praticado esses vícios com excessos, na ausência de inoculação preventiva... Os procedimentos dos árabes nada têm de misterioso, seus cérebros trabalham com uma lógica semelhante à nossa, e não podem ser acusados de incompreensíveis: somente suas premissas são diversas. *Nenhuma razão*, salvo nossa preguiça e nossa ignorância do mundo árabe, *nos permite qualificá-los de impenetráveis ou de orientais*" (grifos nossos).[204]

Os franceses, por sua vez, se movimentavam para concretizar os seus antigos projetos de controlar a região da Síria, uma vez tornada independente do Império Otomano. Para isso lhes seria útil a aproximação com os nacionalistas cristãos do Líbano, o que já ocorria desde antes da guerra. Comitês de emigrantes católicos sírios e libaneses foram formados: pediam para que as tropas anglo-francesas interviessem a seu favor visando à criação de um Estado separado, e rejeitassem os projetos nacionalistas árabes, especialmente aquele ligado ao xerife Hussein da Meca (o Estado islâmico projetado por este poderia trazer as antigas restrições legais aos não-muçulmanos, que tinham sido abolidas pelo Império Otomano no século XIX).

Ao desenvolverem um forte sentimento francófilo, esses grupos estavam prontos para cooperar com a França em seus projetos na Síria. Para encorajá-los, os franceses formaram em 1917 um Comitê Central Sírio em Paris, que contava com a direção de líderes cristãos refugiados, como o advogado maronita Émile Edde. A ideologia "fenicista" libanesa foi amplamente encorajada na França. No Líbano alianças foram estabelecidas com lideranças locais, como os chefes dos clãs Karam, Eddé e Khazins, que já eram bem ativos contra os turcos. O Patriarca maronita Ilyas Al-Hawiyyek também foi envolvido na aliança política pró-francesa, que ensejou o estabelecimento do domínio francês do Líbano após a guerra mundial.



O (incrível) acordo Sykes-Picot

[204] Thomas E. Lawrence. *La Révolte dans le Désert (1916-1918).* Paris, Payot, 1935, pp. 92-93.

Foi nesse contexto regional convulsionado que um acontecimento bélico-diplomático acelerou a adoção oficial pela Inglaterra do projeto sionista. Em 1916, ainda em plena guerra mundial, diplomatas franceses e britânicos celebraram os acordos que dividiram as províncias árabes do império turco em áreas de influência inglesa e francesa, em caso de derrota (para eles, descontada) e desmembramento do Império Otomano. Desde princípios de 1916, tiveram lugar em Londres conversações diplomáticas entre as potências da Tríplice Entente, que concluíram no mês de março com um protocolo ratificado por seus governos como parte de um arranjo anglo-franco-russo.

Assim, em abril-maio de 1916 o ex-cônsul francês em Beirute, François Georges Picot, negociou com o representante britânico, sir Mark Sykes, e o ministro das Relações Exteriores da Rússia, Sergei Sazonov, a divisão das terras do Império Otomano no Oriente Médio. Esse acerto, terminado em 16 de maio, ficou inicialmente conhecido como "acordo Sykes-Picot-Sazonov". Segundo esse protocolo, a Ásia árabe (mais a Península Arábica) ficaria dividida em cinco zonas: zona azul e zona vermelha, sob o controle direto da França (azul) e da Inglaterra (vermelha); zona rodeada de azul e zona rodeada de vermelho, onde se reconheceria a soberania árabe, mas conservando zonas de interesses francês e inglês. Finalmente, uma zona marrom, que compreendia a Palestina menos Haifa (que se reservava à Inglaterra) seria submetida ao controle internacional. Esses acordos ignoravam por completo as nascentes e já explícitas aspirações nacionais árabes.

A "balcanização" futura do Próximo e do Médio Oriente se concretizou nesses acordos secretos franco-britânico-russos de 1916, concluídos pelas potências aliadas europeias em conformidade com a Rússia czarista. A Grã Bretanha já exercia militarmente, como vimos, um protetorado de fato no Egito e no Golfo Arábico-Pérsico. Lorde Kitchener, o comissário britânico do Egito, planejava dividir a região meridional da Síria até Haifa e Acre para formar uma unidade territorial separada, sob o controle britânico. No mapa da Palestina, as zonas rodeadas de azul e vermelho (a Síria e a Mesopotâmia) se reservavam para futuros protetorados das duas potências.

Quanto à cláusula de internacionalização da Palestina, Sykes aceitou-a por duas razões: era preciso ter em conta os interesses da aliada Rússia, que tinha intenção de estar presente em Jerusalém, e era preciso opor uma barreira às ambições da França, que pretendia exercer seu controle sobre a "Síria histórica", que compreendia o Líbano como também a Palestina. A barreira era a internacionalização da região, mas essa solução não satisfazia o governo e o establishment britânico, seduzido pela ideia de um "bastião palestino" próprio no Oriente Médio. O novo premiê inglês Lloyd George qualificou por isso o acordo endossado pelo seu predecessor na chancelaria britânica de "documento estúpido". Mark Sykes reconheceu que não estava orgulhoso dele.

Os acordos secretos Sykes-Picot foram tornados públicos e denunciados como acordos imperialistas pelos bolcheviques em 1917, após a queda do antigo regime czarista e a ulterior tomada do poder pelos sovietes dirigidos por aqueles, para incitar uma revolta antiimperialista no Oriente Médio. Nesse contexto, para modificar em seu favor a cláusula palestina do acordo franco-britânico, a Inglaterra necessitava do sionismo. Não há que surpreender-se do zelo sionista em favor do acordo, nem do papel capital que desempenhou Sykes, com o apoio de seu governo, junto a Chaim Weiszmann e a Organização Sionista Mundial, induzindo-os a que apresentassem ao gabinete da guerra inglês uma versão aceitável do documento que iria converter-se na "Declaração Balfour", o pronunciamento oficial britânico favorável à criação de um Estado judeu na Palestina.

A "Declaração" é uma carta que A. J. Balfour, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Grã-Bretanha, escreveu a 2 de novembro de 1917 ao Lorde L. W. Rothschild, representante dos judeus britânicos, e, por seu intermédio, à Federação Sionista. Numa altura em que a Palestina

ainda era oficialmente território turco, o Governo de Sua Majestade Britânica declarou à Federação Sionista ver com bons olhos o estabelecimento de "um lar nacional para o povo judaico" nesse país e compromete-se a fazer todo o possível para facilitar a realização desse projeto. A carta acrescenta uma ressalva segundo a qual "nada deverá ser feito que prejudique os direitos cívicos e religiosos das comunidades não-judias que existem na Palestina".

O imperialismo britânico buscava utilizar o movimento sionista, facilitando a imigração judia, para a Palestina, contra as massas árabes, para assegurar sua hegemonia regional contra seu "aliado", o imperialismo francês, já que a questão chave era a das zonas de influência (francesa no norte, inglesa no sul). Os britânicos podiam considerar que os acordos Sykes-Picot deixavam a porta aberta a seu projeto de reino(s) árabe(s), já que a Grã Bretanha desejava anexar a região de Bassora. Aspirava também instituir um poder árabe no lugar do sultão otomano. Isto iria acompanhado da instauração na Península Arábica da "meia lua fértil" de Estados árabes clientes da Grã Bretanha. Em segredo, o xeque Hussein, da Meca, aceitou as propostas anglo-francesas. Membro do clã dos hachemitas da tribo do Profeta, os britânicos pretendiam utilizá-lo como contrapeso religioso e simbólico frente ao sultão otomano, e para canalizar em seu proveito a luta dos povos árabes, reunindo-os sob a bandeira de uma suposta "nação árabe".

O aguçamento das contradições interimperialistas determinou a feição definitiva do sionismo. Como aponta George E. Kirk, "a eclosão da Primeira Guerra Mundial transferiu o centro de gravidade do movimento sionista do continente europeu para a Inglaterra e os Estados Unidos". As figuras decisivas do sionismo passaram a ser Hayyim (Chaim) Weiszman, cidadão russo que exercia a cadeira de Química na Universidade de Manchester e, nos EUA, o advogado Louis D. Brandeis, próximo ao presidente Woodrow Wilson (que nomeou-o juiz da Corte Suprema). O Comitê Britânico para a Palestina, inspirado por Weiszman, publicava um jornal com a legenda "para restabelecer as antigas glórias da nação judaica na liberdade de um novo domínio britânico na Palestina" (sic).

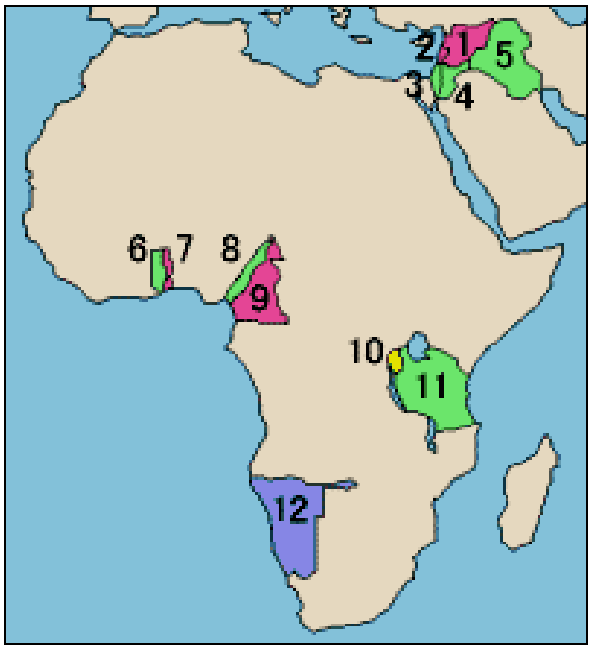
O único membro não judeu do Comitê, Herbert Sidebotham, jornalista do *Manchester Guardian*, escreveu em 1915 um editorial advogando a permanente ocupação inglesa da Palestina, para defender o Egito. Weiszman solicitou a Sidebotham a redação de um memorando para o Foreign Office, propondo um Estado judeu na Palestina, para a defesa do Egito e do Canal de Suez. O memorando foi o antecedente da Declaração Balfour. Sidebotham afirmou que as necessidades políticas estratégicas da Grã-Bretanha inclinaram a balança a favor do sionismo. Anos depois, setores do establishment britânico lançaram a queixa de terem sido usados como "testas de ferro" dos judeus.[205] Em setembro de 1917, porém, Chaim Weiszman gozava de grande prestígio junto ao Whitehall, ao ponto de conseguir sucesso ao solicitar ao Primeiro Ministro britânico David Lloyd George que a questão da Palestina (de sua partilha) fosse posta na ordem do dia do próximo Conselho de Ministros. A 2 de novembro desse ano, Lorde Balfour, ministro de Relações Externas, apresentou uma resolução a respeito, favorável às reivindicações territoriais sionistas, que foi aprovada pelo Conselho e passou a ser a base "legal" internacional para o futuro Estado de Israel.

[205] George E. Kirk. *História do Oriente Médio.* Rio de Janeiro, Zahar, 1967, p. 191.

DEPOIS DA GRANDE GUERRA

Após a vitória da Tríplice Entente contra a Tríplice Aliança na Grande Guerra, as províncias árabes do derrotado Império Otomano (este fazia parte, lembremos, da aliança internacional derrotada), consideradas no acordo Sykes-Picot, foram finalmente divididas entre ingleses e franceses na Conferência de San Remo de 1920. Os italianos, também vitoriosos na guerra mundial, tiveram de se conformar com a preservação diplomática das suas conquistas territoriais precedentes, que almejavam o estabelecimento de um império colonial italiano: em 1911, como já vimos, sob o pretexto de defender seus colonos estabelecidos na Tripolitânia, a Itália declarara guerra à Turquia e invadira a Líbia. Na Cirenaica líbia, a corrente islâmica *sanusi* liderou a resistência contra os invasores. A Turquia, isto é, o Império Otomano muito debilitado, já havia renunciado a seus direitos sobre o território líbio em favor da Itália por meio do Tratado de Lausanne, em 1912. Em 1914, finalmente, todo o país estava ocupado pelos italianos. Durante a Primeira Guerra Mundial, temporariamente, os líbios recuperaram o controle de quase todo o território, com exceção de alguns portos. Terminada a guerra, porém, os italianos reconquistaram o país e obtiveram o reconhecimento internacional (diplomático) do fato.

Finda a guerra mundial, inaugurou-se o chamado "período dos mandatos": francês na Síria e no "Grande Líbano"; e inglês na Palestina, na Transjordânia, no Iraque e nas regiões do Golfo Pérsico (Kuwait, Bahrein, Catar e Emirados Árabes) e no sul da Península Arábica (Omã e Iêmen). Com a derrota da primeira "Revolta Árabe" do século XX e a imposição do sistema dos mandatos, o nacionalismo árabe viu seus propósitos de autodeterminação frustrados e adiados. Existiam três tipos de mandatos, de classe A, B e C. Os mandatos classe A eram atribuídos àqueles territórios que teriam, segundo seus formuladores, alcançado certo desenvolvimento, o que lhes permitiria em um futuro próximo viabilizarem sua independência, contando sempre com o auxílio e conselho das potências mandatárias. O controle britânico e francês desses territórios foi formalizado pela Liga das Nações: à França foi atribuído o mandato da Síria em 29 de setembro de 1923, que incluiu o Líbano moderno e a província de Hatay, em adição à Síria moderna.



Mandatos da Liga das Nações na África e no Oriente Médio: 1. Mandato Francês da Síria; 2. Mandato Francês do Líbano; 3. Mandato Britânico da Palestina; 4. Mandato Britânico da Transjordânia; 5. Mandato Britânico da Mesopotâmia; 6. Togo britânico; 7. Togo francês; 8. Camarões Britânico; 9. Camarões francês; 10. Ruanda-Urundi; 11. Tanganica; 12. Sudoeste Africano

Os mandatos das classes B e C ainda não eram considerados maduros para a autodeterminação nacional, devido ao seu "baixo nível de desenvolvimento interno"; necessitariam, portanto, de um período indefinido de preparação, ou deveriam ficar na situação de colônias das potências por conta da sua pequena população e da sua distância dos chamados "centros civilizados". As antigas províncias árabes do Império Otomano ficaram classificadas dentro da categoria A, constituída pelas antigas províncias turcas da Palestina, Líbano, Síria e Iraque. O Iraque e a Palestina foram atribuídos ao Reino Unido, Síria e o Líbano à França. Os mandatos de classe B eram os antigos territórios alemães na África. O Tanganica foi atribuído ao Reino Unido e o Ruanda-Urundi (hoje Rwanda e o Burundi) à Bélgica. A Togolândia (Togo) e os Camarões foram divididos entre a França e o Reino Unido. Nos mandatos de Classe C entendeu-se que seria mais conveniente integrar antigos territórios controlados pela Alemanha no território de membros da Sociedade das Nações, devido à baixa densidade populacional destes.

A colónia alemã do Sudoeste Africano (atual Namíbia) foi colocada sob a administração da África do Sul, a Samoa Ocidental sob a administração da Nova Zelândia e a Nova Guiné e Nauru sob a administração da Austrália (em cooperação com o Reino Unido e a Nova Zelândia). Um pequeno grupo de ilhas no Pacífico foi atribuído ao Japão.O desmantelamento do Império Otomano, o "gigante doente da Europa", nas palavras do também derrubado czar de Rússia, mudou decisivamente a situação dos países do Oriente Médio. O que antes era uma área unificada sob o domínio dos turcos otomanos, onde se podia circular sem passaportes, passou a possuir fronteiras criadas por duas potências ocidentais, impedindo a livre passagem das pessoas para estarem com seus familiares ou para levar adiante seus negócios que haviam ficado dentro de novos países criados pelos europeus.

Na crise de pós-guerra, a guerra greco-turca de 1919-1922, também chamada de "Guerra da Ásia Menor", assistiu a fortes confrontos militares entre maio de 1919 e outubro de 1922, durante a partilha do Império Otomano. Os termos impostos pelas potências vencedoras da guerra provocaram uma crise nacional na Turquia, amputada da maior parte dos territórios que ainda lhe pertenciam depois das sucessivas perdas do Império Otomano. A Porta (o sultão) era partidário de aceitar os termos anglo-franceses; já Mustafá Kemal, o "herói de Gallipoli" e o jovem oficialato turco rejeitavam os termos dos aliados vitoriosos e se opunham a qualquer partilha da Anatólia. Uma corte militar julgou Kemal Atatürk e o condenou à morte *in absentia*. O "Pacto Nacional" dos "jovens turcos", no entanto, intentava preservar o que fosse possível do antigo Império, califado incluído, e usava ainda a expressão "otomanos", não a de "turcos" pela qual viria a ser conhecida a nova nacionalidade e o novo país resultante do desmembramento do Império.[206] O conflito interno na Turquia e as guerras externas prolongaram o conflito mundial.

A guerra decorrente foi travada entre a Grécia e o movimento nacional turco (os "jovens turcos"), que posteriormente fundou a República da Turquia. A campanha grega foi iniciada depois que os aliados vitoriosos na guerra mundial, especialmente o primeiro-ministro britânico David Lloyd George, tivessem prometido à Grécia territórios que pertenciam ao Império Otomano. A guerra concluiu com a derrota grega; o país teve 24.240 mortos, 48.880 feridos, e 18.085 desaparecidos. Do lado turco, houve 20.540 mortos e 10.000 feridos. Ao fim da guerra a Grécia foi forçada a devolver todos os territórios conquistados durante o confronto, e iniciou um processo de troca de populações com a recém-fundada República da Turquia, de acordo com o Tratado de Lausanne,[207] processo que acirrou as rivalidades

[206] Eugene Rogan. *The Fall of the Ottomans*. Londres, Penguin Books, 2015, p. 394.

[207] O Tratado de Lausanne foi negociado depois que as forças aliadas pressionaram pela renegociação do Tratado de Sèvres, após os revolucionários turcos vencerem-nas em três campanhas militares. O Tratado reconheceu a independência da República Turca e a sua soberania sobre a Trácia Oriental e a

nacionais já existentes. O jovem Partido Comunista grego conquistou uma audiência importante no exército, que cresceu com os desastres militares da Grécia. Em 1923, uma greve geral sacudiu o país, ela se transformou em insurreição operária no bairro do Pireo, onde uma parte das tropas enviadas para reprimir confraternizou com os grevistas. A forte repressão da polícia e do exército deu finalmente conta do movimento.

O líder militar nacionalista turco Enver Pachá, um dos "jovens turcos" coveiros da monarquia otomana, inicialmente pan-islamista, morreu pan-turco (combatendo contra o Exército Vermelho criado pela Revolução de Outubro) em 1922, desiludido pela aliança dos líderes árabes com os exércitos anglo-franceses, em troca das promessas de independência nacional feitas por estes, no mesmo ano em que a guerra de independência da Turquia (1919-1922) concluiu depondo em novembro de 1922 o rei Maomé VI, último monarca otomano. Na procura de apoios internacionais contra a coalizão anglo-francesa, os amigos europeus de Enver Pachá eram os recentemente derrotados alemães.[208] Em 1919, pouco mais de um ano depois da Revolução de Outubro, o chefe do Alto Comando militar alemão, general Von Seeckt, "enviou a Moscou seu velho amigo Enver Pachá, exilado em Berlim depois de ter sido ministro da Guerra em Turquia. Pachá informou que Trotsky [Comissário de Guerra da Rússia Soviética] era a favor da colaboração com a Alemanha, disposto inclusive a aceitar a fronteira oriental alemã de 1914".[209]

"Enver Pachá contra Lênin"

Anatólia, assim como sobre os territórios e as populações curdas, às quais tinha-se prometido, ao igual que aos armênios, un Estado próprio, do qual viram-se privados até o presente.

[208] Enver Pachá (1881-1922), ou Enver Bey, nasceu numa próspera família em Constantinopla. Estudou em escolas militares do Império Otomano até ser formado na Academia Militar, em 1903. Foi promovido a *Kaïd* em 1906, e depois mandado para Tessalônica, base do 3º Exército Turco, onde virou membro do Comitê da União e Progresso. Participou da instituição da Constituição Otomana, depois da antiga constituição do império ter sido abolida pelo califa Abdul Hamid II em 1878. Foi enviado a Berlim, como diplomata; estudou a doutrina militar prussiana e a levou para o exército otomano. Liderou o exército do Império Otomano na Guerra dos Bálcãs e na Primeira Guerra Mundial. Graças as suas contribuições à revolução dos "Jovens Turcos", ele recebeu o apelido de *Hürriyet Kahramanı* ("Herói da Liberdade").

[209] Hans Magnus Enzensberger. *Hammerstein*. Buenos Aires, La Página, 2013, p. 77.

Depois da guerra de independência turca, em outubro de 1923, foi proclamada a República Turca, de base constitucional laica, fixando sua nova capital em Ankara. O fim do opressor formal (o Império Otomano) não significou o fim da opressão dos países árabes, que pagaram, nas primeiras décadas do século XX, o duro preço imposto pelo oportunismo de suas lideranças nacionalistas (compostas pelas elites tradicionais islâmicas ou pelas novas elites burguesas). Os sonhos de uma Arábia independente e unificada se estrelaram contra as políticas das novas potências da região, que não eram senão as velhas potências europeias dominantes no mundo todo.

No Egito, na verdade, quem mandava eram os "Altos Comissários Gerais" britânicos, que acumulavam com aquela a função protocolar de cônsules gerais do Império Britânico no país. No período entre 1882 até 1914, quando o estatuto da relação imperial mudou, os principais Comissários Gerais foram: Lorde Cromer, que regeu os destinos do país como se fosse um autocrata nominal (de 1883 a 1907); Sir John Eldon Gorst (1907-1911); Lorde Herbert Kitchener (1911-1914) e Sir Reginald Wingate, que além de comandante militar tornou-se governador geral do Egito até 1916. Inglaterra usou no Egito o mesmo modelo de colonização que desenvolvia em outras regiões do mundo sob o seu domínio, preservando no poder uma elite local subserviente aos interesses britânicos, junto à manutenção de tropas britânicas com o pretexto de garantir a ordem e os direitos dos investidores no país, apesar da existência formal de um "governo autônomo", o chamado *indirect rule*.

Cecil Rhodes[210] na África do Sul, onde chegou em 1870 e onde morreu em 1902

[210] Cecil John Rhodes (1853-1902), colonizador e homem de negócios britânico, foi personagem essencial no projeto britânico de construção da estrada de ferro que ligaria El Cairo, no Egito, ao Cabo, na África do Sul, nunca realizado. Foi também um dos fundadores da companhia De Beers, que detém aproximadamente 40% do mercado mundial de diamantes, mas que já teve 90% dele. Sua divisa pessoal era "*so much to do, so little time*..." (Tanto para fazer, tão pouco tempo...). A Companhia Britânica da África do Sul foi criada por Cecil Rhodes através da fusão da *Central Gold Search Association*, empresa liderada por Charles Rudd, e da *Exploring Company, Ltd*, de Edward Arthur Maund. Em um período de menos de dez anos, Rhodes e sua companhia tinham invadido ou levado a autoridade imperial britânica a se impor sobre uma região que corresponde à moderna Botswana, Zimbábue, Zâmbia, e Malaui, - uma área com três vezes o tamanho da França. Rhodes era um representante do darwinismo social. Em um de seus testamentos escreveu: "Considerei a existência de Deus e decidi que há uma boa chance de que ele exista. Se ele realmente existir, deve estar trabalhando em um plano. Portanto, se devo servir a Deus, preciso descobrir o plano e fazer o melhor possível para ajudá-lo em sua execução. Como descobrir o plano? Primeiramente, procurar a raça que Deus escolheu para ser o instrumento divino da futura evolução. Inquestionavelmente, é a raça branca… Devotarei o restante de minha vida ao

A população egípcia revoltou-se e demonstrou descontentamento crescente com a presença britânica no país; a religião muçulmana foi um dos elementos catalisadores dessas rebeliões, apesar da elite entreguista egípcia ser também muçulmana. No entanto, o movimento de resistência não encontrou força suficiente para a expulsão dos governantes britânicos. Hopkins e Cain afirmam, com candidez excessiva, que os britânicos continuaram a ocupação do Egito, depois de 1882, porque "a Grã-Bretanha tinha interesses importantes para defender no Egito e estava disposta a retirar-se somente se as condições que garantiam a segurança desses interesses fossem atendidas - e elas nunca o foram".[211] O investimento inglês no Egito aumentou enormemente durante a ocupação britânica, as taxas de juros internas caíram, ajudando a financiar os investimentos externos, e os preços internacionais dos títulos públicos do país (que tinham atingido cota zero depois da falência da década de 1870) novamente subiram nos mercados internacionais.

Cecil Rhodes, agente privado da colonização inglesa, imaginando um corredor de domínio do Egito até o Cabo

A nação curda, por sua vez, pagou o mais duro preço imposto pelas manobras imperialistas na região, realizadas em estreita relação com o surgimento da Rússia soviética e, depois, da URSS. Com o fim da guerra mundial e com a Turquia ocupada pelos exércitos aliados, a partilha médio-oriental foi confirmada pelo Tratado de Sèvres de agosto de 1920, que fixou as fronteiras do moderno Estado turco e garantiu uma pátria aos sobreviventes armênios mediante a criação de uma república independente; aos curdos foram feitas só promessas. Uma comissão especial com representantes da França, Inglaterra e Itália teve o (suposto) objetivo de elaborar um projeto para um Estado autônomo do Curdistão na Turquia, com a garantia para os curdos de poder apelar para a Liga das Nações com vistas a obter sua independência nacional.

---

propósito de Deus e a ajudá-lo a tornar o mundo inglês". Morreu e foi enterrado em 1902 nas colinas de Matobo, onde ele dominara uma rebelião dos matabeles. Milhares de matabeles vieram a seu enterro, mesmo tendo sido Rhodes, opressor deste povo. A cerimônia foi cristã, mas os chefes guerreiros matabeles pagaram tributos a Rhodes de acordo com as suas crenças animistas (Martin Meredith, *Diamonds, Gold and War*. Nova York, Public Affairs, 2007).

[211] P. J. Cain e A. G. Hopkins. *Op. Cit.*

Houve, portanto, um tratamento diverso das questões curda e armênia pelas potências imperiais. Com a Armênia independente, procurava-se criar um Estado-tampão entre as regiões controladas pelas potências ocidentais e a Rússia soviética; por outro lado, essas mesmas potências preferiam não desestabilizar a Turquia com a questão curda, nem favorecer a existência de um Estado curdo em uma região estratégica para os interesses imperialistas, especialmente os interesses petroleiros. As cláusulas "curdas" do Tratado de Sèvres nunca foram confirmadas (ratificadas) pela Turquia porque o parlamento desse país foi dissolvido extamente em 1920, quando as tropas turcas encabeçadas por Mustafá Kemal combateram com sucesso a presença no país das tropas das potências ocidentais e derrubaram a monarquia fantoche à serviço daquelas: Kemal, na ocasião, convenceu uma parte dos curdos a se empenhar nesse combate, em troca da promessa de uma nova constituição turca que reconheceria seus direitos.

As hostilidades militares turco-ocidentais e a guerra greco-turca concluíram em 1923 com o Tratado de Lausanne, onde a questão curda não foi sequer mencionada, asssim como também não o foi na nova constituição turca. Os curdos, duplamente ludibrados, passaram a ser conhecidos como "os turcos das montanhas", sendo os primeiros a pagar o preço da disputa imperialista pelo petróleo do Oriente Médio.[212] Imperialistas e nacionalistas militares coincidiram, finalizadas as hostilidades mútuas, em apagar a nação curda do mapa e da história. A questão, porém, voltaria a explodir nos quatro países em que a população curda se encontrou dividida e sem direitos nacionais: Turquia, Síria, Irã, Iraque.

Em 1914, o Egito passara a ser um protetorado britânico; a influência inglesa, além disso, se estendia cada vez mais na região do Golfo. Em 1917 teve lugar a ocupação militar inglesa da Mesopotâmia, e a Inglaterra emitiu a já mencionada Declaração Balfour,[213] prevendo a

[212] O Curdistão, a região cultural e geográfica majoritariamente populada pelos curdos, possui cerca de 500.000 km² e se concentra, em sua maior parte, na Turquia; o restante se distribui entre Iraque, Irã, Síria, Armênia e Azerbaijão. Seu nome foi cunhado em 1150 pelo sultão seljúcida Sanjar para designar a parte do Irã ocidental povoada pelos curdos. Atualmente os curdos são a mais numerosa nação sem Estado no mundo. São entre 28 e 30 milhões de pessoas, na sua maioria muçulmanos sunitas, com sua própria língua, embora também falem a língua de seu país de residência. Suas maiores cidades são Mossul, Irbil, Kirkuk, Saqqez, Hamadã, Erzurum e Diyarbakır.

[213] O escritor palestino Edward Said resumiu a importância dessa declaração: "O que é importante a respeito da declaração é que, em primeiro lugar, durante muito tempo ela foi a base legal para as

instalação de um “lar nacional” judeu na Palestina, declaração através da qual a Grã Bretanha preparava sua investida na Palestina, embora esta fosse parte ainda do Império Otomano. O jogo político diplomático inglês era amplo: na Península Arábica, o líder Abdulaziz Ben Saud, instigado pelos britânicos, empreendeu ainda durante a guerra mundial suas primeiras conquistas territoriais contra o Império Otomano que levariam, ao final da campanha militar, à constituição do reino da Arábia Saudita.

No Oriente Médio, o fim do Império Otomano obrigou a uma estratégia imperial diferenciada. Assim como o Tratado de Versalhes, de 1919, havia multiplicado na Europa, em particular na região balcânica danubiana, “diques de estados vassalos” (na expressão do IV Congresso da Internacional Comunista,) seu equivalente para o Império Otomano, o Tratado de Sèvres, multiplicou os protetorados europeus no Oriente Médio. Se a Grã Bretanha havia sustentado e mantido a unidade do Império Otomano durante décadas, essa posição se fez insustentável desde 1913 e impossível depois da Primeira Guerra Mundial, quando o desmembramento do Império Otomano foi posto na agenda política internacional. Como parte da nova agenda geopolítica britânica, Lorde Kitchener, na ocasião de sua visita à Palestina em 1911, escrevia a T. E. Lawrence que seria melhor “que os judeus colonizassem o país o quanto antes possível”. Isso era parte de uma agenda mais ampla.

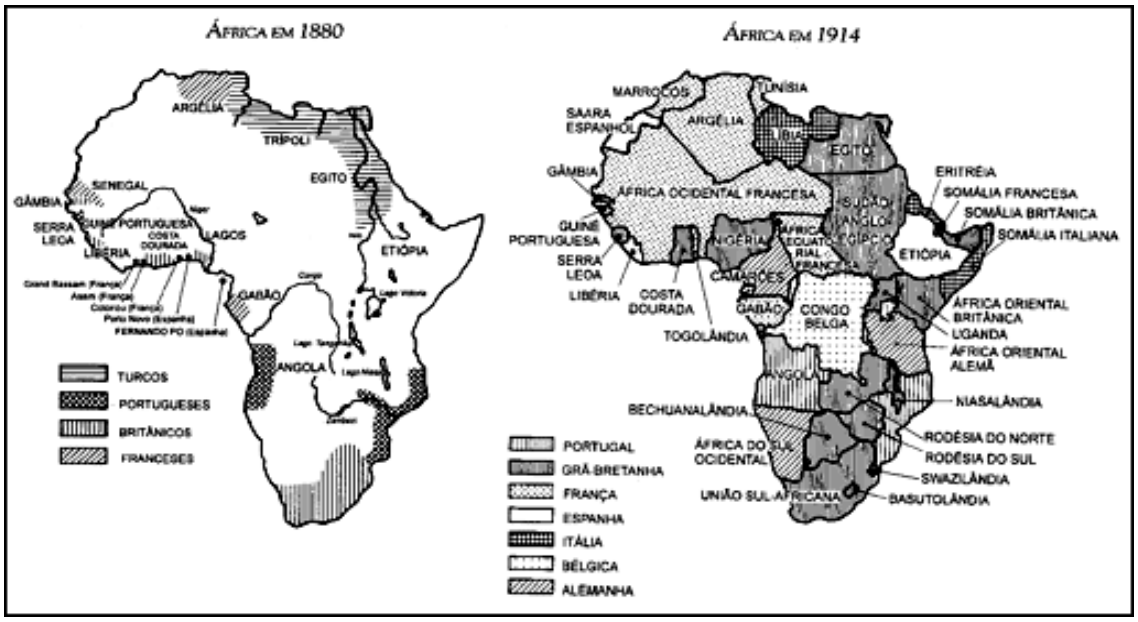
Durante o período de ocupação e controle britânico do país, o Egito desenvolveu também um importante comércio regional. Imigrantes de partes menos “estáveis” da região médio-oriental, incluindo gregos, judeus e armênios, deslocaram-se para o Egito. O número de estrangeiros no país cresceu de 10.000 em 1840 para cerca de 90.000 em 1880, e para mais de 1,5 milhões em 1930. Em 1914, como resultado da declaração de guerra contra o Império Otomano, do qual o Egito era nominalmente parte, a Grã-Bretanha declarou um protetorado sobre o país e depôs o *khediva*, substituindo-o por outro membro da família real, que foi feito chefe do Egito pelos britânicos. Sob o governo do Sultão Hussein Kamil, a partir de 1914, deu-se continuidade legal à presença militar britânica no Egito.

A presença ocidental no Oriente Médio ganhou, nesse período, um novo objetivo estratégico. Durante a Primeira Guerra Mundial, a Armada britânica, a maior do planeta, substituiu a combustão de carvão pelo uso de derivados do petróleo para impulsionar seus navios, inaugurando a “era mundial do petróleo”. Logo depois, o começo da produção em massa de veículos com motores a explosão, especialmente nos EUA, ampliou o consumo mundial de derivados do petróleo de modo espetacular. Inglaterra já possuía jazidas petroleiras no Irã e no Iraque, mas rapidamente os EUA, que ingressaram no conflito bélico mundial em 1917, também se lançaram na corrida petroleira no Oriente Médio, e no restante do mundo, com a *Standard Oil Company of California* (SOCAL) à cabeça.

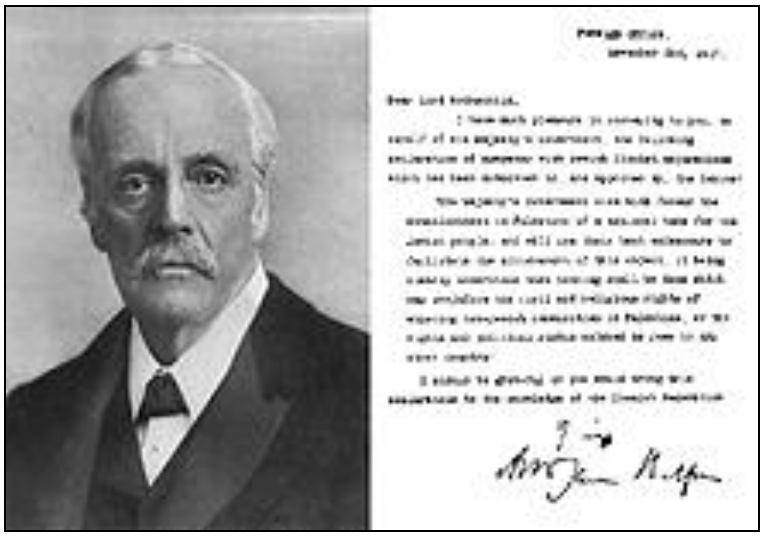
O Império Russo, por sua vez, defendeu seus fornecimentos de petróleo em Baku e no Mar Cáspio, travando batalha contra os turcos no noroeste do Irã. E Inglaterra também defendia seus interesses nos campos petrolíferos do Kuzistão. Os britânicos se movimentavam com rapidez e num amplo teatro de operações contra os interesses de outras potências imperialistas. A África praticamente inteira tinha sido colonizada pelas potências europeias, ao longo das três décadas precedentes.

---

reivindicações sionistas em relação à Palestina e, em segundo lugar, foi uma declaração cuja força só pode ser avaliada quando as realidades demográfica e humana da Palestina ficaram claras na mente. Isto é, a declaração foi feita (a) por um poder europeu, (b) a respeito de um território não europeu, (c) num claro desrespeito à presença e aos desejos da população nativa residente no território e (d) tomou a forma de uma promessa sobre este mesmo território por um outro grupo estrangeiro, a fim de que esse grupo estrangeiro pudesse, literalmente, fazer desse território uma nação para o povo judeu" (Edward Saïd. *The Question of Palestine*. Nova York, Vintage Books, 1980).



Esse foi o contexto estratégico e geopolítico que serviu de marco à emissão da Declaração Balfour, em novembro de 1917. Durante a Grande Guerra, os britânicos haviam tomado Bagdá em março de 1917. Durante o verão desse ano, forças árabes comandadas por um filho do Sultão Hussein, Faisal, operaram no sul da Jordânia contra os otomanos. Em dezembro os britânicos já estavam em Jerusalém. Entretanto, o ministro dos Assuntos Exteriores da Grã Bretanha, Balfour, em carta ao Lorde Rothschild (a carta fora preparada conjuntamente pelos dirigentes da Organização Sionista Mundial e Mark Sykes, e teve oito projetos diferentes entre julho e novembro desse ano) anunciava: "O governo de sua Majestade considera favoravelmente o estabelecimento na Palestina de um Estado nacional para o povo judeu". A Palestina era, a princípio e teoricamente, uma zona neutra internacional, segundo os acordos Sykes-Picot. Com o chamamento para a constituição de um "Estado nacional judeu", a Grã Bretanha afirmava suas ambições sobre o território da Palestina, dentro de um projeto que ligava o Egito sob o mandato inglês aos territórios do Iraque e da Península Arábica, até à Índia. Os exércitos britânicos tentaram realizar isso na prática.



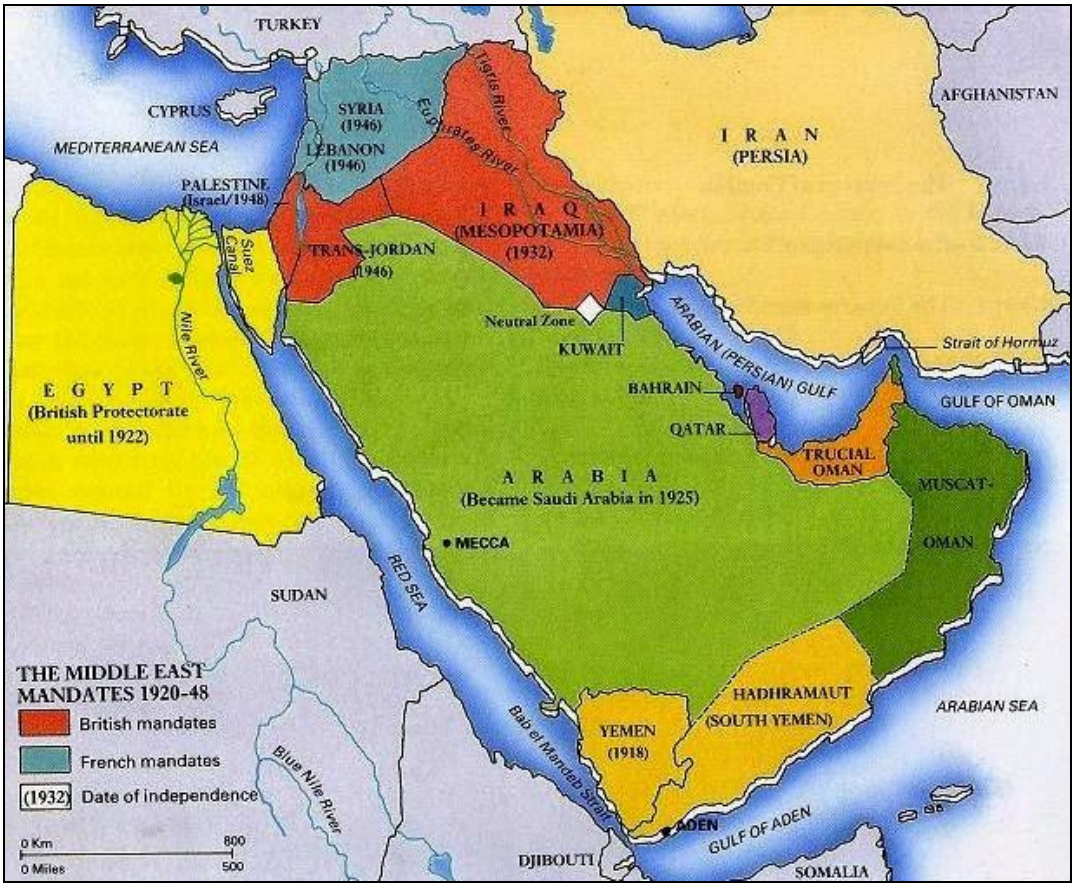
Declaração Balfour (e seu autor)

Um ano depois, ainda no contexto da Grande Guerra, as operações inglesas na Síria começaram em setembro de 1918. As forças britânicas permitiram ao rei Faisal entrar em Damasco em outubro. Um mês mais tarde, a Síria estava sob o controle britânico. Depois do

armistício firmado com os otomanos (a 30 de outubro de 1918), os britânicos continuaram avançando, estendendo sua influência regional em detrimento da França. Esta se viu obrigada a ceder Mosul e Palestina aos britânicos, e descobriu que, na Síria, os britânicos não lhe concediam mais do que a administração do litoral sírio-libanês. A Síria interior era confiada a Faisal. Este, por sua vez, firmou um protocolo de acordo com o líder sionista Chaim Weiszmann, considerando a declaração Balfour um repúdio aos acordos Sykes-Picot, e colocando-se de fato sob o controle da Grã Bretanha (o artigo 9 do acordo firmado em 3 de janeiro de 1919 por Faisal e Weiszmann precisava: "Qualquer diferença que surgir entre as partes contratantes se submeterá ao arbítrio do governo britânico"), o que constituía uma arma diplomática contra as ambições francesas.

Os britânicos fizeram um acordo com os franceses, em novembro de 1919; suas tropas evacuaram as zonas sírio-libanesas que os acordos Sykes-Picot haviam confiado à França. Faisal aceitou tratar com esta última, porém, o Conselho Geral Sírio formado na França proclamou, em março de 1920, o "Reino Unido da Síria", e lhe ofereceu sua coroa. Os cristãos do Líbano apoiaram o estabelecimento do mandato francês, pois o viram como uma etapa para seu Estado independente, e também como uma garantia contra as pretensões dos nacionalistas árabes ou sírios de anexarem seu país.

O desembarque francês em Beirute ocorreu em novembro de 1919 com o general Henry Gourraud, comandante em chefe do Alto Comissariado Francês. Gourraud tomou uma série de medidas para garantir o controle francês sobre a Síria. Derrotou as tropas do rei Faisal na batalha de Mayssalun em julho de 1920, e promoveu a ocupação de Damasco, acabando com a curta experiência de independência na Síria. Foi assim criada a entidade do "Grande Líbano", estendendo as fronteiras do país para as regiões majoritariamente xiitas do sul, do Vale do Beka´a até a cadeia do Antilíbano a leste e a Planície do Akkar no norte. Além disso, foram anexadas a essa nova entidade as cidades litorâneas de Beirute, Sidon, Tiro e Trípoli.



Mandatos franceses e ingleses no Oriente Médio, 1920-1948

Essas regiões, incorporadas ao Grande Líbano, eram de população majoritariamente muçulmana; elas se recusaram a aceitar sua inclusão no Líbano, além de se ressentirem da proeminência política dos cristãos, especialmente maronitas, propiciada pelos franceses. Nos primeiros anos do mandato francês foram frequentes as demonstrações muçulmanas de revolta contra sua incorporação forçada ao Grande Líbano. Georges Picot e o almirante Mormet, comandante das forças navais francesas no Mediterrâneo oriental, sofreram tentativas de assassinato. Entre dezembro de 1920 e janeiro de 1921 trinta vilas cristãs foram atacadas no sul; era frequente o assassinato de cristãos que colaborassem com os franceses. Tropas francesas foram despachadas para submeter a população local; houve execuções, castigos coletivos e política de "terra arrasada" contra as aldeias sublevadas.

No imediato pós-guerra, a revolta árabe dirigida pelas elites governantes conheceu novas derrotas. A guerra franco-síria (1919-1921) testemunhou a derrota do Reino Árabe da Síria frente à França: Faisal, rei da "Grande Síria", que incluía o Líbano, foi exilado para o Reino Unido. A "Grande Revolta Síria" foi encabeçada pelas elites políticas e sociais do país, e não teve um comando central, embora se destacasse a figura do Dr. Chahbandar. Várias facções emergiram – lideradas por sunitas, drusos e cristãos – com estratégias e objetivos politcos diferentes, todos atendendo aos interesses das comunidades que representavam.

O governo britânico, preocupado com sua posição no novo mandato no Iraque, concordou em declarar o derrotado e exilado (em Londres) rei sírio Faisal novo rei do país. A antiga Grande Síria, por sua vez, foi dividida em dois mandatos: Mandato Francês da Síria e do Líbano e Mandato Britânico da Palestina, incluindo a região autônoma da Transjordânia. A Liga (ou Sociedade) das Nações (SDN) legitimou os mandatos franco-britânicos: ela foi criada em 1922 sob o influxo da política wilsoniana para resolver de vez a questão nacional na Europa (que fora, para o presidente dos EUA Woodrow Wilson e o *establishment* norte-americano, a causa principal da Primeira Guerra Mundial), eliminando os velhos impérios continentais, no mesmo ano em que, como consequência da Revolução de Outubro, foi criada a URSS, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, alterando todos os equilíbrios políticos pré-existentes, e postulando uma alternativa revolucionária para sair do militarismo, do imperialismo colonialista e da opressão capitalista, de modo simultâneo e concomitante.

A repressão do exército francês deu conta dos rebeldes sírios, que agiam militarmente divididos. O custo da derrota foi seis mil sírios mortos e outros cem mil que perderam suas casas. A infraestrutura do país também foi deixada em ruínas. Em Beirute, os muçulmanos sunitas reagiram violentamente contra sua inclusão no "Grande Líbano". Além dos sunitas, drusos, xiitas e parte dos cristãos ortodoxos também se ressentiram, se recusando a participar da estrutura política proposta pela França e, como os sunitas, acusando os franceses de favorecerem os maronitas às suas custas. Os líderes cristãos ortodoxos, do seu lado, imaginavam que, devido a constituírem a maior comunidade cristã da Síria, eles acabariam tendo proeminência dentro de um Estado sírio sobre os demais cristãos.

Eles se ressentiam da maneira desdenhosa com que eram tratados pelos maronitas: acabaram por isso apoiando a existência do Grande Líbano, pois ele garantia aos cristãos em geral uma série de privilégios e o acesso privilegiado às estruturas de poder, que em uma Síria majoritariamente muçulmana dificilmente teriam. Os drusos, por sua vez, chegaram a se aliar aos seus conterrâneos da região do Hauran na Síria, que entre 1925 e 1927 se levantaram militarmente contra os franceses e chegaram, por pouco tempo, a ocupar territórios libaneses. Os xiitas também deram apoio a essa revolta, recusando sua incorporação ao Grande Líbano e promovendo rebeliões e confrontos no sul do país.[214] A instabilidade crônica do novo domínio colonial francês no Oriente Médio não fazia senão começar.

[214] José Ailton Dutra Jr. *O Líbano e o Nacionalismo Árabe (1952-1967).* Dissertação de Mestrado, São Paulo, FFLCH-USP, 2014.

Com a repartição dos territórios, legitimada pela Sociedade de Nações (Síria e Líbano ficaram para a França, Palestina e Iraque para a Grã-Bretanha) foi destruído o projeto da "Grande Síria". As forças armadas francesas esmagaram os sírios resistentes remanescentes. A administração britânica conseguiu que a França lhe cedesse a Galileia e a bacia alta do rio Jordão, como desejavam os sionistas. No entanto, a Transjordânia lhes escapou: administrada por Faisal até meados de 1920, Abdallah, irmão de Faisal, se instalou no governo em novembro de 1920 com a intenção de intervir na Síria contra os sionistas, que queriam incorporar a margem esquerda do rio Jordão à prometida Palestina judia, que já chamavam de "Israel". E os britânicos, em março de 1921, nomearam Abdallah governador da Transjordânia. Menos de quatro anos depois da Declaração Balfour, os interesses sionistas e os dos ingleses começavam a entrar em conflito aberto.

Em sua mensagem enviada ao Congresso de 8 de janeiro de 1918, o presidente dos EUA Woodrow Wilson resumiu sua plataforma de paz internacional: 1) "acordos públicos, negociados publicamente", e abolição da diplomacia secreta; 2) liberdade dos mares; 3) eliminação das barriras econômicas entre as nações; 4) limitação dos armamentos nacionais "ao nível mínimo compatível com a segurança"; 5) ajuste imparcial das pretensões coloniais, tendo em vista os interesses dos povos atingidos por elas; 6) evacuação da Rússia; 7) restauração da independência da Bélgica; 8) restituição da Alsácia e da Lorena à França; 9) reajustamento das fronteiras italianas, "seguindo linhas divisórias de nacionalidade claramente reconhecíveis"; 10) desenvolvimento autônomo dos povos da Áustria-Hungria; 11) restauração da Romênia, da Sérvia e do Montenegro, com acesso ao mar para Sérvia; 12) desenvolvimento autônomo dos povos da Turquia, sendo os estreitos que ligam o Mar Negro ao Mediterrâneo "abertos permanentemente"; 13) uma Polônia independente, "habitada por populações indiscutivelmente polonesas" e com acesso para o mar; e 14) uma Liga das Nações, órgão internacional que evitaria novos conflitos atuando como árbitro nas contendas entre os países.

Woodrow Wilson culpava o militarismo imperialista europeu, especialmente alemão, pela guerra mundial. O presidente dos EUA expôs a ideia de que a aristocracia e a elite militar tinham um poder excessivo no Império Alemão, no Reino de Itália e no Império Austro-Húngaro; a guerra fora a consequência de seus desejos de poder militar e de seu desprezo pela democracia. A SDN, porém, como projeto estratégico, era menos uma resposta aos impérios europeus e muito mais uma resposta político-diplomática das potências capitalistas ao nascimento dessa entidade "não nacional", cujo próprio nome (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) era o nome do projeto de uma revolução socialista mundial, ou seja, da autonomia e autodeterminação de todos os povos do mundo no marco da república internacional dos conselhos operários.[215]

[215] Arno J. Mayer. *Wilson vs. Lenin.* Political origins of the new diplomacy, 1917-1918. Nova York, Meridian Books, 1964.

DEPOIS DA REVOLUÇÃO RUSSA

J'étais sous les ordres d'um vieillard tendre et sévère. Il se défoulait sur moi pour dissiper sa fatigue. Il me chagrinait quand Il se moquait de moi en me traitant de kabyle: - Votre pays n'a donné qu'un seul homme, Abdelkrim Khattabi (Mohamed Choukri, **Le Pain Nu**)

O empreendimento imperialista na região provocou reações políticas e também político-religiosas. No final do século XIX nascera no Egito a ideologia moderna do *pan-islamismo*, com dois teóricos principais. Jamal El-Dine El-Afghani (1839-1897), conselheiro do sultão otomano e professor na Universidade de El Cairo, expôs as bases para uma "Aliança Islâmica", fundamentadas em quatro princípios: o Islã devia ser renovado mediante ideias de Ocidente; os textos do Corão anunciavam, na verdade, a civilização moderna; o Islã deveria recuperar a iniciativa histórica; do que resultaria a unificação do mundo islâmico. Abdel Rahman El-Kawakibi (1849-1903), por sua vez, escreveu *Om el Koura*, obra que continha um projeto de organização internacional islâmica: defendia a criação de uma instituição internacional muçulmana baseada num pacto entre os países islâmicos, cuja atividade devia ser mais de ordem cultural do que política. As propostas não tiveram um eco imediato, mas foram o antecedente dos congressos pan-islâmicos celebrados no século XX, durante o período entre guerras, depois do colapso do califado otomano. Este primeiro pan-islamismo surgiu como reação ao crescente domínio europeu, não só nos países árabes, mas também em toda a África.

O quadro político mundial mudou decisivamente com o conflito mundial e suas consequências. Com a vitória da Revolução de Outubro de 1917 e a saída unilateral da Rússia da Grande Guerra, o partido bolchevique recém chegado ao poder lançou um chamado pela paz democrática sem anexações, baseada no direito de autodeterminação para todas as nações, com a anulação da diplomacia secreta dos países imperialistas que através dela dividiam entre si os espólios da I Guerra Mundial. Durante as negociações com os alemães, no quadro da preparação dos Acordos de Brest-Litovsk, a delegação bolchevique exigiu que qualquer "paz geral" fosse baseada nos seguintes princípios: a) Não seria tolerada a união pela violência dos territórios conquistados durante a guerra. A imediata evacuação das tropas dos territórios ocupados; b) A completa restauração da independência política dos povos privados de sua independência no curso da presente guerra; c) Os grupos de diferentes nacionalidades que não possuíam independência política antes da guerra deveriam ser garantidos o direito de decidirem livremente se queriam pertencer a um ou outro Estado, ou se por meio de um referendum gozariam da independência nacional. Neste referendum todos os habitantes do território em questão, incluindo imigrantes refugiados, teriam total liberdade para votar.

Em 7 de dezembro, 1917, o Conselho Soviético de Comissários do Povo publicou uma carta "Para Todos os Trabalhadores Muçulmanos da Rússia e do Leste", na qual apelava aos trabalhadores persas, turcos, árabes e hindus a derrubarem os imperialistas, usurpadores e escravizadores de seus países. Poucos dias após a tomada do poder, o governo soviético começou a tornar públicos os tratados secretos da diplomacia mundial, particularmente aqueles encontrados nos arquivos do antigo governo czarista da Rússia. Em 23 de novembro 1917 publicaram integralmente os documentos secretos do Acordo de Sykes-Picot de 1916, que estabeleciam os planos dos aliados para a futura partição da Turquia asiática e a subordinação da Palestina ao controle britânico. Revelou-se assim o esquema pelo qual os governos da Grã-Bretanha, França e Rússia pretendiam usurpar os árabes da independência que lhes fora prometida - em troca de sua ajuda para combater o Império Otomano - em acordos paralelos, presentes na correspondência MacMahon-Hussein. Mais do que isso, "na visão dos bolcheviques, a ocupação da Palestina era parte de uma estratégia britânica para a

divisão e o desmembramento do Império Otomano, que seria seguido pela 'destruição da Rússia Revolucionária'".[216]

O apoio bolchevique à libertação dos povos colonizados foi um dos fatores que distinguiu a Terceira Internacional (comunista) da Segunda Internacional. Os socialdemocratas eram na melhor das hipóteses indiferentes (ou receosos) quanto à luta de libertação dos países coloniais, enquanto que os seus setores mais à direita apoiavam abertamente a "missão civilizadora" de seus próprios governos. Em contrapartida, o Manifesto do Primeiro Congresso da Comintern [Internacional Comunista] de 1919, escrito por Trotsky, denunciava a utilização dos movimentos nacionais, nas colônias, pelas potências europeias em prol de sua guerra imperialista: "A última guerra, que foi em grande medida uma guerra pela conquista colonial, foi ao mesmo tempo uma guerra feita com a ajuda das colônias. Em proporções até então nunca vistas, os povos coloniais foram envolvidos na guerra europeia. Os hindus, indígenas, árabes, malgaches, combateram entre si na terra da Europa, em nome de que? Em nome do seu direito de continuar escravos da Inglaterra e França. Jamais o espetáculo da desonestidade do Estados capitalista nas colônias foi tão edificante; jamais o problema da escravidão colonial foi colocada com tanta acuidade. De onde resulta uma série de revoltas ou de movimentos revolucionários em todas as colônias (...) A questão colonial se encontra assim colocada, em toda a sua amplitude, não apenas sobre o tapete verde do congresso de diplomatas em Paris, mas dentro das próprias colônias".[217]

As frases acerca da "paz e liberdade universais" da Liga das Nações foram criticadas por Lênin, quem definiu a neonata entidade como um "covil de bandidos colonialistas": "A guerra imperialista de 1914-1918 colocou em evidência diante de todas as nações e todas as classes oprimidas do mundo a falsidade dos fraseados democráticos e burgueses. O Tratado de Versalhes, ditado pelas famosas democracias ocidentais, sancionou, em relação ás nações fracas, as violências mais covardes e mais cínicas. A Liga das Nações e a política da Entente em seu conjunto apenas confirmam este fato e põem em andamento a ação revolucionária do proletariado dos países avançados e das massas laboriosas dos países coloniais ou dominados, levando assim à bancarrota as ilusões nacionais da pequena burguesia quanto à possibilidade de uma vizinhança pacífica ou de uma igualdade verdadeira das nações sob o regime capitalista", afirmava um dos documentos fundacionais da Internacional Comunista, criada em 1919.

Em agosto do ano seguinte (1920) realizou-se o Segundo Congresso da Comintern, cujo Manifesto, redigido pelo mesmo Trotsky, declarava que não apenas os trabalhadores industriais, mas tambèm os povos oprimidos do Oriente estavam sendo atraídos para a batalha: "Os trabalhadores dos países coloniais e semi-coloniais despertaram. Nas vastas regiões da Índia, Egito e Pérsia, sobre as quais o polvo gigantesco do imperialismo britânico estende os seus tentáculos, neste oceano não demarcado, vastas forças internas trabalham constantemente, levantando ondas enormes que causam tremores nas ações da bolsa e no coração da City. No movimento dos povos coloniais, o elemento social sob todas as suas formas se mescla ao elemento nacional, mas todos dois são dirigidos contra o imperialismo. Dos primeiros passos cambaleantes às formas maduras de luta, as colônias e países atrasados em geral estão percorrendo o caminho com uma marcha forçada, sob a pressão do imperialismo moderno e sob a liderança do proletariado revolucionário".[218]

---

[216] Ran Marom. The bolcheviks and the Balfour Declaration. In: Robert Wistrich (org.). *The Left against Zion*. Londres, Vallentine/Mitchell, 1979, p. 18.

[217] Manifeste de l'Internationale Communiste aux prolétaires du monde entier! *Thèses, Manifestes et Résolutions des Quatre Premiers Congrès Mondiaux de l'Internationale Communiste 1919-1923*. Paris, François Maspéro, 1978, p. 32.

[218] Le monde capitaliste et l'Internationale Communiste. *Idem*, p. 78.

No Oriente Médio, a imposição da nova ordem internacional pôs a região em estado de conflito explosivo. Os recém-fundados partidos comunistas, e a própria Internacional Comunista (que chegou a preparar o envio de armas para auxiliar a revolta síria, finalmente não concretizado) tentaram se integrar na "revolução síra", entrando em contato com seus dirigentes: Sultan el-Atrach, líder dos rebeldes drusos, influenciado pelos comunistas, propôs o programa de uma "*Federação Nacional dos árabes da Síria, da Palestina e de toda Arábia*": a unidade *nacional* (não religiosa) de *todos* os árabes, sob o princípio federativo, uma proposta que era pela primeira vez lançada no cenário político contemporâneo. Os comunistas franceses, organizados no PCF, se mobilizaram na metrópole contra seu próprio governo e país, ao preço de muitas perseguições e prisões.

A agitação independentista, ao mesmo tempo, ganhava todo o Oriente Médio. Uma delegação política egípcia conhecida como "Delegação Wafd", pois estava composta por membros do partido político nacionalista do mesmo nome, originado na breve vigência do parlamentarismo no país, participou da Conferência de Paz de Paris de 1919, que selou legalmente o fim da guerra mundial, para exigir a independência do Egito. Incluído no grupo estava o líder político Saad Zaghlul, que mais tarde se tornou primeiro-ministro e passou a ser considerado o "pai da nação egípcia". Quando o grupo foi preso e deportado para a ilha de Malta, uma grande revolta ocorreu no Egito. Como se revelou depois, quando se tornou público o acordo secreto Sykes-Picot, a Grã-Bretanha e a França não tinham nenhuma intenção de abandonar o Oriente Médio: as duas potências colonialistas, sócias no controle do Canal de Suez, não só não estavam dispostas a ceder qualquer autonomia aos egípcios e aos árabes em geral, como haviam acertado entre si dividir as antigas províncias otomanas, o que se confirmou definitivamente no Tratado de Sèvres, de 1920.

Entre março e abril de 1919 houve protestos em massa no Egito, uma revolta geral conhecida como a "Revolução de 1919". As manifestações se realizavam quase que diariamente por todo o país. Para surpresa das autoridades britânicas, as mulheres egípcias também participaram dos protestos, lideradas por Huda Sha'rawi (1879-1947), que se tornou a principal voz feminista e feminina no Egito na primeira metade do século XX. As primeiras manifestações das mulheres ocorreram no domingo 16 de março de 1919, e foram seguidas por outras na quinta-feira 20 de março. As mulheres egípcias continuaram a desempenhar um papel político importante e cada vez mais público. A repressão britânica às revoltas provocou a morte de 800 pessoas. Em novembro de 1919, a "Comissão Milner" foi enviada ao Egito pelos britânicos para tentar resolver a situação.

No ano seguinte, Lorde Milner apresentou seu relatório ao Lorde Curzon, secretário de Relações Exteriores britânico, recomendando que o protetorado inglês fosse substituído por um tratado de aliança. Curzon concordou em receber uma missão egípcia dirigida por Zaghlul e Adli Pachá para discutir as propostas. A missão chegou a Londres em junho de 1920, e o acordo foi concluído em agosto do mesmo ano. Em fevereiro de 1921, o parlamento britânico aprovou o acordo e o Egito foi convidado a enviar outra missão a Londres com plenos poderes para concluir um tratado definitivo. Adli Pachá liderou esta missão, que chegou a Inglaterra em junho de 1921. No entanto, os delegados ingleses salientaram a importância de manter o controle britânico sobre a zona do Canal de Suez, e Curzon não conseguiu persuadir seus colegas de gabinete em concordar com os termos que Adli Pachá estava disposto a aceitar. A missão egípcia, portanto, fracassou, e retornou ao Egito em meio ao desgosto popular.

Em dezembro de 1921, as autoridades britânicas em El Cairo impuseram a lei marcial e novamente deportaram Saad Zaghlul. As manifestações populares novamente levaram à violência e à repressão. Em concessão ao crescente nacionalismo, e por sugestão do Alto Comissário inglês, Lorde Allenby, o Reino Unido declarou unilateralmente a independência do Egito em 28 de fevereiro de 1922, abolindo o protetorado e estabelecendo um reino independente no país. Sarwat Pachá tornou-se seu primeiro-ministro; a influência britânica, no

entanto, continuou a dominar a vida política do Egito. A Grã-Bretanha manteve o controle da Zona do Canal de Suez, do Sudão e a "proteção externa" do Egito. Posteriormente, o Tratado anglo-egípcio de 1936 reservou o controle militar exclusivo do Canal de Suez para os ingleses. Assim, apesar dos esforços do Partido Wafd, fundado em 1918 por Saad Zaghlul, o resultado final depois de anos de luta fora pífio. Bem pouca coisa os lideres wafdistas haviam conseguido arrancar de Londres, a não ser representar uma oposição nacionalista no parlamento de El Cairo, que funcionava de acordo com o modelo inglês. O Wafd representava a impotência das novas classes urbanas egípcias nascidas das consequências econômicas da penetração capitalista externa, e dependentes dela.

"A timidez do Wafd provinham de sua natureza de partido 'puramente político'; o Wafd não era o partido de uma burguesia egípcia vacilante. A burguesia egípcia, de fato, não vacilava. Participava junto ao rei, os grandes proprietários e os ingleses da administração do país... A inconsistência do Wafd era proporcional à inconsistência da pequena burgesia dos *effendis* herdeiros miseráveis do antigo Terceiro Estado desaparecido. Nutrido por um sucedâneo de cultura tradicional, reacionária em seu conteúdo, embora modernizada na sua forma, o Wafd se inclinava a contentar-se com vitórias de prestígio sem buscar realmente a libertação política e social de seu país. Isto explica que o Wafd se revelasse, em relação aos problemas principais, tão conservador quanto os partidos da monarquia, e que jamais tenha pensado, por exemplo, numa reforma agrária. E também porque os ingleses nunca se enganaram com sua demagogia nacionalista. A atitude dos interlocutores wafdistas nas negociações anglo-egípcias o corrobora. Nem por um instante o Wafd considerou que o Egito pudesse deixar de ser um Estado-cliente da Grã-Bretanha, só reivindicava que fosse satisfeita a vaidade da pequena burguesia egípcia e que se deixasse de humilhá-la".[219]

Em contraste, o Conselho de Comissários do Povo da Rússia soviética lançou uma mensagem *A todos os trabalhadores muçulmanos da Rússia e do Leste*, na qual chamava os trabalhadores persas, turcos, árabes e hindus para derrubarem os imperialistas, usurpadores e escravocratas de seus países. E publicou integralmente os documentos secretos do acordo Sykes-Picot de 1916, que estabelecia os planos dos aliados para a futura partição da Turquia asiática e a subordinação da Palestina ao controle britânico. A política internacional bolchevique tinha o objetivo central de configurar uma vanguarda revolucionária árabe, capaz de disputar a direção política das massas muçulmanas não só às velhas elites monárquicas, mas também às lideranças nacionalistas burguesas ou religiosas.

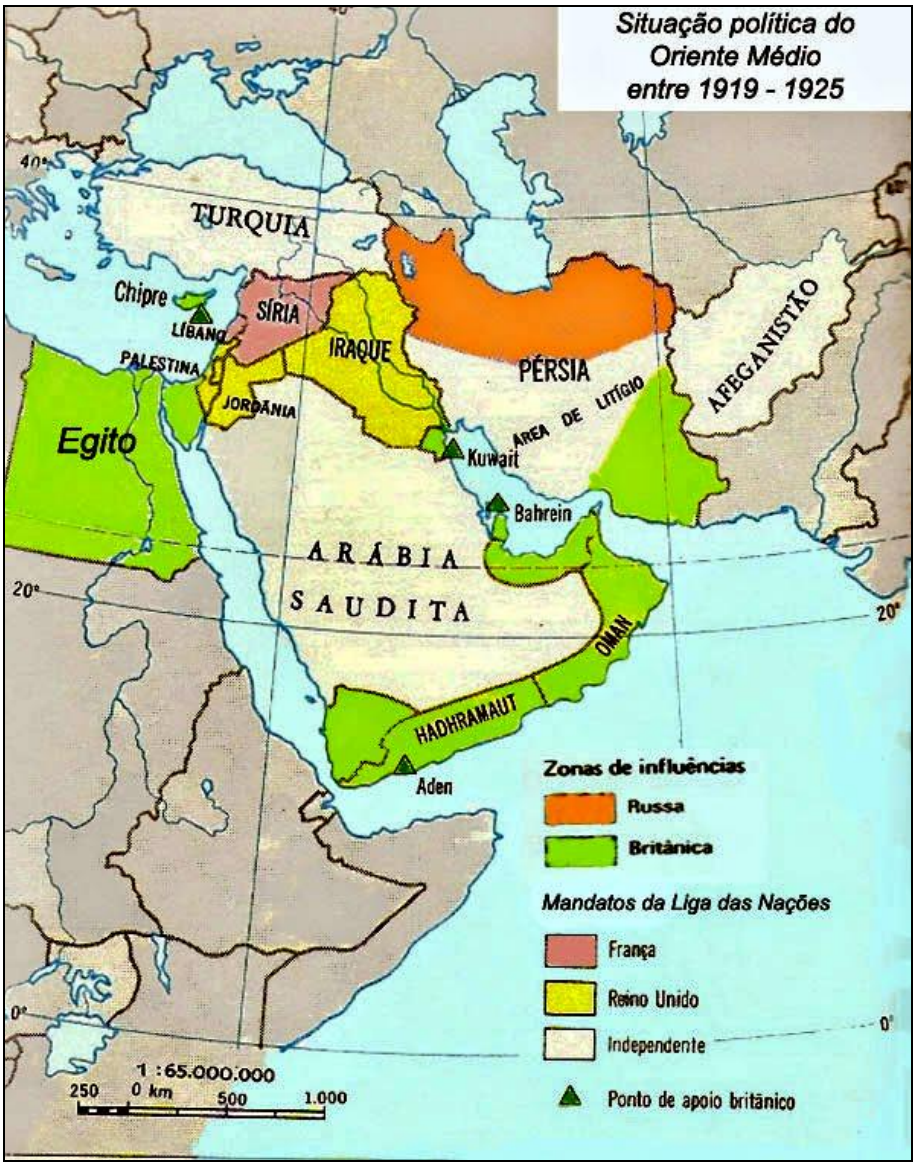
A resolução sobre a questão nacional e colonial aprovada pelo Segundo Congresso da Internacional Comunista (IC) enfatizava: 1) a necessidade de "*combater o pan-islamismo*, o pan-asiatismo e outros movimentos similares que se esforçam para utilizar a luta de emancipação contra o imperialismo europeu e americano para fortalecer o poder dos imperialistas turcos e japoneses, da nobreza, dos grandes proprietários de terras, dos padres, etc."; 2) que os comunistas deviam "preservar a independência do movimento proletário mesmo em sua forma embrionária"; 3) o papel do sionismo "que, sob o pretexto de criar um Estado judeu na Palestina de fato rende os trabalhadores árabes da Palestina, onde os trabalhadores judeus constituem apenas uma pequena minoria, à exploração pela Inglaterra".[220]

Na URSS foi constituído um "Comissariado Interno para a Questão Muçulmana" (assim como outro para a questão judia), que não fazia referência a nenhum âmbito territorial específico; ambos os comissariados eram considerados instituições excepcionais *pro tempore*: "Os sucessivos representantes dos movimentos revolucionários de Oriente buscaram uma

[219] Hassan Riad. *Op. Cit*., pp. 58-59.

[220] Internacional Comunista. *Thèses, Manifestes et Résolutions des Quatre Premiers Congrès Mondiaux de l'Internationale Communiste 1919-1923.* Paris, François Maspéro, 1978.

autonomia do comunismo muçulmano, *combinando Islã e comunismo*, nacionalismo turco e princípios de libertação social. Nessa mlinha trabalharam os responsáveis políticos com maior continuidade, como Sultan Galiev e Hanali Muzuffar, que tentaram criar um partido comunista muçulmano, na preparação do Turcomenistão russo, e para animar o movimento revolucionário no Oriente" (grifo nosso).[221]



A Internacional Comunista (IC) passou da teoria à prática, em todo o Oriente. No mês seguinte ao Segundo Congresso da IC, em setembro de 1920, a Internacional Comunista reuniu em Baku, no Cáucaso, um "Congresso dos Povos do Leste", que foi celebrado durante toda uma semana (a primeira desse mês) com representantes de 37 nacionalidades, na sua grande maioria oriundos de populações carentes de Estado próprio presentes no antigo Império czarista, na Ásia Central, no Oriente Médio e no Extremo Oriente (estavam presentes no Congresso a Coreia e a China, mas não representantes japoneses). Os delegados "árabes", porém, eram só em número de três, para um total de 1.891 delegados, com predomínio de delegados turcos, "persas e farsis" e armênios, que totalizavam quase 600 (não constou nas atas do congresso a origem nacional de 266 delegados, muitos deles, provavelmente, árabes).

[221] Luigi Vinci. *Il Problema di Lenin*. Milão, Punto Rosso, 2014, p. 480.

A maioria dos delegados, porém, provinha de regiões ou territórios com predomínio histórico da religião islâmica (deve se notar que apenas 55 delegadas eram mulheres, escassos 3% do total, os dois fatos estando provavelmente vinculados); a Pérsia (onde já existia um Partido Comunista), por exemplo, participou com nada menos que 204 delegados. O Congresso aprovou um "Chamado aos Trabalhadores de Europa, América e Japão" para estes se solidarizarem com a luta dos povos coloniais e, sobretudo, um vigoroso *Manifesto* anti-imperialista que concluía, significativamente, com a frase: "Que a *guerra sagrada* dos povos do Leste e dos trabalhadores do mundo inteiro contra o imperialismo britânico arda com fogo inesgotável!". O conceito de "guerra santa" foi também usado por um dos principais relatores (oradores) do Congresso, o dirigente bolchevique Grigorii Zinoviev (de origem judia; "um asno de fama europeia", na cruel definição do líder comunista alemão, também judeu, Paul Levi) para chamar, em seu discurso, a "uma *Jihad* (sic) dos povos orientais contra o imperialismo, não sob a bandeira verde do Profeta, mas sob a bandeira vermelha da Revolução".[222]

Grigorii Zinoviev

O "Congresso dos Povos do Oriente" da Internacional Comunista teve uma continuidade em 1921-1922, com uma sessão preliminar em Irkutsk no final do primeiro ano, e dez dias de funcionamento pleno em Moscou em janeiro de 1922. A maioria dos delegados vinha da China (42), do Japão (14) e da Coreia (52): "Havia também mongóis, javaneses, filipinos, em menor número. Considerado como a continuação do Congresso de Baku, ele foi, na verdade, sua extensão para o Extremo Oriente".[223] O Partido Comunista chinês acabava de ser fundado, em congresso celebrado na China com treze delegados (incluído Mao Ze Dong, sindicalista na área da educação e futuro dirigente da revolução chinesa; o primeiro secretário geral do partido foi o futuro trotskista Chen Du Ziu, morto em 1942 pelos invasores japoneses) e, como consequência do congresso de Moscou, foi também fundado o Partido Comunista do Japão.

---

[222] Brian Pearce (ed). *Congress of the Peoples of the East*. Baku, September 1920. Londres, New Park Publications, 1977. Grigorii Zinoviev, nascido Ovsei-Gershon Aarónovich Apfelbaum na Ucrânia, em 1883, pertencia a uma família judia de pecuaristas produtores de leite. Filiou-se ao POSDR em 1901 e foi membro da facção bolchevique desde sua criação, em 1903, fazendo parte da sua direção. Principal dirigente bolchevique depois de Lênin, notabilizou-se pela sua oratória acesa. Membro do Politburo do partido bolchevique (de 1919 a 1926) indicou Stálin para a secretaria geral do partido em 1922. Escreveu, nesse período uma "Breve História do Bolchevismo". Em desgraça depois da ascensão de Stálin, com o assassinato de Kírov (1934), Zinoviev foi forçado a admitir sua "cumplicidade moral" com o crime, recebendo uma pena de dez anos de prisão. Em 1936 foi novamente julgado, no primeiro "Processo de Moscou", condenado e executado a 25 de agosto de 1936. Foi postumamente absolvido das acusações em 1988, mais de meio século após sua morte, durante o período da "perestroika" que precedeu o fim da URSS.

[223] Pierre Broué. *Histoire de l´Internationale Communiste.* Paris, Fayard, 1997, p. 285.

No mesmo ano do congresso antiimperialista em Baku, Winston Churchill ecoava as palavras de Theodor Herzl a Otto von Bismarck, defendendo no *Illustrated Sunday* de fevereiro de 1920, em termos antissemitas (ao ponto de seu artigo ser na atualidade reproduzido em sites neonazistas), que o sionismo era a única alternativa para que as massas oprimidas judias não se incorporassem maciçamente ao bolchevismo. Churchill contrapunha os "judeus nacionais", dignos de (seu) respeito, aos "judeus internacionais", "uma confederação sinistra para a derrubada da civilização" (encabeçada, entre outros, por Leon Trotsky, tido como chefe da "conspiração judia").

ILLUSTRATED SUNDAY HERALD, FEBRUARY 8, 1920. Page 5

ZIONISM versus BOLSHEVISM.

A STRUGGLE FOR THE SOUL OF THE JEWISH PEOPLE.

By the Rt. Hon. WINSTON S. CHURCHILL.

SOME people like Jews and some do not; but no thoughtful man can doubt the fact that they are beyond all question the most formidable and the most remarkable race which has ever appeared in the world.

Disraeli, the Jew Prime Minister of England, and Leader of the Conservative Party, who was always true to his race and proud of his origin, said on a well-known occasion: "The Lord deals with the nations as the nations deal with the Jews." Certainly when we look at the miserable state of Russia, where of all countries in the world the Jews were the most cruelly treated, and contrast it with the fortunes of our own country, which seems to have been so providentially preserved amid the awful perils of these times, we must admit that nothing that has since happened in the history of the world has falsified the truth of Disraeli's confident assertion.

Good and Bad Jews.

The conflict between good and evil which proceeds unceasingly in the breast of man nowhere reaches such an intensity as in the Jewish race. The dual nature of mankind is nowhere more strongly or more terribly exemplified. We owe to the Jews in the Christian revelation a system of ethics which, even if it were entirely separated from the supernatural, would be incomparably the most precious possession of mankind, worth in fact the fruits of all other wisdom and learning put together. On that system and by that faith there has been built out of the wreck of the Roman Empire the whole of our existing civilisation.

And it may well be that this same astounding race may at the present time be in the actual process of producing another system of morals and philosophy, as malevolent as Christianity was benevolent, which, if not arrested, would shatter irretrievably all that Christianity has rendered possible. It would almost seem as if the gospel of Christ and the gospel of Antichrist were destined to originate among the same people; and that this mystic and mysterious race had been chosen for the supreme manifestations, both of the divine and the diabolical.

"National" Jews.

There can be no greater mistake than to attribute to each individual a recognisable share in the qualities which make up the national character. There are all sorts of men—good, bad and, for the most part, indifferent—in every country, and in every race. Nothing is more wrong than to deny to an individual, on account of race or origin, his right to be judged on his personal merits and conduct. In a people of peculiar genius like the Jews, contrasts are more vivid, the extremes are more widely separated, the resulting consequences are more decisive.

At the present fateful period there are three main lines of political conception among the Jews, two of which are helpful and hopeful in a very high degree to humanity, and the third absolutely destructive.

There can be no greater mistake than to attribute to each individual a recognisable share in the qualities which make up the national character. There are all sorts of

Mr. Churchill inspecting his old regiment, the 4th Hussars, at Aldershot last week.

The National Russian Jews, in spite of the disabilities under which they have suffered, have managed to play an honourable and useful part in the national life even of Russia. As bankers and industrialists they have strenuously promoted the development of Russia's economic resources, and they were foremost in the creation of those remarkable organisations, the Russian Co-operative Societies. In politics their support has been given, for the most part, to liberal and progressive movements, and they have been among the staunchest upholders of friendship with France and Great Britain.

International Jews.

In violent opposition to all this sphere of Jewish effort rise the schemes of the International Jews. The adherents of this sinister confederacy are mostly men reared up among the unhappy populations of countries where Jews are persecuted on account of their race. Most, if not all, of them have forsaken the faith of their forefathers, and divorced from their minds all spiritual hopes of the next world. This movement among the Jews is not new. From the days of Spartacus-Weishaupt to those of Karl Marx, and down to Trotsky (Russia), Bela Kun (Hungary), Rosa Luxembourg (Germany), and Emma Goldman (United States), this world-wide conspiracy for the overthrow of civilisation and for the reconstitution of society on the basis of arrested development, of envious malevolence, and impossible equality, has been steadily growing. It played, as a modern writer, Mrs. Webster, has so ably shown, a definitely recognisable part in the tragedy of the French Revolution. It has been the mainspring of every subversive movement during the Nineteenth Century; and now at last this band of extraordinary personalities from the underworld. This movement among the Jews is not new. From the days of Spartacus-Weishaupt to those of Karl Marx, and down to Trotsky (Russia), Bela Kun (Hungary), Rosa Luxembourg (Germany), and Emma

like Bukharin or Lunacharski cannot be compared with the power of Trotsky, or of Zinoviff, the Dictator of the Red Citadel (Petrograd), or of Krassin or Radek—all Jews. In the Soviet institutions the predominance of Jews is even more astonishing. And the prominent, if not indeed the principal, part in the system of terrorism applied by the Extraordinary Commissions for Combating Counter-Revolution has been taken by Jews, and in some notable cases by Jewesses. The same evil prominence was obtained by Jews in the brief period of terror during which Bela Kun ruled in Hungary. The same phenomenon has been presented in Germany (especially in Bavaria), so far as this madness has been allowed to prey upon the temporary prostration of the German people. Although in all these countries there are many non-Jews every whit as bad as the worst of the Jewish revolutionaries, the part played by the latter in proportion to their numbers in the population is astonishing.

"Protector of the Jews."

Needless to say, the most intense passions of revenge have been excited in the breasts of the Russian people. Wherever General Denikin's authority could reach, protection was always accorded to the Jewish population, and strenuous efforts were made by his officers to prevent reprisals and to punish those guilty of them. So much was this the case that the Pethurist propaganda against General Denikin denounced him as the Protector of the Jews. The Misses Healy, nieces of Mr. Tim Healy, in relating their personal experiences in Kieff, have declared that to their knowledge on more than one occasion officers who committed offences against Jews were re-

"Protector of the Jews."

Needless to say, the most intense passions of revenge have been excited in the breasts of the Russian people. Wherever General

people, most of whom are themselves sufferers from the revolutionary regime. It becomes, therefore, specially important to foster and develop any strongly-marked Jewish movement which leads directly away from these fatal associations. And it is here that Zionism has such a deep significance for the whole world at the present time.

A Home for the Jews.

Zionism offers the third sphere to the political conceptions of the Jewish race. In violent contrast to international communism, it presents to the Jew a national idea of a commanding character. It has fallen to the British Government, as the result of the conquest of Palestine, to have the opportunity and the responsibility of securing for the Jewish race all over the world a home and a centre of national life. The statesmanship and historic sense of Mr. Balfour were prompt to seize this opportunity. Declarations have been made which have irrevocably decided the policy of Great Britain. The very energies of Dr. Weizmann, the leader, for practical purposes, of the Zionist project, backed by many of the most prominent British Jews, and supported by the full authority of Lord Allenby, are all directed to achieving the success of this inspiring movement.

Of course, Palestine is far too small to accommodate more than a fraction of the Jewish race, nor do the majority of national Jews wish to go there. But if, as may well happen, there should be created in our own lifetime by the banks of the Jordan a Jewish State under the protection of the British Crown, which might comprise three or four millions of Jews, an event would have occurred in the history of the world which would, from every point of view, be beneficial, and would be especially in harmony with the truest interests of the British Empire.

Zionism has already become a factor in the political convulsions of Russia, as a powerful competing influence in Bolshevik circles with the international communistic system. Nothing could be more significant than the fury with which Trotsky has attacked the Zionists generally, and Dr. Weizmann in particular. The cruel penetration of his mind leaves him in no doubt that his schemes of a world-wide communistic State under Jewish domination are directly thwarted and hindered by this new ideal, which directs the energies and the hopes of Jews in every land towards a simpler, a truer, and a far more attainable goal. The struggle which is now beginning between the Zionist and Bolshevik Jews is little less than a struggle for the soul of the Jewish people.

Duty of Loyal Jews.

It is particularly important in these circumstances that the national Jews in every country who are loyal to the land of their adoption should come forward on every occasion, as many of them in England have so patriotically. The cruel penetration of his mind leaves him in no doubt that his schemes of a world-wide communistic State under Jewish domination are directly thwarted and hindered by this new ideal, which directs the

Era, para Churchill, "uma luta pela alma do povo judeu":[224] "Não há como exagerar o papel jogado na criação do bolchevismo e na Revolução Russa pelos (judeus) internacionais, na sua maior parte ateus; certamente, é um papel muito grande, que excede o de todos os outros (povos). Com a notável exceção de Lênin, os personagens principais (da revolução) são majoritariamente judeus. Sua principal inspiração e poder condutor provêm das lideranças judias". O que teria dito Churchill se tivese sabido que Lênin também tinha uma avó judia (e sueca)? Churchill, então Secretário de Guerra britânico, denunciou Trotsky e os "seus esquemas de um Estado comunista mundial sob o domínio dos judeus", notando "a fúria com que Trotsky atacou os sionistas em geral e o Dr. Weizman em particular".[225] Alguns anos depois, Hitler, nada original nesse ponto, transformou esse argumento na ideia do "judeu-bolchevismo", *leit motiv* fundamental do nazismo alemão. A colonização sionista da Palestina ganhava um novo significado para o Império Britânico.

A Revolução do Outubro teve impacto decisivo na vida judia europeia: "As classes médias não judaicas da Rússia, Polônia e Romênia (países onde vivia o maior número de judeus) eram por

[224] Winston Churchill. Zionism versus bolchevism. A struggle for the soul of the Jewish people. *Illustrated Sunday*, Londres, 8 de fevereiro de 1920.

[225] Lenni Brenner. *Zionism in the Age of the Dictators*. Londres, Croom Helm, 1984, p. 5.

demais fracas e profundamente enredadas no atraso feudal e nos preconceitos raciais para lutar pela igualdade dos judeus, com os quais frequentemente competiam. O que o liberalismo burguês obteve para os judeus na Europa ocidental somente o bolchevismo foi capaz de conseguir para eles na Europa oriental. Os comunistas não permitiram que os judeus continuassem como capitalistas ou como 'elementos improdutivos', mas lhes deram, por outro lado, direitos iguais".[226]

A denúncia do sionismo nas resoluções do Segundo Congresso da Internacional Comunista refletia em grande medida a intervenção de Frumkina, delegada do *Bund* Comunista (um racha à esquerda do Bund judeu, após a Revolução de Outubro, quando este se alinhou aos mencheviques e ao Exército Branco contra o regime soviético bolchevique). As suas intervenções foram dirigidas contra o representante do grupo sionista socialista *Poalei Sion*, Cohn-Eber, que defendia "a oportunidade de imigrar e colonizar este país" (a Palestina) e a sua preferência pelas "formas econômicas capitalistas modernas" da burguesia judaica sobre as "formas feudais" dos *effendis* árabes. A denúncia do sionismo foi reiterada por Mereshin, delegado da Seção Judaica do Partido Comunista Russo (a *Yevsektsia*), quem chegou a afirmar que a experiência mostrava que em regiões de população mista a ordem burguesa "democrático-republicana" jamais garantiria os direitos democráticos de todos os povos. Só um governo proletário poderia garantir uma real igualdade de direitos.

A ideia de se criar um território judeu independente na União Soviética surgiu em 1925. Em 4 de setembro de 1926 a seção judaica do partido, a *Yevsektsia*, adotou uma resolução declarando desejável o estabelecimento de um território autônomo judeu. Em 28 de março de 1928 ficou oficialmente decidido, pelo Presidium do Comitê Executivo da URSS, orientar toda colonização judaica para a região do Birobidjan, na Sibéria oriental, perto da China e do rio Amur. O território autônomo judeu foi criado de maneira puramente administrativa. Os verdadeiros interessados não foram consultados e a iniciativa contou com a oposição de uma parte da OZET (organização de colonização agrícola judia na URSS).

O Birobidjan, que deveria abrigar colônias agrícolas judias, estava situado numa região siberiana árida, escolhida em razão de intereses estratégicos: povoar o extremo oriente russo e impedir o avanço chinês: "Segundo os planificadores, ao longo do primeiro plano quinquenal devia surgir do nada um centro birobidjanês com dezenas de milhares de colonos judeus. Essas visões utópicas não condiziam com a dura realidade. As condições climáticas e econômicas eram tão rigorosas que dois terços dos colonos retornavam para casa. O que não impediu que o Birobidjan fosse declarado 'distrito autônomo judeu' em 31 de outubro de 1931. De 1928 a 1933 cerca de 20.000 judeus se instalaram na região. Apenas 8.185 pessoas – 41,6% dos novos moradores – se fixaram ali definitivamente. Quando a região foi proclamada 'província autônoma' a 7 de maio de 1934, a sua população judia não passava de um quinto do total dos habitantes (ela chegou a 23,8% em 1937.) No final de 1937 contava-se 20.000 judeus birobidjaneses, sendo que apenas 5% estava empregada na agricultura".[227]

A presença judia tinha crescido em número e importância no Oriente Médio. O comunismo da Palestina surgiu de um racha no *Poalei Sion* (partido sionista de esquerda, reconhecido pela Internacional Socialista), que configurou o primeiro Partido Comunista do Oriente Médio, sobre uma base principalmente judia. O *Bund* (União), partido majoritário entre os trabalhadores judeus europeus orientais, que teve importante participação na sublevação judia antinazista do ghetto de Varsóvia (em 1943) não tinha presença na Palestina. O núcleo original do Partido Comunista da Palestina surgiu entre imigrantes e trabalhadores judeus que se distanciaram do programa sionista, fundando o PCP em 1922. Durante a década de 1920 o partido operou na ilegalidade.

---

[226] Isaac Deutscher. *Op. Cit*., p. 80.

[227] Nathan Weinstock. *Le Pain de Misère*. Vol. III, Paris, La Découverte, 1986, p. 43.

Suas fileiras eram continuamente esvaziadas pelas deportações ou a simples emigração dos comunistas judeus (muitos destes exerceram posteriormente papéis importantes na Internacional Comunista e na luta contra o fascismo). Com o objetivo de se aproximar do movimento dos trabalhadores árabes, o PCP, por um lado, apoiou ativamente as suas manifestações e revoltas e, por outro, procurou organizar uma união sindical árabe e judaica: em 1924 o PCP apoiou a resistência dos *fellahin* (camponeses) palestinos contra a sua expulsão pela *Haganah* (a milícia sionista formada pela *Histadrut*, a Confederação Geral dos Trabalhadores Judeus) da aldeia de Al-Fula, comprada pela Agência Judaica. Em 1925-1926 o PCP e a Internacional Comunista deram apoio à revolta dos árabes drusos no Líbano e na Síria.

Os comunistas judeus expulsos da *Histadrut* em 1924,[228] por sua oposição ao sionismo, organizaram uma entidade sindical conjunta de trabalhadores árabes e judeus, o *Ichud*. O ramo de Tel Aviv do *Ichud* foi liderado por Leopold Domb-Trepper, posteriormente líder da Orquestra Vermelha (*Rote Kapelle*), a rede do serviço de informação soviético que forneceu ao Exército Vermelho informações vitais da Europa sob a ocupação alemã durante a Segunda Guerra Mundial. Durante o mandato britânico, a grande maioria da força de trabalho palestina, especialmente a de menor qualificação profissional, ainda era árabe. Os árabes exerciam o trabalho manual mais pesado enquanto os trabalhadores judeus preenchiam os postos mais "elevados" e melhor remunerados. Em alguns casos, acontecia de árabes e judeus trabalharem lado a lado; a organização e as reivindicações conjuntas eram inevitáveis, por mais que a *Histadrut* tentasse impedi-las, sempre atenta e contrária ao surgimento de sindicatos árabes, principalmente sob a liderança comunista. Para dificultar a organização dos trabalhadores árabes, chegou-se a criar, sob a supervisão e o controle dos oficiais judeus, uma central operária árabe "pelega".

Segundo Congresso da Internacional Comunista: Lênin na tribuna (1920)

Portanto, enquanto o trabalhismo sionista se opunha à união de trabalhadores árabes e judeus, o Partido Comunista foi uma das poucas organizações, e certamente a mais importante, a lutar por esta união, apoiando greves e manifestações conjuntas e, na

[228] A central sindical Histadrut, seguindo as posições do *Poalei Zion* (que deu origem ao Mapai, antecessor e um dos componentes do Partido Trabalhista) e de seu líder, Aaron D. Gordon, não somente excluía de suas fileiras os trabalhadores não judeus, como fazia campanhas para que os empregadores só contratassem trabalhadores dessa origem e despedissem os árabes. "*Avodá ívrít*" (trabalho para os judeus) era o lema da Histadrut.

impossibilidade de abrir a *Histadrut* para os trabalhadores árabes, formando os seus próprios sindicatos conjuntos. A importância deste trabalho se revelaria no curso da ascensão das lutas operárias e atingiria seu ápice do período mais crítico do Mandato britânico, da Segunda Guerra Mundial à formação do Estado de Israel. Mas ao final deste período, revelaria-se também a derrota do movimento conjunto dos trabalhadores e do Partido Comunista da Palestina. Contribuíram para esta derrota, como veremos, tanto a liderança sionista como a liderança comunista que implementou, na Palestina, a política do Comintern em função dos interesses da burocracia que se apossara da liderança da URSS.

A cidade de Haifa reunia a maior concentração de operários industriais árabes de toda a Palestina. Constituía também um pólo de trabalhadores judeus sindicalizados e combatentes. Os dois segmentos vinham estabelecendo contatos e realizando manifestações conjuntas desde o início da década de 1920. Em 1922, no entanto, a *Histadrut* recusou a proposta dos trabalhadores árabes e judeus das ferrovias de organizar uma greve conjunta. No ano seguinte, a União dos Trabalhadores das Ferrovias, Correio e Telégrafo (URPTW, *Union of Railway, Post and Telegraph Workers*), filiada à *Histadrut,* exigiu sua reestruturação separando suas funções sociais, assistenciais (e inclusive patronais) dos sindicatos e organizando estes sobre uma base "internacional" (isto é, permitindo o ingresso de não judeus).

Nesse momento os trabalhadores árabes e os comunistas aumentaram a sua pressão sobre a URPTW para que esta rompesse definitivamente os laços com o sionismo, mas o resultado foi a expulsão dos comunistas da *Histadrut*, da liderança e das próprias fileiras da URPTW, e a declaração do PCP como inimigo do povo judeu. No entanto, a radicalização dos trabalhadores de Haifa revelou-se em que, por um lado, não cessaram as exigências pela representação conjunta de árabes e judeus nos sindicatos, por outro, dentro da *Histadrut* a expulsão dos comunistas abriu o campo para o crescimento do *Poalei Sion*.

A reunião do conselho das ferrovias em janeiro de 1925 lançou um desafio ao líder do Mapai, David Ben-Gurion, presente à reunião, ao votar pela abertura da URPTW a todos os trabalhadores independentemente de sua raça, religião ou nacionalidade, e elegendo uma direção executiva com um número igual de árabes e judeus. No final de 1925, dos quase mil integrantes do URPTW, pouco mais da metade eram árabes. A *Histadrut* reagiu rapidamente com a ameaça de fechar a URPTW. Os trabalhadores árabes, por sua vez, criaram o seu próprio sindicato e o núcleo da Sociedade de Trabalhadores Árabes da Palestina (PAWS, *Palestine Arab Workers Society*). Os anos seguintes, marcados pela crise econômica e por uma relativa estagnação do movimento operário na Palestina, devolveram a maioria judaica ao URPTW (esta já era a realidade em 1927) mas não eliminaram os esforços por uma luta conjunta de trabalhadores árabes e judeus, refletidos, entre outros casos, na proposta dos ferroviários da PAWS à URPTW de formar um comitê conjunto com igual representação de árabes e judeus, oranizado em finais de 1927.[229]

Em meados de 1923, o célebre cientista judeu alemão Albert Enstein, laureado com o Prêmio Nobel da Física pela sua formulação da teoria da relatividade, visitou Palestina a convite do movimento sionsta, no que pretendia ser um forte golpe propagandístico em favor da causa favorável a um Estado judeu: "As simpatias de Einstein pelo sionismo ficaram mais fortes depois da viagem, em que pese o nacionalismo (judeu) que detestava, como detestava todo nacionalismo, e também a pesar do fato de que a pedra basal da nova construção fosse a fé religiosa, que ele levava tão a sério quanto qualquer outra religião revelada. O que estava disposto a fazer, porém, era limitado. No regresso à Europa, Einstein recusou o convite de Weiszman para participar do congresso sionista que ia ser celebrado em Londres... (Einstein) estava convencido que a coisa mais importante era buscar um acordo com os árabes...

[229] Arlene Clemesha. Da Declaração Balfour à derrota do movimento operário árabe-judaico. *Entre Passado & Futuro* n° 2, São Paulo, Universidade de São Paulo-CNPq, 2002.

Segundo Norman Bentwich, 'em 1930 Einstein me disse que não participaria mais das atividades do movimento sionista se este não demonstrasse querer a paz com os árabes. Em vez de negociar apenas com os dirigentes árabes, os judeus deveriam formar comissões conjuntas com os camponeses e operários árabes'".[230] A esperança não se realizou, embora estivesse posta na ordem do dia pelas convulsões políticas e sociais do Oriente Médio. Einstein concebia o assentamento judeu na Palestina na perspectiva de se criar um centro cultural judeu independente, não uma entidade estatal.

Einstein com trabalhadores judeus em Haifa, 1923

Na área "islâmica", cabe notar o surgimento do PC da Indonésia, originado na cisão do *Sarekat Islam* encabeçada por Hadji Misbach, ("um líder muçulmano religioso e anarquizante", segundo Pierre Broué) que deu origem ao *Sarekat Rakjat*, o Sarekat "vermelho". Em 1924, este se transformou no *Partai Komunis Indonesia*, seção da Internacional Comunista. No IV Congresso da Internacional, o dirigente indonésio Ibrahim Tan Malakka se opôs à denúncia do pan-islamismo tal como fora realizada pelo II Congresso: "Queremos apoiar a guerra nacional, mas também a guerra de libertação de 250 milhões de muçulmanos, muito ativos e agressivos: não deveríamos apoiar o pan-islamismo nesse sentido?".[231] Tan Malakka foi o primeiro a colocar um problema político estratégico para a esquerda árabe e oriental, que só cresceu em importância ao longo do século XX.

No Líbano, a partir de 1919, um grupo de jornalistas e intelectuais sensibilizados com a situação de miséria começou a publicar artigos denunciando a situação econômica e advogando o socialismo. O jornal *As-Sahafi el-Ta`ih* editado em Zahle por Iskander er-Riashi, defendia os trabalhadores denunciando a miséria social do país. Yusuf Yazbek, que trabalhava no Departamento de Emigração do porto de Beirute, escreveu artigos denunciando a exploração dos trabalhadores, defendendo a igualdade social e a coletivização da terra. Iskander el-Riashi, por sua vez, defendeu a jornada de trabalho de oito horas por dia, com descanso aos sábados e domingos, a instituição de um sistema de aposentadorias e seguro social e a partilha dos ganhos da produção com os trabalhadores. Em 1923 formou-se o Sindicato dos Trabalhadores de Zahle, que em junho recebeu autorização do governo mandatário para funcionar.

O primeiro partido comunista do "mundo árabe" (exceção feita do excepcional caso palestino, devido à presença judia), foi criado em Beirute em outubro de 1924, e definiu como sua área de trabalho político o Líbano e a Síria; enfrentou problemas de representatividade com o

[230] Ronald W. Cark. *Einstein.* Milão, Rizzoli, 1976, p. 414.

[231] Pierre Broué. *Op. Cit*, p. 287.

Partido Comunista da Palestina (PCP), composto quase que exclusivamente por judeus. Na verdade, se estruturaram no Líbano dois partidos comunistas, o dos refugiados armênios e o dos libaneses; este se constituiu em seção regional do Partido Comunista da Síria, a partir do acordo do representante do Partido Comunista da Palestina, Joseph Berger, um judeu polonês emigrado, com o dirigente comunista árabe Yusuf Yazbek. Eles concordaram em criar o Partido Comunista no Líbano, independente daquele existente na Palestina. Para evitar a repressão política chamaram o partido de *Hizb al-Shaab al-Lubnani* (Partido do Povo Libanês). Em abril de 1925, o partido recebeu permissão para atuar legalmente e organizou em 1º de maio uma reunião pública para celebrar o dia dos trabalhadores, que serviu de estimulo para formação de novos sindicatos.

Em dezembro de 1926, a Internacional Comunista censurou o PCP pela sua tentativa de "monopolizar" a representação comunista no Oriente Médio.[232] A questão da relação com o islamismo também se colocava para "todos os nacionalistas liberais árabes, profundamente concernidos pela relação entre o Islã e o nacionalismo árabe, uma questão decisiva da era pós-otomana, quando o mundo árabe emergiu da fragmentação religiosa do sistema social otomano. O problema posto pela estreita associação entre a religião do Islã e a herança árabe era que o Islã não era nem exclusivo nem um atributo universal da identidade árabe".[233] Nem é preciso dizer que o problema também se punha para todas as variantes políticas e religiosas islâmicas.

O movimento operária começava a se manifestar também em outras áreas "islâmicas". No Irã, em 1920, a indústria iraniana empregava 20.000 trabalhadores; em 1940, 31.500, sendo uma das maiores concentrações operárias do Oriente Médio. Em 1925 o Xá adotou um programa que tentava proteger as indústrias locais e dar incentivos públicos aos empresários privados. O estado se financiava com a renda do petróleo e com os impostos, não precisando recorrer a empréstimos externos. Parte dos ingressos foi usada para a defesa e modernização do Estado e do exército. O programa de incentivos públicos ao setor privado consumiu 260 milhões de libras entre 1920 e 1940: depois de 1930 surgiram novas indústрias, com centenas de pequenas fábricas têxteis (em Ispahan, Kerman, Yazd e Teerã), de produtos para alimentação e de material de construção. A classe operária aumentou em número.

Zinoviev usando da palavra na tribuna do Congresso dos Povos de Oriente, em Baku

[232] Tareq e Jacqueline Ismael. *The Communist Movement in Syria and Lebanon*. Gainesville, University Press of Florida, 1998, p. 8.

[233] Tareq Y. Ismael. *The Arab Left*. Nova York, Syracuse University Press, 1976, p. 10.

O crescimento industrial iraniano foi muito desigual; as indústrias modernas se limitavam às principais cidades: Teerã, Tabriz, Ispahan, Kerman, e no Kuzistão, para abastecer a indústria petroleira. Mas o capital industrial ainda era fraco diante do capital comercial, que continuava a ter um papel predominante. O atraso industrial se combinava, e alimentava um desenvolvimento econômico desigual e combinado, as formas econômicas e sociais mais avançadas se combinavam com as mais primitivas, modernas fábricas petroquímicas coexistiam com cidades sem eletricidade. Havia indústrias que utilizavam tecnologia de ponta, enquanto pequenos artesãos utilizavam ainda métodos que não tinham mudado ao longo de séculos. A vida urbana oferecia um espetáculo semelhante.

Com a indústria, nasceu o movimento operário no Irã, inicialmente na Rússia, nos campos petroleiros de Baku, no Cáucaso. O regime czarista empregava milhares de trabalhadores imigrantes iranianos, que trabalhavam junto a russos, azeris e armênios, entrando em contato com a propaganda e agitação política social-democrata, inclusive bolchevique. Quase 50% dos trabalhadores dos campos de Baku eram iranianos; os bolcheviques eram ativos nos sindicatos dos petroleiros. Através dos operários iranianos de Baku chegou ao Irã a conclusão do *Manifesto Comunista*: *kargaran-e-Jahan Mottahad Shaweed* (proletários do mundo, uni-vos). *Iskra* (A Faísca), o jornal bolchevique, chegava a Baku a través da Pérsia.

Bolcheviques russos participaram no movimento *Mashrutiat* (constitucional) iraniano entre 1906 e 1911. Gartovk, embaixador russo no Irã, denunciou que o comandante de artilharia Sattar Khan (dirigente da rebelião em Tabriz) era um marinheiro do encouraçado Potemkin, que tinha protagonizado a célebre revolta de 1905 (imortalizada no filme de Eisestein), fugido da Rússia via Romênia. Em 1909, revolucionários russos, chefiados por Sergo Orkjonikidze, bolchevique georgiano depois dirigente do governo soviético, chegaram ao Irã. Os bolcheviques transcaucasianos jogaram um papel importante na difusão do marxismo no Irã, durante o movimento constitucionalista contra a dinastia *qajar*. Nesse período, no entanto, o movimento social iraniano foi dominado por tendências afins ao populismo russo.

A organização partidária foi mais demorada. Inspirados na sua prática pelo partido socialista turco *Edalet*, fundado na clandestinidade, militantes iranianos iniciam suas atividades no país, sob a orientação de Ahmed Sultan Zadeh (Sultanzadé), que vivia na Rússia desde muitos anos e era membro do partido socialdemocrata russo. Havia diversas tendências no grupo *Hemmat* ("Ambição"), formado por exilados iranianos em 1904, coordenados com o Partido Operário Social-Democrata Russo (POSDR). O grupo participou no movimento *Mashrutiat*. Uma cisão formou o grupo *Mujahideen* (Lutador), reivindicando um *Majilis* (parlamento), direito ao voto universal, liberdade de imprensa e reforma agrária. Em 1916, começaram a colaborar com o partido bolchevique. Os velhos exilados, junto com o *Mujahideen* formaram o *Hezb-e-adalat* ("Partido da Justiça"), que seria a coluna vertebral do futuro Partido Comunista do Irã.

A província de Guilan era governada por Mirza Kütchik Khan, um veterano constitucionalista, chefe do movimento nacional-revolucionário, veterano das lutas dos anos 1910 e velho companheiro de Ordjonikidzé. Descrito como "um chefe provincial antibritânico reconhecido por Moscou", M. N. Roy, o marxista indiano que redigiu (com Lênin) as "Teses sobre a Questão Nacional e Colonial" da Internacional Comunista, o qualificou como um *mullah*, "bandido pintado de vermelho". Foi com a chegada do membro do escritório oriental do Comintern (Internacional Comunista), o marinheiro F. F. Raskolnikov, que se constituiu a "República Socialista do Ghilan". Foi aí que se realizou, em 20 de junho de 1920, o congresso constitutivo do Partido Comunista do Irã. Dentro do partido, destacaram-se duas tendências rivais, a de Sultanzadé, que apoiava a revolução agrária como condição absolta da vitória, e a de Haidar Amugli, depois apoiada por Stálin, que valorizava o apoio dos *Khan*, grandes proprietários. Este racha contou com a interferência direta de Stálin. Após uma sucessão de lutas internas bastante violentas, a executiva do Comintern conseguiu unificar, momentaneamente, o partido, sob a chefia de Sultanzadé.

O governo soviético publicou os tratados secretos que revelavam a política expansionista colonial do czar no Irã, com a colaboração das "democracias ocidentais". Em abril de 1920, os revolucionários de Azerbaijão formaram seu próprio governo; em Ghilan e Khorassan houve insurreições contra o regime de Teerã, com a criação de repúblicas independentes. Em 1921 os sindicatos da indústria do petróleo já contavam com 20.000 filiados, criou-se uma central sindical e até um "Exército Vermelho da Pérsia". Mas o PC do Irã era fraco e bastante dividido. Participou do Congresso dos Povos de Oriente com 204 delegados. A delegação iraniana mostrou-se dividida no Congresso. A derrota da República Soviética de Ghilan causou frustração e confusão, e mais divisões, chegando a haver dois Comitês Centrais no Partido. A agitação e greves revolucionárias continuaram na década de 1920, obtendo conquistas como a redução da jornada de trabalho de doze para nove horas nos principais centros industriais. Mas um novo governo, na verdade um novo regime político, imporia uma derrota duradoura ao ainda fraco (numericamente) movimento operário, na década de 1930.

Entretanto, a movimentação política árabe tinha um conteúdo predominantemente nacionalista. No norte da África, Abdelkrim ou Abd el-Krim El Khattabi (1882-1963), líder nacionalista marroquino, chefe dos berberes rifenhos do Marrocos, se tornou caudilho das tribos marroquinas do Rife que se sublevaram contra o protetorado espanhol em 1920, na chamada "Guerra do Rife", e mais tarde também contra o colonialismo francês. Abd el-Krim foi capturado e encarcerado pelos espanhóis. Mais tarde conseguiu evadir-se e organizou a rebelião dos *kabils* (berberes) rifenhos. Com suas conquistas teritoriais conseguiu dilatar os limites da República do Rife, que fundou em 1921. Animado pelos êxitos na zona espanhola, atacou a zona francesa e depressa chegou às portas de Fez e Taza em 1921. Suas vitórias militares tinham lhe permitido reunir um arsenal de 20 mil fusis, 400 metralhadoras, 200 canhões, dois aviões, ao todo, para um exército de 75 mil combatentes, do qual Abd el-Krim não mobilizava mas de trinta mil simultaneamente, por ausência de armamento suficiente para todos os mobilizados.

Muhammad Ibn 'Abd al-Karim al-Khattabi

Somente o exército francês mobilizou 800 mil efetivos (!), sob o comando do herói de guerra marechal Philippe Pétain, para esmagar a "revolta do Rife", um número dez vezes maior do que o das tropas irregulares árabes, "um martelo contra os mosquitos", segundo Pierre Broué. A Juventude Comunista francesa fez uma agitação contra a guerra colonial, chamando

soldados e marinheiros a se fraternizar com os insurretos do Rife: 200 marinheiros francesas foram levados perante o Conselho de Guerra e 1.500 foram "suspensos de funções" em 1925. Em outubro desse ano, a greve geral contra a guerra foi acompanhada por um milhão de operários, foi a primeira greve metropolitana contra uma guerra colonial.

Os comunistas franceses se puseram à cabeça da mobilização em favor dos revoltados marroquinos, e em favor da independência das colônias e dos mandatos nos países árabes. Maurice Thorez, dirigente do PCF, animou um "Comitê de Ação" na França que, em 1925, contabilizava 165 militantes na prisão e 263 sob ordem de captura. Os juízes franceses distribuíram 230 anos de condenações à prisão para os miltantes franceses solidários com a rebelião nas colônias franco-espanholas orientais e africanas.[234] A "revolução colonial" ganhava estatuto político próprio, que deveria ser levado em conta na estratégia revolucionária internacional.

Abd el-Krim e suas tropas acabaram por sucumbir perante as forças coligadas franco-espanholas (estas reuniam boa parte dos oficiais que, na década de 1930, se sublevaram com Francisco Franco contra a República Espanhola), em 1926. As autoridades francesas deportaram-no para a Ilha de Reunião, no Oceano Índico, onde permaneceu durante 21 anos. Uma vez libertado, a partir do Egito, onde se instalou, dirigiu o Comité Nacional de Libertação do Marrocos, que alegadamente representava 25 milhões de marroquinos.[235]

Foi levando em conta a hegemonia social do campesinato e a vigência política do nacionalismo nos países de Oriente que o IV Congresso da Internacional Comunista (1923) aprovou as "Teses sobre Oriente", nas quais a política de "frente única operária", que a IC propunha ao comunismo europeu para conquistar influência entre as massas (especialmente as que seguiam organizadas nos quadros da tradicional socialdemocracia, ainda força política majoritária na classe operária da Europa ocidental) e preparar a luta pelo poder, encontrava sua equivalente nos países coloniais e semicoloniais na "frente única anti-imperialista", que levava em conta o caráter socialmente minoritário do movimento operário nas colônias e semicolônias (em relação, sobretudo, ao campesinato) e a influência política predominante do nacionalismo burguês e pequeno burguês.

Nas palavras de Lênin pronunciadas num congresso da Internacional Comunista: "A característica do imperialismo é a de ter dividido o mundo em nações exploradoras e nações exploradas. Três quartos da humanidade pertencem aos países explorados. A guerra imperialista inseriu os povos coloniais no curso da história mundial: é necessário que os comunistas se esforcem para organizar o movimento soviético nos países não capitalistas. O movimento democrático burguês nos países coloniais é tão mais importante quanto nesses países os campesinos constituem a maioria da população".[236] A Internacional Comunista não propunha uma etapa intermediária, "antiimperialista", para a dinâmica revolucionária colonial, mas sim levar em conta seu ponto de partida e configuração política diversa daquela dos países de capitalismo maduro. A própria Internacional Comunista já tinha postulado que, no quadro da revolução socialista mundial, os países "atrasados" (do ponto de vista econômico) poderiam chegar ao governo soviético e ao socialismo (socialização dos meios de produção e de troca) sem passar pelas etapas históricas do desenvolvimento capitalista. Esse "saltar etapas" tinha sido a principal característica do desenvolvimento histórico da Rússia e, depois, da própria URSS.

---

[234] Pierre Broué. *Op. Cit*., p. 391.

[235] Abdelatif Oufkir. Abdelkrim Al-Jattabi y la resistencia anticolonial en Marruecos. *Revista Alif Nûn*, Kálamo Libros, janeiro de 2012.

[236] In: Enrica Collotti Pischel e Chiara Robertazzi. *L'Internationale Communiste et les Problèmes Coloniaux*. Paris, Mouton, 1968, p. 31.

No Oriente Médio, após o estabelecimento do mandato do "Grande Líbano" pelos franceses, a agitação nacionalista também ganhou a região. A revolta drusa, embora tivesse ocorrido principalmente na Síria, atingiu o Líbano fazendo com que por um breve período parte do seu território fosse ocupado pelos rebeldes drusos. A crise promoveu agitações em Trípoli e no Akkar: a revolta durou dois anos, de 1925 a 1927, e fez com que os cristãos maronitas se aferrassem ainda mais ao seu recém-fundado Estado contra a "ameaça muçulmana". A revolta foi causada diretamente pelo fervor anticlerical do Alto Comissário francês Sarrail, pelas reformas políticas que visavam a diminuir o poder dos clãs locais a favor dos governadores de província e do governo mandatário, além da diminuição da autonomia do *Jabal* druso. Por fim, em 1926 duas colunas de tropas francesas arrasaram as forças dos rebeldes nos embates travados nas regiões por eles ocupadas, enquanto os drusos locais, os xiitas e cristãos ortodoxos retiravam seu apoio aos revoltosos por perceberem que certos rebeldes estavam mais identificados com uma futura Síria sunita.

Nesse quadro politicamente repressivo, em 1926 foi realizada a Assembleia Nacional Constituinte para a promulgação de uma constituição: nela determinou-se que o Líbano seria uma república parlamentar, sob o modelo da Constituição francesa de 1874 (ou seja, a Constituição da Terceira República). As diferentes religiões do país teriam representação no parlamento de acordo com seu percentual na população. A Constituição reafirmou as prerrogativas do mandato francês sobre o país, em matéria de política externa; o governo libanês era livre só para administrar os assuntos internos.

Posteriormente, o Alto Comissariado Francês usou seu poder de veto sobre toda legislação importante, inclusive os poderes de dissolver o parlamento e de suspender a constituição. Um presidente (com mandato de três anos renovável) e um primeiro-ministro passaram a ser eleitos pelo parlamento: os primeiros presidentes e primeiros-ministros eram cristãos; para serem eleitos, no entanto, precisavam antes ter a concordância dos franceses, o que consagrava um regime de tutela colonial. O parlamento possuía duas casas: uma Câmara dos Deputados, com membros eleitos para mandatos de quatro anos, e um Senado, no qual o presidente indicava sete dos dezesseis membros. As duas casas elegiam o presidente. Uma emenda constitucional, em 1927, aboliu o Senado.

Em 1926, na França, foi fundada, sob a impulsão do Partido Comunista Francês (PCF), a ENA (*Étoile Nord-Africaine*) dedicada a organizar a classe operária argelina imigrada na França. Seu primeiro secretário foi Hadj Abd-el-Kader, que pertencia à direção do PCF; seu presidente era Messali hadj, também do PCF. O programa da ENA vinculava a independência nacional da Argélia com a liberação social, propondo a nacionalização da banca, das minas e portos, das estradas de ferro e dos serviços públicos. A ENA, que tinha três mil membros em 1927, passou para 40 mil em 1931.

No esteio da movimentação nacionalista no Oriente Médio, as bases sociais de um proletariado regional cresceram com o desenvolvimento econômico, também induzido pela crise econômica mundial iniciada em 1929, que encolheu drasticamente o comércio mundial, obrigando a processos de limitada industrialização por "substituição de importações" em países periféricos. A partir dos anos 1930, começou a se expandir uma classe operária industrial no Líbano com o aparecimento de um grande número de novas empresas. O número de estabelecimentos industriais passou de 200, em 1933, para 340, em 1940. Uma parte importante dos investimentos provinha dos emigrantes que haviam se enriquecido no exterior, e ao voltar abriam fábricas no país.

Altos membros da igreja cristã maronita faziam investimentos na área industrial: os religiosos cristãos libaneses estavam impressionados e influenciados pela audaz política de industrialização judia na Palestina. A tonelagem de maquinário industrial importado quadruplicou entre 1934 e 1938. Essas indústrias eram geralmente de bens de consumo, em

setores como o alimentício, têxtil e vestuário, sapatos, bebidas, produtos de couro e madeira, sabão, móveis, produtos metálicos, cerâmicos, fósforos, cimento e materiais de construção. Um aeroporto foi inaugurado em 1936 e aberto oficialmente três anos depois. A Rádio *Orient* foi fundada nessa época como um elo comunicativo moderno entre o Líbano e Paris. Beirute foi favorecida como porto internacional da Síria e do Líbano.

No Curdistão turco, a ideia da organização soviética como alternativa para a organização do Estado e a independência nacional se abriu passo na década de 1920: o movimento operário independente e o comunismo do país, no entanto, foram rapidamente reprimidos pelo governo turco nacionalista de Mustafá Kemal. Na região curda iraquiana (o Iraque, lembremos, era um reino encabeçado por Faisal, imposto pela Inglaterra, desde 1923), a resistência curda teve caráter mais nacionalista; os rebeldes curdos de Mosul, encabeçados pelo xeique Mahmud, não reconheceram o monarca externo e anglófilo e exigiram sua independência nacional, sendo atacados pelas tropas reais e até pela aviação inglesa, que bombardeou Sulayamania provocando numerosas vítimas civis. A resistência nacionalista encabeçada por Mahmud durou até 1930, década na qual voltou a se manifestar sob a liderança do xeique Ahmad Barzani.[237]

Não só o Oriente Médio estava econômica e politicamente convulsionado. Na Pérsia, em 1925, Seyec Zia-al-Dian Taba Tabai, um líder político opositor, e Reza Khan, um oficial de cavalaria, derrubaram a dinastia *qajar*. Antes disso, em 1920, Reza Khan, por conta da monarquia, sufocara uma revolta no norte, comandada pelo Partido Comunista. Em outubro de 1925, já transformado no "homem forte" do regime monárquico, Reza Khan deu um golpe militar e instaurou uma ditadura, fazendo com que o parlamento o nomeasse Xá da Pérsia, transformando-o no fundador de uma nova dinastia, a dinastia *Pahlevi*.

Reza Khan, depois Pahlevi, em 1917

Treinado nas brigadas cossacas do regime czarista, Reza Pahlevi, à frente de um grupo de oficiais de sua confiança, derrubou inicialmente a dinastia que literalmente vendera o país. Passou depois a governar o país com mão de ferro, como seu ídolo Kemal Atatürk, o líder

[237] David McDowall. *A Modern History of the Kurds*. Nova York, I. B. Tauris, 2008.

nacionalista modernizador da Turquia. Assim como o líder turco, reprimiu a religião e estimulou o culto à sua própria personalidade. Aplicou sua vontade por meio do terror exemplar, de castigos públicos, mas, por outro lado, diminuiu a influência estrangeira, proibindo a venda de terras a não iranianos; revogou a concessão britânica para produzir moeda nacional. No ímpeto modernizador, Reza Pahlevi construiu fábricas, portos, hospitais, edifícios, avenidas, introduziu o sistema métrico decimal e o casamento civil, até então desconhecidos no país.

Finalmente, em 1935, o Xá anunciou que não mais aceitaria que o país fosse chamado de Pérsia, como era conhecido no exterior. Dali por diante a nação seria conhecida pelo nome usado pela própria população: *Irã*. Durante seus vinte anos no poder, Reza Pahlevi reprimiu também os separatismos curdos, baluchis, qashquis, e também acabou com o governo semiautônomo do árabe Sheikh Khazal, que contava com a proteção britânica, no Kuzistão petroleiro. Para finais da década de 1930, mais da metade do comércio externo iraniano era realizado com a Alemanha, que fornecia ao Irã o maquinário destinado ao seu programa de industrialização. O Xá Reza Pahlevi, por outro lado, não escondia sua simpatia pelo nazifascismo, o que teria fortes consequências no segundo conflito mundial.

ENTRE SOCIALISMO, ISLAMISMO E SIONISMO

Embora a partilha dos despojos do Império Otomano estivesse no primeiro plano da agenda política das potências vencedoras na Primeira Guerra Mundial, não muita atenção merecia, no mundo metropolitano ocidental, a situação palestina. Em 1917, a Palestina, com uma área de 26 mil km², ainda se encontrava sob o domínio do otomano. Em 1907, fora constituído em Haifa um gabinete para organizar e estruturar a colonização judia da Palestina, que já vinha sendo realizada com recursos oriundos do Fundo Nacional Judeu, estabelecido no V Congresso Mundial Sionista. Quando começou a Primeira Guerra Mundial, já existiam 44 colônias agrícolas judaicas na Palestina; em 1917, como vimos, perto do final do conflito bélico na Europa, foi divulgada a Declaração Balfour do *Foreign Office* inglês, que garantia a colonização judia da região. Lorde Kitchener, o "amo" inglês do Egito, planejava dividir a região meridional da Síria até Haifa e Acre para criar uma unidade territorial separada, sob o controle britânico. A partilha da Palestina se enquadrava dentro desse projeto.

Qual era a base para a colonização sionista da Palestina? A Organização Sionista Mundial tinha amadurecido esse projeto e granjeado apoios muito sólidos na Grã-Bretanha. As "comunidades não judias" na Palestina, no entanto, constituíam 90 % da sua população: em 1918, a Palestina tinha 700.000 habitantes: 644.000 árabes (574.000 muçulmanos e 70.000 cristãos) e 56.000 judeus. O movimento sionista europeu ainda era pequeno e fraco em relação às outras alternativas (políticas inclusive) contra o antissemitismo europeu, como o *Bund* (partido operário judeu de Rússia, Polônia e Lituânia) e a emigração aos países do "Novo Mundo", como os Estados Unidos ou a Argentina. Durante a moderna administração da Palestina pelo Império Otomano, entre 1881 e 1917, de uma emigração total de 3.177.000 judeus europeus, apenas 60 mil foram à Palestina.

Já na época do controle britânico da Palestina, de 1919 até a criação do Estado de Israel, um total de três décadas, de uma emigração de 1.751.000 judeus europeus, 487 mil migraram para essa região. A Primeira Guerra Mundial teve, assim, consequências decisivas para a Palestina. As potências aliadas vencedoras não esperaram pelo fim da guerra para preparar o desmantelamento e a liquidação do Império Turco. Durante as hostilidades, procurando aproveitar o nacionalismo árabe contra seus inimigos, a Grã-Bretanha prometeu ao xeque da Meca seu apoio para a criação de um Estado árabe independente, tendo por fronteira ocidental o mar Vermelho e o Mediterrâneo, em troca da revolta árabe contra a Turquia. Disso resultou a revolta árabe de 1916.

Finda a guerra, e apesar de ter classificado a Palestina dentro de um grupo de nações às quais reconheceria imediatamente a independência formal, sendo prometida a independência efetiva num curto prazo, a Liga das Nações impôs-lhe um "mandato" externo cujo objetivo prioritário não era a instalação de uma administração nacional palestina, como previa o documento que instituiu o sistema dos mandatos, mas a criação do "lar nacional judaico", conforme manifestado pela Inglaterra em 1917. Esse objetivo não só contrariava o processo de transição para a independência política da Palestina, mas era incompatível com o princípio de sua independência com a população que tivesse no momento, que a Liga das Nações admitira previamente. Por outro lado, tendo nomeado a Grã-Bretanha como potência mandatária sem ter consultado os palestinos, o Supremo Conselho Aliado não respeitou a regra fixada pelo "Pacto da Liga das Nações", segundo a qual os desejos das comunidades submetidas a esse tipo de mandato deviam ter uma consideração principal na escolha da potência mandatária.

Os palestinos constataram aos poucos a negação de fato do seu direito à independência, evidenciada no apoio da Grã-Bretanha e da Liga das Nações ao projeto sionista. Tanto a Grã-Bretanha como a Liga não só lhes tinham reconhecido esse direito, mas também lhes tinham prometido seu gozo pleno no curto prazo. Os palestinos, em geral, se opuseram ao projeto do lar nacional judaico na Palestina – logo que tiveram conhecimento da Declaração Balfour – e

tentaram impedir a sua realização, pois temiam que dela resultasse sua submissão não só política, mas também econômica, passando do domínio turco para o domínio judeu com mediação britânica. Apresentaram oficialmente protestos contra a Declaração Balfour à Conferência de Paz de Paris e ao governo britânico.

A Declaração Balfour era originalmente um compromisso da Grã-Bretanha com o sionismo, mas ela recebeu o aval das principais potências aliadas, e foi incorporada ao texto do Mandato Britânico para a Palestina, adotado pela SDN em 24 de julho de 1922. O essencial da Declaração era citado explicitamente no artigo 2º do preâmbulo do documento. Era ainda reforçado no artigo 3º, graças a dois elementos que não constavam na Declaração: a menção da ligação histórica do povo judaico com a Palestina e a ideia da constituição do seu lar nacional nesse país. Dos 28 artigos do texto do Mandato, seis tinham por objeto o estabelecimento do lar nacional judaico ou medidas relacionadas com ele. No artigo 2º se estabelecia: "A Mandatária terá a responsabilidade de pôr o país em condições políticas, administrativas e econômicas que assegurem/garantam o estabelecimento do lar nacional judaico". E precisava: “A administração da Palestina facilitará a imigração judaica em condições convenientes e de acordo com o organismo judaico mencionado no artigo 4º. Estimulará o estabelecimento intensivo dos judeus nas terras do país, incluídos os domínios do Estado e as terras sem cultivar”.

Assim, sem excluir os países árabes, ou seja, o objetivo declarado de levar à independência a população que os habitava, o Mandato Britânico para a Palestina tinha um objetivo suplementar, promover a criação de um Estado judaico, com potenciais habitantes cuja maioria estava ainda espalhada pelo mundo. O documento também mencionava as comunidades não judaicas existentes na Palestina e seus direitos cívicos e religiosos – não se referindo aos seus direitos políticos – sob a forma de ressalvas às medidas destinadas a programar o objetivo principal. Rapidamente, a primeira manifestação popular na Palestina contra o projeto sionista teve lugar a 2 de novembro de 1918, primeiro aniversário da Declaração Balfour. Essa manifestação foi pacífica, mas a resistência depressa se tornou mais combatente, com ataques que concluíam em confrontos sangrentos.

Houve novas revoltas palestinas em 1920, durante a Conferência de San Remo que distribuiu os mandatos, em 1921, 1929 e 1933. As erupções de violência eram cada vez mais graves à medida que o mandato inglês se prolongava e a colonização sionista se estendia e fortalecia. A potência mandatária respondia às rebeliões nomeando uma comissão real de inquérito, cujas recomendações reconheciam a legitimidade das reivindicações palestinas e esboçavam tímidas medidas tendentes a satisfazê-las, mas as medidas prometidas ficavam como letra morta ou eram depressa esquecidas.

A Declaração Balfour, como vimos, foi denunciada pelos bolcheviques, para os que a atribuição da Palestina aos judeus não era uma manifestação de combate ao antissemitismo,[238] mas uma encenação do imperialismo britânico com o objetivo de mascarar a partilha imperialista do Império Otomano. Lorde Balfour afirmara, em caráter privado, durante uma reunião do gabinete de guerra britânico no final de outubro de 1917, que a Palestina “não era adequada para um lar para os judeus ou para qualquer outro povo”. O segundo (e talvez principal) objetivo britânico foi admitido por David Lloyd George, primeiro ministro da Grã-Bretanha no momento da Declaração Balfour, em suas memórias: “Em 1917 já era evidente a grande participação dos judeus da Rússia na preparação daquela desintegração geral da sociedade russa depois conhecida como revolução. Acreditava-se que se a Grã-Bretanha declarasse o seu

[238] O último discurso radiofônico gravado de V. I. Lênin, de 1923, foi um chamado aos operários da URSS e de toda Europa para combater o antissemitismo, denunciado como um fator de divisão da classe operária e antevisto pelos bolcheviques como potencial base ideológica e política de um movimento reacionário de vastas dimensões em todo o continente europeu, não apenas na Rússia.

apoio à realização das aspirações sionistas na Palestina, um dos efeitos seria atrair os judeus da Rússia para a causa da Entente (…) *Se a Declaração tivesse vindo um pouco antes, possivelmente alteraria o curso da revolução*" (sic).

De fato, a Palestina, que fazia parte do território do futuro Estado árabe, era cobiçada ao mesmo tempo pela Grã-Bretanha e pela França, mas as duas potências tinham admitido o princípio da sua internacionalização nos acordos Sykes-Picot. As forças britânicas que renderam as forças turcas em Jerusalém em dezembro de 1917, concluíram a ocupação da Palestina em setembro de 1918. A Palestina ficou sob a administração militar britânica, substituída por uma administração civil em julho de 1920. Na Conferência da Paz reunida em Paris, em janeiro de 1919, as potências aliadas decidiram que os territórios da Síria, do Líbano, da Palestina/Transjordânia e da Mesopotâmia não seriam devolvidos à Turquia, mas formariam entidades administradas segundo o sistema dos "mandatos".

Criado pelo artigo 22 do Pacto da Liga das Nações, em junho de 1919, esse sistema destinava-se a determinar o estatuto das colônias e territórios que se encontravam sob o domínio das nações vencidas. O documento declarava que "algumas comunidades outrora pertencentes ao Império Otomano atingiram um estádio de desenvolvimento" que permitiria reconhecê-las provisoriamente como nações independentes. O papel das potências mandatárias seria ajudá-las a instalar sua administração nacional independente. O mesmo documento estipulava, como já dito, que os desejos dessas nações deveriam ter "consideração principal" na escolha da potência mandatária.

Na Conferência de San Remo de abril de 1920, o Conselho Supremo Aliado repartiu os mandatos para essas nações entre a França (Líbano e Síria) e a Grã-Bretanha (Mesopotâmia, Palestina/Transjordânia). O mandato para a Palestina, que incorporou o "lar nacional para o povo judaico", foi aprovado pelo Conselho da Liga das Nações a 24 de julho de 1922, tornando-se efetivo a 29 de setembro do mesmo ano. Ao abrigo do artigo 25 do Mandato para a Palestina, o Conselho da Liga das Nações decidiu excluir a Transjordânia de todas as cláusulas relativas ao "lar nacional judaico", e dotá-la com uma administração própria. O território que os sionistas pretendiam para estabelecer seu Estado era bastante mais vasto que a Palestina, pois abarcava também toda a parte oeste da Transjordânia, o planalto do Golã e a parte do Líbano a sul de Sudão. Mas, em 1921, os mandatários britânicos fizeram a partilha do território palestino, separando quase 80% para a criação de uma entidade árabe, chamada Transjordânia (que, com um território menor, se transformaria na futura Jordânia). O 20% restante seria destinado à criação do "lar nacional" do povo judeu.

Em 1931, vinte mil famílias camponesas palestinas já haviam sido expulsas de suas terras pelos grupos armados sionistas. No mundo árabe, a vida agrícola não era somente um modo de produção, como também uma forma de vida social, religiosa e ritual. A colonização sionista, além de retirar a terra aos camponeses, estava destruindo a sociedade rural árabe. Inglaterra, além disso, concedeu um estatuto privilegiado na Palestina ao capital de origem judia, lhe destinando 90% das concessões públicas, permitindo que os sionistas tomassem o controle da infraestrutura econômica. Ficou estabelecido um código de trabalho discriminatório contra a força de trabalho árabe, que provocou desemprego em grande escala. Por esses motivos, desde o fim da Primeira Guerra Mundial, a rebelião árabe, inicialmente incitada pelos britânicos contra o Império Otomano, deixou de dirigir-se contra os turcos para apontar contra os novos colonizadores. Os primeiros choques importantes tiveram lugar em maio de 1921, entre manifestantes sionistas e árabes.

O Alto Comissário Britânico, Herbert Samuel, ele próprio judeu, em memorando ao governo britânico, sugeriu que se subordinasse a imigração judaica "à capacidade econômica do país de absorver novas chegadas, a fim de que os imigrantes não privassem de seu trabalho a nenhum setor da população atual". Os enfrentamentos comunitários continuaram, cada vez mais

agudos, durante toda a década. Em agosto de 1929, novos enfrentamentos provocaram 113 mortes entre os judeus e 67 entre os árabes. Em um segundo memorando publicado em outubro de 1930, Londres estimava que "diminuíra a margem de terras disponíveis para a colonização agrícola judaica", e recomendava controlar a imigração dessa origem.

O mecanismo que provocou o aprofundamento da crise palestina se encontrava, porém, bem avançado, e escapava ao controle dos mandatários britânicos. Na década de 1920 se desenvolvera uma terceira onda (*alliah*) de imigração judia vinda do Leste europeu, canalizada para a Palestina. Em 1924, o governo norte-americano fez votar uma lei que restringia a imigração aos EUA, ao mesmo tempo em que o governo polonês do marechal Pilsudski adotava medidas econômicas internas antijudaicas. Isto provocou uma quarta *alliah*, ainda mais importante que as precedentes. Logo o fluxo se reduziu: entre 1927 e 1929 deixaram a Palestina mais judeus dos que nela entraram. A recuperação da imigração datou de 1933, ano da ascensão de Hitler ao poder. Além dos judeus poloneses e de outros países da Europa central, a quinta *alliah* já incluiu numerosos judeus alemães. Em 1936 se assentaram 400 mil judeus na Palestina, a grande maioria *azkenazes* (judeus de tradição cultural germânica e língua *yiddish*). A criação da Transjordânia, sob o mando de um emir às ordens dos britânicos, completava o esquema político regional.

As cotas de imigração para os judeus foram estabelecidas a 16.500 ao ano, e do final da Primeira Guerra Mundial até 1931 chegaram na Palestina mais 117.000 imigrantes judeus, não obstante a paralisação das imigrações devido à crise econômica mundial, que atingiu severamente a Palestina e provocou inclusive o retorno de muitos imigrantes recentes que não conseguiram se adaptar às duras condições de vida. Não cessaram de crescer os temores dos palestinos diante desta imigração e da perspectiva de se tornarem minoria em seu próprio país. Em agosto de 1929, seguindo justamente a chegada de uma nova onda de imigrantes judeus, estourou a revolta árabe. O estopim da revolta foram as provocações dos sionistas "revisionistas" seguidores de Zeev Jabotinsky que desejavam aumentar o espaço reservado aos judeus no Muro das Lamentações.[239] Em meados de agosto centenas de jovens do grupo para-militar revisionista, *Betar*, marcharam pelo bairro árabe de Jerusalém portando bandeiras sionistas azul e branco, armas e explosivos escondidos e cantando "o Muro nos pertence", "Judá nasceu em sangue e fogo, em sangue e fogo ela se reerguerá".[240]

Em todos os territórios do Oriente Médio situados sob o mandato britânico ou francês, a repressão levada adiante pelas potências colonialistas foi brutal. De 1920 a 1926, os generais franceses Gouraud, Weygand e Sarrail submeteram Síria a uma ditadura militar, que provocou uma repressão sangrenta contra as massas árabes, que se sublevaram em várias ocasiões; os governantes estrangeiros provocaram conflitos procurando separar a população cristã dos muçulmanos. No Iraque, desde finais de 1919, se desenvolveu também uma revolta contra os britânicos, que explodiu durante o verão de 1920 na *Thawra* contra a instauração do mandato. Depois da sangrenta repressão, os britânicos decidiram substituir a administração colonial direta por um regime árabe, impondo Faisal (o destituído rei da "Grande Síria") como rei do Iraque em agosto de 1921.

A luta árabe contra o mandato britânico na Palestina e contra a colonização sionista foi reprimida pelas tropas britânicas com a ajuda de milícias judias, em especial na década de 1930. Era uma aliança oportunista, produto do desespero: pouco depois da chegada ao poder do nazismo, o rabino Leo Baeck, líder da comunidade judaica na Alemanha, anunciou que "a

---

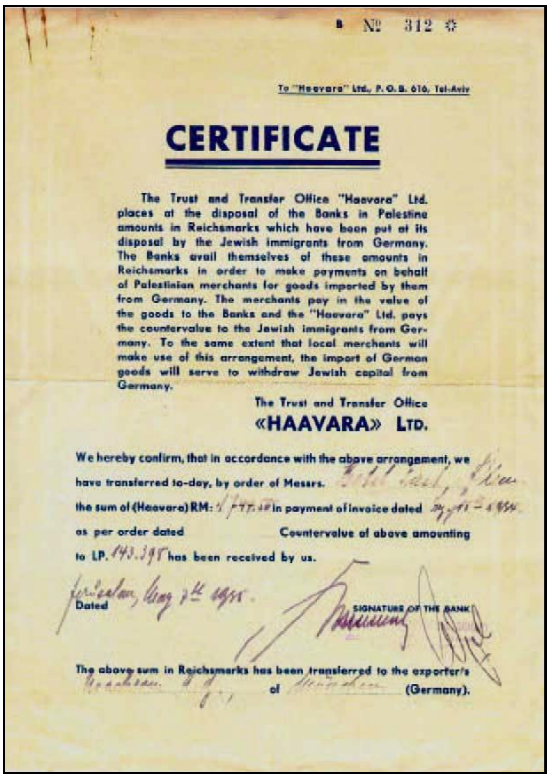
[239] O local é considerado sagrado tanto por judeus como muçulmanos. Para os primeiros, constitui o Muro ocidental (*Kotel Maarivi*) do Templo destruído pelos romanos nos tempos de Herodes; para os segundos, é o local onde supostamente Maomé montou o seu cavalo (*Al Boraq*) para subir ao céu.

[240] Bárbara J. Smith. *The Roots of Separatism in Palestine*. British economic policy 1920-1929. Nova York, Syracuse University Press, 1992.

história milenar do povo judeu-alemão chegara ao seu fim". Sem alternativa aparente na Europa, muitos judeus europeus se aferraram ao salvavidas da emigração: fechadas as fronteiras dos EUA, da América Latina e até da China (uma forte comunidade judia tinha se instalado em Xangai), em virtude da crise econômica mundial (com os tradicionais países receptores alegando o desemprego) a Palestina sob o mandato britânico oferecia, não uma porta, mas ao menos uma fresta por onde os mais decididos poderiam passar.

Chaim Weiszman, o líder inglês do Congresso Mundial Sionista, fez uma turnê nos EUA, acompanhado de Albert Einstein, sendo recebido por grandes manifestações e atos públicos da comunidade judia desse país, a mais rica e livre de todas as comunidades judias do mundo. Weiszman buscava, e conseguiu, arrecadar importantes fundos para causa sionista no Palestina junto aos judeus norte-americanos, o que veio a fornecer uma base financeira sólida para a criação do futuro Estado de Israel. Einstein acompanhou a empreitada, mantendo-se bastante lacônico durante as manifestações: "O Einstein portavoz do sionismo dos anos maduros era profundamente sensível à cultura judia, apaixonadamente interessado pela conservação da identidade de seu povo e respeitoso de sua tradição intelectual; no que diz respeito à fé religiosa, nutria uma tolerância benévola, baseada na ideia de que não fizesse mais dano do que qualquer outra religião revelada",[241] uma atitude que demonstraria seus limites no final da década subsequente, depois da Segunda Guerra Mundial.

Em 1936, os judeus assentados na Palestina já eram 400 mil, oito vezes mais que em 1918, um crescimento resultado da nova onda de imigração, protegida pelas disposições do mandato. As potências vitoriosas na Grande Guerra, ao fechar suas fronteiras aos judeus que fugiam da Alemanha nazista, os canalizavam para a Palestina. Sobre que bases econômicas? O capital para o assentamento dos migrantes foi, em boa parte, obtido através do "Acordo Há'avara" ("acordo de transferência"), assinado em agosto de 1933 entre a Federação Sionista da Alemanha, o Banco Anglo-Palestino (agindo sob as ordens da Agência Judaica para a Palestina) e as autoridades econômicas da Alemanha nazista.


№ 312

To "Haavara" Ltd., P.O.B. 616, Tel-Aviv

CERTIFICATE

The Trust and Transfer Office "Haavara" Ltd. places at the disposal of the Banks in Palestine amounts in Reichsmarks which have been put at its disposal by the Jewish immigrants from Germany. The Banks avail themselves of these amounts in Reichsmarks in order to make payments on behalf of Palestinian merchants for goods imported by them from Germany. The merchants pay in the value of the goods to the Banks and the "Haavara" Ltd. pays the countervalue to the Jewish immigrants from Germany. To the same extent that local merchants will make use of this arrangement, the import of German goods will serve to withdraw Jewish capital from Germany.

The Trust and Transfer Office
«HAAVARA» LTD.

We hereby confirm, that in accordance with the above arrangement, we have transferred to-day, by order of Messrs.
the sum of (Haavara) RM: in payment of invoice dated
as per order dated Countervalue of above amounting
to LP. 143.395 has been received by us.

Dated

SIGNATURE OF THE BANK

The above sum in Reichsmarks has been transferred to the exporter's
of (Germany).

Certificado de depósito da Há'avara

[241] Ronald W. Clark. *Op. Cit*., p. 43.

O acordo foi projetado para facilitar a emigração de judeus alemães para a Palestina: o emigrante pagava certo montante em dinheiro para uma empresa de colonização sionista, a título de investimento, e recuperava os valores pagos na forma de exportações alemãs para a Palestina. A *Hanotea*, empresa judia palestina de plantação de cítricos, captava dinheiro dos potenciais emigrantes, que deveria ser usado posteriormente, já na Palestina, para comprar produtos alemães. Os produtos eram despachados juntamente com os emigrantes judeus que, quando chegavam ao destino, recuperavam seu dinheiro. Sam Cohen, dirigente sionista polonês, representou os sionistas na negociação com os nazistas, a partir de março de 1933, quando Martin Buber escrevia: "Dentre todas as comunhões com os povos em que adentrou o judaísmo, nenhuma teve um resultado tão frutífero quanto a judia-alemã", o que era já maIS uma lamentação desesperançada do que outra coisa.

A partir de 1933 houve uma campanha internacional de boicote aos produtos da Alemanha nazista, em razão de suas leis racistas. Enquanto organizações judaicas, sindicatos e partidos de esquerda apoiavam o boicote, os produtos alemães eram normalmente exportados para a Palestina, através do esquema da Ha'avara. A partir de 1935, foram assinados outros acordos semelhantes com a Alemanha nazista. A Há'avara colocava à disposição dos bancos na Palestina valores em marcos confiados por imigrantes judeus provenientes da Alemanha. Os bancos dispunham desses montantes para fazer pagamentos de mercadorias importadas da Alemanha, em nome de comerciantes palestinos. Os comerciantes pagavam o valor dessas mercadorias aos bancos e a Há'avara reembolsava em moeda local os imigrantes judeus.

Na Alemanha, o acordo do governo com os representantes sionistas funcionou regularmente até 1938; era conhecido como "transferência de capital para a Palestina". Os migrantes judeus também podiam levar consigo certa quantia em dinheiro, mil libras esterlinas (em alguns casos, mediante permissão das autoridades do Estado nazista, até 2.000 libras). O acordo entre sionistas e governantes nazistas, além de permitir a saída de judeus da Alemanha, possibilitou a recuperação de boa parte dos ativos de que dispunham na Alemanha - apesar do imposto sobre a remessa de capitais para o exterior, correspondente a 25% sobre o valor transferido. 60 mil judeus alemães beneficiaram-se dessa cooperação entre organizações sionistas e autoridades do Estado nazista. Ao emigrar, levaram consigo 100 milhões de dólares (em torno de US$ 1,7 bilhões, em valores de 2009), recursos que serviram para lançar as bases da infraestrutura do futuro Estado de Israel.[242]

As duas faces da moeda

Protegido pelas disposições do "mandato", o ainda não proclamado Estado Nacional Judeu (futuramente Israel) se administrava por si mesmo, com seu sistema de ensino, sua estrutura econômica e sua milícia legal, a *Haganah*.[243] Logo que os imigrantes judeus instalaram-se nas cidades, seu governo teve como política a aquisição de terras. Apesar de que uma grande

[242] Francis R. Nicosia. *The Third Reich & the Palestine Question.* Nova Jersey, Transaction, 2000.

[243] Claude Franck e Michel Herszlikowicz. *Le Sionisme*. Paris, PUF, 1984.

parte do capital judeu se destinou a áreas rurais, e apesar da presença de forças militares britânicas e da imensa pressão exercida pela máquina administrativa em favor dos sionistas, estes só conseguiram resultados mínimos em relação à colonização da terra. No entanto, prejudicaram seriamente a situação da população árabe rural. A propriedade da terra urbana e rural por parte de grupos judeus passou de 300.000 *dunums* (26.800 hectares) em 1929 a 1.251.000 *dunums* (112.000 hectares) em 1930.

A terra legalmente adquirida pela Organização Sionista Mundial, porém, era insignificante desde o ponto vista de uma colonização massiva e da "solução do problema judeu (europeu)". A apropriação de um milhão de *dunums*, quase um terço da terra cultivável na Palestina, no entanto, levou a um grave empobrecimento dos camponeses árabes.[244] O objetivo sionista continuava minoritário entre as massas judias da Europa, em especial diante das perspectivas de emancipação e a influência da Revolução de Outubro, durante seus primeiros anos. Em *A Orquestra Vermelha*, Gilles Perrault descreveu o esqueleto da organização clandestina da Internacional Comunista, na Europa fascista, constituído basicamente por militantes de origem judia. O próprio Leopold Trepper, codinome do militante polonês que dirigia a célebre rede de espionagem soviética que deu título ao livro, era judeu polonês.[245]

As organizações sionistas, de qualquer modo, continuaram aproveitando a infraestrutura administrativa e econômica que o mandato britânico pôs à sua disposição para acelerar a realização do projeto de criação do Estado judeu, e intensificaram a imigração à Palestina dos perseguidos judeus da Europa oriental e central. Em 1931 os judeus eram 174.610 de um total de 1.035.821 habitantes da Palestina. Em 1939, já eram mais de 445.000 para um total de 1.500.000 habitantes, e em 1946 (imediatmente depois do Holocausto judeu na Europa) atingiram finalmente o número de 808.230 de um total de 1.972.560 habitantes. Por outro lado, o Fundo Nacional Judaico, isto é, o fundo da Organização Sionista Mundial para a compra e o desenvolvimento de terras palestinas, intensificou suas aquisições. Estas se tornaram "propriedade eterna do povo judaico", inalienável, que só poderia ser arrendada a judeus.

No caso das explorações agrícolas, até a mão de obra devia ser exclusivamente judia (origem dos *kibbutzim*). Por fim, o sionismo criou em pouco tempo a estrutura do futuro Estado, inclusive com um exército (cuja base foi a milícia *Haganah*), conquistando seu espaço mediante o incentivo à imigração, a compra de terras de proprietários árabes feudais ausentes e a expulsão dos trabalhadores árabes da terra. As instituições fundamentais de Israel (o partido hegemônico, *Mapai*, trabalhista, a central dos trabalhadores com funções mais amplas do que a de uma simples central sindical, a *Histadrut*, reservada aos trabalhadores judeus, o núcleo do exército, a *Haganah*, a universidade etc.) foram erguidas bastante anos antes da criação do Estado de Israel.

Uma minoria entre os judeus religiosos da Europa central e oriental aceitou colaborar com os sionistas. Um dos primeiros expoentes desta posição foi o rabino Isaac Jacob Reines (1839-1915), nascido em Karolin, na Bielorússia. Na origem, essa posição tinha sobretudo por objetivo não deixar aos seculares o monopólio do socorro prestado aos judeus pobres e perseguidos. Encarnou-a o Mizrahi (Centro Espiritual) fundado em Vilnius (Lituânia) em 1902. Segundo essa corrente do judaísmo religioso, nada impede a colaboração com o sionismo, pois este não é incompatível com a tradição. A ideia da coexistência pacífica do judaísmo religioso e do sionismo depressa cedeu o lugar a uma integração da ideologia sionista dentro do sistema religioso tradicional. O autor dessa integração foi o rabino Abraão Isaac Hacohen Kook (1865-1935) nascido em Griva na Letônia, primeiro rabino-mor askenaze da Palestina (1921-1935). Contrariamente aos seus homólogos do *Agudat Israel*, o rabino Kook viu no sionismo um

[244] Lucien Gauthier. As origens da divisão da Palestina. *A Verdade* nº 8, São Paulo, julho de 1994.

[245] Gilles Perrault. *La Orquesta Roja*. Buenos Aires, Sudamericana, 1973.

instrumento de que Deus se servia para dar início à "redenção de Israel", e no Estado dos judeus a aurora da redenção ou do reino de Deus.[246]

O sionismo tornou-se mais popular entre os judeus, sobretudo entre os judeus seculares da Europa oriental e central, a partir de 1881, por causa dos numerosos ataques e pilhagens de que foram vítimas entre esse ano e 1921. De fato, foi a Europa oriental que forneceu os contingentes de emigrantes judeus que nesse período foram instalar-se na Palestina. As duas primeiras vagas da emigração coincidiram com as duas primeiras vagas de *pogroms*, que tiveram lugar respectivamente em 1881-1884 e em 1903-1906. A esmagadora maioria dos emigrantes judeus era gente pobre e perseguida. Dirigiam-na intelectuais das classes médias. Estes fizeram financiar a operação por membros da burguesia judaica ocidental, europeia e norte-americana, ansiosa por desviar da sua porta uma imigração popular judaica que iria contrariar os seus desígnios de "assimilação" nos países respectivos. O circunlóquio "um lar nacional para o povo judaico" designava um Estado judaico ou um estado dos judeus. O movimento sionista evitava o termo "Estado", falando antes de "lar nacional" ou de "pátria", para não exacerbar a oposição turca ao projeto.

Foi nesse período que o Egito testemunhou e sediou o nascimento do islamismo político contemporâneo, que não era só uma resposta religiosa à persistência da situação semicolonial do país. Com a vitória da Revolução de Outubro de 1917 o governo bolchevique lançara um chamado pela paz democrática sem anexações, baseada no direito de autodeterminação para todas as nações, com a anulação da diplomacia secreta dos países imperialistas, que através dela dividiam entre si os espólios dos impérios derrotados na Primeira Guerra Mundial.

O contexto árabe mudava rapidamente: foi o contexto da crescente influência comunista no Oriente, aliada ao crescente fracasso do nacionalismo laico, que condicionou o surgimento (ou melhor, ressurgimento, pois suas bases iniciais tinham sido lançadas, como vimos, no final do século XIX) do *islamismo político*. O Islã, em todas suas (numerosas) vertentes, foi fortemente influenciado pela revolução soviética. O novo islamismo político podia ser visto tanto como um empreendimento dirigido a revigorar a religião islâmica diante dos desafios de uma nova era histórica, como também como uma reação contra a influência crescente do comunismo (marxismo) ao amparo da revolução soviética, que promovia (com enormes dificuldades políticas) a emancipação nacional das regiões com populações majoritariamente islâmicas do antigo império czarista, um processo que levou à criação do Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão soviéticos.

A gênese contemporânea do islamismo como movimento religioso-político esteve estreitamente relacionada com a queda do Império Otomano e a abolição do califado pelos “jovens turcos”, e com o fracasso do nacionalismo laico egípcio, a exemplo do partido Wafd. Assim, no final da década de 1920, o professor Hassan Al-Bana criou no Egito a *Irmandade Muçulmana*, com o objetivo programático explícito de aglutinar o mundo muçulmano numa comunidade muçulmana transnacional (*umma*). A Irmandade propunha uma “reforma” que deveria restaurar princípios morais islâmicos destinados a se impor em todos os aspectos da vida social. Para Al-Bana, a reforma devia consistir em uma “formação do indivíduo muçulmano em primeiro lugar, depois a família ou o lar muçulmano, depois da sociedade muçulmana, depois do governo, do Estado e da comunidade muçulmana”.[247]

Cada aspecto da vida social deveria ser “islamizado”, essa era a “missão sagrada” da Irmandade Muçulmana, que se recusou a adotar uma forma legal de organização, seja como

[246] Os principais herdeiros atuais desta concepção do sionismo são o Partido Nacional Religioso e o *Gush Emunim* (Bloco da Fé), que reúne os opositores mais irredutíveis à devolução de qualquer parcela da Cisjordânia e da Faixa de Gaza conquistadas por Israel em 1967, assim como os colonizadores mais zelosos desses territórios.

[247] Pierre Guchot (ed.). *Les Frères Musulmans et le Pouvoir.* Paris, Galaade, 2014.

partido político (forma considerada como ocidental, ou não islâmica) ou como simples associação cultural, que poderia ser controlada pelo governo. O fato do islamismo político vir a preencher o vazio deixado pelo fim do Império Otomano e por um nacionalismo árabe impotente não significa que preenchese um papel histórico progressista, e menos ainda um papel de superação de um nacionalismo estreito, substituído por uma sorte de "internacionalismo islâmico": foi, antes do mais, um movimento de natureza reacionária, que iria descambar no clericalismo, dirigido contra a influência árabe e oriental da revolução soviética e do internacionalismo comunista.

É necessário, além disso, distinguir entre o conceito de "islamismo político" e o de "fundamentalismo", sendo o primeiro composto pelos movimentos e partidos que tem no Islã a base de uma ideologia política, enquanto o "fundamentalismo" é um movimento teológico que surgiu no Egito no começo de século XX, dirigido a uma volta aos *fundamentos* do Islã nos seus textos sagrados.[248] O termo "fundamentalismo" foi na verdade originado no cristianismo, no protestantismo americano em meados do século XIX, e foi formalizado numa coleção de livros, *Fundamentals: a Testimony of the Truth* (publicados entre 1909 e 1915). Era uma tendência de fiéis, pregadores e teólogos, que tomavam as palavras da Bíblia ao pé da letra. Se Deus consignara sua revelação no Livro Sagrado, cada palavra e cada sentença deveriam ser verdadeiras e imutáveis. Opunham-se às interpretações da chamada teologia "liberal", que usava métodos históricos críticos para interpretar textos escritos há milênios, procedimento, segundo os fundamentalistas cristãos, ofensivo a Deus.

Por isso, esses fundamentalistas cristãos também se opunham (e se opõem até hoje) aos conhecimentos contemporâneos da história, das ciências, da geografia, e especialmente da biologia (Darwin) que pudessem questionar a verdade bíblica. O conceito de "fundamentalismo islâmico", posterior, veio a designar a aspiração para a instauração de um Estado Islâmico, a introdução da *sharia*, do direito islâmico e do seguimento das normas de Maomé e dos primeiros califas, sem renunciar aos benefícios da técnica moderna. O termo "fundamentalista" (*usuli*) existia no Islã desde há muito tempo: a palavra designava, no sentido tradicional, os acadêmicos da *ilm al-usul*, a ciência que se dedica ao estudo do *fiqh* (direito islâmico). O elemento decisivo da reviravolta política fundamentalista islâmica não era religioso, mas político.

O clima político internacional na década de 1920 estava marcado pela revolução soviética e pela perspectiva de sua expansão ocidental (europeia) e oriental (afro-asiática). Alguns clérigos do Islã, radicalizados durante a luta anti-imperialista no subcontinente indiano, fizeram nesses anos, sob essa influência, uma interpretação "esquerdista" do Islã, que o islamismo político veio a combater. O impacto da revolução bolchevique era enorme na Índia submetida ao Império Britânico, inclusive na Índia muçulmana. Durante os primeiros anos da revolução soviética, o clérigo islâmico-indiano Maulana Obaid-ou-llah Sindhi viajou para a União Soviética para entrevistar-se com Lênin.

Em 1924, Maulana Hasrat Mohane, outro *mullah*, foi eleito primeiro secretário geral de Partido Comunista da Índia. O poeta islâmico-nacionalista Iqbal escreveu longos poemas que elogiavam Lênin e os bolcheviques. Em um dos versos disse que Marx era um profeta que teve também um livro, como Maomé, mas não caráter profético. Essa situação influenciou o

[248] Segundo Abdullah bin Ali al-'Ulayyan, "apesar das diferenças mínimas no significado do termo "fundamentalismo", no Ocidente e no Islã, o pensamento ocidental permanece prisioneiro de sua experiência histórica e de seu longo conflito com o fundamentalismo cristão". A visão "paroquial" do Ocidente não teria base na realidade, porque o "fundamentalismo", de acordo com o Islã, seria o oposto ao imaginado no Ocidente. Os escritos de Samuel Huntington seriam típicos dessa tendência: "O Ocidente tem muito da responsabilidade por fortalecer o entendimento do "fundamentalismo islâmico" nos mesmos moldes do fundamentalismo cristão do século XVIII".

islamismo político moderno que foi, a partir de sua fundação, uma presença constante na luta política das nações árabes: apesar de basear-se no passado islâmico e nos símbolos tradicionais, o idioma e as políticas dos fundamentalistas se constituiu como uma forma de ideologia contemporânea, que usava os tópicos tradicionais ou clássicos com fins políticos claramente contemporâneos e com formas emprestadas das ideologias modernas, seculares.

A função geral dessa ideologia seria estabelecer uma *identidade*, o que "nós", o povo ou a comunidade, são, e igualmente o que "nós" não somos; a proposta de uma história "legítima", inclusive os atos heroicos, as traições e as opressões; uma moralidade de luta e de sacrifício, um programa de mobilização e conquista do poder e, na fase final, o estabelecimento de um modelo de construção de uma sociedade nova. As linhas gerais dessa ideologia foram traçadas no Egito nas décadas de 1920-1930 e buscavam, em primeiro lugar, estabelecer uma linha de contenção e combate contra a crescente influência do marxismo e da revolução soviética, daí que fosse visto, pelo menos inicialmente, com um olhar favorável tanto pelas potências estrangeiras dominantes no mundo árabe quanto pelas elites econômicas e políticas locais.

Os olhares de todo o Oriente se dirigiam para a Rússia soviética. Os do mundo islâmico, em especial, para a situação das populações islâmicas do antigo Império Russo, derrubado e desfeito pela Revolução de Outubro. Durante a Primeira Guerra Mundial, a isenção do serviço militar muçulmano fora removida pelo czarismo, o que provocou a revolta da Ásia Central de 1916, esmagada em sangue pela autocracia russa. Quando a Revolução de Outubro de 1917 aconteceu, um governo provisório de "Reformadores Jadid", também conhecido como o "Conselho de Muçulmanos do Turquestão" se reuniu em Kokand e declarou a autonomia do Turquestão. O novo governo foi rapidamente esmagado pelas forças militares do Soviete de Tashkent; os estados autônomos proclamados de Bukhara e Khiva também foram invadidos pelo Exército Vermelho.[249] Os guerrilheiros islâmicos conhecidos como *basmachis* continuaram a combater o Exército Vermelho até 1924, com algum apoio externo. A Mongólia também foi influenciada pela Revolução de Outubro e, embora nunca se tornasse uma república soviética (da URSS), tornou-se uma "República Popular" aliada em 1924.

Houve também uma ameaça de invasão do Exército Vermelho no Turquestão chinês, mas o governador local concordou em cooperar com o governo soviético. Depois de ter sido conquistada pelo Exército Vermelho, a Ásia Central soviética experimentou uma onda de reorganização político-administrativa. Em 1918, os bolcheviques criaram a República Soviética Socialista Autônoma do Turquestão; Bukhara e Khiva também se tornaram repúblicas soviéticas. Em 1919, a Comissão de Conciliação para os Assuntos do Turquestão foi criada para tentar melhorar as relações com os habitantes locais. As novas formas políticas foram introduzidas respeitando os costumes e a religião locais. Em 1920, a República Socialista Soviética Autônoma do Quirguistão, abrangendo o Cazaquistão, foi criada, sendo renomeada como República Autônoma Socialista Soviética do Cazaquistão em 1925. Em 1924, o governo soviético criou também a República Socialista Soviética do Uzbequistão e a República Socialista Soviética do Turquestão.

Em oposição ao novo nacionalismo pan-turco, em novembro de 1920 um Comitê Revolucionário animado e apoiado pelo Exército Vermelho proclamou a Armênia soviética (lembremos que a os armênios turcos haviam sido vítimas de um genocídio em 1915), república soviética independente fundida depois com o Azerbaijão e a Geórgia na Federação Transcaucásica de Repúblicas Socialistas. Em 1929, finalmente, a República Socialista Soviética do Tadjiquistão foi dividida a partir daquela do Uzbequistão. O *Oblast* Autônomo do Quirguistão tornou-se uma república socialista só em 1936. As novas fronteiras políticas pouco tinham a ver com a composição étnica ou mesmo religiosa das populações locais; o governo

[249] Cf. Hélène Carrère d'Encausse. *Réforme et Révolution chez les Musulmans de l'Empire Russe*. Bukhara 1867-1924. Paris, Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1966.

soviético via no pan-turquismo e no pan-islamismo duas ameaças, o que limitou inicialmente a divisão do Turquestão. As línguas e culturas locais foram sistematizadas e codificadas, com suas diferenças claramente demarcadas.[250] Novos sistemas de escrita em cirílico foram introduzidos nas escolas e na administração, para quebrar os laços com o Irã e a Turquia, a fronteira sul das novas repúblicas foi quase totalmente fechada; todas as viagens e o comércio foram direcionados para o norte através da Rússia.

A relação do governo bolchevique com a religião islâmica, e com as populações sob o seu domínio que a professavam desde há mais de um milênio, foi das mais complexas. A Rússia soviética adotou uma política abertamente antirreligiosa com relação à Igreja Ortodoxa, cristã, representante da religião majoritária na Rússia, com dezenas de milhares de templos espalhados pelo país. As propriedades da Igreja foram expropriadas, e a religião separada do Estado; foram suprimidos os subsídios ao clero (o programa fundacional do socialismo russo, o POSDR, de 1903, defendia explicitamente: "Separação da Igreja do Estado e da Escola da Igreja... Confiscação da propriedade e da posse dos mosteiros e da Igreja, como também dos bens dos senhores feudais e das pessoas pertencentes à família do Czar").

Cartaz da Zhenotdel soviética, chamando à libertação das mulheres

A relação do bolchevismo com o Islã, inclusive com o clero islâmico, foi posta em outro patamar, pois o islamismo, além de minoritário no conjunto do antigo Império Czarista, não era identificado como religião oficial do Estado autocrático do czar.[251] Isso não significava que a política soviética na região não fosse claramente antirreligiosa (ateia) e não se desse por objetivo a emancipação da alienação e opressão religiosa (da opressão social justificada em preceitos religiosos) da população, especialmente a feminina, das novas repúblicas soviéticas da Ásia Central, levando em conta, no entanto, que nelas existia uma espécie de "fusão espontânea" entre *nacionalidade* e religião, e que a primeira vinha apenas de conquistar sua

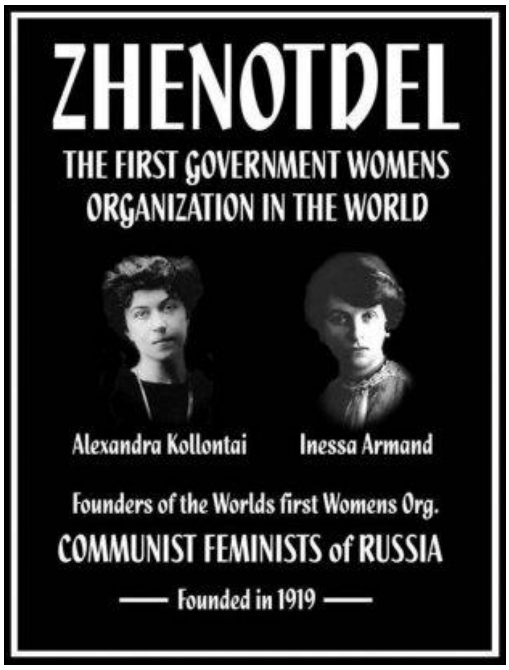
[250] O programa de fundação do POSDR (socialdemocracia russa), do qual se originou o bolchevismo, aprovado em congresso de 1903, defendia explicitamente: "Direito da população à educação em sua língua materna, assegurado mediante a criação de escolas necessárias para tanto, às custas do Estado e dos órgãos de autoadministração. Direito de todos os cidadãos falarem em assembleias em sua própria língua materna. Direito igual de utilização da língua materna ao lado da língua oficial do Estado, em todas as instituições sociais, locais e estatais. Direito de autodeterminação para todos os povos que pertençam à Federação do Estado".

[251] Alexandre Bennigsen e Chantal Lemercier-Quelquejay. *Les Musulmans Oubliés.* Paris, François Maspéro, 1981.

existência independente, depois de séculos de opressão nacional grã-russa. Não havia homogeneidade política a respeito da questão no próprio bolchevismo: comunistas veteranos como Sultan Galiev, muito próximo de Lênin, esperavam poder conciliar Islã e socialismo, através de um programa que conseguisse "desespiritualizar os povos muçulmanos em etapas progressivas".[252]

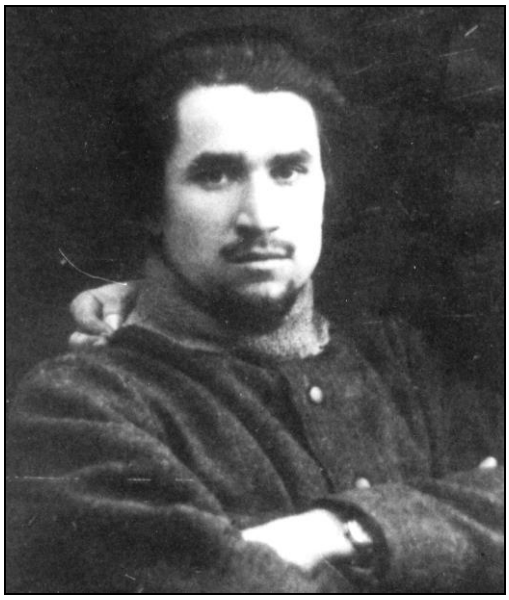
O instrumento fundamental do bolchevismo, nessa etapa e nessa região, foi a *Zhenotdel*, a seção feminina do Partido Comunista (bolchevique) da Rússia soviética, que promovia reuniões de mulheres nas aldeias da Ásia Central, reuniões às quais suas militantes concorriam às vezes com o rosto coberto com o véu islâmico (não por razões de clandestinidade, mas principalmente para não chocar e enfrentar-se logo de cara com a população local, e para evitar a reação dos líderes religiosos), para organizar as mulheres na luta contra o casamento forçado de crianças e adolescentes, a poligamia, os castigos corporais infringidos "legalmente" (segundo o clero) pelos maridos, e contra as taras opressivas da dominação religiosa.

Era uma atividade muito arriscada para as militantes da organização, inclusive sob o governo bolchevique: muitas das agitadoras da *Zhenotdel* foram assassinadas, até esquartejadas, por pais, maridos, irmãos, incentivados por *mullahs* reacionários nas mesquitas, por ousar conclamar as mulheres da Ásia Central soviética a se opor às leis e costumes corânicos. A Internacional Comunista, em seu 3º Congresso (junho-julho de 1921) aprovou uma resolução especial sobre "os métodos de trabalho entre as mulheres de Oriente", região onde se devia "lutar contra a influência do nacionalismo e da religião sobre os espíritos". Em 1923, cinco anos depois da revolução soviética, a *Zhenotdel* conseguiu, finalmente, atuar "a rosto descoberto" e fundar os primeiros clubes femininos na Ásia Central soviética. O partido bolchevique criou um Birô específico para as repúblicas de Ásia Central, que funcionou entre 1922 e 1934. Em 1926, a *Zhenotdel* lançou uma campanha de massas contra o uso *obrigatório* do véu islâmico pelas mulheres, que culminou em grandes manifestações, chamadas *hujum*, a 8 de março de 1927: as militantes da *Zhenotdel* pronunciavam discursos e liam poesias, enquanto as mulheres uzbeques lançavam seus véus na fogueira.[253]



[252] Alexandre Bennigsen e Chantal Lemercier-Quelquejay. *Sultan Galiev, Père de la Révolution Tiers-Mondiste*. Paris, Fayard, 1986.

[253] Alexandre Bennigsen e Chantal Lemercier-Quelquejay. *L'Islam en Union Soviétique.* Paris, Payot, 1968, p. 147.



Mirsaïd Sultan Galiev, ou (em tártaro) Mirsayet Xaydargali uli Soltangaliev (1892-1940), figura central do bolchevismo oriental, fuzilado pela ditadura stalinista

Um balanço crítico da aproximação do poder bolchevique, durante a primeira década da revolução, à questão cultural/religiosa na Ásia Central, incluídos os experimentos linguísticos e educacionais, não foi possível. Pois esse esforço foi suprimido a partir da década de 1930, quando o poder burocrático stalinista suprimiu a aproximação política militante às populações soviéticas islâmicas por uma repressão brutal, incluídas deportações em massa (e importação de populações alógenas) sob o pretexto de mobilização de mão de obra com vistas à industrialização forçada, e de repressão do nacionalismo e da religião.[254]

Parte dos delegados ao primeiro Congresso Panrusso de Organizações Comunistas de Oriente

[254] Shoshana Keller. *To Moscow, not Mecca*. The Soviet campaign against Islam in Central Asia 1917-1941. Westport, Praeger Publishers, 2001; Raymond Charles. *L'Etoile Rouge contre le Croissant.* Paris, Calmann-Lévy, 1962.

A força bruta substituiu a política, na URSS: "No início [Lênin] acreditava que as especificidades nacionais deviam ser acomodadas dentro de um Estado único, mas depois passou a defender a criação de Estados com bases étnicas, que teriam relações contratuais uns com os outros. Mudou da total rejeição cultural à autonomia para o reconhecimento dos aspectos territoriais e extraterritoriais dessa autonomia. As opiniões de Trotsky, Rakovsky, Mdivani, Skryptnik, Makharadze, Sultan-Galiev e outras pessoas ligadas a Lênin seguiam a mesma direção (com exceção de Lênin, nenhum deles morreu de causas naturais). Stalin era um ardoroso defensor do que seus oponentes chamavam de 'unitarismo'...

"As concepções de Lênin eram apresentadas por Stalin como um 'desvio nacionalista' nocivo aos interesses do Estado soviético... É importante entender a veemência da condenação de Lênin às características opressivas da burocracia russa e dos ultranacionalistas russos. Essa oppressão vinha de séculos, por isso a necessidade de considerar a desconfiança das minorias étnicas que haviam sofrido muita injustiça e que eram, Lênin insistia nisto, particularmente sensíveis a qualquer forma de discriminação... Isso estava de fato no rumo que Stalin seguia e que, com o tempo, se tornaria a política oficial. Não é de admirar, portranto, que em seu testamento Lênin tenha deixado claro que Stalin devia ser removido de sua posição no partido".[255]

A defesa do princípio federativo para a organização da URSS, contra o "Estado unitário" defendido pela fração stalinista, foi, segundo o autor citado, o eixo do "último combate de Lênin".[256] A morte de Lênin, em janeiro de 1924, a vitória de Stalin sobre a Oposição bolchevique ("Oposição de Esquerda") e a consolidação da ideologia e da política do "socialismo num país só" na segunda metade de dácada de 1920, fizeram o restante: a "prisão dos povos" grã-russa foi reconstituída sob um véu pretensamente "socialista", com consequências de longo prazo sobre a história dos povos e países incluídos dentro da "área islâmica", soviética ou não.

O que alarmou o islamismo (sobretudo o clero islâmico) do Oriente Médio e Ásia Central fora a atividade política e ideológica precedente do poder soviético em relação à sua população islâmica. A constituição do moderno islamismo político foi uma resposta a esse "perigo" para a hierarquia clerical islâmica, que via sua posição tradicional de poder na sociedade ameaçada. O primeiro congresso internacional pan-islâmico se reuniu em El Cairo em maio de 1926, com a assistência de delegados de treze países muçulmanos, incluídos notadamente o Egito, a Tunísia, o Marrocos e a Índia; outros congressos pan-islâmicos se celebraram posteriormente na Meca, em junho de 1926, e em Jerusalém em dezembro de 1931. Cabe destacar a atuação político-organizativa do secretário do gabinete egípcio, Ahmad Zaki Pasha, entre 1911 y 1921, atividade pela qual foi considerado o decano do movimento.

As possibilidades dos partidos comunistas de jogarem um papel dirigente na luta antiimperialista dos povos do Oriente Médio, depois dos congressos orientais organizados pela Internacional Comunista, foi também anulada pela vitória da burocracia stalinista na URSS e a repressão brutal (inclusive internacional) que ela deflagrou nas fileiras comunistas, a burocratização da IC foi condição da burocratização da URSS: "Em 1929, a direção do Komintern deu ao PC palestino a palavra de ordem 'bolchevização mais arabização'. Como os membros da direção (do PCP) eram judeus, foram todos convocados a Moscou. Uns depois dos outros, meus velhos companheiros Birman, Lechtinski, Ben-Yehuda e Méier-Kuperman foram liquidados (assim como) David Averbuch, nascido em Moscou, que tinha sido enviado ao Oriente Próximo para promover o movimento comunista e se tornara a personalidade dominante do PC palestino...

---

[255] Moshe Lewin. *O Século Soviético.* Rio de Janeiro, Record, 2007, pp. 33-41.

[256] Moshe Lewin. *Le Dernier Combat de Lénine*. Paris, Syllepse, 2015.

“Todos os membros do Comitê Central do PC palestino foram liquidados, salvo List e Knossov, que não tinham viajado para a União Soviética. Somente um deles sobreviveu, Jospeh Berger (Barsilai), depois de um périplo de 21 anos pelo Gulag. De um total de duzentos a trezentos quadros do partido, só uns vinte escaparam. Apenas em 1968, dez anos decorridos desde o XX Congresso do PCUS, o Partido Comunista de Israel, o *Maki*, prestou homenagem aos dirigentes assassinados durante os expurgos stalinistas”.[257] A desagregação stalinista do comunismo árabe e médio-oriental aplainou o caminho para as variantes nacionalistas árabes, inclusive as religiosas, que caminharam em cima dos escombros deixados por essa enorme frustração política.

Enquanto isso acontecia, a presença militar e o controle das comunicações externas no Oriente Médio por parte da Grã-Bretanha continuaram totais até a invasão da Etiópia pelos italianos. A depressão econômica mundial da década de 1930, por sua vez, provocou um declínio do comércio interno e externo do Oriente Médio: as viagens e o turismo decaíram, incluindo as peregrinações religiosas à Meca. O número anual de peregrinos caiu notavelmente, afetando todo o comércio do Mar Vermelho. O fenômeno acabou tendo repercussões nas políticas coloniais das potências europeias. Lembremos que a França ocupara a Síria em 1920; que em 1926 o Iraque fora submetido ao mandato britânico, e que, finalmente, em 1927 as conquistas territoriais de Abdulaziz Ben Saud na Península Arábica foram reconhecidas pela Grã Bretanha.

A monarquia saudita surgira no século XVIII com o reformador religioso Abd al-Wahab na parte central do deserto de Nejd, com o apoio dos Al-Saud. Essa aliança, que combinava as guerras dos beduínos com o puritanismo religioso, acabou dominando a maioria da península árabe. Os wahabitas também acreditam que seria necessário viver de acordo com os ditames estrictos do Islã, que eles interpretavam como a vida de acordo com os ensinamentos do profeta Maomé e os seus seguidores durante o século VII, em Medina. Consequentemente, eles se opunham a muitas inovações religiosas, incluindo o minarete, as sepulturas, e mais tarde as televisões e rádios. Os wahabitas também consideravam que os muçulmanos que violavam as suas interpretações eram heréticos.

O rei saudita Abdulaziz Ben Saud, que em 1902 partira do Kuwait com um reduzido exército a pé ou montado em poucos camelos, para reconquistar para sua família a cidade amuralhada de Riad, no planalto central da península, teve no vácuo econômico-político-militar criado pela crise econômica internacional (iniciada em 1929) e na crise geopolítica regional decorrente

[257] Leopold Trepper. *O Grande Jogo*. São Paulo, Portugália, sdp, pp. 62-64.

boa parte das condições de sua vitória. O emirado, pobre e escassamente povoado, pertencera no passado aos Al-Saud, que haviam sido depostos e expulsos dele várias vezes pelos egípcios e pelos otomanos. Depois de 52 "batalhas" (a maior parte das quais não passou de pequenos enfrentamentos entre grupos escassos de soldados irregulares, desnutridos e mal armados) Abdulaziz conquistou a cidade e, com ela, toda a região, proclamando em 1932 o novo reino dos sauditas.

O mundo, incluído o mundo empresarial, não imaginava, nessa altura, que acabava de ser criada a base política-estatal para o futuro maior produtor de petróleo do planeta. Com a união de Nejd e Hejaz no oeste da península foi estabelecido o Reino de Arábia Saudita.[258] Quando o rei Abdulaziz Ben Saud fundou o novo reino, ele trouxe consigo os wahabitas para o poder.[259] O abalo geral do mundo árabe-islâmico se completou com o ingresso na concorrência colonial das potências marginalizadas dela. Três anos depois da proclamação da Arábia Saudita, a guerra ítalo-etíope foi uma típica guerra pela expansão colonial da Itália, começada em outubro de 1935 e terminada em maio de 1936. A guerra travada entre o Reino da Itália e o Império Etíope (também conhecido como Abissínia) resultou na ocupação militar da Etiópia, na prisão do rei Haile Selassie (dando fim ao único governo negro do mundo, à época), e na anexação do país à recém-criada colônia da África Oriental Italiana; além disso, expôs a inadequação da Liga das Nações para a manutenção da paz. A Liga afirmava que trataria todos seus membros como iguais, no entanto, garantiu às grandes potências maioria no seu Conselho. Tanto a Itália quanto a Etiópia eram países membros da organização, mas a Liga nada fez quando a guerra claramente violou seu estatuto.

Abdulaziz Ben Saud (à direita) e Faisal, em 1922

O diplomata-historiador inglês Edward Hallet Carr criticou abertamente a "ordem internacional" baseada na Liga, dizendo que era uma ilusão pensar que nações fracas e

[258] Robert Lacey. *Le Royaume.* La grande aventure de l´Arabie Saoudite. Paris, Presses de la Renaissance, 1982.

[259] Isto aconteceu um ano antes do primeiro acordo de exploração do petróleo estabelecido pelo reino saudita com a *Standard Oil* de Califórnia, que começou a extrair petróleo dois anos depois: o reino wahabita ficou economicamente poderoso já no seu nascedouro.

desarmadas pudessem deter algum poder numa arena mundial dominada pelas potências. Carr retomou e reformulou "diplomaticamente" as críticas de Lênin à natureza imperialista da Liga, na qual as decisões eram tomadas e o poder era exercido pelas grandes potências, em detrimento da suposta "igualdade jurídica" existente entre as nações, que não passava de uma encenação cínica. As nações menores seguiam ou sofriam pressão para seguir as maiores. Isto aconteceu quando a Inglaterra (1931) e mais tarde a França (1936) deixaram o padrão ouro, ou quando a Alemanha ultrapassou França no seu poderio militar: nesse momento, muitos países menores declararam neutralidade ou mesmo passaram para o lado da Alemanha, que rejeitava a Paz de Versalhes, devido a essa situação.[260]

As riquezas petrolíferas do Oriente Médio desempenhavam já papel determinante na atitude política das potências na região. Em 1908, concessionários britânicos descobriram uma primeira bacia no Irã e no Iraque. As negociações franco-britânicas sobre a divisão do Oriente Próximo giraram, em boa medida, em torno à sorte da antiga *Turkish Petroleum Company*. Em 1931 a *Standard Oil* dos EUA descobriu petróleo na Península Arábica e obteve, em 1933, uma concessão que abarcava o conjunto da Arábia Saudita, logo depois da proclamação e reconhecimento internacional do novo país, um acontecimento cujo alcance não foi estimado em toda a sua amplitude até depois de 1945. Na primeira metade do século XX, o mercado internacional de petróleo foi dominado pelas "sete irmãs", das quais cinco eram norte-americanas: *Standard Oil* de New Jersey, agora conhecida como Exxon; *Standard Oil* da Califórnia, agora conhecida como Chevron; *Gulf*, agora parte da Chevron; *Mobil Oil* e *Texaco*; uma era britânica (a *British Petroleum*) e uma anglo-holandesa (a *Royal Dutch-Shell*).[261]

Essas empresas, primeiramente, ganharam controle de seus mercados domésticos através da integração vertical (controle de oferta, transporte, refinamento, operações de mercado, além de tecnologias de exploração e refinamento) e se expandiram para mercados estrangeiros, nos quais obtiveram condições extremamente favoráveis. Tal oligopólio foi capaz de dividir mercados, estabelecer preços mundiais e discriminar contra terceiros. A época de maior dificuldade para as "sete irmãs" foi a da "grande depressão" econômica da década de 1930, durante a qual os preços caíram sensivelmente. O oligopólio tentou controlar (garantir um piso) para os preços internacionais, mas sem sucesso.

Os Estados Unidos, que já eram os maiores produtores mundiais, exportavam petróleo para a Europa e outras regiões e foram bem sucedidos em criar patamares de preços mínimos através da regulação da produção. O estado do Texas, o maior produtor de petróleo nos EUA, e especialmente sua *Railroad Comission*, foram particularmente influentes neste processo. A partir dessa plataforma econômica e produtiva, e da conscência da importância do controle do fornecimento mundial de energia, os EUA passaram a considerar a necessidade de uma presença permanente e hegemônica no Oriente Médio e no mundo árabe em geral.

---

[260] Edward Hallet Carr. *Vinte Anos de Crise 1919-1939.* Brasília, UnB, 2001. Carr era um diplomata liberal inglês que simpatizou com a revolução soviética quando cumpria missão na Rússia, transformando-se num de seus principais historiadores. Tendo virado historiador, seu *What is History?* transformou-se numa das mais populares introduções à disciplina nas universidades de pós-guerra, junto com *Apologie pour l'Histoire* de Marc Bloch.

[261] André Nouschi. *Luttes Petrolières au Proche-Orient*. Paris, Flammarion, 1970.

A “GRANDE REVOLTA ÁRABE” DE 1936-1939

Entre 1936 e 1939, em cenários diversos, não longínquos, foram travadas duas guerras cujos resultados condicionaram a marcha do mundo para a segunda conflagração bélica mundial: a guerra civil na Espanha (que testemunhou a derrota dos republicanos pelos nacional-clericais comandados por Franco e apoiados por Hitler-Mussolini), e uma guerra civil e nacional árabe que, em que pese a nova derrota das forças nacionalistas e anticolonialistas, ensejou o surgimento de um novo nacionalismo árabe, em especial de uma consciência e de um movimento nacional palestino. No período entre as duas guerras mundiais, intelectuais árabes, principalmente no Oriente Médio, contribuíram para o crescimento do nacionalismo laico e sua difusão nos países de língua árabe, tanto na África quanto na Ásia. Um papel destacado coube a Abu Khaldun Sati Al-Husri, um sírio nascido em Sana´a em uma rica família de mercadores de Alepo. Outro exemplo foi Sati Al-Husri, responsável pelo sistema de ensino no Iraque, que estruturou o currículo escolar de modo a difundir entre os estudantes as ideias nacionalistas árabes. Enfatizava a existência de um espirito comum entre as populações arabófonas - demonstrado pela sua língua comum - cujo futuro estava na sua unificação em um único estado.[262]

Depois de uma primeira revolta árabe na Palestina de 1929, dirigida principalmente contra a colonização sionista, uma comissão oficial de investigação britânica (a “Comissão Shaw”) apontou para o fato de que por trás do fanatismo religioso, a revolta árabe fora motivada pelo apoio do governo do mandato inglês aos sionistas, suas aquisições de terras palestinas e a expulsão dos camponeses árabes. A constatação das bases do verdadeiro descontentamento dos árabes podia alterar a ideia acerca do caráter religioso e anti-judaico da revolta, resulltante da manipulação da revolta e dos sentimentos das massas pelo *Mufti* da Palestina. Durante a revolta de 1929 foram raros os ataques dos camponeses árabes contra o poder colonial; a liderança árabe chegou a ordenar-lhes que poupassem britânicos e cristãos. As massas muçulmanas revoladas cantavam “o governo está do nosso lado” e atacaram os judeus ortodoxos antissionistas estabelecidos há muito tempo na cidade de Hebron na Margem Ocidental, isolados de Jerusalém e dos sionistas concentrados nas margens do Mediterrâneo. Segundo os informes do Partido Comunista da Palestina, sessenta judeus dessa comunidade foram mortos por grupos árabes “cantando em êxtase religioso enquanto abriam os abdomens e decapitavam as crianças”.

Nessa década, frente à agressividade do ferido imperialismo alemão, desmontado em consequência da sua derrota na Primeira Guerra Mundial, as “democracias” europeias, primeiro a Inglaterra e depois a França, julgaram poder esconjurar os perigos representados pelo expansionismo nazista cedendo a cada exigência de Mussolini ou de Hitler desde 1935, quando Mussolini empreendeu a conquista da Etiópia, sob a indiferença das democracias europeias e da Liga das Nações. A *blitz* africana de Mussolini representou a última etapa da experiência colonial italiana que, no seu conjunto, compreendeu a ocupação de Eritreia, Líbia, Etiópia e Somália, ao longo de sessenta anos, abrangendo o período liberal (1882-1921) e o período fascista (1922-1943), dissolvendo-se, com o colapso da ditadura fascista, pouco antes do fim da Segunda Guerra Mundial.

O Oriente Médio, porém, não era o mesmo do passado recente, quando estava ainda submetido ao Império Otomano. As velhas instituições patriarcais, a hierarquias e estruturas sociais internas, se encontravam sob um questionamento social, político e cultural crescente. Em 1908, pela primeira vez, uma mulher concluíra os estudos secundários no Egito. Hada Shar’awi, agitadora política feminista antibritânica, era esposa de um dos fundadores do

[262] Um exemplo importante da influência de Sati al-Husri é o partido nacionalista árabe Ba´ath, cujo programa, escrito em 1947, citou esse pensador e sublinhou sua importância para sua elaboração.

partido Wafd, e organizara em 1919 uma reunião de 350 mulheres para incorporá-las à luta anticolonialista. Dessa movimentação resultou, em março de 1923, a primeira associação feminista do Oriente Médio, a União das Mulheres Egípcias, que chegou a participar da conferência da *International Women's Alliance*, realizada em maio do mesmo ano em Roma. Não se tratava apenas de um novo protagonista da luta anticolonial. Integrantes do movimento começaram a propor uma nova leitura dos textos sagrados em clave feminista, questionando também a estrutura patriarcal da sociedade egípcia.

Abd al-Qadir al-Husayn, líder do Alto Comitê Árabe, com seus auxiliares, em 1936

Na "era dos impérios", por outro lado, o mundo árabe foi abalado, como outras regiões, pelo êxodo mundial do maior fluxo migratório já conhecido na história. Dentro desse fluxo populacional, os árabes e sua cultura invadiram o mundo; e a cultura de outras regiões do mundo, inclusive longínquas, acabou penetrando, também, no mundo árabe. Os países árabes se viram afetados pela forte corrente migratória em direção aos "novos mundos" da América, da Oceania e do Sul asiático, sobretudo nas primeiras décadas do século XX. O processo marcou profunda e duradouramente a estrutura social e cultural dos países receptores, muitas de cujas características culturais básicas são incompreensíveis sem esse aporte. Mas não só dos países receptores. Os países de origem dos migrantes também foram marcados decisivamente pela saída, em geral economicamente forçada, de uma parte substancial de sua população para o além-mar. A cultura árabe, ao se "universalizar", sofreu também as consequências do processo migratório em sua própria matriz.

Na Argentina e no Brasil, por exemplo, a imigração árabe não só dinamizou consideravelmente o setor comercial urbano da nascente sociedade nacional, como também se implantou fortemente no setor agrário, contribuindo para a expansão da pequena propriedade em sociedades ainda fortemente dominadas por uma estrutura agropecuária oligárquica e latifundiária. Em ambos os países, os árabes vieram a ser chamados familiar e popularmente de "turcos", confusão étnico/geográfica determinada por eles provirem, majoritariamente, de territórios ou países (em gestação) ainda ou recentemente dominados pelo Império Otomano ("turco"), embora já muito submetidos à influência francesa e inglesa. Na Argentina, os árabes se implantaram sobremaneira nas províncias do norte do país. No Brasil, a imigração árabe teve início no século XIX por volta de 1860: em um censo brasileiro de 2008, 0,9% dos entrevistados disseram ter sua origem familiar no Oriente Médio, o que seria o equivalente a dois milhões de pessoas (a população total de origem árabe no país chega aos dez milhões). Na Argentina, aproximadamente 3,5 milhões de pessoas são árabes ou descendentes, ou quase

9% da população do país. A diáspora árabe marcou profundamente as sociedades americanas mais importantes, inclusive os EUA.[263]

A cultura árabe, em todas suas manifestações, marcou profundamente os países receptores de imigrantes dessa origem, determinando inclusive gírias e modismos linguísticos e culinários. O termo *sheriff* passou a designar a autoridade local na América do Norte; no extremo sul da América, a palavra *maula* (nos países árabes, ela designava a população local não islamizada, portanto supostamente propensa à traição) passou a designar o traidor ou o pérfido. A *caravana* passou a designar todo deslocamente numeroso, em qualquer veículo. Em todos os países, aquilo que é considerado o centro irradiador de qualquer atividade, é chamado de sua "Meca". Devido ao nascente nacionalismo dos países árabes, o contingente migratório dessa origem teve características peculiares em relação a outras migrações em direção da América, especialmente àquelas de origem europeu, por uma forte referência aos conflitos, internos e externos, vividos pelos países árabes, percorridos nesse período pela aspiração a se constituírem em sociedades nacionais independentes.

A diferenciação religiosa (islamismo, contraposto à origem cristã dos imigrantes europeus) acrescentou outro elemento à peculiaridade árabe, de grande importância em sociedades que adotavam o cristianismo (católico) como religião oficial; ou fortemente marcadas pelo cristianismo protestante, como os EUA. As culturas americanas passaram também a influenciar as culturas árabes (na Síria, por exemplo, o *mate* do Cone Sul latino-americano, o "chimarrão" gaúcho, virou uma bebida popular, importado por parentes de emigrantes sírios em terras platinas), para não falar da influência universal da cultura norte-americana, em especial o cinema e todas as variantes da música popular.

De modo geral, com o avanço do século XX, por trás do aparente imobilismo do mundo árabe aconteciam importantes mudanças políticas e sociais. No Egito, o rei Fuad morreu em 1936 e seu filho Faruk herdou o trono, com a idade de dezesseis anos. Alarmado pela recente invasão da Etiópia pela Itália fascista, Faruk assinou de imediato (com propósitos supostamente defensivos) o Tratado Anglo-Egípcio, mas exigindo que a Grã-Bretanha retirasse todas suas tropas do Egito, exceto no Canal de Suez (foi acordado que essas tropas se retirariam definitivamente em 1949). O tratado previa que os britânicos mantivessem acampados na Zona do Canal uma guarnição de dez mil soldados (o que na prática retirava qualquer soberania dos egípcios sobre a principal artéria marítima do país) e mantivessem suas bases marítimas em Alexandria e Port Saïd, como também que tivessem direito à livre locomoção de suas tropas por todo Egito em caso de guerra: numa situação de aberto conflito internacional, o Egito manter-se-ia como aliado do Império Britânico.

A Irmandade Muçulmana, que até então gozava de legalidade em vários países árabes, passou a ser perseguida no Egito monárquico (como também aconteceria, depois, no Egito laico e nacionalista); obrigada à clandestinidade, seus dirigentes e ideólogos encontraram refúgio em universidades e centros de estudo da recentemente criada Arábia Saudita, que precisava com urgência de quadros instruídos para estruturar seu aparelho estatal e educacional. Os novos professores fizeram logo numerosos discípulos entre os filhos das ricas famílias dominantes no reino wahabita. O fato teve consequências de longo prazo: na década de 1960, um desses discípulos se chamava Osama Bin Laden, um dos numerosos (54) filhos de uma rica família de construtores civis sauditas de origem iemenita. No futuro, Saud Al Faisal, ministro de Relações Externas do reino saudita na década de 1970, queixar-se-ia publicamente pela radicalização religiosa e política (inclusive antimonárquica) introduzida pelos "irmãos muçulmanos" do Oriente Médio na Arábia Saudita: "Tratamos eles (os professores islâmicos egípcios e sírios) de forma honesta, e eles nos pagaram com enganos".

---

[263] Michael Suleiman (ed.) *Arabs in America.* Building a new future. Filadelfia, Temple University Press, 1999.

A oposição à colonização sionista tomou a forma de violentas manifestações de rua em 1931 e nos anos seguintes, e se inseriu no aguçamento da luta de classes. Em abril de 1932, marinheiros árabes de Haifa entraram em greve e foram seguidos pelos portuários judeus, pertencentes majoritariamente à organização sionista de esquerda *Hashomer Hatzair*, que se recusaram a furar a greve "árabe". Formou-se um conselho de greve comum, apesar das resistências da *Histadrut* (central sindical judia) e da central sindical árabe (tanto os sionistas quanto os nacionalistas árabes e islâmicos eram contrários à luta conjunta dos trabalhadores árabes e judeus, culpando os comunistas por essa "aliança contra natura").

A partir de 1934 produziram-se assembleias massivas com centenas de trabalhadores árabes e judeus das ferrovias, que desembocaram em uma greve de um dia em Haifa, em maio de 1935. Os grevistas formaram um conselho de todos os trabalhadores das ferrovias e formaram uma delegação de trabalhadores árabes e judeus para negociar com os patrões e o governo. Chegaram a ver reconhecidos alguns pontos de suas demandas. Alguns meses antes, em fevereiro-março 1935, centenas de trabalhadores árabes e judeus realizaram uma greve de três semanas, parcialmente vitoriosa, na refinaria de Haifa e no terminal do oleoduto da Companhia de Petróleo do Iraque.[264]

Festival em Nabi Rubin, em 1935, uma das comunidades árabes palestinas que seriam arrasadas em 1948

Em 1933 já era possível notar o crescimento de uma forte oposição árabe ao colonialismo britânico. Para impedir um levante popular, a Grã-Bretanha propôs a criação de uma "assembleia legislativa" palestina composta por onze muçulmanos, sete judeus, três cristãos e cinco oficiais do governo do mandato britânico. A proposta foi rejeitada pelos sionistas, que pretendiam a criação de uma assembleia legislativa cem por cento judaica (*Knesset Israel*). Em 1935, o *Obertsturmbannführer* Adolf Eichmann, que trabalhava na seção judaica do governo-partido nazista alemão, foi enviado à Palestina para estudar ou discutir as possibilidades de uma migração em massa de judeus alemães a esse mandato inglês: as autoridades britânicas o expulsaram ao descobrir sua missão.

Foi nesse novo contexto que, na segunda metade de década de 1930, explodiu a "Grande Revolta Árabe", um novo (bem maior que o precedente) levantamento político-militar, ainda dirigido pelas elites sociais e políticas locais, em primeiro lugar contra os ocupantes ingleses,

[264] Arlene Clemesha. *Op. Cit.*; Pierre Levasseur (ed.). Moyen Orient (1936-1949): le mouvement ouvrier et ses problèmes. *Les Cahiers du CERMTRI* n° 138, Paris, setembro de 2010..

que governavam vários territórios árabes depois de 1918, e também contra o crescimento da população judia de origem europeia na Palestina, e a colonização decorrente da região.

A revolta de 1936, que começou espontaneamente como uma onda de greves e manifestações, era parte de um levante mais geral contra o colonialismo europeu que atingiu a Síria e o Egito, além da Palestina. Diversamente da revolta de 1916, dirigida contra o Império Otomano e apoiada pelo Império Britânico, e da revolta de 1929, dirigida sobretudo contra a colonização sionista da Palestina, a revolta de 1936 se dirigiu contra o imperialismo inglês, ou seja, teve um escopo que a afastava das questões puramente locais e a punha em contato com a política mundial. O quadro internacional já pressagiava uma nova tempestade mundial: a rivalidade entre os impérios coloniais antigos e bem aquinhoados (Inglaterra e França) e os imperialismos que chegaram atrasados ou preteridos à partilha do mundo (Alemanha, Itália, Japão) levava a uma nova partilha, novamente bélica, das regiões coloniais e semicoloniais. As classes governantes árabes, grandes proprietários rurais e lideranças religiosas islâmicas, tomadas de surpresa pela rebelião popular, criaram às pressas um Alto Comitê Árabe (ACA) para controlar a revolta.

O Comitê, que começou a operar em 25 de abril 1936, convocou uma greve geral que durou até outubro, quando o ACA, dirigido pelas classes dominates palestinas, chamou a suspender a greve em resposta a um pedido do rei da Arábia Saudita, do primeiro-ministro iraquiano, Nuri Said, e do emir da Transjordânia, Abdallah, que suplicaram aos seus "filhos palestinos" que "confiassem nas boas intenções dos nossos amigos britânicos, que têm assegurado que haja justiça". O oportunismo imperialista das lideranças nacionalistas árabes continuava vigente. A greve geral foi combatida pelos britânicos com a ajuda das milícias sionistas; também o *mufti* islâmico e os grandes senhores da terra árabes ajudaram os ingleses.

A revolta árabe de 1936-1939 foi o batismo de fogo do movimento nacional palestino contemporâneo: em abril de 1936, os distúrbios locais entre árabes e judeus se projetaram nacionalmente numa revolta generalizada dos palestinos. Os palestinos começaram sua greve geral a 8 de maio de 1936. A greve foi desmobilizada pelas lideranças árabes pelo temor de que o levantamento se transformasse em revolução social e se voltasse contra o próprio ACA. No Egito - onde cresciam rapidamente a indústria têxtil, a do petróleo e as ferrovias - as lideranças, inclusive religiosas, tradicionais, haviam perdido muito do seu respaldo popular após o Tratado Anglo-Egípcio de 1936. Novas lideranças operárias e políticas surgiam no Oriewnte Médio. De modo primeiro espontâneo, depois organizado, a revolta social e política se transformou em insurreição armada.

A revolta não visava só a colonização sionista da Palestina. Dirigia-se, sobretudo, contra as autoridades britânicas, o poder estrangeiro, de quem os palestinos exigiam a constituição de um governo nacional próprio e independente. As autoridades britânicas responderam com uma repressão violenta e os sionistas com represálias contra os que já eram vistos como o obstáculo fundamental para a colonização sionista: os próprios palestinos. Em 1936, Ben Gurion dizia (se referindo à aceitação sionista da partilha da Palestina, proposta pelos ingleses): "Um Estado judeu parcial não é o objetivo final, mas apenas o princípio. Estou convencido de que ninguém pode nos impedir de nos estabelecer em outras partes do país e da região". E agregava: "O Estado (judeu) será somente um estágio na realização do sionismo e sua tarefa é preparar o terreno para nossa expansão. O Estado terá que preservar a ordem, não predicando, mas com metralhadoras". [265] Desenhava-se assim um conflito de longo prazo, com vários protagonistas: colonialistas ingleses, judeus sionistas, nacionalistas árabes e lideranças operárias e populares (árabes e também judias) com interesses divergentes e conflitivos.

[265] Ralph Schoenman. *Op. Cit.*

A revolta árabe teve duas fases. A primeira foi dirigida principalmente pelo Alto Comitê Árabe, de caráter urbano, e se concentrou principalmente em torno de greves e outras formas de protesto. Em outubro de 1936, essa fase da revolta havia sido derrotada pela administração civil britânica, mediante uma combinação de concessões políticas, diplomacia internacional (envolvendo os governantes do Iraque, Arábia Saudita, Transjordânia e Iêmen) e ameaça do uso da lei marcial. A segunda fase, que começou no final de 1937, foi um movimento de resistência violento, liderado por camponeses que cada vez mais tinham como alvo as forças britânicas. Durante esta fase, a rebelião foi brutalmente reprimida pelo exército britânico e a força de polícia palestina usando medidas repressivas destinadas a intimidar a população árabe e minar o apoio popular à revolta. A disparidade das forças combatentes era enorme.

Revolta Árabe: as Forças Combatentes

Reino Unido	Alto Comitê Árabe
25.000 a 50.000 soldados britânicos 20.000 policiais judeus-palestinos	1.000 a 3.000 (1936-1937) 2.500 a 7.500 (1938) Mais um adicional de 6.000 a 15.000 combatentes civis em tempo parcial

De acordo com números oficiais britânicos, relativos à totalidade de revolta, o exército e a polícia (britânica e judia) mataram mais de 2.000 árabes em combate, 108 foram enforcados, 961 morreram por causa da ação de "gangues e atividades terroristas", sem maiores especificações. O pesquisador árabe-palestino Walid Khalidi, do seu lado, calculou em 19.792 as baixas árabes, com 5.032 mortos: 3.832 mortos pelos britânicos, 1.200 mortos por causa de "terrorismo", e 14.760 feridos.[266] Mais de 10% da população adulta masculina árabe palestina entre vinte e sessenta anos de idade foi morta, ferida, presa ou exilada. O número de judeus palestinos mortos foi estimado em 916.[267] Para Paul Novick, os combates de 1936-1939 resultaram na morte de 2.287 árabes, 430 judeus, 140 britânicos, milhares de feridos e na paralisação da economia regional.[268]

A Grã-Bretanha criou uma comissão de inquérito para “averiguar as causas da revolta” (como se isso fosse necessário...), comissão que concluiu os seus trabalhos com a publicação de um informe em julho de 1937. A chamada “Comissão Peel” recomendou a partição do país, com a transferência da população árabe vivendo dentro da região que deveria se tornar um Estado judeu. *Esta foi a origem política da “questão palestina”, e foi criada pela Grã-Bretanha.* O programa da Comissão foi bem recebido pelos sionistas, mas rejeitado pelos árabes. Pouco depois de sua publicação começou uma nova revolta. A Comissão Peel propôs finalmente dividir a Palestina em três zonas: um estado árabe, um estado judeu e uma zona sob o mandato britânico (substituindo “britânico” por “internacional”, esse seria o plano da ONU de partilha da Palestina, em 1947).

---

[266] Walid Khalidi. *From Haven to Conquest*. Readings in Zionism and the Palestine problem. Washington, Institute of Palestine Studies, 1987.

[267] Ilan Pappé. *A History of Modern Palestine.* One land, two peoples. Nova York, Cambridge University Press, 2006.

[268] Paul Novick. *Solution for Palestine*. The Chamberlain White Paper. Nova York, National Council of Jewish Communists, 1939.

A Agência Judaica (representação na Palestina da Organização Sionista Mundial) aceitou essas conclusões, com reservas quanto às dimensões do Estado judeu (que o sionismo pretendia fossem maiores). O Alto Comitê Árabe as rechaçou. Ressurgiram então as revoltas árabes: "Londres voltou a pôr a repressão na ordem do dia. E foi feroz. As tropas inglesas, a polícia do mandato reforçada com milhares de voluntários judeus, a *Haganah*, o *Irgun*, os homens dos *Nashashibi* (o "Partido da Defesa" do clã árabe dos Nashashibi, apoiado pela Grã Bretanha) rivalizaram em assestar os golpes mais terríveis aos insurretos, com a benção dos Estados árabes pró-britânicos e dos clãs dominantes palestinos. O movimento árabe palestino não se recuperou em muito tempo dos milhares de mortos, dos inumeráveis presos e deportados, da desagregação de partidos políticos e sindicatos".[269]

A Comissão Woodhead, enviada pela Inglaterra à Palestina em março de 1938, para preparar a execução do plano de partilha da Comissão Peel, ao invés de apresentar um esquema da operação, qualificou qualquer partilha do território palestino de absurda. Os palestinos não renunciavam ao seu território. Os sionistas, que viam um "desvio" na política oficial britânica, ainda não aceitavam a ideia de criar o Estado judaico só numa parte da Palestina, o que significaria renunciar à reivindicação da totalidade do país. Considerando inviável o plano de divisão da Palestina, os britânicos fizeram marcha atrás e propuseram no "Livro Branco" de 1939 a criação de um só Estado para árabes e judeus, no prazo de dez anos. A virada inglesa estava determinada pelo medo de perder o apoio árabe às vésperas da guerra mundial.[270] Mas, como resultado da crise econômica mundial, do crescimento do antissemitismo europeu (em boa parte decorrente da própria crise econômica) e da ascensão de Hitler na Alemanha, assim como das perseguições antissemitas nesse país e na Europa oriental, os refugiados judeus chegavam cada vez em maior número à Palestina.

Combatentes armados (mulheres incluídas) na revolta palestina de 1936

O documento citado propunha o fim da imigração judaica dentro de cinco anos e limitava a 75.000 o número de imigrantes durante esse prazo. Além disso, previa uma regulamentação estrita da compra de terras pelas organizações judaicas. Esse conjunto de medidas implicava que os árabes constituiriam um pouco mais de dois terços dos cidadãos do projetado Estado multiétnico da Palestina. Ao abandonar a ideia da criação de um Estado judeu, as autoridades mandatárias britânicas rompiam com a política seguida até esse momento. Isso representava

[269] Alain Gresh e Dominique Vidal. *Op. Cit.*

[270] O discurso de abertura do Congresso Pan-Árabe na Síria dizia; "A Grã Bretanha deve mudar sua política na Palestina e, se não o fizer, estaremos livres para nos alinharmos com outras potências europeias, cujas políticas lhe são contrárias" (ou seja, a Alemanha). Estas palavras alarmaram os dirigentes britânicos.

um sério revés para os sionistas. Em função disso, os dirigentes sionistas adotaram uma nova estratégia: promover a imigração ilegal, tarefa "facilitada" pelas perseguições antissemitas na Europa central e oriental. A Palestina aparecia como um lugar (aparentemente o único) de refúgio possível para os judeus europeus. Além disso, os dirigentes sionistas procuraram obter o apoio dos EUA para substituir o periclitante apoio britânico. Alguns grupos armados judeus lançaram-se numa campanha de guerrilha contra as autoridades britânicas, e também contra os árabes: a *Haganah* não era o único grupo armado; havia também o *Irgun* e o *Stern*, que se destacaram pela sua extrema violência. O Irgun era, inicialmente, pró-britânico; o Stern, ao contrário, se opunha aos ingleses como inimigos do movimento nacional judeu.

Sem diminuir os efeitos da Declaração Balfour e da esperança que ela despertou no seio da comunidade judaica da Europa, na primeira metade do século XX não se chegou a atrair massivamente os judeus para o objetivo de colonização da Palestina, afastando-os do ideal revolucionário em seus países de residência, não obstante os esforços dos britânicos bem como os da liderança sionista. O movimento que chegou mais próximo de realizar esse objetivo, afastar os judeus da luta revolucionária atraindo-os para o sionismo, foi, paradoxalmente, o sionismo socialista: grande parte da colonização, e todo o movimento *kibutzim*, foi realizado pela esquerda sionista com a promessa de criar uma nação judaica socialista na Palestina. Mas o incentivo à imigração e concentração dos judeus na Palestina, no contexto da perseguição aos judeus da Europa, levou também um número não insignificante de judeus revolucionários não sionistas à região. Somados aos sionistas socialistas que se desiludiram com o sionismo após conhecer de perto a realidade do empreendimento colonizador (notadamente integrantes do *Poalei Sion* e de *Hashomer Hatzair*), passaram a formar partidos comunistas e os primeiros núcleos trotskistas em toda a região, estendendo-se do Oriente Médio até a África do Sul.

Jaffa 1936: repressão inglesa contra manifestação árabe

Os problemas ingleses na Palestina espelhavam os problemas franceses na Síria. Em 1936, o novo governo francês da Frente Popular comandado por Leon Blum deu início a negociações com as autoridades sírias e libanesas para acertar os termos da independência dos dois países, como lhes havia sido prometido durante a instalação dos mandatos da Liga das Nações. As negociações na Síria, que contavam com forte apoio popular, estimularam os libaneses a fazer o mesmo; o "Bloco Constitucional" do futuro presidente Bechara el-Khouri encorajou os políticos libaneses a empreender conversações sobre a independência. Como resultado das negociações foi celebrado o Tratado de Amizade Franco-Libanês, estabelecendo que até o fim de 1939 o Líbano seria um país plenamente independente, com direito inclusive a uma vaga na Sociedade das Nações. O parlamento ratificou o tratado, assinado pelo presidente libanês Émile Eddé e o Alto Comissário francês, de Martel. No verão de 1939, porém, o governo

francês não tinha ainda ratificado o tratado; a eclosão da guerra mundial, depois, adiou isso indefinidamente.

A negociação causou revolta na população muçulmana, pois confirmava a separação entre o Líbano e a Síria. Houve greves e demonstrações nas ruas dos bairros e cidades muçulmanas; choques de muçulmanos com cristãos ocorreram em diversas regiões do país, que também aconteceram quando as autoridades sírias concluíram com os franceses seu próprio tratado de independência, também em 1936. Os sunitas libaneses pediam que os territórios que habitavam fossem incorporados à Síria independente, a anexação à Síria dos territórios libaneses de maioria muçulmana. Em reação, no Líbano, houve a fundação de partidos e movimentos como o *Kataeb* (Falange), fundado pelo cristão maronita Pierre Gemayel, inspirado pelos bem sucedidos grupos fascistas da Espanha (dos quais tomou emprestado o nome) e da Itália. Defensores da independência do Líbano, os falangistas eram grupos cristãos exclusivistas que almejavam um Estado separado para sua comunidade, entrando em confronto com os sunitas libaneses partidários da união com a Síria, e também com os cristãos nacionalistas sírios, como o *Partido Nacional Social Sírio* de Antun Saadeh, defensor de uma identidade síria histórica dos habitantes do Levante, situada acima dos particularismos locais e regionais e dos confessionalismos.

"O partido defendia o estabelecimento de um Estado independente unindo sírios, libaneses, palestinos e jordanianos, e apoiava as reivindicações separatistas dos muçulmanos como um passo para a unidade da Síria, quebrada pelo colonialismo europeu e pelos cristãos libaneses. Outros grupos cristãos insistiam em buscar um acordo com os muçulmanos, como o bloco liderado por Bechara el-Khouri, defensor da pluralidade do Líbano. Charles Corm, ao contrário, era defensor da identidade cristã do Líbano, chegando a afirmar que o francês era a língua de sua população cristã; o árabe era, para ele, um idioma imposto do exterior por meio de massacres e pelo medo da ligação histórica entre o cristianismo e os antigos fenícios. Um passo importante para a incorporação dos muçulmanos no Estado libanês foi a indicação do líder sunita, antigo ativista do pan-arabismo, Khair al-Din al-Ahdab, para o cargo de primeiro-ministro em 1937. Ahdab havia abandonado suas antigas reivindicações e havia sido eleito para o parlamento com a plataforma do entendimento entre as comunidades muçulmanas e as cristãs".[271]

Na segunda metade da década de 1930, a revolta árabe contra a presença britânica na região, e contra a colonização sionista da Palestina, ganhou desse modo contornos explosivos, assim como contornos políticos e de classe melhor definidos, e múltiplas formas de expressão política. No Oriente Médio, a classe operária e o movimento sindical, com uma presença crescente da esquerda laica (comunista, especialmente) se fortaleciam. No Líbano, os comunistas (já "verticalizados" pela disciplina stalinista) se tornaram a principal força do movimento sindical libanês. Eles estavam concentrados nos trabalhadores gráficos de Beirute e nos trabalhadores da indústria tabacaleira em Bikfaya. Os trabalhadores gráficos de Beirute foram a vanguarda do movimento sindical libanês desde a época do domínio francês e tiveram sua licença de funcionamento sindical cancelada. Ariis, o líder histórico dos operários gráficos, por diversas vezes foi preso e perseguido. Seu combativo sindicato serviu de estímulo para a formação de outros sindicatos em Beirute e outras regiões do Líbano ao longo da década de 1930. Esse crescimento e a pressão exercida forçaram o governo a abrir a discussão, em 1939, para a criação de um código trabalhista no país.

Este panorama histórico se opõe pelo vértice à interpretação bastante generalizada da revolta árabe de 1936-1939 como produto do fanatismo e da xenofobia generalizada dos habitantes da região contra os estrangeiros, antecipando argumentos de uso hodierno; as massas que protagonizaram a revolta eram compostas majoritariamente por jovens urbanos, muitos deles

[271] José Ailton Dutra Jr. *Op. Cit*.

imbuídos de cultura e hábitos ocidentais. Durante o segundo estágio da revolta, na Palestina, houve uma ampla revolta dos camponeses, notadamente na Galileia e na margem ocidental do Jordão. Na medida em que a revolta se desenvolvia, dirigia-se não apenas contra britânicos e sionistas, mas cada vez mais contra as classes dirigentes árabes. Mas os limites da revolta se revelaram em que ela não chegou a criar uma liderança nacional e ficou confinada a uma série de levantes locais dirigidos por grupos também locais que empreendiam ações de guerrilha irregular.

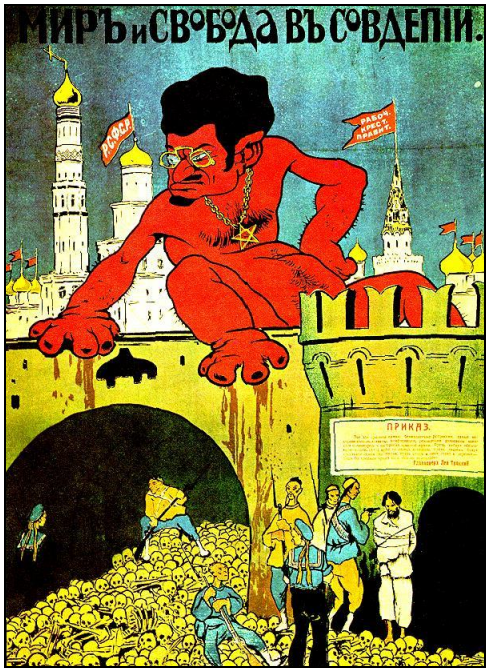
Soldado inglês e prisioneiros árabes

As ações incluíram o bloqueio de estradas e o boicote econômico das comunidades britânica e judaica. Mas a greve teve o efeito inesperado de impulsionar a autonomia do *ischuv* judeu. Os sionistas construíram estradas estratégicas, acabaram com o remanescente trabalho árabe nas plantações de cítricos, estenderam a sua própria rede comercial e aumentaram as suas forças militares, que agora estavam oficialmente alistadas como tropas auxiliares da polícia britânica. A revolta continuou até março de 1939, convencendo o governo britânico da inviabilidade da proposta de partição – posição assumida oficialmente no Livro Branco de 1939 e novamente revertida após o início da Segunda Guerra Mundial. A *Histadrut* se opôs na prática contra a greve geral, empregando os meios ao alcance para rompe-la, e o movimento sionista estabeleceu 55 novos assentamentos.

A supressão da revolta contou com a cooperação entre a *Haganah* e o exército e polícia britânicos, incluindo a formação de esquadrões da morte que aterrorizaram a população árabe. Data deste período também a criação da organização paramilitar da ala revisionista do sionismo, a *Etzel*. Na revolta árabe de 1936-39, a religião exerceu um papel muito menor do que na revolta de 1929. As massas nas ruas não eram apenas os camponeses, mas jovens urbanos, os *shebab*, em parte liderados pelo partido *Istaqlal* (da Independência), grupo nacionalista composto por árabes muçulmanos, cristãos e judeus das cidades. As principais demandas da revolta (fim da imigração judaica, proibição da venda de terras árabes aos judeus e o estabelecimento de um "governo de representação nacional palestino") direcionava a luta contra os colonialistas britânicos e o sionismo. O já stalinizado PCP, do seu lado, adotou o programa nacionalista do ACA, iniciando a política de "revolução por etapas" e de Frentes Populares no Oriente Médio.[272]

[272] No VII Congresso do Comintern, em 1935, quando Georgi Dimitrov anunciou a nova política de "Frente Popular", um delegado do PCP declarou que sua principal tarefa era "criar uma frente popular nacional árabe contra o imperialismo e o sionismo", e ainda que "o partido deveria trabalhar ativamente entre as massas trabalhadoras judias para tirá-las da influência do partido contra-revolucionário dos capitalistas sionistas". O PCP chamava ao "envolvimento dos trabalhadores [judeus] na luta de

Leon Trotsky (Lev Davidovitch Bronstein), o dirigente bolchevique já exilado por Stalin, que tinha combatido a autonomia organizativa do socialismo judeu na Rússia (representada pelo *Bund*) reconheceu, na década de 1930, que as perseguições antissemitas antigamente centradas no Império Russo, recrudescidas na Europa central e oriental, justificavam a concessão de autonomia nacional transitória para o povo judeu, no quadro da unidade socialista da Europa, mas condenou o sionismo e o projetado Estado judeu por ele almejado, como uma "armadilha mortal" para o judaísmo europeu. Na década de 1930, não foram apenas as democracias ocidentais que fecharam as suas fronteiras para a imigração dos judeus fugindo do nazismo: "Antes mesmo da assinatura do pacto Hitler-Stálin, quando da perseguição dos judeus na Alemanha, Áustria e Checoslováquia, a URSS stalinista era o único país da Europa – até a Espanha franquista concedia o direito de asilo aos judeus – a recusar asilo aos judeus perseguidos por Hitler".[273]



Trotsky caricaturizado como judeu pela propaganda contrarrevolucionária, durante a guerra civil russa de 1918-1921

Quais eram as razões da conduta timorata e, finalmente, oposta à revolta, das lideranças e das classes dominantes árabes? Durante a primeira metade do século XX, os setores mais importantes da economia do Oriente Médio estavam nas mãos de capitalistas estrangeiros. Principalmente após a Primeira Guerra Mundial, os investimentos externos tornaram-se cada vez mais diretos na região, passando dos empréstimos aos Estados a investimentos diretos em ferrovias, geração e distribuição de energia, iluminação, água, bancos e indústria. Na Palestina,

---

emancipação nacional das massas árabes". No mesmo congresso, o líder do PCP, Musa (Ridwan al-Hilu), descreveu a minoria judaica como o principal inimigo: "A minoria nacional judia é, em suma, a nação colonizadora e dominante, apoiada pelo imperialismo britânico". Pondo em prática o programa da frente popular, o PCP punha-se ao serviço do Alto Comitê Árabe. Os militantes do PCP juntaram-se aos quadros do ACA e lideranças regionais da revolta. A imprensa do PCP reproduziu os apelos dos líderes islâmicos e elogiou as propostas "muito razoáveis do [Mufti] Hadj Amin al Husseini" e o seu chamado "muito sensato" por um "governo representativo", ou seja, por uma representação nacional árabe dentro do Império Britânico. Na Palestina, onde havia dois nacionalismos competindo entre si, o PCP uniu-se primeiro a um, depois ao outro, fragmentando-se em suas componentes nacionais. O PCP se dividiu em 1939, com uma minoria judaica aproximando-se do sionismo enquanto o partido oficial tornava-se cada vez mais nacionalista árabe.

[273] Pierre Teruel-Mania. *De Lénine au Panzer-Communisme*. Paris, François Maspéro, 1971, p. 111.

o censo industrial de 1939 revelou que 75% do capital industrial do país era estrangeiro. As classes governantes no Oriente Médio estavam compostas por setores arcaicos ("feudais") e burgueses, sendo estes divididos em burguesia comercial e banqueiros, e também uma incipiente burguesia industrial.

O peso do setor dito "feudal" na Palestina podia ser medido pela extensão da sua dominação sobre a massa de camponeses pobres. Além da alta concentração de terras em suas mãos (na Palestina a metade das terras pertencia a apenas 250 famílias), os mesmos senhores feudais eram também os usurários e cobradores de impostos dos camponeses. Durante a primeira metade do século XX o nível de vida dos camponeses principalmente, mas também dos trabalhadores urbanos, foi mantido extremamente baixo. Reinavam a fome, epidemias (malária, tuberculose, tifo), a baixa expectativa de vida (31 anos para o homem e 36 para a mulher, dados referentes ao Egito), a alta taxa de mortalidade infantil, tudo isto acompanhado pelo analfabetismo e a ignorância, ao mesmo tempo o produto e um dos pilares do sistema social em vigor.

Manter o campo na condição atrasada, para que ele constituísse uma reserva inesgotável de força de trabalho e matéria-prima barata era o interesse do imperialismo, e a maneira mais imediata de alcançar tal objetivo era apoiar-se na classe proprietária feudal árabe cujo interesse próprio era justamente manter a situação vigente no campo. A burguesia comercial e os banqueiros estavam diretamente conectados, por um lado, as grandes proprietários de terra, e por outro às empresas de capital estrangeiro e à importação. A burguesia industrial (a porção menor da burguesia árabe), surgida na primeira metade do século XX, sobretudo durante a crise econômica mundial, dependia não apenas da exploração da mão de obra e matérias-primas baratas, garantidas pela conjunção de um sistema econômico local arcaico, e dos empréstimos do capital estrangeiro.

Segundo o dirigente comunista (depois trotskista) palestino Tony Cliff: "A existência da burguesia colonial, incluída a burguesia industrial, está portanto condicionada pela superexploração de trabalhadores e camponeses –que é o resultado e *sine qua non* do imperialismo- e pela dependência econômica direta do capital estrangeiro e imperialismo. A burguesia colonial não é o antipodo do imperialismo e feudalismo, mas o antipodo dos trabalhadores e camponeses. A ligação da burguesia colonial com o capital estrangeiro e feudalismo por um lado e a luta de classes do proletariado e camponeses pelo outro (...) determina os limites da luta da burguesia colonial por concessões do imperialismo".

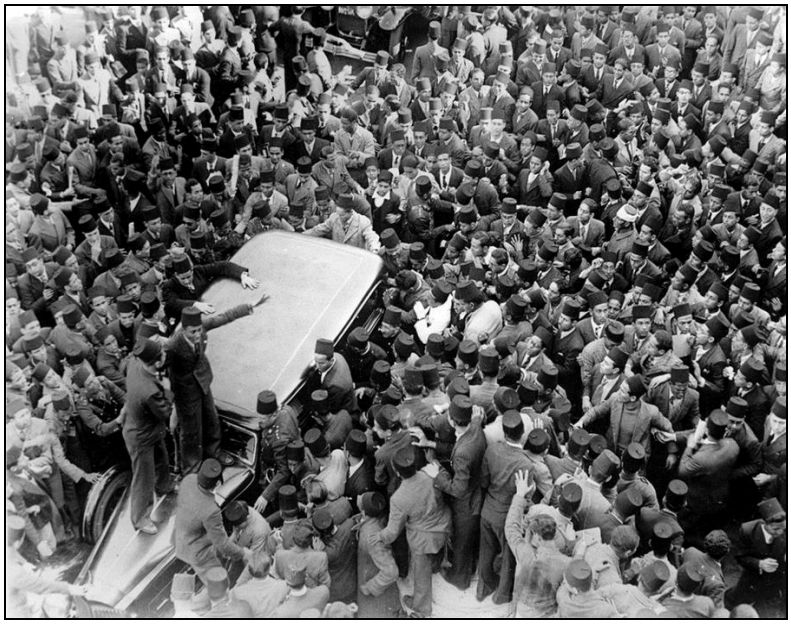
A presença da burguesia sionista na Palestina, ocupando a maior parte das posições econômicas concedidas pelo mandato britânico, agravou a situação econômica da burguesia árabe, mas não a colocou em posição de enfrentamento ou oposição ao imperialismo estrangeiro. O censo de 1939 revelava uma burguesia industrial árabe muito fraca em relação à burguesia sionista, em termos de investimento de capital e de produtividade da mão de obra industrial:

	Setor árabe e outros não-judeus	Setor judeu	Concessões
Capital investido (%)	6.5	40.3	53.2
Cavalos de potência	2.2	22.9	74.9

Considerando-se que nem todas as empresas de capital estrangeiro estavam incluídas nas chamadas "concessões" britânicas e que no primeiro item incluiam-se empresas pertencentes a "não-judeus" além dos árabes, chegava-se à conclusão de que: "O capital estrangeiro possui pelo menos três quartos do capital investido na indústria, o capital judeu, um quinto, e o árabe apenas 2 a 3% (...) (o que) o incita a fazer os maiores esforços para vencer a burguesia sionista e tornar-se ele próprio o agente do imperialismo (...) Apesar de sua luta com o imperialismo por algumas concessões para ela própria está claro que o destino da burguesia (árabe) está

estreitamente ligado ao do próprio imperialismo".[274] Em virtude disso, nem a classe dos proprietários de terra nem os setores da burguesia nacional árabe poderiam constituir um pólo de resistência à exploração do Oriente Médio pelo capital estrangeiro, daí sua conduta conciliadora durante a "grande revolta árabe", que teve por protagonistas fundamentais a juventude e os pobres das cidades e setores das massas camponesas.[275]

Contida a revolta árabe mediante um banho de sangue, a situação do Oriente Médio e do mundo árabe mudou drasticamente: a rebelião árabe palestina terminou em 1939 com a repressão executada pelas tropas britânicas com auxílio de grupos paramilitares judeus,[276] e com a explosão da Segunda Guerra Mundial, que mudou o tabuleiro político de toda a região.



Manifestação em El Cairo em favor da causa árabe-palestina, em 1936

Na África do Norte, a Itália, em 1911, havia conquistado dos turcos na guerra ítalo-turca suas províncias africanas de Cirenaica, Tripolitânia e Fezzan, e em 1934 unificou-as sob o nome de Líbia. Cinco anos depois, em 1939, a Líbia ocupada pelos italianos foi incorporada ao Reino (fascista) da Itália, quando já vigia o "Pacto de Aço" entre Alemanha, Itália e Japão. As posições geopolíticas do Eixo nazifascista, ou seja, dos imperialismos europeus preteridos ou derrotados na Grande Guerra, no mundo árabe-islâmico, se fortaleciam, configurando um dos cenários estratégicos da disputa política mundial das grandes potências.

---

[274] Tony Cliff. The Middle East at the crossroads. *Fourth International*. Nova York, dezembro 1945.

[275] Arlene Clemesha. Da Declaração Balfour à derrota do movimento operário árabe-judaico. *Entre Passado & Futuro* n° 2, São Paulo, Universidade de São Paulo-CNPq, 2002, trabalho de onde procede a análise aqui exposta e resumida.

[276] No Partido Comunista da Palestina, a seção judaica tomou a decisão de ingressar nas organizações sionistas, incluindo o Mapai (o partido "sionista trabalhista" de Ben Gurion), os sindicatos da *Histadrut* e inclusive à Haganah. Justificou a sua adesão ao sionismo como "trabalho legal" em "organizações de massa" e como uma "adaptação das formas de luta no setor judaico ao nível da maturidade política do *ischuv*". Os "sionistas socialistas" do Hashomer Hatzair e Poalei Sion Esquerda, antes chamados de "social-fascistas" foram reclassificados como a "fração revolucionária dos trabalhadores e juventude" com quem se poderia fazer uma "frente contra a partição". Mas alguns militantes judeus se recusaram a apoiar a *alliah* e a palavra de ordem de "segurança para o *ischuv*", alegando que apoiar a Haganah enquanto ela assassinava os árabes para o colonialismo britânico era "negativo" e "imoral". Quando a liderança advertiu a seção judaica contra a linha política assumida, esta simplesmente convocou o seu próprio congresso e designou-se a si própria como PCP.

A 5 de fevereiro de 1939 teve lugar em Londres a abertura da Conferência para a Palestina. O *The Observer* londrino informava: "Chamberlain separou os árabes dos judeus. Em efeito, haverá duas conferências paralelas, mas com os sucessos técnicos as barreiras podem cair, tanto em Londres como na Palestina. Os próprios árabes estão divididos em relaçãoo ao *National Defense Party*, que e o partido dos árabes moderados, tendo recusado entrar na delegação oficial. As intenções são que árabes, judeus, egipcios, iraquianos e saudiárabes consigam enxergar para além dos seus horizontes um modus vivendi em comum. O governo britânico ira considerar qualquer proposta resultante de modificaçãoo e at mesmo de abandono do mandato britânico. Caso nenhuma dessas propostas seja feita, o governo deve pelo menos encarar a alternativa de uma solução imposta". O conflito mundial, que se avizinhava, e suas consequências, acabaria *lhe* impondo uma solução .

A URSS, por sua vez, inicialmente a grande esperança de emancipação do judaísmo europeu, tinha se transformado numa caricatua monstruosa de uma revolução social. Em 1936 começaram os "Processos de Moscou", julgamentos da oposição bolchevique que Stalin desejava eliminar. A construção dos processos, com provas falsas e a utilização do antissemitismo para dar maior "legitimidade" à condenação do acusado, levou Trotsky a comparar os "Processos de Moscou" a outros julgamentos antissemitas ocorridos na história, os casos Beillis (na Rúsia czarista) e Dreyfus (na França da III República). Os métodos (antissemitismo, acusações falsas e sensacionalismo) e os objetivos (desviar a atenção das massas dos verdadeiros culpados e dos reais problemas do país) eram tão semelhantes nos dois casos, que Trotsky afirmou que os casos Beillis e Dreyfus haviam sido os antecedentes históricos dos "Processos de Moscou".

Na URSS, "os processos de Moscou não foram apenas um espurgo geral, eles foram realizados para destruir Trotsky moral, política e psicologicamente; a ordem para aniquilá-lo fisicamente já havia sido dada muito antes".[277] O Estado "soviético" promovia o antissemitismo , perseguia os judeus (Trotsky e os oposicionistas não eram os únicos judeus perseguidos, e nem o antissemitismo stalinista concluiu com a sua eliminação) e, ao mesmo tempo, condenava os antissemitas à morte. Stalin manteve a ordem de condenar o antissemitismo enquanto lançava sua própria campanha antissemita. Segundo Vaksberg, não foram apenas os processos antissemitas que cresceram nos anos 1930, mas também os anti antissemitas.[278]

O Estado soviético fingia combater o antissemitismo enquanto promovia o antissemitismo. Os processos de Moscou conseguiram reunir as duas acusações –judaísmo e anti-semitismo– na mesma vítima: "O último processo de Moscou, por exemplo, foi encenado com a intenção muito mal encoberta de apresentar internacionalistas como judeus infiéis capazes de se vender à Gestapo alemã. Desde 1925 e principalmente desde 1926 a demagogia antissemita, bem camuflada, inatacável, anda de mãos dadas com julgamentos simbólicos contra pretensos pogromistas".[279] Na "meia-noite do século", título do célebre romance de Victor Serge, o círculo mortal se fechava sobre o judaísmo europeu.

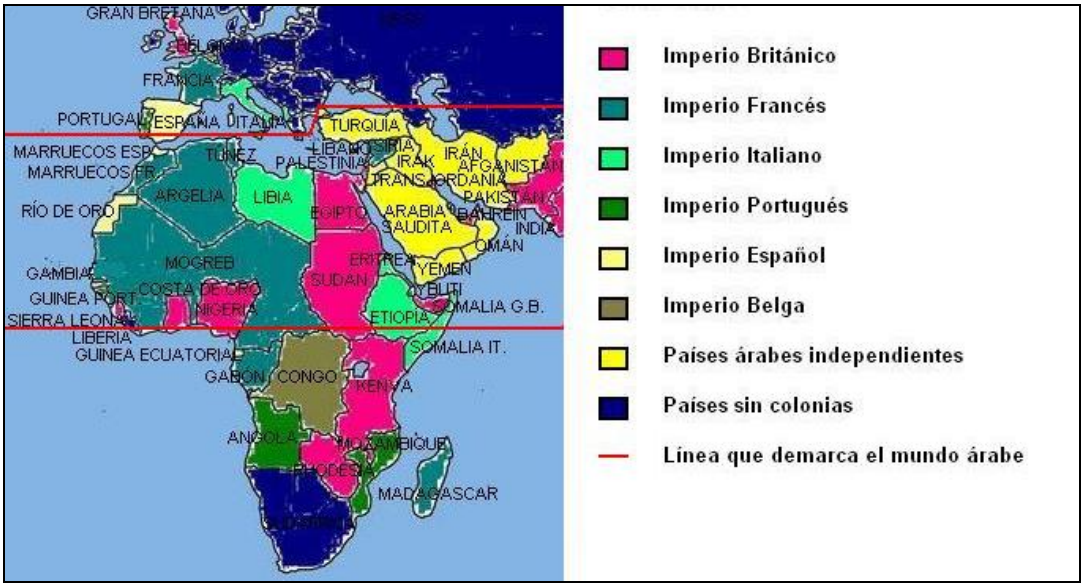
---

[277] Dimitri Volkogonov. *Trotsky*. The eternal revolutionary. Nova York, The Free Press, 1996, p. 381.

[278] Arkady Vaksberg. *Stalin Against the Jews.* Nova York, Vintage Books, 1995, p. 70. Segundo Vaksberg, "o fato de que Stálin era um antissemita convencido e até fanático passou a ser discutido apenas recentemente. Os numerosos livros e artigos dedicados a ele nos anos vinte, trinta e depois, se referem às suas qualidades várias, os diversos aspectos de sua personalidade que de forma alguma podem ser consideradas virtudes – a sua sede pelo poder, por vingança, crueldade, traição, rancor, hipocrisia, etc. Mas uma 'antipatia' sua, igualmente poderosa, que foi o estímulo para uma série de atos criminosos, não foi mencionada até bem recentemente. Até Trotsky, em seu clássico *Stalin*, silenciou a respeito desse importante 'detalhe'."

[279] Leon Trotsky. Interview with Jewish correspondents in Mexico. *On the Jewish Question*. Nova York, Pathfinder Press, 1994, p. 21 (*Apud* Arlene Clemesha. *Op. Cit*.)..

SEGUNDA GUERRA MUNDIAL, PAÍSES ÁRABES E ISLÂMICOS



Situação geopolítica do mundo árabe em 1939

O novo conflito mundial, inaugurado em setembro de 1939 com a invasão da Polônia pela Alemanha e pela URSS, delimitou de um modo novo os campos políticos no Oriente Médio. Como a Agência Judaica tivesse ordenado aos judeus palestinos se alistarem no exército britânico (120 mil assim o fizeram), o Partido Comunista da Palestina chamou a uma "oposição ativa ao alistamento". Vigia ainda o "Pacto Hitler-Stalin", celebrado em agosto de 1939, que punha os PCs pró-URSS na barricada oposta à Inglaterra em guerra contra a Alemanha. Iniciada a nova guerra mundial, no Oriente Médio as forças britânicas se esforçaram, em 1940, em tentar anular um golpe de estado no Iraque que tinha sido apoiado por forças aéreas alemãs a partir de bases da Síria controlada pela França de Vichy (sede do governo francês colaborador do nazismo depois da derrota francesa para a Alemanha em 1940). Os britânicos fracassaram no Iraque, mas, com o apoio político da "França Livre" (ou seja, das forças francesas leais ao exilado general de Gaulle, que tinha conclamado à luta contra Alemanha desde seu exílio em Londres), invadiram a Síria e o Líbano. O destino da luta pela independência nacional árabe ganhou contornos bélicos internacionais, no marco de militarização geral determinado pelo novo conflito mundial.

Na Ásia Central, em 1939, o Irã governado por um simpatizante do nazismo se declarou neutral no conflito mundial. A questão central na região, para as potências em guerra, era decidir quem utilizaria a estrada de ferro transiraniana para transportar material de guerra e petróleo, até ou desde a URSS. O governo persa tinha reafirmado formalmente sua neutralidade depois do ataque das tropas alemãs na União Soviética, em junho de 1941. Em 1941, depois da invasão da URSS pela Alemanha (que quebrou o Pacto Hitler-Stalin), tropas britânicas e soviéticas invadiram o país, para não perder a sua principal fonte de abastecimento de petróleo. O Xá Reza Pahlevi se exilou na ilha Mauricio, e abdicou em favor de seu filho, Mohammed Reza Pahlevi, ao mesmo tempo em que se criava um governo provisório, que permitiu a existência de partidos políticos.

O novo Xá permitiu a ingleses e russos utilizar a estrada de ferro e manter suas tropas no Irã até o final da guerra. Mohammed Reza Pahlevi tinha sido educado em Londres, parecia imune à sedução nazista, e sequer falava persa (*farsi*). Na região de Mahabad, predominantemente curda (Curdistão oriental) fundou-se o *Komela* (Comitê pelo Renascimento Curdo) que, em 1945, se transformou no PDK (Partido Democrático do Curdistão), liderado por Qazi Mohammad, em contato com a recém-criada República Soviética do Azerbaijão. Stalin temia a

criação de uma segunda frente no sul. A influência alemã no Irã foi um pretexto para a ocupação e o reparto de Pérsia em zonas de ocupação, levado adiante conjuntamente pela URSS e a Inglaterra. A ocupação estava limitada a uma duração de seis meses, a serem contados depois do fim da guerra, segundo estabelecido no tratado com a Pérsia, de 29 de janeiro de 1942.

Com o reforço da ocupação e da repressão britânica na Palestina, o *Mufti* palestino se refugiou em Berlin, tornando-se voluntariamente um instrumento do regime nazista.[280] O sórdido personagem, chamado Haj Amin Al-Husseini, sustentado pelos nazistas, passou a intervir regularmente em emissões em árabe de programas radiais de propaganda do Terceiro Reich, e chegou a se submeter a um exame clínico com duração de seis horas realizado pelos médicos de Hitler, destinado a provar sua "pura" origem racial ariana.[281] Na Palestina submetida ao Império Britânico, centenas de comunistas e seus simpatizantes foram presos pelos ingleses em um campo de concentração próximo de Beersheba.

As massas populares árabes, na Palestina, no Egito ou no Iraque, não apoiavam a potência britânica, sua opressora histórica, nem sequer contra os regimes reacionários e fascistas do Eixo. Enquanto os comunistas árabes e judeus faziam campanha pelo alistamento no exército colonial britânico, assim como os sionistas de todas as tendências, os nacionalistas árabes se alistavam na Legião Árabe. Houve manifestações árabes na Palestina ao grito de "*come on, Rommel*". O *Duce* italiano Benito Mussolini, do seu lado, escrevia a Hitler acerca da grandiosa possibilidade do Eixo nazifascista se transformar na liderança continental e internacional das massas muçulmanas. Em El Cairo, não obstante a "União Democrática" criada em 1939 para formar uma "aliança antifascista", milhares de trabalhadores e pobres tomaram as ruas dando vivas ao exército alemão, seguindo o princípio segundo o qual "o inimigo de meu inimigo é

---

[280] Em outubro de 2015, no 37º Congresso Mundial Sionista, em Jerusalém, o premiê israelense Benjamin Netanyahu fez referência ao encontro em novembro de 1941 na Alemanha entre Adolf Hitler e o mufti palestino, sustentando que Hitler não queria exterminar os judeus, mas sim "apenas" expulsá-los da Europa. O Holocausto judeu teria sido então sugerido pelo mufti, contra a possibilidade de estabelecimento de um Estado judeu na Palestina, a partir do estabelecimento dos judeus europeus expulsos. A curiosa absolvição relativa e retroativa de Hitler e do nazismo pelo Holocausto veio do lugar mais inesperado. A chanceleria alemã teve de declarar que a responsabilidade do Holocausto era "dos alemães e da Alemanha" (esposando a tese oficial da culpabilidade coletiva do povo alemão). O líder da oposição trabalhista israelense qualificou as palavras de Netanyahu como "uma deformação histórica perigosa, que minimiza a *Shoah*, os nazis e o papel que Adolf Hitler desempenhou na terrível tragédia a que o nosso povo foi submetido". O representante oficial palestino lamentou que "o chefe de governo israelita odeie tanto o seu vizinho, ao ponto de estar disposto a absolver o maior criminoso de guerra da história, Adolf Hitler, da morte de seis milhões de judeus durante o Holocausto". A historiadora e diretora do memorial Yad Vashem em Jerusalém, a pesquisadora argentina Dina Porat, disse que as declarações de Netanyahu não eram "historicamente exatas": "Não foi o mufti, mesmo tendo posições antijudias muito extremas, que deu a Hitler a ideia de exterminar os judeus: essa ideia é bem anterior ao encontro dos dois em novembro de 1941. Num discurso no *Reichstag*, no dia 30 de janeiro de 1939, Hitler já se tinha referido ao extermínio da raça judia". Com independência da questão acerca de quem exatamente (e quando) deu a ordem de execução do Holocausto, a culpabilização dos então colonizados palestinos por esse fato revelou um regime político (o israelense) chegado a um estado de delírio.

[281] Ou seja, não semita. Para os defensores dessa tese, o nome Palestina teria se originado de *philistaius* que designava o povo filisteu, de que trata a Bíblia no episódio de Sansão e Dalila. Os filisteus não eram etnicamente semitas; sua provável origem é creto-micênica, um dos "povos do mar" que se estabeleceram em partes do litoral sul do Mediterrâneo, incluída a área hoje conhecida como Faixa de Gaza (Sergio Noja. *Op. Cit.*), a partir do século XIII A.C, no quadro da decadência da dominação egípcia. Segundo o já citado Shlomo Sand, no entanto, muitos dos judeus convertidos ao Islã após a conquista árabe foram assimilados pelos conquistadores: os antecessores históricos dos árabes palestinos atuais seriam, portanto, judeus. Existem pessoas que ainda hoje atribuem grande importância política a esses debates étnico-genealógicos.

meu amigo". Diversos nacionalismos antibritânicos no mundo todo (incluído o Exército Republicano Irlandês, IRA) simpatizaram com a Alemanha nazista e travaram contato com ela para obter apoio, até militar, para lutar contra as metrópoles que os dominavam.

O oportunismo pró-nazista dos líderes árabes nacionalistas, no entanto, pagou dividendos negativos. Falando menos que Mussolini, e fazendo mais, Hitler favoreceu a organização de divisões da *Wehrmacht* compostas exclusivamente de muçulmanos; a 13º divisão SS (*Schutzstafel*, destacamento da guarda de elite particular de Hitler, apelidada de "camisas pretas") chamada *Handshar*, era composta por dez mil muçulmanos bósnios. Além de apostar no cavalo errado, as lideranças nacionalistas muçulmanas provavam também seu caráter reacionário. A guerra convencional alemã contra os "anglo-saxões" (e a guerra de extermínio contra os judeus da Europa) se jogava, desse modo, em todos os tabuleiros possíveis.

Em 1940, no início da guerra, os cinco países da costa do norte da África - Egito, Líbia, Tunísia, Argélia e Marrocos - eram colônias ou protetorados das potências europeias enfrentadas no conflito mundial, portanto incluídas diretamente no conflito como alvos militares, quer assim o desejassem ou não. Lembremos que, em 1914, a Inglaterra havia estabelecido oficialmente um protetorado no Egito e, apesar de conceder sua independência nominal ao reino de Fuad I, em 1922 o Reino Unido tomara diretamente o controle das políticas externas e de defesa militar do Egito; a Inglaterra também ocupara as margens do Canal de Suez.

Adolf Hitler recebendo o *Mufti* de Jerusalém em 1941. A fotografia está retocada; ela é usada para provar o apoio palestino ao Holocausto judeu. Apenas dois anos antes, o premiê inglês Neville Chamberlain se referia publicamente a Hitler como *Führer* e *Herr Hitler*, enquanto Winston Churchill qualificava Benito Mussolini de "grande estadista", sem que isso seja usado para provar o apoio "inglês" ao nazifascismo ou ao genocídio judeu

Os nacionalistas árabes buscavam seu próprio jogo no meio das contradições coloniais interimperialistas. Os nacionalistas do exército egípcio, o cerne do futuro grupo de oficiais liderado por Nasser que se sublevou contra o rei Faruk em 1952, procurou estabelecer contatos com o regime pró-Eixo de Rashid Ali no Iraque; o próprio governo monárquico egípcio só declarou guerra à Alemanha e Itália em fevereiro de 1945, às vésperas da derrota do Eixo, em que pese sua condição formal de aliado da Inglaterra. No Líbano, por sua vez, a deflagração da guerra levou o governo mandatário a estabelecer fortes controles sobre a economia. O contato do Líbano com a Europa e o resto do mundo se tornou mais difícil levando a uma

queda no seu comércio internacional. As importações tiveram uma queda de 43%. A derrota da França e a instalação do governo pró-alemão do marechal Pétain (o governo de Vichy) piorou a situação econômica e resultou em um isolamento do Líbano e da Síria. Seus portos foram bloqueados pela marinha britânica, o fluxo de petróleo desde o Iraque através do oleoduto da IPC (*Irak Petroleum Company*) foi cortado; os países vizinhos, quase todos sob o controle de Londres, fecharam os seus mercados aos produtos libaneses; as contas em libras esterlinas estavam bloqueadas, levando a uma forte demanda por ouro.

Para enfrentar esse bloqueio, o governo de Vichy deu continuidade a políticas adotadas antes da derrota da França, como a construção de uma refinaria de petróleo em Trípoli pelos militares franceses em associação com empresários libaneses e companhias francesas, e a implantação de novas fábricas e oficinas para produzir alguns produtos para abastecer o país e manter as tropas francesas. Houve o abandono da manutenção da infraestrutura libanesa e o racionamento dos produtos de primeira necessidade, o que, junto com a diminuição do comércio internacional, levou à escassez de mantimentos, à especulação e inflação, e à piora das condições de vida da população libanesa. Os anos iniciais da guerra presenciaram um aumento no desemprego e uma ameaça de instabilidade social. Nas finanças, as autoridades mandatárias estabeleceram um controle cambial, por meio do qual adquiriram o controle imediato de todas as divisas estrangeiras existentes no país.

A "Grande Itália" de Mussolini (1940), compreendendo a Líbia e a Tunísia

O cenário africano da guerra mundial foi se desenhando, e atingiu amplos territórios. As bases do poder italiano no norte da África (na Líbia) tinham sido consolidadas pelo fascismo. Durante a guerra, a campanha norte-africana, também conhecida como a "Guerra do Deserto", desenrolou-se no deserto dessa região entre 10 de junho de 1940 e 16 de maio de 1943. Ela incluiu campanhas militares travadas nos desertos líbio e egípcio, no Marrocos e na Argélia (Operação Torch) e na Tunísia (Campanha Tunisiana). A guerra foi travada entre Inglaterra e

seus aliados e as potências do Eixo. O esforço de guerra dos aliados era protagonizado basicamente pela *Commonwealth* britânica e até por exilados da Europa sob a ocupação alemã. Os EUA entraram na guerra mundial em 1941 e começaram a dar assistência militar direta aos seus aliados britânicos na África do Norte em maio de 1942.

Benito Mussolini havia declarado guerra contra a Inglaterra e a França duas semanas após os exércitos de essas nações terem fugido de Dunquerque, na França, em junho de 1940, convocando todos os soldados que Itália tinha na Líbia, um total de 220 mil efetivos, para iniciar um combate contra os britânicos no Egito e capturar do Canal de Suez. A ofensiva italiana teve inicio em setembro de 1940: não avançou muito em território inimigo, chegando somente até Sidi Barrani. Hitler pretendia enviar para a área uma de suas novas armas, os modernos tanques e blindados que compunham as Divisões *Panzer*, que foram inicialmente recusadas pelos italianos. Mussolini continuou a sua campanha invadindo o delta do Nilo e em seguida a Albânia, o que provocou o descontentamento de Hitler, devido à unilateralidade e ao caráter inconsulto das movimentações bélicas do *Duce*. Tentando conter uma eventual grande ofensiva alemã, os britânicos enviaram para Tobruk suas melhores unidades militares.

"O primeiro estágio da mundialização da guerra derivou da entrada em guerra de Itália, com a apertura do front africano onde, da Líbia até Etiópia, as tropas italianas se confrontaram com os blindados britânicos":[282] a participação italiana na guerra não foi, portanto, secundária. Os alemães logo interviram na região para ajudar à Itália. Hitler enviou forças alemãs para a Líbia em fevereiro de 1940; no final de março elas lançaram uma ofensiva contra as enfraquecidas forças da *Commonwealth* britânica (compostas por australianos e neozelandeses). Em menos de um mês, as forças da *Commonwealth* foram empurradas de volta para o Egito, com exceção do sitiado porto de Tobruk. Inglaterra tentou desalojar as forças do Eixo em maio e novamente em junho desse ano, mas falhou em ambas as ocasiões. Em dezembro de 1940, as forças britânicas da *Commonwealth* começaram contraofensivas contra as forças italianas no Egito e na África Oriental Italiana. No início de 1941, depois das forças italianas terem sido empurradas de volta para a Líbia pelas forças militares da *Commonwealth*, Churchill ordenou uma expedição geral de tropas inglesas na África.

Os combates no norte da África haviam sido iniciados em setembro de 1940 quando o 10º Exército Italiano, baseado na Líbia sob o comando do marechal Rodolfo Graziani, iniciou um ataque contra as forças britânicas que se encontravam em inferioridade numérica, na região oeste do Egito. A invasão de 200 mil soldados italianos no protetorado britânico no Egito baseou-se nos seus fortes defensivos em Sidi Barrani. Mas o marechal Graziani, sem apoio de inteligência, decidiu não continuar adiante em direção a El Cairo. Em 9 de dezembro de 1940, um bem-sucedido contra-ataque britânico, liderado pelo general Archibald Wavell, resultou na derrota italiana na cidade de Tobruk, no leste da Líbia, no dia 22 de janeiro de 1941.

A 12 de fevereiro do mesmo ano, o general alemão Erwin Rommel chegou à Líbia como comandante das tropas alemãs enviadas para reforçar o aliado italiano. As unidades alemãs foram rapidamente aumentadas, até chegarem ao tamanho de uma tropa de exército, passando a chamar-se *Deutsches Afrika Korps*. Erwin Rommel foi nomeado seu comandante e chegou ao Norte de África em fevereiro de 1941 enquanto as forças italianas estavam recuando através de Trípoli. Para confundir as aeronaves de reconhecimento aliadas, Rommel ordenou que fossem construídos centenas de tanques com árvores e restos de carros, fazendo parecer que a força alemã era bem maior.[283]

---

[282] Alberto De Bernardi. *Da Mondiale a Globale*. Storia del XX secolo. Turim, Bruno Mondadori, 2008, p. 200.

[283] Erwin Johannes Eugen Rommel (1891-1944) foi um marechal de campo do exército alemão que ficou famoso por sua intervenção na África do Norte entre 1941 e 1943, no comando do *Afrika Korps*, destacamento do exército alemão destinado a auxiliar as forças italianas que se encontravam em

Os primeiros combates entre o *Afrika Korps* e as forças britânicas se iniciaram em fevereiro de 1941: Erwin Rommel utilizou as táticas de *blitzkrieg* desenvolvidas pelo Estado Maior alemão desde o início do conflito mundial na Europa. O avanço alemão na África continuou, passando por Tripolitânia, Cirenaica e Benghazi, capturando em seguida Bardia e Salum no dia 15 de abril de 1941, conseguindo chegar até a fronteira com o Egito, forçando os britânicos a recuarem até os arredores de Tobruk. Tomar Tobruk era de vital importância para a continuação da campanha, pois era o melhor porto de todo o norte da África, podendo facilitar a logística para o *Afrika Korps*. Em 24 de março de 1941, Rommel lançou uma ofensiva e se aproximou de Tobruk e iniciou o ataque a 11 de abril.

A batalha durou até o dia 13 de abril: 500 soldados alemães com 20 blindados contra os 34 mil defensores britânicos foram derrotados. Um novo ataque ocorreu a 30 de abril: a 15ª Divisão Panzer sofreu grandes baixas contra as tropas aliadas, com perdas de até 50%, 1.200 soldados. Mesmo não tendo conseguido tomar Tobruk, a linha de frente alemã avançou mais 700 milhas em território inimigo e chegou à fronteira egípcia no dia 14 de abril. Rommel, além de conquistar prestígio militar imenso, virou um herói popular lendário na Alemanha de Hitler (que Rommel tentou assassinar, junto a outros oficiais alemães, pouco mais de três anos depois...).[284] Os exércitos oponentes, britânicos de um lado e alemão-italianos do outro, permaneceram na região, sem que uma parte conseguisse derrotar a outra, até novembro de 1941. Nesse impasse militar, no Líbano, a ocupação aliada em junho de 1941 mudou a situação econômica e política do país.[285] As relações comerciais com os países vizinhos sob o controle ou influência britânica foram restabelecidas, os investimentos em infraestrutura foram retomados, o oleoduto da IPC foi reaberto, bens importados dos EUA e Grã-Bretanha voltaram ao país, e houve a incorporação do Líbano e sua vizinha Síria à zona da libra esterlina para facilitar as transações internacionais, o que favoreceu os comerciantes libaneses.

Na Palestina, a "política antiimperialista" (antibritânica) do PCP, determinada pela aliança do Kremlin com o poder nazista, foi um breve interlúdio, quebrado quando a *Wehrmacht* de Hitler lançou a operação Barbarossa contra a URSS em 22 de junho de 1941, quebrando o pacto vigente com a Alemanha nazista. Se em junho de 1941 o PCP declarava ainda sua oposição ao slogan de "defesa da pátria", alguns meses depois o seu órgão central, *Kol Haam* (Voz do Povo) publicava o slogan: "Alistamento em massa no Exército Britânico, companheiro em armas do Exército Vermelho!", e abandonava a demanda pela independência da Palestina. Com a invasão da URSS pelo exército nazista, a guerra no leste europeu pegou fogo.

Os sionistas de esquerda do *Hashomer Hatzair* e *Poalei Sion* juntaram-se ao PCP para organizar um Comitê Palestino de auxílio à URSS, conhecido como Liga V (de Vitória). As principais forças

---

retirada frente ao exército britânico. Por sua audácia e domínio das táticas de guerra com blindados, granjeou-se o apelido de "Raposa do Deserto" e, entre os árabes, de "Libertador" (do imperialismo britânico). Implicado no atentado contra Hitler realizado em 1944, Rommel recebeu a visita de dois oficiais generais nazistas em 14 de outubro desse ano. Os termos do *Führer* eram: ir a Berlim, passar por um julgamento e ser condenado à morte, condenando também sua família a ser confinada em um campo de concentração ou, sozinho, acompanhar os dois oficiais e ingerir veneno para suicidar-se, opção que garantiria a integridade de seus familiares. Rommel escolheu a segunda alternativa, despediu-se da família e acompanhou os oficiais. Os generais Burgdorf e Maisel fizeram a entrega do cadáver de Rommel. Seu funeral foi celebrado com as mais altas honrarias militares do Terceiro Reich; oficialmente sua *causa mortis* foi anunciada como o efeito dos ferimentos de batalha que recebera meses antes (Desmond Young. *Rommel*. Paris, Arthème Fayard, 1951).

[284] Erwan Bergot. *O Afrika Korps*. Lisboa, Ulisseia, 1974; Paul Carell. *Afrika Korps*. São Paulo, Flamboyant, 1967.

[285] A operação militar inglesa ocorreu em junho de 1941 a partir das bases localizadas no Iraque, Palestina e Transjordânia, durou um mês e meio e terminou em julho com a retirada do governo mandatário após a assinatura de um armistício na cidade de Acre, na Palestina.

políticas da Palestina se uniram em apoio ao Império britânico, exceto os seguidores do Mufti pró-nazista. O periodico *El Inscha* escreveu a 30 de janeiro de 1941: "Quando a Inglaterra vencer, a Palestina sera sionista." "Mr. Butler, consul geral ingles em Nova Iorque, dirigiu a seguinte mensagem ao presidente dos sionistas da America: "A Palestina tem um brilhante futuro pela frente, porque nessa guerra os judeus fizeram todo o empenho para proteger a Inglaterra, e nutre o desejo que a Palestina se torne um lar nacional judeu e sionista".

Durante o verão e o outono de 1941 a Alemanha ordenou o envio de soldados e de equipamentos do norte da África para reforçar suas tropas em luta contra a União Soviética, enfraquecendo o *Afrika Korps*. Aproveitando a ocasião, o Oitavo Exército britânico (reforçado pela a inclusão de soldados australianos, indianos, sul-africanos, neozelandeses, e soldados da França livre) atacou as tropas remanescentes de Rommel. Depois de pequenos reveses iniciais, os britânicos empurraram as tropas do Eixo de volta para a Líbia, conseguiram rearmar a guarnição aliada em Tobruk, e obrigaram Rommel a recuar para a cidade costeira de El Agehlia, localizada na fronteira entre as províncias líbias de Cirenaica e Tripolitânia, em janeiro de 1942.

***Afrika Korps*: blindado alemão com bandeira nazista**

O Oriente Médio começou a desempenhar um papel econômico importante para os aliados durante a guerra. Um artigo publicado pelo *New York Times* a 18 de outubro de 1942 se referia ao "papel dual desempenhado pela Palestina durante a guerra". Afirmava que a Palestina "não é somente importante do ponto de vista estratégico, mas tambem como produtor" e que "o estabelecimento de tropas do Exercito Britânico na Palestina é a indicação do papel vital da Palestina no esforco de guerra do Oriente Medio. As tropas são conhecidas como Tropas da Base Palestina e Linhas de Comunicacao (*Palestine Base and Lines of Communication Headquarters*). Além de ocupar uma posição estratégica – atrás das linhas de açãoo do deserto ocidental e na junção de estradas, linhas de trem e linhas aéreas que a ligam ao Líbano, Síria, Iraque e outros lugares mais distantes – a Palestina vem desenvolvendo-se desde 1930 como um centro de produção e abastecimento. Fábricas estão produzindo granadas de mão e minas.

Uma fábrica da Palestina está consertando tanques britânicos e norte-americanos". A mudança da composição social da Palestina, com o surgimento de uma importante classe operária, foi o resultado duradouro desse processo.

Após a estabilização da frente europeia oriental da guerra mundial pelo "empate técnico" entre e Alemanha e a URSS, a Alemanha tornou a mandar soldados e equipamento bélico para o norte da África. Esse fato, aliado ao envio de recursos humanos e materiais ingleses que estavam na área do Pacífico, onde estavam também os japoneses desde 7 de dezembro de 1941, permitiu que Rommel iniciasse uma segunda ofensiva em 21 de janeiro de 1942. Em apenas duas semanas as tropas do Eixo alcançaram à cidade de Al-Gazala, a oeste de Tobruk, na Líbia. No dia 26 de maio de 1942 as tropas alemãs e italianas iniciaram outra ofensiva, denominada "Operação Veneza", e cercaram Tobruk, empurrando as forças aliadas de volta para a fronteira egípcia. Tobruk caiu no dia 21 de junho, e as forças de Rommel perseguiram os britânicos até o Egito. Durante o mês de julho de 1942, no entanto, os britânicos conseguiram manter bloqueados os exércitos do Eixo em El Alamein, que batizou com seu nome a mais célebre batalha da guerra norafricana.

Contudo, o Primeiro-Ministro britânico Winston Churchill substituiu os principais comandantes militares no Oriente Médio, a despeito deles terem conseguido conter Rommel. No dia 30 de agosto de 1942, o Eixo lançou sua "ofensiva final" africana na campanha "Deserto Ocidental". Em 3 de setembro, na batalha de Alam El Halfa, os britânicos conseguiram deter as unidades do Eixo ao sul de El Alamein. Havendo reunido tropas e recursos materiais, inclusive novos tanques norte-americanos, Montgomery atacou as forças de Rommel a 23 de outubro de 1942. Dez dias depois as forças do Eixo foram obrigadas se retirarem. Com a esperança de preservar suas forças de combate para guerrear por uma posição estratégica mais eficaz, Rommel recuou pela Líbia, abandonando a capital, Trípoli, em 23 de janeiro de 1943, e chegando à fronteira com a Tunísia uma semana depois.

A ofensiva alemã na sua frente oriental europeia da primavera de 1942 fora concebida para ser decisiva na destruição das bases da resistência russa, e principalmente para aceder ao petróleo do Cáucaso. Para cobrir esta operação meridional houve a necessidade de cortar o eixo do Volga e tomar Stalingrado que, segundo o alto comando alemão, os russos se esgotariam em defender. De início, o sucesso da ofensiva foi absoluto apesar do papel reduzido dos tanques, enquanto que o da infantaria havia sido acrescido, implicando em ataques frontais e grandes enfrentamentos de homens e material. Em setembro a *Wehrmacht* estava na cidade que foi defendida rua por rua. Depois de uma contraofensiva no noroeste e no sul, o exército de Von Paulus capitulou no dia 3 de fevereiro de 1943 com um saldo de 200 mil mortos e 91 mil prisioneiros. Além do aspecto material, Stalingrado foi, sobretudo, uma derrota moral, diplomática e política do nazismo. O mito da invencibilidade alemã cedeu o lugar ao prestígio dos "vencedores de Stalingrado".

Na sequência, a nova ofensiva do *Afrika Korps* de Rommel contra o Egito, devido à falta de homens, de material e de combustível, fez os alemães capitularem diante da contraofensiva do Sétimo Exército do general Montgomery. No dia 8 de novembro foi executada a operação Torch contra Casablanca, Oran e Argel, marcando a entrada da África do Norte francesa na guerra, inicialmente sob a insígnia do almirante Darlan e da "revolução nacional". Ao fazer os batalhões do Eixo lutarem num segundo front no norte da África, os aliados deram algum alívio à União Soviética, que carregava o fardo principal da luta contra o Eixo na frente oriental do teatro europeu da guerra. A campanha militar norte-africana foi de importância estratégica tanto para os aliados quanto para o Eixo. Os aliados usaram-na como um passo na direção de um segundo front contra o Eixo e para aliviar sua pressão na frente leste. As potências do Eixo, por sua vez, planejavam dominar o Mediterrâneo por meio do controle de Gibraltar e do Canal de Suez, tencionavam promover uma bem-sucedida campanha na África do Norte e, ainda, atacar os ricos campos de petróleo do Oriente Médio. Isto acabaria com os suprimentos de

combustível dos aliados oriundos da região, e aumentaria os suprimentos disponíveis para a máquina de guerra do Eixo.

Nesse quadro de urgência militar, as forças aliadas se reorganizaram na África. O general inglês Archibald Wavell obteve sucessos militares como comandante em chefe do Comando Aliado do Oriente Médio. A "Força do Deserto Ocidental" foi reforçada com um segundo corpo para formar o 8º Exército Britânico. Depois de receber suprimentos e reforços de Trípoli, o Eixo novamente atacou, derrotando os aliados na batalha de Gazala e capturando Tobruk. As forças do Eixo empurraram o 8º exército de volta para trás da fronteira egípcia e foram detidas em julho a apenas noventa quilômetros de Alexandria. As forças do Eixo fizeram uma nova tentativa para penetrar em El Cairo, mas foram detidas. Depois de um período de reequipamento e treino, o 8º Exército Inglês lançou uma grande ofensiva, derrotando decisivamente os batalhões ítalo-alemães durante a segunda batalha de El Alamein, no final de outubro de 1942. O 8º Exército empurrou as forças do Eixo para o oeste, conquistado Trípoli em meados de janeiro de 1943.

Em fevereiro, o 8º Exército britânico enfrentava os *Panzer* alemães perto de Mareth, sob a liderança do 18º Grupo de Exércitos. A "Operação Torch" começou a 8 de novembro de 1942: as forças aliadas dos Estados Unidos e a Grã-Bretanha aterrissaram na África do Norte ocupada por tropas da França de Vichy sob a crença de que haveria pouca ou nenhuma resistência. Contudo, as forças da França de Vichy envidaram uma resistência poderosa e sangrenta contra os aliados em Oran (Argélia) e no Marrocos. Mas não em Argel, onde um golpe de estado realizado pela resistência francesa em 8 de novembro foi bem-sucedido em neutralizar o 19º Exército Francês, e em prender os comandantes leais ao governo colaboracionista de Vichy. Consequentemente, as ocupações aliadas praticamente não encontraram oposição em Argel e a cidade foi conquistada. Depois de três dias de conversações e ameaças, o general Mark Clark e Dwight Eisenhower obrigaram o almirante François Darlan e o general Alphonse Juin a ordenarem o fim da resistência armada das forças francesas em Oran e no Marrocos. Depois do episódio, o fascista réu e confesso Darlan se refez uma saúde "democrática".

Depois das ofensivas terrestres da Operação Torch, os alemães e italianos agruparam tropas na Tunísia para preencher o vácuo deixado pelas tropas de Vichy com sua retirada. Em meados de novembro, os aliados conseguiram avançar para Tunísia. A Força Tarefa Oriental da 78ª Divisão de Infantaria Britânica, e integrantes da 1ª Divisão Blindada dos Estados Unidos, avançaram em direção ao leste até chegar a apenas 30 quilômetros de Túnis. O Eixo tinha uma divisão alemã e cinco italianas na Tunísia para reforçar sua defesa. Os aliados foram derrotados. Durante o inverno sucessivo, seguiu-se um novo período de período de impasse, durante o qual os dois lados continuaram a reagrupar tropas. As forças aliadas eram formadas pelo 1º Exército norte-americano e por três divisões britânicas, mais seis divisões americanas e uma francesa, além de soldados de outras nações aliadas. No começo de março, o 8º Exército britânico, avançando em direção ao oeste ao longo da costa norte africana, atingiu a fronteira tunisiana. Rommel e Von Arnim foram cercados e derrotados.

O 8º Exército britânico desbaratou a defensiva do Eixo na Linha Mareth no final de março e o 1º Exército lançou uma ofensiva na Tunísia central em meados de abril para pressionar as forças do Eixo até que sua resistência na África fosse derrotada por completo, o que aconteceu em 13 de maio de 1943, com um saldo superior a 275 mil prisioneiros de guerra alemães, no que foi a primeira e, em vários sentidos, decisiva derrota estratégica do Eixo na guerra mundial. Esta derrota de tropas experientes reduziu grandemente a capacidade militar das potências do Eixo, embora a maior parte de suas tropas tivesse conseguido escapar da Tunísia. A derrota nazifascista na África levou à conquista aliada de todas as colônias italianas em África, e ao golpe de estado que derrubou Mussolini na Itália, em 1943. Devido ao sucesso da campanha militar aliada na Tunísia, o Eixo abandonou a guerra na África.

A Segunda Guerra Mundial representou também a abertura de uma nova fase para o movimento operário e popular do Oriente Médio. A Palestina tornou-se um palco importante da guerra entre as forças fascistas do Eixo e os Aliados. Milhares de soldados de tropas francesas e britânicas desembarcaram na região Síria-Líbano-Palestina. A Palestina, uma região predominantemente agrária, viu crescer rapidamente uma indústria de guerra. Muitos trabalhadores árabes e judeus foram empregados nas estradas de ferro, nas refinarias de petróleo, nas fábricas de metais e como trabalhadores civis nos campos militares. No Egito - onde crescia rapidamente a indústria têxtil, do petróleo e ferrovias - as lideranças nacionalistas tradicionais perderam muito do seu respaldo popular. Durante toda a Segunda Guerra Mundial, as tropas britânicas usaram o Egito como uma base para operações aliadas na região.

Durante as campanhas militares no norte da África e no Oriente Médio, os alemães e italianos tiveram 620.000 mortos, enquanto os ingleses perderam 220.000 homens; as mortes norte-americanas na Tunísia foram de pouco mais de 18.500 homens. A vitória dos aliados na África do Norte destruiu, ou neutralizou, cerca de 900.000 soldados alemães e italianos, abrindo uma segunda frente contra o Eixo, além de permitir a invasão da Sicília e da parte continental da Itália em meados de 1943, e de destruir a ameaça do Eixo aos campos de petróleo do Oriente Médio e nas linhas de abastecimento para a Ásia e a África. A completa derrota do Eixo na África acelerou a movimentação geopolítica no Oriente Médio.

Ainda em plena guerra mundial, na tentativa de evitar que se formasse uma nova base de influência e domínio imperialista na região, sete países árabes independentes resolveram reunir-se em 1944, em Alexandria, e um ano depois em El Cairo, para discutir as medidas a serem tomadas nesse sentido. No dia 22 de março de 1945, os representantes da Síria, Egito, Líbano, Transjordânia, Iraque, Arábia Saudita e Iêmen anunciaram a criação de um "pacto de solidariedade". Outros países seriam convidados a integrar a aliança, assim que conquistassem sua independência política. Era o início da “Liga Árabe”, que definiu programáticamente o que fosse um árabe, já que pretendia representar todos eles: "Um árabe é uma pessoa cuja língua é o árabe, que vive em um país de língua árabe e que tem simpatia com as aspirações dos povos de língua árabe".[286] A definição era abrangente o suficiente como para integrar um vasto conjunto de países e regiões.

[286] Liga Árabe é o nome corrente para a Liga de Estados Árabes, fundada em 1945 em El Cairo por sete países: atualmente compreende 22 Estados (Egito, Iraque, Jordânia, Líbano, Arábia Saudita, Síria, Iêmen, Líbia, Sudão, Marrocos, Tunísia, Kuwait, Argélia, Emirados Árabes Unidos, Bahrein, Catar, Omã, Mauritânia, Somália, Palestina, Djibouti, Comores, e a Eritreia que é observadora desde 2003) que possuem no total uma população superior a 200 milhões de habitantes.

O HOLOCAUSTO JUDEU

Os piores presságios acerca do destino da população judia da Europa se realizaram durante a Segunda Guerra Mundial, durante a qual o Estado alemão (nazista) procedeu ao assassinato em massa de estimados seis milhões de judeus, no maior genocídio do século XX (e, considerada sua concentração no tempo e no espaço, o maior genocídio de toda a história), através de um programa sistemático de extermínio patrocinado pelo Terceiro Reich, liderado por Adolf Hitler e pelo Partido Nazista, que ocorreu em todo o Reich e nos territórios ocupados pelos alemães durante a guerra. Cerca de dois terços dos judeus que residiam na Europa antes do Holocausto foram mortos; mais de um milhão de crianças, dois milhões de mulheres e três milhões de homens.

O genocídio judeu foi parte de um conjunto amplo de assassinatos em massa cometidos pelos governo nazista contra vários grupos étnicos, políticos e sociais. Entre as principais vítimas não-judias do genocídio estiveram ciganos, poloneses, comunistas, homossexuais, prisioneiros de guerra soviéticos, Testemunhas de Jeová e deficientes físicos e mentais. Segundo estimativas recentes, um total de cerca de onze milhões de civis (incluídos os seis milhões de judeus, sendo o restante das vítimas principalmente eslavos) e prisioneiros de guerra foram mortos pelo regime nazista na primeira guerra na história em que as vítimas civis foram em número superior às baixas militares.

Os campos de concentração alemães (alguns deles transformados em campos de extermínio durante o conflito mundial) existiam desde 1933, logo aos a chegada do nazismo o governo do Reich. A guerra mundial deu uma impulsão decisiva ao "universo concentracionário" na Alemanha. As empresas baseadas em mão de obra escrava tiveram um desenvolvimento maior a partir de 1939, com a nomeação de Oswald Pohl como diretor geral do Ministério do Interior, com a ajuda de industriais alemães : "A 30 de abril de 1942, Oswald Pohl, chefe do 'Escritório Principal Económico e Administrativo SS' enviava a Himmler um informe sobre 'A situação atual dos campos de concentração', em que se lia: 'A guerra produziu câmbios estruturais visíveis nos campos de concentração e modificou radicalmente suas tarefas, no que se refere ao uso dos detidos. A detenção só por motivos de segurança, educativos ou preventivos, já não está no primeiro plano. O centro de gravidade se deslocou para o lado econômico'. O regulamento ditado em consequência dizia que os detidos deveriam trabalhar até o esgotamento, para atingir o máximo rendimento; que a jornada de trabalho seria ilimitada, e que só dependeria da estrutura e natureza do trabalho".

O mesmo autor completa: "Grande parte dessa mão de obra gratuita e escrava foi aproveitada por grandes empresas, como Krupp e Siemens; mais particularmente, em Auschwitz, a *IG Farbenindustrie* instalou em Buna, terceiro campo de Auschwitz, uma fábrica de borracha sintética. Por ela passaram 35.000 detidos, dos quais morreram 25.000. Outras grandes empresas alemãs também participaram e se beneficiaram do Holocausto, entre elas a *Bayerische Motoren-Werke* (BMW), Volkswagen e Daimler Benz. IBM, o conhecido gigante estadunidense da informática, trabalhou para o regime nazista: as cartas perfuradas da IBM serviram para identificar e catalogar os que seriam eliminados.[287] Também a Ford e a General Motors utilizaram trabalho escravo sob Hitler, fabricando veículos militares em Colônia para o exército alemão... Volkswagen e Ford (negam hoje) o pagamento das indenizações que reivindicam os sobreviventes dos trabalhos forçados".[288]

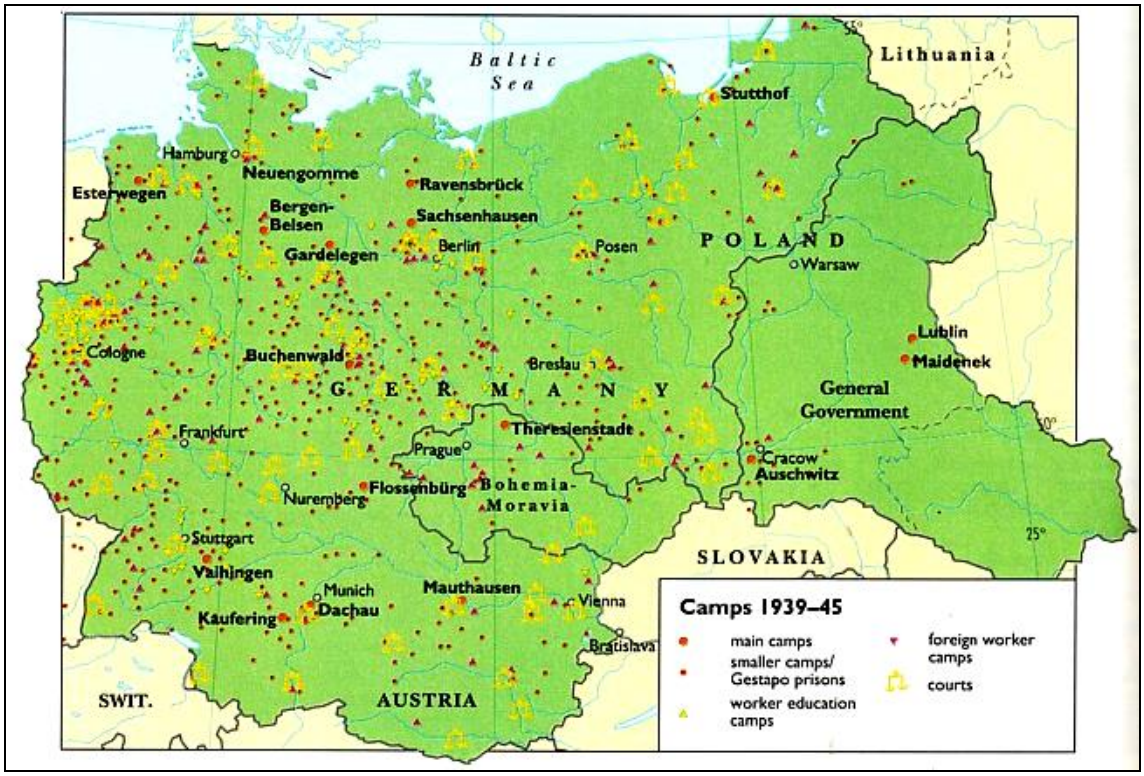
---

[287] Cf. Edwin Black. *IBM et l'Holocauste.* Paris, Robert Laffont, 2001.

[288] Alejandro Teitelbaum. El Holocausto y las grandes empresas. *El Diplô* nº 69, Buenos Aires, março 2005. Em 1999 o governo alemão anunciou finalmente a criação de um fundo de indenização aprovisionado pelo Estado e por empresas como Allianz, BASF, Bayer, BMW, Daimler-Chrysler, Deutsche

O grande truste químico *IG Farben* não somente utilizou massivamente a mão de obra escrava em Auschwitz e outros campos: também produziu o gás Zyklotron B, que serviu para exterminar as vítimas do sistema concentracionário. Oskar Schindler e alguns outros empresários que salavaram numerosos judeus da morte, celebrizados num filme de Steven Spielberg (*A Lista de Schindler*) foram a exeção, não um caso frequente. O caráter do conflito mundial esclarece parcialmente, desse modo, seu aspecto mais atroz: o genocídio de seis milhões de judeus na Europa.

A "economia concentracionária" foi apenas um passo dentre outros para o morticínio em massa, que se desenvolveu sobre bases não econômicas. Quando a Alemanha ocupou novos territórios na Europa Oriental, unidades paramilitares especializadas chamadas *Einsatzgruppen* assassinaram mais de um milhão de judeus, resistentes e prisioneiros políticos mediante fuzilamentos em massa. Os nazistas confinaram judeus e ciganos em guetos superlotados, até serem transportados, através de trens de carga, para campos de extermínio, onde, se sobrevivessem à viagem, a grande maioria era sistematicamente morta em câmaras de gás. Cada ramo da burocracia alemã esteve envolvido na logística que levou ao extermínio.[289]



Campos de concentração nazistas na Europa ocupada, 1939-1945

A política exterminista fazia parte de um vasto plano de repopulação e colonização do leste europeu e parte da Rússia. O *Generalplan Ost* da liderança nazista tencionava causar a diminuição das populações dos povos europeus eslavos do Leste, para permitir a colonização de seus territórios por populações de "etnia germânica" (realizando assim o chamado

---

Bank, Friedrich-Krupp, Krupp-Hoesch, Hoechst, Siemens, Volkswagen e Dresdner Bank. Na Europa oriental, centro do genocídio, não existe nada de semelhante.

[289] "Cada braço da sofisticada burocracia do país estava envolvido no processo de matança. Igrejas paroquiais e o Ministério do Interior forneciam registros de nascimento mostrando quem era judeu; os Correios entregaram as ordens de deportação e de desnaturalização; o Ministério das Finanças confiscou propriedades judaicas; empresas alemãs demitiram trabalhadores judeus e acionistas judeus foram marginalizados" (Michel Berenbaum. *The World Must Know*. Nova York, United States Holocaust Memorial Museum, 2005).

Lebensraum), nas percentuais que seguem: 85% dos poloneses; 75% dos bielorrusos; 65% dos ucranianos; 50% dos tchecos. Estas reduções enormes resultariam do "extermínio pelo trabalho" ou da dizimação através de desnutrição (fome), doenças e controles reprodutivos.

O povo russo, uma vez subjugado na guerra, iria se juntar às quatro nações de língua eslava cujo destino estava prenunciado pelo *Generalplan Ost*.[290] Nesse contexto, Arno Mayer situou, polemicamente, a "solução final" dentro da lógica de guerra do nazismo: "O limite que separa a expulsão, o encerramento nos guetos, as deportações e os assassinatos esporádicos, do massacre e da destruição sistemáticas, não foi ultrapassado senão um certo tempo depois da invasão nazista da União Soviética, em 22 de junho e 1941 (...) Só em 20 de janeiro de 1942, na conferência de Wannsee, foram tomadas as medidas para a 'solução final', que implicava a tortura e o aniquilamento dos judeus de toda a Europa ocupada e controlada pelos nazistas".[291] Em 1942, seis grandes campos de extermínio foram estabelecidos pelos nazistas na Polônia ocupada, que foram construídos exclusivamente para extermínios em massa.

Essa datação da fatídica decisão é objeto de controvérsias históricas e historiogáficas. Em Wannsee foram de fato feitos levantamentos numéricos dos judeus do toda Europa, inclusive de países neutros, revelando o propósito de aniquilação total, sem respeitar fronteiras ou normas jurídicas de nações não incluídas dentro do Reich. O primeiro gaseamento em Auschwitz (Oswiecim) teve lugar em janeiro de 1942, mas ainda numa base experimental. Segundo Robert Gertwarth, foi numa séria de reuniões celebradas em finais de abril de 1942 entre Hitler e Himmler que se definiu a estrutura da impementação de um programa pan-europeu de aniquilamento metódico dos judeus, a ser levado adiante a partir de maio desse ano.

A intenção ou desejo geral de extermínio dos judeus, bem entendido, existiam antes dessa data (Arno Mayer, porém, questionou que, antes dela, existisse a decisão concreta de passar da intenção à prática genocida). Em Wannsee se reuniram quinze hierarcas nazistas, sob a presidência de Reinhardt Heydrich, quem principiou a conferência lembrando que o plano inicial fora a expulsão dos judeus dos territórios do Reich. Até 1941, no entanto, os judeus expulsos somavam "só" 573 mil, dos quais 360 mil alemães, 147 mil austriacos e 30 mil do Protetorado de Boêmia e Moravia. A política de emigração forçada fora suspensa com a explosão da guerra mundial "por motivos de segurança", ou seja, pela possibilidade de que os judeus expulsos levassem para os inimigos do Terceiro Reich conhecimentos e experiência profissional (inclusive bélica) que seriam postas à serviço do inimgo. A opção de enviar judeus para terrtorios ao Leste surgira com a invasão da URSS, em junho-julho de 1941.

Os judeus enviados para esse destino seriam agrupados em campos de concentração e usados para tarefas penosas e duras (construção de estradas, principalmente) e pereceriam, em sua maioria, devido às próprias condições de trabalho. Ainda isto não seria, segundo Heydrich, a "solução final" ou, nas suas palavras, a "terceira fase", em cujo detalhe não entrou em Wannsee, ou pelo menos isso não se resgistrou nos atos do evento.[292] Os "detalhes" dessa "fase", aparentemente, foram tratados paralelamente, ou logo depois, em reuniões de cúpula celebradas entre Hitler, Himmler e Heydrich, com a presença ocasional de algum outro burocrata da morte (por exemplo, Adolf Eichmann, perito em "assuntos judeus" das SS). Arno J. Mayer usou o termo "judeocídio"; o termo "genocídio", hoje comumente usado, foi cunhado por um jurista norte-americano de origem judia em plena guerra mundial.[293]

---

[290] Timothy Snyder. *Terras de Sangue*. A Europa entre Hitler e Stalin. Rio de Janeiro, Record, 2012.

[291] Arno J. Mayer. *La "Solution Finale" dans l'Histoire.* Paris, La Découverte, 1990, pp. 506-507.

[292] Mark Roseman. *Il Protocollo del Wannsee e la Soluzione Finale.* Milão, Mondadori, 2014.

[293] Raphael Lemkin. *Axis Rule in Occupied Europe.* Washington, Carnegie Endowment for World Peace, 1944.

Como se chegou a esse horror sem limites que, segundo alguns autores, contou não só com o conhecimento mas também com o consenso ativo da maioria da população alemã? Antes de tomar o poder, o nacional-socialismo praticamente não tinha acesso à classe operária ou às classes mais pobres do país. Também a grande burguesia, mesmo aquela que apoiava o nacional-socialismo com o seu dinheiro, não via aquele partido como sendo o seu. A base social sobre a qual o nazismo se apoiou para a sua ascensão foi a pequena-burguesia, arrasada e pauperizada pela crise econômica na Alemanha.

Politicamente, a verdadeira causa do sucesso de Hitler não foi a força de sua ideologia mas a falta de uma alternativa a ela: "Não há nenhuma razão para ver a causa desses fracassos [das Internacionais socialista e comunista, NA] na potência da ideologia fascista. Mussolini jamais teve ideologia alguma e a ideologia de Hitler nunca foi tomada a serio pelos operários. As camadas da população que em um dado momento foram seduzidas pelo fascismo, isto é principalmente as classes médias, já tiveram tempo de se desiludir. O fato da pequena oposição existente se limitar aos meios clericais protestates e católicos, não se explica pela potência das teorias semi-delirantes, semi-charlatanescas da 'raça' e do 'sangue', mas pela quebra estrepitosa das ideologias da democracia, da socialdemocracia e da Comintern".[294]

Foi na situação social criada pela crise econômica mundial (especialmente forte na Alemanha), a derrota da classe operária alemã eem 1933 e a ascensão do nazismo que os mitos antissemitas encontraram o seu campo mais fértil de propagação nas "classes médias": "O pequeno-burguês necessita uma instância superior, além da natureza e da história, protegida contra a competição, a inflação, a crise e a venda em leilão público. À evolução, à concepção materialista, ao nacionalismo – aos séculos XX, XIX e XVIII – opõe-se o idealismo nacional como fonte de inspiração heróica. A nação de Hitler é a sombra mitológica da própria pequena-burguesia, delírio patético que lhe mostra o seu reinado milenar sobre a terra. *Para elevar a nação por cima da história, se lhe dá o apoio da raça*. A história é considerada como a emanação da raça. As qualidades da raça são construídas independentemente das diversas condições sociais.

"Ao rejeitar a concepção econômica como inferior, o nacional-socialismo desce para uma etapa mais baixa: do materialismo econômico desce para o materialismo zoológico (...) Do sistema econômico contemporâneo, os nazistas excluem o capital usurário e bancário como se fosse o demônio. Mas é precisamente nessa esfera onde a burguesia judia ocupa um lugar importante. *Os pequeno-burgueses se inclinam diante do capital em seu conjunto, mas declaram guerra ao maléfico espírito de acumulação sob a forma de um judeu polonês com uma longa capa que, muito frequentemente, não tem um centavo em seus bolsos. O* pogrom *se converte na prova mais elevada da superioridade da raça".*[295]

Com base nessa análise do nazismo (única entre seus contemporâneos) o prognóstico de Trotsky acerca do futuro dos judeus da Europa sob o nazismo - a inevitável política nazista de extermínio dos judeus - estava relacionado ao seu prognóstico da irrupção de uma nova guerra mundial, mas não dependia desta. Em 1938, Trotsky afirmava que "o número de países que expulsa os judeus cresce sem parar. O número de países que podem aceitá-los decresce… Podemos, sem dificuldade, imaginar o que espera os judeus com o mero início da próxima guerra mundial. Mas mesmo sem guerra, o próximo desenvolvimento da reação mundial significa com certeza o *extermínio físico dos judeus*".[296] Essas linhas foram escritas "bem antes

---

[294] Leon Trotsky. A agonia mortal do capitalismo e as tarefas da IV Internacional. *Programa de Transição.* Porto Alegre, Combate Socialista, sdp.

[295] Leon Trotsky. *El Fascismo*. Buenos Aires, CEPE, 1973, pp. 77-78*,* 80-81, grifo nosso.

[296] Leon Trotsky. Appeal to American Jews menaced by fascism and anti-semitism. *On the Jewish Question*. Nova York, Pathfinder Press, 1994, p. 29. Pierre Vidal-Naquet escreveu que "de todos os grandes dirigentes marxistas do século XX, Trotsky é provavelmente quem mais se aproxima, mas ao

que os fornos de Hitler começassem a sua tarefa, quando o mundo inteiro era indiferente em relação ao problema dos judeus".[297] No mesmo artigo, de dezembro de 1938, Trotsky não só alertou contra o perigo de extermínio dos judeus, mas contra a proximidade dessa catástrofe, e lançou um apelo para que todos os elementos progressistas viessem em auxílio aos judeus.

Para os judeus de todas as classes isso era uma obrigação, já que, num momento em que a Palestina aparecia ainda como uma "trágica miragem" ainda dominada pela Grã-Bretanha, o Birobidjan (a "república judia" criada dentro da URSS) como uma "farsa burocrática", e os países da Europa e do mundo novo fechavam as suas fronteiras para a imigração judaica, apenas uma revolução poderia salvá-los do massacre em massa: "A IV Internacional foi a primeira a proclamar o perigo do fascismo e indicar o caminho para a salvação. A IV Internacional chama as massas populares a não se deixarem enganar e a encarar abertamente a realidade ameaçadora. A salvação reside apenas na luta revolucionária… Os elementos progressivos e perspicazes do povo judeu têm a obrigação de vir ao auxílio da vanguarda revolucionária. O tempo preme. Um dia agora equivale a um mês ou até um ano. O que fizerem, façam rápido!".[298]

O que estava sendo feito pelas lideranças judias, porém, era outra coisa, inclusive negociar a salvação física de parte dos judeus com o nazismo: em 1925 Vladimir Zeev Zabotinsky havia criado a "união mundial dos sionistas revisionistas" que, sem esconder sua admiração pelo fascismo, defendia a construção de um Estado judeu corporativo nas duas margens do Jordão, na Palestina; sua corrente sionista deu origem aos grupos terroristas *Irgun* (1931) e *Stern* (1940) e à promoção da imigração ilegal, negociando com todos os governos europeus (fascistas incluídos).

A imigração judia para a Palestina, obstaculizada pelos governos, porém, era feita em conta-gotas. O dirigente trotskista Abraham Leon, resistente antinazista clandestino na Bélgica, que seria morto no campo de extermínio de Auschwitz em 1944, escrevia em 1942: "Na época em que o problema judeu tem a intensidade de uma imensa tragédia, a Palestina é somente um débil paliativo. Dez milhoes de judeus encontram-se em um imenso campo de concentração [a Europa nazista]".[299]

Qual seria o destino dos judeus da Europa, ou seja, da grande maioria deles?: "Para Trotsky não era questão de 'esperar' pelo socialismo (para salvá-los). Medidas práticas imediatas eram necessárias para salvar os judeus dos açogueiros nazistas. Com a derrota da revolução socialista na Europa, nada poderia ter ajudado senão uma campanha internacional poderosa para revelar os verdadeiros planos de Hitler e forçar os países do Ocidente a abrir as suas portas e oferecer asilo aos judeus, principalmente os Estados Unidos e a Inglaterra. Trotsky chamou por uma ação massiva em torno da demanda de asilo *já* para os judeus ameaçados. Tal demanda era capaz de unir todos os verdadeiros oponentes do fascismo, socialistas ou não, em um movimento de massas que poderia ter salvado milhões das câmaras de gás".[300] Mas isso não aconteceu, e as escassas exceções confiram a norma..

---

final de sua vida, a uma visão lúcida da questão judaica e da ameaça nazista" (*Los Judíos, la Memoria y el Presente*. Mexico, FCE, 1996, p. 205). Abandonando a sua visão inicial - a crença na assimilação dos judeus e no antissemitismo como um resquício da era medieval, sinônimo de atraso e ignorância- Trotsky teria supostamente alterado a sua visão da "questão judaica", por uma visão "mais lúcida", que defendia a solução territorial e via o antissemitismo como a expressão mais aguda da barbárie moderna.

[297] Jejiel Harari. Trotski et la question juive. *Dispersion et Unité* nº 11, Jerusalém, 1971 (Apud Arlene Clemesha. *Op. Cit.*).

[298] Leon Trotsky. *Op. Cit.* p. 30.

[299] Abraham Leon. *Concepción Materialista de la Cuestion Judia*. Buenos Aires, El Yunque, 1975, p. 169.

[300] Peter Buch. Introduction, in: Leon Trotsky. *On the Jewish Question*, ed. cit. Trotsky denunciava constantemente o fechamento das fronteiras dos países da Europa e dos Estados Unidos para a

Trotsky não via a ameaça de extermínio dos judeus como um produto das características intrínsecas da "germanidade" ou do antissemitsimo secular do povo alemão (como afirma uma corrente da historiografia do nazismo e, mais recentemente, o historiador Daniel Goldhagen), mas como um problema criado pelo capitalismo em sua fase histórica de decomposição, sendo que a "questão judaica é mais crítica no país capitalista mais avançado da Europa, a Alemanha".[301] "Em uma frase memorável, animada pela premonição das câmaras de gás, Trotsky resumiu assim a essência do nazismo: 'Tudo o que a sociedade, se tivesse se desenvolvido normalmente [por exemplo em direção ao socialismo] deveria ter expulsado, como excremento da cultura, está agora brotando pela sua garganta: a civilização capitalista está vomitando a barbárie não digerida".[302]

E havia o perigo do antissemitismo nos Estados Unidos chegar a se tornar tão crítico ou pior do que na Alemanha: "A vitória do fascismo nesse país [a França] significaria o fortalecimento da reação, e o crescimento monstruoso do antissemitismo violento em todo o mundo, sobretudo nos Estados Unidos",[303] país que rejeitou grupos judeus em fuga da Europa nazista, durante a guerra. A perspectiva do massacre *geral* dos judeus foi denunciada pela IV Internacional desde, pelo menos, 1938, vinculando-a à situação histórica de meados do século XX: "*Antes de esgotar a humanidade ou de a afogar no sangue, o capitalismo envenena a atmosfera mundial com os vapores deletérios do ódio nacional ou racial. O antissemitismo é uma das piores convulsões da agonia do capitalismo*", chamando a "*denunciar implacavelmente todos os preconceitos de raça e todas as formas e nuances da arrogância nacional e do chauvinismo, em especial o antissemitismo*".[304]

A denúncia, o alerta e o chamado à luta, porém, não estavam, nesse caso, a serviço da denúncia do "mal absoluto", mas do modo de produção capitalista e dos extremos desumanos que ele poderia atingir para garantir sua sobreviência. Trotsky e a IV Internacional não só alertaram para a possibilidade do Holocausto, mas também foram a única tendência política presente na Europa que chamou a lutar contra ele - isto é, não só contra o antissemitismo em geral, mas contra a *perspectiva concreta do extermínio do povo judeu*.

Em um documento de maio de 1940 Trotsky fez um último comentário sobre o "problema judeu" e a sua inserção no problema geral do mundo em guerra: "O mundo do capitalismo em decomposição está superlotado. A questão de se admitir cem refugiados a mais se torna um grande problema para uma potência mundial como os Estados Unidos. Na era da aviação, telégrafo, telefone, radio e televisão, viagens de país a país estão paralisadas por passaportes e visas. O período do desgaste do comércio exterior e declínio do comércio interno é, ao mesmo tempo, o período da intensificação monstruosa do chauvinismo e especialmente do antissemitismo. No período de sua ascensão, o capitalismo tirou o povo judeu do *ghetto* e o utilizou como instrumento de sua expansão comercial. Hoje a sociedade capitalista decadente

---

imigração judaica como uma ação criminosa das democracias ocidentais à altura da bandidagem do próprio nazismo: "A referência implícita aos Estados Unidos, que se recusavam a acolher os judeus europeus ameaçados por Hitler, demonstra que Trotsky via no antissemitismo um produto do sistema imperialista como um todo, e não exclusivamente a consequência do delírio nazista" (Enzo Traverso. *Les Marxistes et la Question Juive*. Paris, Kimé, 1997, p. 222).

[301] Leon Trotsky. Interview with Jewish correspondents in Mexico. *On the Jewish Question*, ed. cit., p. 20.

[302] Isaac Deutscher. *Los Judios no Judios*. Buenos Aires, Kikiyon, 1969.

[303] Leon Trotsky. Appeal to American Jews menaced by fascism and anti-semitism. *Op. Cit.*, p. 29.

[304] Leon Trotsky. *Programa de Transição*, ed. cit. p. 28. Em dezembro de 1938 Trotsky produziu o seu último escrito dedicado exclusivamente à questão judaica: uma carta a um amigo nos Estados Unidos, publicada em *Fourth International* de dezembro de 1945. Mas esse não foi o seu último comentário sobre o assunto. A preocupação pela "questão judaica" permeou diversos de seus artigos sobre o fascismo e sobre a situação mundial. Até pouco antes de seu assassinato, Trotsky continuava demonstrando grande preocupação com o destino dos judeus.

está tentando espremer o povo judeu por todos os seus poros; dezessete milhões de indivíduos de dois bilhões que habitam o globo, isto é, menos de 1%, não encontram mais um lugar sobre o nosso planeta! Em meio à vastidão das terras e maravilhas da tecnologia, que conquistou os céus para o homem assim como a terra, a burguesia conseguiu converter o nosso planeta em uma prisão atroz…".[305]

Ilustrando essa assertiva, uma rede de mais de quarenta mil instalações na Alemanha e nos territórios ocupados pelos nazistas foi utilizada para concentrar, manter, explorar e matar judeus e outras vítimas de sua fúria homicida. A perseguição e o genocídio foram realizados em etapas. Várias leis para excluir os judeus da sociedade civil - com destaque para as Leis de Nüremberg de 1935 - foram decretadas na Alemanha antes da eclosão da Segunda Guerra Mundial. Campos de concentração foram criados; os presos enviados eram submetidos a trabalho escravo até morrerem de exaustão ou de doenças. Paralelamente, para fomentar a emigração judia, os nacional-socialistas chegaram a admitir cooperar com organizações sionistas que estavam interessadas na emigração de judeus alemães para a Palestina.[306] Como os britânicos criassem obstáculos à imigração judaica para a Palestina, esta ocorreu de forma muito lenta e a maioria dos judeus que conseguiam sair de seus países de origem preferiu outros países de emigração, por exemplo, os EUA. Porém, também estes países também criaram obstáculos à imigração judaica.

Em agosto de 1938, cinco meses após o *Anschluss* (anexação da Áustria à Alemanha), foi criado em Viena uma "Repartição Central para a Emigração Judaica", sob a direção de Adolf Eichmann. Em fevereiro de 1939 seguiu-se a fundação de uma "Central do Reich para Emigração Judaica", em Berlim, conduzida por Reinhard Heydrich e, em julho de 1939, após a criação do Protetorado da Boêmia e Morávia, Eichmann recebeu a ordem de Göring para instalar também em Praga uma "Repartição Central". Com a campanha e ocupação militar nazista da Polônia, um grande número (milhões) de judeus poloneses ficou sob o domínio alemão, de maneira que a "questão judaica" não mais podia ser solucionada pela emigração. A 24 de junho de 1940, Heydrich escreveu ao Ministro das Relações Exteriores do Reich, Joachim Ribbentrop: "Desde a incumbência da tarefa através do meu departamento em 1º de janeiro de 1939, emigraram até agora mais de 200.000 judeus da área do Reich. O problema global – trata-se já de ao todo 3,25 milhões de judeus nas áreas sujeitas à soberania alemã atual – porém, não mais pode ser solucionado pela emigração. Será necessária, portanto, uma *solução final* territorial".

A imigração judia dos territórios do Reich foi inicialmente incentivada pelo regime nazista, embora também controlada por ele. Esse incentivo para emigrar – para imigrar os judeus tinham que pagar uma taxa ao regime – na década de 1930 aparece em um documento da Gestapo assinado por Reinhard Heydrich de 31 de janeiro de 1939, que determinava que os prisioneiros judeus que tivessem os documentos para emigrar poderiam ser soltos dos campos de concentraçãoo e deveriam ser verbalmente ameaçados para não retornar à Alemanha. No campo de concentração de Buchenwald, entre fevereiro e agosto de 1939, cerca de dois mil judeus que já tinham documentos para emigrar foram liberados.

Depois da ascensão de Hitler ao poder, "dezenas de milhares de judeus comecaram a chegar a Palestina (no meio de) uma tempestadade de manifestações e massacres anti-judeus. Os árabes temem seriamente transformar-se em uma minoria dentro do país. Os senhores feudais árabes temem ser submergidos pela onda do capitalismo. O imperialismo britânico

---

[305] La guerre impérialiste et la révolution prolétarienne mondiale. In: *Les Congrès de la Quatrième Internationale.* Paris, La Brèche, 1978.

[306] Francis Nicosia. *Zionism and Anti-Semitism in Nazi Germany*. Nova York, Cambridge University Press, 2008.

aproveita essa tensão para colocar obstaculos a entrada de judeus e trata de aprofundar o abismo entre entre judeus e árabes, propondo a partilha da Palestina".[307]

A "solução final" começou a ser posta em prática depois de abandonada a opção da expulsão/migração forçada dos judeus da Europa, já durante a guerra mundial. Nos territórios da Europa Oriental ocupada pela *Wehrmacht*, os nazistas logo assassinaram mais de um milhão de judeus. Judeus e ciganos foram confinados em guetos superlotados. A guerra definiu melhor os meios, a utilidade (para o nazismo) e os contornos políticos do extermínio judeu: na Europa oriental "a violência contra os judeus servia para aproximar os alemães e os elementos da população local não judaica [facilitando os objetivos militares alemães]... As pessoas que respondiam às incitações alemãs sabiam que estavam agradando ao novo senhor e, acreditando ou não que os judeus fossem responsáveis [pela guerra], por meio de suas atitudes confirmavam a visão do mundo nazista".[308]

Durante uma turnê realizada pelo Oeste da URSS e parte da Europa oriental ocupada, em julho de 1941 (apenas um mês depois da invasão nazista da URSS), Heinrich Himmler ordenou a matança imediata de judeus, inclusive de mulheres e crianças judias; um mês depois, em agosto, veio a ordem de extermínio total das comunidades judaicas na URSS ocupada: "Os oficiais e soldados da *Wehrmacht* (pensavam que) a eliminação dos judeus podia ajudar a levar uma guerra cada vez mais difícil a uma conclusão vitoriosa, ou a evitar a resistência dos partisans, ou pelo menos melhorar os suprimentos de víveres [pois haveria menos pessoas para consumí-los]... Com o passar do tempo, os oficiais militares alemães [que não aprovavam o extermínio judeu] acabaram se convencendo de que a chacina de judeus era necessária. Não porque a guerra estava a ponto de ser vencida, como Hitler e Himmler ainda podiam crer no verão de 1941, mas porque ela poderia ser facilmente perdida... A guerra para destruir a União Soviética se tornara uma guerra para liquidar os judeus".[309]

Chegada de judeus, mulheres e crianças, ao centro de extermínio de Auschwitz, na Polônia

[307] Abraham Leon. *Op. Cit.*

[308] Timothy Snyder. *Op. Cit.*, p. 233

[309] *Idem*, pp. 245 e 257.

Diante do que, surge inevitavelmente a pergunta: foi o Holocausto, tragédia definidora de nossa contemporaneidade, um subproduto (um "efeito colateral") da guerra contra a URSS? Obvia e definitivamente *não*. Se é verdade que "o assassinato em massa ainda estava além do concebível na década de 1930, mesmo para Heydrich e seu centro planejador antijudaico dentro do SD", ainda nessa década (antes da guerra) operou-se uma transformação ideológica. Os inimigos iniciais da Alemanha designados pelo nazismo (o bolchevismo e a maçonaria) "eram [passaram a ser] meramente 'criações' do mundo judeu".[310] O extermínio do judaísmo passou a ser visto como a extirpação do "mal" pela raíz, ou seja, passou a ser um objetivo *em si*, não um simples recurso demagógico ou um instrumento político dentre outros.

O indubitável papel central de Hitler (e de sua ideologia racista *e* antissemita, exposta em *Mein Kampf* já desde 1923) no Holocausto não deve fazer esquecer seus fatores estruturais. Como o feitiço que acaba fugindo ao controle de seu feiticeiro, o antissemitismo político de Hitler (que ele inculcou no partido nazista), acabou se transformando, com o partido nazista transformado em partido único do Estado, em mola mestra de um genocídio que poucos acreditavam fosse possível nessas dimensões, graças às circunstâncias históricas e políticas criadas pelo conflito mundial.

"Havia pessoas que eram elas próprias não mais do que antissemitas latentes, procurando formas de mostrar que eram mais antissemitas, agir contra judeus, prontos a se envolverem em ações contra judeus. Mais e mais pessoas foram absorvidas pelo partido nazista, que era determinado por esse antissemitismo racial, por essa necessidade patológica de expulsar os judeus da Alemanha. Mais as pessoas aderiam ao partido nazista, mais estavam expostas a isso. A nação se tornou mais intensamente antissemita. E o antissemitismo dos radicais do partido nazista se estendeu à burocracia de Estado, à organização policial, se tornou um leitmotiv do regime como um todo, sem ter penetrado da mesma maneira nas ideias do povo em sua maioria... A improvisação radical terminou na Solução Final e nas câmaras de gás. Na Conferência de Wannsee, em janeiro de 1942 (sobre a Solução Final da Questão Judaica), vêm-se os planos serem meticulosamente traçados para a destruição de milhões de judeus, mesmo em países que a Alemanha não havia conquistado, como a Grã-Bretanha, Irlanda ou Suíça".[311]

A "loucura nazista" revelou-se, também, militarmente suicida. Na fase final da guerra mundial, o mais importante para a liderança nazista era levar a cabo o extermínio dos judeus. Depois de diversos ensaios, como a perseguição e extermínio dos doentes mentais alemães durante vários anos, a "solução final", com o emprego de câmaras de gás, foi finalmente posta estruturalmente em operação em 1942. A partir de então, todos os esforços alemães se concentraram nisso. A prioridade atribuída ao transporte de prisioneiros judeus para os campos de extermínio, em detrimento de objetivos militares, comprova-o. A malha ferroviária foi modificada para acelerar a evacuação dos judeus dos guetos e seu envío aos campos, embora isso prejudicasse a mobilidade e a resistência do exército alemão ao ataque aliado. Na perspectiva de Hitler, se a guerra não pudesse ser ganha, era preciso ao menos eliminar os judeus da face da Europa (já que não do mundo).

Como explicar semelhante involução política e social naquela que era considerada a "nação mais culta da Europa"? Na mais alentada biografia do líder nazista, para explicar o "fenômeno Hitler" na sua integralidade, Ian Kershaw utilizou a teoria da "liderança carismática", do sociólogo alemão Max Weber, elaborada antes do nazismo, a partir de personagens religiosos. Em períodos de grande crise, esses personagens, profetas, parecem oferecer a salvação para as pessoas: o *carisma* era algo visto no personagem por aqueles ao redor dele. Não significa que o personagem fosse grandioso, num sentido convencional, mas que tinha qualidades de

---

[310] Robert Gertwarth. *O Carrasco de Hitler*. A vida de Reinhardt Heydrich. São Paulo, Cultrix, 2013, pp. 118 e 125.

[311] Ian Kershaw. *Hitler*. Nova York, W.W. Norton, 1998-2000.

liderança heróica, investidas nele pela visão dos outros, o que Weber chamava de "comunidade carismática".

Para Kershaw, “Hitler não tinha grande apelo pessoal e era um talentoso orador popular, além disso é difícil ver o que o povo enxergava nele. No contexto da República de Weimar, da perda da guerra, da humilhação nacional, turbulências políticas, miséria econômica, crise cultural, as pessoas estavam preparadas para investir nesse indivíduo, ver nele qualidades de grande liderança que poderiam trazer uma salvação nacional para a Alemanha. À medida que o partido nazista ganhava terreno, mais pessoas eram atraídas pelo apelo popular de Hitler”. O alpinismo social oportunista parece ter sido um fator chave: “O interesse que ele provocava nas pessoas ao redor vinha do poder que ele encarnava, ele oferecia um futuro brilhante para elas e para a Alemanha. Ele era um homem capaz de oferecer às pessoas oportunidades impossíveis de imaginar”.

A teoria de Kershaw do nazismo como “um estranho modelo de liderança imposto a uma moderna forma de funcionamento de estado burocrático” se encontra justaposta aos acontecimentos e processos da história do nazismo de modo artificial, pois em momento algum ela esclarece ou explica a trama profunda de algum deles, considerados isoladamente, e só explica “as tensões e estruturas do regime (que) nascem da natureza dessa liderança carismática”. Isto não se explica só pelo histórico complexo de inferioridade dos historiadores (“colecionadores de documentos”) perante os “teóricos” (filósofos ou sociólogos), perante os quais os primeiros exibiriam uma limitada projeção teórica.

Pois falar de “pessoas” (ou “dos alemães”) em geral, sem distinguir classes sociais, partidos e processos políticos, sublinhando o fascínio e apoio popular suscitado por Hitler entre eles, conclui implicitamente na tese da “culpabilidade geral” do povo alemão pelo nazismo ("A estrada para Auschwitz foi construída com ódio, mas pavimentada pela indiferença") e, sobretudo, pelo próprio Holocausto judeu, tese que Daniel Goldhagen explorou com consequência (e conclusões políticas) mais explícitas.[312] Joachim Fest generalizou a tese, concluindo em que: “Hitler representa o mal em estado puro, o oposto da civilização... demonstrou que o mal está presente na natureza humana, a impregna”.[313]

O nazismo realizou a sombria e anunciada perspectiva de extermínio do povo judeu, em escala europeia (e pretendia, com certeza, realizá-la em escala mundial, caso vencesse o conflito). Depois das primeiras deportações e assassinatos em massa, “uma ‘solução completa’ da questão judaica ainda tinha de ser encontrada. Em novembo ou dezembro de 1940, na época em que Hitler tomou a decisão de atacar a URSS no ano seguinte, Reinhard Heydrich recebeu a ordem de Hitler (via Göering) de preparar o primeiro rascunho de um ‘projeto de solução final’ a ser implementado após o término da guerra [que o alto comando nazista previa para 1942]... Eichmann calculou que esse projeto afetaria ‘por volta de 5,8 milhões de judeus’, um aumento significativo quando comparado com a cifra de quatro milhões citada no plano Madagascar...

“A era das expulsões em massa terminou quando os preparativos militares para a Operação Barbarossa fizeram parar os últimos transportes de deportação para a Polônia em meados de março de 1941. Ainda no verão de 1941, Heydrich continuava a imaginar a solução final em termos de reassentamento forçado na extremidade mais distante da esfera de influência alemã... A transição gradual para o genocídio só aconteceria depois do ataque alemão à URSS

---

[312] Daniel Goldhagen. *Op. Cit.* Cabe assinalar que, ao contrário, Steven Spielberg, “ao tratar da deportação judaica sob o nazismo, realça o ‘bom alemão’, recusando-se a engrossar a condenação em bloco da Alemanha, ao contrário do que fez a maior parte dos judeo-gentios americanos”, como o próprio Goldhagen (Edgar Morin. *O Mundo Moderno e a Questão Judaica*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2007, p. 104).

[313] Joachim Fest. *Hitler*. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1991.

em 1941".[314] Esta análise se situa no esteio daquela proposta por Arno Mayer, em *A Solução Final na História*, fortemente criticada por autores como Yehuda Bauer.

Vala comum no campo de extermínio de Bergen-Belsen

As circunstâncias bélicas internacionais da Alemanha e do Eixo adiantaram os planos de extermínio judeu (e outros de cunho semelhante) para antes da descontada vitória militar sobre a URSS. Na sua formulação, a "solução final" nazista do "problema judaico" devia afetar onze milhões de judeus europeus ou eurasiáticos, os que viviam sob a ocupação alemã (ou na própria Alemanha), os dos Estados neutros (Turquia, Irlanda, Suécia, etc.), os dos estados em guerra contra a Alemanha (Grã-Bretanha), sem poupar mulheres, crianças e velhos.

A política de extermínio nazista, prevista para ser levada integralmente a cabo no final da vitoriosa guerra alemã no leste (que a liderança nazista calculou inicialmente para acontecer no ano 1942) percorreu diversas etapas, determinadas pelo conflito bélico, e eliminou fisicamente seis milhões, o número mais citado para o total de judeus mortos durante o Holocausto. Cálculos iniciais variaram entre 4,2 a 4,5 milhões de mortos; 5,1 milhões, segundo Raul Hilberg; até 5,95 milhões, de acordo com o sociólogo israelense Jacob Lestschinsky. Israel Gutman e Robert Rozett estimaram entre 5,59 e 5,86 milhões de mortes. Um estudo conduzido pelo historiador alemão Wolfgang Benz sugeriu entre 5,29 e 6,2 milhões de mortes.

A estimativa de Hilberg inclui mais de 800 mil pessoas que morreram por "guetização e privação geral"; 1,4 milhão por fuzilamento ao ar livre e até 2,9 milhões que pereceram nos campos de extermínio. Hilberg estimou que o número de mortes de judeus na Polônia fosse de até três milhões.[315] A estimativa de Hilberg foi depois considerada conservadora, uma vez que incluia apenas as mortes consignadas nos registros disponíveis, sem ajuste estatístico. O historiador britânico Martin Gilbert chegou a um "cálculo mínimo" de mais de 5,75 milhões de vítimas judias. Lucy S. Dawidowicz utilizou os dados dos censos de pré-guerra para estimar que

[314] Robert Gertwarth. *Op. Cit.*, pp. 217-218.

[315] Raul Hilberg. *The Destruction of the European Jews*. Nova York, Yale University Press, 2003.

5,934 milhões de judeus morreram.[316] Havia de oito a dez milhões de judeus nos territórios controlados direta ou indiretamente pela Alemanha nazista (a incerteza decorre da falta de conhecimento sobre quantos judeus havia de fato na União Soviética, ondo muitos judeus não se declaravam como tais).

Os estimados seis milhões de mortos no Holocausto, portanto, representaram entre 60% a 75% do total dos judeus da Europa. Dos 3,3 milhões de judeus da Polônia, mais de 90% foram mortos. A mesma proporção foi morta na Letônia e na Lituânia, mas a maioria dos judeus da Estônia foram evacuados a tempo. Dos 750 mil judeus habitantes na Alemanha e na Áustria em 1933, apenas cerca de um quarto sobreviveu. Embora muitos judeus alemães tenham emigrado antes de 1939, a maioria deles fugiu para Tchecoslováquia, França ou Países Baixos, de onde mais tarde foram deportados para a morte. Na Tchecoslováquia, na Grécia, nos Países Baixos e na Iugoslávia, mais de 70% dos judeus foram mortos. De 50% a 60% dos judeus foram mortos na Romênia, na Bélgica e na Hungria. É provável que uma proporção similar fosse morta na Bielorrússia e na Ucrânia.

As negociações dos líderes sionistas com os nazistas, que tiveram lugar desde antes da guerra,[317] só tiveram algum resultado no final daquela, graças à decomposição do Eixo e da hierarquia nazista: "À medida que a boa sorte do Eixo foi se esvaindo, os romenos perderam o apetite pelos pogroms... Em dezembro de 1942, o embaixador alemão em Bucareste informou o ministério de Relações Externas em Berlim que Antonescu [premiê e ditador da Romênia] havia organizado a emigração de 75 a 80 mil judeus para Palestina e Síria, em troca da soma principesca de 200 mil *leis* por pessoa. O ministério alemão se opôs, mas isso não serviu de nada. Os judeus partiram em grupos pequenos para a Palestina. A Romênia se transformou em local de passagem para a emigração judia, legal ou clandestina, da Eslováquia, Hungria, Norte de Transilvânia e Polônia".[318]

Coisa semelhante aconteceu, tarde demais (na véspera do fim da guerra), na própria Alemanha nazista: "Em fevereiro de 1945, um delegado sueco do Congresso Mundial Judeu, Storch e, mais tarde, em abril, outro membro desse organismo, Masur, quem conseguiu se entrevistar pessoalmente com Himmler, conseguiram um sucesso miraculoso: o *Reichsführer SS* negou-se a transmitir a ordem do Führer de executar os presos políticos e explodir os campos de concentração à medida que avançassem as tropas aliadas. Com essa decisão foram poupadas 800 mil vidas humanas".[319]

---

[316] Lucy Dawidowicz. *The War Against the Jews*. Holt, Rinehart & Winston, 1975.

[317] Yehuda Bauer. *Ebrei in vendita?* Milão, Mondadori, 1998.

[318] Déborah Dwork e Robert Jan van Pelt. *Holocausto*. Una historia. Madri, Algaba, 2004, p. 416.

[319] Jacques de Launay. *La Diplomacia Secreta*. Durante las dos guerras mundiales. Bogotá, Norma, 2009.

O “milagre” não tinha mistério: a derrota e a decomposição do nazismo em retirada. A luta frontal contra o nazismo foi uma tendência objetiva e real do judaísmo europeu, inclusive nos momentos mais desesperançados: “Contrariamente a uma opinião muito divulgada no imediato pós-guerra e nos anos 1950, houve uma forte resistência armada judia em toda a Europa. À diferença do que se acreditava, não se tratou, nem poderia tê-lo sido, de uma resistência difusa; em termos quantitativos foi bastante marginal. Qualitativamente, porém, foi uma importante série de eventos que entrou a fazer parte da memória coletiva judia. Nas florestas da Polônia oriental, na Bielorrússia e na Ucrânia setentrional, provavelmente 30 mil judeus combateram contra os alemães, certamente não com as armas mais adequadas”.[320]

Do lado nazista, quando a sorte e o direcionamento da guerra mudaram de signo em favor dos aliados, Heinrich Himmler flertou seriamente com a ideia de recompor sua imagem e operar como intermediário entre a Alemanha derrotada e aqueles. Ele manteve um grupo de mais de 130 “prisioneiros excelentes” (altos oficiais inimigos, altos dignatários alemães destituídos pelo nazismo, nobres de toda Europa, até o líder político judeu francês Leon Blum), “uma operação em que a sede de vingança e o cálculo formavam uma mistura opaca baseada num antigo plano de Himmler, fazer reféns para usá-los como moeda de troca, com a absurda ideia de que no último momento poderia negociar com as potências vencedoras nas costas de Hitler, e tirar algum proveito... Nesse plano desempenhou um papel importante a ideia delirante de contar com um reduto nas montanhas, a chamada ‘fortaleza alpina’”,[321] situada junto a um lago idílico, para onde Himmler levou seus prisioneiros privados pouco antes do fim da guerra, de onde eles foram libertados pela dispersão das forças nazistas e a chegada do exército norte-americano.

Segundo constatou um oficial norte-americano judeu encarregado de tarefas de inteligência na Alemanha recentemente ocupada após o final do conflito mundial: “Em que pese a ocorrência de manifestações antissemitas sem precedentes na história, encontramos [na Alemanha] uma ausência supreendente de antissemitimo, inclusive entre aqueles que aceitaram total ou parcialmente a *Weltanschauung* [visão do mundo] nazista. Se diria que prevalece um estranho sentimento de culpabilidade em relação aos judeus, unido a uma sensação de incomodidade ou à admissão aberta de que foi cometido um grave crime contra eles. É difuso o temor a uma vingança e o medo de enxergar o pior dos horrores perpetrados aos judeus da Polônia”.[322] Na Alemanha derrotada e ocupada, é provável que o medo tenha superado o antissemitismo (a testemunha não esclareceu se o temor da vingança se referia aos judeus ou aos poloneses...).

Entre os países com proporções de mortes judias menores durante a Segunda Guerra Mundial estão Bulgária, Dinamarca, França, Itália, Noruega e Bélgica. A Albânia foi o único país ocupado pela Alemanha que tinha uma população judaica significativamente maior em 1945 do que em 1939. Duas centenas de judeus nativos e mais de mil refugiados judeus receberam documentos falsos, esconderijos e até tratamento de honra em um país cuja população era em 60% composta por muçulmanos...

---

[320] Yehuda Bauer. *Ripensare l’Olocausto.* Milão, Baldini Castoldi, 2009, p. 177. O autor, nesse mesmo texto, desmente a opinião de Raul Hilberg, segundo a qual a resistência armada judia contra o nazismo teria sido praticamente inexistente, porque não fazia parte das tradições do judaísmo, e afirma que “se ela não tivesse existido, seria difícil compreender o nascimento do Estado de Israel” (p. 210).

[321] Hans Magnus Enzensberger. *Hammerstein o el Tesón.* Buenos Aires, La Página, 2013, pp. 290-291.

[322] Saul K. Padover. *L’Anno Zero.* Turim, UTET, 2003, p. 12.

INTERPRETAÇÕES SOBRE O HOLOCAUSTO

Importa se deter, embora não de modo exaustivo, nos debates acerca da natureza do Holocausto, tanto pela sua importância intrínseca quanto pela relevância que o fato adquiriu para a criação do Estado de Israel e para a definição de um novo mapa político para o Oriente Médio, uma vez concluída a Segunda Guerra Mundial. A polêmica sobre a natureza do Holocausto judeu afunilou duas tendências básicas de interpretação. Os "intencionalistas" acharam que o Holocausto foi planejado por Hitler desde o início de seu governo ou de sua carreira política. Os "funcionalistas" defenderam que o Holocausto foi iniciado em 1942 como resultado da crise da política nazista de deportação de judeus, e das iminentes derrotas militares alemãs na Rússia: as fantasias prévias de exterminação delineadas por Hitler em *Mein Kampf* (em que *Judah* era apresentada como peste global; os judeus podiam pertencer a uma raça, mas não à humanidade) e na literatura nazista teriam sido mera propaganda e não constituíam planos concretos (essa foi também a estratégia da argumentação da defesa legal dos líderes nazistas nos julgamentos de Nüremberg).

Não faltaram os que conciliaram ambas as análises: "Como os intencionalistas, acho que Hitler abrigou a intenção de exterminar os judeus; essa intenção, porém, não era absoluta, mas condicionada, seria posta em prática no caso de uma situação bem definida, por exemplo, o fracasso de seus planos de conquista, deixando aberta a vía para aplicar outras políticas. Ao igual que os funcionalistas, sustento que uma combinação de circunstâncias foi essencial para o cumprimento dessa intenção, para seu traslado à prática; aqui, a percepção do fracasso da campanha russa e suas consequências estratégicas jogaram um papel decisivo".[323]

É necessária uma explicitação do que está em jogo nesse debate historiográfico, que em parte poupa, certamente não os executores, mas sim uma boa parte dos responsáveis (políticos e históricos) pelo pior crime em massa praticado na história: "O Holocausto é fenomenologicamente único em virtude do fato de que nunca antes um Estado se fixara, como objetivo de princípio e como política de fato, a tarefa de aniquilar fisicamente cada um dos homens, mulheres e crianças pertencentes a um povo determinado".[324] Em um *survey* historiográfico posterior, Yehuda Bauer considerou superadas essas duas tendências básicas de interpretação do "fenômeno".

Houve uma convergência de fatores, analiticamente diferenciados, que determinaram o horroroso resultado, mas um fator foi, ou deve ter sido, o decisivo. Diversos autores assinalaram que o caráter econômica e militarmente irracional do Holocausto judeu constituiu o desmentido definitivo da teoria marxista, da análise da dinâmica histórica através dos ineteresses e da luta de classes e do caráter determinante da infraestrutura econômico/produtiva. Ora, como vimos no capítulo precedente, foi exatamente um autor marxista (Leon Trotsky) o único a antecipar a possibilidade concreta do Holocausto judeu em caso de explosão de uma guerra mundial. E nem precisa dizer que essa pretensa crítica se dirige contra uma variante vulgar, reducionista ou economicista, da teoria marxista.

Hitler tinha escrito, em 1921 no *Völkische Beobacther* (a respeito de Walter Rathenau, judeu e ministro de Fazenda da República de Weimar): "É preciso evitar a subversão de nosso povo, se necessáro recluindo seu virus instigador em *campos de concentração*".[325] Daniel Goldhagen, na primeira vertente de análise mencionada acima, argumentou que os alemães em geral sabiam e participaram com convicção perfeitamente consciente no Holocausto, que teria sua origem num antissemitismo alemão profundamente enraizado. Goldhagen viu na Igreja cristã uma das

---

[323] Philippe Burrin. *Hitler e os Judeus.* Gênese de um genocídio. Porto Alegre, L & PM, 1990.

[324] Steven Katz. *The Holocaust in Historical Context.* Nova York, Oxford University Press, 1994, p. 28.

[325] Instituição criada pelas autoridades inglesas, no início do século XX na África do Sul, durante a "guerra dos bôers".

suas origens, citando (abundantes) passagens do Novo Testamento claramente antissemitas, ou melhor, antijudías. [326]

Num outro campo historiográfico polêmico, Ian Kershaw contestou, com um exame detalhado de documentos, as teorias "revisionistas" que tentaram absolver Hitler do Holocausto. Se, de fato, não existiu nenhuma ordem escrita por Hitler para a execução da "solução final para a questão judaica", isso não o isentaria, segundo Kershaw, da responsabilidade pelo extermínio de milhões de judeus, pois, além de estimular verbalmente essa "aniquilação" (palavra que ele usava com prodigalidade), ele estava perfeitamente a par do que se passava nos campos de concentração, e encorajava seus subordinados para irem mais longe.

Desde pontos de partida opostos, Ian Kershaw ("funcionalista") e Daniel Goldhagen ("intencionalista") chegaram a um terreno comum: emancipar o genocídio judeu perpetrado pelo nazismo das condições históricas gerais e concretas que o propiciaram. A "solução final da questão judaica" foi, na boa expressão de Klaus Fischer, "a solução final da questão alemã",[327] mas a ideia poderia ser estendida para outros nacionalismos metropolitanos (na França, com Charles Maurras as correntes que propunham um antissemitismo elevado à condição de política de Estado não eram pequenas, nem politicamente marginais).

Na era imperialista, a "Grande Alemanha" (o *Lebensraum* dos "geopolíticos" alemães do século XIX) só poderia se realizar pelo extermínio de povos e culturas inteiras da Europa (e alhures, se tivesse se realizado), em primeiro lugar os judeus – o holocausto judeu contemporâneo (a *Shoah*), quantitativa e qualitativamente superior aos pogroms que o precederam, não foi a realização de um sonho atávico contido num disseminado e imemorial antissemitismo universal, mas a revelação da "essência" do nacionalismo imperialista alemão nas condições históricas da crise e declínio imperialista, que encontrou na Alemanha seu ponto crítico: "O antissemitismo (nazista) foi o produto 'espontâneo' de uma situação particular, não uma doutrina estranha forçada a entrar no cérebro das pessoas por uma classe dirigente sem escrúpulos. Vimos os primeiros surtos de antissemitismo (político) no movimento pan-germânico dos Sudetos, que fez causa comum, no campo conservador, com as expressões demagógicas e oportunistas de Karl Lueger ('*Sou eu quem decide quem é judeu*')".[328] O antissemitismo *também* foi, inicialmente, um instrumento *político* (que tinha, como visto, antecedentes) do nazismo para impor seus objetivos, nacionais e internacionais.

O Holocausto esteve com certeza vinculado à ideologia política do nazismo: "A motivação básica foi puramente ideológica, enraizada em um mundo ilusório da imaginação nazista, onde uma conspiração judaica internacional para controlar o mundo se opunha aos objetivos arianos. Até então nenhum genocídio tinha sido feito tão completamente baseado em mitos, em alucinações, no abstrato, em ideologias não pragmáticas — e depois executado por meio de maneiras muito racionais e pragmáticas".[329] Ainda assim, a ideologia do horror nunca se emancipou por completo dos objetivos econômicos e geopolíticos do nazismo. Na sua versão mais espantosa, e "malgrado sua importância capital como centro de extermínio, Auschwitz nunca perdeu sua identidade original de campo de trabalho... No caso do Holocausto, o imperativo ideológico era claramente decisivo, mas sujeito a um compromisso pragmático ao

---

[326] Daniel Goldhagen. *Hitler's Willing Executioners.* Ordinary Germans and the Holocaust. Nova York, Alfred A. Knopf, 1996. É fato que alemães que se recusaram a participar nas matanças maciças de judeus e em outros crimes, em geral, não foram punidos pelos nazistas. A resistência nesse plano era, portanto, possível. Alemães casados com judeus ou judias que optaram por se manter com o seu companheiro/a permaneceram não-castigados e suas esposas/os judias sobreviveram.

[327] Klaus P. Fischer. *History of an Obsession*. German judeophobia and the Holocaust. Londres, Bloomsbury Academic, 2001.

[328] Stuart J. Woolf. *Il Fascismo in Europa*. Bari, Laterza, 1973, p. 120.

[329] Yehuda Bauer. *A History of the Holocaust*. Nova York, Franklin Watts, 1982.

sabor das circunstâncias. Inversamente, pode-se descrever o progranma de trabalho forçado de Sauckel como um compromisso entre a ideologia e a necessidade pragmática, mediante uma inversão dos signos. As exigências da economia de guerra primavam, mas era necessário conciliá-las com as exigências da ideologia".[330] O autor citado sublinha que, no momento do seu ápice, no outono de 1943, entre 50% e 60% dos detidos de Auschwitz, embora fossem todos marcados para morrer, eram julgados "aptos para o trabalho" (até a morte, claro).

Voltemos ao fator ideológico. Hitler, em toda sua mediocridade, não criara política ou teoria próprias. A sua metodologia política foi emprestada de Mussolini, que conhecia a teoria da luta de classes de Marx suficientemente bem para utilizá-la contra a classe trabalhadora. A sua teoria de raça devia muito às ideias de racismo do diplomata e escritor francês, o conde Gobineau. A habilidade política de Hitler consistiu em traduzir, nas palavras de Trotsky, a "ideologia do fascismo ao idioma do misticismo alemão" e assim mobilizar, como fez Mussolini na Itália, as classes intermediárias (ou "classes médias") contra o proletariado (a única classe social que, organizada e armada, poderia ter barrado o avanço e a vitória nazista).

Daniel Goldhagen procurou demonstrar que o Holocausto não foi um espetáculo de horror ao qual os alemães teriam sido obrigados a assistir, mas, na verdade, o produto de "ideais" amplamente compartilhados pela maioria do povo alemão durante a primeira metade do século XX. Qualquer que tenha sido a extensão social desses "ideiais", é indubitável que eles tinham grande e variado peso na pequeno burguesia alemã, em especial depois da hiperinflação de 1923 que, na expressão de Eric J. Hobsbawm, "deixou a Alemanha pronta para o nazismo". Para Goldhagen, uma vez iniciado o genocídio, dezenas de milhares de carrascos mobilizados pelo regime nazista aderiram ao programa de extermínio. O modelo antissemita alemão, com ênfase na periculosidade e na necessidade de eliminar os judeus, segundo Goldhagen, porém, já estava plenamente desenvolvido na Alemanha do século XIX e início do século XX.

O regime nazista, segundo esse autor, não criou o ódio aos judeus, mas se aproveitou de um sentimento antigo e disseminado pela sociedade alemã como um todo. Tanto seria assim que as leis antissemitas e o próprio Holocausto teriam sido integralmente apoiados pela sociedade alemã, mesmo entre os grupos (católicos, conservadores etc.) que, por outros motivos, opunham-se ao menos parcialmente, ao Terceiro Reich. Essa análise se opõe pelo vértice àquela dos historiadores "revisionistas", com Ernest Nolte à cabeça: "O Holocausto só deve ser analisado à luz de outros genocídios", escreveu este autor, para relativizar o crime cometido pelos nazistas comparando-o com a repressão na URSS "bolchevique" (na verdade, stalinista).[331]

Duas exigências contraditórias se defrontam. Para que o Holocausto seja reconhecido como um fato indiscutível, é preciso que seja considerado em sua brutalidade básica total, fora de todo debate interpretativo. Certamente, o delírio de um chefe de Estado ou de um grupo fanático não pode ser indicado como causa única e suficiente de um processo que envolveu (na sua execução) e massacrou milhões de pessoas. Os teóricos da singularidade radical do Holocausto identificam-na no velho ódio dos gentios contra os judeus. A realidade do Holocausto é posta como indissociável dessa interpretação. Mas, como se perguntou Jacques Rancière, "por que esse ódio antigo e universal assumiu somente nesse país e nesse momento essa forma específica sobre a qual sabemos, aliás, que também foi aplicada a outras categorias de "degenerados": doentes mentais e ciganos"?[332]

---

[330] Adam Tooze. *Le Salaire de La Destruction*. Formation et ruine de l'économie nazie. Paris, Les Belles Lettres, 2012, pp. 509-510.

[331] Ernest Nolte. *I Tre Volti del Fascismo.* Milão, Mondadori, 1980.

[332] Jacques Rancière. A nova querela do Holocausto. *Folha de S. Paulo*, 8 de abril de 2001.

O livro do norte-americano Norman Finkelstein, filho de judeus sobreviventes de Auschwitz, *A Indústria do Holocausto*, filiou a insistência no caráter "único" e "singular" do Holocausto aos interesses de uma fração do judaísmo, exatamente do sionismo. O livro de Finkelstein denunciou, na tese do ódio imemorável dos gentios pelos judeus, uma submissão dos fatos a uma interpretação interessada.[333] Vincular o Holocausto a uma vontade exterminadora impossível de erradicar seria para ele justificar a política hodierna do Estado israelense e a política de apoio norte-americano ao Estado judeu. O que ele opôs à construção ideológica denunciada não foi a simples nudez dos fatos, mas um outro cenário interpretativo indagando acerca da razão pela qual se fala tanto do Holocausto e do sofrimento judeu, ao ponto de ocultar outros fatos e sofrimentos. A tese de Fikelstein foi atacada com grande violência (verbal) por otros historiadores judeus.

As polêmicas interpretativas sobre o Holocausto evidenciaram a necessidade de se ampliar o campo da reflexão histórica, incorporando a estrutura da situação internacional em que ele teve lugar. Cabe inicialmente constatar que o nazismo levou até o fim uma tendência geral presente na guerra mundial. Em fevereiro de 1942, ao calor das primeiras derrotas da Alemanha na URSS, o líder da Frente do Trabalho nazista, Robert Ley, discursou em um estádio esportivo berlinense: "A judiaria vai e deve ser exterminada. Essa é nossa missão sagrada. *É disso que trata esta guerra*" (grifo nosso).

O uso de caminhonetes e câmaras de gás não só buscou acelerar a matança dos judeus da Europa (ou simplesmente torná-la viável, dada a quantidade de pessoas a serem exterminadas), mas também torná-la mais impessoal. No entanto: "O extermínio de judeus foi visto, às vezes, como uma linha de montagem de assassinato em massa industrializado; essa imagem contém algum elemento de verdade. Nenhum outro genocídio na história foi levado a cabo por meios mecânicos - exposição a gases letais - em instalações especialmente construídas (mas) essas instalações não operaram de modo eficiente ou efetivo e, se a impressão causada por chamá-las de industrializadas é de que eram automatizadas ou impessoais, trata-se então de algo falso".[334]

Foi necessária uma impulsão *política e ideológica*, impulsionada e organizada desde o próprio centro do poder nazista (o próprio Hitler), com seus constantes ataques retóricos antissemitas, que tinham a função de pontapé inicial e de criação de uma mentalidade genocida, posta em prática através de níveis sucessivos e superpostos implicando milhares de pessoas, desde os primeiros escalões até os últimos executores e vigilantes dos campos de concentração ou de extermínio. Não houve simples automatismo burocrático, "inocente" ou simplesmente idiota. No final do processo de extermínio, três milhões de judeus foram assassinados em campos de extermínio, 700 mil em caminhonetes (por inalação de gás carbônico), 1,3 milhão foi fuzilado pelas SS, pela polícia, por milícias auxiliares ou por colaboradores locais das tropas alemãs.

O extermínio dos judeus era visto como uma política de guerra: "Para Hitler, Himmler, Heydrich e Goebbels em particular, a intensificação simultânea de medidas repressivas contra os vários movimentos de resistência na Europa ocupada, a escalada do assassinato metódico de judeus na URSS e a deportação de judeus do Reich estavam logicamente conectadas. Como presumiam que o comunismo e o judaísmo eram em grande parte idênticos, estavam convencidos também de que os judeus eram também os principais engenheiros dos movimentos de resistência antialemã nos territórios ocupados. Aé certo ponto, essa lógica se transformou em uma profecia que se realizava automaticamente. Com poucas outras opções

[333] Norman G. Finkelstein. *La Industria del Holocausto*. Madri, Akal, 2004.

[334] Richad J. Evans. *O Terceiro Reich em Guerra*. São Paulo, Planeta, 2012, p. 365.

de sobrevivência disponíveis, muitos judeus dos Estados bálticos e da Bielorrússia gravitaram para os partisans comunistas em atividade nas florestas dos territórios ocupados".[335]

Um milhão morreu de judeus de fome, doenças ou brutalidades em guetos e campos de concentração nos territórios ocupados. Chegou-se assim a um total de aproximados 5,5 milhões de judeus europeus massacrados, número que a abertura dos arquivos soviéticos fez crescer até seis milhões, cifra citada (com bastante conhecimento de causa) pelo criminoso nazista Adolf Eichmann em seu julgamento em Jerusalém em 1961. Sem desconsiderar os genocídios paralelos (de homossexuais, ciganos,[336] retardados mentais, deficientes físicos,[337] prisioneiros de etnia eslava e até, como vimos, Testemunhas de Jeová) nunca se matou tanto, tão cruelmente, tão concentradamente e em tão pouco tempo.

Vítimas	**Mortos**
Eslavos	12,5 milhões
Judeus	5,9 milhões
Prisioneiros de guerra soviéticos	2–3 milhões
Poloneses	1,8–2 milhões
Ciganos	220.000–1,5 milhão
Deficientes	200.000–250.000
Maçons	80.000–200.000
Eslovenos	20.000–25.000
Homossexuais	5.000–15.000
Testemunhas de Jeová	2.500–5.000

A "guerra contra os judeus", na expressão de Lucy Davidowicz,[338] a guerra contra uma população desarmada, sem Estado e sem nacionalidade reconhecida, foi um acontecimento

[335] Robert Gertwarth. *Op. Cit.*, pp. 259-260.

[336] O número de mortos foi de aproximadamente 130 mil dos quase um milhão de *Roms* e *Sinti* que viviam na Europa controlada pelos nazistas. As estimativas situam-se entre 90 mil e 220 mil. Um estudo calculou uma mortalidade de pelo menos 220 mil e, possivelmente, perto de 500 mil, explicitamente excluindo o Estado Independente da Croácia, onde o genocídio de ciganos foi intenso. Martin Gilbert estimou um total de mais de 220 mil mortos dos 700 mil ciganos na Europa; proporcionalmente à população cigana europeia, um percentual de mortos equivalente ao de vítimas judias.

[337] *Aktion T4* foi um programa criado em 1939 para manter a "pureza" genética da população alemã através do extermínio ou da esterilização de cidadãos alemães e austríacos classificados como deficientes físicos ou mentais. Entre 1939 e 1941, de 80 a 100 mil adultos, cinco mil crianças e mil judeus foram mortos em instituições médicas do Reich. As estimativas (muito imprecisas) situam esses assassinatos entre 20 mil e 400 mil. 300 mil pessoas do dois sexos foram esterilizadas à força. Estima-se também que mais de 200 mil pessoas com transtornos mentais de todos os tipos foram condenadas à morte. Junto com os deficientes físicos, pessoas que sofriam de nanismo também foram perseguidas. Muitas foram colocadas em exposição em gaiolas e sofreram experimentos médicos. Apesar de não serem formalmente obrigados a participar, psiquiatras e instituições psiquiátricas estiveram no centro do embasamento, planejamento e execução dessas atrocidades, e constituíram a ligação com a aniquilação dos judeus e de outras pessoas "indesejáveis" durante o Holocausto. Depois de fortes protestos por parte das igrejas católicas e protestantes alemãs, em 24 de agosto de 1941 Hitler ordenou o cancelamento do programa T4.

[338] Lucy Dawidowicz. *The War Against the Jews.* Holt, Rinehart & Winston, 1975.

sem par, qualitativamente diferenciado, e ao mesmo tempo social e politicamente integrado na história de seu tempo. Atenuar a responsabilidade nazista na *shoah*, devido à cumplicidade ativa ou passiva de outras forças, nacionalidades ou grupos sociais ou étnicos, ou mesmo responsabilizando atavismos imemoriais, significa ofender a inteligência e a consciência humana, sem ignorar que as primeiras ideias de enviar maciçamente os judeus europeus para algum lugar "de onde não pudessem sair" (especificamente, a ilha de Madagascar) proviram, não dos nazistas, mas dos governos diretistas-nacionalistas da Romênia (Antonescu) e da Polônia (governo cúmplice de pogroms judeus antes da guerra, que foi arrasado pelo nazismo em 1939, e resgatado pelos aliados ocidentais, que o alojaram em Londres e reconheceram como autêntico representante do país).

"O objetivo original de Hitler era expulsar, não exterminar; forçar todos os judeus a abandonar a Alemanha, não matá-los... O tratamento dado por Hitler aos judeus era parte integrante de sua concepção de luta mundial. Foi em virtude da guerra que a política alemã estava se voltando, gradativamente, na direção de uma 'solução mais ou menos final'... Em janeiro de 1942, a exterminação sistemática dos judeus de toda a Europa tornou-e a política oficial alemã".[339] O autor citadoacrescenta que essa política foi suspensa em novembro de 1944, mas que os judeus continuaram a morrer (a serem exterminados) em massa por outros motivos e causas (trabalho forçado e "maus tratos", além de fome e epidemias).

O teatro principal do massacre humano da Segunda Guerra Mundial, incluindo nele o Holocausto judeu, foram as chamadas "terras de sangue" (Polônia, países bálticos, Hungría, Bielorrússia, Romênia, Ucrânia, Rússia ocidental). O Holocausto judeu veiculou a passagem do antissemitismo (antijudaísmo) localizado, periódico e funcional ao poder político (como era o caso na Rússia czarista, mas também na França republicana), para a perspectiva do extermínio geral sem limites de tempo ou espaço. Poucos foram os que perceberam, na mesma hora, naquela época, essa horrível transformação.

Os Estados Unidos e o Vaticano tinham conhecimento do genocídio que estava sendo posto em prática, pelo menos desde 1942, fatos e conhecimentos diante dos quais se omitiram (em que pesem todas as explicações e desculpas posteriores): os EUA (assim como o Brasil) recusaram o ingresso de refugiados judeus europeus, em plena guerra mundial.[340] Um relatório norte-americano sobre os campos de concentração (de abril de 1945, quando só Berlim e outras localidades alemãs ainda resistiam aos aliados) concluía: "Parece que os judeus, os russos e os poloneses, *foram tratados com mais severidade* que as outras nacionalidades" (!). Fingida inocência (ou fingida idiotice). A possibilidade de atacar diretamente os centros de extermínio nazista (especialmente Auschwitz) por via aérea, a partir de bases situadas na Itália, existiu *e foi considerada*, sendo *rejeitada* pelo Departamento de Guerra dos EUA.

O extermínio judeu na Europa não foi inesperado, e menos ainda uma expressão "radical" do antigo e disseminado antissemitismo europeu (alemão inclusive): "O antissemitismo desenvolveu-se, de modos diferentes, em todas as nações ocidentais, mas só pode se tornar oficial com a tomada do poder pelos nazistas na Alemanha. Na primeira metade do século XX, o antissemitismo foi muito virulento na França, principalmente na direita e na extrema-direita... O antissemitismo moderno integra e reaviva o antijudaísmo popular oriundo do cristianismo. Ele alimenta um antissemitismo das classes superiores que querem continuar a monopolizar as altas funções; integra no complô judeo-maçônico o mito do complô maçônico engendrado pela Igreja e pela reação monárquica; é alimentado pelo antidemocratismo, o

[339] John Lukacs. *A Última Guerra Europeia.* Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980, pp. 471-475.

[340] Saul Friedländer. *Pio XII y el III Reich*. Barcelona, Península, 2007.

conservadorismo e o nacionalismo... Seria puro delírio reduzir os antijudaísmos remanescentes ao antissemitismo que levou a Auschwitz".[341]

O autor citado, ele próprio judeu, diz mais do que provavelmente pensa ao vincular o nacionalismo (imperialista) com o antissemitismo exterminador (diverso do antijudaísmo espamôdico dos pogroms do século XIX), embora não se refira a era histórica mundial em que se produziu essa vinculação. A dimensão inédita e diferenciada do Holocausto judeu fez Zygmunt Bauman afirmar: "(O Holocausto) foi o enésimo episódio da longa série de homicídios em massa tentados, e da série não muito menor daqueles de fato realizados. Mas apresenta também características que não condivide com nenhum dos casos precedentes de genocídio, (características que) têm um sabor claramente moderno. Sua presença sugere que a modernidade contribuiu para o Holocausto de modo mais direto que o da sua fraqueza e desorientação. Sugere que o papel da civilização moderna na deflagração e na execução do Holocausto foi ativo, não passivo. Sugere que o Holocausto foi, na mesma medida, produto e falência da civilização moderna".[342]

Uma coisa é afirmar que o Holocausto (diversamente dos genocídios ameríndio ou africano, nos séculos precedentes, que não se basearam em *políticas* [isto é, intenções] de extermínio completo das populações afetadas) foi executado com métodos industriais ("modernos"), daí sua espantosa e macabra eficiência. Como resumiu Donatella Di Cesare, "o extermínio (dos judeus) não teve precedentes porque nunca tinha acontecido que se assassinasse em uma linha de montagem. A industrialização da morte, que assumiu a precisão quase ritual da técnica, encontrou no uso do gás uma mudança qualitativa. A morte por gás em escala industrial introduziu o anonimato dos massacradores em face de vítimas sem nome, e consentiram a diluição da responsabilidade. Não é por acaso que a ética seja um dos grandes temas depois da *Shoah*".

Outra coisa, porém, é responsabilizar genericamente uma "modernidade" pelo crime que teve executores e cúmplices bem concretos e identificáveis, em graus diversos de responsabilidade, e também causas e mecanismos (econômicos, sociais, políticos, culturais e ideológicos) que, além de identificáveis, continuaram vivos e presentes, não só na Alemanha e na Europa. Pensar de outro modo é condenar-se à resignação, esperando de modo fatalista pela próxima "falência" e seu holocausto *ad hoc*.

Num diapasão semelhante ao de Bauman, mas muito mais rico de fatores históricos, para Michael Löwy: "Se o extermínio dos judeus pelo Terceiro Reich é comparável a outros atos bárbaros, nem por isso ele deixa de ser um evento singular. É necessário recusar as interpretações que eliminam as diferenças entre Auschwitz e os campos soviéticos, ou os massacres coloniais, os pogroms etc. O crime de guerra que tem mais afinidades com Auschwitz é Hiroshima: nos dois casos delega-se a tarefa a uma máquina de morte formidavelmente moderna, tecnológica e 'racional'. Mas as diferenças são fundamentais. Inicialmente, as autoridades americanas não tiveram jamais como objetivo – como aquelas do Terceiro Reich – realizar o genocídio de toda uma população: no caso das cidades japonesas, o massacre não era, como nos campos nazistas, um fim em si mesmo, mas um simples 'meio' para atingir objetivos políticos. O objetivo da bomba atômica não era o extermínio da população japonesa como fim autônomo. Tratava-se sobretudo de acelerar o fim da guerra e demonstrar a supremacia militar americana face à União Soviética".[343]

---

[341] Edgar Morin. *Op. Cit.*, pp. 72-76.

[342] Zygmunt Bauman. *Modernità e Olocausto*. Bolonha, Il Mulino, 1992, p. 131

[343] Michael Löwy. *Barbárie e Modernidade no Século XX*. http://www.ecodebate.com.br/2010/05/20/, onde o autor acrescenta: "Para obter esses objetivos políticos, a ciência e a tecnologia mais avançadas foram utilizadas e centenas de milhares de civis inocentes, homens, mulheres e crianças foram massacrados – sem falar da contaminação pela irradiação nuclear das gerações futuras.Uma outra

E também pendurar a ameaça da destruição atômica sobre o conjunto da humanidade, caberia acrescentar. As diferenças apontadas por Löwy são relevantes. Contudo, elas não esclarecem o Holocausto tal como esclarecem a política e a decisão norte-americana de usar a arma atômica contra o Japão. O Holocausto era (ou não), finalmente, necessário ao nazismo, isto é, ao imperialismo alemão em condições de guerra mundial? Sob quais circunstâncias? Evacuar as condições históricas, convidadas apenas sob o nome genérico de "modernidade", equivale a chegar à mesma conclusão de Joachim Fest sobre o nazismo como "o mal em estado puro, o oposto da civilização... o mal que está presente na natureza humana e a impregna". Vejamos uma estimativa arredondada e realista do extermínio judeu na Europa durante a Segunda Guerra Mundial.

O EXTERMÍNIO DOS JUDEUS DA EUROPA

País	**População judia antes da guerra**	**População judia exterminada**	**Percentual exterminado**
Polônia	**3,300,000**	**3,000,000**	**91**
Países Bálticos	**253,000**	**228,000**	**90**
Alemanha & Austria	**240,000**	**210,000**	**88**
Boêmia & Morávia	**90,000**	**80,000**	**89**
Eslováquia	**90,000**	**75,000**	**83**
Grécia	**70,000**	**54,000**	**77**
Holanda	**140,000**	**105,000**	**75**
Hungría	**650,000**	**450,000**	**70**
Belorússia	**375,000**	**245,000**	**65**
Ucrânia	**1,500,000**	**900,000**	**60**
Bélgica	**65,000**	**40,000**	**60**
Iugoslávia	**43,000**	**26,000**	**60**
Romênia	**600,000**	**300,000**	**50**
Noruega	**1,800**	**900**	**50**
França	**350,000**	**90,000**	**26**
Bulgária	**64,000**	**14,000**	**22**
Itália	**40,000**	**8,000**	**20**
Luxemburgo	**5,000**	**1,000**	**20**
Rássia	**975,000**	**107,000**	**11**
Dinamarca	**8,000**	**120**	**2**
Finlândia	**2,000**	**?**	**?**
Total	**8,861,800**	**5,933,900**	**67**

---

diferença com Auschwitz é, sem dúvida, o número bem inferior de vítimas. Mas a comparação das duas formas de barbárie burocrático-militar é muito pertinente. Os próprios dirigentes americanos estavam conscientes do paralelo com os crimes nazistas: em uma conversa com Truman no dia 6 de junho de 1945, o secretário de Estado, Stimson, relatava seus sentimentos: 'Eu disse a ele que estava inquieto com esse aspecto da guerra... porque eu não queria que os americanos ganhassem a reputação de ultrapassar Hitler em atrocidade'. Em muitos aspectos, Hiroshima representa um nível superior de modernidade, tanto pela novidade científica e tecnológica representada pela arma atômica, quanto pelo caráter ainda mais distante, impessoal, puramente técnico do ato exterminador: pressionar um botão, abrir a escotilha que liberta a carga nuclear. No contexto próprio e asséptico da morte atômica entregue pela via aérea, deixou-se para trás certas formas manifestamente arcaicas do Terceiro Reich, como as explosões de crueldade, o sadismo e a fúria assassina dos oficiais da SS. Essa modernidade se encontra na cúpula norte-americana que toma – após ter cuidadosa e 'racionalmente' pesado os prós e os contras – a decisão de exterminar a população de Hiroshima e Nagasaki: um organograma burocrático complexo composto por cientistas, generais, técnicos, funcionários e políticos tão cinzentos quanto Harry Truman, em contraste com os acessos de ódio irracional de Adolf Hitler e seus fanáticos".

Os Estados Unidos e o Vaticano tinham conhecimento do genocídio que estava sendo posto em prática, pelo menos desde 1942, fatos e conhecimentos diante dos quais se omitiram: os EUA (assim como o Brasil e outros países) recusaram o ingresso de refugiados judeus europeus, em plena guerra mundial.[344] No Brasil, o governo ditatorial de Getúlio Vargas rejeitou um apelo que lhe foi feito por Albert Einstein, através de uma carta pessoal dirigida pelo célebre cientista ao presidente. "Nem o governo dos Estados Unidos, nem o da Grã-Bretanha, nem Stalin evidenciaram maior interesse pelo destino dos judeus. Mantiveram-se informados através de organizações judaicas e através de seus próprios canais. Desde o princípio, a imprensa soviética divulgou muitas informações gerais sobre atrocidades nazistas nas áreas ocupadas, mas só raramente revelou que os judeus estavam marcados para extermínio...

"Não reconheceu nem mesmo que, se a imprensa soviética tivesse feito advertências específicas em 1941 (e ela estava informada sobre os acontecimentos no território ocupado), vidas poderiam ter sido salvas... As primeiras (esporádicas) notícias soviéticas sobre os massacres de judeus eram por vezes rejeitadas como "propaganda comunista" no Ocidente. Em Londres e Washington os fatos sobre a "solução final" foram conhecidos desde logo, em especial pelos chefes de serviços secretos e secretários do Exterior e da Defesa". Durante a guerra mundial, a quantidade de judeus europeu aos quais foi permitido ingressar em outros países foi muito baixa em relação ao massacre que estava sendo realizado. No total, menos de 470 mil pessoas, como se vê a seguir.

Estados Unidos	**102.200**
Argentina	**63.500**
Grã-Bretanha	**52.000**
Palestina	**33.400**
França	**30.000**
Holanda	**30.000**
África do Sul	**26.100**
Polônia	**25.000**
China	**20.000**
Belgica	**12.000**
Portugal	**10.000**
Austrália	**8.600**
Brasil	**8.000**
Bolivia	**7.000**
Iugoslavia	**7.000**
Suíça	**7.000**
Canada	**6.000**
Itália	**5.000**
Tchecoslovaquia	**5.000**
Suécia	**3.200**
Cuba	**3.000**
Espanha	**3.000**
Hungria	**3.000**
México	**3.000**
Uruguai	**2.200**
Dinamarca	**2.000**
Noruega	**2.000**
Filipinas	**700**
Venezuela	**600**
Republica Dominicana	**472**
Japão	**400**

O autor acima citado (Walter Laqueur) completou: "Esses fatos não foram considerados de grande interesse ou importância, e as autoridades não acreditaram neles, ou pelo menos os

[344] Saul Friedlander. *Pio XII y el III Reich*. Barcelona, Península, 2007.

consideraram exagerados. Não houve tentativas deliberadas de deter o fluxo das informações sobre as matanças (exceto, durante algum tempo, por parte de funcionários do Departamento de Estado), mas, sobretudo, falta de interesse e descrença. Essa descrença pode ser explicada pela falta de conhecimento anglo-americano dos assuntos europeus em geral e do nazismo em particular. Embora se admitisse em geral que os nazistas se comportavam de maneira menos cavalheiresca do que os exércitos alemães em 1914-1918, a ideia do genocídio, porém, parecia muito exagerada. A natureza maligna do nazismo escapava à sua compreensão".[345] E também, principalmente, aos seus interesses, caberia acrescentar.

No entanto, o programa de eutanásia social dos nazistas, considerado por alguns historiadores como precursor do Holocausto, era conhecido pelo governo norte-americano. Em 1942, o grupo oposicionista alemão *Rosa Branca* espalhou panfletos, afirmando que "desde a conquista da Polonia, trezentos mil judeus foram assassinados de forma bestial nesse pais". Se um grupo que agia na clandestinidade sob as barbas do nazismo podia saber, como não saberiam as potências dotadas de sofisticados e ultradesenvolvidos sistemas de espionagem? Deve-se notar que a IV Internacional, com seus modestos meios e recursos, empreendeu durante da guerra mundial uma campanha internacional em defesa dos judeus alemães e europeu-orientais e, ao fim da guerra, outra campanha internacional pela abertura das fronteiras aos judeus que fugiam da Europa, em particular nos Estados Unidos e na Austrália, com atos e manifestações públicas.

Dentre as interpretações mais recentes, para Saul Friedländer o Holocausto foi produto de um "antissemitismo de redenção" específico do nazismo, uma combinação de esperanças messiânicas e de tradicionais convicções antissemitas, ambas de origem cristã, inseridas em um forte antijudaísmo acrescentado de uma pseudociência racial contemporânea apimentada de "darwinismo social", que não foi, por outro lado, uma exclusividade do nazismo. Contrapondo-se a Goldhagen, e tentando generalizar o Holocausto como "modelo histórico" de genocídio mais do que como uma "singularidade", Yehuda Bauer teorizou que "quando uma elite intelectual, ou que se considera como tal, com um programa voltado explicitamente ou não para o genocídio, conquista o poder em uma sociedade em crise por motivos econômicos, sociais e políticos, que nada têm a ver com esse programa, nesse caso, se essa elite consegue arregimentar a camada intelectual [Bauer se refere aos funcionários públicos ou privados com tarefas intelectuais de todo tipo] o genocídio torna-se possível".[346]

Para completar o panorama, cabe também apontar a atuação do sionismo antes e durante o Holocausto. O único órgão que unia as várias organizações judias sionistas (variadas e politicamente divergentes entre si) era o Congresso Sionista Mundial, associação de comunidades e organizações fundada "para assegurar a sobrevivência e estimular a unidade do povo judeu". Fora criado em 1936, numa reunião em Genebra, a que compareceram delegados de 32 países. Seu presidente era o rabino Stephen Wise, dirigente dos judeus norte-americanos; Nahum Goldmann era presidente de seu conselho executivo. Wise comparecera à Conferência de Paz de Versalhes (em 1919) e ali falara em favor dos direitos dos judeus (e dos armênios). Em 1931, Wise provocou a derrubada de Chaim Weizsmann como líder do movimento sionista mundial, por ser demasiado tolerante com os árabes. Em inícios de 1933,

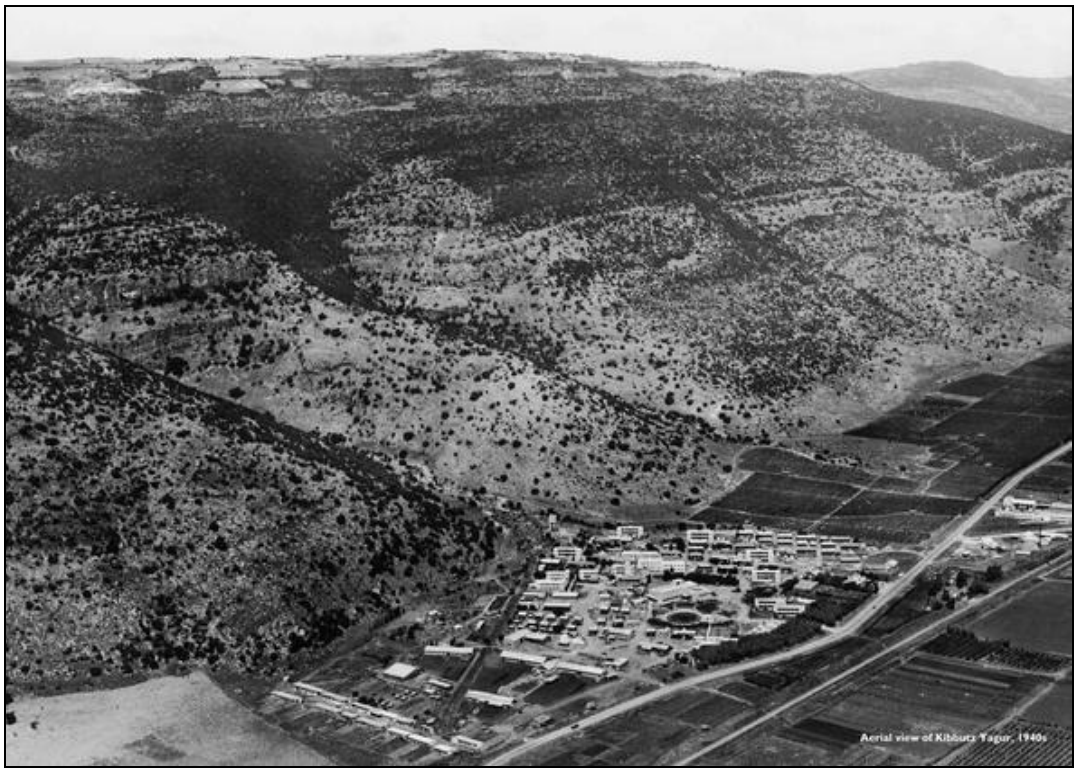
---

[345] Walter Laqueur. *O Terrível Segredo*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981. "É verdade que se ignorava a existência dos campos de extermínio até que elementos da resistência judaica, bem como o Exército Vermelho, começaram a combater na Polônia ocupada. Mas mesmo então, quando ainda centenas de milhares de prisioneiros judeus estavam vivos, as potências aliadas, os EUA e a Inglaterra principalmente, recusaram-se a empregar seus bombardeiros de longo alcance para destruir as ferrovias que conduziam os judeus aos campos de extermínio. Por outro lado, a colaboração entre os guerrilheiros judeus na Polônia e as demais entidades da resistência polonesa nem sempre foi fácil" (Rifka Berezin. *Caminhos do Povo Judeu*. São Paulo, Vaad Hachimuch, 1977).

[346] Yehuda Bauer. *Ripensare l'Olocausto.* Ed. Cit., p. 139.

o mesmo Wise assegurou aos líderes judeus alemães ser impossível que a Grã-Bretanha e a França permitissem a tomada do poder por Hitler...

Entregar o destino dos judeus europeus aos cuidados das potências revelar-se-ia, finalmente, suicida. Poucas vezes é levada em conta, por outro lado, a responsabilidade do Kremlin (uma "república judia", o Birobidjan, tinha sido criada, como vimos sem nenhum sucesso, na URSS) no caminho para a catástrofe do povo judeu: "Na URSS, a repressão atingiu a comunidade judaica, dizimada como todas as outras minorias nacionais. No entanto, a Revolução de Outubro modificara profundamente a vida dos judeus. Na propaganda antissionista, nós, comunistas de origem judia, insistíamos no respeito dos direitos nacionais e culturais da nossa comunidade na União Sovietica (mas) a partir de 1935 se abateu sobre os judeus uma repressão em massa. Das regiões de forte densidade de judeus, ela cedo ganhou todo o país".[347]



Kibbutz *Yagur*, na Palestina, 1940, na véspera do início da "Solução Final" na Europa nazista

O Congresso Sionista Mundial reuniu-se, em Genebra, em agosto de 1939, sob o impacto do recente Pacto Hitler-Stalin (e pouco antes da explosão do conflito mundial): na sua saudação final, Chaim Weizsmann declarou: "A minha prece é a seguinte: que voltemos a nos encontrar, vivos".[348] Havia consciência clara, portanto, da catástrofe que se avizinhava. No entanto, a imprensa do *Poalei Zion* na Palestina noticiava com satisfação, em 1942, que os centros de treinamento agrícola na Polônia e em outros países, nos quais os *halutzim* (pioneiros judeus) se estavam preparando para a vida nos aldeamentos coletivos palestinos, continuavam funcionando. O genocídio judeu estava já em pleno andamento, com seu centro exatamente na Polônia.[349]

---

[347] Leopold Trepper. *Op. Cit*., p. 64.

[348] Bernard Wasserstein. *Na Iminência do Extermínio.* A história dos judeus da Europa antes da Segunda Guerra Mundial. São Paulo, Cultrix, 2014, p. 240.

[349] A informação consta no livro de Walter Laqueur, *O Terrivel Segredo*. Em 1942, a *política* de extermínio total dos judeus não era ainda publicamente conhecida, mas os massacres de judeus cometidos nos países ocupados pelo exército alemão eram de domínio público. Nem a necessidade de

Outros jornais judeus da Palestina região registravam com satisfação que 24 livrarias judias ainda estavam abertas no gueto de Varsóvia, e outras três em Cracóvia. *Ha'alam*, o órgão do movimento sionista mundial, não publicou nenhuma notícia sobre os massacres de judeus durante a primeira metade de 1942; divulgou, porém, um artigo de Apollinari Hartglass, líder judeu polonês que fugira de Varsóvia depois da invasão nazista que, com uma lógica tortuosa, procurava provar que, embora o mundo tivesse a princípio ignorado a catástrofe judaica, havia descoberto agora o seu valor de propaganda e estava "na realidade exagerando-a duas vezes e mais".

O destacado historiador Yehuda Bauer destacou a "impotência e desespero" dos judeus, para quem "a crença predominante era de que nada mais podia ser feito; que o judaísmo da Europa estava perdido e que não havia nenhuma possibilidade de ajudá-lo em vista da exiguidade de forcas e de influência dos judeus, assim como pela amplitude da frente de luta que se interpunha entre a população judia da Palestina, de somente meio milhão de almas, e os remanescentes judeus na Europa".[350] Isto é perfeitamente possível e até provável, mas, considerado como fator único e exclusivo, tende a isentar de responsabilidade a política sionista.

Jornais sionistas de diversos países noticiavam que Amsterdã seria o ponto de embarque para os judeus europeus, para um destino desconhecido no além-mar. Veiculou-se inclusive a versão segundo a qual os judeus seriam simplesmente deportados, enquanto os poloneses seriam todos mortos pelos nazistas. Algumas notícias sobre os massacres em massa eram publicadas, mas não mereciam, em geral, crédito; aceitava-se que desgraças houvessem de fato ocorrido, mas também se acreditava que o número de vítimas havia sido exagerado de modo gritante. O *Hatzoffe* e o *Davar* diziam que era preciso receber com muita cautela todas as histórias de atrocidades supostamente contadas por "soldados que voltavam do front"...

A omissão do Vaticano em relação ao Holocausto judeu foi perfeitamente coerente com sua posição política geral, no autel da qual foi sacrificada qualquer consideração humanitária. Em outubro de 1941 (em plena ofensiva alemã contra a URSS) o representante alemão na Santa Sede informava que "o Papa tem sentimentos amistosos para o Reich. Depois de uma derrota decisiva da União Soviética, talvez chegasse o momento de uma possibilidade de paz. O Papa lamenta que, no preciso momento em que o *Führer* e o Terceiro Reich levam a cabo grandes façanhas, circulem na Alemanha opiniões pouco fundamentadas a respeito de sua atitude": "Talvez o Papa pensasse que ao intervir (em favor dos judeus) prejudicaria tremendamente seu grande projeto político: a inversão das alianças bélicas que levaria a criar uma frente de potências anglo-saxãs, unidas com a Alemanha (se possível, sem Hitler), contra a União Soviética".[351]

A razão da hostilidade (ou melhor, distanciamento) de Pio XII em relação a Hitler e ao nazismo devia-se ao totalitarismo pagão praticado pelo Estado nazista, que levou o *Führer* a prender, torturar e assassinar numerosos membros do clero católico alemão, e a arrebanhar, pela força, os católicos alemães para o culto do "Reich de mil anos" e seu supremo sacerdote. Enquanto a derrota mundial do Eixo não foi visível, porém, o Vaticano manteve seu "grande projeto estratégico", ou seja, destruir a URSS fosse como fosse, na sua agenda política.

---

manter o otimismo diante do futuro, nem o *wishful thinking*, nem sequer a fuga diante do horror da realidade, justificam que não se chamasse o mundo civlizado a lutar mundialmente contra a selvageria antissemita do nazismo, e que se tentasse tranquilizar os judeus insistindo na colonização da Palestina (expulsando a população autóctone): o objetivo do sionismo se tornava mais importante do que a vida daqueles que o próprio movimento sionista dizia representar e proteger.

[350] Yehuda Bauer. *History of the Hoolocaust.* Ed. Cit.

[351] Saul Friedländer. *Pio XII y el III Reich*. Barcelona, Península, 2007, pp. 94 e 12, respectivamente.

No mesmo momento, o genocídio perpetrado pelo nazismo dizimava as populações judaicas da Europa, fazendo com que centenas de milhares de sobreviventes tentassem fugir sem sucesso. O genocídio judeu se realizou em meio a indiferença e ao silêncio de todos os países beligerantes. Nos EUA, "J. Edgar Hoover [diretor do FBI] advertiu [o presidente] Roosevelt que os nazistas e os soviéticos haviam infiltrado agentes secretos entre os fugitivos judeus...[Ele] era contrário à liberação de cotas de imigração para os judeus europeus, muitos dos quais, segundo ele, eram comunistas".[352] Roosevelt seguiu as indicações do chefe da segurança interna de seu país.

Paradoxalmente, um dos acordos que precederam o genocídio (o acordo Hitler-Stalin, que concretizou a partilha da Polônia entre a Alemanha nazista e a URSS) teve o efeito inesperado de poupar uma parte da população judaica da Polônia oriental do massacre nazista, não porque Stálin os protegesse da invasão hitleriana,[353] mas porque enviou milhões de poloneses (incluídos muitos judeus) para campos de trabalhos forçados na Sibéria ocidental.

Segundo as memórias do jornalista polonês (ele próprio judeu) K. S. Karol: "Nos últimos meses de 1941, depois da visita a Moscou do general Sikorski [chefe do governo polonês no exílio, NDA] concluída com um acordo entre seu governo, com sede em Londres, e o de Stalin, os *pereselentzi* e os demais deportados poloneses começaram a sair da floresta. Isto requeriu tempo, pois o próprio Estado Soviético tinha aparentemente dificuldades para recuperá-los nos perdidos lugares onde os tinha confinado «para sempre». Esta diáspora polonesa procedente das províncias orientais foi suficientemente numerosa para permitir ao general (polonês) Anders recrutar nela um exército - que combateu em Tobruk e Montecasino -, constituir depois um comitê de patriotas, de obediência comunista, e formar duas divisões que combateram ao lado do Exército Vermelho de Leningrado até Berlim…

"Porque se enviou de chofre e com tantos gastos um número tal de pessoas, de todas as idades e profissões, para essa mistura de caldeirão e congelador que é a Sibéria? Porque essas pessoas, precisamente? E para que? Não teria sido possível utilizar suas competências de modo mais racional, fazendo-as trabalhar longe das regiões fronteiriças, num ambiente mais familiar do que aquele do país das «fabulosas riquezas»? Seria também interessante determinar quantos destos deportados - e de seus filhos - se converteram posteriormente em dirigentes da Polônia popular e quantos também, depois de transitarem em 1945-1946, *foram com Ben Gurion, lhe proporcionando o esqueleto de sua administração* (de Israel)".[354] A política do Kremlin pode ter tido o efeito impensado de poupar a vida de parte da futura base *askenazi* do primeiro regime político de Israel.

A completa derrota do nazismo era o único meio para impedir ou acabar com o Holocausto. No final da Segunda Guerra Mundial, os seis milhões de judeus exterminados pelo nazismo equivaliam a aproximadamente 65% da população judia da Europa, que era de 9,4 milhões antes da guerra (não se contam nesse percentual os judeus obrigados a fugir de seus países, em direção da Palestina ou de outros destinos) e a 40% do total da população judia mundial,

---

[352] Curt Gentry. *J. Edgar Hoover*. Milão, Oscar Mondadori, 2014, p. 191.

[353] Isso só foi realizado pelo lugartenente de Stalin, Lazar Kaganovitch, de origem judia, durante a invasão da URSS pelo exército nazista, em junho de 1941. Kaganovitch se preocupou para que pelo menos parte da população judia da fronteira ocidental da URSS fosse deslocada ao leste para evitar seu massacre pelos nazistas. O sucesso da operação foi relativo, pois 1.300.000 judeus foram exterminados pelos nazistas na Rússia, Ucrânia e Bielorrússia.

[354] K. S. Karol. *La Nieve Roja*. Madri, Alianza, 1984, pp. 56-57. Yehuda Bauer confirma que, depois da entrega pelos nazistas da cidade polonesa de Brest à URSS, durante a vigência do Pacto Hitler-Stalin, "em dezembro de 1939 os líderes sionistas e do Bund foram detidos e enviados para Sibéria; os judeus mais ricos os seguiram depois. Uma onda de refigiados judeus da PolÕnia ocupada pelos nazistas se precipitou sobre Brest; os que recusavam a cidadania soviética foram deportados para o leste, coisa que, paradoxalmente, impediu que fossem assassinados pelos alemães".

equivalente a 16,7 milhões de pessoas, à época. Um pedaço, dos mais significativos, da cultura e da historia europeia, desaparecia para sempre.

A medida que o tempo passou acirrou-se o debate sobre o Holocausto. Como vimos, de um modo geral, as correntes de interpretação dominantes emanciparam o Holocausto dos objetivos sociais e políticos do nazismo, da burguesia alemã, e da luta de classes em geral, sublinhando seu caráter excepcional e único (outros genocídios não poderiam se comparar a ele). Outra corrente, minoritária, tratou de situá-lo dentro da luta mortal de forças sociais e políticas, no quadro da crise europeia da primeira metade do século XX (e como um aspecto central dela, enquanto crise histórica do capitalismo), que conduziu à Segunda Guerra Mundial.

Crematório de Auschwitz-Birkenau

A insistência no caráter excepcional e único do Holocausto, uma tese histórica que possui alicerçes muito fortes, desaguou, em interpretações forçadas e interessadas, na justificativa da existência do Estado de Israel contra qualquer direito nacional de qualquer outro povo, devido, justamente, às condições excepcionais que presidiram o nascimento e existência do Estado judeu. O movimento sionista e o projeto do Estado judeu confissional na Palestina, no entanto, embora baseados no renascimento ou no recrudescimento do antissemitismo europeu no último qurtel do século XX, precederam em muito o Holocausto.

Isaac Deutscher descreveu a reação dos europeus diante do Holocausto como sendo de "silêncio e apatia": "E indubitável que o massacre de seis milhões de judeus europeus não deixou grandes marcas nas nações europeias. Nem, na verdade, chocou suas consciências. Isso as deixou quase frias. Justificava-se a crenca otimista do sentimento de humanidade, crença esta tão decantada pelos grandes revolucionários judeus? Devemos, ainda, compartilhar de sua fé no futuro da civilização?". Deutscher insistiu nesse ponto: houve "indiferença" dos europeus diante do extermínio e da tragédia dos judeus, afirmando ser a fundação do Estado de Israel "a consumação dessa tragédia": "Isso forcou os judeus a ver a criação do seu Estado como a solução... A decadência da burguesia europeia forcou os judeus a optar pela Nação-Estado [próprio]. E, paradoxalmente, isso foi a consumação da tragédia judaica".[355] E também o início da tragédia de outro povo, como veremos a seguir.

[355] Isaac Deutscher. *Op. Cit*.

FIM DA GUERRA MUNDIAL E MUDANÇAS GEOPOLÍTICAS

Durante a Segunda Guerra Mundial a burguesia árabe no Oriente Médio e a burguesia sionista na Palestina se enriqueceram com o abastecimento dos países em guerra. Mas a prosperidade estava condicionada à situação específica surgida durante a guerra e, ao final desta, as posições econômicas conquistadas pela burguesia local foram ameaçadas pelo fechamento de fábricas e a renovação das importações. Também cresceu durante a guerra a polarização social e o nível de exploração dos trabalhadores nas indústrias e nos campos. Ao final da guerra já não era apenas a exploração pelos industriais locais que pesava sobre os trabalhadores, mas o próprio desemprego. Enormes contingentes de trabalhadores perderam os seus empregos com o fim do papel das empresas no Oriente Médio como fornecedoras de todo tipo de bens para os exércitos da Europa, tornando a situação social explosiva em todo o Oriente Médio.

Emir Majid Arslan, líder druso, com a nova bandeira libanesa em 1943

Portanto, se surgisse algum antagonismo entre as potências europeias e a burguesia industrial local, devido à necessidade desta de defender as posições conquistadas durante a guerra, ainda maior era o fosso aberto entre a burguesia industrial e os trabalhadores, sem falar do medo de sua revolta, levando a que os interesses da burguesia local se mantivessem ligados aos do próprio imperialismo, que poderia ou não ser o britânico (o Império Britânico, nesse momento, já perdia parte de sua influência local para os Estados Unidos). A a maior parte da classe dominante árabe (proprietários feudais, burguesia compradora, comerciantes e usurários) se identificava com o domínio externo. E, se a burguesia industrial árabe podia chegar a se apoiar parcialmente na revolta das massas para conquistar algumas concessões dos poderes estrangeiros, não se opunha estrategicamente a eles.

Em 1942, em plena guerra mundial, David Ben-Gurion delineou o plano de instalação do "Estado Judeu" no Oriente Médio,[356] prevendo o deslocamento de dois milhões de judeus

[356] David Ben-Gurion (1886-1973) foi o primeiro primeiro-ministro de Israel. Líder do sionismo socialista e um dos fundadores do Partido Trabalhista israelense, que governou Israel nas primeiras três décadas da sua existência, nasceu David Grün na Polônia, que era parte do Império Russo. Chocado pelos *pogroms* em seu país natal, foi viver na Palestina em 1906. Trabalhou inicialmente como jornalista e adotou o nome hebraico Ben-Gurion quando iniciou sua carreira política. Em 1915 foi expulso da Palestina devido às suas atividades políticas. Passando a viver em Nova York em 1915, regressou à Palestina após a Primeira Guerra Mundial, quando o país foi conquistado pelos britânicos. Foi um dos líderes políticos do movimento do sionismo trabalhista, que havia se tornado a tendência dominante dentro da Organização Sionista Mundial. Em 1938, num encontro em Grã-Bretanha, Ben-Gurion afirmou: "Se eu soubesse que seria possível salvar todas as crianças da Alemanha ao trazê-las para a Inglaterra, ou apenas metade ao transportá-las para a Terra de Israel, então eu optaria pela segunda

europeus para a Palestina; mas, no mesmo ano, a cúpula nazista abandonava seu plano de desterro em massa dos judeus da Europa, substituindo-o pelo plano de extermínio, o Holocausto. A cúpula sionista, no entanto, cegada pelos seus próprios projetos, planejava para o mundo de pós-guerra. Depois da invasão da União Soviética pela Alemanha nazista (em junho de 1941), as informações recebidas de todas as fontes já não diziam respeito ao fechamento de negócios judeus e "violação de direitos", nem mesmo à fome e às doenças, mas sim ao assassinato em massa de judeus. "Uma pátria para quem?", perguntou em fevereiro de 1943 Chaim Greenberg, o reputado escritor judeu, referindo-se a Israel, "para os milhões de mortos em seus cemitérios da Europa?".

Durante a guerra da URSS contra a Alemanha nazista, em meados de 1944, o Partido Comunista da Palestina pediu o seu ingresso na *Histadrut*, a central sindical confessional judia. Um ano depois, em um congresso em setembro de 1945, o partido declarou "o PCP apoia o estabelecimento de um lar nacional judeu em *Eretz Israel*". O partido declarava o seu apoio a um Estado binacional. Um pequeno grupo de intelectuais liberais chamado "Liga da Paz" defendia a criação de um Estado binacional, no qual os judeus teriam uma representação igual à dos árabes – apesar de sua inferioridade numérica - em nome da "igualdade". Seu líder era Yehuda Magnes, e entre os seus membros estava o conhecido filósofo Martin Buber. Até o momento da decisão da ONU apoiando a partição do país, tanto o *Hashomer Hatzair* como o Partido Comunista da Palestina apoiaram esse programa, que era o programa sionista "liberal" ou "de esquerda".

As negociações dos líderes sionistas com os nazistas, que tiveram lugar desde antes da Os EUA, do seu lado, aproveitaram o abalo produzido pela guerra para avançar suas posições no Oriente Médio. Durante a guerra, a partir de 1942, os EUA tomaram parte importante no organismo de coordenação do desenvolvimento econômico do Oriente Médio estabelecido pela Grã Bretanha. Foi o ponto de partida da intervenção norte-americana direta na região. Na Ásia Menor e Central, por outro lado, no início da guerra, Alemanha era influente na Turquia, e em maior medida ainda na Pérsia: Turquia, Pérsia e o Afeganistão construíram uma frente única contra a URSS mediante o pacto de Sadabad, em 1937. O governo persa tinha reafirmado formalmente sua neutralidade depois do ataque das tropas alemãs à União Soviética, em junho de 1941. Stalin, do seu lado, temia a criação de uma segunda frente de guerra no sul da URSS.

Com o avanço das tropas nazistas, a URSS evacuou toda uma população da Polônia ocupada pelo Exército Vermelho (entre ela cerca de um milhão de judeus), transportando-a à força em vagões de carga até os Urais e a Sibéria. O motivo desse deslocamento forçado teria sido a desconfiança de Stalin de que os poloneses, inclusive os judeus entre eles, apoiariam a invasão nazista contra a União Soviética. Stalin salvou esses judeus de morrer dos campos de concentração e extermínio nazistas. Mas, por outro lado, os confinou e deixou morrer de fome

---

alternativa. Pois temos que tomar em consideração não apenas as vidas das crianças, mas também a história do povo de Israel". Ben-Gurion encorajou os judeus a se engajarem no exército britânico, e encorajou a imigração ilegal de refugiados judeus europeus para a Palestina, no período em que os britânicos tentavam bloquear a imigração judaica. Foi o arquiteto da *Yishuv* e da *Haganah*, forças paramilitares do movimento trabalhista sionista, que facilitavam a imigração clandestina; defendia os *kibbutzs* e outros aglomerados contra a resistência dos árabes; a *Haganah* foi a espinha dorsal das futuras Forças Armadas de Israel. Os britânicos negociavam frequentemente com a *Haganah* para atacar grupos mais violentos, envolvidos na resistência contra os britânicos. Ben-Gurion era oponente do movimento do "sionismo revisionista" liderado por Zeev Jabotinsky e seu sucessor Menachem Begin. Durante as primeiras semanas da existência de Israel, desmantelou os grupos armados irregulares e os substitiu por um exército oficial. Foi primeiro-ministro de Israel entre 1948 e 1952, sendo sucedido por Moshe Sharett. De regresso ao governo (foi novamente primeiro ministro entre 1955 e 1962) Ben Gurion colaborou com britânicos e franceses na "guerra do Sinai" (pelo controle do Canal de Suez) em 1956.

e de frio nas regiões semi-desérticas da Sibéria, em particular, o Birobidjan. O número de mortos, segundo os sobreviventes, chegou a 600 mil ou mais: "O certo é que em 1946, quando os poloneses 'refugiados na URSS' foram autorizados a voltar para casa, não se contava mais de 150.000 judeus. Centenas de milhares pereceram de frio e de fome no guetto do Birobidjan, na Sibéria oriental – de fato, um campo de concentração."[357]

A temida influência alemã no Irã foi o pretexto para a ocupação e o reparto da antiga "Pérsia" em zonas de ocupação, levado adiante conjuntamente pela URSS e a Inglaterra. A ocupação estava limitada a uma duração de seis meses, a serem contados depois do fim da guerra, segundo estabelecido no tratado com o Irã de janeiro de 1942. Em 1944, depois de um período de negociações das firmas petrolíferas britânicas e americanas, a URSS manifestou igualmente interesse pelas concessões petrolíferas persas. As negociações com a URSS fracassaram em outubro de 1944 pela resistência apresentada pelo governo iraniano. E, entre maio e agosto de 1945, o Eixo foi definitivamente derrotado em escala mundial, com as capitulações da Alemanha, primeiro, e finalmente do Japão.

Meio ano depois do fim da guerra, a URSS continuou ocupando o Azerbaijão. Sob a proteção de suas tropas, a URSS tinha preparado a anexação dos territórios do norte da Pérsia, com ajuda do partido comunista *Tudeh*. Este partido tinha sido criado em 1942, por 53 quadros enviados de Moscou, e não dava continuidade ao antigo PC iraniano, destruído pela repressão nos anos precedentes. Em 1944, o *Tudeh* realizava atos em defesa de concessões petroleiras para a URSS no norte do país, admitindo que as do sul ficassem em mãos britânicas e americanas: era a chamada (pelo *Tudeh*) "política do equilíbrio positivo", consistente no saque conjunto (e partilhado) do país pela Grã-Bretanha, os EUA e a URSS...

Em dezembro de 1945 foi proclamada a denominada República Autônoma do Azerbaijão, com o premiê "J. J. Pishevari" (seu nome verdadeiro era Djafar Djavadov), que já tinha se destacado na República Socialista de Ghilan. Mas não houve uma cessão declarada à URSS. Quase ao mesmo tempo se constituiu também uma república popular curda no oeste de Azerbaijão (Mahabad). Muitos curdos iraquianos tomarom parte em esta experência, incluído Mustafá Barzani, irmão do líder da revolta nacionalista curda no Iraque na década de 1930, que, no Iraque, veio a fundar o PDK iraquiano.

A 4 de abril de 1946, a URSS concluiu com o governo de Teerã um tratado - não ratificado - de cinquenta anos, sobre a exploração conjunta dos campos petrolíferos do norte do Irã. Depois do tratado, as tropas do exército russo foram retiradas do norte de Pérsia em maio de 1946. Para contrabalançar a ação da União Soviética, o governo de Teerã aceitou, em agosto de 1946, três ministros do Partido Comunista *Tudeh*, *e* negociou com o governo Pishevari. A monarquia tentava uma política de colaboração de classes, tornada necessária diante da explosão, no final da guerra, do movimento das minorias nacionais (especialmente curdos e azéris) no Irã,[358] assim como da greve geral dos trabalhadores do petróleo, que foi levada ao impasse pelos sindicatos dirigidos pelo *Tudeh*, partido já presente no governo do primeiro-ministro Gavan.

---

[357] Pierre Teruel-Mania. *Op. Cit.*, p. 112.

[358] Afora as divisões religiosas, o Irã é um mosaico de grupos étnicos. O maior grupo étnico-linguístico é composto pelos persas, que representam 51% da população. A seguir aos persas destacam-se os azéri (24% da população), povo de origem turca que reside perto do Azerbaijão, e também em Teerã. Os gilaki e mazandarani formam 8% da população e habitam, respectivamente, a costa ocidental e oriental do Mar Cáspio. Os curdos, cerca de 7% da população iraniana, habitam a região da cordilheira de Zagros. A minoria árabe do Irã (3%) vive na região sudoeste do país, na província do Kuzistão. Outros grupos, representando cada um 2% da população, incluem os baluches (perto de Afeganistão e do Paquistão), os lur (que vivem na região central da cordilheira de Zagros) e os turcomanos (perto do Turcomenistão).

Em finais de 1946, o governo iraniano deu um trágico final a essa política com a intervenção militar do seu exército no Azerbaijão, que massacrou milhares de azéris, e mediante a sangrenta repressão do movimento curdo. Um suposto atentado contra o Xá serviu como motivo para proibir o Partido *Tudeh*. O exército imperial entrou em Tabriz e massacrou o povo do Azerbaijão. A mesma sorte foi reservada à efêmera República de Mahabad. Mustafá Barzani fugiu para o Iraque com seus partidários, enquanto o líder curdo iraniano Qazi Mohammad foi enforcado junto com outros dirigentes da República curda, em março de 1947.

Enquanto os britânicos enriqueciam, o país continuava cada vez mais desigual socialmente. Na refinaria de Abadã o salário era de cinqüenta centavos por dia, sem direito a férias remuneradas, licença por doença ou indenização por invalidez. As condições de vida eram extremamente insalubres, não havia água encanada ou eletricidade. No inverno, as chuvas causavam alagamentos, e moscas infestavam os vilarejos. No verão, o teto dos barracos, feito de barris de petróleo enferrujados, sufocava os moradores, enquanto os administradores da *Anglo-Iranian* viviam em enormes casas com ar condicionado, piscinas e belos jardins. A população de Abadã revoltou-se contra as condições desumanas às quais era submetida.

Os protestos chegaram ao *Majilis*, que passou a exigir um contrato mais vantajoso para o Irã com os britânicos. Estes fizeram uma proposta, o "Acordo Complementar", que, apesar de algumas melhorias - como a redução da área a ser explorada -, não oferecia algo a que os iranianos aspiravam: treinamento para cargos mais elevados nas companhias e abertura dos livros da empresa para auditores iranianos. Outra exigência era a de um acordo econômico mais justo: ao invés de receber apenas 16% do lucro da empresa, o deputado Abbas Iskandari propôs que, ao exemplo do acordo recém-firmado entre norte-americanos e sauditas, a Grã-Bretanha dividisse os lucros pela metade com o Irã.

Durante todo o período, na URSS, a situação das populações de origem ou cultura islâmica tornou-se dramática. Sob o governo de Stalin pelo menos um milhão de pessoas morreram principalmente no Cazaquistão, durante o período de coletivização forçada da agricultura (a partir de 1930). O Islã, como as outras religiões da região, foi atacado sem rodeios nem precauções políticas de qualquer espécie. Na Segunda Guerra Mundial, inicialmente, houve certo relaxamento na URSS, quando vários milhões de refugiados de outras regiões e centenas de fábricas foram transferidas para a relativamente segura Ásia Central; a região transformou-se numa parte importante do complexo industrial-militar soviético, pois importantes instalações militares também foram localizadas na região, incluindo as destinadas a testes nucleares.

A situação tendeu a piorar na fase final da guerra e no imediato pós-guerra. Os habitantes da região tchetcheno-inguchétia, que era a República Autónoma Socialista Soviética Tchetcheno-Inguchétia desde a fundação da União Soviética, de grande maioria muçulmana, foram acusados de colaboração com a Alemanha nazista (embora os nazistas nunca tivessem chegado a conquistar a Tchetchênia, durante a guerra) e sofreram uma deportação (genocida) em massa para a República Socialista Soviética Cazaque (o atual Cazaquistão independente) e depois para a Sibéria, durante e depois da Segunda Guerra Mundial. A república autônoma dos tchetchenos foi abolida, tornando-se o *Oblast* de Grózni. No segundo pós-guerra, a "Campanha das Terras Virgens", a partir de 1954, levou à prática um programa de reassentamento massivo de agricultores da União Soviética que trouxe mais de 300.000 pessoas para a Ásia Central, principalmente da Ucrânia, que foram assentadas ao norte do Cazaquistão e da região de Altai, o que levou a uma grande mudança cultural e étnica na região.

No Oriente Médio, a Síria e o Líbano permaneceram sob a declinante influência da França, mas se tornaram oficialmente independentes durante a guerra. Os anos da ocupação aliada propiciaram um aumento das reservas externas de moeda do Líbano e o acúmulo de moeda

estrangeira por parte de sua burguesia comercial e financeira, criando as condições para que grandes fortunas fossem formadas através da especulação de ativos financeiros (commodities, imóveis, ouro, terras). Muitas empresas de comércio e comerciantes individuais se enriqueceram por meio do contrabando. O boom econômico eliminou o desemprego, mas não a inflação, devido ao aumento da oferta de dinheiro em circulação, a escassez de determinados produtos e a grande demanda de bens e serviços pelas tropas aliadas.

O comércio externo do Líbano ficou concentrado no Oriente Médio; 90% das importações vinham da região que também era o destino de 97% das exportações: o Líbano continuava a ter na Palestina o seu principal mercado. Esse país também fornecia bens industrializados que a indústria libanesa não fornecia em quantidade suficiente ou simplesmente não produzia. As importações de todos os países da zona monetária da libra esterlina (Iraque, Palestina, Transjordânia, Egito, Chipre e Reino Unido) representavam 47% do total das exportações libanesas em 1945. Nos anos da guerra, em geral e obviamente, houve uma queda do comércio internacional do Oriente Médio. No entanto, os grandes ganhos econômicos e os benefícios dos investimentos em infraestrutura feitos pela administração dos aliados deram um novo perfil econômico em potencial aos países da região.

Entre 1940 e 1944 as forças aliadas gastaram cerca de 76 milhões de libras libanesas na Síria e no Líbano. Ambos os países acumularam um saldo de conta corrente de 60 milhões de libras libanesas ao longo do conflito, com pequeno desemprego e excedente no Tesouro Nacional, que foi entre 1939 e 1944 de 23 milhões de libras libanesas. Ainda durante a guerra, no ano de 1944, o governo libanês estabeleceu com a Síria um programa de gestão cooperativa da economia. Um acordo financeiro entre o governo da França Livre e a Grã-Bretanha promoveu uma desvalorização do franco francês em relação à libra esterlina, o que levou os sírios e libaneses a depreciarem a taxa de câmbio do franco e a adotar a livre convertibilidade da libra sírio-libanesa em relação à moeda britânica, uma medida que indicava a proximidade da libertação da Síria e do Líbano do controle francês.

“Em novembro de 1941, o delegado da França Livre decretou formalmente a independência do Líbano, mas, na prática, fez de tudo para postergá-la: o governo da França Livre (De Gaulle) não desejava conceder a independência ou sequer retirar futuramente as tropas francesas do Líbano ou da Síria. No entanto, os franceses enfrentavam a oposição dos britânicos que desejavam expulsá-los do Oriente Médio, e começaram a apoiar os grupos libaneses favoráveis à independência. O governo britânico, do seu lado, para estimular os nacionalistas sírios e libaneses, ainda em 1941 reconheceu a independência dos países sob seu mandato. No Líbano havia um forte nacionalismo entre os cristãos, especialmente maronitas, que questionava o colonialismo francês e defendia a independência do país, afirmando que o papel de da França de defensora dos cristãos do Líbano já não era mais necessário, porém reafirmando as especificidades e diferenças do Líbano em relação aos países árabes.

“A orientação política do Kremlin teve profundas consequências para os comunistas libaneses. Nas eleições de 1943, eles reapareceram em público, defendendo reformas democráticas moderadas e lutando pela solidariedade (unidade) nacional. Afirmaram que não pretendiam construir um sistema socialista e nem estatizar as companhias estrangeiras. Apenas diziam desejar reformar a sociedade libanesa e melhorar as condições de vida do povo. Essas afirmações foram incorporadas na Carta Nacional do partido no seu primeiro congresso, realizado em Beirute entre 31 de dezembro de 1943 e 2 de janeiro de 1944. Ao longo de 1944 aconteceu a separação entre os PCs do Líbano e da Síria, como resultado da independência e separação de seus respectivos países.

“O partido *Kataeb* da comunidade maronita foi também um importante defensor do nacionalismo libanês. Dentro das comunidades muçulmana e drusa crescia a adesão ao nacionalismo pan-árabe, que via o Líbano como parte integrante do mundo árabe unificado.

Esses dois nacionalismos, o "fenicista" e o "arabista" chegaram a um acordo em 1943 através do "Pacto Nacional" que estabeleceu o marco político para a independência do país. Os muçulmanos aceitaram definitivamente a existência do Líbano ao mesmo tempo em que renunciavam a sua anexação pela Síria, enquanto os maronitas reconheciam o caráter árabe do país, bem como a necessidade do Líbano de cooperar de maneira neutra com as outras nações árabes, e renunciavam a apelar para o auxílio de qualquer potência ocidental. Devido ao seu tamanho, força econômica, laços com o mundo árabe e ativa vida urbana, os maronitas dependiam na verdade dos muçulmanos sunitas para que o Líbano tivesse viabilidade política e econômica".[359]

Os libaneses pediram ao Comitê Nacional da França Livre a transferência dos poderes e do controle do país. Os franceses recusaram afirmando que o Líbano ainda se encontrava na situação de mandato e que não haveria discussão a respeito do seu fim sem um tratado. Nas eleições de setembro para o parlamento, o bloco constitucionalista foi o mais votado. Em 7 de outubro o parlamento libanês elegeu Bechara El-Khuri como presidente; este nomeou como primeiro-ministro a Riad el-Solh: era uma vitória das forças independentistas apesar dos esforços dos franceses para alterar o resultado das eleições, conseguindo incluir na Câmara dos deputados um grande número de deputados pró-mandato. A formação do gabinete também refletiu o desejo de se chegar a um acordo com as elites de todas as comunidades: houve uma divisão das pastas ministeriais de acordo com a importância numérica de cada uma das seis principais religiões do país, sunitas, maronitas, xiitas, drusos, cristão-ortodoxos e grecocatólicos.

El-Khouri afirmou o seu compromisso de defender as fronteiras do Líbano, mas afirmou a necessidade de firmar um acordo com os sírios para romper o isolamento do Líbano no mundo árabe. El-Khouri viajou a Damasco para conversar com os líderes nacionalistas sírios que haviam recebido com satisfação a sua eleição para a presidência, bem como o seu discurso de posse. A independência completa do Líbano foi estabelecida em 1943. Em 25 de outubro, o novo governo libanês enviou uma carta ao delegado-geral francês pedindo a independência e afirmando o seu desejo de rever a constituição para que ela reconhecesse esse fato. Também pediam aos franceses que todos os serviços públicos fossem transferidos ao governo libanês e que a sua delegação fosse transformada em missão diplomática (o pedido foi recusado argumentando que o Líbano ainda estava muito prematuro para a autodeterminação).

Em novembro de 1943 a Câmara libanesa passou uma série de emendas revisando a Constituição, estabelecendo o árabe como a única língua oficial do país, adotando um novo desenho para a bandeira nacional e afirmando que a autoridade mandatária não era a única fonte de poder político e jurisdicional no país. O delegado francês, Jean Helleu imediatamente declarou nulas as emendas por terem sido estabelecidas sem consulta às autoridades francesas. Logo depois, o presidente El-Khuri, El-Solh, Karami e os ministros Salim Taqla e Camille Chamoun foram presos e levados para a fortaleza de Rachaya na região sudeste do país. Helleu suspendeu a Constituição e dissolveu o parlamento. Imediatamente greves e manifestações foram deflagradas por todo o Líbano. Um governo provisório foi formado por Habib Abu Chahla, presidente do parlamento, e o líder druso Majid Arslan, ministro da Defesa, nas montanhas libanesas.

Grupos políticos antagônicos como o *Kataeb*, nacionalista libanês de base maronita, e o *Najjada*, versão muçulmana do primeiro, juntaram os seus esforços para combater os franceses e exigir a libertação dos líderes presos. Os deputados do parlamento dissolvido continuaram a se reunir pela manutenção das decisões tomadas. Em resposta, os franceses impuseram o toque de recolher em Beirute, enquanto suas tropas atiravam nos manifestantes, matando e ferindo inúmeros deles. O governo provisório recebeu apoio popular e respaldo dos

[359] José Ailton Dutra Jr. *Op. Cit*., assim como o desenvolvimento que segue, aqui resumido.

deputados. O enviado inglês Edward Spears estimulou os protestos libaneses e condenou publicamente os franceses. Nas principais cidades, a população fez uma série de protestos e greves exigindo a libertação do presidente e seus ministros e a independência do país, utilizando a favor do Líbano a rivalidade anglo-francesa.

Os britânicos enviaram um ultimato aos franceses, ameaçando usar tropas no Líbano caso eles não libertassem o presidente libanês e seus ministros, e substituíssem Jean Helleu como delegado-geral. Os franceses ignoraram as ameaças britânicas, mas o ambiente internacional lhes era desfavorável, com os regimes árabes vizinhos apoiando a demanda libanesa por independência e com o apoio dos EUA às posições de Londres, além da fragilidade política e militar do governo da França Livre, que dependia dos britânicos para existir. Finalmente, a 17 de novembro, o general de Gaulle enviou Georges Catroux ao Líbano para negociar a independência do país, removendo o delegado Jean Helleu de seu posto e libertando os prisioneiros de Rashayya, os que foram recebidos em triunfo em Beirute. Os governos de Egito, Arábia Saudita e Iraque condenaram os franceses: o Egito, fiador do Pacto Nacional, foi o primeiro país árabe a reconhecer a independência do Líbano.

Os grandes ganhos econômicos e os benefícios dos investimentos em infraestrutura feitos pela administração dos aliados deram uma contribuição decisiva para o desenvolvimento do Líbano no pós-guerra: "A aliança entre as burguesias maronita e sunita foi a base para que o Líbano se tornasse, na segunda metade do século XX, um grande centro comercial, bancário e turístico do Oriente Médio. O grande acúmulo de capital ocorrido durante a Segunda Guerra Mundial após a ocupação aliada em 1941 foi usado para financiar os setores mercantil e financeiro. Entre 1939 e 1945 Síria e Líbano (que estavam unificados alfandegária e monetariamente) acumularam um excedente de 607 milhões de libras libanesas".[360]

No Egito e na Palestina, por sua vez, a influência britânica começou novamente a ser questionada, nas ruas e no tapetão diplomático. O grupo de países árabes, entretanto, enfrentava divergências internas. Os governos da Síria e do Iraque defendiam a formação de uma unidade política árabe unificada. A Síria, por sua vez, ainda não via no Líbano uma nação soberana. Já a Arábia Saudita e o Iêmen tinham muitas afinidades históricas (nos primeiros anos da Arábia Saudita, iemenitas não eram considerados estrangeiros no país), que chegaram a ensejar um país unificado. Embora a Palestina ainda não possuísse representação política oficial na constelação árabe, enviou um representante para a assinatura do pacto de criação da Liga Árabe. Seu objetivo era a cooperação pan-árabe nos setores comercial, cultural, educacional e da saúde.

Sir John Bagot Glubb, "Glubb pascià"

E muitos ex combatentes dos exércitos europeus atuantes nos países árabes, inclusive do Eixo, permaneceram no Oriente Médio depois da guerra; muitos deles arrumaram novos empregos como oficiais ou agentes dos Estados da região, fornecendo a ossatura qualificada para o

[360] *Idem*.

enquadramento das incipientes forças armadas desses países, ou para sua pura e simples criação, como no caso das forças aéreas. Nos conflitos armados entre países, ou mesmo nos conflitos políticos internos de cada país, estes veteranos da Segunda Guerra Mundial, inclusive não poucos alemães antigamente nazistas, jogaram um importante papel, a exemplo de uma versão tardia e aguada de Lawrence de Arábia, o coronel britânico John Glubb, veterano da Primeira Guerra Mundial, que passou a dirigir as forças militares da Liga Árabe, criada em 1945.

A questão da posse e exploração das jazidas de petróleo passou a ser a questão estratégica decisiva do Oriente Médio no imediato pós-guerra. O petróleo fora descoberto na região, em primeiro lugar na Pérsia (Irã), em 1908; mais tarde na Arábia Saudita e nos outros estados do Golfo Pérsico, e também na Líbia e na Argélia. Após a vitória aliada, a Inglaterra "herdou" a Cirenaica e a Tripolitânia antigamente italianas, enquanto a França passou a administrar o Fezã, mantendo a Líbia sob um governo militar de ocupação. Logo depois da guerra, as prospecções revelaram que o Oriente Médio possuía a maior reserva mundial de fácil acesso de petróleo. Os países que emergiram vitoriosos da Segunda Guerra Mundial, os EUA principalmente, mas também a Rússia, Inglaterra e França, voltaram então suas atenções para o controle da região, visando suas reservas petrolíferas.

As reservas de petróleo do Oriente Médio eram vastas e praticamente intocadas: nos cálculos feitos à época, a região possuía 30,7% das reservas mundiais de petróleo, enquanto os EUA possuíam 39,6%, a URSS 11,3%, Venezuela 11%, Índias Orientais Holandesas 1,8%, México 1,2%, Colômbia 1%, Romênia 0,8%. As exportações de petróleo da Arábia Saudita passaram de uma produção entre cinco e 30 mil barris diários, na década de 1930 e primeira metade da década de 1940, para nada menos que 476 mil barris diários em 1949. As previsões e o boom econômico mundial apontavam claramente para a importância crescente do petróleo do Oriente Médio; mas a verdadeira extensão das suas reservas começou a ser descoberta apenas a partir da década de 1950. Em 1943, ainda, o Oriente Médio produzia apenas 5,7% do petróleo mundial; os EUA, 66,1%.[361]

Preparando o pós-guerra: Abdulaziz Ben Saud, o veterano rei saudita, e Franklin Delano Roosevelt, presidente dos EUA, a 14 de fevereiro de 1945

[361] Daniel Yergin. *O Petróleo.* Uma história de ganância, dinheiro e poder. São Paulo, Scritta, 1992.

Tudo mudou depois da guerra, quando a luta pelo petróleo tornou-se o pivô da luta mundial entre as potências mundiais pelo Oriente Médio. O controle militar do Golfo Pérsico, do Oriente Médio em geral, tornou-se um objetivo cada vez mais premente para essas potências, devido ao papel da região na economia mundial: às vésperas da Segunda Guerra Mundial, o Oriente Médio contribuía com 5% da produção mundial de petróleo, que era então de 300 milhões de toneladas anuais. Trinta anos depois, em 1974, o Oriente Médio já produzia 38% de uma produção mundial total de três bilhões de toneladas anuais.

Em 1950, quando as reservas de petróleo da região já se igualavam às do restante do mundo, e dobravam as dos EUA (maior produtor mundial do combustível fóssil até a Segunda Guerra Mundial), um memorando do Pentágono norte-americano afirmava: "O controle dessas fontes de energia, importante na paz e na guerra, é um objetivo em si desejável. O governo dos EUA deverá esforçar-se para desenvolver ao máximo as concessões petrolíferas norte-americanas".[362] Uma diretiva que foi impulsionada até as últimas consequências. O reino de Arábia Saudita estabelecera em 1942 o primeiro acordo que permitiu estabelecer bases aéreas dos EUA e Grã Bretanha em seu território: para os governantes sauditas seus próprios interesses de domínio eram mais importantes do que a solidariedade islâmica ou árabe. Isso não impediu que as formas mais reacionárias e obscurantistas do Islã fossem implantadas no reino, ao mesmo tempo em que a maioria dos príncipes corruptos sauditas passou a desfrutar nos lugares mais requintados da Europa dos prazeres proibidos em seu próprio país.[363]

Antes do fim das hostilidades mundiais, em fevereiro de 1945, o presidente norte-americano Franklin Delano Roosevelt e o rei saudita firmaram o “Pacto de Quincy”, um documento válido por sessenta anos, que estabelecia que os EUA deveriam defender incondicionalmente os interesses da monarquia saudita contra qualquer “agressão externa” ou tentativa de desestabilização, em troca da garantia de fornecimento regular de petróleo saudita para a potência norte-americana (o tratado foi renovado, pela mesma duração, em 2005, pelo presidente George W. Bush e os representantes do reino wahabita). Arábia Saudita se transformava, menos de quinze anos depois de sua criação como Estado independente, no principal aliado dos EUA na disputa mundial pelo petróleo do mundo árabe.

O final da Segunda Guerra Mundial também possibilitou à URSS uma maior presença política e militar na área do Mediterrâneo. Durante a guerra e imediatamente depois, a política soviética foi definindo seus objetivos estratégicos no Oriente Médio: influência nos negócios petrolíferos, estabelecimento de uma esfera de interesses no espaço árabe e criação de um *glacis* (cordão sanitário geográfico e estatal) frente ao Ocidente. A crescente pressão sobre Turquia, o apoio soviético aos curdos iranianos, iraquianos e turcos, a guerra civil na Grécia, assim como os acontecimentos no Irã (Pérsia), produziram uma intensificação da intervenção americana na região, e deram álibi para a revisão da política americana sobre a União Soviética, prefaciando a “guerra fria”. Aplicando a chamada “Doutrina Truman”, de 12 de março de 1947, os Estados Unidos se comprometeram a «apoiar os povos livres que se opunham a se submeter ao jugo *de minorias armadas* ou de *pressões estranhas*» (grifo nosso).

Com o fim da guerra mundial, a questão palestina voltou à ordem do dia para os britânicos. De novo se colocava a questão da divisão da Palestina entre um estado judeu, zonas árabes agregadas à Transjordânia do Emir Abdallah, fiel aos britânicos, e uma zona em torno de Jerusalém sob o controle britânico. No final da guerra, em 1945, o Partido Trabalhista ganhou as eleições na Inglaterra. Sete meses antes, durante sua Conferência Nacional, os trabalhistas propunham “o levantamento das medidas que limitavam a imigração de judeus e a adoção de medidas para alentar os árabes a ir-se, à medida que os judeus se instalem”. Os partidos

[362] Gabriel Kolko. *Confronting the Third World: US Foriegn Policy 1945-1980.* Nova York, Pantheon Books, 1988, p. 69.

[363] Linda Blandford. *Los Jeques del Petróleo*. Barcelona, Caralt, 1978.

“socialistas” da II Internacional jogaram assim um papel nada desprezível no desenvolvimento da colonização sionista. Além do mais, muitos dirigentes sionistas já eram membros da Internacional Socialista. Em todo o Próximo e Médio Oriente, o imperialismo procura manter seu controle recortando e dividindo os povos entre judeus e árabes, e a estes últimos entre cristãos e muçulmanos.

Uma vez no poder, sob o impulso de Aneurin Bevin, secretário do *Foreign Office*, o governo trabalhista suavizou um pouco as normas proclamadas no *Livro Branco*, sem satisfazer as exigências dos sionistas, que empreenderam ações terroristas contra as tropas britânicas. O desembarque de um contingente francês em Beirute, em maio de 1945, provocou distúrbios em Alepo, em 29 de maio. As tropas bombardearam Hons, Hamas e Damasco. Diante desta situação, o *Foreign Office* pressionou, apoiado pelos EUA, e a França teve que evacuar o Líbano e Síria em 1946. Porém, o germe da discórdia semeada pela França iria perdurar: desde então, o Líbano iria viver sob um regime confessional baseado na manutenção dos feudos locais dos grandes proprietários cristãos muçulmanos (que concentravam 80% das rendas do país).

Em 1948, um brusco aumento de 20% no preço internacional do petróleo, devido ao crescimento da demanda mundial, foi o início de uma imensa acumulação de riqueza pela família governante do reino wahabita. Favorecida pelas mudanças mundiais “pelas quais o petróleo triunfou sobre o carvão como primeira fonte combustível mundial. Como a produção de carvão é intensiva em trabalho, era mais suscetível a greves de trabalhadores e, consequentemente, a rupturas de abastecimento. As greves dos mineiros do carvão dos EUA e da Europa no início do período de pós-guerra incentivaram muitas empresas a mudar do carvão para o petróleo, que exigia menos trabalhadores e era menos vulnerável a greves”.[364] A luta de classes internacional, não apenas uma mutação econômico-tecnológica favorável ao uso industrial de petróleo, esteve na base do novo papel mundial do mundo árabe no segundo pós-guerra.

A vitória inglesa na segunda batalha de El Alamein

A importância do Oriente Médio como fornecedor de matéria-prima – o petróleo em primeiro lugar, mas também o minério de magnésio, brometo, nitrato de potássio, entre outros minérios e o algodão egípcio - ainda estava por ser avaliada em toda a sua extensão.Mas o controle sobre a produção existente já era motivo de disputa entre as potências, como demonstra a nota publicada em um dos principais periódicos norte-americanos da época: “O Oriente Médio como um todo se assemelha hoje a um enorme tabuleiro de manobras políticas e econômicas sem precedentes (...) A luta complexa pelo poder político e econômico no pós-

[364] Daniel Yergin.*Op. Cit*., p. 543.

guerra em nenhum lugar contém um potencial tão destrutivo como nesta parte do mundo".[365] Os países que emergem vitoriosas da Segunda Guerra Mundial, os EUA principalmente mas também a Rússia, Inglaterra e França, voltarão suas atenções e esforços para o controle do Oriente Médio visando notadamente suas reservas petrolíferas. Todos os cálculos eram meras estimativas, mas se sabia que as reservas de petróleo do Oriente Médio eram vastas e praticamente intocadas até aquele momento.

De acordo com os dados do imediato pós-guerra constantes nos informes do governo americano (editados pela PAW, *Petroleum Administration for War*), o Oriente Médio possuía 30,7% das reservas mundiais de petróleo constatadas, enquanto os EUA possuíam 39,6%, a URSS 11,3%, Venezuela 11%, Índias Orientais Holandesas 1,8%, México 1,2%, Colômbia 1%, Romênia 0,8%. Mas as previsões apontavam para a importância crescente do petróleo do Oriente Médio, e a verdadeira extensão das suas reservas começaria a ser descoberta apenas a partir da década de 1950. Em 1943 o Oriente Médio produzia apenas 5,7% do petróleo mundial, enquanto os EUA, 66,1%. Entre 1948 e 1972 a margem de participação americana na produção mundial total de petróleo caiu de 64 para 22% (não obstante o fato de sua produção ter quase duplicado em termos absolutos). O motivo para este declínio foi o extraordinário deslocamento para o Oriente Médio, onde a produção passou de 1,1 milhão de barris para 18,2 milhões de barris diários –um aumento de 1.500%.[366]

O aumento da produção de petróleo no Oriente Médio implicava grandes investimentos em refinarias e oleodutos. Em 1947 havia (excetuando-se algumas pequenas refinarias no Iraque para o consumo local) cinco refinarias de petróleo no Oriente Médio: em Abadan (Irã), Haifa, Trípoli, Bahrein e Suez, com 80% de sua capacidade controlada pelos britânicos. No mesmo ano, contava-se apenas um oleoduto, de Kirkuk (Iraque) a Haifa com uma extensão de 974 milhas. Governo e empresas privadas americanas planejavam multiplicar as refinarias (além da refinaria americana de Ras Tanura já em construção) e construir um oleoduto ligando a Arábia Saudita, Bahrein, Quatar e Kuwait à costa mediterrânea, em Haifa ou Alexandria (o petróleo da Arábia Saudita era transportado por navio via Canal de Suez).

A materialização dos planos norte-americanos de investimento na extração, transporte e refinaria de petróleo no Oriente Médio, estimados a esta altura em 300 milhões de libras esterlinas (mas que ultrapassaria essa soma nos anos seguintes) significava um impacto econômico, social e político sem precedentes na região. A exploração do petróleo do Oriente Médio, particularmente do norte do Irã, também fazia parte dos planos da União Soviética. A produção interna de petróleo ficara muito aquém das metas estabelecida pelos planos quinquenais do Kremlin. O segundo plano quinquenal por exemplo, estabelecia o aumento da produção de 23,3 milhões de toneladas em 1932 para 47,5 milhões em 1937, chegando de fato a 30,5 milhões de toneladas.

Em 1940 a produção não passava de 35 milhões de toneladas não obstante a meta estabelecida para este ano em 50 milhões de toneladas. Tantos erros de cálculo levaram ao estabelecimento de uma meta mais moderada para 1950 - 35,4 milhões de toneladas - e à tentativa de superar suas dificuldades com o controle sobre os novos campos de petróleo no Oriente Médio. O papel do petróleo não foi menos importante no estabelecimento da paz após a Segunda Guerra Mundial, como enfatizado por Harold Ickes, secretário do interior de Roosevelt que dominou a política americana do petróleo por mais de uma década, também conhecido como o "czar do petróleo": Ickes declarou, taxativamente, que "a estabilidade da paz dependia da obtenção de um acordo sobre a divisão dos recursos petrolíferos e que, entre as questões a serem colocadas na Conferência de Paz, não havia nada mais importante do que

[365] Harold Guise. *The Wall Street Magazine*, 3 de março 1945. *Apud* Tony Cliff. *Op. cit*.

[366] Daniel Yergin. *Op. Cit.*, p. 516.

o petróleo".[367] As companhias petroleiras norte-americanas entraram no Oriente Médio mediante a aquisição de uma participação de 25% na *Irak Petroleum*, e também o controle da produção de Bahrein e da Arábia Saudita. A parte dos Estados Unidos na produção de hidrocarbonetos no Oriente Médio passou de 13,9% em 1938 a 55% em 1948. A verdadeira extensão das reservas do Oriente Médio começou a ser descoberta apenas a partir da década de 1950. Em 1943 o Oriente Médio produzia apenas 5,7% do petróleo mundial, enquanto os EUA produziam 66,1%.

Desde a Segunda Guerra Mundial, o Oriente Médio transformara-se em uma das principais questões da disputa interimperialista: "Antes da guerra, o Oriente Médio constituía a região do mundo onde a influência predominante da Grã-Bretanha era menos ameaçada. Desde então, a marcha de Rommel até El Alamein, a instalação de 'observadores' americanos no reino de Ibn Saud, o início da disputa anglo-americana pelo petróleo da Arábia Saudita, a disputa anglo-russo-americana pelo petróleo iraniano, a penetração russa no Azerbaijão iraniano, as tentativas russas de ameaçar a integridade do território turco, a organização da Igreja Ortodoxa em todo o Oriente Médio enquanto uma poderosa agência da diplomacia do Kremlin – tudo isto transformou esta parte do mundo em uma arena de constantes conflitos entre as grandes potências. E na medida em que o Oriente Médio possui a maior e menos explorada reserva de petróleo do mundo, torna-se agora a principal região na disputa mundial por esta matéria-prima estratégica, cujas reservas dos EUA e URSS se encontram bastante reduzidas. As diversas manobras táticas da diplomacia americana e soviética em direção do sionismo devem ser vistas como elementos nas suas intrigas para suplantar a dominação britânica no mundo árabe".[368] Em menos de uma década, esse objetivo foi atingido.

[367] Tony Cliff. The world struggle for oil. *Fourth International*. Nova York, junho 1947.

[368] Draft theses on the Jewish Question today. *Fourth International*. Nova York, janeiro-fevereiro 1948.

A CRIAÇÃO DO ESTADO DE ISRAEL

Várias nações árabes se tornaram politicamente independentes entre 1930 e o fim da Segunda Guerra Mundial, segundo as fronteiras traçadas previamente pelas potências europeias através dos mandatos: o Iraque (parte da antiga Mesopotâmia) a 3 de outubro de 1932; o Líbano, a 22 de novembro de 1943; a Síria, a 1º de janeiro de 1944 e, finalmente, a Transjordânia, a 22 de março de 1946. A exceção foi a Palestina: o obstáculo que fez descarrilar o processo de sua independência foi a adoção pela Liga das Nações, seguindo as pegadas da Grã-Bretanha, do projeto da criação do "lar nacional para o povo judaico" nesse país. Graças ao Mandato para a Palestina, o patrocínio do projeto sionista, que era um elemento da política britânica, tornou-se política internacional, primeiro da Liga das Nações, e depois da Organização das Nações Unidas, a ONU, fundada em 1945. Esta não só deu ao projeto sionista sua caução legal internacional: forneceu-lhe também os meios políticos para sua realização, embora depois tentasse mitigar suas consequências trágicas.

Entre maio e agosto de 1945, com as rendições alemã e japonesa, concluíra a guerra mundial. Um informe governamental inglês de outubro desse ano lembrou ao novo gabinete trabalhista que o Oriente Médio era uma região vital para os britânicos, sobretudo pelo petróleo. Entre 1939 e 1948, durante a Segunda Guerra Mundial e logo depois, a região passara da produção da oitava parte do petróleo mundial para produzir a quarta parte. Em 1945 a Inglaterra ainda controlava a maior parte da produção de petróleo no Oriente Médio, como mostra o quadro abaixo. Mas a alteração na relação de forças na região e o aumento da produção da Arábia Saudita (onde a participação maior na produção já era norte-americana) iriam, em pouco tempo, colocar os EUA em posição de vantagem sobre a Inglaterra e França.

Os EUA ainda não eram uma potência na região, mas rapidamente ocuparam uma posição dominante. As companhias petroleiras norte-americanas se introduziram no Oriente Médio mediante a aquisição de uma participação de 25% na *Irak Petroleum*, e o controle progressivo da produção de Bahrein e da Arábia Saudita. A parte dos EUA na produção de hidrocarbonetos no Oriente Médio pulou rapidamente, de 13,9% em 1938 a 55% em 1948.

Produção de petróleo em 1945 (milhares de barris)[369]

	Grã-Bretanha	EUA	França	Total
Iraque	13.067	6.533	6.533	26.133
Bahrein	-	7.300	-	7.300
Arábia Saudita	-	5.475	-	5.475
Egito	9.125	-	-	9.125
Irã	75.000	-	-	75.000
Total	97.192	19.308	6.533	123.033
%	79	16	5	100

O Irã era ainda o maior produtor regional, seguido pelo Iraque. A explosão da produção da Arábia Saudita, país criado apenas na década de 1930, se produziu entre 1945 e 1949, ultrapassando em 1950 os 500 mil barris diários. O Oriente Médio, possuidor de uma crescente importância petroleira, representava, além disso, por causa do Canal de Suez e das bases militares inglesas do Mediterrâneo oriental, uma ligação chave em todo o sistema de comunicação do Império Britânico. No final da Segunda Guerra, nunca parecia ter sido tão

[369] In: Arlene Clemesha. Da Declaração Balfour à derrota do movimento operário árabe-judaico. *Ed. Cit.*

grande a autoridade da Inglaterra no Oriente Médio: aparência enganosa. O Iraque e Egito já constituíam estados independentes. A Transjordânia chegou ao mesmo estatuto na primavera de 1946. Um movimento nacionalista árabe em pleno auge questionava os tratados e mandatos que ligavam os países ao soberano britânico. Somente a ilha de Chipre e a Palestina seguiam sob o controle total da metrópole britânica, com a presença de tropas.

No final da guerra se constituiu uma comissão anglo-americana sobre a Palestina, cujas conclusões foram aceitas pela Grã Bretanha, mas rejeitadas pelo presidente norte-americano, Harry Truman, já disposto a firmar uma posição independente: "Não podemos prescindir dele", disse então Clement Attlee, primeiro ministro britânico, falando à Câmara dos Comuns do empréstimo que Inglaterra negociava com os EUA para recuperar sua combalida economia. Formou-se uma segunda comissão anglo-americana, suas propostas se discutiram no parlamento nos dias que se seguiram à explosão da sede da administração britânica na Palestina, um atentado do *Irgun* sionista que provocou a morte de quase um centenar de pessoas.[370]

O governo britânico rechaçou a proposta dos militares de guerra total contra os sionistas, e propôs um novo plano de divisão da Palestina sob o seu controle. Truman rechaçou de novo a proposta. Nesse final de ano de 1946, Londres se dispunha a anunciar sua saída das Índias; as negociações sobre a retirada inglesa do Egito, no entanto, fracassaram: levantes em El Cairo e Alexandria obrigaram o rei Faruk, no entanto, a rechaçar o protocolo de acordo com a Grã Bretanha. Entretanto, durante o inverno de 1947, a Grã Bretanha sofria escassez de víveres e de carvão, e o Império Britânico estava literalmente desabando. Em uma declaração no Parlamento, o líder trabalhista Aneurin Bevin disse sobre a Palestina: "Decidimos pedir às Nações Unidas que preconizassem uma solução". A Grã Bretanha cedia diante dos EUA.

Além disso, a guerra mundial expandira a produção industrial do Oriente Médio. Se durante o período de guerra a classe operária cresceu em todo o Oriente Médio devido ao crescimento da indústria de abastecimento para a guerra e para o mercado local (que deixou de receber o anterior fluxo de importações), no imediato pós-guerra o potencial da classe operária do Oriente Médio tornou-se explosivo devido à ameaça crescente de desemprego entre trabalhadores árabes e judeus, causada pelo fechamento das indústrias armamentistas. No final da guerra, as greves e as manifestações dos trabalhadores se alastraram pela região.

Durante os anos de 1945-1947, se desenvolveu uma ampla ação operária no Egito e no restante do Oriente Médio. Em janeiro de 1946, operários têxteis iniciaram uma greve em El Cairo, que se estendeu durante as semanas seguintes, com a aparição de comitês operários que fizeram um chamamento à greve geral: houve uma onda de greves entre os ferroviários, seguida de uma greve geral, contra a chegada da comissão anglo-americana para a Palestina. Houve também uma greve dos trabalhadores da *Irak Petroleum*, e uma greve dos trabalhadores iranianos do centro petroleiro de Abadã. O Partido Comunista do Iraque, que tinha praticamente hibernado durante a década de 1930 e durante o conflito mundial, ressurgiu com força no movimento operário e na intelectualidade do país. Surgia também a proposta de criação de regiões autônomas e da federalização do Oriente Médio, para tentar apaziguar os conflitos e para permitir a continuidade do domínio externo e da exploração estratégica da região.

Foi criado o Congresso dos Trabalhadores Árabes (CTA) que, inicialmente, realizou ações em conjunto com a *Histadrut*, central sindical judia. Em janeiro de 1947, o CTA juntamente com um comitê de trabalhadores judeus liderou a greve de centenas de trabalhadores da refinaria de Haifa: "Em março, 1.600 trabalhadores da *Irak Petroleum* entraram em greve sob a

[370] Trata-se do atentado do Hotel King David em Jerusalém, onde estava instalada a administração governamental. A explosão de uma ala do edifício, no dia 22 de julho de 1946, custou a vida a 91 pessoas, das quais 86 funcionários oficiais (britânicos, árabes e judeus).

liderança do CTA. De forma espontânea estourou uma greve de 40.000 trabalhadores dos campos militares em toda a Palestina. Nacionalistas de ambos os lados encenaram uma provocação sangrenta para desmontar a unidade de classe na histeria nacionalista".[371]

A agitação prosseguiu em 1947 no Iraque, culminando em protestos massivos contra o projeto de manter as bases britânicas no país. As lutas operárias e populares superavam as fronteiras traçadas pelos poderes imperiais. Em El Cairo, uma greve exigiu a retirada da Grã-Bretanha do país. No Irã, uma greve no campo petrolífero de Agha Pani foi seguida por uma greve geral nos campos da *Anglo-Iranian Petroleum Company*. Aureolados pela vistoria soviética na Segunda Guerra Mundial, os partidos comunistas cresciam em toda a região: no Egito, na Palestina, no Iraque, no Curdistão. Quando o líder trabalhista inglês Aneurin Bevan se tornou primeiro-ministro do país, na primeira eleição de pós-guerra, estava claro que os ingleses perdiam cada vez mais o controle da situação no Oriente Médio. Foi nesse contexto de agitação social e crise política que se produziu a criação do Estado de Israel.

Cada tentativa de reprimir a "desordem" gerava ainda mais violência. Em junho de 1946 a organização paramilitar judia *Haganah* dinamitou todas as pontes sobre o rio Jordão. Líderes sionistas foram presos na ocasião pelas autoridades inglesas. Finalmente, o primeiro-ministro inglês decidiu retirar as forças britânicas da Palestina, a exemplo do que já estava fazendo na Índia. Ernest Bevin, ministro trabalhista do Exterior, declarou (em fevereiro de 1947) que os ingleses entregariam imediatamente às Nações Unidas seu mandato. Em junho, um comitê especial da ONU chegou ao país para estudar a futura divisão política do território, mas o cenário político palestino estava em pé de guerra: três membros da *Irgun* estavam condenados à morte devido ao atentado no hotel Rei Davi, e dois soldados ingleses eram mantidos como reféns pelos grupos paramilitares judeus para forçar sua libertação.

Ao mesmo tempo, muitos refugiados judeus se dirigiam à Palestina ilegalmente. Em 1947, um navio vindo de Marselha, o *Êxodo*, transportando 4.500 sobreviventes do campo de concentração de Bergen-Belsen na Alemanha, foi interceptado em Haifa por navios de guerra britânicos. A maioria dos judeus que migravam para Israel no pós-guerra europeu não eram sionistas convictos, fugiam mais por necessidades prementes de sobrevivência; uma boa parte supunha que a Palestina fosse uma terra praticamente desabitada, com alguns punhados de beduínos que poderiam ser deslocados, ou com os quais se coexistiria. Poucos deles sabiam que era uma das regiões mais prósperas do Oriente Médio, e que fizera parte do Império Otomano até 1918, como região da Síria.

A epopeia do *Êxodo* correu o mundo (dando depois origem a um *best seller* literário e até a um filme de sucesso) porque os imigrantes a bordo divulgaram o fato através do rádio. Com a negativa inglesa a permitir o desembarque dos refugiados judeus, o *Êxodo* rendeu-se e retornou a Marselha, onde o governo francês negou asilo aos refugiados que, por fim, desembarcaram em Hamburgo. Nesse mesmo dia, os três membros da *Irgun* foram enforcados; em represália os dois soldados ingleses mantidos reféns dos grupos militares judeus também foram enforcados; seus cadáveres foram dinamitados com minas explosivas.

Menachem Begin, futuro primeiro-ministro de Israel e um dos líderes da *Irgun*, declarou: "Retribuímos (aos ingleses) na mesma moeda". O assassinato dos soldados ingleses na Palestina deu origem a vários distúrbios antissemitas em várias cidades britânicas - Londres, Liverpool, Glasgow e Manchester -, fatos que não aconteciam na Inglaterra desde o século XIII. Uma sinagoga em Derby foi incendiada e destruída... apenas dois anos depois do fim da Segunda Guerra e da abertura dos campos de concentração na Europa. As autoridades britânicas decidiram sair o mais rápido possível da Palestina, transformada em um barril de pólvora. No final de 1947, as Nações Unidas propuseram o fim do mandato britânico e a

[371] Arlene Clemesha. *Op. Cit*.

divisão da Palestina em dois Estados, um judeu e outro árabe; a cidade de Jerusalém permaneceria sob uma administração internacional, ideia já defendida por Theodor Herzl no final do século XIX. Os representantes sionistas aceitaram.[372] Os Estados Unidos e a União Soviética votaram a favor da resolução na ONU; a Grã-Bretanha votou contra, mas já não tinha como controlar os acontecimentos.

A revolta da população árabe foi generalizada diante da decisão, originando um conflito de enorme envergadura: "Em 1946-47 as forças militares judias começaram a preparar-se para a partição da Palestina. A *Haganah*, ligada à Histadrut e à liderança trabalhista, concentrou-se principalmente na construção de uma força militar com tropas que haviam integrado a Brigada Judaica do Exército Britânico, com armas desviadas pelos trabalhadores judeus dos acampamentos militares britânicos. O braço militar da direita sionista, o *Irgun*, engajou-se em ataques terroristas. Os sionistas concentravam seus esforços na separação de árabes e judeus em todas as cidades de população mista. A liderança árabe fiel ao *Mufti*, por sua vez, lançou um apelo ao boicote do comércio e dos negócios judeus. Os choques intercomunitários tornaram-se praticamente diários em todas as cidades de população mista".[373] Em dezembro de 1947, David Ben Gurion declarava, em assembleia do *Mapaï* (Partido Trabalhista de Israel) que "só um Estado (judeu) com 80% de judeus seria um Estado estável e sustentável".

O Estado de Israel nasceu de uma decisão da ONU sob a égide dos EUA e da URSS, os dois grandes vencedores da Segunda Guerra Mundial. Em 14 de maio de 1947, o representante soviético Andreij Gromyko se pronunciou na tribuna da ONU por um "Estado judeu-árabe único com direitos iguais para os judeus e os árabes", porém precisando: "Se esta solução resultar irrealizável devido às relações cada vez mais tensas entre os judeus e os árabes, então teria que se estudar uma segunda solução que incluísse a divisão em dois estados independentes, um Estado judeu e um Estado árabe". No "Estado Judeu" desenhado pela ONU havia 219 povoados e quatro cidades inteiramente árabes. No final de novembro de 1947 as Nações Unidas votaram a favor a partição da Palestina, atribuindo aos judeus 55% do território palestino, apesar de constituírem só um terço de sua população, vivendo principalmente nas cidades e ocupando só 6% da terra. Uma "sessão especial" da Assembleia Geral da ONU aprovou o plano por 33 votos a favor, treze contra e dez abstenções. A decisão não foi reconhecida pela recém-criada Liga Árabe (composta por Egito, Síria, Líbano e Jordânia).

A divisão da Palestina, na verdade, não era o objetivo dos principais representantes do movimento sionista: a corrente sionista revisionista criada por Jabotinsky declarava que seu objetivo era conquistar toda a Palestina histórica (jamais dividir "aquilo que *Yahweh* lhes havia entregado por inteiro");[374] nas condições políticas do segundo pós-guerra, o trabalhismo israelense (*Mapai*) foi, no entanto, mais apto para executar, com ações que contradiziam suas declarações formais (aceitação da partilha da Palestina nos termos da ONU), a mesma política: a expansão territorial de Israel, sob o governo trabalhista, começou logo depois da declaração de partilha da ONU e da fundação do Estado de Israel. O voto favorável da URSS fazia parte de

---

[372] Na partilha da Palestina histórica, proposta e aprovada pela ONU, o Estado árabe deveria ficar com aproximadamente 43% do território, enquanto que ao Estado sionista competiria controlar 56%. Os restantes 1%, Jerusalém, seriam colocados sob um mandato internacional administrado pela ONU. A divisão não respeitava a maioria populacional árabe, pois a maior parte do território seria controlada pela minoria judia.

[373] Arlene Clemesha. *Op. Cit*.

[374] O livro *The Iron Wall* de Lenni Brenner cita o pensamento racista desse dirigente do sionismo revisionista: "É impossível que alguém se assimile a pessoas que tenham sangue distinto ao seu. Para se assimilar, tem que mudar seu corpo, tem de converter-se em um deles no sangue. Não pode haver assimilação. Nunca haveremos de permitir coisas como o matrimônio misto porque a preservação da integridade nacional somente é possível mediante a pureza racial e para isso haveremos de ter esse território em que nosso povo constituirá os habitantes racialmente puros."

uma política internacional: os partidos comunistas da região do Oriente Médio também apoiaram a criação do Estado de Israel.

Atrelados à política externa ditada pelo Kremlin, os comunistas viram quebrar sua própria estrutura e todo desenvolvimento autônomo do movimento operário criado nas décadas de luta precedentes. Para criar Israel foi necessário destruir a solidariedade entre os trabalhadores árabes e judeus. Isto foi denunciado pelo pequeno grupo trotskista da Palestina, a Liga Comunista Revolucionária que, apesar de muito menor e menos influente do que os grupos stalinistas do PCP ou da Liga de Libertação Nacional, manteve-se ativo durante a Segunda Guerra Mundial e o período de criação do Estado de Israel,[375] defendendo uma política antiimperialista e de defesa da independência e unidade da classe operária de toda a Palestina.

A 17 de novembro de 1947, dez dias antes da votação na ONU, Abdallah, emir da Transjordânia, teve uma entrevista secreta com Golda Meir, líder política da Agência Judaica, para acordar "uma divisão que não o humilhasse aos olhos do mundo árabe". Os britânicos estabeleceram um acordo com o emir por meio de Glubb Paxá (que não era senão John Glubb, ex-oficial britânico), chefe militar da Legião Árabe, que garantia a anexação dos territórios árabes da Palestina por parte de Ammã após a divisão.[376]Em 30 de novembro de 1947 se iniciaram os enfrentamentos entre as forças militares sionistas e as Forças Armadas dos países árabes. Nos dois meses que se seguiram à resolução da partilha, houve 2.778 baixas (1.462 árabes, 1.106 judeus e 181 britânicos) em decorrência de ações militares. A partilha da ONU não poderia ser realizada sem a aplicação da força. A Liga Árabe montou apressadamente um exército em boa parte enquadrado por oficiais estrangeiros. Porém, persistia o desacordo interno entre os árabes: El Cairo (o rei Faruk) se pronunciava contra uma intervenção militar direta contra Israel. Ammã (Jordânia) era contrário a um governo palestino independente e quis, contra o parecer de Egito e Síria, anexar as partes árabes do território delimitado pela ONU à Transjordânia.

Os combates se estenderam ao conjunto da Palestina, não na forma de um conflito bélico tradicional, mas na forma da guerra de guerrilhas. Em 19 de dezembro de 1947, os dirigentes sionistas e a URSS firmaram um acordo de fornecimento de armamentos que foi ratificado em janeiro de 1948 por Moshe Sherlak (Israel) e Andreij Gromyko (URSS) em Nova York. A

[375] Teses do Grupo Trotskista Palestino (1948). *A Verdade* n° 36, São Paulo, abril de 2004.

[376] Lucien Gauthier. As origens da divisão da Palestina. *A Verdade* nº 8, São Paulo, julho de 1994.

Tchecoslováquia, ocupada pelo exército soviético, se encarregou de entregar o armamento – devidamente pago – para as milícias sionistas (dos dezenove milhões de dólares gastos em armas por Israel, onze foram usados para pagar envios de material bélico que provinha da Tchecoslováquia). De onde provinha o dinheiro israelense? Nos EUA, grande centro da migração judaica (junto com a Argentina, cuja comunidade judaica também contribuiu) na primeira metade do século XX, em dois anos foram coletados cem milhões de dólares (cifra enorme, à época) para financiar o esforço bélico israelense.

O exército israelense estava fortemente armado graças ao material bélico vendido pela URSS via Tchecoslováquia. No terreno, porém, a desvantagem bélica, tanto em equipamento militar quanto em efetivo de soldados, era de Israel: 40 mil soldados árabes contra 35 mil israelenses. Estes, porém, estavam muito melhor treinados, contavam com o apoio das grandes potências e coma simpatia da "opinião pública" (mídia) ocidental. Guiados pelo governo trabalhista, as forças israelenses, melhor equipadas e preparadas, lançaram uma nova ofensiva.[377] Em abril de 1948, a *Haganah* passou para a ofensiva, atacando vários povoados árabes. Com sua luz verde, sua rival de direita, o *Irgun*, atacou o povoado de Der Yassin, abatendo 250 habitantes, principalmente mulheres e crianças. Centenas de milhares de habitantes árabes da região foram obrigadas a partir. Ao que se deve acrescentar 152 mil refugiados que saíram de outros 70 povoados e três cidades (Yalta, Jenin e Acre) situadas dentro do suposto "Estado Árabe Palestino", que estavam, no entanto, sob o controle da *Haganah*.

As cifras da ONU falaram de "381 mil pessoas deslocadas", uma cifra aquém da realidade (depois do conflito, a ONU admitiu mais de 700 jmil). Aos palestinos que permaneceram nas zonas controladas por Israel, durante o verão de 1948, o exército israelense proibiu toda colheita. Isto obrigou os camponeses árabes da Galileia e do deserto de Neguev a fugir da região. Em Haifa, onde permaneceram mais de três mil árabes cristãos, o exército procedeu a um reagrupamento populacional que a própria municipalidade judia de cidade denunciou como equivalente à criação de guetos. O massacre étnico empurrou ao êxodo muitos outros árabes palestinos. Mais de 350 mil abandonam seu lar antes de junho de 1948. Várias regiões novas foram conquistadas por Israel. O terrorismo sionista investiu também nas cidades: a 22 de abril de 1948, no meio da noie, foi atacada Haifa, com um saldo de 50 mortos e 200 feridos. E houve mais cem mortes e muitos feridos dentro de uma coluna de mulheres e crianças que tentaram fugir da cidade.

"Exército" árabe na guerra de 1948

[377] As Forças de Defesa de Israel (*Tzavá Haganá le Yisra'el*, ou *Tsahal*), foram criadas durante essa guerra. No período entre 1948 e 1949, quando o Estado sionista enfrentou os exércitos dos países árabes, as antigas facções armadas irregulares dos diversos grupos sionistas foram reunidas, enquadradas e aparelhadas com armas modernas, dando origem às FDI.

Oficiais da *Haganah* judia e da Legião Árabe se puseram de acordo para evitar enfrentamentos diretos entre elas. Com o acordo dos EUA: em 23 de abril, por telegrama, o presidente norte-americano Harry Truman anunciou que reconheceria o Estado de Israel tão logo fosse proclamado. Um dia antes do fim legal do mandato britânico, a 14 de maio de 1948, duzentos líderes judeus reuniram-se no Museu de Arte Moderna de Tel Aviv para ouvir o seu primeiro-ministro, o líder trabalhista David Ben-Gurion, ler uma curta declaração proclamando o estabelecimento do Estado de Israel: "Em virtude do direito natural do povo judeu e da resolução das Nações Unidas, proclamamos a criação do Estado Judeu da Palestina, que tomará o nome de Israel". O novo país foi logo reconhecido oficialmente pelos Estados Unidos e pela União Soviética.

A partir de 15 de maio de 1948 a guerra alargou-se com a entrada na Palestina de uma coligação de forças regulares transjordanianas, egípcias e sírias, ajudadas por contingentes libaneses e iraquianos, que entraram no território palestino quando a população local já sofria a ação dos exércitos israelenses havia cinco meses. [378] Os homens do major Glubb, a Legião Árabe, atacaram. No mesmo momento, o emir transjordaniano Abdallah recebeu uma mensagem do presidente sírio no sentido de atrasar a invasão. O emir havia modificado na véspera o plano de combate, para concentrar-se em Jerusalém e na Palestina central (os "territórios árabes", da divisão). Apostando durante um tempo em um entendimento com os sionistas, Abdallah se resignou à guerra por razões regionais e internas, não para anular a divisão da Palestina, mas sim para remodelá-la ao seu gosto: o rei desejava anexar-se a parte da Palestina atribuída pela ONU ao estado árabe, se possível o deserto do Neguev e, sobretudo, Jerusalém. Sob a pressão norte-americana, e sob ameaças cada vez mais diretas, Grã Bretanha, deixou de enviar armas à Transjordânia em maio-junho, chegando a suspender o envio de comprometidas 500 mil libras trimestrais a Abdallah, para obriga-lo a aceitar um cessar fogo.

Os combates se prolongaram e se equilibraram. Na ONU, os EUA se pronunciaram por um cessar-fogo acompanhado de sanções. Em 28 de maio, Austin, representante norte-americano, denunciou os estados árabes que "violavam a lei internacional"; no dia seguinte Gromyko denunciou "uma série de operações militares desencadeadas por um grupo de potências (!) contra o Estado Judeu". O exército israelense acolheu de imediato a proposta de cessar fogo, pois temia que os frutos já obtidos na guerra se perdessem. Os exércitos árabes, pelo contrário, se sentiam com vento em popa. Norte-americanos e soviéticos se deram por satisfeitos com a trégua, mas sua ambição ia muito mais longe, uns e outros examinavam a guerra em curso em função de sua estratégia para todo o Médio Oriente e para o mundo todo.

Uma nova comissão da ONU propôs a remodelação do plano de divisão: nada de Estado árabe; Jerusalém, o Neguev e os territórios árabes da Palestina seriam entregues à Transjordânia do emir Abdallah, enquanto a Galileia ocidental seria para Israel. A política dos dirigentes árabes, por sua vez, não se guiava pela "causa palestina", mas sim pela defesa de seus próprios interesses e pela preservação da ordem na região. Através da guerra contra Israel procuraram remodelar em seu proveito a divisão, contra os sionistas, nos quais viam competidores diretos e ameaçadores. Os países árabes ainda tentavam reverter militarmente a situação. Em junho de 1948, os sírios avançaram sobre a Galileia; os iraquianos, por sua vez, avançaram para o oeste, chegando a quinze quilômetros do Mediterrâneo; os jordanianos assediaram Jerusalém, capturando a "Cidade Velha" e seu bairro judeu. Os egípcios, por sua vez, ameaçavam Jerusalém pelo sul.

O mediador da ONU, o conde sueco Folke Bernadotte, famoso por haver tentado uma trégua entre a Alemanha nazista e os aliados durante a Segunda Guerra Mundial, conseguiu, desta vez sim, uma trégua de um mês. Os israelenses foram rápidos e aproveitaram a oportunidade

[378] Ilan Pappe. *La Pulizia Etnica della Palestina.* Roma, Fazi Editore, 2008.

para comprar mais armas (na França e, como visto, na Tchecoslováquia). Durante a trégua se enviou mais armamento a Israel, em particular aviões Messerchmidts apreendidos ao exército alemão pela Tchecoslováquia. O exército israelense passou novamente ao ataque em 9 de julho de 1948. Desta vez contava com 75 mil soldados, contra os 40 mil dos Estados árabes. Retirada da primeira linha, a Legião Árabe da Transjordânia se concentrou na defesa de Jerusalém, facilitando o avanço relâmpago do exército israelense que só parou em Jerusalém, quando uma nova trégua foi acertada.

Considerando que já haviam feito seu trabalho, Ben-Gurion dissolveu a *Haganah*, a *Stern* e a *Irgun*, integrando-as ao novo exército israelense (*Tsahal*). As forças árabes foram derrotadas pelas forças israelenses, que já haviam começado a expulsão da população local. Uma escaramuça com tropas árabes ocorrida no dia 12 de julho de 1948 serviu de pretexto ao exército de Israel para uma violenta repressão inclusive contra prisioneiros desarmados, assim como para a expulsão de cerca de 70.000 palestinos, alguns dos quais já eram refugiados ou deslocados. A ordem de sua expulsão foi dada pelo primeiro-ministro, David Ben Gurion; seus executores foram Ygal Alon e Yitzhak Rabin. A Galileia foi a região do território de Israel onde ficaram mais palestinos. As zonas de maior densidade populacional palestina ficariam sob uma administração militar até 8 de dezembro de 1966. E Israel anexou a Galileia central, que a ONU concedera inicialmente ao "Estado árabe".

Haganah, 1920-1948

Quando chegou a trégua, os árabes palestinos só conservavam 330 km² do seu Estado "versão ONU", mais o deserto de Neguev. Israel ocupava 201 dos 219 povoados árabes da região e tomava posse de 1.300 km² de territórios árabes e de três grandes cidades inicialmente não previstas pela partilha da ONU, e de 112 povoados na mesma situação. Para as lideranças sionistas, "as conquistas territoriais deviam ser imediatamente seguidas pela criação de assentamentos judeus, para que 'as vitórias militares se transformem em sucessos políticos'... Os planos de assentamentos no corredor de Jerusalém implicavam isso, pois nessa área poucos terrenos pertenciam aos judeus... Os árabes retidos em Israel foram postos sob a autoridade do governo militar, que limitou sua liberdade de movimento para além de suas aldeias. Os deslocamentos das suas casas aos campos de cultura foi considerado um problema

de segurança. O país estava ainda em guerra contra os árabes, a minoria árabe de Israel era considerada uma base potencial para o recrutamento de sabotadores... Na maior parte do país, o governo militar e as unidades locais do exército proibiram totalmente aos árabes praticar a agricultura. Simultaneamente, colonos judeus começaram a cultivar campos de árabes que não haviam, deixado o país".[379]

O mediador da ONU, o diplomata sueco Bernadotte, recomendou que se integrasse a Galileia a Israel, em troca do deserto Neguev, precisando: "Existem motivos imperiosos para fusionar os territórios árabes da Palestina e Transjordânia". Britânicos e transjordanianos aceitaram a proposta, egípcios e israelenses não. Os responsáveis políticos sionistas, em plena dinâmica expansionista, exigiram o fim da missão de mediação das Nações Unidas. Em 17 de setembro, dois militares israelenses, devidamente fardados, imobilizaram o carro de Bernadotte e mataram-no a queima-roupa. Nem o governo nem o exército de Israel vacilavam diante do crime de Estado e do crime de guerra, pois possuíam a decisão de ir até as últimas consequências políticas e bélicas, decisão que estava ausente nas lideranças árabes. As grandes potências se limitaram a protestar diplomaticamente, sem mais.

A relação entre a criação do Estado de Israel em 1948 e o Holocausto judeu na Europa nazista, "concluído" em 1945, parece óbvia, mas ela foi objeto de um vasto debate historiográfico. Segundo Yehuda Bauer, essa relação foi direta: na sua avaliação "o fator principal do processo (de guerra israelense) foram os campos (europeus) para refugiados e os sobreviventes do Holocausto em especial". Estes eram aproximadamente 250 mil, aos quais se somaram fugitivos da Europa oriental e ex combatentes do exército polonês e até do Exército Vermelho:[380] "Os sobreviventes se organizaram eles próprios e principalmente sobre uma base sionista... A difusa presença do *Bund* nos campos foi suprimida pela força, assim como a força e a violência também foi usada para obrigar os jovens a entrar como 'voluntários' da *Haganah* e, sucessivamente, no exército israelense". O *Bund* não foi suprimido só pela força, pois seu apelo para voltar à Polônia "democrática" e "socialista" pós-Holocausto se defrontou com os relatos acerca dos *pogroms* antissemitas ressurgidos na "nova" Polônia (como o *pogrom* de Kielce em julho de 1946): "O sionismo se transformou na religião civil dos campos de refugiados".[381]

A exigência da necessidade de um Estado judeu foi reavivada quando a guerra estava acabando. O argumento central era de que os poucos remacescentes do judaismo europeu não podiam mais voltar a seus paises de origem. A 16 de outubro de 1944, a Agência Judaica apresentou ao governo mandatário britânico da Palestina um memorando afirmando que, de seis milhões de judeus residentes fora da UniÃo Sovietica e da GrÃ-Bretanha, não haviam sobrevivido mais de meio milhão, e este ainda não se podia considerar como salvo. Além disso, o judaísmo da União Sovietica teria perdido um milhão de pessoas. O memorando argumentava que "a causa da tragédia consistia na falta de um lar para o povo judeu" e acrescentava que "do ponto de vista ético e impossível oferecer aos judeus que ficaram vivos na Europa o retorno a situação anterior, atravÉs de soluções paliativas e filantrópicas ou de garantias de papel". A 4 de novembro de 1944, Chaim Weizsmann manteve uma conversação com Churchill na qual se falou da imigração de 1,5 milhão de judeus para Israel no decorrer de quinze anos. Nessa oportunidade, insinuou-se a cifra de cem mil imigrantes por ano.

O Holocausto deixou milhões de refugiados, incluindo muitos judeus que tinham perdido a maior parte ou todos os seus bens e familiares, e muitas vezes ainda tinham de enfrentar o

---

[379] Benny Morris. *1948.* Israele e Palestina tra guerra e pace. Milão, Rizzoli, 2004, pp. 138 e 241.

[380] Em 1945 asceu a "Organização Sionista Unificada" nos acampamentos dos prisioneiros liberados da Alemanha depois da guerra; o "Regimento de Sobreviventes do Leste da Europa" na Romênia, assim como a "Liga Operária pró-Eretz Israel" e o movimento *Ichud* na Polônia.

[381] Yehuda Bauer. *Ripensare l'Olocausto.* Ed. Cit., pp. 304-306.

persistente antissemitismo em seus países de origem no período pós-guerra. O plano original dos aliados era o de repatriar essas "pessoas deslocadas" para seus países de origem, mas muitos se recusaram ou não puderam voltar, visto que suas casas ou comunidades haviam sido destruídas. Como resultado, mais de 250 mil sobreviventes judeus definharam em campos de refugiados durante anos após o fim da guerra. Como a maioria não podia ou não queria voltar para suas antigas casas na Europa oriental e como as restrições à imigração para muitos países ocidentais ainda eram grande, a Palestina tornou-se o principal destino para muitos refugiados judeus.

O Reino Unido recusou-se a permitir que os refugiados judeus fossem para o Mandato Britânico na Palestina. Ex-guerrilheiros judeus na Europa, juntamente com o *Haganah* na Palestina, organizaram um grande esforço para contrabandear judeus para a Palestina, chamado *Berihá*, que transportou 250 mil judeus para o mandato. Na Polônia do imediato pós-guerra, no verão de 1945, havia 80 mil judeus, aos quais um ano depois se somariam 175 mil que retornaram da Ásia Central soviética em decorrência do acordo de intercâmbio de populações assinado pela Polônia e a União Soviética, em julho de 1945.

Os judeus da Polônia, Lituania, Rússia Ocidental, Eslováquia, partes da Romênia e Hungria, viram-se defronte a uma população local que queria ver-se livre das poucas testemunhas oculares que poderiam divulgar a verdade, além de não querer se ver obrigados a restituir aos sobreviventes os seus bens roubados, e no caso da Polônia, de incidentes antissemitas. Segundo cifras do governo polonês, entre setembro de 1944 e outubro de 1945 foram assassinados 351 judeus no país Polônia. Muitos outros foram feridos, espancados e despojados de seus bens. Motins antissemitas ocorreram em Cracovia, a 20 de agosto de 1945; em Sosnovich a 25 de outubro; em Lublin a 19 de novembro, dentre outros. O auge ocorreu em Kielce a 4 de julho de 1946, onde um pogrom terminou com o assassinato de 42 judeus.

O progrom de Kielce exerceu uma influência traumática sobre os restos do judaísmo polonês: um ano depois da queda de Hitler, divulgou-se publicamente que os judeus se entegavam a assasinatos rituais de cristãos. Essa difamação foi sustentada pelos membros da milícia governamental, pelo clero católico e até pelo diretor “socialista” de uma fábrica. Até então havia judeus que esperavam emigrar da Polônia não por vias ilegais, mas depois de obter a autorização, e outros que vacilavam em emigrar: em julho de 1946 e nos três meses seguintes, quase cem mil judeus poloneses abadonaram a Polônia e os países vizinhos, através de uma organização ilegal que começou com os sobreviventes do Holocausto e continuou sob a orientação do *Mossad Lealiá Bet* (Instituição para a Imigração Ilegal para Israel). O movimento tirou da Europa mais de 250 mil judeus, da Polônia, Lituânia, Romênia, Hungria, Eslovaquia e Yugoslavia, que primeiro se dirigiram para a Itália, para chegarem mais rapidamente a Israel. Em 1952, os campos de desalojados judeus foram fechados, com o envio de mais de 80 mil judeus aos Estados Unidos,[382] cerca de 136 mil a Israel e outros 20 mil para outros países, como Canadá e África do Sul.

A esse resultado se chegou diante das dificuldades econômicas e logísticas encontradas na manutenção dos campos de refugiados, quando um comitê anglo-americano recomendou que a 100 mil judeus europeus refugiados fosse permitido a imigração em direção da Palestina. Nos EUA pesou nesse sentido a pressão exercida pela população judia desse país. A isso somou-se a imigração clandestina, organizada pela Agência Judia, com episódios tornados lendários, como o do navio *Exodus*.

[382] O major do exército norte-americano Abraham S. Hayman, em fins de 1947, escreveu: “O aparecimento do Estado judeu não influirá grandemente sobre o *Drang nach Amerika*. Se agora lhes fose oferecida a oportunidade de escolher entre a terra de Israel e os Estados Unidos, 50% se incorporariam aos judeus da aprazível diáspora da América”.

Enquanto Inglaterra perdia paulatinamente o controle do situação de seus mandatos no Oriente Médio (as tropas britânicas na Palestna começaram a ser atacadas cada vez com mais violência pelos grupos armados "irregulares" do sionismo) a política dos EUA seguia um curso errático, determinado empiricamente pelas dificuldades de todo tipo encontradas na ocupação e manutenção dos antigos territórios nazistas na Europa ocidental: Yehuda Bauer desmentiu que o presidente norte-americano Harry Truman fosse favorável à criação de Israel, mas sublinhou que o parlamento dos EUA era particularmente avarento na libertação de verbas para os campos de refugiados europeus, favorecendo a decisão de permitir e encorajar a imigração para fora da Europa, ou seja, no caso dos judeus, para a Palestina.

Na ONU, o peso decisivo para a criação do Estado de Israel partiu da delegação da URSS e dos países da América Latina (o representante brasileiro, Oswaldo Aranha, "bateu o martelo" da sessão histórica de 15 de maio de 1948 que proclamou o novo Estado). Truman cambiou na última hora sua política, anteriormente favorável aos britânicos (que não desejavam mais uma partilha nem uma soberania independente da Palestina), pronunciando-se em favor da partilha da Palestina e, depois, pelo reconhecimento diplomático de Israel "contra o parecer do seu secretario de Estado, George Marshall".

"A partilha das Nações Unidas não instituía um Estado judeu. Isso foi obra do *yishuv* [população judia da Palestina] e de seu braço armado, a *Haganah*. O Irgun contribuiu marginalmente... A guerra árabe-israelense estava quase perdida (pelos judeus) [que] eram inferiores tanto em número quanto pelo armamento. Em março de 1948, as perspectivas dos judeus da Palestina não eram otimistas. As estradas estavam bloqueadas, a Jersualém judia estava sob assédio árabe, faltavam armas modernas (e) ninguém sabia nada acerca da debilidade militar árabe no início do conflito. O fornecimento de armas modernas por parte dos tchecoeslovacos mudou a situação militar e os judeus da Palestina ganharam a guerra. Os sobreviventes europeus no exército israelense constuiam um terço das forças; a maior parte participou deles relativamente tarde na guerra devido às dificuldades para a imigração, mas se lançou na batalha logo ao chegar na Palestina. O peso da guerra, nas suas primeiras e decisivas fases, foi sustentado pelos jovens judeus do *yishuv*".[383]

O projeto do Estado sionista quase falira militarente no início da guerra árabe-israelense: foi salvo pelas suas tropas locais, pelo apoio militar externo e, sobretudo, pelo apoio político internacional fornecido pela URSS (e só depois pelos EUA), nesse momento no ápice de seu prestigio internacional graças à sua vitória na guerra contra a Alemanha nazista, e cujo representante na ONU, Andreïj Gromyko, discursou explicitamente em favor de um Estado exclusivamente judeu na Palestina, como reparação internacional às atrocidades cometidas pelo nazismo contra o povo judeu na Europa oriental e na União Soviética ocupada pela Alemanha durante a guerra mundial. O êxodo dos árabes palestinos do território ocupado pelo Estado de Israel reconhece essas responsabilidades.

[383] Yehuda Bauer. *Ripensare l'Olocausto.* Ed. Cit.

A *NAKBAH* PALESTINA

Em 15 de outubro de 1948, o exército israelense lançou uma nova ofensiva, utilizando massivamente sua supremacia aérea conseguida graças aos envios de armamentos tchecos. Chegado o armistício com os países árabes, as baixas eram de 15 mil palestinos mortos e 800 mil exilados. O "Estado Palestino" versão ONU estava despedaçado: Galileia ficara para Israel, Cisjordânia para o rei Abdallah, a faixa de Gaza conservava certa autonomia, porém sob a tutela egípcia. Israel ocupava um terço de território a mais do que o previsto no plano de divisão da ONU. Os EUA concederam nesse momento um empréstimo de dez milhões de dólares para Israel, 10% do aportado pela comunidade judia do país ao nascente Estado sionista. No Conselho de Segurança da ONU, por sua vez, os delegados russos atuaram "como se fossem nossos emissários", se felicitava Sherlok, ministro israelense de Assuntos Exteriores.

"A debilidade da sociedade palestina, presente desde antes da guerra, causou sua dissolução durante a batalha. A falta de estruturas administrativas, a escassa estatura política dos dirigentes, a organização militar escassa ou inexistente para além das aldeias, a ausência ou carência de mecanismos fiscais, contribuíram para o colapso das principais cidades palestinas entre abril e maio de 1948... Visto do lado judeu, o espatáculo da evacução árabe em massa suscitou a esperança da ampliação do fenômeno. Todos os membros do *yishuv*, em todos os níves do processo decisório militar ou político, compreenderam que um Estado judeu sem uma vasta minoria árabe seria mais forte e vital, militar e politicamente. Por isso a tendência dos comandos miliatres locais a 'empurrar' os árabes de Palestina para a fuga aumentou durante a guerra. As atrocidades cometidas pelos judeus, muito mais difusas de quanto foi admitido pela velha historiografia (houve massacres de árabes em Ad-Dawayina, Eilaboun, Jis, Safsaf, Hule, Saliha e Sasa, além de Deir Yassin e Lydda) impulsou os judeus a vingar-se dos maus tratos infringidos no passado pelos árabes e contribuiu em grande medida para o êxodo palestino".[384]

Dos 800 mil refugiados palestinos, 39% se abrigaram na Cisjordânia (parte então do Reino da Transjordânia); outro 10% seguiu até a própria Jordânia, escapando de Haifa, Jaffa e das aldeias costeiras ocupadas por Israel. 26% achou refúgio na Faixa de Gaza, ocupada pelo Egito, duplicando em poucas semanas sua população. Vindo da Galileia, 14% dos refugiados entrou no Líbano; outro 10%, atravessando o Golã, chegou até Síria. Pocos, apenas 1%, achou refúgo no próprio Egito. E cerca de 150 mil palestinos ficaram na sua terra ocupada pelos israelenses, constituindo o núcleo dos árabes israelenses que chegou a constituir 18% da população de Israel.[385]

A 11 de dezembro de 1948 a ONU aprovou a resolução 194 que reconhecia aos refugiados palestinos o direito de regressarem aos seus lares, ou de serem indenizados, se assim o preferissem. Isto era legalizar o que Israel tinha conseguido ilegalmente, pela força. Apesar do preâmbulo da resolução mencionar explicitamente as condições e prazos para sua aplicação, Israel recusou-se a aplicar a resolução. Egípcios e israelenses firmaram um primeiro armistício bilateral em 23 de fevereiro de 1949, um mês depois foi firmado outro com o Líbano, e em 20 de julho de 1949 foi firmado o cessar-fogo com o novo governo militar sírio. Começava um acordo de longo prazo entre Tel Aviv e Ammã, às costas e custas dos árabes palestinos. Tudo estava disposto para um acordo israelense-hachemita (jordaniano) preparado desde tempos atrás pelas conversações secretas do emir da Transjordânia com os representantes da Agência Judaica, mas também pelo acordo prático dos últimos meses. Durante a operação israelense contra o Egito, em outubro, a Legião Árabe se concentrara sem tocar nas armas. A criação em Gaza em 23 de setembro de um "governo de toda a Palestina", e depois a eleição do *Mufti*

---

[384] Benny Morris. *Op. Cit.*, p. 64.

[385] Benny Morris. *The Birth of the Palestine Refugee Problem.* Nova York-Londres, Cambridge University Press, 1988.

como presidente do Conselho Nacional, melaram as relações entre os países árabes. Como resposta, o soberano hachemita convocou, em 2 de outubro, outro congresso palestino.

Os dirigentes árabes se depararam com um movimento nacional palestino dividido e esmagado. O emir Abdallah recebeu em várias ocasiões delegações israelenses. Em troca de modificações territoriais na região de Hebron, Israel recebeu uma faixa de território de três quilômetros de extensão por noventa quilômetros de largura, para garantir as comunicações entre o centro do país e a Galileia. A nova fronteira separava numerosos povoados árabes de suas terras. Finalmente, o ponto mais importante, mantido em segredo: a luz verde israelense para a anexação da Cisjordânia pela Jordânia. A Liga Árabe, em resposta, organizou o Exército de Liberação Árabe, uma força de voluntários palestinos, sob a liderança de Fawzi Al-Qawuqji.[386]

O Estado de Israel, proclamado sob a intensa pressão na ONU, pressionada entre outras coisas pela revelação dos horrores e do extermínio perpetrados pelo nazismo contra o judaísmo europeu durante a Segunda Guerra Mundial, beneficiou-se do fato que a ONU mostrou-se completamente incapaz e omissa para aplicar o plano de partilha que ela própria votara. Não se tendo previsto nada para substituir as forças britânicas, sua retirada deixara os árabes e os judeus frente a frente; com fortes apoios externos das potências (URSS incluída), estes últimos levaram a melhor.[387] Os grupos armados judeus asseguraram as posições dentro dos territórios que o plano da ONU lhes concedia, e ocuparam outros. A "limpeza étnica" da Palestina começou em finais de 1947, e incluiu massacres em massa.

Os exércitos árabes combinados (Egito, Síria, Iraque, Jordânia, Líbano e Arábia Saudita), que atacaram Israel por três frentes diferentes, convergindo para a faixa de território que era o Estado de Israel, haviam fracassado. A guerra árabe-israelense de 1948 ficou conhecida pelos israelenses como "Guerra da Independência" ou "Guerra da Liberação"; foi e é considerada pelos palestinos como parte de *al-Nakba*, isto é, "a catástrofe". O cenário principal da guerra foi o antigo território do Mandato Britânico, mas também incluiu, durante um curto período, a península do Sinai e o sul do Líbano. A guerra, que se estendeu até 1949, ampliou o território israelense com uma área de 20 mil km².

O território restante foi ocupado pela Jordânia, que anexou a Cisjordânia, e pelo Egito, que ocupou a Faixa de Gaza. Nos anos sucessivos, os regimes árabes expulsaram de seus países milhares de judeus (indica-se a cifra de 900 mil, semelhante ao número de árabes expulso da Palestina), em que pese sua antiga presença nas regiões que habitavam.[388] O cenário de deslocamento de populações por parte de Estados que proclamavam, pela primeira vez, uma base étnica, tal como acontecera na Europa central e oriental no final da guerra mundial, repetia-se no Oriente Médio, destruindo conquistas civilizacionais seculares e até milenares.

A guerra provocou o deslocamento de entre 800 e 900 mil palestinos, que deixaram as áreas incorporadas ilegalmente por Israel: "Esse acontecimento teve pouco impacto em outros lugares. Os recém-criados Estados muçulmanos do Paquistão e da Indonésia estavam imersos em preocupações próprias. O Irã ficou indiferente. Mas, no mundo árabe, era impossível permanecer desligado. A ocupação da Palestina por colonos sionistas da Europa afetava o mundo todo. Um egípcio, um iraquiano, um saudita, um sírio, não eram afetados do mesmo modo que um árabe palestino, mas todos tinham um sentimento de perda. O que até então fora uma cultura comum para árabes muçulmanos, cristãos e judeus, sofreu uma séria fratura,

---

[386] Lucien Gauthier. *Op. Cit*.

[387] Alain Gresh e Dominique Vidal. *Op. Cit*.

[388] Presença qualificada como exemplo de "tolerância" e "coexistência", esquecendo o estatuto de *dhimmis* que lhes era imposto pelos chefes árabes, submetendo-os a taxas e impostos exclusivos (e variáveis segundo as necessidades de caixa dos "tolerantes"), chegando até a chantagem ou a confiscação.

uma ruptura profunda que viria a se tornar conhecida como a *Nakbah*, o desastre. A vitória sionista tinha desafiado a modernidade árabe, *e alguns escritores se perguntavam se a continuidade da presença árabe na história fora destruída para sempre*" (grifo nosso).[389]

***Nakbah*, 1948: a expulsão dos árabes palestinos de suas terras e casas**

Em 1948, o historiador sírio Constantine Zureiq utilizou pela primeira vez o termo *Nakbah* para se referir ao acontecimento, em seu livro *Ma'na al-Nakbah* ("O significado do Desastre"). Segundo o autor palestino Nur-eldeen Masalha mais de 80% dos habitantes árabes da região que viria a ser o Estado de Israel abandonaram suas cidades e aldeias. O avanço dos judeus, como o ocorrido em Haifa, somado ao medo de um massacre, após o ocorrido em Deir Yaassin, e o colapso da liderança palestina fizeram com que muitos dos habitantes árabes fugissem devido ao pânico. Uma série de leis israelenses sobre a propriedade da terra, aprovadas pelo primeiro governo israelense, impediu que os árabes palestinos retornassem posteriormente aos seus lares ou fizessem valer seus direitos de propriedade. Essas pessoas e seus descendentes passaram a ser considerados refugiados.[390]

Durante a conferência de Lausanne de 1949, Israel propôs o retorno de cem mil refugiados à região (embora não necessariamente às suas casas), incluindo 25.000 que haviam retornado de maneira sigilosa e 10.000 casos de reunião de famílias que haviam sido separadas. A proposta estava condicionada a um tratado de paz que permitisse que Israel mantivesse o território que havia conquistado, e à absorção, pelos Estados árabes, dos 550.000 - 650.000 refugiados restantes. Os Estados árabes rejeitaram a proposta alegando tanto motivos políticos quanto morais.

Os exércitos sírios e iraquianos haviam retornado às suas fronteiras; os jordanianos estavam dispostos a um cessar-fogo, após terem tomado a velha Jerusalém; os egípcios, por sua vez,

---

[389] Tariq Ali. *Clash of Fundamentalisms.* Londres, Verso Books, 2002.

[390] Os eventos de 1948 são lembrados pelos palestinos todos os anos, no dia 15 de maio, o dia seguinte à comemoração da independência de Israel, no feriado que ficou conhecido como Dia da *Nakbah*. Em fevereiro de 2010, o Knesset aprovou uma lei que proíbe manifestações públicas em Israel, no dia 15 de maio.

perderam o sul de Jerusalém para os israelenses. A "união árabe" durara apenas, portanto, até o final do primeiro mês de guerra. O Conselho de Segurança das Nações Unidas declarou o cessar-fogo em dezembro de 1948: Israel tinha agora cerca de 20% a mais de terras do que na resolução da ONU de 1947, iniciando uma expansão territorial que não se deteria. Mais de 500 mil árabes palestinos, expropriados de suas terras, casas e pertences, buscaram refúgio na Faixa de Gaza, no Egito, no Líbano e na Jordânia, países limítrofes; outros encontraram refúgio em territórios mais longínquos.

Entre 23 de fevereiro e 20 de julho de 1949, os países árabes implicados na guerra, exceto o Iraque, assinaram armistícios com Israel. Os territórios ocupados por Israel no fim da guerra constituíam quase 78% da Palestina anteriormente posta sob o mandato inglês (não 55%, como previa o plano original da ONU). Tornaram-se, de fato, o território do Estado de Israel. Em julho do ano indicado, David bem-gurion disse a um jornalista norte-american: "Estou pronto para acordar no meio da noite para assinar um tratado de paz, mas não enho pressa, posso esperar dez anos. Não estamos sob pressão em nenhum sentido". A pressa de Abdallah para assinar um paz "não era correspondida pelos israelenses. As prioridades do mEstado de Israe haviam mudado em 1949. Os acordos de armistício tinham levado a uma relativa nas fronteiras, a paz não era mais a primeira prioridade. O governo estava preocupado, sobretudo, na absorção de novos imigrantes e na superação das dificuldades econômicas".[391]

A fundação de Israel, portanto, foi realizada com base na expulsão dos habitantes árabes da Palestina. A maioria da população autóctone encontrou-se subitamente na situação de refugiada. Muitos fugiram de suas casas e terras, aterrorizados com a aproximação das forças israelenses. O pânico que se abateu sobre a população palestina foi criado em boa parte pelos massacres cometidos por essas forças em vários pontos do país. As violências praticadas contra a população árabe foram de tal calibre que A.Cizling, dirigente judeu do partido *Mapam*, protestou em novembro no Conselho de Ministros: "Agora alguns judeus se comportam como nazistas e todo meu ser se estremece". A repressão, no entanto, continuou. Depois do armistício com os países árabes, os dirigentes sionistas responderam com uma negativa ao mediador da ONU que sugeria o retorno de uma fração dos palestinos. Uma resolução do Conselho de Segurança propôs organizar essa "volta", sem consequências.

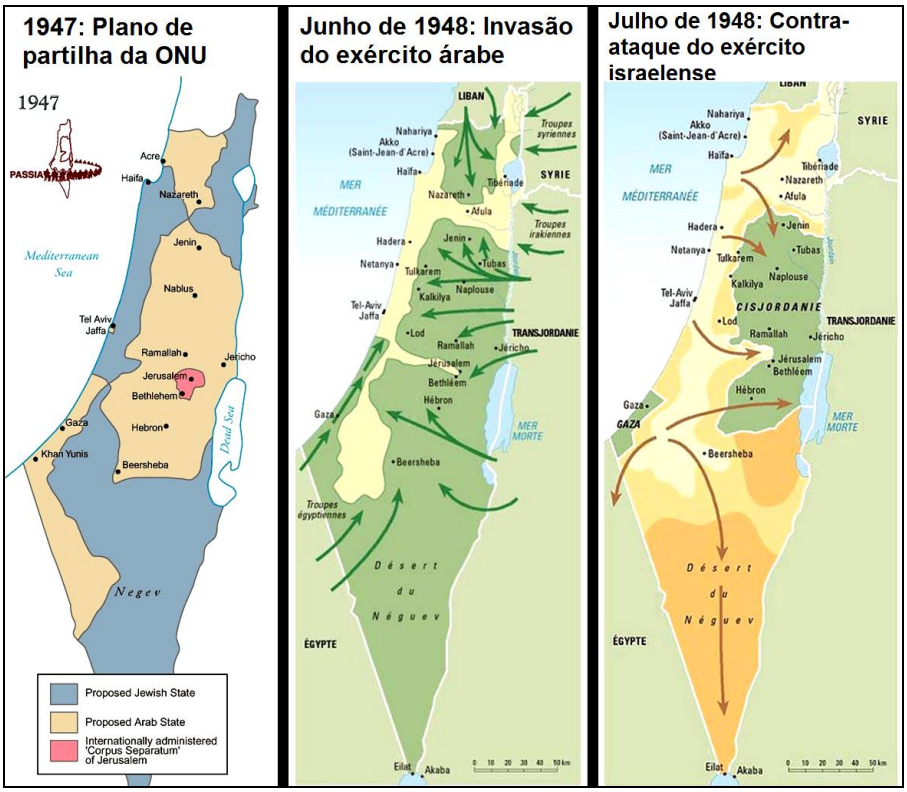
Líderes árabes na guerra de 1948-1949

[391] Ilan Pappe. *The Making of the Arab-Israeli Conflict 1947-1951.* Londres, I. B.Tauris, 1992.

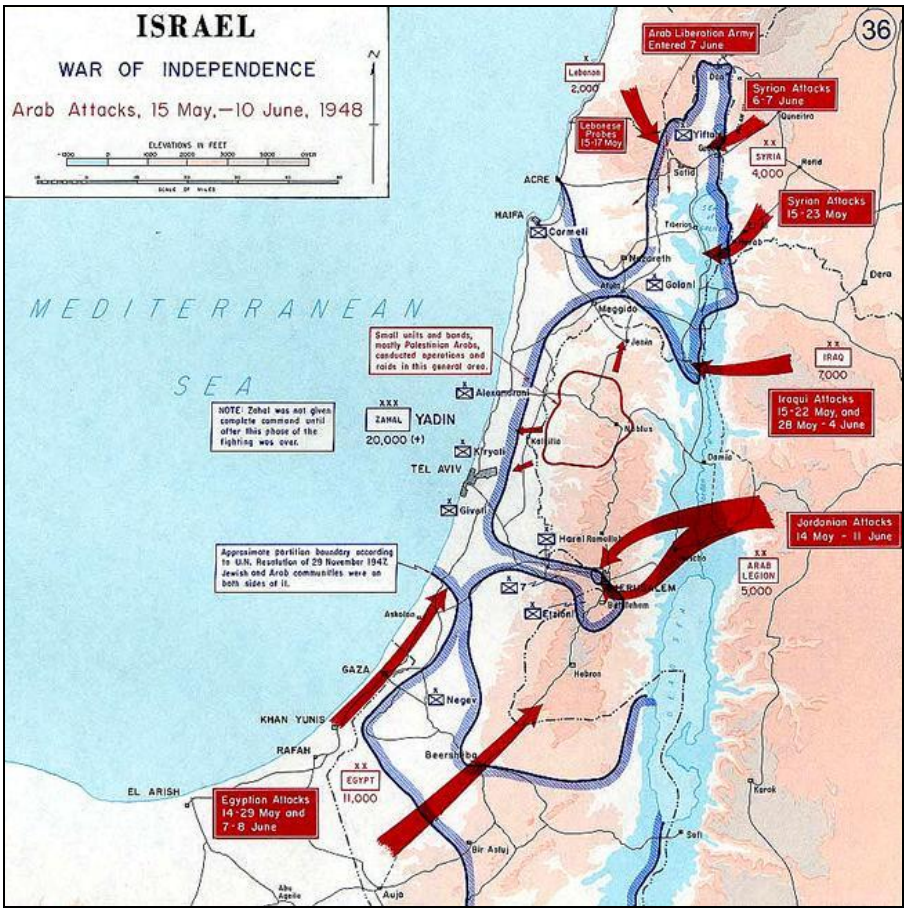
A chegada massiva de imigrantes judeus – 350 mil entre 15 de maio de 1948 e finais de 1949 – impunha novas expulsões de habitantes árabes. Uma lei israelense sobre "propriedades abandonadas" tornou possível a confiscação dos bens de toda pessoa ausente, quase sempre proprietários árabes (a luxuosa casa em Jerusalém de Mohammed Bin Laden, pai de Osama Bin Laden, foi expropriada: o filho nunca esqueceu esse fato). Porém, entre os últimos meses de 1948 e o início de 1949, cinquenta mil árabes voltaram ao seu lar. Em setembro de 1949, havia 170 mil habitantes árabes no Estado sionista, que foram transformados em cidadãos israelenses de segunda classe, e que foram submetidos a um permanente controle militar. Os refugiados palestinos passaram a viver na Cisjordânia e em Gaza, na Jordânia, no Líbano ou na Síria, em acampamentos precários e miseráveis.

Com a vitória de Israel novas fronteiras foram estabelecidas, ou melhor, militarmente impostas. Três quartas partes da Palestina foram incluídas dentro das fronteiras de Israel; ficaram fora a cadeia de baixas montanhas do centro e do sul da Palestina, a Cisjordânia, assim como a Faixa de Gaza. Jerusalém ficou dividida: a parte oeste da cidade extra-muros ficou do lado de Israel; a cidade antiga e o bairro extra-muros a norte ficaram do lado árabe, uma faixa de terra ao sul, de Gaza até a fronteira com o Egito ficou sob o controle do Egito; o restante do território foi anexado pelo Reino Hachemita da Jordânia.

O pressuposto Estado árabe-palestino previsto pela ONU deixou, desse modo, de existir. Quase 2/3 da população árabe original da Palestina deixou suas casas e tornou-se refugiada nos países árabes, vizinhos ou não; os que permaneceram em seus territórios originais ficaram na condição de refugiados em sua própria pátria. Jerusalém, prevista para ser dividida entre cristãos, judeus, e muçulmanos, tornou-se um polo de conflitos que se estenderam até o presente. O Estado de Israel, como documentou fartamente o historiador israelense Ilan Pappé, originou-se em uma verdadeira "limpeza étnica" da população árabe palestina.[392] Montou-se, entretanto, um arcabouço ideológico acusando de "antissemitismo" todo questionamento ao Estado de Israel tal como estabelecido pela guerra de 1948-1949.



[392] Ilan Pappe. *La Pulizia Etnica della Palestina.* Roma, Fazi, 2008.



Mapa israelense da guerra de 1948 (dita "de independência" em Israel)

O Estado israelense, no entanto, não nasceu do remorso do Ocidente pelos crimes cometidos contra os judeus pelos governos europeus, tanto dos cometidos pelos nazistas como daqueles imputáveis aos colaboracionistas nos países ocupados pela Alemanha durante a guerra, sem falar da omissão das potências aliadas durante o Holocausto, mas da articulação dos interesses das potências dominantes em Oriente Médio, depois da guerra, com as aspirações de setores da burguesia e da pequena burguesia judia, representados pelo sionismo. Israel, afinal de contas, parecia a consumação póstuma do sonho hitlerista de "expulsar os judeus da Europa", aspiração coincidente com o objetivo sionista de transferir os judeus para a Palestina histórica (lembremos os contatos entre ambos, e dos esforços das autoridades nazistas, durante a trágica década de 1930 na Europa, para enviar judeus alemães em direção da Palestina).

O trabalhismo (ou "socialismo") sionista, pertencente à Internacional Socialista, foi o articulador político da operação de alargamento das fronteiras de Israel, com a direita sionista organizada em grupos terroristas (uma direita que chegou ao governo de Israel na década de 1970, com a coalizão política *Likud*, chefiada por Menachem Beguin) como seu braço executor complementar. Assim como o *Hashomer Hatzair* e outros grupos sionistas de esquerda que também defendiam uma federação de comunidades nacionais árabes e judaicas, os comunistas judeus palestinos cederam em seguida, sem oposição e sem restrições, à partição da Palestina e criação do Estado de Israel.

Após a votação das Nações Unidas em novembro de 1947 a favor da partição, apoiada pela URSS, o PCP mudou o seu nome para Partido Comunista de *Eretz Israel* (*Makei*), adotando a designação sionista para a Palestina. Ele depois eliminou o "eretz", para abrandar a conotação sionista do seu nome, "uma situação curiosa na qual russos e americanos, os dois superantagonistas, se deram as mãos. Juntos, conseguiram desalojar Inglaterra do Oriente Médio, e juntos agiram como parteiras do nascimento de Israel. Quaisquer que fossem os

cálculos de Stalin, é a ele que Israel deve sua existência como Estado independente. Foi da Tchecoslovaquia stalinista, dos arsenais tchecos, que saiu o armamento para a *Haganah*. A assistência e a efetiva ajuda material que Stalin deu aos judeus parecia aos estadistas ocidentais algo sinistro, que provocava ressentimento e má vontade para com eles".[393] Só a IV Internacional levantou, em 1948, sua voz contra a constituição do Estado de Israel. "Abaixo a divisão da Palestina! Abaixo a intervenção imperialista na Palestina!, Fora do país todas as tropas estrangeiras, os "mediadores" e "observadores" das Nações Unidas!", dizia a declaração da IV Internacional.

Judeus do Iêmen voam em fuga para Israel, 1949

Desta vez, o mundo árabe não fora colonizado, mas literalmente mutilado; saiu do conflito muito debilitado. Inicialmente, os investimentos externos nos países árabes para a exploração de petróleo foram realizados em condições muito favoráveis às empresas estrangeiras, condições que foram aceitas pelos governos locais, que necessitavam dos royalties e taxas pagos por essa exploração para seus gastos destinados a tornar viáveis seus novos Estados; os empréstimos governamentais foram realizados principalmente através do Banco Internacional ou do Banco de Importação-Exportação dos EUA (*Eximbank*). As colônias situadas sob o mandato franco-britânico evoluíram da condição colonial precedente para uma condição semicolonial, com um papel econômico e político crescente dos EUA no Oriente Médio, não se diferenciando decisivamente da sorte corrida por diversos países criados, na Ásia e na África, em decorrência do processo de descolonização comandado pela ONU.

Mediante a expulsão progressiva dos palestinos de dentro do Estado e dos chamados "territórios ocupados" (com métodos de expulsão direta, atemorização ou negando-lhes as condições de subsistência), e participando de aproximadamente uma guerra por década, o Estado de Israel continuou, com raros momentos "pacíficos", expandindo suas fronteiras. A partilha da Palestina não era o objetivo do sionismo, embora a aceitasse inicialmente (no quadro das decisões da ONU). As fronteiras de Israel ficaram definidas pelo território que o exército do país conseguiu obter depois de levar adiante uma política definida pelas relações de força militares, e baseada no apoio ou omissão das potências dominantes na ONU.

A criação do Estado de Israel sob os auspícios de uma ONU criada com base nos acordos de Teerã, Yalta e Potsdam, durante a Segunda Guerra Mundial, isto é, de um Estado dependente financeira, militar e politicamente das grandes potências, foi um elemento chave para o intervencionismo político externo no Oriente Médio, no quadro de uma administração norte-

[393] Isaac Deutscher. *Op. Cit.*, p. 74.

americana que assumia, de modo consciente e explícito, responsabilidades políticas, e policiais, de caráter mundial.[394]

If you can't come to town, please telephone 4607

Lighting, Heating, Cooking, Refrigeration

CARL MARX

3 PRINCESS MARY AVE., JERUSALEM

THE PALESTINE POST

JERUSALEM SUNDAY, MAY 16, 1948

PRICE: 25 MILS VOL. XXIII. No. 6714

THE PALESTINE POST

THE SUBSCRIPTION DEPARTMENT has returned to The Palestine Post office, Hassolel Street, Jerusalem, Tel. 4253.

STATE OF ISRAEL IS BORN

The first independent Jewish State in 19 centuries was born in Tel Aviv as the British Mandate over Palestine came to an end at midnight on Friday, and it was immediately subjected to the test of fire. As "Medinat Yisrael" (State of Israel) was proclaimed, the battle for Jerusalem raged, with most of the city falling to the Jews. At the same time, President Truman announced that the United States would accord recognition to the new State. A few hours later, Palestine was invaded by Moslem armies from the south, east and north, and Tel Aviv was raided from the air. On Friday the United Nations Special Assembly adjourned after adopting a resolution to appoint a mediator but without taking any action on the Partition Resolution of November 29.

Yesterday the battle for the Jerusalem-Tel Aviv road was still under way, and two Arab villages were taken. In the north, Acre town was captured, and the Jewish Army consolidated its positions in Western Galilee.

Most Crowded Hours in Palestine's History

Between Thursday night and this morning Palestine went through what by all standards must be among the most crowded hours in its history.

For the Jewish population there was the anguish over the fate of the few hundred Haganah men and women in the Kfar Etzion bloc of settlements near Hebron. Their surrender to a fully equipped superior foreign force desperately in need of a victory was a foregone conclusion. What could not be known, with no communications since Thursday morning, was whether and to what extent the Red Cross and the Truce Consuls would secure civilized conditions for prisoners and wounded, and proper respect for the dead. Doubts on some of these anxious questions have now been resolved.

On Friday afternoon, from Tel Aviv, came the expected announcement of the Jewish State, and its official naming at birth, "Medinat Yisrael"—State of Israel, with the swearing in of the first Council of Government. The proclamation of the State was made at midnight, coinciding with the sailing from Haifa of Britain's last High Commissioner. Within the hour, President Truman announced in Washington that the Government of the United States had decided to give *de facto* recognition to the Provisional Government of Jewish settlements in North-Eastern Galilee.

The Security Council met yesterday in a special session to consider action on the invasion of Palestine by member states of the U.N.

In the afternoon, Jerusalem was subjected to shelling from the northwest.

Haganah forces throughout the country continued mopping up, and Jewish sources claimed most of Western Galilee safe against attack. Nahariyah, near Jisr el

JEWS TAKE OVER SECURITY ZONES

The Battle for Jerusalem, which began when the British forces withdrew on Friday morning, continued all day Friday and yesterday. The crackle of small-arms fire and explosions of mortar shells were still being heard in the early hours of this morning as the battle entered its third day.

Repeated efforts on Friday evening and again on Saturday by the U.N. Truce Commission to bring about a "cease fire" were brought to nought when the Arab representatives failed to agree within the specified time limit.

On Friday morning, Jewish forces entered the Russian Compound and Zone C to recover the buildings requisitioned from Jews last year. This operation was almost bloodless, but beyond western edge of Zone C, Arabs engaged the Jews in Jaffa Road. The Arabs were forced back and the Barclays Bank area was taken.

In other parts of the city fighting flared up. Jews overran one after another the areas evacuated by the British. By

Egyptian Air Force Spitfires Bomb Tel Aviv; One Shot Down

Kol Israel, the Tel Aviv broadcasting station, reported at 2 o'clock yesterday afternoon that Tel Aviv had been bombed three times in the previous evening and morning, and that one plane had been shot down and its Egyptian pilot taken prisoner.

In the first raid, four planes attacked from a height of 300 feet. Two dropped bombs, while the others strafed the city. Little damage was caused. In the second attack two hours later, the airport to the north of the city was bombed, and an Air France plane parked there was damaged. The third raid was launched shortly before midday, but the planes were driven off without causing any damage.

Two settlements in the Negev had also been attacked from the air, the radio reported.

A country-wide blackout was ordered by Air Raid Precaution Headquarters in Tel Aviv.

Mr. David Ben Gurion, the Prime Minister, broadcast from Tel Aviv to the people of America yesterday morning. As he spoke, Egyptian planes were bombing the city.

In the north, the settlements of Ein Gev and Shaar Hagolan and Dan had been shelled, but no further details were available.

Kalandia airfield was taken by the Jewish army on Friday morning, shortly after the High Commissioner had left; there by plane for Haifa. The field was evacuated, together with the neighbouring settlement of Atarot, on Friday night. The settlement itself was burnt by Arabs yesterday.

2 Columns Cross Southern Border

By WALTER COLLINS
U.P. Correspondent

Etzion Settlers Taken P.O.W.

Fighting in the Kfar Etzion bloc continued throughout

U.S. RECOGNIZES JEWISH STATE

WASHINGTON, Saturday. —Ten minutes after the termination of the British Mandate on Friday, the White House released a formal statement by President Truman that the U.S. Government intended to recognize the Provisional Jewish Government as the *de facto* authority representing the Jewish State.

The U.S. is also considering lifting the arms embargo but it is not known whether to Palestine only or the entire Middle East, and the establishment of diplomatic relations with the Jewish Provisional Government.

The White House press secretary, Mr. Charles Ross, told correspondents today that reaction so far to the recognition had been overwhelmingly favourable. He said this step had been discussed with Mr. Marshall and Mr. Lovett before action was taken, and it had their complete support.

Mr. Ross said that the President had decided several days

Proclamation by Head Of Government

The creation of "Medinat Yisrael", the State of Israel, was proclaimed at midnight on Friday by Mr. David Ben Gurion, until then Chairman of the Jewish Agency Executive and now head of the State's Provisional Council of Government.

David Ben Gurion, Prime Minister

The first act of the Council of Government, as announced by its head, was to abolish all legislation of the 1939 White Paper of the late Mandatory Power, particularly the Ordinances and Orders relating to immigration and land transfer.

In the declaration of independence, Mr. Ben Gurion called on the Arabs of Palestine to restore peace, assuring them full civic rights and full representation in all governmental organs of the State.

Mr. Ben Gurion prefaced the declaration with a review of the historic connection of the Jewish people with the Land of Israel and of their efforts to return, which never ceased throughout the generations of their dispersal, until the Nazi holocaust proved anew the urgency of the need for a Jewish State.

The Balfour Declaration of 1917, confirmed by the League of Nations, had given explicit

Special Assembly Adjourns

FLUSHING MEADOWS, Saturday. — The Special U.N. Assembly called four weeks

The Palestine Post **anuncia a proclamação do Estado de Israel, seu reconhecimento pelos EUA e as ações militares contra os árabes, sob o curioso patrocínio de "Carl Marx" (acima, à esquerda)**

A destruição da Palestina histórica foi também responsável por eliminar o maior rival do Líbano na concorrência comercial no Oriente Médio, algo que foi visto com bons olhos pela elite econômica libanesa. Entre 1947 e 1952, o governo libanês de Bechara El-Khouri estava dividido entre apoiar principalmente o setor comercial ou apoiar a indústria. As medidas liberalizantes em um primeiro momento tiveram um efeito negativo sobre a economia do país. As pressões dos dois grupos econômicos principais forçavam o governo a promover políticas conciliatórias para resolver as crises que surgiam com frequência. Somente após as tensões que envolveram o fim da união alfandegária com a Síria o país encaminhou-se para uma crescente liberalização de sua economia. Foi em 1950 que aconteceu o rompimento da união aduaneira do Líbano com a Síria. Essa dissolução foi um passo importante no processo de liberalização da economia no Líbano ao liberar o país dos efeitos das políticas sírias de restrição ao comércio externo. Desde a independência a união aduaneira dos dois países era motivo de frequentes conflitos entre os governos de Beirute e Damasco.

Na Síria, ao contrário, a política econômica era caracterizada pela adoção de práticas protecionistas visando a defender as indústrias e a agricultura local da concorrência externa, com programas para estimular o crescimento desses setores. Para os sírios eram importantes políticas alfandegárias para garantir a sobrevivência das suas nascentes indústrias têxteis, prejudicadas pela concorrência estrangeira, ou as recém-instaladas indústrias de artigos de vidro. Os sírios também se preocupavam com as consequências adversas que o acordo monetário franco-libanês tinha para seu país, e com a presença excessiva dos comerciantes libaneses que dominavam o comércio sírio e eram responsáveis pelas importações que prejudicavam sua indústria.

[394] Elie A. Salam. Arab-American relations: an interpretative essay. In Han-Kyo Kim (ed.). *Essays on Modern Politics and History.* Athens, Ohio University Press, 1969.

Já os comerciantes libaneses desconfiavam do nacionalismo econômico e da intervenção militar na vida política síria, de seu controle sobre o fluxo de bens e capital, que afetavam seus negócios na Síria. Viam como arrogância nacional o nacionalismo sírio e defendiam o rompimento da união aduaneira como condição para o Líbano se estabelecer como uma zona de livre comércio. Os mercadores libaneses se ressentiam das obras que buscavam desenvolver o porto de Latakia, pois ele poderia vir a ser um rival de Beirute, além de rejeitarem a política do governo sírio de estimular os mercadores locais a assumirem o controle do comércio nacional afastando os libaneses. O resultado final desse conflito foi o rompimento da união aduaneira em março de 1950.[395]

Campo de refugiados palestinos em Jaramana, Síria

O surgimento de Israel, porém, também pressionava politicamente o Líbano, pois poderia estimular grupos separatistas maronitas a promover o rompimento do Pacto Nacional e colocar em xeque a existência do país, bem como criava uma situação de tensão permanente na fronteira sul, que permanecia fechada, já que o Líbano continuava tecnicamente em guerra com o recém-criado Estado judeu e temia que ele pudesse invadir o território libanês. Existia também o temor de que Israel pudesse vir a ser, como veio a acontecer, um centro econômico dinâmico e ameaçar a posição comercial e financeira do Líbano. A paralisação da Liga Árabe também deixava o Líbano isolado para enfrentar a ameaça israelense. Com a criação do Estado de Israel e a expulsão da população árabe do território outorgado em conformidade com as disposições da ONU, e também dos territórios ocupados militarmente pelo novo Estado, o cenário político do Oriente Médio foi virado pelo avesso.

Em condições sociais, porém, bem diferentes daquelas prevalecentes antes do conflito mundial: "O Oriente Médio de hoje não é o Oriente Médio de vinte anos atrás, com sua população de *felaheen* atrasados, explorados e oprimidos pelos príncipes feudais reacionários. Todos estes países experimentaram uma industrialização considerável nos anos recentes, e este processo recebeu um grande ímpeto durante a guerra. Com o crescimento da indústria, veio o crescimento da classe trabalhadora, a emergência de sindicatos, de organizações socialistas, de jornais da classe operária. Os velhos príncipes feudais, tremendo diante do

[395] José Ailton Dutra Jr. *Op. Cit.*

espectro desta nova classe trabalhadora, lançaram-se nos braços dos 'protetores' britânicos".[396]

Em que pese o suposto dinamismo e força econômica da burguesia judia, esta também era dependente do exterior: "Israel não pode viver por seus próprios meios. Fundos coletados além-mar cobrem os custos do exército com seus equipamentos, dos imigrantes e de sua subsistência. O jovem Estado carrega o peso de uma grande burocracia, sustentada pelos impostos e taxas aduaneiras já que os fundos coletados são insuficientes. A burguesia sabe se cuidar, mas as massas estão empobrecidas".[397] Os únicos ramos industriais que demonstravam algum crescimento, devido à produção para a guerra, eram metais e energia elétrica. A agricultura apresentava um crescimento maior comparado ao setor industrial mas sofria da falta de mão de obra já que poucos dos imigrantes mais recentes estavam dispostos a se tornar agricultores nos *kibutzim* (assentamentos cooperativos). Havia um vasto desemprego e pouca oferta de postos na indústria. A desmobilização das tropas devido ao fim da guerra agravou o quadro de desemprego em Israel.

Segundo um dos chefes do departamento de colonização da Agência Judaica, os dois problemas enfrentados neste campo eram financiamento e recursos humanos: "A maioria dos novos imigrantes abandonam os assentamentos após um breve período e muitos se recusam a integrá-los". Respondendo a um grupo de críticos do Mapam (partido operário sionista simpatizante da União Soviética) declarou que "o recrutamento era a única forma de erguer os novos assentamentos, assim como o foi com o exército".

O desenvolvimento da agricultura, assim como o exército, dependia de financiamento externo, proveniente principalmente dos Estados Unidos. Não obstante a política econômica do governo estar dirigida para o maior desenvolvimento possível da agricultura, a produção e o consumo locais de produtos agrícolas registraram queda em 1949 (entre 10% e 30-40% para os produtos de consumo básico como leite, ovos, verduras e cereais) devido ao crescimento da imigração e liquidação da agricultura árabe. Do total das importações, os produtos agrícolas corresponderam a 31% de julho a dezembro 1947, 38% de julho a dezembro 1948 e 40% em janeiro-fevereiro 1949. As exportações também caíram no mesmo período: a exportação de cítricos, que correspondia a 45,3% do total das exportações israelenses, diminuiu em mais de 1,5 milhão de caixas de 1947-48 até 1948-1949.

A inflação no período tornara o preço dos cítricos pouco atraente aos principais países importadores, a Inglaterra e demais países da Europa. No início, o país se mantinha com as doações vindas de judeus do mundo todo, principalmente dos Estados Unidos e com a produção agrícola, com destaque para a laranja. A exportação de diamantes lapidados, que ocupava o segundo lugar nas exportações israelenses (17,3% no segundo semestre de 1948), também estava em queda. Os 37,4% restantes das exportações israelenses consistiam em bebidas alcoólicas, tecidos de lã, peles, metais, lã crua, objetos religiosos. Em que pese uma redução forçada das importações, determinada pelas autoridades competentes na tentativa de diminuir o déficit na balança comercial, em 1949 elas ainda correspondiam a cinco vezes o valor exportado, e um saldo negativo estimado em 400 milhões de libras. Os dados econômicos disponíveis em 1948-49 (havia uma retenção das estatísticas, justificada pelo Estado como uma "medida de segurança") comprovavam a completa dependência do novo Estado em relação às potências, bem como a importância dos *magbioth*, fundos coletados no exterior, nos EUA principalmente.

Em 1942, em plena Segunda Guerra Mundial, o governo mandatário emitira um decreto, obrigando o congelamento de todos os preços, salários e aluguéis. Depois da guerra, os preços

[396] Zionism and the Jewish Question in the Near East. *Fourth International*. Nova York, outubro 1946.

[397] Notes on the Israeli economy. *Fourth International*. Nova York, outubro 1949,.

começaram a subir. A solução foi criar um índice que atrelasse os salários ao aumento de preços, assegurando que nem o poder de compra caísse, nem os salários ultrapassassem os índices de inflação. Logo foi assinado um acordo nesse sentido entre a Associação dos Fabricantes e a *Histadrut*, que se tornou lei em 1950: de modo geral, os salários de todos os trabalhadores estavam protegidos do ataque inflacionário. A inflação anual subiu de 14% em 1952 para 66% em 1953, devido à nova política econômica, que desvalorizou consideravelmente a moeda e relaxou o controle de preços.

Em 1954, foi fundado o Banco de Israel, que sempre considerou a inflação como o principal problema do país. O percentual inflacionário de um dígito se manteve ao longo das duas primeiras décadas do Estado, com exceção de 1962, quando atingiu 10%. Durante a maior parte desses anos, a economia teve um crescimento rápido, a uma taxa média anual de quase 10%, três ou quatro vezes maior do que a das economias ocidentais na época; a importância econômica da produção de armamentos superou à de laranjas, no período. Além disso, o desemprego era relativamente baixo.

Israel foi rapidamente admitido como membro das Nações Unidas, em 11 de maio de 1949. No mesmo ano a chamada “Linha Verde” passou a ser a fronteira administrativa entre Israel e os territórios ocupados. A 14 de outubro de 1953, em Qibya, na Cisjordânia, 38 mulheres e crianças e 32 homens palestinos foram assassinados por um comando do Tsahal dirigido por Ariel Sharon, em resposta a um atentado com bomba que havia morto uma mulher e duas crianças em Israel. As fronteiras de Jerusalém foram ampliadas por Israel, que incorporou Jerusalém Oriental. O nacionalismo árabe, por sua vez, precisou se reformular à luz das novas condições sociais, e das condições políticas e históricas criadas pelo surgimento do Estado de Israel.

A CRISE-GUERRA DE SUEZ

A derrota na guerra contra Israel foi um divisor de águas na história do mundo árabe. O nacionalismo árabe do segundo pós-guerra mudou, em decorrância dela, sua configuração política e seu caráter de classe, deslocando de sua direção política as antigas elites dirigentes muçulmanas "feudais" (na falta de termo melhor), que tinham sido hegemônicas nas revoltas árabes da primeira metade do século, em favor de lideranças oriundas de classes mais baixas ou plebeias da sociedade. O nacionalismo árabe laico e secular começara a se organizar no século XIX graças à influência de camadas intelectuais "ocidentalizadas" do Oriente Médio, e se desenvolveu amplamente no século XX nos centros urbanos árabes, em especial nas instituições criadas pela modernização econômica e social da região (as universidades e os exércitos).

Por outro lado, o internacionalismo socialista conquistara muitos adeptos entre a intelectualidade e o operariado local, sobretudo com a vitória da revolução soviética e a expansão internacional de sua influência. Em que pesem seus fracassos políticos inciais, sobretudo no Egito no pós-Primeira Guerra Mundial, o nacionalismo árabe de base pequeno-burguesa urbana ganhou nova vigência, favorecida pela degeneração da URSS e de sua política externa (além da bancarrota e dissolução da Internacional Comunista, em 1943), e em oposição ao seu apoio à criação do Estado de Israel. Quando o Partido Comunista libanês, por exemplo, rejeitou o plano de partilha da Palestina, argumentou que a limpeza étnica dos árabes seria nociva para o novo Estado judeu.

A guerra de 1948 e o novo equilíbrio de poder no Oriente Médio não apenas permitiram desviar as massas árabes do Oriente Médio da luta contra a dominação das potências europeias para a luta contra o Estado de Israel, como ajudaram a exaurir os recursos e as reservas de praticamente todos os Estados árabes do Oriente Médio. O grande componente estratégico da nova situação era a estratégia norte-americana de garantir o controle das imensas jazidas de petróleo da região, particularmente nas terras em torno do Golfo Pérsico, consideradas essenciais para as economias dos países ocidentais e membros da OTAN, como a Turquia: elas eram estimadas entre 100 e 150 bilhões de barris, isto é, eram de três a cinco vezes maiores do que as reservas norte-americanas, as maiores constatadas até a Segunda Guerra Mundial. Os temores norte-americanos apontavam para a saída dos países árabes da "órbita ocidental" por meio de processos revolucionários ou de governos nacionalistas ou de esquerda. Em um documento escrito para o presidente do Estado-Maior Conjunto norte-americano por Alfred Johnson - subdiretor para assuntos logísticos -, podia-se perceber essa preocupação na constatação de que os países da "aliança ocidental" (a OTAN) dependiam em 90% do seu fornecimento de petróleo de entregas vindas do Oriente Médio.

A principal expressão do novo nacionalismo árabe foi o partido *Ba'ath* ("Renascimento" ou "Ressurreição"). O baathismo propunha a unificação do mundo árabe em um único Estado, seu lema era "Unidade, Liberdade, Socialismo". O partido foi fundado na Síria pela fusão do movimento árabe Ba'ath, liderado por Michel Aflaq (um líder político cristão), Salah Ad-Din Al-Bitar (um líder político muçulmano sunita) e o Ba'ath Árabe, liderado por Zaki Al-Arsuzi (um líder muçulmano alauita), em abril de 1947, adotando o nome de "Partido Socialista Ba'ath", que defendia a ideia de que os árabes, embora estivessem espalhados por uma ampla área geográfica desde o Magrebe até o Omã, faziam parte de uma única nação que fora artificialmente dividida pelo colonialismo europeu. A recuperação da nação árabe somente seria bem sucedida quando ela fosse unificada em um único Estado.[398] Os comunistas

[398] Este nacionalismo não era religioso, mas não prescindia da religião. Em 1943, Michel Aflaq (que era cristão ortodoxo grego) escrevia: "Europa tem tanto medo do Islã hoje como no passado. Ela sabe que a força do Islã (que antigamente expressava a força dos árabes) renasceu e reapareceu sob uma nova forma: o nacionalismo árabe".

libaneses (e também os sírios), porém, começaram se opondo à noção dos nacionalistas de que, independentemente das fronteiras e da distância geográfica, as populações falantes de língua árabe fossem um único povo.

A nação árabe havia sido, para o Ba'ath, uma entidade permanente ao longo da história, porém estava em uma situação de decadência e necessitava recuperar sua grandeza perdida, "ressuscitar" para a história. Tal processo dar-se-ia por meio da regeneração pessoal de cada membro da nação árabe. Esse processo não era religioso, mas moral: para ser árabe não era necessário ser muçulmano. A essência da identidade árabe era o arabismo e não a religião, o Islã. No começo, a base social do Ba'ath era constituída por estudantes de classe média das cidades sírias, por proprietários rurais de porte médio e membros das elites rurais das comunidades alauita e drusa. Também havia um grupo atraído pelo Ba'ath que seria importantíssimo: os oficiais militares de origem rural ou vindos das comunidades islâmicas "heterodoxas". O partido ajudou a abrir as carreiras das Forças Armadas para a ascensão social de classes até então "submergidas". No entanto, eram poucos os seguidores do Ba'ath entre a população camponesa pobre e entre os trabalhadores urbanos.

Filiais do partido rapidamente se estabeleceram em diversos países árabes. Como pan-arabistas, os baathistas libaneses se opuseram ao "Pacto Nacional", ao confessionalismo e a ao sistema político libanês, ao qual acusavam de ter agravado os conflitos políticos e sociais do Líbano. A estrutura organizacional do Ba'ath corria de cima para baixo, seus membros eram proibidos de manter contatos no mesmo nível da organização, todos os contatos tinham de passar por um nível de comando superior. O partido, juntamente com alguns oficiais militares, participou do golpe de março de 1949 que derrubou o presidente sírio Shukri Al-Quwatli. Quando o novo governo de Husni Al-Za'im provou-se tão repressivo quanto o precedente, o Ba'ath participou de outro golpe militar. A queda de Al-Za'im levou ao estabelecimento de um regime parlamentar; as eleições de finais de 1949 viram o Partido Popular (PP) conquistar a maioria. O PP se pronunciou em favor do estabelecimento de uma união federal monárquica síria-iraquiana. Akram Al-Hawrani, do Partido Socialista Árabe, convenceu a liderança do Ba'ath a apoiar um novo golpe de estado liderado por Adib Shishakli. Chegado ao poder, Adib Shishakli, no entanto, dissolveu o parlamento e iniciou uma ofensiva repressiva. Aflaq, Bitar e Hawrani, os dirigentes do Ba'ath, depois de serem detidos, deixaram a Síria, indo para o Líbano, onde acertaram a fusão do Partido Socialista Árabe de Hawrani com o Partido Ba'ath para formar o *Partido Socialista Árabe Ba'ath*. Uma aliança do PP e do Partido Nacional (PN), fortalecida pelo apoio de oficiais militares, forçou Shishakli a demitir-se em fevereiro de 1954. Novas eleições foram convocadas.

O partido recém-formado se tornou o segundo maior partido no parlamento sírio nessa eleição. O Ba'ath não reconhecia a divisão dos países árabes do Oriente Médio, estabelecida pelas potências imperialistas europeias, e possuía filiais em todos eles, que eram chamadas internamente ao partido de "regiões". Depois da grave crise política na Síria, os partidos tradicionais se uniram com o Ba'ath e o Partido Comunista Sírio, assinando um Pacto Nacional que ensejou o estabelecimento de um governo de "unidade nacional", liderado por Sabri Al-Asali. A partir de 1960, os comunistas passaram a sofrer a concorrência dos baathistas na organização dos trabalhadores pobres do norte do Líbano, que tinha sido tradicionalmente um campo exclusivo daqueles.

O contexto regional estava profundamente mudado: "No Líbano, até 1958 o Estado foi afastado do planejamento econômico e as elites econômicas foram deixadas livres para realizarem seus negócios com um mínimo de normas e medidas que pudessem interferir em seus assuntos. Em 1959, 82% da população possuía 40% da riqueza nacional: em contraste, os 4% mais ricos possuíam 32% do patrimônio do país. Dez anos depois esses percentuais praticamente não haviam mudado. Também a economia foi voltada para o exterior, com os ramos comerciais e de serviços no comando, e com o país desempenhando o papel de

entreposto financeiro e comercial entre o os países árabes e os ocidentais. O comércio, em 1966, correspondia a 40,6% do PIB do Líbano. Já a agricultura, o setor que mais empregava mão de obra, e a indústria, oscilaram entre 19,7% e 11,4% (1950) e 13,5% e 13,2% (1966), respectivamente, atingindo a indústria seu máximo percentual em 1958, ano em que aconteceu a primeira guerra civil do país, com 13,6%. A indústria somente ultrapassou a agricultura em 1964. Ao longo desses anos também se assistiu a ascensão do setor imobiliário, que em 1961 respondia por 11,1% do PIB: seu crescimento estava ligado à enorme entrada do capital árabe no país, cujos donos consideravam mais lucrativo aplicá-lo na compra de imóveis do que investir no setor industrial ou no agrícola".[399]

Nos países árabes exportadores de petróleo, principalmente na Arábia Saudita (transformada em primeiro exportador mundial) e nos emirados árabes do Golfo Pérsico, o boom econômico de pós-guerra, associado às crescentes exportações, enriqueceu de modo vertiginoso as famílias reinantes, dedicadas doravante a um consumo nababesco e a um desperdício econômico sem par, inimaginável em qualquer "classe" (seria melhor dizer família) dirigente do passado, em qualquer região do mundo. Um fenômeno já observado por Marx no século XIX na Índia colonial, a saber, uma combinação de relações sociais e políticas pré-capitalistas com as mais acentuadas formas da exploração capitalista, reproduziu-se nesses países na era histórica do grande capital financeiro.

O acordo monetário celebrado pelo Líbano com a França, apesar de custoso e de favorecer amplamente a antiga metrópole mandatária, permitia a liberação dos saldos em moedas estrangeiras acumulados durante a Segunda Guerra Mundial e concediam apoio à libra libanesa, tornando-a plenamente conversível, estável e amplamente aceita nos mercados financeiros internacionais. Esse acordo também promoveu a estabilização do mercado financeiro libanês. A compra pelo Estado de ouro monetário para aumentar a cobertura da moeda em circulação estabilizou seu valor. Esse ouro era adquirido graças aos excedentes obtidos do comércio invisível (turismo, transporte, remessas dos lucros do petróleo vindas dos países do Golfo) que permitiam ao governo comprar e estocar ouro.[400]

---

[399] José Ailton Dutra Jr. *Op. Cit.*

[400] O acordo para uma nova ordem econômica mundial foi firmado na conferência de Bretton Woods, que estabeleceu, em julho de 1944, regras para as relações comerciais e financeiras internacionais . As principais disposições do "sistema de Bretton Woods" foram: a obrigação de cada país adotar uma política monetária que mantivesse a taxa de câmbio de suas moedas dentro de um determinado valor indexado ao dólar - em torno de 1% - cujo valor, por sua vez, estaria ligado ao ouro numa base fixa de 35 dólares por onça troy, unidade de peso equivalente a 31 gramas (estabelecendo taxas de câmbio fixas, com o objetivo da estabilidade cambial) e a provisão pelo FMI de financiamento para dificuldades temporárias de pagamento. As bases políticas do sistema foram dadas pela concentração de poder em um pequeno número de Estados capitalistas, e a presença de uma potência dominante capaz de assumir a hegemonia (os EUA). O arranjo estabelecido em Bretton Woods, o "sistema dólar-ouro", refletiu a ascensão dos EUA como potência hegemônica, e o declínio mundial da Inglaterra. Ao final da guerra os EUA foram os grandes vitoriosos não apenas no plano militar, mas principalmente no econômico. Os países do Eixo - Alemanha, Itália e Japão - foram derrotados e terminaram com suas economias arrasadas; os países aliados europeus, Inglaterra e França, embora vitoriosos, tiveram como saldo de guerra, além dos danos humanos e materiais, forte perda de reservas e endividamento junto aos EUA, decorrentes das compras de armamentos e de provisões de guerra. Abria-se uma etapa em que os EUA, no papel de potência hegemônica no mundo ocidental, cumpriram, simultaneamente, o papel de fonte autônoma de demanda efetiva e a função de "emprestador de última instância", através da atuação de seu Banco Central, o *Federal Reserve*, como regulador da liquidez internacional do sistema. O fundamento era o papel central do dólar como moeda pivô. De 1944 até o início da década de 1950, a escassez de dólares manifestou-se em superávits nas contas correntes dos EUA e na demanda internacional de dólares para constituir reservas (nem cabia cogitar na conversibilidade em ouro das moedas dos outros países industrializados). As taxas de câmbio eram fixas, mas com mecanismos de flexibilidade e ajuste, para permitir aos governos corrigir problemas no balanço de pagamentos por

Essas compras tornaram Beirute o principal centro financeiro do Oriente Médio, o que foi favorecido pelo fato do país possuir uma elite com fortes vínculos com o capital ocidental. Outros setores dominantes, no entanto, eram mais vinculados ao seu entorno árabe e muçulmano, com estreitas relações entre as elites sunitas libanesas e as famílias reais do Golfo Pérsico: isso também favoreceu o Líbano para assumir o papel de intermediário entre o mundo árabe e o Ocidente.[401]

A política interna do país foi mudada pela chegada dos refugiados palestinos, que impulsionou a economia libanesa. Os empresários palestinos trouxeram modelos de administração de empresas mais sofisticados do que os existentes no Líbano, nas atividades bancárias, nos seguros, nas empresas de exportação e importação. Os capitais trazidos para os bancos libaneses, sendo o sistema bancário nacional ainda pequeno, estavam por trás do financiamento da construção de muitos edifícios em Beirute, bem como em Ammã e Damasco. A nova classe média palestina foi muito empreendedora no comércio e na indústria. Já os pobres, sofridos e humilhados moradores dos campos, forneceram sua mão de obra a preço baixo, o que permitiu aos capitalistas altos lucros.[402] Durante o período que coincidiu com a ascensão do nacionalismo árabe, o Líbano assistiu ao maior período de crescimento econômico de sua história, com uma média de crescimento do PIB de 6% a.a na década de 1950 e de 4% a.a. na década de 1960. O país consolidou-se como centro de serviços e de comércio do Oriente Médio.

Isto corria paralelo à exacerbação da questão palestina. A criação do Estado de Israel, com a extensão do domínio israelense sobre os "territórios ocupados" acrescentou um componente explosivo à situação do Oriente Médio e de todo o mundo árabe que, como constatou Tariq Ali, chegou a se questionar sua própria existência e futuro histórico. O mapa geopolítico do Oriente Médio havia sido decisivamente mudado em detrimento da população e das nações árabes. As lideranças políticas e religiosas deviam dar uma resposta, ou simplesmente desaparecer do cenário político. Essa questão passou a dominar as disputas políticas internas do Oriente Médio, e também a política das potências externas, que teve de se acomodar entre ela e a crescente importância mundial, petroleira e estratégica, do mundo árabe como um todo.

No mesmo período, o outro grande abalo político no mundo islâmico teve por teatro o Irã. Depois da saída das tropas estrangeiras estacionadas na Segunda Guerra Mundial do território iraniano, as pressões internas obrigaram o novo Xá a nomear como primeiro-ministro a Mohammed Mossadegh,[403] líder do grupo parlamentar nacionalista próximo à hierarquia islâmica xiita. Entre 1945 e 1950, a companhia petroleira britânica APOC pagara 90 milhões de libras em royalties ao governo do Irã, conseguindo, no entanto, benefícios de 250 milhões de libras em sua "operação iraniana". Era uma distribuição claramente desigual dos lucros petroleiros do país. O *Majilis*, parlamento iraniano, votou em favor da nacionalização da

---

meio das taxas de câmbio, em vez de controles de importação ou deflação doméstica. O FMI foi criado para a operação do sistema, suprindo instrumentos de crédito destinados a aliviar dificuldades temporárias no balanço de pagamentos e problemas de endividamento externo. Os créditos provinham das cotas de cada um dos países membros do Fundo.

[401] José Ailton Dutra Jr. *Op. Cit.*

[402] Por volta de 1970, mais da metade dos trabalhadores do país não eram libaneses, e sim sírios, palestinos, de outros países árabes vizinhos e, em menor medida, não árabes. Os trabalhadores estrangeiros estavam em uma situação desvantajosa em relação aos seus colegas libaneses, eram empregados majoritariamente na agricultura, onde as leis trabalhistas não eram aplicadas; e não tinham influência no movimento trabalhista.

[403] A indicação de Mossadegh para primeiro ministro pelo *Majilis* (parlamento) fora feita com só um voto de maioria.

indústria petroleira, mas o primeiro ministro do Xá negou-se a levar a nacionalização à prática, criando uma crise política e sendo destituído e substituído por Mossadegh.[404]

A situação política interna era crítica, em março de 1951 os *Fedayin Islam*, seção iraniana da Irmandade Muçulmana, tinham executado o general Razmara, responsável pela repressão política dos anos precedentes. Mossadegh era favorável à nacionalização da *Anglo-Iranian Oil Company*. Por causa da sua enorme popularidade, o Xá teve que aceitar sua eleição como primeiro-ministro em 1951. A 1º de maio desse ano, o parlamento iraniano aprovou a nacionalização do petróleo. Em resposta, a Grã-Bretanha orquestrou um embargo ao petróleo iraniano com o objetivo de sufocar economicamente o país.

Os EUA se opuseram inicialmente ao boicote inglês por entenderem que ele poderia favorecer uma aproximação do Irã à União Soviética. A crise política agravou-se quando Mossadegh, ao descobrir que os britânicos conspiravam pela sua derrubada, rompeu relações diplomáticas com a Grã-Bretanha, expulsando seus representantes diplomáticos. Nesse momento, os EUA fizeram sua entrada no processo político iraniano. O presidente dos EUA, Harry Truman, tentou "contemporizar", fazer com que os britânicos aceitassem a nacionalização do petróleo, em nome da "autodeterminação dos povos"; era, na verdade, a arma política que os EUA usavam para substituir a Grã-Bretanha na região (os EUA eram então admirados no Irã; o "Grande Satã" externo, e por bons motivos, era a Grã-Bretanha, a velha potência colonial).[405] A crise política ficou escancarada. A Inglaterra, finalmente, traçou um plano golpista para afastar Mossadegh do poder, no qual conseguiram envolver os EUA, agitando um suposto "perigo comunista" associado à sua continuidade.

Eram tempos de "guerra fria": na presidência dos EUA, o democrata Harry Truman fora substituído pelo republicano Dwight Eisenhower, um militar que logo foi convencido pelo escritório da CIA em Teerã (liderado por Kermit Roosevelt, neto do presidente norte-americano Theodore Roosevelt, apóstolo e apologista consciente e declarado do imperialismo ianque) que o Irã estava entrando em ebulição e prestes a cair na órbita soviética, o que poderia significar uma crise no abastecimento de petróleo para os EUA. Com a paranoia anticomunista nos EUA crescendo cada vez mais, os golpistas da CIA não tiveram grandes dificuldades em convencer Eisenhower que o Irã estava prestes a tornar-se um país comunista, fenômeno que poderia espalhar-se pela região, tornando-se um desastre político para os EUA.

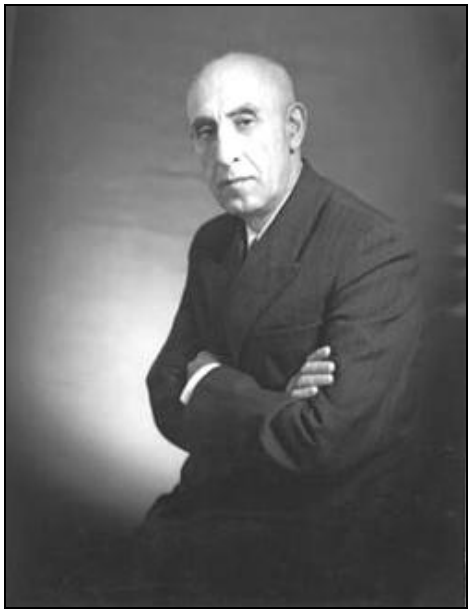
Harry Truman, em repetidas reuniões com o Xá iraniano nos EUA, no início da década de 1950, advertiu-o da necessidade de melhorar as condições de vida de sua população - advertências a

---

[404] Mohammed Mosaddegh nasceu em 1882 na capital iraniana, filho de uma família tradicionalmente ocupante de altos cargos no governo. Seu pai fora ministro das finanças sob a dinastia Qajar, e sua mãe era neta de um líder reformista, o príncipe Abbas Mirza. Fez seus estudos em Paris e na Suíça, onde em 1913 doutorou-se em direito pela Universidade de Neuchâtel. Mosaddegh lecionou na Escola de Teerã de Ciência Política no início da Primeira Guerra Mundial, antes de iniciar sua própria carreira política. Em 1921 foi nomeado ministro das Finanças. Desempenhou ainda a função de ministro dos Negócios Estrangeiros entre 1923 e 1925. Nesse ano opôs-se ao golpe de Reza Khan, que tinha deposto o último membro da dinastia Qajar, tendo ficado preso durante dois anos. Mosaddegh regressou à vida política em 1943, quando foi eleito deputado, liderando uma força política nacionalista. Reza Khan já tinha abdicado em favor do seu filho. Mosaddegh se opôs com sucesso à atribuição à União Soviética de uma concessão de petróleo na região norte do país. Preso depois de derrubado do cargo de primeiro-ministro, em 1953, após sua libertação viveu o resto dos seus dias sob o regime de prisão domiciliária até 1967, quando faleceu.

[405] Monty Woodhouse, o agente britânico cuja missão em Washington em janeiro de 1952 lançou as bases para a operação golpista, retornou depois ao seu país, onde foi guindado à condição de par do reino como Lorde Terrington. Tornou-se membro conservador do Parlamento e editor-chefe da respeitada Penguin Books. Escreveu também um livro de memórias em que falou francamente sobre seu papel no golpe de estado no Irã.

que o Xá não dava ouvidos. Sua obsessão era tornar-se a maior potência bélica da região, já que, como autocrata político e chefe das Forças Armadas, seu único trunfo para manter-se no poder era o exército. Por outro lado, o nacionalismo de Mossadegh mostrou rapidamente as suas limitações de classe. As plenas liberdades democráticas, apesar de reivindicadas pelo movimento popular, não foram concedidas. O partido comunista *Tudeh*, na ilegalidade desde 1949, não foi legalizado. Mossadegh também não executou a reforma agrária, e até fez passar no parlamento uma lei de interdição das greves. O movimento popular começou então a refluir. A situação foi aproveitada pelos agentes dos EUA e da Grã-Bretanha no Irã. Turmas de provocadores foram contratadas para fazer arruaças no centro da cidade, em nome de Mossadegh.



Mohammed Mossadegh

A depredação, o vandalismo, o suborno de jornalistas para manipular a opinião pública, aliada ao embargo imposto ao país pela Grã-Bretanha, foram os meios da preparação golpista. O partido *Tudeh* e outras forças de esquerda reclamaram armas contra o golpe, que Mossadegh recusou lhes entregar, "para não destruir o exército". Em 15 de agosto de 1953, instigado pela CIA, o Xá demitiu Mossadegh, o que provocou uma reação popular em favor do primeiro-ministro; o Xá foi obrigado a abandonar o Irã, refugiando-se em Roma. A 19 de agosto, provocadores e militares comprados com promessas de cargos marcharam à casa de Mossadegh.

O primeiro-ministro fugiu e o escolhido dos britânicos, o general Zahedi, assumiu mediante um golpe militar. O Xá, que se encontrava em Roma, foi chamado para retornar ao país e ao seu posto. O papel dos EUA no golpe, conhecido internamente na CIA como "Operação Ajax", só foi oficialmente admitido várias décadas depois. Na época, as agências e os jornais internacionais noticiaram que uma grande manifestação popular derrubara Mossadegh, retratado como um líder intransigente e fanático. Mossadegh foi detido e condenado à prisão. A partir desse golpe de Estado o Xá passou a governar como um ditador de fato. Não foi, portanto, um golpe palaciano, foi uma mudança de regime: doravante, o Xá não somente reinaria, mas também governaria. O Irã deixava de ser uma "monarquia constitucional" no estilo inglês, com o Xá nomeando o primeiro-ministro por indicação parlamentar, mas sem interferir no gabinete, e passava a ser uma ditadura monárquica com cobertura parlamentar, com um parlamento esvaziado de conteúdo e de poder político real. E assim foi pelo próximo quarto de século.

A companhia petroleira estatal teve que dividir seu patrimônio com cinco companhias norte-americanas, uma holandesa e uma francesa. A nova companhia, que manteve o nome dado por Mossadegh - Companhia Nacional Iraniana de Petróleo (NIOC, da sigla em inglês) - concordou em dividir ao meio seus lucros com o Irã, mas manteve a negativa de abrir os livros da empresa a iranianos e a aceitá-los em seu Conselho Diretor. Os ingleses desconsideravam negociar com "nativos ignorantes" e ainda diziam abertamente que a Grã-Bretanha tinha uma missão civilizadora internacional. Apenas conviviam com a elite local, submetida a seus interesses, ignorando as péssimas condições de vida a que era submetida a maior parte da população local.

Stephen Kinzer, em *All the Sha´s Men*,[406] defendeu a tese de que o golpe de 1953 foi a raiz histórica do terrorismo e do antiamericanismo no Oriente Médio, existindo uma linha de continuidade direta, segundo ele, entre a "Operação Ajax" e os atentados de 11 de setembro de 2001. Em 1953, os EUA surgiam como uma das duas superpotências do planeta e começavam a saborear o poder de derrubar ou modificar regimes políticos pelo mundo afora. O sucesso da Operação Ájax levou a tentativas similares na Guatemala, em Cuba, na Nicarágua, e ao apoio às ditaduras militares latino-americanas. O golpe de estado de 1953 fez com que os iranianos vivessem durante 26 anos sob um regime brutal. Em recompensa pelos serviços da CIA nesse episódio, as firmas americanas obtiveram 40% das ações da reprivatizada companhia petroleira iraniana.

Quanto aos articuladores iranianos do golpe contra Mossadegh, o mesmo Kinzer informa que Asadollah Rashidian, cuja rede subversiva de jornalistas, políticos, *mullahs* e chefes de gangues foi crucial para o sucesso da Operação Ajax, prosperou nos anos que se seguiram ao golpe. Ele e os irmãos permaneceram em Teerã, onde seus negócios floresceram sob o patrocínio do Xá. Sua casa se transformou num salão, onde políticos e outras figuras importantes passavam as noites discutindo o futuro do país. Em meados da década de 1960, o Xá passou a ver como um incômodo a presença em Teerã de uma figura tão bem relacionada e sabedora de tantos segredos. Rashidian mudou-se para a Inglaterra, para viver em conforto os anos que lhe restavam. Foi bem recebido, afinal ele garantira ainda algumas décadas de espantosos lucros para a AIOC, empresa parte da *British Petroleum*.

Foi outra a sorte do general Nasiri, oficial que liderou um primeiro golpe fracassado contra Mossadegh, e que jogou um papel importante no golpe final. Depois da queda de Mossadegh, Nasiri foi durante anos o fiel comandante da Guarda Imperial. Sua disposição e discrição no cumprimento das ordens do Xá o levaram, em 1965, ao comando da brutal *Savak*, cargo onde durante mais de uma década fez todo o serviço sujo do regime. Acusado de crimes hediondos, foi depois afastado do cargo pelo Xá como uma forma de tentar apaziguar a oposição.[407] "Shaban o Desmiolado", líder dos provocadores que assolaram Teerã durante agosto de 1953, foi presenteado pelo Xá com um carro Cadillac conversível. Tornou-se uma figura conhecida em Teerã por dirigir seu carro lentamente pelas ruas da cidade, com uma pistola de cada lado da cintura, pronto para saltar e atacar qualquer indivíduo que lhe parecesse favorável a Mossadegh ou contra o Xá. Os agentes da *Savak* o convocavam de tempos em tempos para aplicar surras, torturar e intimidar pessoas.

O Xá retornara ao poder, dando início ao seu reinado pessoal, e continuidade ao domínio da AIOC (Companhia Anglo-Iraniana de Petróleo), sob outro nome. Reza Pahlevi tentou legitimar

---

[406] Com tradução brasileira: Stephen Kinzer. *Todos os Homens do Xá*. O golpe norte-americano no Irã e as raízes do terror no Oriente Médio. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2004.

[407] Em 1979, nas vésperas da "revolução islâmica", dizendo-se chocado com os relatos de que a *Savak* abrigava torturadores, o Xá mandou seu velho amigo para a prisão. Logo depois da revolução, Nasiri foi enviado pelos guardas islâmicos para o paredão de fuzilamento. Os jornais de Teerã publicaram as fotos de seu cadáver.

a dinastia fundada por seu pai, Reza Khan, valendo-se da usurpação de títulos dos antigos imperadores persas, proclamando-se "A Luz dos Arianos", e mantendo-se no poder pelo uso cada vez maior da repressão política. No vizinho Iraque, em 1955, a consolidação da guerra fria levou o governo de Abdullah a romper relações com a URSS, aprofundar a repressão anticomunista, subscrever o "pacto de Bagdá" com Grã-Bretanha, Turquia, Irã e Paquistão.

O acordo previa a instalação de uma rede de bases militares estrangeiras, garantindo a exploração petrolífera colonial em toda a região. Em 1957, foi criada a *Savak*, policia política do regime monárquico. Antes disso, em 1956, o Xá tinha visitado... Moscou, estabelecendo relações comerciais. Em 1967, inclusive, a URSS se transformou em importante fornecedora de equipamento militar para a ditadura do "luminar dos arianos". A própria China comunista entrou no jogo iraniano, abrindo em 1971 sua embaixada em Teerã. Uma "reforma agrária" por cima foi feita pelo governo do Xá, enriquecendo os donos das terras expropriadas, que receberam enormes compensações, com as quais eles foram encorajados a investir em novas indústrias. Os principais atingidos foram os camponeses pobres. Mais de 1,2 milhão deles tiveram suas terras expropriadas, levando-os à fome e ao êxodo para as cidades, onde ofereciam trabalho barato para os novos capitalistas. 66% dos trabalhadores da indústria do tapete na cidade de Mashad tinham idade entre seis e dez anos, enquanto que em Hamadam o dia de trabalho era de estafantes 18 horas. Apesar de um piso mínimo salarial que tinha sido garantido pelo regime, 73% dos trabalhadores ganhavam menos que isso.

Outro importante elemento do quadro político geral era a crise dos partidos comunistas em todo o Oriente Médio, depois do apoio do Kremlin à fundação do Estado sionista e também devido à subordinação dos PCs às formações políticas nacionalistas em nome da teoria da revolução em "duas etapas" (os dirigentes do Kremlin denunciavam "a tese avançada por alguns do caráter proletário da revolução no Oriente Médio", que "estava totalmente em desacordo com a realidade histórica", e "refletia a ideologia trotskista da revolução permanente"), que tirava deses partidos todo perfil político independente do nacionalismo.[408] Se, socialmente, a classe operária tinha se fortalecido com o crescimento industrial e extrativo, sua presença política, ao contrário, viu-se diminuída.

No quadro político internacional mudado depois do segundo conflito mundial, as populações árabes, em especial os egípcios, tal como ocorrera no final da Primeira Guerra Mundial, tinham enormes expectativas de poder, enfim, constituir sociedades independentes e ver os tradicionais dominadores externos pelas costas. Entretanto, vários anos já se haviam passado desde a derrota de Hitler, em 1945, e nada dos britânicos acenarem com um adeus ao Egito. El Cairo olhava com esperanças para a Índia, que conquistara a independência por meio de uma negociação entre o Mahatma Gandhi e Lorde Mountbatten, em 1947, e desejava o mesmo para o Egito. Os britânicos - atendendo à ONU e à pressão conjunta dos Estados Unidos e da URSS - haviam evacuado suas forças militares da Palestina em maio de 1948. Mas os anos corriam e nada mudava a dominação dos ingleses no Egito. Era óbvio que a monarquia de Faruk, reinando desde 1936, era um regime fantoche que não merecia ser considerado como um poder independente de um país livre. A CIA norte-americana, do seu lado, recrutou vários membros do primeiro escalão da SS nazista na região, que foram recebidos no Egito por Faruk.

A derrota árabe na guerra contra Israel foi, desse modo, o fermento de um novo nacionalismo secular que, no Egito, dirigiu-se em primeiro lugar contra a sobrevivência da presença britânica no país. A acumulação de descontentamento popular explodiu, finalmente, nos "motins de El Cairo", ocorridos entre os dias 26 e 27 de janeiro de 1952: milhares de cairotas, seguidos por seus compatriotas de outras cidades, saíram para as ruas, em fúria, para manifestar sua indignação com a continuidade da presença britânica no país. A explosão popular selou a sorte

[408] O colapso político do stalinismo e do nacionalismo árabe secular, foi, como veremos adiante, o principal motivo da reemergência do islamismo político no Oriente Médio, incluído na Palestina.

da monarquia do rei Faruk, que foi finalmente derrubada por um golpe militar no dia 22 de junho de 1952, pondo de fato um fim ao domínio de setenta anos dos britânicos sobre o Egito.

Revolta popular de El Cairo, 1952

A procrastinação dos britânicos foi a verdadeira causa da revolta egípcia. Eles haviam saído da longínqua Índia e da Palestina, e não se via razão alguma para que não saíssem do Egito. Um desacerto entre as tropas inglesas do tenente-general Sir George Erskine e a guarnição egípcia na cidade de Ismailia - que desandou num choque armado no qual cinquenta policiais egípcios foram mortos, e outros cem ficaram feridos pelas tropas ocupantes, foi a faísca que fez explodir o país. O comandante britânico justificou o brutal ataque ao acampamento dos policias egípcios como "necessário para prevenir futuros ataques terroristas contra os soldados britânicos". Um novo pretexto intervencionista começava a fazer seu caminho.

Dai a violenta reação popular antibritânica de 26 e 27 de janeiro. Tudo o que fosse representativo da presença europeia na cidade capital foi varrido naqueles dois dias por uma onda popular incontrolável. Em meio ao fogo e às chamas, da fumaça e da poeira, foram-se o Hotel Shepherd, o Banco Barclay, a sede da BOAC, empresa britânica de aviação, diversos cinemas e postos de gasolina explorados por empresas inglesas, assim como várias boates. Pouco sobrou do Clube de Turfe e do Cassino Badia, locais onde a alta sociedade colonial, inglesa ou egípcia, se divertia. Os civis ingleses, por razões de sobrevivência, pois muitos deles tinham sido mortos nas ruas, recuaram para a zona do Canal do Suez para protegerem-se, tornando-a uma área separada do restante do país (os oficiais britânicos alegaram estar no direito de se apoderarem do Canal, visto que assim concordara o rei Faruk ao assinar o Tratado Anglo-egípcio de 1936).

No total, 750 estabelecimentos de todo tipo foram destruídos pela população, com um prejuízo financeiro estimado em 50 milhões de libras esterlinas. O rei Faruk tentou apaziguar a situação demitindo o primeiro-ministro Nahas Pacha, que havia classificado os “amotinados” como "traidores" cuja única intenção era depor a monarquia. A leniência de Faruk em tomar qualquer medida enérgica contra a continuidade da presença inglesa - que havia recebido um reforço de seis mil soldados vindos via aérea da Ilha de Malta - expôs a fragilidade da monarquia. O rei Faruk tornara-se politicamente um inútil, não servindo para garantir os interesses britânicos e menos ainda para satisfazer o povo em seu anseio de liberdade e independência. E, desde a derrota das monarquias árabes frente a Israel, na guerra de 1948,

formara-se no seio da oficialidade egípcia um pequeno grupo de militares do alto escalão e do setor intermediário, generais e principalmente coronéis: o líder dos autodesignados “Oficiais Livres”, uma organização militar secreta, era o coronel Gamal Abdel Nasser, que se escorava, porém, no major-general Mohammed Naguib. Eles estavam fartos da corrupção, do servilismo e da incompetência generalizada do regime de Faruk.

Gamal Abdel Nasser nascera em Alexandria, em 1918; depois de ter frequentado o ensino secundário entrou na Real Academia Militar, na qual se formou em 1938, onde teve contato com os oficiais que formariam o *Movimento dos Oficiais Livres*, que possuíam o sentimento de serem os herdeiros das antigas lutas pela emancipação egípcia, embates que vinham dos tempos da “Revolução Urabi” de 1881 e passavam pela militância de Saad Zaghlul, o fundador do partido Wafd (há muito tempo reduzido à impotência). Viam-se também como reformadores sociais, e chegaram a propor um "socialismo árabe", com a proposta de realizar uma reforma agrária total, ao mesmo tempo em que se apresentavam como campeões regionais do *pan-arabismo*, ideologia forjada em reação à derrota e à humilhação árabe na guerra contra Israel em 1948-1949, diferenciada do *pan-islamismo*, que não diferenciava árabes de não árabes na *umma*. Essa vertente laica do pan-arabismo era rejeitada pelas elites dos Estados árabes petroleiros do Golfo Pérsico.

Gamal Abdel Nasser

Os oficiais que passaram a ser chamados de “nasseristas” posicionavam-se como nacionalistas frente ao domínio britânico e como socialistas frente ao poder dos latifundiários do país. O sistema de propriedade das terras no Egito até as vésperas da “revolução nasserista” era o espelho da desigualdade social do país: apenas 0,1% dos proprietários controlavam 1/5 das regiões produtoras, sendo que 0,4% deles ficavam com um terço delas, enquanto que aos 95% dos camponeses, os *fellahs*, restavam apenas 35% das áreas de plantio.

No dia 22 de junho de 1952, as tropas comandadas pelos jovens oficiais cercaram com seus tanques o palácio real de Abdin. Na manhã do dia seguinte, Anwar El-Sadat, colega e seguidor mais próximo de Nasser, anunciou pelo rádio o programa dos Oficiais Livres. O desprestigiado monarca ainda tentou repassar a coroa para o seu herdeiro Ahmed Fouad, mas foi forçado, a 26 de junho, a abdicar e ir para o exílio no seu luxuoso iate. Com ele embarcaram os derradeiros vestígios do regime monárquico do Egito: Faruk ficou célebre nos anos seguintes como frequentador contumaz de cassinos e festas na Europa, mantendo colunistas sociais para darem cobertura às suas façanhas de *bon vivant* internacional.

A recém-formada Comissão do Conselho Revolucionário (CCR) indicou o major-general Mohammed Naguib como o chefe do governo, tendo Nasser na retaguarda como poderosa sombra. Num só golpe de força, sem derramamento de sangue, os trinta anos do reinado fantoche criado pelos britânicos em 1922 desapareceram do horizonte dos egípcios, enquanto o coronel Nasser, com apenas 34 anos, deixava o anonimato para vir a tornar-se o *Raïs*, o caudilho, o maior nome do Egito moderno. No dia 8 de junho de 1953, em seguida ao afastamento definitivo do herdeiro Fuad, a *República do Egito* foi proclamada. Duas medidas históricas foram tomadas de imediato pelos militares revolucionários: a desapropriação das terras dos latifundiários, e a sua distribuição entre os *fellahs*, os camponeses pobres, medida adotada em setembro de 1952. O novo governo determinou que, dali em diante, as propriedades rurais não poderiam ultrapassar a extensão de 200 *feddans*, realizando uma redistribuição de terras que favoreceu a 341 mil *fellahs*. Muitos deles passaram a explorar as terras, organizados em *hiyazahs* (cooperativas).

A reação conservadora contra a reforma agrária nasserista não tardou. Líderes religiosos, estritamente ligados aos proprietários fundiários, muito deles ligados à *Al-Ikhwan*, a Irmandade (ou Fraternidade) Muçulmana, mobilizaram-se e passaram a praticar atentados contra o novo regime, inclusive tentando assassinar o próprio Nasser. A Irmandade Muçulmana, que fora inicialmente aliada de Nasser, foi a partir de então reprimida violentamente, inclusive com o apoio da CIA (os EUA buscaram, inicialmente aproximar-se do novo regime que, afinal, tinha o mérito de ter limpado o caminho norte-americano no Oriente Médio da incômoda e anacrônica presença colonial inglesa) e até com o concurso os antigos agentes alemães dos tempos da guerra mundial recrutados por aquela; estes conseguiram a façanha de sobreviver à degringolada do *Führer*, primeiro, e do corrupto monarca egípcio a que serviram depois, até alguns deles conquistarem sua aposentadoria por velhice nos regimes "socialistas" do Oriente Médio.

Paralelamente, iniciou-se a negociação para a evacuação definitiva das tropas britânicas da zona do Canal de Suez, ainda de propriedade anglo-francesa, com garantias da manutenção do seu livre trânsito, acordada em julho de 1954, o mesmo ano em que o general Naguib foi afastado da presidência do Egito, que foi assumida por Nasser. No mesmo ano, o Sudão atingiu sua independência política. Em setembro de 1955 o Egito anunciou que compraria armas da Tchecoslováquia, o que despertou una forte oposição da parte dos Estados Unidos. Os EUA, que já tinham desestabilizado o regime nacionalista iraniano de Mossadegh, reinstaurando os plenos poderes autocráticos da dinastia Pahlevi, ficaram alarmados. A influência dos EUA no Oriente Médio crescia ao compasso do declínio britânico, e começava também a suscitar reações nacionalistas. Nasser "inspirou" uma tentativa mal sucedida de golpe militar contra a monarquia na Arábia Saudita, que vinha estreitando laços cada vez mais fortes com os EUA. O rei Saud conseguiu sufocá-la, mas o episódio foi uma forte sacudida no imobilismo político árabe.

A revolução nasserista também se projetava no âmbito internacional, em especial no que começava a ser chamado, graças aos jornalistas franceses, de "Terceiro Mundo". O chamado "Terceiro Mundo" (considerado como diverso do "mundo livre" capitalista e do "campo socialista" definido no quinquênio posterior ao fim da Segunda Guerra Mundial) ganhou rapidamente uma expressão política internacional. Em abril de 1955 teve lugar a Conferência de Bandung, na Indonésia. O encontro propôs a criação de um "tribunal da descolonização" para julgar os responsáveis pela prática de políticas imperialistas, entendidas como crimes contra a humanidade. Bandung deu origem à chamada "política de não alinhamento" - postura diplomática e geopolítica de equidistância das grandes potências capitalistas ou socialistas. A reunião de 1955 conferiu estatura internacional a alguns chefes de Estado: o presidente Sukarno, da Indonésia; Chou En-Lai, o primeiro ministro da China; e o presidente egípcio, Gamal Abdel Nasser. No lugar do conflito Leste-Oeste, Bandung criou o conceito de conflito

Norte-Sul, expressão de um mundo dividido entre países ricos e industrializados e países pobres exportadores de produtos primários.

O Egito nasserista também se movimentou regionalmente em resposta ao Pacto de Bagdá, firmado entre Iraque e Turquia a 13 de janeiro de 1955. Esse pacto estava ligado à estratégia norte-americana de garantir o controle das imensas jazidas de petróleo da região, particularmente daquelas nas terras em torno do Golfo Pérsico, que eram consideradas essenciais para as economias dos países ocidentais e as de membros da OTAN, como a Turquia. Como o Egito imediatamente se opusesse a esse pacto, denunciado como um movimento contra a revolução egípcia, Nasser criou outra aliança, o "Pacto Tripartite Árabe", em 2 de março de 1955, que englobava o Egito, a Síria e a Arábia Saudita. Os dois últimos Estados, mais o Iêmen, haviam condenado a formação da Aliança entre Bagdá e Ancara.

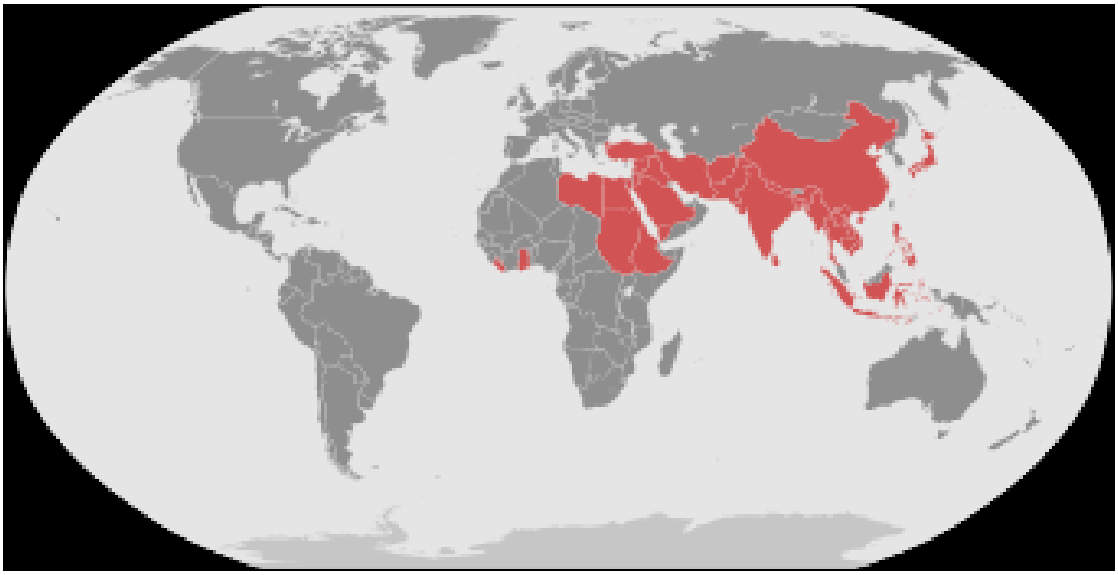
Para o líder egípcio o Pacto de Bagdá era uma maneira dos britânicos manterem a sua hegemonia no Oriente Médio após a descolonização dessa região, e isso era ainda mais grave pelo fato de que o Canal de Suez ainda permanecia sob o controle de Londres, com quem eles haviam acabado de assinar um acordo de evacuação das tropas britânicas, em novembro de 1954. Por conta disso, os egípcios recusaram um convite feito pelo próprio primeiro-ministro britânico Anthony Eden, em uma visita a El Cairo, em fevereiro, para que o seu país se juntasse a essa aliança. O "Pacto Árabe" de Nasser se definia e inseria dentro de uma estratégia de não alinhamento e neutralismo internacional, reforçada por meio de sua exitosa participação na Conferência de Bandung, que o projetou como grande liderança do Terceiro Mundo junto a lideranças como as de Tito e Nehru, que manifestaram seu apoio às posições do *Raïs* egípcio.

O Pacto de Bagdá estava dirigido contra a crescente influência soviética e "parecia responder às exigências de coordenção do sisitema de defesa dos países árabes, mas continha elementos que iam contra os interesses do Estado de Israel; o governo turco tentou diferenciar sua posição anexando ao Pacto uma nota interpretativa definindo os limites do acordo e a intenção de sustentar as resoluções da ONU sobre as fronteiras de Israel. Nasser acusou os signatários de trairem a causa árabe. Em abril, aderiram ao Pacto a Grã-Brtetanha e, sobretudo, o Irã, para sublinhar a função de contenção defensiva do Pacto. Os EUA preferiram não aderir, embora compartilhando todos seus objetivos, para evitar provocar reações nacionalistas no mundo árabe. O governo turco não aprovou essa atitude e, face à reiterada recusa norte-americana, buscou comprometer a Jorânia e o Líbano, mas a oposição dos EUA fez fracassar o projeto: a relação entre os dois países conheceu um período de crise".[409]

Nesse quadro convulsionado, a principal realização política concreta dos delegados de Bandung foi uma declaração de dez pontos sobre "a promoção da paz e cooperação mundiais", baseada na Carta das Nações Unidas e nos princípios propostos pelo premiê indiano Jawaharlal Nehru: 1. Respeito aos direitos fundamentais; 2. Respeito à soberania e integridade territorial de todas as nações; 3. Reconhecimento da igualdade de todas as raças e nações, grandes e pequenas; 4. Não intervenção e não ingerência nos assuntos internos de outro país; 5. Respeito ao direito de cada nação defender-se, individual e coletivamente; 6. Recusa à participação nos preparativos da defesa coletiva destinada a servir aos interesses das superpotências; 7. Abstenção de todo ato ou ameaça de agressão, ou do emprego da força, contra a integridade territorial ou a independência política de outro país; 8. Solução de todos os conflitos internacionais por meios pacíficos (negociações e conciliações, arbitradas por tribunais internacionais); 9. Estímulo aos interesses mútuos de cooperação; 10. Respeito pela justiça e obrigações internacionais. Embora apresentados como antiimperialistas, eram princípios que não fugiam, formalmente, da ordem institucional e política mundial definida pelos países vencedores da guerra mundial.

[409] Antonello Biagini. *Storia della Turchia Contemporanea*. Milão, Bompiani, 2005, p. 125.

No total, 29 países participaram da Conferência de Bandung: quinze da Ásia (Afeganistão, Birmânia, Camboja, Ceilão [Sri Lanka], República Popular da China, Filipinas, Índia, Indonésia, Japão, Laos, Nepal, Paquistão, República Democrática do Vietnã, Vietnã do Sul e Tailândia); oito do Oriente Médio (Arábia Saudita, Iêmen, Irã, Iraque, Jordânia, Líbano, Síria e Turquia); e seis da África (Costa do Ouro [Ghana], Etiópia, Egito, Líbia, Libéria e Sudão); houve também a presença de uma delegação da FLN argelina, assim como do partido Destur tunisiano, fomações que lutavam contra a situação ainda colonial de seus respectivos países: era este o ponto em que Bandung se situava claramente fora da ordem internacional das potências, mas que afetava principalmente o já decadente imperialismo francês. E houve um debate acirrado sobre se a política soviética no Leste Europeu e na Ásia Central deveria ou não ser equiparada ao colonialismo ocidental.



Os países presentes na Conferência de Bandung

Em dezembro de 1957 se realizou uma segunda Conferência "não alinhada", na Universidade de El Cairo, com a presença de representantes de 44 países, que englobavam 1,7 bilhão de habitantes, ou 70% da que era então a população do planeta. O movimento tinha crescido. Alguns países importantes (Índia, Birmânia, Etiópia), no entanto, enviaram delegações reduzidas, para manifestar seu desacordo com a maciça presença de delegados do "bloco comunista" (a URSS, com 27 delegados; a China, com vinte). As delegações mais numerosas eram as do Egito, com 84 delegados, e a do Japão, com 57. O líder egípcio Anwar El-Sadat presidiu as sessões, afirmando no seu discurso inaugural a defesa do não alinhamento e da neutralidade em relação aos blocos existentes (capitalista e comunista), fazendo esforços pela sua reaproximação.

As discussões foram, desta vez, mais acirradas; as duas resoluções principais condenaram o colonialismo e fizeram votos pelo desarmamento nuclear de todas as potências. Houve, depois, outras conferências internacionais não alinhadas de menor envergadura, até se chegar a um impasse completo em Argel, em 1965, quando, evidenciando a ruptura sino-soviética de 1962, a delegação chinesa se opôs à participação da URSS (um de cujos delegados, agitando o espantalho chinês do "perigo amarelo", chegou a falar em "guerra de raças", inauguando um curioso "marxismo racista"); e a delegação da Índia à participação da China, com a qual mantinha um histórico conflto de limites. O "movimento dos países não alinhados" teve, a partir daí, uma longa agonia.

Não sem engendrar antes, em parte como reação à hegemonia nasserista, uma importante realidade política, o panafricanismo: "A reunião da primeira Conferência de Estados Independentes de África foi decidida em Accra, em março de 1957, em conversações entre o

presidente Bourguiba e o Dr. Nkrumah. Nem um nem o outro se resignavam à hegemonia egípcia na África... (Em 1958) delegados de oitos Estados se encontraram em Accra, cinco árabes (Líbia, Marrocos, Sudão, Tunísia, RAU) e três negros (Etiopia, Ghana, Libéria)".[410] A OUA (Oganização da Unidade Africana) nasceu desses encontros, e ai também se desenvolveria uma luta pela hegemonia, que foi momentaneamente conquistada pelo país mais rico em petróleo (a Libia), quando este mudou para uma direção nacionalista. Ao mesmo tempo, o cenário político se mexia rapidamente no mundo árabe. Na Síria, o Partido Ba'ath, em uma posição de força no gabinete de união nacional, foi capaz de obrigar o governo a participar de uma união federal com o Egito, que levou à criação da República Árabe Unida (RAU) e à dissolução da "Filial Regional Síria" do partido. O pan-arabismo político atingia seu apogeu, e uma nova era histórica parecia prestes a se iniciar nos países árabes, com repercussões mundiais. Até na longínqua Argentina, a numerosa população local de origem árabe ganhou as ruas em celebração da criação da RAU.[411]

Buscando tecer uma aliança internacional contra Nasser, o presidente dos EUA, Dwight Eisenhower, aprofundou seus laços com a monarquia dos Saud. Em 1957 o rei Saud visitou os EUA, onde foi recebido com todas as honras, em que pese ser um duvidoso representante da "democracia" pela qual os EUA haviam lutado no segundo conflito mundial, e em nome da qual se encontravam em situação de "guerra fria" contra a URSS. Um movimento diplomático também dirigido contra o crescimento da influência regional da URSS, através de sua aproximação com o governo de Nasser. As velhas potências coloniais europeias, debilitadas no contexto de pós-guerra e da descolonização promovida pela ONU, tentaram, do seu lado, um movimento mais temerário. Assim, a 30 de outubro de 1956, começou um novo conflito militar no Oriente Médio, entre o Egito por um lado e a França e a Grã Bretanha pelo outro, juntamente com Israel. O conflito ocorreu na sequência da nacionalização do Canal do Suez pelo governo egípcio em 26 de julho desse ano. O verdadeiro teste de sobrevivência da revolução nasserista ocorreu, por isso, em outubro-novembro de 1956, por ocasião da crise e do conflito militar pelo Canal de Suez. Lembremos que desde 1955 o Egito tinha estabelecido relações militares com os países do Pacto de Varsóvia, e tinha começado a receber equipamentos militares de origem soviética.

Por causa do aumento dos contatos egípcios com os países do Pacto de Varsóvia e do reconhecimento diplomático pelo Egito da República Popular da China, as relações do Egito com os "países ocidentais" pioraram. Os militares egípcios já vinham pressionando os oficiais britânicos para encerrar sua presença militar na zona do Canal de Suez. Os EUA, por sua vez, como nova potência hegemônica mundial, buscavam substituir, embora não sob o modelo colonial, a influência britânica no Oriente Médio: "A CIA tinha estabelecido relações com Nasser bastante tempo antes do golpe de Estado (de 1952). Kermit Roosevelt, enviado a El Cairo para sondar e eventualmente apoiar as veleidades antibritânicas de Faruk, havia chegado à conclusão de que o rei e os políticos egípcios eram totalmente incapazes de governar. Sabendo da conspiração dos jovens oficiais entrou em contato com eles; depois de três encontros sigilosos com os portavozes de Nasser convenceu-se de que se tratava de homens convenientes para seus objetivos. Em Washington, Roosevelt convenceu o secretário de Estado Dean Acheson: a revolta militar no Egito não só era inevitável como conveniente, e devia ser apoiada".[412]

---

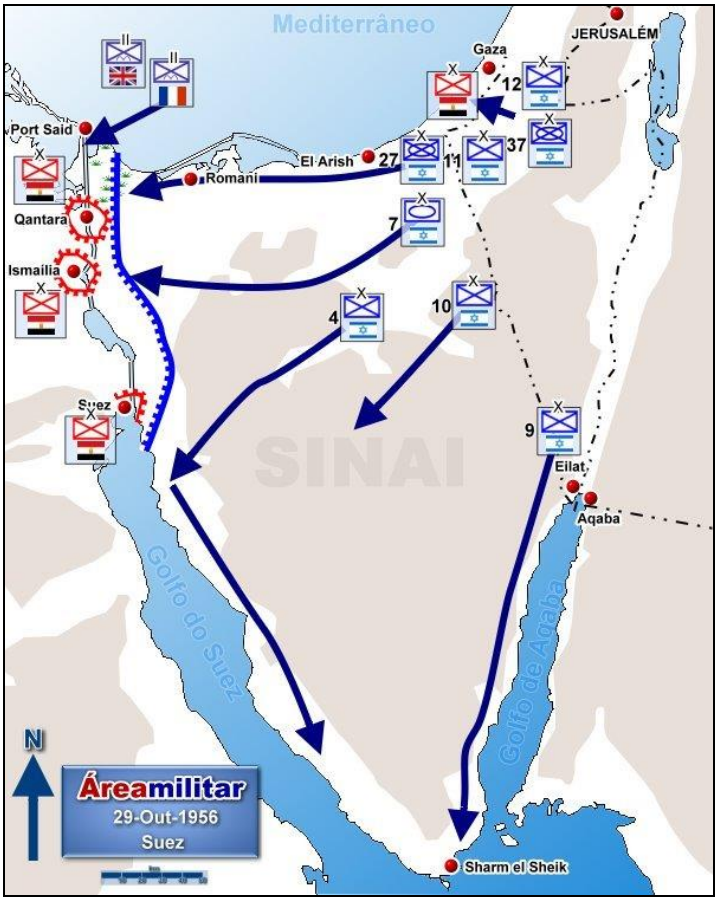
[410] Odette Guitard. *Bandoung et le Réveil des Peuples Colonisés.* Paris, Presses Universitaires de France, 1969, pp. 81-84.

[411] Um tio deste autor, Hugo Gana, presidente da sociedade sírio-libanesa de Salta, encabeçou as manifestações em celebração da unidade dos países árabes no norte argentino.

[412] Peter Tumiati. *Il Petrolio e Gli Arabi*. Milão, Longanesi, 1971, p. 88.

Os EUA passaram a negociar com Nasser com o objetivo de defender seus próprios interesses petroleiros (pedindo, em especial, proteção para sua empresa petroleira Aramco) e para alugar uma base militar no Egito, oferecendo financiamento para a construção da projetada barragem egípcia de Assuan. Mas não conseguiram chegar a um acordo com as novas lideranças do país**.** Por outro lado, as forças armadas de Nasser vinham mantendo batalhas esporádicas com soldados israelenses ao longo da fronteira entre as duas nações, e ambos os governos pouco faziam para evitar esses enfrentamentos. No inicio de 1956 os Estados Unidos cancelaram o apoio financeiro e logístico já comprometido à construção da barragem de Assuan, destinada a controlar o irregular fluxo do Nilo e a consolidar a "revolução agrária" em curso no Egito. A resposta ao cancelamento do auxílio americano foi a nacionalização da companhia que geria o Canal de Suez, medida anunciada por Nasser em julho de 1956. Começaram então a serem criadas as condições para uma aliança entre a Grã Bretanha, a França e Israel no sentido de recuperar o controle do Canal, sem a intervenção dos Estados Unidos, que não estavam interessados, por razões estratégicas internacionais (o conflito-coexistência com a URSS), numa intervenção militar direta.

O apoio de Israel ao operativo de recuperação do Canal de Suez pela França e a Grã-Bretanha foi negociado com as potências europeias; o Estado sionista ficou responsável por uma operação de diversão: um ataque contra a península do Sinai, detendo suas tropas a apenas alguns quilômetros do Canal. Com a segurança do Canal supostamente em risco, as forças da Grã Bretanha e da França teriam uma razão "objetiva" para intervir, alegando a incapacidade do Egito para defender o Canal e o comprometimento dos transportes e do comércio internacional em decorrência disso. Na Câmara dos Comuns inglesa e na Assembleia Nacional francesa, dirigentes políticos de todas as cores, conservadores e socialistas, Eden, Lloyd, Mollet e Pineau vituperaram Nasser, como haviam feito seus antecessores decimonônicos com Ahmed Urabi, qualificando-o de "novo Hitler", de "saqueador insolente" e de "aprendiz de ditador".



A guerra do Canal Suez teve início em 29 de outubro de 1956, quando Israel, com o apoio da França e Reino Unido, que utilizavam o canal para ter acesso ao comércio oriental, declarou guerra ao Egito. Em consequência da nacionalização egípcia, alegou Israel, o porto israelense de Eilat ficaria bloqueado, assim como o acesso de Israel ao Mar Vermelho, através do estreito de Tiran, uma hidrovia estreita no golfo de Aquaba. O nacionalismo árabe, a "guerra fria" entre os EUA e a URSS, e o conflito árabe-israelense, foram dessa maneira reunidos como fatores do curto e violento conflito que teve por teatro as regiões egípcias do Canal de Suez e da Península do Sinai. Os EUA se recusaram a ajudar o Egito, alegadamente por causa dos laços políticos e militares egípcios com a União Soviética (que poderiam, supostamente, levar a uma escalada bélica entre as duas superpotências atômicas).

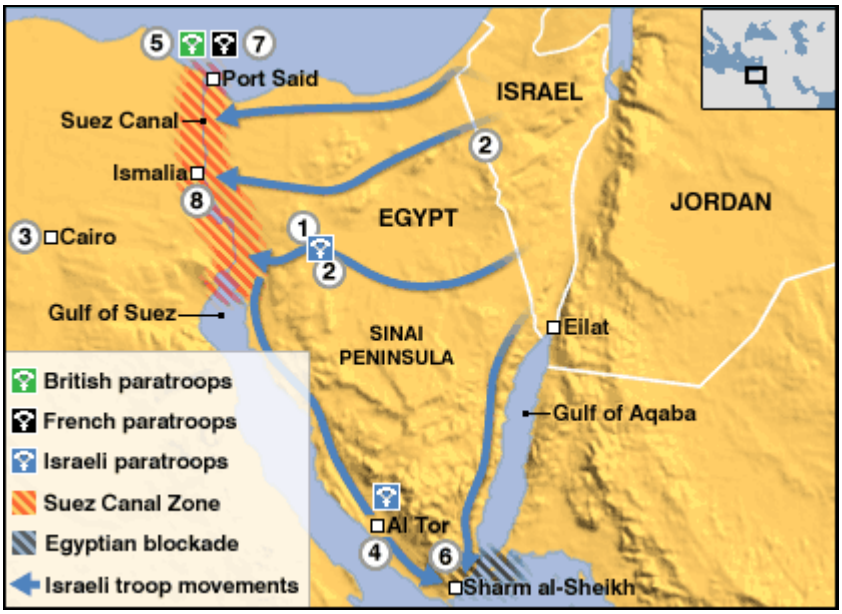
A União Soviética, ao contrário, apressou-se em ajudar o Egito: o Egito, por isso e também pela retórica socializante (o "socialismo árabe") do regime nasserista, passou a ser considerado um aliado estratégico internacional da URSS. Na vizinha população libanesa, especialmente entre os muçulmanos, houve um grande apoio ao Egito; grandes manifestações foram organizadas nas ruas das cidades libanesas e em frente às representações diplomáticas britânicas e francesas, a favor de sanções contra os agressores e também do rompimento das relações diplomáticas com esses países. Já os cristãos libaneses se opunham às sanções, econômicas ou diplomáticas, assim como não desejavam o rompimento das relações com as potências europeias. A divisão interna do Líbano teve consequências sérias, pois acentuou a desconfiança mútua e crescente entre as duas maiores populações do Líbano, o que acabou minando as bases do Pacto Nacional de 1943 e, junto com o ressentimento dos muçulmanos por conta de sua situação social e política inferior, levou o país, dois anos depois, a uma guerra civil.

O governo da França, por sua vez, acreditava, ou dizia acreditar, que Nasser dava apoio aos rebeldes nacionalistas (a FLN e o MLN) na colônia francesa da Argélia. Os israelenses atacaram primeiro o Egito, mas ficaram chocados ao perceber que as tropas franco-britânicas não os seguiram imediatamente. Em vez de uma investida fulminante de uma força coligada bastante superior, o que se viu foi um ataque descoordenado que logo se empantanou. As Nações Unidas entraram em ação exigindo um cessar-fogo. A União Soviética emitiu sinais de estar disposta a participar diretamente do conflito bélico em socorro do Egito, seu aliado. A crise regional virou, desse modo, uma grave crise internacional. O governo de Eisenhower, diante da possibilidade de uma confrontação militar direta com Moscou, que poderia acender o pavio de todo o mundo árabe, e até descambar em conflito mundial, tentou desativar o problema. Embora os EUA tivessem alertado a União Soviética para ficar afastada do conflito, Eisenhower não deixou de pressionar os governos da Grã Bretanha, França e Israel para que retirassem suas tropas. Embora centrado militarmente numa área relativamente pequena, o conflito envolveu uma ampla área geográfica.

Em 29 de outubro de 1956 Israel invadiu a Faixa de Gaza e a Península de Sinai, indo em direção ao Canal. A perspectiva do "Grande Israel", "do Nilo ao Eufrates", era anunciada em seus discursos pelo presidente israelense, David Ben Gurion. O exército israelense invadiu Egito pelo sul para atacar Ismaïlia (a metade do caminho entre os dois extremos do Canal) e Suez. A França e a Inglaterra, que haviam combinado o ataque inicial de Israel em uma reunião secreta, se ofereceram publicamente para separar os exércitos em conflito e reocupar a área, sugerindo o estabelecimento de uma zona de paz de dez milhas em cada lado do Canal, que iria separar as forças egípcias dos israelenses; o *Tsahal* tinha sido, na verdade, usado como bucha de canhão pelas velhas potências coloniais para justificar a sua intervenção militar e a reocupação da área.

Nasser, com forte apoio popular após a nacionalização do Canal, recusou a ideia de separação mediada pelas potências europeias. Essa decisão foi usada como pretexto por França e a Inglaterra para atacar diretamente o Egito. Os dois países iniciaram bombardeios ao Egito em

31 de outubro, procurando forçar a reabertura do Canal: a Inglaterra e França bombardearam El Cairo, Ismalia, Suez e Port Saïd (o acesso egípcio sobre o Mediterrâneo). O governo de Nasser respondeu ao ataque afundando todos os 40 navios presentes no Canal. Os ataques terrestres, por sua vez, começaram em 5 de novembro, através do ataque da coalizão ocidental ao aeroporto de El Gamil, usando paraquedistas. Na manhã de 6 de novembro, aviões militares franco-britânicos conseguiram pousar no aeroporto, mesmo diante de forte resistência. A cidade egípcia de Bur Said, muito próxima ao Canal, foi atacada e incendiada.



Movimentos de tropas na miniguerra de Suez

A operação de ataque conjunto franco-britânico ao Canal foi um sucesso no âmbito militar, mas um amplo fracasso político. Os Estados Unidos foram muito criticados internacionalmente por condenar a intervenção da União Soviética nos conflitos internos na Hungria, no mesmo ano de 1956, mas nada comentar sobre as operações no Oriente Médio de seus dois principais aliados mundiais, França e Inglaterra. Os Estados Unidos passaram a pressionar seus aliados para que detivessem o avanço militar. A pressão financeira contra os dois países europeus (fortemente endividados com os EUA, e ainda dependentes do Plano Marshall, o plano norte-americano destinado à reconstrução pós-bélica europeia) foi a arma usada pelo presidente Dwight Eisenhower, o que culminou com a desastrada renúncia do primeiro-ministro da Grã-Bretanha, Anthony Eden.

O Conselho de Segurança da ONU exigiu, com os votos favoráveis dos EUA e da URSS, a retirada militar da França, da Grã-Bretanha e de Israel, e decidiu enviar uma "Força Internacional de Paz" ao Canal, que foi reaberto ao trânsito internacional. O evento marcou, formalmente, o fim da crise; as forças externas de invasão se retiraram do Egito em março de 1957. A guerra em si durara apenas uma semana, e as forças invasoras foram retiradas em um mês, sob a supervisão de tropas das Nações Unidas. Israel, sem opções, foi forçado a retirar as suas tropas do Monte Sinai.

O presidente Nasser, por sua vez, ganhou um grande apoio do mundo árabe após o conflito, promovendo um sentimento de união do povo árabe em todo o Oriente Médio. O conflito também acelerou o processo de descolonização dos territórios ainda sob o controle das potências europeias em outras latitudes. O Canal de Suez permaneceu nacionalizado e sob o controle do governo egípcio, dentro de regras internacionais de passagem negociadas entre as partes. Como parte da agenda nacionalista, o presidente egípcio Nasser tomou o controle administrativo direto do canal, tomando-o diretamente das empresas britânicas e francesas que até esse momento o possuíam. O episódio marcou o apogeu do nacionalismo laico-militar

árabe, e o nasserismo chegou a usufruir momentaneamente do prestígio de "alternativa socialista" internacional. Isso se devia também à situação interna do país. Anouar Abdel Malek, intelectual egípcio de destaque internacional, listou três etapas na "revolução egípcia" de Nasser e dos "Oficiais Livres". Durante as duas primeiras, de caráter nacionalista, o regime de base militar tentara, infrutuosamente na primeira etapa, com mais resultados na segunda, seduzir a burguesia industrial, comercial e financeira para integrar-se ao regime e se submeter aos seus planos econômicos.

Na terceira etapa, sucessiva à nacionalização de 55 companhias francesas e britânicas posterior à crise de Suez, "a burguesia egípcia tradicional foi desmantelada... substituída por um estamento que controla os setores dinâmicos e estratégicos da economia e da sociedade. Esses quadros dirigentes foram recrutados principalmente nas camadas sociais baixa e média, mas incluem também alguns dos antigos grupos dirigentes... É mais apropriado definir a nova elte do poder como uma tecnocracia sumamente influenciada em seus enfoques e atitudes pelos norte-americanos e pelos alemães, do que como uma simples burocracia. A elite tecnocrática se superpõe á burocracia tradicional egípcia que ainda cresce, mas detém menos poder".

Analisando a estrutura da mão de obra e da força de trabalho, o autor citado constatava, em 1963, que em 1960 a PEA (população econômiamente ativa) englobava 70% da população total, mas só 32,6% dela participava do mercado de força de trabalho (assalariada), o restante estava composto basicamente de camponeses independentes e de comerciantes individuais ou familiares. Do terço assalariado da população, apenas 10,6% trabalhava na indústria, ou seja, 3% da população, contra 21,7% na infraestrutura e serviços, 10,6% no comércio, 54,3% na agricultura, 28% na construção: "Essas cifras demonstram a limitação do setor dinâmico, a indústria, na atual economia egípcia. Sob essas condições, a super-concentração do poder econômico, político e ideológico nas mãos do estamento burocrático e tenocrático poderia resultar nocivo para o futuro desenvolvimento do Egito".[413]

Uma mini-tecnocracia em cima de uma enorme burocracia estatal, situada em cima de uma base estruturalmente fraca e atrasada (agrária e de serviços) da economia nacional: essa foi a tara de nascimento do "socialismo egípcio". Que piorou quando um minigrupo de base familiar se sobrepôs à mini-tecnocracia, acentuando ao máximo a tara inicial (e preparando uma explosão social sem precedentes, em 2011). A repressão anticomunista, muito forte nas primeiras etapas do nasserismo, no entanto, minguara (um pouco), e o "novo (chamado de 'segundo') Partido Comunista", depois da dissolução compulsória/repressiva do "primeiro" em 1959, acompanhando a aproximação de Nasser à URSS, realizava uma política de "apoio crítico" ao regime militar-tecnocrático, chegando a ingressar nas suas organizações políticas, considerando-o como a etapa nacional-democrática da revolução egípcia, embora o regime não tivesse nada de democrático (o PC egípcio acabou dissolvendo-se no nasserismo). Vários dirigentes sindicais "rebeldes" ao regime, pelo contrário, morreram sob tortura ou em campos de internamento; as organizações operárias foram totalmente arregimentadas, perdendo toda independência de classe.

Nas palavras de Hassam Riad, "o Estado nasserista privou à classe operária da mais elementar liberdade de movimentos". Quanto á Irmandade Islâmica, milhares de seus membros também foram postoas em campos de concentração: "Nas prisões o secularismo (nasserista) era visto como o grande mal, e o fundamentaismo sunita nasceu ali".[414]

---

[413] Anouar Abdel Malek. Nasserismo y socialismo. In Gamal Abdel Nasser et al. *Op. Cit.*, pp. 174-175.

[414] Karen Armstrong (entrevista). Escritas em sangue. *O Estado de S. Paulo*, 1º de maio de 2016.

ASCENSÃO E CRISE DO NACIONALISMO ÁRABE

No Oriente Médio e em todo o mundo árabe, a nacionalização do Canal de Suez e a derrota das tropas israelenses e das potências europeias causaram uma nova e renovada onda de entusiasmo nacionalista e antiimperialista. Nasser era seu líder popular indiscutido. No esteio de sua vitória política internacional foram caíndo velhas monarquias e surgindo governos semelhantes ao egípcio no Iraque, no Irã, na Síria e no Iêmen do Norte. Os princípios ideológicos do nasserismo se concretizaram na aprovação de uma nova Constitucição egípcia em 1956, que convertía o Egito numa República presidencialista, em que a vontade da Assembleia Nacional ficava subordinada à vontade do presidente. Também estabelecia a existência de um partido único, a União Nacional, dando um marco legal e institucional ao processo.

O texto constitucional assinalava a necessidade de que o Estado possuisse todos os meios de produção e de comunicação e o controle do comércio exterior, fornecendo uma base legal para uma revolução social. Na sequência, a economía egípcia foi nacionalizada quase por inteiro; com base nisso, o nasserismo passou a oficiar de alternativa antiimperialista em todo Oriente Médio. Em o Egito fez parte da República Árabe Unida (RAU), iniciativa egípcia que unificava seu país com a Síria, da qual Nasser era presidente, aliança estatal que foi rompida pela Síria em 1961, depois de um golpe de Estado militar nesse país. Nasser também criou uma aliança com o Iêmen, os "Estados Árabes Unidos".

Guerrilheiros iemenitas da FLN, 1967

O Iêmen do Sul era ainda um protetorado inglês quando explodiu uma revolta agrária guiada pela Frente de Libertação Nacional (FLN). A revolta derrubou a monarquia e atacou as grandes propriedades rurais. As autoridades britânicas foram obrigadas a reirar-se do país, e em novembro de 1967 foi proclamada a República Popular do Iêmen do Sul. A crise econômica (devida à guerra de Suez e a à retirada britânica) dividiu à FLN; a burguesia e a pequena burguesia iemenita, com apoio da Arábia saudita, organizram um golpe contra o novo governo na capital, Aden. Salem, dirigente da ala esquerda da FLN deslocou a direção vacilante da frente, derrotou a tentativa golpista e nacionalizou quase inteiramente a economia do país; o Iêmen se autroproclamou "Estado marxista", mas a base do poder da FLN não eram as massas operárias e camponesas, mas o exército, que mantinha sua hierarquia interna, a qual, depois de algum tempo, começou a acumular privilégios materiais e sociais. Ainda assim, a situação

do povo iemenita melhorou muito, sobretudo se comparada coma do vizinho Djubuti, no qual reinava um desemprego de 80% da população.[415]

O pan-arabismo contemporâneo aliava nacionalizações, proclamações "socialistas" e burocratização acentuada do Estado. A estrutura política do Egito assumiu formas corporativas, integrando ao Estado os sindicatos e organizações populares, lhes tolhendo todo rasgo de independencia política e até organizativa. A "arabização" do Egito foi culturalmente reacionária: a cidade de Alexandria, onde, graças à presença grega, judia, armênia, era comum falar até uma dúzia de línguas, foi "arabizada" por completo na década de 1960. As minorias linguísticas e nacionais passaram a ser discriminadas. À burocratização do regime somou-se, depois de algum tempo, seu atolamento económico.

No vizinho Líbano, o "Pacto Nacional" permitiu que se tornasse um entreposto comercial e financeiro no Oriente Médio, algo desejado tanto por suas elites cristãs (maronita e outras),[416] como pelas elites muçulmanas. Mas, enquanto o país experimentava um forte crescimento econômico na década de 1950, suas regiões muçulmanas eram mantidas em situação de pobreza. As populações muçulmanas passaram a questionar a preponderância cristã, vendo em Nasser e no nacionalismo árabe um potencial aliado. As tensões políticas internas, somadas às ambições do presidente cristão Camille Chamoun e ao cenário mundial de "guerra fria", conduziram a uma guerra civil interconfessional no Líbano em 1958.

As tensões comunitárias fizeram crescer a rivalidade entre Chamoun e a oposição. Em abril, o *Mufti* da República do Líbano (a maior autoridade religiosa sunita) não aceitou as congratulações tradicionais feitas pelas autoridades no dia de encerramento da celebração do mês de Ramadã (o nono mês do calendário muçulmano), enquanto que o Alto Conselho Islâmico, durante o banquete anual que dava em comemoração ao fim do mês sagrado, pela primeira vez não convidou as autoridades governamentais. Os líderes de oposição que assistiram ao banquete o transformaram em um comício contra o governo, declararando-se contra a reeleição do presidente. Os cristãos se levantaram contra a declaração do patriarca muçulmano de que os maronitas seriam uma gota de sangue em um oceano muçulmano, e que deveriam apoiar o nacionalismo árabe ou deixar o Oriente Médio.

Em 9 de maio aconteceu o assassinato do jornalista opositor Nasib el-Matni, editor do jornal *Al-Teleghraf* e crítico de Chamoun. Esse crime incendiou o Líbano: a oposição muçulmana chamou uma greve geral e acusou o governo pelo crime. Por todo o país ocorreram manifestações de repúdio. Os líderes da oposição exigiram que o presidente e todo o seu gabinete renunciasse, solicitando ao comandante em chefe das Forças Armadas Fuad Chehab que assumisse o cargo de primeiro-ministro: Fuad Chehab era um maronita; a oposição lhe oferecia um cargo reservado aos sunitas. Choques armados se verificaram entre aliados de Chamoun e as forças da oposição. Em Beirute foram levantadas barricadas nos bairros muçulmanos e o governo impôs o toque de recolher e fechou a estrada Beirute-Damasco. Em breve, conflitos armados se verificaram em todo o país. A oposição recusou negociar e exigiu a imediata renúncia de Camile Chamoun. Houve o incêndio de bibliotecas construídas pelos norte-americanos e do oleoduto da *International Petroleum Company*, a poucos quilômetros da fronteira com a Síria.

---

[415] Fred Halliday. *Revolution and Foreign Policy*. The case of South Yemen 1967-1987. Nova York, Cambridge University Press, 1990.

[416] Resumimos aqui as páginas a respeito de: José Ailton Dutra Júnior. *O Líbano e o Nacionalismo Árabe (1952-1967).* Dissertação de Mestrado, São Paulo, FFLCH-USP, 2014. Os cristãos maronitas, embora falantes de língua árabe, negam sua arabidade, considerando-se descendentesa dos antigos fenícios, que teriam passado a falar árabe como resultado do domínio muçulmano na Síria, perdendo sua língia fenícia original.

Na oposição ao governo se encontravam o PSP do líder druso Kamal Jumblatt, o Partido Comunista Libanês e *Al-Murabitun*, grupo nasserista baseado na população sunita, e também notáveis sunitas e xiitas como Rachid Karami, Saeb Salam, os Assad do sul do Líbano e Sabri Hamade, lider xiita do Vale do Beka´a. A FUN, frente opositora, foi apoiada pelo governo da RAU, que enviou armas e dinheiro e ampliou a guerra de propaganda contra o regime de Chamoun. O governo libanês acusou à RAU de fomentar a rebelião no país, o que levou à formação de uma força-tarefa da ONU para verificar a realidade do contrabando de armas, munições, e a entrada de homens através da fronteira síria. Chamoun, além do apoio da maioria da população cristã, tinha ao seu lado o PNSS nacionalista sírio, antinasserista e anticomunista, e recebia proteção do presidente, o rival druso de Jumblatt, Magid Arslan, dos falangistas cristãos e da polícia. Os governos da Turquia, Irã, Jordânia, Paquistão e Iraque apoiaram Chamoun junto com as potências ocidentais, e forneceram armamentos para o governo libanês. Israel também forneceu armas a Chamoun, enviando-as por meio do governo monárquico do Irã.

Na RAU, a partir do fim de 1958 e devido ao apoio do PC sírio ao presidente iraquiano Abdel Kassem, que havia rompido relações com Nasser, o Partido Comunista foi alvo de perseguição política e repressão, que resultou no assassinato de Farajallah El-Helu, líder histórico, que se encontrava na Síria, e de outros dirigentes. Os comunistas sírios e libaneses passaram a denunciar Nasser como mais um dos ditadores do Oriente Médio e comemoraram publicamente a secessão síria da RAU. Enquanto ocorriam os enfrentamentos armados no Líbano, alguns políticos muçulmanos e cristãos, como Raymond Eddé, e o presidente do Parlamento, Adel Osseiran, atuavam como intermediários mantendo canais de negociação abertos entre os rebeldes e o governo. Mas ambos os lados estavam intransigentes, a oposição exigindo a renúncia imediata do presidente e Chamoun afirmando que a crise libanesa não era apenas uma questão interna.

A oposição tomou grande parte do território libanês, ocupando grande porção do Shuf (onde as forças de Jumblatt tentaram capturar o palácio presidencial de verão de Beitelddin, mas foram rechaçados pelas forças do governo), a região do Akkar no norte e a maior parte de Trípoli, Sidon, boa parte do Vale do Beka´a e a fronteira com a Síria. Também alguns bairros da capital, como Basta, estavam controlados pelos rebeldes. No fim de maio, batalhas eram travadas entre as forças de Chamoun e os rebeldes em diversos pontos do país. Em maio o presidente tentou organizar um arranjo político fazendo com que o general Chehab liderasse a formação de um governo de coalizão, mas os rebeldes apenas aceitavam a renúncia de Chamoun. Na primeira semana de junho houve um período de calmaria: os rebeldes esperavam juntar as forças do Shuf com as do Beka´a e contar as linhas de comunicação do governo, preparando uma grande ofensiva sobre Beirute.

As forças da oposição levaram a guerra para as proximidades do palácio presidencial. A ordem era atacar e capturar o presidente vivo ou morto. Isto se somou à recusa de Fuad Chehab para reprimir os rebeldes, somente intervindo no conflito quando posições estratégicas do governo estavam ameaçadas e mantendo sempre aberto um canal de diálogo com a oposição. Chehab afirmou ter tomado a decisão de não entrar em guerra com a oposição para não desmontar o exército, que acabaria dividido em linhas confessionais caso atacasse a oposição.

O governo da RAU, por sua vez, continuou apoiando os rebeldes fornecendo fundos, armas e até homens para lutar contra o governo libanês, além de promover uma campanha de propaganda por meio de jornais e do rádio, na qual se incitava à população da RAU a apoiar a luta dos rebeldes libaneses como uma luta do nacionalismo árabe contra os representantes do imperialismo ocidental. Alistamentos de voluntários eram realizados nas vilas e cidades do centro-sul da Síria, principalmente de drusos da região do Hawran, organizados pelo sultão Pashá Al-Atrash, um dos líderes da revolta drusa contra os franceses em 1925-1927, e eram enviados ao Líbano para combater ao lado da oposição.

1958: combate nas ruas de Beirute

O Conselho da Liga Árabe adotou o projeto de resolução da Líbia, pedindo que o governo do Líbano retirasse sua queixa contra a RAU na ONU e que buscasse resolver interna e pacificamente o conflito. A delegação libanesa aceitou as recomendações da Liga Árabe, mas Chamoun não o fez. Governos da região, como o de Adnan Menderes na Turquia e o Xã Reza Pahlevi no Irã, apoiaram e ajudaram Chamoun durante a guerra civil: os turcos deram apoio diplomático e forneceram armamentos. Turcos e iraquianos também pediram a Chamoun para que ele fizesse o Líbano entrar na União Árabe, associação formada em março entre as duas monarquias hachemitas - Iraque e Jordânia - para se opôr ao nasserismo e à RAU. Chamoun declinou o convite, temeroso de que os rebeldes convocassem voluntários de todo o mundo árabe e muçulmano caso tropas iraquianas e jordanianas interviessem no conflito. O Líbano concentrava todas as contradições políticas e nacionais do mundo árabe.

Israel também buscou se aproximar de Chamoun e ajudá-lo na guerra civil, embora fizesse isso de maneira discreta. O Irã defendeu a necessidade de uma ação decisiva dos EUA na defesa do regime de Chamoun, sustentando que apenas os norte-americanos poderiam garantir a sobrevivência do seu regime e da orientação "ocidental" do Líbano. Enquanto isso, Nasser estabelecia negociações com os EUA para discutir a crise libanesa e buscar uma aproximação depois de desentendimentos com os soviéticos. Nasser não insistiu na renúncia de Chamoun, afirmando que ele deveria terminar o seu mandato, e concordou com que Chehab deveria ser o próximo presidente. Em 24 de junho Nasser deu instruções ao primeiro-ministro sírio para não mais permitir que homens e material bélico chegassem aos rebeldes.

Em 15 de junho, finalmente, ocorreu a intervenção dos EUA na guerra civil libanesa através do desembarque em Beirute de fuzileiros navais vindos da 6º Frota da Marinha estabelecida no Mar Mediterrâneo, na operação *Blue Bat* (Morcego Azul). As tropas dos EUA estavam compostas por quinze mil homens, 8.500 soldados do exército e 5.400 *marines*, além de 35 mil homens de prontidão em 76 navios nas costas do Líbano. O ataque teve lugar um dia após o golpe realizado por militares nacionalistas que derrubou a monarquia no Iraque e levou à execução do rei Faisal II e do primeiro-ministro Nuri al-Said. A operação dos EUA contou com soldados vindos de bases norte-americanas ou da OTAN em diversos países do Mediterrâneo, da Alemanha Ocidental e até dos EUA. Quatro mil toneladas de armamentos foram desembarcadas ao longo dos vários meses em que os militares norte-americanos permaneceram em Beirute. Três navios de guerra estacionaram na costa equipados com armamentos nucleares, uma demonstração de força para intimidar os rebeldes, Nasser e até os soviéticos.

O custo total da operação militar dos EUA foi de 200 milhões de dólares. As reações no mundo foram bem variadas. França, Grã-Bretanha, Canadá e Itália apoiaram a intervenção note-americana. Áustria e Suíça fizeram objeções. O líder indiano Nehru condenou a invasão e rejeitou os motivos alegados para realizá-la, o Japão também criticou a intervenção americana lembrando que o relatório da ONU não confirmava a interferência maciça da RAU no conflito libanês. Para forçar a mudança da posição japonesa os americanos pressionaram com o espectro da ameaça comunista. No mundo árabe e no Oriente Médio a resposta variou: Turquia e Irã aprovaram a intervenção norte-americana, já o governo da FLN na Argélia ficou do lado da RAU. Marrocos aprovou a intervenção embora afirmasse reconhecer as demandas da oposição. Na Arábia Saudita houve sinais de divisão dentro da família real. A União Soviética condenou a ação norte-americana e exigiu a retirada do exército invasor. Evitaram, porém, conduzir a crise libanesa para um confronto armado entre as duas superpotências. Os soviéticos pediram que Nasser agisse com cautela.

As negociações para sair da crise foram feitas conjuntamente com o governo egípcio, chegando-se finalmente a um consenso em que Chehab, por conta de sua capacidade de manter unido o heterogêneo exército libanês, fosse eleito presidente, o que aconteceu em julho, no Parlamento, com 48 votos a favor e oito contrários. O conflito libanês durou cerca de quatro meses, deixando quatro mil vítimas fatais. Entre 1959 e 1964, sob um novo governo de unidade nacional, o presidente Fuad Chehab promoveu investimentos do Estado nas regiões muçulmanas e criou um esboço de sistema seguridade social, mas o tratamento dispensado à população de refugiados palestinos por suas forças de segurança acabaria abrindo o caminho para uma nova guerra civil. O Líbano voltou a estabelecer relações diplomáticas com o Egito, reconhecendo o papel de Nasser como liderança principal do nacionalismo árabe. A crse libanesa, portanto, em que pese a intervenção militar direta dos EUA, concluiu numa espécia de "empate político" entre os norte-americanos e o nacionalismo árabe, graças às concessões realizadas previamente pelo regime nasserista.

Logo depois, a secessão da Siria da República Árabe Unida supôs um fracasso da política exterior egípcia e fez necessária uma reorientação do projeto arabista. Em outubro de 1961 foi convocado no Egito o Congresso Nacional das Forças Populares, com base huma representação de caráter corporativo, onde se elaborou uma nova "Carta Nacional" com as bases políticas e ideológicas da nova etapa da política nasserista. Na nova composição do Congresso, ele passava a estar integrado por representantes dos operários, dos estudantes, dos intelectuais, e por associações feministas, não escolhidos, porém, com base no livre debate e na liberdade de organização política.

O novo Congresso aprovou, em 1962, a denominação de *socialismo* para definir o sistema egípcio, e também o regime de partido único, a União Nacional, que passou a denominar-se União Socialista Árabe. Também aprovou uma segunda reforma agrária, que não atingiu o resultado esperado. Com as leis de nacionalização, todos os setores chave da economia (indústria, bancos e comércio externo) ficaram sob o control do Estado, além de se aprovar a planificção econômica por meio de planos quinquenais, na base do modelo seguido pela URSS. Por parte de Nasser cresceu o uso de uma linguagem revolucionário, inclusive diretamente "marxista". Na política externa, junto à aproximação à URSS, Nasser continuou sendo um dos líderes destacados do Movimento de Países Não Alinhados. A segunda repressa de Assuan, *El Saad al Aali*, começou a ser construída em 1960; em 1964 começoua a ser enchido o "Lago Nasser". A obra foi concluída em 1970, atingindo sua capacidade total de funcionamento em 1976.

O impasse internacional do projeto pan-arabista teve uma dupla vertente, pois a crise do baathismo foi um dos panos de fundo do fracasso da RAU, ou seja. Em junho de 1959, Fuad al-Rikabi, secretário regional da "Filial Regional Iraquiana" do partido, convocou uma conferência de imprensa em Beirute, no Líbano, na qual condenou o "Comando Nacional", acusando-o de

trair os princípios pan-árabes e de conspirar contra a RAU. O Comando Nacional revidou, rejeitando os cargos. O 3º Congresso Nacional do Ba'ath, realizado entre agosto e setembro de 1959, contou com a presença de delegados do Iraque, Líbano, Jordânia, Arábia do Sul, países do Golfo Pérsico, Magrebe, Palestina, e de organizações estudantis e de comunidades árabes de outros países. O Congresso aprovou a dissolução do "Poder Regional Sírio", que havia sido criado por Aflaq e Bitar em 1958.

O Comando Nacional do Ba'ath expulsou vários dirigentes, sob a acusação de irregularidades financeiras, que foram rejeitadas pelos acusados: Rimawi e Gharbiyah, dois deles, emitiram uma resolução que declarou a resolução do Comando Nacional nula e sem efeito, e criaram novas organizações invocando o nome do partido. A "Filial Regional Iraquiana" foi cada vez mais dominada por Ali Salih Al-Sadi, autodeclarado marxista, apoiado por Hammud Al-Shufi, secretário do "Comando Regional Sírio".

Michel Aflaq e Salah Jadid em 1963

Com essa nova composição, o partido Ba'ath chegou ao governo da Síria em março de 1963 mediante um novo golpe de Estado. Finalmente, em 1966, o partido se dividiu em duas frações: a fração pró-síria e a fração pró-iraquiana (que chegou ao poder em seu país em julho de 1968, com Saddam Hussein). Mantiveram-se organizações baathistas na Jordânia, Líbano, Iêmen, Bahrein, Mauritânia, Argélia, Sudão, Líbia, Tunísia e Palestina. No 6º Congresso Nacional do Ba'ath de 1963, a linha dos partidos sírio e iraquiano impôs um programa em que se defendia o "planejamento socialista", as "fazendas coletivas conduzidas por camponeses", o "controle democrático dos trabalhadores dos meios de produção", e a ideia de um partido baseado nos trabalhadores e camponeses.

Em fevereiro de 1966, um golpe de Estado liderado pela facção baathista chefiada pelo chefe do Estado Maior das Forças Armadas, Salah Jadid, derrubou na Síria o governo chefiado pelo veterano Michel Aflaq. Era a vitória do campo chamado "regionalista" de Jadid, que invocava o programa de uma "Grande Síria", contra o campo mais tradicional pan-árabe, chamada de facção "nacionalista", cujos membros dirigentes se retiraram para Beirute: sua facção foi removida do partido. Na sequência do golpe de estado de 1966, o partido Ba'ath ficou dividido em dois: um sediado em Damasco e outro baseado em Bagdá, cada um mantendo a afirmação de que era o genuíno partido e elegendo um Comando Nacional em separado para assumir o comando do movimento internacional (que os baathistas, obviamente, consideravam "nacional"). Tanto no Iraque como na Síria, o "Comando Regional" tornou-se o verdadeiro centro de poder; os membros do "Comando Nacional" ficaram numa posição honorária, retirados da liderança real, que adquiriu um caráter cada vez mais personalista, até se chegar aos governos ditatoriais familiares de Hafez El-Assad (Síria) e Saddam Hussein (Iraque). O

partido (ou melhor, os partidos) passou a competir regionalmente com o nasserismo, suplantando-o gradativamente.

Síria foi declarada em estado de emergência em 1962, sendo suspensas as garantias constitucionais. O regime instalou um estado policial, suprimindo qualquer manifestação pública que fosse contra o governo. Revoltas de cunho islâmico foram reprimidas, causando centenas de mortes. O governo justificou o estado de emergência, dizendo que a Síria estava em estado de guerra com Israel. Apesar das mudanças dos golpes de Estado de 1966 e de 1970, o Partido Ba'ath continuo mantendo-se como a única autoridade na Síria, num sistema de partido único. No último golpe de uma série de golpes palacianos, Hafez al-Assad tomou o poder como presidente, liderando o país por trinta anos e proibindo a criação de partidos de oposição e a participação de qualquer candidato de oposição em uma eleição. Em 1982, durante um clima de insurgência islâmica em todo o país, que durou seis anos, Hafez al-Assad aplicou a tática da "terra arrasada", sufocando a revolta da comunidade sunita, incluindo a Irmandade Muçulmana; milhares de pessoas morreram no massacre de Hama.[417]

O principal aliado árabe dos EUA, a Arábia Saudita, estava acuado e preocupado pelo crescimento da influência regional do pan-arabismo laico propiciado por Nasser e seus aliados nos outros países da região. Para tentar neutralizar essa polarização, em 1958, logo depois de se tornar primeiro-ministro da Arábia Saudita, o príncipe Faisal, que já preparava a substituição de seu irmão Saud no trono, comprometeu-se com a restauração da Cúpula da Roca em *Haram Al Sharif*, o Nobre Santuário, em Jerusalém, reafirmando sua fervente convicção antissionista, com vistas a se recuperar perante a opinião pública árabe. As enormes obras de engenharia foram confiadas à principal empreiteira de construção do reino wahabita, a empresa chefiada pelo iemenita Mohamed Bin Laden,[418] cujo filho Osama (à época apenas um recém-nascido) se tornou mundialmente célebre em setembro de 2001.

Durante esses anos, a Irmandade Muçulmana teve uma influência declinante em todos os países árabes. Com o desenvolvimento do nacionalismo secular árabe, ela sofreu proibições, como em 1954, quando o presidente egípcio Gamel Abdel Nasser (quem em sua juventude tinha militado na Irmandade) a proibiu, demonstrando um conflito claro de interesses entre os nacionalistas árabes e os "fundamentalistas islâmicos". Uma discussão aconteceu no movimento da Irmandade Muçulmana, que levou à conformação de duas linhas, uma delas "neotradicionalista", cuja via de ação política era a "não violência" e a "islamização das bases da sociedade", e outra "radical", que reivindicou uma islamização da sociedade a partir da conquista do poder político.

A influência internacional do movimento dos países não alinhados, no entanto, atingiu seu zênite, recrutando membros inclusive dentro do "campo socialista" (a Iugoslávia de Josip Broz

---

[417] O massacre de Hama ocorreu em 2 de fevereiro de 1982, quando as Forças Armadas da Síria bombardearam a cidade de Hama, contra uma sublevação comandada pela Irmandade Muçulmana. O massacre, realizado pelo exército sírio sob o comando de Geral Rifaat al-Assad, irmão mais novo do presidente Assad, terminou com a campanha iniciada em 1976 por grupos islâmicos sunitas, incluindo a Irmandade Muçulmana, contra o regime de Assad, cujos líderes assim como o presidente Assad eram da seita alauita. Segundo a imprensa oficial síria, rebeldes anti-governamentais iniciaram a luta, "lançando-se sobre os nossos companheiros enquanto dormiam nas suas casas e mataram eles, as mulheres e crianças, mutilando os corpos dos mártires nas ruas, como cães raivosos... As forças de segurança tiveram que enfrentar esses crimes e ensinar os assassinos uma lição". A Anistia Internacional estimou entre 10.000 e 25.000 as pessoas mortas em Hama: a maioria das vítimas era civil. Cerca de mil soldados sírios foram mortos durante a operação terreste e grande parte da cidade antiga foi destruída. O ataque foi descrito como "um dos piores atos individuais por qualquer governo árabe contra seu próprio povo no Oriente Médio moderno" (Robin Wright. *Dreams and Shadows: the Future of the Middle East*. Londres, Penguin Books, 2008, pp. 243-244).

[418] Steve Coll. *Op. Cit.*

Tito, rompida com a URSS desde 1948). Foi nesse contexto ideológico internacional que a ONU adotou a "Declaração sobre Descolonização", em 1960, chamando à outorga "imediata" da soberania estatal aos povos das colônias europeias ainda remanescentes. A crise política no Oriente Médio, no entanto, continuava em pé, em especial no seu elo fraco sírio-libanês. Nas primeiras horas do dia 31 de dezembro de 1961, ainda de madrugada, o Partido Nacional Socialista Sírio, por meio de várias centenas de civis armados em conjunto com membros das Forças Armadas descontentes com o governo, deu início a uma tentativa de derrubar o presidente Fuad Chehab para substituí-lo por um governo de caráter civil.

O projetado golpe de Estado fracassou, o que levou a uma onda de repressão do governo contra o PNSS. No dia seguinte ao golpe, o partido foi oficialmente dissolvido por uma ordem executiva do Conselho de Ministros; os arquivos do partido foram apreendidos. Para impedir as fugas dos golpistas foram fechadas as fronteiras com a Síria. Unidades da polícia e do Exército foram despachadas para capturar os envolvidos no complô. As embaixadas foram colocadas sob vigilância para evitar que fugitivos buscassem refúgio nelas. O aeroporto de Beirute também foi colocado sob vigilância. Vários militantes do PNSS foram mortos em enfrentamentos com as forças policiais e militares. Nos primeiros dias após o golpe, 3.000 pessoas haviam sido presas. No fim de janeiro, já era de seis mil o número de detidos.

O conflito saudita com o nasserismo, do seu lado, não se dissipou. O governo libanês procurava evitar as consequências da chamada "guerra fria árabe" travada entre o Egito de Nasser e a Arábia Saudita de Faisal, pois o Líbano tinha relações econômicas e diplomáticas com ambos e sofria a influência política dos dois. Em finais de 1962, Nasser alentou uma revolução (um golpe) nacionalista árabe no Iêmen, enviando milhares de soldados egípcios ao país: era uma guerra indireta contra a Arábia Saudita. Nasser atacou publicamente a família reinante no país wahabita, os Al Saud, e conspirou com príncipes sauditas, que chegaram a configurar um grupo de "príncipes livres", para derrubar o governo de Riad. O príncipe saudita Talal Bin Abulaziz exilou-se em Beirute e prometeu que um novo governo progressista no reino saudita libertaria os escravos que ainda existiam no país...[419]

Pressionado pelos EUA, Faisal anunciou a libertação dos escravos no país e libertou seus próprios servos, no que foi imitado pela casta dirigente do reino saudita. A crise provocada por Nasser no Iêmen durou ainda vários anos. O rei Saud chegou inclusive a flertar com o Kremlin para contrabalançar a influência nasserista, mas Faisal, o novo homem-forte saudita, firmou uma posição totalmente antinasserista e anti-soviética, queixando-se da traição de Nasser, a quem, segundo dizia, apoiara inicialmente. E, em 1966, grupos guerrilheiros iemenitas "infiltrados" no reino dos milionários monarcas Al Saud, inspirados (ideologicamente) e armados (militarmente) pelo regime nasserista, conseguiram realizar atentados (mal sucedidos) contra membros do governo e da família real saudita: descobertos e presos, seus integrantes foram obrigados a confessar em rede nacional de TV, e depois decapitados publicamente.

Mesmo colecionando fracassos como esse, a década de 1960 marcou o auge da influência regional do nacionalismo árabe e de sua influência internacional em todo o Terceiro Mundo, consolidando sua liderança internacional. O "Perón árabe", como Nasser foi também chamado, porém, era muito mais do que um Perón. O Estado nacionalista árabe, nasserista no Egito, baathista na Síria e no Iraque, ainda considerando as grandes diferenças entre ambas correntes políticas, baseou-se na aliança entre um partido único (base política da burocracia estatal), o exército, e uma burocracia sindical poderosa, apoiada num sistema de sindicato

[419] Embora não oficialmente declarada, ainda existia escravidão na Arábia Saudita na década de 1950 (o Brasil não foi, pois, o últmo país a aboli-la), sem falar na submissão oficial e legalizada aos homens das mulheres de todas as classes sociais, convenientemente oculta da opinião pública internacional para não manchar a imagem do principal aliado dos EUA no mundo árabe.

único e de combate feroz contra toda manifestação de independência classista dos trabalhadores, e de qualquer esquerda politicamente independente (embora sendo, em geral, apoiado pelos partidos comunistas locais pró-URSS). O “modelo econômico” nacionalista visava à criação de economias poscoloniales “modernas”, com um forte setor industrial, um mercado interno unificado e em expansão (pela força, se necessário) e um Estado “laico”, reduzindo (mas em hipótese alguma eliminando) a influência da hierarquia religiosa, limitada a esperar sua vez (que chegaria...).

NACIONALISMO, COMUNISMO E “RETORNO” DO ISLAMISMO

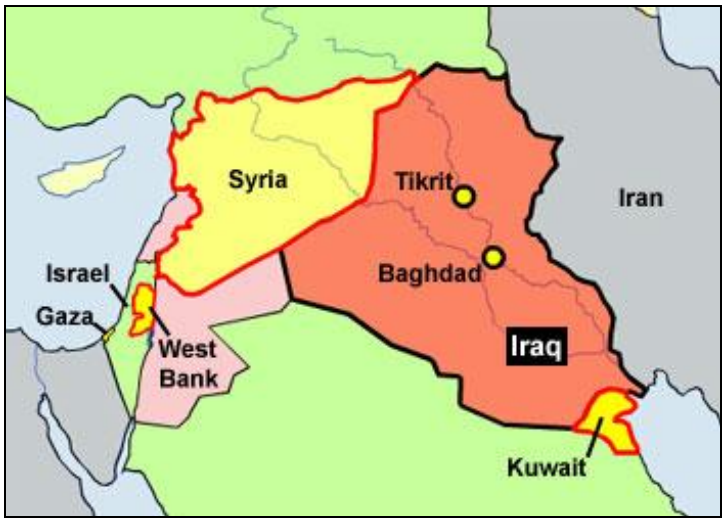
O campo político nacionalista se estendeu com e depois da emergência do nasserismo. No Iraque, em 1947, começara a se negociar a retirada britânica, concretizada no Tratado de Portsmouth, em 15 de janeiro de 1948, que previa a criação de um conselho de defesa conjunto iraquiano-britânica, que supervisionaria o planejamento militar e o controle das relações exteriores. A agitação operária consecutiva à guerra mundial levou a uma forte repressão; depois dos “motins de janeiro de 1948”, vários dos principais dirigentes do forte Partido Comunista Iraquiano foram enforcados. Isto foi consequência da “insurreição de *Al Wathbah*”, iniciada pelos estudantes, que rapidamente contagiou operários e camponeses, que ocuparam as terras em diversas regiões do país. A 27 de janeiro a repressão policial-militar cobrou a vida de 400 pessoas, mas o primeiro-ministro do regime monárquico teve de fugir para a Inglaterra. Quando a URSS reconheceu, em meados de 1948, o neonato Estado de Israel, milhares de ativistas abandonaram o Partido Comunista Iraquiano. Em 1955, a monarquia iraquiana foi usada pelos EUA e a Grã-Bretanha para conter politicamente a “onda nasserista”, através da celebração do “Pacto de Bagdá”, também assinado pela Grã-Bretanha, Turquia, Irã e Paquistão.

O governo monárquico foi se debilitando cada vez mais; no exército o nacionalismo e o pan-arabismo nasserista ganharam cada vez mais adeptos. Ao explodir a guerra civil libanesa de 1958, quando tropas inglesas entraram na Jordânia e marines dos EUA no Líbano, o rei Faisal ordenou o envio de tropas do Iraque para Jordânia para auxiliar os ingleses; em vez disso, os oficiais iraquianos se dirigiram à sede do governo para derrubá-lo. A revolução republicana-militar de julho de 1958 derrubou o velho regime monárquico, sobrevivente ao segundo conflito mundial, e levou ao poder a equipe nacionalista encabeçada pelo general Kassem “Abdul Karim”, depois da bem sucedida insurreição de Mosul, encabeçada pelos "Oficiais Livres", grupo militar obviamente inspirado no nasserismo. O rei Faisal II, o regente, o príncipe Abd al-Ilah e o primeiro-ministro Nuri al-Said foram todos sumariamente executados nas portas do palácio real.

“Dia da Bastilha” em Bagdá, julho de 1958

O novo líder, Abdul Karim, “não cansava de repetir aos árabes que devem ser amigos de seus irmãos curdos e das outras nacionalidades que habitavam o país. Sua doutrina se baseava em um nacionalismo iraquiano que dá ao regime um aspecto original: ‘Tens a obrigação, perante Deus, a História e o povo, de trabalhar unidos sem levar em conta vossa educação, vossas

ideias, vossa religião, vossa mentalidade e vossa nacionalidade, porque sóis todos iraquianos'. As antigas fórmulas foram desterradas. Tratava-se de afastar os iraquianos do fanatismo religioso e da mística pró-árabe; o sentimento de um vínculo puramente iraquiano dominava o sentimento de comunidade árabe em um grande setor da população, sobretudo na juventude. Os iraquianos reagiam a problemas como o da Argélia ou o de Israel com menos violência que os habitantes de outros países árabes, incluída a pacífica Jordânia. Nada autorizava a pensar que os dirigentes do Iraque fossem comunistas".[420]



Certamente, eles não eram comunistas, nem pan-árabes, o que marcava uma diferença clara com o regime nasserista egípcio, tornando ilusória a ideia de uma única "nação árabe" defendida por Nasser e o Ba'ath sírio-iraquiano. Reforma agrária e nacionalizações foram realizadas, mas a companhia de petróleo (IPC) foi consignada a um consórcio de quatro firmas estrangeiras (inglesa, francesa, norte-americana e holandesa). A reforma agrária, ao não conceder maquinário nem créditos aos camponeses, provocou a fuga de muitos deles em diração das cidades à procura de emprego.

Em 1961, os curdos do norte do país reivindicaram sua autonomia e o controle dos poços de petróleo da região, o que foi negado pelo governo revolucionário, que passou a reprimir o PDK (Partido Democrático do Curdistão), o Partido Comunista e o Ba'ath, além dos sindicatos. Nunca houve uma melhor oportunidade para os comunistas tomarem o poder no Oriente Médio: multidões na rua, em Bagdá, reivindicaram a tomada do poder pelo Partido Comunista (um governo anticapitalista operário e camponês), mas os comunistas, seguindo o "conselho", depois simplesmente ordem, de Nikita Kruschev (que definia o pan-arabismo como sendo... um racismo), o premiê da URSS, simplesmente se negaram a seguir essa via. Se o tivessem feito, o exército, que já estava dividido, teria se fraturado, e uma nova era histórica teria começado no Oriente Médio e no mundo árabe em geral.

Nasser não deixou de criticar publicamente o novo regime iraquiano, nem de agir internamente ao país com seus partidários para derrubá-lo. O PC iraquiano, do seu lado, declarou trégua política ao regime nacionalista, até dividir-se em alas partidárias da independência política (Boustani) e favoráveis ao regime (Daoud Sayegh); a última ala conquistou a legalidade política e o reconhecimento oficial, com a incorporação de dois ministros do partido a governo de Kassem. Nem isso salvou o regime de Kassem, derrubado por um novo golpe de Estado em fevereiro de 1963, desta vez com apoio do Ba'ath, cujo jornal *Wa'ial* chamava a "quebrar os ossos da burguesia" e a "expropriar as terras dos grandes proprietários".

[420] François de Sainte Marie. *¿Es Rojo el Irak?* Barcelona, Plaza & Janés, 1961, p. 234.

Revolução de 1958 no Iraque: Bagdá

O novo governo, encabeçado por Aref, em maio de 1964 proclamou uma nova Constituição, na qual Iraque se transformava em uma "república socialista democrática fundada na tradição islâmica e na fé na fraternidade árabe, tendo como objetivo a unidade árabe". Era a vitória completa do nasserismo no país: leis de nacionalização econômica e socialização foram promulgadas por Taher Yabya, novo primeiro-ministro; o Iraque se incorporou ao movimento de países não alinhados e proclamou a necessidade de sua unificação política com o Egito, que nunca chegou a ser realizada,[421] em que pese a tomada do poder na Síria, em 1966, pela ala esquerda do Ba'ath, que nacionalizou completamente a economia do país. A repressão contra os comunistas continuou, em conjunto com a repressão contra os partidários de Kassem e, logo, com a repressão ao próprio Ba'ath, depois da ruptura de Aref com o partido pan-árabe.

Estudantes do Ba'ath iraquiano, incluído Saddam Hussein, em El Cairo, 1963

A ala baathista que compartilhava o poder no Iraque era a "de direita", que se confrontava no partido com a ala esquerda, que estava no poder na Síria: daí o fracasso do projeto de unificação de ambos os países. O Ba'ath, que queria unificar a nação árabe, não conseguia se unificar a si próprio. Em 1968, o dirigente baathista Hassan El-Bakr organizou um bem

[421] Dante Manera. *Revoluciones en Medio Oriente: Irak y Siria.* Buenos Aires, Centro Editor de América Latina, 1974.

sucedido golpe de Estado contra Aref, impopular, acusado (corretamente) de corrupção e de não lutar na “Guerra dos Seis Dias” contra Israel. O novo governo chegou a uma paz com os curdos, em 1970, e integrou ministros comunistas em 1973, no quadro de uma “Frente Nacional” celebrada entre o Ba’ath e o Partido Comunista. No plano econômico-social Hassan El-Bakr nacionalizou o petróleo, expropriou sem compensação os latifundiários, eletrificou o país, aumentou os salários e adotou diversas medidas de política social dirigida aos mais pobres, modernizou o sistema educativo e sanitário público.

A força e o crescimento do Partido Comunista Iraquiano levou à organização do partido islâmico (xiita) *Dawa*

Como aconteceu também no Iêmen, a camada dirigente do novo Estado acumulou privilégios e virou cada vez mais corrupta, praticando também em grande escala o nepotismo. As jornadas de trabalho continuaram longas, e o aumento da renda petroleira foi sobretudo dedicado à compra de armamentos, não a um desenvolvimento industrial independente (que teria, entre outras coisas, poupado o Iraque da necessidade de compras externas de armas) para satisfazer à crescente burocracia militar. Ainda assim, em junho de 1972, o nº 2 do regime, Saddam Hussein, supervisionou a estatização do petróleo. Um ano mais tarde, os preços mundiais do petróleo subiram drasticamente, como resultado da crise energética de 1973, e as receitas do país cresceram assustadoramente, o que permitiu Saddam expandir sua agenda política.

Dentro de apenas alguns anos, o Iraque estava prestando serviços sociais sem precedentes entre os países do Oriente Médio. Saddam estabeleceu e controlou a "Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo" e a campanha de educação obrigatória gratuita no Iraque, e em grande parte sob a sua égide, o governo estabeleceu educação gratuita universal até os mais altos níveis de educação; centenas de milhares aprenderam a ler nos anos seguintes ao início do programa. O governo também apoiou famílias dos soldados, concedeu hospitalização gratuita para todos, e deu subsídios aos agricultores. O Iraque criou um dos mais modernizados sistemas de saúde pública no Oriente Médio, Saddam ganhou um prêmio da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). Em 1975, no entanto, os curdos retomaram a luta contra o regime de Bagdá. A crise crescente do regime se fez evidente.

Como vice-presidente do enfermo Ahmed Hassan al-Bakr (e presidente adjunto do Conselho de Comando Revolucionário do Partido Ba'ath), Saddam Hussein criou forças de segurança

através do qual controlou rigidamente o conflito entre o governo e as forças armadas. As posições de poder no país foram preenchidas com os muçulmanos sunitas, minoria que compunha apenas um quinto da população. Em 1976, Saddam subiu para a posição de general nas forças armadas iraquianas, e rapidamente se tornou o homem forte do governo. Como o doente e idoso al-Bakr tornou-se incapaz de executar suas funções, Saddam assumiu um papel cada vez mais proeminente no governo, tanto interna como externamente. Ele se tornou o arquiteto da política externa do Iraque e representou o país em todas as situações diplomáticas. Foi o líder do Iraque alguns anos antes de formalmente chegar ao poder em 1979. Lentamente começou a consolidar seu poder sobre o governo do Iraque e do partido Ba'ath.

Em 1979, al-Bakr começou a fazer acordos com a Síria, também sob a liderança do partido Ba'ath, o que levaria a unificação entre os dois países. O presidente sírio, Hafez al-Assad se tornaria vice-líder de uma união, e isso levaria Saddam à obscuridade. Saddam agiu para garantir sua permanência no poder. Ele forçou o doente al-Bakr a renunciar em 16 de julho de 1979, e assumiu formalmente a presidência. Saddam assumiu com os títulos de chefe de Estado, presidente do Conselho do Comando Supremo da Revolução, primeiro-ministro, comandante das Forças Armadas e secretário-geral do Partido Ba'ath. Quinze dias depois, uma suposta conspiração surgida entre os membros do partido do recém-nomeado líder máximo do Iraque terminou com a execução de 34 pessoas, entre elas membros do exército e alguns dos mais íntimos colaboradores de Saddam Hussein.

Saddam chegou ao poder eliminando seus rivais no Partido Ba'ath, especialmente os da ala esquerda, contra a qual lançou uma perseguição mortífera, que não poupou os sindicatos da indústria do petróleo, que foram ilegalizados. Na tarefa realizada, Saddam se disse inspirado pelos métodos de Stalin. Saddam suprimiu também os movimentos xiitas (maioria confessional do país) e curdos que pretendiam derrubar o governo ou ganhar independência territorial. A operação "Anfal" contra o povo curdo (e outras etnias) no Curdistão iraquiano foi comandada por Ali Hassan al-Majid, depois chamado de "Ali Químico", pelo uso desse tipo de arma contra a população curda. A campanha consistiu numa série de ataques militares contra rebeldes *peshmerga* e contra a população civil curda no norte do Iraque, entre 1986 e 1989, culminando em 1988. Esta campanha também mirou os shabaks, os yazidis, os assírios, os turcomanos e os mandeístas, além de outras pequenas etnias não sunitas. Os exércitos de Saddam foram responsáveis pelo assassinato de mais de 200 mil civis. Na década de 1980, seu governo instituiu uma consultoria militar permanente com sessenta expertos militares do Pentágono.

Bustos de bronze de Saddam Hussein

O governo de Saddam Hussein foi evoluindo para uma ditadura pessoal/familiar. Havia milhares de retratos, cartazes, estátuas e pinturas murais erigidas em sua honra por ruas e avenidas de todo o Iraque, transmitindo a uma imagem de crente devoto e bom pai de família (embora fosse considerado um cético do ponto de vista religioso e apreciasse bebidas alcoólicas proibidas pelo Islã), junto à eliminação violenta de toda a oposição política e censura rigorosa à imprensa. Seu regime se perpetuou até cair tragicamente 24 anos depois de sua posse, como veremos adiante.

Na África do Norte, em 1952, a ONU proclamara a independência da Líbia, reunindo seus territórios num único Estado federal, o Reino Unido da Líbia. O líder religioso dos *sanusi*, o emir Sayyid Idris al-Sanusi, foi coroado como rei Idris I. Depois de sua admissão na Liga Árabe, em 1953, a Líbia firmou acordos para a implantação de bases militares estrangeiras em seu território: norte-americanos e ingleses foram autorizados a manter tropas no país. A presença internacional aumentou ainda mais com a descoberta de jazidas de petróleo por geólogos da companhia americana Exxon na cidade de Zaltan, no oeste do país, em junho de 1959. A Líbia passou a deter a nona reserva mundial do "ouro negro" (42 bilhões de barris).

Em 1969, um grupo de militares nacionalistas líbios se rebelou contra a o poder das companhias estrangeiras no país e derrubou a monarquia num golpe de Estado sem derramamento de sangue. Batizado de movimento dos "Oficiais Livres", a coalizão era claramente inspirada na organização egípcia do mesmo nome. Após a queda do rei Idris I, o país passou a ser governado por um Conselho da Revolução, presidido pelo jovem coronel Muammar Al-Khaddafi, de 27 anos. O regime de Khaddafi, chefe de Estado a partir de 1970, expulsou as tropas estrangeiras e nacionalizou as empresas, os bancos e os recursos petrolíferos do país. Em 1971, o novo governo impulsionou um "pacto da Federação de Repúblicas Árabes", em 1974 chegou a proclamar sua unificação com a Tunísia, chegando a propr uma fusão coma Argélia e a Síria em 1982, todas estas iniciativas que não foram além do papel.

Sadat, Khaddafi e Assad assinam o pacto da Federação de Repúblicas Árabes em Bengazi, em 18 de abril de 1971

Após as reformas econômicas, as condições de vida da população melhoraram sensivelmente, embora menos que os privilégios (progressivamente maiores) da família do "líder nacional". Em 1977, Khaddafi instituiu o "Estado das Massas" (*Jamahiriya*), regime no qual o poder seria exercido por meio de milhares de "comitês populares". O *Livro Verde* de Khaddafi, chamado de "Base Política da Terceira Teoria Universal", foi seu sustento ideológico. Apesar dos "comitês",

o poder se apoiava de fato em um partido único, a União Socialista Árabe, homônima da egípcia, totalmente controlada por Khaddafi.

Depois da derrota dos ingleses e franceses no conflito do Canal de Suez em 1956, os EUA estavam alarmados pela ascensão do nacionalismo antiimperialista árabe, para além da feliz notícia da saída do cenário de seus concorrentes europeus. A ascensão ao poder de Nasser no Egito, e de outros líderes nacionalistas no Oriente Médio, como o general Kassem, "Abdul Karim", no Iraque, sucedido por Hassan Al-Bakr; Muammar Khaddafi, na Líbia; assim como a ascensão da luta anticolonial na África do Norte, e a expansão da influência internacional do nasserismo representavam uma ameaça potencial aos interesses petroleiros norte-americanos. Os EUA estavam dispostos também a substituir as antigas metrópoles coloniais europeias como potência externa dominante no mundo árabe.

Para isso, era necessário também fazer "política interna" nesses países, em primeiro lugar contra a radicalização do nacionalismo laico e sua aproximação crescente à URSS (e à China comunista). Nesse quadro político geral, regional e internacional, e em reação a ele, o fundamentalismo religioso-político islâmico, nascido no Egito na década de 1920, foi relançado no Oriente Médio, com forte apoio externo, da Arábia Saudita e dos EUA, principalmente: segundo diversos autores, isso aconteceu por influência e iniciativa direta do Secretário de Estado norte-americano, John Foster Dulles.[422] O *revival* do fundamentalismo religioso, porém, não demorou para voar com suas próprias asas. No Egito, na Síria, no Iraque e em outros países islâmicos, organizações fundamentalistas, como *Akhwan-ul-Muslimeen*, começaram a ser usadas para pressionar ou desestabilizar os regimes nacionalistas. No Paquistão foi requentado o *Jamat e-Islami*, o partido islâmico criado na Índia por Sayyid Abul Ala Maududi, em 1941. Mas todos eles eram ainda grupos minoritários e sem ampla base popular.

Por vezes, o próprio nacionalismo pequeno burguês/militar realizava diretamente o "trabalho sujo" requerido pelo imperialismo norte-americano. No maior país islâmico do mundo, a Indonésia, a partir de 1951 existia uma aliança política entre comunistas (PKI) e o presidente Sukarno, que defendia uma "democracia dirigida", um regime presidencialista apoiado sobre o exército e as organizações operárias integradas ao Estado, em uma política chamada de "antifeudal e antiimperialista". O PKI adaptou-se aos princípios do "sukarnismo", inclusive a crença em Deus (Alá), e teorizou o *demnoirat* (aliança do povo e do exército), apoiando ou participando do governo.

Repressão na Indonésia, 1965

[422] Mahmood Mamdani. *Good Muslim, Bad Muslim.* America, the cold war, and the roots of terror. Nova York, Pantheon Books, 2004.

Depois de um longo romance político PKI-Sukarno, a 30 de setembro de 1965 eclodiu, e fracassou, um golpe dirigido pelo chefe da guarda presidencial, contra um suposto complô dirigido pela CIA. Os dirigentes do PKI foram implicados no pretendido complô; o exército procedeu a detenções massivas e a um verdadeiro "terror branco", com execuções sumárias por todo o país. A cifra oficial de mortos foi de 87 mil, a cifra real, nunca conhecida nem oficialmente admitida, oscilou entre 300 mil e... um milhão. O golpe militar, dirigido pelo general Suharto, que governou Indonésia pelos próximos 30 anos,[423] provocou um verdadeiro "genocídio" da esquerda e do movimento operário e popular.

Centenas de milhares de ativistas e suspeitos foram alojados em campos de concentração. O episódio abriu a via para o poder dos militares que, em breve, também eliminaram Sukarno. O contágio da revolução chinesa, verdadeiro alvo da operação repressiva, foi afastado; sem dúvida a CIA esteve por trás de toda a operação, iniciada contra um *putsch* supostamente alentado por ela. As lições da "Operação Ajax" iraniana de 1953 tinham vingado. O cordão sanitário contra a China comunista estava fechado; o nacionalismo castrense/pequeno burguês/islâmico mostrava na Indonésia todo seu veio reacionário e pró-imperialista.

O genocídio indonésio

No Irã, por sua vez, em 1960-61 reapareceu a crise política, sendo sua causa a fraude escancarada propiciada pelo regime do Xá nas eleições ao *Majilis*. O mal-estar político e econômico levou a uma greve geral que foi reprimida brutalmente pela *Savak*. O Xá implantou o programa da "Revolução Branca", a reforma agrária, e outras medidas supostamente "educativas e sanitárias": era um "plano de desenvolvimento", ideia então em voga nos países "subdesenvolvidos", que beneficiava somente uma elite urbana em detrimento da maioria da população que vivia na zona rural, e que em sua enorme maioria não possuía sequer luz elétrica ou água encanada. O governo, ao invés de reinvestir os lucros dos seus projetos em programas sociais, passou a investir em tecnologia militar de ponta, tornando-se, em pouco tempo, o maior comprador mundial da produção bélica norte-americana. Assim, aumentou o fosso entre a classe dominante e a maioria pobre da população.

Em outubro de 1962, o gabinete do governo do Xá aprovou um projeto de lei para os conselhos das cidades e províncias. O projeto era laico e "pluralista". O Xá proibiu o uso do véu

[423] Caracterizados por extrema violência, o PKI foi suprimido, assim como os nacionalismos ou separatismos regionais, para não falar da invasão de Timor Leste, que provocou a morte da maioria de sua população. Com a prosperidade económica, Suharto enriqueceu pessoalmente, tendo criado um pequeno círculo de privilegiados através da implementação de monopólios estatais, subsídios e outros esquemas ilícitos. A "prosperidade" concluiu com a "crise asiática" de 1997, que o derrubou.

pelas mulheres, fazendo que muitas delas, desacostumadas com tal situação, vivessem confinadas em suas casas. A censura ao clero e a invasão a uma escola religiosa, onde 70 estudantes foram mortos pelas forças do Xá, também contribuíram para a sua imagem de "inimigo do Islã". Até então, a constituição do país ordenava a todos os eleitos para o parlamento (*Majilis*) que acreditassem no "Islã", o que foi omitido na lei proposta. O representante eleito poderia jurar sob qualquer escritura sagrada que desejasse, não necessariamente o Corão. Protestos na "cidade sagrada" de Qom surgiram então contra o Xá. O Imã Khomeini ligou para o primeiro-ministro Alam e protestou veementemente. Mas, publicamente, protestou também contra a tortura e as prisões, e também contra o apoio do governo iraniano a Israel, e a sua submissão aos interesses dos EUA.[424]

Os religiosos de Qom propuseram uma greve geral. Foi declarado o estado de emergência em Teerã. Dois meses depois, o primeiro-ministro anunciou a anulação do projeto de lei. Já em 1963, os religiosos de Qom declararam que os muçulmanos não poderiam celebrar o Ano Novo iraniano, porque o aniversário do martírio do Imã As-Sadig caia no segundo dia do ano. Na manhã do segundo dia do mês de *Farvadin* (primeiro mês do calendário iraniano), agentes da *Savak* chegaram a Qom, acompanhados por veículos do exército fortemente armados. Os agentes do Xá abriram fogo contra o povo (e inclusive contra os clérigos muçulmanos). Tão logo Khomeini recebeu as notícias do evento ocorrido, passou a acalmar o povo: "Fiquem calmos, vocês são seguidores de líderes em vossa religião que sofreram grandes atrocidades. Tal afronta serve como um bumerangue. Diversas grandes personalidades do Islã morreram para que o Islã fosse mantido e confiado aos vocês".

Khomeini foi ameaçado pela *Savak* para que parasse com os sermões na escola Faiziyyeh. Dias depois, tropas sitiaram Qom, invadiram a casa de Khomeini e o levaram a Teerã, onde permaneceu sob custódia na prisão de Qasr. Posteriormente foi transferido para a guarnição de Ishrat Abad. No dia seguinte o povo em Qom tomou as ruas. Em Teerã, o bazar e a universidade foram fechados. Tropas abriram fogo, deixando muitas vítimas. Em diversas cidades e vilarejos explodiu uma greve geral. Cerca de 15 mil pessoas foram mortas em Teerã, e 400 em Qom. O governo decretou a lei marcial. Mas a insurreição do dia 15 de Khordad ficou na memória coletiva. A greve geral foi derrotada. Khomeini foi transferido da prisão para o escritório da *Savak*, em Davoodiyeh. A poucos dias do aniversário do massacre de Faiziyyeh, tropas ocuparam novamente Qom, porém Khomeini foi libertado da prisão e retornou a Qom.

No seu discurso de chegada, afirmou: "Eles nos chamam de reacionários. Alguns jornais estrangeiros são subornados gjaneirosamente para dizerem que somos contra todas as reformas e tentamos conduzir o Irã à Idade Média. O *Ruhaniyat* (clero) opõe-se à adversidade sofrida aqui pelo povo. Queremos que eles mantenham a independência do país. Não queremos que eles sejam servos humilhantes dos outros. Tanto nós quanto o Islã não nos opomos à civilização. Vocês violaram todas as leis, tanto humanas quanto divinas. Os programas de rádio e a televisão estão com as suas estruturas danificadas. A imprensa envenena as mentes dos jovens... Vocês possuem especialistas militares israelenses. Vocês enviam estudantes iranianos a Israel. Nós somos contra tudo isso. Não nos opomos à liberdade

[424] Ruhollah Khomeini (1900-1989) foi o aiatolá xiita iraniano líder espiritual e político da revolução iraniana. É considerado o fundador do atual estado "islâmico" iraniano, e governou o Irã desde a deposição do Xá até sua morte em 1989. Nasceu na cidade de Khomein como Ruhollah Mousavi em 1900. Filho de migrantes indianos, começou a estudar teologia em Arak aos 16 anos. Lecionou na faculdade de Qom, onde recebeu o título de aiatolá (literalmente "espelho de Deus", na verdade um perito em religião/direito). Casou-se em 1929 e, apesar de a lei islâmica permitir a poligamia, teve uma só esposa. Antes do seu exílio, publicou *A Revelação dos Segredos*, criticando a dinastia do Xá Reza Pahlevi, a quem acusava de desvirtuar o caráter islâmico do país. Preso em 1963, foi forçado a exilar-se na Turquia.

das mulheres, mas não as queremos como bonecas feitas para atender aos propósitos masculinos. Seu sistema educacional está a serviço dos estrangeiros".

Em 1963, ainda, estudantes islâmicos iranianos foram violentamente atacados quando protestavam contra a abertura de um bar. O governo de Mansur, primeiro-ministro, encaminhou uma lei ao parlamento, com concessões extraterritoriais a países estrangeiros, que foi aprovada. Khomeini protestou, e em novembro de 1964, Qom foi ocupada novamente por tropas que prenderam Khomeini e levaram-no para o exílio na Turquia. Os militares cercaram as casas dos líderes religiosos, o filho de Khomeini também foi preso e enviado para o exílio na Turquia alguns meses mais tarde. O protesto dos clérigos aumentou. Em resposta, o Xá Pahlevi decidiu enfrentar os religiosos com violência, prendendo e matando manifestantes. Não se sabe quantos morreram: o regime de Pahlevi falou em 86 mortos; os religiosos afirmaram que foram milhares. Enquanto isso acontecia, a irmã gêmea do Xá, a princesa Ashraf, se tornava uma celebridade internacional. Foi durante algum tempo *Presidente da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas*, onde defendeu o regime iraniano contra o que chamava de "alegações não comprovadas de torturas e assassinatos generalizados por parte da *Savak*".[425]

Levantamento islâmico (xiita) em Qom, Irã, 5 de junho de 1963

Entre 1963 e 1973, depois desses episódios, política e economicamente o Irã se manteve relativamente estável. O aumento dos preços do petróleo favoreceu o crescimento econômico. De 1963 a 1967 a economia iraniana cresceu consideravelmente, graças a esses aumentos, e também pela exportação de aço. A inflação cresceu no mesmo período, o padrão de vida dos pobres e das classes médias urbanas não melhorava: apenas a rica elite do Estado e os intermediários das companhias ocidentais se beneficiavam do crescimento. O governo também gastava grandes somas na compra de armamentos ultramodernos, particularmente dos Estados Unidos. Com seus aliados israelenses, sauditas e iranianos na primeira fila, os EUA buscavam exercer um poder e influência incontestes no mundo árabe e na Ásia Central. A inesperada morte de Nasser (em 1970), por outro lado, abalou fortemente a onda nacionalista árabe.

[425] Depois da revolução de 1979, consolada pela sua parte dos bilhões de dólares que a família contrabandeara do Irã ao longo dos anos, Ashraf fixou residência em Nova York. Em suas memórias, admitiu a existência da Operação Ájax, ou seja, do golpe da CIA e da Grã-Bretanha no Irã, e estimou seu custo em um milhão de dólares (de 1953...).

A GUERRA DE LIBERTAÇÃO DA ARGÉLIA

Os abalos políticos de pós-guerra e a onda nacionalista anticolonialista no mundo árabe não se limitaram ao Oriente Médio e à Ásia Central. África do Norte foi o outro grande palco da emergência nacional árabe nesse período. Seu marco político foi condicionado pelo desfecho e pelos desdobramentos da guerra mundial: por trás da fachada da vitória comum dos aliados contra o nazismo, em todo o mundo árabe-islâmico os elementos da "guerra fria" começaram a se desenhar já no decorrer da própria guerra, em cujo período final os EUA, para invadir o norte da África, compactuaram com o fascista colaboracionista francês general Darlan que, quando a maré da guerra mudou em favor dos aliados, tornou-se subitamente um convicto "democrata". No dia da libertação de Paris do nazismo - festejado em todo o mundo como uma vitória maior da liberdade - na Argélia e em Madagascar as tropas francesas reprimiam as revoltadas populações locais. A revolta anticolonial contra os impérios europeus começava, ao mesmo tempo em que crescia a influência regional da URSS, desejosa de estender sua segurança geopolítica para os "mares quentes".

Em abril de 1946, a URSS concluiu com o governo de Teerã um tratado - não ratificado posteriormente - de cinquenta anos, para a exploração conjunta dos campos petroleiros do norte do Irã. Depois de celebrado o tratado, as tropas do exército russo foram retiradas do país, em maio de 1946. O governo de Teerã aceitou, em agosto desse ano, três ministros do Partido Comunista *Tudeh*, como parte do acordo com o Kremlin. A monarquia persa tentava uma política de colaboração com a URSS, tornada necessária diante da explosão, no final da guerra, de um forte movimento das minorias nacionais (especialmente curdos e azéris) pela sua independência, assim como da greve geral dos trabalhadores do petróleo, que foi levada ao impasse pela política conciliadora dos sindicatos dirigidos pelo *Tudeh*. Em finais de 1946, o governo iraniano deu um trágico final a essa política com sua intervenção militar no Azerbaijão e a sangrenta repressão do movimento independentista curdo. Um suposto atentado planejado contra o Xá serviu como motivo para proibir também o *Tudeh.* Na sequência, o exército imperial iraniano entrou em Tabriz e massacrou o povo do Azerbaijão. A mesma sorte foi reservada à efêmera "República de Mahabad" da minoria curda iraniana. Doravante, as minorias nacionais do Irã passaram a ficar submetidas a um regime de repressão e opressão.

No outro extremo da região, no norte da África, o fim da guerra mundial se desdobrou quase de imediato em luta (e guerra) pela emancipação nacional das colônias francesas. No bojo da emergência nacionalista árabe, a Argélia teve de enfrentar uma guerra prolongada de libertação nacional em virtude da resistência dos colonos franceses (*pieds noirs*), que possuíam a maioria e as melhores terras do país, e também da própria ação da metrópole colonial. Já em maio de 1945, no final do conflito mundial, a aviação francesa bombardeou as aldeias da Kabila, tomando como pretexto uma manifestação a favor da autonomia em Sérif. Charles Tillon, antigo responsável nacional das FTP (*Franc-Tireurs Partisans*, forças irregulares de combate contra a ocupação nazista) e membro do comitê político do PCF (Partido Comunista Francês), era o ministro da Aviação do governo, e foi o responsável pelos bombardeios mortíferos.

Os bombardeios de Sétif e Ghelma evidenciaram a quebra da promessa do mandatário-herói de guerra francês Charles de Gaulle de libertar a Argélia após a Segunda Guerra Mundial. As forças francesas estacionadas na colônia massacraram aldeias inteiras. Apesar dos argelinos terem enviado voluntários em grande quantidade para lutar na Europa e no próprio norte africano, apesar de terem perdido 65 mil homens nos campos de batalha do segundo conflito mundial e de terem ajudado na libertação da França ocupada pelo nazismo, a metrópole francesa não cumprira sua promessa de libertar a Argélia do jugo colonial. Quando os argelinos saíram às ruas para comemorar o "Dia da Vitória" contra o nazismo, a 8 de maio de 1945, sua demonstração pacífica foi interrompida pela intervenção do exército francês, auxiliado por

soldados senegaleses. A permissão de abater muçulmanos nas ruas foi estendida aos colonos, que competiram com a Legião Estrangeira no saque e no assassinato das populações locais.

Os argelinos revidaram o massacre, atacando alguns centros da colonização francesa. Em 1947, no entanto, o governo da França tentou conciliar com as aspirações argelinas: estendeu a cidadania francesa aos argelinos e permitiu o acesso de muçulmanos a postos governamentais na sua colônia. A Assembleia Nacional francesa, em Paris, aprovou um estatuto para a Argélia no qual a colônia foi definida como "um grupo de províncias com caráter urbano, autonomia financeira e uma organização especial". O que isto significava, ficou claro na constituição do Parlamento argelino: divididos em dois grupos numericamente iguais, 120 deputados representavam os 370 mil colonizadores europeus e os 60 mil argelinos "assimilados"; outros 120, cerca de 1,3 milhão de árabes e berberes "não assimilados".

As lideranças argelinas (e magrebinas) na França, a UDMA de Ferhat Abbas, o Ulema e a direção do MTLD (*Mouvement pour le Triomphe des Libertés Démocratiques*) se pronunciaram em favor do estatuto concedido pela França em 1947, ou seja, da "autonomia" no marco colonial, sem independência nacional. O MTLD se dividiu, em dezembro de 1953 Messali Hadj denunciou sua direção e instituiu um "Comitê de Salvação Pública", em março de 1954. Boudiaf, dirigente da ala militar, lanço no mesmo mês o "Comitê Revolucionário pela Unidade e a Ação" (CRUA) que, em novembro, se transformou na Frente de Libertação Nacional (FLN) e lançou a luta armada pela independência. Nesse momento, a FLN contava com um milhar de combatentes mal armados e mal treinados. Do lado francês, 55 mil soldados foram enviados para reforçar os 40 mil provenientes de unidades militares derrotadas na Indochina, em Dien – Bien Phu, na guerra de libertação do Vietnã.

Foram introduzidas também algumas concessões aos muçulmanos argelinos: eles poderiam viajar à França em busca de trabalho e, lá, podiam professar livremente a sua religião. A indústria francesa, depois da guerra mundial, precisava com urgência de mão de obra. Em finais da década de 1960, mais de 3.300.000 trabalhadores imigrados residiam oficialmente na França (sem contar os clandestinos), dentre os quais 608.643 argelinos, 89.181 tunisianos, 143.397 marroquinos, além de mais 55.000 classificados como "africanos" em geral (oriundos de Senegal, Mauritânia e outros países).[426] O percentual de trabalhadores estrangeiros sub-remunerados na força de trabalho francesa era o maior da Europa, o que ajudou a salvar boa parte da indústria não competitiva do país no marco da "construção europeia" e da concorrência mundial, através do rebaixamento dos custos da folha salarial.

Foi também permitido oficialmente o ensino do idioma árabe na Argélia. Ainda assim, os franceses colonizadores da Argélia resistiam essas concessões. Nas eleições de 1948, concebidas dentro do novo estatuto colonial francês, os franceses tudo fizeram para impedir que candidatos pró-independência chegassem ao poder. Quando se apresentaram os candidatos do MTLD, composto em sua maioria por independentistas, os governantes franceses prenderam a maioria deles; confiscaram jornais, proibiram reuniões públicas, incumbiram a polícia de presidir as eleições em algumas localidades, não fizeram a distribuição de títulos eleitorais em muitas regiões e em outras violaram as urnas. Tudo isso sob os auspícios de uma Força Aérea que efetuava voos rasantes sobre as aldeias, para assustar e advertir a população, e de *razzias* do exército francês, que se valeu das metralhadoras para intimidar e atacar o eleitorado argelino.

---

[426] Leon Gani. *Sindicatos e Trabalhadores Imigrados.* Lisboa, Prelo, 1975, p. 13. O maior contingente de trabalhadores estrangeiros estava composto por migrantes pobres da Europa latina: espanhóis, portugueses e italianos perfaziam mais de 1.700.000 trabalhadores, ou seja, mais de 50% do total de trabalhadores "externos", para os quais eram reservados, em geral, os ofícios mais penosos ou desqualificados.

No mesmo momento, todo o mundo árabe e islâmico se encontrava em convulsão. A crescente pressão sobre a Turquia, o suposto apoio soviético aos curdos iranianos, iraquianos e turcos, a guerra civil na Grécia, assim como os acontecimentos no Irã, produziram uma intensificação da intervenção norte-americana na região, e deram álibi para a revisão da política norte-americana sobre a União Soviética, prefaciando a "guerra fria". Aplicando a chamada "Doutrina Truman", de 12 de março de 1947, os Estados Unidos se comprometeram a "apoiar os povos livres que se opunham a se submeter ao jugo de minorias armadas ou de pressões estranhas". Os EUA já se reservavam o direito de definir unilateralmente o que era uma "minoria", e o que era "estranho"...[427] A rebelião argelina se integrou neste quadro regional e internacional de crise devido aos conflitos entre as potências e à rebelião anticolonial.

Na África do Norte sempre existira insatisfação popular contra o domínio francês; uma minoria europeia mandava autoritariamente sobre o povo local, constituído de populações árabes e berberes. 22 mil colonos franceses possuíam 22 milhões de hectares de terra (40% do total, uma média de mil hectares cada um) concentrando 65% da produção agrícola. No correr dos anos, os franceses começaram a tratar sua principal colônia norte-africana como se fosse uma parte do território da França, e os argelinos como estrangeiros em seu próprio país. A resistência argelina na própria Argélia começou a aparecer paulatina e cautelosamente. Um primeiro sinal de alarme para os franceses ocorreu em 1950, com o assalto ao Correio Central de Oran comandado por Ahmed Ben Bella. O líder rebelde argelino tinha servido no exército francês durante a Segunda Guerra Mundial, como muitos dos seus compatriotas, tendo sido altamente condecorado pelas suas ações nos campos de batalha da Itália. Ben Bella transformou-se na figura símbolo da luta argelina de libertação e foi, posteriormente, o primeiro chefe de governo da Argélia independente.[428]

O movimento armado de libertação nacional da Argélia do domínio francês tomou curso definido entre 1954 (ano de criação da Frente de Libertação Nacional, FLN) e 1962. A luta contra as tropas de ocupação da França durou sete anos e causou a morte de mais de 260 mil pessoas. Os primeiros disparos foram ouvidos na noite de 31 de outubro para 1º de novembro de 1954, quando houve ataques contra instalações militares, postos de polícia, armazéns, infraestrutura de comunicações e serviços de utilidade pública. Jovens argelinos, integrantes da até então desconhecida FLN iniciavam a luta para acabar com o domínio francês. Num panfleto, os rebeldes conclamavam à criação de um Estado independente na Argélia, que garantisse direitos iguais a todos os cidadãos do país. Depois dos primeiros disparos, milhares de argelinos foram presos. A maioria deles nada tinha a ver com a FLN.

---

[427] Robert Fisk. *The Conquest of the Middle East*. Nova York, Counterpunch, 2007; Luiz Alberto Moniz Bandeira. *Formação do Império Americano.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.

[428] Mohamed Ahmed Ben Bella (1918-2012) foi o principal líder da guerra da Argélia pela sua independência. Teve uma breve passagem como jogador profissional de futebol no Olympique de Marseille entre os anos 1939 e 1940. Em 1954, Ben Bella e os líderes nacionalistas argelinos residentes no Egipto encontraram-se secretamente na Suíça, onde criaram a Frente de Libertação Nacional (FLN). Em 1956, Ben Bella foi preso pelas autoridades militares francesas, depois de ter escapado com vida, nesse ano, de dois atentados contra sua vida, um em El Cairo e outro em Trípoli. Foi posto em liberdade só em 1962, ano da independência. Em 1963 Ben Bella foi eleito sem oposição para a presidência da Argélia, com uma imensa maioria. Uma vez no governo, operou um conjunto de nacionalizações e implementou uma reforma agrária. Em 1965 foi deposto, na sequência de um golpe de Estado, sendo substituído por Houari Boumédiènne. Passou dez anos no exílio e regressou ao seu país em 1990, quando a Frente de Salvação Islâmica (FIS) estava no poder. Ben Bella conseguiu o apoio de seis partidos políticos, mas não conseguiu triunfar nas eleições de 1991, perdendo para a FIS. Ben Bella morreu em Argel em 11 de abril de 2012.

A guerra opôs o exército francês, com tropas de elite dos paraquedistas e da Legião Estrangeira, *goums* marroquinos, forças policiais, conscritos de contingentes indígenas (chamados de *harkis* e *moghazinis*) contra o Exército de Libertação Nacional (ELN), braço armado da FLN. Do lado francês, entre 1952 e 1962, 1.343.000 convocados e 407 mil militares da ativa do exército foram enviados para a Argélia. Perto de 180 mil muçulmanos argelinos também combateram do lado francês. Na colônia, todas as manifestações públicas antifrancesas eram punidas com extremo rigor. O governo francês censurou vários jornais e meios de comunicação na própria metrópole para esconder a verdade da repressão. Com isto, o ódio dos argelinos pelos colonizadores tornou-se mais profundo, chegando ao auge quando o exército francês na Argélia foi reforçado com mais 500 mil homens. Na Indochina Francesa, no mesmo ano de 1954 em que foi fundada a FLN, a França perdia em Dien Bien Phu sua batalha estratégica para conservar seu império colonial no sudeste asiático, um fato que só acirrou as aspirações das populações da África do Norte pela sua independência.

Tropas francesas em Argel

Na Argélia, a questão da independência era bem mais coomplicada, devido ao fato de existir no país uma forte população branca colonizadora de origem francesa, que recusava a independência do país, e também uma forte presença do exército colonial. A França continuava enviando os líderes rebeldes argelinos para a prisão. Os colonizadores franceses rebelaram-se duas vezes contra as iniciativas contemporizadoras de sua própria metrópole. Na luta pela independência do país havia dois principais partidos: a FLN e o MNA (Movimento Nacional Argelino, *Mouvement National Algérien*, composto majoritariamente por trabalhadores argelinos residentes na França), este chefiado por Messali Hadj, que fundara inicialmente, na década de 1930, a Estrela Norte Africana (*Étoile Nord-Africaine*), organizando trabalhadores residentes na França originários do Magrebe, sem distinção de nacionalidade. Com a dissolução da ENA pela repressão francesa, Messali ajudara a criar, em 1937, o Partido do Povo Argelino (PPA), que deu origem ao MNA. Embora ambos os movimentos defendessem a proclamação de independência da Argélia, de fato surgiram duas guerras, uma contra o domínio francês, e outra entre dois movimentos nacionalistas argelinos.

Na origem da divisão do campo independentista estava o racha do antigo MTLD em uma facção messalista e em outra anti-messalista. Isto levou os veteranos militantes Ben Boulaïd, Didouche Mourad, Ben M'hidi Larbi, Boudiaf, Bitat e Belkacem, na Argélia, e Mohamed Khider, Aït Ahmed e Ahmed Ben Bella, em El Cairo - os "nove chefes históricos" da FLN - a criar, em 1954, o Comitê Revolucionário de Unidade e Ação (CRUA), que formou a Frente de Libertação Nacional (FLN) e seu braço armado, o Exército de Libertação Nacional (ELN). O ELN estava dividido em três tipos de combatentes: os *moudjahidines* eram os soldados convencionais; os

moussebilines eram os sabotadores de linhas de comunicação e estradas, e os responsáveis pelo transporte de armas e de feridos e pelo serviço de informação; os *fedayins* eram os responsáveis pelos atentados pessoais e pelas sabotagens urbanas, explosões e incêndios. Com as ações crescentes do ELN a repressão francesa aumentou qualitativamente.[429]

Enquanto Nasser apoiava direta e ativamente a independência argelina, inclusive com fornecimento de armas e quadros para a luta armada da FLN, o Partido Comunista Argelino, seguindo as diretrizes do Partido Comunista Francês, criticava as ações da FLN, principalmente o terrorismo, o nacionalismo e os aspectos religiosos do movimento. Isto teve repercussões nos trabalhadores argelinos na França, que se viram separados do contingente maior da classe operária francesa e suas organizações, e na própria classe operária argelina. Para piorar as coisas, entre janeiro e setembro de 1957 a FLN recebeu um duro golpe na "batalha de Argel", uma sucessão de choques armados e atentados entre tropas francesas e rebeldes argelinos que sacudiram a capital, Argel.

A base de apoio dos rebeldes era a *Casbah*, o bairro árabe. Após usar todos os recursos de combate contra a guerrilha urbana, criando o célebre conceito e prática de *guerra suja* (que seria usado ulteriormente, e largamente, pelas ditaduras militares latino-americanas, que não se privaram do concurso e da pedagogia de torturadores franceses experimentados na Argélia) os paraquedistas franceses anunciaram a liquidação da rede rebelde em Argel, coordenada por Yacef Saadi. A FLN foi desmatelada em Argel e outras cidades, mas achou refúgio e possibilidades de reorganização nas aldeias do interior do país e também do outro lado da fronteira com a Tunísia, que se converteu em seu "santuário".

Para os chefes franceses, era difícil combater um inimigo invisível: ""Não é fácil identificar e localizar o inimigo na Kabylia selvagem. O general Beaufre enfrentara na Indochina um adversário organizado, alinhado em unidades, usando uma estratégia de guerra e não só de guerrilha. Na Argélia, os grupos estão espalhados, dispersos e protegidos por técnicas apropriadas de camuflagem que tornam os homens de Belkacem Krim impossíveis de serem achados. Eles sabem marchar à noite guiando-se pelas estrelas. Os habitantes das mechtas os ajudam a se esconder quendo não se encontram nas montanhas. Para se proteger dos reconhecimentos aéreos, formam grupos de quatro ou cinco simulando serem uma árvore, cujas folhas são os galhos eu dispõem em cima deles, e passam sem serem percebidos. Eles sabem improvisar no solo esconderijos onde passam horas em observação sem serem notados. Se deslocam sem fazer nenhum barulho...".[430]

Na França, a guerra de Argélia dividiu a sociedade e produziu mais do que um simples "movimento de opinião" contra a continuidade do colonialismo francês. A chamada rede Jeanson (*Réseau Jeanson*) foi composta, em sua maioria, por jovens comunistas, sindicalistas e militantes cristãos que se organizaram em 1957 (os comunistas, à revelia de seu partido). Liderados pelo filósofo Francis Jeanson, a rede apoiava a independência da Argélia, hospedava clandestinamente os membros da FLN e distribuíam dinheiro e papéis para os rebeldes; eram chamados de *porteurs de valises*, carregadores de pastas (com documentos políticos, mensagens ou armas).

A prisão de vários integrantes da rede, acusados de apoiar a causa argelina, em fevereiro de 1960, desencadeou protestos na censurada imprensa francesa. Paralelamente, a publicação de dois livros revelou à opinião pública francesa a existência de casos de insubmissão e deserção por parte de jovens soldados e reservistas: *Le Déserteur*, lançado em 1960, de Maurienne (pseudônimo de Jean-Louis Hurst), e *Le Refus*, publicado no mesmo ano, de Maurice Maschino. Os primeiros casos de insubmissão ocorreram já em 1956. Jovens comunistas e "cristãos de

---

[429] Mohammed Harbi e Benjamin Stora. *La Guerre d'Algérie.* Paris, Hachette, 2005.

[430] Pierre Miquel. *La Guerre d'Algérie.* Paris, Fayard, 1993, p. 194.

esquerda" se negaram a atacar e reprimir o povo argelino e escolheram a "recusa de obediência" dentro do exército francês, ou seja, a prisão.

Argelinos com faixas, franceses com blindados

Em Paris, os dirigentes trotskistas Pierre Lambert, Gérard Bloch (ex-prisioneiro do nazismo e organizador da resistência no campo de concentração de Buchenwald) e Daniel Renard, vinculados ao MNA de Messali Hadj, foram presos e processados. Na Holanda, foram presos o dirigente da IV Internacional, Michel Pablo (codinome do grego Michael Raptis) e o dirigente trotskista neerlandês Sal Santen, que cumpriram pena acusados de organizar um contrabando de armas com destino à FLN. O poeta/romancista/cantor francês Boris Vian, já bem conhecido nas *caves* de Saint-Germain des Près no "Bairro Latino" de Paris, berço do existencialismo de Jean-Paul Sartre e Simone de Beauvoir, tornou-se nacionalmente célebre pela sua censurada música *Le Déserteur*, conclamação-manifesto à deserção dos jovens franceses da nova guerra colonial: *Monsieur le Président/ Je ne veux pas la faire/ Je ne suis pas sur terre/ Pour tuer les pauvres gens*... Concluindo: *Prevenez vos gendarmes /Que je n'aurai pas d'armes / Et qu'ils pourront tirer*. A canção virou um clássico do antimilitarismo e da música popular francesa. A França das artes e das letras punha-se em pé contra a guerra colonial de seu governo.

O morro da Casbah de Argel no clássico do cinema francês, *Pepe le Moko*

Mas não a classe operária francesa, inibida na luta antiimperialista pela divisão sindical e pela política de suas organizações. A CGT-FO, central sindical pelega fundada em 1947 a instâncias e com a ajuda de fundos norte-americanos, através da CIOSL (Confederação Internacional de Sindicatos Livres, uma criação da "guerra fria"), e a CFTC, central sindical confessional cristã, defendiam a "Argélia Francesa", e consideravam a classe operária argelina como parte da classe operária francesa, impedindo-a de jogar qualquer papel independente na luta pela libertação nacional de seu país. Ambas as centrais criaram mini-centrais na própria Argélia. A CGT, dirigida pelo PCF, majoritária na França metropolitana, criou em 1954 a União Geral dos Sindicatos Argelinos, UGTA-CGT, considerando-a como parte a CGT francesa: dos 40 mil aderentes que a central sindical argelina anunciava em 1955, 50% eram muçulmanos e os outros 50% de origem europeia. O proletariado argelino estava composto por 330 mil trabalhadores, dos quais 90 mil eram franceses. O proletariado urbano equivalia a 10% da força de trabalho total.

A CGT argelina, como sua matriz francesa, se pronunciava em favor da independência do país, mas defendia uma ação dentro da legalidade colonial, criticando a luta armada da FLN. Em 1956, Laurent Saillant, dirigente da CGT e da FSM (Federação Sindical Mundial, com sede em Moscou) defendeu, além disso, em um congresso da CGT francesa, a "unidade de ação" das três centrais sindicais argelinas, sendo duas delas, as seções da FO e da CFTC, além de fantasmagóricas, favoráveis à continuidade do estatuto colonial, sob o pretexto de "unidade nacional francesa". Os trabalhadores argelinos presentes se revoltaram. Para piorar ainda mais as coisas, na França, o MNA de Messali Hadj criou sua própria USTA (União Sindical de Trabalhadores Argelinos) disputando o controle dos trabalhadores de origem norte-africana residentes na França com (contra) a CGT. Em vez de uma unidade militante antiimperialista da classe operária metropolitana com a classe operária colonial (embora esta fosse social e numericamente fraca) houve uma crescente divisão sindical e política, e nenhuma política orientada em direção da liderança operária na luta de libertação nacional argelina.

A FLN, do seu lado, combatia qualquer tentativa de organização independente da classe operária da Argélia, independententemente de sua origem (árabe ou europeia), privilegiando a clivagem nacionalista (até étnica) e a unidade interclassista na luta pela independência nacional. Sindicalistas, feministas, "progressistas" em geral, foram postos no ostracismo, e finalmente perseguidos pelos dirigentes da FLN e do ELN. Apesar disso, o Secretariado Internacional (SI) da IV Internacional, liderado por Michel Pablo, o belga Enest Mandel e o francês Pierre Frank, desestimou qualquer possibilidade de se construir na Argélia um partido revolucionário independente da FLN. No "trotskismo dissidente" (PCI) liderado por Pierre Lambert, somente "Raoul"-Claude Bernard propôs a criação de uma fração marxista no MNA de Messali Hadj.

A "Batalha de Argel"

Na França, a profunda crise política criada pela rebelião argelina acabou levando o ex-chefe de Estado Charles de Gaulle de volta ao poder político, através de um golpe de estado realizado em maio de 1958, que provocou a queda da IV República, substituída pela V República, que aumentou os poderes presidenciais (possibilitando o governo por decretos). Messali Hadj o apoiou e se uniu ao regime gaullista, iniciando o declínio político irreversível do seu MNA (*Mouvement National Algérien*). Na Argélia, no mesmo mês e ano, se realizaram manifestações em favor da "Argélia Francesa", na esperança de que de Gaulle salvasse novamente à França, não do nazismo, mas da luta anticolonial.

As mulheres dos generais-torturadores-golpistas franceses Raoul Salan e Jacques Massu, em ato de "solidariedade feminina", fizeram com que mulheres árabes tirassem e jogassem foram seus véus islâmicos, numa suposta manifestação pública de "libertação feminina" em relação ao obscurantismo islâmico. Uma delas, Monique Améziane, prestou-se a isso para salvar a vida de seu irmão Mouloud, cuja casa havia sido ocupada e transformada em centro de (atrozes) torturas pelo exército francês.[431] O órgão de imprensa da FLN (*El Moudjahid*) repudiou a ação das mulheres-"feministas"-colonialistas, e qualificou as mulheres argelinas arroladas para a demonstração pública de "mulheres servis" e de "prostitutas" (eram, em boa parte, apenas reféns): "Tanto por motivos políticos quanto porque o movimento revolucionário argelino tinha uma ampla base (especialmente entre o grande grupo de trabalhadores braçais emigrados para a França), houve um forte elemento islâmico presente na revolução argelina".[432]

De Gaulle, do seu lado, sabia perfeitamente da situação crítica na Argélia; decretou maiores direitos para os cidadãos muçulmanos do país e, um ano depois, já falava até do direito da Argélia à autodeterminação. Depois de ter dado tempo ao exército para tentar esmagar definitivamente a revolta, utilizando todos os meios a sua disposição, inclusive a tortura sistematicamente planificada, de Gaulle inclinava-se finalmente pela autodeterminação como única saída possível ao conflito. Em reação, os nacionalistas franceses e oficiais ultradireitistas, organizados na OAS (*Organisation de l'Armée Sécrète*) tentaram um golpe militar na Argélia em 1958. Carente de apoio político na metrópole, o golpe militar fracassou, depois de uma ridícula e patética apresentação pública de seus quatro instigadores, os generais Salan, Challe, Jouhaud e Zeller.

La Croix

COUP D'ETAT MILITAIRE A ALGER

DIRIGÉ PAR LES GÉNÉRAUX SALAN, CHALLE, JOUHAUD ET ZELLER

DES UNITÉS DE PARAS OCCUPENT LES BATIMENTS PUBLICS

LES CHEFS DU PUTSCH PROCLAMENT L'ÉTAT DE SIÈGE ET CRÉENT UN TRIBUNAL MILITAIRE SPÉCIAL

L'HISTOIRE NE SE REMOUVRIRA PAS

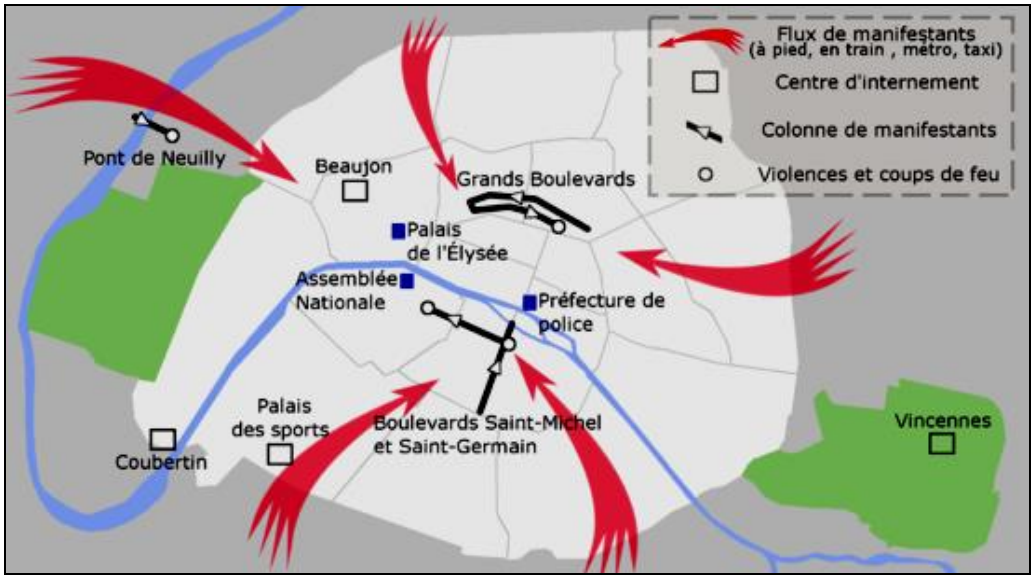
[431] Jean-Luc Einaudi. *La Ferme Arméziane*. Enquête sur un centre de torture pendant la guerre d'Algérie. Paris, L'Harmattan, 1991.

[432] Eric J. Hobsbawm. *Era dos Extremos*. O breve século XX 1914-1991. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.

Foi no ano seguinte que se concedeu, desde a metrópole francesa, “autodeterminação” (não independência) aos argelinos, no quadro da “União Francesa”. Diante dessa limitada e insatisfatória concessão política, a guerra continuou. Na metrópole, além disso, o protesto contra a guerra tomou formas mais definidas. Concebido, inicialmente, como um "apelo à oposição internacional" por parte das redações das revistas *Les Temps Modernes* e *Lettres Nouvelles*, o “Manifesto dos 121”, tendo como subtítulo “Declaração sobre o direito à insubmissão na guerra da Argélia”, foi lançado em Paris no início de setembro de 1960, e marcou a radicalização dos intelectuais e artistas hexagonales contra a guerra da Argélia. O documento defendia a "insubmissão dos jovens soldados" e as "redes de apoio" à FLN, os chamados *porteurs de valises*.

Em nome da moral e da verdade, os assinantes do manifesto alertavam à opinião pública nacional e internacional sobre a violência e a arbitrariedade cometidas pelas tropas francesas na Argélia: na colônia africana, eram comuns as torturas, o racismo aberto e massacres de civis; na metrópole europeia, aconteciam prisões de jovens soldados desertores, que recusavam participar do conflito colonial, e dos civis que, por razões de princípios, davam apoio material aos combatentes argelinos. A carta foi publicada integralmente na revista *Vérité-Liberté* e foi censurada nos demais meios de comunicação. Em resposta à proibição da divulgação, a revista *Les Temps Modernes* (agosto/setembro de 1960) deixou em branco as duas páginas reservadas para a publicação do manifesto, seguidas, na terceira página, da lista dos assinantes.

Jean-Paul Aron constatou que, "a partir de sua redação, o ‘espírito dos 121’ pairou sobre a cultura francesa. Desde o final da Segunda Guerra Mundial, não se tinha visto a manifestação de uma oligarquia tão sublime, de uma fraternidade dissidente tão heroica. A partir de então, entre os intelectuais parisienses, se fala de fulano e beltrano: 'ele faz parte dos 121', como se dizia, em 1945, a propósito dos gaullistas: 'ele é companheiro da liberação (*compagnon de la Libération*)'".[433] Entre os assinantes do manifesto estavam Jean-Paul Sartre, Simone de Beauvoir e Jean Pouillon; André Breton, Michel Leiris e Maurice Nadeau; Alain Robbe-Grillet, Nathalie Sarraute, Marguerite Duras, Maurice Blanchot; Simone Signoret, Pierre Boulez, Claude Sautet, François Truffaut, Jean-Pierre Vernant, Pierre Vidal- Naquet, Henri Lefèbvre, Hubert Damisch, André Mandouze e Robert Barrat, todos nomes destacados das artes e das ciências humanas francesas (que eram, nesse momento, o farol intelectual do mundo).



A guerra argelina chega a Paris: manifestações pela Argélia independente, a 17 de outubro de 1961

[433] Jean-Paul Aron. *Les Modernes.* Paris, Folio, 1986.

As torturas, as humilhações diárias e os "reagrupamentos populacionais" mostravam o colonialismo francês ao desnudo, sem nenhuma maquiagem ou véu encobridor. Em 1960, ocorreram manifestações gigantescas pela independência e confrontos violentos nas ruas de Argel, em que os soldados franceses atiravam nos civis desarmados. Diante da crise, de Gaulle, em janeiro de 1961, convocou um referendum de consulta ao povo francês a respeito dos destinos das relações entre França e Argélia: 75% do eleitorado foi favorável à autodeterminação argelina. A crise interna francesa e a guerra colonial se intensificaram em 1961, pela entrada em ação na metrópole colonial da OAS comandada pelo general Salan, um dos protagonistas do golpe militar argelino de 1958. A OAS tentou assassinar de Gaulle contratando profissionais do crime, sem sucesso, em um episódio celebrizado pelo *best seller* de Frederick Forsythe, *O Dia do Chacal*, transformado em filme hollywoodiano. Ao terrorismo da OAS, na França e na Argélia, a FLN respondeu com mais atentados. Nesse mesmo ano fracassaram as negociações franco-argelinas, por discordâncias em torno da exploração do petróleo descoberto em 1945 na colônia francesa.

A guerra colonial se trasladou à capital francesa. O chefe da polícia de Paris, Maurice Papon (colaboracionista do nazismo durante a guerra mundial, e criminoso de guerra condenado em 1997 pela Justiça francesa) respondeu aos atentados realizados na França e atribuídos à FLN com intensas blitzes policiais dirigidas contra os "franceses muçulmanos da Argélia". A violência contra a população norte-africana de Paris se institucionalizou: o chefe de polícia criou uma força de polícia auxiliar, constituída de *harkis* argelinos, que praticava a tortura contra seus "compatriotas". Papon instaurou, em setembro de 1958, um toque de recolher exclusivo para os norte-africanos na cidade de Paris, que foi boicotado com sucesso pela FLN. Durante as operações policiais, algumas pessoas desapareceram; numerosas denúncias de tortura e de mortes em delegacias policiais foram feitas.

A 17 de outubro de 1961, finalmente, foi organizada uma manifestação de argelinos e norte-africanos residentes na França, em protesto contra a repressão e pela independência da Argélia. A repressão foi violentíssima. Em Paris, na saída dos metrôs Étoile e Opéra, nos corredores da estação Concorde e sobre os *Grands Boulevards*, os manifestantes foram sistematicamente atacados com tacos, cassetetes e bastões. Durante várias horas, deu-se uma verdadeira caça ao "negro"; a população parisiense assistiu, chegando parte dela até mesmo a colaborar. Mais de dez mil argelinos foram presos, detidos no "Palais des Sports", no Parque de Exposições, no Estádio Pierre de Coubertin e no Centro de Identificação de Vincennes. Logo ao chegarem aos centros de detenção, os manifestantes eram sistematicamente espancados.

Nos locais de aprisionamento, assistia-se a execuções e muitos foram os manifestantes que morreram com ferimentos agravados por falta de tratamento. No dia seguinte à manifestação, porém, o balanço oficial era de apenas dois mortos argelinos, no que teria sido uma "troca de tiros" entre a polícia e os manifestantes. O número de mortos, porém, foi estimado em trezentos, vítimas de balas, espancamentos e até afogamentos no Sena. Poucos dias depois, nove manifestantes franceses foram mortos no tristemente célebre "Massacre de Charonne", quando a polícia carregou contra uma manifestação convocada pela esquerda francesa contra a guerra da Argélia, assassinando nove pessoas que tinham se refugiado na estação de metrô Charonne.[434] Na história ulterior, o massacre de Charonne (com "poucas" vítimas francesas) mereceu mais atenção do que massacre de 17 de outubro de 1961 (com muitas vítimas árabes).

[434] Jim House e Neil MacMaster. *Paris 1961.* Les Algériens, la terreur d'Etat et la mémoire. Paris, Tallandier, 2008.

Românticas pontes do Sena: "aqui se afogam argelinos"

Forte projeção política e histórica teve a reação contra o colonialismo, menos alardeada no momento, da *intelligentsia* colonial, com destaque para o médico antilhano Frantz Fanon.[435] A questão da violência, tanto a do colonizador como a do colonizado, foi analisada por Fanon, justificando a utilização de meios violentos para derrubar o colonialismo. A luta armada anticolonial não era só uma tática, era um "ato cultural". A violência anticolonial libertava o colonizado de suas alienações, tirando-o da despersonalização fomentada pelo colonialismo: o processo de "embranquecimento" do colonizado, que não queria ser negro ou árabe, mas também não podia ser branco ou ser assimilado totalmente pela sociedade metropolitana, fendia o indivíduo, aniquilando-o. O racismo dos negros e árabes contra os brancos-europeus não podia ser analisado da mesma forma que o dos brancos contra os "não brancos".

O primeiro, segundo Fanon, era uma resposta *a posteriori* contra a suposta superioridade branca. O racismo do oprimido era fruto do racismo do opressor. O "racismo antirracista" configurava-se como positivo, na luta contra a negação de si mesmo. Para Albert Memmi, por sua vez, o racismo e a xenofobia do colonizado eram resultados da mistificação geral construída pelo colonialismo. A princípio, essa xenofobia era uma *negatividade*, um ressentimento contra o colonizador, mas poderia vir a ser um prelúdio de uma positividade, ou seja, o colonizado recuperaria sua identidade por si mesmo. Era uma *contramitologia*, nascida combatendo o mito negativo, criado e imposto pelo colonizador, que fazia surgir um mito positivo de si mesmo, criado pelo colonizado.

"No quadro colonial a assimilação revelou-se impossível. Para "assimilar-se" à sociedade colonial, não era suficiente despedir-se de seu grupo, era preciso penetrar em outro, onde encontrava a recusa do colonizador. Tendo em vista a falência da assimilação, já que ela ia contra o funcionamento do próprio colonialismo, havia uma segunda tentativa empreendida pelo colonizado em prol da libertação de sua condição inferior: a revolta... Longe de nos espantarmos com as revoltas nas colônias, deveríamos nos surpreender, ao contrário, que não

[435] Frantz Fanon (1925-1961) nasceu na Martinica e, depois de servir o exército francês Segunda Guerra Mundial, estudou medicina em Lyon, formando-se em psiquiatria. Além de medicina, Fanon estudou filosofia e aprofundou-se no conceito de alienação desenvolvido por Hegel e Marx. Em 1952, escreveu *Pele Negra, Máscaras Brancas* e foi trabalhar na Argélia como médico-chefe da clínica de Blida-Joinville. Engajou-se na luta pela independência argelina, tornando-se argelino. Após sua entrada na FLN tornou-se representante do seu governo provisório em vários encontros internacionais. Em 1961, Fanon, já com leucemia, escreveu *Os Condenados da Terra*, obra finalizada pouco antes de morrer. A obra de Fanon exerceu influência em movimentos negros dos Estados Unidos e no pensamento anticolonial e revolucionário em geral.

sejam mais frequentes e mais violentas. (...) A revolta, porém, é, para a situação colonial, a única saída que não é miragem, e o colonizado descobre isso cedo ou tarde. Sua condição é absoluta e reclama uma solução absoluta, uma ruptura e não um compromisso".[436]

Finalmente, foram acertados os Acordos de Évian, em 18 de março de 1962, acrescentados de uma declaração bilateral de cessar-fogo no dia seguinte, mas foram necessários quatro meses suplementares para que a Argélia conquistasse totalmente sua independência, o que só aconteceu a 5 de julho, com o reconhecimento da independência argelina pela França, após 132 anos de colonização, em troca de garantias para os residentes franceses na Argélia. Os Acordos de Évian precipitaram o êxodo da população europeia da Argélia, bem como o massacre de dezenas de milhares de *harkis* – muçulmanos argelinos que preferiram integrar o exército francês contra a FLN.

Nesse contexto, teve lugar o "massacre de 5 de Julho", também conhecido como o "massacre de Oran", na cidade argelina do mesmo nome, dois dias após o reconhecimento oficial da independência argelina e algumas horas antes de sua proclamação formal. Houve um confronto entre civis europeus e nativos muçulmanos, quando homens armados do Exército de Libertação Nacional intervieram. Foram contadas centenas de mortos. O exército francês só interveio algumas horas mais tarde, para conter limitadamente o massacre. Foi a trágica consequência final do colonialismo francês no norte da África.

Argélia independente

800 mil *pieds noirs*, colonos franceses na Argélia, se precipitaram na metrópole em só três meses, abandonando quase todo o que tinham na ex-colônia. Represálias eram temidas, sobretudo depois das barbaridades cometidas pela OAS contra argelinos nos últimos meses da guerra. A capacidade de recepção da França foi ultrapassada; durante longos anos os *pieds*

[436] Albert Memmi. *Retrato do Colonizado Precedido do Retrato do Colonizador.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. Albert Memmi nasceu na Tunísia e era de origem judaica. Sua língua original era o árabe, mas foi educado em escolas francesas, estudou na Universidade de Argel e na Sorbonne. Ou seja, era um judeu que falava árabe educado pelos franceses. Além de escritor renomado da literatura tunisiana, foi professor na *Carnot High School* em Tunis. Memmi postulou um modo de ser que permitisse a negação do aniquilamento do colonizado. Ele e Fanon foram os representantes do pensamento anticolonial africano que se aprofundaram nas alienações como *modus operandi* colonial. Memmi abordou o colonizado em termos gerais, não só o africano, árabe ou caribenho. O pensamento de ambos autores era, no entanto, similar em diversos pontos, e teve enorme impacto mundial como inspirador da luta antiimperialista.

noirs reclamaram direitos e indenizações do Estado francês, queixando-se de discriminações: "O retorno dos pieds noirs foi demasiadamente espontâneo para ser organzado. Tomou o aspecto de um êxodo. A conquista da Argélia em 1830 respondeu ao desejo dos franceses de sair do Hexágono onde haviam sido encerrados pela Inglaterra depois de Waterloo. A firma dos Acordos de Évian maorcou o fim de um processo de decolonozação que havia já tocado á França na Ásia, no levante, na África Negra e na Índia. Os franceses volltavam ao Hexágono".[437]

A República Popular Democrática da Argélia foi finalmente proclamada, após eleições em que a FLN se apresentou como partido único na disputa. Ahmed Ben Bella, candidato presidencial da FLN, tornou-se assim o primeiro presidente da Argélia independente. A nova Constituição declarou o país "baseado na fé islâmica". A "Argélia Socialista" foi, nos anos sucessivos, um local de refúgio para militantes brasileiros fugidos do regime ditatorial imposto pelo golpe militar de 1964, e também para outros militantes revolucionários latino-americanos. Ernesto Che Guevara fez do país uma escala obrigatória na sua primeira turnê diplomática em defesa da Revolução Cubana. A 8 de março de 1965, as mulheres de Argel, em solidariedade com as mulheres ainda vítimas da dominação colonial em outros países africanos (Angola, Eritreia) se despiram, agora voluntariamente, de seus véus, lançando-os nas águas do porto da capital. Michel Pablo, dirigente da IV Internacional, depois de sua libertação na Holanda foi, durante um breve período, assessor de Ben Bella em Argel.[438]

Em 1968, a UGTA (a central sindical argelina associada à CGT francesa e à FSM) publicava um comunicado assinalando que, na Argélia, "o direito sindical é ridicularizado quase por toda parte, e as liberdades sindicais constantemente violadas. A organização sindical é considerada quantitativamente desprezível, quando normalmente deveria ser consultada e associada a toda ação empreendida para a edificação do socialismo".[439] Uma exposição clara da política e do programa da direção stalinista da CGT: a classe operária argelina só poderia participar da edificação do socialismo exercendo funções de consultoria. O protesto cegetista, no entanto, traduzia o caráter bonapartista e arbitral (e crescentemente arbitrário) do novo poder nacionalista da Argélia.

Ben Bella, 1954, em congresso da FLN

Aos poucos, uma nova classe dominante, e uma nova burocracia estatal opressora, se erguiam sobre os escombros do poder colonial, que não deixara saudades, a não ser em grupos saudosistas da colônia na própria metrópole francesa. O "poder revolucionário" argelino se consolidou com base na casta dirigente militar, provocand rachas e cisões na FLN. Em 1963,

[437] Pierre Miquel. *Op. Cit*., p. 503.

[438] Jean-Jacques Marie. *El Trotskismo.* Barcelona, Península, 1973.

[439] Leon Gani. *Op. Cit*., p. 307.

Hocine Ait Ahmet fundou a Frente de Forças Socialistas (FFS) e chegou a lançar uma oposição armada em Kabylia. Em junho de 1965, um golpe militar chefiado por Houari Boumédiènne derrubou o governo de Ben Bella (que foi condenado a quinze anos de prisão, exilando-se depois) e acentuou os traços militares e burocráticos do regime, depurando o exército de elementos plebeu, decapitando o movimento estudantil e, num gesto teatral, suspendendo a conferência dos países não alinhados que devia se celebrar em Argel. A "normalização" do regime revolucionário também foi internacional.

Houari Boumédiènne, no governo desde 1965 até sua morte em 1976, adotou uma postura "pragmática" em relação à política de Ben Bella, mas nacionalizou a indústria do petróleo, a banca, os seguros, a indústria do aço e a do gás, iniciando um processo de industrialização da economia argelina, que acabou criando uma forte burocracia estatal, que comandou também uma reforma agrária feita "do alto". A indústria do petróleo, por outro lado, foi gerida por uma companhia com participação francesa, que detinha 49% das ações.

Ahmed Ben Bella, ex-futebolista profissional, com Pelé e Garrincha, na Argélia independente, durante uma turnê da seleção canarinha

A INDEPENDÊNCIA DA TUNÍSIA E DO MARROCOS

A Tunísia e o Marrocos conquistaram a independência, concedida pela metrópole francesa a ambos os países, em março de 1956. O gesto francês não fora gratuito: além de uma incipiente guerrilha independentista interna em ambos os países, no ano precedente se havia insinuado a unificação da ALM (Exército de Libertação do Marrocos, *Armée de Libération du Maroc*) com a insurreição camponesa da região de Constantine, na Argélia

Em Marrocos, desse modo, o protetorado francês teve fim em 1956, com o retorno do rei Mohammed V, que as autoridades francesas tinham exilado em Madagascar. Mohammed se comprometeu a reprimir e acabar com as lutas camponesas, cujas direções políticas propunham o fim do latifúndio e a unidade de todo o Magrebe, e foi o que fez através de um regime cada vez mais repressivo.

Não sem problemas internos sérios. O partido independentista *Istiqlal* havia sido fundado em 1943; um de seus líderes, Mehdi Ben Barka, passou a presidir o parlamento do Marrocos independente. Em 1959, porém, Ben Barka cindiu o velho partido e rompeu com o regime, para fundar a *Union Nationale des Forces Populaires* (UNFP), situada à esquerda do *Istiqlal* e na oposição ao regime monárquico, defendendo uma posição nacionalista e anti-imperialista, em defesa de nacionalizações em toda a economia, influenciada pelo nasserismo.

Mehdi Ben Barka, *un homme en trop* no Marrocos e na França

Diante da perseguição política comandada por Hassan II, o príncipe herdeiro, Ben Barka se exilou do país, entrando em contato com a liderança castrista da Revolução Cubana, e tendo um importante papel na convocatória e organização da "Conferência Tricontinental", como um dos principais líderes do movimento pan-africanista. Nas suas palavras, era necessário reunir a tradição socialista da Revolução de Outubro com a tradição mais recente das lutas de libertação nacional do Terceiro Mundo. Depois de uma breve reconciliação com Hassan, já coroado rei, que lhe permitiu retornar brevemente ao seu país, Ben Barka foi novamente obrigado a fugir, sendo condenado a morte *in absentia* em 1964.

Ben Barka denunciou o neocolonialismo, isto é, a relação metrópole/periferia que mantinha os aspectos centrais do regime colonial sob as formas de independência política concedida pelas antigas metrópoles: "A orientação neocolonial não é só uma escolha de política externa; ela expressa uma mudança profunda nas estruturas do capitalismo ocidental. Depois da Segunda Guerra Mundial, a Europa ocidental, devido ao Plano Marshall[440] e à interpenetração com a

[440] Em junho de 1947ano, O secretario do Tesouro dos EUA George Marshall anunciou o *European Recovery Program*, que ficaria conhecido como "Plano Marshall". O "Plano" lançado em julho de 1947

economia americana, se afastou da estrutura do século XIX para se adaptar ao capitalismo americano, adotando também as relações dos EUA com o mundo. Ela tem também sua 'América Latina'".[441]

Em 1965, encontrando-se em plena luz do dia em uma das mais conhecidas cervejarias de Paris (a *Brasserie Lipp*) Ben Barka foi sequestrado pelos serviços secretos franceses (ou, pelo menos, com sua cumplicidade). Seu corpo nunca foi achado, embora haja diversos testemunhos acerca de sua morte sob a tortura. Seu Marrocos natal evoluiu para uma monarquia corrupta e repressiva, com uma folha de parreira parlamentar, dotado de belas praias e de um sistema de acolhimento a turistas europeus, situação na qual se encontra há cinquenta anos.

Em 1959, como vimos, o Istiqlal se dividira em duas frações: uma abrangendo a maioria dos elementos do partido, conservador e obediente a Mohammed 'Allãl al-Fasi, apoiante do rei; outra, de carácter republicano e socialista, que adoptou o nome de União Nacional das Forças Populares. Mohammed aproveitou a oportunidade para distanciar a figura do rei dos partidos, elevando-o a um papel arbitral.

Tal manobra política contribuiu decisivamente para o fortalecimento da monarquia, como se verificou no referendo de 1962, já com Mulai Hassan, filho de Mohammed V (falecido em 1961), como rei Hassan II, em que foi aprovada uma constituição de cariz monárquico-constitucional. Um ano depois foram realizadas eleições parlamentares que levaram a um beco sem saída, o que permitiu a concentração de poderes em Hassan II, como ficou demonstrado na Constituição de 1970, que não sobreviveu a uma tentativa de golpe de Estado, em 1971.

O ano de 1974 marcou o início de uma nova orientação da política de Hassan II, a partir do momento em que Marrocos declarou a sua pretensão sobre o Saara espanhol, rico em minérios (sobretudo fosfato), que foi concretizada em novembro de 1975, com o avanço da "Marcha Verde", constituída por 350 mil voluntários desarmados, sobre o Saara ocidental, que evitou o conflito e conduziu à assinatura de um acordo em que eram satisfeitas as ambições de Marrocos. Sobreviveu, no entanto, a luta da guerrilha da Frente Polisário (Frente Popular para a Libertação de Saguia el Hamra e do Rio do Ouro), apoiada pela Argélia e, mais tarde, também pela Líbia, que recusou, inclusive, os resultados de um referendo promovido por Hassan II em 1981; a condenação por parte das Nações Unidas por sistemáticas violações dos direitos humanos; e a criação da República Árabe Saaráui Democrática em 1989, que tem obtido o reconhecimento de um número crescente de países.

Na vizinha Tunísia, em 1957, sem derramamento de sangue, a monarquia foi derrocada e foi proclamada a República, com Habib Bourguiba como presidente. A antiga potência colonizadora, a França, manteve sua presença militar por meio de uma base naval em Bizerta

---

para a "reconstrução da Europa", fez com que, de 1949 a 1953, os EUA transferissem em empréstimos e subvenções ao Velho Continente US$ 33 bilhões. Aprovado durante a Conferência de Paris, em 1947, o Plano contou com o apoio dos 16 países presentes ao encontro. No ano seguinte à reunião, foi criada a Organização para a Cooperação Econômica Europeia. Os maiores beneficiados pelos US$ 13 bilhões iniciais (US$ 140 bilhões, em valores de 1994) liberados pelos EUA foram Inglaterra (24%), França (20%), Alemanha ocidental (11%) e Itália (10%). O socorro financeiro não foi apenas em empréstimos, mas também em equipamentos. A ajuda durou até 1952, mas mesmo depois disso os EUA continuaram a resolver problemas de balanço de pagamentos dos países e problemas de escassez de dólares. O Plano representou 2% do PIB norte americano e não se traduziu em restrições: no primeiro ano do Plano o PIB per capita dos EUA estava 25% acima daquele de 1940, e parte desses fundos de reconstrução serviram para financiar e dinamizar as exportações americanas para o mercado europeu.

[441] Mehdi Ben Barka. Option révolutionnaire au Maroc. *Ecrits Politiques 1957-1965*. Paris, Syllepse, 1999, pp. 229-230.

até 1963. Nesse ano, depois de um bloqueio naval da marinha tunisiana, os franceses abandonaram definitivamente o país. O governo do *Parti Socialiste Destourien* (renomeado *Rassemblement Constitutionnel Démocratique*, RCD, em 1988), depois de proclamar o caráter socialista da nação tunisiana na década de 1960 (a economia era em 80% estatal), durante a década de 1970 abriu a economia tunisiana para os investimentos externos em todos os setores, e permitiu o desenvolvimento do setor privado capitalista.

Ben Ali chegou ao poder graças a um mini golpe de Estado contra Habib Bourguiba,[442] em 1987, golpe preventivo de uma crise política, orquestrado pelo governo italiano do "socialista" Bettino Craxi (o RCD passou a integrar a Internacional Socialista): um portavoz dos serviços secretos italianos revelou que os pais do bem sucedido golpe de Estado tunisiano foram "*Craxi, Andreotti, il capo del Sismi, Martini, il capo dell'Eni, Reviglio*", a flor e a nata del Estado (criminal) italiano que foi levada a processo e julgamento na metrópole na operação *Mani Pulite* (Bettino Craxi, condenado e fugitivo, encontrou refúgio político na Tunísia, onde faleceu no ano 2000).

Primeiro governo da Tunísia independente, 1957, com Habib Bourguiba ao centro

Zine El Abidine Ben Ali foi eleito presidente com 99% dos votos, em 1989. Em junho de 1990, a Anistia Internacional divulgou um relatório em que detalhava denúncias de tortura e maus-tratos a presos políticos incomunicáveis. Em meados de 1991, personalidades de toda a oposição fizeram um chamado de apoio à luta estudantil em favor da democracia e do respeito aos direitos humanos, também em 1991, os partidos religiosos foram banidos. Uma lei que restringia o direito à associação foi foi aprovada em março de 1992 e em julho daquele ano, membros do *Hezb Ennahda* (partido "islâmico") foram condenados à prisão perpétua.

Em novembro de 1993, Ben Ali promulgou outra lei que limitava as "liberdades fundamentais". Foi reeleito com 99% dos votos nas eleições gerais de março de 1994, enquanto o RCD obtinha 88% dos assentos em disputa. Ben Ali deu continuidade a política de liberalização econômica e

[442] Habib Bourguiba (1903- 2000) foi presidente da Tunísia entre 1957 e 1987. Foi fundador do Partido Neo-Destour (Nova Constituição), em 1938. Passou os próximos dez anos entre prisões francesas e o exílio no Cairo em 1946 e depois nos Estados Unidos. Após a independência do país em 1956 tornou-se primeiro-ministro. Em 1972, foi-lhe concedido o título de presidente vitalício. Seu governo foi próximo aos EUA e Israel, tratando de ocidentalizar o país promovendo o secularismo e os direitos das mulheres. Em 1987 e destituído do cargo pelo seu primeiro-ministro Zine el-Abidine Ben Ali com o apoio do exército, em decorrência do agravamento de conflitos internos causados pela crise econômica.

de mão de ferro repressiva no plano político. Em abril de 1996, James Wolfennsohn, presidente do Banco Mundial, visitou o país, qualificando-o como o "melhor aluno do Banco Mundial na região". Em junho de 1997, o Fundo Monetário Internacional (FMI) pressionou o governo para acelerar as reformas econômicas, particularmente as privatizações. No final daquele ano, o Parlamento permitiu ao chefe de Estado utilizar o mecanismo do referendo para mudar a Constituição.

Em janeiro de 1998 entrou em vigor um Acordo de Livre Comércio com a União Europeia. A privatização econômica fez com que a Tunísia chegasse a ser considerada uma “nação modelo” para o Magrebe, para os países islámicos e para toda a África, sendo copiosamente elogiada pelo FMI. Uma zona de livre comércio se concretizou em 2001 entre o Marrocos, o Egito, a Tunísia e a Jordânia. No mesmo ano, a União Europeia assinou acordos com a Tunísia para controlar a "emigração clandestina", sendo organzado um Grupo 5+5 com esse objetivo em 2002, com a participação de Portugal, Espanha, França Itália, Malta, Mauritânia, Marrocos, Argélia, Tunisia e até a Líbia do coronel Khaddafi.

A familia de Ben Ali passou a ser proprietária de boa parte do setor financeiro, com os bancos Zitouna e Mediobanca (de Sakhr el Matri, genro de Ben Ali), da Sociedade MAS de gestão dos serviços do aeroporto da capital (com Slim Zarrouk, outro genro), da sociedade Cactus, possuidora de 60 % das cadeias nacionalis de rádio e de TV (con Néji Mhiri, também presidente do Banco Central) e do Grupo Dar Assabah, que publicava os jornais diários *Assabah* e *Le Temps* (também de propriedade de Sakhr el Matri). A sociedade *Ennakl* passou a ter o monopólio do transporte, e a *Société Le Moteur* as concessões oficiais da Mercedes e da Fiat. A família Ben Ali-Trabelsi (sobrenome de sua esposa) possuia também as linhas aéreas *Karthago Airlines* e *Frip*, assim como a administração de quase todos os negócios imobiliários urbanos, e também imensas propriedades agrárias.

O Banco Internacional Árabe de Túnez passou para as mãos dos Mabruk, familia aliada dos Ben Ali; o Banco da Tunísia era controlado por Belhasen Trabelsi, irmã de Leila Trabelsi, mulher de Bem Ali, quem outorgou sua direção à esposa de Abdelwahab Abdalá, um preposto do regime. As sociedades imobiliárias, os complexos turísticos, as casas adquiridas a preço vil, eram inúmeráveis. A importação de bebidas alcolicas, a companhía de açúcar de Bizerte, a fábrica de atum e o monopólio da pesca, eran outros interesses dos Trabelsi, dos Mabruk e de mais três ou quatro famílias, sob a chefia de Ben Ali, cujos retratos enfeitavam todas as repartições públicas e casas de comércio das cidades.

Assim, com a cumplicidade dos governos europeus e dos monopólios capitalistas externos, um grupo de famílias conseguiu se apropriar de quase todo o setor estatal da economia tunisiana. Sidi Bou Said e Cartago, ciudades-tesouro arqueológicas, foram pilhadas pela família do presidente em benefício de museus e de colecionistas privados europeus e norte-americanos. As transferências para o exterior (paraísos fiscais) da família governante foram estimadas, para o período entre 1987 e 2009, em 18 bilhões de dólares, montante igual à dívida externa do país. Imed e Moad Trabelsi, sobrinhos de Ben Ali por parte de esposa, eram estelionatários e criminosos denunciados em juizados e cortes externas, como gerentes do rendoso negócio do tráfico e prostituição de menores de idade. O nacionalismo personalista-caudilhista magrebí concluiu na “economia de clã” e na degeneração social e moral.

Os monopolios externos se associaram a essa economia criminal, explorando-a para obter enormes superbenefícios. Os monopólios franceses ocupavam o primeiro lugar na lista, no setor turístico (Fram, Accor, Club Med, Nouvelles Frontières), financeiro (BNP Paribas, Société Générale, BPCE, Groupe Caisse d’Épargne), distribuição (Carrefour, Casino), telecomunicações (Orange e Teleperformance), seguros (Groupama) e também indústria (Valeo, Faurecia, Sagem, Air Liquide, Danone, Renault, PSA, Sanofi Aventis, Total, Colas Rail, Alstom e General Electric France), com suas filiais tunisianas frequentemente presididas por membros das três

principais famílias mafiosas do país (Mabrouk, Trabelsi e Ben Ali). A União Europeia beneficiou a Tunísia com um tratado de livre comércio. Devido aos baixos salários e à flexibilidade trabalhista, a UE deslocou crescentemente setores da produção industrial intensiva em mão de obra em direção da Tunísia e do Marrocos monárquico: o apoio da UE aos clãs de ditadores do Norte da África era uma exigência da burguesia europea em seu conjunto, incluida a alemã; como observou Michel Camau, a Tunisia passou a ser "o vigésimo oitavo membro da UE".

O "desenvolvimento" tunisiano pós-independência (1957) foi muito desigual: as regiões do sul e do norte ficaram pobres e atrasadas, com a riqueza concentrada no oeste (região das colinas), com fosfatos (mineral do qual Tunísia tornou-se segundo explorador mundial), e na costa, com crescimento anual de 5%, o mais alto da região. Porém as crises econômicas derrubaram o castelo de cartas do novo regime, acentuando os baixos salários e os índices de desocupação, situada oficialmente (ou seja, abaixo da realidade) entre 20% e 30%, em populações onde 75% eram jovens com menos de 30 anos (o desemprego dos jovens atingia 60%, segundo a estimativa dos analistas).

Com seus 10.500.000 habitantes, uma economia "moderna e liberal" elogiada e respaldada pelo FMI e o Banco Mundial, na qual os serviços eran responsáveis por 54% do seu PIB (o turismo empregava mais de 400 mil pessoas), um setor médico avançado (não para o povo tunisiano, mas muito forte em cirurgía estética, destinada em primeiro lugar à clientela francesa e italiana, com preços altamente competitivos em relação as praticados nessa especialidade nas metrópoles, nas quais os procedimentos prolongadores artificiais da ilusão capitalista da "juventude eterna" não são, *et pour juste cause*, reembolsados pela seguridade social) e um estatuto de liberdade para as mulheres "avançado" em relação aos outros "países islâmicos" (as mulheres não usavam na Tunísia, se assim não o desejassem, velo, *tchador* ou *burqa*: "o estatuto da mulher é incomparávelmente superior na Tunísia ao dos países vizinhos", sentenciou Juan Goytisolo),[443] a Tunísia era considerada a "perla (imperialista) do Mediterrâneo", como outrora Cuba era a "perla" (bordel) imperialista do Caribe.

Os regimes nacionalistas do norte da África descambaram, nas décadas sucessivas à independência, para ditaduras familiares ou burocráticas (os documentos secretos oficiais dos EUA revelados por Wikileaks definiram o governo tunisiano como "uma mafia" baseada em um *crony capitalism*, capitalismo de compadres), com cobertura parlamentar e aliadas ao imperialismo europeu e norte-americano, que lhes estendiam o *label* de "regimes democráticos": na Tunísia, Ben Ali, com 90% de los votos na média, governou durante 24 anos; seu antecesor, Habib Bourguiba, governara durante trinta anos, com Ben Ali como seu "ministro de segurança" na década de 1980: até a "Primavera Árabe" do século XXI, eles tinham sido os dois únicos presidentes da Tunísia independiente.

Foi um processo comum aos regimes nacionalistas árabes. No Iêmen do Sul, "em Aden, os altos dirigentes do partido acumularam privilégios materiais na forma do acesso exclusivo a bens de luxo; e o poder social do exército se elevou enormemente".[444] Nos anos 1980, Nasser Mohammed, chefe de Estado, cortou a ajuda aos movimentos revolucionários nos países vizinhos e buscou um acordo com o regime teocrático do Iêmen do Norte. Os dissidentes dessas orientações políticas no país e no partido foram penalizados com prisões e com o uso sistemático da pena de morte. Finalmente, uma guerra civil iniciada em 1986 enfrentou as duas frações do Partido Socialista, partido único do regime, guerra que concluiu com a derrota de Nasser Mohammed, mas enfraqueceu decisivamente o país, ao ponto deste ser invadido pelas tropas do regime reacionário do Iêmen do Norte, que ocuparam Aden.

---

[443] Juan Goytisolo. Revolución democrática en el Magreb. *La Voz del Nuevo Túnez*, Madri, 16 de janeiro de 2011.

[444] Fred Halliday. *Op. Cit.*

DA GUERRA DOS SEIS DIAS AO "SETEMBRO NEGRO"

Com sua derrota não apenas militar, mas principalmente diplomática e política, na miniguerra pelo Canal de Suez, as duas principais potências coloniais dos séculos XIX-XX, Inglaterra e França, haviam finalmente experimentado na própria carne o fato de que o mundo pós-Segunda Guerra Mundial já não mais lhes pertencia quase em exclusividade. Sem o apoio norte-americano ou soviético, as novas superpotências mundiais, os exércitos francês e britânico foram obrigados a retirar-se do Egito após a breve guerra de 1956. O zênite do nasserismo, no entanto, durou pouco mais de uma década, até sua derrota política e militar na "Guerra dos Seis Dias", em 1967, na qual o Egito perdeu boa parte do seu poderio militar (em especial aeronáutico), atacado pelos israelenses, quando estava se preparando para retomar as colinas de Golã na Síria, invadidas e ocupadas por Israel em 1956. Egito perdeu igualmente parte do deserto do Sinai, também para Israel.

No Oriente Médio, por outro lado, o Kremlin colaborou na restauração da ordem abalada pela ascensão das massas pobres árabes e do nacionalismo laico na década de 1950: a burocracia stalinista não combateu os ataques contra a liderança nacionalista de Mossadegh e a restauração plena do absolutismo da dinastia Pahlevi no Irã; como vimos, votou pela criação do Estado de Israel; sustentou os regimes do Partido Ba'ath na Síria e no Iraque, inclusive na sua fase repressiva antipopular. Em 1957, o partido comunista da Síria constituiu uma "Frente Nacional" com o Ba'ath sírio. No Iraque, em 1959, o governo nacionalista-baathista de Kassem incorporou dois ministros comunistas ao seu governo; ao mesmo tempo, as milícias do Ba'ath, controladas pela direita iraquiana, se dedicavam à caçada e repressão feroz dos militantes operários e comunistas, cujo partido, no entanto, colaborava com o governo baathista.

A OLP era composta basicamente de membros de origem palestina dos exércitos do Egito, Síria, Jordânia e Iraque, e foi criada durante um encontro árabe ocorrido no Egito, com a participação de Nasser e do argelino Ben Bella, entre outros líderes nacionalistas árabes. Em seguida surgiu também o ELP (Exército de Libertação da Palestina), outra organização política armada vinculada aos regimes árabes da região. Surgiu também a FPLP (Frente Popular de Libertação da Palestina), liderada por Georges Habache, de orientação declaradamente marxista.[445] O "problema" palestino era visto como uma questão árabe em geral. No IV Congresso da OLP esse painel começou a mudar, já que contou com a presença da *Al-Fatah* e da *Saïka* (organização militar palestina respaldada pela Síria), grupos que começaram a ganhar espaço dentro da organização. O V Congresso da OLP marcou um momento nesse processo, com o poder político da *Al-Fatah* de Yasser Arafat aumentando substancialmente dentro da OLP: a fração ganhou 33 das 105 cadeiras do Conselho Nacional Palestino; Yasser Arafat foi eleito seu presidente. A *Saïka*, nessa ocasião, ficou só com doze representantes no Conselho.

---

[445] A FPLP sofreu diversas cisões e rachas, que provocaram a constituição de outras organizações. No final dos anos 1960, seus principais dirigentes e ideólogos começaram a se definir como marxistas e radicalizaram o grupo. Também foi constituída em 1969 a FDPLP (Frente Democrática Popular de Libertação da Palestina), grupo marxista saído da FPLP, dirigido por Nayef Hawatmeh. Enquanto a *Al-Fatah* considerava a FDPLP "sectária", esta achava a organização de Yasser Arafat direitista, acreditando que ela não fazia o suficiente na luta contra o imperialismo e que não conseguia envolver as massas palestinas num esquema de guerra popular. Outros grupos, como a Organização Popular e a Liga da Esquerda Revolucionária Palestina mais tarde se incorporaram a esta organização. Mesmo tendo apoio da população palestina para seus combatentes, a FDPLP encontrava-se constantemente em meio a problemas financeiros e dificuldades em dar continuidade a suas atividades militares. De qualquer forma, foi o primeiro movimento revolucionário palestino que não dependia da ajuda de outros países e que tinha independência política deles. Alguns anos mais tarde surgiram, no esteio do "radicalismo islâmico" pós-revolução iraniana (de 1978), organizações como o Hamas, os Mártires de Al-Aqsa e o Jihad Islâmico, que passaram a concorrer com a OLP pela direção política das massas palestinas.

O jovem Yasser Arafat

Al-Fatah, que começara a ser constituída nos anos 1950, e que inicialmente se preocupava em criar uma organização política que estimulasse uma maior participação da intelectualidade árabe na luta pela libertação da Palestina, após 1962 decidiu colocar suas energias na preparação de um grupo militar, a *Al-Assifa*, e assim ter mais flexibilidade e liberdade de atuação em relação ao pesado aparelho da OLP. Mesmo sendo um movimento isolado e relativamente pequeno na época, tinha a intenção de mostrar que os palestinos podiam lutar por conta própria e com seus próprios militantes e meios militares. *Al-Fatah* cresceu com os anos, e depois de muitas derrotas e vitórias, tornou-se o principal grupo dentro da OLP.

Já a *Saïka*, ou "a tempestade", criada em 1966 a partir do IX Congresso do Baa'th sírio, era uma organização político-militar ligada à Síria, mais "panarabista" que *Al-Fatah* e com uma estrutura política e militar menor que aquela. A OLP recrutou seus combatentes e militantes principalmente nos campos de refugiados do sul do Líbano. Um acordo entre a OLP e o governo do Líbano concedeu aos palestinos a permissão para desenvolverem suas atividades políticas com a condição de não realizarem ações militares. O documento do acordo não tinha caráter oficial e não impediu que as tensões entre os palestinos e o governo libanês crescessem ao longo da década de 1960, transformando-se em conflito aberto.

As atividades guerrilheiras palestinas levaram a frequentes choques com o exército libanês. Em um desses episódios, o exército prendeu em 25 de dezembro de 1965 a Jalal Kawash, um dos mais altos comandos da OLP, quando se preparava para empreender ações armadas dentro de Israel. Alguns dias depois, em 11 de janeiro do ano seguinte, o ministro da Defesa veio a público anunciar que Kawash havia se suicidado dentro da prisão. Essa versão da morte do líder guerrilheiro palestino foi desmentida por várias figuras políticas palestinas e libanesas que acusaram as forças de segurança de assassinar Kawash sob tortura. Sua morte causou grande revolta entre os palestinos e criou uma grande agitação nos campos de refugiados, resultado da frustração e ressentimento acumulado nos palestinos por anos de maus tratos nas mãos das forças de segurança libanesas.

Já em junho de 1966, como resultado da crescente tensão entre o governo e os grupos armados palestinos, produziram-se os primeiros choques armados entre o exército e as guerrilhas, cujo cenário foi o sul do país. Cada vez mais os palestinos não se sentiam bem-vindos no Líbano e até a guerra de 1967 esse sentimento só foi crescendo, estimulado pelos frequentes choques entre os grupos palestinos e grupos paramilitares libaneses de direita, pela hostilidade das forças de segurança e, principalmente, pela falência do *Intra Bank* em outubro de 1966, o maior banco privado do Líbano, que pertencia a um palestino, Yussef

Beidas, e que não teria sido salvo pelo governo por esse motivo. Tudo isso foi fazendo com que os palestinos vissem na luta armada a única esperança de terem seus direitos respeitados: um grande número de seus jovens se alistou, no fim dos anos 1960, nos diversos grupos guerrilheiros que se formavam, principalmente na OLP e seu braço armado *Al Fatah*.

O Egito de Nasser, no entanto, apesar de se dizer líder da causa árabe contra Israel, evitava uma confrontação direta com esse país. Os países árabes precisariam travar uma guerra definitiva contra Israel para conseguir estabelecer o Estado árabe na Palestina. Contudo, segundo afirmava Nasser, essa tarefa demandava planejamento e preparação cuidadosos, em especial no que se refere à modernização dos exércitos e à posse de quantidade suficiente de armamentos. Essa tarefa se fazia necessária antes de qualquer enfrentamento, porque Israel já possuía poder militar suficiente para dissuadir um ataque dos países árabes. Graças à colaboração da França, Israel tinha se dotado, inclusive, de armamento nuclear. Frente à ameaça de Israel, os governos árabes haviam decidido aplicar um plano próprio de desvio das águas do Jordão por meio do desvio dos afluentes desse rio que nasciam no Líbano.

Para poder realizar essas obras com segurança e defender o Líbano frente a um ataque israelense, Síria e Egito haviam oferecido estacionar as suas tropas na fronteira meridional libanesa, mas o governo libanês recusou essa proposta afirmando que os países da Liga Árabe deveriam equipar as forças armadas do Líbano. A decisão tomada pelas delegações dos países árabes em reunião de outubro de 1964 foi a de realizar as obras para desviar as águas de dois afluentes do Jordão, os rios Wazzani e Hasbani, para a Síria e a Jordânia, enquanto era estabelecido um Comando Árabe Unificado ao longo da fronteira libanesa-israelense, para impedir qualquer retaliação de Israel. Esse exército responderia unicamente à direção da Liga Árabe e não às autoridades libanesas. Como ressalva se consentiu que essas tropas entrariam no Líbano só com consentimento de seu governo.

A situação mudou dramaticamente no início de 1967. Os limites políticos do nasserismo ficaram evidentes com a guerra desse ano. *Al-Fatah* começara, à época, a agir militarmente dentro de Israel. A população israelense continuava a crescer por força da imigração. Em 1967, do total de 2,3 milhões de habitantes, os árabes representavam 13%. A economia crescera em razão da ajuda norte-americana, da contribuição financeira de judeus do mundo inteiro e também das reparações de guerra da Alemanha. Israel sabia que era mais forte militar e politicamente que seus vizinhos árabes. A "Guerra dos Seis Dias", embora justificada por uma suposta ameaça ao Estado sionista pelos árabes, foi, no entanto, de responsabilidade de Israel. O general Ezar Weizman, à época chefe israelense das operações, admitiu que Egito e Síria, supostos iniciadores da agressão, jamais ameaçaram Israel.

O próprio general Chaim Herzog, depois primeiro governador militar dos territórios ocupados da Cisjordânia admitiu também que não havia perigo de aniquilação de Israel. A Guerra dos Seis Dias foi, portanto, uma guerra de agressão perpetrada para ampliar as fronteiras do Estado. Yigal Alon, ministro do Trabalho e membro do Comitê Militar Consultivo, afirmou: "Begin e eu queríamos Jerusalém". Mordechai Bentov, ministro do Interior israelense, disse: "Toda a história de perigo de extermínio foi inventada em seus mínimos detalhes e exagerada depois, para justificar a anexação do novo território árabe". O próprio Menachem Begin admitiu: "Em junho de 1967, nós não tínhamos só uma opção. A concentração do exército egípcio nas proximidades do Sinai não provava que Nasser iria realmente nos atacar. Devemos ser honestos conosco. Decidimos atacá-lo". O ministro da Defesa de Israel fez revelações semelhantes.

Moshe Dayan, o mítico comandante militar que, como ministro da Defesa em 1967, deu a ordem para conquistar o Golã, disse que muitas das escaramuças com os sírios foram provocadas deliberadamente por Israel e os residentes dos *kibbutzim*, pressionando o governo a tomar as Colinas do Golã, menos por uma questão de segurança e mais para a agricultura.

Dayan atestou que pelo menos 80% dos choques de fronteira haviam sido iniciados por Israel, sob a pressão de colonos e de comandantes militares. O general Matityahu Peled admitiu que "mais da metade dos choques ocorridos na fronteira antes da guerra de 1967 foram resultado de nossa política de segurança de criar acampamentos nas zonas desmilitarizadas". Os israelenses começaram apresentando uma reclamação ilegal de soberania numa região na fronteira síria, e depois prosseguiram, aproveitando a oportunidade para ignorar todas as disposições específicas contra a introdução de forças armadas e fortificações. Repetidas vezes obstruíram as operações de observadores da ONU e, em uma ocasião, até ameaçaram matá-los; se recusaram a cooperar com a Comissão Mista do Armistício, e quando foram enquadrados, simplesmente rejeitaram as regras e exigências dos observadores; expulsaram os habitantes árabes e arrasaram suas aldeias.

Os colonos israelenses transplantaram árvores em uma estratégia de avançar a fronteira em benefício próprio. Construíram estradas, violando orientação da ONU. Realizaram escavações em território árabe para seus próprios projetos de drenagem. O general sueco Carl Von Horn, chefe das forças de paz da ONU na região, observou que tudo isto foi parte de uma política israelense para avançar em direção da "Zona Desmilitarizada" e tirar os árabes do caminho por todos os meios. O governo israelense justificou a possibilidade de uma ação retaliatória contra a Síria em função do apoio que esse país dava a grupos armados palestinos que atacavam Israel nas suas fronteiras. Nos anos seguintes à crise de Suez, a tensão entre os países árabes e Israel havia aumentado.

A tensão se agravou com a formação de movimentos de resistência palestinos que passaram a atuar de forma cada vez mais decidida contra Israel, com uma continua repetição de episódios de confronto, principalmente ao longo da fronteira, que criaram uma situação de atrito constante. A Faixa de Gaza era administrada pela RAU; a Cisjordânia era parte do território do Reino Hachemita da Transjordânia, cujos governos faziam vistas grossas para as ações da OLP e grupos palestinos menores. O Egito, além disso, formalizou pactos militares de defesa mútua com a Síria, a Jordânia e o Iraque. Egito e Síria estabeleceram, em 1966, um "Pacto de Defesa" - uma aliança militar que os comprometia reciprocamente em caso de guerra que implicasse um dos dois países; em 18 de maio de 1967, Nasser exigiu do secretário-geral das Nações Unidas, o birmanês U Thant, a retirada das Forças de Paz da ONU que faziam a separação entre israelenses e egípcios na fronteira.

O secretário-geral aceitou as exigências e determinou a retirada dos "capacetes azuis" da ONU, o que possibilitou a concentração de tropas egípcias frente às tropas israelenses; na sequência, a 22 de maio, Nasser ordenou o fechamento do estreito de Tiran para os navios israelenses, e para todos os navios que tivessem Israel como destino ou origem, interrompendo o fluxo comercial e logístico de Israel pelo Mar Vermelho. O bloqueio privou Israel de sua única rota de intercâmbio com Ásia e deteve o fluxo de petróleo de seu principal provedor, o Irã do Xá Mohammed Reza Pahlevi. Isso, mais ações semelhantes por parte da Síria e movimentos de tropas jordanianos, país que mantinha um acordo militar de defesa recíproca com o Egito, deu base à decisão israelense de lançar uma ofensiva militar sobre a península do Sinai.

O primeiro passo para desencadear a guerra deu-se a 7 de abril de 1967, quando Israel lançou um ataque contra posições da artilharia árabe e bases militares nas Colinas de Golã. Durante a operação, seis aviões sírios Mig (russos) foram abatidos pelos aviões-caça Mirage (franceses) de Israel, que voavam baixo sobre a capital da Síria, Damasco. Essa provocação inflamou as tensões entre os países árabes e Israel. A União Soviética passou, através dos seus serviços secretos, informações ao governo sírio, que alertavam para um ataque em massa do exército de Israel. As informações teriam ajudado a empurrar tanto a Síria quanto o Egito para a guerra. Contudo, Nasser tomou, sozinho, decisões que levavam para uma guerra parcial, estabelecendo um bloqueio para prevenir um provável ataque israelense. Em maio, o

primeiro-ministro israelense Levi Eshkol advertiu que "Israel pode ter que responder [às provocações sírias] numa escala muito maior do que aquela do dia 7 de abril".

A manifestação mais agressiva, porém, veio do chefe de gabinete das Forças de Defesa de Israel, Yitzhak Rabin, que afirmou de público que Israel deveria empreender um ataque expressivo contra Síria. Os exércitos árabes começaram a juntar forças ao longo das fronteiras de Israel. Ao mesmo tempo Nasser ordenou um bloqueio no Golfo de Aqaba, e enviou tropas para o deserto do Sinai. Em resposta a essa ação e ao apoio soviético ao Egito, o exército israelense foi mobilizado. Egito, Síria e Jordânia declararam estado de emergência. Nasser, como vimos, fechou o estreito de Tiran, isolando a cidade israelense portuária de Eilat. Três dias mais tarde os exércitos do Egito se deslocaram para as fronteiras com Israel. Em 30 de maio, a Jordânia juntou-se ao Pacto Egito-Síria, formando o "Pacto de Defesa Árabe". A imprensa árabe teve um papel vital para a abertura das hostilidades: jornais e rádios martelavam constantemente propaganda contra Israel.

A "Guerra dos Seis Dias" opôs finalmente Israel a uma frente de países árabes - Egito, Jordânia e Síria, apoiados pelo Iraque, Kuwait, Arábia Saudita, Argélia e Sudão. Em 4 de junho de 1967, Israel estava cercado por forças árabes muito mais numerosas que o *Tsahal*; a guerra era iminente. O governo e os líderes militares de Israel (o Estado-Maior de Israel era chefiado pelo general Moshe Dayan) buscaram furar o bloqueio militar imposto pelos países árabes. Na manhã de 5 de junho, lançaram um ataque aéreo para destruir a Força Aérea do Egito enquanto ainda estava no solo. Os aviões-caça israelenses atacaram nove aeroportos militares, aniquilando a força aérea egípcia antes que esta saísse do chão, causando danos às pistas de aterragem, inclusive com bombas de efeito retardado para dificultar as reparações. Em apenas três horas, a maioria dos aviões e bases egípcias estava destruída. Os aviões-caça israelenses operavam continuamente, voltando para se reabastecer de combustível e armamento em apenas sete minutos. Neste primeiro dia de guerra, os árabes perderam mais de 400 aviões; Israel perdeu só 20. Esses ataques aéreos levaram Israel à hipótese de destroçar as forças de defesa árabes. A ideia inicial era somente inutilizar as bases aéreas egípcias, inviabilizando decolagens de aviões militares.

As forças terrestres de Israel se deslocaram para a península do Sinai e a Faixa de Gaza, onde cercaram as unidades egípcias. A guerra acontecia perto da fronteira leste de Israel. O primeiro-ministro de Israel, Levi Eshkol, enviou uma mensagem ao rei Hussein da Jordânia: "Não empreenderemos ações contra a Jordânia, a menos que seu país nos ataque". Nasser telefonou a Hussein, encorajando-o a lutar; disse-lhe que o Egito tinha saído vitorioso no combate da manhã daquele dia. Devido a isso, as tropas da Jordânia atacaram Israel a partir de Jerusalém, com morteiros e artilharia. Com o controle total dos céus, porém, as forças israelenses em terra estavam livres para invadir o Egito e a Jordânia. Os reforços árabes tiveram sérios contratempos, o que permitiu que os israelenses tomassem grande parte da cidade sagrada em apenas 24 horas. No terceiro dia da guerra, 7 de junho, as forças jordanianas foram empurradas para a Cisjordânia, atravessando o rio Jordão. Israel tinha tomado conta de toda a Cisjordânia e de Jerusalém. No terceiro dia de luta, todo o Sinai já estava sob o controle de Israel: Israel impusera sua superioridade militar, ocupando a Cisjordânia, o sector oriental de Jerusalém e as colinas de Golã, na Síria.

A ONU, sob a pressão norte-americana, lançou apelos para negociações entre Israel e os países árabes, já prevendo um rearmamento desses países pelos soviéticos, face às perdas havidas na guerra, além da possível entrada de mais países árabes no confronto, podendo a situação ficar incontrolável. Conseguiu de início um acordo de cessar-fogo entre Israel e a Jordânia. Após o cessar-fogo, um grande contingente de tropas e tanques de Israel foi dirigido contra as forças do Egito no deserto do Sinai e na Faixa de Gaza. As Forças de Defesa de Israel atacaram com três divisões de tanques, paraquedistas e infantaria.

Soldados egípcios capturados por Israel

Partindo da hipótese de uma guerra de poucos dias, e buscando uma vitória rápida e o domínio de territórios limítrofes, os israelenses concentraram seu poder de fogo nas linhas egípcias no deserto do Sinai. Em 8 de junho, os israelenses começaram o ataque e, sob a liderança de Ariel Sharon, empurraram os egípcios para o Canal do Suez. No final do dia, o *Tsahal* atingiu o Canal e a sua artilharia continuou a batalha ao longo da linha de frente, enquanto a força aérea atacava as forças egípcias que, em retirada, tentavam recuar utilizando as poucas estradas não controladas por Israel. No final do dia, os israelenses controlavam toda a península do Sinai e, em seguida, o Egito, por intervenção direta da ONU, aceitou um cessar-fogo com Israel. A guerra concluía, portanto, com um desastre militar e político para Egito e para Nasser.

Às primeiras horas do mesmo dia 8 de junho, Israel bombardeou (acidentalmente, segundo seu Estado-Maior) o navio de guerra americano *USS Liberty*, ao largo da costa de Israel, que havia sido confundido, segundo os comandantes israelenses, com uma embarcação de tropas árabes. 34 militares norte-americanos morreram. Isso obrigou Israel a anteceder sua aceitação dos acordos de cessar-fogo propostos pela ONU. Com o Sinaí sob seu controle, Israel começou o assalto às posições sírias nas Colinas de Golã, no dia 9 de junho. Foi uma ofensiva difícil devido às bem entrincheiradas forças sírias e ao terreno acidentado. Israel enviou uma brigada blindada para as linhas da frente, enquanto a infantaria atacava as posições sírias e ganhava o controle das colinas. À tarde do dia 10 de junho, Síria retirou-se de suas posições, assinando o armistício proposto pela ONU, apesar dos soviéticos estarem iniciando um fluxo de armamento para o país. Era o fim da guerra nos campos de batalha e o início da guerra diplomática nos escritórios da ONU.

Como resultado direto da guerra, aumentou o número de refugiados palestinos na Jordânia e no Egito. Síria e Egito estreitaram ainda mais as relações com a URSS, aproveitando também para renovarem seu arsenal de blindados e aviões, além de conseguirem a instalação de novos mísseis, mais perto do Canal de Suez. Os estados árabes em guerra perderam mais de metade do seu equipamento militar. A Força Aérea da Jordânia foi completamente destruída. Os árabes sofreram 18 mil baixas militares, enquanto do lado de Israel houve apenas 766 baixas mortais. O Estado israelense anexou Jerusalém, e ocupou sem prazo de retirada a Cisjordânia, a península do Sinai, a faixa de Gaza e as colinas de Golã. Desobedecendo às determinações da ONU, que exigia a devolução dos territórios ocupados, Israel manteve *sine die* suas conquistas territoriais.

O célebre historiador marxista judeu Isacc Deutscher relatou: "Foi com desprazer que vi pela televisão cenas de Israel naqueles dias; as demonstrações de orgulho e da brutalidade do conquistador; a explosão do chauvinismo, e as selvagens comemorações do inglório triunfo, tudo num grande contraste com a imagem do sofrimento e da desolação dos árabes, as carroças dos refugiados jordanianos e os corpos de soldados egípcios mortos pela sede no deserto. Assisti as figuras medievais dos rabinos e dos *hassidim* saltitantes de alegria no Muro das Lamentações; e assisti como os fantasmas do obscurantismo talmúdico – e os conheço muito bem – se amontoavam".[446]

Soldados israelenses festejando a vitória

Do seu lado, a crise do nacionalismo árabe era evidente: não tinha havido uma verdadeira frente dos países árabes para enfrentar Israel, nem uma previsão ou cálculo do aumento do poderio militar deste, nem a preparação bélica decorrente. Entre 1949 e 1966, Israel recebeu sete bilhões de dólares do exterior. Para avaliar o significado dessa cifra, basta recordar que o Plano Marshall, feito para a Europa Ocidental de 1949 a 1954, chegou a 13 bilhões de dólares. Israel, na época com pouco menos de dois milhões de habitantes, recebeu mais da metade do que receberam 200 milhões de europeus. Em outras palavras, Israel recebeu dos EUA cinco vezes mais por cabeça que o ambicioso plano de reconstrução europeia. Uma cifra que define com certa clareza a natureza do Estado israelense é que já nos anos 1970-1980 o total da ajuda norte-americana – sem contar a ajuda da "diáspora judia" ou dos empréstimos – representava mil dólares por habitante/ano, o que por si só equivalia a mais de três vezes o Produto Interno Bruto por habitante do Egito e da maioria dos países africanos.

A derrota árabe na "Guerra dos Seis Dias" de 1967 prejudicou consideravelmente a imagem de Nasser e da ideologia pan-arabista e socializante associada a ele. Durante o governo de Nasser, grupos políticos opositores em diversos países árabes foram frequentemente apoiados financeira e militarmente pelo Egito, a ponto de muitos passarem a ser vistos como agentes do governo egípcio. Nasser, finalmente, veio a falecer em 1970 e seu sucessor, Anwar El-Sadat, revisou ou abandonou completamente vários aspectos do nasserismo. A influência do nasserismo colocara Nasser e o Egito na posição de grandes defensores dos países árabes. Em 1964, com o apoio deles, fora fundada a Organização para a Libertação da Palestina (OLP), sob o controle mais ou menos direto do Egito, constituída a partir da organização paramilitar *Al-Fatah*, chefiada inicialmente por Ahmed Shukairi e posteriormente por Yasser Arafat.[447]

---

[446] Isaac Deutscher. *Op. Cit*., pp. 134-135.

[447] Yasser Arafat escapou de mais de cinquenta atentados como líder da OLP. Nascido em 1921 em Egito, já adolescente foi perseguido por sua atividade como dirigente estudantil durante o curso de engenharia civil em El Cairo. Mais tarde combateu junto com o exército egípcio na guerra pelo Canal de Suez de 1956 e daí foi para o Kuwait onde trabalhou como empreiteiro até 1964. Arafat, no entanto,

A conquista de Jerusalém por Israel e o fato de que os lugares sagrados para muçulmanos e cristãos estavam agora sob o controle israelense trouxe outra dimensão para a crise do Oriente Médio. No dia seguinte à conquista da península do Sinai, o presidente Nasser resignou do cargo, por causa da derrota. A demissão não foi aceita, e Nasser obteve da Assembleia Nacional plenos poderes legislativos e executivos. Aproveitou a situação para eliminar os elementos hostis do exército e reforçou os acordos militares e políticos com a URSS, através de dois tratados celebrados em finais de 1967 e em 1969. Mediante novas nacionalizações, 90% da atividade econômica do país ficou nas mãos do Estado.

A derrota na guerra de 1967, por outro lado, não mudou a atitude dos Estados árabes em relação a Israel. Em agosto de 1967, líderes árabes reuniram-se em Khartum e anunciaram uma mensagem de compromisso comum: não às negociações diplomáticas e ao reconhecimento do Estado de Israel. Até países que nunca tinham tido qualquer atrito direto com Israel acabaram por cortar relações com esse país, praticamente todos os países árabes o fizeram. A vitória militar de Israel teve o preço de seu completo isolamento político e diplomático no Oriente Médio. Além disso, "não teve sobre os palestinos o efeito desmoralizador da Nakbah; esta vez a raiva prevaleceu sobre a desmoralização. A derrota árabe gerou o efeito, imprevisto por parte de Israel, de destruir toda ilusão de que uma intervenção externa seria a solução... criando um terreno fértil para a crítica das direções nacionalistas tradicionais, que deu uma forte impulsão à resistência palestina, em especial ao Fatah e à FPLP, que conquistaram uma base de massas nos campos de refugiados".[448]

A derrota árabe para Israel teve também um forte impacto no Líbano, embora esse país não tivesse participado dos combates. Ela acentuou as profundas divisões internas existentes, responsáveis pela guerra civil de 1958, que o presidente Fuad Chehab havia tentado remediar com suas políticas de investimentos sociais e de infraestrutura nas regiões majoritariamente muçulmanas, e com a nomeação de um gabinete de conciliação nacional composto por representantes de todas as comunidades religiosas do Líbano e por grande parte das forças políticas. No entanto, em 1967 esse esforço parecia haver fracassado. A direita cristã, liderada por Camile Chamoun, do Partido Nacional-Liberal, e por Pierre Gemayel, das Falanges Libanesas, lamentou publicamente a derrota árabe, mas, em privado, a comemorou, pois ela significava um enorme golpe ao nacionalismo árabe, na figura política abalada de Nasser. Por outro lado, a política repressiva de Chehab em relação aos palestinos, acossados pelas forças de segurança, que os fazia viver permanentemente em uma situação de ditadura e ausência de direitos políticos, somadas à constante discriminação por parte dos libaneses cristãos e a nunca reconhecida importância de sua comunidade, provocou um ressentimento e uma

---

optou pela política em favor do povo palestino, e criou a organização *Al Fatah*. Em 1974, a Liga Árabe reconheceu a Organização para a Libertação da Palestina, que ele presidia, como "a única representante legítima do povo palestino". Em 1982, ele - cujo nome de guerra era "Abu Amar" - e várias centenas de combatentes da OLP deixaram Beirute, onde tinham abrigo. A cidade havia sido cercada pelo exército israelense que havia ocupado o Líbano. O grupo ficou sem abrigo por pouco tempo, pois presidente tunisiano Ben Alí acolheu Arafat em Túnis. Durante seu exílio tunisiano, o exército israelense bombardeou o quartel-general da central palestina e suas imediações causando mais de 60 mortos. Arafat e seus colaboradores conseguiram salvar-se. A 7 de abril de 1992 o avião em que viajava desapareceu no deserto da Líbia por causa de uma tempestade de areia. Três pessoas morreram, mas o líder palestino foi localizado no dia seguinte com ferimentos. Depois de doze anos de exílio começou a colocar em prática a instalação do Estado palestino. No dia 11 de julho de 1994 se despediu de seus anfitriões tunisianos com honras de chefe de Estado, a caminho da "autonomia" palestina, que englobava apenas Gaza e Jericó. Depois de participar de inúmeros conflitos, e também negociações e acordo, com Israel, Yasser Arafat faleceu em 2004, de causas misteriosas, o que levou a levantar a hipótese de seu assassinato por envenenamento.

[448] Francesco Merli. Dalla nascita d'Israele alla prima Intifada (1948-1988). In: Andrea Davolo et al. *La Rivoluzione Araba*. Milão, Editoriale Coop, 2010, p. 33.

sensação de alienação em relação ao país, que se manifestaria na adesão crescente de sua juventude à luta armada, quer nas fileiras da OLP ou de outros grupos.

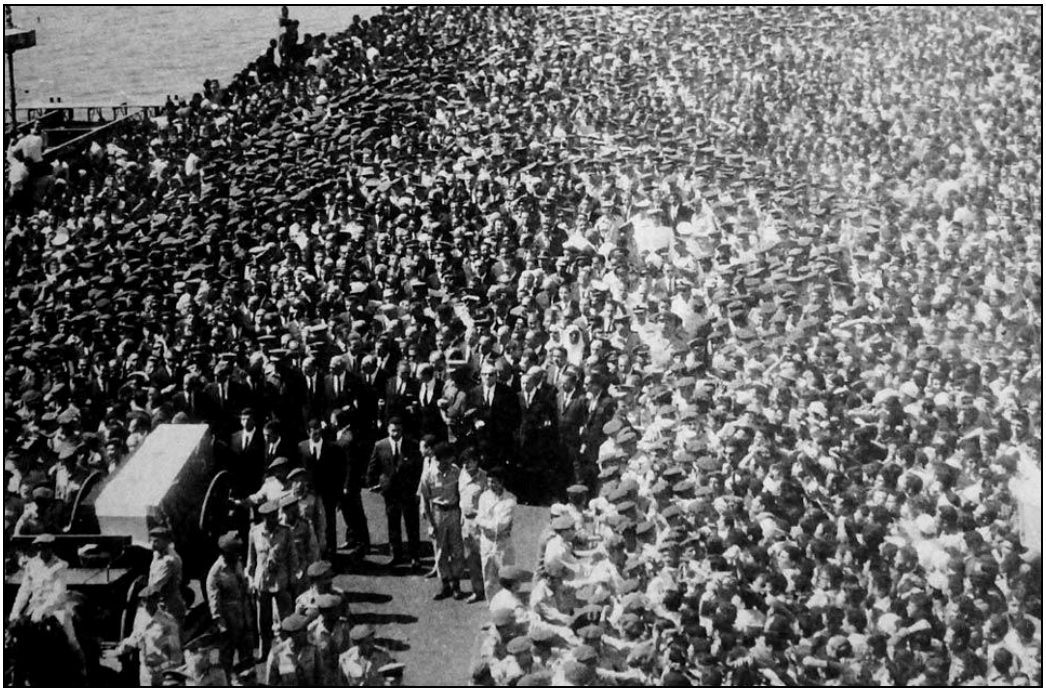
A guerra de 1967 acentuou de maneira radical essa tendência e contribuiu para dividir a sociedade libanesa, pois os palestinos cada vez mais autônomos, apoiados pela Liga Árabe e dispostos a recuperar por todos os meios as suas terras roubadas, receberam um forte apoio da maioria dos muçulmanos que identificou a luta dos palestinos com a sua própria luta contra a elite cristã e os defensores do confessionalismo ou da hegemonia cristã dentro do sistema político libanês. Já os cristãos viram a ação palestina, tanto pelo seu caráter independente em relação ao governo, por seu apoio recebido dos Estados árabes, como por provocar retaliações por parte de Israel, uma ameaça à independência e integridade do seu país, além de atiçar a mudança das relações de poder questionando o papel de liderança que os cristãos consideravam natural para as suas comunidades. Quanto a Israel, teve resultados consideráveis como consequência da guerra. As fronteiras sob o seu controle eram agora maiores e incluíam as colinas de Golã (com seu controle dividido com os sírios), a Cisjordânia e a península do Sinai, com seu controle dividido com os egípcios. O controle de Jerusalém foi de considerável importância para Israel, política e propagandisticamente.

Situação territorial no Oriente Médio depois da Guerra dos Seis Dias

A Guerra dos Seis Dias mudou o equilíbrio de forças no Oriente Médio. Passou a ficar claro que Israel era mais forte militarmente do que qualquer aliança entre estados árabes, e isso mudou a relação de cada um deles com o mundo exterior. Para os árabes foi uma derrota e para os palestinos representou uma nova leva de refugiados. Pois por causa da guerra iniciou-se uma nova fuga dos palestinos de suas casas, e aumentou o número de refugiados na Jordânia, Emirados Árabes Unidos e demais países fronteiriços, principalmente o Líbano. O conflito criou 350 mil novos refugiados palestinos, que foram rejeitados por alguns estados árabes vizinhos. Eles constituíram uma base de recrutamento constante para a OLP e para ataques contra o Estado de Israel, desde a Cisjordânia, a Faixa de Gaza e o sul do Líbano.

Yitzhak Rabin, o "primeiro premiê israelense nascido em Israel" (*sabra*), concluiu depois o "Acordo Interino com Egito", que conduziu à retirada israelense do Canal de Suez, em troca do livre trânsito nele de barcos israelenses. Como resultado desse acordo, se firmou o primeiro "Memorando de Entendimento" entre o governo de Israel e os EUA, garantindo o apoio estadunidense aos interesses israelenses no cenário internacional, e a renovação da ajuda norte-americana a Israel. Principalmente, a vitória israelense teve consequências na hostilidade árabe aos países ocidentais que tinham dado apoio tático, bélico e financeiro ao Estado de Israel; foi o início de uma série de ataques terroristas internacionais, com o apoio da OLP, além de inúmeros atentados terroristas em cidades israelenses.

Em novembro de 1967, as Nações Unidas aprovaram a Resolução 242, que determinava a retirada de Israel dos territórios ocupados na guerra e a resolução do problema dos refugiados palestinos. Israel não cumpriu a resolução, alegando que só negociaria a desocupação dos territórios se os Estados árabes reconhecessem o Estado de Israel, apesar de dividir controles de fronteira com os países vizinhos. Os líderes árabes em Khartum afirmaram que a Resolução 242 não passava de uma lista de bons desejos. E, em setembro de 1970 Gamal Abdel Nasser faleceu inesperadamente, ainda jovem, vítima de um colapso cardíaco.



Milhões nas ruas no funeral de Gamal Abdel Nasser, El Cairo, 1º de outubro de 1970

O governo do Egito foi assumido por Anwar El-Sadat, ex "Oficial Livre", nascido em 1918,[449] quem até esse momento era vice-presidente do país, e que iniciou, de modo inicialmente discreto, uma política de reaproximação com Israel e com os EUA. Em 1971 aprovou-se uma nova Constituição e mudou-se o nome do país para República Árabe do Egito, sem mais

[449] Nascido numa família egípcio-sudanesa pobre, de treze filhos e filhas, Anwar El-Sadat formou-se na Academia Real Militar em El Cairo, diplomando-se em 1938 e atuando no corpo de telecomunicações. Participou do Movimento dos Oficiais Livres, cujo objetivo era libertar o Egito do controle britânico. Durante a Segunda Guerra Mundial, em 1942, foi aprisionado pelos britânicos pois em suas atividades contra a ocupação britânica, havia procurado obter ajuda do Eixo, participando de uma rede de espionagem em favor do *Afrika Korps*. Em 1944, conseguiu fugir, mas, em 1946, foi preso novamente, após ser implicado na morte do ministro pró-britânico Amīn Uthmān, permanecendo na prisão até 1948. Em 1952, participou do golpe de Estado que destronou o rei Faruk I. Mais tarde, em 1969, depois de exercer várias posições no governo egípcio, foi escolhido para a função de vice-presidente do presidente Gamal Abdal Nasser, e depois presidente do Egito.

referências a qualquer "socialismo". A nova constituição foi aprovada em referendo a 11 de setembro de 1971 (seria modificada em 1981 e 2005). A derrota árabe na Guerra dos Seis Dias teve, assim, consequências estratégicas para todo o Oriente Médio, mas seus resultados, favoráveis a Israel, vieram a ser política e belicamente questionados em menos de uma década, imbricando-se com uma mudança no cenário econômico e político mundial.

Depois da Guerra dos Seis Dias, milhares de militantes palestinos fugiram para a Jordânia. A princípio por convicção e depois por necessidade, o rei Hussein buscou uma acomodação política com os *fedayin*, oferecedo-lhes assistência e locais para treinamento. Todavia, a instalação de organizações militantes palestinas em território jordaniano acabou por se tornar um problema para governo hachemita entre 1967 e 1971, instaurando-se, na prática, uma disputa entre o governo e as organizações guerrilheiras pelo controle político do país. Baseados nos campos de refugiados, os *fedayin* virtualmente criaram um Estado dentro do Estado, obtendo fundos e armas tanto dos Estados Árabes como da Europa Oriental, e desafiando abertamente as leis da Jordânia. Por outro lado, à medida que aumentava o esforço da guerrilha, Israel também retaliava com crescente rapidez e eficiência. Em março de 1968, uma brigada israelense atacou a aldeia jordana de Al Karamah, considerada a capital da guerrilha. O ataque foi repelido, com pesadas perdas para os israelenses. O incidente elevou o moral dos palestinos e deu grande prestígio à OLP dentro da comunidade árabe.

Em represália, Israel lançou pesados ataques contra Irbid, em junho de 1968 e em Salt, ambas cidades jordanianas, dois meses depois. Logo ficou evidente para a OLP que a Jordânia não poderia oferecer a cobertura necessária para as operações de guerrilha. A população palestina do território não constituíra uma resistência significativa contra a ocupação israelense. No final de 1968, as principais atividades dos *fedayin* na Jordânia mudaram de foco: o objetivo imediato não era a luta contra Israel mas a queda do rei Hussein. Um confronto entre a guerrilha palestina e as forças do governo ocorreu em novembro de 1968, quando o governo tentou desarmar os campos de refugiados, mas a guerra civil foi evitada mediante um compromisso.

A ameaça à autoridade de Hussein e as pesadas represálias de Israel, que se seguiam a cada ataque palestino, tornaram-se objeto de preocupação e crise política para a monarquia jordaniana. Seu exército tentou suprimir a atividade da guerrilha no primeiro semestre de 1970, mas em setembro, a guerrilha palestina controlava diversas posições estratégicas na Jordânia, inclusive uma refinaria de petróleo nas proximidades de Zarqa. Os *fedayin* também convocaram a população jordana para uma greve geral e organizaram uma campanha de desobediência civil. A situação se tornou explosiva quando a FPLP (Frente Popular pela Libertação da Palestina) lançou uma campanha de sequestros de aviões no Ocidente.

Nessas condições, "depois da guerra (dos Seis Dias), mudaram as prioridades e os alvos inimigos a serem abatidos por Israel, pelo Mossad (seu serviço secreto) e pela *Metsada*, seu braço executor de operações de assassinato. Os criminosos de guerra nazistas estavam escondidos, mortos, ou simplesmente tinham deixado de interessar à opinião pública mundial. Os novos alvos dos *kidon* já não eram mais os nazistas das SS ou da Gestapo; eram os terroristas palestinos de organizações como a FPLP, Abu Nidal ou Setembro Negro. Os inimigos eram diferentes, e os métodos utilizados pela Metsala também o seriam".[450] Esses métodos seriam o assassinato direto, as ações terroristas (para, supostamente, "combater o terrorismo"), sem a menor procupação com a legalidade internacional ou nacional do país que fosse (como tinha sido o caso no impactante "caso Eichmann", o líder nazista que fora sequestrado na Argentina, julgado, condenado a morte e enforcado em Israel).

[450] Eric Frattini. *Mossad*. Os carrascos do Kidon. São Paulo, Seoman, 2014, p. 54.

O aparelho policial israelense, inclusive o secreto (*Shin Bet*) não tinha só funções "internacionais" ou de proteção externa de Israel. Entre 1948 e 1951, a população israelense mais do que duplicou, indo de 650 mil para mais de 1,4 milhões, crescendo velozmente graças à imigração judia: Isarel chegou a dois milhões de habitantes em 1961, superou os três milhões em 1978, e ultrapassou os seis milhões no início do século XXI. Apesar do fluxo migratório, um percentual crescente da população do país era nascida em Israel (*sabras*): 27,7% em 1949; 35,1% em 1958; 44% em 1968; 57% em 1981. A língua hebraica, projetada no gabinete de Ben Yehuda na década de 1920, passou a ser falada pelos jovens, deixando para os velhos imigrados askenazi o uso do *yiddish*, e para os sefarditas o *ladino*, ambas as línguas em vias de desaparição.

A estabilização e o boom econômico internacional entre 1950 e 1970, além dos subsídios cada vez mais grossos dos EUA, elevaram o teor de vida da população israelense muito acima daquele das populações árabes vizinhas. Mas também desenvolveram as contradições de classe da sociedade israelense. Em 1974 o governo sionista fez uma enquete, depois da revolta das "Panteras Negras" judias (violentamente reprimida) sobre a condição dos judeus sefarditas, oriundos de países latinos, do Iêmen e do Magrebe, que representavam 54% da população judia do país. A enquete revelou que eram sefarditas 92% das crianças com problemas de nutrição e 90% da população das prisões. Sua taxa de escolaridade superior era de 17% (a dos judeus askenazi, de origem europeia, era de 41%). Nas universidades os sefarditas eram 20%, contra 78% de askenazis. A composição social sefardita era em 62% de trabalhadores (39% para os askenazis) e só 5% burguesa ou pequeno burguesa (contra um 14% askenazi). A discrimanção social existia entre os próprios judeus: só 17% dos casamentos intra-judeus era misto (askenazi-sefardita).[451] Os Panteras Negras haviam chamado os sefarditas – ou seja, eles próprios - de "negros de Israel".

Israel já não era só uma potente produtora de armas convencionais, mas também um potência do reduzido clube nuclear mundial, embora não declarada. O acesso ao *know how* e à tecnologia nuclear tinha sido facilitado pelo governo francês do (moderadamente antissemita) general de Gaulle, quem se entrevistara com os chefes do governo e dos serviços secretos israelenses em 1960, os quai o convenceram de que "Israel seria o único bastião do Ocidente válido para o resto nas nações árabes e antiocidentais". Lembremos que a França se encontrava embrenhada na guerra da Argélia. O material nuclear (urânio depois enriquecido e transformado em plutônio) fora obtido através de contrabando e de "operações encobertas" dos serviços secretos, inicialmente (década de 1960) na Europa.

Depois, "a CIA descobriu também que 217 quilos de plutônio tinham desaparecido misteriosamente dos depósitos da Corporação de Equipamentos e Materiais Nucleares dos EUA. Carl Duckett, subdiretor da CIA para assuntos técnicos e científicos, calculou que com essa quantidade seria possível montar 45 bombas atômicas. As investigações concentraram-se num dos fundadores da companhia, Zalman Shapiro, um químico judeu que trabalhara no Projeto Manhattan. Ele passava informação e grandes quantidades de plutônio ao Mossad para desenvolvimento de armamento nuclear. A CIA sabia exatamente do potencial atômico que Israel desenvolvera; em 15 de março de 1976, *The Washington Post*, citando Duckett

[451] O "racismo interno" de Israel tal vez esteve na origem do vazamento de informações acerca da localização e capacidade de fabricação de arsenal nuclear de israel, em 1986, no espetacular "caso Vanunu". Mordechai Vanunu, judeu de origem marroquina, técnico de terceira categoria da central nuclear de Dimona, fugiu do país e vazou informações e fotografias a respeito para jornais ingleses, que repercutiram a informação no mundo todo. Vanunu, que hava se convertido ao cristianismo, foi sequestrado por um comando do Mossad na Itália, julgado e condenado a longa pena de prisão em Israel. Seus professores testemunharam que, desde bem jovem, ele "mostrava posições contrárias à política de segurança do governo e ao forte poder dos judeus *askenazi* na sociedade israelense", um espírito que o levou a abandonar o próprio judaísmo.

como fonte, tornou pública a informação. O diretor da CIA pediu desculpas a Israel pela indiscrição de seu subdiretor, prometendo que a partir daquele momento os EUA não voltariam a pedir explicações a israel sobre o seu potencial nuclear. O diretor do serviço de espionagem norte-americano era um tal de George Bush".[452] Com um arsenal baseado em bombas termonucleares de altíssimo poder destrutivo Israel se dotava de uma vantagem militar estratégica no confronto com as nações árabes.

"A guerra de 1967 e suas consequências catastróficas para os dirigentes árabes criaram uma nova situação que contribuiu para o retrocesso da ideologia do nacionalismo árabe, em ewspecial na sua forma nasserista". Um debate se abriu no Egito, inaugurado por Ahmad Baha Al'Din, que propôs repensar a questão palestina, até então concebida só como uma questão árabe, propondo uma nação palestina que incorporase a Jordânia (inclusive a Cisjordânia) e a Faixa de Gaza. No IV Conselho Nacional Palestino, realizado em El cairo em julho de 1968 com cem participantes muito divididos, reafirmou-se o caráter estratégico da luta armada para recuperar a Palestina, "pátria do povo árabe palestino, parte inseparável da grande pátria árabe. O povo palestino é parte integrante da nação árabe".[453] Embora o pan-arabismo fosse reafirmado, a novidade consistia na afirmação da existência do povo árabe palestino, conceito anteriormente inexistente. As novas definições políticas concerniam pincipalmente à Jordânia.

Pois depois da Guerra dos Seis Dias]o golpe mais forte contra a OLP veio, não de Israel, mas do próprio "campo árabe". Em 16 de setembro de 1970, sob o império da lei marcial, o rei Hussein da Jordânia deu plenos poderes ao coronel paquistanês Muhammad Zia-ul-Haq (que, mais tarde, viria a ser presidente-ditador do Paquistão) para que acabasse com os *fedayin* palestinos. Os palestinos receberam ordens de depor imediatamente as armas e evacuar as cidades. No mesmo dia, Arafat tornou-se comandante supremo do Exército de Libertação da Palestina (PLA), braço militar da OLP. Durante dez dias de guerra civil, inicialmente entre o PLA e o exército jordano, a Síria enviou cerca de 200 tanques para ajudar os *fedayin*. Em 17 de setembro, porém, o Iraque começou a retirar seus 12.000 homens estacionados perto de Zarqa. Os Estados Unidos enviaram uma esquadra para o Mediterrâneo oriental e Israel realizou movimentos de tropas, colocando-as à disposição de Hussein, caso fosse necessário.

Jordânia 1970

[452] Eric Frattini. *Op. Cit*., p. 163.

[453] Alain Gresh. *Storia dell'OLP.* Roma, Edizione Associate, 1988, pp. 46-48.

Sob o ataque do exército jordaniano, as forças sírias começaram a se retirar da Jordânia em 24 de setembro, depois de perder mais da metade dos seus armamentos. Os *fedayin* se viram então na defensiva e concordaram com um cessar-fogo em 25 de setembro. Vários governantes árabes criticaram a atitude "ocidentalista" do rei Hussein. Um acordo de paz foi assinado em El Cairo em 27 de setembro. O tratado reconhecia o direito das organizações palestinas de operar na Jordânia, desde que deixassem as cidades. Arafat afirmou que o exército jordaniano matou entre 10.000 e 25.000 palestinos no "Setembro Negro".[454]

Em 31 de outubro, Arafat teve que assinar outro acordo pelo qual retornava o controle da Jordânia ao rei e se comprometia a desmantelar as bases palestinas e a proibir o uso de armas não permitidas pelo governo jordaniano. Em reunião do Conselho Palestino, a FPLP e a FDLP se recusaram a aceitar esse acordo. Em 9 de novembro, o primeiro-ministro jordano Wasfi al-Tal ordenou o confisco de armas ilegais. Em janeiro de 1971, o exército jordano aumentou o controle sobre as cidades. Após a descoberta de um depósito de armas ilegais em Irbid, o exército estabeleceu o toque de recolher e começou a prender os rebeldes.

Em 5 de junho de 1971, várias organizações palestinas, inclusive o *Fatah*, lançaram um manifesto apelando a população a derrubar o rei Hussein. A correlação política de forças, no entanto, já não mais favorecia à organzação palestina. Finalmente, o exército jordaniano recuperou o controle dos últimos redutos da OLP - as cidades de Jerash e Ajloun - e os militantes palestinos foram expulsos para o Líbano. O número de palestinos mortos em onze dias de luta foi estimado pela Jordânia em 3.400, enquanto as fontes palestinas calcularam que dez mil pessoas, na sua maioria civis, foram mortas. Arafat disse que esse número poderia ser bem superior - até 20.000 mortos. Em El Cairo, programas radiofônicos oficiais denunciaram ter havido um verdadeiro genocídio palestino na Jordânia.

[454] Clinton Bailey. *Jordan's Palestinian Challenge, 1948-1983: a Political History.* Nova York, Westview Press, 1984.

YOM KIPPUR E CRISE DO PETRÓLEO

Na década de 1970, a crise econômica mundial afetou o Oriente Médio e o mundo árabe, e lhe abriu também possibilidades econômicas insuspeitas. A articulação política internacional dos principais países produtores de petróleo precedeu-a em uma década, tendo inicialmente por objetivo evitar o aviltamento dos preços internacionais do combustível. Como já vimos, não eram os países produtores os que mais ganhavam com a produção de petróleo, bem longe disso. O preço fixado no Golfo Pérsico oscilava, entre 1953 e 1973, entre US$ 1,60 e US$ 2,75 o barril; com os impostos e os lucros das multinacionais, porém, esse preço se elevava para US$ 10,00 no mercado mundial.

O processo de unificação dos países produtores de petróleo tinha antecedentes. A 14 de setembro de 1960 os cinco principais produtores de petróleo (Arábia Saudita, Irã, Iraque, Kuwait e Venezuela) haviam fundado, em Bagdá, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), um movimento defensivo em reação à política praticada pelo cartel das grandes empresas petroleiras ocidentais, as chamadas "sete irmãs" (Standard Oil, Royal Dutch Shell, Exxon, Mobil Oil, Gulf, British Petroleum e Standard Oil da Califórnia). Não só um espantoso aumento da demanda, mas também mudanças na estrutura do mercado internacional do petróleo haviam emergido após a Segunda Guerra Mundial. O petróleo foi se tornando a fonte primária de energia dos países desenvolvidos, dentre os quais os da Europa Ocidental e o Japão, com a exeção parcial da Inglaterra importadores sem produção própria.

Em 1950, também, os Estados Unidos se tornaram importadores líquidos de petróleo, ou seja, seu consumo superou sua produção doméstica. A crescente demanda de petróleo no mercado internacional, e o nacionalismo em expansão dos países com reservas petrolíferas abundantes, produziram modificações nos acordos de concessão para exploração, gerando um novo princípio de distribuição, "meio a meio", em termos de royalties e impostos, entre as empresas e seus respectivos países anfitriões. Todavia, ainda nos anos 1950 e parte dos anos 1960, as grandes empresas controlavam o mercado e mantinham os preços atrativos o suficiente para desencorajar o desenvolvimento de outras formas de energia. Os europeus estabeleceram um imposto sobre o petróleo para proteger a indústria carvoeira local contra os preços baixos do petróleo. Nos Estados Unidos, onde a produção e os preços do petróleo eram mais caros que os internacionais, as empresas locais obtiveram apoio econômico e proteção alfandegária do governo para sobreviverem.

Novas empresas, contudo, conseguiram adentrar o mercado, obtendo concessões na Argélia, na Líbia e na Nigéria. Em 1952, as "sete irmãs" produziam 90% do petróleo cru fora dos Estados Unidos e dos países do bloco socialista: em 1968, esse percentual estava reduzido para 75%. Crescentemente, as grandes companhias passaram a perder o controle sobre os preços internacionais por não conseguirem restringir a oferta. Em 1958, os Estados Unidos estabeleceram quotas, por razões de "segurança nacional", para proteger e garantir a sobrevivência da produção doméstica face ao petróleo importado mais barato. Tais quotas isolaram os Estados Unidos da absorção de novos suprimentos, levando, em 1959-60, as empresas internacionais a reduzirem os *posted prices* (preços usados para calcular impostos), o que gerou atritos com os países anfitriões ao reduzir suas receitas. Tal decisão engendrou o início da cooperação dos países produtores, que resultou na criação da OPEP.

Em janeiro de 1961, a carta da OPEP, adotada na conferência de Caracas, definiu os três objetivos da organização: aumentar a receita dos países membros, a fim de promover o desenvolvimento; assegurar um aumento gradativo do controle sobre a produção de petróleo, ocupando o espaço das multinacionais, e unificar as políticas de produção. A OPEP aumentou os royalties pagos pelas transnacionais, alterando a base de cálculo dos mesmos, e onerou as companhias estrangeiras com um novo imposto.

A política interna estadunidense de prevenção do excesso de oferta, levada a efeito através da limitação de sua produção e do estabelecimento de quotas compulsórias, estabelecidas no final da década de 1950 sobre o petróleo importado, foi largamente responsável pela criação da OPEP, que foi uma resposta à tentativa norte-americana de transferir o fardo do ajuste de preços para o resto do mundo. A Venezuela, já nessa altura grande produtora de petróleo, foi particularmente atingida pelas restrições estadunidenses, e tornou-se crucial na criação da OPEP que, em sua primeira década de existência, foi expandida de cinco para treze membros, englobando a cuja produção era equivalente a 85% do petróleo exportado no mundo.

Anwar El-Sadat

Em janeiro de 1968, pouco após a Guerra dos Seis Dias, num contexto de déficit de oferta, a OPEP conseguiu um acordo com as companhias ocidentais, eliminando o desconto sobre o preço de venda. No fim da década, o barril já valia US$ 1,80. Seguindo a liderança da Líbia, que, sob o governo de Muhammar Khaddafi, a partir de 1969, exigiu aumentos nos *posted prices* e nos impostos sobre o petróleo (ameaçando com a nacionalização da produção caso não fosse atendida pelas empresas produtoras), outros membros da OPEP enveredaram pelo mesmo caminho. Uma conferência sobre nacionalização, requisitada pela OPEP, congregou empresas internacionais e produziu um acordo para o aumento gradual da propriedade dos países anfitriões sobre a produção, até a marca de 51%, a ser atingida em 1982. Contudo, acordos adicionais foram impedidos pelo aumento unilateral de preços do petróleo dos países da Organização de Países Árabes Exportadores de Petróleo (OPAEP), que foram seguidos pelos outros membros da OPEP. Os anos 1970 testemunharam a transferência do controle sobre a *produção* de petróleo das "Sete Irmãs" para a OPEP.

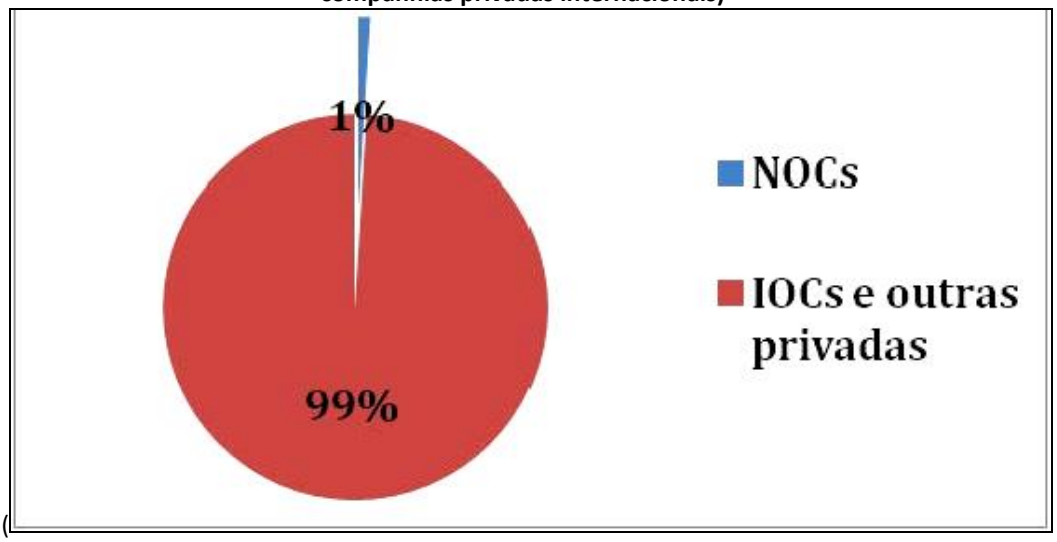
A criação da OPEP iniciara um novo confronto mundial, uma luta por uma nova repartição da renda agrária. Até o final da década de 1950, as "Sete Irmãs" controlavam 98% do petróleo comercializado no mundo fora os EUA e o "bloco socialista". Elas registravam incríveis lucros líquidos entre 60% e 90% de seus investimentos após pagamento de impostos no Oriente Médio e no Leste da Ásia.[455] A OPEP elevou o preço do petróleo bruto, impondo limites à concorrência entre os países produtores. Os países capitalistas desenvolvidos buscaram e pesquisaram novas fontes de energia, entre elas a atômica, a solar, e a produção do petróleo sintético, além de pesquisas em outras regiões do mundo em busca de novas jazidas de

[455] Michael L. Ross. *A Maldição do Petróleo.* Porto Alegre, Citadel Grupo Editorial, 2015, p. 56.

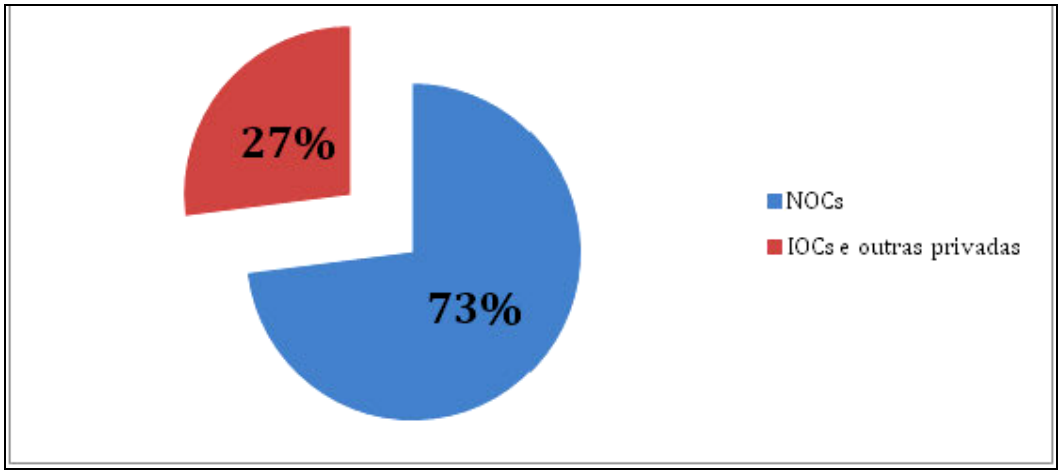
petróleo. Os países subdesenvolvidos também procuraram uma saída, entre elas o Programa Pro-Álcool no Brasil.

Os países da OPEP, que já detinham dois terços das exportações mundiais de óleo bruto, iniciaram o processo de nacionalizações, que se iniciou na Argélia, em 1967, e na Líbia de Khaddafi em 1969 e 1970. A onda nacionalizante se estendeu rapidamente por todo o Oriente Médio, no início da década de 1970. Em 1972, Arábia Saudita, Qatar, Kuwait e Iraque, onde estavam as principais reservas mundiais, se somaram ao processo. Paralelamente, o novo presidente egípcio, em 1972, dispensou a missão soviética em seu país. A OPEP e as nacionalizações mudaram drasticamente, em três décadas, a estrutura de acesso à extração mundial de petróleo. Em 2003, foi calculado que as companhias estatais de petróleo já controlassem 80% das reservas mundiais e 75% da produção global: "Onde as concessões cobriam uma proporção grande da área de extração de um país, elas foram reduzidas em tamanho; foram introduzidas regulamentações mais duras a respeito de requisitos de perfuração, manutenção de reservatórios e questões semelhantes; acordos financeiros de todos os tipos foram melhorados em favor dos países produtores".[456]

Acesso às reservas mundial de petróleo 1970-2008 (NOC: companhias estatais ou nacionais; IOC: companhias privadas internacionais)



((



(Fonte: *Oil and Governance: State-owned Enterprises and the World Energy Supply*)

[456] Edith Penrose. Ownership and control: multinational firms in less developed countries. In: G. K. Helleiner. *A World Divided: the Less Developed Countries in the International Economy.* Nova York, Cambridge University Press, 1976.

As oscilações violentas dos preços do petróleo e as mudanças na estrutura de sua propriedade e exploração não tiveram só causas econômicas. O cenário mundial de retrocesso geopolítico das potências imperialistas (na Argélia, no Sudeste asático, na Indochina e no Oriente Médio) e a própria concorrência interna capitalista, foram os fatores que condicionaram a onda de nacionalizações petroleiras: "Quando o aumento das companhias independentes de petróleo quebrou o oligopsônio das Sete Irmãs e as potências ocidentais tornaram-se relutantes em usar a força no exterior, não havia muito a fazer para dissuadir os governos hospedeiros de quebrar seus contratos com as grandes companhias de petróleo e substituí-las por suas próprias companhias petrolíferas nacionais".[457] O brusco aumento dos preços mundiais do óleo a partir de meados da década de 1970 se vinculou também, em boa (e decisiva) parte, com os conflitos no Oriente Médio, que puseram a questão do petróleo no centro da agenda política internacional. Mas isso aconteceu, e foi possibilitado, no quadro das mudanças decisivas nas coordenadas monetárias internacionais do capitalismo.

Existem controvérsias acerca dos novos fenômenos ocorridos na economia mundial a partir do início dos anos 1970. O único ponto aceito por todos é que alguma coisa muito significativa se alterou no regime capitalista.[458] Comecemos pelo funcionamento das instituições financeiras e dos fluxos monetários internacionais. Em 15 de agosto de 1971, o presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon, anunciou ao mundo o fim da conversibilidade do dólar em ouro. O sistema de Breton Woods terminara, seu cerne era a conversibilidade do dólar em ouro. O dólar americano era a chave de confiança e a moeda de reserva por ser "tão bom quanto o ouro", quer dizer, tinha a garantia do governo americano de que podia ser convertido em determinada quantidade de ouro. Rompia-se assim com o sistema de câmbio fixo entre as principais economias e desfazia-se na prática o velho sistema monetário que regulava os fluxos financeiros e o comércio internacional do pós-guerra.

Acreditou-se inicialmente que aquela suspensão unilateral da conversibilidade do dólar em ouro fora uma medida temporária e que de qualquer modo os Estados Unidos reassumiriam a sua obrigação de restaurar a conversibilidade do dólar e reativar o sistema de Bretton Woods, mesmo que modificado, e tudo continuaria como no passado. Em discurso em 26 de abril de 1973, John Connaly, secretário do Tesouro dos Estados Unidos, porém, resumiu cruamente a visão oficial do governo americano acerca dessa possibilidade de volta ao passado: "A era de supremacia americana nas finanças internacionais, que começou na Segunda Guerra Mundial, já terminou. O sistema monetário e comercial que proporcionou a base para a era do pós-guerra desmoronou-se. Não adianta nos enganarmos, dizendo que foi apenas abalado, que o reconstruiremos. Ele desapareceu para sempre".[459]

Os fatos que se seguiram à maior moratória da história do sistema monetário mundial mostraram uma nova realidade de reciclagem, de expansão e de reforço da desgastada supremacia norte-americana nas finanças internacionais e no tabuleiro mundial. O comércio e os investimentos globais continuaram em níveis crescentes de atividade, ritmados, é claro, por crises periódicas de superprodução cada vez mais potentes. O dólar não foi "destronado". O que aconteceu foi que o mundo se encontrou de repente em um puro padrão dólar

---

[457] Michael L. Ross. *Op. Cit*., p. 60.

[458] "A história dos vinte anos após 1973 é a de um mundo que perdeu suas referências e resvalou para a instabilidade e crise" (Eric Hobsbawm. *Era dos Extremos*. O breve século XX 1914-1991. São Paulo, Companhia das Letras, 2002); "Algo de fundamental parece haver-se modificado, no último quarto de século, no modo como funciona o capitalismo. Na década de 1970, muitos falaram em crise. Na de 1980, a maioria falou em reestruturação e reorganização. Na de 1990, já não temos certeza de que a crise dos anos 70 foi realmente solucionada, e começou a se difundir a visão de que a história do capitalismo talvez esteja num momento decisivo" (Giovanni Arrighi. *O Longo Século XX*. Dinheiro, poder e as origens do nosso tempo. Rio de Janeiro, Contraponto, 1996).

[459] Sidney Rolf e James Burtle. *O Sistema Monetário Mundial*. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.

inconversível. O uso do dólar nas transações internacionais reforçou-se, no mesmo tempo em que sua reputação diminuía pelas seguidas desvalorizações frente ao ouro. O ouro desaparecia de fato como referência de valor das moedas nacionais e o dólar reforçava o mesmo papel de moeda de reserva internacional que exercia no antigo sistema de Bretton Woods.

A crise econômica mundial tornou-se evidente no outono (do hemisfério norte) de 1973, depois que quadruplicou o preço do petróleo. Mas, antes de tomar a aparência de uma crise das matérias primas, essa crise já tinha começado a se manifestar sob sua forma monetária. A partir da declaração da não conversibilidade das moedas, não entre elas próprias, mas delas em conjunto em relação a uma mercadoria de valor universal (o ouro), o valor dos patrimônios e dos capitais ficava na incerteza. Qualquer medida governamental podia acabar com o patrimônio de um capitalista. O processo da regulação do capitalismo passara a ser, por primeira vez, puramente *político*. As explicações sobre o fim do regime monetário de Bretton Woods referiram-se ao aumento da circulação de dólares devido aos déficits no balanço de pagamentos dos EUA, e ao crescimento exponencial do mercado de eurodólares na segunda metade dos anos 1960, levando ao aumento desordenado da liquidez internacional: ambos os fenômenos criaram um excedente de dólares incompatível com a quantidade de ouro disponível em Fort Knox, que deveria servir de lastro para o dólar. Essa análise superestima o papel dos "mercados" na quebra do acordo de Bretton Woods: o governo norte-americano teria ficado refém do poder avassalador dos capitais privados multinacionais. Ao contrário, a decisão visou preservar a hegemonia econômica e política mundial do capital e do Estado norte-americanos.

A justificativa para romper o acordo de 1944 baseou-se no argumento de que o desequilíbrio externo dos EUA era determinado por práticas comerciais desleais dos países europeus e do Japão. O fim do padrão dólar-ouro não foi uma derrota do capitalismo norte-americano, nem uma imposição natural dos mercados, mas uma *política*, que fez surgir um novo padrão monetário, o "dólar flexível", inédito na história das relações internacionais, mais vantajoso para os EUA. Também marcou a volta da grande finança ao centro do poder. A partir de 1973 o sistema financeiro internacional conviveu com taxas de câmbio flutuantes, determinadas "pelo mercado", e sujeitas a intervenções dos bancos centrais e a acordos multilaterais.

Na origem da transição de um sistema monetário internacional para outro se desenrolava uma transição das condições produtivas de capital no mercado mundial. As instabilidades e descontroles a que se assistia nos mercados monetários e financeiros internacionais eram manifestações de novas condições da produção e da acumulação do capital global. Eram geradas pela adaptação das formas do mercado capitalista às necessidades de valorização e reprodução ampliada da produção de mais-valia. O mais importante, entretanto, era que o novo sistema monetário e de crédito internacional estava sendo reformado não só para financiar a explosiva produção global do capital, mas, sobretudo, para que os governos e os capitalistas pudessem enfrentar os choques cíclicos e periódicos de superprodução com mãos mais livres e instituições governamentais mais flexíveis.

As mudanças econômicas e geopolíticas internacionais atingiram uma feição explosiva no elo mais fraco da ordem política mundial. A Guerra do *Yom Kippur*, o "Dia do Perdão" judeu, também conhecida como "quarta guerra árabe-israelense", aconteceu de 6 e 26 de outubro de 1973, entre uma coalizão de estados árabes liderados por Egito e Síria contra Israel. O episódio começou com um contra-ataque inesperado do Egito e Síria contra Israel. Egito e Síria cruzaram as linhas de cessar-fogo no Sinai e nas colinas do Golã, ocupadas por Israel durante a Guerra dos Seis Dias. Israel respondeu violentamente. No entanto, egípcios e sírios avançaram recuperando partes dos territórios ocupados por Israel. Egito propunha-se retomar toda a península do Sinai. Enquanto o Egito atacava as posições israelenses desprotegidas na península, forças sírias atacaram os baluartes das colinas de Golã: graves perdas foram infligidas ao exército israelense. O plano para o ataque egípcio contra Israel sem aviso, em

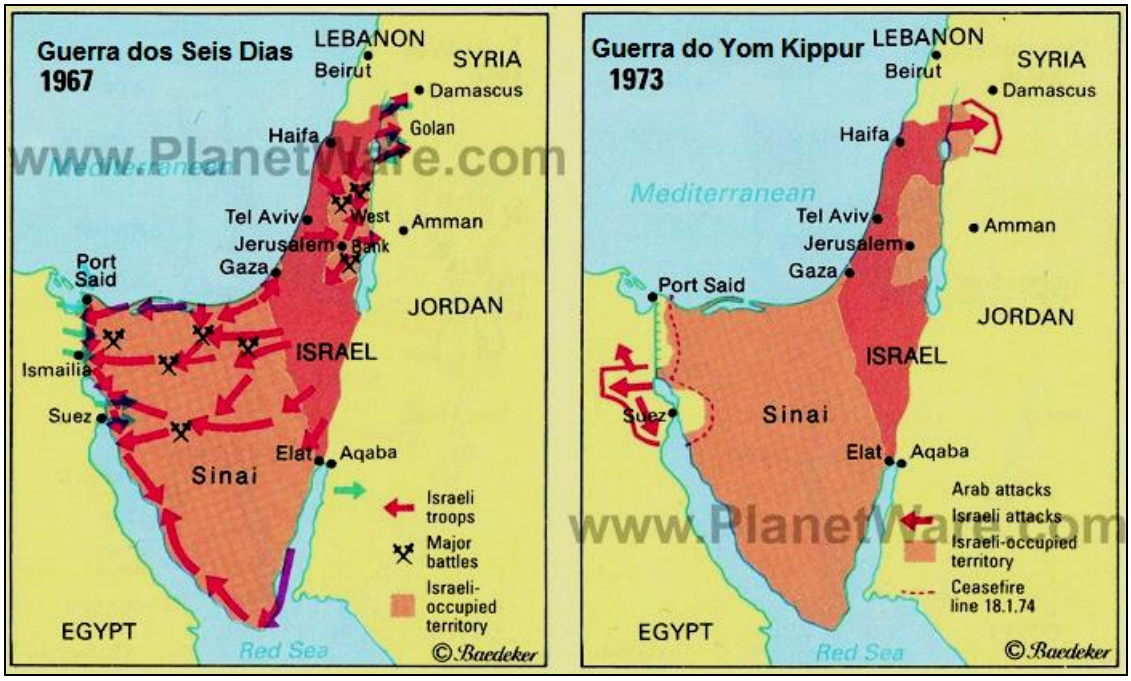
conjunto com a Síria, recebeu o nome de código “Operação Badr” ("lua cheia"), usando a maré para transpor os obstáculos bélicos instalados pelos israelenses ao longo do Canal de Suez.

Para tanto, os egípcios recorreram à utilização de bombas de sucção e usaram as águas do Canal como agente de erosão hídrica, destruindo as fundações da até então intransponível e elaborada barreira de 50 metros de altura construída pelos israelenses com areia do deserto para proteger toda a margem norte do Canal de Suez contra os exércitos árabes. Com o corte, feito com jatos de água, os soldados egípcios, em questão de horas, puderam abrir diversas passagens ao longo dos 160 quilômetros de fortificações integrantes da linha Bar-Lev alcançando o lado desprotegido das fortificações israelenses e obrigando as unidades do *Tsahal* a se render.

A batalha de Latakia entre sírios e israelenses aconteceu em 7 de outubro, segundo dia do conflito, com uma nítida vitória israelense, que demonstrou a eficácia dos barcos militares equipados com sistema de autodefesa. A marinha israelense também demonstrou sua superioridade naval no Mediterrâneo com uma segunda vitória em 9 de outubro, na batalha de Baltim, afundando três barcos da marinha egípcia. As batalhas de Latakia e Baltim mudaram favoravelmente a situação militar em favor de Israel. Cinco noites depois da batalha de Baltim, cinco barcos da marinha israelense entraram no porto egípcio de Ras Ghareb, onde mais de cinquenta pequenas embarcações do Egito estavam ancoradas, incluindo barcos de pesca armados e carregados com tropas e munições. Na batalha que se seguiu, dezenove destes barcos foram afundados.

O cenário começou a se inverter definitivamente para o lado de Israel na segunda semana de lutas, quando os israelenses fizeram os sírios retrocederem nas colinas de Golã, enquanto o Egito mantinha sua posição no Sinai, fechando a comunicação entre a linha Bar-Lev e Israel. Ao sul do Sinai, os israelenses encontraram uma brecha nos exércitos egípcios e conseguiram cruzar para o lado oeste do Canal de Suez, no local onde a grande muralha Bar-Lev não havia sido tomada, e ameaçaram a cidade egípcia de Ismaília. Após três semanas de luta, as Forças de Defesa de Israel obrigaram as tropas árabes a retroceder, e as fronteiras anteriores ao conflito se reconfiguraram. Esse desenvolvimento bélico levou os EUA e a URSS a uma forte tensão diplomática.

Cenários bélicos comparados



Um cessar-fogo decretado pelas Nações Unidas entrou em vigor em 25 de outubro de 1973. Ao término das hostilidades, as forças israelenses, recuperadas das baixas iniciais provocadas pelo ataque surpresa, e com um esmagadoramente superior poderio militar, haviam adentrado profundamente no território dos países árabes e encontravam-se a 40 quilômetros de Damasco, capital da Síria que foi intensamente bombardeada, e a 101 quilômetros de El Cairo. Os acordos de paz celebrados em 1973, e reafirmados com leves mudanças em 1974 e 1975, mantiveram os territórios conquistados anteriormente por Israel. No entanto, Egito recuperou, no acordo de separação de forças, o Canal de Suez das mãos de Israel.

A guerra do *Yom Kippur* não foi uma tentativa israelense de se defender de ameaças militares dos países árabes contra a existência do Estado de Israel. Yitzhak Rabin admitiu: "A Guerra do Yom Kippur não foi feita pelo Egito e Síria para ameaçar a existência de Israel. Foi o uso total de sua força militar para alcançar um objetivo político específico. O que Sadat queria ao cruzar o Canal era mudar a realidade política e, assim, começar um processo político em uma posição mais favorável para ele do que a que existia anteriormente". O historiador israelense Benny Morris esclareceu o contexto de intransigência sionista em que isso aconteceu, lembrando que a primeira-ministra de Israel, Golda Meir, rejeitou uma oferta de paz razoável do Egito em 1970, forçando, assim, os árabes a iniciarem a guerra de outubro de 1973.[460]

De fato, as mentiras e exageros acerca das ameaças árabes contra Israel, para justificar a provocação e as guerras contra alvos civis, constituíram a estratégia preferida para a expansão israelense. No Líbano, cujos campos de refugiados palestinos se transformaram em bases da OLP, se registravam ataques sistemáticos de Israel a partir de inícios da década de 1970. Em fevereiro de 1973, quando Israel começou a invasão atacando o norte do Líbano por mar e ar, matando 31 civis; escolas, clínicas e outros prédios civis foram alvejados indiscriminadamente e destruídos.

Na decorrência da guerra, em outubro de 1973 aconteceu a "primeira crise de petróleo". Os membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo boicotaram os Estados Unidos e os países europeus que apoiavam Israel. Durante a guerra do Yom Kippur, a OPEP aumentou o preço do óleo entre 70% e 100%. Os produtores árabes declararam um embargo aos países que apoiaram Israel (Estados Unidos e Holanda, basicamente). O preço do óleo aumentou 400% em cinco meses (até março de 1974), com um novo vertiginoso aumento de 100% por ocasião da conferência de Teerã em 23 de dezembro desse ano. Em novembro de 1973, o presidente norte-americano Richard Nixon anunciou o "Projeto Independência", para tornar os EUA autossuficientes em energia.

O barril de petróleo chegou ao preço de 11,65 dólares no mercado mundial, decuplicando o preço de 1,79 dólares em 1971. Na época, os EUA importavam um terço das suas necessidades de petróleo. No mesmo ano de 1973, o Xá do Irã, retomando um velho projeto nacionalista do gabinete de Mossadegh, expropriou as companhias estrangeiras e concedeu à NIOC (*National Iranian Petroleum Company*), companhia estatal, o total controle da indústria do petróleo. O Irã já era o quarto produtor mundial de óleo cru, e o segundo exportador do mundo. Evidenciando a nova força política dos países petroleiros, em março de 1975 aconteceu o primeiro encontro dos chefes de Estado dos países membros da OPEP, em Argel. No Irã, a crise do petróleo provocou uma terrível inflação, levando ao desemprego mais de um milhão de pessoas, além de levar à falência muitos comerciantes que não conseguiram suportar a concorrência estrangeira no mercado.

A partir da guerra de 1973, o petróleo passou a ser usado como arma política pelos Estados árabes. O preço do barril sofreu um grande aumento, determinado pelas cotas de produção da organização. Já anteriormente, durante a Guerra dos Seis Dias, alguns exportadores árabes

[460] Benny Morris. *Righteous Victims*. Nova York, Vintage Books, 2001.

haviam tentado impor um embargo, que fracassou porque havia muita capacidade ociosa mundial de produção. Mas, em 1973, o mercado mundial tinha mudado; todos os poços do mundo produziam a plena capacidade, por causa do aquecimento da demanda. Os Estados Unidos tinham se tornado o maior importador mundial. E, dessa vez, não havia onde buscar petróleo extra.

O embargo petroleiro árabe-OPEP criou, por isso, um pânico econômico global. Compradores competiam furiosamente para obter o petróleo possível, o que elevou ainda mais os preços. Nos Estados Unidos, a gravidade da situação só foi compreendida pelos consumidores nas irritantes filas de abastecimento, nas longas esperas para obter quantidades limitadas de gasolina (na verdade, as filas foram, sobretudo, resultado dos controles do governo que impediam a flexibilidade da distribuição e acentuaram a escassez no mercado). Toda a ordem econômica internacional parecia, e estava de fato, transformada. A reação dos países consumidores culminou, em 1974, com a criação, a partir da Organização para a Cooperação Econômica e o Desenvolvimento (OCDE) dos países "desenvolvidos", da Agência Internacional de Energia (AIE), com sede em Paris. Sua criação foi uma resposta coletiva dos países importadores de petróleo às medidas da OPEP. O embargo teve maior impacto nos Estados Unidos devido às suas políticas restritivas em relação à importação de petróleo mais barato, e culminou com a dissolução das restrições americanas ao petróleo estrangeiro (na década de 1980), dissolução não muito posterior à transformação dos EUA em importador líquido de petróleo. Ele induziu, também, a criação de reservas estratégicas de petróleo nos Estados Unidos e outros países, com o objetivo de se criar uma proteção contra choques internacionais na oferta e nos preços do petróleo.

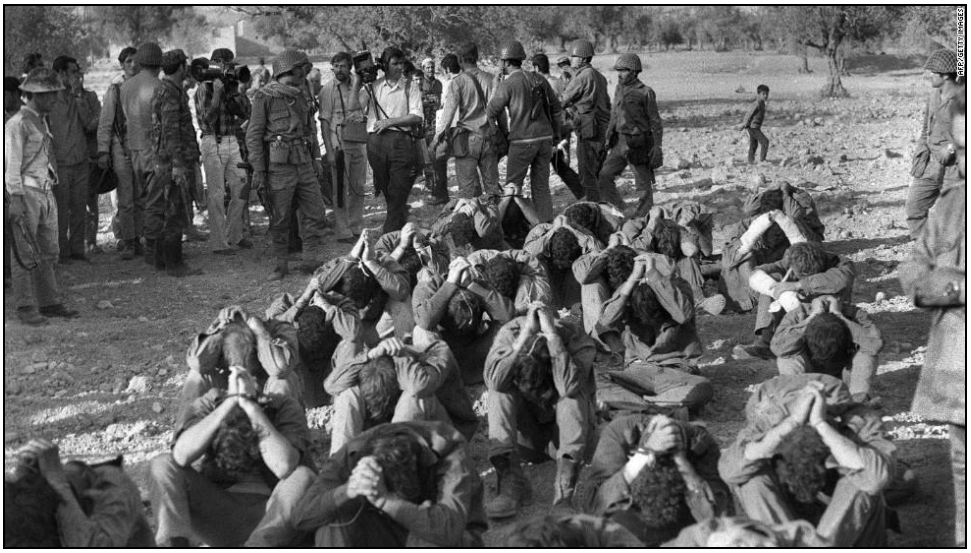
A "crise do petróleo" foi designada como a responsável pela grave crise econômica geral deflagrada pela inflação mundial de 1974. Essa visão, entretanto, exagera nas responsabilidades deste aumento de preço e no poder de influência dos países árabes a nível mundial. O aumento de preço do petróleo em quatro vezes pelos países da OPEP pode ser identificado como um fator adicional, que aumenta os efeitos de um movimento que já estava em curso desde o início da década de 1970, mas nunca como motivador. Essa crise deve ser entendida como um movimento estrutural do modo de produção capitalista, uma de suas periódicas crises de superprodução. O aumento do preço do petróleo não representou mais do que 2% no processo inflacionário para os países centrais.

A inflação foi alimentada pelo efeito cumulativo de mais de três decênios de práticas inflacionárias. Foi amplificada pela especulação desenfreada dos anos 1972/73 com o ouro, os terrenos, as construções, os diamantes, as jóias e as obras de arte e, sobretudo, as matérias-primas, isto é, todos os "valores-refúgio", que são tanto mais apreciados quanto mais o papel-moeda se deprecia. Ela foi reforçada pela prática dos "preços administrados" impostos pelos monopólios. E acentuada pelos gastos militares colossais, que não pararam de aumentar desde inícios da década de 1950.

Por outro lado, a ideia de que a crise do petróleo tivesse provocado deflação, devido a cortes na produção e na demanda, provocados pela saída de capitais dos países centrais para a OPEP, também era falsa. Estes capitais não ficaram entesourados nos cofres dos países árabes, ao contrário, eles voltaram, sob a forma de "petrodólares", para os países centrais. Como a maioria dos países da OPEP eram países subdesenvolvidos, estes recursos excedentes oriundos do aumento do preço do petróleo, passaram a ser utilizados para financiar seus planos de desenvolvimento. Contratando obras, produtos e serviços dos países desenvolvidos, os petrodólares realimentaram as economias destes países acentuando a tendência inflacionária geral pela alta dos custos e pelo aumento de liquidez.

Após as medidas monetárias de Nixon, ficaram retidos na Europa e Ásia 80 bilhões de dólares. O que fazer com esse dinheiro? John Walls resumiu as soluções encontradas: 1) Buscar novos

“tomadores” (de empréstimos) na periferia do mundo industrial; 2) Aumentar o volume dos empréstimos de médio e longo prazo; 3) Diminuir a taxa de juros, devido ao excesso de fundos disponíveis e à concorrência entre as instituições financeiras. Com isso beneficiou-se a tomada de empréstimos pelos países “periféricos”, que acabou mobilizando a “economia mundial da dívida”. O fim da “bolha do dólar” fez surgir uma “bolha” ainda maior, o mercado de euromoedas, que tiveram um grande crescimento e ampliação do seu espaço de atuação.



Israelenses capturados por sírios na Guerra de Yom Kippur

Os euromercados, designação originária de depósitos e investimentos feitos fora do país de origem, surgiram no final dos anos 1940, com os aportes financeiros norte-americanos na Europa sob o Plano Marshall, e se fortaleceram na década seguinte, com a expansão internacional dos grandes bancos e a criação de filiais nas principais praças financeiras internacionais. A partir do final dos anos 1960, os euromercados, também conhecidos como mercados *off-shore*, tiveram seu crescimento estimulado pelo excesso de dólares gerado pelos déficits do balanço de pagamentos norte-americano, e pelo aporte adicional de petrodólares, a partir das crises do petróleo. Nos anos 1970, boa parte do endividamento dos países atrasados foi contraída junto a esses mercados, que reciclaram os fluxos financeiros oriundos das aplicações em “petrodólares”.

A imensa acumulação de capital dos países árabes, prevista pelo Banco Mundial, não se concretizou. A previsão de 650 bilhões de dólares em reservas foi revista em 1978, quando as reservas de câmbio desses países estavam situadas só em 280 bilhões. Os grandes gastos no “desenvolvimento” nesses países fizeram que eles se tornassem logo deficitários no seu balanço de pagamentos. A importação de máquinas e fábricas prontas pelos países da OPEP foi vista por muitos economistas como o motor de uma nova fase de expansão do capitalismo, o que não se confirmou porque, entre outras coisas, a dinâmica dos preços é sempre incerta; os países desenvolvidos buscavam uma progressiva substituição de energia, o que lhes tornaria menos dependentes da OPEP e diminuiria o poder de pressão da organização dos países árabes.

A industrialização era dificultada estruturalmente nos países árabes devido à sua estrutura socioeconômica arcaica, isto é, à espantosa concentração de renda e à pobreza da grande maioria da população, que contribuía para o raquitismo do mercado interno. Em economias “rentistas” do petróleo, o setor decisivo da economia, a própria extração de petróleo, emprega um percentual pequeno da população local (e um percentual ínfimo nas suas funções mais qualificadas) devido a ser um tipo de atividade econômica muito intensiva em capital fixo. Seu impacto na extensão do mercado interno é muito baixo. No entanto, na recessão de 1974/75 o

cartel multiestatal do petróleo conseguiu manter uma economia relativamente estável em suas próprias nações, ao contrário dos demais países do "Terceiro Mundo", que mergulharam em profunda crise. Esta manutenção se deveu fundamentalmente à diminuição da produção do petróleo para a manutenção do preço internacional; o volume da produção foi controlado de perto pela OPEP. Apesar da diminuição da produção, estes países mantiveram uma renda nacional alta, que foi empregada nas importações. Essas grandes somas de capitais foram controladas estreitamente pelos governos dos Estados membros da OPEP.

A origem destes capitais excedentes é a exploração de petróleo mineral, fonte de energia, encontrado de forma bruta na natureza. Os proprietários destas jazidas são os Estados onde o mineral é encontrado: o que é pago ao dono da terra / jazida, não deixa de ser uma renda fundiária, nos termos definidos por Marx em *O Capital*: "O capitalista arrendatário paga ao proprietário das terras, ao dono do solo que explora, em prazos fixados, digamos, por ano, quantia contratualmente estipulada (como o prestatário do capital-dinheiro paga determinado juro) pelo consentimento de empregar seu capital nesse ramo especial de produção. Chama-se esta quantia de renda fundiária, e tanto faz que seja paga por terra lavradia, ou por terreno de construção, mina, pesca, floresta, etc". Os exploradores diretos das minas de petróleo, na maioria dos casos, não eram os Estados proprietários, e sim as grandes companhias multinacionais exploradoras de petróleo, que tinham sua tecnologia contratada pelos Estados membros da OPEP, ou a eles pagavam renda pela exploração das jazidas. A mudança na relação do capital com a propriedade agrária em nível internacional pode ser a explicação para a crise do petróleo de 1973.

Nas esferas de produção que dependem diretamente da natureza, a lei do valor (*o valor da mercadoria equivale ao tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção*) atua de maneira modificada. Na produção capitalista de mercadorias o aumento da produtividade do trabalho pode fazer os preços baixarem através da concorrência. Nos ramos da produção que dependem diretamente da natureza, a lei atua modificada já que aqueles dependem mais das condições naturais que da atividade do homem. Na esfera da produção energética as principais mercadorias são o petróleo e o carvão. A produtividade do trabalho na extração do petróleo é maior do que na extração do carvão, cujas minas são cada vez mais difíceis de explorar. Sendo menos rentável, o carvão deveria ser eliminado, pela concorrência do petróleo, o que não ocorreu. Historicamente a produção de carvão é anterior à do petróleo, e a tecnologia utilizada em sua exploração é mais simples. Contudo, os EUA passaram a extrair petróleo a um preço individual de produção mais baixo que o carvão e, com a crescente necessidade de energia, buscaram-se novas fontes, descobrindo-se as enormes reservas da Venezuela e do Oriente Médio, que tinham condições naturais muito melhores que as dos EUA. Na deácada de 1960 a produção de petróleo superou a de carvão.

De forma geral, o carvão deveria ser totalmente suprimido pelo petróleo. Isto não ocorreu, em primeiro lugar, porque no setor de energia a produtividade do trabalho mais elevada não pode ser generalizada, isto devido ao fato de estar ligada a uma base natural, que são os poços, e estes não se reproduzem à vontade. Em segundo lugar devido a que os EUA, Alemanha, Grã-Bretanha e França, protegem suas fontes naturais de energia intervindo no processo de formação do valor. Estes países adotaram medidas para evitar a dependência do petróleo importado, como a restrição das importações, a subvenção à produção nacional e a introdução de impostos à importação, que foram incorporados ao preço do petróleo importado. Assim sendo, o preço se forma a partir da fonte menos rentável, que é o carvão europeu, de forma que sua exploração proporcione lucro. A fonte mais rentável, que é o petróleo médio- oriental, não chega ao mercado consumidor pelo seu verdadeiro valor devido aos acréscimos que sofre com a carga de impostos. O petróleo dos EUA, por sua vez, atinge um lucro médio maior do que o carvão europeu. Não eram os países produtores os que mais ganhavam com a produção de petróleo.

Vejamos algumas interpretações a respeito da origem dessa crise, que fazem parte da controvérsia a respeito da autonomia ou da dependência dos Estados da OPEP em relação aos países "desenvolvidos". A primeira apresenta os estados da OPEP como cumprindo ordens sob a tutela direta do imperialismo norte-americano, contra seus concorrentes (europeu e japonês). Segundo esta interpretação, os EUA teriam sido responsáveis pelo aumento do preço do barril de petróleo em 1973, e pela crise econômica mundial decorrente. Através das classes dominantes dos principais Estados petroleiros, que estariam sob as ordens das sociedades multinacionais e dos EUA, a fim de serem beneficiadas pelas instituições públicas e privadas daquele país. Mas os EUA não teriam nenhum interesse em agravar uma crise do sistema monetário que já estava presente desde o início da década de 1970, com a desmonetização do dólar.

A segunda interpretação partiu do princípio de uma completa autonomia dos países árabes em relação ao capitalismo internacional, e identifica o aumento do preço do petróleo, e a mudança da relação com o capital internacional como um combate antiimperialista, parte de uma luta dos povos do "Terceiro Mundo" por sua independência política e econômica, explicação que ignora as relações de classe nesses países. Ernest Mandel chegou a teorizar "o surgimento de um novo capital financeiro autônomo, árabe ou iraniano, considerada a enorme e rápida acumulação de capitais nas mãos das classes possuidoras desses países, como produto da alta dos preços do petróleo". O exemplo escolhido foram os programas de investimento nos países produtores: US$ 60 bilhões na Arábia Saudita (em cinco anos); Argélia US$ 22 bilhões em quatro anos; Kuwait, US$ 4 bilhões em apenas um ano, além das compras, pelas famílias ou burocracias governantes nesses países, de pacotes acionários de empresas multinacionais, europeias e norte-americanas. Mandel não esquecia de pontuar que "a afirmação de que as massas árabes aproveitariam em seu conjunto da alta dos preços só é verdade em casos excepcionais e marginais, em países com uma densidade populacional muito baixa, como Kuwait".

O militante árabe S. Jaber (?) criticou Mandel, negando a "autonomia" da acumulação capitalista dos países produtores de petróleo: "Às condições tipicamente coloniais nas quais se desenvolvia até agora a produção de petróleo foram substituídas por relações de tipo neocolonial", sem independência tecnológica, econômco-financeira, política e, finalmente, militar, daqueles países. "Os países que promoveram nacionalizações petroleiras são precisamente os quatro cujas necessidades financeiras são maiores; Argélia as iniciou em 1970, depois foi a Líbia e depois ainda O Iraque e O Irã", mas o capital dos países produtores continuava sendo "parasitário e rentista". Mandel, segundo Jaber, deturpava a teoria marxista do imperialismo ao propor uma nova categoria de países, "autônomos", mas não imperialistas, criando um novo "mito" e confundindo autonomia com "novas formas de dependência".[461]

A disputa internacional em torno do preço do petróleo foi uma luta *pela apropriação da renda diferencial* (aquela originada nas diferenças naturais de fertilidade, ou riqueza, do meio natural). Comportou também uma disputa inter-monopolista: em escala mundial, a "fatura petroleira" devia ser paga, em primeiro lugar, pelos paises e empresas grandes consumidoras de energia que dependiam das importações (a maioria dos paises europeus e o Japão), o que fortalecia à burguesia norte-americana diante deles e, dentro dos EUA, pelo setor empresarial que se encontrava na mesma situação. O "choque do petróleo" inscreveu-se, portanto, dentro do acirramento das disputas entre os monopólios e os paises capitalistas centrais, provocado, porém, por uma crise pré-existente.

As grandes refinadoras e distribuidoras de petróleo (as "sete irmãs") foram, em graus diversos, as máximas beneficiadas pelo aumento da "fatura petroleira". A interpretação que parece

[461] Ernest Mandel e S. Jaber. *Capital Financiero y Petrodólares: Acerca de la Última Fase del Imperialismo.* Barcelona, Anagrama, 1976.

mais correta é que os estados da OPEP, possuindo certa autonomia frente aos países desenvolvidos, devido à propriedade dos poços de petróleo, eram também dependentes deles, pois não possuiam autonomia tecnológica, nem financeira. Tem sua riqueza na propriedade dos poços de petróleo, mas devem vender a energia, como paises dependentes do mercado internacional. A explicação da crise econômica mundial pela "crise do petróleo" foi uma tentativa ideológica de ocultar as verdadeiras raízes daquela crise, situadas nas leis da acumulação capitalista operando em escala mundial.

As taxas de dois dígitos de crescimento econômico real que o Japão manteve durante os anos 1960 e o início da década de 1970 terminaram com a primeira crise do petróleo em 1973-74, que tornou comuns taxas de crescimento de menos de 4%. A indústria japonesa, que enfrentou aumentos dramáticos tanto nos custos de energia como nos de mão de obra resultantes das crises do petróleo, fez esforços para reduzir suas necessidades de energia e mão de obra e para introduzir novas tecnologias. Usualmente, identificou-se a crise de 1973-1974 com a gestão conservadora dos governos da OCDE para superá-la. A diminuição da produção e a continuidade do desemprego e da inflação resultaram das políticas econômicas governamentais e ajudaram os países ricos a superarem a crise (sob a ótica dos interesses das classes dominantes). As medidas tomadas foram, dentre várias: 1. Controle da dívida pública; 2. Correção da taxa de câmbio; 3. Controle do balanço de pagamentos; 4. Controle dos níveis de preços e salários.

O choque petroleiro, além do mais, só ocorreu após a aprovação de dois grandes aliados dos Estados Unidos no Oriente Médio: Arábia Saudita e Irã. A partir do superávit de capital, os países produtores de petróleo ampliaram suas despesas, principalmente com a importação de produtos vindos dos países desenvolvidos. Parte deste capital foi depositado em bancos estadunidenses e alemães, que passaram a dispor de capital excedente, pressionando os países que estavam sofrendo com a crise para que estes contraíssem dívidas em elevadas cifras, com juros flutuantes. O mecanismo da "crise da dívida" estava lançado. Para Étienne Laurent (François Chesnais) e Michel Dauberny, a amplitude da queda da produção industrial em 1974-1975, e o relançamento da inflação, demonstravam a beira do precipício em que se encontrava a economia imperialista (a OCDE se limitava a dizer que a recessão era "a mais profunda conhecida desde os anos 1930"), numa economia que funcionava sobre a base de uma injeção continua de créditos associados às despesas parasitárias dos estados, em primeiro lugar as despesas com armamentos.

As causas imediatas da baixa brutal da produção se encontrariam na explosão inflacionária a partir do segundo semestre de 1972: "A inflação é a forma mais fácil da burguesia combater os efeitos das contradições mais profundas do modo de produção capitalista". O expansionismo militar dos EUA, acompanhado da corrida espacial, produziu uma violenta inflação através do estouro dos déficits dos EUA. A crise do petróleo fora, por outro lado, uma expressão da concorrência interimperialista e não poderia, portanto, ser responsabilizada pela inflação galopante de 1973 e muito menos pela crise e decréscimo da produção industrial. .

A queda da produção industrial veio acompanhada de um recuo no volume de trocas comerciais, avaliada em 7% no ano de 1975. No curso da recessão de 1974-1975, o número de falências nas empresas comerciais e industriais aumentou em mais de 30% nos EUA e em mais de 60% na Grã-Bretanha. Na França, o número de falências, de uma média anual de 10 mil no período de 1968-1973, subiu para 15 mil em 1975, com grande aumento do desemprego, particularmente nos anos 1975-1976: havia um "processo de desmembramento do mercado mundial". Os surtos de recuperação econômica alcançados pela Alemanha e Japão após a Segunda Guerra Mundial, usados como exemplos de capacidade de recuperação da economia capitalista, entravam em crise ainda mais aguda em função de sua submissão aos EUA. Avaliações unilaterais deixavam escapar o conjunto da crise, realçando a falência das construções teóricas que se baseavam no milagre alemão e japonês.

A queda da produção industrial de 1973 foi anunciada por uma queda nas ações das bolsas de valores. Mas o fenômeno mais importante foi marcado pelas primeiras iniciativas dos governos para conter a crise: uma retomada dos impulsos inflacionários alimentados pelos gigantescos déficits orçamentários dos principais países industriais, com de créditos injetados no circuito econômico para impedir seu colapso. Sem esses créditos, falências em cascata aconteceriam. A intervenção dos bancos centrais e dos governos para salvar do perigo os grandes trustes e corporações, realçavam que as raízes da crise da produção de 1974-1975 não haviam sido eliminadas, pelo contrário, se elevariam ainda mais. Contrariando Ernest Mandel a respeito do significado da crise de 1974-1975, Laurent e Dauberny não concordaram em que a "função histórica" dessa recessão fora terminar com o sistema de pleno emprego, e criar um sistema de desemprego massivo e permanente. Essa seria uma avaliação unilateral e limitada, que não levava em consideração o estágio imperialista do capitalismo, o fato de que milhões de trabalhadores viviam nos países semi-coloniais e próximos aos grandes centros imperialistas, o que já garantia há muito tempo uma pressão gigantesca sobre os trabalhadores dos países industrializados.

Mas mais do que isso, o desemprego de milhões de trabalhadores significava para o capital uma renúncia a colocar em movimento uma força de trabalho que poderia produzir mais-valia. Só o caráter crescentemente especulativo da economia explicaria esta tendência contraditória. A recuperação da rentabilidade dos capitalistas, a contenção da queda das taxas de lucro, se produzia em níveis inferiores aos de 1966, não apenas pelas repercussões da inflação, mas por uma situação de grande desproporção entre a remuneração dos investimentos especulativos em oposição aos investimentos produtivos. A crise de 1974-1975, portanto, não era uma crise clássica de superprodução: o capitalismo sobrevivia só ao custo da destruição crescente de forças produtivas.[462]

Isto era confirmado pela nova evolução das economias "petroleiras". O que fazia o Irã com a sua nova e fabulosa renda petroleira? Em 1973, véspera do "choque", a essa renda ascendia a 3,5 bilhões de dólares. Em 1974, logo depois do choque, o montante ascendia até... 18 bilhões de dólares. Em 1977, atingiria 30 bilhões de dólares, quase decuplicando o montante de quatro anos atrás. O dinheiro literalmente chovia sobre o Irã, isto é, sobre sua restrita classe dominante e, em especial, sobre a sua mais que restrita autocracia governante. Vozes de alarme começaram a se manifestar logo depois do "choque do petróleo". Em março de 1975, o jornalista do *New York Times* Charles Sulzberger denunciou que o Xá fechara um acordo comercial no valor de 15 bilhões de dólares com os Estados Unidos, para ser cumprido em cinco anos. Parte do acordo seria cumprida com a entrega de oito reatores atômicos norte-americanos, que ficariam sob sua vigilância para não serem convertidos para fins militares.

Bernard Weintraub, no mesmo *New York Times*, denunciou o Xá como "a figura central do golpe" que levou à quadruplicação dos preços do petróleo, e à militarização do Golfo Pérsico. Em 1976, o que eram tímidas informações atribuídas a "esquerdistas radicais", transformou-se em denúncia da Comissão Internacional de Juristas: o Irã não está se armando apenas para se defender de inimigos externos; os opositores internos estão sendo caçados e torturados pela *Savak*, a polícia secreta da monarquia. Pela primeira vez, levantaram-se objeções nos EUA, quando o Irã pediu que lhe vendessem sete Boeings 707 equipados com radar avançado e outros dispositivos eletrônicos que, conjugados com os radares de terra, eram capazes de detectar aviões inimigos, rastrear e guiar aviões de defesa. Perguntaram alguns especialistas se não havia perigo de que o equipamento avançadíssimo viesse a cair em mãos da URSS. Mas o Irã (o Xá) conseguiu, ainda uma vez, o que queria.

---

[462] Ernest Mandel. *La Crise*. Paris, Flammarion, 1985; Étienne Laurent e Michel Dauberny. L'or et la marche à la dislocation du marché mondial. *La Vérité* nº 590-591, Paris, fevereiro-abril de 1980.

Ao terminar o conflito bélico de 1973 no Oriente Médio, o balanço político regional era novamente positivo para Israel. No início da guerra desse ano, os países árabes estavam em vantagem militar, mas a imediata ajuda norte-americana ao Estado sionista mudou os rumos da guerra, e Israel manteve o domínio sobre as áreas ocupadas previamente. A guerra teve implicações profundas: o mundo árabe, que havia sido humilhado pela derrota da aliança egípcio-sírio-jordaniana durante a Guerra dos Seis Dias, se sentiu vingado por seu breve momento de vitórias no início do conflito de Yom Kippur. Esse sentimento pavimentou o caminho para o processo que levou a relações diplomáticas normalizadas entre Egito e Israel, sendo a primeira vez que um país árabe reconheceu o Estado sionista.

O Egito, que já vinha se afastando da União Soviética, abandonou a esfera de influência soviética completamente, impondo uma derrota diplomática estratégica ao Kremlin. No ano seguinte, em 1974, Yasser Arafat foi, pela primeira vez, recebido na tribuna principal da ONU, formalizando, assim, a representação política internacional reconhecida do povo palestino. A partir dai, foram baixadas pela ONU numerosas resoluções conclamando à paz, ao retorno dos refugiados às suas casas, à retirada dos israelenses dos territórios ocupados e ao estabelecimento de fronteiras permanentes; nenhuma delas foi acatada por Israel. A "frente unida árabe" também se deteriorou rapidamente. O presidente norte-americano Richard Nixon autorizou a continuidade da guerra dos curdos soranis iraquianos contra o governo nacionalista de Bagdá, iniciada em 1961, quando os latifundiários soranis pegaram em armas contra a reforma agrária empreendida pelo o coronel Abdul Karim Kassem. Irã e Israel, com o auxílio extra da Inglaterra (a partir de 1972), forneceram armas, dinheiro e treinamento aos soranis, com o beneplácito dos EUA.

As relações entre os governos da Líbia e do Egito, por sua vez, estavam se deteriorando desde a guerra do Yom Kippur devido à oposição da Líbia à "política de paz" de Anwar El-Sadat, bem como pelo colapso das negociações de unificação entre os dois governos. Além disso, o governo egípcio havia rompido seus laços militares com Moscou, enquanto o governo da Líbia continuava com a cooperação militar com a URSS. O governo egípcio também deu apoio aos oficiais líbios Abd al Munim al Huni e Omar Muhayshi, que tentaram sem sucesso derrubar Muhammar Khaddafi em 1975, e permitiu que residissem no Egito. Em 1976, as relações atingiram um refluxo, com o governo egípcio alegando ter descoberto uma conspiração da Líbia para derrubá-lo. Em 26 de janeiro de 1976, o vice-presidente egípcio, Hosni Mubarak, indicou em conversa com o embaixador dos Estados Unidos, Hermann Eilts, que o governo egípcio explorava problemas internos na Líbia contra o governo de Khaddafi.

1977: enforcamentos públicos na Líbia

Em julho desse ano, o governo líbio fez ameaça pública de romper relações diplomáticas com El Cairo se as ações subversivas do Egito continuassem. Em 8 de agosto, uma explosão ocorrida

no banheiro de um escritório do governo egípcio na Praça Tahrir, em El Cairo, feriu 14 pessoas; o governo egípcio culpou agentes líbios e também afirmou ter detido dois cidadãos egípcios treinados pela inteligência da Líbia para efetuar sabotagens no Egito. Em contrapartida, o governo da Líbia afirmou ter descoberto uma rede de espionagem egípcia no país. Os EUA viram esta tensão um sinal das intenções da Líbia de ir à guerra contra o Egito para provocar a queda de Sadat. O governo do Egito foi concentrando tropas na fronteira da Líbia. Contava com o apoio do governo dos EUA: foi prometido por Washington que nenhum movimento nas relações EUA-Líbia seria feito sem consultar previamente El Cairo.

As tensões entre os dois países aumentaram durante abril e maio de 1977, quando manifestantes em ambos os países atacaram as embaixadas respectivas. Em junho de 1977, Khaddafi ordenou que 225 mil egípcios que trabalhavam e residiam na Líbia abandonassem o país até 1° de julho, ou seriam presos. No mesmo mês, milhares de manifestantes líbios começaram a "marchar sobre El Cairo", dirigindo-se em direção à fronteira egípcia. Em 20 de julho, após a marcha de protesto ter sido detida por guardas de fronteira egípcios, unidades de artilharia da Líbia dispararam contra o Egito em Sallum. O Mossad (serviço de inteligência israelense) entregou informação ao governo egípcio acerca de uma conspiração da Líbia para assassinar Sadat.

Sadat enviou três divisões pesadamente armadas para a fronteira com a Líbia, que rapidamente derrotaram as brigadas de Khaddafi, destruindo a maior parte de seus equipamentos. As forças egípcias invadiram a fronteira da Líbia e capturaram algumas cidades importantes. Na operação, a Força Aérea Egípcia bombardeou quase todas as cidades do país. Os estados árabes pediram para Sadat não lançar uma invasão em grande escala à Líbia (que Sadat e seus generais supostamente planejavam fazer em 26 de julho). A mediação do presidente da Argélia, Houari Boumediènne, e do líder da Organização para Libertação da Palestina, Yasser Arafat, finalmente levou a um cessar-fogo.

Pressionado internacionalmente, Sadat deu instruções às suas forças para interromper todos os ataques de 24 de julho de 1977; os dois países concordaram com um armistício. O exército egípcio retirou-se do território líbio que havia ocupado. Após quatro dias de combates, as baixas egípcias chegaram a 100, mortos ou feridos; as vítimas líbias, 400 mortos ou feridos. No mesmo momento, na frente interna, a situação de Sadat se complicava. Em 1974 haviam sido reprimidas com violência mobilizações de estudantes e trabalhadores. E, em 1977, em pleno conflito contra a Líbia, um levantamento popular contra o aumento do preço do pão quase derrubou o governo de Sadat. Foi condicionado por esse quadro que Sadat adotou uma iniciativa estratégica que marcou o novo rumo de seu governo. Embora os combates tivessem acabado, o racha entre os países árabes permaneceu.

Em agosto de 1977, um acordo de troca de prisioneiros de guerra levou a um relaxamento da tensão entre os dois países. E, apenas quatro meses depois do fim das hostilidades, em 19 de novembro de 1977, Anwar El-Sadat tornou-se o primeiro líder árabe a visitar oficialmente Israel, quando se encontrou com o primeiro-ministro israelense Menachem Begin e falou perante a *Knesset* (parlamento israelense), em Jerusalém. Fez a visita a convite de Begin, na tentativa de obter um acordo de paz permanente, provocando uma vasta reação de repúdio no mundo árabe. Eram tempos de *détente* mundial, o quadro político no qual os Estados Unidos e União Soviética passaram a buscar a “pacificação” do Oriente Médio, e em outras áreas conflitivas, sobre a base das fronteiras e equilíbrios políticos estabelecidos depois da Segunda Guerra Mundial. Antes dessa nova fase política se iniciar, porém, todas as contradições políticas e bélicas regionais tornaram a explodir, novamente, no Líbano.

DA GUERRA CIVIL LIBANESA À INTIFADA PALESTINA, COM ESCALA EM CAMP DAVID

Menos de duas décadas depois do compromisso político que deu fim à guerra civil de 1958, o Líbano foi novamente teatro de um conflito bélico interno, bem mais sangrento do que o precedente. A nova guerra civil teve quatro etapas: de 1975 a 1977, com enfrentamentos e massacres entre as comunidades religiosas, e uma intervenção militar síria por petição do parlamento libanês; entre 1977 e 1982, etapa caracterizada pela intervenção militar israelense no sul do país mediante a "Operação Litani"; de 1982 a 1984, com a invasão do país por parte de Israel, a tomada de Beirute e a intervenção das Nações Unidas; e entre 1984 e 1990, com combates internos generalizados. Com os Acordos de Taif, firmados na Arábia Saudita, deu-se fim (provisório) ao conflito. As alianças internas mudaram permanentemente: até o final da guerra, quase todos os partidos políticos libaneses tinham se aliado e, posteriormente, traído uns os outros pelo menos uma vez. A maior parte de Beirute foi deixada em ruínas, como resultado dos massacres realizados por milícias cristãs em 1976, dos bombardeios do exército sírio aos bairros cristãos em 1978 e 1981 e, por fim, da invasão israelense que expulsou a OLP do território libanês, em 1982.

O afluxo de refugiados palestinos ao Líbano entre 1948 e 1970 (a população palestina no Líbano era estimada em cerca de 150 mil pessoas), a fundação da OLP em 1965, a expulsão de todos os movimentos armados de resistência palestina da Síria, da Jordânia e do Egito, o crescimento da resistência palestina, abalaram o equilíbrio entre as comunidades libanesas. Após sua sangrenta expulsão da Jordânia, comandada pelo rei Hussein no "Setembro Negro", a OLP e todos seus movimentos afiliados mudaram-se para Beirute e o sul do Líbano. A comunidade muçulmana no Líbano viu de cara nos movimentos palestinos (em sua grande maioria sunita) uma oportunidade para renegar o Pacto Nacional de 1943, através da utilização dos palestinos como arma política para pressionar para a revogação desse acordo, que estabelecia a divisão de poder entre as três maiores comunidades, com os cargos de presidente para os cristãos maronitas, de primeiro-ministro para os sunitas e o de presidente do Parlamento para os xiitas. As forças muçulmanas se juntaram na "Frente de Partidos Progressistas" e nas "Forças Nacionais" em 1969.

A coligação oposicionista, o Movimento Nacional Libanês, pediu a realização de um novo recenseamento (o último havia sido realizado em 1932) e a subsequente elaboração de uma nova estrutura governamental que refletisse as mudanças ocorridas na composição populacional. A comunidade cristã (especialmente a maronita), obviamente, desejava manter sua dominação. Iniciou-se a formação de milícias irregulares de cada setor, que chegaram a ser mais numerosas que o exército convencional. A capacidade do governo para manter a ordem também foi limitada pela natureza do exército libanês, um dos menores no Médio Oriente e composto a partir da proporção fixa de religiões baseada no censo demográfico de 1932. Os cristãos dominavam o governo e os principais postos militares. A desintegração do exército libanês teve início com desertores muçulmanos que declararam não obedecer as ordens dos generais maronitas.

Na medida em que a guerra se arrastou, as milícias libanesas se assemelharam cada vez mais a organizações mafiosas, que faziam do crime sua principal atividade. Durante a guerra civil, o Líbano se transformou em um dos maiores produtores mundiais de narcóticos, com destaque para a produção de haxixe no vale do Beka'a. Outros artigos mais foram contrabandeados, incluídas armas e suprimentos, todo tipo de bens roubados, em paralelo com a manutenção do comércio regular - com ou sem guerra, o Líbano não renunciou ao seu papel de intermediário comercial entre o Ocidente e Oriente. As milícias cristãs adquiriram armas junto a Romênia, Bulgária, Alemanha Ocidental, Bélgica e Israel, e recebiam apoio expressivo da grande maioria da população cristã radicada no norte do país. Em geral, eram grupos de direita

e de extrema direita. As principais milícias cristãs eram dominadas pelos maronitas; outras correntes cristãs desempenharam um papel secundário.

A mais poderosa das milícias libanesas era a Falange, sob a liderança de Bachir Gemayel, que passou a colaborar com as forças oficiais libanesas em 1977. Inicialmente, muitos xiitas reuniram-se nas organizações laicas palestinas e no Partido Comunista Libanês, mas, após o "Setembro Negro" jordaniano de 1970, houve também um afluxo de palestinos para áreas xiitas. Os movimentos palestinos seculares atraíam os jovens mais pobres e a mais oprimida comunidade do Líbano. O movimento xiita *Amal* surgiu em 1974, e atraiu as classes baixas urbanas; houve depois uma cisão no grupo com a saída de sua facção mais dura, que se juntou aos grupos xiitas que lutavam diretamente contra Israel para formar o *Hezbollah* (Partido de Deus). Algumas facções sunitas, incluída a *Tawhid*, por sua vez, receberam apoio da Líbia e do Iraque, defendendo bandeiras nacionalistas, pan-arabistas, nasseristas e até islâmicas.

Sob a liderança da família Jumblatt, primeiro com Kamal Jumblatt (líder do Movimento Nacional Libanês) e depois com seu filho Walid, o Partido Socialista Progressista (PSP) construiu milícias drusas, construindo laços estreitos com a União Soviética, com Israel, e com a Síria após a retirada israelense para o sul do país. Também agiam politicamente o Partido Comunista Libanês (PCL) e a Organização para Ação Comunista (OAC). O Partido Social Nacionalista Sírio (PNSS) promoveu o conceito da "Grande Síria", em contraste com o pan-arabismo e com o nacionalismo libanês. Duas facções rivais do Partido Baath também estiveram envolvidas nas fases iniciais da guerra: uma nacionalista, pró-iraquiana, e uma marxista, "pró-síria".

As lideranças sunitas apoiaram na guerra à OLP de Yasser Arafat - dominada por palestinos sunitas; seu líder, no entanto, revelava-se incapaz de controlar suas frações internas. A principal corrente da OLP era *Al Fatah*, mas existam outras, bem mais radicais e de esquerda; e os partidos baathistas da Síria e do Iraque também criaram organizações dentro da OLP. O governo sírio contava com as brigadas sírias do Exército de Libertação da Palestina (ELP). O "Programa dos Dez Pontos", que propunha a criação de um Estado binacional secular e democrático, postulado por Yasser Arafat no Conselho Nacional Palestino, motivou acusações de traição; parte das facções linha dura e anti-Israel da OLP simplesmente sairam da organização. Os palestinos estava integrados na luta de classes libanesa: em janeiro de 1975, os compatentes da OLP intervieram em defesa da greve dos pescadores de Sidon, contra a tentativa de repressão do exército libanês, que tiveram de recuar, deixando dez mortos no campo do enfrentamento. As Falanges cristãs libanesas exigiram o uso de medidas forte contra a OLP.

O governo libanês, na sua última tentativa de recuperar o controle do país, concordou com que os ataques da OLP contra Israel fossem realizados em coordenação com o exército libanês. À OLP foi concedido total controle sobre os campos de refugiados; o sul do Líbano ficou sob o seu efetivo controle. A organização palestina iniciou a construção de um "Estado dentro do Estado" nessa região, criando uma base segura para estabelecer um quartel-general entre o Vale do Beka'a e o oeste de Beirute. Gradualmente, as autoridades libanesas foram se tornando irrelevantes no que já era denominado "Fatahlândia". Yasser Arafat relutava em se posicionar no conflito libanês, temendo que a guerra colocasse o movimento palestino num atoleiro dentro do Líbano e afastasse potenciais aliados cristãos e estrangeiros.

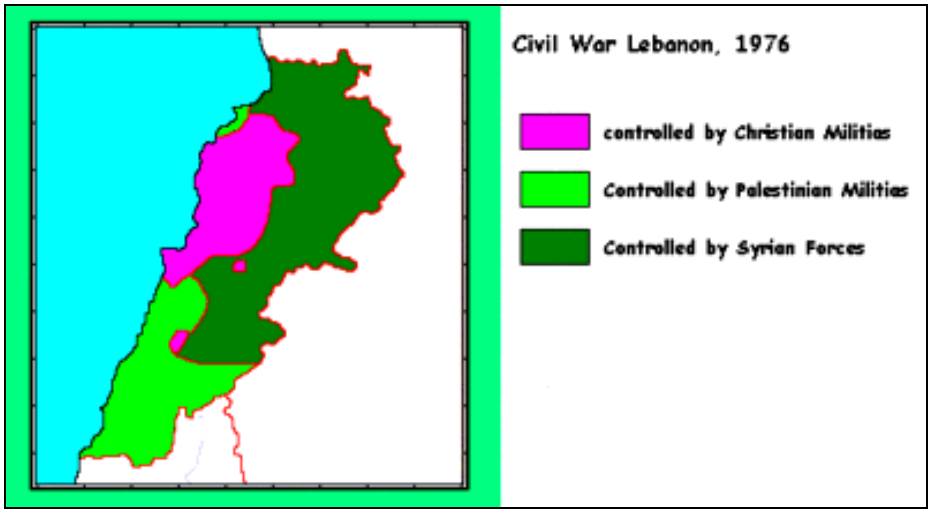
Beirute destruída

Durante a primavera de 1975 os confrontos foram aumentando em direção a um conflito total, com o MNL lutando contra a Falange, e um governo nacional cada vez mais fraco e oscilante. A 13 de abril de 1975, pistoleiros dispararam contra uma igreja cristã em Ayin-el-Remmaneh, subúrbio a leste de Beirute, matando quatro pessoas, incluindo dois maronitas falangistas. Horas mais tarde, falangistas liderados por partidários da família Gemayel mataram trinta militantes palestinos que trafegavam rumo ao campo de refugiados de Tel al-Zaatar. Em dezembro desse ano, mais de cinquenta pessoas foram assassinadas em bombardeios aéreos realizados por Israel. Campos de refugiados palestinos e aldeias foram varridos pelos aviões de guerra israelenses. Os ataques não tiveram por motivo qualquer provocação por parte da OLP.

Em 6 de dezembro de 1975, os assassinatos de quatro membros das Falanges levaram seus líderes a desencadear uma furiosa reação que ficou conhecida como o "Sábado Negro". Os corpos de quatro falangistas foram encontrados em um carro abandonado. As Falanges criaram então barreiras em toda Beirute onde inspecionavam os cartões de filiação religiosa dos que passavam. Muitos muçulmanos e palestinos que passaram foram mortos imediatamente. Adicionalmente, os falangistas fizeram reféns e atacaram muçulmanos no leste de Beirute. Milícias muçulmanas e palestinas retaliaram, aumentando o número de mortos para 600 - entre civis e milicianos. A partir daí, os combates entre as milícias se intensificaram.

A população civil foi um alvo fácil. Em 18 de janeiro de 1976, cerca de mil pessoas foram mortas pelas forças cristãs no "massacre de Karantina", imediatamente seguido por uma retaliação de milícias palestinas em Damour. Esses dois massacres levaram a um êxodo de muçulmanos e cristãos. As pessoas, aterrorizadas, procuravam chegar às áreas sob o controle

de seu grupo étnico ou religioso. Beirute foi cada vez mais se transformando em duas: cidades diferenciadas uma Beirute cristã e outra muçulmana. Em junho de 1976, com combates ao longo de todo o país e os maronitas à beira da derrota, o presidente Suleiman Frangieh apelou para a intervenção da Síria, alegando que o porto de Beirute seria fechado. O governo da Síria respondeu com o fim de sua aliança com os palestinos e começou a colaborar com o governo dominado pelos maronitas. Isto colocou do mesmo lado Síria e Israel, que já vinha auxiliando as forças maronitas com armas, tanques e conselheiros militares. O massacre abria seu caminho.



Síria tinha seus próprios interesses políticos e territoriais no Líbano; suas tropas entraram no país, ocupando Trípoli e o Vale do Beka'a, e removendo os milicianos palestinos e do MNL. Com Damasco lhes fornecendo armas, as forças cristãs conseguiram abrir caminho nas defesas do campo de refugiados de Tel al-Zaatar, no leste de Beirute. Desta invasão resultou um novo massacre na cidade, que vitimou ao menos dois mil palestinos e provocou fortes críticas à Síria no mundo árabe. Em 19 de outubro de 1976 ocorreu a Batalha de Aishiya, quando uma força combinada da OLP e de uma milícia comunista atacou essa aldeia cristã isolada em uma zona maioritariamente muçulmana. O corpo de artilharia das Forças de Defesa de Israel disparou 24 bombas, repelindo a primeira tentativa dos guerrilheiros. No entanto, a OLP e os milicianos comunistas retornaram à noite, quando a baixa visibilidade fez a artilharia israelense muito menos eficaz. A população cristã da aldeia fugiu e só regressou em 1982.

Síria aceitou uma proposta de uma cúpula da Liga Árabe em Riad, que lhe deu mandato para manter 40 mil soldados no Líbano dentro das forças de dissuasão árabes (FDA) designadas para restabelecer a paz. Síria foi finalmente deixada com o controle exclusivo dessas forças e a guerra foi oficialmente encerrada. No sul, contudo, o clima começou a se deteriorar como consequência do gradual regresso dos combatentes da OLP, que tinham sido obrigados a desocupar a região central libanesa sob os termos dos acordos de Riad. O Líbano era efetivamente uma nação dividida. O sul e a metade ocidental de Beirute tornaram-se bases para a OLP e para milícias muçulmanas, enquanto que os cristãos controlavam o leste de Beirute e o Monte Líbano. Os sírios cuidavam do restante do país.

A principal linha de confrontação na dividida Beirute ficou conhecida como "Linha Verde". Em Beirute oriental, em 1977, o Partido Nacional Liberal (PNL), o Partido *Kataeb* (falangista) e o Partido da Renovação Libanesa criaram na Frente Libanesa para fazer frente ao Movimento Nacional Libanês. Suas respectivas milícias - os Tigres, as Falanges Libanesas e os Guardiões dos Cedros - formaram uma coalizão conhecida como "Forças Libanesas", dominadas pelo *Kataeb* e a Falange, sob a liderança de Bashir Gemayel. Em março de 1977, Kamal Jumblatt, líder do Movimento Nacional Libanês foi assassinado, e MNL se desintegrou. Comunistas, xiitas, sunitas, palestinos e drusos continuaram juntos por mais algum tempo, até se dividirem.

O líder sírio Hafez al-Assad explorava a divisão entre cristãos e muçulmanos. Em novembro de 1977, setenta civis foram mortos quando a cidade libanesa de Nabatiye ficou sob o fogo israelense - de novo sem qualquer provocação prévia - sendo severamente atacada pelas baterias israelenses em ambos os lados da fronteira. Em 1978, com a invasão de Israel, a população de Nabatiye foi reduzida dos antigos 60.000 para 5.000 pessoas, e os remanescentes fugiram com medo das bombas israelenses. Tais acontecimentos contaram com a aprovação e apoio dos países ocidentais, principalmente dos Estados Unidos. A onda de ataques da OLP contra Israel desde o sul do Líbano, entre 1977 e 1978, levou a uma escalada das tensões. Em 11 de março de 1978, onze combatentes do *Fatah* desembarcaram em uma praia ao norte de Israel e sequestraram dois ônibus de passageiros na estrada Haifa - Tel-Aviv, atirando nos veículos de passagem. Os palestinos mataram 37 e feriram 76 israelenses antes de serem mortos em um confronto com as forças policiais israelenses.

Em resposta, tropas de Israel invadiram o Líbano três dias depois, em 14 de março, na que ficou conhecida como *Operação Litani* – a primeira ofensiva de grande envergadura efetuada por suas Forças de Defesa na guerra civil no país vizinho. O exército israelense ocupou a maior parte da área ao sul do rio Litani, com um exército de 20 mil soldados. A consequência imediata da invasão foi a morte de numerosos civis libaneses e palestinos, e o deslocamento de centenas de milhares de pessoas para o norte do país. Um acontecimento destacado foi o massacre dos habitantes remanescentes da cidade libanesa de Khiam, promovido pelo major Haddad, da milícia libanesa pró-israelense, que controlava a região sul do Líbano. Graças ao bombardeio israelense de anos anteriores, a população da cidade já tinha sido reduzida de 30.000 para... 32. A população restante foi massacrada por agentes de Haddad; Khiam foi escolhida como sede de seu campo de prisioneiros, Ansar I, cujas condições eram repugnantes, sendo sistemática a prática da tortura.

O Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, por meio da aprovação das Resoluções nº 425 e 426, pediu a imediata retirada das forças israelenses que ocupavam o território libanês e criou a Força Interina das Nações Unidas no Líbano (Unifil), encarregada da manutenção da paz na região. As forças israelenses retiraram-se da maior parte do território do Líbano ainda em 1978, mas mantiveram o controle do sul libanês, gerindo uma ampla "zona de segurança" de 12 milhas náuticas (19 quilômetros) ao longo da fronteira. Para manter essas posições, Israel criou o Exército do Sul do Líbano (ESL), uma milícia composta por cristãos e xiitas sob a liderança do major Saad Haddad. Além de armas e recursos, Israel forneceu ao ESL conselheiros: o primeiro-ministro Menachem Begin, do partido Likud, comparou a situação da minoria cristã no sul do Líbano (cerca de 5% da população no território controlado pelo ESL) com a situação dos judeus na Europa durante a Segunda Guerra Mundial. Sucederam-se violentos combates entre a OLP, Israel e o ESL. A organização palestina atacava posições dos milicianos aliados de Israel e disparava foguetes em direção ao norte israelense; as forças de Israel realizavam ataques aéreos contra posições da OLP no Líbano; os milicianos do ESL buscavam se consolidar na região fronteiriça.

Em agosto de 1979, o governo libanês relatou que quase mil civis tinham sido mortos nos ataques israelenses. A justificativa para a ocupação israelense do sul do Líbano era a manutenção de uma “Zona de Segurança” para a proteção da fronteira norte do Estado sionista. Mas a razão fundamental era que Israel queria assegurar-se o controle da água do rio Litani. A Comissão Econômica e Social da ONU para a Ásia Ocidental relatou que Israel começou a usar a água do Litani através de um túnel de onze milhas, assim como a das correntes do rio Wazzani. A ONU exigiu a retirada das forças israelenses e um sistema de fiscalização do processo.

Nesse contexto bélico no Oriente Médio, Egito e Israel assinaram finalmente um tratado de paz, do qual os Estados Unidos foram também signatários, que resultou na evacuação de alguns territórios egípcios ocupados e na abertura do Canal de Suez para os navios de Israel.

Mas o tratado nada fez para efetivar a retirada das forças de ocupação israelenses de Jerusalém oriental, da margem ocidental do rio Jordão e das colinas do Golã, na Síria, e, principalmente, deixou intocada a raiz do problema - a condição dos palestinos. Na verdade, o tratado resultou no recrudescimento da tensão no Oriente Médio, que se manifestou por um aumento da intransigência israelense nos territórios ocupados e no isolamento do Egito do restante do mundo árabe. Anwar El-Sadat encontrou-se com o primeiro-ministro israelense Menachem Begin em Camp David, Maryland, nos EUA, em setembro de 1978, sob a chancela do então presidente americano Jimmy Carter, e assinou o tratado de paz com Israel, o "Acordo de Camp David", pelo qual Sadat e Begin receberam o Prêmio Nobel da Paz.

Camp David 1979: Begin, Carter, Sadat

Graças ao tratado, Israel se fortaleceu na sua posição de não negociar a ocupação da Cisjordânia e da Faixa de Gaza em favor de um Estado palestino: o acordo de Camp David removia as possibilidades do Egito, maior potência militar árabe, de ser parte de uma eventual aliança militar contra o Estado sionista. Como parte do acordo, Israel comprometeu-se a retirar-se da península do Sinai, retornando a área inteira para o Egito em 1983. Os dois acordos de paz de Camp David, negociados na casa de campo do presidente dos Estados Unidos, formaram um pacto pelo qual Egito e Israel se comprometiam a negociar em boa fé e a assinar um tratado de paz definitivo.

O "Tratado de Paz Israelo-Egípcio" foi, de fato, celebrado em 26 de março de 1979, em Washington. O prévio *Framework for Peace in the Middle East* ("quadro para a paz no Oriente Médio") e também o *Framework for the Conclusion of a Peace Treaty between Egypt and Israel* ("quadro para a conclusão de um tratado de paz entre Egito e Israel") continham disposições sobre como encaminhar a questão palestina e sobre como negociar o tratado de paz israelo-egípcio (reconhecimento mútuo, desocupação da península do Sinai por Israel, limitações militares na fronteira comum, solução pacífica de controvérsias, extinção de boicotes econômicos, direitos de passagem).

Para o Egito, a paz com os israelenses significou seu isolamento da comunidade árabe e muçulmana (inclusive com a suspensão do país da Liga Árabe), que perdurou até o fim da década de 1980. Apenas a Jordânia seguiu o exemplo do Egito, celebrando um tratado de paz israelo-jordaniano em 1994. O Egito recuperou o Sinai, um território que equivalia a 90% do que Israel ocupara na Guerra dos Seis Dias. Para Anwar El-Sadat, a paz com Israel teve significado histórico, quase divino: "Aqueles entre nós que se sentem unidos nesta visão não podem negar a dimensão sagrada de nossa missão. O povo egípcio, com sua compreensão histórica e herança única, entendeu desde o início o valor e o significado deste empreendimento ousado", afirmou num discurso. Os estados árabes, no entanto, romperam relações com Egito e transferiram a sede da Liga Árabe para a Tunísia. A OLP rejeitou a ideia de

autonomia limitada e fragmentada proposta pelo acordo Israel-Egito, proposta que, quinze anos mais tarde, aceitaria em Oslo.

No mesmo ano de 1979, na sua frente política interna, Sadat transformou o partido de governo em Partido Nacional Democrático, PND, membro da Internacional Socialista. A virada política do regime egípcio era quase total. A classe rural fora a espinha dorsal do regime de Nasser. O líder nacionalista também implementara uma limitada industrialização estatal que deu origem a uma classe operária industrial e a uma importante classe média urbana, beneficiada pelas grandes obras de construção civil comissionadas pelo governo. Desde sua ascensão, diversamente, Anwar El Sadat levou o Egito numa nova direção, "abrindo" a economia e favorecendo uma nova classe social de empresários multimilionários, ávida por investimentos europeus e norte-americanos. Cansada das guerras infrutíferas entre árabes e israelenses, a opinião pública egípcia era simpática ao acordo de paz de 1978, que aparentemente encerrava o ciclo de guerras contra Israel. Isto pavimentou o caminho para o desenvolvimento da indústria turística do Egito e para o investimento ocidental nela, bem como para o começo da ajuda financeira dos Estados Unidos e Europa. O governo do Egito movia-se para direita.

Mas, enquanto as políticas redistribuitivistas de Nasser levaram à duplicação da renda média real no Egito entre 1960 a 1970, de 1970 em diante não houve desenvolvimento econômico substantivo no país. A crescente população aumentou sua concentração nas cidades, onde se ofereciam salários bem mais altos do que no campo, mesmo na economia informal. Cerca da metade dos egípcios viviam nas cidades, as vilas se tornaram subúrbios das metrópoles. A classe média rural, conquanto importante, não era mais um apoio de peso ao regime. As cidades egípcias, por sua vez, passaram a sofrer de alto desemprego e inflação. As propriedades imobiliárias urbanas foram apropriadas por uns poucos multimilionários. O número crescente de graduados do ensino médio e superior raramente achava emprego à altura de sua formação, ou não conseguia qualquer tipo de emprego. O Egito urbano passou a ter uma estrutura social marcadamente diferenciada entre ricos e pobres, com uma pequena classe média intermediária. O Estado passou a controlar mais ferreamente ainda os sindicatos, que poucas vezes conseguiam agir de modo independente.

O apoio egípcio à causa palestina foi se reduzindo a uma mera formalidade, e o regime acentuou suas características antidemocráticas e repressivas. A crise interna também se aprofundou. O país passou a viver sob o império de leis de emergência, com proibição de manifestações de rua, detenções arbitrárias legalizadas; os civis passaram a ser julgados por tribunais militares desde 1981. E, em julho de 1981, Israel continuou suas violações de cessar-fogo no Líbano, promovendo ataques a alvos civis libaneses, de acordo com a estratégia indicada por Moshe Dayan. A retaliação palestina veio e foi respondida por Israel com um pesado bombardeio que resultou no massacre de 450 árabes - principalmente de civis libaneses.

A OLP aderiu ao cessar-fogo de meados de 1981, enquanto Israel aumentava as flagrantes violações do acordo, atacando e matando civis, afundando barcos de pesca, violando o espaço aéreo libanês diversas vezes e realizando outras provocações para obter alguma resposta da OLP que pudesse ser usada como pretexto para novos ataques. Em janeiro de 1976, uma resolução do Conselho de Segurança da ONU, vetada pelos EUA, incorporava o texto de outra resolução (a 242, de 1967), pela qual as legítimas fronteiras da região seriam as anteriores à Guerra dos Seis Dias, modificando-as apenas para definir um Estado palestino numa área de apenas 22% da Palestina árabe anterior à partilha da região, em 1948. Essa resolução foi aceita e apoiada pela OLP, pela Europa e pela União Soviética e, de uma forma direta ou indireta, por todos os países do mundo, exceto Israel e os Estados Unidos.

E Anwar El-Sadat sequer chegou a ver completada a retirada das tropas israelenses do Sinai, pois em 6 de outubro de 1981, foi assassinado durante uma parada militar em El Cairo por membros da “Jihad Islâmica Egípcia” infiltrados no exército egípcio, que o acusavam de "haver traído o mundo árabe com o acordo de paz" e de caucionar a entrega da Faixa de Gaza para o Estado de Israel. A “morte anunciada” de Sadat evidenciou o retorno à cena política egípcia do islamismo político que o regime nacionalista combatera ferozmente. O falecido Sadat foi sucedido pelo seu vice-presidente, Hosni Mubarak. O destino da Faixa de Gaza ficou indefinido, à espera de uma solução para a “questão palestina”.

Assassinato de Sadat, durante parada militar em El Cairo

Ao mesmo tempo, no Líbano, Síria entrava em conflito com as Falanges Libanesas; em decorrência disso, os laços entre Israel e Bachir Gemayel reforçaram-se consideravelmente. Em abril de 1981, durante combates em Zahle, Gemayel pediu assistência israelense. O premiê iMenachem Begin respondeu enviando caças que abateram dois helicópteros sírios. Isto levou Síria a colocar mísseis terra-ar no contorno montanhoso de Zahle. Em 17 de julho de 1981, aeronaves israelenses bombardearam edifícios em Beirute, onde ficavam os escritórios de grupos associados à OLP. O representante libanês no Conselho de Segurança da ONU informou que 300 civis foram mortos e 800 feridos. O ataque aéreo israelense levou à condenação internacional e a um embargo temporário dos Estados Unidos sobre a exportação de aviões de guerra para Israel. Assim mesmo, em agosto, o primeiro-ministro israelense Menachem Begin foi reeleito e, em setembro, o premiê e seu ministro da Defesa Ariel Sharon começaram a estabelecer planos para uma segunda invasão ao Líbano com a finalidade de expulsar a OLP, destruir sua infraestrutura militar e a própria liderança da organização.

Ariel Sharon, além disso, desejava garantir a presidência do Líbano para Bashir Gemayel. Em troca da ajuda israelense esperava de Gemayel, uma vez instalado como presidente, a assinatura de um tratado de paz com Israel, estabilizadando para sempre sua fronteira norte. Begin levou o plano de Sharon ao Knesset em dezembro de 1981; depois de levantadas fortes objeções, o primeiro-ministro sentiu-se forçado a deixar o plano de lado. Sharon não desistiu: em janeiro de 1982, o ministro da Defesa reuniu-se com Bachir Gemayel em um navio israelense ao largo da costa do Líbano e discutiu um novo plano; em fevereiro, o chefe da inteligência militar israelense Yehoshua Seguy foi enviado a Washington para discutir a questão do Líbano com o secretário de Estado dos EUA, Alexander Haig. No encontro, Haig "sublinhou que não poderia haver uma grande investida militar sem uma clara provocação", um *casus belli*.

Israel obteve nesse encontro equipamentos militares dos Estados Unidos, no valor de US$ 217.695.000, e começou a preparar uma operação militar, "revelando" que a OLP estava recebendo foguetes soviéticos e outros suprimentos com o objetivo de ameaçar Israel; segundo o governo, a OLP estava comprometida com o terrorismo nos estados fronteiriços, mas a fronteira israelense tinha estado calma por onze meses, sem contar algumas retaliações às provocações israelenses: entre agosto de 1981 e maio de 1982, houvera apenas um ataque de um foguete da OLP lançado desde território libanês, em retaliação a um bombardeio israelense contra as posições da OLP no Líbano. Yasser Arafat recusou-se a condenar os ataques da OLP desde fora do Líbano, argumentando que o cessar-fogo só valia dentro do território libanês. Ao mesmo tempo, os israelenses violaram os termos do cessar-fogo, cometendo 2.125 violações do espaço aéreo libanês e 652 das águas territoriais libanesas, entre agosto de 1981 e maio de 1982.

Em abril de 1982, um atentado contra um diplomata israelense em Paris foi o pretexto para que a aviação militar de Israel bombardeasse vários campos palestinos no Líbano. Mas o pretexto para a nova invasão ao Líbano veio dois meses depois, por meio da tentativa de assassinar Sholomo Argov, embaixador israelense em Londres. Apesar do Mossad (serviço secreto israelense) estar ciente de que o ataque havia sido realizado pelo grupo palestino Abu Nidal, que estava em guerra contra a OLP de Yasser Arafat (Abu Nidal não tinha qualquer presença no Líbano), esse foi o pretexto para que as tropas israelenses invadissem novamente o país.

As forças militares de Israel invadiram o Líbano em 6 de junho de 1982, atacando em três frentes. Uma vertente moveu-se ao longo da estrada costeira de Beirute, outra foi destinada a interromper a principal estrada que liga a capital libanesa à Damasco e a terceira se dirigiu para a fronteira Líbano-Síria, duas medidas para bloquear eventuais reforços ou interferência síria. Até 11 de junho, Israel havia ganhado a batalha aérea após liquidar as aeronaves sírias. O governo sírio apelou para um cessar-fogo, enquanto a maioria dos guerrilheiros da OLP fugiram para Tiro, Sidon e outras áreas. Enquanto o premiê Menachem Begin afirmara ao Knesset que a invasão terminaria assim que as forças israelenses alcançassem uma linha de 40 quilômetros no interior do Líbano, em 14 de junho, Ariel Sharon tinha cercado Beirute Ocidental, sitiando 500 mil pessoas. Israel desejava completar o cerco o mais rapidamente possível; sua meta era obter uma rápida e decisiva vitória militar. Os Estados Unidos, do seu lado, através do seu emissário no Oriente Médio, Philip Habib, pressionavam por negociações de paz. Não conseguiam conter, como o feiticeiro bisonho, o demônio que eles próprios tinham invocado (armado).

Tanques e tropas israelenses em Beirute, 1982

O cerco israelense à capital libanesa durou 69 dias. Por sete semanas, Israel castigou intensamente Beirute com bombas de fósforo e de fragmentação. Os ataques por terra, ar e mar não se limitaram a destruição do aparato militar da Organização para a Libertação da Palestina, mas também a destruir toda a base social da organização, incluídos os serviços de saúde e educação. Os fornecimentos de água e energia elétrica foram interrompidos, o fluxo de alimentos e remédios foi cortado. Até mesmo organizações de ajuda internacional tiveram o acesso negado. Palestinos que tentaram deixar Beirute ocidental foram proibidos pelas tropas que patrulhavam a área. O objetivo de Ariel Sharon não se limitou a destruir a suposta ameaça militar que a OLP representava à Israel. Uma das primeiras medidas das tropas isralenses ao entrar na parte oeste de Beirute foi roubar os arquivos do Centro de Pesquisas da OLP, um símbolo da identidade palestina. O cerco também viu a insubordinação e posterior demissão do comandante militar israelense Eli Geva, que se recusou a levar suas forças para Beirute, argumentando que isso resultaria em um "excessivo morticínio de civis". A imprensa israelense (*Há'aretz*) chegou a escrever: "O Líbano se transformou na propriedade rural do senhor Sharon e de Isaac Hofi e seus rapazes do Mossad, o capataz e seus *cowboys*".

Mesmo com os severos ataques, Israel não estava perto de obter seus objetivos estratégicos na invasão e o país era acusado de bombardear indiscriminadamente a capital libanesa para além da meta de enfraquecer a OLP. As forças israelenses tomaram vários pontos-chaves no território do Líbano, mas não conseguiram tomar o oeste da cidade antes da assinatura do acordo de paz patrocinado pela ONU. Síria assinou-o em 7 de agosto, enquanto representantes de Estados Unidos, Israel, Líbano e a OLP assinaram-no no dia 18. Em 21 de agosto, 350 soldados franceses chegaram a Beirute, seguidos de 800 fuzileiros navais norte-americanos e de forças internacionais adicionais (em um total de 2.130) para supervisionar a saída da OLP, em primeiro lugar por mar e, depois, por terra, rumo a Tunísia, Iêmen, Jordânia e Síria.

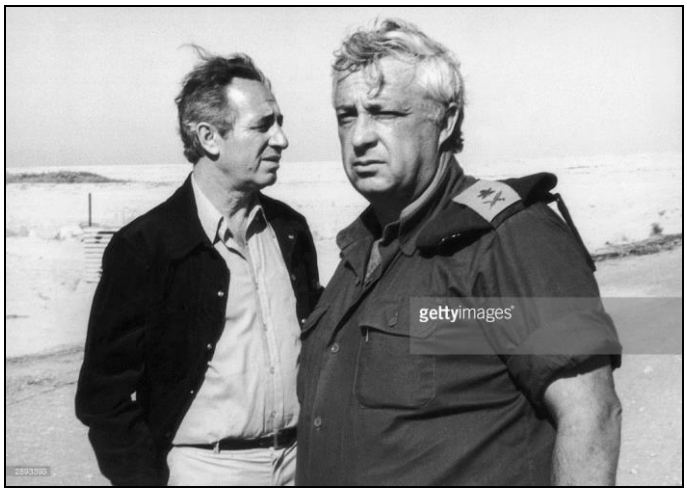
Com o cessar-fogo negociado pela ONU, foi possível verificar os danos do cerco à Beirute ocidental. As Nações Unidas estimaram que 13.500 casas foram danificadas só no lado oeste da capital libanesa, sem contar os campos palestinos. Os números variaram entre 10 e 12 mil vítimas fatais e mais de 30 mil feridos, na sua grande maioria civis, mortos pelas armas e ataques aéreos israelenses. Yasser Arafat refugiou-se em Grécia e, depois, em Túnis, onde reergueu uma nova sede da OLP. Alguns familiares de dirigentes palestinos que deveriam segui-lo e aos que fora prometido o salvo-conduto, foram massacrados pelas forças falangistas libanesas sob as ordens de Israel.

Bachir Gemayel, no entanto, foi assassinado a 14 de setembro, pouco tempo depois de ser eleito presidente pelo parlamento libanês.[463] Em setembro de 1982, assim, Israel atacou novamente o sul do Líbano, onde tinham suas bases as forças irregulares palestinas que atacavam Israel como podiam, com seu parco armamento. Em 16 de setembro, com a permissão israelense, milícias cristãs libanesas invadiram os campos de refugiados palestinos de Sabra e Chatila, na parte oeste de Beirute, e massacraram a população civil. Essa sequência militar só foi possível devido ao apoio político norte-americano a Israel, que incluía contínuos vetos às decisões do Conselho de Segurança da ONU. Nesse quadro, ocorreu esse ato de terrorismo de Estado que marcou a história do Oriente Médio, quando a milícia de cristãos libaneses, que representava Israel na ocupação do sul Líbano, praticou a chacina nos campos de refugiados palestinos matando duas mil pessoas, todas civis, em menos de três dias.

[463] Segundo Bob Woodward, Gemayel foi assassinado pela CIA, que teria descoberto sua intenção e compromissos no sentido de se aproximar dos países árabes, se afastando geopoliticamente de Israel (*VEIL*. Las guerras secretas de la CIA 1981-1987. Barcelona, Ediciones B. 1987).

Quem abriu o campo de refugiados palestinos aos milicianos libaneses foi Ariel Sharon,[464] depois primeiro-ministro de Israel, sob as ordens do primeiro-ministro israelense, Menachen Begin. Centenas de refugiados palestinos foram assassinados pelas Falanges Libanesas, que eram aliadas do exército israelense, apoiadas por elementos do Exército do Sul do Líbano. O massacre de Sabra e Chatila provocou uma comoção mundial, responsabilizando o governo de Israel. Manifestações de repúdio ao governo israelense ocorreram nas principais cidades do mundo; os próprios israelenses chocados com a atrocidade saíram às ruas pedindo a queda do governo e uma investigação. Foi instalada uma comissão de inquérito em Israel, que concluiu que Sharon tinha responsabilidade no massacre, e sugeriu que ele deixasse o cargo de ministro da Defesa (o que foi cumprido).

O condenado pelo massacre de Sabra e Chatila era proprietário de uma das maiores fazendas de Israel, e junto com o ex-premiê trabalhista Shimon Peres, é o último remanescente de políticos que surgiram com a criação do Estado de Israel em 1948. Em 1945 passou a integrar o Haganah, organização clandestina que precedeu o exército israelense, caracterizada inicialmente como um grupo de judeus sionistas em resistência aos britânicos e aos árabes. Em 1953, tornou-se líder da Unidade 101 criada para combater os árabes e comandou uma operação assassina contra a aldeia de Kibya na Cisjordânia, explodindo 45 casas e matando 69 moradores. As ações terroristas dessa unidade incluíram tantas mortes de civis palestinos que foi necessário emitir uma ordem proibindo matar mulheres e crianças. Em 1956 Sharon foi acusado por seus superiores de insubordinação e desonestidade na campanha do canal de Suez durante a guerra do Sinai no Egito.



Shimon Peres e Ariel Sharon

Segundo o historiador militar israelense Martin Van Cheveld, os soldados de Sharon avançaram "da forma mais incompetente possível, resultando em uma batalha totalmente desnecessária, que se tornou a mais sangrenta da guerra". Na ocasião seus próprios comandados o acusaram de oportunismo desumano, no sentido de tentar construir sua

[464] Ariel Sharon nascera em 1928 em Kfar Mahal, uma aldeia ao norte de Tel Aviv, quando a Palestina ainda era parte do domínio britânico no Oriente Médio. Oriundo de uma família de sionistas russos que imigraram para Palestina no início do século XX, Sharon era proprietário de uma das maiores fazendas de Israel. Em 1945 passou a integrar o Haganah, organização clandestina que precedeu o exército israelense, caracterizada inicialmente como um grupo de judeus sionistas em resistência aos britânicos e aos árabes. Em 1953, tornou-se líder da Unidade 101 criada para combater os árabes e comandou uma operação contra a aldeia de Kibya na Cisjordânia, explodindo 45 casas e matando 69 moradores. As ações terroristas dessa unidade incluíram tantas mortes de civis palestinos que foi necessário emitir uma ordem proibindo matar mulheres e crianças. Em 1956 Sharon foi acusado por seus superiores de insubordinação e desonestidade na campanha do canal de Suez durante a guerra do Sinai no Egito.

reputação à custa deles. Em 1967 comandou a divisão de blindados na Guerra dos Seis Dias e em 1973 liderou a captura do Terceiro Exército do Egito, pondo fim à Guerra do Yom Kippur. No início dos anos 1970 como comandante militar no sul de Israel, Sharon reprimiu os palestinos na faixa de Gaza, através de deportações em massa de famílias inteiras, chegando a abrir uma larga avenida no meio de um campo de refugiados, destruindo centenas de casas. Na esfera político-partidária a trajetória de Sharon é mais recente, iniciando-se em 1973 quando o premiê foi um dos principais articuladores das forças de direita que originaram o partido Likud.

Sharon, no entanto, tornou-se conselheiro especial de segurança do primeiro-ministro Ytzhak Rabin (Partido Trabalhista) em 1974. Entre 1977 e 1981 foi ministro da Agricultura no primeiro governo do Likud e organizou o primeiro grande movimento de colonização judaica nos territórios ocupados. Sharon e o sionismo em geral, sempre viram a colonização de terras palestinas por assentamentos judeus, como a melhor forma de dificultar e impedir a formação de um Estado palestino com continuidade territorial. Apesar de inicialmente ter se posicionado contra o acordo de paz entre Israel e Egito em 1978, Sharon acabou comandando a retirada dos colonos judeus do Sinai ocupado por Israel desde a Guerra do Yon Kippur.

A trajetória de Ariel Sharon iria ainda ficar mais manchada, quando da invasão do Líbano em 1982, pelo massacre de Sabra e Chatila. Nessa época, tudo parecia indicar que as ambições políticas de Sharon haviam se esgotado, quando um de seus conselheiros disse num tom profético: "Aqueles que não querem aceitá-lo como ministro da Defesa terão de aceita-lo como primeiro-ministro". Sharon foi ainda ministro do Comércio e da Indústria entre 1984 e 1990, e supervisionou a gigantesca expansão de colônias judaicas no Ministério da Construção entre 1991 e 1992, tornando-se finalmente líder do Likud em 1999 e primeiro-ministro de Israel após as eleições de fevereiro de 2001. Sabra e Chatila tinham sido, na verdade, um degrau de uma bem sucedida carreira política.

Sabra e Chatila, setembro 1982

Mas a repressão no Líbano e nos territórios ocupados continuo e cresceu. Cinco anos depois do massacre de Sabra e Chatila, em 1987, um caminhão militar israelense atropelou e matou quatro jovens palestinos na Faixa de Gaza. Este incidente foi o estopim para o início dos combates entre jovens palestinos e as tropas de ocupação israelense. A revolta, conhecida como a “revolta das pedras” (*Intifada*) durou seis anos, resultando em muitas mortes de lutadores civis palestinos e um profundo desgaste político internacional para Israel, pois eram jovens e crianças enfrentando com paus e pedras as armas sofisticadas dos soldados israelenses. *Intifada*, em árabe, significa tremer ou ter calafrios de medo ou de doença, também significa um despertar abrupto, ou súbito, de um sonho ou inconsciência. Foi uma

manifestação espontânea da população palestina iniciada em 9 de dezembro de 1987; o levante rebentou no campo de refugiados de Jabaliyah, no extremo norte da Faixa de Gaza, com a população civil palestina atirando paus e pedras contra os militares israelenses.

O movimento atingiu seu ápice em fevereiro do ano seguinte, quando um fotógrafo israelense publicou imagens que mostravam soldados israelenses tratando violentamente os palestinos, o que suscitou a indignação da opinião pública. A repressão dos protestos deixou um saldo de centenas de mortos e sérios danos à infraestrutura dos territórios palestinos ocupados. A revolta só terminou no final de 1993, por ocasião da assinatura dos Acordos de Oslo, que veremos adiante. A Intifada foi a primeira manifestação dentro dos territórios ocupados por Israel que abalou de forma duradoura a rotina da ocupação israelense, iniciada em 1967.

Moshe Dayan, ministro da Defesa do governo trabalhista em 1967, declarava: "Somos uma geração de colonizadores e sem os capacetes de aço e o canhão não sabemos plantar uma árvore.ou construir uma casa. Não retrocederemos ante o ódio de centenas de milhares de árabes em torno a nós, não desviaremos nossas cabeças para que nossas mãos não tremam de medo. Este é o destino de nossa geração. Estar preparados e armados".[465] Yitzhak Rabin, que depois ganhou o Prêmio Nobel da Paz, era ministro da Defesa de Shamir em 1988 e tinha a seguinte política para enfrentar a primeira Intifada: "A prioridade absoluta é o uso da violência, o emprego da força, as surras...Considero isso mais eficaz que as prisões (porque) depois destas podem voltar a atirar pedras contra os soldados. Porém, se as tropas quebram suas mãos, já não podem reincidir...".[466]

A Intifada palestina de 1987

As lideranças da OLP e Yasser Arafat passaram nesse momento a apostar, como nunca antes, em uma ação diplomática internacional para criação de um Estado palestino soberano com capital em Jerusalém oriental. O incidente de Sabra e Chatila levou o presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan, a organizar uma nova força de intervenção com a participação de

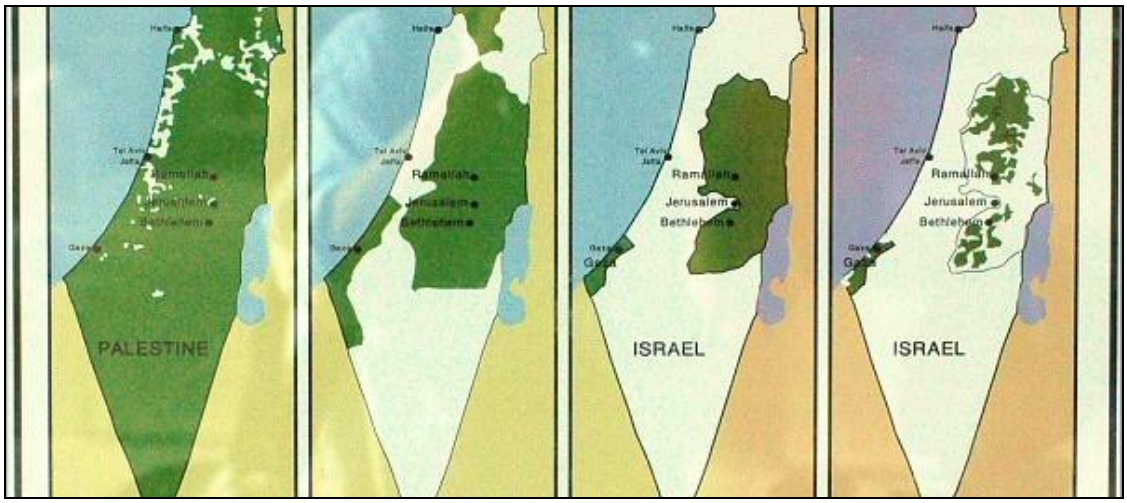
[465] Jon Rotschild. How the arabs were driven out of Palestine. *Intercontinental Press*, nº38, Nova York, 1973.

[466] *The New York Times*, 21 de janeiro de 1988.

França e Itália. Em 29 de setembro, a força entrou em Beirute, com cerca de 1.200 fuzileiros navais. Os EUA também enviaram suas tropas ao Líbano depois do massacre, retirando-se só em fevereiro de 1984. Um novo presidente libanês pró-israelense, Amin Gemayel (irmão de Bachir) foi eleito. Israel retirou suas tropas para uma estreita faixa ao longo da fronteira sul do Líbano. Depois de todos os massacres, Israel conseguira acabar com os ataques ao norte do país por um período muito curto e não conseguira enfraquecer a OLP, globalmente.

Os Falangistas libaneses sofreram significativas derrotas militares em 1984 e 1985. Ainda em 1985, sob o patrocínio sírio, as três principais facções militares libanesas – a milícia drusa, a milícia Amal (pró-Síria) e a Falange (cristã) – assinam, em Damasco, um acordo para o cessar-fogo. O pacto foi boicotado pelo Hezbollah, pelo Movimento al-Murabitun (milícia de maioria sunita) e por setores da comunidade cristã. Por isso, a violência prosseguiu, com o sequestro de vários estrangeiros e libaneses, o assassinato do primeiro ministro Rashid Karami, em junho de 1987, e sangrentos combates nos subúrbios de Beirute. Amin Gemayel encerrou seu mandato, em setembro de 1988, sem conseguir pacificar o país, transferindo o poder a um gabinete militar liderado pelo general maronita Michel Aoun, enquanto ocorriam vinte invasões aéreas israelenses do espaço aéreo do Líbano ao longo de 1988.

Em 1989, uma nova reunião tripartite propôs uma carta de reconciliação nacional (Acordo de Taif), apoiada por EUA, URSS, França, Reino Unido e principais governos árabes. Em 22 de outubro, a Assembleia Nacional Libanesa, reunida em at-Taif, na Arábia Saudita, aprovou a carta, que determinava a participação, em condições de igualdade, de cristãos e muçulmanos no governo e o desarmamento das milícias, exceto das que participaram da resistência à ocupação israelense no sul do Líbano. Com apoio dos EUA e da Arábia Saudita, a Síria consolidou seu domínio sobre o Líbano, mantendo 35 mil soldados no país. O sul do Líbano permaneceu sob o domínio de Israel e do ESL, oprimindo a população local, de maioria xiita: a tensão militar na região continuou, com a resistência de guerrilheiros do Hezbollah e de grupos laicos nacionalistas, palestinos e comunistas contra a ocupação do território libanês por Israel e pelo Exército do Sul do Líbano.[467]



A expansão de Israel, 1948-1982, nas áreas brancas

[467] Em 1996, os israelenses realizaram maciços ataques aéreos e de artilharia às posições da guerrilha xiita, atingindo, pela primeira vez desde 1982, os subúrbios de Beirute, e matando centenas de civis. Só em abril de 1998, o gabinete israelense anunciou a intenção de cumprir a Resolução 425 do Conselho de Segurança da ONU, que determinava a retirada do Exército de Israel da faixa de quinze quilômetros no sul do Líbano e o estabelecimento de uma força de paz no local. Finalmente, em 2000, os israelenses se retiraram do sul do Líbano, permanecendo nas fazendas de Shebaa, próximas às Colinas de Golã, que Israel não considera parte do território libanês.

No território da “Palestina” projetada pela ONU em 1948, o Estado sionista controlava as terras, as fronteiras, as estradas, a água, a circulação de pessoas, ditando e executando a lei. As reservas naturais, a água e o movimento de pessoas ficaram sob seu controle. Sua dominação se apoiou na distinção entre cidadania e nacionalidade. Todos os árabes residentes em Israel são cidadãos israelenses, mas a única nacionalidade reconhecida é a judaica. Uma das chamadas leis básicas do Estado sionista (que não possui uma constituição escrita) é a “lei do retorno”, pelo qual qualquer judeu tem o direito de se tornar instantaneamente cidadão de Israel; o mesmo não é efetivo para os milhões de refugiados e seus descendentes que perderam suas terras e propriedades em 1948. Segundo as repetidas resoluções da ONU, os palestinos teriam o inalienável direito de retornar, mas esse direito ficou como letra morta.

Só em 1991 se realizou, em Madri, uma Conferência Internacional de Paz, marco inicial das conversações diretas entre Israel e os países árabes acerca da Palestina. Em fevereiro de 1992, Yitzhak Rabin foi eleito presidente do Partido Trabalhista. Depois de sua vitória eleitoral nas eleições gerais do mesmo ano, começou seu segundo período como primeiro ministro e ministro da Defesa. Este período foi marcado por dois acontecimentos históricos - os Acordos de Oslo de Israel com a OLP e o Tratado de Paz com Jordânia. Em 1993, Israel e a OLP firmariam em Washington um acordo de paz que previa a extensão da autonomia dos palestinos na Cisjordânia, com a retirada parcial das tropas israelenses.

Forças militares de Israel continuaram presentes no sul do Líbano, na região que os oficiais israelenses chamavam de "zona de segurança" até a retirada isaelense em 2000. Já a Síria, que controlava na prática o restante do território libanês, não retirou suas tropas até 2005, quando foi obrigada a abandonar o país após a pressão conjunta criada por manifestações populares libanesas e intervenção diplomática dos Estados Unidos, da França e das Nações Unidas, como consequência do assassinato de Rafik Hariri.[468] O governo do Egito, do seu lado, começou a ficar politicamente comprimido entre seus novos compromissos políticos externos e a radicalização da tensão política interna e regional. E, no mesmo período, outro acontecimento mudou o quadro político geral: a “revolução islâmica” no Irã, e suas consequências na região e no mundo todo.

[468] Rafik Bahaa Edine Hariri (1944-2005), rico homem de negócios, magnata e político libanês, a própria encarnação do “espírito de negócios” do país, foi em duas ocasiões primeiro-ministro do Líbano: de 1992 a 1998 e de 2000 a 2004. Foi assassinado em 14 de fevereiro de 2005 em Beirute, pela explosão de um carro, numa ação claramente desestabilizadora. Em 20 de outubro de 2005, as conclusões apresentadas por Detlev Mehlis no Conselho de Segurança das Nações Unidas implicavam as autoridades sírias no atentado mortal sem especificar o autor. Em 1º julho de 2011, o ministro do Interior libanês Marwan Charbel deu os nomes de quatro suspeitos, pertencentes a Hezbollah, com mandados de captura emitidos 30 de junho pelo tribunal da ONU que investigava o assassinato.

A "REVOLUÇÃO DOS AIATOLÁS"

No final da década de 1970, um novo e, para muitos, inesperado acontecimento mudou o cenário geopolítico do Oriente Médio e do mundo todo: foi no contexto da vigência dos acordos de Camp David que aconteceu a revolução "islâmica" iraniana (emborta ambos os adjetivos sejam contraditórios, segundo seus dirigentes). Era a explosão final de um processo político de longo prazo, e de uma longa resistência popular contra o regime monârquico. Vejamos suas origens imediatas. Com a barganha mundial do petróleo, o Xá tentara transformar o Irã na "quinta nação mais poderosa do mundo": no início da década, em outubro de 1971, em Persépolis, celebrara o aniversário da fundação do Império Persa por Ciro. A festa, faraônica, contou com a presença do *jet set* internacional, reis e princesas, atores e atrizes de cinema, cantantes e políticos, frequentadores das colunas sociais das revistas internacionais da época. Enquanto a festa corria, a guerrilha *mujaheedeen* conseguiu fazer explodir a central elétrica de Teerã (e fracassou por pouco no sequestro de um avião da Iran Air).[469] O povo assistia, com indiferença ou com raiva, ao festival de esbanjamento dos ricos antigos e dos novos ricos, e de seus comparsas internacionais.[470]

O *boom* internacional do petróleo, no Irã, veio acompanhado da inflação, da emigração agrária para zonas urbanas, da escassez de moradia e de infraestrutura suficiente, e de um enorme abismo de desigualdade nas rendas da população. O descontentamento com a corrupção, com os gastos supérfluos e a com violenta repressão aumentaram. A decadência do regime foi bem ilustrada com a comemoração dos 2.500 anos da fundação do Império Persa, ocorrida com três dias de celebrações a um custo total de US$ 300 milhões. Dentre as extravagâncias havia uma tonelada de caviar preparada por 200 *chefs* vindos diretamente de Paris. Enquanto isso, muitos habitantes do Irã sequer tinham comida ou moradia decente. Em 1965 entraram no Irã 522 milhões de dólares em conceito de investimento estrangeiro; em 1969, 938 milhões.

[469] A repressão contra a esquerda tornou-se selvagem, com torturas indizíveis (como toda tortura, aliás) e milhares de fuzilamentos clandestinos. Os *mujaheedeen* islâmicos foram também se aproximando da guerrilha *fedayin*, de declarada inspiração marxista, influenciada principalmente pelas alas marxistas da OLP (Organização para a Libertação da Palestina). A atividade guerrilheira cresceu muito nos anos 1970, com assaltos a bancos, a execução de um instrutor militar dos EUA e do chefe da policia iraniana, atentados contra o mausoléu do Xá Reza Khan, aos escritórios em Teerã de El Al, Shell, British Petroleum e British Airways.

[470] Os mesmos que, oito anos depois, em 1979, virariam ostensivamente as costas, nos EUA, a um Xá canceroso e fugitivo de seu país em revolução. A traição nacional não dá direitos à aposentadoria...

Foram gastas enormes somas com o aparato do estado, infraestrutura e promoção industrial. Das noventa empresas estrangeiras que investiram nesses anos no Irã, metade era estadunidense. Mas o Estado era ainda o principal motor do crescimento industrial, responsável por 40% a 50% do investimento total. Com o aumento dos preços do petróleo, em 1973, a economia iraniana cresceu rapidamente.

O barril de petróleo chegou a 11,65 dólares no mercado mundial, decuplicando se comparado com o preço de 1,79 dólares em 1971. Os investimentos externos pularam até 22 bilhões de dólares anuais em 1974. Surgiram os planos econômicos de desenvolvimento. Os salários dos trabalhadores qualificados aumentaram, assim como a afluência da população rural para as cidades. A quadruplicação dos preços do petróleo em 1973/1974 multiplicou por 20 a renda do Irã com a exportação do produto, chegando a uma receita de nada menos que 24 bilhões de dólares anuais. O Irã passou para um estágio de crescimento desordenado. Na década de 1970, a cada ano migravam para as cidades 380.000 pessoas. Isto teve impacto negativo na agricultura, com queda da produção e o aumento dos preços dos alimentos. O Irã, antes autossuficiente em produção de alimentos, tornou-se gradativamente dependente das importações para 50% do consumo.

Com a emigração da população para as zonas urbanas (Teerã, por exemplo, ganhou um milhão de habitantes em cinco anos), os novos contingentes vieram agravar a carência de infraestrutura sanitária, serviços médicos e escolas - sem falar no desemprego. Paralelamente, cerca da metade das receitas do petróleo era destinada anualmente à compra de armamentos. Em apenas dois anos, os aluguéis em Teerã aumentaram 300%. Uns poucos empresários fizeram grandes fortunas graças à especulação imobiliária; a inflação, no entanto, atacou duramente os trabalhadores, os camponeses e a pequena burguesia urbana. Com a migração dos camponeses para a cidade, a população urbana dobrou e atingiu 50% do total. Teerã passou de três milhões para cinco milhões de habitantes entre 1968 e 1977, brotando 40 favelas nas periferias da cidade.

Mohamed Reza Pahlevi, no seu auge

Internacionalmente, o Xá Reza Pahlevi tinha a seu favor um insólito consenso. Até o último momento, seu governo teve o apoio de países como China, Estados Unidos e a União Soviética - os russos, na verdade, sempre preferiram o Xá, com quem estabeleceram pacata convivência. Apoiada num forte esquema repressivo e em suas relações com os Estados Unidos, a monarquia iraniana montou um vasto sistema de corrupção e privilégios. O Irã foi o único membro da OPEP a ignorar o embargo de petróleo para Israel, decretado pelos árabes em 1973. Até 1979, foi responsável por 60% do petróleo consumido naquele país. O regime do Xá,

o autoproclamado descendente verdadeiro do “Trono do Pavão” de mais de dois milênios, decidiu, em 1975, empreender um novo esforço para controlar a sociedade iraniana. Este esforço visava, entre outras coisas, diminuir o papel do islamismo na vida do reino, ressaltando, para isto, as conquistas das civilizações pré-islâmicas do país, especialmente a civilização persa.

Nesta linha, em 1976 o calendário islâmico, lunar, foi banido do uso público, e substituído por um calendário solar. Publicações marxistas e islâmicas também sofreram censura. O Xá trovejou, em 1976: "Nós não tínhamos ainda pedido o autossacrifício das pessoas. Antes, nós cobrimos elas em pele de algodão. As coisas agora irão mudar. Todos deverão trabalhar duro e terão de estar preparados para fazer sacrifícios a serviço do progresso da nação". Também foram divididas terras das instituições religiosas (o que diminuiu suas rendas) e foi dado o direito ao voto às mulheres (o que foi visto pelos líderes religiosos como um plano para "trazer as mulheres para as ruas"). Com os bilhões de dólares do petróleo, o Xá dotou suas Forças Armadas, de quase 500.000 homens, dos mais sofisticados equipamentos - só os Estados Unidos venderam ao Irã 12 bilhões de dólares em armas em 1972-1978. A brutal polícia política - a *Savak* - deu ao Irã, em 1977, o primeiro lugar no mundo entre os países violadores de direitos humanos na classificação de Amnesty International.

As condições sociais declinantes foram provocando um profundo ressentimento nos trabalhadores, nos camponeses e até nas classes médias, que se transformou, depois, em movimento revolucionário de massas. Greves gerais chegaram a paralisar a produção petroleira. Na medida em que a desigualdade crescia, os protestos aumentavam. Até elementos políticos moderados se incomodaram com a crescente autocracia e a crescente repressão da polícia secreta. Muitos deixaram o país antes da revolução, enquanto outros começaram a se organizar internamente. Isto acontecia num período de auge da economia iraniana, que fortaleceu enormemente o proletariado. O aumento da renda procedente do petróleo favoreceu o crescimento da indústria iraniana, processo que se acelerou a partir de 1973. O PIB cresceu, em 1973-74, 33,9%, e em 1974-75, 41,6%, cifras espantosas. A indústria cresceu rapidamente, e ao desenvolver as forças produtivas, o regime criava seu coveiro: o proletariado iraniano, que além de crescer, era uma classe muito jovem, não desmoralizada pelas derrotas do passado.

Uma nova onda de lutas operárias aconteceu em 1977. Em 1976, o governo anunciara um programa de ajuste econômico, que dava fim ao “plano de desenvolvimento”. Foram reduzidos em 40% os projetos de expansão industrial. O desemprego aumentou e os salários baixaram; a classe operária reagiu, explodindo greves no setor têxtil em Abadan e Besar, com reivindicações salariais. Ao mesmo tempo, um movimento passou a se organizar nas mesquitas, através de sermões que denunciavam a maldade do Ocidente e dos valores ocidentais. O choque entre uma crescente população jovem e um regime que não oferecia nem os avanços de um estado moderno, nem a estabilidade de uma sociedade tradicional, criaram as condições para uma revolução. A população mais pobre do país tendia a ser o segmento mais religioso e o menos ocidentalizado. Os pobres viviam predominantemente no campo, ou habitavam favelas das grandes cidades, especialmente de Teerã.

O Irã era o segundo maior exportador de petróleo, em 1978, e o quarto maior produtor. Quando o preço do petróleo quadruplicou, a renda nacional disparou. Mas com 45 famílias abocanhando 85% da renda nacional, o hiato entre as classes crescia. A grande maioria dos iranianos era pobre, ma o Xá Reza Pahlevi comprava 25% do pacote acionário da multinacional alemã Krupp. Em agosto de 1977, com a inflação por volta de 50% ao ano, e uma dívida externa calculada em 10 bilhões de dólares, o governo resolveu restringir o crédito. Para agravar as coisas, esse momento de frustração das expectativas abertas pelo petróleo coincidiu com uma tímida política de liberalização política. Ou seja, ao mesmo tempo em que se aprofundava a insatisfação popular, abriam-se canais para sua manifestação.

Segundo alguns analistas essa combinação teria sido fatal para o regime. Uma crise nas relações com os EUA se esboçou em 1977. Em outubro desse ano, o senador norte-americano Robert Byrd propôs uma moratória na venda de armas ao Irã. Em quatro anos, os Estados Unidos haviam vendido armamentos no valor de 18,5 bilhões de dólares ao país. Nos últimos 12 meses, 5,5 bilhões: "É a mais espantosa quantidade de armamento liberada para um só país", disse o senador. E o Irã ainda queria mais 140 caças F-16. Outros críticos advertiam que se o Irã entrasse em alguma guerra, os Estados Unidos imediatamente estariam envolvidos, por causa de seus 45 mil técnicos a serviço do Xá.

Em outubro de 1978, as compras militares do Irã nos EUA já haviam ultrapassado os 20 bilhões de dólares. E Reza Pahlevi queria mais. Ele pediu ao presidente James Carter mais 80 aviões de combate F-14 Tomcat (já tinha outros 80), capazes de enfrentar os mais recentes Migs soviéticos, modificados para poderem operar a partir de bases terrestres (eram aviões planejados para a Marinha dos EUA, que desistiu deles por causa do alto custo de 14 milhões de dólares por aparelho); mais 140 F-16, do tipo utilizado pela OTAN (já havia outra encomenda iraniana de 160 aparelhos desse tipo); 31 modelos avançados do bombardeiro Phantom; F-4E, armados com 1.000 mísseis Shrike ar-terra; 150 aviões de transporte C-130; três Boeings 747 e doze Boeings 707 para reabastecimento em vôo. Ao todo, uma compra de 10 bilhões de dólares. E com uma diferença, denunciada nos EUA por *The Nation*: era uma compra de armas mais ofensivas do que defensivas. As esquadrilhas de F-4, F-14 e F-16, conjugadas com os aviões reabastecedores, davam ao Irã capacidade para atacar muito além de suas fronteiras. Os mil mísseis Shrike seriam capazes de inutilizar qualquer defesa antiaérea durante um ataque. E cada avião Hércules C-130 poderia transportar 92 soldados equipados; portanto, só os 150 novos aparelhos que o Irã pretendia comprar poderiam transportar uma força invasora de 13.800 homens equipados.

A fúria comercial dos fabricantes de morte dos EUA se combinava com a fúria homicida do playboy ariano da *Côte d´Azur*, o Xá Mohamed Reza Pahlevi, transformado em baluarte estatal do Ocidente no Médio Oriente, para produzir um resultado que eles não poderiam imaginar nem nos seus piores pesadelos. Estaria o Xá indo longe demais em suas pretensões de transformar-se em potência do Golfo Pérsico? A resposta a essa pergunta já estava aparecendo nas ruas de Qom e de Teerã. Nos EUA, as mesmas pessoas que antes exaltavam o Xá começavam a falar em corrupção e, principalmente, em incompetência. Se continuasse a exportar seis milhões de barris de petróleo por dia, como vinha fazendo, o Irã, embora detentor da segunda maior reserva conhecida de óleo, esgotaria seu petróleo até 1990. Seu Produto Interno Bruto estava crescendo espantosamente, mas sem beneficiar em nada a maior parte da população. Em 1977, os investimentos feitos deveriam gerar 2,1 milhões de empregos, mas só havia 1,4 milhões de pessoas qualificadas para ocupá-los.

E surgiam evidências de que as imensas compras de armamentos já não se destinavam apenas a defender o país de eventuais e improváveis agressões externas. Estavam sendo compradas armas para conter as mobilizações populares. Só a Inglaterra, segundo *The Nation*, exportara em 1978 para o Irã oito mil fuzis especiais para conter manifestações; 26 mil cargas de gás e 26 mil granadas; outras 20 mil granadas com carga de fumaça e 2 mil com cargas para dissipar fumaça; 20 mil escudos especiais para conflitos de rua; 20 mil máscaras; 20 mil capacetes; 20 mil cassetetes e 5 mil outras armas especiais para conter distúrbios. Os Estados Unidos forneciam gás lacrimogêneo, munição para tropas especializadas em conter distúrbios de rua e equipamentos para espionagem interna. Foi assim que o Irã chegou a consumir 25% de seu PIB em armamentos - proporcionalmente, três vezes mais que a União Soviética e os Estados Unidos, seis vezes mais que a Inglaterra. No momento em que à megalomania, à incompetência e à corrupção se somou a revolta popular, terminou o sonho de restauração do Grande Império Persa, do "Japão do Oriente Médio", guardião armado dos interesses dos países ocidentais industrializados.

Com as mobilizações de 1978-1979 ganhando as manchetes mundiais, o mundo aprendia o que não muitos tinham denunciado antes: que o glamuroso regime do Xá, cheio de belas fardas e decorações, apoiava-se numa repressão selvagem, na qual se distinguia, pela brutalidade das suas torturas, a polícia política (a *Savak*). Antes disso, a grande mídia apresentava o regime dos Pahlevi como um oásis de modernidade, em meio a um arquipélago de regimes árabes belicosos (os conduzidos pelo nacionalismo árabe), ou retrógrados (os conduzidos por monarquias feudais). Nas décadas precedentes, o regime iraniano frequentava as colunas sociais e manchetes das revistas mundanas por ocasião das desventuras matrimoniais e sentimentais do Xá com a imperatriz Soraya, repudiada por sua incapacidade de dar herdeiros ao monarca.

A sorte (má) da imperatriz comoveu o mundo – Soraya mudou-se para Europa ocidental, onde virou atriz de diretores *cult* do cinema italiano. O Xá casou-se em segundas núpcias com Farah Diba, que lhe deu herdeiros, num faraônico (ou persa) cenário de água-com-açúcar, que queria passar a imagem de que o único problema iraniano era o das aventuras e/ou desventuras genitais de seus casais reais. Em finais da década de 1970, o "mundo" descobria que o cenário de Cinecittà da corte do senhor do petróleo era um cenário de papelão, montado em cima de uma ditadura reacionária e repressiva.

Quando especialistas da CIA escreveram um relatório, em setembro de 1978, sobre a saúde política do regime monarquista pró-ocidental no Irã, eles concluíram que, apesar do seu governo autocrático, o Xá presidia uma dinastia estável que duraria, pelo menos, mais uma década. Meros quatro meses depois, ele foi forçado a fugir de uma revolução popular que o derrotou. Sua polícia secreta, a já mencionada Savak, com seus 65 mil policiais, funcionava nos moldes do Mossad israelense. Embora tenha sido oficialmente criada como um grupo de contraespionagem, suas principais táticas eram a tortura e a intimidação. A Savak tinha penetrado em todas as camadas da sociedade, emprestando e "refinando" as medidas perversas da Gestapo. Até o ditador chileno Pinochet mandou seus torturadores para treinar em Teerã. E o mundo descobria também que o Islã, considerado uma velharia religiosa ultrapassada até no Oriente Médio, ressurgia como força política, abalando não só os regimes alinhados com a "modernidade" capitalista, mas também o "socialismo real".

Manifestação popular em Teerã, 1978

Na última fase da mobilização antimonárquica, manifestações de massas envolveram o Irã entre outubro de 1977 e fevereiro de 1978. 126 greves operárias foram o antecedente do levantamento das massas iranianas contra o Xá. Nada menos de 90% dos iranianos colocaram-se ativamente em luta contra o repressivo governo imperial, ao longo de 1978. Exigindo

direitos democráticos e a partilha da riqueza do país, os estudantes e a classe trabalhadora desafiaram as forças repressivas do Xá. Depois da repressão contra centenas de manifestantes na cidade sagrada de Qom, em janeiro de 1978, uma greve geral de dois milhões de trabalhadores em Teerã foi propagada para Isfaha, Shiraz, e também para a cidade santuário de Mashad.

A 5 de setembro, o embaixador iraniano nos EUA, o general Zahedi, chegou com um recado do presidente dos EUA Jimmy Carter, e da CIA: era necessário um "golpe de força" para terminar com a agitação. Em poucas semanas, diante da revolução incontornável, os EUA mudaram de política... E, no mesmo mês de setembro, estalou o acontecimento que mudaria o rumo da história do país: começaram as greves que culminaram na greve geral dos trabalhadores do petróleo. As greves paralisaram toda a máquina estatal, sobretudo quando se somaram os funcionários públicos, mas foram os 33 dias de greve dos trabalhadores do petróleo os que paralisaram o país. A greve petroleira provocava perdas superiores a 74 milhões de dólares diários.

A 8 de setembro de 1978, o exército assassinou centenas de manifestantes em Teerã. Os trabalhadores responderam convocando uma greve, que foi a faísca que acendeu a dinamite acumulada por todo o país. A 9 de setembro, os trabalhadores da refinaria petroleira de Teerã entraram em greve para protestar pelo massacre do dia anterior, e exigir o fim da lei marcial. No dia seguinte, a greve tinha se estendido como mancha de óleo a Shiraz, Thariz, Abadan e Isfahan. Todos os trabalhadores das refinarias entraram em greve. As reivindicações econômicas rapidamente se transformaram em políticas: "Abaixo o Xá", "Abaixo a Savak". Depois entraram em greve os trabalhadores do petróleo de Ahwaz, seguidos pelos do Khuzistão. A classe operária conquistava um papel de protagonista na revolução.

A oposição moderada, liderada pela Frente Nacional de Oposição de Mehdi Bazargan, que tinha limitado suas ambições em conseguir do Xá a divisão de poder, foi forçada, no desenvolvimento de uma atmosfera "vermelha", a adotar um programa "semi-socialista". No economicamente "semidesenvolvido" Irã, com grande quantidade de analfabetos, e mais da metade das pessoas vivendo no campo, as palavras dos *mullahs* tornaram-se poderosas fontes de atração para os camponeses, partes da classe média e mesmo trabalhadores. Enquanto a Frente Nacional buscava compromissos com a dinastia, o aiatolá Khomeini, desde o exílio, chamou para sua deposição.

Recebendo nesse fatídico mês de setembro Elisam Narighi, chefe do Instituto de Pesquisa Social de Teerã, o Xá perguntou-lhe sobre a origem das agitações. Narighi respondeu-lhe que a origem era... o próprio Xá. Diante da surpresa deste (que "esperava que eu respondesse: os palestinos, os comunistas, Khaddafi, Khomeini, ou até os americanos") Narighi lhe lembrou que em 1962 o Xá tinha ido a Qom, para atacar os chefes religiosos como "reacionários", por terem criticado a reforma agrária e a elegibilidade das mulheres para cargos políticos. Daí em diante, os *mullahs*, para preservarem seu espaço na sociedade, dedicaram-se a rejeitar a acusação de reacionarismo, apresentando-se como mais revolucionários que o Xá e sua "revolução branca".

Seguindo Ali Chariati,[471] ideólogo de toda uma geração de pensadores islâmicos iranianos e teórico do "islamismo revolucionário", os líderes xiitas compreenderam que deviam se apoiar

[471] Ali Chariati (1933-1977) foi um personagem-chave da revolução iraniana. Defensor de um islamismo que incorporasse aspectos do pensamento marxista, foi considerado o teórico dos *mojahedeen*, o principal grupo guerrilheiro na luta contra o Xá, e nas primeiras etapas da própria revolução, na verdade a verdadeira ala militante da "revolução islâmica", sem a qual a revolução não teria sido possível. Sobre a importância de Chariati, bastem estas duas opiniões de dois importantes membros da hierarquia xiita: "Chariati criou uma nova *maktab* (doutrina). Foi ele quem levou os jovens iranianos para a revolução"

na juventude, e *aggiornare* a religião com base na experiência dos movimentos anticolonialistas, inspirando-se em Frantz Fanon. Chariati, sociólogo de formação e conhecedor das categorias teóricas marxistas, reinterpretou o Islã de forma "terceiro-mundista" tanto como compromisso com uma autenticidade cultural não ocidental quanto como apelo à emancipação revolucionária. Foi, segundo diversos autores, o primeiro autor a interpretar e formular o islamismo como *ideologia* (segundo sua interpretação, revolucionária, inclusive no sentido marxista do termo).

Vejamos um longo e significativo parágrafo redigido por ele: "Deveria esperar-se que o mais sagrado e valioso dos materiais houvesse sido escolhido, mas ao contrário disso Deus escolheu a mais baixa de todas as substâncias [para criar o homem]. Em três ocasiões o Alcorão menciona a substância da qual foi feito o homem. Primeiramente utiliza a expressão "como argila de cerâmica" (55:14); ou seja, argila seca, sedimentar. O Alcorão diz ainda: "Criei o homem de argila pútrida" (15:26), terra suja e de mau cheiro; e finalmente utiliza o termo estanho (tin) também significando argila (6:2, 23:12).... Assim o homem é um composto de lama e espírito divino, um ser bi-dimensional, uma criatura com dupla natureza (...). Uma dimensão inclina-se ao barro e vileza, estagnação e imobilidade. (...) E a natureza do homem, em uma de suas dimensões, aspira precisamente a esse estado de tranquilidade sedimentar. (…) Mas a outra dimensão, a dimensão espiritual como a chama o Alcorão, aspira ascender ao mais alto cume concebível – a Deus e ao espírito divino. O homem é então, composto por dois elementos contraditórios, barro e o espírito divino; e seu esplendor e importância vêm justamente do fato de que é uma criatura bi-dimensional. (...)

"Todo homem é abençoado com estas duas dimensões, e é seu arbítrio que determina o quanto descerá em direção ao pólo de barro sedimentar que existe em seu ser, ou o quanto ascenderá em direção ao pólo de exaltação, de Deus e do espírito divino. Este embate constante acontece no interior do homem, até que ele finalmente escolha um dos pólos como determinante para seu destino. É por meio (do) arbítrio que o homem alcança superioridade sobre todas as criaturas do mundo. (...) Por exemplo, você nunca encontrará um animal realizando voluntariamente um jejum de dois dias, ou uma planta suicidando-se por tristeza. Plantas e animais não podem nem realizar grandes feitos nem cometer traição. É para eles impossível agir diferente da forma para a qual foram criados. Somente o homem pode rebelar-se contra a forma para a qual foi criado, que pode desafiar mesmo suas necessidades físicas ou espirituais: contra os ditames do bem e da virtude. (…) Ele é livre para ser bom ou mau, para se assemelhar ao barro ou a Deus.

"O arbítrio é então a maior das propriedades do homem, e a afinidade entre Deus e o homem é aparente neste fato. Pois é Deus que sopra sobre o homem parte de Seu próprio espírito e o faz possuidor de Sua Confiança (...). O homem pode agir como Deus, mas somente até certo ponto; ele pode agir contra as leis de sua constituição fisiológica somente em um grau permitido por sua similaridade a Deus. Este é um aspecto comum a Deus e ao homem, (...) a liberdade humana de ser bom ou mau, de obedecer ou se rebelar. Como é aparente na filosofia do homem no Islã, ele é um ser bi-dimensional e necessita, dessa forma, uma religião que seja também bidimensional e exerça sua força nas duas direções diferentes e opostas que existem no espírito e na sociedade humana. Somente então o homem será capaz de manter equilíbrio. A religião necessária é o Islã. (...) A conclusão a que desejo chegar é: no Islã, o homem não é humilhado perante Deus, pois é parceiro de Deus, Seu amigo e possuidor de Sua Custódia sobre a terra. Ele goza de afinidade com Deus, foi instruído por Ele, e viu todos os anjos de Deus prostrando-se frente a si. O homem bidimensional, possuindo o fardo de tal responsabilidade, precisa de uma religião que transcenda a orientação exclusiva para este ou

---

(Aiatolá Taleqani); "As obras de Chariati foram essenciais para a revolução. As do Imã Khomeini não eram exatamente adequadas para conquistar a nova geração" (Aiatolá Beheshti).

para o próximo mundo, e o permita manter um estado de equilíbrio. É só uma religião como esta que capacita o homem a cumprir sua grande responsabilidade".

Ideologicamente radicalizada, tanto na sua vertente islâmica quanto na sua vertente laica, a revolução iraniana desdobrou-se socialmente, adquirindo um conteúdo *de classe*. O funcionalismo público e os empregados dos bancos tiveram um papel fundamental na exposição da corrupção do regime. Escriturários dos bancos abriram os livros para revelar que nos últimos três meses de 1978, um bilhão de libras tinham sido retirados do país por 178 membros da elite, imitando o Xá, que tinha transferido uma quantia similar para os EUA. A classe dominante estava ocupada preparando un cómodo exilio. Depois de enviar sua família ao exterior, o Xá enviou mais um bilhão de dólares aos EUA (além de outro bilhão enviado anteriormente a Bonn, a Suiza e outras partes do mundo). A autocracia e seus esbirros, incluída a policia política, saquearam o Tesouro Nacional, e isto veio a público. As massas, furiosas, responderam queimando mais de 400 bancos.

A 25 de novembro, recomeçou a greve geral na refinaria de petróleo de Chahr-Rey, perto de Teerã. A 4 de dezembro, a greve era geral. Surgiram comitês operários independentes, sobretudo no setor petroleiro. A revolução democrática esboçava transformar-se em *revolução proletária*. Em 12 de dezembro, cerca de dois milhões de pessoas inundaram as ruas de Teerã para protestar contra o Xá. O aiatolá Khomeini, do seu lado, permanecera no Iraque, até ser forçado a sair do país em 1978, altura em que foi viver em Neaufle-le-Château, perto de Paris, na França. De acordo com Alexandre de Marenches (chefe do *Service de Documentation Extérieure et de Contre-Espionnage*, os serviços secretos franceses), a França teria proposto ao Xá um "arranjo de um acidente fatal de Khomeini". O Xá declinou, argumentando que isto faria dele um mártir.

No mesmo mês de dezembro de 1978, num dos momentos decisivos da revolução, os trabalhadores do setor do petróleo entraram em greve geral e deixaram de bombear os cerca de 6,5 milhões de barris que o país produzia por dia. Privados de imprensa livre, partidos políticos representativos e entidades estudantis, os iranianos voltaram-se para o único fórum que permanecera aberto: as 80 mil mesquitas existentes no Irã. A mais importante contribuição do clero para o movimento foi emprestar-lhe sua secular estrutura de comunicações no interior do país. Quando os aiatolás ditavam palavras de ordem políticas para a população, elas eram imediatamente transmitidas, para baixo, em direção a uma rede de 18.000 *mullahs* - sacerdotes paroquiais - e, ainda num degrau inferior, para 600.000 *saias*, crentes considerados como "descendentes diretos" do profeta Maomé.

O exército monárquico começou a se desintegrar, na medida em que os soldados se recusaram a atirar nos manifestantes, e passaram a desertar. O país estava falido. Não bastasse o corte nas receitas do petróleo, em novembro e dezembro de 1978, diante da absoluta incapacidade de se tocar qualquer negócio no país, mais de três bilhões de dólares fugiram do Irã. O Xá concordou em introduzir uma constituição, porém já era tarde para isso. Com a pressão do presidente norte-americano Jimmy Carter (que ameaçou embargar o suprimento de armas) o regime fez concessões, libertando 300 prisioneiros políticos, relaxando a censura e reformando o sistema judicial. Este relaxamento conduziu ao aumento dos protestos da oposição, e escritores passaram a reivindicar a liberdade de pensamento. O ataque à figura do imã Khomeini na imprensa oficial do país, foi um elemento dentro de um ciclo ascendente de lutas. A maioria da população centrava suas expectativas em Khomeini, e, quando ele pediu o fim completo da monarquia, o Xá foi forçado a abandonar o país, a 16 de janeiro de 1979. O rei transferiu o governo para Chapour Bakhtiar, um "liberal" tido como liderança moderada da oposição (Frente Nacional) ao regime.

A política iraniana dos EUA entrara num colapso total. O embaixador em Teerã, William Sullivan, se opunha a qualquer entendimento com o aiatolá Khomeini. Zbigniew Brzezinski,

Assessor de Segurança Nacional, defendia irrestrito apoio ao governo do Irã, mediante, inclusive, como veremos, a repressão militar. Segundo o historiador Moniz Bandeira, os EUA queriam a liberalização do regime, mas depois de que a ordem fosse restaurada, não importando os meios para isso, através de um governo de coalizão, ou da repressão militar, ou ambos.[472]

Chapour Bakhtiar impôs como condição para assumir que o Xá abandonasse o país, e comprometeu-se a substituir a monarquia por uma república. O Pentágono e o Departamento de Estado elaboraram planos de contingência para defender os campos de petróleo. O presidente Carter enviou a Teerã o general Huizer, com a missão de assistir os militares iranianos, e assegurar-lhes o respaldo dos Estados Unidos na eventualidade de um "enfrentamento com o povo". Caso o governo de Bakhtiar não conseguisse abafar a crise, a "*option C*" seria implementada, mediante a execução de um golpe militar para reprimir a insurreição e restaurar a ordem.

Em agosto de 1978, depois do incêndio de um cinema, provocado pelos serviços repressivos em Abadã (com 400 mortes), 50 mil pessoas manifestaram ameaçando "queimar o Xá". Em setembro aconteceu o massacre da "sexta-feira negra", em que entre 2.000 e 4.000 pessoas foram mortas pelas forças de segurança. A Praça Jaleh, teatro do massacre, foi, depois da revolução, rebatizada "Praça dos Mártires". Em finais de 1978, as TVs do mundo inteiro mostravam um espetáculo surpreendente e inesperado. As ruas das principais cidades do Irã se enchiam de manifestantes que, lançando vivas ao imã Ruhollah Khomeini, reclamavam o fim do governo ditatorial, a monarquia pró-EUA encabeçada pelo Xá Mohammed Reza Pahlevi. A ação repressiva do exército e da polícia, fiéis ao regime, não conseguia deter a determinação dos manifestantes. Estes eram massacrados às dúzias e centenas, só para retornarem mais numerosos no dia seguinte. O povo iraniano, literalmente, oferecia seu peito às balas, e até aos blindados da polícia e do poderoso exército imperial.

O aiatolá Khomeini retornou finalmente ao Irã, vindo da França (seu último exílio) em 1° de fevereiro de 1979, e chamou de imediato a deixar sem efeito o regime imperial, proclamando a "República Islâmica do Irã". Em declarações ao jornal *Ettelaiat*, Khomeini deixava claro qual seria seu papel na revolução em curso: denunciou a dança e o cinema como anti-islâmicos, e anunciou que a liberdade de expressão excluiría, de saída, tudo aquilo que não fosse "de interesse nacional". Bastaram onze dias de presença de Khomeini em Teerã, após um exílio de quinze anos, para que a insurreição iraniana, com uma alternativa política "visível" na figura de Khomeini, ganhasse os contornos definitivos de um verdadeiro assalto ao poder. A recepção ao aiatolá contou com cerca de cinco milhões de pessoas nas ruas. Uma greve total paralisava o Irã há dois meses. O Xá fugiu para os EUA (onde morreria poucos anos depois, no mais completo ostracismo), com sua charmosa família e seu séquito de parasitas *bon vivants*.

A recepção ao aiatolá contou com cerca de cinco milhões de pessoas. Uma greve total paralisava o Irã há dois meses. O primeiro-ministro Chapour Bakhtiar, no entanto, reiterou que não admitiria um poder paralelo ao seu governo. Mas, antes do retorno de Khomeini, colaboradores do aiatolá comunicaram que o líder xiita organizaria o "Conselho da Revolução Islâmica", que governaria provisoriamente o Irã após a queda do governo de Bakhtiar. Acrescentaram que armas estavam sendo distribuídas à população: "Ainda não foi dada a ordem de utilizá-las, mas a hora se aproxima". Quando o Boeing 747 da Air France pousou no aeroporto de Teerã, conduzindo o aiatolá, seu filho, cinqüenta assessores e 150 jornalistas, no aeroporto havia cartazes com os dizeres: "Derrubemos o regime faraônico", "a nação muçulmana do Irã aceita de todo o coração o Conselho Revolucionário Islâmico eleito pelo grande líder".

---

[472] Luiz Alberto Moniz Bandeira. *Formação do Império Americano.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.

Quando Khomeini, envolto em suas vestimentas escuras, apareceu na porta do avião, a multidão que cercava o aeroporto irrompeu em uma aclamação. Protegidos por membros de uma "polícia islâmica" - cinquenta mil voluntários foram organizados para proteger o aiatolá - Khomeini foi conduzido, em um automóvel, ao salão de honra do aeroporto. Personalidades políticas e religiosas esperavam o aiatolá, entre elas o aiatolá Taleghani, líder religioso de Teerã; Karin Sanjabi, presidente da Frente Nacional de Oposição; representantes das igrejas síria e armênia; e inúmeros dirigentes religiosos xiitas. As primeiras declarações do líder xiita foram no sentido de que a luta contra a monarquia estava tendo êxito, mas "esta é apenas uma primeira etapa". Em seguida, Khomeini pregou a união de toda a oposição na luta contra a monarquia iraniana. A TV iraniana cobriu durante vinte minutos a chegada de Khomeini ao Irã, interrompendo em seguida a transmissão em virtude de "dificuldades técnicas".

Após deixar o aeroporto, Khomeini seguiu em carro aberto na direção do cemitério Behechte Zahra, onde estava sepultada a maior parte das vítimas da violência dos últimos meses no Irã. No cemitério Khomeini fez um discurso à nação, indicando o rumo a seguir para a proclamação da "república islâmica". Atrás do carro do líder religioso seguiam vários micro-ônibus, levando os jornalistas e dirigentes políticos e religiosos. Assim que a comitiva iniciou o percurso de 32 quilômetros que separavam o aeroporto do cemitério, o cordão de proteção formado por cinquenta mil pessoas simplesmente desapareceu, pulverizado em meio à maré negra que se estendia até onde alcançava a vista ao longo das avenidas de Teerã.

Ao alcançar a praça central da capital - rebatizada Praça Khomeini durante as últimas manifestações - o veículo que conduzia o aiatolá perdeu-se em meio à multidão que bloqueava completamente as ruas. Foi desligado o motor do automóvel do aiatolá, que passou a ser empurrado e arrastado pela multidão, que levava enormes retratos de Khomeini e gritava "Alá é grande" e "Khomeini é nosso chefe". Em vista da impossibilidade de chegar ao cemitério através das ruas completamente congestionadas, o aiatolá completou a distância em um helicóptero. Chegando a Behechte Zahra, Khomeini foi levado à tribuna instalada na "praça dos mártires da revolução", enquanto um orador afirmava que "o heróico povo do Irã deseja unanimemente o estabelecimento de uma república islâmica no país, dirigida pelo aiatolá Khomeini". Em seguida, pela primeira vez, ouviu-se o "hino da república islâmica".

Khomeini criticou em seu discurso o governo do premiê Chapour Bakhtiar, chamando-o de "ilegal", do mesmo modo que ao Parlamento, e ameaçou prender o primeiro ministro caso não

renunciasse.[473] O aiatolá criticou a dinastia Pahlevi e afirmou que a Constituição monárquica de 1906 fora estabelecida pelas baionetas, contra a vontade da nação iraniana. Khomeini também não poupou críticas aos EUA e reiterou que expulsaria os assessores militares norte-americanos do Irã. Ao sair do cemitério, o líder religioso rumou ao hospital Pahlevi para visitar os feridos durante as últimas manifestações, para mais tarde dirigir-se a uma ex-escola, especialmente preparada pelos dirigentes religiosos xiitas para receber o aiatolá.

Já em Los Angeles (EUA), o Xá Reza Pahlevi deu a última pá de cal ao seu próprio regime. Ele dera instruções ao exército iraniano para "atirar à vontade" contra os manifestantes, durante sua ausência, com o objetivo de provocar uma guerra civil prolongada e facilitar seu retomo ao poder, segundo discurso de 15 minutos contido numa fita, divulgada pela emissora de televisão KNTX, operada pela cadeia CBS. O discurso era uma instrução que o Xá dera aos chefes militares dias antes de abandonar o Irã, gravada numa fita, posteriormente retirada do país, por um general de exército dissidente. A fita fora entregue à CBS por um representante da Frente Nacional de Oposição nos Estados Unidos; suas reproduções eram vendidas a dois ou três dólares nas ruas de Teerã: "Criando hostilidade e ódio entre o Exército e o povo, ordenando aos soldados para atirar a vontade e matar, vocês poderão jogar estas duas forças poderosas uma contra a outra. Uma longa guerra civil, assim criada, nos dará tempo suficiente para que possamos idealizar contramedidas, como, por exemplo, a formação de um governo que seria aceitável até certo ponto pelo povo", dizia a voz gravada, identificada pelos especialistas como sendo a do Xá: "O povo não deve ter liberdade em excesso, pois já mostrou que não merece esta bênção que lhe concedi", dizia o infeliz, a essa altura já desligado de toda realidade. Como diziam os antigos inimigos dos persas, “Zeus enlouquece àqueles a quem quer perder”.

Ao discursar na "praça dos mártires da revolução", Khomeini convocou a uma "guerra santa" contra o governo de Bakhtiar. Sobre a monarquia iraniana e a dinastia dos Pahlevi, disse: “A dinastia Pahlevi foi desde o começo contra as normas. A Constituição que a estabeleceu (a Constituição de 1906) foi imposta, a nação não a desejava. Estabeleceram a Constituição com as baionetas e forçaram a aprovação das leis... Ele (o Xá) ainda está tentando um meio de voltar. O Irã sofreu cinquenta anos de tirania. Perdemos tudo, nosso solo, nossa cultura”. Sobre o governo de Bakhtiar e o parlamento: "O Parlamento e o governo são ilegais. Se eles continuarem no poder, nós os prenderemos e eu atirarei contra suas bocas... *Nem o Exército nem o povo* considera o governo de Bakhtiar legal". "Acreditais por acaso que o Parlamento atua em vosso nome? O Parlamento é ilegal porque o Xá é ilegal. Processarei os membros do governo do premiê Bakhtiar em tribunais que eu mesmo designarei". Sobre o Exército iraniano e os EUA: "Queremos um Exército livre, orgulhoso e sólido... Unam-se (os militares) à maioria do povo e deixem de assassinar os filhos do Irã... Queremos que vocês (os generais iranianos) sejam independentes dos assessores norte-americanos”. Khomeini se punha à cabeça da revolução exatamente para que ela preservasse, não destruísse, aquela que tinha sido a base do regime agora em retirada: as Forças Armadas. Ou seja, para limitar decisivamente o alcance da revolução.

No entanto, nas ruas de Teerã e nas principais cidades, homens e mulheres enchiam de terra sacos de estopa, levantavam barricadas com tijolos e madeira. E muitos entre eles traziam faixas de tecido branco na testa, símbolo muçulmano da disposição de morrer em combate.

---

[473] Uma recém-criada organização trotskista iraniana, momentaneamente unificadas suas correntes internacionais (a “oficial”, o Secretariado Unificado da IV Internacional, e a “crítica”, a corrente chamada “lambertista”, de Pierre Lambert), defendeu nesse momento a palavra de ordem de “Assembleia Constituinte com ou sem Bakhtiar”, ou seja, conseguiu se situar politicamente à direita de Khomeini. Não teve, por isso, nenhuma participação na insurreição nacional que derrubou o governo transitório criado pelo Xá (Bakhtiar), condenando-se ao ostracismo e à irrelevância política (Osvaldo Coggiola. La revolución permanente en Irán. *Politica Obrera* n° 297, Buenos Aires, julho 1979).

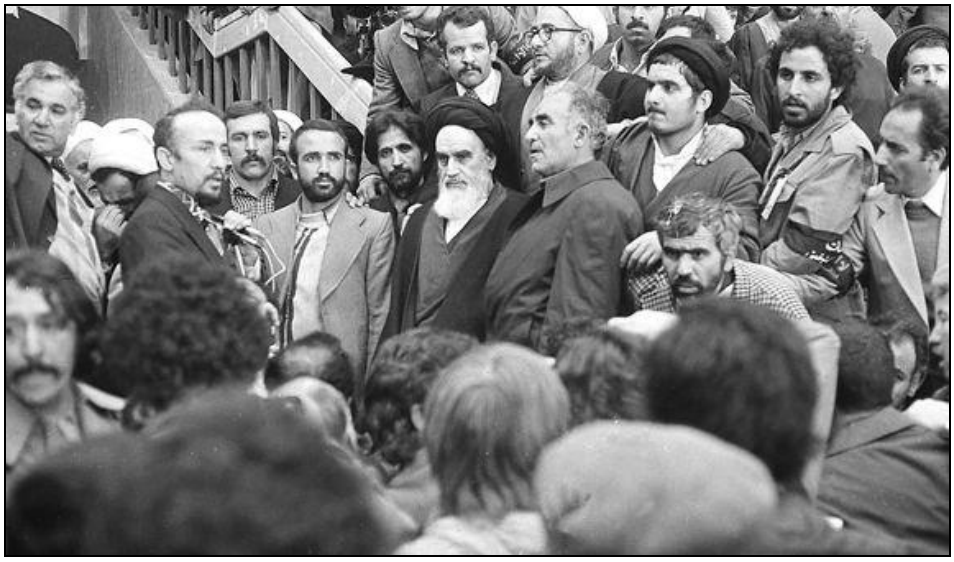
Envoltas em seus véus negros, os *tchadors*, mulheres de todas as idades ocupavam-se em uma frenética fabricação de coquetéis Molotov. E pelas esquinas de Farahabad, bairro no setor leste de Teerã, jovens interrompiam os passantes para colocar-lhes nas mãos uma metralhadora, um fuzil, um pau ou uma pedra - o convite para juntar-se à *Jihad*, a "guerra santa" islâmica que começava a engolfar o Irã. Um ano depois das primeiras passeatas contra o regime do xá Mohammed Reza Pahlevi, que governara o país com mão de ferro durante 37 anos, era toda a população de Teerã e outras cidades a que se sublevava para tomar o poder pelas armas. O sábado 10 de fevereiro foi um dia sangrento na capital do Irã. Durante todo o dia, multidões investiram contra quartéis, delegacias de polícia e outros postos de resistência da monarquia. A cidade cobriu-se de grossas espirais de fumaça que, aqui e ali, indicavam tanques do exército e edifícios públicos incendiados. Tudo que se ouvia eram explosões e tiros.

"Todo mundo tem direito a participar do governo deste país"

Ouviam-se também e principalmente os gritos dos seguidores do aiatolá Khomeini, que insuflavam ao povo por meio de alto-falantes. No final da tarde, combatia-se por toda a cidade. Pelo menos 200 mortos e 800 feridos haviam sido recolhidos das ruas. E a fúria do levante popular trazia à lembrança de um mundo surpreso, cenas que se acreditava definitivamente arquivadas nos livros de história ou nos relatos do passado. Os cadetes da base aérea Dashan Tadeh se amotinaram contra seus oficiais. As Forças Armadas, a única instituição que ainda barrava o avanço das massas iranianas rumo ao poder em Teerã, começavam a ceder. Unidades da Guarda Imperial, tropa de elite fiel ao governo do primeiro-ministro Chapour Bakhtiar, foram chamadas para sufocar o levante. Mas os soldados mal haviam chegado a Dashan Tadeh quando milhares de populares armados surgiram nas imediações da base para reforçar a posição dos cadetes. Começou então a batalha - e o sangue não deixaria mais de correr até a derrocada final do governo.

Os combates não tardaram a estender-se a um arsenal militar situado nas proximidades, o de Eshratabad, e prolongaram-se durante toda a noite. Na manhã de domingo, finalmente, renderam-se os últimos oficiais leais ao governo. Pouco depois, o Estado-Maior das Forças Armadas comunicava que as tropas seriam chamadas de volta aos quartéis, "para evitar mais derramamento de sangue e anarquia". Era, na prática, a retirada de apoio militar ao desprestigiado governo de Bakhtiar, um advogado de 63 anos. Os soldados começaram a fraternizar com a multidão, gritando: "Nós estamos com o povo". De imediato, o primeiro-ministro Bakhtiar, que, segundo as primeiras versões, teria se suicidado, apresentou sua renúncia.

O estrategista norte-americano Zbigniew Brzezinski, que ocupava postos de comando estratégicos dos EUA, durante a revolução de 1979 foi um "defensor do punho de ferro", que exigiu do Xá que "esmagasse" e matasse tanta gente quanta necessária para se manter no poder (isto está relatado em *The Iranian Revolution: an Oral History* de Henry Precht, nessa altura Chefe do Gabinete sobre o Irã do Departamento de Estado dos EUA). Na mente dos peritos em estratégia, só parece haver lugar para os interesses e conflitos entre Estados, não para a luta de classes, que faz explodir, justamente, as bases dos próprios Estados. Com a vitória da insurreição dos dias 10 e 11 de fevereiro, a ordem antiga foi varrida para sempre. A população ficou consciente de seu poder, mas não consciente de como organizar o poder que agora estava em suas mãos.



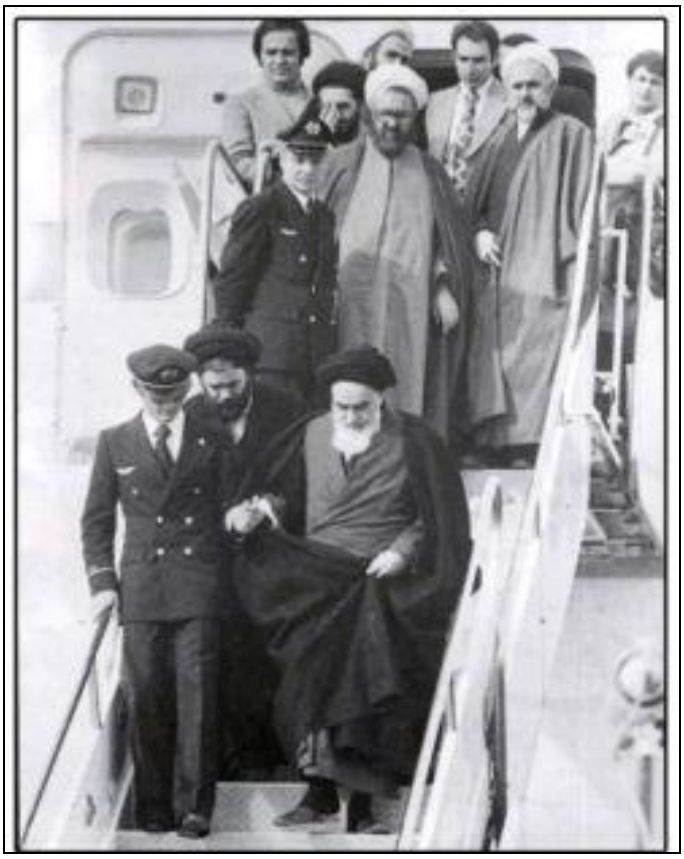
Khomeini em Teerã

Uma explosão de júbilo tomou conta da capital, mas a comemoração foi breve. Em poucas horas espalharam-se rumores de que a saída de cena das Forças Armadas não passara de um blefe dos comandos militares. De Dashan Tadeh a massa humana dirigiu-se contra o Palácio Golestan, uma ex-residência do Xá, depois destinada a hóspedes de Estado. Depois, investiu contra o escritório do primeiro-ministro Bakhtiar, que, àquela altura, estava desaparecido. A casa de Bakhtiar também foi saqueada, como a sede da missão comercial de Israel, a sede da missão militar americana - já abandonada pelos seus ocupantes - e o prédio onde funcionava a Câmara Baixa do Parlamento. Não faltou nem mesmo um apoteótico assédio à maior prisão iraniana, a de Jamshidiyeh, em Teerã. De um só golpe, nada menos de 11.000 presos, muitos deles criminosos comuns, ganharam a liberdade.

Mas a massa popular queria, também, acertar contas com alguns membros do antigo regime encarcerados por corrupção. Suas presas mais desejadas eram o ex-primeiro-ministro Amir Abbas Hovejda, que ocupou o posto por treze anos, e o ex-chefe da odiada polícia política, a *Savak*, general Nematollah Nasiri. Hovejda e Nasiri, que haviam sido presos por ordem do Xá no final de 1978, como uma concessão aos opositores do regime, foram salvos do linchamento pela chamada "guarda islâmica" de Khomeini - a esta altura abrindo fogo não mais para derrubar o governo, mas sim para tentar recompor alguma ordem. Salvos, mas não por muito tempo. Ambos foram conduzidos a um cárcere improvisado no quartel-general do aiatolá. E, na sexta-feira, após um julgamento sumário, Nasiri foi fuzilado juntamente com mais três generais - as primeiras de uma série de cabeças que rolaram. Nos anos sucessivos, porém, não foram só figuras do antigo regime as que passaram pelo pelotão de fuzilamento.

UMA REVOLUÇÃO EXPROPRIADA

Com a “revolução islâmica” uma época histórica se fechava para o país, e uma nova etapa se abria para todo o “mundo islâmico”, e para o mundo todo. O exército iraniano dissolveu-se, assim como a *Savak*, e o *Majilis*, a assembleia dos deputados que sustentavam o regime deposto. Todo o sistema político-militar iraniano, apoiado diretamente pelo imperialismo ocidental desde 1953, ruíra. Antes de 1979, para os EUA o Irã era uma barreira crucial contra os avanços soviéticos no Oriente Médio e no Sul da Ásia. Suas reservas de petróleo eram vitais para o interesse “ocidental” em geral.



Chegada do aiatolá Khomeini a Teerã

A vitória das massas iranianas desarmadas sobre um exército poderoso, municiado e treinado pelos Estados Unidos, infundiu uma notável confiança nas sociedades islâmicas. A vitória do movimento popular iraniano alterou radicalmente as perspectivas do Médio Oriente como um todo. As mensagens de Khomeini no exílio eram distribuídas através de fitas cassetes que entravam clandestinamente no Irã em pequenas quantidades. Uma vez lá, elas eram reproduzidas e propagadas. As massas interpretaram o chamado para uma República Islâmica como uma república do povo, e não dos ricos, onde suas demandas seriam atendidas.

Do ponto de vista das relações internacionais, e da política mundial dos EUA, o Ocidente capitalista perdera um de seus mais importantes peões no Oriente Médio. Com seus 2.600 quilômetros de fronteira com a União Soviética, o Irã era uma base ideal para os sofisticados aparelhos americanos de acompanhamento eletrônico das atividades militares e espaciais soviéticas. Mais do que isso, o Irã era uma fonte vital de petróleo para Europa, Japão e os EUA. E, para completar, empenhava-se de bom grado na missão de "policiar" o estratégico Golfo Pérsico. Mas a derrota ocidental no Irã não se limitava à perda de um "protetorado": era a admissão do fracasso do sistema de "Estados-clientes", que florescera nos anos da guerra fria. A chamada “defesa ocidental” baseara-se em pactos regionais centrados em "Estados-clientes"

- países intermediários que se alinhavam aos interesses estratégicos americanos em troca de ajuda econômica e militar: com a revolução iraniana, os "Estados-clientes" já não eram mais confiáveis.

Segundo Ken Pollack, antigo analista da CIA e perito sobre o Irã da Brookings Institution, para evitar o alastre da revolução iraniana, os EUA fizeram um acordo com os *mullahs* numa reunião secreta organizada pelo general norte-americano Gerry Huizer, que liderava uma missão em nome do presidente Jimmy Carter. Os EUA teriam deixado os *mullahs* chegar ao poder porque tiveram medo que, se a revolução continuasse, desse lugar ao crescimento de forças mais radicais.[474] Ou seja, que em vez da *option C*, os estrategistas norte-americanos tiveram que inventar uma "*option*" no calor dos acontecimentos. E, de fato, no dia seguinte à derrubada do Xá, a supressão da esquerda começou no Irã, o que levaria finalmente ao enforcamento do líder do *Tudeh* e ao massacre de militantes do Partido Comunista e, sobretudo, de outras forças da esquerda mais radicais.

Khomeini e o clero xiita estavam longe de ser a única força política no campo revolucionário. Com a tomada de quartéis e arsenais ao longo do fim de semana revolucionário, cerca de 140.000 armas caíram nas mãos dos rebeldes. E, apesar dos apelos de Khomeini para que a população os entregasse à "guarda islâmica", só pouco mais de 10.000 haviam sido recuperados. A maior parte desse material estava em poder dos guerrilheiros marxistas, como os do grupo *Fedayin Khalq*. Criada em 1971, esta organização de esquerda uniu-se ao movimento liderado por Khomeini para a derrubada do Xá, mas mantinha sua independência política e organizacional. No governo provisional, uma disputa em surdina acontecia entre o clero xiita e a ala "laica" (ou liberal): o premiê provisório Mehdi Bazargan insistia em coletivas de imprensa em que o governo iria proclamar uma "República Democrática Islâmica", em vez de uma "República Islâmica", sem mais. Bazargan rejeitava modelos "como os da Líbia, ou da Arábia Saudita". A radicalização da revolução varreu, no entanto, a alternativa democrático-liberal.

Na verdade, um "duplo poder" prevaleceu em Teerã em fevereiro de 1979. Os governantes do regime deposto fugiram, enquanto os trabalhadores, que sustentaram as fábricas e refinarias, organizaram comitês democráticos de trabalhadores e pegaram as armas das fragmentadas forças armadas. A euforia unitária da revolução, na verdade, durou pouco. A luta eclodiu entre as várias agrupações de esquerda e os líderes religiosos. Os *fedayin*, estimulados pelas armas que detinham, defendiam a criação de um "exército popular" para substituir as Forças Armadas, e também a transformação do conselho de representantes eleitos das comissões de greve em um "conselho revolucionário" - o que equivaleria, na prática, a um *soviet*. E reivindicavam o controle das grandes instituições nacionalizadas, como a Companhia Nacional de Petróleo e a Rádio e Televisão Nacional.

O "duplo poder" social baseados nos comitês, *shuras*, teve certa extensão nacional. A população assumiu o controle de várias cidades e povoados, em especial no norte azeri e na região do Mar Cáspio (Zanjan, Orumich, Salmas, Ardabil Maraghel e Abjasheer). Os *shuras*, comitês operários, surgiam da experiência imediata, e onde existiam assumiram o debate e direção das questões cotidianas, assim como os *soviets* da revolução outrora acontecida na Rússia. Houve também *shuras* na Força Aérea, depois da insurreição desta contra o antigo

[474] Segundo Ramez Philippe Maaluf, "há fortes indícios de que o aiatolá Khomeini tenha sido levado ao Irã, em 1979, com aprovação no mínimo tácita dos EUA, para esmagar a esquerda iraniana e promover a guerra contra o Iraque, a fim de derrubar o governo ba'athista iraquiano. É preciso lembrar que, durante todo o mandato presidencial de Richard Nixon (1968-74), o Irã, sob o regime do xá Reza Pahlevi, foi armado pelos EUA, de modo que se converteu na maior potência militar do Oriente Médio (OM) e uma das maiores potências militares do mundo com o objetivo de neutralizar a influência regional do governo socialista e pró-soviético do Ba'ath iraquiano, liderado por Saddam Hussein, no momento em que a Inglaterra se retirava do Golfo Árabe-Pérsico".

regime. Os *shuras* se opunham as demissões, cobravam os salários atrasados, etc. Khomeini mandou os trabalhadores voltar ao trabalho, e procurou assentar a autoridade do Estado (ainda que o Estado estivesse quase dissolvido) declarando que "*qualquer desobediência ou sabotagem ao governo provisional será considerada como oposição à revolução islâmica*". A "revolução islâmica" virava a tábua de salvação do Estado, contra a emergência, certamente ainda embrionária, da ordem própria e independente dos explorados. Esse era, finalmente, seu verdadeiro conteúdo.

Houve então um ataque à embaixada dos Estados Unidos em Teerã, que só terminou com a intervenção de uma força armada pró-Khomeini. Depois de quase duas horas de cerco pelos *fedayin*, os dezoito fuzileiros navais que defendiam a embaixada haviam recebido ordem do embaixador William Sullivan para que se rendessem devido ao maior poder de fogo dos atacantes. Estes já estavam retirando os 140 ocupantes da embaixada, sob a mira de fuzis, quando a "guarda islâmica" os resgatou. Havia, por outro lado, um foco de resistência do antigo regime na cidade de Tabriz, capital da província de Azerbaijão, no norte, a 100 quilômetros da fronteira com a União Soviética. Ali, agentes da *Savak* enfrentaram os manifestantes populares, com um saldo de 700 mortos.

Muito mais que o Partido Comunista do Irã, o *Tudeh* – que estava na clandestinidade desde 1949 – eram os grupos "marxistas-leninistas" *fedayin* os que apareciam mais ativos. Seu quartel-general era a Universidade de Teerã e foram eles, na verdade, os que tomaram a dianteira nos combates de rua. Também conquistaram posições junto aos trabalhadores dos campos petrolíferos. Chapour Bakhtiar, tido como um veterano oposicionista, que abandonou os correligionários ao aceitar sua nomeação pelo Xá e fora obrigado a deixar o governo pela revolução, fugiu do país (anos depois seria assassinado em Paris), sendo substituído no governo por Mehdi Bazargan, um ex-companheiro de luta política, agora dirigente e cabeça visível da Frente Nacional de Opoisição.

O "tecnocrata muçulmano" foi designado para o posto por Khomeini. Bazargan, ex ministro de Mossadegh e fundador do Conselho de Direitos Humanos, teve de saída a concorrência da guarda revolucionária xiita (*pasdaran*), que prendia, julgava e executava sumariamente membros do antigo governo do Xá e militantes de grupos rivais. Bazargan renunciou em novembro, após a invasão da embaixada americana pelos militantes xiitas.

A invasão da embaixada dos EUA em Teerã

Em agosto de 1979 se anularam os acordos de compras de armas aos EUA pelo Irã, e se interrompeu o fornecimento de petróleo para esse país. Devido ao asilo que outorgaram os EUA ao Xá – justificando-se em motivos de saúde – em novembro se produziu a tomada da embaixada americana em Teerã, e do seu pessoal como reféns, um total de 53 pessoas. A tomada de reféns na embaixada, logo após o ex Xá receber permissão para entrar nos EUA para tratar um câncer, foi largamente usada para manipular a opinião pública norte-americana. A Operação Ajax de 1953 não era conhecida, ou era considerada mais uma das várias teorias da conspiração que surgem de tempos em tempos sobre determinado fato. Ao protestarem contra a entrada do Xá nos EUA, os estudantes iranianos temiam uma repetição da Operação Ajax para conduzi-lo novamente ao poder.

A ação visava também pressionar e liberar recursos iranianos congelados – aproximadamente 23 bilhões de dólares - em contas nos Estados Unidos. Os funcionários norte-americanos foram tomados como reféns, e o governo iraniano, ainda "civil", de Bani Sadr, não conseguiu promover uma solução negociada. A URSS se pronunciou pela devolução imediata dos reféns e a desocupação da embaixada *ianque*, a mesma coisa fez a China. Irã estava sozinho. Em abril de 1980, tropas norte-americanas tentaram um resgate, mas a operação fracassou. A "missão de salvamento" ordenada pelo presidente Jimmy Carter falhou quando os helicópteros enviados tiveram de enfrentar condições adversas de tempo do deserto em Tabas, e se espatifaram contra o solo, matando seus tripulantes.[475] Isso reforçou a ala do clero xiita no governo iraniano. Khomeini afirmou a 23 de fevereiro de 1980 que o parlamento iraniano iria decidir o destino dos reféns da embaixada americana.

Muitos comentaristas políticos apontaram essa trapalhada militar de Carter como principal causa da sua derrota nas eleições seguintes (1980), ganhas pelo republicano Ronald Reagan. Documentários televisivos posteriores mostraram, de fato, que houve uma negociação secreta entre Ronald Reagan e o Irã para alongar a crise até às eleições. Pouco depois de Reagan ser eleito o problema foi "milagrosamente" resolvido. Em janeiro de 1981, após 444 dias de cativeiro, os reféns da embaixada norte-americana foram libertados por meio de gestões diplomáticas da Argélia. Os recursos do Irã depositados em bancos ocidentais foram liberados, a vitória do Irã foi total. 23 bilhões de dólares, congelados em bancos norte-americanos, foram devolvidos ao Irã. Os reféns voltaram aos EUA, Reagan marcou pontos na agenda internacional, e o Irã recebeu uma compensação em forma de armamentos, que depois voltaram aos EUA, no chamado "escândalo Irã-contras", em que as armas foram para nas mãos da contrarrevolução nicaraguense que hostilizava o regime sandinista instaurado depois da revolução de 19 de julho de 1979.

Finalmente, em dezembro se ditou uma nova constituição, teocrática. A *Sharia*, Lei Islâmica, foi adotada. As religiões existentes no país passaram a ter seus próprios tribunais. Os cristãos armênios, cristãos assírios, cristãos caldeus, zoroastras e judeus ganharam direito de ter seus representantes na Assembleia do país. A política internacional do país, no entanto, era fortemente contrária ao Estado sionista. Eram tempos de *détente*, quadro no qual os Estados Unidos e União Soviética passaram a buscar a "pacificação" do Oriente Médio, sobre a base das fronteiras e equilíbrios estabelecidos conjuntamente depois da Segunda Guerra Mundial. Nesse quadro, a revolução iraniana foi o fator que introduziu um novo fator de desequilíbrio no desenho do Oriente Médio feito pelos *maîtres du monde*, provocando uma nova ofensiva diplomática dos EUA em busca de um acordo estratégico entre Israel e os países árabes.

---

[475] O semanário humorístico francês *Charlie Hebdo* mostrou, na sua capa, uma caricatura dos corpos carbonizados dos "boinas verdes" dos EUA, diante do olhar surpreso de alguns camponeses iranianos. O título que ilustrava a capa: "*Carter offre un méchoui aux iraniens*". *Méchoui* é um churrasco à moda árabe...

Como disse um correspondente norte-americano, à época: "*O Egito está convencido de que, justamente por causa da turbulência espalhada na área pela revolução iraniana, este é o momento de fazer a paz. Um acordo egípcio-israelense contribuiria para estabilizar a área. Mais ainda, o Egito, liberado seu exército de guardar as fronteiras com Israel, tem acenado com a possibilidade de desempenhar ele o papel antes desempenhado pelo Irã, de polícia do mundo do petróleo. Até mesmo, para demonstrar suas intenções, o presidente egípcio Anuar Sadat enviou, nas últimas semanas, um punhado de assessores militares a Omã, como faria o Xá. E os Estados Unidos, aparentemente, mostram-se sensibilizados com as posições egípcias. Resta saber se os israelenses cederão - eles que, até agora, raciocinando de maneira totalmente inversa, têm pregado que a instabilidade no Irã é um motivo a mais para não renunciar aos territórios ocupados nem estender a mão com demasiada pressa aos inimigos árabes*".

Em finais de 1979, o primeiro-ministro Mehdi Bazargan, encarregado de construir as instituições da "república islâmica", através de um plebiscito popular sobre o abandono formal da monarquia e de eleições para uma Assembleia Constituinte, renunciou, incapaz de duelar simultaneamente com a esquerda armada, os guardas islâmicos e as dificuldades econômicas. Em janeiro de 1980, Abolhassan Bani-Sadr foi eleito (ou melhor, designado) presidente e formou um governo de coalizão para realizar reformas democráticas "moderadas". Mas em agosto foi obrigado a aceitar a indicação de Ali Radjai, homem dos *mullahs*, para primeiro-ministro. Também enfrentou a crise com os EUA e se viu diante da invasão iraquiana, em setembro. Os choques dos militantes xiitas contra Bani-Sadr o levaram a exilar-se em junho de 1981.

A classe trabalhadora encabeçou a luta contra o Xá através de manifestações, de uma greve geral de quatro meses, e finalmente de uma insurreição nos dias 10 e 11 de fevereiro de 1979. A classe operária iraniana, a grande força da revolução esteve organizada nos *shuras* até 1981. A despeito do heroísmo dos trabalhadores, estudantes e juventude, havia ausência de uma direção marxista. As maiores forças de esquerda no Irã na época eram o Partido Comunista *Tudeh*, a guerrilha marxista *Fedayin Khalq*, e a guerrilha islâmica *Mujahedeen*. Apesar da grande militância e de uma forte estrutura e armamentos, não possuíam uma política independente para a classe trabalhadora. No momento álgido da revolução impulsionavam palavras de ordem como: "Vingança contra o brutal Xá e seus amigos imperialistas americanos", ou: "Uma república socialista baseada no Islã".

No momento crítico do destino da mobilização das massas, quando o poder real parecia estar em mãos da esquerda, o *Tudeh* fixou o objetivo de estabelecer uma "República Muçulmana Democrática", ou seja, renunciou ao papel de liderança da revolução para seguir a agenda política dos *mullahs*. Diante do retorno triunfante do exílio de Khomeini, o *Tudeh* imediatamente declarou seu apoio total à formação do Conselho Revolucionário Islâmico. A revolução foi de fato tomada das mãos dos trabalhadores em 1979 devido, principalmente, à política das organizações de esquerda. Os *mullahs* militantes estavam em posição para dirigir a revolução, pois eles eram a única força com intenções políticas definidas, uma organização nacional e uma estratégia prática.

Em 1° de abril, Khomeini obteve uma vitória arrebatadora em um referendo nacional no qual as pessoas tinham uma simples escolha – República Islâmica: "sim" ou "não". No entanto, ele foi forçado a dar passos cuidadosos. Conflitos estouraram entre a Guarda Revolucionária Islâmica e trabalhadores que queriam manter as armas adquiridas durante a revolução. Khomeini denunciou aqueles que queriam manter a greve geral como "traidores que devemos socar na boca". Mas, simultaneamente, fez grandes concessões aos trabalhadores. Médicos e transportes gratuitos foram introduzidos, as contas de água e luz foram canceladas e os bens essenciais foram fortemente subsidiados.

A revolução iraniana concentrou todas as contradições do desenvolvimento histórico do país, em especial na sua fase moderna e contemporânea, como semicolônia dos imperialismos russo e britânico, no século XIX e na primeira metade do século XX, e do imperialismo norte-americano, depois da Segunda Guerra Mundial. A questão democrática (a luta contra a monarquia e pela representação popular) e a questão agrária, questões não resolvidas pelo desenvolvimento capitalista raquítico e dependente do país, se puseram contra o pano de fundo do desenvolvimento desigual e combinado da sua economia, que gerou uma moderna indústria petroleira, e um proletariado que, embora minoritário, ganhou um forte poder econômico e político. A classe operária estava concentrada nos centros de produção de petróleo para exportação, e na área de serviços de todo tipo, além da indústria dirigida ao mercado interno, concentrada na periferia da capital, Teerã.

Em 1978-1979, no Irã se produziu o vertiginoso desenvolvimento de um movimento revolucionário, no qual a classe operária lutou pela direção da mobilização de todos os explorados, movimento que desmantelou o Estado e criou uma situação revolucionária. A revolução no Irã debutou como um vasto movimento democrático dirigido pela burguesia nativa. Esse foi o caráter do movimento em seus inícios, quando tinha seu centro na "cidade santa" de Qom, onde a hierarquia religiosa xiita se pôs à cabeça da mobilização de massas contra o regime ditatorial do Xá.

Durante dois anos, o caráter e o ritmo do movimento – sua direção – foram garantidos e controlados pela hierarquia islâmica, financiada pela burguesia comercial e financeira do *Baazar*. O enfrentamento entre esse setor e o regime monárquico dominava o centro da cena política, bloqueando uma ação histórica independente das massas. O aprofundamento do enfrentamento teve, porém, uma consequência não desejada por nenhuma das frações burguesas ou clericais em disputa: a crescente afirmação do proletariado no interior do movimento democrático e antiimperialista. Uma transformação do processo revolucionário aconteceu quando o proletariado começou a combater com seus próprios métodos (greves, ocupação de fábricas) o regime do Xá. A ampliação do combate democrático conduziu a classe operária a tornar-se mais independente da direção burguesa e religiosa.

O centro geográfico do movimento, então, deslocou-se para os centros petroleiros de Abadán e para a própria cidade capital de Teerã. Foi a partir da greve geral petroleira de outubro de 1978 que começou a conta regressiva do governo do Xá. E foi também a partir dessa data que começaram a se desenvolver os comitês operários nos centros petrolíferos e no cinturão industrial de Teerã, além de 105 comitês de bairro na própria capital. Estas ações testemunhavam a vontade do movimento operário de dar seu selo de classe à revolução democrática, transformando-a. Foi essa transformação interna da mobilização revolucionária a que determinou que a original intransigência da direção khomeinista fosse cedendo lugar para uma vontade de saída nos quadros do regime, uma transição que preservasse o exército, mas que incluísse também as frações burguesas até então excluídas.

A tentativa de conciliação com o antigo regime (que chegava até à possibilidade de uma monarquia constitucional) foi evidente quando o primeiro ministro Bazargan confessou a existência de um acordo, do qual um aspecto era a nomeação de Chapour Bakhtiar (membro da Frente Nacional de Oposição) como primeiro-ministro, pelo próprio Xá: “Estimávamos que devíamos organizar, depois da partida do Xá e da instauração de um Conselho da Coroa, eleições gerais e livres, que teriam aberto a via para a designação de uma Assembleia Constituinte, para transformações radicais, e depois a transferência do poder”. Chapour Bakhtiar, presidente do Conselho, se teria unido a esse projeto, do mesmo modo que os chefes do exército e da policia, segundo informou o bem informado correspondente *sur place* de *Le Monde*, a 15 de maio de 1979.

Mas o movimento proletário expresso na greve geral possuía já um alto grau de independência respeito à direção burguesa, e tinha por trás um colossal movimento de massas. Sua expressão rotunda foi a insurreição popular de 10, 11 e 12 de fevereiro de 1979, que quebrou o exército imperial e viu a tomada de armas por parte do povo. Isto liquidou os planos de transformação pacífica da monarquia. "Eu não tinha ainda declarado a guerra santa", disse Khomeini com posterioridade. Por isso, a repressão contra a esquerda e o movimento organizado dos trabalhadores começou imediatamente depois de vitoriosa a revolução democrática anti-monárquica, dando um papel decisivo às milícias islâmicas, depois transformadas em Guardiões Revolucionários, que conquistaram um enorme poder político no novo Estado, com o qual a hierarquia xiita tem que contar e que, até certo ponto, limitou o poder dos *mullahs*.

Ainda em 1979, quando a direção burguesa e clerical queria dar por terminada a revolução, para as massas ela recém começava. A auto - organização proletária se manteve, pelo menos, até 1981 nos principias centros industriais, e fazia pairar o fantasma de uma segunda revolução, social, não só no Irã, mas em toda a região, Arábia Saudita em primeiro lugar. Os comitês "khomeinistas" começaram a concorrer, primeiro, e depois abertamente a chocar, até militarmente, com os comitês independentes surgidos da insurreição popular que se estendeu desde setembro de 1978 até fevereiro do ano seguinte. O primeiro ministro Bazargan resumiu a situação nestes termos, dirigidos aos correspondentes estrangeiros: "Vocês não concebem a que fantástica pressão popular estamos sendo submetidos, todos, sem exceção".

A mobilização revolucionária impediu um acordo pacífico entre a burguesia nacional e o imperialismo, que buscou inclusive um terreno de *entente* com a própria hierarquia xiita. Khomeini chegou a afirmar que o fuzilamento de homens do regime do Xá tinha uma função preventiva, pois, caso o novo regime não executasse alguns altos personagens imperiais, "o povo teria se livrado a um verdadeiro massacre". A força social da classe operária e dos setores mais pobres e explorados, porém, não se transformou em força política independente, devido à política carente de independência em relação ao clero xiita ou à burguesia *bazaari* das principais correntes de esquerda, os *fedayyin* marxistas, os *mujaheedeen* islamo-marxistas e, sobretudo (pela sua força nos sindicatos e centros petroleiros) o *Tudeh*, nesta caso dependente da burocracia da URSS, que chegou a ter uma posição reacionária, em função da sua política mundial, nos momentos álgidos do enfrentamento (ocupação da embaixada norte-americana em Teerã).

Guardiões Revolucionários da República Islâmica

Diante do temor e fraqueza da burguesia iraniana face ao movimento dos explorados, à dissolução do exército imperial, e à carência de independência política real da classe operária,

o clero xiita pôde jogar um papel de arbitragem que se estendeu por todo um período histórico. Essa arbitragem o pôs à cabeça do Estado "islâmico", no qual as instituições representativas, eleitas em escrutínio, estão subordinadas a instâncias não-eleitas (pela maioria da população) próprias à instituição religiosa, configurando um regime de natureza bonapartista - teocrática.

Com os cofres públicos vazios e o desemprego chegando a 25%, os decretos de nacionalização de empresas estrangeiras no Irã foram aplicados em julho de 1980. Ao mesmo tempo, houve o estabelecimento de cortes jurídicas especiais, com o poder de impor a sentença de dois a dez anos de prisão, "por práticas desordeiras nas fábricas, ou agitação de trabalhadores". O Partido Islâmico Republicano criado pelos *mullahs* do Conselho Revolucionário era ligado à pequena burguesia e aos comerciantes, que queriam ordem e a defesa da propriedade privada. Na primeira fase da revolução, houve uma aliança entre grupos liberais, de esquerda e religiosos para depor o Xá; na segunda, a chamada de "Revolução Islâmica", viu-se a chegada dos aiatolás ao poder.

A queda de Bani-Sadr e a eleição de membros do clero para a presidência e a chefia de governo, em junho de 1981, consolidaram a hegemonia do Partido Republicano Islâmico e deram início à "República Islâmica". Intelectuais de esquerda, comunidades religiosas rivais, organizações feministas, partidos democráticos e socialistas, passaram a ser reprimidos. A lei islâmica se sobrepôs à lei secular. Em três anos, todas as leis "seculares" foram anuladas, juridicamente ou *de facto*. Códigos de vestimenta feminina foram estabelecidos através de uma severa interpretação dos costumes islâmicos. Grupos de esquerda de oposição cometeram atentados contra o clero e o governo. Os aiatolás Khamenei e Mussavi assumiram então a presidência e a chefia do governo, intensificaram a repressão com uma campanha contra os suspeitos de espionagem a favor "dos Estados Unidos, da União Soviética ou do Iraque", ou de violações da lei islâmica.

O governo dizia querer situar a produção de petróleo em 4 milhões de barris por dia, dos quais 3,3 milhões para a exportação, sem voltar aos tempos dos 6,5 milhões de barris por dia, dos quais 5,8 milhões para exportação. E alguns especialistas sustentavam que, com a debandada dos técnicos estrangeiros que trabalhavam no país, o Irã não teria sua anterior capacidade de produção. Mas a razão principal era política. Uma publicação da época informava que "*o país já teria um suficiente quadro entre seus próprios técnicos para a produção... Mas há outro problema, talvez o maior, e de natureza puramente política: os iranianos ainda não conseguiram pacificar seus trabalhadores do setor do petróleo. Hoje, as paralisações no trabalho continuam a assolar os poços do Irã. Entre os trabalhadores, mais se realizam reuniões políticas do que trabalho. Os operários sofrem forte influência das esquerdas do país. E as esquerdas continuam pressionando para que a revolução iraniana seja levada mais a fundo do que Khomeini, até o momento, se mostrou disposto a levá-la*".

Na esquerda ocidental, as opiniões se dividiam. Mulheres francesas se mobilizaram em solidariedade à manifestação em Teerã no dia 8 de março, de mulheres se opondo à obrigação de usar o *hejab* e outras medidas assemelhadas. Michel Foucault tentou ilustrar a coragem da população iraniana se revoltando "a mãos nuas" contra o exército do Xá. Ao enraizar os eventos na história do xiísmo, desagradou a muitos: "Não se impõe a lei a quem arrisca sua vida diante de um poder", escreveu. Acrescentando que a "historia é dominada pela Revolução do Terceiro Mundo, onde ela nunca tinha acontecido, a revolução vem a nós sob a forma descarnada da violência pura para perder a evidência surda que a colocava em sobrevôo na história".

No artigo "*A quoi rêvent les Iraniens?*", de outubro de 1978, redigido após sua viagem ao Irã, Foucault escreveu: "*"Que voulez-vous?". C'est avec cette seule question que je me suis promené à Téhéran et à Qom dans les jours qui ont suivi immédiatement les émeutes [de*

septembre]. Je me suis gardé de la poser aux professionnels de la politique; j'ai préféré discuter longuement parfois avec des religieux, des étudiants, des intellectuels intéressés aux problèmes de l'islam ou, encore, avec de ces anciens guérillos qui avaient abandonné la lutte armée en 1976 et avaient décidé de mener leur action sur un tout autre mode, à l'intérieur de la société traditionelle."Que voulez-vous?" Pendant tout mon séjour en Iran, je n'ai pas entendu une seule fois prononcer le mot "révolution". Mais quatre fois sur cinq, on m'a répondu: "le gouvernement islamique"".

No sentido contrário, "não houve uma revolução islâmica no Irã", foi a opinião de Fred Halliday, diretor do *Transnational Institute* de Londres: "O que aconteceu", disse, "foi uma revolução contra a velha classe política, na qual só existiu um elemento catalisador organizado: a religião". A revolução contara com a participação dos *bawaris*, os comerciantes tradicionais que existem em todas as cidades iranianas. Muito ligados ao clero, eles recolhiam dízimos sobre seus ganhos. Por tradição, nomeavam líderes comunitários para organizar as procissões religiosas - e existiam mais de cinco mil líderes só em Teerã, o que fez obter à revolução consideráveis recursos materiais. A revolução acabou sendo conduzida, depois de uma feroz luta política interna, pelo aiatolá Khomeini e o clero xiita, cuja liderança se consolidou depois de uma série de manobras políticas, de uma repressão sangrenta conta a "ala esquerda" da frente antiditatorial (incluídos os grupos que se reivindicavam do "marxismo islâmico"), e da repressão também dos operários petroleiros que ocuparam as refinarias, estes procurando imprimir à revolução um selo de independência de classe. O regime confessional iraniano não foi só o herdeiro da luta contra o Xá, mas também de um banho de sangue contra a esquerda e os trabalhadores de vanguarda.

Houve contínuos choques e divisões dentro do PRI (Partido Republicano Islâmico), até a supressão da oposição interna. Controlada a divisão dentro do PRI, o regime se estabilizou, exercendo um controle maior sobre os hábitos sociais e reprimindo os opositores, ex-aliados da revolução de 1979. 60 mil professores foram demitidos e milhares de trabalhadores opositores foram mortos ou presos. O Partido Comunista Iraniano, o *Tudeh*, que apoiou entusiasticamente Khomeini em seu retorno do exílio em 1979, foi banido em 1983. Conquistado o poder, Khomeini primeiro se preocupou em alijar a esquerda de qualquer influência significativa no novo estado, e depois de um tempo expurgou-a da vida política iraniana, jogando-a na oposição clandestina.

A dos aiatolás era uma política tipicamente nacionalista, segundo Fred Halliday. Numa análise da ideologia "khomeinista", Halliday desvendou o seu suposto caráter alheio às ideologias políticas pré-existentes, "universais". A questão material e as preocupações "modernas" também estavam presentes na ideologia do regime "xiita": "Se examinarmos a terminologia e as políticas enunciadas por Khomeini, tudo começa a ser mais familiar, em particular à luz dos movimentos populistas do terceiro mundo do tempo de pós-guerra. Os conceitos centrais da ideologia de Khomeini, *mustakbarin* e *mustaz'afin*, literalmente o arrogante e o fraco, correspondem à oposição povo / elite que nós achamos em outros populismos".

O discurso atacando a elite iraniana corrupta, influenciada pelos estrangeiros, decadente, parasita, era recorrente em Khomeini. Os slogans principais de Khomeini, a república islâmica, a revolução, a independência, a autossuficiência econômica, eram os objetivos mais habituais do nacionalismo terceiro-mundista. O termo dele para o "imperialismo", *istikbar-i jahani*, a arrogância do mundo, era imediatamente reconhecível no mundo inteiro. A acusação aos oponentes como "liberais" foi, segundo Halliday, "tomada dos comunistas". Caberia supor que estes empréstimos eram subordinados a uma perspectiva teológica; porém, o que Khomeini disse e o que fez, uma vez que chegou ao poder, deixou patente a primazia da *realpolitik* na sua política interna e internacional.[476]

[476] Fred Halliday. *Nation and Religion in the Middle East*. Londres, Saqi, 2000.

Desse modo, embora Khomeini começasse por denunciar o patriotismo e a identidade nacional iraniana, terminou por invocar o Irã e o conceito de pátria quando houve a invasão iraquiana em 1980, embora os ideólogos e documentos oficiais do regime negassem esse conceito de modo terminante: "Contrariamente aos nacionalistas, desde o século VII D.C o Irã, a Turquia e o Oriente Médio abraçaram o Islã de modo tão forte que sua história é a história do Islã e seu devir é o mesmo da cultura, história e civilização islâmica. A grandeza e a honra destas nações repousam na sua participação na promoção do Islã e na criação de uma magnífica cultura e civilização islâmicas. Tais são as conquistas dessas nações islâmicas cuja história passada não é para nada comparável com sua religião; *se os países islâmicos desejam estar orgulhosos de seu passado não têm outro fundamento que o Islã*".[477]

Nos últimos meses da sua vida Khomeini enunciou um princípio novo de comportamento político, baseado na primazia do *maslahat*, ou interesse: de acordo com isto, o que devia preocupar eram os interesses do povo e do Estado, não as prescrições formais da religião. Em situações de conflito entre ambos, eram os interesses do Estado os que prevaleceriam: era uma enunciação clara do princípio secular da *raison d'état* [razão de Estado]. O instrumento de organização e execução política de Khomeini foi o Partido da Revolução Islâmica (PRI), organizado só depois da queda do Xá, como instrumento de disciplina das massas insurgidas. Em dezembro de 1979 foi plebiscitada a nova Constituição, com o boicote ativo dos *mujahedeen* e dos *fedayyim* e da Frente Nacional (a ala "liberal" da revolução). A cisão entre a esquerda e a hierarquia xiita estava consumada, e a esquerda a pagaria, nos anos sucessivos, com seu próprio sangue. Houve quatro milhões de abstenções no plebiscito (com 99% de votos favoráveis, entre os votos emitidos). Foi concedido direito de representação parlamentar diferenciada aos cristãos, judeus e zoroastrianos (que, juntos, não atingiam 300 mil pessoas), mas não aos sunitas, em que pese eles serem… mais de dez milhões.

O projeto original do "Estado revolucionário islâmico" consistia em um poder onde um líder espiritual exerceria a magistratura religiosa acima dos poderes instituídos, ficando para estes as funções de governo, nas quais os aiatolás não interfeririam. Na prática tal delimitação jamais ocorreu. Tanto Khomeini quanto seu sucessor Khamenei se atribuíram poderes absolutos, relegando o executivo, legislativo e judiciário à condição de subordinados. Os poderes eleitos se submeteram a um poder não eleito. Isto foi resultado de uma luta política, ou seja, da expressão política de uma luta de classes, não de uma suposta "natureza religiosa" do povo iraniano: os iranianos, como povo, nunca se mostraram exacerbadamente religiosos. A imagem dos funerais de Khomeini, onde uma multidão se autoflagelava nas ruas, foi atípica na história do país.

Depois da revolução, a guerra contra o Iraque, da qual nos ocupamos adiante, atenuou em boa medida as contradições políticas internas do Irã, e serviu também como álibi, não só ideológico, mas, também, militar, para a repressão contra a esquerda e o movimento operário independente. O fracasso do empreendimento bélico iraquiano fortaleceu o bonapartismo xiita, e deu o lugar central do Estado a sua milícia armada. A partir de meados da década de 1980, o declínio dos preços internacionais do petróleo acrescentaria um fator econômico à queda do poder da classe operária. Com o desemprego, a queda da renda nacional e as perdas salariais, a luta dos trabalhadores retrocedeu e voltou aos seus níveis mais elementares, sindicais, sendo objeto de uma forte repressão e controle estatal. A revolução iraniana alterou decisivamente o equilíbrio político do Oriente Médio, e se projetou como um poderoso fator de crise política mundial.

[477] Ali Muhammad Naqaví. *Islam y Nacionalismo*. Buenos Aires, Alborada, 1987, p. 46.

ÚLTIMO EPISÓDIO DA GUERRA FRIA NA ÁSIA CENTRAL

A história se acelerou em todo o "mundo islâmico". A criação da "República Islâmica" iraniana teve um significado político bastante amplo, e até ambíguo. Apesar de ser considerada uma revolução "xiita", a maioria dos muçulmanos dos outros países percebeu finalmente que o islamismo político (em qualquer uma de suas variantes) tinha capacidade política para chegar ao poder. Com o descrédito sofrido pelo nacionalismo laico árabe durante a década de 1970, devido principalmente às derrotas bélicas na luta contra Israel, as sociedades muçulmanas assistiram, gradualmente, à substituição do panarabismo pelo pan-islamismo como principal ideologia política de massas.

Depois de tomar o poder, Khomeini apelou para uma "revolução islâmica" universal. O impacto provocado pela revolução iraniana sentiu-se, já em 1979, na Arábia Saudita. Juhaiman Ali Oraibi, saudita nascido em 1940, à cabeça da *Ikhwan* (Irmandade Muçulmana) do país, uma "mistura de introspecção corânica e dissidência política, com raízes na história saudita e sincronizada com o pan-islamismo de outros países", na definição de Steve Coll, decidiu que era chegada a hora de agir decisivamente contra a monarquia dos Al Saud.

No dia 20 de novembro de 1979, cerca de duzentos militantes islâmicos da *Ikhwan*, fortemente armados, chefiados por Juhayman ibn Muhammad ibn Sayf al-Otaybi, ocuparam a Grande Mesquita da Meca como forma de protesto contra a corrupção interna e a política de alinhamento saudita com os EUA. Apesar de ter enfrentado uma forte resistência, o exército do reino acabou por derrotar os assaltantes, depois de duas semanas de sítio. A maioria dos assaltantes foi morta; as forças armadas sauditas tiveram o apoio de corpos especiais franceses, especialistas em guerra antissubversiva, chamados pelo monarca Saud em seu auxílio. Osama Bin Laden, vinculado a outro grupo islâmico "fundamentalista" saudita, anos depois, criticou a violenta ação na Meca: "O rei poderia ter resolvido a crise sem disparar um só tiro, e isso mesmo disseram todas as pessoas sensatas naquele momento". As cúpulas da Meca ficaram negras pelo impacto das balas lançadas pelos modernos tanques do exército. A empresa da família Bin Laden colaborou diretamente na repressão, devido ao seu conhecimento direto das obras de reforma realizadas pela sua empresa construtora na Meca, pouco tempo antes da revolta.

O sítio da Meca, na Arábia Saudita, novembro de 1979

Todavia, e com espanto, os estrategistas políticos norte-americanos ficaram sabendo da existência de uma oposição islâmica na Arábia Saudita, o baluarte dos EUA na região. E devia

considerar-se o componente religioso da população, já que havia na Arábia Saudita nada menos que 800 mil muçulmanos xiitas. Mas o problema não era basicamente religioso. Os acontecimentos iranianos e sauditas, tendo como teatro os dois maiores exportadores mundiais de petróleo, tinham alcance mundial. O contexto político-ideológico internacional desse período estava marcado pela crise da URSS e do "campo socialista", cada vez mais integrados (comercial, financeira e produtivamente) ao mercado mundial capitalista, através dos empréstimos junto aos países capitalistas, das dívidas externas e dos planos de ajuste decorrentes, ditados pelo FMI aos países "socialistas" endividados. A paulatina conversão da URSS para a "economia de mercado" e o abandono gradativo do apoio norte-americano aos regimes autoritários no chamado "Terceiro Mundo" (a "vitória universal da democracia liberal") levaram inclusive o filósofo nipo-americano Francis Fukyama a teorizar, na década de 1980, a tese do "fim da história", célebre formulação não isenta de espírito provocador.

Juhayman ibn Muhammad ibn Sayf al-Otaybi

Explicitando o sentido da mudança de sua política externa, afirmou um documento oficial dos EUA, à época: "O autoritarismo de extrema direita tem sido um importante fator que contribuiu para uma nova e crescente ameaça à democracia: a ameaça do totalitarismo comunista... O apoio à democracia, a própria essência da sociedade americana, está se tornando o novo principio em torno do qual se organiza a política externa norte-americana. O apoio à democracia promove os interesses dos Estados Unidos de várias formas importantes. A democracia ajuda a garantir a segurança dos Estados Unidos. Os governos democráticos, precisamente porque devem ser sensíveis aos desejos dos seus povos, tendem a serem bons vizinhos. A competição política aberta e regular diminui a polarização e as extremas oscilações do pêndulo (como aconteceu no Chile, em Cuba e na Nicarágua) *e torna as nações mais resistentes à subversão*. Os governos democráticos *são mais confiáveis como signatários de acordos e tratados* porque seus atos são sujeitos ao exame do público. A democracia também favorece importantes interesses políticos e econômicos dos Estados Unidos" (grifo nosso).[478]

A crise da política mundial dos EUA, especialmente depois de sua derrota no Vietnã em 1973-1975, assim como a crise do "campo socialista" (o adversário dos EUA na "guerra fria"), determinava uma mudança na atitude política internacional dos norte-americanos. Os acontecimentos no Oriente Médio, no entanto, se aceleraram em vez de se acalmar na década de 1980. Toda a nevrálgica região parecia iniciar uma caminhada a galope para uma era de desestabilização. No imediato, como sinal anunciador, uma guerra de fronteira estourou entre dois velhos inimigos, o Iêmen do Sul, de regime pró-URSS, e o Iêmen do Norte, pró-ocidental.

[478] Departamento de Estado dos EUA/Bureau de Assuntos Públicos. Democracia na América Latina e no Caribe. A promessa e o desafio. *Relatório Especial* n° 158, Washington DC, março 1987.

A geralmente comedida Arábia Saudita anunciou o alerta total em suas Forças Armadas, e chamou de volta o contingente de 1.200 homens que mantinha como força de paz no Líbano - os sauditas, já alarmados com os acontecimentos do outro lado do Golfo Pérsico, agora ouviam o troar dos canhões no seu flanco sul. Várias outras capitais árabes davam sinais de angústia e preocupação.

Nenhum país mostrava mais alarme com o que se passava no Irã do que a multimilionária Arábia Saudita. Um analista ocidental disse que, até a revolução iraniana de 1979, o equilíbrio da área "repousava num tripé: o dinheiro da Arábia Saudita, o exército do Irã e o petróleo dos dois". Não existia mais o exército do Xá para intervir, como o fizera no passado, quando era o caso, por exemplo, de sufocar guerrilhas em Omã. A Arábia Saudita se sentia regionalmente só e ameaçada.[479] Daí o desespero que demonstrou com a eclosão da guerra entre os dois Iêmens. Os Estados Unidos dispensaram as exigências diplomáticas de praxe e intensificaram a remessa de armas para a Arábia Saudita, temerosos da situação no Iêmen do Norte (assessorado por 2.700 soldados cubanos e 300 conselheiros militares soviéticos).

Nesse contexto bélico regional, o porta-aviões norte-americano *Constellation* e seu séquito de destróieres se movimentaram em direção do Golfo Pérsico. A revolução iraniana colocara em xeque as credenciais islâmicas da Arábia Saudita e, por consequência, das demais monarquias do Golfo Pérsico, ao expor seus laços com os EUA. O pilar antigo e indispensável da legitimidade das "petromonarquias", a defesa do Islã, começou a tremer frente ao discurso do regime iraniano, que tornou público seu desejo de exportar a revolução islâmica pelos países vizinhos e para o resto do mundo. O nascimento do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), em 1981, deve ser entendido como uma resposta das "petromonarquias" à pressão do Irã. As consequências da crise na Arábia Saudita se tornaram críticas.

A revolução iraniana e suas consequências em todo o Golfo Pérsico foram, desse modo, o marco político internacional, entre 1978 e 1981, da segunda crise de petróleo. No porto holandês de Rotterdam - principal terminal petrolífero da Europa – onde está instalado o principal centro do chamado "mercado livre" do petróleo (o produto oferecido para entrega imediata fora dos contratos de longo prazo e dos preços estipulados pela OPEP) as coisas se agitaram: em tempos normais, em Rotterdam, negociava-se o petróleo a preços abaixo dos fixados pela OPEP. Mas em março de 1979, enquanto a Arábia Saudita vendia seu barril a 13,33 dólares, de acordo com o estipulado na OPEP, no mercado livre de Rotterdam o óleo chegava a 23 dólares o barril. Havia consumidores dispostos a pagar o que fosse para garantir seus estoques.

No Irã, Hassan Nazih, novo presidente da Companhia Nacional Iraniana de Petróleo - a empresa estatal petrolífera do Irã - fizera seu primeiro discurso sobre as intenções do novo governo. Em seu pronunciamento, entre apelos a Alá e reverências a Khomeini, anunciou duas medidas principais: o Irã não mais negociaria com o consórcio de catorze empresas ocidentais que, nos últimos 25 anos, fora responsável por parte da produção e da comercialização do petróleo do país; o Irã, enquanto sua produção não fosse regularizada, não firmaria contratos de longo prazo, mas ofereceria seu produto no "mercado livre" - aos preços de 18 a 20 dólares por barril. Nazih atacou as companhias multinacionais como um bando especializado em

[479] Na década de 1970, a Arábia Saudita aumentou suas despesas militares a um ritmo assustador. No ano fiscal 1967/1968, o governo havia gasto com armas apenas 328 milhões de dólares. Já no ano fiscal 1977/1978 a despesa era de cerca de 10 bilhões de dólares. Depois da revolução no Irã, começou uma correria. Conselheiros militares da Alemanha e da França foram importados para organizar divisões especializadas na repressão de manifestações de rua e na defesa da segurança das zonas petrolíferas. Paralelamente, uma espécie de cidade-fábrica de munições começou a ser montada em tempo recorde na região de Al Kharj, ao sul de Riad. Especiais sistemas de controles eletrônicos, com postos de escuta localizados a cada mil metros, foram reforçados em torno dos campos petrolíferos.

"pilhagem", e dedicado a "apertar a garganta do Irã", e arrematou: "Com a ajuda de Alá, a palavra consórcio será eliminada do vocabulário iraniano".

Por trás da linguagem de Nazih, o Irã deixava aberta a porta para um reatamento com as companhias petrolíferas estrangeiras, embora sob outra roupagem - ao afirmar que, apesar de não querer mais ouvir a palavra "consórcio", poderia vir a negociar com qualquer companhia internacional, mesmo as integrantes do antigo cartel das "Sete Irmãs", desde que elas se apresentassem a título individual. Mas, no imediato, o Irã adotava a decisão de vender o petróleo a preços entre quatro e seis dólares superiores do que o preço médio da OPEP. E, para demonstrar que não faltariam compradores, mesmo com os preços renovados, Nazih anunciou que o país já tinha um cliente: o Japão, o primeiro desde que o país entrara em colapso em sua produção petrolífera, e deixara de exportar.

A crise iraniana marcou o pontapé inicial do novo abalo no mercado mundial de petróleo. Outros países - como a Arábia Saudita, o Kuwait e o Iraque - concordaram em elevar sua produção diária provisoriamente, de modo a compensar a falta do produto iraniano. Ainda assim, ficaram faltando dois milhões de barris por dia no mercado mundial. E os países que elevaram sua produção só concordaram em fazê-lo com a condição de colocarem seu produto no "mercado livre", não de vendê-lo aos preços da OPEP. Assim, a Arábia Saudita, por exemplo, ao elevar sua produção de 8,5 milhões de barris por dia para 9,5 milhões, passou a vender o milhão adicional por 14,54 dólares o barril - 1,21 a mais do que seu preço normal. Faltava petróleo no mercado. Era a crise completa.[480] O Irã permanecia abaixo de seus níveis de produção na era do Xá: de seus poços saíam pouco mais dos 700.000 barris diários de que o país precisava para seu consumo interno.

A decisão do Irã de não mais vender o seu óleo às multinacionais que exportavam o petróleo do país, preferindo negociá-lo diretamente com os consumidores através da NIOC - *National Iranian Oil Company* -, na verdade apenas acentuou a pressão na caldeira. A Petrobrás, maior empresa compradora de óleo do mundo, encontrou novos fornecedores para substituir parte das compras que efetuava do Irã - estimadas, antes da crise, em 200.000 barris por dia. O Iraque concordou em bombear 100 mil barris adicionais para atender, em regime de emergência, às necessidades brasileiras. A crise prolongou-se, e em 1980 alguns carregamentos de óleo bruto eram negociados a mais de 40 dólares o barril.

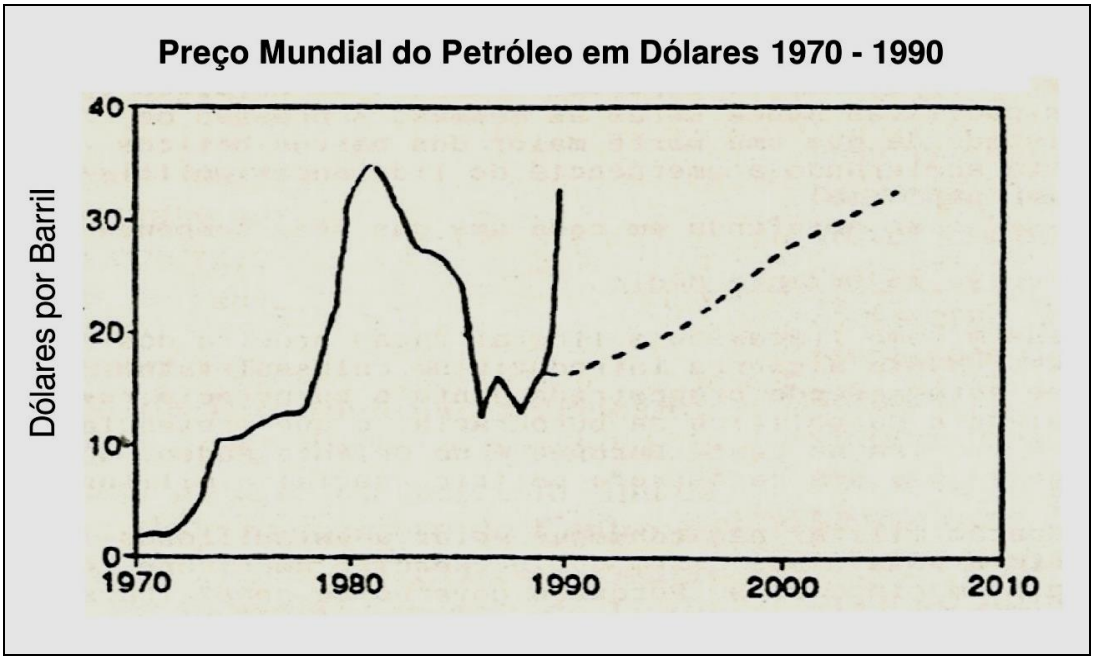
Em março de 1982, a OPEP decidiu fixar cotas de produção, limitando o total a 18 milhões de barris diários, para manter a cotação. Como a Carta da OPEP permitia que essas cotas fossem somente referenciais, somente três países decidiram aplicá-las. A "pró-ocidental" Arábia Saudita reduziu sua produção em dois terços.[481] O crescimento médio das economias dos países da OCDE, previsto inicialmente para 3,5% em 1979, ficou pouco abaixo dos 2,5% (e ficou assim desde então). Enfim, uma situação semelhante à de 1973, que resultou de uma crise de preços, não de escassez.

---

[480] Na França, o presidente do Sindicato dos Postos de Gasolina, Jean Leloup, prognosticou que em um mês a gasolina poderia ser racionada. Nos Estados Unidos, a Texaco anunciou que cerca de mil postos de gasolina estavam sendo fechados, enquanto companhias aéreas como a *National Airlines* e a TWA cancelaram dezenas de vôos. O ocidente capitalista descobria que seu "Estado de bem-estar" dependia de acontecimentos até então tido como exóticos...

[481] "Suponha que você seja um conselheiro econômico de um dos países da OPEP e que os EUA venham lhe dizer que um aumento a mais significará a ruína das economias que importam petróleo", escreveu John Anderson, comentarista do *The New York Times*: "Você poderá responder que nos últimos oito anos a OPEP multiplicou seus preços por seis e que essas economias continuam crescendo. Você também poderá observar que em 1973 os EUA importavam apenas 6,3 milhões de barris diários, e que agora importam nove milhões, mesmo se o preço passou de quatro dólares para 15 dólares. Como economista você concluirá que os americanos estão dispostos a aumentar seu consumo de energia sem se incomodar com as advertências de seu presidente nem com o preço".

Após o segundo choque de preços, o consumo de petróleo, tanto no mundo desenvolvido quanto naquele em desenvolvimento, aumentou bem mais vagarosamente. Houve grande redução do PIB nos países produtores, e crescente competição, até mesmo guerras de preço, entre produtores de dentro e fora da OPEP. Em março de 1983, a OPEP concordou, pela primeira vez, em reduzir o preço do barril (de US$34,00 para US$29,00). Em razão da queda nas vendas, a OPEP, que sofria a concorrência da política de diversificação de recursos energéticos praticada pelos países ocidentais e pela exploração de reservas fora de seu controle, baixou em 15% o preço de referência para o óleo. Finalmente, em 1986, sob a pressão de partidários da limitação de produção, uma conferência extraordinária da OPEP reuniu-se em Genebra e decidiu manter um teto de 17 milhões de barris diários. A nova economia política do petróleo diferia daquela da década de 70 pela criação dos mercados *spot* e de futuros do petróleo, com crescente abertura dos mercados petrolíferos mundiais e sua internacionalização.



A “revolução islâmica” no Irã e a subsequente guerra Irã-Iraque provocaram a queda na produção e a disparada dos preços petroleiros. A política da OPEP tornou-se mais agressiva. Oito altas de preço se sucederam. Na Europa, convocaram-se reuniões de emergência - como as da Agência Internacional de Energia, entidade que congregava as dezenove nações mais industrializadas do Ocidente, e a dos países membros da Comunidade Econômica Europeia. O porto holandês de Rotterdam - principal terminal petrolífero da Europa – o principal centro do chamado "mercado livre" do petróleo (o produto oferecido para entrega imediata fora dos contratos de longo prazo e dos preços estipulados pela OPEP) viveu uma agitação febril. Em tempos “normais”, em Rotterdam, negociava-se o petróleo a preços abaixo dos fixados pela OPEP. Mas em março de 1979, enquanto a Arábia Saudita vendia seu barril a 13,33 dólares, de acordo com o estipulado na OPEP, no mercado livre de Rotterdam o óleo chegava a 23 dólares o barril. Havia consumidores dispostos a pagar o que fosse para garantir seus estoques.

O consumo de petróleo, tanto no mundo desenvolvido quanto naquele em desenvolvimento, aumentou bem mais vagarosamente. Houve grande redução do PIB nos países produtores, e crescente competição, até mesmo guerras de preço, entre produtores de dentro e de fora da OPEP. Quatro anos depois do choque, em março de 1983, a OPEP concordou, pela primeira vez, em reduzir o preço do barril (de US$ 34,00 para US$ 29,00). Em razão da queda nas vendas, a OPEP, que sofria a concorrência da diversificação de recursos energéticos praticada pelos países ocidentais e pela exploração de reservas fora de seu controle, baixou em 15% o

preço de referência do óleo. Finalmente, em 1986, sob a pressão de partidários da limitação da produção, uma conferência extraordinária da OPEP reuniu-se em Genebra e decidiu manter um teto de produção de 17 milhões de barris diários. A nova economia política do petróleo diferia daquela da década de 1970 pela criação dos mercados *spot* e de futuros do petróleo, e com crescente abertura dos mercados petrolíferos mundiais e sua internacionalização.

Mas as consequências da agitação no Golfo Pérsico não foram só econômicas. Foi preocupada em contrabalançar os efeitos da "revolução islâmica" sobre as populações de suas repúblicas centro-asiáticas (Turcomenistão, Azerbajão, Tadjiquistão, Uzbequistão, Quirguistão e Cazaquistão), e também visando a possibilidade de conquistar uma via própria de acesso aos "mares quentes" (no caso, a proximidade com o Oceano Índico), que a URSS invadiu o Afeganistão em 1979. A "Finlândia da Ásia Central" estava ameaçada, pensava o Kremlin, era necessário intervir diretamente.

Quais eram os antecedentes históricos dessa medida extrema levada adiante pelos soviéticos? Com a saída dos britânicos da Índia, em 1947, Daud Khan, general e primo do rei afegão, se aproximou diplomaticamente da URSS, depois de resolvidas algumas questões de fronteira com o Paquistão. Em 1964, o Afeganistão adotou uma constituição, de regime parlamentar (criando uma monarquia constitucional). Em 1973, Daud Kahn deu um golpe de Estado, proclamando a república. Durante décadas os EUA e o Xá de Irã tentaram pressionar e subornar o Afeganistão para limitar a influência russa no país. Durante o regime de Daud, o Irã, encorajado pelos Estados Unidos, buscou substituir a União Soviética como credor de Cabul, com um empréstimo de US$ dois bilhões "de ajuda econômica", pressionando o Afeganistão para se juntar à Cooperação Regional pelo Desenvolvimento, constitiuda pelo Irã, o Paquistão e a Turquia.

Essa organização era atacada pela União Soviética como uma filial do CENTO, o pacto de "segurança regional" criado em 1950, que fazia parte da política dos EUA de "contenção" (*containment*) da União Soviética. Ao mesmo tempo, a polícia de secreta de Irã, a Savak (conhecida pelos seus métodos selvagens de tortura), denunciava os "simpatizantes comunistas" suspeitos no governo e exército afegão. Em setembro de 1975, pressionado pelo Irã, que estava condicionando sua ajuda, Daud demitiu quarenta oficiais militares treinados na URSS, iniciou acordos de treinamento militar com a Índia e o Egito, e fez uma política de aproximação aos países muçulmanos, principalmente à Arábia Saudita, o que levou ao fim do seu governo, a 27 de abril de 1978: Daud foi deposto, na "Revolução do Saur". Dois meses depois do golpe de estado, uma aliança formada por várias facções islâmicas estava já empreendendo uma guerra de guerrilha contra o governo. Antes de 1979, a luta já estava acontecendo em muitas frentes, e o Departamento de Estado dos EUA advertira à União Soviética que seus conselheiros no Afeganistão não deveriam interferir em nenhum aspecto militar do conflito.

A advertência foi feita através do porta-voz norte-americano Hodding Carter: "Nós esperamos que o princípio de não intervenção seja respeitado por todas as nações da área, inclusive a União Soviética". Enquanto isso os soviéticos estavam acusando a CIA de armar exilados afegãos no Paquistão; o governo de Afeganistão acusava o Paquistão e o Irã de também ajudar as guerrilhas islâmicas, e até mesmo de ajudá-las a cruzar as fronteiras para invadir o país. Em 1979, tinham acontecido mudanças na zona rural: dívidas de camponeses para com os proprietários tinham sido canceladas, o sistema de usura (pelo qual os camponeses forçados a pedir emprestado dinheiro contra colheitas futuras eram extorquidos com dívidas perpétuas pelos prestamistas) foi abolido, e estavam sendo construídas centenas de escolas e clínicas médicas na zona rural. Um programa de redistribuição de terra significativo estava a caminho, com 200.000 famílias rurais prontas para receber terra devido à essa reforma.

O país foi finalmente invadido e ocupado pela União Soviética em 27 de dezembro de 1979, quando Hafizullah Amin (do PDP e presidente do país) foi morto num ataque ao pálacio de governo, sendo substituido por Brabak Karmal. O Politburo do PCUS ordenou que suas tropas transpusessem a fronteira afegã para dar apoio ao regime pró-URSS de Cabul. Quando ocuparam Rádio Cabul na noite de 27 de dezembro de 1979, os chefes militares russos afirmaram: "Viemos para salvar a revolução"; a intervenção da União Soviética no Afeganistão visava "consolidar as conquistas da revolução socialista de abril de 1978" (na verdade, um golpe de Estado que tinha dado o poder ao partido *parcham*, o PDP). Nos anos seguintes, as forças governamentais e 118 mil soldados russos tomaram o controle das principais cidades e vias de comunicação. A administração norte-americana de Jimmy Carter reagiu contra a "invasão soviética", e logo lançou uma campanha de boicote, incluindo a suspensão de vendas de grão para a União Soviética (os militares genocidas argentinos, anticomunistas até a medula dos ossos, se apressaram em ocupar o lugar dos exportadores ianques, vendendo o grão necessário para a URSS) e o não comparecimento dos EUA (e países aliados) aos Jogos Olímpicos em Moscou, em 1980.

A resistência islâmica afegã contra a invasão das tropas soviéticas começou, contando com o apoio da República Islâmica de Paquistão e de Arábia Saudita, países de população majoritariamente sunita, cujas elites não só queriam expulsar o "invasor vermelho e ateu", mas também contrabalançar o poder e a influência da revolução iraniana, xiita. Uma tática favorita dos "lutadores da liberdade" afegãos (assim chamava o governo dos EUA aos futuros "terroristas islâmicos") era torturar as vítimas (frequentemente os russos) cortando os seus narizes, as orelhas e os órgãos genitais, e depois removendo uma fatia de pele depois de outra, produzindo uma morte lenta e muito dolorosa. Em que pesse esses métodos, que afetaram turistas europeus e até oficiais norte-americanos (devido à aparente inabilidade dos rebeldes para distinguir os russos de outros europeus) a "resistência islâmica" foi crescentemente apoiada pelos EUA e até por antigos intelectuais de esquerda ocidentais, reciclados na nova e pujante ideologia antissoviética (os chamados "novos filósofos" da França, ex militantes maoístas, ocuparam lugar de destaque nessa cruzada ideológica).

Guerrilheiros afegãos anti-URSS

A resistência afegã fundava no Islã sua legitimidade política, e os atos de violência eram vistos como o início de uma *Jihad* contra um governo apoiado por uma potência vizinha "infiel e

ateia", a URSS, que, além do mais, tinha enviado suas próprias tropas para o país. A presença soviética incitara uma rebelião das diversas tribos e facções políticas afegãs, o *talibã* era uma delas. As principais forças tribais uniram o seu esforço contra os invasores "ateus e comunistas". A situação dos rebeldes melhorou quando a *Jihad* foi proclamada pelo clero islâmico. Milhares de combatentes, vindos de diversas partes do mundo islâmico, atravessando a fronteira do Paquistão, apresentaram-se para, embalados com um fuzil russo Kalichnikov ou empunhando um lançador de mísseis portátil Steiger norte-americano, rejeitar o exército russo. Dinheiro não lhes faltou. Recursos norte-americanos juntaram-se aos da Arábia Saudita e dos emirados árabes, além do que fora coletado pela diligência do então anônimo Osama Bin Laden entre os proprietários de grandes fortunas privadas do Oriente Médio.

Filho de um empresário milionário saudita de origem iemenita, protótipo do *self made man*, Osama Bin Laden, foi um dos voluntários que chegou ao Afeganistão para combater os soviéticos, inicialmente se limitando às tarefas filantrópicas em benefício das famílias dos combatentes islâmicos mortos. Era profundamente influenciado pelo radicalismo islâmico dos membros da Irmandade Muçulmana egípcia, discípulos do pensamento de Sayyid Qutb, que se refugiaram no reino saudita após terem sido expulsos do Egito nos anos 1960. Alguns deles foram professores de Bin Laden na universidade. Sob uma aparente estabilidade, vivia-se uma atmosfera de radicalismo político e religioso na Arábia Saudita, que culminara no assalto à Grande Mesquita de Meca. Os meios revoltados eram compostos por jovens universitários com uma posição social privilegiada, à semelhança de Bin Laden.

A invasão russa do Afeganistão levou esses jovens à ação. Em 1979, Bin Laden deslocou-se aos campos de refugiados no Paquistão, iniciando a ajuda financeira à resistência afegã. Em 1982, entrou finalmente no Afeganistão, juntando-se aos mujahideen. Quando, em 1984, regressou ao seu país, afirmou que tinha "vivido mais em dois anos no Afeganistão do que poderia viver em cem anos noutro sítio qualquer". Com o aumento da chegada ao Afeganistão de combatentes muçulmanos dos países árabes, a partir de 1984, Osama Bin Laden montou campos de treinamento militar na fronteira do Paquistão com o Afeganistão, por onde passavam aqueles que ficaram conhecidos como os "afegãos árabes". Foi a partir deste momento que Bin Laden plantou as raízes para o que viria a ser a rede Al Qaeda. No mesmo ano, Bin Laden conheceu o médico egípcio, Ayman al-Zawahiri, membro da Irmandade Muçulmana, que tinha fugido da prisão no Egito, e foi depois considerado o principal cérebro dos ataques do 11 de setembro de 2001 em Nova York.

Osama Bin Laden em 1984

A situação deles melhorou ainda mais quando a *Jihad* foi proclamada pelo clero. Milhares de combatentes, vindos de diversas partes do mundo islâmico, atravessando a fronteira do Paquistão, apresentaram-se para, embalados com um fuzil russo Kalichnikov ou empunhando um lança - míssil portátil Steiger norte-americano, rejeitar o exército russo. Dinheiro não lhes faltou. Recursos norte-americanos juntaram-se aos da Arábia Saudita e dos emirados árabes, além do que fora coletado pela diligência do então anônimo Osama Bin Laden junto às maiores fortunas privadas do Oriente Médio. A luta se estendeu até abril de 1988, quando a União Soviética, impotente e depois de ter perdido quinze mil homens nas incontáveis armadilhas que lhes prepararam, ordenou que suas tropas se retirassem do país.

O "terrorismo religioso" chegou, assim, ao Afeganistão com a vinda dos combatentes islâmicos de todo o mundo muçulmano, especialmente dos países árabes. Até meados dos anos 1980, a ajuda externa era quase exclusivamente financeira. A partir de 1984, começaram a chegar combatentes voluntários para ajudarem a causa afegã. Foi assim que a *jihad* contra o invasor soviético se transformou na grande causa do movimento radical islâmico, contribuindo para a sua mobilização política. O apelo à *jihad*, fora do Afeganistão, foi feito por grupos radicais islâmicos e não por Estados muçulmanos. Até meados dos anos 1980, a ajuda externa aos afegãos era quase exclusivamente financeira. A partir de 1984, começaram a chegar combatentes voluntários para ajudarem na "causa afegã". A *jihad* contra o invasor soviético se transformou na grande causa do movimento político islâmico, contribuindo para sua mobilização em todo o Oriente Médio e na Ásia Central. O apelo à *Jihad* fora do Afeganistão foi feito por grupos políticos islâmicos e não por Estados muçulmanos: desse modo, na segunda metade da década de 1980, a causa afegã pareceu suplantar a causa palestina no mundo árabe. Entre 1982 e 1992, 35 mil combatentes islâmicos de todo o mundo participaram na guerra do Afeganistão. Estas "brigadas islâmicas internacionais", ou "jihadistas", receberam a ajuda dos serviços de informação do Paquistão e das organizações islâmicas paquistanesas, nomeadamente o *Jamaat-e-Islami* de Mawdudi.

Os EUA também deram apoio econômico e militar aos *mujahedeen* afegãos. Iniciado com Jimmy Carter, e continuado na presidência de Ronald Reagan, começada em 1981, o apoio norte-americano aumentou consideravelmente, deflagrando um processo que teve uma inesperada consequência em Nova York a 11 de setembro de 2001: "Da revolução nasserista em diante, os Bin Laden fora amiúde instrumentos usados em projetos sauditas clandestinos de política externa, em defesa da família real. Depois da crise de 1979, sua colaboração foi novamente requerida. A casa governante dos Al Saud e a administração de Jimmy Carter interpretaram a invasão do Afeganistão como uma primeira incursão de Moscou em direção das jazidas petroleiras do Golfo. Isso era errado, mas a cautela do Kremlin impedia saber quais eram os objetivos soviéticos...

"Em que pesem as compras de armas e as construções militares dos anos 1960 e 1970, os sauditas careciam de preparação para defender o reino de um ataque importante; o único capaz de fazê-lo era o exército norte-americano... No exterior, (o rei saudita) Fahd decidiu participar ativamente da campanha liderada pelos EUA para derrotar o comunismo em todo o mundo. A eleição de Ronald Reagan em 1980 fez a colaboração ainda mais estreita; os sauditas haviam desenvolvido certa rejeição à retórica dos direitos humanos de Carter [o que não é surpreendente, no país com menos direitos humanos do planeta, NDA] e também aos acordos de paz de Camp David".

A sublevação afegã contra a ocupação russa do Afeganistão tinha se iniciado por conta própria: "Os analistas da CIA não confiavam em que os rebeldes iriam além de uma simples hostilidade básica ao mecanizado exército soviético. No início dos anos 1980, a política dos EUA não se baseava na premissa de uma futura vitória, mas na ideia de que, lhes fornecendo armas, elevariam o custo da invasão para os soviéticos. [O ministro saudita] Fahd igualou o orçamento secreto dos EUA destinado a apoiar os rebeldes, em torno de 30 milhões de dólares anuais.

Para Fahd, a guerra oferecia um modo prático de desviar a atenção dos islamistas para fora das fronteiras do reino. A guerra do Afeganistão unificou em uma causa externa a facções da sociedade saudita que, *se centradas somente nos assuntos nacionais, poderiam ter entrado em conflito*" (grifo nosso).[482] Eis o xis da questão, e também o vínculo *político* real entre os acontecimentos revolucionários iranianos e a deflagração do chamado "terrorismo islâmico" em nível internacional. Ele foi, antes do mais, o lançamento de uma disputa aberta e sangrenta pelo poder político e social em todo o "mundo islâmico".

[482] Steve Coll. *Op. Cit*., pp. 245-247: "Os adolescentes e estudantes universitários sauditas se formavam na ideologia islâmica, mas, vivendo protegidos longe do campo de batalha, concebiam a guerra do Afeganistão como uma causa romântica, ou um ritual de iniciação juvenil para os finais de semana e as férias. Os estudantes religiosos se deslocavam em voos da *Saudi Airlines* até Peshawar para passar os últimos dez dias do Ramadã como voluntários ou praticado tiro nas montanhas. Seu grau de comprmisso com a causa afegã era semelhante ao dos estudantes norte-americanos que passam alguns dias ao ano construindo casas para os pobres. Faziam-no por altruísmo, mas também porque era uma moda popular... Para os jovens sauditas de início dos anos 1980, a guerra do Afeganistão era uma moda, uma ideologia, uma oportunidade para arrecadar fundos, a pedra de toque do ressurgimento da religião ou uma experiência que os unia, não o brutal combate que conheciam os afegãos que realmente lutavam nela" (p. 254). Nas duas décadas que se seguiram parte desses jovens, dotados dos fundos e das armas concedidas para combater o comunismo, percorreram o caminho que levou da filantropia religiosa para o terrorismo internacional: Osama Bin Laden foi um deles, destancando-se principalmente por sua disponibilidade financeira superior à dos outros.

GUERRA IRÃ-IRAQUE E “ONDA ISLÂMICA”

As vitórias dos guerrilheiros islâmicos afegãos contra o poderoso e até então invicto Exército Vermelho sacudiram o mundo islâmico. Entre os heróis da *Jihad* anti-URSS emergiu a figura de Ahmed Shah Massoud, o "Leão do Panjshir". Este encabeçava a “Aliança do Norte”, que governaria Cabul entre 1992 e 1996; nas palavras de Robert Fisk, aquela representava “um terrível grupo de assassinos, um bando de terroristas, uma confederação de senhores da guerra, estupradores e torturadores, que controlava uma faixa do Afeganistão setentrional”. As consequências da derrota russa na Ásia Central foram enormes: correu até a espécie de que Maomé, depois de grande ausência, voltara para empunhar a espada do Profeta contra os infiéis e contra os hereges. A fronteira do Paquistão com o Afeganistão tornou-se uma forja de *mujahedeens*, guerreiros “islâmicos”. Cabul tornou-se assim a capital do fundamentalismo sunita, tendo no pouco conhecido *mullah* Mohammed Omar, nascido em 1959, seu mentor político e espiritual; um homem surgindo no cenário do islamismo radical com a aura de “Imã oculto”, aquele que poucos conhecem, mas a quem todos obedecem.

As tropas russas foram forçadas a retirar-se a 5 de fevereiro de 1989, dez anos depois de sua invasão do Afeganistão, com um exército desmoralizado e falta de sustentação logística, devida à própria crise da burocracia da URSS, que já se encontrava na via rápida que levaria à sua disolução. As forças anticomunistas (incluídos os talibãs, milícia sunita da etnia *pashtun*) foram supridas e treinadas pelos EUA, Arábia Saudita, Paquistão, China. O país sofria de enorme pobreza, de uma infraestrutura devastada, da exaustão dos recursos naturais, com três a quatro milhões de afegãos sofrendo de inanição. Uma nova fase da guerra civil teve início em 1992, quando uma aliança de movimentos guerrilheiros derrubou o regime de Najibullah, última herança da presença soviética. As negociações para a formação de um governo de coalizão dessa aliança degeneraram logo em confrontos internos entre as diversas frações afegãs recentemente unidas contra o invasor externo.

Foram essas lutas entre as várias facções as que permitiram que o Talibã (“os que estudam o Corão”) pudesse chegar ao poder. Em 1992, quando a aliança de movimentos guerrilheiros derrubou o regime de Mohammad Najibullah, as negociações para a formação de um governo de coalizão abriram o espaço para as contradições internas ao país: a razão para a demorada vitória dos talibãs foi que as guerrilhas estavam divididas pelas divisões étnicas e tribais velhas de séculos, como também pelo relativamente recente conflito entre o fundamentalismo islâmico com o mais tradicional, e ortodoxo, Islã. As diferenças conduziram frequentemente à violência. Em um incidente, em 1989, vários chefes dos grupos rebeldes foram assassinados por um grupo de guerrilha rival. O Talibã, por outro lado, chegou atrasado no cenário da luta afegã: estavam na verdade exilados no Paquistão, e não levavam muito tempo no Afeganistão quando tomaram a cidade de Kandahar em novembro de 1994, impondo de imediato a *burqa*, a proibição de trabalhar para as mulheres e o fechamento de todas as escolas femininas, antecipando ainda em pequena escala seu reinado de terror.

Em abril de 1990, catorze meses depois da retirada soviética, o *Los Angeles Times* descreveu o estado caótico do país e dos rebeldes: estes tinham, nas semanas recentes, matado mais gente do que o “inimigo soviético” ao longo de toda uma década. Houve relatórios de matanças nos acampamentos de refugiados. Em 1996, o Talibã, a milícia sunita de etnia *pashtu*, a mais numerosa etnia do país, finalmente assumiu o poder, e implantou um regime “fundamentalista islâmico”. A vitória dos talibãs na guerra civil pôs as cidades mais importantes sob seu controle: Herat em 1995, Cabul em 1996, Mazar-i-Sharif en 1998. Cerca de um milhão de pessoas morreram na guerra civil afegã. Outros 2,5 milhões ficaram refugiados em países vizinhos. O Irã ameaçou deslocar tropas em defesa da minoria xiita afegã. O governo indiano acusou os talibãs de apoiar os separatistas muçulmanos na Caxemira. A Federação Russa denunciou o envolvimento do Afeganistão com os separatistas muçulmanos

da Tchetrchênia e do Daguestão. Do seu lado, os EUA, que haviam armado os guerrilheiros islâmicos durante a invasão soviética, pressionaram os talibãs no governo para que extraditassem o saudita Osama Bin Laden, responsabilizado por ataques terroristas à embaixadas norte-americanas na África.

O governo talibã era apoiado pela Arábia Saudita, os Emirados Árabes e o Paquistão. A ONU impôs sanções econômicas ao país em 1999, até que Bin Laden fosse entregue a um tribunal internacional. E subsistiu uma resistência anti-talibã no centro e nordeste do país, com o comandante (ex-ministro) Ahmed Shah Massoud. Fracassaram, em 1999, as negociações de paz, patrocinadas pela Arábia Saudita, entre o governo "fundamentalista islâmico" talibã e a Frente Islâmica Unida de Salvação de Massud. O assassinato deste, a 9 de setembro de 2001, parecia a vitória final dos talibãs. Todas as forças rebeldes anticomunistas tinham sido supridas e treinadas pelos EUA, Arábia Saudita, Paquistão, China e outros países da região. Durante toda uma década, assim, os EUA financiaram, armaram e treinaram grupos guerrilheiros islâmicos antissoviéticos, de onde saíram os principais grupos terroristas, como a *Maktab al Khidmat*, que se tornou o embrião da rede *Al Qaeda*. Através de uma poderosa estrutura organizada pela CIA (numa operação secreta dirigida pelo seu titular, William Casey, e por Zbigniew Brzezinski, estrategista-mor dos EUA), esses grupos recrutaram miltantes em mais de 30 países, cresceram e enriqueceram pelo apoio norte-americano.[483]

Os EUA, do seu lado, jogavam várias cartas simultâneas: montaram assim uma vasta intervenção contra o regime islâmico iraniano, visto como o maior fator de desestabilização regional, com a ajuda do regime do Iraque, encabeçado por Saddam Hussein e o Partido Ba'ath, reduzido a uma sombra caricatural e reacionária do velho partido laico nacionalista. Com diversos pretextos, e com assessoria ociedntal, foi montado um novo cenário bélico. A guerra Irã-Iraque, que foi seu produto, se estendeu ao longo quase toda a década entre 1980 e 1990.

Em seus antecedentes históricos imediatos, em 1975, o Iraque reconhecera que a fronteira com o Irã passava pelo canal de Shatt-Al-Arab, onde confluem os rios Tigre e Eufrates. Em 1980, menos de um ano depois da vitória da "revolução islâmica" no Irã, Saddam Hussein revogou o acordo de 1975, que cedia ao Irã 518 km² de uma área de fronteira ao norte do canal de Shatt-al-Arab, em troca de garantias, pelo Irã, de que cessaria a assistência militar à minoria curda no Iraque, empenhada na luta pela sua independência estatal. Exigindo a revisão do acordo para demarcação da fronteira ao longo do canal de Shatt-Al-Arab (que controlava o porto de Bassora), a reapropriação de três ilhas no estreito de Ormuz (tomadas pelo Irã em 1971), e a concessão de autonomia às minorias (sunitas) dentro do Irã, o exército iraquiano, em 22 de setembro de 1980, invadiu a zona ocidental do Irã. A justificativa do Iraque se apoiava na velha disputa fronteiriça, mas o verdadeiro objetivo era debilitar ao regime iraniano, e dessa forma não permitir o avanço regional da "revolução islâmica".

Khomeini havia sido expulso do Iraque em 1978, a pedido do Xá Reza Pahlevi; o presidente iraquiano, Saddam Hussein, depois da queda do Xá, deu apoio aos movimentos civis iranianos de Chapour Bakhtiar e do general Oveissi. O novo regime islâmico xiita iraniano passou então a apoiar o movimento separatista dos curdos no norte do Iraque, e convocou os xiitas iraquianos a se rebelarem contra o governo "sunita" de Saddam. O Irã bloqueou o porto de Basra e ocupou a ilha de Majnun, no pântano de Hoelza, local dos principais poços petrolíferos do Iraque. Este, por sua vez, bombardeou navios petroleiros de diversas bandeiras no Golfo Pérsico, e usou armas químicas contra alvos militares e civis. Saddam Hussein estava, nesses episódios, sendo patrocinado e financiado pelas potências ocidentais, e também por alguns países árabes da região: encontrou apoio na Arábia Saudita e na Jordânia – países que temiam

[483] Em 1990, o grupo se voltou contra seu criador, por ser contra a ocupação militar da Arábia Saudita pelos estadunidenses para a Guerra do Golfo contra o Iraque de Saddam Hussein.

a "exportação" da revolução iraniana para todo o Golfo Pérsico –, além de receber auxílio dos EUA, da URSS, da Grã-Bretanha e da França. As linhas de demarcação ideológicas e políticas da "guerra fria" pareciam ter desaparecido para sempre.

No Oriente Médio, só os governos de Síria e da Líbia se posicionaram a favor do Irã contra o Iraque durante a guerra entre ambos os países. O apoio líbio foi episódico, e rapidamente seu regime nacionalista se embrenhou em suas própias contradições. Em 1980, a Líbia invadiu o vizinho Chade, em uma operação fracassada que terminou com a retirada das tropas de Khaddafi em 1987. Na mesma época, o país serviu de base de treinamento para diversos grupos guerrilheiros, em absoluto "islâmicos", como o *Setembro Negro* palestino e os separatistas bascos do ETA.[484] Mas também muitos membros da Al Qaeda eram líbios; o patronímico "al-Libi" apareceu frequentemente em seus codinomes. Em 1982, os Estados Unidos impuseram um embargo às importações de petróleo líbio, sob o pretexto que seu governo patrocinava o "terrorismo internacional". O presidente Ronald Reagan ordenou, em abril de 1986, um bombardeio da aviação americana a alvos militares em Trípoli e Benghazi, causando a morte de 130 pessoas. Kaddafi perdeu uma filha adotiva quando sua casa foi atingida. Depois dos ataques americanos e da derrota no Chade, iniciou-se a virada política internacional do regime líbio. Em 1988, o país restabeleceu relações diplomáticas com o Chade. E, em 1989, associou-se à União do Magrebe Árabe, acordo comercial dos países do norte da África.

Saddam Hussein, no seu auge político

O Egito prestou ajuda ao Iraque na forma de armamentos. A intenção de Saddam Hussein era fazer uma guerra curta contra o Irã, extremamente móvel, com tanques e aviões, que lhe permitisse "estar em Teerã em três semanas", como ele assegurara aos norte-americanos. No caso da Europa, empresas desse continente proveram Hussein de armas químicas, que este não duvidou em utilizar, principalmente contra aldeias curdas (o chefe-militar executor da tarefa foi batizado como "Ali Químico"). Por uma ironia sangrenta da história, o Irã, defendendo-se com armas americanas, legado do exército do Xá, opunha-se às armas

[484] O grupo "Setembro Negro" tinha realizado uma operação terrorista quando, durante os Jogos Olímpicos de Munique, em setembro de 1972, ocupou os locais da delegação olímpica israelense, fazendo onze reféns e reivindicando a liberdade de 243 presos palestinos. Dois dos reféns foram castrados (!) e sangrados até a morte no início da operação. Os outros nove reféns judeus, além de cinco dos oito membros do comando palestino, foram mortos na desastrada operação de regate da polícia alemã.

soviéticas de Saddam Hussein, que no ataque de 1980 estava ao serviço dos interesses estratégicos norte-americanos na região.

Mas as armas russas dos iraquianos logo foram suplantadas pelo muito mais moderno auxílio militar ocidental: os franceses venderam-lhe aviões Mirage; os alemães, gás para a guerra química; os americanos passaram-lhe helicópteros adaptados para lançar pesticidas, além de fornecerem-lhe fotos de satélites que mostravam a movimentação das tropas iranianas; os ingleses venderam-lhe pontes militares para que o Iraque pudesse cruzar os rios com seus tanques; e os italianos abasteceram-no com corvetas, fragatas, e também com helicópteros. O Iraque também estava interessado na desestabilização do governo islâmico de Teerã pelo seu próprio interesse na potencial anexação do Kuzestão, a província iraniana mais rica em petróleo. Ambos os lados foram vítimas mútuas de ataques aéreos a cidades e poços de petróleo. O exército iraquiano engajou-se em uma escaramuça de fronteira na região inicialmente disputada, efetuando posteriormente um assalto armado dentro da região produtora de petróleo iraniana. A ofensiva iraquiana, no entanto, encontrou forte resistência e o Irã recapturou o território.

Em 1981, com um ano de guerra decorrido, somente Khorramshahr caíra inteiramente em poder do Iraque no território iraniano, e Teerã, prometida por Saddam Hussein em três meses para sua opinião pública interna e externa, ainda estava bem longe das tropas iraquianas. Havia pouco avanço nas frentes de luta. Em 1982, as forças iraquianas, finalmente, recuaram em todas as frentes, e Khorramshahr foi evacuada. A resistência do Irã levou o Iraque a propor um cessar-fogo, recusado pelo Irã (os iranianos exigiram pesadas condições: dentre elas a queda de Saddam Hussein). E, em 1983, para completar o fracasso da política regional dos EUA, Ronald Reagan, presidente dos EUA, foi forçado a retirar suas tropas do Líbano, após sofrerem pesadas perdas impostas pelo *Hezbollah*, movimento guerrilheiro libanês e xiita de resistência apoiado por Teerã.

Assim, ao mesmo tempo em que a "revolução islâmica" desfraldava internamente as características reacionárias de sua liderança clerical, lançada a uma repressão impiedosa e mortífera dos grupos laicos e de esquerda que tinham participado na revolução de 1978-1979,[485] a guerra iraniana contra o Iraque assumia as formas de uma guerra popular, com mobilização de toda a população, armamento geral, milícias civis de combate, engajamento militar de adolescentes. O culto aos mortos na guerra, que sobreviveu e ganhou mais espaço posteriormente, criou um veio de heroísmo civil que limitou o avanço do totalitarismo clerical sobre a sociedade. A guerra também deu um papel político decisivo aos Guardiões Revolucionários, milícia xiita que se transformou na força armada do país (e também numa potência econômica, adquirindo empresas e propriedades variadas), contrabalançando o poder da hierarquia religiosa xiita, no próprio Estado iraniano. Os Guardiões Revolucionários se transformaram no maior ente empresarial do país, com poder de indicação do titular do Poder Executivo (mas não do titular do Estado, cargo reservado para a alta hierarquia clerical xiita).

O conflito Irã-Iraque se desenvolveu num tabuleiro mundial submetido a reviravoltas permanentes, aparentemente absurdas, mas cheias de sentido. Graças ao contrabando de armas norte-americanas para o Irã, gerenciado pelo oficial ianque que chefiou a "guerra suja" da CIA na Nicarágua, Oliver North,[486] o Irã conseguiu recuperar poder de fogo e boa parte dos

---

[485] A repressão do regime islâmico foi especialmente violenta não só contra a esquerda laica, mas também contra os *mujahedeen* islâmicos de esquerda.

[486] As armas eram contrabandeadas por oficiais da CIA e do exército norte-americano para financiar operações clandestinas da contrarrevolução nicaraguense, sediada em Honduras, que se propunha derrubar o governo sandinista: "O grande escândalo de 1986-87 foi a descoberta reveladora que Estados Unidos, que naturalmente ocupam um lugar de primerísima linha na batalha contra o

territórios ocupados pelas forças iraquianas. O Irã atacou o Kuwait e outros Estados do Golfo Pérsico aliados do Iraque. A ONU e alguns Estados europeus enviaram vários navios de guerra para a zona. Em 1985, aviões iraquianos destruíram uma usina nuclear parcialmente construída em Bushehr (Irã) e depois bombardearam alvos civis, o que levou os iranianos a bombardear Bassora e Bagdá. A tendência da guerra mudou por completo, em favor do Irã.

O fracasso da invasão iraquiana ao Irã

Israel também entregou armas e suprimentos... aos aiatolás iranianos, porque estes se encontravam em guerra contra o Iraque de Saddam Hussein. Em 1981, um ataque aéreo israelense destruiu uma usina nuclear no Iraque, pondo fim ao programa nuclear desenvolvido por Saddam Hussein. Os aviões de Israel haviam sido pintados com as cores de Jordânia, fazendo-se passar por uma missão de treinamento desse país. A esquadrilha abasteceu-se no ar duas vezes, possivelmente a partir de um avião-tanque camuflado em avião comercial. Sem isso, a missão israelense teria sido suicida: os aviões-caça utilizados na operação, sem autonomia de vôo para ir e voltar, não teriam onde pousar. A esquadrilha israelense ter conseguido driblar a vigilância dos aviões-radar Awacs norte-americanos também foi desconcertante: um dos mais portentosos trunfos da tecnologia militar norte-americana, esses aviões estavam sendo comprados pela Arábia Saudita para tornar impossível a passagem de aviões inimigos sobre seu território.

A falta de oposição iraquiana tornou a operação relativamente fácil: a usina nuclear iraquiana de Tamuz situava-se a 25 quilômetros ao sul de Bagdá; durante 120 segundos, oito aviões F-16 israelenses protegidos por seis F-15 despejaram suas bombas de uma tonelada com tanta precisão sobre a usina nuclear central que ao final não se via nenhuma cratera resultante de tiros aproximados. Da usina alvejada restaram apenas ruínas de doze centímetros de altura. A esquadrilha deu meia-volta, subiu para uma altitude de doze mil metros e rumou para Israel,

---

terrorismo, estava tendo tratos secretos com Irã, um estado terrorista. Isto levantou a acusação mais séria contra a administração o Reagan ao longo do inteiro espectro político. George McGovern denunciou o fiasco humilhante revelado no outono de 1986: "Uma administração que chegou ao poder anunciando a partir de então que o contraterrorismo seria o pilar da política externa americana, foi descoberta vendendo armas secretamente ao governo mais terrorista no mundo" (Noam Chomsky. *Terrorismo Internacional ¿Qué Remedio?* Conferência realizada na Johan Wolfangs Goethe Universität de Frankfurt/Main, abril de 1986).

cortando o espaço aéreo da Jordânia sem preocupações com os radares inimigos. Toda legislação e normatividade internacional foram olimpicamente ignorados pelo Estado de Israel no episódio.

No Estado sionista, a guerra Irã-Iraque propiciou um debate público acerca da política a ser seguida: apoiar o declaradamente antissionista (e antissemita) regime iraniano, porque combatia um país ainda visto como um "campeão do panarabismo", ou apoiar o Iraque, porque combatia um regime que declarava abertamente a necessidade de varrer Israel do mapa. Não se pode, porém, apresentar a guerra Irã-Iraque, com suas centenas de milhares de mortos, como tendo sido criada pela agressividade de Khomeini e os xiitas, e não pelo sistemático armamento e apoio político-diplomático brindado pelo Ocidente (Europa e EUA) e até pela URSS, ao regime de Bagdá, para conter a onda expansiva da revolução iraniana.

Irã-Iraque 1980-1988: a guerra mais mortífera do segundo pós-guerra

Graças ao contrabando de armas (escândalo Irã-Contras, que abalou o governo de Reagan, nos EUA), o Irã conseguiu recuperar poder de fogo e boa parte dos territórios ocupados pelas forças iraquianas.[487] O Iraque foi acusado pelo Irã de usar armas químicas contra as tropas iranianas, mas os apoiadores ocidentais de Saddam Hussein nem esboçaram uma condenação contra as "armas de destruição em massa" que eles próprios tinham lhe fornecido. A guerra entrou em uma nova fase em 1987, quando os iranianos aumentaram as hostilidades contra a navegação comercial dentro e nas proximidades do Golfo Pérsico, resultando no envio para a região de navios de guerra norte-americanos e de outras nações. O Iraque continuava a ser abastecido pelo Ocidente. O ataque de Saddam fez também com que os conflitos internos iranianos cessassem. Todas as facções e tendências que antes se digladiavam em Teerã uniram-se contra o invasor. A guerra, que nascera como guerra móvel em 1980, terminou se

[487] O escândalo "Irã–Contras", também conhecido como "Irangate", foi uma operação clandestina montada pelo governo Reagan para ajudar a guerrilha antisandinista da Nicarágua. A operação veio a público em novembro de 1986, quando a imprensa americana denunciou as negociações secretas entre a Casa Branca e o governo xiita do Irã. O governo iraniano adquirira armas dos EUA em troca da libertação de reféns norte-americanos presos por milícias xiitas no Líbano. Além disso, o dinheiro da compra dos armamentos foi depositado na Suíça, em contas movimentadas pelos "contras" da Nicarágua. Ronald Reagan autorizara em 1985 vendas secretas de armas americanas para os iranianos, inimigos de Saddam, a fim de obter recursos, no valor de 30 milhões de dólares, para financiar os "contras", grupo de direita que lutava para derrubar o governo sandinista de Daniel Ortega, na Nicarágua. Washington, além de armar os muçulmanos xiitas, comprometeu-se a liberar bilhões de dólares do Irã congelados em bancos americanos desde 1979.

tornando uma clássica guerra de trincheiras nos anos seguintes, levando ambos os países à exaustão total dos seus recursos bélicos e logísticos.

Khomeini rejeitou sete propostas de cessar-fogo feitas por Saddam Hussein, que estava reconhecendo implicitamente a sua derrota. O líder iraniano xiita exigia a queda do governo do Ba'ath como pré-condição para a paz, não escondendo o desejo de impor uma república islâmica, aos moldes do Irã, no Iraque, mesmo sabendo que grande parte da população iraquiana, laicizada e secularizada, não era xiita e muito menos religiosa praticante. Isto levou o Iraque a uma radicalização, que incluiu até mesmo uma tensa e breve aproximação com os EUA, apesar de ter informações que o governo de Ronald Reagan vendia armas para o Irã, seja diretamente ou por intermédio da Argentina e de Israel. Apesar da retórica antiamericana da república islâmica e da retórica anti-iraniana do governo Reagan, Irã e EUA continuavam a ter bons contatos, geralmente mediados por Israel, arqui-inimigo declarado do Iraque. Esta relação triangular foi revelada para o grande público como o "escândalo Irã-Contras" (1986-87), que quase derrubou Ronald Reagan da presidência. Foi o então presidente sírio Hafez al-Assad, quando entrou em choque com a milícia libanesa pró-iraniana Hezbollah na guerra do Líbano (1975-90), quem autorizou um jornal libanês nacionalista árabe e pró-Síria a denunciar o esquema triangular de venda de armas dos EUA ao Irã. Naquele momento, Hafez se aproximou de Saddam Hussein e quase cortou relações com o Irã.

Em inícios de 1988, o Conselho de Segurança da ONU exigiu um cessar-fogo. O Iraque aceitou, mas o Irã não. Em agosto de 1988, negociações levadas a cabo pelo secretário-geral da ONU, o peruano Javier Perez de Cuéllar, e a crise na economia do Irã levaram a que o país aceitasse que a ONU fosse mediadora do cessar-fogo. O armistício veio em julho e entrou em vigor em 15 de agosto desse ano. A guerra Irã-Iraque durara de 1980 a 1988, e produziu do lado iraniano a morte de 300.000 pessoas, deixando um saldo de centenas de milhares de pessoas com sequelas variadas de guerra. Calcula-se que, ao todo, a guerra produziu um milhão de mortos, a cifra total continua sendo imprecisa até hoje, sendo o mais sangrento e longo conflito bélico do pós-guerra no mundo. A 3 de junho de 1989, o aiatolá Ruhollah Khomeini morreu, no hospital, onze dias depois de uma operação feita para tentar parar uma hemorragia interna. Uma multidão de mais de um milhão de iranianos reuniu-se à volta do local de enterro, que era suposto não ser conhecido.

Com a morte de Khomeini, foi designado líder supremo religioso o aiatolá Alí Khamenei. Em 1990, o Iraque aceitou o acordo de Argel de 1975, que estabelecia a fronteira com o Irã. As perdas da guerra foram estimadas em cerca de 1,5 milhão de vidas, contando as vítimas civis. A guerra destruiu os dois países e diminuiu a onda de expansão revolucionária do Irã, que era o que interessava tanto aos EUA quanto à burocracia da URSS. Mas, militarmente, o Irã demonstrou que sua máquina de guerra era forte o bastante para conter o avanço do mais militarizado dos países árabes, o Iraque. O mais forte Estado laico do mundo árabe (o Iraque), do ponto de vista econômico e militar, e o centro irradiador da "revolução xiita" (o Irã) pareciam ter ficado fora de combate por um bom período.

Mas não aconteceu o mesmo com a "onda islâmica" internacional: foi no quadro criado pela sobrevivência, surpreendente para muitos ao longo de uma década de ataques externos, da "República Islâmica" iraniana, que mudou a composição política da luta árabe contra Israel, com o surgimento e crescimento de grupos político-religiosos, destacando-se o *Hezbollah*, a organização xiita libanesa apoiada pelo Irã, o *Hamas* (Movimento de Resistência Islâmica) criado por palestinos sunitas em 1988, quando se iniciou a primeira Intifada, e a "Jihad Islâmica", formada por jovens palestinos no Egito desde 1980. O Ministério de Relações Externas da Autoridade Nacional Palestina informou que "a OLP realizou um compromisso histórico em 1988, reconhecendo a soberania de Israel sobre 78% da Palestina histórica, na compreensão de que os palestinos seriam capazes de viver em liberdade no restante 22% sob ocupação desde 1967". Contrastando com a decadência política crescente de *Al-Fatah* e da

OLP, organizações islâmicas de variado cunho ganharam rápido destaque no cenário político palestino e árabe em geral.

No Líbano, após a retirada das tropas israelensesem 1985, continuaram as disputas entre as inúmeras milícias e grupos armados pelo controle de territórios e recursos econômicos; apesar da existência de um governo e seu aparelho administrativo, o poder continuava dividido entre diversas milícias que funcionavam como estruturas estatais, cobrando impostos, registrando imóveis, cobrando taxas para entrada e saída de mercadorias e procurando atrair investimentos. O país era objeto das disputas políticas dos países vizinhos (Síria, Irã, Iraque, Israel, Arábia Saudita) e das grandes potências. Em 1989, enquanto o general Michel Aoun tentava manter a hegemonia dos grupos ligados ao clã Gemayel, vários grupos políticos libaneses aceitaram a proposta saudita, apoiada pela maioria dos estados da Liga Árabe, de reunir os deputados do parlamento libanês (a última eleição havia sido em 1972) para negociar a modificação do sistema político. Se aceitaria uma antiga reivindicação das comunidades muçulmanas: a divisão igualitária dos assentos no parlamento em 50% para cristãos e muçulmanos, retirando do presidente a capacidade de promulgar leis sem a aprovação do Conselho de Ministros. René Mouwad, um maronita pró-sírio, foi eleito presidente.

Muawad foi assassinado três semanas depois por um carro bomba em Beirute; um novo presidente maronita pró-sírio, Elias Hrawi, foi eleito sob a proteção do exército sírio. O movimento xiita pró-iraniano Hezbollah assim como Michel Aoun não o aceitaram acusando o acordo de ser um instrumento que legitimaria a dominação síria sobre o Líbano; contava com o apoio do Iraque de Saddam Hussein, cujo governo era rival da Síria do presidente Hafez al-Assad. Aoun e Gemayel ainda controlavam o palácio presidencial, grande parte de Beirute oriental e porções importantes do antigo enclave maronita. Sua milícia contava com cerca de quinze mil homens e importantes equipamentos que haviam pertencido ao exército libanês. Mas ele perdeu o apoio da França; o patriarca maronita Nasrallah Sfeir reconheceu e visitou Elias Hrawi, a Liga Árabe o reconheceu como o legitimo governo do Líbano, e Saddam Hussein parou de fornecer armas. Em setembro de 1990, militares e oficiais das forças de Aoun passaram para o lado de Hrawi. Com apoio da Liga Árabe e dos EUA, o governo sírio, junto com o exército oficial do Líbano sob o comando do general maronita pró-sírio Emile Lahoud promoveram um ofensiva militar vitoriosa contra Aoun em outubro, ocupando o palácio presidencial de Baabda.

Com isto, reconheceu-se a hegemonia política síria; a "relação privilegiada" entre ambos os países foi concretizada através do Tratado de Fraternidade e Cooperação e Coordenação de maio de 1991. O país ficou sob a hegemonia econômica saudita e ocidental, mantendo sua antiga política econômica liberal, aceitando que a direção do estado fosse dividida entre maronitas, sunitas e xiitas, tendo o presidente (maronita) perdido poderes para o primeiro-ministro (sunita) e o presidente do parlamento (xiita). As milícias acabaram entregando as suas armas, a exceção dos palestinos dentro dos campos de refugiados e do Hezbollah xiita empenhado na resistência no extremo sul contra a ocupação israelense.

Quanto à estrada aberta para o terrorismo aéreo, depois atribuído com exclusividade ao "fundamentalismo islâmico", os EUA deram a principal contribuição em 1986, com os bombardeios dos Líbia na "*Operação El Dorado Canyon*". Embora as investigações dos ataques executados por terroristas contra alvos americanos não tenham revelado provas do envolvimento da Líbia no atentado a bomba na danceteria-inferninho *La Belle*, em Berlim, a 5 de abril de 1986, em que as vítimas foram soldados norte-americanos; os serviços de inteligência dos Estados Unidos afirmaram não ter dúvidas quanto à responsabilidade do regime líbio, embora sem apresentar provas de qualquer espécie. O presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan, pediu a seus aliados na Europa que impusessem sanções políticas e econômicas à Líbia, ao mesmo tempo em que ordenou ataques a Tripoli e Bengazi. O único apoio externo que obteve, porém, foi da primeira-ministra britânica Margaret Thatcher, que

autorizou o uso das bases em seu país para o lançamento da operação. França, Itália e Espanha recusaram aos EUA direitos de sobrevoo e ao uso de bases aéreas na Europa continental, obrigando as aeronaves a alcançarem o seu destino pelo espaço aéreo internacional do Reino Unido para chegar ao Estreito de Gibraltar e ao Mediterrâneo.

Muammar Khaddafi, no período incial de seu governo

Na noite de 14 a 15 de abril de 1986, os EUA fizeram, desse modo, um ataque aéreo sobre as cidades costeiras líbias de Tripoli e Benghazi, na maior operação aérea de combate desde a guerra do Vietnã. Áreas civis das cidades líbias foram atingidas, segundo os norte-americanos por engano, mas em termos gerais a missão foi vista como bem sucedida pelos EUA, e provocou centenas de mortes. Ameaças de retaliação vieram do governo líbio; o próprio Khaddafi não apareceu em público, fazendo crescer os rumores de que havia sido morto no ataque a seu quartel-general em Azízia, onde na realidade quem perdeu a vida foi sua filha adotiva. Washington jamais confirmou que o objetivo da missão era eliminar o líder líbio. Dois anos depois, o atentado de Lockerbie a um avião norte-americano sobre a Escócia em 1988, com centenas de mortos civis, teria sido uma reação da Líbia ao ataque aéreo norte-americano.[488] A estrada larga do terrorismo estava aberta, com a preciosa e decisiva iniciativa dos EUA.

Reagan launches punishment mission 'from British bases'

US jets bomb Tripoli

From Michael White in Washington

White House spokesman Larry Speakes announced last night that US forces had con-

He said Libya "bears direct responsibility for the bombing in West Berlin on April 5," that killed an American serviceman and a Turkish woman and wounded 230 others at a

bassy in East Berlin had been told to go ahead on April 4 and then the mission informed Tripoli the following day that the bombing had been carried out.

[488] Joseph T. Stanick. *El Dorado Canyon: Reagan's Undeclared War With Qaddafi*. Annapolis, Naval Institute Press, 2003; Robert E. Venkus. *Raid On Qaddafi*. Nova York, St. Martin's Press, 1992.

Em 1979, na Argélia, o coronel Chadli Bendjedid fora indicado para a presidência em conclave militar, por ser o militar mais graduado disponível, por ser membro do Conselho da Revolução e membro da FLN desde a sua fundação.Desde o regime de Boumediènne ele coordenava os serviços de segurança. Bendjedid acumulou durante o seu mandato presidencial o cargo de Ministro da Defesa, para manter sob seu comando os assuntos militares. Estava armado o palco que permitiria que fosse eleito para a presidência por três vezes, acumulando um total de treze anos no poder. Bendjedid reforçou sua posição trazendo para a política membros graduados do Estado-Maior do exército.

Em 20 de abril de 1980 irrompeu a "Primavera Berbere", reclamando a oficialização da língua tamazight e o reconhecimento da identidade berbere na Argélia. Foi o primeiro movimento popular de oposição às autoridades desde a independência do país, em 1962. Os manifestantes foram reprimidos com selvageria, com 126 mortes e cinco mil feridos. Os berberes representam, na Argélia, cerca de 25% da população, mas desde a independência, o francês fora substituído pelo árabe, com a arabização maciça da administração e do ensino. Bendjedid declarou em discurso à nação que a Argélia era um país "árabe, muçulmano e argelino" e que "a democracia não significava anarquia", isto antes de mandar atacar o campus da Universidade de Tizi Ouzou.

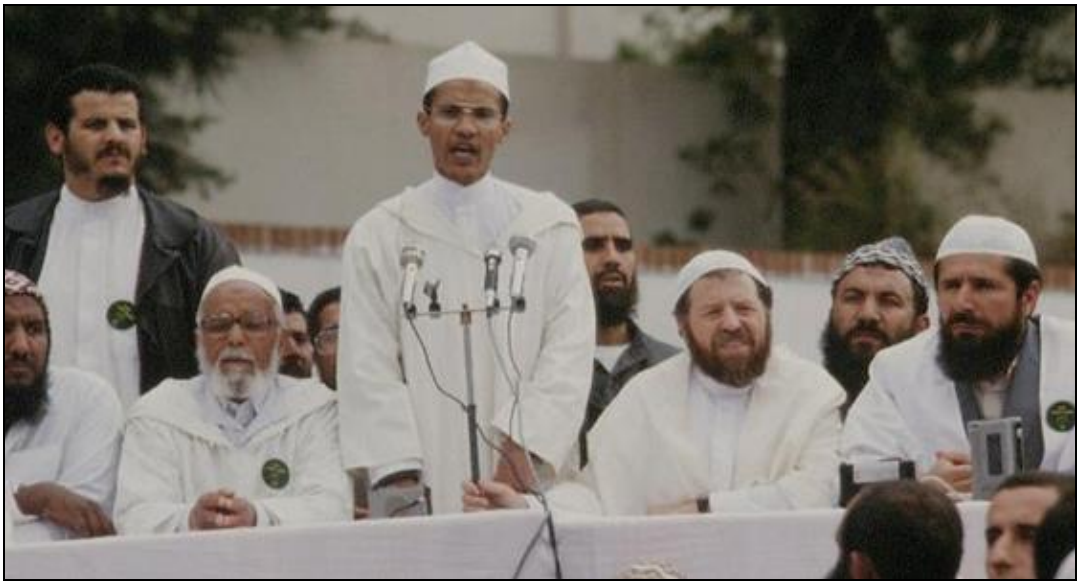
Bendjedid e o presidente da França, François Mitterand, assinaram um acordo sobre o gás que a Argélia fornecia à França; pouco tempo depois, Bendjedid efetuou a primeira visita de um chefe de estado argelino à França, após a independência. Os franceses consumiam gás a preço abaixo das cotações mundiais. Em 12 de janeiro de 1984, Bendjedid foi reeleito para a presidência da Argélia e, ato contínuo, para agradar os islâmicos, fez com que a Assembleia aprovasse o Código do Estatuto Pessoal e o Código da Família, um retrocesso em relação às condições impostas pela revolução, em matéria de liberdade individual e feminina. O Código reduzia as mulheres ao estatuto de menoridade durante toda a vida.

A "onda islâmica" chega à Argélia

Novas manifestações de de operários e estudantes, principalmente em Sétif e Constantine, foram reprimidas com selvageria. Em reação, a insurreição tomou conta também de Argel e se estendeu por todo o país, sempre reprimida com dureza. De 4 a 10 de outubro de 1988 os jovens desempregados e os estudantes desesperançados ocuparam as ruas da capital e atacaram símbolos e propriedades do Estado. Bendjedid decretou o estado de sítio; o número de jovens mortos ultrapassou 600, muitos mais foram presos nos comissariados de polícia e centros secretos de detenção dos serviços de informação, onde foram torturados impiedosamente. Aos que reivindicavam trabalho, moradia e disponibilidade de produtos de

primeira necessidade, Bendjedid respondeu anunciando o pluralismo político. Foi nesse contexto que a Frente Islâmica da Salvação (FIS) canalizou o descontentamento popular contra o regime de partido único. A FIS construiu a sua campanha eleitoral propondo a *shariah* como base da sociedade, despertando expectativas em um povo desorientado e sem esperanças.

Bendjedid prometeu reformas políticas e econômicas, e venceu novamente as eleições em dezembro de 1988. A "era das reformas" começou com a adoção por referendo de uma nova Constituição garantindo a liberdade de associação e de agremiações políticas. Os velhos dirigentes argelinos deram a Bendjedid um voto de confiança e voltaram do exílio. Entre eles estava Ahmed Ben Bella. Vários partidos foram criados, entre os quais a FIS, dirigida por Abassi Madani e Ali Belhadj. Madani entrara para a FLN em sua juventude e participara diretamente no primeiro dia da guerra da independência da Argélia, em 1º de novembro de 1954; foi preso pelas autoridades francesas, ficando na prisão até a independência, em 1962. Ele representava a ala "moderada" da FIS, onde Belhadj representava a ala *kharijita,* islâmica radical, contra o trabalho das mulheres e também contra a democracia, por ser esta uma "invenção ocidental". Era considerado membro representante da Al Qaeda no Magreb.[489]



Dirigentes do FIS argelino em comício público

Bendjedid tentou modificar os aparelhos repressivos do Estado, começando por reduzir o poder do Departamento Geral de Segurança do Estado (DGSN), que também interferia nos costumes, civismo e segurança pública. Mexeu também na Segurança Militar e permitiu certa liberdade de opinião; inúmeros jornais e periódicos apareceram. Realizou também obras de infraestrutura, mas acabou, em 1990, com a reforma agrária. De acordo com a orientação neoliberal, fechou dois dos seis projetos de zonas industriais e favoreceu as importações; a queda dos preços do petróleo agravou a situação econômica e social. No plano internacional, Argélia se afastou dos países não alinhados e buscou se aliar às grandes potências. Bendjedid foi o primeiro presidente argelino a visitar oficialmente os Estados Unidos. Enquanto isso acontecia lá fora, no país, a FIS dazia seu trabalho.

[489] José Farhat. Independentes mas ainda não livres. In: *www.icarabe.org*, setembro-novembro 2012.

GUERRA DO GOLFO PÉRSICO 1.0

Depois de sua fracassada guerra contra o Irã, em 1990, o presidente iraquiano Saddam Hussein acusou o Kuwait de provocar a baixa no preço do petróleo ao produzir e vender mais do que a cota estabelecida pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo, prejudicando a economia iraquiana. Exigia, ainda, que o Kuwait perdoasse uma dívida de US$ dez bilhões, contraída durante a guerra contra o Irã e o pagamento de uma indenização de mais de US$ dois bilhões, com a alegação de que os kuwaitianos retiraram petróleo iraquiano na região fronteiriça de Rumaila. O Iraque reivindicava ainda os portos de Bubián e Uarba, que lhe dariam novos acessos ao golfo Pérsico. Em pouco tempo, todas as contradições geopolíticas acumuladas no mundo árabe explodiram com extrema violência quando, pouco mais de dois anos depois do fim da guerra Irã-Iraque, o Iraque viu-se envolvido em um novo conflito bélico em grande escala, desta vez provocado pela política internacional dos EUA, na "primeira Guerra do Golfo" entre Iraque e uma coalizão internacional encabeçada pelos próprios EUA.

O Iraque mantinha ainda boas relações com os EUA, reforçadas durante a guerra contra o Irã: consultada por Saddam, a embaixatriz norte-americana foi ambígua, segundo algumas versões até foi favorável, acerca da possibilidade de uma invasão iraquiana do Kuwait. Em 2 de agosto de 1990, o Iraque invadiu o Kuwait. 600 mil iraquianos constituíam o quarto maior exército em número de efetivos do mundo (depois da URSS, China e Índia), com 5.500 tanques, 6.000 transportes blindados de tropas e 689 aviões de combate, que deram conta com rapidez dos 20.300 soldados, 254 tanques e 23 aviões do Kuwait.

Na sequência, forças coligadas de 28 países sob a liderança dos Estados Unidos bombardearam Bagdá, iniciando a Guerra do Golfo. Graças à desastrada decisão de invadir o Kuwait, adotada pelo regime de Saddam Hussein, a "grande esperança anti-Khomeini" (anti-xiita) da guerra Irã-Iraque, o próprio Hussein, foi subitamente transformado no principal vilão do planeta pelos EUA, seu aliado objetivo na primeira fase dessa guerra. Para os EUA, tratou-se de uma virada estratégica, pois desde a Guerra do Golfo o país embarcou em uma série de aventuras militares no chamado "tabuleiro euro-asiático", definido pelos seus estrategistas como o corpo geopolítico do planeta a ser submetido e controlado, com seu centro político e militar no Oriente Médio e na Ásia Central. No quadro da crise da URSS (que foi finalmente dissolvida em dezembro de 1991, depois do falido "golpe de agosto" que tentou e fracassou em derrubar Mikhail Gorbachev) e do "bloco socialista", o poder norte-americano buscava garantir uma série de objetivos estratégicos, definidos pelos seus gurus geopolíticos, a exemplo de Samuel Huntington ou Zbigniew Brzezinski:

a) Conquistar uma posição hegemônica no processo de restauração capitalista, na antiga URSS, na Europa do Leste e na China (*The Economist*, de Londres, chegou a afirmar, em 1990, que o alvo final de uma operação militar norte-americana no Oriente Médio seria a China);

b) Controlar, ou acentuar seu controle, das rotas estratégicas de fornecimento de recursos energéticos (petróleo e gás, principalmente) para todo o planeta – e, em primeiro lugar, para Europa e Japão – a partir dos principais países produtores-exportadores, situados no Oriente Médio;

c) Impor seu controle sobre a explosiva situação do Oriente Médio, isolando e condicionando, especialmente, o regime surgido no Irã com a "revolução islâmica" de finais da década de 1970;

d) Influenciar e tutelar o processo de expansão da União Europeia em direção do Leste europeu e, em especial, da Ásia Menor (ou seja, da Turquia, pais muçulmano de 70 milhões de habitantes);

e) Disciplinar o conjunto das potências capitalistas, em especial suas concorrentes "Europa" (ainda não transformada na União Europeia) e Japão, impondo uma posição militar dominante dos EUA nos pontos estratégicos do globo.

Isto implicava, como escreveu Nafeez M. Ahmed, "a criação, o reforço e a expansão da hegemonia militar norte-americana sobre a Eurasia através da Ásia Central, mediante uma militarização sem precedentes da política externa dos EUA, de sucesso em absoluto garantido, unida à criação, também sem precedentes, de bases de sustentação e consensos internos para essa campanha de militarização". Nesse quadro, a guerra do Golfo Pérsico tomou como pretexto a derrubada da ditadura de Saddam Hussein e a defesa da soberania nacional do Kuwait, invadido pelo Iraque (que, histórica e publicamente, sempre considerou o território do emir Jaber al Ahmed al Sabah como sua 19ª província).

Uma coalizão mais de trinta países, sob a batuta dos EUA, foi formada. Para garantir apoio econômico, James Baker, o secretário de Estado americano, viajou para dezenas de países solicitando fundos e engajamento militar na empreitada. A Arábia Saudita foi o primeiro país a ser visitado, e rapidamente concordou não só em apoiar financeiramente a coalizão pró-EUA, mas também disponibilizar seu território para suas forças militares. Egito, Síria e Omã foram os outros países do Oriente Médio que apoiaram os norte-americanos. Várias nações da Europa ocidental, como Portugal, Espanha, Itália e, principalmente, o Reino Unido, também enviaram ou tropas ou equipamentos para a linha de frente.

Ao todo, 34 países participaram da coalizão, em algum nível, incluída a Argentina de Carlos Menem; foi a maior coalizão militar reunida desde a Segunda Guerra Mundial. Algumas nações, como Japão e Alemanha (dotadas de exércitos simbólicos depois da Segunda Guerra Mundial) fizeram só contribuições financeiras, ajudando com US$ dez bilhões e US$ 6,6 bilhões de dólares, respectivamente. 73% dos 956.600 soldados e oficiais da coalizão eram efetivos militares profissionais muito bem armados e treinados dos Estados Unidos, onde o serviço militar obrigatório fora abandonado após o desastre da guerra do Vietnã. Era a primeira prova em grande escala do exército 100% profissional dos EUA.

Com essas bases, foi lançada a operação "Tempestade no Deserto". O pretexto para o ataque ao Iraque não resistia a menor análise política; o regime do açougueiro de Bagdá era a própria criatura dos EUA (o próprio Saddam Hussein tinha sido denunciado como aliado dos EUA pelos movimentos nacionalistas e a esquerda árabe), e tinha sido armado e usado pelos EUA e a Europa para conter a revolução iraniana. A "soberania nacional" do Kuwait, por outro lado, não passava de um pretexto, pois o país nunca passou de um enclave semicolonial de propriedade familiar, propiciado pelo imperialismo europeu no processo de descolonização do Oriente Médio, ou seja, carecia dos atributos de um Estado nacional.

Finalmente, em que pese as derrotas impostas ao exército iraquiano na "Tempestade no Deserto", a "operação de polícia" de George Bush culminou num fracasso estratégico, pois o regime de Saddam Hussein se manteve em pé e se transformou num fator de desestabilização de toda a região do Golfo Pérsico, ao mesmo tempo em que ele próprio era desestabilizado pelo ressurgimento do movimento nacional curdo, os *peshmergas*, seção iraquiana de um movimento nacional também atuante na Síria, no Irã e na Turquia, países em que se divide a população dessa "nação sem Estado". Os curdos iraquianos renasceram para a ação político-militar independente na guerra do Golfo Pérsico. O apoio dado a Israel para arrasar o movimento nacional palestino, em qualquer país do Oriente Médio em que atuasse, aproveitando a operação militar internacional, também fracassou, pois a guerra do Golfo Pérsico foi o marco da radicalização palestina e da explosão da "segunda Intifada".

A imposição de uma zona de exclusão aérea e do bloqueio militar, econômico e comercial imposto ao Iraque (que produziu centenas de milhares de mortos, especialmente crianças, num Iraque privado do acesso a medicamentos e gêneros essenciais de consumo popular) se

transformou num fator de mobilização da opinião pública mundial, sobretudo nas próprias metrópoles imperialistas, contra a belicosidade norte-americana. A guerra do Golfo Pérsico, porém, foi concebida como uma simples “operação de polícia internacional” e teve cobertura legal da ONU; se apoiou num amplo leque de alianças com o conjunto das potências capitalistas e com as burocracias ainda autodenominadas “socialistas” na URSS e no leste europeu.

Vejamos as raízes históricas da guerra. O Kuwait não se distinguia por nenhuma especificidade nacional, étnica ou linguística, dos demais países do Golfo Pérsico. Sua única particularidade era a de possuir, em seus escassos 14.000 quilômetros quadrados de território, mais de 5% das reservas mundiais comprovadas de petróleo. Era uma criação do imperialismo (europeu e norte-americano), que reduziu no Kuwait ao máximo a mediação entre a exploração econômica estrangeira e a população nativa. O "Estado" do Kuwait só garantia a cidadania a 25% de sua população, relegando os trabalhadores estrangeiros (ou seja, toda a mão de obra da indústria do petróleo) à condição de hóspedes sem direitos políticos ou sindicais, isto num país com a maior renda per capita do planeta: mais de 11.000 dólares mensais, em média, em 1974 (contra 3.200 da riquíssima Arábia Saudita).

Iraque invade o Kuwait com tanques norte-americanos

Em 1899, o Kuwait passara a ser um protetorado britânico, apesar de pertencer ao Império Otomano e à sua província do Iraque: Grã-Bretanha se protegia assim do avanço na região do emergente imperialismo alemão, e reforçava o seu controle do acesso a "joia" da coroa, a Índia. A desintegração do Império Otomano, logo depois da Primeira Guerra Mundial, deu lugar a 24 países diferentes na região, resultantes de uma partilha comandada pelo Império Britânico.[490] Em 1932, o Iraque obteve a sua independência, sem sua província kuaitiana (e sem os outros emirados do Golfo Pérsico criados pelo Império Britânico), reivindicada desde essa data pelos iraquianos. Em 1961, os ingleses deram independência ao Kuwait, que se tornara uma plataforma de extração petróleo explorada conjuntamente com os EUA, confiando o país a uma monarquia feudal corrupta, diante de protestos e ameaças de invasão iraquiana, cujo presidente à época, o general Abdel Karim Kassem, afirmou: "Os imperialistas nos enganaram outorgando uma falsa independência ao Kuwait, que pertence à nossa província de Basra".

O "Estado" kuaitiano se transformou logo num dos principais fornecedores de capital para a Bolsa de Valores de Londres, e posteriormente numa companhia financeira com investimentos de 200 bilhões de dólares no mundo inteiro (nos meios financeiros ficou conhecido como “o maior banco do mundo"), controlando desde uma companhia de petróleo que cobria o poço

[490] Christopher Catherwood. *Op. Cit*.

de extração do cru kuaitiano até postos de abastecimento no mundo inteiro, e incluindo, por exemplo, a posse de 10% das ações da Volkswagen do Brasil, adquiridas em 1980. Os donos dessa companhia eram os emires governantes, não o "Estado" kuaitiano. Nessas condições, a anexação do Kuwait pelo Iraque teria um caráter nacional progressista, pois absorvia uma riqueza usufruída por uma mínima minoria privilegiada em favor de um conjunto nacional mais amplo. Ela deveria estender-se, pelas mesmas razões, a todos os emirados do Golfo, tão artificiais do ponto de vista nacional quanto o Kuwait.

Pouco depois do fim da guerra Irã-Iraque, o Kuwait começou a ser usado como base de chantagem contra o Iraque: "O Iraque tinha perdido todo o sangue, e se endividou até o pescoço. Em agosto de 1988, o Kuwait decidiu aumentar, ignorando as regras da OPEP, sua cota de extração de petróleo. O preço do petróleo caiu. Ora, o Iraque dependia em 90% de suas exportações de petróleo. As decisões do Kuwait começaram a estrangular o Iraque, sobretudo porque a enorme divida do país perante os países árabes recaia especialmente sobre o Kuwait. O Iraque sentiu-se ferido de morte. Depois de supostamente salvar o mundo árabe da ameaça iraniana, suas crianças morriam de fome, enquanto o Kuwait, artificialmente criado no fim da era colonial pelos ingleses, nadava numa opulência arrogante e egoísta".[491]

Depois de ter sido usado como arma de defesa dos interesses imperialistas e das monarquias feudais contra o processo político iniciado no lrã em 1978, o regime iraquiano caiu preso na sua própria armadilha, sofrendo por sua vez a chantagem econômica por interposição de um seu aliado local. Previamente, na guerra Irã-Iraque, um dos regimes nacionalistas da região, o iraquiano, atuou em função dos interesses do capitalismo mundial: acabar com a revolução iraniana, o que não queria dizer que os norte-americanos quisessem transformar o Iraque em polícia do Golfo Pérsico, como fizeram com o Irã do Xá, em 1971. Os caminhos do imperialismo norte-americano e do lraque, nesse ponto, se bifurcavam. Os analistas de Inteligência dos EUA alegavam que o corpo de oficiais do Iraque era politicamente instável e imprevisível, e que o regime policial de Saddam Hussein estava diante de um potencial de explosões sociais e políticas derivado das minorias oprimidas (especialmente os curdos) e do predomínio do islamismo xiita em um país oficialmente laico.

Depois do fim da guerra Irã-Iraque, a crise criada pela revolução iraniana deslocou-se para o interior do Iraque, criando uma crise de regime: “Dois complôs, pelo menos, aconteceram desde o início de 1990. O primeiro, organizado por um grupo de oficiais do complexo de Al Chargat, tinha por objetivo assassinar Saddam Hussein: 200 oficiais foram presos. Em julho, mais 40 oficiais superiores foram detidos por conspiração”.[492] A invasão iraquiana do Kuwait visou, antes do mais, conter a crise interna do regime ditatorial do Iraque. O regime iraquiano não encarou o Kuwait como parte de sua nação, mas como um butim a ser conquistado, submetendo-o à pilhagem: previa a negociação da ocupação do Kuwait com o imperialismo externo, não sua defesa por principio. Saddam Hussein, logo de cara, expulsou sem mais grande quantidade de trabalhadores estrangeiros, palestinos e egípcios principalmente. A anexação do Kuwait ao Iraque não foi feita através de uma via revolucionária ou anti-imperialista, mas por uma via militar e despótica, o que correspondia a um regime perseguidor de suas próprias minorias nacionais.

O aspecto principal, porém, era que a ocupação militar mais ou menos direta do Golfo Pérsico era um objetivo dos EUA desde a guerra árabe-israelense de 1973 e o subsequente choque do petróleo. O governo de Gerald Ford traçou planos concretos para submeter às regiões em que se localizavam os poços de petróleo a um controle militar direto pelos EUA. Em janeiro de 1975, o secretário de Defesa James Schlesinger declarou que "era possível iniciar operações militares na área, em caso necessário". Depois da queda do Xá do Irã, o presidente James

[491] Pierre Salinger e Étienne Laurent. *Guerre du Golfe: le Dossier Secret.* Paris, Olivier Orban, 1990.

[492] Jean Gueyras. *Golfe: la Guerre*. Paris, Le Monde, 1991, p. 11.

“Jimmy” Carter acelerou a formação de uma Força de Intervenção Rápida, composta por 100 mil homens, declarando que o Golfo Pérsico era "uma região de vital interesse para a sobrevivência da Europa Ocidental, do Extremo Oriente e dos EUA". Seu sucessor, Ronald Reagan, transformou essa forca no *US Central Command*, elevando-a para 500.000 efetivos militares, e efetuando em 1987 suas primeiras operações contra o Irã, ao lado do Iraque.

Qual era a origem política imediata da guerra? O governo do Iraque contraíra uma imensa dívida durante a guerra com o Irã, e fracassara nos seus objetivos de transformar o país em uma superpotência regional. Ele acreditou encontrar a solução para os dois problemas na incorporação do protetorado petrolífero do Kuwait, reivindicado desde sempre como parte dos territórios iraquianos. Saddam Hussein interpretou em forma positiva a resposta intencionalmente ambígua da consulta que fez à embaixadora dos EUA sobre a decisão de incorporar o Kuwait ao Iraque. O governo (emir) do Kuwait, do seu lado, negou-se a qualquer concessão ou negociação com o governo do Iraque acerca de suas reivindicações territoriais e econômicas. Assim, em 2 de agosto de 1990, as tropas iraquianas cruzaram as fronteiras do país, dando o pretexto esperado para que os EUA organizassem, sob o guarda-chuva político da ONU, a tão esperada intervenção militar norte-americana no Golfo Pérsico.

Três divisões da Guarda Republicana Iraquiana cruzaram a linha de fronteira entre os dois países dando cumprimento ao plano estabelecido por Saddam Hussein, eliminando toda resistência que se opusesse no seu caminho para a capital kuaitiana. Simultaneamente vários assaltos com helicópteros e anfíbios foram executados por forças especiais iraquianas em pontos chave de Kuwait e locais estratégicos por todo o país, posteriormente consolidados por forças regulares. As forças terrestres kuaitianas não foram nem podiam ser um desafio sério, reagindo tarde e sem coordenação, além de alguma resistência militar rapidamente subjugada ou forçada a recuar até encontrar abrigo na Arábia Saudita. A sua força aérea conseguiu executar alguns ataques limitados, mas também se refugiou no reino saudita ou no Bahrein. Tudo terminou em 12 horas. A família real do Kuwait foi acolhida em segurança em Riad, capital da Arábia Saudita. Desse modo, Saddam Hussein se fez momentaneamente dono e senhor do pequeno Estado e de todas suas (vastas) riquezas.

Nos seis meses seguintes foi declarada a anexação do Kuwait como 19ª província iraquiana e consolidada a defesa da nova posse com 590 mil soldados, quatro mil veículos blindados, três mil peças de artilharia pesadas e canhões, posicionados em profundidade por todo o território kuaitiano e por todo o sul do Iraque. A reserva do exército também havia sido mobilizada. Com a assinatura prévia dos acordos de paz com o Irã ficaram disponíveis dez divisões retiradas da fronteira com esse país. Estavam ainda na situação de reserva e elevado grau de prontidão três divisões da Guarda Republicana, as unidades de elite do exército. Na fronteira com a Arábia Saudita foram dispostos extensos campos de minas, complementados por obstáculos à progressão de veículos e infantaria, bem como fortificações de todo gênero.

Em 12 de agosto de 1990, Saddam, sentindo-se dono da situação, propôs publicamente pela TV resolver todas as ocupações na região: Israel deveria se retirar dos territórios palestinos, do sul da Síria e do Líbano, e também pediu para que o governo sírio retirasse suas tropas do território libanês; também exigiu a retirada das forças norte-americanas da Arábia Saudita e sugeriu que ela fosse substituída por uma "força árabe", desde que não envolvesse o Egito. Saddam Hussein terminou pedindo o fim dos embargos e boicotes contra seu país, e que as relações dos países com o Iraque fossem normalizadas. Saddam Hussein parecia ter se transformado no campeão da luta árabe contra o imperialismo estrangeiro. Pretextando uma possível agressão iraquiana na sequência da invasão, o reino saudita pediu proteção militar aos EUA, cujo governo rapidamente deslocou tropas para o país.

O movimento islâmico saudita assistiu indignado à chegada de soldados norte-americanos à “terra sagrada” do Islã. Para evitar a presença militar norte-americana no país, Osama Bin

Laden e seus partidários, veteranos da guerra antissoviética no Afeganistão, ofereceram os serviços da ainda desconhecida Al Qaeda para combater as tropas iraquianas. O governo saudita recusou a oferta. Como resposta, os grupos islâmicos declararam inválida a custódia pela monarquia saudita dos lugares sagrados do Islã, a Meca e Medina. Bin Laden comparou o estabelecimento de bases militares americanas na Arábia Saudita com a invasão soviética do Afeganistão. Convencido de que tinha desempenhado um papel central na derrota do "império soviético", Bin Laden se convenceu de que também seria capaz de vencer o império americano. Sua declaração de guerra aos Estados Unidos teve o título de *Declaração da* Jihad *contra a ocupação americana dos lugares sagrados*. Simultaneamente, Bin Laden apelava à revolução contra a monarquia saudita.

Em setembro de 1990, enquanto o Iraque se preocupava com a invasão do Kuwait, Irã e Iraque restabeleceram relações diplomáticas, embora o Irã se mantivesse neutral na Guerra do Golfo. Em 17 de janeiro de 1991, os norte-americanos, depois de reunir a coalizão internacional e deslocar suas próprias forças militares, lançaram contra o Iraque a ofensiva denominada "Tempestade no Deserto". O Pentágono realizou, a partir desse momento, uma exibição do poderio armamentista dos EUA televisionada para todo o mundo diretamente do local bélico. O Iraque, finalmente, se retirou do Kuwait, não sem antes incendiar centenas de poços de petróleo. Um mortífero bloqueio comercial foi estabelecido contra o Iraque, com aval da ONU.

O maior ataque aéreo da história da humanidade foi realizado contra o Iraque, lançando equivalente a dezoito bombas atômicas, e produzindo 30 mil mortes só nos primeiros dias do ataque. O ataque norte-americano foi chamado de "bombardeio cirúrgico", por ser supostamente lançado com precisão milimétrica para só atingir alvos militares. Boa parte dos mortos, porém, era civil, incluídas crianças que acharam a morte em suas escolas, o que foi designado pelo Estado Maior dos EUA com a cinicamente célebre expressão de "danos colaterais". A guerra visava promover a presença permanente dos EUA numa região estratégica do fornecimento mundial de energia.

Reservas de petróleo mundiais e produção por região 1980-1989

	Reservas de Petróleo de 1980 (bilhões de barris)	Reservas de Petróleo de 1989 (bilhões de barris)	Anos remanescentes de reservas com as taxas de produção de 1989
Oriente Médio	362.0	660.3	110
América Latina	69.5	125.2	51
URSS e Leste Europeu	65.8	59.9	13
Africa	55.1	58.8	28
América do Norte	39.2	42.4	10
Europa Ocidental	23.2	18.4	13
Asia e Australasia	40.1	46.8	20
Total	614.8	965.0	44

Fonte: British Petroleum *Statistical Review of World Energy*

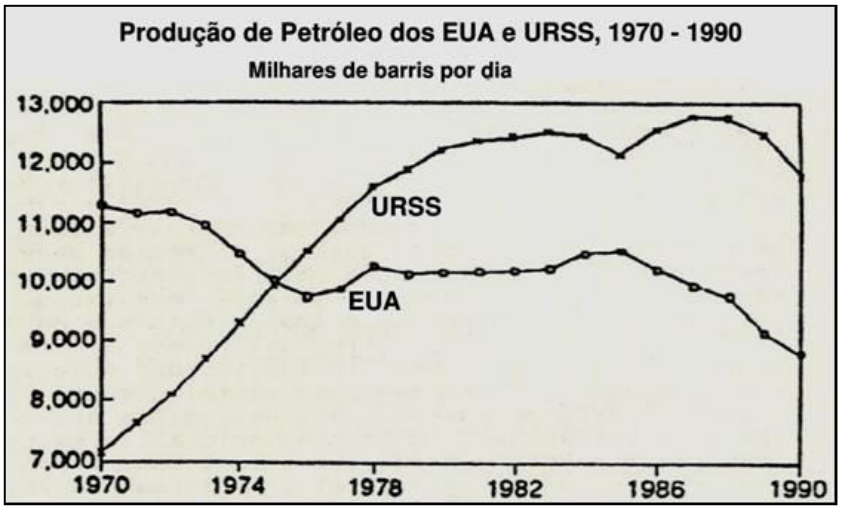
Os meios de comunicação internacionais apresentaram a agressão norte-americana como um episódio circunscrito, de caráter policial e desvinculado de qualquer antecedente histórico, ou seja, completamente alheio aos antecedentes do imperialismo na história. A cobertura da TV foi um enorme operativo de desinformação e de intoxicação ideológica: provocaram escândalo midiático os escassos mísseis *scud* lançados pelo Iraque contra Israel, mas não as 2.000 missões aéreas norte-americanas diárias contra o Iraque em uma operação de aniquilamento do país. Ao mesmo tempo, a mídia independente, que surgiu na guerra do Golfo como forte alternativa de contrainformação, esmiuçava e criticava o conflito.

A *Deep Dish Television* mostrou segmentos de produtores independentes dos EUA, criando um especial chamado *The Gulf Crisis TV Project*. O primeiro episódio da série, "War, Oil and Power" foi lançado no fim de 1990, antes da guerra começar. Outro segmento, chamado "News World Order" focou em mostrar a cumplicidade da mídia em promover a guerra e suas reações. Em São Francisco, o *Paper Tiger Television West* produziu um show para a TV a cabo mostrando manifestações antiguerra, ações de artistas, intelectuais e protestantes, que se expunham publicamente contra a grande mídia que apoiava a guerra. A escalada militar dos EUA no Golfo Pérsico começara em 1987, sob o pretexto de cobertura protetora dos navios petroleiros de bandeira kuaitiana, ameaçados pela guerra Irã-Iraque (guerra que o Kuwait financiava... em favor do lado iraquiano).

As autoridades dos EUA afirmavam que "a presença naval dirigente (sic) EUA no Golfo Pérsico reflete um interesse de longo prazo. A diminuição das reservas de petróleo em outras regiões torna as do Golfo Pérsico muito mais importantes nos próximos anos. A presença militar dos EUA e de seus aliados europeus no Golfo Pérsico e ao redor dele é uma declaração de sua disposição preventiva".[493] A necessidade, para os EUA, de um salto decisivo nessa escalada foi determinada pela emergência de uma crise mundial, caracterizada pela crise econômica geral e pela desintegração dos pilares básicos da ordem política mundial do segundo pós-guerra.

Segundo afirmava à época um ex-secretário de Estado de Energia dos EUA: "Devido à falta de investimentos em novas explorações petrolíferas durante a maior parte da última década. a produção vai cair rapidamente em alguns dos antigos países produtores não membros da OPEP, inclusive nos dois maiores produtores mundiais, os Estados Unidos e a URSS. E a situação não pode inverter-se rapidamente. Em média, são necessários dez anos para fazer prospecção nas áreas de plataforma submarina e fazer novos campos jorrarem, e são necessários de três até cinco anos para se conseguir produção nova em terra firme. A URSS esta começando a assistir a rápidas quedas de produção.

"Estatísticas oficiais situam a queda em cerca de 1,3 milhão de barris diários durante os últimos 18 meses, ao passo que alguns analistas acreditam que a redução seria maior. Parece seguro supor que ao longo dos próximos anos se perderá mais um milhão de barris diários na produção soviética, provavelmente muito mais que isso, mesmo com a importação de especialistas e capital estrangeiro. No outro grande produtor fora da OPEP - os Estados Unidos -, as previsões do governo apontam que a produção tenha uma queda de entre um milhão e 2,5 milhões de barris diários de 1988 a 1995".[494] As informações sobre a produção petroleira desses dois países confirmavam essas afirmações:



[493] In: Claude Julien. Les embûches de la paix. *Le Monde Diplomatique,* Paris, abril de 1991.

[494] Edward L. Morse. The next oil revolution. *Foreign Affairs*, Washington, inverno 1990-1991.

Segundo o mesmo analista, "a crise atual [de 1991] propicia o tipo de oportunidade para se instaurar um novo *arranjo estrutural*". Esse foi o objetivo real da primeira Guerra do Golfo. Seus objetivos centrais, para os EUA, eram: 1) A tentativa de controlar militarmente o Golfo Pérsico e o Oriente Médio, ou seja, as rotas de fornecimento do petróleo para o mundo inteiro, munindo-se de uma arma decisiva para ditar as regras do jogo na reestruturação da economia mundial, confrontada a um período de recessão, em concorrência com a Europa e o Japão; 2) Prover-se também de uma arma para intervir na recolonização econômica da URSS: 3) Sentar as bases militares para uma nova ordem política internacional.

Para impor esses objetivos, o governo dos EUA "deixou correr" e, provavelmente, até instigou sorrateiramente a invasão iraquiana, com vistas a aproveitar em grande escala a crise internacional resultante dela, contando com o apoio internacional da burocracia russa: "Por estranha ironia, o fim da guerra fria facilitou a Bagdá uma avaliação errônea da resposta internacional a sua invasão - havia bons motivos para se acreditar que a resposta dos EUA e do resto do mundo iria pouco além das palavras", informou um comentarista das grandes agências de notícias em março de 1991.

Países membros da coalizão anti-Iraque na Guerra do Golfo Pérsico

A invasão iraquiana fora anunciada com grande antecipação: "No dia 12 de fevereiro de 1990, Saddam Hussein anunciou seus planos com inigualável clareza a John Kelly, subsecretário de Estado norte-americano encarregado do Oriente Médio, na presença da embaixadora dos EUA em Bagdá, April Glaspie".[495] Os porta-vozes do Departamento do Estado dos EUA anunciaram, pouco depois, que não estavam obrigados a ajudar o Kuwait no caso deste ser atacado. A 31 de julho do mesmo ano, John Kelly declarou perante o Congresso norte-americano que os EUA não tinham nenhum tratado de defesa com o Kuwait ou com seus vizinhos, o que foi "nessa hora final, o sinal decisivo para Saddam Hussein de que os EUA nada fariam".[496] A armadilha política estava montada. E, desde maio desse ano, a companhia financeira que cuidava dos 100 bilhões de dólares investidos no exterior pelo emirado kuaitiano começou a vender discretamente seus títulos no mercado asiático, processo que terminou em julho. O gabinete do Kuwait tinha certeza absoluta da iminência da invasão, a família real utilizava a liquidez obtida mediante a venda de seus ativos externos para financiar a guerra e se beneficiar, inclusive, com isso, pois possuía reservas de petróleo estocadas na Europa, e ações na indústria armamentista euro-americana.

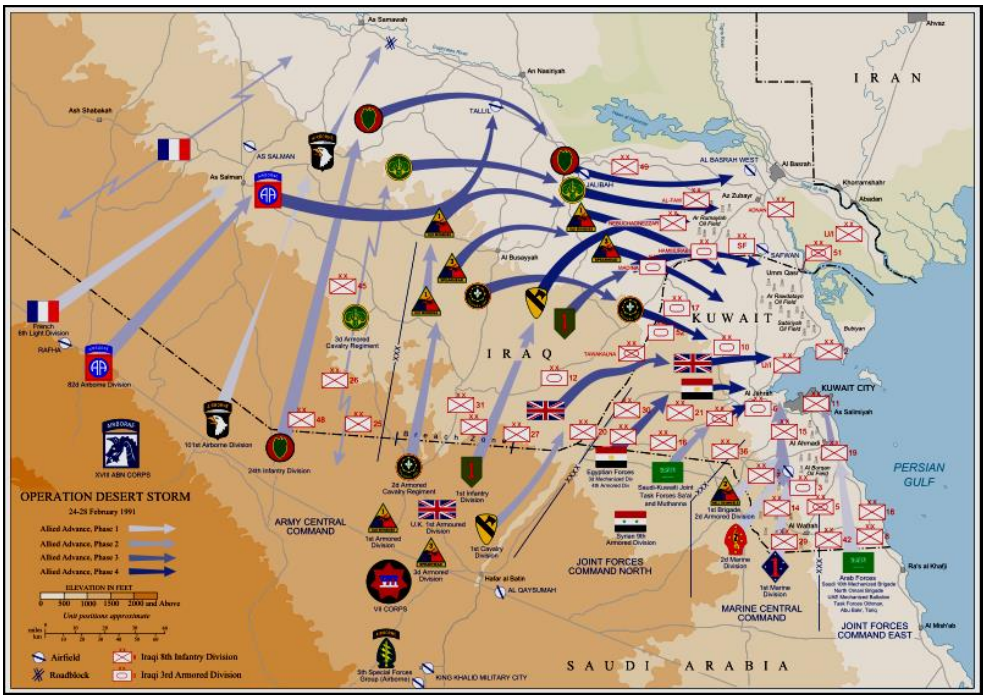
---

[495] Brian McCartan. Trade and security in the 1990's. *Johns Hopkins Foreign Policy Institute*, Nova York, 1991.

[496] *Wall Street Journal*, Nova York, 6 de setembro de 1991.

Com a invasão iraquiana, os valores já vendidos pelo emirado do Kuwait desabaram nos mercados internacionais. Diversos jornalistas bem informados informaram que, nos seus contatos com o Iraque, os representantes dos EUA apoiaram, antes do conflito militar aberto, a reivindicação iraquiana de aumento dos preços do petróleo, a entrega ao Iraque de jazidas na fronteira do Kuwait, e também um ponto de saída ao Golfo Pérsico para o Iraque. Isto evidenciava que o presidente George Bush Sr. achava na invasão iraquiana - que não impediu e até alentou - a chance para impor uma saída de forca para a crise mundial, contra seus concorrentes internacionais e contra as ameaças de intervenção popular na crise da região, ou seja, contra o perigo do contágio da revolução iniciada no Irã, da Intifada palestina e da instabilidade política nos outros países da região: "O Pentágono planeja uma presença permanente no Golfo Pérsico depois da atual crise",[497] informou nesse momento o principal jornal da “comunidade de negócios” dos EUA.

A tática empregada pelos EUA tinha antecedentes: em 1950, na véspera da invasão da Coreia do Sul pela Coreia do Norte, o secretário de Estado dos EUA, Dean Acheson, também declarou que os EUA não tinham compromisso de defesa com a Coreia do Sul, o que foi interpretado como a "luz verde" para a invasão pelos líderes do Norte. Naquela ocasião, o representante soviético na ONU "esqueceu" de participar na reunião do Conselho de Segurança que votou o envio de uma forca militar internacional a Coreia. Stalin e Truman tinham em comum, na ocasião, o desejo de conter a revolução chinesa, tendendo um cordão militar de segurança na fronteira coreana da China.



A operação *Tempestade no Deserto*

A diferença, em 1991, consistia em que, agora, a URSS votara em favor da iniciativa militar dos EUA no Conselho de Segurança da ONU: "A conclusão irrefutável é que o imperialismo mundial (em especial os EUA) e a burocracia russa fabricaram a crise do Golfo para selar um acordo entre os principais Estados opressores, que lhes permita enfrentar o que aparece cada vez mais como uma inédita situação revolucionária generalizada. Estes fatos também demonstram a completa falta de independência política dos governos nacionalistas, que ainda acreditando estar agindo em defesa de interesses próprios, não passam de marionetes do imperialismo

[497] *Idem*, 20 de setembro de 1991.

mundial".[498] Pois o Kremlin também sabia da invasão com grande antecedência. Segundo informes da inteligência norte-americana, “teria sido impossível para Saddam Hussein lançar seu ataque sem o conhecimento prévio de seus assessores militares soviéticos, cujo número era superior a mil no Iraque, ou da KGB, que tem uma grande presença no país".[499]

A Casa Branca permitiu a exportação de pecas de reposição de equipamentos militares para a Jordânia ate poucos dias antes de iniciar a guerra aérea contra o Iraque, mesmo depois de ser advertida de que uma parte do material enviado a Ammã poderia ser repassada a Bagdá. O chefe do Estado-Maior Conjunto norte-americano, o general Colin L. Powell, foi inicialmente contrário à guerra contra Saddam Hussein; chegou a sugerir ao presidente Bush, em outubro de 1990, uma estratégia alternativa mais demorada de contenção do lraque, por intermédio de uma combinação de pressão econômica e militar. A sugestão do militar mais graduado dos Estados Unidos foi sumariamente descartada por Bush, que queria um massacre no Iraque (no que foi bem sucedido) e um golpe militar que derrubasse Saddam Hussein (no que fracassou): o bem representativo (da burguesia financeira internacional) jornal *Financial Times* filosofou que "enquanto o restante do lraque está abandonado ao bel prazer de Saddam Hussein, a única esperança é que a presença de forças ocidentais no norte do Iraque, a perda da soberania iraquiana, dê um motivo para que os oficiais do exército iraquiano decidam livrar-se dele", o que não fizeram.

A armadilha montada contra o Iraque, porém, não se limitou às superpotências tradicionais do pós-guerra. A Europa em via rápida de unificação econômica e política também jogou seu papel, ou pelo menos assim o tentou, buscando recuperar um protagonismo na região que perdera nos acontecimentos político-militares de pós-guerra. A Líbia de Khaddafi, por sua vez, opôs-se tanto à invasão do Kuwait por Saddam Hussein quanto ao posterior ataque anglo-americano contra o Iraque. Por trás da movimentação do tabuleiro político mundial, os EUA reapareciam como potência hegemônica dominante, já sem a ameaça da URSS, subordinando Europa e conquistando aliados, ou pelo menos neutralizando países (como a Líbia), inclusive entre os regimes antigamente hostis aos EUA do Oriente Médio e do “mundo islâmico”.

Com o fim da URSS (União Soviética) e a “neutralização” do Iraque em 1991, cessaram de existir barreiras geopolíticas para os EUA reaverem a suserania sobre o Irã, perdida em 1979. Sem a presença dissuasória soviética em suas fronteiras e sob o efeito das pesadas sanções econômicas impostas pelo Ocidente, o regime dos aiatolás moderou o tom de sua retórica antiamericana para evitar um choque frontal com Washington; ainda assim, o Irã passou a armar e financiar, por intermédio da Síria, o grupo islâmico palestino Hamas, embora este fosse sunita, e também a armar o Azerbaijão, uma ex-república soviética de maioria xiita, aliada de Israel e dos EUA na guerra contra a ex-república soviética da Armênia, que mantinha uma aliança com Moscou. Ainda como forma de negociar sua soberania e convivência com os EUA, o Irã enviou sua Guarda Revolucionária, na guerra da Iugoslávia, para lutar ao lado dos muçulmanos bósnios-herzegovinos, massacrados em Srebrenica, contra os sérvios.[500]

---

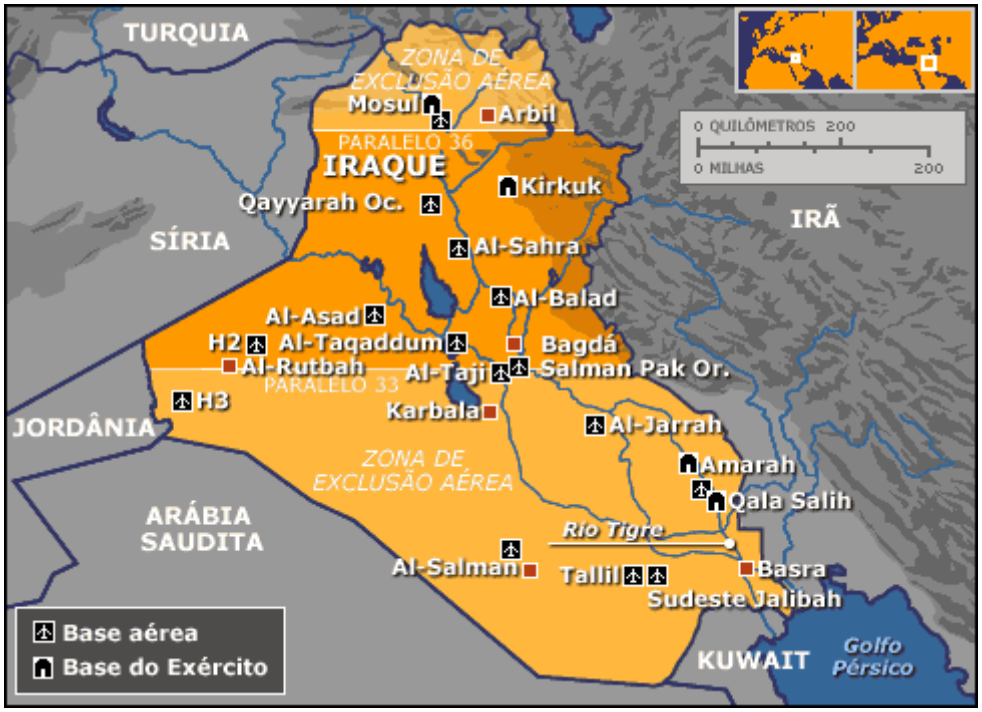
[498] *Prensa Obrera*, Buenos Aires, 12 de março de 1991.

[499] Christopher Flavin. Beyond the Gulf crisis: an energy strategy for the 1990’s. *Challenge*, Nova York, novembro-dezembro de 1990.

[500] Em julho de 1995 8.373 bósnios muçulmanos, de adolescentes a idosos, foram massacrados na região de Srebrenica pelo “Exército Bósnio da Sérvia”, sob o comando do general Ratko Mladić e com a participação de uma unidade paramilitar sérvia.O massacre de Srebrenica foi o maior assassinato de civis em massa da Europa desde a Segunda Guerra Mundial. Foi o primeiro caso legalmente reconhecido de genocídio na Europa depois do Holocausto. Cerca de 8 mil homens e meninos muçulmanos foram mortos. Também houve denúncias de estupros, seguidos de assassinatos, de mulheres e crianças. Os corpos eram jogados em valas comuns feitas às pressas. O Tribunal Penal Internacional para a antiga Iugoslávia determinou que as forças sérvias cometeram genocídio, buscando o extermínio dos 40 mil bósnios que viviam em Srebrenica.

O MASSACRE DO IRAQUE E DA TCHETCHÊNIA

Na Guerra do Golfo, as potências supostamente criadoras de uma nova "multipolaridade" posterior à guerra fria, Europa e Japão, careceram, apesar de algumas ressalvas para com a ação militar norte-americana, de qualquer independência política em relação aos EUA, desmentindo que o fim da URSS tivesse dado origem a um "mundo multipolar". A socialdemocracia europeia, em especial, agiu como agente dos EUA, não só onde se encontrava no governo, mas inclusive na oposição. O líder "opositor" do trabalhismo britânico, Neil Kinnock, foi informado com antecedência pelo primeiro-ministro inglês conservador John Major dos planos conjuntos dos EUA e da Grã-Bretanha para atacar o Iraque, e silenciou totalmente o assunto. A atitude da Europa foi uma fonte de crise no seu interior, antecipada pela renúncia do ministro de Defesa francês, Jean-Pierre Chévènement: "Antes de nascer politicamente, a Europa desaparece do cenário internacional. Suas relações futuras com o Sul, assim como com o restante do mundo industrializado, serão prejudicadas pela abdicação da sua independência".[501]



A direção do Kremlin, encabeçada por Mikhail Gorbachev, do seu lado, em seu estertor final, acompanhou e apoiou cada passo da ofensiva militar dos EUA, renunciando a qualquer veleidade de independência política própria dos tempos da "guerra fria". É que crise mundial não se detinha nas fronteiras do Golfo: outra de suas faces era a ocupação militar das nações bálticas pelo governo encabeçado por Gorbachev. O apoio político de Gorbachev a guerra dos EUA contra o Iraque se vinculava ao apoio dos EUA ao Kremlin no tocante a preservação da integridade territorial da URSS no marco da "perestroika". O acordo URSS/EUA durante a Guerra do Golfo possuía antecedentes: nos Acordos de Helsinque (de 1975) e na Conferência de Segurança Europeia, as potências ocidentais garantiram a intangibilidade das fronteiras da Europa, tal como foram definidas pela Segunda Guerra Mundial. Isto equivalia ao reconhecimento territorial do Estado soviético (excluindo os separatismos nacionais deste), mas no quadro das disposições desses acordos, que defendiam a inviolabilidade da

[501] Gabriel Kolko. Washington et sa périlleuse quête d'hégemonie. *Le Monde Diplomatique*, Paris, abril de 1991.

propriedade capitalista e o fim do monopólio estatal do comercio exterior na URSS, instaurado pela revolução soviética em 1918.

Quando George Bush, John Major e François Mitterrand reivindicaram uma solução pacífica para o conflito do Báltico, não estavam pressionando Gorbachev, mas os movimentos separatistas e nacionalistas de Letônia, Lituânia e Estônia, cujas lideranças estavam vinculadas ao Ocidente capitalista, para que controlassem o movimento de massas em seus países e suas tendências insurrecionais, que colocavam a perspectiva política da derrubada da burocracia russa e da dissolução da URSS. A do Kremlin era uma política *internacional*: na revolução iraniana, o PC (*Tudeh*) apoiou a ala integrista dos *mullahs*, dirigida por Khomeini, contra os combatentes curdos e o movimento de emancipação das mulheres e a juventude laica e democrática. Simultaneamente o Kremlin apoiou e armou o Iraque contra a revolução iraniana. O Kremlin fez exatamente o contrario de uma política internacionalista e anti-imperialista: apoiou Khomeini contra os movimentos independentes das massas iranianas e a luta das minorias nacionais oprimidas do Irã, e o sabotou quando ele entrou em choque com o imperialismo norte-americano, na guerra Irã-Iraque. Não coube se surpreender quando Gorbachev pretendeu, na Guerra do Golfo, jogar o papel de mediador internacional, propondo uma paz com base na saída iraquiana do Kuwait.

O Estado de Israel, por sua vez, não foi um protagonista secundário da guerra internacional/norte-americana no Golfo Pérsico. O Estado sionista foi tão ativo na deflagração do conflito que, uma semana antes do ataque dos EUA, David Levy, ministro de Relações Externas de Israel, declarou ao *Washington Post* que preferia sofrer um ataque de mísseis iraquianos antes que chegar a uma solução pacífica do conflito. Isto porque, segundo ele, “todas as fórmulas dessa solução contemplam algum esforço internacional para levar em conta os direitos dos palestinos dos territórios ocupados”.

O lobby pró-Israel nos EUA militou abertamente em favor da guerra, o que provocou uma crise no Partido Republicano. Um político ultradireitista foi nomeado ministro de Defesa de Israel, e imediatamente dois dirigentes da OLP foram assassinados na Tunísia. O governo de Israel militava abertamente em favor da destruição politico-militar do Estado iraquiano, para resolver, no bojo disso e de vez, seu “problema palestino”. As operações de aniquilamento levadas a cabo pelos os EUA demonstraram que essas posições haviam sido vitoriosas na disputa interna do establishment político norte-americano. Essa destruição deixaria os líderes israelenses como árbitros políticos absolutos na Jordânia, cujo regime monárquico era até aquele momento "protegido" pelo regime de Saddam Hussein. O Estado sionista poderia, dessa maneira, impor uma “solução” à questão palestina baseada na expulsão dos palestinos para a margem oriental do rio Jordão, ocupando a totalidade da Cisjordânia.

A ausência de resposta militar israelense aos foguetes iraquianos refletia as garantias que Israel recebera dos EUA sobre a destruição do Iraque e ambém sobre a solução da “questão palestina” em termos favoráveis ao Estado sionista (ou seja, a autorização para a expulsão dos palestinos dos territórios ocupados). Os EUA vetaram nesse momento a convocatória de qualquer conferência internacional sobre a Palestina, sem se importar com a reação dos países árabes da frente anti-Iraque, o que bloqueou toda saída política (isto é, não bélica) para a crise regional, além de demonstrar que a retirada do Kuwait pelo Iraque não teria fechado a crise, uma vez que tropas dos EUA permaneceriam no Golfo como garantia para seus aliados. Apesar da hostilidade israelense ao regime laico sírio de Hafez El-Assad, Israel deixou que Síria destruísse seus adversários no Líbano, assumindo de fato o controle do país, para desespero do imperialismo francês, que apoiava os adversários cristãos falangistas da Síria (encabeçados por Camille Aoun). A expulsão definitiva dos palestinos de suas terras ficava inscrita na agenda da própria guerra.

A hipocrisia da grande mídia ocidental acerca do papel discreto do Estado de Israel na guerra contra o Iraque só tinha paralelo com o papel da burocracia agonizante da URSS que, em que pese sua posição "pacifista" no conflito do Golfo Pérsico, autorizou (depois de nega-la por décadas a fio) a saída de judeus soviéticos em direção de Israel para povoar os territórios palestinos ocupados (muitos deles se tornaram líderes da direita mais belicosa da política isaelense), votou conjuntamente com os EUA a convocatória de uma conferência internacional de "paz" em data indeterminada e baseada na derrota iraquiana, para finalmente saudar publicamente o *low profile* de Israel na guerra: a burocracia russa entrara finalmente em um acordo com as lideranças do sionismo para acabar com a luta pela autodeterminação palestina, depois de tê-la apoiado (ao menos de palavra) ao longo de décadas. Os movimentos pacifistas israelenses, inclusive de "esquerda", por sua vez, ficaram comprimidos dentro da camisa de força de seu próprio sionismo (inclusive e também "de esquerda").

Iraque derrotado

Por trás dos episódios da crise e da guerra se perfilava o grande personagem da história contemporânea dos países árabes: a resistência crescente das massas palestinas contra o Estado sionista, a luta dos povos árabes contra o imperialismo estrangeiro e seus agentes locais, a luta iraniana e árabe contra a presença dos EUA no Golfo Pérsico. Todas essas lutas, no entanto, careciam de personalidade ou perfil político próprio, isto é, politicamente independente dos regimes políticos e das instituições religiosas. A revolução iraniana era o antecedente imediato e direto da crise do até então sólido regime baathista iraquiano. A revolução, no entanto, fora bloqueada pela hostilidade militar externa (que usou o Iraque como instrumento de pressão militar) e pela política da esquerda "islâmica" do Irã, confundida e anulada pela capacidade de mobilização demonstrada pelos aiatolás, que concluíram massacrando essa mesma esquerda.

O resultado da revolução popular no Irã, por isso, não fora um regime democrático, mas uma ditadura bonapartista teocrática. A esquerda iraniana aliou-se inicialmente à burguesia liberal na Frente Nacional, aliada, por sua vez, dos aiatolás, e "depois da queda do Xá não souberam superar nem se delimitar da direção clerical, e foram incapazes de se aliar às nacionalidades oprimidas (curdos), encabeçar as reivindicações operárias ou dar um caráter revolucionário à guerra contra o Iraque. A derrota da Frente Nacional traduziu a impotência da burguesia nacional iraniana".[502] A esquerda e os liberais iranianos foram destruidos pelo regime islâmico.

[502] Osvaldo Coggiola. Revolución y contrarrevolución en Irán. *Política Obrera* nº 322, Buenos Aires, 16 de julho de 1980.

Na guerra do Golfo Pérsico, esse regime deu as costas à luta anti-imperialista: apesar da entrega, pelo Iraque, de 70 mil prisioneiros de guerra, apesar da retirada das tropas iraquianas da região de Shatt-Al-Arab, reivindicada pelo Irã, o governo clerical iraniano exercia agora a função de intermediário do "Grande Satã" norte-americano, propondo um plano de paz baseado na retirada iraquiana do Kuwait, sem retirada simultânea das tropas da coalizão político-militar montada pelos EUA no Golfo, ou seja, a derrota da nação iraquiana.

Previamente, a própria Liga Árabe tinha rejeitado as reivindicações nacionais do Iraque no Kuwait, passo anterior ao alinhamento dos regimes árabes com os EUA e com o Estado sionista. O "mundo árabe" voltou as costas para o Iraque: as duas armas políticas levantadas por Saddam Hussein contra os EUA, o pan-islamismo (a *Jihad*) e o pan-arabismo, morreram antes de serem usadas. Era a crise escancarada do nacionalismo pan-árabe e da *umma* islâmica. A perspectiva dos *Estados Unidos Socialistas do Médio Oriente*, que a IV Internacional (fundada por Leon Trotsky e seus partidários em 1938) propusera durante a Segunda Guerra Mundial, voltava a ganhar atualidade política objetiva, depois de um longo período de hegemonia do nacionalismo burguês e militar.

A campanha aérea contra o Iraque durou aproximadamente cinco semanas e foi considerada muito bem sucedida pelos EUA. Bases militares, posições defensivas iraquianas, além de hangares, postos de comando e comunicação, antenas de radar e plataformas de lançamento de mísseis *scud* foram destruídas completa ou parcialmente pelos bombardeios. A superioridade aérea por parte da coalizão deveu-se principalmente à sua tecnologia extremamente avançada. Isso permitiu que os aviões aliados voassem sem enfrentar muita resistência, executando suas missões com mortal eficiência. A superioridade, contudo, não era só no ar, mas também na terra: os tanques de guerra aliados, o americano M1 Abrams, o britânico Challenger 1 e o kuaitiano M-84AB eram muito superiores aos modelos utilizados pelos iraquianos (como o Type 69 chinês e o T-72 soviético). Além disso, as tripulações dos tanques ocidentais eram melhor treinadas e tinham oficiais mais capacitados.

Uma das vantagens que a coalizão tinha era o uso preciso do sistema de GPS, que ajudava a melhor organizar as investidas aéreas e ajudava também à infantaria a se posicionar melhor e a se movimentar com mais eficiência em território desconhecido. Contando também com imagens de satélite e com a liberdade de usar aviões de reconhecimento sem serem molestados, as tropas da coalizão tinham mais capacidade de manobra e melhor capacidade de se adaptar a cenários adversos. Isso eliminava a necessidade de uma "grande batalha", pois os aliados sabiam onde o inimigo estava e quais eram suas fraquezas e forças, sabendo onde e quando atacar e de um jeito que causasse gandes danos, sem correr muito risco. Para distrair as forças iraquianas, a aviação da coalizão lançou ataques aéreos e navais contra a costa do Kuwait, fazendo com que o inimigo iraquiano pensasse que a ofensiva principal seria pela região central do país.

Ao longo de meses, unidades americanas foram sendo alocadas na Arábia Saudita; logo no começo da operação, elas foram atacadas pela artilharia iraquiana. Em 24 de fevereiro de 1991, a 1ª e 2ª divisões de fuzileiros americanos, acompanhados pelo 1º batalhão de blindados do exército, cruzaram a fronteira kuaitiana e se moveram em direção a capital do país. Eles encontraram trincheiras, arame farpado e campos minados, mas estas posições estavam pouco defendidas e foram superadas rapidamente, em questão de horas. Houve confrontos com tanques iraquianos, contudo não houve uma grande batalha em larga escala e a resistência dos soldados de infantaria do Iraque foi pequena, bem abaixo do esperado. Pelo contrário, centenas de milhares de militares iraquianos preferiram se render antes de dispararem um único tiro, o que significava que não acreditavam nessa guerra. Mesmo assim, as defesas antiaéreas iraquianas conseguiram abater nove aeronaves americanas. Enquanto isso, uma segunda força de invasão (formada principalmente por soldados árabes) veio do leste, também encontrando pouca resistência e sofrendo poucas baixas.

Apesar do sucesso da fase inicial da incursão terrestre das forças da coalizão, havia o temor de que as unidades da Guarda Republicana Iraquiana pudessem escapar e reorganizar a resistência. Foi decidido enviar divisões mecanizadas britânicas para reforçar a linha de frente no Kuwait, além de unidades americanas adicionais. Protegidos por uma enorme barragem de artilharia, a infantaria aliada avançava. Na sua vanguarda havia mais de 150.000 soldados e 1.500 tanques, uma força militar descomunal. Por ordens diretas de Saddam Hussein, as tropas do exército iraquiano que estavam estacionados no centro do Kuwait lançaram um maciço contra-ataque. A batalha que se seguiu foi intensa, porém os americanos e ingleses repeliram os iraquianos, sofrendo poucas baixas. Naquele momento, as forças iraquianas já haviam sofrido enormes perdas e tinham sua infraestrutura militar danificada pelos bombardeios aéreos (que destruíram prédios de comunicação e controle), atrapalhando assim sua capacidade de montar uma defesa coesa. Esmagando qualquer resistência que encontravam pelo caminho, as tropas norte-americanas e aliadas continuaram avançando até a Cidade do Kuwait.

Militares kuaitianos receberam a tarefa de liderarem simbolicamente o ataque contra a capital ocupada do país, para passar a imagem de uma "guerra de libertação". As tropas iraquianas estacionadas ofereceram pouca resistência e muitos soldados foram capturados. Apenas um soldado kuaitiano morreu e um avião foi abatido. A luta pela cidade foi curta e rapidamente os aliados na coalizão tomaram conta de toda a região. A 27 de fevereiro de 1991, três dias após o começo da ofensiva terrestre, Saddam ordenou que o que sobrara de suas tropas evacuasse o Kuwait; o presidente Bush declarou o país libertado. Contudo, uma unidade militar iraquiana não recebeu a mensagem e permaneceu entrincheirada no Aeroporto Internacional do Kuwait.

Houve um intenso combate na área que só foi encerrado quando fuzileiros navais americanos chegaram em auílio aos kuaitianos. Em algumas horas eles conseguiram assumir o controle do aeroporto. Demorou apenas quatro dias de luta militar para que o Kuwait fosse reconquistado pela coalizão. Enquanto recuavam em direção de Bagdá, as unidades militares do Iraque adotaram a tática de terra arrasada, destruindo tudo que viam pela frente. Os campos petrolíferos do norte do Kuwait foram incendiados. No geral, mais de 700 poços foram queimados e minas terrestres foram colocadas na região para dificultar que o fogo fosse apagado.

Soldados iraquianos se rendendo às tropas da coalizão-EUA em 1990

As primeiras unidades da coalizão a entrar no Iraque foram membros do esquadrão B do Serviço Aéreo Especial britânico, que cruzaram a froneira iraquiana no fim de janeiro de 1991. Os homens deste grupo avançaram atrás das linhas inimigas e coletaram informações vitais de inteligência detectando, principalmente, as bases móveis de lançamento de *scuds*. Eles teriam

que destruir estes lançadores e também as linhas de comunicação de fibra óptica e passar mais informações para as tropas aliadas na vanguarda. A destruição dos *scuds* era importante, pois Saddam mirava propositalmente em Israel, esperando que este retaliasse. O líder iraquiano esperava que o ataque israelense a um país árabe pudesse enfraquecer a coalizão, que continha vários países de maioria muçulmana, e provocar uma resposta árabe em solidariedade antissionista. Tropas da infantaria norte-americana lançaram-se contra o sul do Iraque a 15 de fevereiro de 1991 e foram seguidos por reforços logo em seguida.

As forças iraquianas na região estavam despreparadas e mal armadas e outras estavam fugindo desesperadamente em direção a Bagdá. Entre 15 e 20 de fevereiro, tropas americanas e britânicas enfrentaram tropas iraquianas dentro do Iraque. Oficialmente, a 28 de fevereiro, cem horas depois do início das operações terrestres, o presidente norte-americano declarou um cessar-fogo e afirmou que o Kuwait havia sido libertado e estava seguro novamente. Assim, a "mãe de todas as batalhas" que Saddam anunciara acabou nunca acontecendo. No final, as forças da coalizão destruíram o exército iraquiano em apenas quatro dias de combate terrestre. Uma das decisões mais controversas foi a ordem dada pela administração Bush de não invadir Bagdá e assim derrubar Saddam do poder. A liderança política americana argumentou que tomou essa decisão por acreditar que avançar para o norte e conquistar totalmente o Iraque, como força de ocupação externa em solo árabe, fragmentaria a aliança política internacional formada na guerra, alienando o apoio dos países islâmicos, e que o custo humano e financeiro da operação não valeria a pena.

Em que pese a relativamente fácil vitória militar norte-americana, a mobilização internacional contra e guerra imperialista, especialmente nos países metropolitanos, foi importante, mas centrada em torno do pacifismo neutralista e não do antiimperialismo, isto é, igualando a retirada dos EUA e sua coalizão do Golfo Pérsico à capitulação ou à derrota do Iraque. O sentimento pacifista poderia ser a manifestação transitória de um sentimento antiimperialista profundo, presente em palavras de ordem como *no blood for oil* (não ao derramamento de sangue em favor dos monopólios petroleiros), que se tornou popular nas manifestações de rua nos EUA. A vitória militar dos EUA, desta vez, não dava lugar a uma onda de nacionalismo patriótico imperialista na própria metrópole norte-americana.

Um forte movimento de massas contra a guerra desenvolveu-se no mundo todo. Os partidos comunistas europeus tenderam a encabeçar os movimentos contra a guerra na Europa ocidental. O PC italiano apoiou o embargo contra o lraque, mas não a guerra: era uma posição pró-imperiallsta, pois o embargo contra o Iraque não foi outra cosa que o prólogo e a preparação política da guerra. No *Manifesto* que convocou a manifestação contra a guerra em Paris, em 25 de outubro de 1990, assinado por toda a esquerda e a extrema-esquerda gala, se condenava explicitamente o regime repressivo de Saddam Hussein, mas não o regime "socialista" de François Mitterrand, aliado direto e membro da coalizão montada pelos EUA para lançar a guerra no Golfo. A tradição socialista ensinava que o primeiro dever internacionalista numa guerra imperialista era a luta contra a burguesia do próprio país. Negar-se a se posicionar claramente ao lado do lraque na guerra, sob o pretexto do caráter ditatorial do seu regime, era ceder aos preconceitos democratizantes imperiais da “opinião pública” (leia-se grande mídia) das metrópoles imperialistas.

Na Alemanha, círculos da própria burguesia apoiaram o pacifismo, que organizou grandes manifestações de rua: a burguesia alemã temia a esmagadora superioridade estratégica dos EUA que resultaria da sua vitória militar, o que prejudicaria a penetração da “Nova Alemanha" (unificada) na Europa do Leste, manifestando uma das principais contradições da “nova ordem mundial”: a existente entre a crescente potência econômica e política da Europa e o Japão, e a esmagadora superioridade militar do imperialismo ianque. Com todas essas limitações políticas, e apesar da curta duração da guerra, se manifestou um vigoroso movimento anti-imperialista nos países afetados pela guerra e no próprio coração da coalizão agressora, com

mobilizações de uma envergadura que não se via deste os tempos das guerras no suleste asiático, nas décadas de 1960 e 1970.

Vinte mil manifestantes em passeata em San Francisco; dez mil bloqueando a ponte de Brooklyn em Nova York; cem mil em uma segunda passeata em San Francisco; trinta mil em Washington; dezenas de milhares em Los Angeles; 15 mil manifestantes em Londres; uma grande passeata de 150 mil manifestantes em Berlim; 50 mil em Hamburgo; 30 mil em Frankfurt e em Munique; 20 mil em Leipzig; portuários australianos pararam o trabalho para aderirem a uma passeata de 70 mil pessoas em Melbourne; 10 mil em Perth e 10 mil na Tasmânia; na Espanha dois milhões de trabalhadores protestaram em assembleias de fábrica: no mesmo país, 90% dos estudantes secundaristas e 70% dos universitários fizeram paralisações contra a guerra: 100 mil marcharam em Madri, 50 mil em Barcelona e 10 mil em Valencia; na Itália 100 mil marcharam em protesto em Roma, dezenas de milhares de estudantes ocuparam as escolas em Roma. Milão e Florença. Além disso, 20 mil realizaram passeata em Paris, e outros 20 mil manifestaram na Bélgica; 50 mil marcharam em Atenas; na Argélia 300 mil protestaram nas ruas da capital; mais de meio milhao no lêmen; manifestantes jordanianos protestaram e apedrejaram a embaixada egipcia em Ammã; milhares de pessoas protestaram nas grandes cidades da Nigéria.

Protesto contra a guerra em San Francisco, EUA

Na Turquia, aliado mais importante dos EUA na região do conflito, onde se armazenavam as armas nucleares táticas mais próximas ao teatro bélico, as manifestações pela paz começaram a ocorrer antes da eclosão da guerra, no bojo da maior onda de lutas operárías da última década no país. Os movimentos de massas turcos contra a guerra foram protagonizados, sobretudo, por trabalhadores mineiros e operários industriais, chegando-se inclusive a realizar uma paralisação geral de 24 horas, fato que possuía projeções revolucionárias, devido a que: 1) Vinculava-se à decomposição do regime político reacionário da Turquia, encabeçado por Ozal; 2) Tratava-se de um país muçulmano, sensível, portanto, às agressões externas contra os países árabes; 3) Tratava-se de um pais da OTAN,usado como base pelas tropas dos EUA na guerra.

Perspectiva semelhante colocava a mobilização das massas no Paquistão, pois era um país situado na boca do Golfo Pérsico, com um regime político instável (a ditadura de Pervez Musharraf) e com dezenas de milhares de soldados engajados na guerra. Na América Latina também houve importantes mobilizações contra a guerra, em especial nos países (Brasil e Argentina, principalmente) com uma forte imigração árabe e presença de seus descendentes. No entanto, durante os cinco meses de embargo contra o Iraque, e durante toda a guerra, não

houve ação da parte do *Encontro de Partidos e Organizações de Esquerda* latino-americanos organizado em 1990, em São Paulo. A maioria de seus partidos estava se preparando para ser alternativa de governo em seus países, como veio a acontecer uma década depois. A neutralidade numa luta decisiva de alcance internacional, equivalente a renunciar ao combate contra o imperialismo, era um sinal claro destes partidos ao establishment capitalista internacional acerca de suas intenções de, futuramente, governar "dentro da ordem mundial".

Nos EUA, o forte movimento pacifista teve três características notáveis: 1) apareceu antes do inicio das hostilidades militares; 2) recebeu o apoio de importantes sindicatos: 3) teve uma importante presença da classe média, tradicionalmente conservadora, desbordando os limites sociais do movimento contra a guerra do Vietnã na década de 1960, que fora decisivo para minar a posição bélica dos EUA no sudeste asiático, apesar de limitado basicamente à juventude estudantil.

Não era possível qualificar, de forma unilateral e abstrata, a invasão iraquiana do Kuwait como um "ato de força" condenável sem mais nem menos, quando a própria existência "nacional" do Kuwait monárquico era um ato de força, uma vez que fora criado, inicialmente, pelo imperialismo inglês e, depois, pela ONU (ou seja, pelos Estados Unidos e a burocracia stalinista), violentando a autodeterminação nacional e a democracia dos povos do conjunto da Península Arábica. No mesmo marco de violência internacional surgiram o Estado de Israel, os demais emirados do Golfo e o regime hachemita da Jordânia; no mesmo marco fora realizado o estrangulamento da nação curda (repartida entre a Turquia, o Irã, a Síria e o Iraque). O próprio Estado monárquico do Emirado do Kuwait era um regime "de força", baseado no emprego da pura força bruta contra sua população, especialmente a mão de obra estrangeira.

A invocação do "Direito Internacional", contra os "atos de força" em geral, demonstrava a adaptação da nova esquerda pós-URSS à ordem de violência internacional que consagrava a supremacia de um punhado de nações poderosas sobre as nações oprimidas do planeta. A igualdade formal dos direitos internacionais entre Estados, profundamente desiguais no plano econômico e militar, não significa outra coisa que o "direito" à opressão dos Estados mais fracos pelos mais fortes. A "vigência" do "Direito Internacional", mesmo em sua expressão mais democrática, nas condições do capitalismo, não suprime a exploração de umas nações por outras, nem sua consequência política, a dominação política e diplomática de uns Estados sobre outros. É, na realidade, sua consagração jurídica. Quando os banqueiros internacionais exigiam o pagamento da divida externa dos países fracos, eles atuavam amparados pelo Direito: as dívidas assumidas pelos Estados têm um caráter "soberano". O "Direito Internacional" reconhece a soberania política quando se trata da defesa do crédito mundial, como uma espécie de Serasa da ordem mundial capitalista.

No século XIX as velhas potências cobravam das colônias e semicolônias as dívidas que não eram pagas enviando suas frotas aramadas até os dentes. No século XX, a situação mudou, pois se tornou mais efetivo, e menos custoso, o procedimento universalmente aceito de embargar bens, confiscar contas no estrangeiro e organizar o boicote econômico e financeiro dos países devedores ou "problemáticos", através do acordo entre os monopólios financeiros e seus Estados, e também criando conflitos internacionais para justificar com outros argumentos o envio das frotas, muito mais armadas e mortíferas do que no passado. A invasão iraquiana servia como desculpa para os EUA realizarem uma velha aspiração, a de ocupar militarmente a Península Arábica. O "Direito Internacional", por outro lado, como todo direito, tem seus tribunais e sua polícia. A ONU cumpre as funções de Supremo Tribunal e as forças armadas norte-americanas, principalmente e entre outras, as de polícia. Do mesmo modo que os Supremos Tribunais nacionais, a ONU tem uma estrutura hierárquica comandada pelo seu Conselho de Segurança, um conselho restrito que comandou o bloqueio ao Iraque e ordenou o início dos bombardeios.

Exigir “negociações” quando o imperialismo mundial punha a faca no pescoço do Iraque e dos povos árabes era simplesmente advogar pela rendição sem luta daqueles e consagrar a vitoria imperialista, dos exércitos que não se retirariam do Oriente Médio mesmo que Saddam Hussein se retirasse do Kuwait. Se o Iraque simplesmente saísse do Kuwait, o imperialismo ganhava a guerra: a ocupação da região por “uma força multinacional, de preferência árabe”, como revindicou a esquerda majoritária no Ocidente, teria sido equivalente a uma marionete dos EUA (a proposta foi retomada pelo secretario de Defesa de Reagan, Caspar Weinberger),[503] situar-se à direita de Saddam Hussein (que fazia a mesma proposta, mas exigindo a exclusão do Egito); completar isso com a proposta da volta à “normalidade” no Oriente Médio significava reivindicar a vigência da exploração imperialista da região, garantida por regimes locais reacionários e pela presença militar direta (com capacete azul da ONU ou com capacete verde dos EUA) das potências estrangeiras.

A Guerra do Golfo concluiu com um massacre cuidadosamente planejado, afetando a população civil, com mais de 200 mil mortos, um genocídio com vistas a pôr o Iraque de joelhos perante os países da coalizão organizada pelos EUA, mas preservando seu corpo de oficiais reacionários - principalmente as unidades de elite de Guarda Republicana, que nem chegaram a combater, e incluíndo nessa preservação o "tirano" Saddam Hussein, na falta de uma alternativa política diretamente submetida à coalizão: esse foi o saldo imediato da Guerra do Golfo Pérsico. O chefe do Estado Maior da Força Aérea dos EUA, Merril McPeak, admitiu que 70% das bombas lançadas pelas tropas da coalizão, 62.137 toneladas de explosivos potentes, erraram o alvo militar (mas não o civil), e que só 30%, 23.363 toneladas, o acertaram. O massacre não concluiu com a guerra, pois o Iraque foi submetido a sanções e a um bloqueio comercial mundial, que impediu chegar produtos, farmacéticos especialmente, além de alimentícios, de primeira necessidade para o país, o que provocou centenas de milhares de mortes por doenças e por desnutrição e fome, que poderiam ter sido evitadas, sobretudo entre crianças. Foi calculado que, estimativamente,, 500 mil crianças e 500 mil adultos, um milhão de pessoas ao todo, morreram no Iraque na década seguinte à “primeira Guerra do Golfo” em virtude do bloquei oe embargo comercial imposto pelas potências mundiais ao Iraque.

A cínica proposta anglo-americana de “petróleo-por-comida” foi, na verdade, uma arma para aprofundar o bloqueio do Iraque: “Por muitos anos, Londres e Washington culparam Bagdá pelas privações dos iraquianos, destacando que o Iraque rejeitara, por um período de quatro anos, no decorrer da primeira metade dos anos 1990, um acordo petróleo-por-comida. No entanto, os EUA e a Grã-Bretanha têm o cuidado de ocultar sua parcela de responsabilidade nesse incidente. A proposta que eles elaboraram foi criada com o propósito de ser rejeitada. O valor das vendas oferecidas era uma fração dos recursos de que o Iraque urgentemente necessitava; o acordo petróleo-por-comida veio empacotado por odiosas inspeções de armas da ONU e rancorosas compensações de guerra; a linguagem da resolução era desnecessariamente humilhante; a resolução era restritiva ao especificar o oleoduto que deveria ser usado para transportar o petróleo iraquiano; e a criação de uma conta controlada pela ONU para as transações inerentes ao petróleo-por-comida era humilhante e

[503] Weinberger não era qualquer um. Oito anos antes, fora ele quem decidira, diante das dúvidas do executivo (o mesmo Reagan) e seu gabinete que os EUA deveraim apoiar decididamente Ingaterra no seu conflito com a Argentina pelas Ilhas Malvinas. O que (ou quem) decidiu a vacilação interna dos EUA em favor da Inglaterra? Segundo o bem informado oficial ianque hispano-falante Hugh Bicheno: “*Caspar Weinberger. El poderosísimo Secretario de la Defensa del gobierno de Ronald Reagan dictaminó brindar apoyo sin límites a los británicos desde el primer momento. Mandó al Departamento de Estado y a la CIA olímpicamente a la mierda, y ellos descubrieron la gran verdad: que, al final de cuentas, el Pentágono siempre manda*”.

desnecessária. Não se tratava de uma proposta humanitária, mas de uma arma de propaganda, e muito bem sucedida".[504]

Onde ficaram os "propósitos libertadores" da "guerra justa", quando no Kuwait ocupado pela coalizão se perpetrava um massacre contra o povo palestino, com assassinatos em massa dos 170 mil palestinos remanescentes depois da invasão iraquiana (havia 400 mil trabalhadores palestinos no Kuwait antes dessa invasão), assassinatos comandados pela ultrarreacionária monarquia kuaitiana restaurada, uma "vingança ilegal", segundo a sempre bem intencionada ONU, na qual diplomatas ocidentais identificaram sete membros da família governante Sabah entre os chefes executantes? Onde ficava a anunciada "via aberta para a solução pacífica do problema palestino", quando o ministro da Habitação de Ariel Sharon anunciava, no fim da guerra, a construção, em dois anos, de treze mil novas casas e apartamentos na Cisjordânia ocupada por Israel? Era a primeira parte de um plano que previa a edificação de 30 mil novas moradias nos territórios ocupados por Israel na Guerra dos Seis Dias.

Onde estava a anunciada "desmilitarização do Golfo", com tropas estacionadas no Kuwait (sob mandato da ONU), no Iraque (sem mandato), e com o secretário da Defesa dos EUA, Richard Cheney ("o homem mais malvado do planeta" na definição de Henry Kissinger, que algo entendia do riscado) anunciando que brigadas de elite dos EUA seriam deslocadas da Alemanha para o Golfo Pérsico? Essa foi a principal consequência militar da unificação alemã de 1990. Onde estava a "luta contra a tirania" quando Bush deixava as mãos livres a Saddam Hussein para massacrar milhares de curdos e xiitas, depois de tê-los incitado a revolta contra Saddam, o que era justificado pelo *Newsweek* (15 de abril de 1991) afirmando no seu editorial que "os rebeldes que se levantaram contra Saddam têm dois poderosos inimigos. Saddam é um deles. *O outro é a História*"?[505]

Onde ficara a "imprensa livre", a "mídia neutral", capaz de informar objetivamente sobre a guerra, e até de evitar um massacre descontrolado: "Acompanhando [o secretário de Estado] Cheney, a grande mídia difundiu a cretinice de que o Iraque possuía o quarto exercito do mundo, afirmação obviamente ridícula. Toda a grande mídia internacional protestou quando Bagdá, violando a convenção de Genebra, mostrou os rostos dos pilotos norte-americanos capturados. Mas ninguém o fez quando os jornais norte-americanos e europeus publicaram fotografias onde prisioneiros iraquianos eram claramente identificados. Outro exemplo: quando, sob pressão de Gorbachev, o Iraque reconheceu a resolução 660 do Conselho de Segurança, a mídia repetiu o argumento lançado por Washington e seus aliados; Bagdá deveria aceitar as doze resoluções votadas. Mas o Iraque tinha a faculdade de aceitar ou rejeitar seis delas, sendo as outras totalmente alheias à sua soberania. Goebbels fez escola".[506]

Onde haviam ficado, sobretudo, as denúncias dos EUA que serviram de pretexto para a agressão, quando se soube que os aliados não descobriram nenhuma arma química nas unidades iraquianas presas, nem nenhum estoque delas nas formações do Iraque no front do Kuwait.[507] Ninguém protestava quando o exército de Saddam Hussein usava de fato armas químicas na guerra contra o Irã e nas operações contra a rebelião curda em seu território (onde provavelmente esgotara seu estoque). Onde ficaram, enfim, os propalados princípios sobre autodeterminação das nações, depois que o Kuwait concordasse em que os EUA instalassem bases militares permanentes em seu território? A vitória militar norte-americana,

---

[504] Milan Rai. *Iraque.* Plano de guerra. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2003, pp. 330-332.

[505] Michael Weiss e Hassan Hassan, no típico linguajar jornalístico, lembraram que "ambas as seitas (sic, os curdos seriam uma seita) se sublevaram no fim da primeira Guerra do Golfo apenas para serem brutalmente chacinadas (pelo governo de Saddam Hussein), *com a aquiescência norte-americana*"(grifo nosso). Exato.

[506] Claude Julien. *Op. Cit.*

[507] *Le Monde*, Paris, 17 de maio de 1991.

porém, não resolvera nenhuma questão estratégica, e a grande mídia começou a falar do "fiasco do pós-guerra", chamando a atenção para o fracasso das três missões do secretario de Estado James Baker no Oriente Médio; para o desacordo com Israel a respeito do problema palestino, refletindo a desconfiança do Estado sionista a respeito das garantias que os EUA poderiam dar a respeito da estabilidade da ordem regional.

Em 10 de março de 1991, os cerca de 540.000 soldados americanos começaram a voltar para casa, depois de uma guerra que tinha se estendido de 2 de agosto de 1990 a 28 de fevereiro de 1991. Na questão-chave da estabilidade política no Iraque, os EUA ficaram dependentes do exército iraquiano e do próprio Saddam Hussein, precisando para isso da colaboração direta do Kremlin, o que abriu uma frente de crise dentro do próprio Estado norte-americano, revelada pelo desacordo público entre o comandante das tropas norte-americanas no Golfo, Norman Schwarzkopf, partidário da total destruição do exército iraquiano, e o presidente Bush, que ordenou parar a ofensiva militar e dar uma via de escape ao exército do "tirano", em coincidência com o "plano de retirada"' proposto por Gorbachev: ambos queriam evitar o colapso do exército e do Estado iraquianos para manter a "ordem" pós-bélica.

Ainda assim, a vitória militar da coalizão encabeçada pelos EUA constituiu uma "saída de crise". Os EUA procuravam uma reordenação menos critica das relações políticas internacionais. Um setor do establishment político europeu e norte-americano começou a bater na tecla de que fora um erro invadir o Iraque, que teria sido melhor manter o bloqueio naval e comercial, para produzir uma transição política ordeira no Oriente Médio e em toda a região do Golfo Pérsico. A guerra sequer resolveu os problemas precedentes no Kuwait. O que estava em jogo era a própria natureza do Estado nesse país-protetorado do imperialismo norte-americano.

Sua falência econômica pôs em questão a existência da "entidade nacional kuaitiana": "Não está resolvido o problema da propriedade legal dos ativos (para pagar as dividas de guerra): pertencem eles ao Estado ou a família reinante? A família Al Sabah recusou oferecer como garantia o único bem que interessava aos banqueiros: os ativos da KlO (*Kuwait Investment Office*) cujo tesouro era estimado entre 80 e 100 bilhoes de dólares. Oposta a toda liquidação de ativos, a família reinante foi pressionada conjuntamente pelas familias comerciais do emirado e pelo Congresso dos EUA".[508] A verdadeira guerra não concluira. Longe de seu teatro de operações, inclusive, "o Magreb saiu muito machucado da guerra, ferido pela rendição incondicional do Iraque aos EUA. A região entrou numa era de ruptura diante do Ocidente, que vai transformar as relações com a Europa em geral e com a Franca em particular".[509]

Nos territórios do sul do Iraque, que estavam ocupados pelas tropas da coalizão, houve uma conferência entre as lideranças militares dos países envolvidos e um acordo de cessar-fogo foi firmado. Na conferência, foi permitido ao Iraque voar helicópteros militares próximos a fronteira, já que a infraestrutura civil em terra havia sido deteriorada. Logo, esses helicópteros e o que sobrara das forças armadas iraquianas foram usados para sufocar revoltas xiitas no sul. Apesar dos líderes ocidentais apoiarem os rebeldes anti-Saddam com alguma retórica, não houve apoio militar, e a rebelião foi esmagada em meio a um mar de sangue. No norte do Iraque, por sua vez, a população curda iniciou uma rebelião em larga escala, esperando que os norte-americanos viessem em seu apoio. Contudo, os Estados Unidos novamente não interferiram e o exército de Saddam conseguiu sufocar as revoltas, matando milhares de pessoas no processo repressivo.

---

[508] *Le Monde*, Paris, 11 de maio de 1991.

[509] Zakya Daoud. Le Magreb, dechiré par la nouvelle défaite árabe. *Le Monde Diplomatique*, Paris, abril de 1991.

Milhares de curdos fugiram para as montanhas e para a região extrema do norte. As direções nacionalistas curdas (Hassoud Barzani e Jalal Talabani), que pretenderam apoiar a luta pela independência curda e contra a ditadura de Saddam Hussein em uma aliança com a coalizão dos EUA, colheram um espantoso fracasso político: o povo curdo ficou exposto a um novo massacre pela ditadura de Saddam, sem poder contar com auxílio do novo "aliado" de seus próprios líderes. O verdadeiro aliado estava do outro lado da fronteira com a Turquia, onde Abdullah Öcalan, chamado *Apo*, fundara o Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK, *Partiya Karkêren Kurdistan*) em 1978. Desde 1984, o PKK animou um movimento guerrilheiro dos curdos contra o governo repressor da Turquia. Perseguido, Öcalan se refugiou na Itália, de onde foi expulso para ser capturado no Quênia, durante uma operação levada a cabo pelos serviços secretos turcos em conjunto com a CIA e os serviços secretos israelenses. Preso em 15 de fevereiro de 1999, foi condenado à morte pelo Estado turco. A pena foi comutada em prisão perpétua em 2002, quando a Turquia declarou abolida a pena de morte.[510]

Fuga de curdos iraquianos nas montanhas Qandil

A crise humanitária do Iraque aumentou nos meses seguintes. Para evitar novas "repressões étnicas", foram impostas duas zonas de exclusão aérea (as operações *Northern Watch* e *Southern Watch*) sobre o Iraque, além de pesadas sanções econômicas, que pioraram a catástrofe humanitária. No Kuwait, o regime do Emir Jaber Al-Ahmad Al-Sabah foi recolocado no poder e cidadãos acusados de colaborarem com a ocupação iraquiana foram presos e torturados. Cerca de 400.000 pessoas foram expulsas do país, incluindo um grande número de trabalhadores palestinos, como represália ao apoio que a OLP dera a Saddam Hussein. Yasser Arafat não pediu desculpas por seu apoio ao Iraque, mas depois de sua morte, o novo líder do *Al-Fatah* e presidente da Autoridade Nacional Palestina, Mahmoud Abbas, desculpou-se formalmente ao Kuwait, em nome do seu povo, em 2004.

Simultaneamente ao massacre do Iraque, a União Soviética deixava de existir, em dezembro de 1991. Pouco antes, em 6 de setembro de 1991, militantes tchetchenos liderados pelo general da Força Aérea soviética Dzhokhar Dudayev invadiram uma sessão do Soviete Supremo Tchetcheno-Inguchétio com o objetivo de declarar a independência; mataram o chefe do Partido Comunista da União Soviética em Grozny ao atirá-lo pela janela, trataram

[510] Desde então, ele foi mantido em prisão em regime de isolamento, sendo o único prisioneiro da ilha-prisão de İmrali. Campanhas internacionais reivindicaram e reivindicam sua liberdade, tendo sido declarado cidadão honorário de Napoles pela sua câmara municipal.

brutalmente vários outros membros do partido, especialmente os de origem russa, e dissolveram o governo autônomo da região.

A medida deu apoio popular para Dudayev, que seria eleito presidente do não reconhecido "país" meses depois. Em novembro daquele ano, o presidente Yeltsin ordenou o envio de tropas para Grozny, mas as forças de Dudayev forçaram-nas a se retirar da região. Logo a seguir, foi declarada a independência em relação à União Soviética. Em junho de 1992, a República Autónoma da Tchetchênia-Inguchétia dividiu-se em duas. Enquanto a República da Inguchétia integrou-se a Rússia, a Tchetchênia, região de maioria muçulmana, declarou-se independente em 1993, como o nome de República Tchetchena da Ichkeria. Em 1994, o governo autônomo do Tartaristão chegou a um acordo com Moscou, que garantia uma autonomia aos tártaros, um povo de origem muçulmana que foi conquistado pelos russos em meados do século XVI. Mas o presidente Yeltsin evitou levar a cabo negociações sérias com o governo tchetcheno.

O conflito começou quando as forças russas tentaram recuperar o controle da secessionista República Tchetchena. Depois de uma campanha inicial entre 1994 e 1995, culminando na destruição da capital Grozny e, apesar da superioridade bélica, as forças russas foram incapazes de estabelecer um controle efetivo das áreas montanhosas tchetchenas, por conta dos frequentes ataques dos guerrilheiros tchetchenos. A demoralização do exército russo juntou-se a uma forte oposição da opinião pública russa contra o conflito. Como consequência, o governo de Boris Yeltsin declarou um cessar-fogo unilateral em 1996, retirando as tropas russas do território tchetcheno, e assinando um tratado de paz no ano seguinte. As estimativas mais conservadoras dão conta da morte de mais de 35.000 civis tchetchenos - além dos 7.500 militares russos e dos 4.000 mil combatentes tchetchenos mortos. Outros números apontam entre 80.000 e 100.000 civis assassinados. Mais de 500.000 pessoas deixaram suas casas durante o conflito, que deixou cidades e vilarejos em ruínas por toda Tchetchênia. Os acontecimentos no baixo ventre da ex URSS eram a ponte entre a crise mundial e o Oriente Médio muçulmano.

OS ACORDOS DE OSLO E A CRISE NO MAGREBE

Foi no esteio da nova derrota militar árabe no Golfo Pérsico que se situou a tentativa, mediada diretamente pelos EUA, de encerrar de vez a "questão palestina" em termos mais do que satisfatórios para o Estado de Israel, isto é, legitimando a oocupação de territórios que não lhe foram concedidos pela partilha de 1948. Em 13 de setembro de 1993, o primeiro-ministro de Israel, o líder palestino Yasser Arafat e o presidente dos EUA, Bill Clinton, assinaram no pátio da Casa Branca um novo "acordo pela paz no Oriente Médio". Bill Clinton trouxe ao jardim da Casa Branca o chefe do governo de Israel, Yitzhak Rabin, seu ministro de Relações Exteriores, Shimon Peres, e o líder da Organização para a Libertação da Palestina (OLP), Yasser Arafat, para assinarem um documento que supostamente sinalizava o fim de décadas de conflitos: o "Acordo de Oslo", negociado secretamente na Noruega durante vários meses entre representantes israelenses e palestinos. O mundo foi surpreendido pela notícia do consenso atingido. Em Israel ainda era proibido manter qualquer tipo de contato com a OLP. Na cerimônia, Clinton praticamente teve de forçar o premiê de Israel a trocar o tradicional aperto de mão com Arafat. Yitzhak Rabin, por sua vez, havia tomado conhecimento das negociações quando elas já estavam numa fase adiantada.

Israel e a OLP acordaram que a maioria dos territórios ocupados durante a Guerra dos Seis Dias a oeste do rio Jordão seria devolvida aos palestinos e que estes organizariam neles uma administração própria. Para os palestinos, era como se fosse a proclamação de um Estado próprio; segundo disse Arafat: "Gostaria de agradecer ao presidente Clinton e sua administração por terem possibilitado este acontecimento histórico esperado por todos. Aproveito para garantir ao grande povo norte-americano que meu povo compartilha os vossos ideais de liberdade, justiça e direitos humanos".

O acordo previa a retirada das forças armadas israelenses da Faixa de Gaza e da Cisjordânia, assim como o direito dos palestinos ao autogoverno nas zonas governadas pela Autoridade palestina. O governo palestino duraria cinco anos, de maneira interina, durante os quais o

status seria renegociado. Se iniciarima negociações nas questões referentes a Jerusalém, refugiados, assentamentos israelenses nos territórios ocupados na Guerra dos Seis Dias, segurança e fronteiras. O autogoverno seria divido em: áreas sob o controle total pela Autoridade palestina; áreas sob o controle civil pela Autoridade Palestina e controle militar pelo Exército de Israel; e áreas sob o controle total pelo governo de Israel.

A expansão israelense arruinara a agricultura palestina. Mediante o confisco de terras, a imposição de quotas para as exportações ao mercado israelense, o controle de importação de ferramentas agrícolas ou o envio, a preços muito competitivos, do excedente agrícola israelense aos territórios ocupados, acabou se reduzindo a extensão dos cultivos, limitando o número de peões nas granjas e empurrando os habitantes de várias aldeias para o mercado de trabalho israelense. Nesse plano, não faltou a proibição aos agricultores palestinos de exportar produtos agrícolas para a Jordânia; zonas inteiras de oliveiras e árvores frutíferas foram destruídas. Uma arma poderosa em mãos dos militares sionistas era a água. Os recursos hidráulicos, devido à escassez, se tornaramj um dos recursos estratégicos no Oriente Médio, e por isso zonas como as Colinas de Golã foram fonte constante de disputa. Durante anos as ordens militares sionistas incluíram a destruição de poços de água palestinos, a proibição de que cavassem a mais de 120 metros de profundidade (os colonos sionistas tinham autorização para cavar até 800 metros de profundidade), a expropriação de poços de proprietários "ausentes" etc.

Desde 1982, todo o sistema hidráulico estava sob administração da "Rede Nacional Israelense". Os habitantes palestinos de Gaza e Cisjordânia dispunham de 115 milhões de metros cúbicos de água por ano, o que representa 19% dos recursos de seu país. A economia israelense e os assentamentos judeus dispunham de 485 milhões de metros cúbicos. Em termos de infra-estrutura, só 2% das localidades da Cisjordânia têm rede de esgotos; apenas 21% dos habitantes conta com sistema de coleta de lixo; apenas 44% das localidades cisjordanas dispõem de fornecimento permanente de energia elétrica e apenas 20% dos habitantes estavm conectados à rede telefônica.

Em um estudo realizado no início dos anos 1990, os dados em matéria de saúde eram reveladores. Dos 830 milhões de dólares de impostos nos territórios ocupados recolhidos pelas autoridades militares israelenses, somente 300 foram invertidos em projetos de saúde, educação e assistência social. Nesse período, os gastos da administração civil em matéria de saúde pública passaram de 40 a 18,3 dólares per capita, enquanto que na Jordânia a cobertura era de 140 dólares e em Israel chegava a 370 dólares per capita. Portanto, não era de se estranhar a falta de camas e medicamentos nos hospitais palestinos. Carentes de recursos 500 escolas, oito universidades e mais onze mil empregados do setor educativo nos territórios palestinos ocupados padeciam sem o menor financiamento.

A economia palestina vivia em fase de completa pauperização desde 1967, quando as autoridades jordanianas terminaram de descapitalizar toda a margem oriental para favorecer a industrialização da antiga Transjordânia. O papel da economia palestina na "divisão do trabalho" estava determinada pelos projetos do ocupante. Assim, em um informe de 1970 do Ministério de Defesa israelense se afirmava: "Por um lado, os territórios ocupados constituem um mercado suplementar para as exportações israelenses e as empresas pertencentes ao setor terciário e, por outro, é provável que acabem convertendo-se em um canteiro de mão de obra não qualificada".

Já em 1987, mais de 92% das importações de Gaza e Cisjordânia procediam de Israel. Como cifra comparativa, em 1992-1993 o PIB de Israel subia para 63 bilhões de dólares, o da Jordânia a 4,1 bilhões; o dos territórios ocupados foi de 2,2 bilhões , sendo que um terço desses ingressos procedia da mão de obra empregada em Israel, dos 600 mil palestinos que dependiam do mercado de trabalho israelense. O fechamento dos territórios decretado pelo

governo israelense só aumentou a asfixia desse quadro de pauperização. As taxas de desemprego dispararam de 23% para 50% da população ativa; o poder aquisitivo da população de Gaza e Cisjordânia caiu 46%.

Os acordos de paz obrigaram a Autoridade Nacional Palestina a ter a mesma política de importação que Israel, deixando-lhe como "margem" importar determinados produtos de países árabes, em quantidades limitadas e a preços acertados previamente com Israel. Qual era a viabilidade de um Estado sem recursos hidráulicos, sem indústrias, com a agricultura destruída, sem infra-estrutura de moradia, saneamento, educação ou transporte, e sem independência, sequer formal, para estabelecer relações comerciais exteriores? Em tais condições de coexistência entre os dois Estados, o chamado "Estado Palestino" não seria mais que a administração de um gueto, gerente de um bantustão, cujos ínfimos recursos econômicos dependeriam da ajuda exterior a conta-gotas.[511]

Em 1988, o ex-subsecretário de Estado George Ball (presente nas administrações de Kennedy e Johnson) em seu artigo *A paz de Israel depende de um estado-apêndice dos palestinos* afirmava: "A preocupação de Israel por segurança poderia ser satisfeita em boa medida redigindo um tratado formal com salvaguardas vinculadas e executáveis que impeçam o novo estado palestino ter qualquer força armada própria e limitem o número e tipo de armas que pode usar sua polícia. Como salvaguarda adicional, o acordo poderia incluir a instalação de postos de vigilância mais amplos numerosos e efetivos que os que atualmente funcionam no Sinai a partir do acordo de paz de Israel com o Egito".[512] A assinatura, em setembro de 1993, dos Acordos de Oslo esteve em sintonia com a proposta dos funcionários do governo dos EUA, e refletiam a mudança na estratégia palestina que teve início em dezembro 1988, com a decisão da maioria do Congresso Nacional Palestino, dirigido por Arafat, de reconhecer o Estado de Israel. Essa mudança punha no centro da estratégia palestina a negociação sobre a base do reconhecimento de dois Estados.

Os Acordos de Oslo eram a máxima expressão dessa estratégia, e foram seguidos por uma enorme difusão, que não poupou elogios e cumprimentos. A declaração começava com a solene afirmação dos assinantes de que havia "chegado o momento de pôr fim a décadas de confrontações e conflitos, de reconhecer reciprocamente seus direitos legítimos e políticos, de esforçar-se por viver em coexistência pacífica, a dignidade a segurança mútua". Os direitos legítimos e a dignidade para os palestinos se resumiram em uma "autonomia" carente de recursos próprios, guetos de miséria cercados pelas FFAA israelenses. Em troca, a direção de Arafat renunciou não só à autodeterminação, como também a Jerusalém e aos direitos dos refugiados, ou seja, aos direitos de 55% da população palestina. Esse giro estratégico da direção da Al Fatah teve e tem como destinatário o governo norte-americano e as burguesias europeias. Tratava-se de mostrar "sentido comum" e agradar os possíveis doadores.

Dois anos depois do acordo, em Tel Aviv, 100 mil manifestantes ouviam discursos políticos e cantavam pela paz com os palestinos. Israel assinara com a OLP um acordo que previa, em primeiro lugar, o reconhecimento mútuo e, durante a fase intermediária de negociações, Israel deveria entrega à administração palestina os territórios da faixa de Gaza e da Cisjordânia. A execução do acordo, porém, era obstaculizada pela oposição nacionalista israelense, liderada pelo ex-premiê Benjamin Netanyahu, líder do Likud. O premiê Yitzhak Rabin era acusado pelos adversários nacional-direitistas de seu governo de trair a pátria. A caminho do carro oficial, que o esperava atrás do palco, foi atingido por dois tiros. Foi levado às pressas para o hospital, mas não resistiu. O assassino, Igal Amir, um estudante judeu de Direito de 25 anos, foi preso no local do crime e, mais tarde, condenado à prisão perpétua.

---

[511] Pinhas Inbari. *The Palestinians between Terrorism and Statehood*. Brighton, Sussex Academic Press, 1996.

[512] *Los Angeles Times*, 10 de janeiro de 1988.

Em 1995, Israel e OLP firmaram um novo acordo, o segundo Acordo de Oslo, desta vez com a extensão da autonomia para quase toda a Cisjordânia, com vistas ao estabelecimento de um Estado palestino, fato, porém, irrelevante enquanto Israel detivesse o monopólio do uso da força armada nos territórios ocupados. Yasser Arafat e o primeiro ministro Ehud Barak se encontraram diversas vezes, sem chegarem a um acordo sobre as duas questões fundamentais para os palestinos: a soberania sobre Jerusalém e o direito ao retorno dos refugiados palestinos. Israel dominava de fato toda a Palestina histórica, desde o mar até o rio Jordão. Nas eleições subsequentes, Benjamin Netanyahu foi reeleito premiê, e iniciou a desconstrução do "processo de paz" iniciado na capital estadunidense em 1993, conservando apenas seus aspectos favoráveis a Israel.

Acordo: Rabin, Clinton e Arafat selam na Casa Branca o primeiro Acordo de Oslo em 1993

Arafat se empenhou em fracionar a resistência palestina. Edward Saïd definiu os Acordos de Oslo como um "instrumento de submissão", como a "capitulação": "Israel obteve dos árabes a aceitação, o reconhecimento e a legitimidade, sem ser obrigado a renunciar à soberania sobre os territórios árabes ocupados, entre eles, Jerusalém Oriental". Os acordos estavam em sintonia com a manutenção de Israel enquanto Estado sionista-confessional. Se impôs, com a assinatura de Yasser Arafat, a visão racial e teocrática.

Durante os governos trabalhistas e do Likud em Israel, fora criado o projeto da "Grande Jerusalém" reservada apenas para os judeus. Entre 1996 e 1999, somaram-se a essa expansão 42 colônias "selvagens". Em 21 de junho de 1998, o governo israelense deu o aval formal ao plano da Grande Jerusalém com algumas medidas, entre otras a que retirava as permissões de residência aos árabes que figurassem no censo da Autoridade Nacional Palestina ou tivessem casa nos territórios administrados pela ANP. O plano se baseou no objetivo declarado de manter um equilíbrio demográfico de sete judeus por cada três palestinos, em ir isolando a cidade do restante da Palestina, impossibilitando o crescimento dos bairros árabes e estabelecendo assim uma área de expansão populacional judia na Cisjordânia. Mediante a anexação de terras, expropriações ilegais de municípios próximos a Jerusalém (Ramallah, Belém, Beir Sahur) foi sendo criado um sistema de dois anéis concêntricos de assentamentos

judeus que rodeiam Jerusalém por completo. Como disse o prefeito palestino de Hebrón, "não querem viver a nosso lado, mas em nosso lugar".[513]

Edward Saïd definiu o marco histórico das negociações de Oslo: "Os acordos de autonomia com os quais os palestinos (excluímos os quatro milhões de refugiados cuja sorte foi jogada para a nebulosa situação do 'estatuto final') tem que conviver são uma curiosa amálgama de três 'soluções', historicamente descartadas, e idealizadas por colonizadores brancos para o problema dos povos antigos da África e Américas do século XIX. Uma delas se baseava na ideia de que os nativos podiam ser convertidos em irrelevantes seres exóticos privados de suas terras e mantidos em tais condições de vida que lhes reduzissem a ser trabalhadores braçais temporários ou agricultores pré-modernos. Este é o modelo índio-americano.

"A segunda consistia na divisão de suas terras (reservas) em bantustões descontínuos, e no estabelecimento de uma política de apartheid que dava privilégios especiais aos colonos brancos (hoje os israelenses), enquanto se permitia aos nativos viver em seus guetos miseráveis; assim, estes eram responsáveis dos assuntos municipais sem deixar de estar submetidos ao controle do branco (de novo Israel). Este é o modelo sul-africano. Finalmente, a necessidade de que estas medidas gozassem de certo grau de aceitação requeria que um 'chefe' nativo assinasse na parte inferior da página. Este chefe obtinha temporariamente um estatuto mais elevado do que aquele que dispunha antes, recebia apoio dos brancos, um título, um par de privilégios, e talvez, uma força de polícia nativa, de tal maneira que todo mundo pudesse apreciar sem dificuldade que se havia feito o melhor para esse povo. Esse é o modelo seguido pelos franceses e britânicos na África do século XIX. Arafat é o equivalente do século XX dos dirigentes africanos".[514]

O segredo na virada para a "estratégia dos dois Estados" era a nova política e orientação da direção da OLP de Yasser Arafat. Era impossível entender a Intifada sem esse cerco de miséria, asfixia e terror imposto pelo Estado sionista, mas a Intifada também foi um protesto contra essa política, que legitimava a expansão do sionismo enquanto condena o povo palestino à fome e ao desemprego.

Se o nacionalismo árabe estava em crise aguda no Oriente Médio, na Líbia o próprio líder nacionalista tentou e conseguiu pilotar a virada política em busca de amigos no campo até então adversário. Em 1992, Estados Unidos, Inglaterra e França tinham imposto um embargo ao comércio e ao tráfego aéreo líbio. As medidas foram aprovadas pela ONU como resposta à negativa do regime de Khaddafi de extraditar dois líbios suspeitos de participação no atentado que derrubara um avião de passageiros americano na cidade de Lockerbie, na Escócia, em 1988, matando 270 pessoas. Em 1993, a Líbia rompeu relações com o Irã para evitar o crescimento do fundamentalismo islâmico em seu próprio território. As relações de Khaddafi com os palestinos também se deterioraram: em setembro de 1995, o governo líbio anunciou a expulsão de 30 mil palestinos que trabalhavam no país, ainda que só 1.500 pessoas tenham sido de fato deportadas. Em 1997, seis oficiais do exército foram fuzilados, acusados de espionagem. Depois de três décadas de domínio inconteste, a crise começava a corroer o regime de Kaddafi.

A saída foi uma intensa "abertura externa". Em 1997, Líbia participou do resgate da Fiat italiana, comprando 15% das ações da companhia. Khaddafi passou a possuir também parte (15%, provavelmente) do capital da Juventus, a equipe de futebol da família Agnelli, dona da Fiat. Em 2000, o regime líbio avançou na política de descentralização do Estado, colocada em prática a partir do início da década de 1990. Em 2003, o Conselho de Segurança da ONU

---

[513] Ehrlich Avishai. Palestine, global politics na Israel judaism. In: Leo Panitch e Colin Leys (Ed.). *Socialist Register*. Kolkata, Merlin Press/Bagchi & Company, 2003.

[514] Edward Saïd. O panorama da oposição. *Al-Ahram*, 8-14 de junho de 2000.

acabou definitivamente com o embargo internacional contra Líbia, suspenso desde 1999. Khaddafi comprometeu-se a desmantelar as "armas de destruição em massa" e a permitir a supervisão de suas instalações nucleares.

Líbia, com, isso, aumentou suas vendas internacionais de petróleo, particularmente para a Europa, e firmou contratos com diversas empresas multinacionais em todas as áreas da economia. O petróleo representava mais de 95% das exportações e 75% das receitas do Estado. No século XXI, o país virou um grande *partner* internacional, com investimentos do Fundo Soberano da Líbia (controlado por Khaddafi) em grandes multinacionais, como Glaxo, Shell, Vodafone, British Petroleum, Exxon, Chevron, Pfizer e Halliburton. Isso sem contar os investimentos das multinacionais em território líbio, incluídas as chinesas.[515]

Fora do acordo: o líder curdo Abdullah Öcalan, fundador do PKK, sequestrado por terroristas estatais de Turquia-Israel-EUA, em 1999

O comprometimento da Arábia Saudita com o apoio logístico (espaços para bases militares, serviços) a ação norte-americana e "ocidental" no Iraque levou nesse momento (1994) ao jovem Osama Bin Laden, já conhecido no país pelo seu empenho na *Jihad* no Afeganistão, mas desconhecido alhures, a escrever ao rei Fahd: "Não é correto se calar acerca da transformação de nosso país em um protetorado norte-americano, profanado pelos soldados da cruz com seus pés impuros para proteger vosso trono cambaleante". Não era único no país, inclusive na sua classe dominante, a pensar desse modo. As coisas começavam a mudar na Arábia Saudita.

Na Argélia, nas eleições municipais e regionais de 1990, as primeiras pluripartidárias desde a independência, a FIS venceu com grande vantagem. Em 23 de maio de 1991 a FIS convocou uma greve geral ilimitada que resultou em confrontos entre as forças governamentais e seus militantes que resultaram em dezenas de mortos. Os militares se aproveitaram para pedir a demissão do primeiro-ministro Mouloud Hamrouche; ele foi substituído por Sid Ahmed Ghozali, mais próximo dos militares. E a FIS também venceu o primeiro turno das eleições legislativas de 26 de dezembro de 1991, com uma percentual de 47%; os militares cancelaram o processo eleitoral.

[515] Em setembro de 2008, a secretária de Estado norte-americana, Condoleezza Rice, fez a primeira visita de um chefe de diplomacia dos Estados Unidos à Líbia em 55 anos.

Por suspeita de complacência com a FIS, um grupo de militares obrigou Bendjedid a pedir demissão; foi substituído por um Alto Comitê de Estado (HCE), dirigido pelo opositor histórico Mohamed Boudiaf, que se encontrava há muitos anos exilados no Marrocos.O segundo turno das eleições foi anulado pelos militares; as violências continuaram resultando em 70 mortos. Em fevereiro o HCE proclamou o estado de emergência e dissolveu a FIS.

Argel em fogo

Boudiaf não permaneceu muito tempo à frente do HCE, sendo assassinado em Annaba em 29 de junho de 1992, com transmissão direta pela televisão; em 26 de agosto, um atentado a bomba no aeroporto de Argel realizado por membros da FIS, causou a morte de oito pessoas e centenas de feridos. Boudiaf foi substituído por Ali Kafi, dando começo ao chamado "decênio negro". Atentados e repressões se repetiram do princípio ao fim, com milhares de mortes. Ninguém escapou, desde simples cidadãos, operários da indústria e da agricultura, até intelectuais e jornalistas. Em 1993 o HCE nomeou o general Liamine Zeroual chefe supremo. Estima-se em 15 mil o número de pessoas mortas nesse ano. Nada mudou no ano seguinte, 1994. Crimes, violências e torturas não cessaram durante todo o ano, e fez sua aparição o Grupo Islâmico Armado (GIA), atraindo aqueles que só viam alguma solução para o país na luta armada contra o poder dos militares.[516]

[516] José Farhat. *Op. Cit.*

“ISLAMIZAÇÃO DO MUNDO” E “CHOQUE CIVILIZACIONAL”

Fora do Irã, o islamismo político também se fortalecia. As velhas direções nacionalistas dos países árabes, como o governo de Egito, haviam compactuado estrategicamente com Israel. Essa posição das correntes árabes nacionalistas, laicas e/ou de esquerda, abriu espaço para que as organizações islâmicas que mantiveram a intransigência em relação a Israel, como o Hamas e o Hezbollah, ganhassem influência de massas. Isto foi provocado pela renúncia a uma luta democrática e antiimperialista consequente por parte das correntes ditas “progressistas”. O Hezbollah, com seus seis mil combatentes, enfrentou várias vezes o poderoso exército sionista. Recebendo apoio sírio e iraniano, não era visto no Líbano como uma entidade terrorista, mas como um grupo de resistência contra a invasão israelense de 1982, que só terminou 18 anos mais tarde. O movimento xiita foi a única formação militar “irregular” a não se desarmar após a guerra civil do Líbano (1975-1990).

Durante o governo dos “reformadores islâmicos”, o Irã também fez uma apertura política em direção dos EUA. Que não foi longe: o fortalecimento do papel do Irã e de sua política de choque com os EUA apresentados como o “problema estratégico” dos EUA e de Israel no Oriente Médio, foram uma consequência do crescente intervencionismo norte-americano, depois de um período de tímida “normalização” das relações com o regime dos aiatolás. A inclusão do Irã no "eixo do mal", depois, reduziu ao mínimo o espaço de negociação iraniano com os EUA. As tentativas “externas” de encorajar as etnias – azeri, baluche, árabe e curda – à rebelião contra o governo do Irã, especialmente durante o período de hegemonia dos “reformadores” no poder iraniano, acabaram por endurecer o governo iraniano contra os EUA.

A política norte-americana, e as lógicas reações que ela suscitou no “mundo islâmico”, levaram água ao moinho da tese do “choque das civilizações”,[517] que forjou seu caminho desde o início dos anos 1990 no establishment e na administração dos EUA e também da Europa. O esboço de uma teoria do “choque de civilizações”, contrapondo duas entidades definidas como opostas, o “Islã” e o “Ocidente” (ou a “civilização judeo-cristã”) foi proposta inicialmente poelo acadêmico Bernard Lewis através de uma formulação de caráter bastante primário, que restringia os muçulmanos a uma cultura petrificada e eterna, marcada pelo seu ódio do Ocidente: “Esse ódio vai além da hostilidade em relação a alguns interesses ou ações específicas, ou mesmo em relação a determinados países, tornando-se a rejeição da civilização ocidental enquanto tal, não pelo que ela possa fazer, mas pelo que ela é e pelos princípios e valores que pratica e professa”.[518] Na realidade, o que os muçulmanos rejeitavam, segundo Lewis, era a liberdade e a democracia, pela sua recusa de serem governados por “infiéis”.

---

[517] O "choque de civilizações" foi uma expressão surgida em 1990 num artigo do especialista do Oriente Médio, Bernard Lewis, intitulado "As raízes de raiva muçulmana". Lewis especializou-se na Inglaterra como jurista e perito em islamismo. Durante a Segunda Guerra, trabalhou nas agências de inteligência militar e no gabinete para assuntos árabes do Ministério Britânico de Relações Exteriores. Nos anos 1960 tornou-se um perito do Real Instituto dos Negócios Internacionais em intervenção humanitária. Em 1974, mudou-se para os EUA, onde se tornou professor em Princeton e adotou a cidadania norte-americana. Foi conselheiro de Zbigniew Brzezinski, conselheiro de Segurança Nacional do presidente James Carter. Em conjunto, conceberam a ideia do "arco de instabilidade" euro-asiático, e planejaram a desestabilização do governo pró-URSS do Afeganistão. Em 1993, Lewis, numa entrevista para *Le Monde*, negou o genocídio cometido contra os armênios em 1915, o que lhe valeu um processo judicial. O conceito de "choque de civilizações" foi evoluindo para a descrição de uma confrontação mundial de resultado incerto. Este novo significado deveu-se a Samuel Huntington, estrategista da política externa dos EUA de vasta trajetória acadêmica. Huntington desenvolveu essa teoria em dois artigos - "O choque de civilizações?" e "O Ocidente único, mas não universal" – publicados originalmente na revista *Foreign Affairs*, e posteriormente num livro de repercussão acadêmica e política.

[518] Bernard Lewis. The roots of muslim rage. *The Atlantic Monthly*, Nova York, setembro 1990.

Samuel Huntington, principal formulador e teorizador da ideia de “choque de civilizações”, afirmou inicialmente, em um artigo de 1993, que, depois da “guerra fria”, os principais motivos de um eventual conflito mundial seriam culturais. Huntington elencou oito civilizações no mundo moderno, focando o Islã como a mais militante. No século XXI, segundo o autor, teriam restado três “civilizações maiores”, a indo-chinesa, a ocidental e a islâmica. Argumentou que em toda a história os grandes embates foram entre civilizações contidas geograficamente, com frentes de batalha bem definidas, o que teria mudado: as civilizações indo-chinesa e islâmica têm diásporas significantes em todo o mundo; a civilização ocidental é restrita à Europa e América, sem diásporas na China, na Índia ou nos países islâmicos. A “nova ordem mundial” (pós-URSS), segundo Huntington, poria em contato e choque civilizações diversas e enfrentadas, não grupos de nações aliadas, como no século XX: “A ideia que proponho é que a fonte fundamental de conflitos neste novo mundo não será de natureza principalmente ideológica, nem econômica. As grandes oposições que vão dividir a humanidade vão ser culturais. Os Estados-Nação continuarão sendo atores preponderantes dos problemas do mundo, mas os principais conflitos nascidos de opções políticas planetárias produzir-se-ão entre nações e grupos que pertencem a civilizações diferentes (e antagonistas). O choque entre civilizações vai dominar a política globalizada. As linhas de divisão entre as civilizações vão ser as linhas da frente das batalhas por vir".[519]

No centro da argumentação de Huntington se encontrava a ideia de "identidade civilizacional", apresentada sem o conteúdo histórico que, muito antes, lhe dera Fernand Braudel, em *Gramática das Civilizações*, relativizando-a: “(No século XVIII) a civilização se opõe, de um modo geral, à barbárie. Existem de um lado os povos civilizados e do outro os bárbaros. Nem mesmo os ‘bons selvagens’, tão caros a certo século XVIII, são chamados de civilizados... Por muito tempo, cultura será apenas um alótropo de civilização. Na Universidade de Berlim, em 1830, Hegel empregava indiferentemente ambas as palavras (mas) a noção de civilização é, pelo menos, dupla. Ela designa, a um só tempo, valores materiais e valores morais. A civilzação compreende, pelo menos, dois estágios. Daí a tentação, experimentada por muitos autores, de distinguir as duas palavras, civilização e cultura, de modo que uma se carregue da dignidade do espiritual e a outra da trivilaidade do material. Infelizmente, não se chegou a um acordo quanto à distinção a ser estabelecida: ela varia conforme os países, ou num mesmo país, conforme as épocas, os autores...

“A língua moderna manifesta certa reticência a empregar a palavra civilização em sua antiga acepção de excelência, de superioridade humana. No singular, civilização não seria hoje, antes de mais nada, o bem comum partilhado, desigualmente aliás, por todas as civilizações, ‘aquilo que o homem não esquece mais’? O fogo, a escrita, o cálculo, a domesticação das plantas e dos animais já não se ligam a nenhuma origem particular, converteram-se nos bens coletivos *da* civilização. Esse fenômeno de difusão de bens culturais comuns a toda a humanidade assume no mundo atual uma amplitude singular” (grifo do autor).[520]

Se, de um lado, Lewis, Huntington, e seus epígonos dos mais variados países, ignoraram por completo todas as distinções e precauções precedentes, fazendo da “civilização” uma noção metafísica e a-histórica, a ideia da “diáspora islâmica” de Huntington considerada como uma ameaça interna ao mundo ocidental (obviando designar o caráter capitalista desse “mundo”) possuia conotações fascistas, ao designar um “inimigo interno” (uma espécie quinta coluna) a ser combatido dentro do próprio Ocidente (como os judeus o foram para o regime nazista alemão, justamente por serem parte de uma “diáspora”), e justificar com isso a implantação de um Estado autoritário e policial contra todas as classes e grupos oprimidos. No nazismo,

---

[519] Samuel P. Huntington. *Lo Scontro delle Civiltà e il Nuovo Ordine Mondiale*. Roma, Gli Elefanti Saggi, 1998.

[520] Fernand Braudel. *Op. Cit*., pp. 26-29.

essa ideia assumiu, como se sabe, características e justificativas raciais, ou seja, a ideia da "superioridade da raça ariana" sobre todas as outras, e a do "judeu" como seu inimigo mortal, o que justificaria sua expulsão do Reich ou seu genocídio.

Na hodierna formulação "civilizacional", a "democracia", diversamente do nazifascismo, não é deixada de lado (afinal, ela é a principal evidência da "superioridade ocidental"), mas ela foi posta como testemunho e prova em favor de uma teoria baseada em um confronto civilizatório atemporal, que possui um fundamento histórico-científico equivalente àquele da teoria das raças do darwinismo social (ou seja, nenhum). A "superioridade racial" virou, na nova versão, "superioridade cultural". O "choque das civilizações", na verdade, nada trouxe de novo. A ideia da superioridade da civilização judaico-cristã, associada à "inferioridade islâmica", entre outras inferioridades civilizacionais, já tinha feito um longo caminho, baseado na ignorância e no anacronismo histórico.

Na Antiguidade e na Idade Média não existia nenhuma identidade entre cristianismo e Ocidente, contraposto ao Oriente. Só na era moderna a *christianitas* passou a ser definida em termos culturais mundiais: "O evento que, mais que nenhum outro, pôs em discussão o conceito segundo o qual os cristãos eram membros de um clube que se identificava com a Europa foi a Reforma que, a partir da terceira década do século XVI, dividiu a cristandade não ortodoxa em áreas católica e protestante, cada uma das quais promovendo uma sincera e tirânica campanha de renovação da fé, da conduta moral, da prática religiosa. Na década de 1560, Calvino, o mais rígido dos promotores da Reforma, de seu observatório de Ginebra contemplava o embate resumindo o escopo político-social dessa fratura irreversível com a expressão *Europae Concussio* – a concussão da Europa, não do cristianismo".[521]

O anacronismo consistente em projetar uma "Europa" contemporânea para o passado remoto, fazendo dela uma espécie de abstração histórico-metafísica, se encontra, em geral, ao serviço da proclamação da *superioridade* da civilização "europeia" (ou ocidental, considerando-se sua projeção americana), uma "superioridade" cuja natureza e função históricas raramente são explicitadas. De modo geral, os autores que defenderam esse tipo de abordagem eram eles próprios europeus ou, mais precisamente, franceses, o que tem a ver com a história francesa do século XIX e com sua pretensão de representar Europa, que representaria, por sua vez, o mundo civilizado. Não é esse, porém, o caso da anatomia humana que explica à do macaco, pois a própria linhagem histórica "europeia" suposta é o produto de uma manipulação ou, pelo menos, de uma deturpação. Um autor não há muito tempo representativo e influente, Louis Rougier, proclamou que *25 séculos* de "civilização europeia" haviam provado que "só ela se afirmou como perpetuamente ascendente, enquanto as outras cresceram, se espraiaram, culminaram, e depois declinaram e periclitaram".[522] Houveram, para esse autor, outras "civilizações" (todas já mortas), mas sem a "vitalidade" europeia (vitalidade que lhe permitiu, segundo ele, superar a *bête noire* obscurantista importada-infiltrada do Oriente, o cristianismo derivado do judaísmo).

Esse resultado único e glorioso seria devido à mentalidade especial dos europeus, simbolizada pelos mitos de Prometeu e do Fausto, exemplos de uma mentalidade inimiga do dogmatismo e esforçada em compreender o mundo para melhor agir sobre ele, o que caracterizaria a tendência para o raciocínio abstrato, o gosto pela superação, o desejo de progresso, "o senso agudo da liberdade e o respeito do individuo", que seriam exclusivamente europeus, pelo menos na sua origem. O raciocínio se apoiava numa suposta continuidade histórica linear e exclusiva entre a Grécia do século de Péricles e as potências europeias (ou "ocidentais") *qui est toute à demontrer*, suposição baseada num "milagre grego" fundador, de origem indeterminada, e também num igualmente suposto monopólio europeu da apropriação e

---

[521] John Hale. *La Civiltà del Rinascimento in Europa 1450-1620*. Milão, Arnoldo Mondadori, 1994, p. 9.

[522] Louis Rougier. *Le Génie de l'Occident.* Paris, Robert Laffont, 1969.

continuidade histórica do dito "milagre" (um termo de óbvia ressonância religiosa), que fez alguém chamar à primeira estrofe da *Ilíada* homérica de "primeira palavra da Europa".[523]

Émile Bréhier, num diapasão levemente diverso (e incorporando o cristianismo à linhagem histórica "europeia"), mas basicamente semelhante, definiu o helenismo, a lei romana e o cristianismo, como bases da "civilização europeia", ressalvando, porém, que eles foram preservados durante a Idade Média, não na Europa ocidental, mas no "oriental" Império Bizantino.[524] Para Louis Rougier, pagão (que não ateu), diversamente, a base da superioridade da civilização ocidental se encontraria na sua "convicção profunda de que a via da salvação reside no Conhecimento" (com "C") do qual Europa teria tido o monopólio moderno. O respeito do "indivíduo" na Europa, ressaltado por esses autores em contraposição às culturas "inferiores", só se firmou, por outro lado, no período das revoluções democráticas e dos "direitos do homem", depois de séculos de massacres internas e de falta de respeito "europeu" pelos indivíduos (e, sobretudo, as coletividades) do mundo não europeu, desrespeito que continuou bem depois de proclamados os direitos individuais na Europa.

A igualdade jurídico-formal dos cidadãos, base dos direitos individuais, foi introduzida paralela e internamente ao modo de produção capitalista através de duas determinações econômicas. Acima de tudo, na forma do mercado, essa igualdade aparece representada na troca que parece justa em cada mercado, e também no mercado de trabalho. Na *aparência* da produção, a mesma igualdade formal da troca econômica aparece na apresentação do trabalho como um "serviço" produtivo entre outros. A categoria de "serviço" atribuída ao trabalho, junto a homólogos serviços fornecidos pela terra e pelo capital, é realizada sem referência alguma à propriedade dos três "fatores de produção". Europa foi o berço dos "direitos humanos" por ter sido também o berço das modernas relações capitalistas e das aparências ideológicas que lhe são próprias. A "expansão europeia" foi *a forma* que adotou a tendência para a unificação geográfica e econômica (e depois política e social) do mundo.

Ela gerou a ideia da superioridade mundial europeia e/ou cristã e transformou-a em sua ideologia, transformada depois num anacronismo e, finalmente, em um preconceito ignorante, que abstraiu Europa da história para introduzi-la no *mito*, respaldado por alguns historiadores de destaque: "Europa encontrou na sua história tradições para responder à maior parte dos desafios do mundo moderno, incluso quando esses desafios adquiriram formas e potências até então desconhecidas. Desde o fim da Idade Média, Europa conheceu esse risco e desde então manifestou seus remédios. O contrapeso da ética (ciência sem conhecimento é a ruína da alma) e a subordinação da dimensão econômica e tecnológica à política no quadro do bem comum mantiveram em alta o orgulho *prometeico*".[525]

No mesmo registro, para Raymond Aron o ideal da modernidade foi "a ambição *prometeica* de sermos senhores e possuidores da natureza mediante a ciência e a técnica".[526] David Landes

---

[523] Peter Sloterdijk. *Colère et Temps.* Paris, Libella-Maren Sell, 2007, p. 9. O autor deveria levar em conta, pelo menos, que a Grécia de Homero não chegava só até o Bósforo; ela atingiu a Babilônia (o Iraque) e Persépolis (na Pérsia, o atual Irã), onde também deixou marcas de sua presença (e vice-versa)

[524] In: Basil Tatakis. *Op. Cit.*

[525] Jacques Le Goff. *L'Europa Medievale e il Mondo Moderno*. Bari, Laterza, 1994, p. 60. Para Le Goff, "Europa foi o berço original da razão na Grécia antiga".

[526] Raymond Aron. *Plaidoyer pour l'Europe Décadente*. Paris, Robert Laffont, 1977; obra onde o autor, curiosamente, qualifica de "mitos" as análises marxistas. Lembremos que na mitologia grega, o titã Prometeu roubou o fogo de Zeus e dos deuses olímpicos para dá-lo à humanidade, despertando a ira de Zeus, que pretendia manter sua ordem numa humanidade submissa. O castigo de Prometeu foi ser acorrentado a uma rocha, onde diariamente uma águia devorava seu fígado, que sempre se regenerava, num sofrimento infinito.

chamou o deslanche industrial europeu de "*Prometeu Desacorrentado*".[527] O apelo para um mito fundador como base para um processo histórico não é casual numa hipótese em que se prescinde de fundamento histórico comprovado. A insistência em uma espécie de força vital originada no mito (prometeico), ou em qualquer outra raiz "cultural", não faz jus ao esforço dos historiadores na elucidação da questão.

Na antiga "era do imperialismo" (1875-1914, aproximadamente) não houve a convergência entre a resistência dos povos coloniais e a luta do proletariado metropolitano, o que configurou uma hipoteca histórica que pesa até o presene. A maioria da classe operária das metrópoles achava que poderia tirar vantagens da conquista colonial (e, de fato, tirava-as, pelo menos suas camadas mais bem posicionadas, a chamada "aristocracia operária"). A maior parte da população dos países imperialistas acreditava que a dominação colonial era justa e até benéfica à humanidade, em nome de uma "ideologia do progresso" etnocêntrica, baseada na ideia de que existiam povos - os europeus - superiores aos outros; o racismo rasteiro e o darwinismo social pseudocientífico interpretavam a teoria da evolução a sua maneira, afirmando a hegemonia de alguns pela seleção biológica natural aplicada à sociedade.

De modo geral, com a consolidação social da forma capital na era dos monopólios, a visão mecanicista do mundo típica dos séculos XVII e XVIII foi sendo substituída pelo biologismo, que tendeu a substituir a mecânica estática através de formas de pensamento como a teoria organicista do Estado (de Herbert Spencer) e as diversas teorias raciais, assim como o darwinismo social, que justificava a subjugação de determinados povos por outros, tal como na natureza se passava com os seres vivos. Os Estados alimentavam um sentimento nacionalista que afetava não só a mentalidade coletiva dos povos subjugados a uma dominação estrangeira, mas também os Estados com uma população homogênea. Nestes últimos, essa ideologia traduzia-se pela vontade de afirmar o poder do Estado e de aumentar seu prestígio e influência no mundo. Os "darwinistas sociais" eram a variante mais resoluta daqueles que, com Herbert Spencer, transpunham para a sociedade as supostas leis da evolução biológica.

Presumiam, com essa base filosófica, que a sociedade estava condenada à luta eterna pela sobrevivência dos mais capazes: "Com o renascimento do estatismo, a ênfase da fórmula sincrética social-darwinista se deslocou da santificação da competição desregrada da economia e da política do *laissez-faire* para a justificação das lutas disciplinadas do imperialismo social, tanto a nível interno como externo. No final do século XIX, a luta organizada pela sobrevivência entre as nações eclipsou os conflitos desordenados no interior da sociedade. Essa transposição da disputa permanente da esfera nacional para a internacional coincidiu com uma grande transformação na concepção de mundo das classes dominantes e governantes: de um tradicionalismo confiante e flexível para um conservadorismo, para não dizer reação, pessimista e rígido".

Desse modo, "as antigas elites estavam preparadas para empregar a supremacia ressurgente da política exterior e imperial para reforçar suas posições internas. Apoiadas pela casta guerreira poderiam, até, se declarar especialmente qualificadas para dirigir a guerra de todos contra todos na arena mundial, onde a vitória militar constituiria a suprema prova de aptidão. A segunda metade do século XIX foi rica em lições para as poucas grandes potências determinadas a lutar pela supremacia, mais do que pela mera sobrevivência. A conquista das Alemanhas pela Prússia, a ascendência do Piemonte na Itália e o triunfo do norte na guerra civil americana haviam validado recentemente a lei dos fortes. Por sua vez, a derrota da França em 1870, a rendição da Espanha em 1898 e os malogros da Inglaterra na guerra dos bôers mostraram as consequências da fragilidade e decadência nacionais. Os conflitos sociais,

[527] David S. Landes. *Prometeu Desacorrentado*. Transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa ocidental, desde 1750 até nossa época. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1994.

outrora glorificados como fonte e sinal de vigor, agora eram acusados de roubar a força externa da nação".[528]

Por trás dessas manifestações ideológicas havia um processo econômico de consequências sociais e políticas que marcavam uma virada de época. A era da ilusão liberal do livre entrelaçamento econômico dos indivíduos foi substituída pela era das relações entre monopólios. O imperialismo caracterizou-se pela *produção multinacional*. A mistificação capitalista da livre concorrência entre indivíduos independentes cedeu lugar à produção em larga escala e à concentração e centralização de capitais. A absorção dos indivíduos às leis do modo de produção capitalista poderia (e deveria) agora exprimir-se diretamente como subordinação de uma classe a outra, não mais aparecendo como relação entre indivíduos singulares. A alteração sofrida pelo conceito de Estado acompanhou o fim do capitalismo da livre concorrência. No capitalismo monopolista a ideologia prevalecente passou a ser a que assegurava à própria nação o domínio internacional, "ambição esta tão ilimitada quanto a própria ambição do capital por conquistar o lucro".[529]

A chamada "diáspora islâmica" na Europa ocidental no segundo pós-guerra (já houvera uma "diáspora árabe" de caráter mundial desde o último quartel do século XIX, como parte do movimento migratório geral) não foi nenhum movimento de invasão islâmica da Europa, como parecem supor alguns ignorantes, senão a importação capitalista de mão de obra desqualificada, de origem árabe, asiática ou africana, para as necessidades de um período de expansão econômica com escassez de força de trabalho no Velho Continente, em grande parte motivada pelas pesadas perdas humanas impostas aos países europeus pela Segunda Guerra Mundial. As primeiras levas de imigrantes dessa origem, especialmente as originadas na África do Norte, não tinham nada de especificamente islâmico, ou até de especificamente religioso.

"Depois do fim do segundo conflito mundial, o desenvolvimento de um novo ciclo de migração no mercado internacional de trabalho foi estimulado pela recuperação da economia do mundo ocidental e pela afirmação de uma nova fase liberal nas políticas de imigração... A França, para favorecer a imigração, estendeu os direitos dos franceses aos habitantes das colônias, abrindo as portas para milhares de argelinos que ingressaram no país já antes de 1950. Mais ainda do que a França, a Grã-Bretanha favoreceu a circulação interna nos seus domínios coloniais para atrair a mão de obra necessária para as exigências econômicas do pós-guerra... A demanda por novos (trabalhadores) imigrantes foi ditada pela retomada econômica que experimentaram a França e outros países europeus entre 1950 e 1960 quando, além do relançamento da produção e da queda do desemprego, perfilou-se a redistribuição do consumo e a melhora do teor de vida que se transformaram em importante fenômeno também nos países da Europa

---

[528] Arno Mayer. *A Força da Tradição*. A persistência do Antigo Regime. São Paulo, Companhia das Letras, 1987. Não faltou ao darwinismo social uma expressão filosófica sofisticada, como constatou o mesmo autor: "O darwinismo social justificou mais do que provocou o realinhamento europeu quanto a perspectivas e políticas. Proporcionou um apoio pseudocientífico para as antigas classes dominantes e governantes que vinham se reafirmando. O darwinismo social se adequava à sua mentalidade elitista, onde a ideia de desigualdade estava profundamente enraizada. Em sua concepção, homens eram desiguais por natureza, e o mesmo ocorria quanto à estrutura da sociedade, para sempre destinada a ser dirigida pela minoria dos mais aptos a governá-la. O darwinismo social e o elitismo brotaram de um único e mesmo solo. Ambos desafiavam e criticavam o Iluminismo do século XIX, e mais particularmente as pressões pela democratização social e política. O termo *elite*, carregado de valores, só se definiu como tal de forma plena no final do século XIX, e recebeu sua mais ampla e corrente aceitação em sociedades ainda dominadas pelo elemento feudal. Mas, por toda a Europa, as teorias da elite espelhavam e racionalizavam práticas predominantes correntes, ao mesmo tempo em que serviam como arma na batalha contra o nivelamento político, social e cultural". Segundo o autor, Friedrich Nietzsche foi a expressão filosófica mais avançada dessa corrente.

[529] Rudolf Hilferding. *O Capital Financeiro*. São Paulo, Abril Cultural, 1983, p. 314.

meridional... O país que registrou o maior número de estrangeiros foi a Alemanha ocidental onde, no início dos anos 1970, os imigrantes já eram três milhões".[530]

Embora bastante marginalizados na vida sindical (pelas direções burocráticas dos sindicatos) e totalmente marginalizados da vida política, esses trabalhadores com baixos salários e piores condições de vida tiveram um importante papel nos momentos em que as mobilizações operárias superaram os marcos sindicais tradicionais, por exemplo, no maio francês de 1968. O bem conhecido antropólogo Claude Lévi-Strauss chegou, na década de 1950, a defender a utilidade da etnografia (reivindicando fundos estatais para a pesquisa etnográfica) argumentando sua utilidade para a integração da mão de obra estrangeira (principalmente norte-africana) na sociedade francesa.

Em 1970, quase um milhão de trabalhadores estrangeiros residiam na região parisiense: 40% trabalhavam na construção e trabalhos públicos; 20% nas indústrias mecânicas e elétricas, 14% em indústrias de baixa intensidade de capital; 11% em serviços domésticos; 10% na agricultura e nas florestas; 5% nas minas. Desses trabalhadores, 88% estavam registrados como serventes ou operários não qualificados; só 12% revistavam na qualidade de operários qualificados ou de empregados (estes eram só 1,5% do total).[531] 8,4% da população francesa ficou composta por imigrantes; seus filhos, por sua vez, perfazem 11% da mesma população. Um deputado da direita francesa chegou a criticar, na década de 1970 na Assembleia Nacional: "Os trabalhadores estrangeiros constituem uma mão de obra a baixo preço que limita o desenvolvimento da produtividade e mantêm artficialmente com vida empresas que já não merecem existir. Restabelecendo a igualdade dos salários, regressar-se-ia ao jogo normal da concorrência econômica".[532]

Ao todo, os imgrantes recentes (não só os muçulmanos) e seus filhos passaram a compor quase 20% da população da França (um percentual ainda maior se contabilizados os *sans papier*, os imigrantes ilegais) sendo os árabes (ou os cidadãos franceses de origem árabe) o contingente mais numeroso. A maioria dos imigrantes chegou à metrópole nas décadas situadas entre 1950 e 1970, quando as portas da França (e de outros países europeus) se abriram, em meio ao boom econômico de pós-guerra, para trabalhadores em setores com escassez de mão de obra pouco qualificada ou desqualificada, ou em serviços (limpeza, colheitas, serviços domésticos) que os franceses se recusavam, por variados motivos (salariais, em primeiro lugar, mas também pela "melhora no teor de vida") a executar. Mesmo quando seu nível cultural e até político era superior ao do trabalhador "nacional", esses trabalhadores foram vítimas de discriminação até pelos seus companheiros de classe, discriminação instigada pelo Estado, as patronais e muitas direções sindicais, como ficou bem exposto no romance *Élise ou la Vraie Vie*, de Claire Etcherelli (1967),[533] depois transformado em filme.

Os primeiros em chegar a Europa (os trabalhadores imigrantes estrangeiros) careciam de direitos políticos; os segundos (seus filhos e netos) os possuíram (limitadamente), mas foram objetos de discriminações cotidianas. A integração dos "OS" – peões de chão de fábrica – imigrantes na vida sindical, primeiro passo para sua integração na luta de classes e na vida social do país, foi limitada. As políticas das direções "socialistas" e "comunistas" da classe operária, que só os aceitaram como massa de manobra, e das burocracias sindicais, foram as principais responsáveis por isso. Empilhados em alojamentos precários (os *foyers Sonacotra*), vítimas de mil entraves burocráticos para reunir suas famílias no novo lar, inclusive depois de décadas de trabalho. Discriminados nas escolas, discriminados até nos bares, nos lugares de lazer, confinados em guetos. Os importadores de mão de obra barata, que acelerou a

---

[530] Paola Corti. *Storia delle Migrazioni Internazionali.* Bari-Roma, Laterza, 2009, pp. 84-91.

[531] Leon Gani. *Sindicatos e Trabalhadores Imigrados.* Lisboa, Prelo, 1976, p. 14.

[532] *Idem*, p. 425.

[533] Claire Etcherelli. *Élise ou la Vraie Vie*. Paris, Gallimard-Folio, 1967.

acumulação de capital e os lucros do capitalismo europeu nos "trinta anos gloriosos" (do capital), "esqueceram" (propositalmente) que não estavam importando apenas trabalho, mas pessoas, com cultura, desejos e aspirações próprias. Atender essas necessidades não dava lucro, apenas gastos.

População total e população muçulmana em países da União Europeia (cifras arredondadas, 2013)

País	**População**	**Percentual**
Alemanha	80.300.000	
Muçulmanos	4.100.000	5%
França	65.200.000	
Muçulmanos	4.700.000	7,5%
Reino Unido	63.400.000	
Muçulmanos	2.900.000	2,6%
Itália	60.200.000	
Muçulmanos	1.580.000	2,5%
Espanha	46.800.000	
Muçulmanos	1.020.000	2,3%
Polônia	38.500.000	
Muçulmanos	300.000	0,7%
Romênia	20.000.000	
Muçulmanos	67.000	0,3%
Holanda	16.000.000	
Muçulmanos	910.000	5,5%
Grécia	11.100.000	
Muçulmanos	520.000	4,7%
Portugal	10.500.000	
Muçulmanos	60.000	0,6%
Bélgica	11.100.000	
Muçulmanos	450.000	4,7%
República Tcheca	10.500.000	
Muçulmanos	10.000	0,1%
Hungria	10.000.000	
Muçulmanos	32.000	0,3%
Suécia	9.400.000	
Muçulmanos	320.000	3,5%
Áustria	8.400.000	
Muçulmanos	450.000	6%
Bulgária	7.300.000	
Muçulmanos	500.000	7%
Noruega	4.900.000	
Muçulmanos	98.600	2%
Croácia	4.200.000	
Muçulmanos	62.000	1,5%
Dinamarca	5.500.000	
Muçulmanos	220.000	4%
Eslováquia	5.400.000	
Muçulmanos	10.000	0,2%
Finlândia	5.400.000	
Muçulmanos	40.000	0,8%
Irlanda	4.500.000	
Muçulmanos	40.000	0,9%
Lituânia	3.000.000	
Muçulmanos	40.000	1,3%
Luxemburgo	500.000	
Muçulmanos	10.000	2%

Não foi na geração dos trabalhadores "importados", mas naquela de seus filhos e até de seus netos, que o islamismo religioso e político, especialmente nas suas variantes extremas ou "fundamentalistas", começou a recrutar adeptos na Europa, especialmente na França e na Bélgica. Mas só se recruta onde há bases para esse recrutamento; França era um território privilegiado para isso. Pais árabes sem religião (ou não praticantes) passaram não raro a ter filhos islâmicos praticantes. A catalogação oficial da população europeia por religião, como é realizada habitualmente, nada tem de "laico", pois sobrepõe a noção de religião (que tem a ver com a consciência individual) à noção universal de cidadania.

A revolta dos *beurs* (jovens franceses de origem árabe) deu, para Thomas Sowell, entre outros ideólogos liberais, o pretexto para o novo tom na criminalização da protesta social, o da xenofobia: "Enquanto o Dr. Dalrymple chama essa população islâmica de 'bárbaros', um ministro francês a chamou de 'escória', o que provocou, contra ele, uma indignação instantânea, incluindo críticas de, pelo menos, um seu colega de gabinete. Esses escrúpulos nas palavras e nos atos e a recusa em enfrentar as óbvias realidades constituem a maior parte do pano de fundo que possibilita a ruptura da lei e da ordem e a consequente degeneração social. Nada disso é peculiar à França. É um sintoma comum da fuga da realidade e das duras decisões que ela exige, não somente na Europa, mas também nas sociedades derivadas do continente europeu, como o Canadá, a Austrália, a Nova Zelândia – e os EUA. Os países europeus, especialmente, têm escancarado suas portas a um amplo influxo de imigrantes islâmicos que não têm nenhuma intenção de se tornar parte das culturas dos países que os acolhem, mas objetivam recriar neles suas próprias culturas. Em nome da tolerância, esses países têm importado intolerância, da qual o crescente antissemitismo, na Europa, é apenas um exemplo. Em nome do respeito a todas as culturas, as nações ocidentais têm recebido indivíduos que não respeitam nem as culturas, nem os direitos das populações no seio das quais eles se estabelecem".[534]

A "islamização" de contingentes populacionais descendentes de árabes (ou turcos) na Europa correspondeu, e refletiu, a ascensão do islamismo nas suas nações de origem. Qual foi a origem deste fenômeno? Sami Naïr buscou, em 1997, uma explicação: "No sul do Mediterrâneo, nos anos 1960 e 1970, foi o Estado que conduziu a modernização. O mercado o deslocou, é daí que provêm as profundas mudanças na estrutura social e na base do poder político, em benefício de novas burguesias. Essa evolução pode desaguar em três cenários: democracias de elite, populismo religioso ou ditaduras militares. Em todos os casos, o desemprego e a exclusão alimentam a ascensão do islamismo".

O autor verificava que a "nova burguesia" árabe tinha sua origem na burocracia estatal engendrada pelas revoluções nacionalistas precedentes, configurando elites tecnocráticas recicladas em classes capitalistas, em especial no Marrocos, Argélia, Tunísia, Egipto e Síria, elites "articuladas com o capitalismo privado e com o setor informal, onde privilégios e tráficos de influência são sinônimos". O capitalismo "informal" (frequentemente criminal) teve um efeto destrutivo das estruturas precedentes: "O cenário populista religioso implica a transição para a economia de mercado num contexto de abalos das estruturas de poder. O exemplo iraniano mostrou uma via: foi a desagregação do sistema de poder, devida à decomposição da antiga coesão das elites, a que tornou possível a vitória de Khomeini. Esssa situação pode se reproduzir na Argélia, no Egito e provavelmente no Marrocos. Poder-se-ia assistir à emergência de uma aliança entre elites declassificadas surgidas das camadas intermediárias, e camadas marginalizadas, sobre a base do modelo argelino. Isso não significa o bloqueio da transição para uma economia de mercado. Os populismos religiosos conservadores podem ser

[534] *The Thomas Sowell Reader*. Nova York, Basic Books, 2011.

uma variante radical e mais segura dela (Irã). O preço a ser pago, a mudança de grande parte das elites dirigentes, é muito caro para os Estados existentes".[535]

O preço foi muito maior do previsto. A luta pelo poder no mundo islâmico e nas comunidades dessa origem além-fronteiras descambou para guerras civis e até para um terrorismo internacional. As comunidades de origem árabe ou islâmica no exterior passaram também a ser teatro dessa luta pelo controle social e o poder político. Como se vê na tabela reproduzida na página precedente, Europa voltou a ser (em parte) "árabe", ou turca, só que desta vez "por baixo", a partir das camadas sociais mais desfavorecidas, embora sejam notadas mudanças recentes a respeito: pequenos setores sociais de origem árabe ascenderam socialmente, mudando a composição profissional desse setor (os "empregados" cresceram muito mais que a mão de obra desqualificada). A crise econômica, no entanto, provocou um retrocesso: as taxas de desemprego no setor de trabalhadores de origem muçulmana são bem maiores do que as taxas médias na população total. Enquetes e sondagens revelaram que as respostas afimativas às assertivas "os muçumanos ameaçam a segurança nacional", "sou contrário a que meu filho(a) contraia matrimônio com um(a) muçulmano(a)", "tenho uma opinião defavorável sobre os muçulmanos", "os muçulmanos não respeitam as outras culturas", oscilavam entre 30% e 60%, percentuais altamente significativos, nos principais países europeus.[536]

O responsável da mesquita frequentada pelos irmãos Kouachi (*franceses* de origem árabe autores dos assassinatos na redação do *Charlie Hebdo* em janeiro de 2015) se lembrou deles como discretos e calados, usando roupas "ocidentais", mas se exaltando (contra) quando na mesquita foi feito um chamado a participar da vida política do país, nas eleições francesas. Estrangeiros no país em que nasceram e se criaram. Fracasso da badalada "sociedade multicultural", da "tolerância entre culturas"? Mas a própria noção de "tolerância" não implica que haja "tolerantes" e "tolerados", isto é, opressores e oprimidos? Quem é que quer ser apenas "tolerado" durante toda uma vida? Alguns setores da vida do país se abriram para os árabes-franceses, nos esportes e em especial na cultura; alguns franceses passaram a apreciar a música árabe. O rap franco-árabe conquistou algum lugar nas paradas de sucesso. Mas foi pouco, foi lento, e a máquina trituradora da sociedade de classes continuou a funcionar com muito maior rapidez e eficiência.

A crise econômica e o "desemprego estrutural", a partir de meados da década de 1970 e enormemente desenvolvido depois, completaram a catástrofe. "*Les Français d'abord*" não foi só um slogan de partidos de extrema-direita (depois, apenas de direita), mas também uma frase que se ouvia com demasiada frequência nas filas das agências oficiais de emprego e de pagamento do seguro-desemprego.[537] E a esmola oferecida aos desempregados crônicos passou a ser chamada, quando concedida a trabalhadores estrangeiros, de aproveitamento parasita por parte destes dos impostos pagos pelos "honestos franceses (ou europeus)".

A extrema direita xenófoba (no início, também explicitamente antissemita) pulou gradativamente de menos de 1% para mais de 20% dos votos, obtidos inclusive entre os setores mais pobres dos antigos eleitorados socialista e comunista. Mas o próprio PCF tinha lhe aberto o caminho; seu secretpario-geral Georges Marchais escrevia, em 1981: "É preciso brecar a imigração, legal ou clandestina. É preciso resolver o problema provocado na vida local francesa pela imigração, que agrupa em ghettos trabalhadores e famílias com tradições, línguas e maneiras de viver diferentes. Isto cria tensões e até choque entre imigrantes de países diversos, e torna difícil sua relação com os franceses. Quando sua concentração (dos

[535] Sami Naïr. Porquoi cette montée de l'islamisme? *Le Monde Diplomatique*, Paris, agosto 1997.

[536] Katy Sian et al. *Racism, Governance and Public Policy*. Londres, Routledge, 2012.

[537] Mezioud Oublamer. *Le Cauchemar Imigré*. Paris, Lebovici, 1986.

imigrantes) cresce, a crise de alojamento (geral) se agrava".[538] Segundo o máximo dirigente "comunista", os imigrantes ocupavam espaço dos franceses e ofendiam sua cultura...

Fracasso do sistema educacional francês (ou europeu) em integrar comunidades de origem alógena aos valores e tradições republicanas da França, inclusive quando já se encontram na sua terceira geração de descendentes de estrangeiros (principalmente árabes) nascidos no país? Valores que integram, por exemplo, a invasão napoleônica do Egito, em 1798 (as peças arqueológicas e obras de arte roubadas na empreitada enfeitam até hoje o Museu do Louvre e o Museu Britânico, em que pesem as reclamações dos governos egípcios). A colonização da África do Norte pelos franceses, a partir de 1830. As aventuras coloniais africanas de Napoleão III. A corrida às colônias de franceses (e outros países europeus) na África e na Ásia, na passagem do século XIX para o século XX.

E, no século XX, os acordos Sykes-Picot que dividiram Oriente Médio ao sabor dos interesses das potências colonialistas europeias. A repressão sangrenta da revolta encabeçada por Abdelkrim no Marrocos (Riff) franco-espanhol, na década de 1920, realizada pelo marechal Pétain, o mesmo que entregou depois a França aos nazistas. O uso das "tropas coloniais" para as tarefas mais sujas, podres e perigosas, como a ocupação do Rühr alemão (1923), ou na Segunda Guerra Mundial. A "guerra suja" de França contra a luta pela independência da Argélia, modelo das ditaduras latino-americanas. O bombardeio massacrador de Sétif e Guelma, com 50 mil mortos, ordenado pelo governo republicano e "socialista" de Guy Mollet. O massacre de manifestantes pela independência argelina no metro Charonne, em 1962, com suas dezenas de mortos e feridos, ordenado pelo prefeito parisiense Maurice Papon (depois julgado por crimes de guerra e colaboracionismo com os nazistas). E, como dizem os franceses, *j'en passe* (os massacres no Chade e em Ruanda, a intervenção na Líbia, a intervenção "anti-islâmica" no Mali)... Como "integrar" as vítimas às tradições e valores de seus açougues?

Para não deixar dúvidas acerca da natureza da ofensiva estatal, o governo francês votou uma lei em 23 de fevereiro de 2005, cujo artigo quarto afirmou que o sistema educacional (o ensino de História nas escolas) deveria sublinhar o "papel positivo" da colonização francesa (lei também votada pela bancada parlamentar da esquerda!). Junto à lei, associou-se um projeto de Memorial, em Marselha, um plano municipal fomentado por associações de repatriados, ao qual se associou o governo, mediante um projeto de lei ante a Assembleia Nacional, que afirmava: "Durante sua presença na Argélia, Marrocos, assim como nos territórios postos sob a sua soberania, foram múltiplas as contribuições francesas nos âmbitos científicos, técnicos, administrativos e também linguísticos (sic!). [...] Para o Estado francês constitui um dever reconhecer a obra positiva de nossos compatriotas nesses territórios: essa será a principal vocação do Memorial da França de Ultramar".

Os "civilizadores" franceses teriam "ensinado" aos "bárbaros" árabes a se exprimir numa língua "civilizada". Afirmava-se também a necessidade de "promover a obra coletiva da França de Ultramar", retomando o vocabulário e, sobretudo, a argumentação dos slogans imperiais, articulados em torno à missão civilizadora, e à revalorização da grandeza nacional. O ressurgimento da mitologia da epopeia colonial era total: "França pedira aos seus filhos mais intrépidos que assegurassem a sua expansão no além-mar: fizeram-no com coragem, com entusiasmo, com tenacidade. Se aproveitaram as terras, se combateram as doenças, se promoveu uma real política de desenvolvimento".[539]

O caráter primário do argumento do "choque das civilizações" não impediu que ele ostentasse defesas e defensores supostamente "sofisticados". Na Europa e nos EUA se transformou em

---

[538] Yves Coleman. Front National et classe ouvrière française. *Ni Patrie ni Frontières* nº 54-55. Paris, fevereiro 2016.

[539] Sandrine Lemaire. Una ley que viene de lejos. *Le Monde Diplomatique / El Dipló*, Buenos Aires, janeiro de 2006.

efêmero best-seller um trabalho de um professor israelense do King´s College de Londres. A linha-mestra defendida pelo historiador resumiu vulgaridades já amplamente difundidas pela grande mídia: "O islamismo sempre teve como projeto sua própria expansão, e isso desde os dias do profeta Maomé. Algo parecido aconteceu por muito tempo com o cristianismo, mas o cristianismo conseguiu, há dois séculos, separar Estado e religião, o que não ocorreu, exceto em raros exemplos, no mundo islâmico... Se o islamismo separasse Estado e religião, ele seria um fenômeno completamente diferente. Nessa outra configuração, o sentimento religioso se tornaria um assunto da esfera pessoal. Mas, no caso islâmico, a esfera é pública, há uma vontade coletiva de dominação política sobre os não conversos".

Mas, como explicar a luta política dentro do Islã? Seria essencialmente política ou religiosa? "É essencialmente política, mas a frequência com que isso ocorreu ao longo dos séculos foi sempre marcada por uma dimensão paralela fortemente religiosa. Há uma imagem idealizada que o mundo islâmico sempre fez de si mesmo: a religião deve se expandir, mas as pessoas que professam a fé não devem se confrontar. Mas a história demonstra que os conflitos internos sempre existiram de modo agudo. Esses confrontos não eram apenas religiosos. Tinham como pano de fundo a dimensão material e política da luta pelo poder... O Hezbollah é uma extensão política do Irã. A Revolução Islâmica de 1979 tinha essa mistura primordial de política e religião. Seu dirigente espiritual, o aiatolá Ruhollah Khomeini, reiterou seu propósito de espalhar o islamismo. Foi por isso que o Irã entrou em guerra com o Iraque e tentou desestabilizar todo o Oriente Médio. O Irã não concretizou integralmente seu projeto expansionista. Mas hoje em dia o Hezbollah é parte importante desse processo".

Mas o Hamas, outro grupo "radical", não é xiita, mas sunita: "O Hamas é uma extensão da Irmandade Islâmica [do Egito]. A linguagem dos dois grupos é a mesma. O território de Israel é qualificado de islâmico, não de palestino. O Hamas e a Irmandade se referem a uma espécie de república islâmica planetária".[540] Toda a história fica reduzida ao "discurso"; seus componentes econômicos, sociais, políticos, ficam minimizados, transformados em uma alavanca secundária da ideologia. E esta, por sua vez, ficaria limitada à sua dimensão religiosa, reduzindo-se, no caso, ao confronto entre a riqueza e diversidade do judeu-cristianismo, que teriam lhe permitido se acomodar (ou até parir, o que já seria completamente descabelado) a democracia e o Estado de direito, em face da pobreza e homogeneidade do islamismo, que seria historicamente incapaz do mesmo feito imaginário. Devido ao suposto "imobilismo islâmico", os países árabes se encontrariam hoje na mesma situação do século VII (mas com telefones celulares e foguetes), não tendo passado por guerras de conquista, submissão colonial, revoluções e contrarrevoluções, mudanças econômicas drásticas, uma variada história política, enormes desenvolvimentos (e também retrocessos) culturais.

Nesse marco ideológico, as medidas estatais "em defesa do laicismo" na Europa apelaram para supostos valores "eternos" das democracias, esquecendo o caráter imperialista e opressor do secularismo nos Estados que deixaram atrás faz muito tempo sua época de formação nacional e de combate contra o clero, transformando-se em Estados opressores de nações e nacionalidades. A neutralidade religiosa nos Estados imperialistas, ao igual que ocorre com a democracia nesses mesmos Estados, tem um conteúdo opressor. É uma arma de combate, não contra o clero e o obscurantismo clerical, mas contra o ateísmo e a ciência crítica. É também um instrumento das confissões dominantes das nações opressoras contra as confissões das nações oprimidas.

O secularismo ocidental escamoteia os laços entre os Estados e a igreja histórica oficial de seus países, assim como com o Vaticano quando se trata de países católicos. Dada a hegemonia do capital financeiro, esses laços são mais estreitos na atualidade do que na época em que ainda não se havia sancionado a separação da Igreja do Estado. Toda uma gama de corporações e

[540] Efraim Karsh. *Islamic Imperialism: a History*. Nova York, Yale University Press, 2005.

fundações, que financiam o progresso do clero cristão no campo da educação e da cultura e da assistência social, passaram a funcionar como garantia da relação estreita e crescente entre o clero oficioso da Europa e dos EUA e o “Estado democrático”.

A ofensiva político-estatal francesa iniciada, de modo claro e aberto, na última década do século XX, contra os jovens e trabalhadores não incluídos nas religiões estabelecidas, em especial contra os jovens de obediência muçulmana, virou uma ferramenta do capital contra a unidade entre os diversos setores do proletariado e reforçou a tendência comunitarista entre quem não comungam com a religião “oficial”, supostamente “majoritária”, a cristã ou católica. Os Estados imperialistas laicos passaram a se valer da neutralidade religiosa, não como um meio de luta contra o obscurantismo, mas contra o ateísmo e o comunismo. A circunstância de que essa neutralidade pudesse entrar em conflito com tendências confessionais extremas não atenuava em nada o fato de ser um meio de dominação cultural e político da burguesia imperialista e inclusive da religião oficial, através do apoio que recebe do capital financeiro.

Cenas de caça num bairro árabe de París, década de 1960

A mesma finalidade de divisão da classe operária expressou, em especial nos países imperialistas ou desenvolvidos, a promoção do "multiculturalismo" por parte do Estado, alegando a necessidade de proteger as "diversidades" étnicas ou religiosas. Pretende-se, na realidade, confinar aos trabalhadores imigrantes e a seus descendentes em uma sorte de guetos, controlados por uma burocracia tutelada pelo Estado, e dissimular deste modo a brutal discriminação de que são objeto tanto desde o ponto de vista dos direitos formais como das condições sociais. A classe operária dos países imperialistas só poderia fortalecer os laços com os trabalhadores de obediência muçulmana mediante a luta de classes em comum contra o capital, e a valer-se dessa luta e da organização que ela exige para se emancipar a si próprios de toda forma de obscurantismo religioso, em primeiro lugar contra a igreja dominante, e de toda dominação clerical comunitária.

No esteio da onda “multiculturalista”, o secretário geral da ONU, Kofi Annan, decidiu entrar na polémica, propondo uma “aliança das civilizações”: “No momento em que as migrações internacionais levam um número sem precedentes de pessoas das mais diversas religiões e

culturas a viver lado a lado, os radicalismos e estereótipos que sustentam a ideia de "choque das civilizações" são cada vez mais propagados. Alguns grupos parecem impacientes para fomentar uma nova guerra de religiões, desta vez em escala mundial. E a indiferença ou até mesmo desprezo que os outros manifestam em relação a suas crenças ou símbolos apenas lhes facilita a tarefa. Em suma, a ideia de uma aliança das civilizações não poderia chegar em melhor hora, visto que não vivemos em mundos diferentes, como acontecia com nossos ancestrais. As migrações, a integração e a técnica têm aproximado as diferentes comunidades, culturas e etnias, fazendo cair velhas barreiras e desvendando novas realidades. Nós vivemos como jamais seria possível antigamente, lado a lado, submetidos a várias influências e ideias diferentes.

“A demonização do "outro" revelou-se o caminho mais fácil. Neste século XXI, continuamos reféns de nossa própria percepção da injustiça e de nossos direitos. Nosso discurso tornou-se a nossa prisão. Para muitas pessoas ao redor do mundo, em particular os muçulmanos, o Ocidente é uma ameaça a suas crenças e valores, interesses econômicos e aspirações políticas. Qualquer prova em contrário está condenada ao desdém e ao descrédito. Do mesmo modo, muitos ocidentais consideram o Islã como uma religião de extremismo e violência, mesmo sabendo que os dois mundos mantêm há muito tempo relações nas quais o comércio, a cooperação e as trocas culturais têm ocupado um lugar no mínimo tão importante quanto o dos conflitos. É imperativo que vençamos estes ressentimentos. Para começar, deveríamos reafirmar e provar que o problema não é o Corão, a Torá ou a Bíblia; que o problema não é a fé, mas os crentes e a maneira como eles se comportam com relação ao outro. Deveríamos dar prioridade aos valores de base comuns a todas as religiões, ou seja: a compaixão, a solidariedade, o respeito ao ser humano, a regra de ouro "não faça ao próximo o que não gostaria que fizessem com você". Ao mesmo tempo, deveríamos nos recusar a formar a imagem de um povo, de toda uma região ou de toda uma religião tendo como base apenas os crimes cometidos por indivíduos ou pequenos grupos”.

O diapasão do bom senso e a exaltação da alteridade (ressaltando significativamente, no autor citado, seu valor comercial) não conseguem, no entanto, anular a dura realidade dos interesses estatais-nacionais e de classe. Pois foram eles os que levaram, de modo paralelo e contraditório, à imigração massiva e à xenofobia, contra as quais Annan propôs o que segue: “Nós conhecemos todas as vantagens que os imigrantes podem trazer à sua nova pátria, não somente enquanto trabalhadores, mas também enquanto consumidores, empreendedores e produtores de uma cultura mais rica e diversa. Mas estas vantagens não são repartidas de maneira justa e nem sempre são avaliadas pelo seu justo valor pela população local, onde grande parte tende a considerar os imigrantes como uma ameaça a seus interesses materiais, à sua segurança e a seu modo de vida ancestral. Particularmente na Europa, os governos têm demorado a compreender que é necessário elaborar estratégias para integrar os recém-chegados e seus filhos dentro da sociedade local. Esses governos esperam que os novos consumidores se conformem a uma visão estática da identidade nacional do país, em vez de aceitar repensar em que medida os valores e a cultura devem ser compartilhados pelas diferentes comunidades que vivem juntas num Estado democrático. Deste modo, a Turquia encontrou muitos obstáculos no caminho da adesão à União Europeia, por trás dos quais é possível com frequência perceber um senso de identidade europeia que exclui os muçulmanos implícita ou explicitamente.

“Muitos imigrantes de segunda ou terceira geração cresceram em guetos, deparando-se com índices de desemprego elevados, pobreza relativa e criminalidade. São tratados por seus vizinhos, que se dizem "de boa família", com uma mistura de medo e desprezo. Desaprender a intolerância é, em parte, uma questão de proteção jurídica. Faz muito tempo que o direito à liberdade de religião e o direito de não ser objeto de discriminação por motivo de religião é consagrado pelo direito internacional e têm sido incorporados no direito interno. Qualquer

estratégia que vise estabelecer pontes deve depender fortemente da educação – não somente sobre o Islã e o cristianismo, mas sobre todas as religiões, tradições e culturas, de maneira que os mitos e distorções possam ser percebidos como tais".

Aliança das civilizações ou aliança das religiões? Todas elas seriam, para Annan, boas e bondosas na sua essência. Com certeza, todas prometem o céu àqueles que forem bem comportados diante do sofrimento material e da humilhação moral. Esquivava-se o fato de que a questão étnica, civilizacional e religiosa passou a ser usada em grande escala na Europa (e também nos EUA, com os trabalhadores negros e os de origem "latina") como fator de divisão da classe operária e de promoção da repressão estatal. Foi uma crítica centrada nesta questão a que faltou à maioria dos críticos da teoria do "choque as civilizações", Annan incluído (e em destaque, devido ao seu cargo). Um dos primeiros críticos de Huntingon, Edward Saïd, apontou que esse autor queria fazer das "civilizações" e das "identidades" aquilo que elas não eram: entidades fechadas, seladas, expurgadas das miríades de correntes e de contracorrentes que percorrem e animam a história humana, e que fizeram com que ao longo dos séculos a história ficasse repleta não só de guerras de religiões e de conquistas imperiais, como também de trocas, de fertilizações cruzadas e de partilhas.[541]

Sem deixar de reconhecer (pelo menos parcialmente) isso, o historiador francês Jean-Paul Roux, num livro modestamente dedicado "a Deus", em que focalizou o que seria para ele um fato inapelável, a existência uma guerra sem interrupções entre o Islã e a cristandade, desde 622 até o presente, criticou a hipocrisia daqueles que chamam de "integristas" (ou de "fundamentalistas") "pessoas que são simplesmente muçulmanos matando e morrendo pelo que estimam serem seus direitos, sua liberdade, suas tradições, sua fé... Que seja reconhecido ou não, o Ocidente está em estado de guerra contra os muçulmanos, isto é, contra o Islã. Porém, em todos os discursos oficiais, na mídia, na opinião pública, se proclama estima e amizade pela religião e pelo mundo islâmico, e se fazem esforços para dá-lo a conhecer e por fazê-lo admirar".[542]

Nesse suposto confronto mortal, a vantagem estratégica do Islã seria óbvia (a vantagem de fazer a guerra voluntariamente contra quem não quer ou sequer pensa em fazê-la). A história do mundo moderno, ou de uma parte substancial deste (Europa, América, África e parte da Ásia), seria, nessa versão "histórica", a história das religiões e das suas guerras mútuas, com um conflito dominante (Islã *versus* Cristianismo), uma tese que ainda espera seus críticos radicais. Supostos especialistas, às vezes até de origem árabe, alimentam a fogueira com descobertas do tipo "a violencia no Islã é uma realidade, tanto no texto (do Alcorão) como na história, como eles a representam (para si próprios)".[543] É mais do que óbvio que o mesmo se pode dizer de todas as outras religiões, especialmente monoteístas (a começar pelo bíblico "olho por olho, dente por dente", do Antigo Testamento, base comum de todas). E de pouco vai adiantar se opor à escalada "intolerante" em nome da simples constatação de que "Europa recebeu a herança antiga através da mediação da cultura arabo-islâmica. Em muitos lugares o Islã se encontra entrelaçado com o Ocidente cristão e com o mundo hebreu. Nada é mais errado do que contrapor a herança europeia ao Islã".[544]

Não é verdade, por outro lado, que o Ocidente cristão fizesse hodiernamente vista grossa para essa suposta "guerra multissecular". Presidente durante 25 anos da Inquisição (Congregação

---

[541] Edward Saïd. O choque de ignorâncias. *Folha Online*, São Paulo, 17 de outubro de 2001.

[542] Jean-Paul Roux. *Un Choc de Religions*. La longue guerre de l'islam et de la chrétienté. Paris, Fayard, 2007, p. 11.

[543] Abdelwahab Meddeb (entrevista). L'islamisme est la maladie de l'islam, mais les germes sont dans le texte. *Libération*, Paris, 23 de setembro de 2006. Do mesmo autor, ver: *La Maladie de l'Islam*. Paris, Seuil, 2002.

[544] Ulrich Beck. I diritti nell'era del mondo globale. *La Repubblica*, Roma, 1° de novembro de 2006.

hoje chamada "da Doutrina da Fé"), o papa Ratzinger deixou a Igreja Católica sob controle de seus núcleos mais regressivos, e condenou o Islã "porque não está inserido no espaço de liberdade da sociedade plural". Um das primeiras medidas do "infalível" foi exilar no Egito o bispo Michael Fitzgerald, o perito maior no Islã de Vaticano, e tirar a autonomia do Conselho para o Diálogo Interreligioso, que Fitzgerald dirigiu. Tentou impedir a entrada da Turquia para União Europeia, porque não era um país de fé cristã. Para que não restassem dúvidas, Ratzinger-Bento XVI deixou claro que "a relação com as outras religiões só seria construtiva se se despejase toda ambiguidade", o que se conseguiria "afirmando a fé em Cristo como único Salvador de todos os homens", e reafirmando "que a única salvação se encontra no cristianismo", devendo-se "reafirmar a supremacia do catolicismo sobre as outras denominações".[545] Isto foi dito em um Ateneo dos Jesuitas, na Universidade Gregoriana de Roma.

Edward Saïd

O pseudo laicismo europeu virou um aliado do belicismo católico, definindo que o Estado não poderia tratar outras tradições do mesmo modo que "àquela religiosa, milenar e majoritária, representativa do povo, transformada em cultura, hábito, e *religião civil* (sic). O crisitianismo não é, entre nós, uma religião entre outras, pois permeia a nossa história… o ódio anti-cristão dos velhos ateus iluministas da-se a mão com o ódio islâmico pela nossa religião".[546] A solução seria, nesse caso, transformar o cristianismo em religião de Estado no Ocidente? Não haveria "diálogo das civilizações" possível com quem coloca o reconhecimento da própria superioridade religiosa como condição prévia do "diálogo". Os Estados ocidentais, por outro lado, passaram a aceitar os aspectos mais reacionários da tradição jurídica islâmica ao admitir que a poligamia (baseada na negação do livre albedrio feminino) ou o repúdio matrimonial exclsuivamente masculino pudessem ser aceitos nos tribunais ocidentais na medida em que os

[545] In: Marco Politi. "Sì al dialogo tra le religioni, ma evitare l'ambiguità". *La Repubblica*, Roma, 4 de novembro de 2006.

[546] Marcello Veneziani. Ma la nostra è una società laica sì o no? *E Polis Roma*, 17 de outubro de 2006.

residentes estrangeiros já tivessem se submetidos a essas normas em seus países de origem (uma "prova" que pode ser facilmente falsificada).[547]

Edward Saïd, árabe palestino radicado no Ocidente, como a maioria dos críticos progressistas de Huntington, se limitou a criticar a imprecisão, o anacronismo e a inexatidão histórica da tese do "choque civilizacional", sem apontar e esmiuçar sua base *ideológica*, nem seus objetivos históricos e políticos (ou seja, seus objetivos *de classe*). Nem, ainda, suas limitações e contradições político-ideológicas incontornáveis. A pseudo-teoria do "choque das civilizações" deu uma expressão ideológica precária e frágil (para dizer o mínimo) a uma direita neoconservadora (os *neocons*) norte-americana e europeia, chegada ao governo em diversos países, que jogou sim um balde de água gelada nos alegres apóstolos da "globalização" e do "fim da história", ao sublinhar a sobrevivência de conflitos de alcance histórico, que Fukuyama e seus epígonos consideravam superados ou ultrapassados;[548] mas que, na primeira década do século XXI, embora dotada de meios militares sem paralelo na história, revelou-se incapaz, como veremos, de destruir aquilo que, em tese, seria a expressão mais clara e violenta de seu inimigo declarado, o terrorismo suicida de suposta inspiração islâmica.

Na verdade, "os processos comumente definidos como 'globalização contemporânea' são uma reproposição dos processos de integração global que caracterizaram a fase do imperialismo europeu maduro... O fato de que os jovens do Oriente Médio amem Britney Spears ou os Simpsons não significa que aceitem as políticas americanas e europeias que danificam os interesses e a cultura dos seus países. Erram os promotores da *network* rádio-TV árabe financiados pelos EUA que acreditam poder 'abrir' as mentes dos jovens árabes transmitindo música pop americana entremeada de noticiários de imparcialidade duvidosa. Como podem pensar que os jovens egípcios encorajem ou esqueçam as políticas norte-americanas no Iraque, na Palestina e nos regimes opressivos da região só porque escutam uma rádio norte-americana? Os políticos norte-americanos e seus aliados das multinacionais midiáticas parecem crer que o sucesso da expansão de sua cultura [popular] lhes fará amar suas políticas. A maior parte dos jovens árabes não tem nenhum conflito cognitivo quando ama Justin Timberlake e ao mesmo tempo odia George W. Bush".[549]

A contradição, o conflito, está em realidade no campo imperialista ocidental (norte-americano ou europeu). Em 2003, depois dos atentados de Nova York e das ocupações do Afeganistão e do Iraque como parte da chamada "guerra infinita", Robert Kagan, politólogo norte-americano, apresentou uma "original" tese sobre os "dois Ocidentes": a "poderosa" América do Norte e a "fraca" Europa. Kagan afirmava que os europeus se encontravam "fora da história", pois estavam muito presos aos obsoletos valores "tolerantes" do Estado de Direito.[550] Consoante, Dan Fried, assistente do secretário de Estado norte-americano para assuntos europeus e da Eurásia, afirmou que os Estados Unidos "enfrentavam uma nova ameaça" e cada um devia compreender que "o sistema legal atual é incompatível com a nova batalha que exige esta guerra".

---

[547] Jocelyne Cesari. *Musulmani in Occidente*. Florença, Vallecchi, 2005, p.94.

[548] Francis Fukuyama. *The End of History and the Last Man*. Nova York, Avon Books, 1992. A tese bombástica de Fukuyama pretendeu partir de Hegel, ou melhor, do comentário deste feito pelo filósofo franco-russo Alexandre Kojève, que situou o centro da filosofia hegeliana nas noções de satisfação e reconhecimento. Para Hegel o "fim da História" teria sido atingido em 1804, com a batalha de Iéna (vitória napoleônica sobre as tropas prussianas), que marcaria a vitória definitiva do Estado liberal, como "estado de reconhecimento universal" (dos indivíduos entre si). Fukuyama corrigiu Hegel, cronologicamente, situando esse fim quase dois séculos depois, com o "fim do comunismo" em 1989 (queda do Muro de Berlim).

[549] Mark LeVine. *Op. Cit*., p. 167.

[550] Robert Kagan. *La Puissance et la Faiblesse*. Paris, Plon, 2003.

Essa argumentação foi retomada por parlamentares e políticos norte-americanos. Giorgio Agamben definiu a partir dela a existência de uma tendência do Estado para usar dispositivos "legais" para suprimir os limites da sua atuação, ou seja, a própria legalidade, e os direitos dos cidadãos: "O estado de exceção apresenta-se como a forma legal daquilo que não pode ter forma legal".[551] Um poder além de regulamentações e de qualquer controle, que para Agamben já não era mais excepcional, mas sim o padrão de atuação normal dos Estados contemporâneos. Já não estávamos mais diante de um "choque de civilizações" (Ocidente *versus* Islã), mas também diante de um "choque de civilizados" (EUA *versus* Europa), o que significaria a possibilidade da multiplicação infinita dos "choques", isto é, a implosão da suposta "civilização". Embora ultrarreacionária em seus objetivos (um Estado policial permanente) esta apreciação é bastante mais realista e política do que a ideia binária do choque civilizacional Islã *versus* Ocidente.

[551] Giorgio Agamben. *Estado de Exceção*. São Paulo, Boitempo, 2004.

TERRORISMO ISLÂMICO E 11 DE SETEMBRO DE 2001

Como vimos acima, depois da morte de Khomeini, o novo presidente iraniano, o aiatolá Rafsanjani, eleito em 1993, procurou uma reaproximação com os EUA (e com a Europa). Seu sucessor, Khatami (1997), também considerado um "moderado", deflagrou, no entanto, uma violenta repressão contra o movimento estudantil e os intelectuais, em 1998 e 1999. Os universitários desfilaram pelas ruas da capital gritando slogans contra o governo e pedindo mais liberdade. As manifestações, que podiam ser o estopim de um movimento opositor de massas, foram logo contrabalançadas por manifestações contrárias, organizadas pelo governo clerical, e por uma repressão severa que fez milhares de presos. A progressiva "normalização" iraniana também foi sacudida pela crise da política dos EUA na região, que provocou um novo surto de radicalismo político e ideológico de base islâmica.

O terrorismo de motivação islâmica, como vimos anteriormente, chegara já com força ao norte da África, com a FIS e o GIA na Argélia. No Afeganistão "pacificado" depois da retirada soviética, as bases militares usadas pelos *jihadistas* sunitas foram mantidas depois da saída do exército da URSS. A partir delas, em campos especiais mantidos com os mais diversos tipos de recursos, foram treinados milhares de combatentes, que depois foram expedidos para os mais variados destinos. Alguns se dirigiram para a Bósnia para ajudar os muçulmanos locais na guerra que desmembrou a antiga Iugoslávia em 1994, enquanto um número significativo deles misturou-se à guerrilha da Tchetchênia na primeira guerra do Cáucaso, em 1994-1996, para lutar contra as tropas da Federação Russa.

Outros "guerrilheiros islâmicos" sunitas infiltraram-se pela fronteira da Caxemira para combater as tropas indianas e assolar suas guarnições militares. Neste amplo raio de combates, os serviços de inteligência dos EUA buscaram aliados políticos "táticos" de intervenção, o que lhes custaria caro, quando os "guerreiros islâmicos" não mais se limitaram a lutar na Bósnia, na Tchetchênia, no Daguistão ou na Caxemira, mas também, através de uma série de atentados seletivos, organizados pelo *Al Qaeda* ("A Base") de Osama Bin Laden, visaram objetivos mais amplos: as "potências infiéis do mundo", principalmente Rússia, os Estados Unidos e a Índia. Uma nova etapa política se iniciava, marcada pela celebridade e repercussão mundial que atingiu o *terrorismo islâmico*.

Durante décadas, os EUA haviam alimentado e patrocinado o "fundamentalismo" de base islâmica; o fenômeno distava de ser novo, tinha já quatro décadas. Na maioria dos países, embora com exceções, como os grupos xiitas no Irã, as organizações fundamentalistas serviram como forças de choque de ditaduras e regimes repressivos patrocinados pelos norte-americanos. Os militantes de *Sarakat-para-Islã*, por exemplo, jogaram o papel de informantes e agentes do Estado nas execuções brutais de cerca de um milhão de comunistas às mãos da ditadura de Sukarno na Indonésia, em 1965.[552] No Paquistão, o grupo fundamentalista *Jamaat-para-Islami* foi uma ferramenta principal do Estado para reprimir as forças de esquerda nas décadas de 1960 e 1970. Durante o regime de lei marcial do general Zia-ul-Haq fizeram o trabalho do procurar os ativistas que lutavam contra a ditadura. Organizaram grupos para destruir e quebrar manifestações, assembleias e concentrações contra Zia. Nos anos 1980, os grupos de *Al Qaeda* no Afeganistão eram, como bem se sabe, chamados pela mídia e pelo governo dos EUA de "combatentes da liberdade".

No Afeganistão, os talibãs chegaram ao poder em 1996; tinham sido os EUA, pela mão do Paquistão e com o apoio da Arábia Saudita, que deram o sinal verde para que a seita chegasse ao governo. Desde 1980, os talibãs financiavam as bases de treinamento militar instaladas nos territórios tribais da fronteira do noroeste. Ali se formaram sucessivas gerações a serviço das

[552] Lal Khah. El resurgimiento del fundamentalismo: causas y perspectivas. In: *www. engels.org/marxismo/marxis1/marx5.htm*

chamadas “Organizações Sunitas de Peshawar”. Os homens saídos da academia ideada e montada sob a supervisão da CIA ficaram conhecidos como “os afegãos”, embora a maioria deles fosse árabe. Foi no modelo saudita e kuaitiano de tratamento da população feminina que o Talibã inspirou-se para tratar, bestialmente, as mulheres afegãs. A expansão do islamismo político continuou também sendo subsidiada pelos petrodólares. O “ministério de coexistência religiosa” de Arábia Saudita concedeu 10 bilhões de dólares anualmente para instituições de propagação do Islã no mundo. A monarquia saudita foi a grande financiadora do obscurantismo religioso e do combate contra a esquerda e o nacionalismo laico no mundo árabe, e até além dele, além de ser a grande aliada dos EUA, dois fenômenos estreitamente concatenados.

Uma dessas organizações, a *Zakat*, dedicou parte desses fundos à ajuda social e trabalhos humanitários; mas outra porção de dinheiro saudita (e de outras monarquias do Golfo Pérsico) passou a engrossar as arcas de várias organizações, inclusive as chamadas “terroristas”: o Hamas (da Palestina), o grupo do próprio Bin Laden, ou os *mujahidin* de Bósnia, TTchechênia e Afeganistão. Em 1989, na Palestina, o Movimento da Resistência Islâmica (o *Hamas*) passou a liderar a Intifada. No Sudão, a Frente Islâmica Nacional, liderada por Hassan al-Turabi, conquistou o poder através de um golpe de estado.

No Irã, o aiatolá Khomeini, antes de morrer, proclamou a *fatwa* com a condenação à morte contra o escritor britânico Salman Rushdie, autor dos “Versos Satânicos”, considerados blasfemos. O Islã político se transformou num protagonista de primeira linha do cenário internacional. E não é um paradoxo que a fundação do grupo islâmico *Hamas* (“ardor”), em 1988, fosse bem vista pelos políticos israelenses, que viam no grupo um contrapeso à influência de *Al-Fatah*. A rede de ajuda social do islamismo, sunita especialmente, teve um papel essencial na sua expansão em todas as sociedades islâmicas. O domínio espoliador do capital financeiro na maioria das sociedades orientais e médio-orientais não desenvolveu a infraestrutura necessária para uma sociedade e uma indústria modernas, e deixou as grandes maiorias populacionais carentes de muitos elementos básicos de sobrevivência.

Nesses países uma industrialização aconteceu, nos anos 1950 e 1960, mas não houve um desenvolvimento simultâneo dos serviços públicos, como água potável, sistema de esgoto, eletrificação, alojamentos em boas condições, educação, saúde, e outros serviços. Entre 1982 e 1992 a população de Paquistão cresceu em 33%, enquanto os serviços básicos aumentaram só em 6,9%. Por outro lado, o afluxo importante de capital externo teve um efeito devastador no setor agrário, com sua transformação em setor capitalista: começou um êxodo volumoso de população do campo para as cidades. Mas em vez dessa população ser incorporada pela indústria e pela sociedade urbanas, a falta de desenvolvimento social provocou uma expansão dos bairros precários e das favelas, com condições terríveis de vida.

No período inicial, esse afluxo criou um proletariado “virgem”, sem tradições políticas nem derrotas acumuladas. As condições brutais impostas por esse desenvolvimento desigual e combinado das economias orientais criaram contradições enormes, que se manifestaram em grandes explosões sociais. Estas aconteceram nas décadas de 1950, 1960 e 1970, com movimentos importantes do novo proletariado da região. Não houve, porém, uma saída revolucionária, devido à política das direções operárias, reformistas ou stalinistas, com consequências desastrosas. Os preconceitos religiosos, nacionais, étnicos, comunais, linguísticos, de raça, voltaram à ordem do dia. As novas cidades-favela do mundo islâmico se transformaram em drenos de sujeira, doenças, pobreza, drogas e prostituição. A lumpenização, o crime e o gangsterismo se transformaram em epidemias sociais generalizadas. Isso criou um sentimento geral de insegurança e de alienação social.

O terrorismo “islâmico” hodierno é um produto da decomposição do capitalismo; “O ‘movimento islâmico revolucionário’ é um fenômeno contemporâneo. Qualquer que tenha

sido a influência indireta ou menor dos antigos movimentos islâmicos, ele está vinculado por um cordão umbilical à forma do capitalismo mundial desenvolvida nos últimos trinta anos. As raízes sociais dos 'movimentos políticos islâmicos' residem no essencial no desenraizamento dos que por uma série de razões foram vítimas do desenvolvimento sócio-econômico e aos quais as novas estruturas não trouxeram nada além da falência e da ruína, quaisquer que tenham sido as variantes de sua fabricação social em diversas circunstâncias em países mais ou menos desenvolvidos da periferia, com poucas exceções".[553]

Segundo os autores citados, o islamismo político contemporâneo recrutou amplamente em quatro estratos sociais: o desenraizados e excluídos urbanos, a massa de pessoas sem relação estável com o sistema de produção e distribuição periférico; as classes médias vinculadas a estruturas pré-capitalistas; os segmentos da burguesia comercial e industrial afastados dos círculos de poder, em concorrência desigual com a burguesia privilegiada pela sua proximidade do Estado; os intelectuais em declínio social, que perderam todo ou quase todo no processo de formação das novas estruturas políticas e civis: "Eles fornecem os quadros dirigentes do movimento, os que fecham a bagagem ideológica e cobrem a estratégia política". O terrorismo "islâmico" seria o meio da luta pelo poder político, nas sociedades islâmicas e também nas comunidades islâmicas das sociedades ocidentais, das camadas economicamente mais fortes ou politicamente mais coesas dessa frente social heterogênea, as que lhe fornecem direção ideológica e política.

Em ausência de uma alternativa política e social, a decomposição societal conduziu à desmoralização em setores da população recentemente urbanizada e da pequena burguesia ameaçada pela miséria. Um amplo setor da juventude das áreas rurais, que estudava nas cidades, também foi contagiado por essa crise. Em uma sociedade asfixiante, a nostalgia de um período supostamente glorioso da história de Islã, ensinado nas escolas religiosas, foi se impondo. Em Paquistão, em meados dos anos 1970, o *Jamaat-para-Islami* estendeu sua influência nos sindicatos e entre os camponeses. O fundamentalismo islâmico teve um impacto numa minoria vital da população urbana, transformando-a em uma força política. A ideologia dos fundamentalistas buscava, supostamente, criar um "Estado Islâmico" baseado nos princípios teológicos. A corrente principal dessa ideologia descansava principalmente em exemplos nostálgicos da sociedade nômade. Alguns eruditos islâmicos (*ulemas*) tentaram interpretar os fundamentos da teologia corânica para adaptá-los às novas condições sociais e políticas.

Historicamente, as classes privilegiadas e dominantes do "mundo islâmico", os capitalistas e grandes proprietários de terras, usaram e subsidiaram os representantes do islamismo como um meio de defesa dos seus interesses de classe. Segundo Eqbal Ahmad, "uma ordem islâmica reduzida a um código penal, destituída de seu humanismo, sua estética, suas buscas intelectuais e sua devoção espiritual", tornou impossível "reconhecer religião, sociedade, cultura, história ou política islâmicas conforme vividas e sentidas pelos muçulmanos ao longo dos séculos". Os islamistas modernos, concluiu Ahmad, "estão preocupados com o poder, não com a alma; em mobilizar pessoas para objetivos políticos, em lugar de para dividir e aliviar suas dores e seus anseios. As prioridades deles são extremamente limitadas e se dão dentro de um contexto restrito pelo tempo".[554]

O fracasso do nacionalismo secular árabe na tarefa de colocar a luta social e nacional numa perspectiva antiimperialista (o que teria exigido romper seus laços com as castas dirigentes

---

[553] Ardeshir Mehrdad e Yasmine Mather. Les rapports de classe de l'Islam politique avec le capital et avec les classes sociales. *Carré Rouge* nº 37, Paris, novembro 2006: "O movimiento islâmico não é uma reação contra o Estado moderno. É o produto do Estado moderno nos países da periferia no quadro de sua inserção tardia no capitalismo globalizado".

[554] Eqbal Ahmad. *Selected Writings*. Nova York, Columbia University Press, 2006.

dos Estados árabes monárquicos e reacionários, e com a própria hierarquia clerical, em certos casos), devido à formação de uma burocracia estatal laica, parasita e enriquecida, levou ao fortalecimento do movimento religioso, que possuía uma longa tradição e bases organizativas. O Hamas palestino, por exemplo, elaborou uma resposta ao Estado sionista pela via da proposta de um "Estado Islâmico", e disputou vitoriosamente espaço político contra a OLP. A falência das correntes árabes nacionalistas, laicas e de esquerda da Palestina abriu espaço para que as organizações fundamentalistas islâmicas ganhassem influência propondo que, uma vez destruído o Estado de Israel, fosse construído, na Palestina, um Estado teocrático. Palestina era, no entanto, o lugar do Oriente Médio onde a influência política das correntes religiosas era das menores: a OLP era, por ampla maioria, de natureza laica.

O fracasso do nacionalismo era tão mais significativo quanto se tratava da sua derrota diante da nova emergência de uma corrente que ele próprio tinha derrotado décadas antes: "Buscou-se evidenciar que a ascensão dos movimentos islâmicos fosse fenômeno recente, dos últimos vinte-trinta anos, embora as premissas doutrinárias e sua elaboração ideológica e conceitual fossem anteriores. Uma ascensão para nada irresistível, dado que os grupos islâmicos haviam substancialmente fracassado, em todas as regiões de *Dar al-Islam*, no desafio pelo poder que tinham lançado aos regimes surgidos na fase da descolonização, quando essencialmente a questão para eles foi essa: uma mobilização política dirigida à conquista do poder para a construção de um Estado que fosse 'verdadeiramente islâmico' e que aplicasse sua interpretação da lei religiosa islâmica (a *shariah*)".[555]

A condenação do nacionalismo pelo fundamentalismo islâmico contemporâneo foi inequívoca: "*O nacionalismo é a origem da desgraça de todos os muçulmanos*"; "*Nosso único objetivo é a escola do pensamento do Islã*"; "*Os que pretendem restaurar o nacionalismo se opõem ao Islã*" (Aiatolá Khomeini); "*Para os muçulmanos não existe outra nacionalidade exceto o Islã*" (Saied Yamal al-Din Assd Abadí al-Afgani); "*Nossos corações não pertencem nem à Índia nem a Roma nem a Damasco. Nossa única pátria é o Islã*" (Aliama Muhammad Iqbal Lahori). Não era possível ser mais claro.

Além de textos bem antigos, o novo "fundamentalismo" resultou da penetração crescente dos escritos de uma figura canônica, Sayyid Qutb, irmão da Fraternidade Muçulmana enforcado por ordem de Nasser em 1966. Qutb invocou a palavra de Ibn Taymiyya, e clamava pela derrubada dos governantes e governos sem Deus que via à sua volta, fossem seculares ou – como na Arábia Saudita – fingissem ser crentes; nos últimos escritos, já era declaradamente anticristão e antijudeu, embora, como acontece muito entre islamistas radicais, seus mais odiados inimigos fossem outros muçulmanos. Os escritos de Ibn Taymiyya e Sayyid Qutb refrutificaram em textos jihadistas como o tratado "Expulsem os politeístas dos lugares sagrados", de 1996, de Osama bin Laden.

Nesse ponto nasceu o "salafismo-jihadista" – uma nova "ideologia islamista híbrida, cujo primeiro princípio doutrinal é racionalizar a existência e o comportamento dos militantes".[556] *Salaf* significa "parente ancestral"; "salafismo" denota adesão estrita e sem concessões ao pensamento de Ibn Taymiyya. O wahabismo, salafismo, takfrismo ou ainda "Islã excomungador" deita raízes históricas, como vimos, na reação contra a degeneração do sunismo desde a destruição de Bagá pelos mongóis, e nasceu na longínqua província de Nejd, na Arábia Oriental. Foi caracterizado como uma sorte de vingança do mundo nômade contra o mundo sedentário derrubado pelos mongóis, através de um recuo "identitário" para a simplicidade beduína. Com os Saud na Península Arábica, esse mundo conquistou as cidades através de massacres de seus opositores islâmicos "degenerados", com a cumplicidade

[555] Riccardo Redaelli. *Il Fondamentalismo Islamico.* Florença, Giunti, 2003, p. 120.

[556] Gilles Kepel. *La Jihad*. Expansion et déclin de l'islamisme. Paris, Gallimard, 2000.

geopolítica do colonialismo inglês, que criou simultaneamente um conjunto de mini-monarquias nas costas do Golfo Pérsico, incluindo o Catar.

Essa corrente islâmica manifestou desde o início um verdadeiro ódio contra os hábitos, textos e monumentos da primeira era islâmica, a era clássica, e também contra os testemunhos da alta antiguidade clássica oriental que a precedera (de onde proviria o vandalismo contra esses monumentos praticado no século XXI pelo "Estado Islâmico"). Os "puritanos islâmicos" se contrapuseram ao respeito pelas tradições e preciosidades clássicas propias da grande maioria do mundo muçulmano, assim como fizeram os neo-cristãos do Oeste norte-americano contra as tradições europeias e ameríndias. Segundo diversos autores, a onda de vandalismo anti-clássico realizada pelos Saud na década de 1930, depois de sua conquista da Meca, foi a primeira reemergência dessa corrente na contemporaneidade, depois aplacada pelo enriquecimento petroleiro, mas reaparecida sob a forma do terrorismo fundamentalista na década de 1990, com Al Qaeda (dirigida pelo saudita Osama Bin Laden), primeiro, e seus sucessores no século XXI depois, que seeriam a reemergência tecnicamente modernizada do wahabismo (salafismo) moriginal,

Na análise de Gilles Kepel, os jihadistas-salafitas são um grupo de guerreiros sem raiz, que não contam nem com o apoio dos pobres nas cidades nem de qualquer segmento de classes médias; são "elétrons livres da jihad", como se autodenominam, deixados soltos por uma série de eventos no mundo muçulmano, entre os quais a explosão populacional nos Estados pós-coloniais; a pobreza relativa entre a maioria dos muçulmanos (apesar do "milagre asiático" dos anos 1990); inúmeras guerras contra Israel; uma guerra no Líbano; uma revolução no Irã; a invasão do Afeganistão; a Guerra do Golfo e a ininterrupta cadeia de microeventos de violência nos territórios palestinos ocupados por Israel. Kepel explicou que os veteranos em Peshawar distinguiam atentamente entre uma espécie 'certa' de salafismo – o deles – e uma espécie errada: uma modalidade 'xeiquista', orientada por intelectuais islâmicos cujo pensamento foi modelado para atender às vaidades da Casa de Saud.

A ira desses veteranos, que Washington abandonou completamente no final da guerra, manifestou-se no apoio que deram a Saddam durante a Operação Tempestade de Deserto, que eles e muitos outros, antes clientes agradecidos dos sauditas, interpretaram como golpe movido por EUA e Israel para dominar todo o Oriente Médio. Quando sauditas liberais – as "prostitutas comunistas", como foram chamadas pelos salafitas, que fizeram uma manifestação motorizada em Riad contra as leis que proibiam as mulheres dirigir carros – tentaram extrair alguma vantagem da situação, foram vaiadas e demitidas dos empregos. Dado que os jihadistas-salafitas supervisionavam o mundo com foco fechado a partir de Peshawar – ambiente, nas palavras de Kepel, "separado da realidade social" – só viram *jaliyya*: o estado de barbárie que havia antes de as verdades de Deus serem reveladas. Não foi diferente na Arábia Saudita, onde os "Locais Sagrados" viviam repletos de "infiéis" alojados em luxuosos hotéis.

Na carta fundacional do Hamas, lia-se: "Em Nome de Alá, o Misericordioso, o Clemente: Vós sois a melhor comunidade que já surgiu para a humanidade. Vós impões a conduta correta e proibis a indecência; e vós credes em Alá. E se o Povo da Escritura tivesse acreditado, teria sido melhor para eles. Alguns deles são crentes; mas a maioria deles são praticantes do mal. Eles não irão vos prejudicar salvo uma leve ferida, e se eles lutarem contra vocês eles terão de retroceder e fugir. E depois de tudo eles não serão socorridos. Ignomínia será sua porção onde quer que eles se achem salvos [onde eles se agarrem a] uma corda de Alá e a uma corda do homem… Eles incorreram no ódio do seu Senhor, e miséria será jogada sobre eles. Isso é assim porque eles se acostumaram ao descrédito nas revelações de Alá, e atacaram os Profetas erroneamente. Isso é assim porque eles eram rebeldes e se acostumaram a transgredir... Israel irá crescer e permanecer ereto até que o Islã o elimine assim como ele tem eliminado seus

predecessores... Alá é seu objetivo, o Profeta seu modelo, o Corão sua Constituição, a *Jihad* seu caminho e a morte pela causa de Alá sua mais sublime crença".

Tariq Ali se queixou, quanto ao sofrimento do povo palestino, de que "os EUA são cegos quanto a isso, e os europeus são parcialmente cegos também",[557] responsabilizando as potências ocidentais pelo crescimento do fanatismo religioso. Edward Saïd,[558] por sua vez, disse estar convencido de que a oposição secular no mundo árabe vinha obtendo sucesso diante de seus oponentes islâmicos: o Oriente Médio seria uma região muito heterogênea, modernizada e estimulada politicamente para se submeter a aspectos retrógrados, visões absurdamente anacrônicas, que almejavam o estabelecimento de teocracias muçulmanas e judaicas. Era, sobretudo, *wishful thinking*. Como explicar, então, o auge dos movimentos islâmicos? Segundo o mesmo autor, os fundamentalistas não haviam ficado à margem da penetração do dinheiro das drogas e da corrupção estatal, o que lhes deu os meios para desenvolver uma ampla ação ideológica e política. Mas nenhum dinheiro, qualquer que seja sua origem, pode recrutar militantes, dispostos inclusive ao suicídio, onde não existe uma ampla base social para esse recrutamento.

A análise de Saïd motivou uma crítica (*Onde Edward Saïd está errado*) de Khalid Amayreh, Editor Chefe do *Hebron Times*. Segundo Amayreh, sua condenação indiscriminada aos movimentos islâmicos demonstrava a ausência de uma análise mais objetiva de um fenômeno tão profundamente enraizado na sociedade árabe, do qual o Islã político seria simplesmente uma parte de uma estrutura multifacetada e diversa. E lamentava que Saïd, que sempre esteve na vanguarda ao expor e refutar as maliciosas interpretações ocidentais referentes à questão da Palestina e a outras causas árabes, parecia, neste caso, estar repetindo a interpretação ocidental sobre os movimentos islâmicos, que no Ocidente, e principalmente nos EUA, têm sido pintados como um novo império do mal, em substituição à antiga União Soviética.

Saïd, segundo Amayreh, deveria ter feito um diagnóstico mais objetivo dos movimentos islâmicos que aspiram ao restabelecimento da *shariah*, inclusive sua postura em relação à sociedade civil e seus pilares, tais como os direitos humanos e as liberdades civis. Segundo Amayreh, o grosso dos movimentos islâmicos no mundo árabe, desde a Fraternidade Muçulmana, no Egito, até *Al-Nahdha*, na Tunísia, aceitavam, sem maiores questionamentos, os princípios da sociedade civil. Na verdade, em alguns países árabes, os muçulmanos estariam na vanguarda das forças sociais e políticas, exigindo um "pluralismo político". Em muitos casos, os islâmicos também cooperavam com os segmentos sociais não islâmicos na promoção dos direitos humanos e liberdades civis, onde quer que sejam permitidos pelos respectivos regimes. Como exemplo, muçulmanos e manifestantes de esquerda protestaram em Nablus, na margem ocidental, exigindo a libertação do professor ativista, Omar Assaf, filiado à Frente Democrática para a Libertação da Palestina, um grupo marxista.

Saïd estaria certo ao dizer que o Oriente Médio é heterogêneo. No entanto, também seria "igualmente verdadeiro que a grande maioria das populações do mundo árabe gostaria de ver uma democracia islâmica igualitária e democrática, onde as pessoas pudessem usufruir dos frutos da liberdade sem abandonar os princípios islâmicos ou sacrificar seus valores. Em outras palavras, as massas não querem uma democracia sem o Islã nem um Islã sem democracia, elas querem ter um sistema que seja a síntese de ambos os princípios. Esta tendência que está latente, e as manifestações ativas dependentes da margem de democracia disponível, parece ser extremamente desconfortável para o Ocidente, principalmente os Estados Unidos, o que explica a oposição norte-americana e ocidental a uma democratização verdadeira do mundo árabe".

---

[557] David Barsamian e Tariq Ali. Palestina e Israel. In: *Imperialismo & Resistência*. São Paulo, Expressão Popular, 2005, p. 182.

[558] Edward Saïd. O panorama da oposição, *Al-Ahram*, 8-14 de junho de 2000.

Os movimentos islâmicos são retrógrados e sua visão é anacrônica? “Na verdade, o que significa ser retrógrado? O que é anacronismo? Juntar as teocracias muçulmana e judaica em uma mesma classificação, como fez Said, é inaceitável, principalmente por se tratar de um intelectual de grande prestígio para a causa árabe-palestina”. Haveria, segundo Amayreh, uma diferença fundamental entre a percepção islâmica dos não muçulmanos sob um governo islâmico e a percepção judaica dos não judeus sob um governo judaico. No primeiro caso, os não muçulmanos são cidadãos que gozam de direitos iguais e no segundo os não judeus são virtualmente escravos.

Mas Amayreh reconhecia que, na essência, o secularismo era incompatível com os pilares básicos da cultura muçulmana contemporânea: “Na verdade, foi esta dicotomia intrínseca que possibilitou ao povo turco resistir a 80 anos de secularização agressiva e compulsiva, sustentada unicamente através de uma ditadura militar. É esta contradição que causou até os regimes árabes mais repudiados para manter um ministro de assuntos religiosos e até ocasionalmente procurar imitar os muçulmanos radicais, fingindo proteger o Islã e seus valores. Histórica e culturalmente, o secularismo é um conceito exótico e estranho que não pode ser cultivado no mundo árabe-muçulmano. Além do mais, muitos dos fatores que foram instrumento na evolução e consolidação do secularismo europeu há muitos séculos atrás, *simplesmente não existem no mundo árabe*” (grifo nosso). E concluía: “A secularização do mundo árabe exigiria um processo de "desislamização" profundo e sustentado, algo que, segundo meu entendimento, a imensa maioria dos muçulmanos árabes rejeitam e resistem por completo”.

Seguindo a posição de Amayreh chegaríamos a um beco sem saída: a única oposição árabe consequente ao nacionalismo racista-sionista seria abraçar o islamismo. Isto, é claro, age como uma barreira para a unificação de todos os explorados da região e, além dela, do mundo inteiro, única base possível para a vitória da causa palestina. Amayreh se poupou de uma análise da evolução mais recente do movimento islâmico, que emergiu como um movimento político de massas, com alas seculares de esquerda (como os *Mudjahedin* iranianos e de outras nacionalidades), para posteriormente ser manipulado pelos EUA em função da invasão soviética do Afeganistão (1979), com a criação de seitas terroristas-religiosas (como *Al Qaeda*) usadas como carne de canhão contra a URSS, mas também destinadas a esvaziar a luta de massas contra o inicialmente chamado “Grande Satã” (os EUA...). O islamismo, seja político ou religioso, não pode ser apresentado como um bloco sem fissuras e contradições, para o qual seria necessária uma análise histórica suscetível de torna-lo compreensível.

Os líderes e a “ala dura” islâmica usaram as mesquitas como centros de doutrinamento. Durante a ditadura de Zia, no Paquistão, nos anos 1980, o afluxo de dinheiro da heroína promoveu um apoio econômico significativo às práticas dos professores de islamismo teocrático. A participação dessas organizações no *Jihad* afegão lhes deu um acesso sem precedentes a armas e arsenais. Um dos grupos era o *Sipah-para-Sahabah* do Paquistão: os quadros do grupo eram principalmente produtos das *madraisah* e da experiência da guerra afegã. Seus membros ganharam destaque no país: isto deu origem a mais de vinte grupos divididos das organizações originais em Pendjab, cujas práticas foram as mais violentas e as mais permissivas com o crime. Durante a guerra do Afeganistão (1979-1989), por outro lado, o comércio do ópio foi estimulado pela CIA para financiar os “combatentes da liberdade” e hostilizar as tropas soviéticas.

Os fundamentalistas islâmicos não pretenderiam literalmente impor as condições econômicas e tecnológicas da era de Maomé (na prática, usavam tecnologia muito avançada), mas implantar aspectos das velhas tradições na estrutura vigente, e até certo grau também nas relações de produção e reprodução social. O resultado foi um "híbrido". Haveria uma analogia entre o papel de Islã, nas sociedades hodiernas, e o desenvolvimento inicial de Islã na situação em que Maomé vivera, vinculada com a convulsão social e o deslocamento de grandes

contingentes humanos, a urbanização de quantidades enormes de camponeses em condições miseráveis.

Isto explicaria os aspectos do renascimento religioso, mas não o emprego sistemático do terror, "o recurso ao terrorismo em todas suas formas, a organização semi-militar da parte a base social que pode ser mobilizada; a criação de instituições militares profissionais; as tentativas por infiltrar e recrutar nas forças armadas dos países islâmicos; são todas ações que não podem ser deixadas de lado nem diferidas. A *Jihad* é a estrada que levará o pan-islamismo em direção da Terra Prometida".[559] Sem os meios adequados, porém, isso não passaria de simples intenção. Pois o "terrorismo islâmico", finalmente, foi o produto da decomposição da rede montada pelos EUA para isolar a revolução iraniana e dar o golpe de graça à URSS. Em entrevista concedida ao *Nouvel Observateur* em 1998, Zbigniew Brzezinski, assessor de Segurança Nacional do presidente dos EUA Jimmy Carter entre 1977 e 1981, confirmou que a primeira diretiva secreta do presidente no sentido de financiar os *mujahedeen* islâmicos no Afeganistão, que lutavam nesse país contra o governo filosoviético de Cabul, datava de julho de 1979, isto é, *seis meses antes* da invasão do país pela URSS.[560]

Isso fazia parte da chamada "armadilha afegã" montada pelos EUA, na qual cairam Leonid Brezhnev e a burocracia gerontocrática do Kremlin, que Brezhnev tão bem simbolizava, uma armadilha incitando à URSS a combater uma guerra fora de suas fronteiras para desgastá-la internamente (25 mil soldados soviéticos mortos, e um número ainda maior de aleijados) e externamente, econômica e diplomaticamente (lembrar o boicote de inúmeros países aos Jogos Olímpicos de Moscou, em 1980, sem falar do apoio mundial ao embargo do comércio [venda] de grãos à URSS [cronicamente deficitária em matéria alimentar], decretado pelos EUA) com vistas a lhe assestar o golpe final, que veio pouco mais de uma década depois. Outra coisa é que o sorridente produtor de amendoim da Georgia (o presidente James Carter) não soubesse, não fizesse ideia, do tipo de demônio que estava invocando.

Isso não significa que o fundamentalismo islâmico não fosse capaz de formular suas próprias bases ideológicas. Em abril de 1988, Abdallah Azzam, considerado o "pai espiritual" de *Al Qaeda*, escreveu um artigo intitulado *A Base Sólida*, esboçando suas linhas centrais : haveria um movimento com dois momentos significantes: um período longo de educação ou doutrinamento, *Tarbiyyah*; e a redefinição da *Jihad*, um meio para cumprir um objetivo religioso-político. Azzam era um ideólogo islâmico, contudo a fase organizacional de Al Qaeda, e de outros grupos filiados à *Jihad* global, esteve nas mãos de líderes com um caráter muito mais operacional que ideológico: Osama Bin Laden, Ayman Zawahiri, Muhammad Atef, e depois Abu Musab al-Zarqawi.

"Al Qaeda era nessa época uma rede de arrecadação de fundos mais do que uma milícia. Esse foi o aspecto da liderança de Osma Bin Laden que atravessou as fronteiras com maior facilidade. As provas sobre o financiamento de Osama antes de 1989 são incompletas, mas apontam na direção dos Bin Laden e de outros ricos comerciantes sauditas como seus colaboradores mais generosos… Osama Bin Laden continou embarcando em projetos midiáticos que contribuissem para sua autopromoção e a de seus seguidores ; imaginava-se a si próprio como escritor, diretor e produtor da *Jihad*. Continuou financiando o diretor de cinema egípcio Essam Deraz, que o acompanhara no campo de batalha de Jalalalab".[561]

---

[559] Ardeshir Mehrdad e Yasmine Mather. *Op. Cit.*

[560] Cf. Charles Gati (ed). *Zbig*. The strategy and statecraft of Zbigniew Brzezinski. Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 2013. Brzezinski confirmou: "É verdade, fornecimos ajuda aos *mujahedeen* antes da invasão (soviética)"; "Não empurramos os russos à invasão, o que fizemos foi elevar conscientemente a possibilidade de que a realizassem"; "Essa operação secreta foi excelente. Seu efeito foi atrair os russos para a armadilha afegã". O *know how* deve ter sido usado depois com o Iraque.

[561] Steve Coll. *Op. Cit*., p. 370.

Dinheiro + mídia era o segredo oculto de Al Qaeda (ou seja, nenhum segredo). O dinheiro, que nunca cessou de fluir, deu acesso às armas.

A segunda geração de Al Qaeda foi emergindo dentro de diferentes campos de batalha "islâmicos", de Afeganistão a Bósnia, do Iraque a Europa, das repúblicas independentes sudorientais da ex-URSS ao sudeste da Ásia, da África à Indonésia, etc. O *modus operandi* de Al Qaeda, através de martírios, operações suicidas, matanças legitimadas por clérigos, afetou a imaginação da juventude muçulmana mundial, dando assim prioridade para estratégias novas em cima da ideologia básica. O conflito Israel-Palestina não era mais considerado crucial, tendo um papel menos importante nas prioridades da *Jihad* global. Ayman Zawahiri escreveu em favor de adotar a posição tradicional do *Jihad* egípcio: "A estrada para a libertação de Jerusalém passa pela libertação de El Cairo e de Damasco".

A evolução terrorista do movimento islâmico foi também um índice da decomposição do nacionalismo laico no Oriente Médio e na Ásia Central, em cuja antiga base social o fundamentalismo islâmico recrutou amplamente: "O principal terreno do conflito foi o Afeganistão. O objetivo da *Jihad*, financiada neste país pelas petro-monarquias da Península Arábica e CIA, era infligir à URSS, que havia invadido Cabul em dezembro 1979, um 'Vietnã' que precipitaria sua queda. À escala do Islã, também tinha a função de desviar os militantes radicais de todo o mundo da luta contra o Grande Satã americano - luta para a qual incitava Khomeini - e canalizá-las contra a União Soviética. A *Jihad* afegã teve uma importância capital na evolução mundial do movimento islâmico".[562]

A emergência de aparelhos religioso-terroristas ocupando o lugar antigamente ocupado pelo nacionalismo evidenciou o retrocesso e fragmentação da luta árabe contra o imperialismo: as *fatwas* de Bin-Laden (desautorizadas pela hierarquia religiosa islâmica) invocavam Alá e a "guerra contra os infiéis", mas não incluíam reivindicações políticas elementares, como o fim do bloqueio contra o Iraque, a luta contra a ditadura cívico-militar na Argélia (erigida sobre um golpe militar contra a vitória eleitoral do islamismo "radical" do FIS), ou o retorno dos refugiados palestinos e o apoio incondicional à Intifada.[563] O fundamentalismo terorista islâmico não é um antiimperialismo "selvagem", mas um movimento reacionário.

De acordo com o "Relatório Brisard",[564] a rede *Al Qaeda* beneficiou-se do apoio financeiro de 400 indivíduos e de 500 empresas e organizações em todo o mundo. Entre os componentes notáveis dessa lista figuravam o príncipe Sultan, ministro da Defesa saudita, e o príncipe Turki Al Faysal, ex-dirigente dos serviços de espionagem sauditas. Entre 1979 e 1989, ambos ocuparam um lugar decisivo na ajuda dada ao *Jihad* no Afeganistão em colaboração com a CIA e o Paquistão. Durante a década de 1990, ex-membros da *Jihad* afegã espalharam-se pelo mundo islâmico e o Ocidente. Em 1998, o príncipe Turki aceitou não pedir a extradição de Bin Laden e de outros membros da *Al Qaeda* para o Afeganistão, e deu auxílio financeiro ao regime talibã, contra a promessa de Bin Laden de que sua organização não procuraria subverter o regime saudita.

O príncipe Sultan, do seu lado, foi acusado de ter contribuído com pelo menos seis milhões de dólares desde 1994 para quatro organizações caritativas que financiavam *Al Qaeda*. O relatório Brisard, como outras investigações governamentais e privadas, revelou que a infraestrutura financeira da *Al Qaeda* assemelhava-se à de uma *holding*. Havia um centro de decisão com centenas de filiais e um número ainda maior de entidades terceirizadas espalhadas pelo mundo. A lista das entidades implicadas abrangia um amplo leque, do fundamentalista

[562] Gilles Kepel. *Op. Cit*.

[563] Olivier Roy. La fin de l'islam politique, *Esprit*, Paris, agosto de 2001.

[564] Feito para os serviços secretos franceses por um advogado parisiense, Jean-Charles Brisard, e divulgado em muitos países ocidentais antes e depois do atentado de 11 setembro de 2001 (Jean-Charles Brisard e Guillaume Dasquie. *Ben Laden, la Vérité Interdite.* Paris, Denöel, 2001).

islâmico fanático ao banqueiro famoso e respeitável, assim como homens de negócio e empresas.

O fim da *Jihad* afegã provocou uma crise que tornou evidentes os laços existentes entre o "terrorismo islâmico" e o próprio ventre do imperialismo capitalista. Em 1991 houve o fechamento pelo Banco da Inglaterra do *Bank of Credit and Commerce International* (BCCI), em razão de atividades fraudulentas. O BCCI desempenhou um papel decisivo no financiamento da *Jihad* afegã de 1979-1989. O fundador desse banco, Hassan Agha Abedi, de origem paquistanesa, tornou-se amigo do presidente James Carter e de Margaret Thatcher, que o apoiou com tanto entusiasmo (sobretudo durante o período da presidência de seu amigo Ronald Reagan) quanto o premiê inglês Anthony Blair apoiou a campanha de George W. Bush contra o Iraque. William Casey, primeiro diretor da CIA nomeado por Ronald Reagan, estabeleceu os contatos com o banco. Seu sucessor, Robert Gates, qualificou o BCCI de *Bank of Crooks and Criminals International* (Banco Internacional de Ladrões e Criminosos). Havia muito tempo que a CIA abrira contas secretas em bancos estrangeiros "duvidosos".

O governo saudita, mesmo antes da *Jihad* afegã, depositou fundos secretos para suas causas prediletas, como os "contra" nicaraguenses e a Unita em Angola. Investigações do *Time*, *Newsweek*, *ABC News* e outros comprovaram a existência de quantias depositadas para informantes e elementos diretamente implicados na *Jihad*, depois para o Talibã e para *Al Qaeda*, por intermédio da sucursal BCCI de Londres, assim como de outras agências no Paquistão. Em 1993, para grande alívio de todas as partes envolvidas, um júri norte-americano absolveu Clark Clifford, de 85 anos, conselheiro financeiro de todos os presidentes norte-americanos desde Harry Truman, e seu sócio, o advogado Robert Altman, no caso do BCCI e seu parceiro norte-americano, o *First American Bankshares*.

O caso BCCI foi encerrado sem o menor dano para a honra desses "respeitáveis" norte-americanos, sem que fossem reveladas as ligações perigosas do banco. Num *briefing paper* preparado para o Pentágono por um analista da Rand Corporation (un dos *think tanks* da direita norte-americana), se acusava à Arábia Saudita de ser "o cerne do mal". Aconselhava o governo dos EUA a confiscar os bens financeiros sauditas e assumir o controle do petróleo desse país, pois o regime teria se tornado "inimigo" dos EUA. Apesar dos desmentidos da Casa Branca, a imprensa saudita expressou o temor de que os bens sauditas nos Estados Unidos – centenas de bilhões de dólares – fossem congelados ou confiscados. Os investidores sauditas e árabes transferiram para a Europa parte de seu dinheiro líquido e seus bens bancários, ações, bônus do Tesouro e bens fundiários.

Nesse quadro geral, no entanto, depois do fim da URSS e em plena "globalização" econômica, parecia se viver um período de "paz" no Oriente Médio: Yitzhak Rabin, premiê israelense, depois de obter junto com Shimon Peres, seu ministro das Relações Externas, e também com o líder palestino Yasser Arafat, o Premio Nobel da Paz em 1994, iniciou as negociações com os representantes palestinos sobre a autonomia da Faixa de Gaza e de algumas áreas de Judeia e Samária, e sobre o estabelecimento de uma "Autoridade Palestina" nos territórios ocupados. A 4 de novembro de 1995, porém, como vimos, Yitzhak Rabin foi assassinado por um ativista judeu de extrema direita. O líder palestino, Yasser Arafat, também morreu, depois, em circunstâncias "misteriosas" (provavelmente envenenado).

A organização chefiada por Bin Laden começou a ocupar as páginas do noticiário internacional com um primeiro atentado a bomba no *World Trade Center* de Nova York em 1995 e, sobretudo, com os bombardeios das embaixadas americanas em Dar-es-Salaam, na Tanzânia, e em Nairóbi, no Quênia, com centenas de mortos. Osama, o antigo aliado saudita antissoviético dos EUA, foi declarado "terrorista mais procurado do mundo" pelos serviços de inteligência norte-americanos. Os EUA passaram a pressionar o governo talibã para que extraditasse Bin Laden, responsabilizado pelos ataques a suas embaixadas na África.

A segunda guerra na Tchechênia começou em 1999, após uma série de ataques de tchetchenos na província russa do Daguestão ocorridos desde agosto de 1998. O estopim da crise, que levou à reação russa, foi uma série de atentados terroristas, contra um prédio residencial de famílias de soldados russos, que matou 62 pessoas, e outros atentados em Moscou que causaram mais de 300 mortes. O ataque a um hospital causou 120 mortes. A campanha militar russa de 1999 reverteu o resultado da primeira guerra na Tchechênia, em que a região havia ganho autonomia, considerada como independência *de facto*. Entretanto o único país que reconheceu a independência tchetchena foi o Afeganistão durante o período do Talebã. A guerra tchetchena atraiu um grande número de combatentes jihadistas (*mujahidins*) estrangeiros, incluindo veteranos do Afeganistão. A *Jihad* afegã ganhava um novo contorno internacional. Durante a campanha inicial, militares russos e os tchetchenos pró-Rússia enfrentaram os separatistas tchetchenos e os mujahidins estrangeiros em combate aberto. A capital tchetchena Grozny sofreu um longo cerco que durou de 1999 até meados de fevereiro do ano seguinte.

A Rússia estabeleceu finalmente o controle direto da Tchechênia, em maio de 2000, após uma ofensiva em grande escala. Focos esporádicos de resistência dos insurgentes tchetchenos continuaram em toda a região do Cáucaso durante mais alguns anos. O novo primeiro-ministro, Vladimir Putin (nomeado por Bóris Yeltsin um mês antes), tornou-se conhecido nacionalmente por ter liderado a ofensiva no Cáucaso e ter derrotado os separatistas tchetchenos. Putin, com base nisso, venceu facilmente as eleições de 2000.[565] Alguns rebeldes tchetchenos realizaram novos ataques contra alvos civis na Rússia, incluindo a invasão do teatro de Dubrovka, na periferia de Moscou, durante a realização de um espetáculo, o que resultou cerca de 200 mortes de civis, em 2002, depois que as forças especiais russas (*Spetsnaz*) bombearam um gás tóxico para dentro do teatro, provocando a catástrofe. O apoio da Arábia Saudita aos separatistas tchetchenos tornou as relações russo-sauditas mais tensas, a ponto do presidente Putin ameaçar publicamente o governo saudita de retaliação militar caso um novo atentado ocorresse.[566]

Nos EUA, o governo de George W. Bush, logo depois de eleito, tinha procurado revivificar as relações com agências privadas vinculadas à CIA: em abril de 2001 o novo governo dos EUA alocou 350 milhões de dólares para fazer com que o ex-rei retornasse para governar o Afeganistão. As mesmas fontes da CIA admitiram que o período em que ela trabalhava "por debaixo dos panos" com a "Aliança do Norte" remontava ao final dos anos 1990. Na luta entre talibãs e *mujahedins* se inseria o controle do tráfico de ópio. No conflito de mais de uma década entre o fundamentalismo wahabita, no poder na Arábia Saudita, e o governo iraquiano de Saddam Hussein, Osama Bin Laden trabalhou junto aos EUA ligando a luta contra Saddam com a luta contra os afegãos apoiados pelos russos.

A "guerra santa" de Osama Bin Laden contra o Iraque tinha o objetivo de aumentar as tensões desse país com a Arábia Saudita e com os EUA. O jornal *Washington Post* recordou que o Sudão, depois do primeiro atentado às Torres Gêmeas em 1995, pelo qual foi formalmente acusado Osama Bin Laden, "ofereceu-o" de graça ao presidente Bill Clinton, que recusou sua extradição, "preferindo" que fosse para o Afeganistão. Osama continuou a recrutar e financiar o treino de muitos militantes (mais árabes do que afegãos). Em compensação, Bill Clinton mandou bombardear a fábrica sudanesa de fármacos, sob o pretexto de que produzia gás nervino.

---

[565] Angus Roxburgh. *The Strongman*.Vladimir Putin and the struggle for Russia. Londres, I. B. Tauris, 2012.

[566] Em 2004, um grupo de terroristas tchetchenos atravessou a fronteira russa e tomou uma escola com mais de mil crianças na cidade de Beslan, Ossétia do Norte. A crise de reféns da escola de Beslan durou três dias e terminou com os terroristas detonando explosivos na escola e matando 334 e ferindo 700 pessoas.

Durante toda a década de 1980 os EUA construíram bases militares e instalações na Arábia Saudita por valor 200 bilhões de dólares, sua mais alta despesa militar externa nesse período. Muitas das empreitadas passaram pela família Bin Laden (entre elas as torres Khobar em Dhahran, cujo bombardeio foi atribuído em 1996 a Osama Bin Laden); quase todo o dinheiro para pagá-las saiu das caixas-fortes da casa real árabe. Durante os anos 1990, até o momento das agressões à Iugoslávia, Osama Bin Laden continuou a agir para a empresa da família, que enriqueceu com as guerras:[567] "Quanto mais o tempo passa, mais fica claro que as agências americanas, durante o período do 'pós-guerra fria', tenham acolhido e dado hospitalidade a terroristas internacionais. A *Jihad* islâmica, bem vista pelos governos americanos, providenciou o envio de mercenários e armas, por conta dos EUA, para os Balcãs e para os estados da ex-URSS. Tudo isto gerou uma circulação de dólares multimilionária no comércio de droga e na consequente lavagem daquele dinheiro sujo em todo o sistema bancário ocidental".[568]

O núcleo da família Bin Laden era ligado nos EUA à *holding* do grupo Carlyle,[569] muito operante no setor aeroespacial e militar e praticamente presente ou influente em todas as esferas de poder econômico e polítoco dos EUA. Não existia nenhuma importante personalidade econômica ou política dos círculos do poder norte-americano que não tivesse tido, através da ligação empresarial mencionada, estreitos contatos de negócios com os Bin Laden, incluído o vice-diretor da CIA, Frank Carlucci, que levou para o grupo Carlyle dezenas de agentes que tinham "deixado o serviço", ou o magnata financeiro George Soros: "O império de negócios de Osma Bin Laden se estendeu pela região e também pelo Ocidente, despistando através do uso de *holdings* e de terceiros. As *holdings* incluíam companhias comerciais em Quênia, bancos, empreiteras e fundos de investimento no Sudão, onde possuíam o monopólio da produção de goma arábica, principal produto de exportação, e um conjunto de emprfesas produtoras de sucos de fruta nos EUA. O sucesso do império comercial de Osama era bem maior do que supunham seus anfitriões sudaneses".[570]

Na Ásia Central (com um potencial ainda não explorado estimado em mais de seis trilhões de metros cúbicos de gás), onde Al Qaeda operava privilegiadamente, se encontrava o percurso escolhido para um novo corredor de energia, encabeçado pelo Turcomenistão e pelo Uzbesquistão, seguidos pelo Cazaquistão, Quirguistão, Tadjquistão, e juntamente com Afeganistão e Paquistão, partes da Índia e da China, como vias de saída. Os EUA possuíam não mais de 3% das reservas mundiais de gás conhecidas (com 5% da população e 25% do consumo mundial), por isso o controle de todos os percursos de penetração da área do Golfo

---

[567] Os interesses financeiros da família Bin Laden são representados pela *Saudi Binladin Group*, um conglomerado global de petróleo e gestão de patrimônio arrecadando US $ 2 bilhões por ano, sendo a maior empresa de construção do mundo, com escritórios em Londres, Dubai e Genebra. A família Bin Laden também seria proprietária de parte da Microsoft e da Boeing.

[568] *Wall Street Journal*, Nova York, 27 de setembro de 2001.

[569] O *Carlyle Group* é uma firma de *private equity* fundada em 1987 por Stephen L. Norris e David M. Rubenstein. Tem sede em Washington e filiais em diversos lugares do mundo. É uma das principais empresas de *Leveraged Buyout* (LBO) do mundo. O grupo é administrado por uma equipe de antigo pessoal do governo americano, incluindo o seu presidente Frank Carlucci, ex-vice-director da CIA antes de se tornar secretário da Defesa. Seu vice é James Baker II, que foi secretário de Estado sob George Bush. Vários ex políticos de alto gabarito são empregados para representar a companhia no estrangeiro, dentre eles John Major, ex primeiro-ministro britânico, bem como George Bush pai, outrora diretor da CIA antes de se tornar presidente dos EUA. Craig Unger, em *House of Bush, House of Saud*, relata que Salem bin Laden investiu nas empresas dos Bush através de James R. Bath, seu representante comercial exclusivo para os Estados Unidos. Salem bin Laden também teria investido algum dinheiro na *Arbusto Energy*, uma empresa dirigida por George W. Bush. Vários membros da família Bush são investidores da Carlyle Group. Os grupos Carlyle e Binladin cortaram suas relações de negócios em 26 de outubro de 2001.

[570] Adam Robinson. *Bin Laden*. Behind the mask of the terrorist. Nova Déli, Vision Books, 2001, p. 124.

Pérsico até a Eurásia assumia uma prioridade estratégica que ultrapassava em muito a questão dos hidrocarbonetos. Oleodutos e gasodutos provenientes da Bacia do Mar Cáspio, por outro lado, atravessavam a Rússia.

O Afeganistão ocupava uma posição estratégica, não tanto por suas poucas reservas de gás, mas por ser um local de entrecruzamento, encontrando-se como ponto de equilíbrio dos países da Ásia Central, entre o Oriente Médio, o subcontinente indiano e o Turcomenistão, na perspectiva dos enormes mercados de capitais representados pela Índia, China e Japão. Por essas razões, para planejar os negócios naquela zona depois do desmantelamento do *Comecon* (o mercado comum "socialista" encabeçado pela URSS), as empresas petrolíferas dos EUA deviam domar a instabilidade política da região. A família Bush pediu ao FBI que se abstivesse de indagar sobre as suas ligações com a família Bin Laden, anteriores ao atentado ao WTC. A BBC de Londres informou sobre um documento secreto do FBI que sublinhava as conexões entre a CIA e a Arábia Saudita, e entre a família Bush e os Bin Laden.

Com o fim temporário das guerras na Ásia Central e no Golfo Pérsico, a questão palestina voltou ao centro da cena do Oriente Médio. Na Faixa de Gaza eram visíveis e palpáveis as razões para a resistência dos palestinos. Com uma população de mais de um milhão de habitantes, a Faixa de Gaza, a "Soweto de Israel", não era um Estado independente nem fora anexada a Israel. As forças de defesa de Israel controlavam toda sua fronteira. Se os moradores de Gaza quisessem sair dessa área, precisavam obter uma permissão dos israelenses. Muitos palestinos - nascidos a partir de 1967 - nunca saíram da faixa, uma tripa de terra situada entre o deserto de Neguev e o mar Mediterrâneo, com 46 quilômetros de comprimento e 10 quilômetros de largura, aproximadamente. Algumas das piores condições de vida estavam no acampamento de Dehaishem, visitado pelo papa João Paulo II.

Segundo descreveu o *New York Times*, "quase dez mil refugiados palestinos, quase todos muçulmanos, vivem em menos de uma milha quadrada de terra, amontoados em barracos que formam becos salpicados de sucata de carros velhos, velhas bobinas de fio e lixo. Eles são refugiados há 52 anos, e muitos deles ainda guardam as chaves das casas que foram forçados a abandonar, na luta que se seguiu à criação de Israel". A grande maioria dos quatro milhões de palestinos refugiados vivia dispersa pelos países árabes em terríveis condições de vida ou em territórios ocupados por Israel na condição de refugiados em sua própria pátria.

Segundo reconheceu Shlomo Ben-Ami, ministro do exterior de Israel, após a guerra do Golfo Pérsico os Estados Unidos haviam conseguido impor seu programa para Palestina, representado pelo "processo de paz" firmado em Oslo, que tinha como meta o estabelecimento de uma dependência neocolonial permanente de população palestina na Cisjordânia e na Faixa de Gaza. Pelos acordos de 1993 e 1995, os "Acordos de Oslo", Israel simbolicamente reconheceu a legitimidade da nação palestina e o seu direito a um Estado próprio, ao passo que a OLP e a ANP declaravam pela primeira vez reconhecer o direito à existência do Estado de Israel.

A Intifada estourou como uma revolta da população árabe palestina contra os Acordos de Oslo e de Camp David, nos quais ficara claro que o futuro "Estado palestino" incluiria apenas 18% do território histórico do país, dividido em pelo menos oito cantões, sem controle de seus recursos hídricos, dependente do Estado de Israel em todos os sentidos possíveis. As cúpulas Israel/OLP sequer abordaram as principais demandas do movimento de libertação nacional palestino, nem a transformação de Jerusalém oriental na capital palestina e nem o direito de retorno dos refugiados. Aos olhos da população palestina o "processo de paz" era uma operação para retalhar a margem ocidental do rio Jordão e Gaza, estabelecendo um regime de segregação sobre uma série de bantustões controlados militar e economicamente por Israel, com o consentimento da Autoridade Nacional Palestina.

A chamada “solução dos dois Estados” negava o direito fundamental de retorno dos palestinos expulsos de suas terras e lares, calculados em três milhões de pessoas, sem falar do milhão de árabes vivendo dentro das fronteiras de Israel, que se somaram à Intifada dos seus compatriotas do outro lado da fronteira não por solidariedade étnica ou religiosa, mas porque se sentiam igualmente sob o ataque e opressão constantes do Estado de Israel. Em 1976, por ocasião da luta contra o confisco de terras e do “Comitê para a Defesa das Terras Árabes”, apenas 20% das terras do país ainda estavam em mãos de árabes. A proposta norte-americana para questão palestina implicava manter a Faixa de Gaza separada da Cisjordânia, esta dividida em três cantões separados uns dos outros, com a cidade de Jerusalém expandida com colônias israelenses. Os EUA forneciam vasta assistência econômica e militar a Israel, que expandia suas colônias nos territórios ocupados e impunha aos palestinos um regime brutal, sujeitando-os à uma humilhação e repressão diárias, num processo que se intensificou ao longo dos anos 1990.

A radicalização da luta contra a ocupação israelense se aprofundou com a segunda Intifada, ou “Intifada de Al Aqsa”, iniciada em 29 de setembro de 2000, após uma visita provocativa do primeiro-ministro de Israel, Ariel Sharon, à Esplanada das Mesquitas, quando dois dias depois, o exército israelense matou dezenas de palestinos indefesos que estavam saindo da mesquita de Al Aqsa, um dos locais sagrados do islamismo. Nos dias seguintes Israel usou helicópteros para atacar alvos civis, matando muitas pessoas. Todo o conflito aconteceu nos territórios ocupados; os palestinos não responderam ao fogo israelense. Em 3 de outubro de 2000, o presidente Bill Clinton enviou helicópteros militares avançados a Israel, e o Pentâgono anunciou que não haveria restrições ao uso deles pelos israelenses. Israel passou a empregar seus aviões F16 mais avançados para missões de ataque. Os EUA passaram a ser unanimemente odiados no Oriente Médio por seu apoio a Israel, compreendendo os subsídios de entre US$ 3 e 4 bilhões anuais para sustentar a ocupação israelense: nos primeiros doze meses da nova Intifada, ao menos 597 palestinos e 170 israelenses morreram. E a reação palestina começou a se valer cada vez mais de atentados suicidas.

A organização israelense *Gush Shalom*, que lutava pela retirada das colônias nos territórios ocupados através do boicote aos seus produtos, publicou uma matéria no jornal *Haaretz* de 16 de fevereiro de 2001: “Dias atrás o Partido Trabalhista declarou que Sharon iria causar um banho de sangue e a guerra. Agora os líderes trabalhistas correm para integrar o governo Sharon prontos para fornecer o álibi que ele necessita para o banho de sangue e a guerra”. A resposta à pergunta sobre o que levava correntes aparentemente adversárias como Likud e os trabalhistas a formarem governos de ‘unidade’ está no acordo estratégico sobre a natureza do estado colonizador que leva a uma aliança histórica entre essas correntes, apesar das diferenças táticas. Por exemplo, levou a que se dividissem sobre a aceitação da partilha da Palestina de 1947, mas não em relação ao que fazer com os árabes residentes.

No *International Policy Institute for Counter-Terrorism* (ICT), criado em 1996 em Israel, Yoram Schweitzer, durante uma “Conferência Internacional sobre Terrorismo Suicida” realizada em abril de 2000, afirmou que o número médio de vítimas era de nove a treze por atentado, e acrescentou: "O terrorismo suicida pode representar no futuro um grande potencial de risco se os terroristas fizerem operações combinadas com ações espetaculares, tais como explodir aviões ou usar armas de destruição em massa. Esta combinação vai aumentar imensamente o número de mortos de um simples ataque terrorista e vai ter um efeito psicológico terrível sobre o moral do público. Nesse nível, o terrorismo suicida se constituirá numa genuína e estratégica ameaça e será, provavelmente, enfrentada como tal".

E, de fato, quase exatamente no primeiro aniversário da segunda Intifada, se produziram em Nova York os atentados de 11 de setembro de 2001, um conjunto de ataques suicidas coordenados por Al Qaeda. Dezenove militantes desse grupo sequestraram quatro aviões comerciais de passageiros; dois deles colidiram intencionalmente contra as “Torres Gêmeas”

do complexo empresarial do *World Trade Center*, matando todos os que estavam a bordo e muitas das pessoas que trabalhavam nos edifícios. Ambos os prédios desmoronaram duas horas após os impactos, destruindo edifícios vizinhos e causando vários outros danos. O terceiro avião de passageiros colidiu contra o Pentágono, a sede do Departamento de Defesa dos Estados Unidos, na Virgínia, nos arredores de Washington.

11 de setembro de 2001 em Nova York: assim como no Oriente Médio, a morte chega dos céus

O quarto avião sequestrado caiu em um campo aberto próximo de Shanksville, na Pensilvânia, depois de (aparentemente) alguns de seus passageiros e tripulantes terem tentado retomar o controle da aeronave dos sequestradores, que pretendiam usá-la para se precipitar na capital norte-americana (provavelmente no Capitólio). Não houve sobreviventes em qualquer um dos voos. Segundo jornalistas da *Al Jazeera*, *Al Qaeda* inicialmente tinha planejado fazer com que os aviões sequestrados atingissem instalações nucleares, mas foi decidido não fazê-lo para que os ataques não "saíssem de controle" (ou seja, deflagrassem uma guerra mundial nuclear, embora a rede de TV árabe não o dissesse). O número total de vítimas dos atentados foi de exatas 2.823 pessoas.

A maioria das vítimas do mega-atentado era civil, composta por cidadãos de mais de setenta países. O governo dos EUA respondeu aos ataques com o lançamento de uma alegada “guerra infinita”, em escala mundial, e do *Patriot Act* en escala local, cerceando as liberdades democráticas nos EUA, e atribuindo ao seu exército e aos seus serviços secretos autorização para operar como bem entendessem em qualquer parte do mundo, sob o pretexto espetacularmente conhecido e justificador do “combate ao terrorismo”. Era uma mudança qualitativa no intervencionismo externo dos EUA, o que levou facilmente à hipótese do autoatentado como explicação dos acontecimentos de 11 de setembro de 2001.

Isto nunca foi provado cabalmente, embora as falhas e negligências ululantes no aparelho de segurança e de prevenção de atentados terroristas nos EUA, que já haviam sofridos vários atentados recentemente no exterior, e sofriam agora o pior deles nada menos que em Nova York, alimentassem todas as especulações possíveis a respeito. Elas apontaram, no mínimo, a constatação de uma perda completa, por parte dos serviços secretos ianques e até por parte de suas Forças Armadas, do controle sobre seus próprios mecanismos internos de funcionamento, e sobre as alianças e cumplicidades externas estabelecidas em função de

objetivos perseguidos ou decididos completamente por fora e até ocultos de suas instituições representativas.

Num livro a respeito, sóbrio, bem documentado e pouco dado a especulações fantasiosas, Nafeez Mossadecq Ahmed, pesquisador britânico (e árabe), apontou seis questões básicas a respeito do atentado de 11 de setembro de 2001 que não obtiveram resposta minimamente plausível por parte do governo norte-americano:

1) A invasão do Afeganistão, tomando como pretexto o "11/9", foi o resultado dos atentados de 11 de setembro ou, como muitos dados o indicavam claramente, tinha sido programada com antecedência?

2) Porque, em que pesem os numerosos e detalhados sinais anunciadores do atentado aéreo, percebidos claramente pelas agências de segurança dos EUA, nada fora feito para preveni-los?

3) Porque, no dia dos atentados, não foram aplicados, por parte das autoridades responsáveis, os procedimentos rotineiros de interceptação de aviões desviados de rota, procedimentos que independem de decisões do Poder Executivo e de qualquer outra autoridade além desses mesmos responsáveis? A primeira reação destes só foi ordenada *uma hora* depois de constatado o desvio dos aviões comerciais.

4) Quais eram as relações econômicas entre a família Bin Laden e a família Bush? Elas haviam sido interrompidas há tempos, como fora alegado, ou, como parecia evidente, haviam continuado antes e depois dos atentados?

5) Osama Bin Laden estava realmente rompido com sua família de grandes empresários e proprietários sauditas ou, como indicavam fontes sérias e confiáveis, mantinha ainda com ela relações de estreita cooperação?

6) A quem pertenceriam os benefícios econômicos decorrentes da guerra no Afeganistão e das sucessivas e anunciadas novas campanhas de "guerra contra o terrorismo" e "guerra infinita"?[571]

A história subsequente despejou algumas das respostas a essas perguntas, ou pelo menos uma aproximação plausível a elas, menos baseadas em teorias conspiratórias (embora conspirações sempre existam, inclusive neste caso) e mais na decomposição do imperialismo norte-americano, de sua base capitalista "em casa" e de seu sistema de dominação internacional. O recrutamento internacional do terrorismo de base islâmica não fez senão crescer nos anos sucessivos: "Um dos pontos em comum dos jovens (recrutas) é mais sua condição de erradicados da globalização do que sua condição econômico-social. Como foi o caso dos autores dos atentados do 11 de setembro, seus percursos mostram um nomadismo e uma mobilidade permanente nos países e na cultura do Ocidente".[572] Essas condições lhe forneceram uma base de massa para o recrutamento nos EUA e na Europa no século XXI.

[571] Nafeez Mossadeq Ahmed. *Guerra Allá Libertà.* Il ruolo dell'amministrazione Bush nell'atacco dell'11 settembre. Roma, Fazi Editore, 2002.

[572] Jocelyne Cesari. *Op. Cit.*, p.151.

A “GUERRA INFINITA” E A DESTRUIÇÃO DO AFEGANISTÃO

Depois do 11 de setembro de 2001, os EUA declararam uma “guerra mundial contra o terrorismo”,[573] listando 28 organizações a serem combatidas, e definindo três “critérios legais” para a listagem: 1. A organização devia ser estrangeira. 2. A organização devia participar em atividades terroristas tal como definido na Lei de Imigração e Nacionalidade. 3. As atividades da organização deviam representar uma ameaça à segurança dos cidadãos norte-americanos ou à segurança nacional (defesa nacional, relações exteriores ou interesses econômicos) dos EUA. Todos os critérios eram nacionais (a extrema-direita americana poderia explodir quantas Oklahomas desejasse, como acabava de fazê-lo pouco antes dos atentados de Al Qaeda, sem conseguir ser catalogada como “terrorista”).

Como foi notado, a diferença da “guerra infinita” com as políticas precedentes dos EUA era, inicialmente, só de grau: “A ´guerra contra o terrorismo´ não é uma nova estratégia, mas a reformulação de evoluções antigas e de decisões já tomadas sobre o Oriente Médio (vontade israelense de reduzir a Autoridade Palestina, opção norte-americana e não se opor a Ariel Sharon, decisão de atacar militarmente o Iraque) ou sobre a Rússia e a OTAN, e também sobre a política interna, com um aperto do controle da população civil. O 11 de seembro transformou o equilíbrio mundial somente na medida em que levou à hiperpotência norte-americana a redefinir a ameaça e a estratégia futura. Mas nenhuma das outras potências chegou à mesma conclusão... Separando o mundo em dois campos, e deixando só para os EUA a definição do que seria terrorismo, isso obrigou os otros atores a definir-se em relação à potência hegemônica, ou melhor, deu a uma hegemonia de fato o discurso de discriminação e de classificação dos conflitos que lhe faltava”.[574]

O *Patriot Act* norte-americano suprimiu numerosas liberdades individuais e estabeleceu o direito dos serviços de inteligência dos EUA de espionar seus cidadãos sem autorização judicial prévia, além de estender esse “direito” dos serviços fora das fronteiras do país: “Concebida logo depois de 11 de setembro para legitimar toda forma de violência na resposta norte-americana ao ‘terrorismo internacional’, a qualificação de *combatant enemy* foi inicialmente reservada aos prisioneiros capturados no Afeganistão suspeitos de atividade terrorista, considerando legítima qualquer medida repressiva e a violação de toda garantia jurídica. Um mês e meio depois a qualificação foi estendida ao território dos EUA afetando todo imigrado irregular vindo mdo oriente Médio. Em 2002 foram declarados ‘inimigos combatentes’ todos os supeitos de terrorismo, inclusive de nacionalidade norte-americana”.[575]

Muitos outros países também reforçaram a sua legislação antiterrorismo e ampliaram os poderes de aplicação da lei discricional. Em 24 de setembro de 2001, o presidente Bush lançou um ataque “contra a base financeira da rede global do terror”. Foi anunciado o congelamento dos bens de 27 organizações e indivíduos suspeitos de manterem relações com Bin Laden. A partir dessa data, a lista tornou-se ainda mais longa do que a do relatório Brisard. Sob a pressão norte-americana, o Conselho de Segurança da ONU votou várias resoluções, pedindo às nações membros da organização que privassem às “redes terroristas” de qualquer apoio financeiro e logístico.

---

[573] Um dispositivo legal de exceção estava já em vigor nos EUA a partir de 1996, quando se instaurou um procedimento chamado de “secreto da prova” (ou seja, completo arbítrio) para supostamente combater a imigração ilegal (*Illegal Immigration Reform*), ou aquela julgada “perigosa”, criando tribunais *ad hoc* não submetidos à lei ordinária. Os dispositivos pós 11/9 aprofundaram uma trilha que já tinha sido aberta.

[574] Olivier Roy. *Les Illusions du 11 Septembre*. Paris, Seuil, 2002, pp. 16-17.

[575] Alberto Burgio et al. *Escalation*. Anatomia della guerra infinita. Roma, DeriveApprodi, 2005, p. 220.

A Bolsa de Valores de Wall Street ficou fechada na semana seguinte aos ataques e registrou enormes prejuízos ao reabrir, especialmente nas indústrias aérea e de seguro. Na reabertura da Bolsa, o índice Dow Jones sofreu a maior perda em pontos de sua história, de 684,81 pontos. Depois das lamentações relativas às perdas de "capital humano", sofridas pelas empresas financeiras com sede nas "Torres" seguiram-se, com uma distância de pouco mais de uma semana, as notícias da demissão em massa de milhares de funcionários dessas mesmas empresas, com a Morgan Stanley à frente, cujos mortos nas torres foram em número menor do que os demitidos logo depois dos atentados.

O problema real, portanto, era a crise da economia norte-americana. A 18 de abril de 2001 a taxa oficial de juros dos EUA, pela primeira vez depois de muitos anos, desceu abaixo da taxa da União Europeia, alcançando uma diferença de -1,25 depois de ter chegado a +2,75. Uma queda total de 4%, com a taxa de juros dos EUA aproximando-se de zero. Portanto, bem antes de 11 de setembro de 2001, sintomas da crise eram já evidentes, com o estouro da "bolha da Internet" (*dot-com bubble*), quando o índice Nasdaq (que mede a variação de preço das ações de empresas de informática e telecomunicações) despencou.

O atentado às Torres Gêmeas não provocou a crise econômica mundial (ela provinha do estouro da bolha das ações da Bolsa de Valores de alta tecnologia, a Nasdq, no ano 2000), mas a colocou em evidência. Os EUA ficaram impelidos, por um lado, a exercer um "ato de autoridade", pois do contrário revelariam sua fraqueza no plano militar. Mas por outro lado, correram o risco de que esse ato de autoridade acentuasse a crise mundial, e minasse essa mesma autoridade de um modo decisivo. Os EUA responderam ao ataque "simbólico" de Al Qaeda com toda a força de sua potência social e militar. A destruição das torres de Manhattan provocou uma queda financeira que já estava latente em todas as bolsas de valores. Depois de ter caído 40% no ano precedente, as ações das "empresas tecnológicas" se encontravam ainda sobrevalorizadas devido à queda de seus lucros, ao crescimento espetacular de suas dívidas, e ao aumento ainda maior de sua capacidade industrial ociosa; a utilização das redes de cabos de fibra ótica, por exemplo, por parte das empresas de telecomunicações, caíra 10%.

A crise das empresas de novas tecnologias afetou o sistema bancário, que já não tinha condições de seguir financiando esse setor. A economia mundial estava entrando em uma fase de recessão generalizada. Em resposta, o FED lançou mais de 600 bilhões de dólares de liquidez no mercado em 2001. A taxa de inadimplência em títulos de dívida de empresas de alto risco, segundo relatório da *Moody's Investors Service*, atingiu o maior nível em dez anos, em outubro de 2001. A inadimplência no financiamento imobiliário e falências pessoais também subiram. Na base dessa deterioração do crédito, encontrava-se um movimento de deflação global. O 11 de setembro de 2001 se inseriu nesse contexto global de crise. Em poucas semanas, os EUA, aliados a outras potências e países, invadiram o Afeganistão para derrubar o governo talibã, acusado de abrigar os terroristas da *Al Qaeda*.

Osama Bin Laden inicialmente negou, mas depois admitiu seu envolvimento nos atentados. A rede de notícias árabe *Al Jazeera* transmitiu uma declaração de Bin Laden em 16 de setembro de 2001, cinco dias depois dos atentados, afirmando que "gostaria de salientar que eu não realizei este ato, que parece ter sido realizado por indivíduos com motivos próprios". Em novembro de 2001, as forças americanas recuperaram uma fita de vídeo de uma casa destruída em Jalalabad, no Afeganistão; nela, Bin Laden admitia a autoria dos ataques. Em 27 de dezembro de 2001, um segundo vídeo de Bin Laden foi divulgado, no qual afirmava: "O terrorismo contra os Estados Unidos merece ser louvado, porque é uma resposta à injustiça, com o objetivo de forçar a América a parar com seu apoio à Israel, que mata nosso povo".

Finalmente, pouco antes da eleição presidencial nos Estados Unidos em 2004, em uma declaração gravada, Osama Bin Laden reconheceu publicamente o envolvimento da Al Qaeda nos ataques e admitiu a sua ligação direta com os atentados: "Somos livres, e queremos

recuperar a liberdade de nossa nação. Ao minar a nossa segurança, nós minamos a sua". Bin Laden admitiu que orientara pessoalmente seus seguidores a atacar o *World Trade Center*. Os Estados Unidos, no entanto, jamais indiciaram formalmente Osama Bin Laden pelos ataques de 11 de setembro de 2001.

Todo tipo de teorias conspiratórias surgiu, adjudicando à CIA e ao Mossad israelense (incluída a inevitável suposição: "Existe uma informação não confirmada de que cerca de 3.000 trabalhadores judeus das torres não foram trabalhar naquele dia", que circulou anonimamente em diversas redes) a verdadeira autoria dos ataques de setembro de 2001, sob a cobertura enganosa de *Al Qaeda*: em resposta afirmou-se que as teorias complotistas possuíam um fundo racista, ou seja, o pressuposto de que os "ignorantes árabes" teriam sido incapazes de organizar um atentado tão bem sucedido.[576] Após os ataques, Bin Laden e seu lugartentente Al-Zawahiri publicaram fitas de vídeos e fitas de áudio expondo as razões dos ataques terroristas.

Osama Bin Laden disse que o profeta Maomé bania a "presença permanente de infiéis na Arábia". Na *fatwā* de 1998, já havia escrito: "Por mais de sete anos, os Estados Unidos têm vindo a ocupar as terras do Islã e os lugares mais santos, a Península Arábica, saqueando suas riquezas, mandando em seus governantes, humilhando seu povo, aterrorizando seus vizinhos, e transformando as bases da península em uma liderança para lutar com os povos muçulmanos vizinhos". Em uma entrevista em 1999 concedida a um repórter paquistanês, Bin Laden disse que achava que os norte-americanos estavam "perto demais de Meca", o que era uma provocação contra todo o mundo muçulmano.

Osama Bin Laden, pontificando na TV

Depois do ataque às Torres Gêmeas, em outra entrevista de Bin Laden, ele atribuiu a toda a população dos EUA os crimes da sua classe dominante, para justificar os atentados terroristas: "Bin Laden negou, e não negou, envolvimento nos ataques de 11 de setembro, dizendo que

[576] "Há um contrabando ideológico notável nas teorias que responsabilizam a CIA pelos atentados de 11 de setembro. Aceitá-las seria atribuir aos EUA poder e capacidade de articulação muito superiores às demonstradas na vida real... Osama Bin Laden reivindicou os atentados? É que, nos foi dito, ele seria pago pela CIA. E assim em consequência. Qual é o objetivo de tudo isso? Provar que Bush e Cheney são capazes de qualquer coisa? Eles nunca provaram competência necessária para ter êxito em uma operação tão sofisticada. No dia seguinte da vitória das tropas americanas no Iraque, não tiveram êxito sequer em mostrar algumas caixas escritas "ADM" para "armas de destruição em massa"... Não se pode imaginar que a Casa Branca se divirta atrás das obsessões relativas à "conspiração" do 11 de setembro, que desviam a atenção das mil e uma intrigas do sistema de dominação atual" (Alexander Cockburn. Le complot du 11-Septembre n'aura pas lieu. *Le Monde Diplomatique*, Paris, dezembro 2006).

todos os americanos são responsáveis pelo 'massacre' de muçulmanos na Palestina, TTchechênia, Caxemira e Iraque, e que os muçulmanos têm o 'direito de atacar em represália'. 'O povo americano deve lembrar que eles pagam impostos a seu governo, eles elegem seu presidente, suas manufaturas de armas governamentais e as dão a Israel e Israel as usa para massacrar os palestinos. O Congresso americano endossa todas as medidas do governo e isso prova que toda a América é responsável'".[577] O governo de George Bush Jr, por sua vez, também enfiou "todos no mesmo saco" (os talibãs, Al Qaeda, o Iraque, o Irã) com a construção do chamado "eixo do mal". Mas, eliminando os inimigos tradicionais do Irã (Saddam Hussein no Iraque, os talibãs no Afeganistão), Washington aumentou o peso político e militar desse país na região. Uma piada que circulava em Teerã dizia que dado que o exército norte-americano trouxe as repúblicas islâmicas ao Afeganistão e ao Iraque, porque eles se incomodariam em invadir o Irã?

Depois de montar às pressas uma coalizão militar inernacional, os EUA, seus aliados e o grupo afegão da "Aliança do Norte" (há muito carcacterizados internacional e oficialmente como criminosos de guerra e criminosos comuns) lançaram um ataque ao Afeganistão em ampla escala a 7 de outubro de 2001. Os EUA começaram a bombardear posições militares do governo talibã, caçando e prendendo no Afeganistão e enviando os prisioneiros para a base militar na Baía de Guantánamo em Cuba. Por serem "combatentes ilegais" os "terroristas" não tiveram direito ao tratamento de prisioneiros de guerra, e foram objeto de sistemáticas torturas por parte das "forças da liberdade". A invasão do Afeganistão foi realizada à revelia das Nações Unidas, que não a autorizaram. O objetivo declarado da invasão era encontrar Osama Bin Laden e outros líderes da *Al Qaeda*, destruir toda a organização e remover do poder o regime talibã, que alegadamente lhe dera apoio.

A invasão marcou o início da "guerra infinita contra o terrorismo", declarada unilateralmente pelo governo de George W. Bush. Como toda guerra precisa de um inimigo, Bush designou o "fascismo islâmico",[578] uma denominação ambígua em que o peso do adjetivo era bem superior ao do substantivo, e que pretendia recuperar para a operação militar na Ásia Central (e para o cerceamento das liberdades democráticas no restante do mundo, EUA incluídos) os míticos blasões dourados da guerra antifascista dos EUA concluída em 1945.

A apressada definição foi seguida de esclarecimentos sobre o respeito dos EUA pela religião islâmica (e por todas as outras, algo bastante necessário por parte de um presidente que começava suas reuniões de gabinete lendo trechos da Bíblia), e do sentido da palavra "fascismo". O "imperativo primordial [era] que grande parte da guerra não fosse conhecida pelos cidadãos [dos EUA]", e que atropelasse a "opinião pública" mundial, pois, segundo a inefável asessora Condoleezza Rice, "as Nações Unidas tinham se transformado em algo semelhante à Liga das Nações depois da Primeira Guerra Mundial: um clube de debates que não mostrava os dentes".[579] Depois de dez anos de "multilateralismo", nascia a ordem mundial unilateral.

Para invadir o Afeganistão, a Aliança do Norte – o grupo islâmico afegão adversário dos talibãs - forneceu a maior parte das forças terrestres, enquanto os Estados Unidos e a OTAN ofereceram, na fase inicial, o apoio tático, aéreo e logístico. A Aliança do Norte, no entanto, tinha 20 mil combatentes, contra 45 mil bem treinados e armados talibãs, em grande parte veteranos da guerra antssoviética. O apoio externo era imprescindível, do contrário a "Aliança" teria sido esmagada. Numa segunda fase, após a captura de Cabul, as tropas "ocidentais" aumentariam sua presença no terreno. A ofensiva militar recebeu o nome de "Operação

---

[577] *The Observer*, Londres, 11 de novembro de 2001.

[578] Um ex secretário de Estado do governo Reagan, Fred Iklé, chegou a levantar, em maio de 2002 (no *Wall Street Journal*) a hipótese de se lançar bombas atômicas sobre a Meca e Medina.

[579] Bob Woodward. *Bush en Guerra*. Barcelona, Península, 2003, pp. 119 e 366.

Liberdade Duradoura" (*Enduring Freedom*, OEF). *Al Qaeda* e o Talibã operavam principalmente no leste e sul do país, ao longo das fronteiras com o Paquistão. 28.300 dos soldados da OEF eram dos EUA, no começo do conflito. A segunda operação começou com a formação da Força Internacional de Assistência para Segurança (ISAF), criada pelo Conselho de Segurança da ONU no final de dezembro de 2001 para "estabilizar o país e derrotar a insurgência". A OTAN assumiria o controle da ISAF em 2003. Em que pesem as otimistas declarações iniciais de Bush, a "curta operação de polícia" dos EUA e da OTAN se transformou numa "guerra" (seria melhor dizer operação militar) de longo pecurso. Cinco anos depois, em dezembro de 2008, as forças internacionais possuíam cerca de 51.350 soldados de 41 países no Afeganistão, com os membros da OTAN proporcionando o núcleo das tropas. No auge da guerra, os Estados Unidos tinham cerca de 68.000 soldados no país. A segunda maior força era do Reino Unido, com 9.000 combatentes. O ataque inicial removeu o Talibã do poder. Depois do ataque às cavernas de Tora Bora, suposto refúgio de Al Qaeda e do próprio Bin Laden, as forças afegãs aliadas, os EUA e seus aliados consolidaram sua posição no país.

A suposta "guerra", infinita ou não, foi um operativo de destruição de um país, o Afeganistão, pois uma guerra exige dois adversários no terreno das operações, o que não foi o caso. Houve um bombardeio sistemático do país, a partir de aviões voando em grandes altitudes, apoiados por navios e submarinos afastados do teatro de operações, que lançaram milhares de mísseis e toneladas de bombas sobre as cidades afegãs. A intimidação assassina em escala massiva substituíam formalmente a guerra, executada por uma potência autoproclamada xerife internacional indiscutido.

Com líderes tribais e antigos exilados foi formado em Cabul um governo interino afegão, sob a liderança de Hamid Karzaï. As prodigiosas e equipadíssimas "cavernas" de Tora Bora no Afeganistão tinham sido construídas dez anos antes pelo grupo empresarial Bin Laden por conta dos EUA-OTAN, em função da guerra antissoviética nesse país. Serviam agora de base para Al Qaeda e os talibãs. As forças norte-americanas estabeleceram sua base principal, a base aérea de Bagram, ao norte de Cabul. Muitos postos avançados foram criados em províncias orientais para capturar fugitivos do Talibã e de *Al Qaeda*. O número de tropas da coalizão militar liderada pelos EUA operando no país cresceu sistematicamente, até se transformar numa literal ocupação do país.

As cavernas de Tora Bora

Depois do ataque inicial, as forças da *Al Qaeda* começaram se a reorganizar nas montanhas de Shahi-Kot na Província de Paktia em janeiro e fevereiro de 2002. A intenção dos rebeldes era usar a região como base para lançar ataques de guerrilha e, possivelmente, para uma grande ofensiva semelhante ao antigo combate contra as tropas soviéticas. As fontes de inteligência dos Estados Unidos e as milícias afegãs aliadas daqueles logo notaram a nova disposição e prepararam uma enorme força militar para combatê-lo. Em março de 2002, as forças afegãs e norte-americanas lançaram uma ofensiva contra as forças da *Al Qaeda* e os talibãs entrincheirados nas montanhas. As forças rebeldes, que utilizavam armas pequenas, foram encurraladas nas cavernas nas encostas das altas montanhas. As tropas da coalizão e os norte-americanos subestimaram seus adversários, considerando-os como um pequeno grupo isolado de menos de 200 unidades: mas eles eram entre mil e cinco mil, e estavam recebendo reforços.

Após a batalha no Shahi-Kot, os combatentes da *Al Qaeda* estabeleceram-se em abrigos de protetores tribais no Paquistão, onde suas forças novamente começaram a lançar ataques através da fronteira contra forças dos EUA, a partir de meados de 2002, com o uso de pequenas unidades de guerrilha. E forças talibãs continuaram a permanecer escondidas em áreas rurais do sul, em quatro províncias que formavam seu reduto, Candaar, Zabol, Helmand e Uruzugan. Na esteira da "Operação Anaconda", o Pentágono exigiu que os *Royal Marines* britânicos, altamente treinados em guerra de montanha, fossem mobilizados. Eles realizaram uma série de missões ao longo de várias semanas com resultados variados. O novo governo afegão, imposto pelos EUA e a coalizão militar da OTAN, não passava de um poder fantoche que controlava uma reduzida porção do território do país.

Os atentados novaiorquinos de 11 de setembro de 2001 foram desse modo usados pelos EUA para uma invasão e uma carneficina no Afeganistão, a partir de outubro desse ano. As "forças aliadas" não tardaram em ocupar o país. Assim como ao longo dos conflitos na ex-Iugoslávia (em especial em Kossovo, em 1999) as forças norte-americanas evitaram um contato imediato com as tropas adversárias no solo, voltando-se para ações de destruição da infraestrutura logística, militar e econômica. Vigia a chamada Doutrina Powell ("Nós atiramos (a distância) e eles morrem"). Os norte-americanos tinham supostamente descoberto a "guerra ideal" (em comparação com a carnificina do Vietnã), a guerra "cirúrgica", sem baixas próprias e sem visão dos alvos humanos atingidos.

Afeganistão 2001: "bombardeio cirúrgico"

Por outro lado, a conquista de Afeganistão pelos Estados Unidos e os "senhores da guerra" afegãos foi, certamente, "boa" para fazer voltar o Afeganistão para seu lugar no mercado

mundial... da heroína. Nas áreas dominadas pelos "senhores da guerra afegã", aliados dos EUA, as plantações renasceram em todos os lugares, e na Europa começou a alarmar o rebrote da venda do ópio afegão. Antes disso, em julho de 2000, o governo dos talibãs ordenara a destruição dos cultivos de papoulas, e o Afeganistão parou de ser o primeiro produtor mundial de heroína. Mas os cultivos ficaram, e até triplicaram, na área dominada pela Aliança do Norte, aliada dos norte-americanos contra os talibãs. Com a ocupação, os cultivos se alongaram novamente para o país inteiro, com colheitas recordes. Os preços no mercado mundial da droga caíram.

Tão impressionista quanto afirmar que os atentados de 11 de setembro acertavam um golpe decisivo ao "poder (ou violência) simbólico dos EUA", foi afirmar que a vitória obtida pelos norte-americanos no Afeganistão revertera por completo as tendências da situação mundial. Os atentados às *Twin Towers* expressaram, em primeiro lugar, uma decomposição sem precedentes dos aparelhos de segurança dos EUA, pois foram executados por um grupo terrorista unido por laços econômicos e políticos aos EUA, os quais haviam financiado durante um longo período sua expansão.

Os atentados deram pretexto para a montagem de uma "aliança mundial contra o terrorismo", supostamente unânime, que se revelou logo frágil. No Afeganistão invadido e ocupado, o governo de Hamid Karzaï não conseguiu impor sua autoridade num país patrulhado por tropas norte-americanas e da OTAN, com 26 milhões de habitantes e expectativa de vida de 46 anos (homens) e de 45 anos (mulheres). As províncias afegãs continuaram dominadas pelos "senhores da guerra", e o Talibã reagrupou-se nas escolas islâmicas e aldeias do outro lado da fronteira com o Paquistão, onde também encontrou refúgio (ou prisão), ao longo de uma década, o próprio Osama Bin Laden.[580]

A principal preocupação, no mundo capitalista, com os atentados, foi a das suas repercussões econômicas. Nesta nova fase política mundial, "o famoso comentário feito por John Maynard Keynes, de que os economistas deveriam deixar de se preocupar tanto com o que acontecerá no longo prazo, porque no longo prazo estaremos todos mortos, não parece tão engraçado nos dias atuais. Quando pensamos nos efeitos econômicos do episódio de 11 de setembro, é importante distinguir entre os efeitos de curto prazo – que foram devastadores – e as consequências a prazo mais longo, que podem ser bem diferentes. Muitos comentaristas expressaram o receio de que o episódio de 11 de setembro lance a instável economia global na recessão. Isso poderá ser verdade, no curto prazo. Mas não creio que essa psicologia deflacionária perdure – pela simples razão de que não há meio de os Estados Unidos e seus aliados saírem dessa confusão sem gastar muito dinheiro. A começar pelo pacote de estímulo da administração Bush, de reduções de impostos e novos gastos, que injetará até US$130 bilhões de dólares na economia no próximo ano.

"Acrescente-se o custo da própria guerra, que, segundo o presidente Bush, poderá durar anos e levar ao deslocamento de tropas americanas para os mais diversos pontos do mundo. Acrescentem-se os bilhões de dólares que serão gastos com novas tecnologias destinadas a defender um público amedrontado do antraz e de outros horrores terroristas. Todos esses

[580] Depois de uma perseguição de quase dez anos, Osama Bin Laden foi morto por forças especiais norte-americanas em um complexo em Abbottabad, no Paquistão, em 2 de maio de 2011. Essa é a versão oficial. Segundo o bem informado jornalista Seymour Hersch, o episódio de Abbottabad não passou de uma encenação, pois Bin Laden se encontrava há tempos detido em cárcere clandestino, prisioneiro dos serviços secretos paquistaníes, que o usavam para controlar as organizações terroristas afegãs. A CIA, mediante torturas de prisioneiros da "guerra antiterror" e subornos, teria descoberto o paradeiro do seu alvo propagandístico nº 1, e negociado com os serviços paquistaníes sua entrega para matá-lo, o que foi feito. Seu suposto "enterro" (no mar), seguindo as normas religiosas islâmicas, teria sido uma criação literária para não ofender a "opinião pública islâmica", e também para ocultar o destino que realmente foi ou teria sido dado ao cadáver de Bin Laden.

custos atingirão uma soma elevadíssima. Em outras palavras, guerras custam dinheiro. E a história nos ensina que as guerras tendem a ser inflacionárias e não deflacionárias. Um mundo mais seguro custará dinheiro: para cobrir o custo de sensores capazes de detectar a presença de antraz e outros venenos; de remédios para vacinar pessoas contra essas doenças; de dispositivos de segurança capazes de detectar redes terroristas e ajudar a frustrar seus planos. E, sim, para cobrir o custo de reconstrução nacional em países como o Afeganistão. Algumas dessas despesas terão um efeito multiplicador sobre a economia global como um todo. Afirma-se que a II Guerra Mundial pôs fim à grande depressão da década de 1930. A única boa ação de Osama Bin Laden poderia consistir no fato de ter colocado em ação as forças que porão fim ao grande colapso econômico de 2001".[581] Essas forças, porém, se esgotaram antes de concluir a década inicial do século XXI.

Para o Prêmio Nobel de Economia Paul Samuelson: "Os esforços do bombardeio no Afeganistão *e possivelmente em outras regiões* absorverão contingentes humanos e seus gastos darão alguma contribuição ao PIB" (grifo nosso). Em boa hora (para o capital, não para os bombardeados). Samuelson não errava no prognóstico geopolítico, embora não fosse essa sua especialidade. As "novas" guerras, porém, não envolviam somente a rivalidade comercial relativa ao petróleo e aos mercados de matérias primas da Ásia Central. Seu fio condutor era a luta pela conquista econômica e política do espaço geopolítico deixado vazio pela dissolução da União Soviética, e pelo controle da restauração capitalista na China.

A direita "ocidentalista" achou nos atentados de 11 de setembro de 2001 um momento de efêmera glória, que a levou às formulações mais delirantes e estapafúrdias. A 10 de julho de 2002, na reunião quadrimestral do Comité Consultivo da Política de Defesa dos EUA, os participantes ouviram a comunicação apresentada por um perito francês da *Rand Corporation*, Laurent Murawic, intitulada "Expulsar os Sauditas da Arábia". Murawiec reintroduziu a teoria de Bernard Lewis: o mundo árabe era palco de uma crise durante os últimos dois séculos, pois não pôde levar a cabo a revolução industrial nem a revolução tecnológica. Esse fracasso provocara uma frustração, que se converteu numa "fúria" contra o mundo ocidental, porque os árabes não conheciam o debate democrático e racional, uma vez que na sua cultura só a violência estava na base da sua prática política. Os ataques de 11 de setembro não eram mais do que uma expressão sintomática do seu método e do se descontentamento.

Murawiec descreveu a família real saudita como incapaz de controlar a situação do mundo árabe. Os sauditas desenvolveram uma interpretação "wahabita" do mundo, com o objetivo de combater o comunismo e a revolução iraniana, tendo perdido o controle da situação que eles próprios criaram. Mas os sauditas detêm o petróleo, os petrodólares e a custódia dos lugares santos, são o centro ao redor do qual gravita o mundo árabe. Livrando-se deles, os Estados Unidos poderiam controlar o petróleo, o dinheiro que provém do petróleo e, acima de tudo, obter o controle dos lugares santos, ou seja, da religião muçulmana. Após o desmoronamento do Islã, além disso, Israel poderia levar a cabo a anexação de Egito (sic). O ex conselheiro do governo francês parecia padecer de *delirium tremens*.

Diante da divulgação pública do conteúdo da magistral conferência, o embaixador saudita exigiu uma explicação, e foi pedido ao Sr. Richard Perle, o figurão seu organizador, para no futuro ser mais discreto. Murawiec foi convidado a abandonar a *Rand Corporation*. Henry Kissinger, o principal formulador de política externa dos EUA no segundo pós-guerra, ao contrário dos cabeças quentes da extrema direita, afirmou: "A América e seus aliados precisam tomar cuidado para não apresentar esta nova política como um choque de civilizações entre o Ocidente e o Islã. A batalha é contra uma minoria radical que macula os aspectos humanos

[581] David Ignatius. Crise também pode ser vítima da guerra. *The Washington Post* / *O Estado de S. Paulo*, 22 de outubro de 2001.

manifestados pelo islamismo em seus períodos grandiosos".[582] Pondo em seu lugar os peso mosca circunstancalmente elevados à categoria de ideólogos alucinados da extrema direta, em vez de uma "nova cruzada", Kissinger, ciente das condições de crise econômica e política em que se desenvolvia a famigerada "guerra infinita", propunha uma nova política, embora não dissesse (ou, mais provavelmente, não soubesse dizer) qual.

[582] *Folha de S.Paulo*, 20 de novembro de 2001.

O PESADELO NUCLEAR NA PENÍNSULA ÍNDICA

Menos de um ano depois dos atentados suicidas de Al Qaeda nos EUA, o conflito bélico pelo território de Caxemira, que havia meio século opunha a Índia ao Paquistão, ameaçou degenerar num enfrentamento geral entre os dois países, com uso de armas nucleares, que provocaria, segundo cálculos de especialistas, de três até doze milhões de mortos imediatamente, chegando a vinte milhões em curto prazo, e o literal aniquilamento do Paquistão: "Um Armaggedon está ameaçando a própria existência de mais de um quinto da raça humana que habita o subcontinente indiano... Um cenário de horror, o de uma guerra nuclear entre dois dos países mais pobres do planeta".[583]

O impressionante armamento acumulado pelos dois paupérrimos países, cuja renda anual *per capita* mal superava 500 dólares, devia-se ao papel de peões que exerciam na política asiática das potências desde a independência do subcontinente indiano do colonialismo britânico, pouco depois do final da Segunda Guerra Mundial: secundariamente, a própria burocracia da União Soviética armou Índia até os dentes, nas décadas de 1950 e 1960, em sua política de chantagem contra a China, especialmente depois da ruptura sino-soviética (1962).[584]

Vejamos as raízes históricas do conflito. Durante a luta pela independência da Índia, o nacionalismo hindu (o Congresso Nacional Indiano, *All India Congress*, liderado por Mahatma Gandhi e seus sucessores) não enfrentou a divisão artificial imposta ao subcontinente indiano pelo colonialismo britânico, o que determinou a constituição de vários países independentes (Índia, Paquistão, e depois Bangladesh – antigo Paquistão Oriental – Ceilão, atual Sri Lanka). A divisão, além dos conflitos religiosos e de outra ordem que a motivara, se enquadrava na estratégia da Inglaterra, dentro do preceito de *divide et impera*, para manter sua presença na região.

A história colonial de Caxemira se edificou sobre a técnica conhecida como "sistema subjacente de alianças": alguns Estados principescos deviam aceitar as normas britânicas e um residente britânico que representaria a Coroa inglesa. Formalmente, a Caxemira era parte das Índias britânicas, e depois da insurreição indiana pela independência de 1857, foi usada como bastião da reação colonialista. Quando o nacionalismo do Congresso, á no século XX, começou a consolidar-se, os príncipes da Caxemira foram usados diversas vezes para combatê-lo. Finalmente, em 1935, quando a aplicação da "Ata da Índia" foi aprovada pela Inglaterra, criando uma legislação central com certo poder para contrabalançar o peso dos nacionalistas, o plano foi realizado de modo a incluir os príncipes: os Estados principescos de Caxemira não estavam mais considerados dentro da Índia.

O Congresso Nacional Indiano restringiu-se formalmente à Índia britânica. Os príncipes de Caxemira eram autocratas semifeudais, sob a proteção britânica, que reivindicavam falar por seus Estados, no momento em que um voto censitário (13% da população) era utilizado para eleger a Assembleia Constituinte da Índia. Os príncipes não podiam simplesmente ignorar a luta pela independência da Índia. Por outro lado, as normas muçulmanas sempre foram proeminentes na Liga Muçulmana da Índia, o outro componente político da luta pela independência do Império Britânico; os senhores feudais de Caxemira não hesitariam em optar pelo Paquistão, quando este foi criado depois da Segunda Guerra Mundial, sobre uma base confessional (muçulmana) contraposta ao hinduísmo.

O *Nizan* (príncipe) da Caxemira, no entanto, tentou fazer seu país permanecer independente no conflito indiano contra o Império Britânico, mas houve no seu país uma insurreição de massas contra os grandes proprietários no campo, com direção comunista, que se transformou

---

[583] Lal Khan. *India and Pakistan*. Millions threatened with a nuclear holocaust. *www.marxist.com,* 6 de junho de 2002.

[584] Cf. Osvaldo Coggiola. *A Revolução Chinesa*. São Paulo, Moderna, 1986.

depois em guerra de guerrilhas. Desde a década de 1930, o Congresso Nacional Indiano, que aspirava uma Caxemira indiana, estava também discutindo uma reforma agrária e a abolição dos latifúndios semifeudais. Uma Conferência Popular de Estado lançou uma agitação pacífica em vários lugares. Mas em Caxemira surgiu uma situação diferenciada.

Os aliados do Congresso na região impuseram regras tão exploratórias e brutais quanto seus predecessores feudais e ingleses, marcadas pelo sectarismo opressivo da "comunidade hindu". Aparte uma pequena classe de *jaigirdars* muçulmanos, os cidadãos islâmicos da Cachemira foram privados de dirteitos e oportunidades. O mesmo ocorreu com a maioria de budistas e hindus não-*rajput*, especialmente os hindus de Caxemira, conhecidos como *pandits*.[585] A população de Caxemira, no entanto, aderiu inicialmente às propostas do Congresso Nacional Indiano, acreditando que este, uma vez no poder, a livraria da opressão dos grandes senhores da terra muçulmanos.

Essas esperanças foram traídas, e a Caxemira passou a ser usada como "moeda de troca" do jogo diplomático de um nacionalismo burguês que se manifestou incapaz de unir os diferentes povos da península índica numa federação democrática, superando as divisões religiosas ou tribais. Isto foi usado pelo imperialismo inglês para manter a influência sobre a região quando, depois da independência da Índia e Paquistão, em agosto de 1947, foi estabelecido um acordo para a divisão de Caxemira (com 45% para a Índia, 33% para o Paquistão e o restante, 12%, para a China, quando este último país ainda se encontrava sob o governo pró-imperialista de Chiang Kai-Shek), sob a égide da ONU, acordo que previa um referendo popular para o estabelecimento do *status* nacional de Caxemira, referendo que nunca foi realizado. Caxemira virou uma nação frustrada pelas manobras das potências, com a sanção favorável da ONU.

DELHI EDITION

The Hindustan Times

LARGEST CIRCULATION IN NORTHERN, NORTH-WESTERN AND CENTRAL INDIA

NEW DELHI: TUESDAY, OCTOBER 28, 1947.

PRICE TWO ANNAS

KASHMIR ACCEDES TO INDIA

PLEBISCITE SOON ON RULER'S DECISION

SHEIKH ABDULLA TO FORM INTERIM GOVT.

UNION TROOPS RUSHED FOR PROTECTION OF STATE

(By Our Special Representative)

Troops And Arms Flown To Srinagar

CONTACT WITH RAIDERS NEAR BARAMULA

MORE REINFORCEMENTS BEING DISPATCHED

Jeeps, Command Cars Station Wagons, Chevrolet Trucks, Used Cars

New B.S.A. Motor Cycles

Pearey Lal & Sons Ltd.

B. RAMCHAND & CO

IndianBlogger.com

Os conflitos armados de fronteira pela Caxemira entre Índia e Paquistão começaram imediatamente após a independência do subcontinente, em 1947. Quando as hostildades chegaram ao fim, o Paquistão tornou-se vizinho de *Jammu* (a Caxemira indiana), seus exércitos estacionaram próximo ao vale de Caxemira, enquanto a Índia ocupava Jammu, o vale de Caxemira e Ladakh. Enquanto todos os governos – os da Índia, Paquistão e o irmão do antigo *maharaja* local – faziam menção ao povo de Caxemira, este pouco lhes interessava. Por outro

[585] Kunal Chattopadhyay. Os frutos envenenados da burguesia nacionalista: a conquista indiana da Cachemira. *IV Internacional*, São Paulo, outubro 1999.

lado, a “Caxemira independente” que seu líder nacionalista Hari Singh desejava, era uma Caxemira de latifundiários semifeudais, com suas estruturas de classe inalteradas. Quando começou a invasão paquistanesa da Caxemira, a Índia deixou claro a Hari Singh que, a não ser que assinasse o *Instrumento de Invasão* que legalizava a intervenção militar da Índia, não receberia ajuda.

Os novos governantes independentes da Índia estavam determinados a unir Jammu e Caxemira à Índia, mas ao mesmo tempo preservar a ficção de que isso era a vontade do povo, expressa democraticamente. A posição da Índia era: “Para acabar com o conceito errôneo de que o governo da Índia está usando a situação de Jammu e Caxemira para obter vantagens políticas, o governo da Índia quer deixar bem claro que, assim que os agressores sejam expulsos e a normalidade restaurada, o povo do Estado decidirá livremente sua vontade, e essa decisão será tomada de acordo com os métodos da democracia universalmente aceitos, plebiscito ou referendo”.[586] Em 1949, a Índia aceitou uma Assembleia Constituinte para Caxemira.

A Índia reivindicava a totalidade do antigo estado principesco *Dogra de Jammu e Caxemira*, e teve de se contentar em administrar cerca de 43% da região, incluindo a maior parte de Jammu, Caxemira, Ladakh e o Glaciar de Siachen. A alegação de soberania da Índia foi contestada pelo Paquistão, que passou a controlar cerca de 37% da Caxemira, a chamada “Caxemira Livre” e as regiões setentrionais de Gilgit e Baltistão. Além disso, a China, nacionalista primeiro e comunista depois, obteve o controle de aproximadamente 20% da Caxemira, incluindo Aksai Chin, que ocupou na sequência da breve guerra sino-indiana de 1962, e da área de Trans-Karakoram, também conhecida como o Vale de Shaksgam, que foi cedida pelo Paquistão em 1963. A posição oficial da Índia foi mantida: Caxemira é uma "parte integrante" da Índia, enquanto a posição oficial do Paquistão é que a Caxemira é um território disputado cujo estatuto definitivo só pode ser determinado pelo povo da Caxemira. Na Caxemira também existe, com variadas formas políticas, a reivindicação de uma Caxemira independente da Índia e do Paquistão.

Índia e Paquistão se enfrentaram em três guerras pelo território da Caxemira em 1947, 1965 e 1999. Índia e China se enfrentaram uma vez em 1962, pelo controle de Aksai Chin, bem como pelo nordeste do estado indiano de Arunachal Pradesh. A Índia e o Paquistão também se envolveram em diversas escaramuças no Glaciar de Siachen. Desde a década de 1990, o estado indiano de Jammu e Caxemira foi afetado por confrontos entre caxemires separatistas, incluindo militantes que a Índia alega serem apoiadas pelo Paquistão, e as forças militares indianas, e também por confrontos com as Forças Armadas do Paquistão, que causaram milhares de mortos. O governo do Paquistão julgou mal os efeitos da derrota da Índia no conflito fronteiriço de 1962 com a China. Em 1965, na guerra por Caxemira entre indianos e paquistaneses, a Índia levou vantagem. E finalmente, em 1971, a Índia apoiou o separatismo do Paquistão oriental que, uma vez vitorioso, levou à constituição de Bangladesh, ou “Bengala Oriental”.

O grande número de prisioneiros de guerra resultantes do conflito de 1965 se tornou um meio de chantagem: a zona de cessar-fogo em Caxemira se transformou numa “Linha de Controle”, e o Tratado de Simla determinou que o destino de Caxemira deveria ser determinado de modo bilateral, um “golpe diplomático e político da Índia, que significava que os direitos das populações de Jammu e Caxemira não participariam de nenhuma negociação”.[587] O nacionalismo burguês independentista de Caxemira também cumpriu seu ciclo histórico. Nascido como *Conferência Nacionalista*, impôs a Hari Singh a liderança governamental de

[586] J. B. Dasgupta. *Jammu and Kashmir*. La Haya, slp, 1968. E também: Islaq Khan. *Blood in the Valley*. Kashmir behind the propaganda curtain. Bombay, slp, 1995.

[587] Kunal Chattopadhyay. Índia e Caxemira. *IV Internacional*, São Paulo, novembro 1999.

Abdullah, quem afirmou a vontade de acabar com o latifúndio, reunificar a Caxemira e dotá-la de um governo autônomo num quadro federal com a Índia.

Outra razão por trás do conflito da Caxemira eram os recursos hídricos da região. A Caxemira é a fonte de vários rios e afluentes do rio Indo. Estes incluem o Jhelum e Chenab, que fluem basicamente no Paquistão, enquanto que outros ramos, como o rio Ravi, rio Beas e o rio Sutlej, irrigam o norte da Índia. A Índia, segundo o Paquistão, poderia usar a vantagem estratégica de sua parcela da Caxemira que compreende a origem dos referidos e assim estrangular a economia agrária do Paquistão. O "Tratado de Água do Indo", assinado em 1960, resolveu a maioria dos litígios em matéria de partilha da água e apelou para a cooperação mútua, depois de enfrentar questões levantadas pelo Paquistão durante a construção de barragens no lado indiano, que limitam a água para o lado paquistanês.

O artigo 370 da constituição indiana delimitou a autonomia legislativa de Caxemira, mas subordinou-a ao cumprimento das cláusulas do *Instrumento de Invasão* precedente. Em 1956, a Constituinte se dissolveu; sete anos depois, o líder indiano Nehru proclamou o anacronismo do artigo 370, e afirmou que a Caxemira estava "completamente integrada". Os líderes do movimento nacionalista da Caxemira, depois de sucessivas capitulações, acabaram presos ou exilados. A Caxemira permaneceu dividida, dois terços dela (conhecidos como o estado indiano de Jammu e Caxemira), que incluem Jammu, o vale da Caxemira e a área escassamente povoada por budistas de Ladakh, ficaram sob o controle da Índia; e uma terceira parte é administrada pelo Paquistão. Esta área compreende uma estreita faixa de terra e os antigos reinos de Hunza e Nagar.

Em setembro de 1965, uma guerra eclodiu novamente entre Islamabad e Nova Déli. As Nações Unidas apelaram para outro cessar-fogo e a paz foi restabelecida na sequência da Declaração de Tashkent, em 1966, pelo quais ambas as nações regressaram às suas posições originais ao longo da linha demarcada. Após a guerra de 1971 e a criação do Estado independente de Bangladesh no âmbito do Acordo de Simla de 1972, a primeira-ministra da Índia Indira Gandhi e Zulfiqar Ali Bhutto do Paquistão concordaram que nenhuma das partes pretenderia alterar a linha de cessar-fogo na Caxemira, que passou a ser denominada a "Linha de Controle", independentemente das diferenças e interpretações jurídicas. Desde então, houve numerosas violações da Linha de Controle, incluindo as incursões de insurgentes da Caxemira e as das Forças Armadas do Paquistão em Kargil, que levaram à "Guerra de Kargil", bem como os confrontos esporádicos no Glaciar de Siachen, onde ambos os países mantinham forças militares estacionadas em altitudes atingindo 6.100 metros sobre o nível do mar.

Entre 1972 e 1977, os civis voltaram a governar o Paquistão, sob a chefia de Zulfikar Ali Bhutto, até que este foi deposto e posteriormente sentenciado à pena de morte, quando o general Zia-ul-Haq se tornou o terceiro presidente militar do Paquistão. Zia substituiu as políticas seculares pelo código legal da *shariah* islâmica, o que aumentou a influência religiosa sobre o funcionalismo público e os militares. Com a morte de Zia num acidente aéreo em 1988, Benazir Bhutto,[588] filha de Zulfikar Ali Bhutto, foi eleita para o cargo de primeira-ministra do Paquistão - a primeira e única mulher a ocupar o posto. Ao longo da década seguinte, Benazir alternou-se no poder com Nawaz Sharif, enquanto que a situação política e econômica do país piorava. O Paquistão enviou 5.000 soldados para a Guerra do Golfo Pérsico, em 1991. Às tensões militares

[588] Benazir Bhutto seria morta no dia 27 de dezembro de 2007, durante um atentado suicida em Rawalpindi, cidade próxima a Islamabad, quando retornava de um comício no Parque Liaquat. O ataque ocorreu enquanto o carro da ex-primeira-ministra trafegava, seguido por simpatizantes, e Benazir acenava para a multidão, pelo teto solar do veículo. Bhutto foi alvejada no pescoço e no peito, possivelmente por um homem bomba que, em seguida, se explodiu próximo ao veículo, provocando a morte de vinte pessoas. Um dirigente da Al Qaeda no Afeganistão reivindicou a responsabilidade pelo ato.

durante o conflito de Kargil com a Índia seguiu-se um golpe de Estado, em 1999, no qual o general Pervez Musharraf assumiu o poder Executivo. Em 2001 Musharraf autonomeou-se presidente, com a renúncia forçada de Rafiq Tarar. Após as eleições legislativas de 2002, Musharraf transferiu os poderes executivos para um recém-eleito primeiro-ministro, Zafarullah Khan Jamali.

Os EUA sustentaram o avanço territorial da Índia na Caxemira com o argumento de que se tratava da "única democracia" da região (argumento semelhante ao utilizado para sustentar o sionismo israelense): o catedrático norte-americano Guy Sorman chegou a postular que o "comunalismo" da Índia, juntamente com as assembleias dos homens livres da Grécia antiga, era o berço da democracia de toda a humanidade.[589] Do seu lado, completamente domesticado, o nacionalismo burguês da Caxemira (Conferência Nacional) voltou ao poder em 1977 com Abdullah, e depois de sua morte (1982) com seu filho Faroocq, no quadro da derrota eleitoral de Indira Gandhi para a direita hinduísta, o BJP, e o desmoronamento do partido do Congresso (dividido em várias facções), e com a Conferência Nacional obtendo 47 das 75 cadeiras em disputa no parlamento independente da Caxemira.

"Em 1983 a Conferência Nacional ganhou novamente. Associou-se aos partidos não congressistas, mas os governantes de Nova Déli sempre insistiram não apenas na lealdade à Constituição da Índia, como também ao partido dominante. Apoiando o homem de confiança de Indira Gandhi e líder do BJP,[590] Jagmohan, como governador, foi derrubado o governo de Faroocq Abdullah. Isto acabou com a Conferência Nacional da Caxemira como polo político de atração para a população local. Em 1987, o Congresso da Índia e a Conferência Nacional questionaram as eleições conjuntas. Islâmicos ortodoxos e nacionalistas de Jammu e Caxemira uniram-se na Frente Muçulmana, e perderam nas eleições obtendo pequeno e suspeito número de cadeiras. Foi a corrupção de 1987 que quebrou a 'alternância' e deu impulso ao terrorismo, e não a propaganda paquistanesa".[591]

Desde 1989, em virtude dessa crise, o movimento separatista de Caxemira indiana passou à fase da luta armada. No início de 1990, "centenas de milhares de jovens de Caxemira tomaram as ruas para demandar um plebiscito sobre o futuro da Caxemira", abrindo uma década na qual "65 mil pessoas foram assassinadas (em Caxemira) deixando 100 mil órfãos";[592] um genocídio esquecido. Somente em agosto de 2000, o governo da Índia abriu negociações com o principal partido separatista, o *Hizbul Mujahideen*, no quadro, como veremos, de uma profunda crise governamental e institucional.

Em 1990, Jagmohan retornou ao poder e pôs o vale em chamas. A polícia passou a atirar sobre as manifestações "islâmicas" e a matar pessoas em grandes quantidades. Os líderes muçulmanos propunham uma aliança aos líderes hindus do Congresso contra o "fundamentalismo comunalista (hindu)" do BJP, enquanto o governo deste último dava à

---

[589] Guy Sorman. A prova da Índia. *O Estado de São Paulo*, 13 de janeiro de 2002.

[590] *Bharatiya Janata Party*, partido definido como "fundamentalista hindu" e, por alguns, simplesmente como fascista: "Há anos vem ocorrendo um debate na Índia sobre se o BJP (Partido Bharatiya Janata) é liberal com apenas algumas vinculações aos comunalistas, ou se representa uma ameaça comunalista de *hindutva*, ou se a ideologia *hindutva* é a forma específica do fascismo indiano. Algumas vezes, o debate foi frutífero, como quando propõe discussões sobre a estratégia de enfrentamento dessa nova força. Outras vezes, contudo, foi estéril, como quando Sumit Sarkar, um histórico líder marxista que chamou o BJP de fascista, foi atacado com zombarias vulgares por Dipesh Chakraborty, sobre como o liberalismo não estava tão distante do fascismo. Acontecimentos recentes, porém, serviram para recordar que debates sobre o fascismo não podem ser estéreis, pois o autoritarismo de extrema-direita é um perigo real" (Soma Marik. BJP intensifica os ataques aos direitos democráticos. *IV Internacional*, São Paulo, novembro 1999).

[591] Kunal Chattopadhyay. *Op. Cit*.

[592] Lal Kha. Kashmir, the festering wound. In: *Partition: can it be undone?* s.l.p., Wellred Books, 2001.

questão um tom religioso, designando o islamismo como inimigo, e o exército da Índia como o salvador. Em 1994 a Índia rechaçou o chamado conjunto da Rússia e Estados Unidos de adesão ao TNP (Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares) argumentando seu caráter discriminatório. Um mês depois, a Índia levou adiante uma experiência nuclear que a tornou membro efetivo dos países possuidores da tecnologia de mísseis balísticos de alcance intermediário (IRBM) junto com os Estados Unidos, Rússia, França, Inglaterra e China. Não obstante, simultaneamente aderiu ao GATT (atualmente OMC, Organização Mundial do Comércio) no Fórum Econômico de Davos em 1994, abandonando a histórica política de *self-reliance* (contar com os próprios recursos), e abrindo as portas ao capital estrangeiro, especialmente no setor bancário e de seguros, o que provocou uma explosão de preços dos alimentos e produtos farmacêuticos.[593]

Em 1993, depois do atentado ao *World Trade Center* de Nova York, os Estados Unidos concederam 180 dias ao governo civil paquistanês de Nawaz Sharif para que provasse não merecer ser inscrito em sua lista de "Estados Terroristas" (Sharif logo foi deposto por Musharraf): o Paquistão, por sua vez, condicionou sua adesão ao TNP à prévia adesão da Índia.[594] Em 1998, ambos os países prosseguiram com provas nucleares bem-sucedidas.[595] Soube-se, por Bruce Riedel, ex-assessor de Bill Clinton para Assuntos do Oriente Médio e Sul da Ásia, que, em 1999, o Paquistão preparou um ataque nuclear contra a Índia no quadro do enfrentamento por Caxemira: as declarações de Riedel ao *The Sunday Times* foram confirmadas por outros assessores de Clinton (um cessar-fogo entre Índia e Paquistão, em 4 de julho impediu essa alternativa). Uma semi-derrota eleitoral da Aliança Democrática Nacional da Índia, coalizão liderada pelo BJP, nas eleições legislativas (obteve 292 das 537 cadeiras disputadas) permitiu a continuidade do governo do Congresso Nacional de Atal Bihari Vajpayee, mas evidenciou sua fragilidade e crise (ao mesmo tempo, uma campanha independentista pelo boicote eleitoral em Caxemira obtinha êxito).[596]

[593] Anne Vaughier-Chaterjee. India. In: S. Cordellier e E Didiot, B. (orgs.), *L'État du Monde*. Paris, La Découverte, 1995.

[594] Michel Pochoy. Pakistan. *Idem*.

[595] Inquilabi Communist Sangathan. *The Main Enemy is at Home*. Recent nuclear explosions at Pokhran by the governement of India. s.l.p., 1998.

[596] Françoise Chipaux. Les nationalistes hindous remportent une fragile victoire aux législatives. *Le Monde*, Paris, 8 de outubro de 1999.

O reordenamento político da região afetou o Paquistão, que atravessava uma gigantesca crise política e enfrentava a possibilidade de queda do governo militar. Os EUA haviam convertido o Paquistão em sua cidadela desde os anos 1960, para dirigi-la, primeiro, contra a aliança entre Índia e ex-União Soviética e, depois, contra a ocupação soviética do Afeganistão. A perspectiva de uma desintegração política do Afeganistão, por outro lado, teria afetado de imediato a Índia, país que já superara a marca de um bilhão de habitantes (1/6 da população do planeta), e estava enfrentado militarmente com o Paquistão pelo controle da região fronteiriça.

A questão de Caxemira já estava internacionalizada, não apenas pela disputa com o Paquistão, mas também devido a intervenção direta dos EUA impulsionando o "fundamentalismo islâmico" contra a União Soviética, desde que esta invadira o vizinho Afeganistão em 1979. Rapidamente, os "fundamentalistas" e, depois, também Al Qaeda, passaram a atuar na Caxemira. A invasão do Afeganistão pelos Estados Unidos em 2001 colocou a questão do controle dos acessos e saídas do petróleo do Mar Cáspio, o que afetou as nações asiáticas da ex-União Soviética, a própria Rússia e o Irã: essa questão era a que estava no centro da guerra no norte do Cáucaso (com seu centro na Tchetchênia).

Quando estourou a guerra na Ásia Central, consciente de sua fragilidade, o governo do Paquistão viu bons motivos para abandonar o regime talibã e aliar-se aos EUA. O primeiro motivo era tirar vantagens em relação à disputa com a Índia pela posse de Caxemira. A necessidade de superar a inferioridade do exército paquistanês em relação ao indiano e de contar com um poderoso apoio diplomático era cada vez mais urgente também em função do estreitamento das relações entre o governo indiano e as milícias afegãs da Aliança do Norte, de oposição aos talibãs, que tinha suas bases localizadas nos territórios da região noroeste do Afeganistão, e não havia recebido qualquer ajuda por parte do Paquistão, empenhado em sustentar o regime talibã contra ela, até o ataque dos Estados Unidos.

Bandeiras do Paquistão queimadas na Índia

Mas a crise econômica também era fulminante no Paquistão: por detrás das manifestações de massas contra o ataque dos Estados Unidos ao Afeganistão, dirigidas por formações políticas islâmicas, aparecia a sombra da revolta social contra o regime de Pervez Musharraf. A postura favorável do Paquistão em relação à coalizão internacional "antiterrorista" obteve a renegociação e o perdão de parte das dívidas com o FMI, a retirada das sanções econômicas contra o país, a concessão de créditos de exportações e um bilhão de dólares pagos pelo governo Bush em troca dos serviços prestados às forças armadas anglo-americanas na invasão do Afeganistão. Com um pouco mais de pressão, em nome da ajuda aos refugiados afegãos e

da necessidade de conter os problemas internos, o Paquistão queria fazer com que viessem somas maiores.

Além do que, a construção do oleoduto e do gasoduto que ligaria as cidades paquistanesas de Quetta e Karachi às jazidas do Mar Cáspio beneficiaria ainda mais a burguesia do Paquistão, graças aos investimentos e às relações comerciais que seriam estabelecidas com o "Primeiro Mundo". Um último motivo para apoiar as "forças internacionais" ecabeçadas pelos EUA no país vizinho estava dado pela possibilidade de reduzir o peso dos grupos fundamentalistas islâmicos na política interna do país. Mas a penetração destes grupos no aparato militar e de segurança, e o conflito com a Índia, desenharam um panorama explosivo: os norte-americanos não desejavam desequilibrar as relações diplomáticas e a correlação de forças em Caxemira, e condenaram os grupos guerrilheiros que atuavam nessa região, financiados pelo Paquistão.

Os bombardeios norte-americanos na Ásia Central, por outro lado, fizeram emergir a chamada "questão étnica" no próprio Paquistão: a etnia *pashtu* (maioria no Afeganistão e base de apoio do regime talibã) era numerosa também tanto no território como no exército paquistanês. No início de novembro de 2001, o presidente militar Pervez Musharraf, aliado da coalizãop que invadira o Afeganistão, foi obrigado a exonerar dois generais simpatizantes da causa talibã, que foram denunciados como integrantes de grupos fundamentalistas.

A imprensa mundial alertou acerca da perspectiva de um golpe militar no Paquistão, e de uma guerra em toda a península da Índia, com o provável uso de armas nucleares. Em outubro de 2001, um mês depois dos ataques às Torres Gêmeas em Nova York, um atentado suicida no parlamento da Província de Srinagar (Índia) provocou 40 mortes; em 13 de dezembro foram catorze os mortos no ataque de um comando suicida ao parlamento da Índia. O Paquistão ilegalizou cinco grupos islâmicos (antes apoiados oficialmente) e deteve 1.500 ativistas como parte de seu alinhamento com os Estados Unidos no quadro da guerra pela "justifica infinita" declarada pelos EUA. Em fevereiro de 2002, um trem ocupado por nacionalistas hindus foi atacado em Godhra, provocando 57 mortes.

Em resposta, um *pogrom* antimuçulmano em todo o estado indiano de Gujarat massacrou mais de 300 pessoas, com a cumplicidade do governo, que enviou tardiamente o exército para "pacificar". Os ujos bandos de assassinos hindus afirmavam defender a "tolerância" hindu contra o "fanatismo" islâmico.[597] Em 14 de maio, um ataque a um quartel militar da Índia na Caxemira (o exército indiano é chamado na Caxemira de "exército de ocupação") deixou catorze mortos, fato invocado pelo governo da Índia como o antecedente imediato da escalada bélica e nuclear contra o Paquistão, "esquecendo" o massacre civil vinte vezes maior promovido pelo fundamentalismo hindupista em Gujarat.

A questão da Caxemira foi utilizada pelo governo da Índia para esconjurar sua crise política interna e reavivar sua deteriorada base nacionalista, ao mesmo tempo em que buscava os favores dos Estados Unidos e promovia uma política de abertura de sua economia. Do lado paquistanês, Musharraf não parecia controlar sequer seus serviços de inteligência da "infiltração islâmica", e sofria uma mobilização opositora interna por sua política de apoio aos EUA; o plebiscito que lhe concedeu mais cinco anos no poder, com 97% dos votos (de 70% do eleitorado), foi denunciado como uma gigantesca fraude. Para os EUA, no entanto, havia "enormes interesses em jogo. Evitar uma guerra entre Índia e Paquistão e capturar os líderes do Al Qaeda são objetivos críticos para o êxito da guerra americana contra o terrorismo. E as possibilidades de alcançá-lo dependem, em grande parte, do general Musharraf".[598]

---

[597] Inquilabi Communist Sangathan. *Stop the Riots in Gujarat*. Resist the fascist VHP. Calcutá, março de 2002.

[598] Douglas Frantz. *The New York Times*, 19de janeiro de 2002.

Musharraf, assim, sobrevivia em que pese o total esgotamento de seu governo. Como estava sentado não sobre um barril de pólvora, mas de urânio enriquecido, os EUA prepararam um pretexto para intervir em sua queda, denunciando, sem a menor prova, que Al Qaeda estava por trás do atentado realizado em Karachi em 8 de maio de 2002, com treze mortos, ao mesmo tempo em que o general Franklin L. Hagenbeck, comandante das "forças internacionais" lideradas pelos Estados Unidos na Ásia, afirmava (sem a mais remota sombra de prova) que "virtualmente toda a cúpula do Al Qaeda e do Talibã foi expulsa do Afeganistão, e agora está operando com mil combatentes não-afegãos nas anárquicas áreas tribais do oeste do Paquistão".[599]

O "pacifismo" imperial estava recheado de provocações bélicas; não foi por casualidade que os EUA enviaram Donald Rumsfeld ("o homem mais malvado que conheci em minha vida", segundo a insuspeita opinião de Henry Kissinger, que admite poucos concorrentes em matéria de maldade), seu secretário de Defesa, para "pacificar" a península índica. Por outro lado, não era segredo para ninguém que o arsenal nuclear da Índia e Paquistão (60 e 25 mísseis com ogivas nucleares, respectivamente) fora obtido graças a créditos e vendas de tecnologia e combustível nuclear dos países "avançados", com os EUA à frente.

O programa de "neutralização" de Caxemira, inclusive via ONU, só serviria para agregar novos componentes ao coquetel nuclear da península da Índia, além de ser nitidamente pró-imperialista e pavimentador do intervencionismo externo: "A situação só poderá ser estabilizada se a Índia e o Paquistão forem forçados a dar um passo atrás, de preferência para fora das fronteiras históricas e não divididas de Caxemira... Sim, provavelmente *isso significa intervenção por parte do Ocidente*, embora a Rússia pareça também ansiosa por ajudar, o que é útil",[600] (grifo nosso) afirmou no momento do conflito um célebre escritor condenado a morte por diversas *fatwas* lançadas contra ele pelo clero islâmico (em todas suas variantes).

Por uma Caxemira livre e independente

A oposição às provocações nacionalistas dos governos da Índia e do Paquistão implicava a defesa da autonomia de Caxemira no quadro de uma federação democrática de toda a península índica, incluindo-se suas partes insulares (Sri Lanka). Mas isto só poderia ser obtido através da superação dos enfrentamentos nacionais, étnicos, religiosos, tribais e até de casta, que as potências imperialistas e seus lacaios locais atiçaram ao longo da história contemporânea do Hindustão. Com o conflito nuclear entre Índia e Paquistão pela Caxemira

[599] *Folha de São Paulo*, 29 de maio de .2002.

[600] Salman Rushdie. O lugar mais perigoso do mundo. *Folha de São Paulo*, 2 de junho de 2002.

evitado de raspão graças a um acordo provisório imposto pelas grandes potências (um armistício foi finalmente celebrado em 2004, celebrado por um jogo "amistoso" de críquete entre ambas potências... do críquete),[601] o subcontinente indiano entrou em cheio na crise mundial que tinha por epicentro o Oriente Médio e o mundo árabe.

[601] Andrew Whitehead. *A Mission in Kashmir*. Nova Déli, Penguin India, 2007.

PALESTINA: O “PROCESSO DE PAZ” E O “MAPA DA ESTRADA”

Na Guerra dos Seis Dias Israel se apropriou de um conjunto de territórios, imediatamente após o cessar fogo decretado pela ONU acatado por todos os países envolvidos. As áreas eram: do Egito, a Faixa de Gaza e a Península do Sinai; da Jordânia, a Cisjordânia e o setor oriental de Jerusalém; de Síria, as Colinas de Golã. Depois da Guerra do Yom Kippur (1973) e, especialmente, do reconhecimento da OLP (Organização para a Libertação da Palestina) como representante do povo palestino, na ONU (que lhe conferiu status de “observador permanente”), a OLP passou a seguir uma orientação mais “diplomática”, descartando progressivamente a luta armada, a exceção das ações em Israel e nos territórios ocupados de Gaza e Cisjordânia, onde a direção da OLP pretendia instalar o futuro Estado palestino.

Mas a OLP (ou melhor, sua direção, Al Fatah) já não detinha o monopólio da representação política palestina. Na década de 1970, o xeique Ahmed Yassin, devoto islâmico que se movimentava em cadeira de rodas, fundara uma organização baseada no integrismo islâmico, que foi vista inicialmente com bons olhos por Israel, por acreditar que ela enfraquecia à Al Fatah. No início da década de 1980, no esteio da revolução iraniana, Yassin criou a *Majd al Mujaidin* (“Glória dos Combatentes do Islã”) sendo detido em 1984 pelo *Shin Bet*[602] por terrorismo anti-israelense. Permaneceu um ano em prisão, libertado por uma troca de prisioneiros. Em dezembro de 1987, Yassin fundou o “Movimento de Resistência Islâmica”, que deu origem ao *Hamas*.

Robert Fisk sublinhou a responsabilidade israelense no surgimento do “fundamentalismo islâmico” na sua própria freguesia: "Hamas, o principal alvo da ‘guerra ao terror’ de Sharon, foi originalmente patrocinado por Israel. Nos anos 1980, quando Arafat era o ‘super-terrorista’, e o Hamas era uma pequena e agradável instituição muçulmana de caridade, embora venenosa em sua oposição a Israel, o governo israelense encorajou seus membros a construir mesquitas em Gaza. Algum gênio no exército israelense decidiu que não havia melhor meio de minar as ambições nacionalistas da OLP nos territórios ocupados do que promover o Islã. Mesmo depois do acordo de Oslo, durante uma desavença com Arafat, altos oficiais do exército israelense anunciaram publicamente que estavam conversando com funcionários do Hamas. E quando Israel ilegalmente deportou centenas de homens do Hamas para o Líbano em 1992, foi um de seus líderes, escutando que eu viajava para Israel, que me ofereceu o telefone da casa de Shimon Peres de sua agenda".[603]

Preso novamente em maio de 1989, Yassin foi condenado a prisão perpétua em outubro de 1991. Imperturbável, escutou o veredicto respondendo: “O povo judeu bebeu do copo do sofrimento e viveu disperso pelo mundo. Hoje, é esse mesmo povo que quer forçar os palestinos a beber desse copo. A história não os perdoará, e Deus nos julgará a todos”. Yassin foi libertado em outubro de 1997 por ordem do primeiro-ministro israelense Benjamin Netanyahu e exilado para a Jordânia graças à intervenção do rei Hussein, que prestava discreto apoio ao Hamas.

Desde finais da década de 1980, lembremos, a Faixa de Gaza era o palco principal da Intifada palestina contra o Estado sionista. Desde o seu estabelecimento em 1994, a Autoridade Palestina foi crescentemente acusada de nepotismo e de prestar favores políticos a um

---

[602] *Sherut haBitachon Haklali* ("Serviço de Segurança Geral", conhecido pela sigla *Shabak*); oficialmente, Agência de Segurança de Israel comumente referida como Shin Bet ou Shin Beth, é o serviço de segurança interna de Israel. Seu lema é "*Magen Velo Yera'e*" ("defender sem ser visto", ou melhor, "o escudo invisível"). É uma das três principais organizações da “comunidade de inteligência de Israel”, ao lado da Aman (inteligência militar da FDI) e do Mossad (responsável pelo trabalho de inteligência e espionagem no exterior, assassinatos incluídos).

[603] *The Independent*, Londres, 5 de dezembro de 2001.

pequeno círculo próximo a Arafat. Gaza foi palco de uma disputa de poder entre a "velha guarda" da Autoridade Palestina, liderada por Yasser Arafat, e uma geração mais jovem de militantes armados, e integrantes dos serviços de segurança, que queriam reformas na estrutura de poder palestina. A velha guarda foi acusada de corrupção e de não ter agido para garantir aos palestinos segurança e vida melhor. Também o foram de não terem conseguido formar instituições capazes de sustentar um Estado palestino.

O “processo de paz” iniciado em Oslo em 1993, concluido no Acordo de Washington assinado pela OLP e Israel, consagrou o abandono da aspiração histórica das massas palestinas pelos seus próprios representantes. Os signatários, com o conjunto das potências, num apelo ao "retorno ao processo de paz", engajaram definitivamente a via da frustração das reivindicações nacionais palestinas. O acordo de Washington foi assinado a 13 de setembro de 1993 por Arafat e Rabin, sob a égide dos EUA. Na sua primeira cláusula se estipula o reconhecimento pela OLP do "direito do Estado de Israel de viver em paz e na segurança". E ainda: "A OLP aceita as resoluções 242 e 338 da ONU (...) A OLP renuncia ao recurso ao terrorismo e a qualquer outro ato de violência (...) A OLP afirma que os artigos e pontos da Carta Palestina que negam o direito de Israel a existir são doravante inoperantes e não válidos". O acordo também previa que correspondia à OLP e aos “notáveis” palestinos a gestão et controle dos palestinos que habitassem Gaza e Cisjordânia (que representavam só 22% do território histórico da Palestina).

A OLP se comprometia a constituir um "Estado" (embora o termo não fosse empregado no texto do acordo) correspondente às aglomerações e campos palestinos de esses territórios: ainda assim a proclamação desse "Estado" foi adiada quatro vezes por injunção dos EUA. No precioso tempo assim ganho, Israel aproveitaria para levar sua expansão territorial, em extensão e densidade, mais longe do que nunca antes. Durante os últimos governos trabalhistas e do Likud, foi criado o projeto da Grande Jerusalém reservada apenas para os judeus. Entre 1996 e 1999, somaram-se a essa expansão 42 colônias “selvagens”. E em 21 de junho de 1998, o governo israelense dá o aval formal ao plano da “Grande Jerusalém” com algumas medidas, entre otras, a que retirava as permissões de residência aos árabes que figurassem no censo da Autoridade Nacional Palestina ou tivessem casa nos territórios administrados pela ANP.

O plano se baseou no objetivo declarado de manter um equilíbrio demográfico de sete judeus por cada três palestinos, em ir isolando a cidade do restante da Palestina, impossibilitando o crescimento dos bairros árabes e estabelecendo assim uma área de expansão populacional judia na Cisjordânia. A Palestina histórica tem uma extensão de 27.242 km², Israel ocupava já mais de 22.000 km², ou seja, mais de 80% do território. A conquista de território por parte do exército israelense foi acompanhada pelo assentamento de colonos judeus. Já no primeiro ano de vigência dos acordos de paz de Oslo, Israel confiscou 670 km² de terrenos palestinos para ampliar as colônias e abrir novas estradas entre elas, depredando, de passagem, mais de 14 mil árvores frutíferas. Nesse mesmo período, o número de colonos na Cisjordânia (sem contar Jerusalém) passou de 125 mil para 136 mil. Em dez anos de negociações e “processo de paz”, o número de colonos judeus mais que duplicou.

Durante todo o ano de 1999 e ao longo de 2000, as negociações sobre a implementação das propostas da "terra para a paz" do acordo fracassaram repetidamente e, por volta de meados de 2000, estava ficando óbvio que nenhuma solução aceitável resultaria das negociações. Como poderia uma solução justa ser alcançada sem que houvesse igualdade entre as partes? Israel, como o poder de ocupação, continuava a ditar os termos para os palestinos. Fingiu oferecer concessões magnânimas, quando, na verdade, não oferecia nada. O obstáculo para a paz era a ocupação, e a manifestação primária da ocupação sempre foram as colônias nos territórios ocupados.

As colônias eram comunidades judaicas de tamanhos variados, algumas sendo cidades completamente formadas, construídas em terras ocupadas. Elas eram ilegais pela lei internacional, tal como a própria ocupação. Em Gaza, os israelenses possuíam um suprimento de água grosseiramente desproporcional, sendo fornecida aos colonos judeus água corrente abundante o suficiente para abastecer suas piscinas, enquanto deixavam as cidades e os campos de refugiados palestinos com abastecimento intermitente e, frequentemente, inadequado. Em nome da "autodefesa" (contra o povo cujas terras eles ocupavam ilegalmente), os colonos tinham permissão de portar armas de fogo, inclusive as semiautomáticas.

No começo dos anos 1990, antes do início das negociações de Oslo, as construções nas colônias eram muitas e não verificadas. De fato, eram encorajadas ativamente por Ariel Sharon que, quando era ministro da Construção e Colonização, incitou os colonos a "tomar cada colina". Sucessivos governos israelenses de todos os partidos permitiram, e até mesmo, justificavam a contínua construção de colônias. Alguns, como o de Benjamin Netanyahu, sequer disfarçaram seu apoio aos colonos, mas a construção de colônias sob o governo de Netanyahu não foi tão grande como sob Ehud Barak, ex membro dos serviços secretos, que afirmava ter paralisado a construção de colônias ou ter limitado sua construção ao crescimento natural, enquanto, na verdade, autorizava ou fechava os olhos para a expansão em massa. Num ato de grosseira farsa, Israel afirmou, durante as negociações de Wye River, que Barak tinha oferecido enormes concessões aos palestinos, inclusive a soberania sobre a margem ocidental do Jordão, e que Arafat recusara esta proposta por intransigência.[604]

Desde a invasão israelense do Líbano começaram a aparecer os sintomas da exaustão da juventude judaica com os longos anos de guerra. Se criaram grupos de ação contra a ocupação dos territórios ocupados dentro de Israel (*Gush Shalom*) e soldados como Noam Kuzar, que se recusavam a servir neles, orientados por grupos como o *Yesh Gvul*. Seria impensável antes que, como em 2001, no dia da comemoração da fundação de Israel houvesse uma contramanifestação desses grupos reunindo judeus e palestinos em Jerusalém. A resistência palestina e árabe ao colonialismo sionista permitiu que se abrissem as primeiras brechas na antes considerada invencível força armada israelense.

A segunda Intifada ou “Intifada Al-Aqsa” iniciou-se em setembro de 2000. O movimento ocorreu dentro de um contexto marcado pelo impasse no processo de paz, pela retirada israelense do sul do Líbano (interpretada como uma vitória do Hezbollah), pela disputa de influência entre as facções palestinas do Fatah e do Hamas e pelo desagrado de uma parte da população israelense em relação às concessões feitas pelos acordos de Camp David (julho de 2000) e da Conferência de Taba e por ataques terroristas, como o atentado suicida do Dizengoff Center e o atentado terrorista da pizzaria Sbarro, em Israel. Em 27 de setembro de 2000 um atentado palestino provocou a morte de um colono judeu no assentamento Israelense de Netzarim, na Faixa de Gaza. No dia seguinte, Ariel Sharon, à época um parlamentar do partido Likud, de oposição ao governo de Ehud Barak, visitou, protegido por um grande aparato de segurança, a Esplanada das Mesquitas/Monte do Templo, em Jerusalém. Mais de mil palestinos estavam presentes. A visita foi interpretada pelos palestinos como uma provocação.

Após a partida de Ariel Sharon, violentos confrontos opuseram palestinos e israelenses junto ao Muro das Lamentações. Sete palestinos foram mortos e centenas foram feridos. Nos dias seguintes, a violência prosseguiu com ataques palestinos ao exército israelense nos territórios ocupados por Israel, na Cisjordânia e na Faixa de Gaza. O conflito, que durou do final de 2000 até o começo de 2005 deixou centenas de mortos em ambos os lados. Violentos combates em

[604] Dan Cohn-Sherbock e Dawoud El-Alami. *O Conflito Israel-Palestina.* São Paulo, Palíndromo, 2005, p. 201.

áreas urbanas, atentados e bombardeios e ataques em regiões muito povoadas deixaram um alto saldo de perdas de vidas civis. Os palestinos recorreram ao lançamento de foguetes *katiusha* (quase artesanais, tipo rojões) e também, principalmente, a atentados suicidas. Já os israelenses usaram tanques, artilharia e aeronaves. A infraestrutura dos territórios ocupados ficou devastada. Entre combatentes e civis, estima-se que mais de três mil palestinos e quase mil israelenses teriam morrido, além de 64 estrangeiros

Um ano depois do início da segunda Intifada, no dia dos atentados de Al Qaeda contra as Torres Gêmeas em Nova York, ao mesmo tempo em que se buscavam sobreviventes nos escombros na cidade norte-americana, Israel invadia Jericó, primeira cidade palestina a conseguir autonomia na Cisjordânia (em 1994), deixando um saldo de treze mortos e mais de cem feridos. Dois dias após o atentado nos Estados Unidos, vinte palestinos já tinham sido mortos nos territórios ocupados por Israel. Em 2002, recrudesceram os ataques contra Palestina, sua Autoridade Nacional e o líder da OLP Yasser Arafat, ataques desferidos pelo governo Sharon-Peres com total apoio dos EUA. A FDI (Força de Defesa Israelense) fez um cerco a todas as cidades palestinas e à sede da Autoridade Nacional Palestina em Ramallah, onde o próprio Arafat foi mantido refém de fato, com vistas a ser executado pelos homens de Ariel Sharon.

Israel invadiu a margem ocidental do Jordão usando métodos de terror: massacre de civis indefesos, incluindo idosos, mulheres e crianças, assassinatos a sangue frio, execução de prisioneiros desarmados, prisões em massa e detenção em campos em terríveis condições, demolição de edifícios, destruição dos sistemas hidráulico e elétrico, dos recursos e infraestrutura social e da saúde. A expulsão de jornalistas estrangeiros, de equipes médicas e de observadores internacionais de organizações operárias e parlamentares, tinha como principal objetivo impedir o conhecimento e condenação internacional desses fatos.

Gaza depois de ataque israelense

A vasta operação militar israelense tinha sido planejada e preparada antes dos ataques suicidas palestinos durante a *Pessah* judaica, usados por Sharon como motivo para levar à prática seu plano de erradicação dos palestinos dos territórios ocupados em 1967, combinado com a destruição da própria ANP. Os planos militares estavam prontos havia dois anos, desde 2000, quando ainda prevalecia a euforia "pacificadora" dos Acordos de Oslo. Sharon nunca escondeu seu objetivo de obter uma solução militar para a questão palestina. Seguindo o colapso dos Acordos e o levante da Intifada, a principal preocupação dos líderes de Israel foi a

liquidação da rebelião popular palestina. As imagens do massacre de Jenin, que vitimou numerosas crianças palestinas, percorreram o mundo, enchendo de horror e sendo censuradas em grandes meios de comunicação pelo seu caráter horrorosamente impressionante.

Jenin: uma das fotos "suportáveis" do massacre

Nos sete anos que se passaram desde os Acordos de Oslo até o início da segunda Intifada, a situação das massas palestinas se deteriorara muito. As Forças de Defesa Israelenses (FDI) mantiveram um controle total sobre 60% do território da Margem Ocidental e um controle 'conjunto' sobre mais 27%; uma nova rede de estradas exclusivamente israelenses em território confiscado divide e cerca os últimos enclaves sob o controle da Autoridade Palestina; praticamente dobrou o número de colonos judeus nos "Territórios Ocupados", monopolizando 80% de toda a água da região e avançando sobre 42% do território da Margem Ocidental especificamente; a renda per capta da população palestina caiu 25% nos primeiros cinco anos após os Acordos e continua a cair até hoje; a taxa de desemprego subiu para 60% da população economicamente ativa de Gaza e Margem Ocidental.

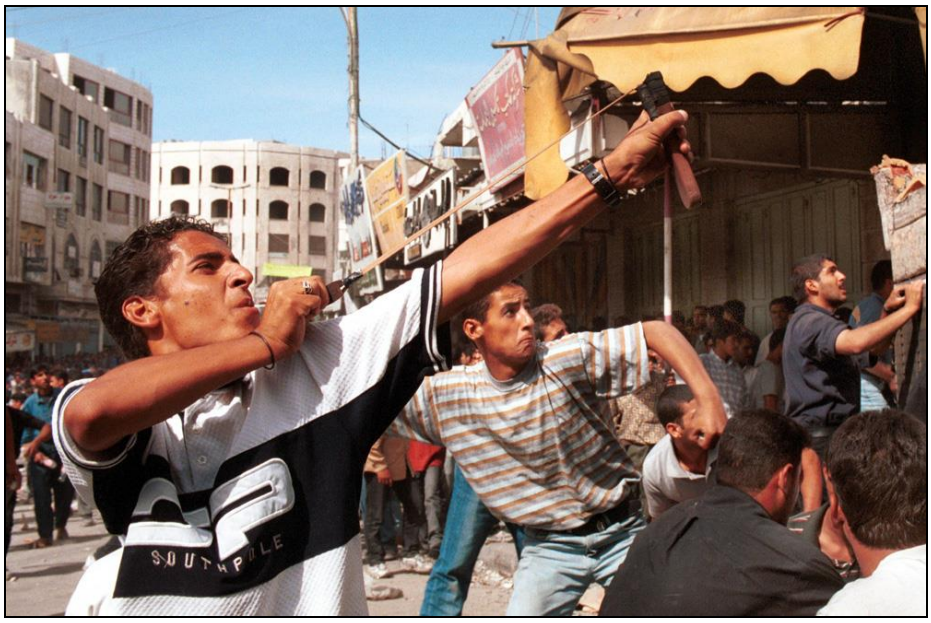
Em 2002, menos de 4% das terras dentro das fronteiras de 1948 eram de propriedade árabe. O confisco engendrou uma proletarização forçada dos cidadãos árabes: camponeses e fellahs tornaram-se mão de obra barata nas cidades, principalmente no ramo da construção e nas indústrias de baixa tecnologia. De 1961 a 1994 a proporção de árabes trabalhando no campo caiu de 48,8% para 4,6%. A taxa de pobreza entre os árabes israelenses era, pelo menos, três vezes maior do que entre os judeus. Ainda hoje, Israel conta com mais de 50 vilarejos árabes não reconhecidos pelo Estado, na Galileia e Negev, sem acesso a água encanada nem eletricidade. Esse problema não seria resolvido mesmo que Israel retirasse seus colonos e suas tropas de Gaza e Margem Ocidental.

O panorama sócio-econômico dos próprios judeus era o pior desde o período de criação do Estado. Desde a década de 1990, os direitos trabalhistas e o sistema de assistência social vêm sofrendo ataques da parte de governantes trabalhistas e do Likud igualmente. O sistema de saúde foi desmantelado no governo de Rabin. O maior banco do país, instituição da central dos trabalhadores Histadrut, foi privatizado por Netanyahu. Em uma década apenas, a porção do PIB destinado ao setor público caiu de pouco mais da metade a um terço e os investimentos no mesmo setor caíram de 85% a 15%. Os gastos sociais em Israel eram inferiores proporcionalmente aos dos EUA e a sociedade israelense se tornou uma das mais desiguais do chamado mundo capitalista "avançado". A proposta orçamentária do governo para 2003 implicava destruir com o que ainda restava do seguro desemprego e do sistema de seguridade social.

Os trabalhadores tailandeses, filipinos, romenos e turcos (dezenas de milhares) que o sionismo importou para substituir a mão de obra barata árabe (impedida de trabalhar em Israel depois do cerco quase total aos "territórios ocupados" erguido em 1994 com o pretexto de prevenir ataques suicidas) foram sendo usados como bode expiatório para a crise, reunidos e expulsos do país. O desemprego em Israel chegava a 15% da população economicamente ativa, e a pauperização atingia 30% da população do país (algumas fontes apontavam para meio milhão de israelenses vivendo abaixo da linha da pobreza). A crise econômica, desemprego, polarização da riqueza e miséria começaram a gerar sintomas de resistência entre as massas judias, com uma série de greves e manifestações (desde o início de 2002) contra o fechamento de fábricas e os cortes orçamentários.

Nos territórios palestinos, passados pouco mais de dois anos do início da segunda Intifada, o desemprego chegava a 80%, sendo que os que ainda trabalham recebem em média 2 dólares por dia (contra uma renda mínima diária de 30 dólares em Israel). Finalmente, as incursões militares israelenses em território palestino, desde o massacre do campo de refugiados de Jenin, levadas a cabo sob o pretexto da auto-defesa e captura de potenciais "homens-bomba", massacraram a população civil e destruíram propositalmente a infraestrutura material da Autoridade Palestina, seus escritórios, registros e organismos, ou seja o próprio núcleo de um futuro Estado palestino. Portanto, a reocupação israelense apenas coroou um antigo processo, abolindo a possibilidade de se criar um Estado palestino minimamente autônomo.

A segunda Intifada, que já durava quase vinte meses, vinha adquirindo um ímpeto cada vez maior, principalmente com a participação de palestinos residentes em Israel e o desenvolvimento de operações de guerrilha de que surpreenderam, por sua escala e eficiência, os próprios militares israelenses. O caminho para o esforço de guerra de Sharon foi aberto pela "guerra contra o terror" de George W. Bush Jr., pelo ataque contra o Afeganistão, pelos preparativos de guerra contra o Iraque, pelos ataques propagandísticos ao "Eixo do Mal", pelo anúncio de "revisão da postura nuclear" e de possível "utilização tática de armas nucleares" pelo governo dos EUA.



Segunda Intifada palestina

O governo dos EUA viu a investida de Sharon nos territórios ocupados por Israel como parte de uma guerra bem maior que se preparava no Oriente Médio. "A noção de que a paz no Oriente Médio passa por Jerusalém é uma ilusão", assinalou em editorial o *Wall Street Journal*: "O caminho para a paz no Oriente Médio passa hoje não por Jerusalém, mas por Bagdá". No

momento em que os tanques israelenses ingressavam em Ramallah e na margem ocidental do Jordão, George W. Bush declarou o total apoio de sua administração ao “direito de defesa de Israel contra os terroristas”. O posterior chamado ambíguo e tardio do presidente dos EUA para que Israel “considerasse iniciar” a retirada de suas tropas da margem ocidental não foi uma proposta de paz, mas uma pressão sobre a ANP, que Yasser Arafat, sitiado em Ramallah, aceitou. Bush concedeu previamente a Sharon a permissão e o tempo necessários para terminar suas operações militares antes de recuar suas tropas.

Os EUA e Israel aproveitaram a disposição para capitular das classes e elites governantes dos países árabes. Isto ficou demonstrado pelo colapso patético da “Cúpula Árabe” em Beirute às vésperas da guerra de Sharon. A Arábia Saudita propôs reconhecer a usurpação da Palestina em troca da paz; Egito e Jordânia boicotaram a Cúpula para questionar o papel de liderança dos sauditas e competir com os sírios; Ariel Sharon impediu Arafat de participar; e o Líbano, sob as ordens da Síria, impediu inclusive que Arafat se dirigisse à Cúpula desde Ramallah. As lideranças políticas árabes temiam mais a rebelião das massas pobres de seus países do que a catástrofe imposta pelos EUA e Israel sobre a Palestina e sobre toda a região em torno dela.

As manifestações de massas em El Cairo, Ammã, Beirute, e em todo o mundo árabe, que resultaram frequentemente em choques brutais com as forças locais de repressão, mostraram claramente que a resistência do povo palestino era a faísca da luta pela emancipação nacional e social de todo o Oriente Médio, e para além dele em todo o mundo árabe. A decomposição do projeto nacional do sionismo deixava cada vez mais claro que não havia “solução militar localizada” para a crise palestina; o Estado de Israel só poderia sobreviver como projeto histórico independente por cima de um mar de sangue e de terror em todo Oriente Médio.

Tentando fugir de uma situação de guerra permanente, o governo dos EUA formulou uma proposta política. O “Mapa da Estrada” foi uma caricatura dos Acordos de Oslo celebrados em 1993-1995, que eram também a caricatura de uma solução democrática para a questão palestina. O principal triunfo da proposta israelense era *político*. O Ministério de Relações Externas da Autoridade Nacional Palestina informou que "a OLP realizou um compromisso histórico em 1988, reconhecendo a soberania de Israel sobre 78% da Palestina histórica, na compreensão de que os palestinos seriam capazes de viver em liberdade no restante 22% sob a ocupação israelense desde 1967".

Todo o "processo de paz" dos anos 1990 fora, na verdade, usado como cortina de fumaça para continuar a confiscação de terras, que duplicou o número de colonos judeus que viviam na margem ocidental do Jordão, na Faixa de Gaza e em Jerusalém Oriental - aproximadamente 400.000 – e para levar adiante a política de fechamento permanente da população dos territórios ocupados, substituídos em Israel por trabalhadores estrangeiros trazidos de todo o mundo. O estrangulamento econômico dos trabalhadores da margem ocidental do Jordão e de Gaza - onde, desde setembro de 2000, o desemprego cresceu 65%, e onde os 75% da população viviam por baixo da linha de miséria de dois dólares diários por pessoa - foi a razão do colapso dos Acordos de Oslo.

Essa catástrofe econômica era o resultado de um objetivo de longo prazo, compartilhado por todos os partidos sionistas, de se desfazer dos palestinos em toda *Eretz Israel*. A temporária vitória dos EUA no Iraque encontrou sua contrapartida nos territórios ocupados no desenho da formação de um novo gabinete sob a direção do primeiro ministro Abu Mazen (Mahmoud Abbas), um homem eleito pelos serviços norte-americanos e os líderes sionistas, depois de que Arafat fora declarado “incompetente”. O que estava ocorrendo na margem ocidental do Jordão era um processo massivo de confiscação de terras e de segregação mediante a construção de um muro de 350 quilômetros de longitude, e entre quatro e oito metros de altura. A construção do muro levaria à confiscação de aproximadamente 22% da margem ocidental, incluindo 80% das terras agrícolas, a extirpação de dezenas de milhares de árvores,

incluindo oliveiras, e a alienação pelo Estado de Israel de 20% dos recursos de água da população palestina. Ao menos quinze aldeias ficariam presas entre o muro e a "linha verde", em áreas militares fechadas controladas pela IDF (o *Tsahal*).

O muro significava a inclusão de fato no Estado de Israel de um vasto número de assentamentos judeus ilegais, e transformaria as aldeias e cidades palestinas em campos de concentração populacional similares aos existentes na Faixa de Gaza. O muro cortaria o vale do Jordão, deixando ao chamado "Estado palestino" só 50% da margem ocidental. Na realidade, esse "Estado" consistiria em oito "bantustões", separados, isolados e controlados por Israel: Jenin, Nablus, Qalqilia, Tulkarem, Jericó, Ramallah, Bethlehem e Hebron. Os civis palestinos não seriam autorizados a transladar-se de uma dessas áreas isoladas para outras, sem autorização especial das autoridades de ocupação. O "Estado palestino" no seria mais que um conjunto de cantões, pontilhado por rotas controladas pelo exército israelense, e sitiados pelas colônias sionistas e os estabelecimentos militares que as protegiam.

Em resposta a um atentado suicida realizado em Jerusalém por um militante do grupo islâmico Hamas, o exército israelense realizou em meados de 2003 fortes ataques na faixa de Gaza, nos quais feriu o máximo dirigente do Hamas, Abdul Aziz al-Rentisi, e matou 25 palestinos. Estes fatos colocaram em crise o chamado Mapa da Estrada. O plano tentava desmontar a bomba de tempo da rebelião do povo palestino ante os reiterados fracassos da sangrenta repressão israelense, num momento em que se complicava a ocupação militar do Iraque. O primeiro passo desse projeto era fazer com que fossem as próprias autoridades palestinas a reprimir e controlar a luta de seu povo. O plano foi aceito por Yasser Arafat, impotente para deter a Intifada e acusado por Sharon de não ser suficientemente duro.

Apesar de alguma resistência, Arafat aceitou a designação de Abu Mazen (homem de total confiança dos EUA e de Israel) como primeiro-ministro. Além disso, corpos policiais palestinos começaram a ser treinados por especialistas ianques. Se tratava de aceitar os desígnios de Israel e seu controle sobre os territórios ocupados, dos quais deveria retirar-se se fossem cumpridas as resoluções de 1967 da ONU. O “Mapa da Estrada” foi rechaçado por diversas organizações palestinas, entre elas as Brigadas dos Mártires de Al Aqsa, a Frente Popular pela Libertação da Palestina e correntes islâmicas *Hamas* e *Jihad*. Meio contra à vontade, Sharon aceitou o plano de Bush. Na sua primeira etapa, este apenas exigia de Israel medidas de colaboração em dois aspectos: começar a liberar os presos palestinos das cadeias e campos de concentração israelenses e iniciar o desmonte dos assentamentos ilegais de colonos judeus (cuja cifra crescera de 70 mil para 200 mil na última década) em territórios que pertenciam à Autoridade Palestina

Em entrevista realizada em junho de 2003, na proximidade de sua morte, Edward Saïd manifestou: “A única fonte de otimismo, a meu ver, continua sendo a coragem dos palestinos para resistir. Foi por causa da Intifada e porque os palestinos se recusaram a capitular diante dos israelenses que chegamos à mesa de negociação — e não apesar de tudo isso, como alguns insistem em dizer. O povo palestino vai continuar se opondo aos assentamentos ilegais, ao exército de ocupação, aos esforços políticos para pôr um ponto final em sua aspiração legítima de ter um Estado. A sociedade palestina vai subsistir, apesar de todos os esforços que têm sido feitos para sufocá-la... (O plano de paz) não aborda os problemas e as reivindicações reais do povo palestino. Estamos falando de uma nação que foi destruída mais de cinqüenta anos atrás. Sua população foi privada de suas propriedades, 70% dela ficou desabrigada. Ainda hoje, quatro milhões de palestinos vivem refugiados no Oriente Médio e em outras regiões do mundo.

“Desde 1948 a ONU reafirma a ilegalidade dessa situação e diz que essas pessoas deveriam ser indenizadas ou repatriadas. O plano de paz, no entanto, não toca nesse ponto. O plano também não diz nada sobre a ocupação militar que começou em 1967. Estamos falando da

mais longa ocupação militar da história moderna. Milhares de casas foram destruídas e, em seu lugar, surgiram quase 2.000 assentamentos israelenses habitados por cerca de 200.000 colonos. A seção leste de Jerusalém foi indevidamente anexada por Israel, que, além disso, nos últimos dois anos e meio, manteve os três milhões de habitantes da Faixa de Gaza e da Cisjordânia sob toque de recolher e restrições de direitos humilhantes. Nada disso foi mencionado pelo plano de paz.

"E tampouco a questão das fronteiras de um futuro Estado palestino era abordada com clareza. Não havia menção às fronteiras que existiam antes de 1967, muito menos à ideia de restabelecê-las. Ou seja, Israel se propunha aparentemente reconhecer um Estado palestino, mas provisório e sem território estabelecido. Na essência, tudo que o plano dizia é que os palestinos deviam abrir mão da resistência, parar de lutar. Em contrapartida, Israel eventualmente levantaria algumas das restrições que impõe ao povo palestino, sem maiores especificações. O plano não previu mecanismos efetivos de implementação de suas fases. Assim como ocorreu nas negociações de Oslo, em 1993, as decisões ficariam a cargo dos israelenses. Em resumo, estamos falando de um plano que não leva a lugar algum".[605]

A crise do "processo de paz" dava-se em momentos em que Israel vivia sua maior crise econômica desde 1948, com desemprego crescente, corte dos gastos sociais, queda de amplos setores da população judaica e árabe para o nível de pobreza, e uma forte recessão. O prosseguimento do esforço de guerra prometia atingir ainda mais os árabes e judeus vivendo dentro da "Linha Verde", com o corte de mais de dois bilhões de dólares do orçamento do governo, para fins militares. Na crise palestina, por outro lado, a tentativa de intermediação de União Europeia manifestou sua total impotência política.

Seus representantes foram tratados com arrogante descaso pelos líderes sionistas, quando enviados para protestar pelo massacre da população palestina. Quanto ao desastroso papel das "forças de paz" internacionais, da UE ou dos países das Nações Unidas, para não mencionar a OTAN, ele já fora claramente demonstrado no Congo, Chipre, Coreia, e depois na Bósnia, Kosovo e Macedônia nos Bálcãs. Thomas Friedman, o influente colunista democrata-sionista do *New York Times*, o mesmo que em 1999 saudara calorosamente os bombardeios da OTAN contra a Iugoslávia durante a guerra de Kosovo, chamou abertamente por um "Kosovo na Margem Ocidental" (do Jordão).

Nesse período, deu-se início a uma nova onda de antissemitismo europeu, com ataques contra as sinagogas e os judeus na França e na Bélgica, com forte atuação de grupos neonazistas e de extrema direita. A situação palestina dava pretexto para o ressurgimento do antissemitismo europeu. Em Israel, o "campo da paz", os herdeiros do sionismo de esquerda e da tradição comunista, e os intelectuais denominados pós-sionistas, passaram a defender a "solução dos dois Estados", denunciando os horrores do passado e do presente, a dinâmica colonialista do sionismo, a escalada e os mecanismos da expulsão dos árabes, as constantes alianças e tentativas de aliança dos sionistas com potências imperialistas, a possibilidade legal do emprego da tortura e a própria ausência de uma constituição israelense, a natureza confessional do Estado, o racismo contra palestinos e judeus não europeus, as semelhanças entre a "Lei do Retorno" e o código nazista (racial) de Nüremberg, mas sempre enxergando o

[605] Edward Saïd nasceu em Jerusalém em 1935 de uma família cristã. Em 1948, com a fundação do Estado de Israel, ele e sua família foram obrigados a deixar a Palestina. Sad estudou e viveu no Egito e nos Estados Unidos, onde se formou na Universidade de Princeton e foi professor de literatura inglesa na Universidade de Columbia, em Nova York. Coletâneas lançadas no Brasil oferecem um panorama de seu pensamento: *Cultura e Política*, da Editora Boitempo e *Reflexões sobre o Exílio* (Companhia das Letras); assim como *Freud e os Não-Europeus*, também lançada pela Boitempo. Seu livro *Orientalismo*, entre outros, se transformou em referência obrigatória dos estudos sobre imperialismo, colonialismo, dominação e alienação cultural, e muitos outros temas. Edward Saïd militou incansavelmente ao longo de toda sua vida pela causa da independência palestina. Faleceu em 24 de setembro de 2003.

Estado de Israel como um fato consumado e irreversível, ou seja, não superável por uma república laica e democrática. Não se dissociavam, portanto, da ideologia sionista.[606]

Em 2004, 7.366 palestinos encontravam-se detidos por Israel, 386 das quais eram crianças; 760 deles encontravam-se em detenção administrativa sem terem sido formalmente acusados ou julgados. De 2000 a 2004 o exército israelense demoliu cerca de 3.700 casas palestinas: 612 casas foram destruídas como castigo contra famílias de palestinos suspeitos de tentar realizar ou de ter cometido ofensas violentas contra civis ou forças de segurança israelitas; 2.270 foram demolidas pelo argumento de "segurança"; mais de 800 demolições administrativas foram realizadas contra casas construídas sem permissão israelense. Foi também durante a segunda Intifada que a ativista membro do *International Solidarity Movement* (ISM) Rachel Corrie foi morta em 16 de março de 2003 pelas Forças Armadas de Israel enquanto tentava, juntamente com outros ativistas, impedir a destruição de casas civis na região de Rafah.

[606] Tal como caracterizado por Ilan Pappé: There is no peace movement in Israel. In: *www.cmaq.net/es/node.php?id=21684*, site do Centro de Médios de Información Alternativos de Québec, 14 de julho de 2005. Ilan Pappé (Haifa, 1954) é um historiador israelense, professor de história na Universidade de Exeter, no Reino Unido. Foi docente em Ciências Políticas em sua cidade natal, na Universidade de Haifa (1984-2007). É um dos historiadores, que reexaminaram criticamente a história de Israel e do sionismo. Pappé faz uma análise sobre os acontecimentos de 1948: em seu livro mais importante, *Ethnic Cleansing in Palestine*, defendeu que houve uma limpeza étnica, ou seja, a expulsão deliberada da população civil árabe da Palestina - operada pela Haganah, pelo Irgun e outras milícias sionistas, que formariam a base do Tsahal - segundo um plano elaborado bem antes de 1948. Pappé considerou a criação de Israel como a principal razão para a instabilidade e a impossibilidade de paz no Oriente Médio. Segundo ele, o sionismo tem sido historicamente mais perigoso do que o islamismo extremista. Ao longo dos anos 2000, Ilan Pappé notabilizou-se por várias polêmicas e por seu apelo ao boicote internacional às universidades israelenses, o que o levou a entrar em conflito com seus colegas da Universidade de Haifa. Ilan Pappé é um importante defensor da solução de um único estado para palestinos e israelenses. Em 2008, Ilan Pappé exilou-se na Grã-Bretanha, onde atualmente é professor de história na Universidade de Exeter e diretor do Centro Europeu de Estudos sobre a Palestina. Antes de deixar Israel, ele havia sido veementemente condenado no Knesset, o parlamento de Israel. Um ministro da educação havia pedido a sua demissão da universidade, e sua foto havia sido publicada em um jornal, no centro de um alvo. Além disso, Pappé havia recebido várias ameaças de morte.

A SEGUNDA GUERRA DO GOLFO PÉRSICO

Nesse contexto político explosivo no Oriente Médio, os EUA programaram a "Operação Liberdade do Iraque" (*Operation Iraqi Freedom*), para reverter a situação política da região, e jogando mais lenha na fogueira política internacional. Para criar seu pretexto, a CIA enviou o embaixador Joseph C. Wilson para investigar alegações de que o Iraque tinha tentado comprar concentrados de urânio ao Níger. Wilson voltou e informou a CIA de que as informações sobre as vendas desses concentrados ao Iraque eram "inequivocamente erradas". No entanto, a administração Bush continuou a mencionar as compras de concentrados como justificação para uma ação militar, especialmente no discurso cerimonial sobre o "Estado da União" de janeiro de 2003, em que o presidente repetiu a alegação, citando agora fontes dos serviços secretos britânicos. Em resposta, Wilson escreveu uma coluna no *New York Times*, explicando que a CIA tinha investigado essas alegações e tinha concluído que eram falsas. Pouco depois, a identidade da sua esposa, Valerie Palmer, analista secreta da CIA, foi revelada numa coluna do mesmo jornal. Todo o *affaire* foi, depois, enterrado sob o silêncio da "razão de Estado".

Em 1º de junho de 2002, o presidente dos EUA George W. Bush, falando na Academia Militar de West Point, explicou a nova doutrina: se "inibição" e "contenção" (*deterrence* e *containment*) tinham funcionado durante a "guerra fria", já não eram mais conceitos válidos para a nova situação. "Contenção é impossível quando ditadores desequilibrados podem disparar essas armas em mísseis ou, em segredo, fornecê-las para terroristas aliados... Não seremos capazes de defender a América e nossos amigos sendo otimistas. Não podemos depositar nossa fé num mundo de tiranos, que solenemente assinam tratados de não-proliferação, enquanto sistematicamente os descumprem. Se esperarmos que as ameaças se materializem inteiramente, teremos esperado em demasia". Um mês mais tarde, insistiu: "Contra inimigos como esses, não podemos ficar sentados, parados, esperando que o pior não aconteça. Ignorar esse perigo crescente equivale a atraí-lo. América precisa agir contra essas ameaças terríveis antes que sejam postas em prática".[607]

Mais claro, água. A guerra estava em andamento. O trabalhista inglês Tony Blair lhe fez eco, afirmando na Câmara dos Comuns que a lição do 11 de setembro de 2001 era a necessidade de medidas preventivas contra o terrorismo, contra Al Qaeda ou qualquer seu cúmplice. Estava lançada a "guerra preventiva". Em outubro de 2002, poucos dias antes da votação no senado norte-americano sobre a Resolução Conjunta para autorizar o uso das Forças Armadas contra o Iraque, foi dito a 75 senadores que Saddam Hussein tinha os meios de atacar a costa oriental dos EUA com armas biológicas ou químicas através de aviões não pilotados. Colin Powell sugeriu na sua apresentação ao Conselho de Segurança que esses aviões carregados de projéteis químicos estavam prontos a ser lançados contra os EUA.

A Força Aérea, o Núcleo de Informações e Investigação do Departamento de Estado e a Agência de Informações de Defesa dos EUA negaram que o Iraque possuísse alguma capacidade ofensiva deste tipo, dizendo que os poucos aviões não tripulados que o Iraque possuía destinavam-se apenas a vigilância. A maioria do Comité dos Serviços de Informações concordou: a frota iraquiana de aviões não tripulados nunca entrara em combate e consistia num punhado de equipamentos de treino sem capacidade ofensiva. Apesar disso, o senado votou e aprovou a Resolução Conjunta a 11 de outubro de 2002, concedendo à administração Bush as bases legais para a invasão do Iraque.

Os EUA, o Reino Unido e a Espanha propuseram na ONU a "Resolução 18" para dar ao Iraque um prazo para cumprir as resoluções anteriores. A resolução foi depois retirada por falta de apoio no Conselho de Segurança. Em particular a França e a Alemanha, membros da NATO, e a Rússia, opunham-se a uma intervenção militar no Iraque devido ao "elevado risco para a

[607] *Apud* Milan Rai. *Op. Cit*., p. 141.

segurança da comunidade internacional" e defendiam o desarmamento iraquiano através da diplomacia. Na primeira semana de março de 2003, o inspector de armas da ONU, Hans Blix, declarou: "Nenhuma evidência (de armas de destruição em massa) foi encontrada até agora", dizendo que tinham sido feitos progressos nas inspecções. Contudo, o governo norte-americano anunciou que a diplomacia tinha falhado e que iria intervir com uma coligação de países aliados para eliminar as armas de destruição massiva do Iraque. O governo norte-americano aconselhou abruptamente os inspectores de armamento da ONU saírem imediatamente do Iraque. E, no dia 19 de março de 2003, teve início a invasão norte-americana do Iraque, com o ataque aéreo a Bagdad.

Nos dias prévios à guerra, para intimidar o governo do Bagdá, os EUA haviam experimentado um explosivo capaz de destruir toda vida humana em um rádio de dez quilômetros. Os funcionários de Bush disseram preventivamente, exibindo originais conhecimentos historiográficos, que as bombas atômicas lançadas em 1945 tiveram a finalidade altamente humanitária de pôr fim à resistência japonesa, salvando um grande número de vidas (norte-americanas). O fundamentalista (cristão) Bush não era impulsionado apenas pelas suas convicções religiosas, de caráter apocalíptico, embora elas jogassem seu papel: uma direita cristã religiosa, fundamentalista, ocupara a Casa Branca com ele.[608] Um ex-redator de discursos de Bush relatou reuniões do presidente com seus assessores, cujos *scripts* continham rezas obrigatórias orientadas pelo presidente. O próprio Bush andava sempre empunhando uma Bíblia e tratava de dar toques messiânicos aos seus discursos e mensagens.

O principal motivo alegado para a guerra por George W. Bush e pelo primeiro ministro britânico Tony Blair foi que o Iraque estava desenvolvendo armas de destruição massiva. Essas armas, se argumentava, ameaçavam a segurança mundial. Bush defendeu que os Estados Unidos não poderiam esperar até que a ameaça do líder iraquiano Saddam Hussein se tornasse iminente. Para justificar a guerra, alguns responsáveis norte-americanos referiram também que havia indicações de uma ligação entre Saddam Hussein e a Al Qaeda. Nenhuma das acusações foi provada. Embora a falsidade das acusações fosse cada dia mais evidente, isso não impediu a ação militar que provocou uma enorme carnificina humana.

Criado, a duras penas, o pretexto para a intervenção, a "Operação Liberdade do Iraque" implicou a nova invasão do Iraque por uma coalizão militar multinacional liderada pelos Estados Unidos, coalizão muito menor do que aquela montada nos idos de 1990 contra o mesmo país. Em resposta imediata, grupos antiguerra de todo o mundo organizaram protestos públicos. Entre janeiro e abril de 2003, 36 milhões de pessoas em todo o mundo tomaram parte em quase três mil protestos contra a nova guerra contra o Iraque. Houve também sérias questões legais que rodearam a declaração da guerra ao Iraque, e a reiteração da doutrina Bush da "guerra preventiva". Mais só de um ano depois, a 16 de setembro de 2004, Kofi Annan, Secretário Geral da ONU, disse sobre a invasão: "Indiquei que não foi em conformidade com a Carta das Nações Unidas. Do nosso ponto de vista, do ponto de vista da Carta, [a invasão do Iraque] foi ilegal".

A guerra estava prevista para ser "curta", tão "curta" que o secretário de Defesa dos EUA, Donald Rumsfeld, apressou-se em declarar que "o que ainda está por vir terá força, amplitude e escala que irão além de tudo que já vimos": esse foi o balanço só inicial do ataque dos EUA contra o Iraque. Dias antes, os três responsáveis políticos do novo ataque internacional no Golfo Pérsico não puderam reunir-se em território continental europeu, temerosos das manifestações populares que provocaria sua presença. Elegeram finalmente para sua reunião uma ilha no Arquipélago das Açores, a 700 quilómetros de terra firme. O anfitrião, o governo de Portugal, esclareceu que não compartia as urgências militares dos convidados.

---

[608] Cf. Tariq Ali. *The Clash of Fundamentalisms.* Crusades, jihad and modernity. Nova Déli, Rupa & Co, 2002.

Bush deixou definitivamente claro que não lhe importavam a destruição das armas do Iraque, nem a democracia, nem sequer o regime de Saddam Hussein. Os três mosqueteiros da guerra também não juntaram suas espadas: o espanhol Aznar anunciou que não enviaria tropas; embora o primeiro ministro da rainha de Inglaterra despachasse 30 mil soldados; Donald Rumsfeld disse que estava disposto a compreender as dificuldades do governo inglês, dispensando eventualmente até sua participação militar na operação. A aliança político-militar ocidental da década de 1990 estava em frangalhos. A vitória militar, quase garantida de antemão, dos EUA, poderia se transformar em fragorosa derrota política e diplomática.

A nova guerra foi concebida e apresentada como um degrau superior da estratégica "guerra infinita" contra o terrorismo mdeclarada em 2001. No governo de Bush foi emitida a "Diretiva Presidencial nº 17 sobre Segurança Nacional", na qual os EUA assumiram, oficialmente, seu direito aos "ataques preventivos" em qualquer lugar do mundo. Os EUA passavam a ter o direito "legal" autoatribuído de lançar mão de todos os meios necessários, os nucleares inclusive, para esse tipo de ataque. A nova coalizão internacional foi montada às pressas. Foram forças militares majoritariamente norte-americanas e britânicas, apoiadas por pequenos contingentes da Austrália, da Dinamarca e da Polônia, as que invadiram o Iraque.

A invasão levou pouco tempo até a derrota e a fuga apressada de Saddam Hussein. A coligação liderada pelos EUA, de fato, ocupou rapidamente o Iraque; no entanto falhou na tentativa de restaurar a ordem no país. A resistência local levou a um conflito com a insurgência iraquiana, levando a uma violenta guerra civil entre iraquianos sunitas e xiitas e às operações da Al Qaeda no Iraque. Como resultado do seu fracasso em restaurar a "ordem", um número crescente de países integrantes da coalizão retirou, depois de algum tempo, suas tropas do Iraque.

A nova etapa da "guerra infinita" se apoiou numa aliança em frangalhos com regimes direitistas da Europa (os governos Blair e Berlusconi, principalmente) que se encontravam em completa crise política, e com alguns regimes fantoches do outrora chamado Terceiro Mundo. Quanto à ONU, ela foi reduzida, na melhor das hipóteses, a um organismo impotente, e na pior (mais realista) a uma caixa de registros (às vezes com algum protesto) das investidas militares anglo-americanas em qualquer ponto do planeta. As vitórias militares e o impressionante arsenal bélico posto em ação entre 1990 e 2005 não conseguiram ocultar o panorama desolador da estratégia político-militar dos EUA no Oriente Médio e na Ásia Central.

Os regimes político impostos pelas intervenções externas (Iraque e Afeganistão) careciam da mais elementar estabilidade política e até do controle de seu próprio território; o Afeganistão não virou uma "democracia estável": continuou sendo um narco-Estado com duas ou três cidades dirigidas militarmente por fantoches norte-americanos, com o restante do país dividido por bandos em guerra, enquanto a fome e a miséria continuaram endêmicas, com uma novidade, além do novo boom na produção de ópio: o número bem maior de bases militares dos Estados Unidos ao longo da rota dos oleodutos da região e das zonas de interesse norte-americano pelo óleo e o gás da Ásia Central; sem falar nas novas bases militares ao lado da fronteira chinesa.

Além disso, em vez de um progressivo isolamento e cooptação do regime iraniano, o contencioso com este se agravou (pela reabertura de três centrais nucleares no Irã, uma delas de enriquecimento de urânio), abrindo-se também uma frente de choques com os aliados tradicionais dos EUA na região, em especial a Arábia Saudita. A falaciosa "democracia confessional" do Iraque, organizada pelos ocupantes, se evidenciou incapaz de debelar a resistência armada contra a ocupação;[609] no centro da crise regional, na Palestina/Israel, a situação era de desagregação política; a crise do Oriente Médio se projetava de modo

[609] Savas-Michael Matsas. Irak: el referendum bajo la ocupación. Una farsa dentro de una tragedia. *El Obrero Internacional* nº 4, Buenos Aires, dezembro de 2005.

multidirecional como um fator de crise da Ásia Central, da Rússia e das ex-repúblicas soviéticas, e, via Turquia, da própria União Europeia.

Por isso, analisar a invasão do Iraque só como uma operação de conquista do petróleo conduzida por um governo (Bush) vinculado aos negócios petroleiros, e usando a "ameaça terrorista" como pretexto, era correto, mas insuficiente. Que razões levaram Bush Jr. a ir mais longe do que os anteriores presidentes dos EUA e a agir em bases políticas tão estreitas, e por fora da ONU, numa ação tão ambiciosa estrategicamente, não somente contra Saddam Hussein, mas ameaçando um "eixo do mal" que incluia uma Coreia do Norte dotada de bombas nucleares? Por que uma economia, a dos EUA, combalida e sufocada pela maior dívida pública e pelo maior déficit orçamentário do mundo, se lançava a gastar muito mais dinheiro com a operação de guerra do que os próprios ganhos que obteria com o petróleo iraquiano?[610]

George Bush Jr. representava muito mais do que uma fraude eleitoral, ou um presidente com impulsos belicistas. O Iraque era o alvo do ataque, mas nem representava todo o alvo, nem seu principal objetivo. As mobilizações mundiais contra a guerra tinham essa consciência: não se tratava apenas do petróleo, nem das loucuras de Bush, nem da defesa, pelos EUA, de qualquer valor moral, civilizatório ou humano. O petróleo não explicava tudo, embora explicasse uma parte importante. Os Estados Unidos viviam certamente uma crise energética, e marchavam para uma escassez de petróleo no médio prazo. Os EUA eram (são) o maior consumidor mundial de petróleo e, segundo disse nesse momento, mostrando uma inteligência mínima, seu presidente, "os países que produzem petróleo não gostam dos Estados Unidos". Metade ou mais do petróleo consumido pelos Estados Unidos era importado. Com a queda da URSS, o Oriente Médio e as repúblicas petrolíferas da Ásia Central que pertenciam à URSS, passaram a ser a jóia mais cobiçada pelos grandes grupos econômicos internacionais dos EUA e da Europa.

Os EUA instalaram bases militares duradouras na Arábia Saudita, Turquia e Catar, como fruto da primeira guerra contra o Iraque. Também tinha a ver com a disputa pelo óleo o fato de que os Estados Unidos limitaram, nos doze anos prévios à nova invasão, a autoridade política e militar do governo do Iraque ao norte (curdo) e ao sul (xiita), através de bombardeios incessantes: ali, ao norte e ao sul, se encontravam as maiores reservas de petróleo do Iraque. Dentro desse quadro, iniciativas como a de converter divisas de petróleo em euros (decisão tomada por Saddam Hussein) ganharam um significado importante. E não se tratava apenas de Saddam: na contramão da tutela que os americanos praticavam sobre a Arábia Saudita (maior reserva mundial de petróleo) e da invasão do Iraque (segunda maior reserva), os maiores rivais dos EUA na Europa (Alemanha e França) estabeleceram acordos com o Iraque em torno do fornecimento de petróleo, acertando a compra do óleo em moeda europeia (euro), não em dólar, ao mesmo tempo em que a China e a Rússia também firmavam acordos com o Iraque. As segundas reservas mundiais de óleo, situadas num país onde as empresas dos Estados Unidos não podiam por os pés, ameaçavam vir a cair em mãos dos rivais econômicos dos Estados Unidos. Os EUA vinham, desse modo, perdendo o controle do preço do petróleo.

Um estudioso julgou que "do ponto de vista da ação das transnacionais, o objetivo da invasão do Iraque seria afastar da região as empresas francesas, russas, chinesas, italianas e outras, que têm contratos de desenvolvimento no Iraque e no Irã, para que sejam substituídas por empresas petrolíferas sediadas nos EUA como a Exxon-Mobil, a Chevron-Texaco, a Conoco-Philips, a Schlumberger ou a Halliburton".[611]

---

[610] Gilson Dantas. Iraque: ocupação, barbárie e imperialismo em crise. *Antìtese* nº 1, Goiânia, CEPEC outubro 2005.

[611] *The Wall Street Journal*, Nova York, 16 de janeiro de 2003; *The Guardian*, Londres, 27 de janeiro de 2003.

Março 2003: o ataque norte-americano ao Iraque a partir do norte do Kuwait

O secretário de Estado dos EUA, Colin Powell, afirmou, por uma vez sinceramente, perante a Comissão de Relações Externas do Senado dos EUA (em 6 de fevereiro de 2003) que "o sucesso da guerra no Iraque poderia fundamentalmente redesenhar a região de uma forma poderosa e positiva, que fortalecerá os interesses dos EUA". Ocupando, controlando e monopolizando o óleo iraquiano, os Estados Unidos controlariam, em boa medida, seu preço mundial, esvaziaram as pretensões da OPEP, e ainda controlariam, de perto e com mais eficácia, eventuais vôos dos sauditas para fora da órbita dos interesses norte-americanos. Lembrando também que as ex-repúblicas soviéticas da Ásia Central – cobiçadas pelos Estados Unidos através da ocupação do Afeganistão – contavam com um grande potencial inexplorado de petróleo, capaz, uma vez mapeado, de superar as reservas do Oriente Médio.

O cálculo de alguns analistas era que, se os EUA chegassem a controlar decisivamente o preço internacional do petróleo – controlando as principais reservas através da invasão do Iraque e redesenhando politicamente o Oriente Médio e a Ásia Central – poderiam alavancar sua economia em recessão, tornando-a mais competitiva (o óleo custava 10 dólares o barril ao final dos anos 1990, em 2003 já passava dos 30 dólares). Tendo enfraquecido a OPEP, e tendo nas mãos o preço do barril, poderiam disciplinar economicamente seus rivais mundiais que dependiam muito mais do petróleo externo do que os Estados Unidos (Japão e Alemanha, sobretudo). Além disso, setores da economia de guerra (o "complexo industrial-militar") nos EUA imaginaram que um Iraque ocupado pagaria não apenas parte dos gastos da invasão, como também traria divisas para as empresas construtoras norte-americanas que reconstruiriam o país destruído por seus "libertadores".

A lógica da invasão era evidente: uma operação de rapina, tipicamente neocolonial e utilizando os velhos métodos imperialistas, só que agora com canhoneiras mais sofisticadas, super-bombas, terríveis bombas de fragmentação e projéteis de "urânio pobre" (que contaminaram, como depois se comprovou, muitos soldados norte-americanos). A lógica de Bush e dos falcões do Pentágono era a da força: contando com superioridade tecnológica e militar incontrastáveis, foram ao campo de batalha para resolver os graves problemas estratégicos dos EUA. Mas não era só isso o que revelava a aparente pouca preocupação do governo dos EUA com o risco de repúdio e de isolamento político em relação às outras potências.

A questão era também que a OPEP e a União Europeia adotavam crescentemente o euro nos seus contratos. Rússia e a União Europeia já estudavam estabelecer seu comércio bilateral em

euros, em vez do dólar; Rússia tinha 40% do seu comércio exterior com a Europa, sendo o grosso dele o petróleo (o contencioso russo com a Ucrânia, devido às pretensões deste país com relação a ser ponto de passagem obrigado dos oleodutos Rússia-Europa, pôs em evidência a dependência petroleira europeia). A Rússia e a China converteram, em 2002, boa parte das suas divisas em euro. O Iraque já transformara seus petrodólares em euros em novembro do ano 2000. Argélia e Líbia tinham planos na mesma direção. O Banco Central do Irã, em 2002, pôs metade das suas reservas em euro. Coreia do Norte deixou de usar o dólar em suas transações exteriores. A Venezuela diversificara as reservas do Banco Central na direção do euro. A Malásia anunciara sua intenção de adotar o dinar em ouro em vez do dólar.

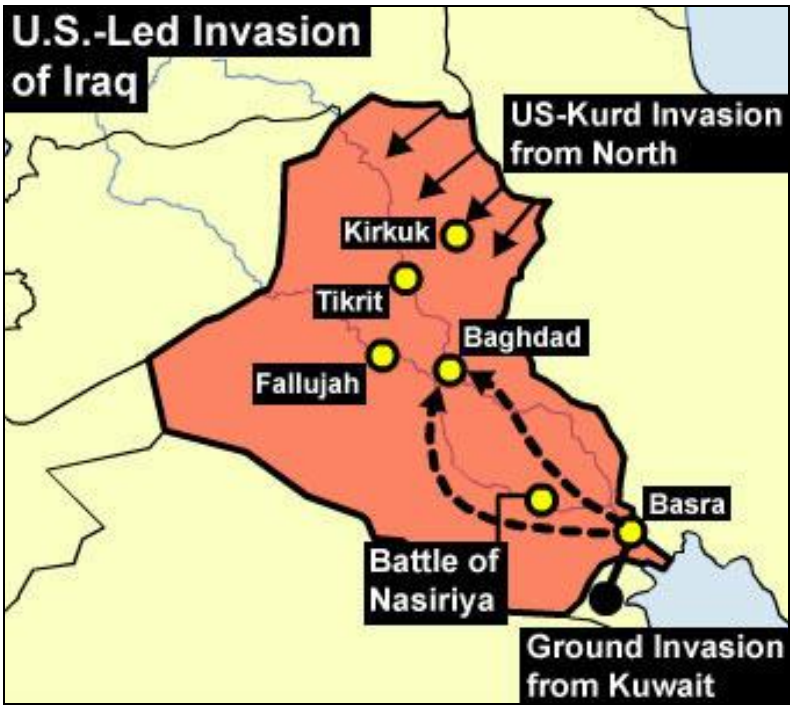
Os EUA, estrategicamente, só sobreviveriam, como potência econômica e política mundial dominante, se debilitassem a "zona euro", que já contava com maior participação no mercado global que os Estados Unidos; a contradição óbvia dessa situação era que as transações e as divisas internacionais continuavam em sendo feitas em dólar. Crescia, devido a isso, a pressão mundial sobre a economia norte-americana, cujo peso real global não correspondia à imposição da sua moeda como moeda internacional: a zona euro convertera-se em maior importador de petróleo do que os Estados Unidos.

A ação militar dos Estados Unidos no Iraque, por esses motivos, teve menos a ver com sua força econômica e com sua potência industrial e comercial, e mais com seu enfraquecimento econômico, com a crise dos fundamentos de sua economia, fundamentos e crise de natureza mundial. A invasão do Iraque foi a manifestação de uma força militar desigual, "assimétrica" (termo que virou moda nesse episódio, aplicado a questões militares), consistente em invadir e conquistar um país pobre, desestruturado, previamente bombardeado por anos, depois que mal tinha saído de uma guerra de quase dez anos contra o Irã, desarmado e esgotado por um bloqueio e confisco econômico de doze anos patrocinado pela ONU. A ocupação do Iraque, nessas condições facilitadas, tinha a ver com o persistente impasse da maior economia capitalista do planeta e com sua crise política, e com buscar uma saída para ambas pela via bélica.

Segundo um estrategista do Pentâgono "a maioria das tropas iraquianas seria poupada do ataque". Isto revelava, inicialmente, o propósito de impulsionar um golpe militar contra Saddam, deixando em pé o regime repressivo e totalitário montado por ele. O exército de Saddam, no entanto, foi rapidamente derrotado, apesar de sua tropa de paramilitares, os "Fedayin de Saddam", terem oferecido importante resistência. A 9 de abril, menos de três semanas depois do início da invasão, Bagdá caiu em mãos das forças invasoras. A infantaria norte-americana cercou os ministérios abandonados do partido governamental Ba'ath e derrubou uma enorme estátua de ferro de Saddam Hussein. Generalizaram-se logo depois pilhagens de instituições governamentais e uma grande desordem depois que as forças de Saddam Hussein, incluindo os Fedayin, se desmembraram na cidade capital. Em 13 de abril, Tikrit, a cidade natal de Saddam e a última cidade a ser tomada pela coligação, foi ocupada pelos fuzileiros da *Task Force Tripoli*. Para surpresa de muitos, a resistência iraquiana foi pequena. A 15 de abril os membros da coligação declararam que a guerra estava terminada.

Um estudioso julgou que "do ponto de vista da ação das transnacionais, o objetivo da invasão do Iraque seria afastar da região as empresas francesas, russas, chinesas, italianas e outras, que têm contratos de desenvolvimento no Iraque e no Irã, para que sejam substituídas por empresas petrolíferas sediadas nos EUA como a Exxon-Mobil, a Chevron-Texaco, a Conoco-Philips, a Schlumberger ou a Halliburton".[612]

[612] *The Wall Street Journal*, Nova York, 16 de janeiro de 2003; *The Guardian*, Londres, 27 de janeiro de 2003.



O cenário da segunda guerra contra o Iraque

Estima-se que aproximadamente 9.200 combatentes iraquianos foram mortos nesta fase inicial da guerra. O *Iraq Body Count Project* declarou que no fim da fase de maiores combates, até 30 de abril, foram mortos 7.299 civis, fundamentalmente pelas forças aéreas e terrestres norte-americanas. O governo norte-americano reportou que tinham morrido 139 militares americanos em combate, e 33 britânicos. A coligação multinacional criou a Autoridade Provisória da Coligação, baseada na Zona Verde, como governo de transição do Iraque até ao estabelecimento de um novo governo. Citando a resolução nº 1483 (de 22 de maio de 2003) do Conselho de Segurança da ONU e as leis da guerra, a APC revestiu-se de autoridade legislativa, executiva e judicial desde 21 de abril de 2003 até à sua dissolução a 28 de junho de 2004. A APC foi originalmente liderada por Jay Garner, antigo oficial norte-americano, mas sua indicação durou apenas um breve período. Depois de Garner se demitir, o presidente Bush indicou Paul Bremer como chefe da APC; este serviu no cargo até à dissolução da Autoridade em julho de 2004.

Uma equipe internacional de 1.400 membros foi criada para procurar locais suspeitos de armazenarem armas de destruição massiva, como agentes biológicos e químicos, e qualquer programa de investigação de apoio ou infraestruturas que pudessem ser usadas para desenvolver armas de destruição massiva. Em 2004, o relatório do Grupo de Pesquisa do Iraque concluiu que o Iraque *não tinha nenhum programa de armas de destruição massiva viável*. Em 1º de setembro, o presidente Bush fez uma visita dramática ao porta-aviões USS Abraham Lincoln em serviço a algumas milhas a oeste de San Diego, Califórnia no regresso de uma longa missão que incluíra serviço no Golfo Pérsico. A visita teve o seu clímax ao pôr do sol com o discurso de Bush da "Missão Cumprida", transmitido para todos os Estados Unidos e feito perante pilotos e marinheiros no convés do porta-aviões. Bush declarou vitória devido à derrota das forças convencionais iraquianas. No entanto, Saddam Hussein continuava em paradeiro incerto e mantinham-se bolsões de resistência.

Em pouco tempo, porém, como um bumerangue, a própria guerra e ocupação de Iraque se transformaram num fator de crise econômica norte-americana, que alimentou de modo direto sua crise política. Iraque se transformou num desastre em termos econômicos: a ocupação custou trinta vezes mais do que o governo dos EUA inicialmente previu, considerando as

despesas diretas e indiretas ligadas à operação militar, como o pagamento de pensões para veteranos gravemente feridos ou o aumento do preço do petróleo. A afirmação contundente foi do economista Joseph Stiglitz, ganhador do Nobel de Economia em 2001 e ex- diretor do FMI; coautor, com Linda Bilmes, de *The Economic Costs of the Iraq War*.

Para os autores citados, o custo total da guerra ao longo do tempo oscilaria entre US$ 1,026 trilhão e US$ 1,854 trilhão, mais de 10% do PIB dos EUA. O governo de George W. Bush estimara, em 2002, um custo de... US$ 60 bilhões, incluindo em sua previsão só os custos das operações militares e de reconstrução, mas não os custos orçamentários não incluídos nas operações militares. Logo de cara, houve dezesseis mil militares severamente feridos no Iraque, com direito a atendimento médico e a pensão durante toda sua vida. Também foram incluídos no cálculo feito por Stiglitz e Bilmes os custos de recrutamento militar para as Forças Armadas dos EUA (100% profissionalizadas).

A segunda questão dizia respeito aos custos não orçamentários. Se um soldado ianque era morto no Iraque, o custo para os EUA, de acordo com o orçamento da defesa, era de US$ 500 mil. Entretanto, o custo "na sociedade" era muito mais elevado. Finalmente, existia o custo macroeconômico da guerra. Quase todos os economistas concordaram que uma parcela significativa do aumento do preço do petróleo desde a invasão do Iraque tinha relação com a própria guerra. Estimou-se uma importante redução do crescimento econômico mundial por conta disso. Quando todos esses ajustes foram efetuados, chegou-se um custo real oscilando entre US$ 1 trilhão e quase US$ 2 trilhões (o PIB da maior economia do planeta era de US$ 11 trilhões, os custos se elevavam a alguma coisa entre 15 e 18% da economia dos EUA).[613] A guerra do Iraque plantou, assim, uma bomba de efeito retardado na economia norte-americana.

Acrescentadas a isso as falcatruas comprovadas da empreitera Halliburton (empresa a cuja direção pertencia o vice-presidente e verdadeiro cérebro do governo Bush Jr., "Dick" Cheney), encarregada das obras de reconstrução da danificada infraestrtura iraquiana, e o escândalo das torturas fotografadas e filmadas de prisioneiros iraquianos em Abu Ghraib (para não falar das torturas e humilhações sistemáticas aos prisioneiros afegãos na base militar de Guantânamo, a poucas milhas dos EUA), o escândalo político-militar iraquiano passou de fator de crise da política mundial para transformar-se também em fator de crise política interna dos EUA (depois de ter sido o fator que permitiu a reeleição de Bush) questionando a estabilidade do governo *neocon* norte-americano, que levaria em poucos anos à sua derrota eleitoral pelo democrata Barack Obama.

A influente advogada e deputada pelo Partido Democrata, Elizabeth Holtzman, atuante no Comitê de Justiça que encaminhou em 1974 o impeachment do presidente Richard Nixon, publicou dois anos depois um artigo em *The Nation* defendendo o impeachment de George W. Bush: "Primeiro, não existiam informações sérias -positivas ou negativas- que sustentassem a alegação do governo quanto aos contatos entre Saddam Hussein e Al Qaeda. Mesmo assim, o governo repetidamente tentou usar essa conexão para demonstrar que a invasão era urna resposta justificada ao 11 de setembro. A alegação era completamente falsa. Segundo, não havia informações confiáveis que sustentassem a alegação do governo de que Saddam estava a ponto de adquirir capacidade de produzir armas nucleares. A maioria dos norte-americanos sabe que os motivos que Bush forneceu para a guerra se provaram falsos. Para eles, a questão é determinar se o presidente mentiu e, caso o tenha feito, o que se pode fazer para puni-lo por isso. Ao assumir a Presidência fez um juramento nos termos do qual ele prometeu que protegeria a execução fiel das leis do país. Não se pode usar o impeachment para remover um presidente por incompetência administrativa. Mas o presidente Bush é culpado de

[613] Joseph Stiglitz (entrevista). Guerra pode custar quase US$ 2 tri. *Folha de S. Paulo*, 12 de janeiro de 2006.

incompetência em escala tão imensa ou de indiferença tão descomunal à sua obrigação de fazer com que as leis sejam fielmente executadas que é possível questionar sua dedicação ao juramento que fez ou a sua capacidade de o executar.

Abu Ghraib: civilização é barbárie

"O exemplo mais notório é a condução da guerra do Iraque -continuou-. De maneira irresponsável e inexplicável, o governo não forneceu aos soldados estacionados naquele país coletes à prova de balas ou veículos dotados da blindagem necessária. Um estudo recente do Pentágono constatou que coletes eficientes poderiam ter salvado centenas de vidas. Por que o início das hostilidades não foi adiado até que os soldados recebessem o equipamento apropriado? (...) As provas que dispomos no momento sugerem que o presidente pode ter autorizado pessoalmente a prática de maus tratos contra prisioneiros. Em janeiro de 2002, depois do início da Guerra do Afeganistão, Alberto Gonzalez, assessor jurídico da Casa Branca, informou o presidente Bush por escrito de que maus-tratos praticados por americanos contra prisioneiros poderiam causar processos sob as leis de crimes de guerra.

"Em lugar de ordenar que as ações criminosas cessassem imediatamente, Bush autorizou o uso de uma interpretação elástica das Convenções de Genebra, para proteger contra processos os americanos responsáveis por abusos contra prisioneiros. Em outras palavras, a resposta do presidente quando recebeu informações de abusos contra prisioneiros foi a de tomar providências que impedissem processos contra os responsáveis pelas violações, o que implica que tenha acatado os abusos e autorizado sua continuação. Se torturas ou tratamento desumano de prisioneiros tiverem resultado dessa decisão presidencial, ele pode ser considerado pessoalmente responsável por uma violação das leis de crimes de guerra. Mais recentemente, o presidente se opôs à emenda McCain, que proíbe a tortura, quando ela foi proposta inicialmente, e apoiou tacitamente os esforços do vice-presidente Cheney para aprovar uma emenda que permitiria que a CIA torturasse ou degradasse prisioneiros".[614]

A estimativa do total de pessoas mortas na Guerra do Golfo de 2003 diverge de fonte para fonte, com os números variando de 100.000 até 500.000 fatalidades. Um dos berços da civilização humana, a Mesopotâmia histórica, foi destruído, cidades e poços de petróleo foram incendiados, as mortes foram contadas por dezenas e centenas de milhares, civis e militares

[614] Elizabeth Holtzman. O impeachment de George W. Bush. *Folha de S. Paulo*, 15 de janeiro de 2006.

prisioneiros foram presos em campos e rodeados de arame farpado, milhares de mortes por fome e sede se produziram depois da destruição do Iraque. Quando reclamou, como condição final e inegociável para o fim das hostilidades, o exílio de Saddam Hussein e de sua família e a rendição do exército iraquiano, não ofereceu em contrapartida a retirada das suas tropas, mas a ocupação militar do Iraque.

Blindados norte-americanos em Bagdá: vitória?

Em 2003, diante do ataque dos EUA, os regimes árabes em geral capitularam ante os Estados Unidos: poucos meses antes, em uma viagem pelo Oriente Médio, o vice presidente norte-americano Cheney reconheceu uma posição aparentemente unânime: os países árabes se opunham à intervenção militar norte-americana no Iraque. A realidade é que, depois, a maioria dos regimes árabes cooperou ativamente com os preparativos militares norte-americanos. O apoio dos países árabes aos Estados Unidos não se manifestou em palavras (ao menos nas públicas) mas em fatos: armas e equipamentos se derramaram pelo Kuwait, onde os Estados Unidos tinham uma base avançada para abastecer três batalhões com tanques, helicópteros de assalto e outros equipamentos. Tropas britânicas realizaram manobras em Omã, onde os EUA construiram um aeroporto militar. Bahrein era a sede da Vª Frota norte-americana.

A Arábia Saudita reverteu sua posição e permitiu que as instalações norte-americanas em seu solo fossem utilizadas em uma guerra. Enquanto as "monarquias petrolíferas" do Golfo apoiaram ativamente os preparativos militares norte-americanos, o Egito e a Síria elegeram a evasão como o melhor recurso de ação, mas não se privaram de se somar ao coro dos que exigiam do Iraque a entrada dos inspetores internacionais. Até o Irã, catalogado como o integrante do "eixo do mal", também interveio ativamente nos preparativos político-militares contra o Iraque. O Irã apoiou os partidos curdos e xiitas (a fração muçulmana predominante no Irã e no sul do Iraque) opostos a Saddam, o que lhe daria depois uma voz no governo "iraquiano" armado pelas tropas ocupantes, e nos negócios que este armou com os norte-americanos. Os aiatolás iranianos buscavam por todos os meios que a situação não escapasse ao seu controle, uma vez que a ampliação da mobilização de massas na região seria num risco para o controle ditatorial que eles exerciam no Irã. Neste sentido, não era casual que as principais forças xiitas fossem parte do governo sustentado pelas tropas ocupantes. Foi uma

guerra que se estendeu até bem depois, provocando 655 mil mortes entre os iraquianos, segundo pesquisa da Universidade Johns Hopkins.

Com as ocupações do Afeganistão e do Iraque, o domínio político e militar mundial dos EUA pareceu, momentaneamente, absoluto. O pesquisador Aijaz Ahmad chegou a arriscar a possibilidade de estarmos diante de um novo tipo (ou fase) de imperialismo, pós-URSS e pós-rivalidades interimperialistas, uma nova fase histórica que "concluía a era política inaugurada pela Primeira Guerra Mundial": "Esta nova fase do imperialismo repousa não só na dissolução dos grandes impérios coloniais (Britânico e Francês, principalmente) e das ambições coloniais de outros países capitalistas competidores (Alemanha e Japão, sobretudo), mas também na demissão definitiva das burguesias nacionais do chamado Terceiro Mundo (fim do anticolonialismo, das guerras de libertação nacional, de Bandung e do não alinhamento, das políticas industrialistas protecionistas) que haviam sido consideravelmente sustentadas pela existência de um polo alternativo nos países comunistas. Os três objetivos pelos quais os EUA combateram uma guerra de posição ao longo do século XX - a contenção/desaparecimento dos Estados comunistas, sua primazia entre os países capitalistas, a derrota do nacionalismo econômico no Terceiro Mundo – foram largamente atingidos...

"Os EUA estão hoje dirigidos por uma peculiar combinação de fundamentalismo cristão, sionismo, neoconservadorismo de extrema direita e militarismo, que fornece as bases ideológicas e as formulações políticas do regime de Bush... Há um elemento de fundamental novidade. A primeira especificidade deste regime está no fato de que, graças à dissolução do bloco soviético é *a primeira vez na história da humanidade que um único poder imperial é tão dominante sobre todos seus rivais que, realmente, não tem rivais, nem perto nem longe, exatamente no momento em que possui sua maior capacidade para dominar o globo*" (grifos nossos).[615]

Um imperialismo sem contradições? A base do imperialismo contemporâneo, porém, é o próprio capitalismo chegado à sua fase mais desenvolvida, a fase dos monopólios e do capital financeiro. Um imperialismo sem contradições suporia um capitalismo sem contradições. No plano puramente econômico, porém, essas contradições se tornariam visíveis e palpáveis (e até oficialmente admitidas) apenas cinco anos depois das ocupações do Afeganistão e do Iraque. E suas contradições políticas gritantes se manifestariam exatamente nesses países e na região do Oriente Médio como um todo. George W. Bush iria senti-las na sua própria carne (política) e, depois, nas urnas norte-americanas.

[615] Aijaz Ahmad. *Iraq, Afghanistan & the Imperialism of Our Time*. Nova Déli, LeftWord Books, 2003, pp. 231-239.

OCUPAÇÃO E RESISTÊNCIA

Nos EUA e na Europa, à sombra da guerra, se reforçaram os aparatos repressivos estatais e a espionagem interna. Em um quadro de crise política internacional: o enfrentamento diplomático dos EUA contra França e Alemanha (respaldadas por Rússia e China), países não participantes da renovada e enfraquecida coalizão militar anti-Iraque, no Conselho de Segurança da ONU, não se reduziu ao Iraque. Em que pese o choque diplomático, todos os países concordaram em forçar o "desarme" iraquiano, em pôr o Iraque sob o "controle internacional", em abrir a exploração de suas riquezas petroleiras para as companhias estrangeiras, e concordaram, inclusive, na guerra: França, Alemanha e Rússia declararam que não descartavam o uso da força como "último recurso" para impor esses objetivos.

O que enfrentou os dois blocos internacionais de países foi o questionamento de "todo o sistema das relações internacionais no pós-guerra fría", nas palavras de um dirigente político francês: ou seja, o destino da União Europeia, da OTAN e até da ONU. França e Alemanha adotaram uma posição contrária aos EUA quando advertiram que os norte-americanos armavam um bloco político na Europa, com Inglaterra à cabeça, que ameaçava sua própria liderança no continente, colocando em perspectiva a completa subordinação da UE aos EUA. A divisão entre as potências levou o Conselho de Segurança da ONU a um ponto morto. A crise mundial não poderia ser resolvida no quadro das relações internacionais existentes. Ao redor da guerra desatou-se assim uma crise política internacional, que teve como cenários a ONU e a OTAN. Os enfrentamentos políticos na OTAN foram tão violentos que, comentou *Le Monde*, "os danos são irreparáveis".

Na guerra, Bush tornou letra morta os acordos precedentes suprimindo o uso de armas químicas e biológicas, e aumentou em 45% os gastos norte-americanos com armas atômicas. A guerra seria a primeira de uma série de guerras e choques internacionais com o objetivo não só de redesenhar o mapa de Oriente Médio, mas também estabelecer uma "nova ordem mundial norte-americana", em detrimento de Europa, Japão, Rússia, China, e de todo o restante do mundo. Os EUA iam em direção dessa reorganização mundial não só com a oposição da França e da Alemanha, mas também com o apoio alugado, portanto instável, de seus aliados, aos que devia pagar em dólares, e à vista.

Montando uma coalizão com métodos tão precários, os EUA enfrentaram uma crise fiscal sem precedentes, que financiaram graças à contribuição dos países europeus e asiáticos, e dos governantes sauditas, pela compra de seus títulos públicos. Esse era o círculo de ferro da dominação mundial norte-americana. Na Europa, um bloco minoritário de países chefiado pela Grã Bretanha - com participação de Espanha, Itália, Portugal (ou de Blair, Aznar, Berlusconi) e os países do Leste europeu - desafiou circunstancialmente a direção franco-alemã da "integração europeia", e envenenou o processo de extensão da União Europeia.

Mas a crise mundial não se limitou à "divisão por cima" das classes dominantes. As populações, especialmente nas grandes potências, se mobilizaram de modo sem precedentes. Mas de 110 milhões de pessoas, em todo o mundo, manifestaram contra a guerra a 15 de fevereiro, e as mobilizações continuaram na Itália, Espanha, Inglaterra, com uma clara tendência em direção da rebelião popular contra os governos partidários da guerra. De Nova York e Londres a Sydney e Tokio, de Madri e Roma a Buenos Aires e Bagdá, de Berlim e Moscou a Tel Aviv e Atenas, um ressurgimento sem precedentes da mobilização popular sacudiu o mundo e seus dirigentes. O movimento mundial contra o imperialismo e “contra a globalização” (*no global*) se fortaleceu enormemente, e passou a criar estruturas internacionais permanentes. E uma pergunta pairava por sobre todo o eleitorado dos EUA: qual era, finalmente, o custo da invasão?

O chefe dos assessores econômicos de Bush, Lawrence Lindsay, perdeu o emprego por fazer pública uma estimativa de custos de 100 bilhões de dólares. Outras estimativas,

independentes, chegavam a US$ 600 bilhões. O governo norte-americano impulsionava simultaneamente um abatimento de impostos de 1,5 trilhões para a próxima década, transferindo a carga fiscal dos impostos aos benefícios do capital para os impostos ao consumo popular. A combinação de aumento dos gastos militares com o abatimento fiscal, quando os EUA já tinham um déficit fiscal de 3,5% do PIB, levou o editorialista do influente *Financial Times* a qualificar a política fiscal de Bush como "lunática". A fossa política e midiática do "neoconservadorismo" norte-americano começava a ser cavada.

Resistentes iraquianos

A campanha militar norte-americana no Iraque se concentrou nos "objetivos do regime", palácios presidenciais, corpos de guarda de Saddam, sistemas de comunicações, polícia secreta, bases da Guarda Republicana. Derrocado Saddam, os EUA pretendiam impor um governo militar, secundado por uma "administração civil" encabeçada por um general norte-americano retirado: esse governo teria uma preocupação especial em ocupar e pôr em funcionamento os poços e a indústria petroleira. O Departamento de Estado desenvolveu planos para que a ONU tivesse um "papel central" depois da guerra, depois de ter sido publicamente humilhada por Bush na declaração unilateral de guerra. Todo esse projeto foi por água abaixo, e os EUA se encontraram rapidamente no meio de um pântano político no Iraque, oculto por trás de uma precária vitória militar.

De qualquer modo, com distâncias ou relutâncias, todos os Estados capitalistas do mundo se encontravam objetivamente comprometidos na guerra, através do pagamento das dívidas usurárias e dos investimentos en títulos da dívida pública dos EUA. Essa era a carta forte dos EUA. As forças da coligação invasora notaram um número crescente de ataques às suas tropas em várias regiões, especialmente no chamado "triângulo sunita". No caos inicial da guerra, após a queda do governo iraquiano, houve pilhagens maciças de edifícios do governo, residências oficiais, museus, bancos e instalações militares. 250 mil toneladas de material foram roubadas, fornecendo uma fonte significativa de armamento à insurgência iraquiana. Os insurgentes foram ainda ajudados por centenas de esconderijos de armas criados antes da invasão pelo exército convencional do Iraque e pela Guarda Republicana.

Os esforços da coligação ocidental para estabilizar o Iraque pós-invasão começaram logo após a queda do regime de Saddam Hussein. Inicialmente, a insurgência iraquiana (designada pela coligação como "Forças Anti-Iraquianas"...) tinha como origem os Fedayin e os homens e mulheres leais ao partido Baath, mas em breve lideres religiosos e civis iraquianos, alheios a velho governo e contrários à ocupação, contribuíram para a resistência. As três províncias com o número mais elevado de ataques guerrilheiros eram Bagdá, Al Anbar e Salah Ad Din. Essas províncias incluíam 35% da população iraquiana, mas eram responsáveis por 75% das mortes

de militares norte-americanos. Os insurgentes usavam tácticas de guerra de guerrilha, incluindo morteiros, mísseis, ataques suicídas, atiradores furtivos, dispositivos explosivos improvisados, carros bomba, armas de fogo leves e lança-granadas, assim como realizavam ações de sabotagem contra redes e infraestruturas de água, petróleo e electricidade.

A situação mundial, no entanto, revelou novas fendas profundas na política mundial dos EUA. A ocupação do Iraque mostrou-se muito mais perigosa e cara do que o previsto pelo imperialismo. Diariamente, as tropas norte-americanas foram e são objeto de uma quinzena de ataques guerrilheiros e sofrem, em média, três baixas a cada dois dias. "Bagdá e vizinhança apresentam uma imagem de caos e desordem, com os soldados norte-americanos apenas capazes de controlar as principais ruas", dizem os jornais. Mas os soldados norte-americanos não se sentem seguros nem em suas próprias bases (porque) a guerrilha está escapando cada vez mais do controle norte-americano. Os operativos "anti-subversivos", cada vez mais duros e violentos, ao atacar populações inteiras e deter centenas de pessoas semeiam um ódio maior contra os ocupantes.

As manifestações xiitas, de milhares de pessoas, reclamaram regularmente a saída dos ocupantes. Os ocupantes passaram a temer uma Intifada xiita. Os serviços públicos essenciais seguem sem serem repostos. A economia está paralisada e o desemprego atinge 60% da população. Sob a pressão da guerrilha e da hostilidade da população, as tropas de ocupação encontram-se "stressadas e descontentes". O Pentágono sancionou dois soldados que publicamente, em uma reportagem de TV, reclamaram a renúncia de Rumsfeld. Na imprensa imperialista manifesta-se uma crescente preocupação pela "baixa moral" das tropas ocupantes. O imperialismo norte-americano não lançou a guerra para liquidar os supostos arsenais de armas de destruição massiva iraquianos; muito menos para "libertar" o povo iraquiano da ditadura de Saddam.

A guerra contra o Iraque foi um episódio de uma larga escalada militar – que começou com as guerras de Kosovo e do Afeganistão, com a expansão da Otan até as fronteiras da Rússia e da China e com os acordos militares estabelecidos com as burocracias das ex-repúblicas soviéticas do Cáucaso e Afeganistão, Japão, Coreia e Taiwan – e que continuará com novas guerras de opressão e conquista. O objetivo desta escalada era produzir uma completa reestruturação das relações entre os Estados e as classes no plano mundial que permitisse ao imperialismo impor a aplicação dos selvagens planos que são o último recurso para o resgate do capital, depois do sistemático fracasso das saídas 'econômicas' da crise que se arrasta há mais de trinta anos. O que esteva em jogo nesta guerra ia desde o petróleo iraquiano até a destruição dos sistemas de seguridade sociais e as conquistas sociais da classe operária nas metrópoles, a subsistência das burguesias nacionais dos países atrasados e, inclusive, a própria existência da União Europeia. A divisão imperialista que levou os Estados Unidos a atuarem sem o respaldo das Nações Unidas, a "anulação" do Conselho de Segurança, revelava que a crise mundial não podia ser resolvida no quadro das relações internacionais existentes.

O atentado que destruiu a sede da ONU em Bagdá terminou de confirmar que os Estados Unidos não controlavam o Iraque. Para a imprensa norte-americana, "o Iraque está fora de controle". Desde a queda de Bagdá, a resistência iraquiana passou dos golpes de mão e ataques isolados a ações múltiplas e coordenadas contra as tropas de ocupação; logo tomou como alvos a infraestrutura econômica: os oleodutos (a explosão do duto que une Iraque e Turquia obrigou a suspender as exportações de petróleo) e as plantas produtoras de energia elétrica. Dali passou a objetivos "políticos", como a bomba na embaixada da Jordânia (um aliado incondicional dos Estados Unidos) e à sede da ONU.

Os ocupantes responsabilizaram aos "nostálgicos de Saddam" pelos atentados. Mas, disse o Financial Times, "há muito mais gente com razões para odiar a ocupação, e seu número está crescendo": os 40.000 homens licenciados do exército, com armas mas sem pagamento; as

principais tribos sunitas, que sempre governaram o Iraque; os radicais islâmicos wahabitas (associados com a Arábia Saudita); os xiitas, que não aceitam voltar a uma posição subordinada; os islâmicos de outros países que têm ido ao Iraque para lutar contra os ocupantes. Inclusive foram realizados surpreendentes acordos táticos entre facções sunitas e xiitas para enfrentar os norte-americanos.

A incapacidade para reconstruir o Estado iraquiano obedecia a duas razões. A primeira, as agudas divisões no seio do imperialismo ocidental, onde cada grupo "influente" respaldava uma fração iraquiana distinta. A segunda, a mais importante, é que a crise iraquiana está diretamente relacionada com os das crises políticas mais explosivas da regiões: a do Irã e a da Arábia Saudita. Para associar à ocupação aos xiitas, ligados por laços históricos e religiosos aos xiitas iranianos, os Estados Unidos deveriam chegar a algum acordo político com o regime dos ayatollahs iranianos. Isto não só significaria uma derrota política para Bush – já que um dos objetivos da invasão era estabelecer uma ameaça direta contra o Irã – mas também desestabilizaria imediatamente a monarquia saudita.

A crise política da ocupação questionou toda a política norte-americana na região, especialmente na Palestina. Com o atentado, tornaram-se públicas as agudas divergências dentro do próprio imperialismo norte-americano acerca da ocupação. Donald Rumsfeld, chefe político do Pentágono, chocou com seus generais ao afirmar que os Estados Unidos não enviariam mais um só homem ao Iraque. Dos 155 batalhões de combate do exército estadunidense, 98 se encontravam empenhados em tarefas ativas fora dos Estados Unidos; além disso, já haviam se convocado 136 mil membros da Guarda Nacional e das reservas. Com estes números em mão, o conhecido historiador Paul Kennedy afirmou que o esforço militar norte-americano no mundo é "impossível de se sustentar a longo prazo".

O impasse da ocupação representou uma crise maior para a estratégia norte-americana. Para superá-la, necessitava esmagar a resistência iraquiana e isso requeria apoio político interno e internacional. A formação do "Conselho Interino" iraquiano apontou nesta direção. Também o chamado de Bush a outros países a "colaborar militar e financeiramente" no Iraque. Este chamado não era uma opção desejável; era uma necessidade política, econômica e militar para os norte-americanos. Rosemary Hollis, do britânico *Royal Institute of International Affairs*, confirmou: "a OTAN não pode socorrer aos norte-americanos. Tem somente 80.000 homens, dos quais 37.000 já estão empenhados no Afeganistão, nos Bálcãs, Serra Leoa e outros lugares. A única resposta são as Nações Unidas. Conclusão: os norte-americanos não têm outro modo de sair da ratoeira do Iraque senão aceitando se transforme em uma operação da ONU". Tudo isso explica as crescentes exigências de uma "maior intervenção das Nações Unidas no Iraque". Mas esse apoio tem seu preço: a repartição dos negócios petrolíferos e de reconstrução do Iraque, até agora monopolizado pelos norte-americanos.

Por isso, o "regresso à ONU" entrou em violenta contradição com a política de toda uma ala do imperialismo norte-americano, que viu na invasão do Iraque a oportunidade de golpear as potências europeias e as "organizações internacionais". Outro fator que pressiona para a intervenção da ONU: a posição dos grandes monopólios petrolíferos, que advertiram as autoridades norte-americanas que não realizarão investimentos enquanto a situação em relação à segurança continue tão perigosa. Funcionários norte-americanos de alto escalão se entrevistaram com os chefes das principais petrolíferas para incentivá-las a investir no Iraque, obtendo em todos os casos a mesma resposta: sua preocupação com a falta de segurança e de legitimidade política, dado que a autoridade transitória apoiada pelos Estados Unidos tem muito pouca representatividade. O presidente da Shell declarou publicamente que "deve haver uma autoridade legítima e um processo legítimo adequado, capazes de negociar acordos que durem décadas".

Inclusive companhias norte-americanas como a Exxon-Mobil e a Chevron-Texaco decidiram não investir no Iraque. As contradições enfrentadas pela ocupação militar norte-americana no Iraque são, objetivamente, explosivas. Para Bush, o controle do petróleo iraquiano seria um mero subproduto de uma transformação regional muito mais vasta: o estabelecimento de novas formas políticas e “um novo sistema econômico desde o norte da África ao Afeganistão e Paquistão". Para o dizer nas palavras que popularizaram o então vice-presidente norte-americano, Dick Cheney, um dos "cérebros" da guerra, um dos objetivos políticos essenciais da guerra contra o Iraque é "refazer o mapa político do Oriente Médio". A região que circunda o Iraque verá as mais dramáticas mudanças desde a queda do Império Otomano e o acordo Sykes-Picot, que criou o moderno Oriente Médio.

As forças da coligação lançaram várias operações militares à volta da península do rio Tigris e no triângulo sunita. No fim de 2003, a intensidade e a frequência dos ataques dos insurgentes começaram a aumentar. O aumento significativo dos ataques de guerrilha levou montar uma verdadeira operação militar da resistência iraquiana, nomeada “Ofensiva do Ramadão”. Para combater essa ofensiva, as forças dos EUA e da coligação começaram a utilizar sua força aérea e artilharia pela primeira vez após o fim da invasão, atacando locais de emboscada suspeitos e posições de lançamento de morteiros. A vigilância das principais rotas, patrulhas e raides contra suspeitos de serem insurgentes foram aumentados.

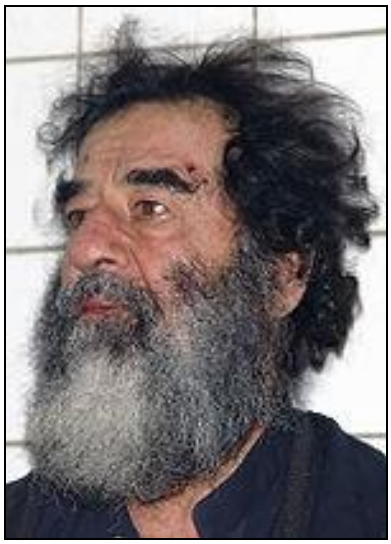
Além disso, duas aldeias, incluindo o local de nascimento de Saddam Hussein, Al-Auja, e a pequena cidade de Abu Hishma, foram envolvidas por arame farpado e cuidadosamente monitorizadas. No entanto, o fracasso na restauração dos serviços públicos básicos para os níveis de antes da guerra, embora esses níveis já estivessem afetados por mais de uma década de sanções internacionais, bombardeamentos, corrupção e degradação das infraestruturas (que tinham deixado as principais cidades iraquianas em estado de calamidade), contribuiu para um crescente rancor local contra o governo imposto pelos invasores, encabeçado por um conselho executivo fantoche.

A 2 de julho de 2003 o presidente Bush declarou que as tropas americanas ficariam no Iraque apesar dos ataques guerrilheiros, e desafiou os insurgentes: "A minha resposta é: que venham", uma frase depois criticada no seu próprio establishment. A 22 de julho desse ano, um ataque da 101ª divisão aerotransportada dos EUA e de soldados da *Task Force 20* matou os filhos de Saddam Hussein (Uday e Qusay) juntamente com os seus netos. Ao todo, mais de 300 líderes do regime anterior foram mortos ou capturados, assim como numerosos funcionários inferiores, e pessoal militar. Saddam Hussein foi ele próprio capturado a 13 de dezembro de 2003 perto de Tikrit. Com a captura de Saddam e a queda do número de ataques dos insurgentes, alguns observadores concluíram que as forças multinacionais estavam prestes a ter sucesso na luta contra a resistência.

O governo provisório iraquiano começou a treinar novas forças de segurança; os Estados Unidos prometeram US$ 20 bilhões de crédito, na forma de adiantamento por futuros ganhos petrolíferos, para a reconstrução do país. Lucros futuramente resultantes do petróleo foram também usados para reconstruir escolas e infraestruturas eléctricas e de refinação de petróleo. O Iraque não ficou só ocupado, mas também endividado.

Pouco depois da captura de Saddam Hussein, elementos clericais e civis deixados de fora do novo governo começaram a agitar em favor de eleições e pela formação de um governo iraquiano interino, entre eles o clérigo xiita Ali Al-Sistani. Devido à luta interna no interior do novo governo iraquiano, os insurgentes aumentaram novamente suas atividades. A violência se dava em duas frentes: contra as tropas de ocupação, e das diversas forças iraquianas entre si. Apesar do sucesso em prender Saddam e destruir seu governo, a invasão e a subsequente ocupação anglo-americana do Iraque levaram à nação a uma onda de violência sectária de enormes proporções. Entre as propostas que foram postas sobre o tapete político, existia a de

dividir o Iraque em três países diferentes, um de maioria xiita, outro sunita, e o Curdistão ao norte.



Saddam Hussein capturado por soldados dos EUA

Em abril de 2004 foi travada a primeira batalha de Fallujah, que teve por objetivo capturar ou matar os insurgentes responsáveis pela morte dos seguranças da empresa militar privada Blackwater.[616] Enquanto as tropas da coalizão lutavam no centro da cidade, o governo iraquiano solicitou que os soldados norte-americanos fossem substituidos por forças de segurança locais, que estocavam armas e montavam um perímetro defensivo na cidade desde meados de 2004. Os norte-americanos viram-se assim lutando contra insurgentes islâmicos e não contra apoiadores do regime de Saddam.[617] A poucos quilômetros de Fallujah havia um resort chamado *Dreamland*, destinado aos membros do partido Ba'ath.

O dano que a cidade havia evitado durante a invasão inicial acabou sendo cometido por saqueadores, que se aproveitaram do colapso do regime de Saddam Hussein. Entre seus alvos principais estavam os edifícios governamentais, as instalações de *Dreamland* e as bases militares vizinhas. Fallujah, além disso, localizava-se nas proximidades da célebre prisão de Abu Ghraib, onde os prisioneiros iraquianos eram humilhados e orturados, sendo inclusive fotografados nesse estado por miliatres norte-americanos, que depois postavam suas "façanhas" nas redes sociais (a garnde novidade comunicacional da década) provocando um

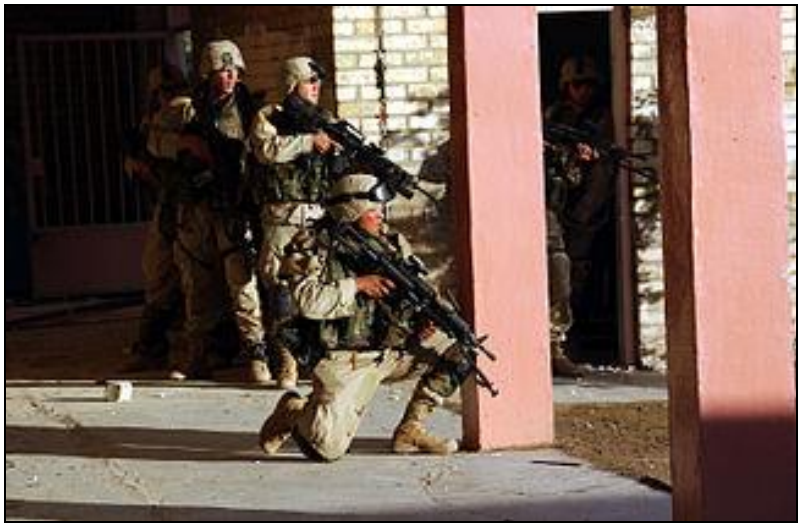
---

[616] A Blackwater era uma empresa militar-policial privada contratada pelo governo Bush que possuía pelo menos mil efetivos no Iraque. A empresa foi renomeada *Xe Services* em 2009 e *Academi* em 2011. Foi comprada no final de 2010 por um grupo de investidores privados que mudou seu nome. Recebeu ampla publicidade em 2007, quando um grupo de seus empregados mataram 17 civis iraquianos e feriu vinte na praça Nisour, em Bagdá. A Academi continuou a prestar serviços de segurança para o governo dos Estados Unidos. A administração Obama contratou o grupo para prestar serviços para a CIA por US$ 250 milhões. Em 2013, a subsidiária "Academi Soluções de Desenvolvimento Internacional" recebeu um contrato de cerca de 92 milhões dólares para segurança do Departamento de Estado. A empresa tem uma divisão para cada atividade: uma divisão de aviação (*Aviation Worldwide* ou *Presidential Airways*), uma divisão com atividades na Colômbia e em vários países (*Greystone*), uma divisão de serviços de inteligência (*Total Intelligence Solutions*) e também uma divisão responsável pelos serviços secretos que a companhia realiza juntamente com a CIA, denominada *Blackwater Select*. Um ex-funcionário da empresa disse em depoimento que Erik Prince, seu diretor, vê-se como um guerreiro cristão com a missão de eliminar os muçulmanos e a fé islâmica do planeta (Jeremy Scahill. *Blackwater.* A ascensão do exército mercenário mais poderoso do mundo. São Paulo, Companhia das Letras, 2008).

[617] Thomas E. Ricks. *Fiasco*. The American military adventure in Iraq, 2003-2005. Londres, Penguin Books, 2007.

escândalo mundial. O novo prefeito da cidade, Taha Bidaywi Hamed, escolhido por líderes tribais locais, era pró-americano, e quando o exército americano entrou na cidade, em abril de 2003, instalou seus integrantes no quartel general do Partido Ba'ath.

Uma "Força de Proteção de Fallujah", composta de iraquianos nativos da região, foi montada pelas forças de ocupação para auxiliar no combate à resistência. Na noite de 28 de abril de 2003 uma multidão de 200 pessoas desafiou o toque de recolher imposto pelos americanos e se reuniu diante de uma escola usada como quartel-general militar, exigindo sua reabertura como estabelecimento escolar. Soldados da 82ª Divisão Aérea, estacionados no teto do edifício, dispararam contra a multidão; 17 civis morreram e mais de 70 ficaram feridos. As forças ocupantes alegaram ter respondido a disparos de dentro da multidão, enquanto os iraquianos negaram essa versão. Um protesto realizado dois dias mais tarde também terminou em conflito com as forças militares norte-americanas: duas pessoas morreram vítimas de disparos.



Fallujah

Em 31 de março de 2004, insurgentes iraquianos em Fallujah fizeram uma emboscada a um comboio que continha quatro contratistas militares privados da empresa *Blackwater*. Os quatro funcionários foram arrastados de seus veículos, espancados e queimados vivos. Seus cadáveres foram arrastados pelas ruas antes de serem pendurados sobre uma ponte sobre o Eufrates, conhecida depois como *Blackwater Bridge* pelas forças de coalização. O ocorrido levou à operação das forças armadas norte-americanas para retomar o controle da cidade: seu saldo foi a morte de mais de 1.350 combatentes da resistência iraquiana; aproximadamente 95 soldados norte-americanos foram mortos, e houve mais de mil feridos. As forças norte-americanas negaram ter usado o fósforo branco como arma antipessoal em Fallujah; posteriormente voltaram atrás nessa afirmação.[618]

Os habitantes da cidade só puderam retornar em meados de dezembro de 2004, depois de passar por identificações biométricas, com a condição de que portassem documentos com suas identidades o tempo todo. Autoridades americanas relataram que "mais da metade das 39 mil casas de Fallujah foram danificadas durante a *Operation Phantom Fury*, e cerca de dez mil delas foram destruídas". Das 32 mil indenizações prometidas apenas 2.500 haviam sido pagas até abril de 2005. Mais de 150 iraquianos passaram a viver como refugiados internos em acampamentos ou na casa de parentes em outros lugares do país. Em dezembro de 2006 parte do controle da cidade foi transferido para a 1ª Divisão do Exército Iraquiano.

[618] Robert Fisk. Atrocity In Fallujah. *The Independent*, Londres, 1º de abril de 2004.

As forças de coalizão, a partir de maio de 2007, passaram a operar apoiando diretamente as forças de segurança iraquianas na cidade, um dos centros de gravidade da província de Al Anbar. Em junho de 2006 o *Regimental Combat Team 6* (6º regimento de fuzileiros navais norte-americanos) iniciou um novo plano de segurança. Após segmentar os diversos distritos da cidade, a polícia iraquiana e as tropas da coalizão estabeleceram quarteis-generais em cada um dos distritos policias.

Mas a resistência não desistiu. A “segunda batalha de Fallujah”, entre novembro e dezembro de 2004, foi chamada de *Operation Al-Fajr* ("Operação Amanhecer") e *Operation Phantom Fury* (“Operação Fúria Fantasma”) pelas tropas da coalizã; é considerada a mais sangrenta batalha da guerra do Iraque. A coalizão foi liderada pelos fuzileiros navais dos Estados Unidos. Os militares norte-americanos chamaram a batalha de "o maior combate urbano que os *marines* americanos enfrentaram desde a batalha da cidade de Hue, durante a Guerra do Vietnã em 1968”. Fallujah se tornou o símbolo da resistência iraquiana à ocupação externa. Quase 20 mil soldados da coalizão entfrentaram três mil resistentes islâmicos. No saldo final, houve 95 mortos e 560 feridos entre os solados norte-americanos; seus aliados do Iraque tiveram onze mortos e 43 feridos; a Inglaterra, três mortos e oito feridos. Entre os resistentes, houve 1.350 mortos e 1.500 capturados, além de 800 civis mortos.

O linchamento-execução de Saddam Hussein, gravado por um celular

A respeito da selvageria intra-sectária no Iraque, cabe apontar que as tropas dos EUA destruiram uma mesquita para instigar a guerra civil e enfraquecer a resistência popular. A explosão que destruiu parte da cúpula dourada da Mesquita de Askariya, localizada em Samarra, uma das três cidades que conformam o chamado “triângulo sunita”, desencadeou uma onda de perseguição e assassinatos a integrantes da minoria sunita do Iraque, que continua até hoje. A destruição da mesquita, um dos quatro templos mais venerados pelos xiítas iraquianos, foi creditada pelo comando das tropas de ocupação anglo-ianque a grupos sunitas de resistência, apesar de que nenhuma organização reivindicou o ataque. Os sunitas, minoritários em termos demográficos e sem força política após a invasão ianque, teriam muito a perder com ataques a templos xiitas.

A ação provocadora fora, na verdade, planejada pelas forças de ocupação para incitar uma guerra civil de cunho religioso no território iraquiano. O caos instalado no país após o ataque terrorista serviu para justificar o incremento da repressão a todos os integrantes das frações sunitas e xiitas participantes da resistência popular, em um momento que as forças piratas dos EUA e da Inglaterra sofrem seguidas baixas e um revés no controle político e militar do país. Some-se a esse quadro as denúncias das torturas a prisioneiros iraquianos por tropas britânicas que indignaram o conjunto da população do país, fortalecendo e os protestos

unitários no mundo árabe e muçulmano contra a provocação da imprensa ocidental à figura de Maomé.

Estimular a divisão religiosa e étnica no Iraque enfraqueceu a resistência, e tirou das forças de ocupação o foco de inimigo central, além desses “conflitos” justificarem aos olhos da opinião pública mundial a ocupação militar do país frente ao “caos sectário”. Esse *modus operandi* era tradicionalmente usado pela CIA em operações secretas. O ataque à mesquita em Samarra estimulou uma guerra fratricida e religiosa, debilitando a resistência e fortalecendo o papel de “árbitro” das forças de ocupação. Após o ocorrido em Samarra, mais de 168 mesquitas sunitas foram destruídas, o comércio fechou. Os sunitas foram perseguidos pelas tropas de ocupação, sob a acusação de fomentarem a resistência popular. Seus integrantes passaram a ser caçados em uma operação política e militar claramente orquestrada pelos EUA, Israel e o governo-marionete de Yalal Talabani/Ibrahim al Yaafari, parido de uma “eleição” boicotada pelos sunitas, e montada através de uma coalizão entre as elites xiita e curda.

O presidente do Irã, Mohamed Ahmadinejad, nação de maioria xiita ameaçada pela Casa Branca e a União Europeia por tentar desenvolver seu programa nuclear, responsabilizou os EUA e Israel pela explosão da Mesquita de Askariya: “Essas atividades furtivas são atos de um grupo derrotado de sionistas e ocupantes que querem atiçar nossas emoções. Os EUA devem saber que tal ato não irá salvá-lo do ódio das nações muçulmanas”.[619] Um comunicado do Hezbollah culpou o governo Bush: “Não podemos imaginar que iraquianos sunitas fizeram isso. Ninguém se beneficia destes atos senão os invasores americanos e os inimigos sionistas”. A crise dos EUA no Iraque é tamanha que o governo norte-americano convidou o governo iraniano a se encontrar para discutir como "parar a violência no Iraque"; os iranianos aceitaram o convite.

Manifestação xiita em Bagdá

A guerra inter-étnica foi atiçada para consumar a criação de um Estado iraquiano artificial, sem qualquer vestígio de soberania, um verdadeiro protetorado dos EUA na região do Oriente Médio. Iniciada com a nomeação do ex-agente da CIA, Iyad Allawi como primeiro ministro do Iraque, e tendo continuidade com as eleições que elegeu o novo parlamento iraquiano, assim

[619] No entanto, no Iraque do Sul, os clérigos xiitas tinham o poder e aplicavam, como no Irã, as normas de Alcorão para a vida civil. Os ocupantes denunciam que uma forte infiltração iraniana existe nas milícias e também na polícia. Outros sugerem que a influência iraniana se veiculiza diretamente pelo governo central. Estas milícias, que vestem uniformes oficiais e estão armadas pelo exército norte-americano, assassinam de um modo sistemático os oponentes políticos do governo, e forçam a emigrar os sunitas, minoritários, que habitam a região. Para Furat Shara, cabeça do governo oficial em Basora, a estrada para a "pacificação" do sul de Iraque era "simples": que os ocupantes "aceitem que haverá um governo islâmico".

como o governo títere do imperialismo, encabeçado pelo presidente Jamal Talabani, a farsa da transição da “soberania plena” do Iraque arquitetada pelos estrategistas da Casa Branca e avalizada pela ONU teve na promulgação da constituição sua etapa seguinte. A proposta de constituição do Iraque, apresentada na Assembleia Nacional, foi completamente ilegítima, na medida em que não pode haver uma carta soberana em um país ocupado pelas tropas estrangeiras.

Foi no quadro de guerra interna que deu-se continuação ao embuste da Constituição imposta pela ocupação. Os pontos mais conflitivos do texto foram: a adoção do federalismo, a distribuição do petróleo, a divisão do poder nas províncias e a definição do Iraque como um Estado árabe ou islâmico. Já sobre Kirkuk, cidade localizada no norte do país, uma região rica em petróleo e cujo domínio é reivindicado pelos curdos, estabeleceu-se que a decisão final sobre o assunto ficaria para 2007. A instituição de um Estado iraquiano federativo é, sem dúvida alguma, o ponto de maior divergência. Como uma federação pressupõe uma autonomia significativa para cada uma das suas unidades, os sunitas, por serem minoria (20% da população), temem ficar condenados à pobreza, posto que não receberiam os lucros que xiitas e curdos obteriam com o petróleo.

Nesse ponto, não eram apenas os sunitas que se declararam em oposição, mas até setores xiitas como o mullah Muqtada Al-Sadr, que se colocou frontalmente contra a divisão do Iraque em estados autônomos. Explodiram confrontos entre as próprias forças xiitas, como a que ocorreu com os Milicianos das Brigadas al-Mahdi, grupo ligado a Al-Sadr, que enfrentaram seus rivais da milícia Al-Badr, braço armado do Conselho Supremo para a Revolução Islâmica no Iraque, principal partido xiita no governo. Verificou-se o anacronismo, em função das necessidades da resistência nacional iraquiana, da natureza islâmica e teocrática das direções das organizações rebeldes.

7A imposição de uma nova constituição do Iraque teve como objetivo consolidar a cooptação das lideranças políticas das etnias, sobretudo dos curdos e xiitas, a partir da divisão das riquezas do país nas mãos de testas-de-ferro dos monopólios anglo-ianques, que partilharim entre si o botim do Estado iraquiano. O verdadeiro motivo da imposição do federalismo é a quebra da unidade nacional da resistência do povo iraquiano, dividindo-a, com a política de alimentar a rivalidade entre as etnias. Entretanto, para minimizar a notória artificialidade da proposta da nova Constituição, tentando dotá-la de alguma representatividade, buscaram garantir o apoio de curdos, xiitas e sunitas ao texto constitucional.

Postos em um pântano,[620] os EUA tentaram liquidar a resistência cada vez maior dos iraquianos. A dia 29 de setembro de 2006, um fato de grande importância revelou que as “democracias ocidentais” eram as responsáveis pela "guerra suja". O Congresso norte-americano modificou a lei de tribunais militares, dando, pela primeira vez, apoio legislativo a regras de detenção, interrogação e acusação de “suspeitos de terrorismo” muito diferente das que são normalmente aplicadas nos Estados Unidos. O Congresso norte-americano legalizou deste modo, portanto, as violações dos direitos humanos, entre elas a tortura para obter confissões de prisioneiros.

Em outubro de 2006, George Bush instruiu uma comissão do parlamento dos EUA para elaborar um plano de divisão do Iraque em três países diferentes, de maioria xiita, curda e sunita, respectivamente. O plano, na verdade, era antigo: “Dividir para reinar é a lógica mortal do dominio colonial, e os sinais de que os EUA estão planejando uma estratégia de saída junto com uma presença a longo prazo (no Iraque) é evidente na nova constituição iraquiana, empurrada através do proconsul dos EUA, Zalmay Khalilzad. Este documento é uma divisão *de*

[620] Mais de cinco mil soldados norte-americanos abandonaram as forças armadas desde que a invasão ao Iraque começou, alguns se recusando a combater no país árabe, e outros relutantes para uma segunda missão.

facto do Iraque em Kurdistan (um protetorado EUA-israelita), Iraque do Sul (dominado pelo Irã) e os páramos de Sunni (dominados por ex-Baasistas às ordens e sob tutela do Departamento de Estado dos EUA). O que é isto senão um convite para guerra civil?".[621]

Setores da Casa Branca, cujo porta-voz era o vice-presidente Dick Cheney, trabalhavam com a hipótese de "balcanização" do Iraque para melhor controlar as riquezas do país. O embaixador dos EUA no Iraque chegou a anunciar que o "governo nacional" poderia perder apoio de Washington caso não controlasse a situação no que foi tencionado a recuar pelo ministro das relações exteriores da Inglaterra, Jack Straw. Os EUA passaram a discutir a "melhor saída" para o pântano do Iraque, sabendo que qualquer alternativa viria através dos passos que a Casa Branca conseguisse dar no conjunto da região do Oriente Médio, em especial nos seus dois outros pontos nevrálgicos: Irã e Palestina.

[621] Tariq Ali . The logic of colonial rule. *The Guardian*, Londres, 23 de setembro de 2005.

CRISE IRAQUIANA E CRISE MUNDIAL

A 30 de dezembro de 2006, o assassinato (a palavra é essa, e pouco importa que a vítima fosse ela própria um assassino) por enforcamento de Saddam Hussein foi um recado dos EUA às massas populares e nações árabes, de qualquer religião ou nacionalidade, lembrando que qualquer insubordinação contra a ordem imperial seria punida com a morte. O enforcamento de Saddam completou as sádicas torturas praticadas na base militar de Abu Ghraib, quando prisioneiros iraquianos nus e indefesos foram torturados pelas tropas ianques que foram "libertá-los da tirania de Hussein". A execução, como ficou registrado pelas gravações clandestinas feitas no local, não passou de um vulgar linchamento. E, em que pese a condenação de Saddam estar escrita desde antes do funcionamento do tribunal, os "juízes" só a deram a conhecer poucas horas antes das eleições parlamentares norte-americanas, para angariar alguns votos para os candidatos republicanos.

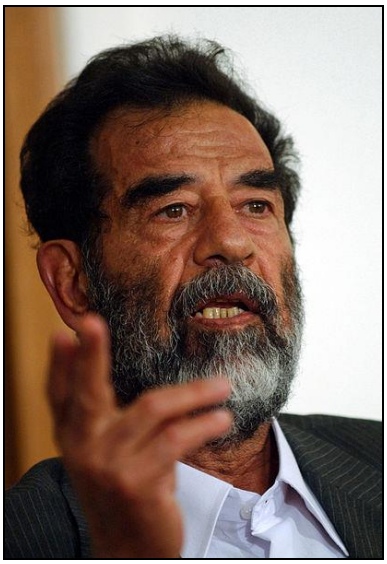
A execução pretendeu fazer esquecer que não fora achada nenhuma evidência de que Hussein tivesse um relacionamento com Abu Mussab al-Zaraqwi ou com outros membros da Al Qaeda enquanto estava no poder, de acordo com um relatório do Senado sobre as informações de inteligência disponíveis antes da invasão do país pelos EUA. Parlamentares dos EUA disseram que esse relatório reduziu ainda mais a credibilidade das alegações feitas pelo governo para justificar a guerra iniciada em 2003. Os documentos, que eram secretos, revelaram, pela primeira vez, uma avaliação feita pela CIA em 2005, segundo a qual, antes da guerra, o governo de Saddam "não mantinha relação, nem abrigava ou fazia vista grossa a Zarqawi e seus associados".

O julgamento não havia ainda terminado quando o veredicto foi anunciado, em 5 de novembro. A ata de sentença só foi liberada para os advogados da defesa em 22 de novembro. Segundo os estatutos do tribunal, os advogados da defesa tinham de protocolar seus recursos até 5 de dezembro, o que lhes dava menos de duas semanas para recorrer da sentença, composta de 300 páginas. Segundo denunciou *Humans Rights Watch*, o Tribunal de Apelações nunca realizou uma audiência para apreciar os argumentos legais apresentados, como era permitido pela lei iraquiana. Impossível acreditar que o tribunal conseguiria rever com imparcialidade uma decisão de 300 páginas, junto às alegações por escrito da defesa, e analisar todas as questões relevantes em menos de três semanas. Isso após um julgamento cujas graves falhas tornaram a sentença inconsistente. Além disso, os réus tiveram seus direitos negados sistematicamente, com a recusa de dar à defesa acesso a evidências-chave no processo. Houve também sérias violações dos direitos dos réus de formular perguntas para as testemunhas que depunham contra eles.

O líder iraquiano deposto de 68 anos de idade parecia confiante e desafiante durante seu depoimento de 26 minutos. Quando não estava escutando o juiz Rizgar Mohammed Amin, gesticulava muito. Saddam questionou a legitimidade do tribunal que havia sido montado para acusá-lo. Também insultou o juiz, mandando-o "ir para o inferno" e chamou o tribunal de "peça de teatro armada por George W. Bush para ganhar as eleições de 2004". Enfaticamente rejeitou as acusações. "É tudo um teatro. O criminoso de verdade é Bush", afirmou. Quando o juiz lhe pediu que se identificasse, na primeira ida ao tribunal, ele respondeu, "Você é iraquiano, e sabe quem eu sou. Ainda sou o presidente da república, e essa ocupação não pode tirar isso de mim".

Apesar de não ter tido advogados de defesa, sua primeira mulher, Sajida Talfah, contratou um grupo legal multinacional de mais de vinte advogados, que incluíam Ayesha Qaddafi (Líbia), filha de Muammar Khaddafi, Curtis Doebbler (Estados Unidos), Emmanuel Ludot (França), Marc Henzelin (Suíça) e Giovanni di Stefano (Reino Unido). No final do depoimento, o presidente deposto recusou-se a assinar o documento que confirmava seu entendimento das acusações. O jornal *Al-Quds Al-Arabi*, de língua árabe e baseado em Londres, informou, no

início de Maio de 2005 que, durante uma reunião com Donald Rumsfeld, Hussein recusou uma oferta de soltura: ele teria que fazer um pedido, através da televisão, de cessar-fogo contra as forças aliadas. Note-se que, desde então, nenhum jornal ou agência de notícias importante cobriu esse fato extensivamente. O jornal *Daily Telegraph*, citando um funcionário do governo do Reino Unido, havia informado duas semanas antes que os insurgentes iraquianos receberam a oferta de um "acordo", pelo qual o ex-presidente do Iraque iria receber uma sentença judicial menos severa se eles parassem os ataques.



Saddam Hussein no seu julgamento

Ramsey Clark, ex promotor geral dos EUA, qualificou o julgamento como “uma paródia”: o processo desenvolveu-se num quartel geral das tropas ocupantes, os acusadores e os juízes eram funcionários dos ocupantes. O tribunal fora treinado na Inglaterra, desde há dois anos, por juízes e magistrados norte-americanos. Saddam não foi acusado pela selvagem repressão aos levantamentos xiitas e curdos em 1991, nem pelos crimes cometidos durante a guerra contra o Irã. Foi condenado por “crimes contra o povo iraquiano” pelos assassinos desse mesmo povo: desde o início da invasão, milhares de iraquianos já haviam morrido, vítimas dos ocupantes e da guerra civil desatada pelo impasse da própria ocupação. As mortes de civis no Iraque, segundo cifras oficiais, passaram de 548, em janeiro de 2006, para 1930 em dezembro do mesmo ano. O Ministério do Interior do Iraque afirmou que 16.273 iraquianos morreram devido à violência no ano de 2006. Esse é o maior número registrado desde 2003, quando começou a ocupação do país. Entre as vítimas, estão 14.298 civis, 1.348 policiais e 627 soldados do exército iraquiano. Segundo a ONU essas cifras estão subestimadas, pois morriam realmente 120 civis por dia no Iraque.

O tribunal que condenou e executou Saddam foi montado pelas forças militares invasoras, todo o julgamento transcorreu sob censura, as testemunhas foram coagidas, três advogados de defesa foram assassinados. O tribunal fantoche apresentou, como pretexto para a execução, o assassinato de 148 iraquianos xiitas da aldeia de Dujail em 1982, ordenado por Saddam Hussein (após uma fracassada tentativa de assassiná-lo). O período em que Saddam teria praticado seus “crimes contra a humanidade”, foi justamente o momento de sua maior aproximação com os EUA, quando foi auxiliado por estes com armas de destruição em massa contra o Irã. Vale lembrar as fotos de dezembro de 1983, com os apertos de mão e sorrisos entre Saddam Hussein e Donald Rumsfeld, enviado especial do governo de Ronald Reagan ao Iraque, e grande amigo do depois apresentado como “sanguinário ditador iraquiano”. Nesse tempo, este era apoiado integralmente pelo governo dos EUA como ponto de apoio contra a

revolução iraniana. O apoio explícito do governo norte americano a Saddam só terminou quando ele invadiu o Kuwait em 1990.

Não foi difícil para o crítico jornalista inglês Robert Fisk desmascarar o julgamento e posterior enforcamento: “Na sequência dos crimes internacionais contra a humanidade de 2001, nós torturamos, assassinamos, brutalizamos e matamos inocentes - até mesmo acrescentamos nossa vergonha no presídio iraquiano de Abu Ghraib à vergonha do regime de Saddam em Abu Ghraib - e temos de esquecer esses crimes terríveis enquanto aplaudimos o corpo balançante do ditador criado por nós. Quem incentivou Saddam a invadir o Irã em 1980 -o maior crime de guerra que ele cometeu, por levar à morte um milhão e meio de almas? Quem vendeu a ele os componentes para as armas químicas com as quais ele encharcou o Irã e os curdos? Fomos nós. Não é surpresa que os americanos, que controlam o estranho julgamento de Saddam, tenham proibido qualquer menção disso, sua atrocidade mais obscena, nas acusações contra ele. Ele não poderia ter sido entregue aos iranianos para ser julgado por esse crime de guerra em massa? Está claro que não, porque isso exporia a nossa culpabilidade”.

O *New York Times* e o *Washington Post* criticaram a execução, os principais aliados de Bush também não a respaldaram. O premiê egípcio Hosni Mubarak disse que as imagens não-oficiais da execução de Saddam eram "revoltantes e bárbaras". O Egito era um importante aliado regional dos Estados Unidos e um dos dois únicos Estados árabes que tinha assinado um tratado de paz com Israel, ao lado da Jordânia. O único país a apoiar integralmente os EUA foi Israel. Até os que sofreram barbaramente sob a ditadura de Hussein criticaram a rápida execução da sentença. A morte do ex-ditador impediu que ele fosse julgado por seus crimes contra os curdos. Representantes da etnia chegaram a tentar, sem sucesso, que a execução fosse adiada para que Hussein respondesse pelos seus crimes: a execução de Saddam foi uma verdadeira “queima de arquivo”. Que continuou logo depois: o “governo” do Iraque anunciou a execução de outros dois oficiais do regime de Saddam Hussein, apesar do apelo do secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, para suspensão do enforcamento. Que o governo de Bush estivesse por trás da decisão não faz dúvidas.

O coro dos que pediram clemência para Saddam e asseclas (parlamentares democratas dos EUA, o Vaticano, a União Europeia, a ONU, Anistia Internacional) fracassou: o fiasco da ocupação militar no Iraque tinha que ser contrabalançado com algum fato político, que compensasse a derrota dos republicanos dos EUA nas eleições parlamentares. Após a queda do Secretário de Defesa, Donald Rumsfeld, o primeiro discurso no Congresso de seu substituto, Robert Gates, foi de reconhecimento de que os EUA estavam perdendo a guerra no Iraque.

E não se tratava apenas de uma derrota militar, mas do desabamento de uma vasta “linha de negócios”, consistente em vender as indústrias públicas iraquianas, sobretudo as do setor petrolífero, criar uma Bolsa de Valores e implantar um regime fiscal similar ao dos EUA para favorecer as inversões externas. A maioria das empresas públicas fornecedoras de empregos foi declarada insolvente, e foram liquidadas, no marco de um grande programa de privatizações. Depois de destruir as principais infraestruturas, a reconstrução do Iraque foi um maná para os EUA: um negócio de 100 bilhões de dólares, abrangendo a transformação do Iraque, da agricultura até o sistema bancário.

Iraque tinha reservas de petróleo equivalentes a 112 bilhões de barris (o país tem a segunda maior reserva de petróleo do mundo). Antes da guerra, seus poços produziam 2,5 milhões de barris diários; com um investimento razoável poderia atingir sete milhões de barris diários nos próximos anos, gerando uma renda anual de 60 bilhões de dólares, mantido o preço do petróleo. A resolução 1483 da ONU criou um “fundo para o desenvolvimento do Iraque” financiado pelo petróleo, sob controle dos EUA e da Inglaterra: Philip Carroll, ex presidente da *Shell Oil*, foi nomeado supervisor do Ministério do Petróleo. Com os "contratos para lutar contra o fogo nos poços petrolíferos", concedidos a uma filial de *Halliburton* durante a guerra,

a companhia que dirigiu o vice presidente norte-americano, Richard Cheney, de 1995 a 2000, passou a gerir os poços e controlar toda a produção de petróleo cru do país. A filial *Kellog Brown & Root* (KBR) conseguiu para isso um contrato sem licitação prévia.

O contrato para a administração do porto de Um Qasar (de valor de 4,8 bilhões de dólares) foi concedido à empresa estadunidense *Stevedoring Services of America*. Outro contrato de assistência técnica para a reconstrução beneficiou à empresa *International Resources Group*, junto a uma sub-contratada britânica, *Crown Agent*, agencia de "ajuda ao desenvolvimento", também privatizada. A agência norte-americana que coordenou os planos de reconstrução concedeu a algumas companhias de engenharia civil dos EUA o direito exclusivo para o principal contrato de obras de infraestrutura (estradas, pontes, e até a impressão de manuais escolares). No final de 2006, o governo Bush foi desmoralizado com a divulgação de que o número de soldados estadunidenses mortos no Iraque desde do início da guerra (3003, no total) superava o número de mortos nos ataques do 11 de setembro de 2001, sem contar 127 soldados ingleses também mortos.

Entre setembro e novembro de 2005, foram contabilizadas quase mil ações armadas contra os invasores, o que representava um crescimento de 22% e um novo recorde da resistência desde o início da ocupação. Soldados estrangeiros demonstravam cada vez mais a fatiga e o medo de não saber onde estava seu inimigo, dezenas de milhares já haviam desertado. Os sucessivos governos iraquianos fantoches de Chalabi e Allawi não conseguiram apoio político, e as fraudulentas eleições de janeiro de 2005 promovidas por Bush não mudaram a situação. Também não reverteram a situação os ataques contra populações civis, a prisão, tortura e assassinato de milhares de prisioneiros na prisão de Abu Ghraib e outros centros de horrores. De acordo as agências humanitárias, 1,6 milhão de iraquianos foram obrigados a fugir desde a invasão liderada pelos Estados Unidos em 2003. Começaram a surgir elementos de crise entre as tropas invasoras, com suicídios de soldados, deserções e uso de drogas. Os 150 mil soldados enviados por Bush eram insuficientes para dominar o país. Seriam necessários muitos mais, mas a Casa Branca não tinha condições políticas para enviá-los, em condições em que a coalizão invasora esfacelara-se, com a retirada das tropas espanholas e italianas.

A condenação e morte de Saddam não fortaleceram a posição dos EUA. Segundo David Lyon, "se vai alterar alguma coisa, sua morte só aumentará a determinação dos insurgentes sunitas que recrutam novos soldados para a causa. Eles se perguntam: o que temos a perder?". Uma multidão de sunitas em luto marchou na cidade de Samarra até uma mesquita xiita semi-destruída, e entraram levando um caixão falso e fotos de Saddam. O protesto foi realizado na Mesquita Dourada, que fora destruída por bombas. Quanto aos xiitas iraquianos, afirmava-se que agiam a serviço do Irã, mas estava claro que não formavam um bloco único e só acentuaram sua identidade religiosa com a destruição de seu país, o Iraque. A hierarquia xiita colaborou, sim, com os ocupantes.

Segundo diversos observadores e analistas, a solidariedade intra-xiitas não ultrapassava a linha de divisão fundamental que separava os árabes dos persas. Os xiitas iraquianos combateram os xiitas iranianos durante os oito anos da guerra Irã-Iraque, o conflito mais sangrento da segunda metade do século XX. Os iraquianos de confissão xiita, inclusive aqueles que viveram no exílio no Irã, "não apreciavam a influência iraniana em seu país". Todas essas observações demonstravam, na melhor hipótese, que não haveria nem há futuro para a luta dos povos da região se essa luta for encarada em termos religiosos ou de "identidade étnica", pois as divisões nesses planos colocariam um obstáculo intransponível para uma luta comum. O Oriente Médio só teria futuro na medida em que não só as divisões religiosas, mas também as supostamente étnicas, fossem superadas em prol do combate comum contra o imperialismo externo.

Soldados norte-americanos em Basra

A Organização da Conferência Islâmica (OCI) fez um apelo aos iraquianos para "se manterem unidos" com o "olhar para o futuro", algumas horas após a execução de Hussein. O secretário-geral da OCI, Ekmeleddin Ihsanoglu, pediu “calma ao povo e o fim da violência religiosa”. Os “islâmicos” (pelo menos seus representantes oficiais) foram, portanto, os bombeiros da resistência *nacional* iraquiana e árabe. A propaganda da mídia fez todo o possível para negar a consciência nacional iraquiana. Diariamente, por todos os meios, as referências eram a lealdades religiosas, étnicas, identidades, etiquetas políticas passadas, clãs "tribais" e familiares. O objetivo disso era dividir e conquistar o país, e apresentar ao mundo um Iraque "caótico" no qual a única força coerente e estável seria o regime colonial estadunidense implantado pelas suas tropas. A finalidade era destruir a ideia da nação iraquiana e substituí-la por uma série de mini-entidades dirigidas por sátrapas obedientes a Washington.

Em dezembro de 2006, as tropas dos EUA sofreram 109 baixas. Só no dia 30, oito marines foram mortos. A degradada situação das forças de ocupação impediu até que a morte de Hussein fosse comemorada por elas: “Primeiro foram as armas de destruição em massa. Então, quando não foi encontrada nenhuma, a questão era encontrar Saddam. Aí o encontramos. Pois bem, agora que ele está morto, qual será a próxima história que vão contar para nos manter aqui?”, reclamou o soldado norte-americano Thomas Sheck à imprensa. O Grupo de Estudos sobre o Iraque do Congresso norte-americano, formado por dez membros e co-presidido pelo chefe da diplomacia, James Baker, e pelo ex-deputado do Partido Democrata Lee Hamilton, apresentou um relatório que, entre outras coisas, reclamava uma redução gradual da presença militar em território iraquiano até o primeiro trimestre de 2008.

Num discurso feito ao Congresso a 10 de setembro, o general David Petraeus, chefe do *United States Central Command* (depois também chefe da CIA) responsável estrategicamente por todo o teatro militar medio-oriental, incluídas as operações militares no Iraque e no Afeganistão, previu a retirada de cerca de 30 mil soldados norte-americanos até ao próximo verão. A 14 de setembro o presidente Bush disse que 5.700 sodados estariam em casa pelo Natal de 2007, e esperava que mais alguns milhares voltariam em julho de 2008. O plano traria o número de tropas para o nível de antes do reforço no início de 2007. O relatório da Comissão Baker (integrada por democratas e republicanos) recomendou a retirada progressiva dos EUA do Iraque, e a associação de outros países vizinhos (leia-se Irã) para dotar de estabilidade o país.

Enquanto isso, depois de vinte anos, o Iraque restabeleceu relações diplomáticas com Síria, que se comprometeu em "ajudar a estabilização interna do Iraque" – embora a influência da Síria no Iraque fosse muito baixa. Ao mesmo tempo, o governo do Irã convidou os governos de Síria e Iraque a manterem negociações tripartites "para reduzir a violência no Iraque". Henry Kissinger disse que "já não é possível uma vitória militar no Iraque", e reclamou que os EUA "dialoguem com os vizinhos do Iraque, incluindo o Irã". Essas negociações tornavam evidente a divisão do establishment dos EUA no que dizia respeito ao Oriente Médio.

David Petraeus, responsável militar pelo maior massacre humano posterior à Segunda Guerra Mundial

A organização Crescente Vermelho iraquiana calculou que o número de pessoas deslocadas no Iraque chegava a 2,3 milhões em 2008; outros dois milhões haviam deixado o país. Devido à pobreza extrema que se espalhou pelo país, mulheres iraquianas tiveram de virar prostitutas para prover para suas famílias, além do aumento de assaltos e sequestros. Uma nova constituição foi aprovada, apoiando os "princípios democráticos" desde que estes não ferissem as "tradições islâmicas". O país virara uma suposta república parlamentar, após as eleições de 2005. A região do Curdistão permaneceu autônoma e a precária estabilidade política trouxe alguma prosperidade econômica na região.

Iraque: brincando e contando os mortos

Uma pesquisa de agosto de 2007, no entanto, estimou em 1.220.580 as mortes violentas devidas à guerra no Iraque: 22% tinham dos iraquianos tinham um ou mais membros da sua família mortos devido à guerra: 48% tinham morrido devido a ferimento provocado por um disparo de uma arma de fogo, 20% por carros bomba, 6% em resultado de um acidente e 6% devido a outro tipo de explosão ou atentado. A conceituada revista médica *The Lancet*, do seu lado, estimou em 654.965 as mortes de iraquianos entre março de 2003 e junho de 2006. Esse número incluiu todas as mortes devidas à insegurança, degradação da infraestrutura, piores cuidados de saúde, incluídos civis, militares e insurgentes. 601.027 teriam sido mortes violentas (31% atribuídas à coligação, 24% a outros e 46% por causas desconhecidas). Era a pior matança devida a uma ação militar nos últimos sessenta anos no mundo todo.

Só para uma parte dos mortos havia atestado de óbito. As causas das mortes violentas foram, para a enquete de *The Lancet*, disparos de armas de fogo (56%), carros bomba (13%), outras explosões/atentados (14%), ataques aéreos (13%), acidentes (2%), desconhecidas (2%). Os resultados do estudo foram criticados como "ridículos" e "altamente improváveis" pelo governo iraquiano. Também foi reportado que 4.804 combatentes da coalizão ocidental foram mortos, incluindo 4.486 americanos, 179 britânicos e 139 militares de 22 outros países, cifras ridiculamente baixas quando comparadas com as mortes iraquianas, o que descaracteriza o episódio militar de 2003 e a ocupação dos anos sucessivos como sendo uma guerra entre países, “contra o terror”, “infinita”, ou o que quer que seja que possa ser considerado como uma guerra, isto é, um confronto entre duas forças regulares combatentes.

O custo financeiro do conflito para os países da coalizão foi incerto, mas, com certeza, muito alto. Estimou-se que o Reino Unido gastou pelo menos £4,55 bilhões de libras (US$ 9 bilhões). O governo norte-americano informou ter gasto US$ 845 bilhões no esforço de guerra. Em março de 2013 um estudo feito pela Universidade Brown afirmou que a guerra custara US$ 1,7 trilhões de dólares, cifra bem próxima às estimativas de Stiglitz e Blimes. Estimativas posteriores afirmaram que o custo total para economia dos Estados Unidos poderia variar de entre três até seis trilhões de dólares até 2053, contados os juros dos empréstimos realizados para financiar a guerra.

Apesar dos enormes sofrimentos ocasionados à população civil pelas tropas de ocupação norte-americanas, seus aliados “voluntários” e seus exércitos privados de mercenários, os governos fantoches das coalizões “ocidentais” não podiam controlar efetivamente nenhuma área fora (e inclusive dentro) da “zona verde” em Bagdad e em Cabul. No Afeganistão, as bárbaras ações das tropas dos EUA e da OTAN não somente fracassaram em deter o novo levantamento das guerrilhas no sul, também desestabilizaram o regime de Musharraf no Paquistão e toda a situação no continente índio.

No Iraque, a leva de outros trinta mil soldados ordenada por Bush, seu desesperado esforço em alterar a caótica situação em favor dos EUA, não teve nenhum resultado. O governo iraquiano de Al-Maliki existia nominalmente somente dentro das oficinas protegidas pelos EUA em Bagdá. Os insurgentes sunitas e as milícias xiitas eram os atores políticos e militares reais na maior parte do país – exceto no norte curdo. Os EUA, apesar de sua gigantesca ofensiva militar, tiveram de apoiar-se principalmente no respaldo dos *peshmergas* curdos de Talabani e Barzani (além dos 160 mil soldados norte-americanos e dos 180 mil soldados privados pagos pelos EUA) para superar o caos.

Isso teve fortes efeitos políticos colaterais: tensões entre Ankara e Washington, na medida em que a oficialidade do exército turco declarava que se prepara para invadir o norte do Iraque para atacar as bases da guerrilha curda do PKK (Partido dos Trabalhadores do Curdistão). Estes preparativos bélicos precipitaram uma crise de regime e levaram às eleições antecipadas, na medida em que o exército se chocou com o governo islâmico moderado de Erdogan. O outro pilar no qual se apoiuou a presença norte-americana no Iraque foram as direções religiosas

xiitas, sob a influência de Teerã, usadas como um amortecedor e uma arma contra a insurgência sunita.

As milícias xiitas, no entanto, estavam longe de ser obedientes às autoridades de ocupação e muitas vezes se chocaram militarmente com elas. E o governo de Bush e o Pentágono passaram também a impulsionar uma ofensiva militar contra o Irã. O vice-presidente Cheney, o embaixador de Bush na ONU John Bolton, um amplo número de religiosos de direita e o lobbby sionista reclamaram uma guerra contra o regime dos aiatolás, com o pretexto de seu programa nuclear. Os mesmos guerreristas reclamavam novas guerras contra o Hezbolá no Líbano, assim como também contra a Síria. Mas, no próprio establishment norte-americano, vozes de peso se opunham.

Muqtada al-Sadr

Que uma invasão que tinha por objetivo impor "mudanças de regime" no Iraque e em todo o Oriente Médio, em particular no Irã, concluísse pondo o regime iraniano como o "árbitro" da segurança regional, revelava o fracasso estratégico dos EUA, cujas dificuldades com a ocupação os forçaram a por em um segundo plano a disputa com o Irã pela questão nuclear, o que confirmava que a preocupação principal de Bush não era "a bomba iraniana", mas forçar os iranianos a "colaborar" no Iraque, na Palestina e em todo o Oriente Médio. Não importava muito que os partidos xiitas iraquianos apoiados pelo Irã fossem todos membros do governo de ocupação instalado pelos EUA.

Os EUA acusavam assim mesmo o Irã de "armar os terroristas" no Iraque. O Irã estendera sua influência no Iraque através de uma multiplicidade de canais: favorecendo a participação de seus aliados no processo político, esforçando-se também em estabelecer laços com o conjunto dos setores políticos, inclusive Muqtada al-Sadr, líder xiita neto do famoso clérigo Mohamed Sadeq al-Sadr à frente do Exército al-Mahdi; protegendo pequenos grupos a seu soldo sem se expor. Não apoiou os ataques contra os invasores, abstendo-se de fornecer aos insurgentes armamentos antitanque como os oferecidos ao Hezbollah libanês.

Eis assim o resumo da “guerra infinita”, cinco anos depois de sua declaração pelo governo de Bush: em outubro de 2001, depois dos atentados de 11 de setembro desse ano, a OTAN (basicamente os EUA) invadiu o Afeganistão, onde se fixou por uma década e meia. Em 2003, a suposta cumplicidade de Saddam Hussein com Al Qaeda levou os EUA, desta vez sem o aval da ONU, a invadir o Iraque. Embora o regime talibã, no Afeganistão, e o governo de Saddam Hussein, no Iraque, fossem derrubados, as duas ocupações foram se transformando em um pesadelo para os EUA, com fortes perdas militares, violações escancaradas do direito internacional, uso público da tortura (em Abu Ghraib, em Guantánamo e em outras bases militares extraterritoriais dos EUA), desprestígio internacional crescente, e um buraco econômico de fundo desconhecido. Os regimes instalados em ambos os países não conseguiram sequer controlar o próprio território. O presidente afegão Hamid Karzaï foi

escolhido a dedo apenas para aceitar e legitimar a ocupação militar dos EUA. No Iraque o governo de maioria xiita contou com a colaboração aberta ou oficiosa do regime iraniano, mas não conseguiu tirar o país da espiral de violência e de guerra civil não declarada.

Para piorar as coisas, em 2007-2008 estourou a crise dos financiamentos imobiliários nos EUA, rapidamente transformada em crise econômica geral. A crise originada nos EUA passou rapidamente para Europa, cujos bancos estavam atolados pelos "ativos tóxicos" dos EUA e a exposição no Leste europeu. Ela se transformou em crise social (com a elevação espetacular as taxas de desemprego e pobreza, a eliminação crescente de antigos diretos trabalhistas), crise política (com a desestabilização de vários governos e o surgimento de novas forças de esquerda, como Syriza na Grécia ou *Podemos* na Espanha, e também de extrema direita ou neonazistas), crise bélico-estratégica.

No seu aspecto econômico, depois de apressadamente considerada "superada", a crise do crédito privado (bancos) se transformou em crise do crédito público (Estado). A crise, que começou no mercado imobiliário norte-americano e derrubou os bancos, sepultou os Tesouros em montanhas de dívidas, sem condições de colocar em marcha programas anticíclicos. O desdobramento da crise financeira de 2008-2009 foi a insolvência dos Estados das nações desenvolvidas. Em 2011, por primeira vez depois da Segunda Guerra Mundial, a dívida pública superou em média 100% do PIB nos países avançados, atingindo uma média de 88% na Europa, 103% nos EUA, e 230% no Japão.

A situação da União Europeia ficou mais complicada, porque o Banco Central Europeu tinha mais restrições para operar com recompra de títulos públicos dos países da área do euro, uma prática que poderia caracterizar emitir moeda para dar cobertura a despesas correntes. Aparentemente "europeia", a crise das dívidas soberanas teve sua origem, porém, na "desconfiança dos mercados" de que os EUA não conseguissem pagar suas dívidas. Com a explosão das "dívidas soberanas", a crise mundial se centrou na Europa e pôs em questão os fundamentos da UE. A falência da Grécia (e as perspectivas de falência de Irlanda, Portugal, Espanha) foi apresentada como seu motivo principal, quando na verdade foi só seu estopim.

A vitória eleitoral de Barack Obama expressou a necessidade, tanto dos governantes, como dos governados, de superar a situação insuportável herdada dos anos do governo de Bush: deterioração das condições de vida, crescimento do desemprego, dívida pública, corporativa e dos consumidores, em crescimento imparável, déficits fiscais e comerciais gigantescos, recessão e catástrofe financeira, junto com um impasse igualmente catastrófico na "guerra contra o terrorismo" no Oriente Médio e Ásia Central.

Diante dessa situação externa e da crise econômica interna dos EUA, a eleição de Barack Obama pretendeu dar uma virada política nos EUA: o novo presidente anunciou a retirada dos EUA do Iraque (até 2012), mas também manter (e reforçar) a presença no Afeganistão. Não só porque a sua presença neste país contasse com o aval da "comunidade internacional", mas também pelo fato dele estar situado na encruzilhada geopolítica mais "quente" do planeta, fazendo fronteira com várias repúblicas da ex-URSS, com o Irã, a China, o Paquistão, e a Caxemira, disputada pelo Paquistão e a Índia. Os conflitos pelo controle do Afeganistão são uma extensão da luta histórica entre as potências pelo controle da Ásia Central e seus recursos naturais, bem como da sua posição estratégica no meio da Eurásia.[622]

No último ano do governo de George W. Bush, 2118 civis morreram no Afeganistão (64% devido a ataques aéreos norte-americanos), uma média de seis mortes por dia, segundo dados oda ONU, mas a cifra foi seguramente mais alta. As novas ações militares intervencionistas dos "novos" EUA de Obama não se fizeram esperar: em inícios de maio de 2009, a ocupação militar

[622] Karl E. Meyer e Shareen Blair Brissac. *Torneo de Sombras*. El Gran Juego y la pugna por la hegemonía en Asia Central. Barcelona, RBA, 2008.

no Afeganistão conhecida pelo nome de “Liberdade Duradoura” produziu uma nova ofensiva militar contra insurgentes na província de Farah, que destruiu várias aldeias, deixando 140 mortos, incluídas... 93 crianças. Depois de oito anos no Afeganistão, o fracasso dos ocupantes norte-americanos era visível.

Os talibãs operavam em ou dominavam 75% do território; a autoridade efetiva do governo não se estendia além da capital (Cabul). No Paquistão, os talibãs eram fortes no vale de Swat (a pouco mais de cem quilômetros da capital Islamabad) e em toda a fronteira com o Afeganistão. A OTAN nunca pode fechar a fronteira entre os dois países, ou impedir que os talibãs afegãos recebessem refúgio, armas, recursos e treinamento no Paquistão. A fronteira *Af-Pak*, herança das intervenções colonialistas, dividiu o que durante dois mil anos foi uma região cultural, política e econômica única, a região dos *pashtun*. Em que pese todo o investimento militar da OTAN, os talibãs ressurgiram em todo o sul do Afeganistão, na fronteira e dentro do Paquistão, porque apareceram como representantes de uma reivindicação nacional diante da invasão “ocidental”, e dos regimes dos dois países.

No Paquistão, a reivindicação dos direitos da etnia *pashtun* estava ligada à luta dos camponeses pobres pela terra, nas mãos de uma oligarquia agrária. Os talibãs impulsionaram uma "revolta de classe" dos sem terra contra os grandes proprietários. Mas dificilmente poderiam encabeçar uma revolta nacional, em um país majoritariamente laico. Fora das zonas *pashtun*, os grupos islâmicos do Paquistão se constituíram como um instrumento armado e apoiado pelo exército e os serviços de inteligência. Obama simplesmente não pôde enviar tropas dos EUA ao Paquistão, dependendo dos militares desse país para combater os talibãs, mas as forças armadas paquistanesas tinham suas próprias prioridades.

Os grupos islâmicos paquistaneses foram encorajados como força de choque contra a Índia no conflito pela Caxemira. Afeganistão, por sua vez, passou a ser um Estado dividido em “feudos”; o Paquistão e a Índia eram Estados nucleares, e o primeiro estava no limiar do abismo político. Aos dois lados da fronteira Af-Pak campeiava o vazio. A pressão dos EUA fez saltar o precário equilíbrio que existia entre as diversas componentes nacionais e étnicas desses países, numa crise que empalmou com a disputa indo-paquistanesa pela Caxemira, potencialmente nuclear. É nessa encruzilhada que Obama embrenhou os EUA, sob o risco de transformá-la em crise bélica mundial.

CLASSE OPERÁRIA, RESISTÊNCIA NACIONAL E BARBÁRIE

Contra o pano de fundo das catástrofes bélicas e das ocupações externas, uma nova realidade social e política foi se abrindo caminho no Oriente Médio e no mundo árabe no século XXI. Durante as décadas posteriores às "crises do petróleo", os países produtores experimentaram importantes mudanças econômicas e sociais. Nas "economias petroleiras" do Golfo Pérsico (Arábia Saudita, Iêmen, Omã, Emirados Árabes Unidos, Qatar, Bahrein e Kuwait) a força de trabalho incrementou-se de 4,437 milhões em 1970, para 13,582 milhões em 1995, dos quais 66% era composta por trabalhadores estrangeiros (com um pico de 89% nos Emirados Árabes Unidos).[623] O "novo proletariado", ainda carecendo de organizações sindicais e de direitos políticos, protagonizou importantes batalhas de classe desde o anos 2000, em países afetados pelas grandes ondas migratórias devidas à redistribuição da produção petroleira (Nigéria), assim como nos países do Magrebe (Marrocos, Tunísia, Argélia).[624]

Nessas novas condições sociais e de classe, durante a primeira década do novo século foram amadurecendo as condições]políticas para uma crise dos regimes imperantes na região e para uma nova fase da insurgência popular, com uma nova composição de classe. Egito, o país mais populoso do Oriente Médio, estava nas mãos de uma ditadura civil-militar encabeçada pelo sucessor de Sadat, Hosni Mubarak. Em 1982 o país recuperou o deserto do Sinaí, ocupado por Israel, e Mubarak fou "reeleito" em 1987. Egito estabeleceu novamente relações diplomáticas com os países árabes e reingressou na OPEP, mas a guerra contra o Iraque redefiniu o Egito - com seu apoio à coalizão liderada pelos Estados Unidos - como o principal aliado dos EUA no Oriente Médio junto com Israel, e com conflictos políticos crescentes com a Organização para a Libertação da Palestina. Mubarak sofreu em 1995 um atentado de militantes islâmicos sudaneses, o que lhe deu o pretexto para incrementar sua política de repressão que, depois do atentado de Luxor de 17 de novembro de 1997 contra contingentes de turistas estrangeiros, levou até as execuções em massa de opositores das correntes mais diversas.

Hosni Mubarak

[623] Estatísticas do BIT (*Bureau International du* Travail); Peter Stalker. *Les Travailleurs Immigrés*. Genebra, BIT, 1995.

[624] Piermaria Davoli. *La Classe Operaia nel Mondo 1975-2002.* Milão, Lotta Comunista, 2003, pp. 461 e ss.

A evolução repressiva do regime egípcio foi paradigmática do nacionalismo burguês "não alinhado". Sua política externa, a cumplicidade aberta com Israel no combate contra a causa palestina, e a repressão interna, levaram ao crescmiento da oposição democrática e dos trabalhadores egípcios, que atingiu em alguns momentos níveis de greve geral e até de rebelião popular, contidas mediante severa repressão, não incompatível com uma abertura política restringida e controlada. Esta foi gradual e buscou integrar as oposições ao regime para recuperar estabilidade política para Mubarak e seu governo.

Durante a década de 1990, Boutros Boutros-Ghali, ex-vice-primeiro ministro do país, foi eleito secretario geral da ONU por un quinquênio, dando prestígio internacional ao regime egípcio. Em 2000, o partido oficialista PND obtuvo 353 escanhos sobre 444 bancas em disputa na Assembleia Nacional (do restante de deputados eleitos, cabe destacar 17 deputados "islâmicos"). Deve lembrar-se que, junto à Assembleia nacional egípcia e condicionando-a, se encontra a *Majlis al-Shura*, órgão consultivo integrado por 210 membros. Em 2005, a maioria do PND se reduziu até 317 escanhos; os «islâmicos», verdadeiuros vencedores do pleito, obtiverma 88 bancas, com os votos restantes ficando dispersos em formações políticas menores, incluído o velho partido nacionalista Wafd, que havia sido dissolvido em 1952 pelo nasserismo.

Sob a pressão dos EUA e da UE, em 2005, nas eleições presidenciais, pela primeira vez em trinta anos, houve vários candidatos. Mubarak as venceu facilmente. Para limitar a ascensão política islâmica, Mubarak aprovou em 2007 leis contra a propaganda política de base religiosa, ao mesmo tempo em que incrementou a repressão ampliando os poderes policiais e suprimindo o controle das eleições pelo Poder Judiciário. Em 2006, o primeiro ministro Ahmand Nazif havia anunciado um decreto pelo qual se aumentava o bônus anual dos trabalhadores industriais do setor público, de 100 libras egípcias (17 dólares) para uma soma equivalente a dois meses de salário. A última ocasião em que se havia outorgado um aumento desse bônus tinha sido em 1984, quando aumentara de 75 para 100 libras egípcias.

A maquiagem política do regime repressivo começou a ruir com a exitosa greve de finais de 2006 da fábrica têxtil de Ghazl al-Mahala (de 27 mil trabalhadores), realizada com manifestações de rua que reunieram mais de 10 mil pessoas. Ela foi sgeuida pela greve de três días dos trabalhadores de Mahalla, em dezembro de 2006, desencadeando a onda de greves mais importante desde a década de 1940. Uma segunda greve no mesmo local, em setembro de 2007, durou seis dias. A greve de Kafr al-Dawwar em fevereiro de 2007 também durou vários dias, e uma greve na empresa têxtil de Abu-Makaram, na cidade de Sadat, durou três semanas (54 dólares mensais era o salário dos trabalhadores têxteis em luta). Contra os sindicatos paraestatais foi criada nesse momento a Liga de Trabalhadores Têxteis, organizada pelos líderes da greve de Mahalla, englobando os 24 mil trabalhadores do polígono industrial de fiação e tecidos *Mahalla al-Kibra's Misr Spinning and Weaving Complex*.

As greves evidenciavam um movimento operário forte, combativo e estruturado, embora ainda não de abrangência nacional. Em 2006 se produziram 227 greves em todo o país; em 2007 elas creseeram até atingir o número de 580. Em 2008, houve uma greve geral convocada pelos sindicatos contra o aumento do pão, do custo de vida, e por aumentos de salários para fazer frente à "crise do pão", produzida no meio ao aumento internacional de preços dos alimentos provocada pela especulação desatada com a crise mundial iniciada nos EUA em 2007. 389 greves e protestos tiveram lugar nos três primeiros meses de 2008. Os trabalhadores egípcios tinham redescoberto sua arma mais importante, a greve.

O novo movimento operário egípcio emergia no cenário político aproveitando as brechas abertas pelo enfrentamento entre o regime de Mubarak e a Fraternidade Muçulmana, embora esta já tivesse abraçado uma espécie de ideologia liberal islâmica conservadora. 13% era a inflação acumulada em 2008, 50% o aumento do pão nesse ano, 54 dólares mensuales era o

salário industrial. O movimento operário começou a evidenciar formas embrionárias de auto-organização. O regime político, em que pesem seus compromissos com as "reformas de mercado", continuava baseado em sindicatos únicos dirigidos pelo Estado, para se encobrir com uma aparência de apoio "popular" como contrapeso à oposição da Fraternidade Muçulmana.

Começou também a despertar um dos setores mais oprimidos e explorados da classe operária do Oriente árabe, composto pelas centenas de milhares de trabalhadores imigrantes dos países do Golfo Pérsico, que podiam enviar cada vez menos dinheiro ao seu país de origem (onde esse dinheiro era um dos principais fatores mobilizadores da economia interna), devido a que o aumento da inflación reduzia seu poder aquisitivo e, por conseguinte, sua capacidade de poupança, acrescentado ao fato de que a moeda local em que recebiam seus salários, vinculada ao dólar estadunidense, se havia desvalorizado em relação às moedas de seus países de origem na Ásia. Dez milhões de trabalhadores imigrantes trabalhavam nos Estados árabes do Golfo: Arábia Saudita, Omã, Kuwait, Bahrein, Catar e Emirados Árabes Unidos, com salários entre cem e 150 dólares mensais e com jornadas de trabalho de até 12 horas, ou ainda mais.

No Egito, apesar do crescimento do PIB, a política neoliberal de privatizações deixara 40% de sua população na pobreza. A escassez de pão, principal comida, deixou milhões de egípcios esperando em longas filas durante horas só para volver a casa sem pão. Os preços de alimentos básicos como arroz e óleo aumentaram 50% nos primeiros três meses de 2008. As corporações internacionales beneficiárias das privatizações se aproveitavam de uma mão de obra capacitada, pagando salários de fome, com uma média salaial de 100 dólares. No Egito e no Iêmen a população menor de 30 anos constituia, respectivamente, 63% e 77% do total.

No Egito, vinte milhões de habitantes (quase um quarto do total da população) vivia com dois dólares diários ou menos, depois de três décadas de privatizações e perda dos subsídios estatais. Em países como a Tunísia, os aposentados careciam de pensão ou de proventos de qualquer espécie, os salários dos trabalhadores ativos eram ridiculamente baixos, com a parcial exceção do setor turístico, e um milhão de pessoas académicamente formadas partiram ao estrangeiro na primeira década do novo século pela falta de perspectivas de trabalho no próprio país.

A essa crescente degradação social, resistência popular e crise política no mundo árabe, somou-se o agravamento da situação na Palestina, em que pese os acordos precedentes da OLP com Israel, prevendo a desocupação sionista da Faixa de Gaza e da Cisjordânia em prazos breves. Havia 21 assentamentos israelenses em Gaza, com 8500 colonos, em meio a 1,4 milhão de palestinos; na Cisjordânia os assentamentos eram 120, com 230 mil judeus em meio a 2,4 milhões de palestinos (no entanto, só estava prevista a retirada de quatro assentamentos...). Todos os assentamentos ilegais judeus foram favorecidos pelo governo israelense com subsídios à moradia e custos de vida muito inferiores aos de Israel, via subsídios estatais. Na Cisjordânia, durante o primeiro semestre de 2005, o ritmo das construções nos assentamentos judeus cresceu em 85%.

Os palestinos eram 3,8 milhões distribuídos pelas faixas de Gaza e Cisjordânia, mais outros quatro milhões vivendo como refugiados nos países árabes vizinhos (em 2004), totalizando oito milhões de pessoas. Desde 1967, quando Israel assumiu o controle militar permanente da Faixa de Gaza, o Estado judeu deparou-se com uma realidade social cujo custo não estava disposto a pagar. Por isso optou por retirar suas tropas e colonos da Faixa em 2005, e posteriormente, a única "solução" encontrada para a questão foram as periódicas incursões militares israelenses, cada vez mais violentas, e o fechamento quase completo de todas as saídas para o exterior para os palestinos.

A proposta de uma barreira física que separasse os territórios palestinos dos israelenses surgiu em 2001, e foi apresentada na Knesset pelo primeiro-ministro Ehud Barak (à época filiado ao

Partido Trabalhista), mas a construção do famigerado “muro” só se iniciou durante o governo de Ariel Sharon, sucessor de Barak. O muro da Cisjordânia é uma barreira física construída pelo Estado de Israel, passando em torno e por dentro dos territórios palestinos ocupados (Cisjordânia e Jerusalém Oriental). A barreira tem uma extensão aproximada de 760 km, duas vezes o comprimento da linha do armistício de 1949 (*Green Line*) entre a Cisjordânia e Israel. O muro é ladeado por uma faixa de 60 metros de largura (área de exclusão) em 90% da sua extensão; a muralha de concreto chega a 8 metros de altura em 10% da sua extensão. A maior parte da barreira foi construída na Cisjordânia, e uma parte menor segue a Linha do Armistício de 1949. 12% da área da Cisjordânia ficou no lado israelense da barreira.

O Muro israelense na Cisjordânia, em 2004

A barreira era chamada de "Cerca de Separação" ou "Cerca de Segurança", pelo governo israelense, cujo propósito declarado seria o de “evitar a infiltração de terroristas em Israel”. O “Muro do Apartheid”, para a Autoridade Nacional Palestina, ao contrário, visou a incorporação de parte dos territórios legal e mutiladamente palestinos ao Estado de Israel. A existência e o traçado da construção foram contestados sob os aspectos políticos, humanitários e legais. O Tribunal Internacional de Justiça de Haia o declarou ilegal em 2004, pois a barreira cortava terras palestinas e isolava cerca de 450.000 pessoas. Israel não acatou o parecer da Corte Internacional. O Muro consagrava e concretizava seis décadas de sistemática expansão israelense no Oriente Médio, com esporádicas e desoordenadas resistências árabes:

1948: Fim do Mandato Britânico (14 de maio). Proclamação do Estado de Israel (14 de maio). Israel é invadido por cinco exércitos árabes (15 de maio). Guerra árabe-israelense (maio de 1948-julho de 1949). Criação das Forças de Defesa de Israel (IDF)

1949: Assinatura de acordos de armistício com o Egito, Jordânia, Síria e Líbano. Jerusalém é dividida, sob domínio de Israel e da Jordânia. Eleição do primeiro Knesset (parlamento). Israel é aceito como o 59o. membro da ONU.

1948-52: Imigração em massa de judeus da Europa e dos países árabes à Israel.

1956: Campanha do Sinai e Guerra do Canal de Suez.

1962: Adolf Eichmann é julgado e executado em Israel por sua participação no Holocausto.

1964: Criação da Organização para a Libertação da Palestina (OLP) no Egito.

1967: Guerra dos Seis Dias, ocupação dos Territórios e de Jerusalém pelo Estado sionista.

1968-70: "Guerra de Desgate" do Egito contra Israel. Em 1970, "setembro negro" da monarquia hachemita contra os palestinos refugiados na Jordânia.

1973: Guerra do Yom Kippur

1975: Israel torna-se membro associado do Mercado Comum Europeu, projeto estratégico do imperialismo do Velho Continente.

1977: O Likud forma o governo após as eleições para o Knesset; fim de 30 anos de governo trabalhista. Visita do Presidente Egípcio Anwar El-Sadat a Jerusalém.

1978: Os Acordos de Camp David, patrocinados pelos EUA, apresentam as linhas gerais para uma "paz abrangente" no Médio Oriente e uma proposta de "autogoverno" para os palestinos.

1979: Assinatura do Tratado de Paz Israel-Egito. O Primeiro-Ministro Menachem Begin e o Presidente Anwar Sadat recebem o Prêmio Nobel da Paz.

1981: A Força Aérea Israelita destrói o reator atômico do Iraque, invadindo o espaço aéreo do paia árabe, e sem receber nenhuma sanção séria por essa conduta.

1982: Completam-se as três etapas de retirada de Israel da península do Sinai. Setembro: maior ato de terrorismo de Estado da história contemporânea no Oriente Médio, quando uma milícia de cristãos, que representava o Estado judeu na ocupação do Líbano, pratica uma verdadeira chacina nos campos de refugiados palestinos de Sabra e Chatila, matando quase duas mil pessoas em menos de três dias. O campo fora aberto aos milicianos pelo criminoso de guerra Ariel Sharon, hoje primeiro-ministro de Israel, sob as ordens do primeiro-ministro da época, Menachem Begin. A ocupação do Líbano por Israel, que se retirou do país somente em maio de 2000, causou a morte de cerca de 20 mil libaneses e palestinos, quase todos civis. A Operação "Paz para a Galileia" expulsa a OLP (Organização para a Libertação da Palestina) do Líbano, depois de ataques contra a população civil de Beirute e de outros centros urbanos do Líbano.

1984: Crise em Israel: formado um governo de unidade nacional (Likud e Trabalhista) após as eleições. Operação Moisés: imigração dos Judeus da Etiópia.

1985: Israel assina Acordo de Livre Comércio com os Estados Unidos.

1987: Surge a Segunda Intifada nas áreas controladas por Israel.

1988: Israel: Governo do Likud após as eleições.

1989: Israel propõe um plano de paz de quatro pontos. Início da imigração em massa dos Judeus da antiga União Soviética.

1991: Agressão dos EUA contra o Iraque. Israel é atacado por mísseis Scud do Iraque durante a Guerra do Golfo. Reúne-se em Madrid a Conferência de Paz para o Oriente Médio.

1992: Estabelecimento de relações diplomáticas de Israel com a China e a India.

1993: Setembro: Depois de seis meses de negociações secretas em Oslo (Noruega), Israel e a OLP (Organização pela Libertação da Palestina) chegam a um primeiro acordo sobre uma autonomia palestina transitória. Israel e a OLP, como representante do povo palestino, assinam a Declaração de Princípios sobre os procedimentos do "auto-governo interino" para os palestinos.

1994: Fevereiro: assinatura, no Cairo, de um acordo sobre as questões de segurança relativas à autonomia. Julho: Arafat volta para a Palestina depois de 27 anos de exílio e forma em Gaza um governo autônomo, a Autoridade Palestina. Agosto: acordo sobre a transferência à Autoridade Palestina de quatro assuntos civis na Cisjordânia: serviços sociais, fiscalização, saúde e turismo. Implementação do auto-governo palestino na Faixa de Gaza e na região de Jericó. Rabin, Peres e Arafat recebem o Prêmio Nobel da Paz.

1995: 28 de setembro: Rabin e Arafat assinam, em Washington, um acordo interino sobre a extensão da autonomia palestina na Cisjordânia, chamado de Oslo 2. 13 de novembro a 21 de dezembro: Retirada israelense de Jenin, Kalkiliya, Tulkarem, Naplusa, Ramalá e Belém. Ampliação do "auto-governo palestino", implementado na Margem Ocidental e na Faixa de Gaza; eleição do Conselho Palestino. Primeiro-Ministro Yitzhak Rabin é assassinado num comício em prol da paz. Shimon Peres torna-se o Primeiro-Ministro.

1996: 20 de janeiro: Yasser Arafat é eleito presidente da Autoridade Palestina. 5 de maio: Abertura formal, em Taba (Egito), de negociações sobre um acordo de paz definitivo. 1 e 2 de outubro: Reunião de cúpula em Washington entre o presidente americano Bill Clinton, Arafat, Benjamin Netanyahu e o rei Hussein da Jordânia. Israel deflagra a Operação Vinhas da Ira, em retaliação aos ataques da Hezbollah ao norte de Israel. O Likud sobe ao poder após as eleições para o Knesset.

1997: 15 de janeiro: Netanyahu e Arafat chegam a um acordo sobre a aplicação da autonomia palestina em Hebron. 6 de outubro: Retomada das conversas de paz depois de sete meses de suspensão. 30 novembro: Israel aceita o princípio da retirada limitada da Cisjordânia.

1998: 15 a 23 de outubro: em oito dias, Bill Clinton dedica mais de 70 horas às negociações israelo-palestinas, que terminam com o acordo de Wye Plantation. O documento define a forma de uma segunda retirada militar israelense da Cisjordânia e a libertação, por parte de Israel, de 750 prisioneiros palestinos.

1999: 25 de agosto: Israelenses e OLP concluem um acordo de princípios sobre o calendário da retirada militar israelense da Cisjordânia. A primeira etapa (7% de retirada) foi marcada para começar em 1º de setembro. 5 de setembro: Ehud Barak e Yasser Arafat assinam em Charm el-Cheij (Egito) uma versão renegociada dos acordos de Wye Plantation. 8 de novembro: Começo de negociações israelense-palestinas sobre o estatuto final da Cisjordânia, lançadas oficialmente em 13 de setembro. 20 de dezembro: Negociadores israelenses e palestinos retomam discussões sobre o estatuto final de Cisjordânia e Gaza.

2000: 3 de fevereiro: Israelenses e palestinos se separam em uma atmosfera de crise depois do fracasso da cúpula destinada a relançar as negociações de paz. A direção da OLP anuncia que um Estado Palestino independente, com capital em Jerusalém, será proclamado em setembro. 11 de março: O negociador-chefe palestino, Saeb Erekat, se reúne com o israelense Oded Eran, na retomada das negociações entre as duas partes, em Washington. 21 de março: Israel transfere aos palestinos o controle total de 6,1% da Cisjordânia. 25 de junho: O presidente palestino, Iasser Arafat, declara em um discurso em Naplusa, Cisjordânia, que um estado palestino será proclamado "em algumas semanas". 28 de junho: Arafat recusa uma proposta americana de organizar uma cúpula trilateral nos Estados Unidos a partir de 15 de julho. 3 de julho: O Conselho Central da OLP (CCOLP), reunido em Gaza, decide que os palestinos proclamarão um Estado Independente em 13 de setembro de 2000.

2001: 6 de fevereiro: O líder do partido Likud, Ariel Sharon, 72, é eleito primeiro-ministro de Israel ao vencer o premiê trabalhista, Ehud Barak, em 6 de fevereiro. Sharon obteve sua vitória prometendo "segurança" e a retomada do processo de paz com os palestinos só depois do fim da Intifada (revolta palestina, iniciada em 28 de setembro). 1º de junho: Um militante palestino suicida mata cerca de 15 pessoas e fere cerca de 70 na orla de uma badalada praia de Tel Aviv, na maior ação desde o início da nova Intifada. O grupo Hamas reivindica a autoria do atentado. Yasser Arafat condena a ação e sugere a Israel um comunicado conjunto de cessar-fogo. O governo israelense, porém, aprova uma reação militar. 28 de setembro: Seis palestinos morrem e dezenas ficam feridos em choques com soldados israelenses durante protestos para marcar o primeiro aniversário da Intifada. 17 de outubro: Militantes do grupo palestino Frente Popular para a Libertação da Palestina matam, num hotel de Jerusalém, o ministro israelense de extrema direita Rehavam Zeevi.

2002: Road Map for Peace ou "Mapa da Estrada", redefinição dos cantões para Autoridade Nacional Palestina.

2004: Início da construção do Muro da Cisjordânia.

Segundo o Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários, a maioria das barreiras físicas ou burocráticas impostas à mobilidade e acessibilidade dos palestinos visava proteger os 500 mil colonos judeus que ocupam assentamentos na Cisjordânia - em contravenção à lei internacional - bem como garantir uma reserva de terras para a expansão futura desses assentamentos e melhorar as ligações viárias entre esses assentamentos e Israel. Duas outras barreiras foram construídas pelo governo israelense: a que separa Israel e a Faixa de Gaza e a que separa a Faixa de Gaza e o Egito, atualmente sob controle egípcio. A barreira é um misto de cercas físicas, barreiras eletrônicas vigiadas por câmeras, fossos antitanques, pontos de observação e patrulha e vedações com trincheiras rodeadas por uma área de exclusão média de 60 metros (ao longo de 90% da extensão do muro) e por paredes de concreto de até 8 metros de altura. Em alguns pontos, a construção tem 45 metros de largura; em outros, pode chegar a 75 ou 100 metros.

A cerca englobava também partes da Cisjordânia e o setor oriental de Jerusalém, anexado por Israel desde a Guerra dos Seis Dias (1967). Apenas uma pequena parte da muralha (cerca de 20%) coincide com a chamada Linha Verde, entre a Cisjordânia e Israel; os 80% restantes situam-se dentro da Cisjordânia, onde adentra até 22 km, em alguns lugares, para incluir colônias israelenses densamente povoadas, situadas em Jerusalém Oriental e na Cisjordânia. Assim, o Muro cortava ou isola aldeias palestinas, separa agricultores de suas plantações e torna extremamente difícil a sobrevivência das comunidades de base agrícola. Como resultado, a atividade econômica caiu drasticamente, e muitos palestinos simplesmente tiveram de deixar seus lares por ausência de recursos para sua sobrevivência.

Junto à construção do Muro, a partir de 2005, o cerco israelense a Gaza aumentou qualitativamente. Israel retirou alguns poucos milhares de colonos da borda da Faixa e decretou o bloqueio quase absoluto da área. A colaboração nesse sentido de todos os governos do Egito desde 1973 foi preciosa para Israel. Gaza continuava sendo território ocupado segundo o direito internacional, totalmente controlado por Israel em todos os aspectos, incluído o acesso por ar, mar e terra e até o registro civil das pessoas. A chamada operação “Borda Protetora” marcou uma nova escalada nessa estratégia,

A radicalização da luta contra a ocupação israelense se aprofundou com a “Segunda Intifada”. A crise política aberta em Israel pela retirada de tropas e colonos da Faixa de Gaza estava longe de ser um episódio isolado. À renúncia do ministro de Finanças, Benjamin Netanyahu, somou-se a manifestação de 100 mil israelenses no Muro das Lamentações, a 10 de agosto de 2005, mobilizados pela extrema direita religiosa contra a remoção dos assentamentos sionistas no território palestino. A isso se somou o anúncio, pelo chefe do Exército israelense, Dan Halutz, de prováveis deserções em massa de soldados e formação de milícias irregulares em oposição à retirada.

A retirada israelense dos territórios palestinos ocupados desde 1967 foi precedida, em julho de 2005, por uma “limpeza étnica” antipalestina, com ataques de mísseis incluídos, na própria Gaza; pela destruição, pelos colonos judeus (tolerada pelo governo Sharon) da maioria das estufas dos assentamentos a serem abandonados (uma política de terra arrasada); e pela construção da barreira (muro) interna da Jerusalém, deixando 55 mil palestinos fora da “Cidade Santa”. E, principalmente, pelo reforço da presença militar de Israel na Cisjordânia, onde se encontrava a maioria dos assentamentos israelenses nos territórios ocupados durante a guerra de 1967: no total, menos de 4% dos quase 250 mil colonos israelenses foram afetados pela retirada.

Afirmou um político palestino tido como moderado, que “o principio de estabelecimento do futuro de Jerusalém por negociação se perderá. Jerusalém nunca será parte de uma Palestina independente. A única opção que resta é um só Estado. Sharon está atento ao crescente

problema demográfico nos Territórios Ocupados. Uma população palestina que concorre em número com a de Israel, e que a superará logo, não pode manter-se indefinidamente sob ocupação. A retirada de Gaza e a retirada parcial des assentamentos mantém a aparência de uma concessão e oferecem o fundamento para uma solução ao problema demográfico, mantendo a sujeição palestina. Um Estado palestino nos termos de Sharon não será em absoluto um Estado. O modelo de Gaza será copiado na Cisjordânia, reduzindo-se o território a guettos isolados em Ramallah, Jenin-Nablus y Belén-Hebron. Bush pode declarar seu desejo de um Estado palestino 'viável, contíguo, soberano e independente', mas já demonstrou que nunca intervirá contra a destruição deliberada, por Sharon, desse Estado.

"A visão de Sharon de uma Palestina independente é semelhante aos bantustões estabelecidos como reservas para os sul-africanos negros em 1951. Reservas essencialmente étnicas, estes bantustões também foram pintados para a comunidade internacional como um passo para a descolonização e para resolver o problema demográfico de África do Sul que, como na Palestina, viu ultrapassada a minoria governante por uma maioria indesejável. Logo, porém, ficou claro que o esquema fora desenhado para legitimar a expulsão da população negra... Israel já está extremamente perto de transformar-se em um estado paria na comunidade internacional, como a velha África do Sul. Sem o veto estadunidense, o país estaria, com certeza, exposto a sanções. Se Sharon lhes nega toda esperança de uma pátria viável, livre, os palestinos não terão outra opção senão lutar por um único Estado binacional e democrático. Antes de ir a Washington, Sharon visitou Maale Adumim, em Jerusalém Leste, o maior assentamento da Cisjordânia. Dirigindo-se aos colonos, lhes prometeu que suas casas continuariam sendo parte de Israel 'para toda a eternidade'".[625]

Mas a situação no Oriente Médio também se encaminhava para uma grave crise. Com poucos dias de diferença, os primeiros ministros de Israel e da Autoridade Palestina foram recebidos na Casa Branca para discutir a marcha do "Mapa da Estrada". Longe dos flashes e das câmeras de televisão, outros homens eram os encarregados de pôr em prática, sobre o terreno, o plano para o Oriente Médio. Do lado palestino, um desses homens era Mohamed Dahlan, Ministro de Interior e Segurança. Para essa tarefa, Dahlan recebeu poderes excepcionais de Abu Mazen, mas principalmente da Casa Branca, que depositou nele toda sua confiança para que pacifique os territórios palestinos.

Com esses "avais", Dahlan se lançou em uma "guerra secreta" contra as organizações populares palestinas: fechou emissoras de radio, censurou a imprensa escrita e lançou uma campanha de "branqueamento" das paredes pichadas com as inscrições contrárias a Israel, ao "Mapa da Estrada" e ao governo palestino. Outro dos homens chaves era Marwan Barghouti, assinalado como o chefe das brigadas militares de Al Fatah e como o "cérebro militar" da Intifada, e que se encontrava detido em Israel há quinze meses. Barghouti apoiou a "Mapa da Estrada" porque, afirmou, "o que tem de bom é que propõe terminar a ocupação e constituir um Estado palestino".

Que "Estado Palestino" daria à luz o "Mapa da Estrada"? Sharon reafirmou: "compreendemos a importância da contigüidade territorial na Cisjordânia para (a existência de) um Estado palestino viável". Mas a contigüidade significa que o futuro "Estado palestino" estará constituído por uma somatória de retalhos territoriais, cortados e controlados pelo Exército israelense, rodeado de assentamentos sionistas, localizados entre as zonas "contíguas" palestinas. O que seria então o "Estado palestino"? Apenas um conjunto de cantões, entrecortados por estradas controladas pelo exército israelense e sitiados pelas colônias sionistas e os estabelecimentos militares que as protegem; em outras palavras, um conjunto de guetos militarmente controlados por Israel.

---

[625] Mustafa Barghouthi (Secretario Geral da Iniciativa Nacional Palestina). O pesadelo de Sharon, *Mundo Arabe*, 8 de agosto de 2005.

A sistemática campanha de massacres nos campos de refugiados, lançada pelo governo sionista, foi parte integral da "solução final" da questão palestina que preparavam Bush e Sharon. Segundo Hasan Abunimah, representante da Jordânia na ONU, o que Sharon chamava "um Estado palestino viável" não seria mais que "um acordo em que se dá aos palestinos um direito limitado ao autogoverno dentro da Grande Israel, mas sem direitos civis ou políticos estatais". À força de "fatos consumados", como a muralha, os assentamentos, a destruição de moradias e plantações, o monopólio das fontes de água e o êxodo contínuo da população palestina, a chamada "solução de dois Estados", um israelense e outro palestino, parece crescentemente insustentável.

Tampouco foi congelada a construção de assentamentos sionistas nos territórios ocupados. À retirada de algumas colônias isoladas, segue a construção de outras novas, porém sem publicidade. Como consequência o número total de assentamentos sionistas nos territórios palestinos continuou crescendo desde que Bush anunciou o “Mapa da Estrada”. Para a construção da muralha ilegal, que separaria os assentamentos da população palestina, Israel anexou vastas zonas da Cisjordânia. Do lado "israelense" da muralha, ficaram dezenas de assentamentos (de fato anexados a Israel) e dezenas de aldeias e povos palestinos, que foram separados à força dos Territórios. Em Washington, Sharon anunciou que Israel continuaria a construção da muralha. Nem o “Mapa da Estrada” nem a trégua unilateral resolveram a principal reivindicação imediata palestina: a liberação dos 6.500 presos políticos palestinos, muitos deles sem processo nem acusação alguma, detidos durante as "operações" realizadas pelo exército israelense nos territórios nos últimos três anos. Israel anunciou a liberação de apenas 500 detidos, sem nenhum compromisso em relação aos 6.000 restantes.

O “Mapa da Estrada” criou uma situação insustentável na Palestina: a opressão e ocupação das tropas sionistas em uma parte substancial dos territórios ocupados, a construção do muro, a continuidade dos assentamentos e a retenção dos presos, soma-se à própria repressão da Autoridade Palestina sobre as organizações populares. Segundo o *Financial Times* "se Bush não fizer nada para frear Sharon e o profundamente impopular governo de Abu Mazen, é apenas uma questão de tempo antes que a situação exploda em una nova e sustentada onda de violência".

Em agosto de 2005 se consumou a retirada das forças israelenses da Faixa de Gaza. Qual foi o seu significado? A crise política aberta em Israel pela retirada de tropas e colonos (em número de 8500), esteve e está longe de ser um episódio isolado e facilmente superável. À renúncia do ministro de Finanças (e ex premiê de Israel de 1996 até 1999), Benjamin Netanyahu, somou-se a manifestação de 100 mil israelenses no Muro das Lamentações, a 10 de agosto de 2005, mobilizados pela extrema direita religiosa contra a remoção dos assentamentos sionistas no território dito “palestino”. Com saída de Netzarim, Israel encerrou, portanto, 38 anos de ocupação em Gaza.

A retirada israelense fazia parte dos acordos do “processo de paz”, concretizado nos Acordos de Oslo de 1993. Centenas de colonos assinaram acordos de compensação com o Estado de Israel para deixar o território antes do prazo de 17 de agosto, mas o exército informou que cerca de cinco mil pessoas que se opunham à retirada haviam entrado na região para encorajar a resistência à desocupação. Tropas bateram nas portas das casas para dizer aos moradores tinham 48 horas para evacuar suas casas antes que forças começassem a retirá-los. O primeiro dia do plano de retirada não foi tranquilo. Em Neve Dekalim, a maior colônia da Faixa de Gaza, com uma população de mais de 2.500 pessoas, muitos manifestantes, vindos do exterior para apoiar os residentes, construíram barricadas e impediram o acesso dos militares durante várias horas.[626]

[626] Meron Rapoport. Quitter Gaza pour mieux garder la Cisjordanie. *Le Monde Diplomatique*, Paris, agosto 2005.

A primeira colônia israelense evacuada na Faixa de Gaza chamava-se Dougit, e albergava 79 residentes. Em Neve Dekalim, considerada a capital das colônias israelenses, a polícia e os militares tiveram de intervir com força, foram feitas 50 detenções. Os colonos, ajudados por ultranacionalistas, que se infiltraram nas colônias para impedir as suas evacuações, ofereceram muita resistência. A polícia teve de serrar os portões de aço da colônia, de madrugada, para permitir a entrada no local dos caminhões carregados de conteiners para levarem os bens das famílias que aceitaram deixar as suas casas de forma voluntária. Os que aceitaram deixar as suas casas teriam direito a uma compensação pecuniária entre os 150 mil e os 450 mil euros, por família.

Os jornais informaram que mais de 60% dos israelenses eram favoráveis a essa retirada, apesar da imprensa destacar só os contrários. O exército israelense fechou o acesso à Faixa de Gaza após baixar uma barreira em que se podia ler tanto em hebraico como em inglês: "Pare, a entrada ou presença na Faixa de Gaza está proibida por lei". O vice-primeiro-ministro Shimon Peres falou aos soldados instalados na fronteira com Gaza, dizendo-lhes que sua tarefa era muito importante para proteger a "democracia israelense". "Os assentamentos devem ser evacuados... Compreendo os sentimentos dos colonos. Tenho simpatia por eles, mas eles não poder ir contra a vontade nacional". Segundo o jornal *Yediot Ahronot*, os líderes dos colonos enviaram instruções sobre como quebrar a moral dos soldados.

O presidente israelense, Moshe Katzav, pediu "perdão" aos colonos da faixa de Gaza e da Cisjordânia em um discurso pronunciado a 17 de agosto: "Em nome do Estado de Israel, peço perdão porque exigimos que eles abandonem os locais onde moram há décadas", declarou Katzav, em um discurso que foi exibido na televisão. Segundo o plano de retirada do premiê israelense, Ariel Sharon, seriam retirados os colonos da faixa de Gaza e de quatro colônias isoladas no norte da Cisjordânia. "Me identifico com a dor [dos colonos]. Sabemos que os instalamos na faixa de Gaza depois de uma decisão do governo israelense. Eles demonstraram heroísmo diante do perigo", acrescentou o presidente. A chave da questão está na frase que segue: segundo Katzav, "chegou o momento de respeitar a decisão das autoridades, do Knesset (Parlamento) e do governo (...) A oposição à retirada não deve atentar contra a segurança do Estado" (grifo nosso). O vice-primeiro ministro israelense, Ehud Olmert, por sua vez, afirmou que a retirada de Gaza seria "total e completa", e que seu país não pretende manter o controle da Cisjordânia. "Pela primeira vez, os palestinos que vivem em Gaza terão uma oportunidade real de administrar a si mesmos, sem que ninguém interfira. É o momento para que os jovens palestinos tenham uma oportunidade de viver uma vida diferente".

Ariel Sharon, o direitista que outrora chegava a exasperar o direitista Menachem Begin pelo seu comportamento e ideias "extremistas" teria se transformado na pomba da paz? Seria esquecer que a retirada foi precedida, em julho, por uma "limpeza" anti-palestina, com ataques de mísseis incluídos, na própria Gaza; pela destruição, pelos colonos (e tolerada pelo governo Sharon) da maioria das estufas dos assentamentos judeus (uma política de terra arrasada); e pela construção da barreira (muro) interna da Jerusalém, que deixava 55 mil palestinos fora da "Cidade Santa".[627] E, principalmente, pelo reforço da presença militar de Israel na Cisjordânia, onde se encontram a maioria dos assentamentos israelenses nos territórios ocupados durante a guerra de 1967: no total, menos de 4% dos quase 250 mil colonos israelenses serão afetados pela retirada.

Desmentindo as declarações de Olmert, "a colonização vai prosseguir", declarou Ariel Sharon no momento da retirada da Faixa de Gaza. O primeiro-ministro garantiu que não abdicaria das colônias da Cisjordânia, apesar da retirada da Faixa de Gaza. "A colonização é um programa sério que vai prosseguir e desenvolver-se" na Cisjordânia, afirmou numa conferência de imprensa organizada após a reunião com o chefe de Estado israelita, Moshé Katsav, em

[627] Israele, via alla barriera di Gerusalemme. *Corriere della Sera*, Milão, 11 de julho de 2005.

Jerusalém. A Autoridade Palestina condenou estas declarações, classificando-as como "inaceitáveis". Mas pouco depois do início da retirada da Faixa de Gaza, o ministro da Defesa israelense tinha já anunciado que Israel iria manter o controle sobre seis colônias na Cisjordânia, independentemente dos acordos concluídos com os palestinos.[628]

A política israelense refletia a pressão dos EUA, que sustentavam financeiramente Israel, e que buscavam uma saída do atoleiro em que se encontravam em toda a região do Oriente Médio. Os Estados Unidos pediram oficialmente que a evacuação israelense da Faixa de Gaza "acontecesse de forma pacífica", para que o plano fosse bem-sucedido e "impulsione o processo de paz entre Israel e os palestinos". "Nosso objetivo é, principalmente, que seja um sucesso", disse o porta-voz do Departamento de Estado, Sean McCormack, em referência ao início da evacuação. McCormack disse que era preciso voltar as atenções para que houvesse "um horizonte político neste processo". Para isso, o porta-voz disse que o presidente da Autoridade Nacional Palestina (ANP), Mahmoud Abbas, "deve obter êxito em sua luta contra o terrorismo". "Abbas compreende que tem a obrigação de desmantelar as redes terroristas", afirmou McCormack. Mas, antes da retirada iniciada, o Hamas deixou claro que manteria a luta armada: "Armas são sagradas; é impossível que as abandonemos", disse Ahmed al Gyhandour, líder das Brigadas Qassam do Hamas.

O porta-voz acrescentou que os Estados Unidos iriam enviar a Israel vários "grupos técnicos", com o objetivo de avaliar o tipo de ajuda econômica que concederiam para receber os colonos judeus retirados da Faixa de Gaza. McCormack disse que os estudos se concentrariam no desenvolvimento das regiões de Neguev e Galileia, onde Israel quer colocar os colonos de Gaza após a evacuação. O porta-voz lembrou que o presidente americano, George W. Bush, "expressou seu apoio diretamente" ao primeiro-ministro israelense, Ariel Sharon, no desenvolvimento dessas áreas. Bush, por sua vez, declarou que o passo seguinte é a retirada do plano do "Mapa da Estrada".

A retirada israelense de Gaza "é um passo histórico" que torna mais próxima a paz no Oriente Médio, afirmou o presidente dos Estados Unidos. "Após décadas de promessas quebradas e vidas perdidas, a paz está ao alcance na Terra Santa", disse Bush num discurso, minutos depois de Israel anunciar oficialmente o fim da evacuação dos 21 assentamentos na Faixa de Gaza. O presidente destacou que a retirada israelense era "um passo histórico que reflete a liderança audaz" do primeiro-ministro israelense, Ariel Sharon. Neste sentido, Bush disse que Sharon e o povo israelense "deram um passo corajoso e doloroso" ao desocuparem totalmente Gaza e alguns assentamentos na Cisjordânia. Após este passo, destacou Bush, o caminho "fica muito claro": "Estamos trabalhando para *um retorno ao Mapa de Caminho, o plano de paz apoiado por EUA, ONU, União Europeia e Rússia*".

Ao mesmo tempo, o presidente norte-americano ressaltou o apoio de Washington às autoridades palestinas. "Estamos ajudando os palestinos para que se preparem para o autogoverno e *para que derrotem os terroristas que atacam Israel* e se opõem a um *Estado palestino pacífico*", acrescentou Bush no discurso a veteranos de guerra. Bush destacou que o povo palestino manifestou seu desejo de alcançar a paz e a soberania e de ter eleições livres, e que o presidente da Autoridade Nacional Palestina (ANP), Mahmoud Abbas (Abu Mazen), "rejeitou a violência e deu passos em direção à reforma democrática". Os EUA concederiam uma ajuda econômica a Israel para o re-assentamento dos colonos evacuados.

Além de terem subsidiado a ocupação de Gaza durante quase quatro décadas, Israel, finalmente, deu a cada família evacuada US$ 200 mil a título de indenização.[629] Ou seja, que

---

[628] Arlene Clemesha. A retirada da Faixa de Gaza e a armadilha política de Israel na Palestina. In: *www.icarabe.org.br*, agosto de 2005.

[629] Michel Gawendo. Porta a porta, Israel inicia a saída de Gaza. *Folha de S. Paulo*, 14 de agosto de 2005.

além dos subsídios de 38 anos, Israel (e os EUA através dele) empregarão, no mínimo, 600 milhões de dólares, só para as famílias judias evacuadas, para garantir o equilíbrio político regional: quantos problemas dos refugiados palestinos não se resolveriam com essa montanha de dinheiro? Bush também prometeu US$ 50 milhões aos palestinos para projetos de habitação e infra-estruturas em Gaza. US$ 50 milhões para um milhão e meio de palestinos (pouco mais de 30 dólares per capita), e 600 milhões para menos de 9 mil colonos israelenses!

O custo total da retirada chegaria, com todos os gastos, a US$ dois bilhões, o equivalente de todo o orçamento militar anual de Israel, o mais alto per capita do mundo. E, ainda assim, Naomi Chazan, analista política e ex deputada pelo Meretz (ex vice-presidente da Knesset, parlamento israelense, até 2003), declarou que não apostava um centavo na estabilidade do governo Sharon, e que a perspectiva mais provável seria a queda do governo, com eleições antecipadas, nas quais Sharon só poderia concorrer como candidato independente, não pelo Likud, devido à cisão instalada no partido. O colono que assassinara a quatro palestinos, a 17 de agosto de 2005, Asher Weissgan, declarou, na Corte de Jerusalém encarregada de julgá-lo: "Não me arrependo de nada", e "espero que alguém mate Sharon".

Yossi Beilin, ex ministro de Justiça de Israel e líder do partido de esquerda israelense Meretz-Yachad, escreveu que "a proposta de Sharon é não fazer nada depois da retirada, e construir mais colônias entre Maale Adumim e Jerusalém, para evitar, no futuro, a possibilidade da criação de um Estado palestino na Cisjordânia... A saída israelense unilateral do 90% dos territórios não evitará o terrorismo, evitará o reconhecimento de Jerusalém como capital de Israel (e) tornará quase impossível um acordo de paz mais tarde".[630] De acordo com Beilin mesmo a retirada, realizada pelo antigo líder do projeto de colonização israelense, não poderia ser mais "bem-vinda", pois era profundamente problemática.

E o problema não era ser "muito pouco para tão tarde": "O problema é que o plano de Sharon parece estar expressamente desenhado não apenas para contornar um acordo, mas para evitar que esse se realize. Nesse respeito, o plano de Sharon não parte de uma madura convicção de que Israel deve negociar com seus vizinhos. E como sempre, tal recusa está repleta de terríveis ironias, para dizer o mínimo. Considere-se apenas o fato de que Sharon, que orgulhosamente brande sua recusa de negociar sob fogo, está contudo pronto para se retirar sob fogo. Recorde-se a recusa de Sharon de soltar prisioneiros palestinos, o que reforçaria o ex-primeiro ministro palestino Mahmoud Abbas (Abu Mazen). Alguns meses depois soltou várias centenas deles para a liderança do grupo terrorista Hezbollah. Não é preciso falar, o preço que Israel continua pagando, tanto político quanto histórico, além do moral, pela recusa de Sharon a negociar. Este preço vem se provando ser muito alto. Qual a lógica por trás do plano de Sharon? No nível mais direto e imediato é, de acordo com Sharon, a necessidade de responder a iniciativas de paz como o Acordo de Genebra....".

"Mas diferentemente de Genebra, o plano unilateral de Sharon é incapaz de tratar de dois dos mais sensíveis aspectos entre Israel e os palestinos.: o futuro de Jerusalém e a solução do problema dos refugiados palestinos. E nesse respeito, o plano de Sharon faz pouco para avançar para uma solução do conflito. Na verdade, ele se arrisca, até mesmo, a perpetuá-lo. Por essa razão, o plano de Sharon para desligamento unilateral oferece não apenas esperança, mas também perigo. Pois se Sharon esta propondo seu plano com o objetivo de esvaziar qualquer futuro acordo, Israel estará pior. Tal retirada possivelmente reforçará o Hamas e enfraquecerá os elementos pragmáticos da sociedade palestina, e Israel irá se encontrar sem nenhum parceiro nos anos vindouros... Bem-vinda, portanto, como a retirada da Faixa de Gaza e do norte de Samária é, sua dimensão unilateral arrisca torná-la um fato altamente perigoso. Sharon aparentemente acredita que a retirada da Faixa de Gaza o poupará da necessidade de

[630] Yossi Beilin. Ideia de Sharon é não fazer nada depois da retirada. *Folha de S. Paulo*, 15 de agosto de 2005.

negociar com os palestinos. Lamentavelmente, sem tais negociações o conflito nunca chegará ao fim".

A esquerda sionista, no fogo cruzado, cumpriu seu papel de força de pressão para levar o mais à direita possível à liderança palestina. Assim o comprovava um artigo de seu representante, Shlomo Avineri, em que afirmava: "Do lado palestino, a consolidação do controle da Autoridade Palestina sobre uma dezena de serviços de segurança seria um passo importante... A liderança palestina também poderia dar início à difícil tarefa de dizer aos refugiados que – ao contrário dos quase 50 anos de propaganda palestina – eles não retornarão a Israel, mas terão que ser assentados na Cisjordânia e em Gaza, áreas que se tornarão parte do eventual Estado palestino".[631] No mesmo artigo, Avineri teceu uma apologia do seu rival político Ariel Sharon (que teria sido responsável por "uma profunda mudança política").

Uma nova armadilha política fora tendida ao movimento nacional palestino, tentando que minguadas concessões territoriais lhe fizessem abdicar das suas reivindicações e direitos históricos. Não bastava, para se opor, criticar o "unilateralismo" israelense, e afirmar que "questões de status permanente, referentes às fronteiras, à Cisjordânia e aos refugiados, precisam ser equacionadas bilateralmente. Qualquer observador sério do conflito palestino-israelense sem dúvida reconhecerá que não pode haver nenhuma solução unilateral para estes temas", como fez Daoud Kuttab, diretor na Universidade Al Quds em Ramallah.[632] A reivindicação de um Estado republicano, laico e secular em todo o território da Palestina histórica foi posta em jogo na resposta política que o movimento nacional palestino, em todas suas componentes, fosse capaz de dar à nova situação política da região, no quadro da resistência dos povos árabes.

[631] Shlomo Avineri. O caminho unilateral rumo à paz. *Valor Econômico*, São Paulo, 17 de agosto de 2005. O mesmo Avineri se ilustrava através de análises como a que segue: "O Dr. Shlomo Avineri manifestou a necessidade diálogo e duma solução pacífica de dois estados; concebeu a situação do conflito essencialmente pessimista, criticando que até hoje não teria sido feito nenhum pronunciamento claro da parte dos palestinos e do mundo árabe a respeito do direito intocável de existência do Estado de Israel. Na base disso e em vista dos últimos atentados suicidas, agora não haveria base de confiança par negociações possíveis. Avineri advogou, por conseguinte, para uma demarcação rigorosa de fronteira entre Israel e as regiões palestinas (Faixa de Gaza e Banco Ocidental), para proteger Israel consideravelmente de atentados ulteriores, esperando um "resfriamento do conflito em ambos os lados".

[632] Daoud Kuttab. Depois da retirada de Gaza. *Valor Econômico*, São Paulo, 18 de agosto de 2005.

A VITÓRIA DO HAMAS EM GAZA

A Faixa de Gaza é um território composto por uma estreita faixa de terra localizada na costa oriental do Mar Mediterrâneo, que faz fronteira com o Egito no sudoeste e com Israel no leste e no norte. O território tem 41 quilômetros de comprimento e apenas de 6 a 12 quilômetros de largura, com uma área total de 365 quilômetros quadrados. Sua população era em 2005 de 1,7 milhão de pessoas, a maior parte nascida em Gaza. Com uma taxa de crescimento anual de cerca de 3,2%, a Faixa de Gaza tem a sétima maior taxa de crescimento demográfico do mundo, além de ser um dos territórios mais densamente povoados do planeta. A área sofre uma escassez crônica de água e praticamente não tem indústrias. A infraestrutura é precária, e quase nada foi refeito após os diversos bombardeios israelenses. Sua designação deriva do nome da sua principal cidade, Gaza, cuja existência remonta à Antiguidade.

Depois dos acordos Israel/OLP, nas eleições de Gaza de janeiro de 2006 o aspecto mais espetacular foi a participação do grupo chamado "terrorista islâmico" do Hamas. Na ocasião, Hamas omitiu de seu manifesto político toda referência ao fim de Israel, sua marca registrada depois do reconhecimento de Israel pela OLP. A declaração de que todas as terras ao oeste do rio Jordão deveriam pertencer a um Estado islâmico palestino - em outras palavras, que o território de Israel se tornasse território palestino – figurava, no entanto, na carta de fundação do Hamas, de 1988. Apesar da omissão dessa posição no manifesto eleitoral do Hamas, constava nele o compromisso com "um Estado palestino totalmente soberano" e com "a resistência armada para pôr fim à ocupação israelense".

A crise da Autoridade Nacional Palestina e do movimento nacional palestino era gritante, chegando-se até a levantar a possibilidade de uma guerra intestina no caso em que o governo de Mahmoud Abbas continuasse a atacar o Hamas, consoante com o cerco que lhe pretendia tender o governo de Israel.[633] Isto pese à vontade declarada do Hamas, que derrotara Al-Fatah nas eleições municipais de dezembro de 2005, de integrar suas milícias em um só corpo armado (estatal) palestino.[634] Por seu lado, Al-Fatah parecia encontrar-se em crise terminal ("Inclusive se os candidatos de Fatah se impõem [em janeiro de 2006] a vitória só será parcial. O partido está demasiadamente fragmentado para falar com uma só voz, e Abbas [presidente da ANP] demasiadamente questionado para que essa voz seja a sua", comentou um jornaliostya ocidental).

Em Israel, por sua vez, os abalos políticos regionais e mundiais provocaram uma "revolução" dentro do Partido Trabalhista (com a derrota interna de seu líder histórico Shimon Peres) e a explosão do Likud, abandonado por Sharon para formar a coalizão *Kadima* (à qual sumou-se o próprio Peres), nova formação política capaz de garantir, com seu suposto "centrismo", a estabilidade de um regime que fazia água por todos os lados, cuja instabilidade se media pelo fato do Kadima pretender levar como cabeça de chapa o próprio Ariel Sharon, apesar que este estava definitivamente afastado do mundo da política e, muito provavelmente, do mundo dos vivos. Ou seja, garantir a estabilidade de um Estado pondo na cabeça da sua direção política um morto, como na lenda da última batalha de El Cid Campeador, que dirigiu às suas tropas em estado de rigidez cadavérica.

Esquerda e direita israelenses em qualificar o agonizante Sharon como a própria encarnação do Estado, junto com Ben Gurion (e esquecendo de modo ingrato Golda Meir). Se atribuía a a crise de Israel, não à artificialidade do Estado, em crise econômica profunda devido à crise

[633] Hussein Agha e Robert Malley. El poder palestino, sin aliento. *Le Monde Diplomatique* / El Dipló, Buenos Aires, janeiro de 2006.

[634] Craig S. Smith. Hamas "político" seguirá hostil a Israel. *Folha de S. Paulo*, 15 de janeiro de 2006.

mundial e aos minguados subsídios externos,[635] e obrigado a sustentar uma economia de guerra e um estado policial mal encoberto por uma fachada "democrática", mas à falta de um "líder" à altura de Sharon ou Ben Gurion. Breyten Breytenbach, escritor sudafricano, que alguma coisa sabia de apartheids, dirigiu em 2002 uma "Carta Aberta a Ariel Sharon": "O senhor pensa, de maneira cínica, que pode se safar enquanto estiver indo na direção dos supostos interesses vitais dos Estados Unidos. Penso que o senhor se lixa totalmente para os interesses americanos. O senhor deve, sem dúvida, despreza-los por causa do materialismo grosseiro deles e da ignorância do mundo que revelam. Seu vendedor de carros usados, Netanyahu, utilizou mais abertamente ainda essa técnica de propaganda grosseira, como se manipulasse o clitóris de uma opinião pública americana com um dedo sujo... Não se pode construir um Estado viável com a expulsão de um outro povo que tem tanto direito quanto o senhor a esse território. O poder não é o direito. A longo prazo, sua política imoral e de visão curta (e definitivamente estúpida) só servirá para enfraquecer um pouco mais a legitimidade de Israel como Estado".[636]

No retrato (quase) necrológico de Sharon feito por Aluf Benn, diretor do *Há'aretz*, "os direitos humanos dos palestinos o interessavam pouco, ao mesmo tempo em que ele pedia o fim da ocupação. Suas respostas duras aos ataques terroristas, suas promessas repetidas -mas nunca concretizadas- de afrouxar as restrições impostas aos palestinos, além do fato de repetidamente evitar desocupar os assentamentos que eram "postos avançados", mostram que, mesmo depois de ter desocupado os assentamentos, Sharon permanecia distante das posições da esquerda política. Não surpreende que a maioria dos defensores dos vizinhos palestinos, em Israel e no resto do mundo, continuavam a enxergá-lo como proponente da guerra e da destruição; mesmo depois de ele ter se tornado o queridinho do centro político. Sharon passou por uma transformação em sua atitude em relação ao mundo exterior e ao Oriente Médio. No último ano ele se aproximou da Europa, que, no passado, ele descrevera como hostil e anti-semita, e reconheceu sua capacidade de exercer um papel de assistência. No discurso que proferiu na ONU, Sharon pela primeira vez reconheceu o direito dos palestinos a um Estado próprio. Até então, ele sempre descrevera o Estado palestino como algo imposto pelas circunstâncias, algo que não era fruto da escolha israelense, e não como um direito palestino reconhecido como tal".[637]

Em agosto de 2005, no mesmo momento da retirada sionista de Gaza, foi aprovada pelo parlamento israelense uma lei que não concedia cidadania nem residência permanente aos palestinos casados com israelenses, atingindo mais de um milhão de árabes residentes em Israel. Antes da doença de Sharon, a eleição do secretário geral da Histadrut, Amir Peretz, como presidente do Partido Trabalhista, precipitara a crise de todo o sistema político, tirando o trabalhismo do governo de unidade nacional com Sharon, provocou um chamado a eleições para inícios de 2006, e dividiu o Likud. Amir Peretz se distanciara em 1996 do Partido Trabalhista para formar um novo partido, Am Hehad (Povo Unido). Nele coexistiram elementos da burocracia da Histadrut com elementos de direita identificados com o Likud. Peretz, de origem marroquina, foi eleito na Histadrut como um político do sionismo trabalhista.

Pela primeira vez o PTI seria governado por um israelense nascido em um país árabe (Amir era marroquino e migrara com seus pais para Israel quando tinha quatro anos de idade, em 1956, indo morar na cidade de Sderot, próxima da Faixa de Gaza). A votação foi apertada. Amir

---

[635] Telma Luzzani. La redistribución del ingreso y la paz, grandes urgencias para el futuro israelí. *Clarín*, Buenos Aires, 15 de janeiro de 2006.

[636] Breyten Breytenbach. Carta aberta ao General Sharon. In: Bei Dao et al. *Viagem à Palestina*. Rio de Janeiro, Ediouro, 2004, p. 67 e 69.

[637] Aluf Benn. Ariel Sharon, um homem de ação. *Folha de S. Paulo*, 8 de janeiro de 2006.

obteve 42% dos votos, contra 40% do líder histórico e ex-primeiro ministro Shimon Peres. A terceira posição, com 17%, ficou com Beniamin Ben Eliezer. Isso num universo em que mais de cem mil filiados participaram e sua vitória se deu por uma margem de apenas 500 votos. O novo líder assumiu declarando querer assinar um acordo de paz com os palestinos, justo e duradouro, com a retirada das tropas israelenses de todos os territórios ocupados (ele não dava detalhes de quais seriam as fronteiras de um novo estado palestino). Peretz foi um dos líderes da gigantesca manifestação de mais de 200 mil israelenses em frente ao túmulo de Itzhak Rabin, assassinado por um fanático dez anos atrás e signatário, com Yasser Arafat, dos Acordos de Oslo de setembro de 1993.

Na sociedade israelense sempre prevaleceu a dominação dos descendentes e mesmo dos imigrantes vindos da Europa. Os judeus imigrantes de países árabes, do Norte da África e do Oriente Médio em geral, sempre foram considerados uma espécie de cidadãos de segunda classe. O próprio ex-primeiro ministro Menachem Beguin, direitista, usou essas divisões e diferenças para vencer as eleições em 1977 pela primeira vez, pelo Partido Likud, quebrando uma hegemonia de 30 anos seguidos do trabalhismo, que governava e dava os rumos de Israel desde a sua criação pela ONU em 1947. Durante a gestão de Peretz, a Histadrut vendeu – privatizou – o *Bank Hapoalim* (banco "operário"), o maior serviço de saúde de Israel (*Kupat Holim Klalit*) e o conglomerado de indústrias Klal, além de grandes e médias empresas que estavam em seu poder.

Em finais de 2005, Sharon declarara querer instituir um regime presidencialista em Israel. A maioria de Ariel Sharon no parlamento vinha ficando cada vez mais frágil. Depois de sua retirada unilateral de todos os assentamentos judaicos na faixa de Gaza e do acordo para abrir a fronteira palestina com o Egito na Faixa de Gaza, as divergências internas no seu partido estavam ficando incontornáveis. Ainda que tivesse mantido a liderança, diversos ministros mais à direita, radicais, estavam saindo do governo com duras críticas a Sharon. A sustentação de seu governo só acontecia pela decisão do PT de voltar a participar dele. Essa situação reverteu-se completamente desde a eleição de Peretz para líder do Partido e com o pedido expresso deste para que novas eleições fossem convocadas. Até mesmo o Partido de centro-direita, participante da coalizão de Sharon, o Shinui, vinha defendendo novas eleições.[638]

No entanto, o mais inusitado foi o anúncio em 21 de novembro por parte de Sharon, de sua desfiliação do Likud, partido que ajudara a formar em 1973, quando ainda era general e ativo participante de todas as guerras em que Israel se envolvera nesses quase sessenta anos de existência. Essa decisão de Sharon foi classificada pelo maior jornal de Israel, o *Yediot Aharonot*, como um "terremoto político sem precedentes" em toda a história do país. Ao tomar essa decisão, Sharon, seguindo a constituição israelense, pediu ao presidente de Israel, Moshe Katav a dissolução do parlamento, que, no caso israelense, é apenas unicameral (não tem senado).

Sharon apontava a dar uma resposta à fragmentação do establishment sionista. Os pequenos partidos e as frações internas do partido governante tiveram, na atual legislatura, direito de veto sobre o governo. Sharon impulsionou o presidencialismo para ter as mãos livres para retirar umas poucas colônias isoladas na Cisjordânia, garantindo, em troca, o domínio israelense em Jerusalém oriental (majoritariamente árabe), nas colônias vizinhas à cidade e nos principais núcleos da zona ocupada no Oeste do Jordão. O governo britânico denunciou a "judaização" de Jerusalém oriental, realizada através da expulsão de palestinos, a construção do muro e de milhares de casas para a população judia. Com a morte de Sharon, a perspectiva é de uma maior cisão política em Israel, alimentada pela polarização social crescente.

---

[638] El sionismo ante um cambio de régimen. *Prensa Obrera* n° 928, Buenos Aires, 9 de dezembro de 2005.

A 25 de janeiro de 2006, o movimento islâmico Hamas venceu as eleições legislativas da Autoridade Nacional Palestina (ANP), o que acrescentou um novo elemento à crise política do regime sionista. Hamas obteve 74 bancas parlamentares de um total de 132 (56%); enquanto o Al Fatah de Abu Mazen e Marwan Barghouti obteve só 45 (34%). Distritos inteiros como Hebron, o distrito norte da Faixa de Gaza e Dir el-Balah foram ganhos em bloco por Hamas. Em outros, como Nablus, Tul Karem, Ramallah e Jerusalém oriental, o Hamas obteve entre 75% e 90%. A esquerda palestina obteve só 10% dos votos em alguns distritos (a FPLP obteve três deputados; a FDLP, só dois; o Partido Iniciativa Nacional de Mustafá Barghouti, dois, depois de ter obtido 20% dos votos nas eleições presidenciais). A participação nas eleições na Cisjordânia, em Gaza e em Jerusalém Oriental foi de 77,69%. A participação na Faixa de Gaza foi de 81,65%, ao passo que na Cisjordânia foi de 74,18%. Ao todo, 1.341.000 palestinos foram convocados às urnas para escolher os 132 deputados do Conselho Legislativo.

O principal antecedente e causa do resultado foi a retirada do exército israelense e os colonos de Gaza, que fora percebida como um triunfo político do Hamas, alvo predileto dos atentados sionistas. A corrupção da direção da ANP foi um dos eixos do "voto repúdio" das massas, corrupção que reflete a degradação não só de uma direção política, mas de uma classe social, a burguesia palestina compradora.[639] Além disso, o Hamas tinha em seu favor uma enorme rede beneficente na Cisjordânia e na Faixa de Gaza. Chega-se a afirmar que "com relação à vitória do Hamas... a campanha eleitoral não foi um referendo sobre guerra ou paz com Israel. O Hamas não venceu porque prometeu varrer Israel do mapa. Venceu porque prometeu resolver alguns dos terríveis desequilíbrios e as caóticas distorções que vêm definindo a sociedade interna palestina nos últimos anos".[640] Mas essa visão aparecia também demasiadamente simplista: "Para ter certeza, o próprio Hamas não é uma organização homogênea e têm discordâncias internas. Pode-se, porém, afirmar que ao colocar em dúvida 'o direito de Israel de existir', o Hamas tentou, embora sem sucesso, colocar na atualidade a catástrofe palestina, a *Nakbah*, de que em 1948 não se tinha consciência".[641]

A vitória do Hamas questionava toda a estratégia promovida pela administração de George W. Bush ou, como disse um colunista de *The New York Times*: "O sentimento dominante entre políticos e intelectuais no Oriente Médio nos últimos dias foi de que o pequeno experimento químico dos EUA tinha explodido na cara do país. O presidente George Bush vinha promovendo a democracia com eleições livres como sua principal solução para os males da região – e quando o Hamas venceu de maneira esmagadora as eleições palestinas, Bush colheu resultados que não poderiam ser mais contrários aos interesses dos EUA e de seu aliado Israel".[642] Também havia quem assegurava – como o ex-ministro Israel Katz, do partido Likud – que o plano de desconexão unilateral israelense da Faixa de Gaza "garantiu a vitória de Hamas". Segundo Katz e outros portavozes da direita israelense, a saída de Gaza "sem condições, sem receber nada em troca, apresentou Hamas como os grandes vencedores que haviam "retirado Israel da Faixa de Gaza".

Para o diretor do Instituto Português para Estudos Estratégicos e Internacionais, a "comunidadeinternacional" deveria abrir uma frente de debate com o islamismo político, como uma mudança de posicionamento estratégico: "O risco de transições políticas que possam levar à vitória de partidos islâmicos representa um paradoxo democrático que a Europa e os Estados Unidos precisarão aceitar se quiserem arquitetar políticas de reforma

---

[639] Yitzhak Bethzalel. Estruendoso triunfo de Hamas. *Prensa Obrera* n° 932, Buenos Aires, 2 de fevereiro de 2006.

[640] Rami G. Khouri. Ocidente não entende a vitória do Hamas. *Folha de S. Paulo*, 29 de janeiro de 2006.

[641] Oren Ben-Dor. A new hope? Hamas's victory, *Counterpunch*, Nova York, 21 de janeiro de 2006.

[642] James Glanz. Democracia liberta forças incômodas para os EUA. *O Estado de S. Paulo* / *The New York Times*, 5 de fevereiro de 2006.

inclusivas – em outras palavras, políticas que sejam o extremo oposto do tipo de imposição democrática praticada no Iraque ocupado. Realmente, uma das consequências menos felizes da intervenção no Iraque foi reforçar a noção de um “choque de civilizações” entre o Ocidente e o Islã, que por sua vez serve para criar um clima favorável aos movimentos islâmicos”.[643]

Os líderes do Hamas, Ismail Haniyeh e Mahmoud al-Zahar, também afirmaram que a vitória de seu partido nas eleições legislativas palestinas teria consequências internacionais sem precedentes: "Nossa vitória é uma lição à comunidade internacional e mudará a atitude de Israel, dos países árabes e do Ocidente em relação ao conflito palestino-israelense". Al-Zahar afirmou que "a vitória terá consequências sem precedentes e que o Hamas se unirá à Autoridade Nacional Palestina (ANP) e lutará de dentro contra a corrupção": "A luta armada contra Israel continuará, e nossa vitória levará Israel a fazer concessões aos palestinos e mudará a atitude da Jordânia e do Egito em relação ao conflito". E também: "Nossa vitória é um golpe contra os Estados Unidos e Israel". Por sua vez, Haniyeh reiterou que "a vitória reafirma nossas crenças e nossa estratégia, e estamos comprometidos com o que anunciamos antes das eleições". Sobre as relações com Israel, Haniyeh pediu "a resistência contra a ocupação até expulsá-la (dos territórios palestinos) e nos devolver nossos direitos, e, acima de tudo, Jerusalém, os refugiados e a libertação de prisioneiros". Al-Zahar pediu a todas as facções que se somassem ao programa político do Hamas.

Ismail Haniyeh celebrando a vitória do Hamas

Não existia uma organização independente e classista da classe operária e as massas palestinas, que se manifestavam esporadicamente, como na greve dos professores na Cisjordânia, em 1997, ou na criação dos comitês independentes de trabalhadores e desempregados em Gaza, em 2005. A candidata Mariam Farahat (*Um Nidal*), mãe de dois suicidas, se dirigia a milhares de mulheres palestinas em Khan Younis, Gaza; em Hebron, 60 mil pessoas se reuniram no comício final da campanha do Hamas. Abu Mazen tinha recebido uma “ajudazinha” de Bush de dois milhões de dólares, para a sua campanha eleitoral, enquanto cresciam as ameaças de Israel, EUA e a UE, de que não reconheceriam um governo de Hamas. Em entrevista publicada no *The Wall Street Journal*, Bush afirmara: "No meu julgamento, um partido político viável é aquele que abraça a paz, que mantém a paz".

O Hamas estava incluído nas listas de "organizações terroristas" do Departamento de Estado dos Estados Unidos e da União Europeia (UE). Lhe fazendo eco, o secretário-geral da ONU, Kofi Annan, disse que qualquer grupo que quiser participar do processo político democrático “deve

[643] Álvaro de Vasconcelos. O paradoxo democrático islâmico. *Valor Econômico*, São Paulo, 7 de fevereiro de 2006.

se desarmar”. Ao ser perguntado se o Hamas deveria renunciar à "violência" se pretendia participar de um governo palestino, Annan declarou, durante o Fórum Econômico Mundial em Davos, que "há uma profunda contradição em carregar armas e participar de um processo democrático e ter cadeira no parlamento". "E eu estou certo de que eles (Hamas) estão pensando nisso", afirmou. Annan disse ainda que estava pronto para trabalhar com o governo eleito e que telefonara para o presidente palestino, Mahmoud Abbas, para cumprimentá-lo pela organização da eleição. O porta-voz de Annan disse que o secretário-geral "vê essas eleições como um passo importante rumo à conquista de um Estado palestino".

Sobre a relação dos Estados Unidos com o Hamas, se este fosse incluído no novo governo palestino, o presidente norte-americano disse: "A resposta é: não negociaremos com vocês até que renunciem ao seu desejo de destruir Israel''. Os Estados Unidos pressionaram o presidente palestino, Mahmoud Abbas, a excluir o Hamas do governo. Sean McCormack, porta-voz do Departamento de Estado, disse que a composição do parlamento palestino "se basearia nestas eleições", mas que a escolha do gabinete e de suas políticas caberia ao poder executivo palestino. McCormack disse que a relação com a ANP dependeria da não-inclusão no gabinete de militantes do Hamas. "Nossas opiniões sobre o Hamas estão muito claras", disse o porta-voz da Casa Branca, Scott McClellan: "Não lidamos com o Hamas. O Hamas é uma organização terrorista. Sob as atuais circunstâncias, não vemos qualquer mudança nisso". Ele deixou em aberto, porém, a possibilidade dos Estados Unidos continuarem trabalhando com a Autoridade Palestina, mas não com seus representantes ligados ao Hamas. É o que já acontecia no Líbano, onde os EUA tratavam com o governo, mas não mantinham contatos com um ministro ligado ao grupo xiita Hezbollah.

O Hamas disse que pretenderia manter sua "política de resistência" quando assumisse o governo palestino: "Por um lado manteremos nossa política de resistência à agressão e ocupação e, por outro, procuraremos mudar e reformar o cenário palestino", disse Sami Abu Zuhur, porta-voz do Hamas. E também que "queremos formar uma entidade palestina que una todos os partidos em torno de uma agenda política independente": "Queremos estar abertos ao mundo árabe e à comunidade internacional". Ao mesmo tempo, o dirigente máximo do Hamas em Gaza, Mahmoud Al-Zahar, reiterou que seu movimento não se transformaria em um partido político, e não negociaria com Israel, "a menos que tenha algo a nos oferecer, e, neste caso, negociaríamos por meio de terceiros".

Mas o principal negociador palestino, Saeb Erekat, quando admitiu a derrota de seu partido, o Fatah, afirmou que a legenda não ia participar de um governo de coalizão: "No que diz respeito ao meu partido (o Fatah), nós vamos ficar na oposição. Não vamos ser parte de nenhum governo de união e vamos focar na reconstrução do nosso partido". O sucessor de Arafat à frente do Al Fatah era oficialmente Faruk Kadumi, que vivia exilado na Tunísia, de onde dirige o departamento político da OLP, que se ocupava das questões de relações exteriores. Mahmud Abbas, cofundador do movimento, presidia as reuniões do Comitê Central, principal instância do Fatah, mas a autoridade mais popular era Marwan Barghuti, que cumpria pena de prisão perpétua em Israel e disputara as eleições. O último congresso do movimento, o quinto desde a sua criação, fora realizado em 1989, na Tunísia. A conferência geral prevista para agosto de 2005 fora adiada indefinidamente.

Falando em Gaza, Ismail Haniyeh afirmou que "americanos e europeus dizem para o Hamas: armas ou Legislativo. Nós dizemos que não há contradição entre os dois". Na visão mais “otimista” (para o imperialismo ianque e Israel), o Hamas irá resolver a contradição e se tornar mais pragmático. Segundo um comentário jornalístico: “Se americanos e europeus tiverem habilidade, vão guiar os radicais islâmicos para o caminho do Exército Republicano Irlandês (IRA), que ao longo do tempo rachou entre as facções política e militar, com a primeira pacientemente abafando a segunda. Mas para tal, o Hamas precisará reconhecer o direito de existência de Israel e dar passos efetivos para o seu desarmamento”.

Na visão mais “pessimista”, o Hamas iria viver a contradição às últimas consequências: aproveitar os espaços institucionais na democracia palestina (como um contrapeso à ineficiência e corrupção do Fatah), mas também manter a luta armada contra Israel: “Tal opção é intolerável para americanos, europeus, israelenses e irá resultar no colapso do projeto político de Mahmoud Abbas. E aqui está mais um dilema: o caos palestino tampouco interessa ao governo Bush”.[644] Na falta de opções, Abbas era o interlocutor dos americanos. Mas em Washington e em tantas outras capitais, ele é visto como incapaz de desarmar o Hamas, consumando a conversão da milícia islâmica em partido político que seja fiador de uma nascente democracia palestina. Do seu lado, tanto Israel como os Estados Unidos e a União Europeia repetiam que não estariam dispostos a negociar com o Hamas, a menos que o grupo renunciasse à resistência armada.

Abbas tentou salvar sua posição de intermediário múltiplo, a única que lhe restara. Elogiou “o espírito democrático do povo palestino”, e reiterou sua vontade de negociar com Israel: "O pleito transcorreu com tranquilidade e de maneira exemplar, o que indica realmente que nosso povo, apesar da ocupação, esteve comprometido com este grande acontecimento democrático", disse. O presidente da ANP ressaltou ainda que "o povo palestino é um grande povo e tem um alto sentido democrático". Lembrou todos os problemas e inconvenientes que tanto seu governo como os palestinos tiveram que superar para realizarem as eleições, e agradeceu aos observadores internacionais pela ajuda prestada durante o processo eleitoral à ANP. Ao mesmo tempo, reafirmou à "comunidade internacional" seu desejo de retornar à mesa de negociações com Israel: "Queremos voltar a negociar com Israel um processo de paz para colocar em prática os Acordos de Sharm el-Sheikh, com o objetivo de definirmos um estatuto final".

O dirigente político do Hamas, Khaled Meshaal, telefonou para Abbas prometendo "um compromisso de parceria com todas as forças palestinas, inclusive com os irmãos do movimento Fatah". Na Faixa de Gaza, 20 mil manifestantes do Al Fatah reivindicaram a exclusão dos corruptos e a não-parceria governamental com o Hamas. A nova premiê alemã, Ângela Merkel, em entrevista com Abu Mazen (Mahmoud Abbas), reivindicou o reconhecimento de Israel pelo Hamas, como condição para a continuidade dos empréstimos e da “ajuda” da UE à ANP.[645]

A linha de intermediação principal entre os EUA com o Hamas começou a ser definida através e pelos regimes árabes de Médio Oriente. Líderes muçulmanos pediram a Israel e ao mundo que aceitassem a vitória do Hamas. Durante o Fórum Econômico Mundial de Davos, cúpula político-empresarial, os representantes dos governos do Paquistão e do Afeganistão, além do secretário-geral da Liga Árabe, argumentaram que o Hamas ganhou merecidamente. "Se o povo da Palestina expressou seu desejo votando no Hamas, devemos respeitá-lo e dar ao Hamas uma chance de se provar no governo", disse o presidente afegão, Hamid Karzai. O presidente paquistanês, Pervez Musharraf, disse que assumir a responsabilidade pelo desenvolvimento e pela segurança dos palestinos seria um desafio para o Hamas. "Não fechem as portas ao Hamas, avaliemos suas atitudes e pressionemo-lo a se comportar corretamente. Uma igual pressão deve ser posta sobre o outro lado, Israel. Enquanto se aceita a realidade de Israel, devemos aceitar a realidade da criação da pátria palestina. E darmos uma chance ao Hamas". "Se o Hamas formar o governo, ocupar a ANP, tendo a responsabilidade de governar, negociar, obter a paz, será diferente do Hamas que é uma organização cujas pessoas estão nas ruas", disse o chefe da Liga Árabe, Amr Moussa.

---

[644] Caio Blinder. Êxito do Hamas cria dilema para os EUA. *Folha de S. Paulo*, 28 de janeiro de 2006.

[645] Lorenzo Cremonesi. Niente aiuiti UE ai palestinesi se Hamas non riconosce Israele. *Corriere della Sera*, Milão, 30 de janeiro de 2006.

O rei Abdullah II, da Jordânia, disse que a criação de um Estado independente palestino junto a Israel era a solução lógica. "Apesar dos resultados das eleições palestinas, a solução dos 'dois Estados' continua sendo a solução lógica e plausível. Assegura a segurança e a estabilidade na região e satisfaz a aspiração do povo de um futuro melhor", disse o rei em um comunicado oficial: "O rei apoia o direito do povo palestino de criar um Estado independente como a única maneira de restabelecer uma paz global e justa na região". O presidente do Líbano, Émile Lahoud, afirmou que "ninguém podia negar" o direito dos refugiados palestinos de retornarem a seus territórios. Cerca de 400.000 palestinos viviam no Líbano em condições muito precárias em pouco mais de dez campos de refugiados. "Ninguém poderá negar o direito do Líbano de prosseguir com sua resistência nacional para recuperar as ocupadas Fazendas de Shebaa", acrescentou, em alusão ao território, único que Israel não abandonou quando se retirou do sul do Líbano.

O governo egípcio sublinhou que mantinha uma boa relação de trabalho com o Hamas. Mohamed Habib, vice-líder da Irmandade Islâmica, disse que a vitória do Hamas apontava para a opção dos palestinos pela via da "resistência": "Israel e os Estados Unidos não terão alternativa a não ser negociar com o Hamas. Os norte-americanos vão se submeter a isso, especialmente porque o Hamas não deseja monopolizar o poder". "Os norte-americanos vão manter contatos secretos com o Hamas. Na verdade, esses contatos já começaram. Mas, em um primeiro momento, eles vão fazer pressão para que o Hamas mude algumas de suas ideias", acrescentou Diaa Rashwan, pesquisador egípcio especializado nos movimentos islâmicos do Oriente Médio.

Deputados árabes-israelenses disseram que o governo de Israel semeara a vitória do Hamas. "Israel está colhendo o que semeou todos estes anos", disse Mohammad Barakeh, deputado da frente democrática pela igualdade Chadash. O deputado Abdel Malek Dahamshe, da Lista Árabe Unida, disse que o mundo devia ver a vitória do Hamas como um passo para a paz: "Vou repetir o que me disse o próprio (Yasser) Arafat muito antes de morrer após a eleição de (Ariel) Sharon para o governo israelense: este é o homem que pode trazer a paz", disse o deputado. Dahamshe acrescentou que "o mesmo princípio se repete agora com o Hamas, mas no lado palestino".

O porta-voz do Ministério de Assuntos Exteriores do Irã, Hamid-Reza Asefi, parabenizou o Hamas por sua vitória. "O povo palestino escolheu incondicionalmente a opção da resistência e está disposto a apoiá-la totalmente", disse Asefi. Expressou seu desejo de que os resultados do pleito levassem à consolidação da união do povo palestino e ajudem na reivindicação de seus direitos. "A participação maciça do povo nas eleições parlamentares indica a firme determinação dos palestinos de continuar a luta e a resistência contra os ocupantes sionistas": "A República Islâmica do Irã congratula o grande povo palestino, o movimento Hamas, os combatentes palestinos e a grande nação islâmica, e espera que a grande presença do Hamas na cena política palestina alcance importantes avanços para a nação palestina".

O Partido Islâmico do Iraque (PII), um dos principais partidos políticos dos árabes sunitas do país, também manifestou sua satisfação: "Estamos satisfeitos com a vitória conseguida pelo Hamas no pleito, e esperamos que sejam aliados do movimento Fatah — que lidera o governo em fim de mandato da ANP — para formar um executivo de unidade". Com relação à repercussão dessa vitória no conflito palestino-israelense, se mostrou otimista ao garantir que o Hamas "impulsiona um programa político que contém canais de diálogo com os responsáveis israelenses": "Esse diálogo pretende o reatamento do que se conhece como 'Mapa da Estrada', plano de paz palestino-israelense que estipula o estabelecimento de um Estado palestino independente".

A ajuda dos EUA e da UE à ANP poderia ser mantida, porque Hamas realizara uma virada política há já bastante tempo. Essa linha “pragmática” tinha seu principal expoente em Ismail

Haniyeh, número 1 da lista de deputados, e candidato a primeiro ministro da ANP. Em seu "discurso da vitória" não falou em destruir o Estado de Israel, mas que Hamas poderia aceitar "os limites de 1967". Hamas disse que estava disposto a uma trégua se aceita no governo e reconhecida por Israel e a "comunidade internacional". Também assinou os Acordos de El Cairo (março de 2005), onde se comprometeu a "manter uma atmosfera de calma". Haniyeh afirmou em entrevista coletiva na Faixa de Gaza que o que propunhaq seu movimento "não são só slogans, mas verdadeiras mudanças"; se comprometeu a tratar assuntos internos palestinos como a corrupção, a pobreza e o caos, enquanto continuava paralelamente com a luta armada contra os israelenses.

O Cheikh Ahmed Hajj Ali, membro do Supremo Conselho da Shura de Hamas, disse: "Nossa prioridade é a de atender a situação interna palestina mais do que confrontar com Israel. Negociaremos com Israel porque é o poder que usurpou nossos direitos, se Israel concorda com nossos direitos internacionais reconhecidos, incluindo o direito ao retorno dos refugiados, (nesse caso) o Conselho da Shura consideraria seriamente reconhecer Israel no interesse da paz mundial".[646] Khaled Meshaal, máximo dirigente político do movimento, pediu à União Europeia continuar a ajuda econômica à ANP "desejoso de empreender um diálogo com os Estados Unidos e a Europa".

Especialistas do *International Crisis Group*, fundado por um ex-membro do governo de Bill Clinton, vinham apontando a mudança do Hamas: "Os especialistas do Crisis Group, que entrevistaram dezenas de personalidades palestinas e israelenses, além de diplomatas, acreditam que a decisão do Hamas de participar da eleição nacional corresponda a uma mudança estratégica e seja acompanhada de modificações no discurso de seus líderes políticos. Para eles, as eleições constituem uma oportunidade para a comunidade internacional e Israel testarem a disposição do Hamas de aderir ao processo político – como fizeram o IRA na Irlanda e a OLP (Organização da Libertação da Palestina) nos anos 80... Assim, após as eleições, o Hamas deverá promover a promulgação de uma nova lei sobre os partidos políticos, convidados a agir 'por meios legais e pacíficos'. O movimento deverá também ratificar uma lei sobre a segurança que o leve progressivamente a desarmar suas milícias e respeitar um cessar-fogo. Aos israelenses, o relatório aconselha que ponham fim aos assassinatos políticos e libertem os líderes políticos das facções palestinas".[647]

O próprio Quarteto de Madri, integrado por Estados Unidos, União Europeia (UE), Rússia e a ONU, pediu que se respeitasse a vitória do Hamas. O Quarteto, que promove o chamado "Mapa da Estrada", em um comunicado divulgado na ONU, em Nova York, parabenizou o povo palestino pelo sucesso de um processo eleitoral que foi "livre, justo e seguro". A comissária europeia de Relações Exteriores, Benita Ferrero-Waldner, responsável pela ajuda financeira da UE à ANP, afirmou que o bloco está disposto a trabalhar com qualquer governo, "se o governo estiver disposto a fazer a paz avançar com métodos pacíficos". A porta-voz da comissária, Emma Udwin, destacou que os acordos de cooperação da Comissão Europeia são com a ANP e não com "um ou outro partido", e disse que "não esperava" que a vitória do Hamas atrapalhe os projetos europeus em andamento em território palestino.

A delegação do Conselho da Europa que atuou como observadora nas eleições destacou "o pluralismo e a eficácia que caracterizaram todo o processo" e parabenizou "o grau de democracia alcançado". Numa nota, o Conselho lembrou que nove integrantes de sua Assembleia Parlamentar permaneceram vários dias nos territórios palestinos para analisar o desenvolvimento da campanha e do dia da eleição. O resultado "foi positivo pela participação dos candidatos e partidos, assim como pelo clima em que transcorreu todo o processo, ao

[646] *Middle East Report*, Londres, agosto 2005.

[647] Stéphanie Le Bars e Gilles Paris. Entrée du Hamas au gouvernement? *Le Monde*, Paris, 20 de janeiro de 2006.

longo do qual só ocorreram alguns problemas menores”: "É um sinal de que os partidos reconhecem agora que o processo democrático é a única forma de se ir adiante para resolver os problemas que a sociedade palestina enfrenta", disse o Conselho.

A Rússia também anunciou que respeitaria "a eleição democrática" dos palestinos. "Sempre respeitamos e respeitaremos a eleição democrática do povo palestino, com base na qual se formarão os novos órgãos legislativos e executivos de poder palestinos", afirmou a Chancelaria russa em comunicado. A nota indica que as eleições "demonstraram que os palestinos são capazes de realizar, por si mesmos e em cooperação com Israel, tarefas de grande importância e escala". O texto acrescenta que, depois deste pleito, "terá uma importância fundamental a fidelidade de todos os participantes do processo político palestino à solução pacífica dos desafios para tornar realidade as esperanças nacionais, internacionalmente reconhecidas, do povo palestino".

A diplomacia russa avaliou as eleições ao parlamento da ANP como "um grande acontecimento no caminho da democratização da sociedade palestina e da consolidação de suas instituições estatais" e louvou a alta participação popular no pleito. O comunicado também indicou que tal atitude do parlamento palestino, sempre que conte com reciprocidade por parte de Israel, contribuirá para retomar o cumprimento do Mapa da Estrada. Alexandr Kaluguin, representante especial da Chancelaria russa para o Oriente Médio, afirmou que Moscou manterá sua política de colaboração com a ANP, "independentemente da composição do futuro governo": "Nossa linha geral de cooperação com a ANP não sofrerá modificações. Julgaremos o futuro governo por suas ações", declarou Kaluguin, que encabeçou a missão de observadores russos às eleições palestinas.

Os próprios EUA, encaixado o golpe da vitória do Hamas, começaram a fazer “política”: Bush, disse que o Hamas deve renunciar a seus pedidos para "destruir Israel". "Os Estados Unidos não apoiam um partido político que quer destruir nosso aliado Israel. Eles devem renunciar a essa parte de sua plataforma. Um partido político que articula a destruição de Israel como parte de sua plataforma é um partido com o qual não dialogaremos". "Se sua plataforma é a destruição de Israel, isso significa que não é um sócio para a paz. O que nos interessa é a paz". Bush também expressou seu desejo de que Mahmoud Abbas permanecesse no poder, apesar da vitória do Hamas: "Gostaríamos que ele ficasse no poder". O portavoz do presidente Bush, Scott McClellan, disse que o pleito fora um evento histórico, mas reafirmou a hostilidade de Washington ao Hamas, inclusive cristalizado como uma força eleitoral formidável. Para os Estados Unidos, governos europeus e, obviamente, Israel, o Hamas é uma organização terrorista, e o ex-presidente Jimmy Carter, que chefiou uma equipe de observadores às eleições palestinas, antecipou a complicação. Ele lembrou que “por lei” o governo americano não poderia negociar com um governo palestino que contenha o Hamas.

Bush, no discurso perante as duas casas do Congresso, pediu ao Hamas que se desarmasse. Bush disse que as eleições palestinas "são vitais, mas são só o começo". Os EUA "apoiam as reformas democráticas em todo o Oriente Médio", sustentou: "Estabelecer uma democracia requer um Estado de Direito, a proteção das minorias, e instituições fortes e transparentes que durem mais que uma só legislatura". Sobre as eleições em Gaza e Cisjordânia, insistiu: "O povo palestino votou nas eleições; agora os líderes do Hamas devem reconhecer Israel, desarmar-se, rejeitar o terrorismo e trabalhar em prol de uma paz duradoura".

Um dos principais dirigentes do Hamas negou que o movimento tivesse se transformado em um partido político com sua participação nas eleições parlamentares: "O Hamas continua sendo um movimento de resistência, e sua participação nas eleições não implica uma conversão a um partido político", disse Yasser Mansur. Além disso, reiterou a negativa de seu movimento a reconhecer Israel e destacou os direitos dos muçulmanos aos territórios onde se estabeleceu o Estado judeu em 1948. No entanto, às vésperas das eleições, Mansur também

ressaltou a proposta de uma trégua a longo prazo com Israel, após a criação de um Estado palestino na Cisjordânia e em Gaza com Jerusalém como capital. Além disso, Mansur pediu à comunidade internacional, em particular à União Europeia e aos EUA, que mantenham abertos os canais de contato: "Esperamos que a comunidade internacional entenda que resistir à ocupação é nosso direito legítimo, que nossa luta está limitada geograficamente e que não cedam às pressões israelenses para que nos tachem de terroristas". Mansur antecipou que, apesar de sua negativa a priori a reconhecer Israel, na hora de resolver problemas locais, como os de um posto de controle e do desemprego, e nos quais a coordenação com as autoridades israelenses é frequentemente inevitável, "estamos comprometidos a ser pragmáticos e tomar uma decisão baseada no que beneficie mais os palestinos".

O primeiro ministro israelense Ehud Olmert, junto ao secretário geral do trabalhismo, Amir Peretz, anunciaram que não dialogariam com o novo parlamento e governo palestinos. O ministro da Defesa, Shaul Mofaz, advertiu que Israel seguiria com a política de assassinatos seletivos, *incluindo a membros eleitos do parlamento palestino*. Ainda assim, a crise política em Israel se manifestou. “Israel deve ser duro com a nova autoridade palestina depois da vitória do movimento radical Hamas”, disse o ex-primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, em uma entrevista coletiva em que também disse que a saída de Israel dos territórios palestinos fora um sinal de debilidade e que a vitória do Hamas era um grande retrocesso para a paz: "A realidade nos golpeou na cara. Pensamos que nos retiraríamos, unilateralmente, e conseguiríamos a paz. Só conseguirmos que o Hamas se posicionasse ante nossos olhos", frisou o líder direitista do partido Likud para a rede de televisão Fox News.

Mas em Israel, também, as fissuras não aparecem só à direita. A postura oficial de Israel é de não dialogar com um governo integrado por membros do Hamas. Mas o presidente Moshé Katsav não descartou uma possível negociação entre seu país e o Hamas:"Se o Hamas se encaminhar em direção à paz, poderemos avançar rumo à paz", afirmou o presidente em declarações contidas na edição eletrônica do jornal *Yediot Aharonot*. No entanto, condicionou qualquer avanço ao "reconhecimento de Israel e ao abandono do terrorismo". "Só então poderemos avançar em direção à paz", disse: “Não há dúvida que, do ponto de vista de Israel, criou-se uma nova realidade”. O governo israelense esteve reunido, de imediato, por várias horas, para analisar as consequências da vitória do Hamas. A reunião foi presidida pelo primeiro-ministro interino, Ehud Olmert, e dela participaram a ministra de Exteriores, Tzipi Livni, o responsável de Defesa, Shaul Mofaz, o chefe dos serviços secretos, Yuval Diskin, o chefe das Forças Armadas, general Dan Halutz, e outros altos comandantes dos serviços de inteligência. Os dirigentes dos serviços de inteligência traçaram junto ao governo cenários possíveis após a vitória do Hamas e concordaram que o pior de todos eles seria mesmo o de um governo formado exclusivamente por membros do grupo islâmico.

A secretária de Estado norte-americana, Condoleezza Rice, disse que as principais potências mundiais concordaram que o Hamas “devia renunciar à violência” após a surpreendente vitória da facção nas eleições legislativas da Palestina: "Reafirmamos a visão de que... você não pode ter um pé no terrorismo e o outro na política", disse em uma entrevista após uma conversa telefônica com autoridades do chamado “Quarteto”. A secretária, que descartou a possibilidade de os EUA dessem ajuda financeira ao Hamas, também disse que assegurou a Israel que a comunidade internacional exigirá que o grupo militante reconheça o Estado sionista. Numa reação coordenada para pressionar o Hamas, o Quarteto lançou um comunicado em que fez exigências: "Uma solução de dois Estados para o conflito requer que todas os participantes do processo democrático renunciem à violência, aceitem o direito que Israel tem de existir, e se desarmem", afirmava a nota oficial dos EUA. Na entrevista citada, a secretária Rice disse ainda que o Irã "estava sentindo" a pressão internacional sobre suas pretensões nucleares e que Washington iria insistir em levar o país ao Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas.

Um Tratado Mercosul-Israel foi negociado em sigilo desde dezembro de 2005, quando se firmou em Montevidéu um “acordo marco”. A importância comercial (isto é, econômica) do acordo era bem relativa, se comparada com a sua importância política. O acordo não respondia a nenhum interesse comercial dos países do Mercosul. As exportações totais de seus integrantes a Israel atingiram apenas 330 milhões de dólares em 2003 (perfazendo só 0,2% das exportações do bloco regional). Israel ocupa o quadragésimo terceiro lugar como destino das exportações dos países do Mercosul. O “Tratado”, portanto, não tinha nada de comercial, sendo inteiramente político.

O acordo com o Mercosul daria ao Estado de Israel força diplomática e política, em momentos em que a Corte Internacional de Justiça declarou ilegal o muro que constrói Israel, para enclausurar os bantustões onde, como verdadeiros ghettos, foi enclausurado o povo palestino. A mesma Corte chamou os países assinantes da IV Convenção de Genebra (entre os que estão Argentina, Brasil, Uruguai, Paraguai e Venezuela) a “não prestar reconhecimento nem ajuda de nenhum tipo à prolongação da situação criada pelo muro e a ocupação israelense”. Sindicatos de vários países – África do Sul, Canadá, por exemplo – lançaram, em função desse novo “Muro da Vergonha”, uma campanha de boicote contra o Estado de Israel.

A NOVA INVASÃO DO LÍBANO

O revide israelense à vitória do Hamas começou a ser preparado de imediato, na questão-chave da Cisjordânia, mais importante do que a retirada de Israel da Faixa de Gaza; "(O primeiro-ministro) Olmert disse que pretende pôr em prática um plano unilateral de separação dos palestinos na Cisjordânia, pelo qual Israel manteria sob seu controle a parte oriental (árabe) de Jerusalém, os grandes blocos das colônias judaicas perto da atual fronteira israelense e o Vale do Jordão, na fronteira com a Jordânia".[648] Essa politica visou dar uma resposta à mobilização conjunta judeo-palestina contra o muro de divisão da Cisjordânia.[649] A galopante crise política do Estado sionista não favorecia apenas às facções religiosas (árabes ou israelenses), mas também uma retomada da luta conjunta dos trabalhadores árabes e judeus.

Em julho de 2006, Israel lançou uma ofensiva que visou destruir as bases da existência independente da nação palestina. A ofensiva militar sionista foi um ataque contra toda a população palestina. Israel pretendeu depor o governo eleito pelo do Hamas, com a conivência dos EUA e da UE. O ministro do Interior de Israel, Ronie Bar-On, disse à rádio pública israelense que "a mão de Israel vai chegar a Ismail Haniyeh". Os objetivos do governo Olmert-Peretz eram semelhantes aos objetivos frustrados que levaram Begin e Sharon a invadir o Líbano em junho de 1982: acabar com a nação palestina e derrubar o regime sírio. Investidas aéreas, bombardeios, lançamento de mísseis a partir de helicópteros, disparos de artilharia, bombas sonoras à noite para aterrorizar a população, foram mlargamente usados. Como "infra-estruturas terroristas", os bombardeios destruíram três pontes, a Universidade de Gaza, a central elétrica que alimentava 75% da população sem contar com numerosas casas e rodovias destruídas com a passagem dos tanques. O presidente da ANP, Mahmoud Abbas, classificou a incursão israelense nos territórios palestinos como "crime contra a humanidade".

O premiê palestino, Ismail Haniyeh, disse que as ações em Gaza não visavam apenas resgatar o um soldado sequestrado, mas faziam parte de um "plano premeditado" para derrubar o governo do Hamas. Jamal Abu Samhadana, líder dos Comitês Populares de Resistência, foi morto em um campo de treinamento de militantes. Foi a primeira vez que Israel matou uma autoridade indicada pelo governo do Hamas, que assumiu o poder em março, depois da vitória eleitoral sobre o Fatah. Matando-o enviaram uma mensagem: todos os membros do governo, do primeiro-ministro a funcionários subalternos, eram alvos potenciais de assassinatos. O ataque vinha sendo preparado antes do seu pretexto formal: só em junho foram assassinados mais de 60 palestinos, incluindo mulheres e crianças. Na madrugada do dia 28 de junho, a menos de dez meses de sua "retirada unilateral", Israel lançou um brutal ataque militar com bombardeios e mísseis contra a Faixa de Gaza. A operação, conhecida como "Chuva de Verão", cercou por terra, ar e mar o território palestino supostamente autônomo de Gaza, com cerca de 5.000 soldados e 100 tanques.

O ataque foi precedido por uma operação de chantagem e isolamento do governo palestino. O cerco imposto pelo "Ocidente" ao governo do Hamas, desde as eleições de janeiro de 2006, levou a uma situação dramática na Cisjordânia e em Gaza. Milhares de pessoas não dispunham de dinheiro, alimentos, remédios e gasolina. Os hospitais suspenderam os tratamentos que não fossem urgentes. Estas sanções também provocaram tensões internas entre o Fatah, do presidente da Autoridade Nacional Palestina, e o Hamas. Elas foram alimentadas por Israel que, com a ajuda do Egito e do Reino da Jordânia, transferiram armas ligeiras e munições aos senhores da guerra em Gaza.

---

[648] Olmert anuncia plano para anexar blocos de colônias na Cisjordânia. *O Estado de S. Paulo*, 8 de fevereiro de 2006.

[649] Judíos y palestinos marchan unidos contra el muro que divide Cisjordânia. *Clarin*, Buenos Aires, 21 de janeiro de 2006.

Dependiam dos salários pagos pela Autoridade Palestina 700 mil pessoas. Entre 120 mil e 167 mil novos funcionários foram contratados entre 2000 e 2006. De um orçamento de 1,8 bilhão de dólares em 2005, 790 milhões eram provenientes de impostos alfandegários, que Israel tinha de transferir, mas cessara de fazê-lo, e 360 milhões de impostos internos. O resto era "ajuda internacional". A Autoridade Palestina tinha 70 mil membros das forças de segurança, 40 mil professores e 9 mil profissionais da área médica. O salário dos professores representava um terço dos salários pagos pela Autoridade Palestina, e não restava sequer um dólar no ministério de educação.

A ajuda do mundo árabe e muçulmano (70 milhões de dólares em depósito na Liga Árabe, 50 milhões prometidos por Catar, 20 milhões pela Arábia Saudita, 50 milhões ou 100 milhões do Irã e 50 milhões da Líbia) não se concretizava, a ANP não tinha acesso ao dinheiro, pois os bancos estavam sob pressão, particularmente dos EUA, para não transferi-lo ao governo palestino. A União Europeia e os EUA impuseram três condições ao governo do Hamas: denunciar a violência; reconhecer o Estado de Israel; aceitar os acordos já assinados entre Israel e os palestinos. Ao governo israelense não foi formulada nenhuma exigência. A mensagem era clara: ou o Hamas capitulava completamente e reconhecia Israel, ou não governaria os territórios palestinos. Além disso, Israel começou a construir, em junho de 2002, entre Israel e a Cisjordânia, um "muro de proteção", requisitado após a segunda Intifada no final de setembro de 2000. Já fora concluído o primeiro trecho da obra, com 147 km de extensão. Com extensão prevista de 350 km, o muro deve cobrir do norte ao sul a "linha verde" e englobar também o setor oriental de Jerusalém, anexado por Israel desde 1967, e onde os palestinos reivindicavam a capital do seu Estado. Em certos lugares, como na cidade palestina de Qalqiliya, que ficaria dividida, o muro chegaria à altura de oito metros.

Desde janeiro de 2006, a reação de Israel ao novo governo eleito palestino foi estender as suas operações militares na Faixa de Gaza e, finalmente, provocar, após seis meses de violência contínua, uma reação palestina: uma operação contra um posto militar israelense na fronteira sudeste da Faixa de Gaza. Uma ação militar de um grupo guerrilheiro palestino (sequestrando o soldado Gilad Shalit) contra uma unidade militar do exército israelense foi respondida com um massacre geral da população palestina. Contra o sequestro de um só soldado, as forças israelenses na Cisjordânia seqüestraram 65 líderes do Hamas, entre os quais oito ministros de governo e 21 deputados. Como Israel já anunciara sua intenção de assassinar o primeiro-ministro palestino, ministros, deputados e outros dirigentes palestinos na Faixa de Gaza optaram pela clandestinidade. A ação dos grupos guerrilheiros (os Comitês de Resistência Popular, o Jihad, braço armado do Hamas, e o Exército Islâmico) obedeceu a objetivos precisos. As organizações palestinas exigiram que Israel libertasse todas as mulheres e menores de idades palestinos presos no país, mas o governo israelense rejeitou essa proposta. Ao todo, nove mil palestinos estavam detidos em prisões israelenses, dentre eles 95 mulheres e 313 menores de idade.

A 5 de julho tropas israelenses instalaram-se no norte de Gaza e bombardearam o Ministério do Interior palestino. Ao mesmo mantiveram fechada a passagem fronteiriça de Erez, provocando o isolamento de quase um milhão e meio de palestinos, sem luz elétrica. As tropas israelenses destruíram a infra-estrutura civil, como pontes e a principal usina geradora de energia, e com a colaboração da polícia egípcia deixaram a população impedida de sair da Faixa de Gaza. Helicópteros sobrevoaram a residência do presidente sírio Bashar al-Assad em Damasco, a quem Israel acusa de dar proteção ao dirigente político do Hamas, Khaled Mesha, exilado na Síria. O governo israelense de Ekud Olmert ordenou o sequestro de cerca de um terço dos ministros do governo da Autoridade Palestina, dirigido pelo Hamas, entre eles o vice-primeiro-ministro, o ministro de Finanças e o ministro do Trabalho, além de 30 membros parlamentares e funcionários, lançando um ataque com mísseis contra a oficina do primeiro ministro Ismael Haniyeh. Em Israel, uma pequena minoria de pacifistas se mobilizou

repudiando estes ataques: pediram ao premiê Olmert que aceitasse a oferta de cessar-fogo proposta pelo primeiro-ministro palestino.

Para *The Economist*, no seu número prospectivo de 2006, o governo dos EUA estava confrontado, no Oriente Médio, a um teste que poderia provocar "a pior derrota estratégica dos EUA desde a guerra do Vietnã",[650] mas sem acrescentar que este "Vietnã" se produziria em condições de crise econômica e política mundiais infinitamente mais profundas do que na década de 1970. A política de Sharon ia ao encontro dos sustentadores do sonho nacionalista de *Eretz Israel*: deflagrava uma forte crise política, no entanto, porque as concessões que os EUA lhe haviam obrigado a fazer à ANP (Autoridade Nacional Palestina), chefiada pelo eleito Abu Mazen, se constituiam num novo fator de degradação da crítica situação econômica e social de Israel. E isto para outorgar à enfraquecida ANP uma carta para enfrentar a crescente influência do "radicalismo islâmico" entre a população árabe palestina.

A política "reformista", impulsionada pelos EUA para salvar sua desastrada aventura bélica no Oriente Médio, ameaçada pelo crescimento da resistência iraquiana contra a ocupação militar do país, em vez de resolver, tornava mais agudas suas contradições. Nesse contexto, Israel preparou e levou adiante uma nova invasão do Líbano, em junho-julho de 2006, para ocupar o país pelo tempo que considerasse necessário, até transformá-lo num estado-tampão, ou num protetorado, carente de qualquer independência política real. Esse objetivo foi traçado muito antes dos acontecimentos (sequestros de soldados israelenses pelo Hamas, representação política palestina do Hamas majoritária em Gaza) que foram usados como pretextos para a invasão da Faixa de Gaza e do sul do Líbano. Para isso, Israel reforçou suas tropas terrestres na fronteira, com a convocação de mais de 3.000 soldados da reserva. O ministro israelense da Defesa, Amir Peretz, admitiu a possibilidade de uma ampla ofensiva terrestre sobre o Líbano, sob o pretexto de combater e destruir o Hezbollah, a milícia xiita libanesa. O secretário-geral da ONU, Kofi Annan, advertiu que uma ação terrestre de Israel significaria uma "escalada muito séria" no conflito. O estopim da guerra foi o sequestro de dois soldados espiões israelenses por milicianos do Hezbollah. No início da manhã do dia 12 de julho, militantes do Hezbollah atacaram dois jipes blindados israelenses, que espionavam a fronteira. Dos sete soldados que estavam nos jipes, três foram mortos, dois ficaram feridos e dois foram sequestrados.

O argumento da "desproporcionalidade" da reação israelense aos sequestros de soldados judeus, utilizado pelos governos europeus, e também por alguns políticos "humanitários", legitimava o fundamento da ação israelense pretendendo apenas limitar *ex post facto* suas consequências. O G8, reunido em Moscou com a presença dos europeus, se alinhou com Washington e Tel Aviv, com um comunicado acusando o Hezbollah e o Hamas pelo novo conflito no Oriente Médio: "Não se pode permitir que esses elementos extremistas e aqueles que os apoiam levem o Oriente Médio ao caos", dizia o comunicado, afirmando o direito de Israel a se defender e fazendo a Tel Aviv só um chamado a exercer uma "maior contenção".

Alinhado com a posição norte-americana favorável a Israel esteve o outrora opositor à guerra do Iraque, o presidente da França, Jacques Chirac, que declarou: "Estou totalmente de acordo com a opinião de George Bush de que é essencial por em prática a resolução 1559 (do Conselho de Segurança da ONU). Todas as forças que ameaçam e põem em perigo a segurança, estabilidade e a soberania do Líbano devem cessar". Sem falar no papel da ONU, cujo Conselho de Segurança rechaçou o pedido de cessar-fogo defendido pelo governo do Líbano apresentado pelo Catar, enquanto apoiava uma resolução promovida pelos EUA, impondo sanções à Coreia do Norte demandando a suspensão de seu programa de mísseis nucleares.

[650] Peter David. Hard going. In: The Economist, *The World in 2006*, Londres, janeiro de 2006.

Um representante diplomático palestino deu conta do argumento da “desproporcionalidade”: “O que está em jogo não é questão de proporcionalidade ou autodefesa, mas de simetria e equivalência. Israel reivindica o direito do uso exclusivo da força como um instrumento de política e punição, e tenta negar um direito similar a qualquer outro agente, seja ele um Estado ou não. Ele também tem sido muito bem-sucedido, em retratar seu "direito à autodefesa" como fora de questão, enquanto nega o mesmo a outros. E a comunidade internacional está endossando a posição de Israel em ambas as considerações. Do ponto de vista árabe, isso não pode estar certo. Não há nenhuma razão para Israel poder penetrar em solo soberano árabe e ocupar, destruir, sequestrar e eliminar os que considera como inimigos - de novo, com impunidade e sem limites - enquanto o lado árabe não pode fazer o mesmo. E se os Estados árabes são incapazes ou não estão dispostos a faze-lo, então a tarefa deve recair nos que podem. É importante considerar que, tanto no caso da operação do Hamas, que levou à invasão da Faixa de Gaza, como no ataque do Hezbollah, que originou os bombardeios ao Líbano, os alvos foram as Forças Armadas regulares de Israel, e não seus civis. É difícil perceber como isso pode ser posto sob a rubrica de "terrorismo" e não de uma derrota tática da muito exaltada máquina militar de Israel”.[651]

A ação militar israelense não tinha nenhum caráter de autodefesa: iniciara propositalmente uma série de ataques com vistas a uma guerra ofensiva. Foi essa ofensiva israelense contra Gaza, combatida com escassos meios pelo Hamas, a que desencadeou a nova guerra ao Líbano. O bloqueio econômico imposto em janeiro de 2006, depois que o Hamas ganhou as eleições parlamentares da Autoridade Nacional Palestina, foi avançando para um bloqueio militar em grande escala de Gaza, onde o Hamas tinha suas principais bases de apoio. E, desde que Israel se retirara do Líbano, em 2000, Hezbollah tinha evitado confrontar o exército israelense no território de Israel (limitando-se a enfrentamentos na zona de Shebaa, as “fazendas”, no Líbano, que o Estado sionista continuava a ocupar). O momento escolhido pelos guerrilheiros “xiitas” do Hezbollah para o primeiro ataque contra Israel indicava que sua intenção era reduzir a pressão sobre os palestinos abrindo uma nova frente de batalha. Sua ação foi o primeiro ato militar no mundo árabe de solidariedade com os palestinos em muitos anos (desde 1948, na verdade).

Beirute, julho de 2006

[651] Ahmad Khalidi. Os dois lados têm o direito de usar a força na região. *The Guardian* / *O Estado de S. Paulo*, 20 de julho de 2006. Entrevistas com árabes eleitos ao azar desde Marrocos até o Golfo Pérsico mostraram intensa simpatia pelo Líbano, e críticas aos governos de Médio Oriente por sua passividade frente à invasão israelense.

Na medida em que a argumentação de base jurídico-política para o ataque israelense se revelou insustentável, ela correu paralela à argumentação “histórico-civilizacional” (tributária da famigerada teoria do “choque das civilizações”), pela qual Israel representaria o Ocidente “democrático” num enfrentamento histórico contra a “barbárie islâmica”. A ofensiva das forças armadas israelenses na Faixa de Gaza só tomou como pretexto os soldados judeus prisioneiros do Hamas. O exército de Israel preparava um ataque desde havia meses e fazia pressão para passar à ação, com o objetivo de destruir a infraestrutura do Hamas e do governo de Gaza. Foi por isso que desencadeou a escalada contra Gaza a 8 de junho, quando matou Abu Samhadana, membro do governo do Hamas, e intensificou os bombardeios contra os civis na Faixa de Gaza. O governo israelense havia autorizado uma ação ampla, adiada por causa das reações internacionais suscitadas pelo assassinato de civis palestinos nos bombardeamentos aéreos do dia seguinte. A captura (sem morte) dos soldados israelenses foi só o pretexto: a operação começara a 28 de junho com a destruição de infraestruturas em Gaza e a detenção em massa de dirigentes palestinos na Cisjordânia, ação que fora planejada com várias semanas de antecedência.

A 22 de julho Israel bombardeou antenas de TV e de telefonia celular no Líbano e prometeu ampliar a ofensiva terrestre. De acordo com o Ministério de Saúde Pública do Líbano, ao menos 360 pessoas morreram e outras 1.350 ficaram feridas no país desde o início do ataque israelense, sem falar em quase um milhão de pessoas deixadas sem teto e sem trabalho, ou seja, transformadas em refugiados. Os ataques vitimaram principalmente crianças e velhos, os mais indefesos. As vítimas também incluíram vinte soldados libaneses e seis membros do Hezbollah. Entre os civis, oito canadenses, dois kuaitianos, um iraquiano e um jordaniano. Em Israel, 35 pessoas morreram - 19 soldados, 15 civis e um piloto. A força aérea israelense atingiu ao menos 150 alvos em todo o país.

Os ataques destruíram sedes do Hezbollah, depósitos de armazenamento de mísseis e armas e linhas de comunicação, além de mais de quarenta locais de lançamento de foguetes. Mais de 2.000 alvos foram atingidos desde o início da operação militar. Armas químicas (proibidas por todas as convenções internacionais) de última geração foram utilizadas, com eficiência horrorosa, provocando vítimas especialmente entre crianças e idosos libaneses. Já existiam motivos e provas suficientes para pôr Israel no banco dos acusados por crimes de guerra e de lesa humanidade.

No Líbano, o coordenador de ajuda da ONU, Jan Egeland, afirmou que o bombardeio israelense de um bairro no sul de Beirute violou a lei humanitária internacional: "É horrendo. Eu não sabia que eram quadras e quadras de casas destruídas”. Os ataques aéreos israelenses

atingiram torres de comunicação de três redes de TV: uma estação de transmissão em Fatqa, deixando antenas queimando no chão; um segundo ataque aéreo atingiu a torre de transmissão de Terbol, no norte do Líbano, onde ficavam estações de três redes de TV - entre elas, a Al Manar, emissora do Hezbollah. A rede de TV *Lebanese Broadcasting* - a principal rede privada do país - estava entre as emissoras afetadas. A transmissão da Rádio Líbano Livre também foi afetada depois que os ataques aéreos atingiram uma torre localizada sobre uma montanha em Sannine, que também era utilizada pela emissora.

Se o objetivo fosse acabar com Hezbollah, não se compreenderia o bombardeio da população civil e da infraestrutura do Líbano (com cidades libanesas inteiras destruídas, sem luz, água e telefone). Os líderes sionistas declararam que se tratava de uma consequência indesejada da guerra, provocada pela presença e apoio ao Hezbollah entre a população libanesa. Mas antes da agressão de Israel, quando começaram os ataques a Gaza, o primeiro ministro de Israel afirmara que o bombardeio da população civil obedecia à necessidade de obrigá-la a pressionar às organizações militares palestinas, e ao Hezbollah, para que cedessem aos reclamos de Israel. A lógica de "matar civis para que os sobreviventes aterrorizados pressionassem os militares". Ninguém levantou a voz, na área da diplomacia ou do direito internacional, para lembrar que o bombardeio de "cidades abertas", onde o Estado não oferece uma resistência militar, é crime de guerra, condenado por todas as convenções e legislações internacionais (o artigo 48 da convenção de Genebra, de 1949, estabelece a proteção da população civil).

Se Israel conseguisse impor um regime dócil à frente do Estado libanês, de qualquer modo, o único que teria conseguido seria estender, para uma área geográfica e social ainda maior, a luta das massas árabes contra o Estado sionista. O imperialismo teria criado um teatro de guerra popular internacional desde o Afeganistão, no leste, até o Mediterrâneo no oeste, envolvendo centenas de milhões de pessoas. A agressão israelense não era, por esse motivo, uma repetição das invasões de 1978 e 1982, devido à nova extensão do conflito e ao cenário político e histórico muito mais grave e contraditório no Oriente Médio e no mundo todo. A invasão do Líbano se jogava no tabuleiro internacional: nas palavras de Ehsan Ahrari, consultor da *Strategic Paradigms Defense Consultancy*, "os EUA estão usando Israel para causar danos sérios ao Hezbollah e, com isso, eliminar permanentemente a influência da Síria e do Irã no Líbano. Não ficarei surpreso se houver algum tipo de entendimento pelo qual Israel busque tornar o Líbano um Estado-cliente, como tentou depois de invadi-lo em 1982. Ao prejudicar os interesses do Irã no Líbano, os EUA esperam obter algum tipo de vantagem no Iraque".

Mas quais eram as chances dos Quisling do Líbano? Historicamente, a burguesia cristã no Líbano tendeu a colaborar com o imperialismo estrangeiro (primeiro com o francês e o inglês; depois, com o norte-americano) e com o sionismo contra os movimentos palestinos, pan-árabes ou pan-islâmicos. Israel atacou no Líbano as instalações costeiras, além de destruir a

indústria do turismo. O objetivo dos maciços bombardeios israelenses no Líbano era forçar o governo libanês a assumir sua responsabilidade pelo que acontecia no sul do país, ou seja, pressionar o exército libanês para impor sua autoridade nas regiões xiitas e desarmar o Hezbollah. Mas isto não podia ser feito sem uma reorganização do governo libanês (em que o Hezbollah participava) e sem um confronto armado do exército libanês com Hezbollah.

Israel, por isso, buscou provocar uma guerra civil no Líbano: ameaçando com destruir a infraestrutura do Líbano poderiam pressionar à burguesia cristã para que tivesse um papel colaboracionista contra o Hezbollah. E também contavam com os bons olhos para o êxito da operação israelense do governo do Egito e da monarquia da Arábia Saudita, aterrorizados frente ao avanço do Irã na região. Nos últimos vinte anos, os capitalistas libaneses (inclusive os de confissão cristã maronita) haviam se acomodado com o regime político, uma coalizão dos diversos interesses e classes da sociedade libanesa. Que conseguira a retirada do exército de ocupação da Síria, em 2005, sem precisar alterar o equilíbrio político ou de forças no governo. A retirada militar da Síria do Líbano, como produto da "revolução dos cedros", apoiada pelos EUA e a União Europeia depois do assassinato do homem forte do Líbano, Rafik al-Hariri, instalou um regime mais concliador com os EUA e Israel no país. Mas também deixou o Hezbollah com mais campo de manobra militar frente a Israel.

Seria por isso muito difícil que Israel, os EUA ou a França, conseguissem reunir forças políticas internas que pretendessem voltar ao quadro de guerra civil libanesa de duas décadas atrás. Israel especulava com a fragilidade do governo libanês, atravessado por disputas internas entre o Hezbollah, apoiado pelo eixo Síria-Irã, contra a frente anti Síria de sunitas, drusos e cristãos, cujos dirigentes eram Hariri (filho do ex-premiê asassinado), Joumblatt e Geagea, respectivamente; mas a maioria anti-xiita governamental teria problemas para controlar o exército libanês, composto por muitos setores xiitas e com um comando pró-sírio.

No ataque ao Líbano, Israel não levou devidamente em conta que, desta vez, enfrentaria uma organização armada durante a última década pelo Irã, portanto com a capacidade de responder os ataques em que pese a desproporção das forças militares. Segundo um colunista de *The Guardian*: "Embora tanto o Hezbollah como Israel tenham errado gravemente, Israel provavelmente errou mais. Ao que parece seus articuladores militares não esperavam que o Hezbollah respondesse tão ferozmente às primeiras bombas israelenses depois que os dois soldados foram capturados. A chuva de foguetes do Hezbollah sobre cidades tão distantes como Haifa e o ataque bem-sucedido a um navio de guerra israelense foram uma surpresa".[652] O lançamento de mísseis em Haifa (a terceira cidade israelense), que custou a vida de oito residentes, e a ameaça de chegar com foguetes a Tel Aviv (a principal cidade israelense) foram um claro sinal de alarme para Israel.

A situação político-militar, por isso, apontou para um desenvolvimento longe de favorável para os sionistas. Com a guerra contra o Líbano, houve uma forte queda da Bolsa de Valores de Tel Aviv, a burguesia israelense perdeu seis bilhões de *shekels* (aproximadamente 1,5 bilhão de dólares) em valores acionários. Por isso, Israel rejeitou a oferta libanesa de cessar-fogo, com apoio da secretaria de Estado norte-americana, Condoleezza Rice. Os líderes da União Europeia, ao contrário, defenderam um cessar-fogo imediato, rejeitado pelo governo norte-americano: "Um cessar-fogo que mantenha o status quo anterior intacto é absolutamente inaceitável. Um cessar-fogo que deixe intacta a infraestrutura terrorista é inaceitável", afirmou o porta-voz da Casa Branca, Tony Snow.[653] A guerra de Israel contra o governo palestino de Gaza e contra o Líbano criou um novo fator de crise internacional.

---

[652] Jonathan Steele. Como os dois lados puderam errar tanto? *The Guardian* / *O Estado de S. Paulo*, 22 de julho de 2006.

[653] EUA indicam não ter pressa em conter a crise no Líbano. *Valor Econômico*, São Paulo, 20 de julho de 2006.

O Pentágono notificou ao Congresso norte-americano que planejava vender a Israel combustível de aviões JP-8, por um valor de mais de 210 milhões de dólares, com o objetivo de "permitir a Israel manter a capacidade operacional de sua frota aérea". Existia o risco real de que Israel atacasse Síria. Mas isto só complicaria as coisas para os EUA, no meio das negociações sobre o futuro do Iraque, dado que Síria poderia usar seus recursos nesse país para desestabilizar o frágil governo iraquiano, entorpecendo e desequilibrando de forma calamitosa os planos de retirada ordenada por Washington. Irã, por sua vez, foi ameaçado de agressão militar pelos EUA, que trabalhavam em conjunto com Israel na questão. Desenhou-se uma agressão externa em um cenário de guerra que poderia abarcar todo o Oriente Médio.

A população do Líbano não se intimidou pelos bombardeios, nem a de Gaza. Opôs-se ao agressor, e defendeu a autonomia territorial do país. Nos primeiros confrontos físicos com as unidades de elite do exército sionista, Hezbollah revelou uma preparação militar e logística muito alta. A enorme superioridade tecnológica de Israel não era suficiente para lhe poupar baixas. Os estrategistas do sionismo pareciam não perceber que estavam fazendo uma guerra de outros, a dos EUA e de Bush, que queriam criar uma "segunda frente" para aliviar a pressão que sofriam no Iraque.

Nesse país, os trabalhadores petroleiros do sul vinham de lançar uma greve geral.[654] No manifesto dos organizadores da greve se lia: "A greve dos trabalhadores petroleiros do sul tem por objetivo alcançar a seguridade e uma sociedade livre e democrática no Iraque. O Congresso pela Liberdade do Iraque se põe na frente do apoio à luta dos trabalhadores petroleiros. Os reclamos deles são os reclamos de toda a sociedade iraquiana. Serão organizadas greves, manifestações de massa e protestos em todas as regiões, áreas industriais e sindicatos. O CLI solicita apoio para a greve, que será um forte golpe contra a ocupação e suas marionetes. É a luta que unirá toda a sociedade iraquiana contra os grupos sectários que tentam dividir os trabalhadores e as massas populares sobre uma base racista". A luta de classes voltava a ocupar o cenário político do Iraque.

Enquanto Israel se preocupava com as suas fronteiras, Washington precisava da guerra israelense a fim de forçar Irã e Síria para que o ajudassem a sair do pântano do Iraque. Os sionistas sacrificavam os judeus de Haifa para fazer um serviço para o establishment norte-americano. Mas em Israel também havia uma resistência. Mil manifestantes se congregaram na marcha realizada em Tel Aviv,[655] para protestar contra os ataques no sul do Líbano. Cantavam "Olmert (primeiro-ministro) concordou com Bush: guerra e ocupação"; "Parem a monstruosidade da guerra"; e "Digamos não aos brutais bombardeios de Gaza". Acusaram o ministro de Defesa, Amir Peretz, de assassinar crianças em Gaza, cantando: "Não se preocupe, Peretz, te veremos em Haia" (sede do tribunal internacional contra os crimes de guerra). As organizações *Ta'ayush*, *Iesh Gvul*, a Coalizão de Mulheres pela Paz, e outros grupos de esquerda, reuniram forças para manifestar contra a guerra, e em favor de negociações com o Líbano.

A abertura de negociações entre Israel e Hezbollah (pela figura interposta do governo libanês de Siniora que, em que pesem seus protestos contra ataque israelense, jogou desde o início um papel de capitulação, ao declarar pretender "trabalhar para estender a autoridade estatal

---

[654] A greve era em defesa de: • Abolição de todos os contratos, incluídos os relativos à privatização, impostos pelas forças de ocupação aos trabalhadores, em particular aos petroleiros. • Dissolução das milícias armadas da cidade de Basora e de outras cidades do país. • Parar a onda de assassinatos e atentados contra os trabalhadores, levados adiante pelas milícias em várias cidades. • Redistribuição dos ítens alimentícios incluídos no cartão de racionamento, sem tirar nenhum, para todas as famílias do Iraque. • Redistribuição dos benefícios da indústria petroleira para todos os trabalhadores (*www.ifcongress.com,* 2 de julho de 2006).

[655] Organizada, entre outros, pelo amigo e colega deste autor, o historiador argentino Daniel Gaido.

sobre o conjunto de seu território, em cooperação com as Nações Unidas no sul do Líbano"), a aceitação pelo governo israelense de Olmert do eventual envio de uma força multinacional "de paz" ao sul do Líbano, levaram em conta esse panorama de conjunto. Não existia a possibilidade de uma vitória militar imediata de Israel, e o relógio do tempo político já começava a jogar contra o bloco Israel/EUA. Internacionalmente, por outro lado, se padecia da ausência de um movimento de massas oposto à guerra nas ruas, como foi o massivo movimento anti-guerra contra o Iraque, em 2003, que alcançou os cinco continentes.[656]

Segundo o autor citado, "Hezbollah luta uma guerra clássica de guerrilha com toque *high tech*, e apoio popular. Por isso, o conflito seria longo. Acredito que esse conflito não vá ser resolvido. Só vejo o aumento do radicalismo, do extremismo e da guerra de guerrilha": "Bush quer se impor sobre o Irã para o caso de chegar a iniciar negociações (com esse país) sobre a interferência iraniana no Iraque. Os interesses americanos no mundo árabe ficarão prejudicados por um longo tempo. A situação no Iraque já ia mal. Washington deu luz verde a Israel para bombardear o Líbano e fazê-lo retroceder à Idade da Pedra. Nessas circunstâncias, o governo Bush pode igualmente dar adeus a suas aspirações de democratizar o Oriente Médio. Quem vai perder mais com a guerra: Líbano, Israel ou EUA? O verdadeiro perdedor é os EUA, em termos de presença e interesses de longo prazo no Levante [países do Mediterrâneo oriental] e em todo o Oriente Médio".

Independentemente do resultado das negociações, era um cenário de agravamento de todos os conflitos o que despontava no horizonte, mediato e imediato: "As chances de Israel de viver em paz com seus vizinhos árabes estão sendo significativamente prejudicadas. Confiança é uma rua de duas mãos. Você não pode bombardear seus vizinhos para submetê-los e depois esperar que eles o aceitem como um parceiro legítimo para a paz. A perspectiva de EUA e de Israel sobre que tipo de paz deveria ser estabelecida no Levante é radicalmente diferente da dos árabes". O terceiro ponto das condições para um cessar-fogo, defendido pelo primeiro-ministro israelense Olmert, estava condicionado à retirada do Hezbollah ao norte do rio Litani e a entrega de seus arsenais de mísseis ao exército libanês.

O ataque ao "terrorismo islâmico" no Líbano, em 2006, não enganou ninguém. Não combateram o Hezbollah porque era uma "organização terrorista", senão porque declarou-se protetora dos palestinos. Porque, xiíta, partiu em defesa dos sunitas, como os habitantes de Gaza e Cisjordania, porque unificou às massas em vez de promover o sectarismo ou a guerra civil, porque em vez do terrorismo indiscriminado contra populações civis, insistiu em uma resistência armada contra as forças armadas do opressor. Eles não a combatiam porque era um instrumento de Irã ou de Síria, Estados que colaboravam na invasão norte-americana do Iraque e com o exército de ocupação de Bush, mas porque pôs a solidariedade com o povo palestino sobre os interesses dos Estados.

No fracasso experimentado pela agressão israelense no Líbano, iniciou-se uma campanha de "terrorismo ideológico", em referência ao Hezbollah, com tópicos como "grupo terrorista, fundamentalismo islâmico, marionete xiita, etc". Mas a divisão do mundo entre "opressores e oprimidos" é a chave central para entender a ação política de Hezbollah. Tanto na "carta aberta" de 1985, como no programa eleitoral de 1992, o Hezbollah dirigiu-se "aos oprimidos", em um chamado que não mantinha relação direta com a divisão entre muçulmanos e não muçulmanos, mas definindo-os como "os que são excluídos social, economica, politica e

[656] No Brasil, houve importantes manifestações de rua da comunidade libanesa em São Paulo; este autor organizou um ato de repúdio à agressão israelense ao Líbano na Universidade de São Paulo (USP), com importante presença de público, pese à sua desautorização pelas autoridades universitárias, o que obrigou a realizá-lo nas ruas da Cidade Universitária, e não no seu principal anfiteatro, como estava previsto e publicamente anunciado (o jornal do sindicato dos trabalhadores da USP titulou, por esse motivo, "As bombas de Israel caíram sobre a USP").

culturalmente", independentemente de "sua identidade religiosa". Foi significativo que o Hezbollah rejeitasse alianças como as que foram feitas no Afeganistão entre os *mujahidines*, muçulmanos, e as forças norte-americanas. E sem esconder a solidariedade ideológica com os que resistem à opressão em outras partes do mundo, no continente africano, contra a ocupação britânica em Irlanda ou, principalmente, a luta palestina contra o governo sionista, em nome da "unidade da humanidade".[657]

Na luta contra Israel e os EUA, prevaleceu o caráter nacional do movimento: Hezbollah condenou os ataques de 11 de setembro de 2001, e se opôs sistematicamente para a Al Qaeda e seus ataques terroristas contra objetivos "ocidentais". Seu líder, Hassán Nasrallah, repetiu em numerosas ocasiões que seu objetivo não era]riar um Estado islâmico, mas dar vida a um Líbano forte, capaz de se defender das agressões externas. Numa palavra, no embate da luta antiimperialista, a ideologia "islâmica" de seus protagonistas passava a ser um fator secundário e transitório.

O verdadeiro objetivo da viagem da secretária de Estado dos EUA Condoleezza Rice à região era dar tempo suficiente a Israel para mutilar as chances do Hezbollah de se reerguer como entidade que pudesse desafiar o Estado sionista. Mas, segundo o especialista citado, "parece que está ocorrendo o contrário. O governo Bush espera que o Líbano continue fazendo apelos por um cessar-fogo. Então, os EUA e Israel ditariam os termos para o cessar-fogo, os quais, em primeiro lugar e acima de tudo, incluiriam o desarme do Hezbollah. Sou bastante pessimista sobre a possibilidade de eles conseguirem isso. Israel parece longe de sua meta de destruir o Hezbollah (e) tenho dúvidas de que possa conseguir isso. O Hezbollah está conduzindo uma guerra assimétrica com um toque de alta tecnologia. Se a infraestrutura do Líbano for destruída, o apoio da população ao Hezbollah provavelmente crescerá. Esse é o clássico princípio da guerra de guerrilha: uma guerra assimétrica direcionada pelo lado mais fraco, com o apoio da população". Em outras palavras, o tiro israelense saiu pela culatra. A história e a política venceram a batalha contra a técnica e a engenharia organizativa.

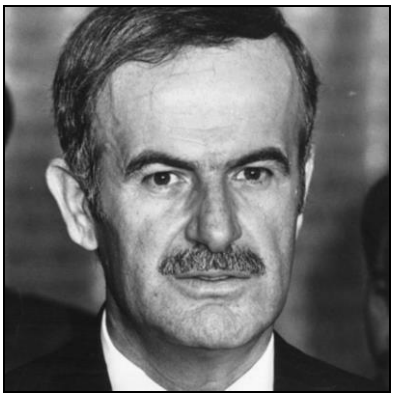
Com duzentas ogivas nucleares (na mais baixa das estimativas, pois a posse e inspeção internacional do seu arsenal atômico não era admitida por Israel), com um dos exércitos mais poderosos do mundo, o quarto em poder de fogo, com uma tecnologia militar sofisticada, com o apoio financeiro, político e militar da primeira potência militar e econômica internacional, com um PIB de 20.000 dólares por habitante, o sionismo justificava suas ações agressivas como se Israel fosse uma cidadela sitiada. A invasão israelense do Líbano em 2006 constituiu, para além de seus horrorosos resultados humanos imediatos nesse país, uma derrota estratégica para Israel: "Enquanto os especialistas se indagavam em relação ao benefício das operações do Kidon [Mossad], em que eram abatidos dirigentes de organizações terroristas e de países árabes com balas, destruídos por explosivos, envenenados ou simplesmente estrangulados, organizações como o Hamas ou o Hezbollah não pareciam perder força".[658]

Paralelamente, asituação dos palestinos se agravava dia a dia por causa da ocupação militar israelense. A cidade de Hebron, na Cisjordânia, a 35 quilômetros ao sul de Jerusalém, se caracterizava historicamente por sua mescla muçulmana-judia, mas nas últimas décadas as autoridades israelenses expulsaram parte dos 150 mil palestinos que moravam nela, além de apoiar o desenvolvimento das colônias judias. Cerca de 650 colonos ultradireitistas judeus ocuparam partes da velha cidade, destruíram as vizinhanças palestinas e a infraestrutura econômica. Hebron passou a estar dividida em duas partes, chamadas H1 e H2, por uma linha que separava os assentamentos do resto da cidade. A maioria dos palestinos não podia se aproximar da zona H2. O que era uma zona residencial e de negócios, se converteu em um povoado fantasma, habitado apenas por colonos protegidos por soldados e policiais

[657] Txente Rekondo. Hezbollah, la respuesta de los oprimidos. In: *www. rebelión.org.*

[658] Eric Frattini. *Op. Cit*., p.19.

israelenses. Nas portas dos estabelecimentos comerciais e das mesquitas podia-se ver pintadas a estrela de David ou frases agressivas como "matem os árabes", "Deus se vingará dos não-religiosos" ou "Câmara de gás para os árabes".



Hafez Al-Assad

O cenário político-militar do Oriente Médio começava a mudar. O colapso da União Soviética, principal aliado da Síria, levara Hafez Al-Assad a cortejar os EUA e os países europeus. Primeiro, a Síria restabeleceu laços diplomáticos com o Egito. A relação entre os dois países havia sido cortada após o presidente egípcio, Anwar El-Sadat, reconhecer o Estado de Israel em 1979. Então, o Egito juntou-se à Arábia Saudita no papel de principais aliados árabes dos EUA. Os esforços para apaziguar o Ocidente também foram promovidos por meio do apoio da Síria à Guerra do Golfo contra o Iraque em 1991. Apesar do envio de uma modesta força de cinco mil soldados para a Arábia Saudita, o efeito político do apoio de um regime nacionalista árabe aos esforços de guerra dos EUA foi enorme. Em troca, a Síria ganhou US$ 2 bilhões dos países do Golfo e foi capaz de estabelecer-se como um parceiro confiável dos EUA e da Europa.

Após a guerra, a Síria iniciou conversações com Israel, seguindo o exemplo do Egito. No entanto, apesar dos esforços, a Síria não conseguiu convencer Israel a devolver as Colinas de Golã tomadas da Síria em 1967. Líderes israelenses argumentavam que era inaceitável para a segurança de Israel ter um país árabe no Lago Tiberíades, principal fonte de água para este país.Enquanto isso, o regime sírio trabalhou na reconstrução de sua relação com o Iraque, a Jordânia e a OLP, os perdedores da guerra do Golfo, a fim de se tornar uma ponte entre eles e o Ocidente e seus aliados árabes. Assad, após reunião com os iranianos, declarou que a Síria se opunha à divisão do Iraque, e fez acordos com Saddam Hussein para conter rebeldes curdos que operavam a partir da Síria. Ele também assinou acordos econômicos que permitiram o fluxo de petróleo iraquiano por meio de gasodutos através de território sírio para o Mediterrâneo.

Além disso, Assad se reuniu com Yasser Arafat, prometendo colocar fim à campanha de deslegitimização da OLP que o próprio Assad vinha fazendo desde 1983. Em 1998, a Síria também firmou novos acordos econômicos e de segurança com a Turquia, outro aliado do Ocidente. A Turquia estava particularmente interessada em impedir o PKK, a principal organização curda que atua na parte do Curdistão ocupada pela Turquia, de operar a partir da Síria, com o apoio de Assad, como já vinha acontecendo. Assad coibiu todas as operações dos curdos na Síria. Ele prendeu 125 líderes do PKK e deportou-os para a Turquia. Além disso, a Síria abandonou suas reivindicações de devolução da província de Hatay, uma extensa área entregue aos turcos pelo mandato francês. Em troca, a Turquia aumentou os investimentos e a parceria econômica com a Síria e fez acordos sobre os recursos hídricos, já que parte da água que este país necessita vem de rios que nascem em terras turcas.

A próxima série de acordos sírios com o Ocidente ocorreu após a morte de Hafez Al Assad, em 2000, pelo seu sucessor e filho, Bashar Al Assad. Uma vez no poder, Bashar promoveu

reformas econômicas neoliberais, a fim de levar adiante a privatização e a abertura da economia ao capital estrangeiro. No início, essas reformas diluíram o monopólio estatal do sistema bancário, e incentivaram as universidades privadas e o mercado imobiliário privado. Entre os principais beneficiários esteve o primo de Bashar, Rami Makhlouf, que se tornou um bilionário. Sua fortuna pessoal era estimada, em 2008, em cerca de seis bilhões de dólares. Ele se otrnou o principal dono da Syriatel, uma das duas empresas de telefonia móvel licenciadas para operar na Síria, além de possuir negócios em tabaco, petróleo, mercado imobiliário, bancos, zonas de livre comércio ao longo da fronteira com o Líbano, lojas *duty free* e lojas de departamento de luxo. De acordo com o *Financial Times*, ele passou a controlar até 60% da economia síria através de sua rede de empresas.

Bashar também concluiu o Acordo de Taif, que terminou com a guerra civil libanesa. Este acordo, com o apoio dos EUA, da Arábia Saudita e dos principais grupos políticos libaneses, reconheceu a hegemonia da Síria sobre o Líbano. Simultaneamente, a Síria reconheceu o Estado libanês. Ao mesmo tempo, Bashar manteve o apoio político e militar ao Hezbollah no Líbano, a fim de exercer pressão sobre Israel e os EUA para retomar as Colinas de Golã e preservar o papel regional da Síria como um país árabe líder. Pelas mesmas razões, ele aceitou um grande número de refugiados iraquianos durante a segunda Guerra do Golfo e permitiu o funcionamento da resistência iraquiana através de suas fronteiras. A UNRWA (agência da ONU responsável pelos refugiados) reconheceu a existência de um milhão de refugiados iraquianos em território sírio.

O IRÃ EM CRISE E A BOMBA NUCLEAR

No Irã, o novo presidente, Rafsanjani, eleito em 1993, procurou uma reaproximação com os EUA (e com a Europa). Seu sucessor, Khatami (1997), também considerado "moderado" deflagrou ao mesmo tempo uma violenta repressão contra o movimento estudantil e os intelectuais, em 1998 e 1999. Os universitários desfilaram pelas ruas da capital gritando slogans contra o governo e pedindo mais liberdade. As manifestações, que podiam ser o estopim de uma nova etapa da revolução, foram logo "congeladas", pelas manifestações contrárias, organizadas pelo próprio governo, e por uma repressão severa que fez milhares de presos.

A "normalização" iraniana também se viu sacudida pela crise da política dos EUA na região, o que provocou um novo surto de "radicalismo" islâmico. A luta interna dentro do regime iraniano atingiu uma etapa crítica, expressa nas eleições de 1997. Os conflitos entre as tendências criaram crises políticas periódicas, entre religiosos "conservadores" e "reformistas", inicialmente evidenciadas pela oposição entre o líder religioso, aiatolá Khamenei, e o presidente reformista Khatami, eleito com grande maioria. Khatami parecia um candidato empenhado em dar um "rosto humano" à revolução islâmica e derrotou, com 70% dos votos, o candidato situacionista Ali Nateq-Nouri. A divisão política no clero também marcou a eleição de 18 de fevereiro de 1999. A 1° de março desse ano, no entanto, Saeed Hajjaarian, um dos arquitetos do movimento reformista, foi assassinado.

Em 1999, duas décadas depois da revolução que derrubara a monarquia e abrira as portas para a criação da República Islâmica do Irã, os jovens iranianos voltaram às ruas – desta vez protestando contra a ditadura dos aiatolás. O regime foi pego de surpresa, e suas tropas de choque reforçadas pelas milícias religiosas só conseguiram controlar a situação depois de seis dias de crise. O movimento revelou com clareza o descontentamento de parte da população, sobretudo os mais jovens, com o repressivo regime teocrático islâmico. Em parcial decorrência disso, o aiatolá Khatami, considerado um reformista, venceu novamente as eleições presidenciais de 2001 com 77% dos votos (7% a mais do que em 1997), passando a travar uma disputa com os religiosos conservadores, eleitoralmente derrotados mas que tinham maioria no Conselho da Revolução. Para cada medida "liberalizante" aprovada por Khatami, os religiosos conservadores respondiam com maior repressão através dos Guardiões Revolucionários, criando uma situação de instabilidade interna que se resolveu com uma nova virada política no Irã.

Já em 2004, evidenciou-se a preparação de uma guerra norte-americana contra o Irã, com uma eventual utilização de ogivas nucleares, preparada conjuntamente entre Washington, Tel-Aviv, Ancara e o quartel general da NATO em Bruxelas. Forças da coligação EUA-Israel-Turquia, num estado de preparação avançada, realizaram desde o começo de 2005 diversos exercícios militares, enquanto as forças armadas do Irã, na previsão de um ataque, realizaram importantes manobras no Golfo Pérsico. Era como se a chamada "comunidade internacional" aceitasse a eventualidade de um holocausto nuclear "localizado". O exército israelense começaria os ataques.

Fontes militares norte-americanas confirmaram que o ataque militar ao Irã seria muito mais importante que o ataque israelense de 1981 ao centro nuclear de Osirak,[659] no Iraque. Haveria um importante desdobramento de forças, de nível semelhante à operação "Choque e Pavor" contra o Iraque, em março de 2003. Utilizando todos os recursos militares dos EUA na região, poderiam destruir-se as vinte instalações nucleares "suspeitas" do Irã. Em novembro de 2004, altos responsáveis do *Tsahal* (exército israelense) assinaram, no quartel-general da OTAN, em

[659] Em junho de 1981, como vimos anteriormente, a aviação israelense destruiu o reator nuclear de Osirak, alegando que ele seria usado para a fabricação de armas atômicas.

Bruxelas, um protocolo com os seus homólogos de seis países da região: Egito, Jordânia, Tunísia, Marrocos, Argélia e Mauritânia. Na sequência desse encontro, os EUA, Israel e a Turquia efetuaram manobras conjuntas ao largo da Síria. E, em fevereiro de 2005, Israel participou em exercícios militares e manobras "antiterroristas" com alguns países árabes.

Em 2005, embaixadas e consulados europeus foram queimados em vários países de maioria muçulmana. Na Cachemira houve até uma greve geral. Em Londres os manifestantes gritaram consignas louvando as explosões nos metrôs. A provocação das charges anti-muçulmanas publicadas pelo *Jyllands-Posten*, jornal da Dinamarca, ligado à extrema direita e defensor do nazismo na década de 1930, que sugeriam que todo muçulmano é terrorista, foi o motivo. O motivo real da provocação era ganhar a opinião pública para as agressões contra o Iraque e o Afeganistão, e para a preparação do ataque contra o Irã. Os "bárbaros" povos do oriente foram apresentados como potenciais terroristas, contra os quais os "libertadores" ianques e europeus teriam de empreender uma guerra preventiva.

Para confirmar esse panorama bélico, em junho de 2005, as eleições iranianas foram vistas como a volta de "linha dura islâmica" no Irã. O "ultraconservador" Mahmoud Ahmadinejad ganhou a eleição presidencial com 61% dos votos, largamente na frente do "reformador" Akbar Hashemi Rafsanjani com 35%. Votaram, no segundo turno, 22 milhões de eleitores, 47% do padrão eleitoral, contra 63% no primeiro turno, quando foi eliminado o também "reformador" Mehdi Karroubi. Os habitantes das províncias pobres do Irã compareceram maciçamente às urnas para votar no ex-militar Ahmadinejad, apoiado pelo setor mais anti-EUA da hierarquia religiosa, que prometeu "resistir à decadência do Ocidente", combater a corrupção e melhorar as condições de vida de milhões de iranianos.

Os partidários de Rafsanjani e os candidatos reformistas afirmaram que as eleições foram manipuladas, acusando os Guardas Revolucionários (os *pasdaran*) e a força de segurança *Basij* de orquestrarem um conluio de forma a dar a vitória a Ahmadinejad, que afirmou, ao votar: «Hoje é o início de uma nova era política para a nação iraniana». O centro do poder político se situou claramente no Conselho dos Guardiões, composto por doze membros designados por seis anos (seis religiosos nomeados pelo aiatolá Ali Khamenei, o "guia da revolução", e seis juristas eleitos pelo Parlamento sob a base de proposta do poder judiciário), que tem como principal função estabelecer a compatibilidade dos atos de governo com as leis da Constituição e com o Islã. O Conselho precisa aprovar ou não as leis votadas pela Assembleia Nacional, pronunciar-se sobre as candidaturas nas eleições presidenciais, nas legislativas, e para a assembleia dos peritos (que elege o guia da revolução). Potenciais candidatos presidenciais ou legislativos foram diversas vezes rejeitados por não estar em conformidade com as leis do Islã, segundo o Conselho. [660]

A revolução estancara e regredira, depois de esboços de guerra civil entre diferentes facções do clero muçulmano, e também com a privatização de antigos setores econômicos nacionalizados. Os jovens em particular estavam em revolta aberta ou silenciosa com as sufocantes condições impostas a eles pelos *mullahs* e sua polícia religiosa. O fechamento de jornais como o *Sharq*, um dos baluartes dos "reformadores" (tidos, em geral, como "pró-ocidentais"), em 2006, e o "chamado à ordem" aos intelectuais, com a prisão do jornalista Ramin Jahanbeglou (finalmente libertado sob caução), fortaleceram o governo do clero.

O aumento do preço do petróleo nos últimos anos permitiu o aparecimento de uma nova classe média refratária a qualquer aventura política, por medo de perder seus privilégios econômicos no caso de uma crise maior. O governo de Ahmadinejad foi baseado em uma

[660] Além do Conselho dos Guardiões existe a Assembleia de Peritos, originalmente constituída com o objetivo de redigir a constituição de 1979. Composta por 86 membros tem a função de eleger o Líder Supremo, supervisionar sua atuação e retirá-lo do exercício das suas funções caso este seja declarado incapacitado. Os 86 membros devem ser clérigos e são eleitos para um período de oito anos.

aliança entre vários grupos políticos e militares: uma facção ditatorial do clero, uma facção do exército dos *pasdaran* (Guardiões), em razão de sua aspiração de fazer do Irã uma potência hegemônica regional (seus dirigentes foram recompensados com cargos econômicos e políticos importantes) e uma nova classe média, com aspirações burguesas.

Mahmoud Ahmadinejad

A implicação dos *pasdaran* nos negócios cresceu. O Parlamento comportava 80 Guardiões da Revolução (num total de 290 deputados). Eles tornaram-se também uma força econômica importante, com empresas em numerosos setores e beneficiária de inúmeros contratos governamentais (por exemplo, em junho de 2006, um contrato de vários bilhões de dólares referentes à construção de um gasoduto entre o Golfo Pérsico e o sul do país). A última "jóia" obtida pelos *pasdarans* era a mais importante sociedade petrolífera privada iraniana, a *Oriental Kishv*, comprada por 90 milhões de dólares.

Existia, na juventude, um sordo repúdio ao conservadorismo do governo de Ahmadinejad em questões religiosas e morais,[661] e suas promessas não cumpridas de melhora da situação dos pobres e, sem dúvida, uma parte dos mais pobres não acreditava mais em sua promessa de melhorar as suas condições de vida. Mas o caráter autoritário do poder e a repressão impediam o surgimento de uma organização política independente. Os EUA combinavam a ameaça histérica frente ao programa nuclear iraniano, com a cooperação com o Irã através das formações políticas xiitas do Iraque, como o chamado "Conselho Supremo da Revolução Islâmica no Iraque", que se encontrava sob o controle do regime iraniano. Com a eliminação do regime *baathista* no Iraque, e o dos talibãs no Afeganistão, o regime dos *mullahs* em Teerã foi "libertado" de seus rivais "locais" e emergiu como um poder regional hegemônico, eclipsando progressivamente à Arábia Saudita e impondo medo aos governos menores da região.

[661] No Irã, por exemplo, o homossexualismo é considerado um crime que acarreta a pena de morte. Segundo uma jornalista brasileira em visita ao Irã: "*Ocorrem manifestações políticas e reivindicações no Irã... um ensaio disso, até com a internet, que por mais que seja controlada,* e ela é*, os jovens tentam burlar e conseguem acessar* sites *não permitidos. As antenas parabólicas captam imagens de TV de fora, contra a tecnologia eles não têm muito o que fazer. E isso acaba influenciando o modo de pensar do iraniano. Acho que se comparado com os primeiros anos da revolução, ele é muito mais aberto às questões do Ocidente. Agora, quando se toca na natureza do nacionalismo iraniano, que é o que está acontecendo agora, em relação a isso eles tomam uma posição a favor do Irã. Todo o apelo dos discursos do presidente é nesse sentido, de um nacionalismo de defesa de um país. E aí, os jovens, por mais adeptos que sejam do Ocidente, eles preferem ficar com seu país*".

A violência verbal iraniana contra Israel – incluída a questão nuclear, ou a negação do Holocausto judeu na Segunda Guerra Mundial (que levou, em 2006, meia dúzia de palhaços fascistas norte-americanos e europeus, acompanhados de um par de rabinos ultra-ortodoxos, a pavonear sua ignorância reacionária em Teerã) – poderia ter também uma origem bem mais prosaica (portanto, remediável) do que se imaginava: ela estaria num contencioso financeiro, bilionário, de não pagamento de antigas dívidas de Israel com o Irã, contraídas no tempo do Xá Reza Pahlevi, e originadas numa certa Trans-Asiatic-Oil, *joint-venture* israelo-iraniana criada no tempo da colaboração petroleira secreta entre ambos os países. A estratégia israelense contra o Irã consistia em instrumentar a suposta ameaça nuclear iraniana para derrubar o governo que apoiava os movimentos resistentes da Palestina e do Líbano.

Desde que Ahmadinejad assumiu a presidência do Irã e iniciou seu discurso de confrontação contra Israel e contra o poderio estadunidense no Oriente Médio, Washington reviu sua política de "espalhar a democracia" pela região. Ou, como afirmou Daniel Pipes, conselheiro do governo Bush e um dos arquitetos da guerra contra o Iraque, "a América tem que desacelerar o processo democrático para evitar que governos islâmicos assumam o poder nos Estados árabes".[662] Dessa forma, algumas medidas que já estavam sendo arquitetadas pelos regimes árabes rumo a uma maior abertura política, fruto da pressão americana, foram gradualmente sendo abandonadas.

Em termos militares, o Irã também se apresentava, cada vez mais, como um país relevante nos cálculos políticos árabes. A disposição do governo de Ahmadinejad de impedir inspeções internacionais de seu programa nuclear (que, segundo o Irã, visava apenas fins pacíficos, como a produção de energia ou pesquisas medicinais) poderia dar ao país tempo suficiente para desenvolver de fato um artefato nuclear, o que alteraria drasticamente a correlação de forças a favor do Irã frente ao mundo árabe. Defendendo os interesses da burguesia nacional iraniana, mas usando uma retórica "extremista", o presidente *pasdaran* colaborou com os governos do Iraque e do Afeganistão, e usou a influência iraniana para moderar a oposição iraquiana contra a ocupação, prometendo à maioria xiita no Iraque o controle do país e de seus recursos petroleiros no sul. Mas os xiitas do Iraque lutaram contra os do Irã durante a guerra entre ambos os países. Sua lealdade religiosa não prevaleceu nesse episódio, porque o regime *baathista* de Saddam Hussein, através da nacionalização e da centralização dos recursos petrolíferos, estabelecera uma redistribuição da renda petroleira em beneficio dos xiitas do sul.

Esse mecanismo foi destruído pela guerra contra o Iraque de 2003 e a decorrente ocupação norte-americana, e pela privatização e saque dos recursos nacionais pelas companhias multinacionais, depois da guerra. Segundo as interpretações dominantes, duas comunidades estavam em confronto pelo poder: de um lado, uma comunidade sunita, supostamente fiel ao antigo regime e que teria perdido o monopólio secular sobre as instituições centrais; do outro, uma comunidade xiita, tradicionalmente marginalizada no plano político, para quem a invasão norte-americana teria constituído uma ocasião histórica de se fazer ouvir enquanto maioria demográfica. As duas interpretações simplificavam demasiadamente as coisas.

A força da rivalidade étnico-sectária, no Irã ou em outros países "islâmicos", não era a fé, ou a questão acerca de quem seria o real sucessor do profeta Maomé, mas o antagonismo entre elites que pretendem se apropriar da renda petroleira, contra os interesses, em primeiro lugar, das maiorias de suas próprias comunidades. Por essa razão, as forças centrífugas cresciam dentro da comunidade xiita, incluindo o exército de *Mahdi* Muqtada al-Sadr. Para unir todas as comunidades do Iraque contra as forças de ocupação, seria necessário um programa de nacionalização do petróleo e de todos os recursos nacionais, sob o controle dos trabalhadores, planejando a produção e distribuição da renda de acordo com as necessidades sociais, além de

[662] *Al-Ahram Weekly*, edição de 24-30 de novembro de 2005.

qualquer divisão étnica ou religiosa. Mas essa alternativa política estava totalmente ausente no Iraque.

Em dezembro de 2006, os EUA colheram mais um fruto da sua degringolada no Iraque e no Líbano, quando a oposição da China e da Rússia condenou ao fracasso sua secretária de Estado Condoleezza Rice na tentativa de aprovação de sanções contra o Irã no Conselho de Segurança da ONU. Rice baseara sua estratégia sobre a consolidação de uma aliança que integraria os cinco países membros permanentes do Conselho - China, Estados Unidos, França, Grã-Bretanha e Rússia - mais a Alemanha, na suposição de que tão ampla coalizão poderia chegar a um acordo para punir o Irã por negar-se a acabar com seu programa nuclear. Além de seu objetivo imediato, o "grupo dos seis" significava a extensão à Alemanha dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança: fazendo da UE um ponto de equilíbrio mundial, se faria visível um projeto "multipolar" suscetível de tirar o mundo do rumo à catástrofe imposto pelo "império americano", e suas múltiplas contradições mundiais.

Rússia e China, porém, não tinham nenhum interesse em enfraquecer o Irã, e durante meses haviam dito que não iriam aderir a essa estratégia. Em maio daquele ano, a secretária propusera uma concessão: participar de negociações diretas com Teerã em troca de que as outras cinco potências da coalizão aprovassem sanções, mas Rússia e China bloquearam esse plano. A proposta apresentada ao Irã pelos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança, mais a Alemanha, não continha nenhuma referencia a tais sanções, e o projeto não qualificava o programa nuclear do Irã como uma ameaça à paz e à segurança internacional, como pretendiam os EUA. E permitiria à Rússia continuar cooperando na construção do reator nuclear na cidade iraniana de Bushehr.

A secretária Condoleezza Rice propusera emendas nesse sentido. Mas os europeus as rejeitaram, e o embaixador norte-americano na ONU, John Bolton ameaçou retirar o apoio à iniciativa (no final da história, foi Bolton o "retirado"). Franceses, alemães e até os ingleses mantiveram o projeto de resolução no Conselho de Segurança; e os representantes russos insistiram em impor sanções menos duras do que as incluídas no projeto europeu. O chanceler russo esclareceu que apoiaria "sanções para impedir que materiais nucleares e tecnologias delicadas entrem no Irã", mas foi contra outras sanções: "A Rússia é contra castigar o Irã".

Em artigo na revista *New Yorker* sobre os preparativos dos EUA para invadirem o Irã (publicado a 17 de abril de 2006), o jornalista Seymour Hersh escreveu: "Foi-me dito por um conselheiro governamental, com fortes ligações no Pentágono, que as unidades também estavam trabalhando com grupos das minorias do Irã, incluindo os azeris, no norte, os baluchis, no sudeste, e os curdos, no nordeste". O caráter inflamável das nacionalidades minoritárias do Irã foi de novo visto em maio desse ano nos protestos em massa que explodiram na província do Azerbaijão em resposta às caricaturas de um jornal de Teerã que descrevia os azeris como baratas estúpidas. Também houve incidentes no Baluchistão. E já havia algumas forças curdas iranianas a seguir o caminho tomado por Jalal Talabani e Massoud Barzani, os líderes curdos iraquianos que se tornaram nos aliados dos EUA no Iraque.

O Irã apareceu crescentemente como o grande obstáculo a um dos objetivos estratégicos centrais dos EUA: assegurar o controle do Oriente Médio e suas riquezas naturais, promovendo a "remodelagem" da região. Por sua população numerosa (70 milhões), sua localização estratégica e seu poder econômico, o Irã era uma potência regional. Isso o transformaria em possível parceiro do que o próprio Pentágono qualificava como "concorrentes de mesmo nível" — ou seja, adversários (China, União Europeia, Rússia e Índia). Todos os nomeados, exceto o Irã, eram potências nucleares. O Tratado de Não Proliferação, assinado em 1968, a partir de iniciativa dos cinco países que então possuíam armas atômicas, estabeleceu um oligopólio de potências nucleares, autorizando os detentores de artefatos atômicos a mantê-los, e procurando obrigar todos os outros países a não desenvolvê-las.

Houve negociações entre o Irã e a Agência Internacional de Energia Atômica antes do início da "crise nuclear". A cada concessão do Irã, a AIEA apresentava novas exigências. O país foi intimado a demonstrar que não desenvolvia tecnologia que poderia ser usada, no futuro, para produzir armas atômicas. A mesma AIEA, contudo, adotou atitude inteiramente diversa em relação ao Egito e à Coreia do Sul – dois aliados dos EUA. As experiências nucleares secretas destes países, muito semelhantes às desenvolvidas pelo Irã, foram descobertas pela agência, que, no entanto, contentou-se com uma "pequena repreensão". A clique de Bush continuava conspirando contra o Irã, até preparando uma guerra com utilização de ogivas nucleares. Forças da coligação EUA-Israel-Turquia, em um estado de preparação avançada, realizaram desde o começo de 2005 diversos exercícios militares. Fontes anônimas do Exército israelense afirmaram que Israel tinha um plano para bombardear as instalações iranianas em Natanz, Isfahan e Arak: as armas israelenses teriam, cada uma, uma força equivalente a 1/15 da bomba de Hiroshima.

Um ataque preventivo com armas nucleares tácticas seria coordenado pelo *US Strategic Command*. Este tem como mandato "supervisionar um plano de ataque global" que prevê a utilização de armas clássicas e armas nucleares, de acordo com a *Nuclear Posture Review*, adotada pelo Congresso em 2002, que prevê a utilização preventiva de ogivas nucleares, não apenas contra os "Estados párias", mas também contra a Rússia e a China. E, desde o fim de 2004, Israel armazenava armas clássicas e nucleares na previsão de um ataque contra o Irã. Esse armazenamento, financiado pelo auxílio militar norte-americano, encontrava-se quase terminado em junho de 2005.

Israel recebeu dos EUA vários milhares de armas inteligentes, lançadas a partir de aviões, entre as quais cerca de 500 bombas anti-bunker que poderiam igualmente ser utilizadas como vetores de bombas nucleares tácticas. O novo Secretário da Defesa dos Estados Unidos, Robert Gates, admitiu publicamente que Israel possuai o único arsenal nuclear do Oriente Médio, abrindo uma porta para a negociação com o Irã ("Eles estão cercados por potências com armas nucleares: o Paquistão ao leste, os russos ao norte, os israelenses a oeste e nós no golfo Pérsico"). A bomba israelense tem sua origem na cooperação nuclear do país com a França, na década de 1950. O próprio premiê israelense Olmert admitiu, em visita na Alemanha em dezembro, que Israel possuía artefatos nucleares.

A rádio estatal israelense afirmou que Gates poderia ter infringido a política norte-americana do "não pergunte, não conte", que remontava ao fim dos anos 1960. De acordo com documentos secretos mencionados pela revista *Bulletin of the Atomic Scientists*, durante o governo de Richard Nixon os Estados Unidos sabiam que Israel tinha desenvolvido armas nucleares, mas preferiu não pressionar o aliado a esclarecer o que possuía, e aceitar, portanto, as normas internacionais. Ao não declarar publicamente que possuia armas nucleares, Israel também driblava a proibição norte-americana ao financiamento de países que tinham armas de destruição em massa. Assim, o Estado sionista poderia receber uma verba anual de mais de US$ 2 bilhões de Washington em conceito de ajuda militar.

Segundo Seymour Hersch, para representantes do governo dos EUA "um bombardeio de 36 horas seria a única maneira de dissuadir o Irã", não só de seguir adiante com seu desenvolvimento nuclear, mas também de abandonar o apoio ao grupo xiita encabeçado por Al Sadr, grupo que integrava o governo de Iraque com seis ministros. Um acordo para o Iraque deveria estabelecer algum tipo de reparto do petróleo iraquiano com as potências europeias e regionais, e também com os diferentes grupos políticos iraquianos. Estes interesses contraditórios das potências mundiais e regionais atravessavam o Iraque, ameaçandpo prorrogar indefinidamente seu banho de sangue.

O Irã anunciou que não mudaria sua posição em matéria nuclear e que não temia o Conselho de Segurança das Nações Unidas (o embaixador do Irã na Agência Internacional de Energia

Atômica (AIEA), Ali Asghar Soltanieh, declarou que seu país estava preparado para negociar o programa nuclear, mas rejeita a imposição de "condições prévias"). O colapso da coalizão imperialista refletia o conflito de interesses entre os governos de Bush e Vladimir Putin, não apenas quanto ao programa nuclear iraniano, mas, sobre assuntos geopolíticos mais amplos. Moscou declarou que "não colocaria em risco o vínculo político com potências regionais" para apoiar os esforços dos EUA. O "multilateralismo" bushiano parecia ter nascido com pernas curtas, e por razões bem poderosas. As eleições presidenciais nos EUA, indefetivelmente, iriam apresentar a fatura ao seu escassamente iluminado formulador.

China e Índia, com um terço da população mundial, vinham crescendo economicamente a uma taxa média entre 6% e 10% ao ano. O Conselho de Inteligência Nacional dos Estados Unidos previu, em 2005 que até 2020 a China deveria aumentar em 150% seu consumo energético, e a Índia em 100%, se fossem mantidas suas taxas de crescimento econômico. E nenhum dos dois países tinha condições reais de atender suas necessidades internas através do aumento de sua produção doméstica de petróleo ou de gás. A China já fora exportadora de petróleo, mas já era o segundo maior importador de óleo do mundo, atendendo com suas compras um terço de suas necessidades internas. No caso da Índia, sua dependência do fornecimento externo de petróleo era ainda maior do que a da China, e nos últimos 15 anos passara de 70% para 85% do seu consumo interno através de importações. Para complicar ainda mais o quadro, o Japão e a Coreia permaneciam altamente dependentes de suas importações de petróleo e de gás, o que contribuia ainda mais para a intensificação da competição econômica e geopolítica dentro da própria Ásia.

A necessidade urgente de antecipar-se e garantir o fornecimento futuro de energia explicava a aproximação de todos estes países asiáticos com o Irã, a despeito da forte oposição dos EUA. Como explicava também a ofensiva diplomática e econômica da China na Ásia Central, na África, e até mesmo na Venezuela; e a presença crescente da Índia, em Burma, Sudão, Líbia, Síria, Costa do Marfim, Vietnã e na própria Rússia. Além da sua participação conjunta na disputa competitiva, quase belicosa, com os Estados Unidos e com a Rússia, pelo petróleo do Mar Cáspio e seus oleodutos alternativos de escoamento, através da Ucrânia, Geórgia, Arzebaijão, Turquia, Polônia, ou Afeganistão e Paquistão. Nesse quadro, a política de poder regional dos EUA estava indo água abaixo, inclusive com os regimes tradicionalmente "amigos".

Em primeiro lugar, com a Arábia Saudita, considerada como a principal aliada dos EUA na Península Arábica, da qual ocupa mais de dois terços, com 90 % de desertos e sem rede fluvial em seus 2.248.000 quilômetros quadrados. No restante do território peninsular (755.204 quilômetros quadrados) existem outros sete reinos ou emirados menores: Bahrein, Kuwait, Omã, Aden, Emirados Árabes Unidos, Catar e Iemen, sendo este ultimo o único sem petróleo, portanto pobre. O príncipe Turki Faisal, chefe dos serviços de inteligência sauditas, fora íntimo amigo e sócio de Osama Bin Laden.[663] E a Arábia Saudita financiou a obtenção da bomba atômica pelo Paquistão, a chamada Bomba Verde Islâmica (verde é a cor do Profeta Maomé, presente em quase todas as bandeiras dos países de maioria muçulmana).

Se o programa nuclear paquistanês foi lançado em meados da década de 1950 com a ajuda dos Estados Unidos e da Europa, com o Canadá instalando o primeiro reator nuclear em Karachi, foi a China que contribuiu com mais empenho com esse programa nas décadas de 1970 e de 1980. A "Bomba Verde" foi construída na década de 1970, e tolerada pelos EUA, porque o Paquistão, então governado pelo "moderado" (pró-ocidental) Ali Bhutto, poderia ser um freio contra a Índia, apoiada pela ainda União Soviética para ter seu próprio poder atômico, dirigido em primeiro lugar contra o Paquistão pela questão da região da Caxemira, causa de duas das três guerras, 1948-1949, 1965 e 1971, travadas entre Índia e Paquistão.

[663] Steve Coll. *Op. Cit.*

Paquistão já detinha, em meados da década de 1990, uma dezena de armas nucleares de concepção chinesa, e mísseis chineses M-118.

Parlamento iraniano

Na Arábia Saudita, por outro lado, já existiam forças *mujahedines* bem organizadas, com meios financeiros e militares, e partidários em todos os escalões do governo e das forças armadas. Seus objetivos declarados eram os de expulsar as companhias estadunidenses e inglesas que roubavam a riqueza dos muçulmanos, e terminar com a monarquia. No reino wahabita havia pendências e intrigas frequentes entre os mais de cinco mil príncipes da família no poder, com dois dos poucos reis da dinastia Saud tendo sido assassinados por parentes próximos.[664] Desde 1996 ocupava o trono, provisoriamente, o príncipe herdeiro Abdullah, por razões de saúde do titular, seu irmão. O cerco militar dos EUA em torno da Arábia Saudita confrontava o risco, em caso de ocupação do país, de uma "vietnamização".

Porta-vozes do governo norte-americano reconheciam que alguns dos países menores do Golfo também estavam ponderando o valor de suas relações militares com os EUA, diante do risco de irritar Teerã. O governo Bush se preocupava especialmente com o Catar, que abrigava a maior base militar norte-americana na região. Washington queria explicações do governo do Catar quanto a recentes decisões, na ONU e na Liga Árabe, que pareciam mais simpáticas aos interesses regionais do Irã do que aos dos países árabes pró-ocidentais. As concessões americanas sobre o relatório nuclear iraniano foram recebidas com suspeita nos países árabes.

No Irã, o fechamento de jornais como o *Sharq*, um dos bastiões dos "reformadores" (tidos, em geral, como pró-ocidentais), em 2006, e o "chamado à ordem" aos intelectuais, com a prisão de Ramin Jahanbeglou (ele foi finalmente libertado sob uma caução financeira), fortaleceram o governo do clero. Com Israel, noves fora polémicas "históricas" e ameaças nucleares, havia negociações por baixo do pano (não esquecer que Israel entregou armas e suprimentos aos aiatolás, quando estes se encontravam em guerra contra o Iraque de Saddam Hussein, um Estado "árabe"). Defendendo os interesses da burguesia nacional iraniana, mas usando uma retórica "extremista", o presidente Ahmadinejad colaborava com os governos fantoche do Iraque e do Afeganistão.

[664] Robert Lacey. *Le Royaume.* La grande aventure de l´Arabie Saoudite. Paris, Presses de la Renaissance, 1982.

Em que pesse isso todo, depois de derrubado Saddam Hussein e derrotado o Iraque, os EUA buscaram um novo “demônio internacional” (estatal, pois a perseguição de um grupo terrorista não permitiria mobilizar vastos recursos bélicos). O Irã seria um *rogue state*, um país que patrocinava o terrorismo, desenvolvia armas atômicas e bacteriológicas e ameaçava, enfim, a ordem e a paz internacional. O Irã não se enquadrava em nenhuma destas acusações. Sequer estava provado que seu programa atômico tivesse objetivos militares. Já os EUA, além de continuarem desenvolvendo seus recursos nucleares para a guerra, apoiavam terroristas sunitas no Líbano – o *Fatah al-Islam* - e no Irã – o *Jundullah*.

Os EUA, além disso, haviam usado armas químicas na invasão do Iraque e no cerco da cidade de Fallujah, e aumentado o seu orçamento nuclear, deixando ele quase 50% maior do que o gasto na década de 1980, revitalizando o complexo bélico nuclear. Os EUA apontavam para o *Complexo 2030*, projeto capaz de contrapor-se a possíveis ameaças ao longo do século XXI, gerido pela Administração de Segurança Nuclear Nacional, órgão vinculado ao Departamento de Energia. Avaliava-se que seus custos estariam por volta de 150 bilhões de dólares, relativos à manutenção de oito complexos militares. Era necessário buscar inimigos: desde março de 2006, o Irã foi apresentado como o maior perigo perante a opinião pública pelos estrategistas estadunidenses.

Em janeiro desse ano, Bush havia classificado o país de “grave ameaça à segurança do mundo”. Menos de três anos haviam se passado desde que os conglomerados de comunicação mundiais endossassem as mentiras comprovadas sobre “armas de destruição em massa” no Iraque, difundidas pela Casa Branca. A grande mídia é que havia convertido em instrumento de anestesia social e de ameaça à paz. Uma ação unilateral contra o Irã poderia transformar os EUA, no entanto, aos olhos da opinião pública mundial, no maior inimigo da comunidade muçulmana, ao atacar simultaneamente três países dessa religião. A revelação de que o exército dos EUA estaria discutindo o uso de armas nucleares "táticas" contra alguns alvos no Irã alarmou e chocou o mundo quando um artigo de Seymour Hersh revelou que "aviões de combate norte-americanos com capacidade de carga fizeram simulações de vôos com bombas nucleares, dentro do alcance dos radares costeiros iranianos". A partir de decisão do Senado norte-americano em 2003, a nova geração de armas nucleares tácticas (*Low-Yield Mini-Nukes*, Minibombas Nucleares de Fraca Potência) era considerada como "sem perigo para as populações civis", porque explodiam sob o solo.

Argumentava-se que as *mini-nukes*, menos destruidoras, seriam um meio de dissuasão mais eficaz: a arma nuclear deixava de pertencer a uma categoria à parte, de último recurso, e passava a ser uma entre outras. As *mini-nukes* seriam também adequadas para evitar os chamados "danos colaterais". Um ataque preventivo com armas nucleares tácticas seria coordenado pelo *US Strategic Command* em colaboração com unidades da coligação no Golfo Pérsico. O *US Strategic Command* tem como mandato "supervisionar um plano de ataque global" que prevê a utilização de armas clássicas e armas nucleares, de acordo com a *Nuclear Posture Review*, adotada pelo Congresso americano em 2002. Europa tentou uma política diferenciada, embora se situando claramente contra o Irã: “Há dois anos e meio, o Irã foi obrigado a reconhecer perante a Agência Internacional de Energia Atômica que estava construindo instalações secretas de enriquecimento de urânio e produção de plutônio, podendo ser utilizadas para produzir matérias destinadas a armas nucleares. Por outro lado, esse país empenhava-se, e continua empenhando-se, em desenvolver mísseis balísticos capazes de servir de vetores a ogivas desse tipo”. O Irã parecia estar desafiando o regime de não proliferação.

Para os líderes europeus, pesquisas posteriores mostravam que, nos termos da AIEA, “a política de dissimulação do Irã provocou um grande número de violações de suas obrigações. Essas violações fazem temer seriamente que o programa nuclear iraniano possa não ter, como afirma esse país, objetivos unicamente pacíficos. Em virtude das regras da AIEA, o caso do Irã

deveria ter sido submetido ao Conselho de Segurança das Nações Unidas há dois anos. Nós quisemos, ao invés disso, encontrar uma saída que desse ao Irã a possibilidade de dissipar essas preocupações e provar que os objetivos de seu programa nuclear eram plenamente pacíficos".[665]

Ahmadinejad em vsita a reator nuclear

George W. Bush recusou-se a prometer que os EUA não deslanchariam um ataque nuclear contra o Irã. Segundo o jornal britânico *The Guardian* (de 4 de maio de 2006), "quando lhe perguntaram o mês passado se as opções dos EUA em relação ao Irã 'incluíam a possibilidade de um ataque nuclear' se Teerã se recusar a parar o enriquecimento de urânio, Bush respondeu: 'Todas as opções estão na mesa'". E, em janeiro de 2007, Benjamin Netanyahu, líder da direita israelense, declarou: "Nós estamos em 1938, e o Irã é a Alemanha, e lança-se agora na corrida ao armamento nuclear. Com as mesmas tendências: caluniar e sujar as suas vítimas enquanto lhes prepara um massacre. Ahmadinejad aprendeu com Hitler e ninguém se preocupa com isso. Todas as semanas, ele fala em apagar Israel do mapa, e ninguém diz nada. Por vezes os judeus não falam o suficiente. A grande diferença é que Hitler embarcou no conflito e só depois tentou desenvolver armas nucleares".

Netanyahu anunciou que uma estratégia israelense já havia sido determinada contra o Irã, e que Israel tinha dois papéis a desempenhar: difundir a ideia de que o Irã se preparava para destruir os judeus, e fazer com que o presidente Ahmadinejad fosse julgado por um tribunal internacional por atos de incitação ao genocídio (segundo o princípio da justiça preventiva); convencer os Estados ocidentais a adotarem unilateralmente sanções econômicas contra o Irã, de modo a pôr a sua economia de joelhos, sem que essa resolução passasse pelo Conselho de Segurança da ONU. Uma operação que já fora posta em marcha com a interdição do Tesouro estadunidense de comerciar com a banca Saderat, que serviu para transferir os subsídios iranianos ao Hezbollah para a reconstrução do Líbano.

O ex-diretor da CIA, James Woolsey, traçou um cenário mundial de catástrofe para uma eventual agressão ao Irã. Segundo ele, ninguém se devia contentar com "intervenções cirúrgicas em duas ou três instalações [nucleares]", mas que se devia "destruir o poder de *Vilayat-al-Faqit*" (ou seja, o poder do clero xiita): "Nós somos chamados e obrigados a usar da força contra o Irã". Uma operação que não poderia ser conduzida senão pelos EUA e por Israel,

[665] "Irã: restabelecer a confiança", artigo do ministro francês das relações exteriores, Philippe Douste-Blazy, do ministro alemão das relações exteriores, Joschka Fischer, do Alto Representante da União Europeia para a política externa e de segurança comum, Javier Solana, do ministro britânico das relações exteriores, Jack Straw, publicado no jornal *Le Monde* (Paris, 23 de setembro de 2005).

porque "eu teria gostado que nós tivéssemos uma parceria com a Europa, mas estou muito assustado com a sua deterioração. A Europa está se acomodando com a *Sharia*, e se tornando incrivelmente afetada pelo impulso demográfico muçulmano". De onde se deduz que quando os falcões falam em demografia, significa que estão pensando seriamente em genocídio...

A passagem à fase operacional de um ataque global foi designada *Concept Plan* (Conplan) 8022, "o plano geral dos cenários estratégicos envolvendo o uso de armas nucleares e centrado, em particular, nas novas formas de ameaça - Irã, Coreia do Norte - assim como sobre os proliferadores e os terroristas potenciais". Desde o fim de 2004, Israel armazenou armas clássicas e nucleares, na previsão de um ataque contra o Irã. Este armazenamento, financiado pelo auxílio militar norte-americano, encontrava-se quase terminado em junho de 2005. Israel recebeu dos EUA vários milhares de armas inteligentes lançadas a partir de aviões, entre as quais cerca de 500 bombas anti-bunker, que podem igualmente ser utilizadas como vetores de bombas nucleares tácticas.

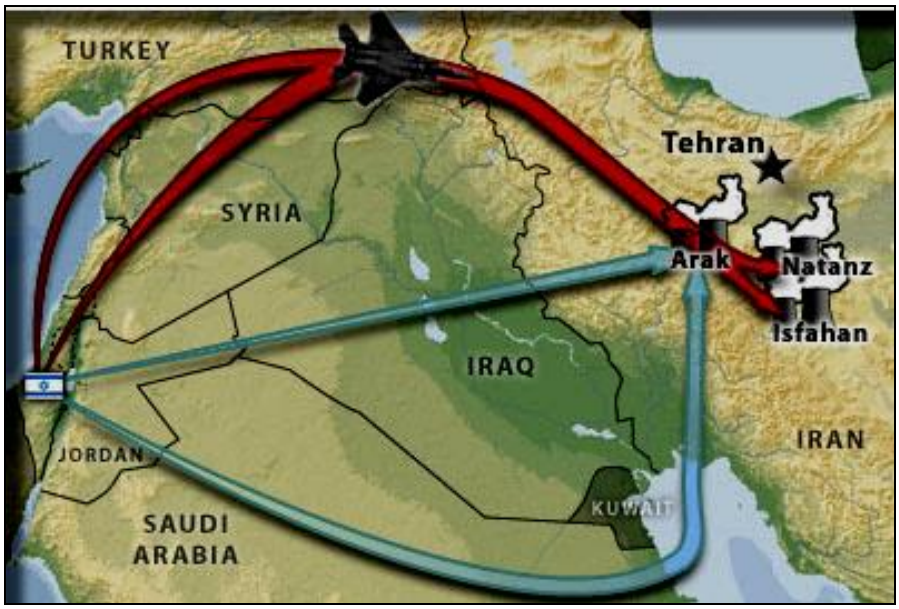
Submarinos Dolphin israelenses, equipados com mísseis *Harpoon* norte-americanos com ogivas nucleares, estavam já previstos para serem usados contra o Irã. O diretor da CIA, Porter Gross, enviado em missão a Ancara, pediu ao primeiro-ministro turco Erdogan apoio político e logístico para o bombardeamento de alvos nucleares e militares iranianos. Ancara autorizou Israel a efetuar exercícios militares e dispor forças especiais nas regiões montanhosas da Turquia, fronteiriças com o Irã e a Síria. Anteriormente, a Turquia já tinha autorizado o treino de pilotos israelenses na zona fronteiriça com o Irã. Certo número de países árabes limítrofes passou a ser parceiro tácito do projeto militar norte-americano. Os ataques aéreos contra o Irã poderiam desencadear uma guerra numa vasta região, compreendendo o Médio Oriente e a Ásia Central.

Teerã reforçou sua defesa aérea, comprando 29 sistemas antiaéreos russos Tor M-1. Rússia assinou um contrato, no valor um bilhão de dólares, de venda ao Irã de um sistema de defesa moderno, apto a destruir os mísseis e bombas teleguiadas por laser. Na União Europeia, porém, nenhuma personalidade política de peso se opôs aos planos dos EUA. Washington conseguiu um consenso no seio da OTAN, assim como no Conselho de Segurança da ONU. Os "ataques cirúrgicos" foram apresentados à opinião mundial como uma forma de impedir o Irã de fabricar armas nucleares. O aiatolá Khamenei, líder supremo do Irã, ameaçou que no caso de um ataque militar dos EUA, seu país retaliaria com todos os meios à sua disposição. O responsável iraniano nas negociações sobre o programa nuclear, Ali Larijani, afirmou que o Irã limitaria suas vendas de petróleo aos países que o apoiassem no conflito: "Os países que têm trocas com o Irã, particularmente no domínio petrolífero, não defenderam, até agora, os direitos do Irã". O Irã é o segundo maior produtor de petróleo da OPEP e detém cerca de 10% das reservas mundiais.

Não se deve confundir a oferta norte-americana de negociações diretas com Teerã com uma simples dissimulação das verdadeiras intenções por parte dos EUA. Um ato unilateral de guerra contra o Irã exigia um processo prévio de diplomacia para criar as condições políticas necessárias, tanto preparar a opinião pública nacional e estrangeira como negociar com as outras grandes potências. O editorial do *The New York Times* de 2 de junho de 2006 explicava que "poucos dos assessores presidenciais esperam que os dirigentes do Irã aceitem a principal condição de Bush": que o Irã, isolado entre todos os países, aceitasse a imposição norte-americana de uma proibição total de enriquecimento ou reprocessamento de urânio, com inspeções internacionais. Isso significaria entregar explicitamente a sua soberania nacional aos EUA. Era "uma proposta com o objetivo de fracassar". Quanto às verdadeiras intenções dos EUA, uma fonte interna foi citada: "'Se vamos enfrentar o Irã, primeiro temos que dizer que 'tentamos fazer conversações'".

Um analista sugeria outra explicação: "Os falcões em Washington se alinharam na convicção de que uma proposta de conversações diretas agora reforçará mais tarde os seus argumentos a favor de uma ação militar. Também ajuda a manter a Rússia e a China do seu lado quando as conversações falharem; os falcões então farão pressão por uma resolução obrigatória do Conselho de Segurança que imponha ao Irã a suspensão do enriquecimento e depois, se a Rússia e a China bloquearem as sanções, pedirão medidas unilaterais dos EUA e seus aliados". As ameaças bélicas ao Irã deviam ser postas no contexto da crise geral da política dos EUA e de Israel no Oriente Médio. O questionado premiê israelense Ehud Olmert resumiu: "O apoio do Irã ao terrorismo palestino – através de apoio financeiro, de fornecimento de armas e de *know how*, ora diretamente, ora via Síria –; a assistência iraniana ao terror no Iraque, a descoberta dos meios facultados pelo Irã ao Hezbollah durante a guerra no Líbano e a assistência oferecida ao Hamas, demonstraram a seriedade da ameaça iraniana". Contudo, "por mais séria que seja a ameaça iraniana, um ataque nuclear contra Israel não é de modo algum iminente".

Ou seja, que o eventual ataque nuclear israelense ou norte-americano (ou até conjunto) era uma ameaça que visava atacar o apoio iraniano às resistências da Palestina e do Líbano. O regime iraniano, por sua vez, fazia pouco para preparar o país para uma possível guerra.[666] Isso mostrava que não via esse ataque como muito provável, ou que escondia ou minimizava as notícias sobre um possível ataque dos EUA, para evitar o pânico. A princípio, os EUA evitaram pedir ao Conselho de Segurança da ONU que impusesse sanções diplomáticas e econômicas contra o Irã, em grande parte por causa da oposição russa e chinesa. A Secretária de Estado norte-americana Condoleezza Rice declarou: "Ninguém disse que tínhamos que nos apressar imediatamente com alguma forma de sanções". Mas sanções iniciais foram acordadas em junho de 2006 entre os EUA e os outros quatro membros do Conselho de Segurança da ONU (Grã-Bretanha, França, Rússia e China), a Alemanha e o chefe da diplomacia da União Europeia.



Rotas possíveis de um ataque israelense aos reatores nucleares iranianos

Rússia e China concordaram em que, mesmo não aprovando as sanções, não as bloqueariam. Definia-se assim um cordão militar em torno do Irã. As sanções poderiam estabelecer as condições para a guerra, mesmo que as outras potências envolvidas se mostrassem relutantes

[666] Certamente, o Irã tomou precauções contra as possíveis medidas bélicas norte-americanas, reforçando a concretagem da cobertura de certas instalações, e ampliando a rede interna de contatos por meio de túneis subterrâneos, o que proporcionava alguma proteção contra ataques convencionais, mas poderia, por outro lado, encorajar a utilização de armas atômicas de menor porte.

ou se opussessem. Olhando para a guerra verbal desencadeada pelos EUA e Israel contra o Iraque, a diplomacia, as sanções e as manobras no Conselho de Segurança da ONU não impediriam a guerra, antes lhe abririam o caminho. Um embargo de armas reduziria a capacidade de defesa do regime iraniano, dado que o país importava seu armamento sofisticado da Rússia e da China.

A economia do Irã era também muito dependente dos mercados mundiais. A alta do preço do petróleo durante a última década não havia tornado o Irã economicamente mais independente das exportações de petróleo. A economia iraniana se assentava nessas exportações, responsáveis por 80% do PIB. As receitas do petróleo do Irã quase triplicaram desde 1997, perfazendo ¾ das receitas do governo. Além disso, um bloqueio das importações, incluindo maquinaria e tecnologia, poderia incapacitar rapidamente toda a economia do país. O Irã insistiu em que o seu único objetivo era produzir eletricidade e não fabricar armas nucleares; seu governo anunciou que tinha conseguido atingir um nível de enriquecimento de urânio de 4,8 %. Isso estava muito longe do nível necessário para fabricar material para as bombas nucleares (próximo dos 90%). E, ao mesmo tempo em que o regime alegava ter usado com sucesso 164 centrifugadoras, houve relatos de que as máquinas se desfizeram e racharam no decorrer do enriquecimento. Mas o regime buscava criar a impressão de que podia fabricar rapidamente uma enorme quantidade de material de fissão nuclear.

Quando imposto pelas armas, um embargo transforma-se num ato de guerra. É por isso que os embargos econômicos rapidamente acabam por se tornar em ações militares, como o demonstrara a experiência de duas guerras mundiais. Mas, na mesa diplomática mundial, os EUA estavam colhendo os frutos de seu retrocesso no Iraque e no Líbano, quando a oposição da China e da Rússia condenou ao fracasso à secretaria de Estado Condoleezza Rice. E Rússia disse que não aceitava um “escudo anti-míssil europeu” (controlado pelos EUA), contra um, mais do que improvável, delirante, ataque nuclear iraniano contra a Europa, escudo situado fora da órbita direta de influência russa (Rússia propôs que o escudo fosse construído na ex república soviética do Azerbaijão).

Num apelo aos norte-americanos intitulado "Não ataquem o Irã" (publicado no *International Herald Tribune* de 26 de abril de 2006), o antigo conselheiro norte-americano para a Segurança Nacional, Zbigniew Brzezinski, avisou: "Embora os Estados Unidos sejam claramente preponderantes no mundo, não têm o poder – nem a inclinação interna – para impor e depois manter a sua vontade face a uma resistência dispendiosa e prolongada. Essa é certamente a lição aprendida nas suas experiências no Vietnã e no Iraque". Se, de qualquer modo, os EUA prosseguissem e viessem a atacar o Irã, ele avisava: "A era da preponderância norte-americana pode vir a ter um fim prematuro". A preocupação de Brzezinski com a questão da "vontade interna" era uma referência à necessidade da mobilização norte-americana em massa para duplicar, triplicar, ou mais, o seu número de tropas. Isso poderia ativar uma enorme alteração da situação política interna dos EUA. Brzezinski apontava uma possível solução para esse problema: "Se houver outro ataque terrorista nos Estados Unidos, podem apostar até aos vossos últimos dólares que também haverá acusações imediatas de que o Irã é o responsável, de forma a gerar uma histeria pública favorável a uma ação militar". Estas manifestações evidenciavam diferenças reais e profundas dentro da classe dominante dos EUA sobre como abordar a questão do Irã, e a crise mundial em geral.

A questão iraniana bateu numa área sensível do Brasil. Alguns fundos de pensão com ações da Petrobrás queriam que a empresa cancelasse todos os contratos e negócios com o Irã. Eram os cinco maiores fundos de pensão dos EUA, que possuiam uma quantidade expressiva de ações da Petrobrás, localizados no estado da Flórida. O valor estimado das ações deste grupo era de perto de US$ 113 milhões. No estado da Flórida vigorava uma lei obrigando todos os fundos de investimento que envolvessem empresas atuantes no Irã a tentarem convencer essas empresas a não investirem mais nesse país. Já existia nos EUA uma lei que proíbia,

nominalmente, algumas empresas de investirem no Irã. O Congresso norte-americano queria ampliar essa lei para todas as empresas. O Brasil ainda não cedia a essa pressão, mas um fundo de pensão de professores da Califórnia, com cerca US$ 170 milhões em ações da Petrobrás mandou uma à empresa carta advertindo contra os investimentos feitos no Irã.

A reação do governo do Irã face às provocações do EUA foi a de toda a classe dirigente iraniana face à nova situação no Oriente Médio, com preocupações partilhadas por todas as frações do regime, que cerraram fileiras face às ameaças dos EUA e à atitude mais dura da União Europeia. Os desafios públicos de Ahmadinejad que as potências ocidentais usaram contra o Irã foram um produto dessa mudança, não sua causa. A defesa do programa nuclear iraniano unificou todas as correntes do alto clero xiita, de linha moderada ou radical, do ex-presidente moderado Ali Rafsanjani ao líder máximo espiritual (pela hierarquia islâmica mais importante que o presidente), Ali Khamenei. O endurecimento dos discursos do governo foi feito de forma uníssona e unânime, inclusive com apoio dos jovens do país, opostos ao regime clerical em muitos outros aspectos. A classe dominante do Irã acreditava que por causa dos seus problemas no Iraque e no Afeganistão, os EUA não estavam em condições de atacar o Irã, mas também que os EUA não iriam aceitar sua sobrevivência com o regime dos *mullahs*.

Para os EUA, a questão iraniana (bomba e programa nuclear incluídos) se jogava no tabuleiro da política de poder regional. Em outubro de 2006, George Bush instruiu uma comissão do parlamento dos EUA para elaborar um plano de divisão do Iraque em três países diferentes, de maioria xiita, curda e sunita, respectivamente, uma divisão de fato do Iraque em Curdistão (que seria um protetorado do bloco EUA-Israel), Iraque do Sul (dominado pelo Irã) e os páramos de Sunni (dominados por ex-*baathistas* às ordens e sob a tutela do Departamento de Estado dos EUA). O estabelecimento de um condomínio sobre o Iraque, com o reconhecimento da influência iraniana no país, e a associação direta do Irã na manutenção da ordem regional, poderia pavimentar o caminho para uma saída negociada do contencioso nuclear.

E as contradições sociais internas do Irã começam a ganhar terreno. Em meados de 2007, iranianos furiosos com a decisão do governo de racionar a gasolina incendiaram pelo menos 19 postos de distribuição em Teerã. Cerca de 250 pessoas foram presas durante os distúrbios. A sobrevivência do atraso industrial, que a “revolução islâmica” não conseguira superar, tinha tudo a ver com o fato. Embora o Irã fosse o quarto maior exportador de petróleo, ele precisava importar 40% da gasolina que consumia, por falta de capacidade de refino. Apesar disso, o preço final para o consumidor continuava baixo, por causa do subsídio do governo. Em maio, a população já havia ficado irritada porque o governo reduzira o subsídio, o que provocou um aumento de 25% no preço do combustível. Os distúrbios não se limitaram a Teerã - que concentrava metade dos sete milhões de automóveis do Irã -, atingindo também o leste do país.

No mesmo ano, um início de crise política se perfilou no Irã, no meio de uma nova ofensiva repressiva. O chefe de polícia afirmou ter detido 150 mil pessoas (!) em ofensiva contra trajes considerados não islâmicos, no auge de uma das mais violentas ofensivas contra “dissidentes” dos últimos anos. Eram visadas lideranças trabalhistas, universidades, imprensa, defensores dos direitos das mulheres, e até um ex-negociador nuclear. Alguns analistas diziam estar ocorrendo, em relação à questão dos hábitos cotidianos e ao controle religioso, uma "revolução cultural" no país, mas a mídia iraniana não discutia essas questões, voltando suas atenções para os inimigos políticos de Ahmadinejad, como o ex-presidente Mohammad Khatami, e a polêmica sobre se ele violara a lei e a moral islâmica ao apertar a mão de uma mulher em Roma. Mais de trinta defensores de direitos das mulheres foram presos num único dia de março. Cinco deles foram acusados de ameaçar a segurança por organizar uma campanha pela revogação das leis discriminatórias contra as mulheres.

Em 2009, um levantamento popular em defesa do candidato presidencial Mir Hossein Moussavi e, sobretudo, contra a polícia e os Guardas Revolucionários (*pasdaran*) do regime teocrático, se produziu depois das eleições iranianas, em que Mahmoud Ahmadinejad foi declarado vitorioso, com 68% dos votos. As marchas com milhares de pessoas foram reprimidas pela polícia ou por integrantes da milícia islâmica *Basij*, força paramilitar. Centenas de manifestantes foram presos, jornais foram censurados, comícios foram proibidos e universidades foram fechadas. Uma dúzia de manifestantes foi morta pelos Guardas Revolucionários, inclusive três estudantes na cidade universitária (a Universidade de Teerã era o centro da oposição antiteocrática). Por trás da denuncia de fraude e da defesa de Moussavi se manifestou a luta pelas liberdades democráticas e contra as reacionárias leis teocráticas. Mas o descontentamento popular também estava sendo manipulado por um setor da burguesia, inclusive uma poderosa ala do regime teocrático, com o apoio dos EUA.

Para um comentarista iraniano de esquerda "os pobres estão com Ahmadinejad e as classes médias estão rachadas". Em 2006, Ahmadinejad lançara a ideia da "quota social": o Estado distribuiria quotas de algumas empresas entre os 4,6 milhões de iranianos mais pobres, que automaticamente seriam convertidos em sócios acionistas. Com isto pretendia enfrentar a crescente desigualdade social, e a consciência de que os trabalhadores haviam sido os mais sacrificados durante a guerra Irã-Iraque (1981-1988). A discussão sobre a "fraude" era em boa parte ociosa, pois no Estado "islâmico" as instituições representativas, eleitas em escrutínio eleitoral, estão subordinadas a instâncias não eleitas próprias à instituição religiosa, configurando um regime de natureza bonapartista-teocrática. Os candidatos a qualquer cargo, do presidente ao vereador, como vimos acima, devem previamente ser aprovados pelo Conselho dos Guardiões (composto por doze pessoas), instância não submetida à eleição popular. Ou seja, as próprias eleições têm uma base fraudulenta.

Ex-comandante militar paquistanês, o general Mirza Aslam Beig disse que o serviço secreto paquistanês tinha provas irrefutáveis de que os EUA trabalharam para tentar alterar o resultado das eleições no Irã: "Há provas de que a CIA gastou 400 milhões de dólares em território iraniano para fazer eclodir uma revolução 'pacífica', 'colorida', contra o governo dos aiatolás, imediatamente depois das eleições". Os jovens, em especial os mais instruídos, foram a vanguarda da mobilização contra o regime. 65% da população iraniana tem menos de 25 anos de idade. Esses jovens formam a população mais instruída do país de todos os tempos, pois o índice de alfabetização nunca foi tão alto, tendo passado de 59% para 82%, nos últimos vinte anos. Mas 40% dos jovens estAVAM desempregados (numa taxa de desemprego global superior a 20%), e 44% da população urbana iraniana vivIA em favelas.

A hierarquia islâmica do Estado tinha apelado, em fevereiro, antes do pleito, para o fato de que "as eleições presidenciais de 2009 no Irã terão proporções épicas e manifestarão que a nação iraniana está decidida a ser senhora de seu próprio destino. O número muito alto de votos na eleição presidencial mais uma vez fará prova do verdadeiro conceito de *democracia religiosa*". O comparecimento às urnas foi entre 82% e 84%, índice superior às eleições prévias. Contra as manifestações antifraude houve também manifestações em defesa da vitória de Ahmadinejad. Vijay Prashad escreveu no *Counterpunch* que "ninguém mais pode dizer, hoje, que a sociedade iraniana é autoritária. A robusta manifestação de rua e no Parlamento e, de fato, também no círculo das eminências pardas, sobretudo dos *mullahs* de turbante, tanto do Conselho de Guardiões quanto do Conselho de Discernimento do Sistema, põem por terra a ideia de que as forças sociais no Iran vivam sob pressão ou censura. O Estado iraniano não é totalmente capaz, ainda, de absorver todas as forças e potências da sociedade iraniana, mas está sendo forçado a absorvê-las".

O professor do Trinity College acrescentava, porém, que "Ahmadinejad foi forçado a instaurar inquérito judicial para investigar o assassinato de Neha Agha-Soltan" (exatamente, "foi forçado"). Para o jornalista brasileiro Sérgio Augusto, "não tem Obama, nem Twitter, atrás dos

protestos, o que há, mesmo, são anos de luta semiclandestina contra o obscurantismo ideológico da República Islâmica, protagonizada, com destaque, pelas mulheres, as maiores vítimas do fundamentalismo religioso". Durante os protestos, a cúpula da administração do petróleo iraniano foi demitida por criticar o governo e apoiar a campanha do oposicionista derrotado. A mobilização das ruas deu projeção a lideranças feministas, como Mehrangiz Kar e Shirin Ebadi, jornalistas como Akbar Ganji, e militantes da dos sindicatos dos trabalhadores, como Mansour Osanlou, líder do Sindicato dos Trabalhadores de Teerã e Subúrbios, e Mahoud Salehi, líder da Associação dos Trabalhadores da Indústria do Pão.

Com Moussavi, ex primeiro ministro da República Islâmica durante a guerra contra o Iraque, que havia sumido politicamente durante duas décadas para reaparecer em 2009, estava o aiatolá Khatami, ex-presidente "reformista" do Irã; e também um dos pilares do regime teocrático, Hodjatoleslam Hashemi Rafsanjani, quem fez fortuna a partir do poder e impulsionou, junto à elite de novos ricos iranianos, a "liberalização" econômica e a adaptação crescente às exigências dos EUA e da União Europeia. Rafsanjani era chefe do "Conselho de Discernimento do Sistema", sua família era das mais ricas do país: um de seus irmãos era proprietário da maior mina de cobre do país; outro dirigia a rede estatal de televisão; um primo irmão dominava o comércio nacional de pistache; e seus filhos controlavam boa parte da indústria do petróleo e da construção civil.

O presidente tcheco da UE, além do presidente francês Nicolas Sarkozy e do líder sionista Ehud Barak, coincidiram no forte apoio a Moussavi, que era ele próprio responsável pela violenta repressão contra a esquerda e a classe operária iraniana na década de 1980. A União Europeia excluiu de sua lista de organizações terroristas o grupo chamado "*People's Mujahedin of Iran*" (MKO), armado no exterior para cometer atentados no Irã. O presidente norte-americano Obama não foi tão longe, o seu governo ficou dividido, devido à pressão da direita do Partido Democrata, dos "*neocons*" republicanos, e do lobby sionista, para os que o levantamento iraniano, depois da recente vitória eleitoral da coalizão pro-EUA no Líbano, seria uma oportunidade para uma mudança "pro-ocidental" de regime no Irã, condicionada militarmente, a oeste, por um Iraque ocupado, e ao leste por um Afeganistão igualmente ocupado. Forças da coligação EUA –Israel- Turquia realizavam desde 2005 diversos exercícios militares projetados contra o Irã.

A política "neutralista" de Obama, em troca, levou em conta, segundo um observador, "o efeito que suas palavras teriam em Teerã. Uma palavra mal pensada, de um oficial do Departamento de Estado, produziria reações e manifestações gigantescas de união nacional no Irã, contra qualquer intervenção". Outro comentarista apontou que "para os EUA, há pouca diferença entre o suposto vencedor, Ahmadinejad, e o suposto derrotado, Mir Hossein Moussavi, já que quem continuará dando as cartas será o aiatolá [Ali] Khamenei (o "Líder Supremo", que controla todos os poderes e é eleito por uma "assembleia" dos 86 membros da hierarquia xiita). A aposta de Obama é insistir na neutralidade para retomar a aproximação entre EUA e Irã, na tentativa de brecar a corrida do país pelo programa nuclear e de conter a ação de Teerã junto a grupos xiitas da região. A estratégia poderia mudar se a avaliação da inteligência na região sugerisse que havia chance real de mudança de regime - o que não é o caso até agora". Ou seja, que Obama apostava, como na América Latina, na domesticação do regime "hostil", ou na quebra do nacionalismo "por dentro", aproveitando suas contradições.

A suposta reedição da "revolução laranja" (como em Belgrado, Kiev ou Georgia, que deu lugar a regimes pró-EUA) no Irã era possibilitada pela política da ala "populista" do regime, em torno a Ahmadinejad, incapaz de derrotar a ameaça imperialista: defendendo com seus próprios meios, reacionários (incluída a repressão contra as minorias curdas, azeris e árabes), a ordem capitalista "iraniana", abrira as portas para o retrocesso da resistência antiimperialista no Oriente Médio. A respeito do enfrentamento sobre a questão nuclear, disse Afshin Rattansi, no *Counterpunch*, que "o programa nuclear satisfaz todos os grupos [do Irã], exceto uns poucos

intelectuais que só falam de energia solar. (Ele) faz salivar os corruptos mais ricos, já antegozando a perspectiva de nadar em lucros ainda maiores da exportação de petróleo. As usinas nucleares fornecerão energia para uso local e doméstico; e sobrará petróleo a ser exportado, para gerar dólares fora do Irã. Quanto ao restante da sociedade civil, a energia nuclear é motivo de orgulho nacional e abre caminho para criar algum tipo de arma nuclear, que será útil quando Israel e suas ogivas atômicas afinal partirem, das ameaças, ao ataque".

Teerã, 26 de junho de 2009, trinta anos depois da "revolução dos aiatolás"

A defesa do programa nuclear iraniano, portanto,unificou todas as correntes do alto clero xiita, de linha "moderada" ou da "radical", do ex-presidente Ali Rafsanjani ao líder máximo espiritual (pela hierarquia islâmica mais importante que o presidente), Ali Khamenei, e incluindo a oposição que convocara às manifestações de rua. A frente "reformista" tinha o apoio de parte da burguesia urbana e comercial iraniana, com um programa, não de real democratização do Irã, mas de dar um fim à política econômica inflacionária, iniciar recortes nos gastos sociais e nos subsídios aos gêneros de primeira necessidade, e retomar o comercio internacional. A frente era apoiada por setores da hierarquia religiosa, incluídos alguns *pasdaran* (59 ex-oficiais do alto escalão dos Guardas Revolucionários tornaram público seu apoio a Moussavi), preocupados pela estabilidade do regime devido à sua política econômica, e ao confronto com os EUA na questão nuclear. Já em 1994, algumas unidades dos *pasdaran* se recusaram a reprimir para "restabelecer a ordem" em Qazvin. A esquerda iraniana repetiu, ampliados, os erros do passado, quando se subordinou a Khomeini na revolução de 1979, subordinando-se à "frente popular" com a "burguesia democrática", no "Conselho da Resistência Iraniana".

Bill Keller, editor executivo do *New York Times*, disse que "os moderados (Moussavi) têm poucos meios para contestar [sua] derrota": "Os otimistas no Irã e no exterior precisam se perguntar se a alegre agitação que encheu as ruas nas últimas semanas representava uma nova força popular ou apenas uma oportunidade de extravasar tensões", o que se parecia bastante com um atestado de óbito estendido à "oposição". Para o *Financial Times*: "As dimensões reais do apoio a Moussavi são impossíveis de avaliar, e Ahmadinejad conserva popularidade - especialmente entre os radicais religiosos, os pobres e a população rural. Mas as divisões na sociedade que foram expostas nesta semana não irão desaparecer. Alguns comentaristas vêem a eleição como golpe palaciano engendrado pela linha dura do regime, representada pelo *establishment* militar que apoia Ahmadinejad. É difícil avaliar se a crise vai desencadear um movimento de protesto mais amplo que possa abalar mais profundamente a estrutura de poder, ou se levará à consolidação total do poder nas mãos da linha dura. Moussavi parece ter se deixado liderar pelas ruas, que vêm se mobilizando para protestos mesmo quando ele divulga um comunicado adiando uma manifestação. *Parte da motivação dos protestos não é tanto apoio a ele quanto rejeição a Ahmadinejad*".

Afirmar que as mobilizações anti-Ahmadinejad eram pura manipulação do imperialismo era simplesmente ignorar o processo de acumulação de capital privado desenvolvido pelo regime teocrático, em favor de setores entrincheirados na hierarquia religiosa ou nos Guardas Revolucionários. É o caso das grandes "fundações", destinadas à caridade para os pobres ou para os feridos da guerra contra o Iraque, que "diversificaram suas atividades" para investir na indústria, no comércio, na agricultura, no turismo e até na aeronáutica, em associação com o capital externo. Afshin Rattansi lembrou que "o Irã abriga o maior parque industrial de produção de veículos do Oriente Médio", mas esquecendo que o faz não só a partir do Estado e do capital iraniano, mas também com empreendimentos conjuntos com o capital francês (Renault e Peugeot-Citroën) em que este detém 51% do capital. Teerã e outras cidades conheceram sua "bolha imobiliária", que fez nascer, segundo jornais iranianos, uma "nova burguesia imobiliária". Os bancos "nacionais", afetados pela crise mundial, aumentaram, em um ano (2007-2008) suas dívidas para com o Banco Central em 106%.

Ao lado do enriquecimento de alguns "revolucionários", os salários reais estavam em queda livre, ao mesmo tempo em que aumentava a "prisão por dívidas" (existente no Irã) com doze mil presos no último ano, em geral pessoas modestas ("só" 20 mil haviam sido detidos por dívidas desde 1979). A evasão fiscal dos empresários era geral. Segundo o mesmo autor, "os membros da pequena-burguesia e da elite iraniana, a classe dos *bazaari*, não admitiria nenhum tipo de revolução nas políticas de impostos... A falange dos MBAs pró Moussavi encorajará as loucuras de praxe da 'globalização' e enfrentará a oposição de vários poderosos *bazaaris* que querem mercado fechado, nunca mercados abertos". No mesmo diapasão, para o professor iraniano Ramine Motamed-Nejad, passou-se, na revolução, "do caritativo ao lucrativo": "Contradizendo os ideais igualitários da revolução de 1979, as sanções impostas aos mais modestos são acompanhadas pela incapacidade, ou pela falta de vontade, do poder público para cobrar as dívidas (com o Estado) da maior parte dos grupos econômicos", e também que "os sindicatos são cada vez mais ativos, no trabalho de agitar as fábricas da República Islâmica".

As organizações dos trabalhadores continuavam proibidas, mas, desde 2004, greves de trabalhadores se tornaram mais comuns. Houve greves importantes, como a dos trabalhadores do transporte público de Teerã, professores, trabalhadores da usina de açúcar Haf Tapeh, da indústria têxtil e de autopeças. Muitas vezes os trabalhadores saíram em greve contra o atraso do salário, que chegava a meses. As greves foram fortemente reprimidas, com líderes sindicais sendo presos ou até executados. A greve do transporte público de Teerã de 2006, com mais de 10 mil trabalhadores, só acabou após a prisão de 1.200 trabalhadores e seus familiares; mesmo assim eles fundaram um sindicato independente. As lutas operárias cresceram nas décadas posteriores, até atingir um ponto alto em 2014, com a greve dos cinco mil mineiros de Bafgh, que conseguiu barrar a privatização das minas de ferro da região. A greve durou quarenta dias, e foi o conflito social mais longo posterior à revolução de 1979.

Em síntese: o novo em 2009 era o início de uma quebra da hierarquia islâmica, no poder desde 1979, e, sobretudo, o início de uma parcial mobilização popular contra o regime. A repressão se valeu menos da "mobilização dos pobres", e mais do uso de aparelhos paramilitares vinculados ao regime e à "nova burguesia" iraniana. A população do Irã, que era de 34 milhões na época da "revolução islâmica", pulou para 70 milhões no século XXI, sendo que 65% dela têm menos de 25 anos de idade, um recorde mundial. A pobreza e a polarização social também cresceram, como vimos, exponencialmente; o ex-presidente e membro destacado da hierarquia clerical xiita (a variante islâmica que seria "o islamismo dos pobres"), Ali Rafsanjani, foi listado pela *Forbes* norte-americana como a 43º fortuna do mundo: não é uma exceção no Irã, mas um exemplo entre outros.

UM CENÁRIO BÉLICO DO MAGREBE AO CHIFRE DA ÁFRICA

A diplomacia médio-oriental dos EUA, sem falar na europeia, na verdade, cambaleava diante do cenário bélico que se perfilava, com sua dinâmica própria (ou seja, relativamente independente das pressões das grandes potências) em toda a grande região geopolítica que ela atendia. Na Argélia, na primeira metade da década de 1990, turistas estrangeiros foram vítimas de sequestros e de ações mortíferas que tiveram forte repercussão mundial. O país, finalmente, mergulhou em guerra civil em 1992, quando o governo da FLN anulou as eleições parlamentares vencidas pela FIS, Frente Islâmica de Salvação (*Front Islamique de Salut*). Durante toda essa década, mais de 80 mil pessoas foram mortas em massacres e atentados promovidos pela FIS, pelo GIA e pelas forças de repressão do governo argelino, que receberam forte apoio policial da antiga metrópole francesa.

Em 13 de janeiro de 1995, as principais formações da oposição argelina, inclusive os grupos islâmicos, assinaram em Roma um "Contrato Nacional" pela cessação do derramamento de sangue e pela primazia de uma solução política para a guerra civil . O poder militar ditatorial rejeitou o Contrato e incrementou a política da "segurança total". Foram convocadas eleições presidenciais para 16 de novembro de 1995; Zeroual, foi eleito como quarto presidente da república, no primeiro turno, com mais de 60% dos votos. Os militares revisaram a Constituição, reforçando os poderes do presidente; a nova Constituição foi aprovada em referendo em 13 de novembro de 1996. Os massacres continuaram em todas as regiões do país, durante 1997. O grupo islâmico AIS anunciou uma trégua negociada com o poder¸enquanto o GIA continuava a espalhar o terror. O Agrupamento Nacional Democrático (RND) de Zeroual, venceu as eleições comunitárias, obtendo 55% das cadeiras, no meio de denúncias generalizadas de fraude. A represão atingiu níveis inéditos com o desaparecimento de milhares de pessoas com base na política da "segurança total". O presidente Zeroual, diante da magnitude da crise, em setembro de 1998 demitiu e anunciou eleições residenciais antecipadas.

O candidato do regime foi Abdelaziz Bouteflika, um civil membro da FLN desde a guerra da independência; fora ministro da Juventude e dos Esportes, ministro das Relações Exteriores e membro da Assembleia Legislativa; teve papel importante na liderança dos países não alinhados; deixou a Chancelaria por não ter sido indicado para a sucessão de Boumediènne; viveu no exílio de 1981 a 1987 quando seus adversários políticos o acusaram de corrupção; e saiu da política após assinar documento de protesto contra o uso da força pelo governo, em 1988. Ganhou as eleições presidenciais do dia 15 de abril de 1999; foram denunciadas fraudes eleitorais massivas pela oposição e pelos outros seis candidatos presidenciais.

Em 6 de junho Bouteflika promulgou a lei da "concordância civil", que não impediu a continuação dos atentados e violências, e abriu o caminho para a impunidade. O Movimento dos Oficiais Argelinos Livres (MAOL), criado poucos meses antes, reivindicou o julgamento dos generais responsáveis pela tragédia argelina; os oficiais generais se encarregaram de educar os ousados insubordinados. O novo presidente finalmente conseguiu 98,63% de votos favoráveis em plebiscito sobre seu plano de paz, em setembro de 1999. Mais de 1,5 mil guerrilheiros da FIS aceitaram a anistia oferecida pelo governo, que durou até janeiro de 2000. Os grupos islâmicos remanescentes prosseguiram, porém, sua campanha; cerca de 200 pessoas foram mortas durante o Ramadã sucessivo. Mas Bouteflika obteve uma grande vitória, em janeiro de 2000, com o anúncio do desmantelamento do Exército Islâmico de Salvação (EIS), braço armado da FIS, que se desarmou voluntariamente. A guerrilha fundamentalista ficou restrita ao Grupo Islâmico Armado (GIA) e à facção *Da´wa wal Jihad*.

Outra "primavera berbere" aconteceu na Kabilia após o assassinato de um jovem estudante numa delegacia de polícia, em abril de 2001. As populações argelinas se levantaram, houve manifestações importantes em Argel e Tizi Ouzou, houve 126 jovens assassinados. Bouteflika

apresentou uma reforma da Constituição ao parlamento visando a oficialização da língua berbere, e assinou um acordo de associação da Argélia à União Europeia, enfatizando que esta seria a solução para todos os males do povo argelino. Em 30 de maio foram realizadas eleições legislativas; a FLN as ganhou sozinho já que todos os partidos de oposição boicotaram o escrutínio. Em 2003, Madani e Belhadj, antigos chefes da FIS, foram libertado da prisão sob a condição de fazerem um pronunciamento à nação chamando para o abandono da luta armada. Ocorreram novas eleições presidenciais em 2004, com as fraudes que garantiram 85% dos votos para Bouteflika, candidato único. Logo depois, assinou um novo acordo de cooperação estratégica com a França.

Em referendo de 29 de setembro de 2005 foi aprovada com 97% dos votos a "Carta pela Paz e a Reconciliação Nacional". A Carta proibiu qualquer perseguição contra autores dos crimes cometidos durante o "decênio negro", que deixara um saldo de 200 mil mortos.Em 2006 e em 2007 a FLN ganhou novamente as eleições legislativas: nas ruas das cidades argelinas continuavam os enfrentamentos entre islâmicos e forças de segurança. O outono de 2007 foi particularmente cheio de assassinatos, com elevado número de mortos e atentados suicidas, situação que continuou em 2008, mas Bouteflika foi reeleito em 2009, com 90% dos votos; ele foi candidato único e seu partido foi o único a participar. A fraude foi desavergonhada e nenhum partido de oposição participou das eleições.[667] A "primavera árabe" estava a camnho...

Na Palestina, a Corte Suprema de Israel autorizara o exército e os serviços de inteligência a continuar a política de "assassinatos seletivos" de militantes palestinos, na Cisjordânia assim como em Gaza, incluídos dirigentes políticos. A mesma Corte Suprema já tinha autorizado a realização de "interrogatórios reforçados" (torturas). A resolução da Corte dizia que não se podia estabelecer, antecipadamente, se uma execução era contrária ou não ao direito internacional: sua "legalidade", portanto, só poderia ser estabelecida *depois*, através de uma comissão de investigação "independente", integrada por funcionários... de Israel. Se a comissão determinasse que a execução não fora legal (ou seja, que fora um assassinato) as vítimas teriam direito a uma compensação econômica, mas sem direito à apelação judicial.

A estratégia israelense era a continuação do "mapa da estrada" de Bush e do plano de cantonização palestina de Ariel Sharon. Foi apresentada pelo primeiro ministro israelense Olmert no Congresso dos EUA em maio de 2006, pouco antes da invasão do Líbano: "Seu objetivo é o estabelecimento de um "Estado palestino" conformado por quatro cantos desconectados, três na Cisjordânia e o restante em Gaza. Mediante a anexação de seus maiores blocos de colônias definidos pelo muro, com o qual Israel se expande em até 85% do país, deixando os palestinos confinados a empobrecidos enclaves no restante de 15% da terra. Na "solução de dois Estados", Israel controlaria as fronteiras externas e internas, o movimento dos palestinos, a área da Grande Jerusalém, todas as fontes de água, o espaço aéreo, a esfera das comunicações e inclusive a política exterior do Estado palestino".[668]

Os generais sionistas ativaram seus já preparados planos para destruir a Hezbollah, como um ensaio geral de uma ofensiva mais ampla contra o Irã e a Síria. Desde meados de 2006, como vimos anteriormente, Israel despejou mísseis e bombas sobre Gaza e Cisjordânia, sob o pretexto de libertar um soldado israelense preso em combate pela resistência palestina. Esse também foi o motivo alegado para invadir o Líbano, numa pretensa ação de guerra contra o Hezbollah. Instigado pelos planos norte-americanos de um "Novo Oriente Médio" e iludido por seus generais, o governo de Tel Aviv lançou contra o Hezbollah uma guerra desastrada. A ofensiva começou em julho, os ataques provocaram mais de um milhar de mortes, e

[667] José Farhat. *Op. Cit.*

[668] Jeff Halem. Keeping a steady course in Apartheid. *Media Monitor Network*, 25 de junho de 2007.

suscitaram um deslocamento forçado de aproximadamente 1,2 milhão de pessoas (900 mil libaneses e 300 mil israelenses).

Ferimentos estranhos registrados em vítimas palestinas levantaram a suspeita de que Israel usara um novo tipo de arma letal, que ainda estava em fase de teste. Chamada de Explosivo de Metal Inerte Denso (*Dime*, na sigla em inglês), a arma teria causado profundos ferimentos internos, amputações, mutilações e a morte de centenas de palestinos. E Israel admitiu oficialmente que usou as “polêmicas” bombas de fósforo, que causam queimaduras químicas, nos ataques de 2006 (as Convenções de Genebra proíbem o uso do fósforo branco como uma arma incendiária contra populações civis e em ataques aéreos em áreas habitadas por civis). Israel defendeu também o uso de bombas de fragmentação (também conhecidas como *cluster bombs*) durante a guerra contra o Líbano, classificando-o de "legítimo", apesar do subsecretário da ONU para Assuntos Humanitários, Jan Egeland, criticar a utilização do artefato, chamando-o de "imoral".

Em que pese toda essa brutalidade, dois meses depois, em setembro, as forças israelenses tiveram que se retirar do território libanês, derrotadas pela resistência libanesa. Mais de mil civis libaneses (1400, segundo estimativas) e um número desconhecido de milicianos do Hezbollah foram mortos no conflito. Israel perdeu 116 soldados nos confrontos, e 43 civis israelenses foram mortos por ataques de mísseis do Hezbollah contra o norte do país. A resolução 1701 do Conselho de Segurança da ONU determinou “o cessar-fogo entre Israel e o Hezbollah” no dia 14 de agosto, com o deslocamento do exército libanês para o sul, e a ocupação da região por quinze mil militares da Unifil (Força Interina da ONU no Líbano), também deslocados para o sul do país. O chefe do Hezbollah, Hassan Nasrallah, afirmou que o movimento continuava presente no sul do Líbano, depois do fim do conflito com Israel.

Hassan Nasrallah

Sobrou, porém, a destruição. O total da ajuda prometida por cerca de 60 países e organizações humanitárias para a reconstrução do Líbano foi de US$ 940 milhões. Os doadores exortaram Israel a suspender o bloqueio aéreo e marítimo sobre o país, o que o Estado sionista fez tardiamente. Com o acréscimo de promessas e projetos de longo prazo, o Líbano receberia US$ 1,2 bilhão para reparar a destruição causada por um mês de bombardeios israelenses, mas a ONU estimou que os prejuízos à infraestrutura do Líbano somavam US$ 3,6 bilhões. Os US$ 50 bilhões investidos na última década para reconstruir o país depois da guerra civil (1975-1990) foram gastos em estradas e linhas de fornecimento de eletricidade, escolas e centros esportivos, hospitais e aeroportos. Boa parte dessa infraestrutura agora estava em ruínas. Grandes áreas ao sul e em Beirute foram destruídas. Seria necessário reconstruir a infraestrutura, reconstruir 600 quilômetros de estradas que foram destruídas, reconstruir 150 pontes.

E havia os que esperavam que os esforços de reconstrução se transformassem em uma oportunidade comercial. O pagamento de uma operação de reconstrução depois de uma guerra costuma envolver a retirada de dinheiro de um lugar para outro; o mercado de ações dá uma indicação de quem deve sair ganhando. Ações de companhias fabricantes de cimento e aço subiram. O Líbano, além disso, tinha milhares de bombas sem explodir. Israel disparou cerca de seis mil bombas, foguetes e bombas de artilharia a cada dia contra o Líbano, durante os 34 dias do conflito. A informação fornecida por Israel para ajudar na retirada das bombas foi propositalmente inútil. A agência de refugiados da ONU afirmou que o perigo representado por bombas de fragmentação que não explodiram significava que cerca de 200 mil pessoas que fugiram de suas casas devido ao conflito não poderiam voltar por até dois anos.

Mas a derrota do exército sionista, e dos EUA, foi estrategicamente fundamental para a crise política no Oriente Médio. A guerra libanesa, entre 12 de julho e 14 de agosto de 2006, não foi só uma derrota político-militar do Estado de Israel, mas também uma importante derrota dos EUA em sua guerra terrorista "contra o terrorismo". O mito do exército sionista invencível, a quarta mais poderosa máquina de guerra do mundo, plenamente assistido pela maior potência econômica e militar, os EUA, recebeu um golpe fatal pelas mãos de uma milícia popular árabe. O projeto sionista de um Estado colonizador e “civilizador” no Oriente Médio entrou numa crise de dimensões históricas.

Como afirmou o militante judeu brasileiro Gershon Knispel, membro das primeiras *alliahs* de colonização de Israel: “Estamos assistindo ao grande fiasco do câncer da ocupação, que entrou em metástase e atinge todos os setores da nossa vida. Sharon escapou do processo por corrupção graças a seu estado terminal. Mas seu filho está na prisão, em vez de ele próprio. Olmert está envolvido em vários atos de corrupção. O presidente Katzaw está enfrentando um processo de impeachment por assédio sexual a uma funcionária. O ministro da Justiça, Chaim Ramon, também enfrenta processo por assédio sexual. Contra o ministro Zachi Hanegbi a polícia pede para reabrir um processo por corrupção.

“E agora o câncer se aprofundou, ao atacar a vaca mais sagrada de Israel: o próprio comandante-chefe do Exército, Dan Halutz, acusado de, um dia antes da guerra que ele mesmo planejou, ter vendido suas ações. Os resultados não demoraram: o comentarista militar do jornal *Haaretz*, Zeev Schif, tem o remédio milagroso e sempre representa as posições do Alto Comando: "Trocar o governo militar por um novo corpo policial que vai se dedicar a esse papel". Parece lógico, mas não é prático. Como pode Israel construir um novo corpo que levará para a eternidade a ocupação que já está custando ao Estado 12 bilhões de dólares por ano?”.

A crise do projeto sionista ainda não atingira seu pleno desenvolvimento, ou seja, sem desfraldar todas suas possibilidades, incluída a da unidade das massas judias pobres (só em 2006, 100 mil judeus engrossaram as fileiras dos que viviam abaixo da linha de pobreza em Israel, metade deles crianças) e dos povos árabes (palestino, em primeiro lugar) contra seus opressores comuns. Durante a guerra do Líbano, a alternativa dos “moderados” árabes praticamente não existiu. Como disse Nicola Nader, “o fato dos dirigentes árabes não terem convocado uma reunião de emergência diante da ofensiva israelense contra o Líbano, exacerbou o conflito entre o povo e o Estado... A Liga Árabe foi desarabizada faz muito tempo”.

O fracasso do sistema da Liga Árabe anunciou o fracasso de seus Estados membros, pondo na agenda a derrubada tanto da Liga como dos sistemas políticos que se esforçavam em mantê-la artificialmente viva. No Líbano, por sua vez, chegava a hora do ajuste interno. Os ministros do Hezbollah (disparada, a maior força política do país) renunciaram. Na segunda semana de dezembro de 2006, quase dois milhões de pessoas (metade da população do país) ganharam as ruas de Beirute e de Trípoli contra o governo de Fuad Siniora, que agrupava os clientes de

Washington no Líbano: o Movimento Futuro, partido político sunita ao qual pertencia Rafik Hariri; seus aliados drusos encabeçados por Walid Jumblatt, os cristãos liberais e as Forças Libanesas da direita cristã maronita. Incluia também o Partido Democrático de Esquerda, fundado por antigos membros do Partido Comunist. A coalizão ficou transformada num zero político entre a resistência nacional encabeçada pelo Hezbollah, e o bloco EUA/Estado sionista com o qual compactuou durante seu mandato.

Todas as frações políticas declararam quererem "refazer a unidade nacional". O próprio Hezbollah reclamou um "governo de unidade nacional", junto aos seus aliados do CPL (Corrente Patriótica Livre) do líder político cristão Michael Aoun. E não faltaram teóricos que atribuam os problemas ao "divórcio sociológico entre xiitas e sunitas"... A 21 de novembro, o assassinato de Pierre Gemayel, o filho do falecido falanagista Bechir, considerado o sucessor de Siniora e também o mais importante político anti-Síria, ocorreu em meio a uma crise política. George W. Bush prometeu ao primeiro-ministro do Líbano que "ajudaria o país a se defender de intromissões do Irã e da Síria", uma nova provocação destinada a veicular uma nova intervenção. A sede do governo estava preventivamente protegida pelo exército e rodeada de arame farpado. Síria, porém, condenou o assassinato de Gemayel e negou qualquer envolvimento no mesmo. O crime também foi condenado pelo Irã e pelo Hezbollah.

As origens do assassinato de Gemayel não eram claras, mas não apontavam para Síria, senão para os interessados em torpedear a aproximação entre Síria, Iraque e Irã para buscar uma sáida para o Iraque e para toda a região, o que também constava das recomendações do relatório da Comissão Baker, nos EUA. Isto marginalizaria ainda mais a já internacionalmente isolada administração Bush. Síria não estaria interessada em provocar uma desestabilização do Líbano. Mais interessados estariam os "falcões" ianques, e seus aliados militares israelenses, que se ilustraram hostilizando (catorze vezes!) os aviões militares franceses estacionados no Líbano, motivando o governo francês a responder que, caso isso continuasse, haveria resposta militar...

Milícia jovem do Hamas

Expulso do Líbano, o Estado sionista se concentrou numa ofensiva contra a população palestina, em especial na Faixa de Gaza. Nos últimos meses de 2006 houve uma escalada da violência israelense na Faixa de Gaza, em que mais de 300 palestinos morreram (eram já 660, segundo estatísticas oficiais, os palestinos assassinados durante 2006), inclusive muitos civis. A situação em Gaza atingiu níveis emergenciais – praticamente sem água, eletricidade e medicamentos, fome, pobreza e desemprego se espalharam. O desemprego foi para 40% em Gaza (comparado a menos de 12% em 1999). Os trabalhadores palestinos de Gaza não tinham

permissão para entrar em Israel desde 12 de março de 2006; o principal mercado de Gaza e todos os pontos de entrada e saída ficaram praticamente lacrados desde 25 de junho, quando a campanha militar israelense começou.

Escolas e demais serviços não podiam operar em Gaza. Bombardeios e ataques do exército de Israel eram constantes: a Força Aérea bombardeou todos os seis transformadores da única usina elétrica em Gaza, o suprimento de energia foi substancialmente reduzido (geradores são usados para operar departamentos de raios-x e salas de operação). Alimentos perecíveis não podiam ser preservados. A pobreza em Gaza chegou a 75%. Os preços dos alimentos inflacionaram, o açúcar e derivados do leite acabaram enquanto o suprimento comercial de Israel estava limitado pelo bloqueio. Através do prolongado cerco a Gaza pelo exército de Israel e as sanções impostas contra a Palestina, agravadas pelos repetidos ataques do exército, fome e doenças se alastraram cada vez mais no país. De acordo com o Banco Mundial, os palestinos viviam "sua pior depressão econômica da história moderna". A imposição de sanções internacionais teve um impacto devastador sobre uma já duramente comprometida economia, dada sua extrema necessidade de financiamento externo.

A ANP (Autoridade Nacional Palestina) era altamente dependente de duas fontes de receita. A primeira, o pacote anual de ajuda de doadores ocidentais, de cerca de US$ 1 bilhão por ano; em 2005, de acordo com o Banco Mundial, os doadores enviaram US$ 1,3 bilhão em ajuda humanitária e emergencial (US$500 milhões/38%), de desenvolvimento (US$ 450 milhões/35%) e orçamentária (US$ 350 milhões/27%), ficou em boa parte suspensa. A segunda era as transferências mensais de Israel de US$ 55 milhões em impostos e taxas coletadas para a ANP, uma fonte de receita crítica para o orçamento palestino e totalmente suspensa. Israel acumulou em seus cofres cerca de meio bilhão de dólares de receitas palestinas contidas, desesperadamente necessárias em Gaza.

A argumentação de que se tratava, por parte de Israel, de uma "guerra contra Hamas", devido ao "fundamentalismo islâmico" desta organização (assim como a invasão do Líbano teria sido uma "guerra contra o Hezbollah", mistificação da qual se fez eco quase toda a imprensa mundial), não se sustentava. Antes mesmo das eleições de dezembro de 2005, quando o Hamas assumiu pelo voto a maioria no Parlamento palestino e nomeou Ismail Haniyeh primeiro-ministro, Israel já vinha sinalizando que preferia descartar a presença de uma ANP nos territórios palestinos. A invasão da Cisjordânia em março/abril de 2002 e o cerco a Arafat em Ramallah, mantido até sua morte em novembro de 2004, foram significativos. O nome militar com que a invasão foi batizada - Operação Escudo de Defesa - escondia, na realidade, o objetivo político de sufocar a ANP e inviabilizar a construção de um Estado palestino independente.

O revide israelense à vitória política do Hamas começou a ser preparado de imediato, na questão-chave da Cisjordânia, mais importante ainda que a retirada de Israel da Faixa de Gaza. O primeiro-ministro Olmert disse que pretendia pôr em prática um plano unilateral de separação dos palestinos na Cisjordânia, pelo qual Israel manteria sob seu controle a parte oriental (árabe) de Jerusalém, os grandes blocos das colônias judaicas perto da fronteira israelense e o Vale do Jordão, na fronteira com a Jordânia. Isto visou dar uma resposta à mobilização conjunta judeo-palestina contra o muro de divisão da Cisjordânia, uma construção que passava no meio de casas e plantações dos palestinos da Cisjordânia.

O desmantelamento de algumas colônias judias em Gaza e na Cisjordânia, tampouco significou devoluções reais de territórios. E a decisão de levar adiante, a qualquer custo, o muro de isolamento dos miniterritórios palestinos demonstrava que Israel não queria um Estado palestino, de qualquer natureza, mas um campo de concentração a céu aberto. O muro estava supostamente destinado a proteger a população judaica contra os grupos armados palestinos e os bombardeios suicidas, mas era totalmente incapaz de deter qualquer um disposto a se

matar para entrar nos centros de população israelense. O que ele faria seria privar centenas de milhares de pessoas de seu sustento, forçando-os a abandonar o país, se houvesse algum lugar do mundo disposto a aceitá-los. Acelerar a "transferência", a limpeza étnica de palestinos em curso – esse era o propósito do Muro.

Desde setembro de 2006, Israel assassinou centenas de militantes palestinos, com métodos tão "seletivos" como o uso de uma bomba de uma tonelada de peso contra a casa de um dirigente do Hamas, atentado no qual morreram não só o dirigente, mas também sua mulher, seus oito filhos e cinco vizinhos. Israel também proibiu a entrada na Faixa de Gaza de uma missão da Organização das Nações Unidas (ONU) que investigaria o bombardeio da cidade de Beit Hanoun, em que 19 palestinos morreram. A missão seria liderada pelo ex-arcebispo da Cidade do Cabo e Prêmio Nobel da Paz, Desmond Tutu, e fora autorizada pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU. O embaixador de Israel na ONU disse que "o país já investigou o incidente de Beit Hanoun".

Na Cisjordânia, a 4 de janeiro de 2007, tropas israelenses mataram pelo menos quatro palestinos, ferindo vinte, na cidade de Ramallah, segunda maior da Cisjordânia e sede dos escritórios da Autoridade Nacional Palestina; o alvo da operação israelense teria sido um militante da Brigada dos Mártires de Al-Aqsa, braço armado do Fatah. Como surpreender-se de que os palestinos ussassem o método dos "escudos humanos", quando centenas de homens e mulheres protegem, com seus corpos, seus lutadores contra o assassinato pelas tropas sionistas? Na Palestina, o Hamas agregou um número cada vez maior de combatentes; era cada vez maior o número de mulheres que pediam para entrar na luta armada, ou para envolver o corpo com bombas para atingir soldados israelenses: para participar da luta armada, as mulheres tinham de romper com uma opressão secular.

A derrota no Líbano fortaleceu, no imediato, as opções políticas mais à direita em Israel. Avigdor Lieberman, chefe do partido de extrema direita *Yisrael Beytenu* (Israel, Nosso Lar), voltou ao governo como vice-primeiro-ministro. Defensor de ideias como a transferência dos árabes israelenses para a Cisjordânia, o vice-premiê representava um setor fascista da burguesia israelense, apelando para a militarização profunda do país e para um sistema político abertamente racista. Mas a resistência palestina continuou, assim como a crise de Israel, e em novembro o primeiro-ministro de Israel, Ehud Olmert, ofereceu a retirada de Israel dos territórios palestinos ainda ocupados e o desmantelamento de assentamentos israelenses. O Hamas criticou a proposta, que não estabelecia prazos nem fronteiras para soberania palestina.

Na medida em que a guerra do Líbano levou a uma humilhante derrota político-militar do sionismo, precipitou sua desintegradora crise interna. A iniciativa saudita para a formação de um governo de unidade palestina Hamas-Fatah entrou em colapso, principalmente devido à intransigência israelense. Os governos de Bush e Olmert se movimentaram para terminar com o Hamas pelos meios militares, usando como "contras" as tropas de Mohamed Dahlan, armadas e financiadas pelos regimes norteamericano, sionista e Egito. Enquanto Dahlan estava no Egito para completar a preparação para implementar o golpe planejado pelos EUA e os sionistas, o Hamas realizou, em defesa própria, um contra-ataque preventivo. As forças do Fatah foram derrotadas e expulsas de Gaza com força brutal pelos milicianos do Hamas.

As contradições políticas e os limites nacionalistas do movimento nacional palestino, a corrupção da direção nacionalista laica da Autoridade Palestina, o sinistro rol de Dahlan e de suas forças de "segurança" palestinas, cooptadas por Israel e a CIA, empurraram as massas palestinas a buscar o tipo de alternativa proposta pelo Islã político e o Hamas, que triunfou nas eleições de janeiro de 2006. Os fatos em Gaza eram o resultado direto do embargo econômico e do bloqueio dos territórios impostos pelos EUA, a União Europeia e Israel, que transformaram Gaza em uma prisão a céu aberto de uma população desesperada, sem trabalho, faminta e despossuída.

As brutalidades e a violenta separação da Gaza governada pelo Hamas da Cisjordânia controlada por Abbas e a OLP eram o subproduto da política dos EUA, o sionismo e a União Europeia, auxiliados por seus fantoches locais. Os cínicos termos de "Hamastan" e "Fatahland" procuravam encobrir a estratégia de transformar a autodeterminação palestina em uma autodestruição nacional de enclaves pulverizados. Depois do Líbano, essa estratégia procura levar vantagem da divisão Hamas/Fatah para alcançar seus objetivos. Os governos de Bush e Olmert e a União Europeia imediatamente deram seu total apoio político, financeiro e militar a Abbas e seu "governo de emergência", enquanto Gaza sitiada era ameaçada com a morte, pela fome ou por uma nova agressão militar.

Com a separação dos pretendidos "cantões" entre a área controlada pelo Hamas e a Cisjordânia sob o controle de Abbas/Fatah, a "solução de dois estados" implodiu, assim como o "Plano B" elaborado pelos chanceleres dos EUA e Israel, Condoleeza Rice e Tzipi Livni, uma declaração unilateral por parte dos EUA de um Estado sem soberania significativa e sem economia viável, comprimido entre o muro, a fronteira oriental 'demográfica' de Israel, que incorporaria os blocos de colônias e o Vale do Jordão, e a "fronteira oriental de segurança de Israel". A "solução de um Estado" mediante a "democratização" do Estado de Israel, para convertê-lo em uma "república democrática de todos seus cidadãos" suporia, por sua vez, que o sionismo pudesse ser "dessionizado". O Hamas, porém, não poderia dar uma solução alternativa, pois o "nacionalismo" religioso é uma expressão tanto do desespero, como da desintegração do nacionalismo burguês laico, propondo um Estado confissional inviável. Todas as falsas "soluções" burguesas na Palestina representam um beco sem saída letal para a causa palestina.

O “pulso firme” dos *neocons* dos EUA e seus aliados regionais queria ocultar a sua derrota estratégica e o fracasso crescente da chamada “guerra infinita”. Mas Bush e seus aliados deveriam realizar o “trabalho sujo” até o fim, antes de sair de cena. A 5 de janeiro, Bush removeu o comando das tropas ianques no Iraque, que já tinha declarado publicamente sua opinião no sentido de sair do país no prazo mais breve possível, reconhecendo a derrota estratégica da operação militar iniciada em 2003. John Abizaid saiu da chefia do Comando Central dos EUA no Oriente Médio, ele era o responsável pelas operações militares americanas no Iraque e no Afeganistão.

David Petraeus foi nomeado comandante militar no Iraque, substituindo o general George Casey. Casey vinha demonstrando restrições ao envio de mais soldados ao Iraque, e havia defendido um plano para transferir gradualmente a segurança no Iraque às forças de segurança iraquianas, permitindo a saída das tropas americanas. Bush nomeou um novo vice-secretário de Estado e um novo diretor do setor de inteligência. O diretor nacional de inteligência, John Negroponte, um falcão radical, assumiu a posição de nº 2 no Departamento de Estado. "Adicionar mais soldados de combate só vai colocar em risco mais americanos", escreveram o líder democrata do Senado, Harry Reid, e a presidente da Câmara, Nancy Pelosi, em uma carta a Bush. Mas Bush e sua equipe pareciam dispostos a ignorar a reviravolta política nos EUA.

A derrota republicana nas eleições legislativas pôs em crise também o processo de direitização interna nos EUA. Através de um estado de exceção não declarado, mas efetivo, o governo Bush procedeu a uma demolição parcial da ordem constitucional. Governar por decretos secretos e decisões presidenciais arbitrárias tornou-se uma prática normal do Estado, com revelações cotidianas sobre tortura, a existência de um arquipélago de prisões secretas espalhadas pelo mundo, e as operações não legais de espionagem interior. Bush tentou contornar o julgamento da Corte Suprema sobre os tribunais militares fazendo "legalizar (por uma nova lei do Congresso) ações ilegais", segundo expressão do *New York Times*, minando a separação constitucional dos poderes. Essa política já existia antes de 11 de setembro de 2001. "Mesmo sem os atentados", disse um pesquisador, "estava claro que o governo Bush iria agir unilateralmente cada vez que pudesse fazê-lo, e iria sistematicamente empurrar para cada vez mais além os limites do poder presidencial". Tratou-se de uma tentativa direitista dirigida ao conjunto das potências.

Para os dirigentes republicanos, o momento era grave: “Tudo o que obtivemos em seis anos pode ser perdido em um dia", disse Sam Brownback, senador do Kansas. E ainda: "Os democratas querem aumentar os impostos, reduzir a eficácia de nossa guerra ao terrorismo e lançar contra o presidente um processo de *impeachment*". O Iraque, portanto, era só a face mais evidente de um processo geral, abrangendo uma vasta área geográfica e política. Não é um índice de força o fato de os EUA lançarem uma nova iniciativa diplomática voltada para isolar financeiramente o Irã: "O plano consiste em fazer aplicar a linguagem da resolução (da ONU) para persuadir os governos estrangeiros e as instituições financeiras a cortarem seus laços com o Irã, afastando-se de negócios, de indivíduos vinculados ao programa nuclear e, por extensão, ao corpo de Guardas Revolucionários", disse Stuart Levey, que ostentava o inacreditável posto de “Subsecretário do Tesouro para assuntos de terrorismo e inteligência financeira” dos EUA. A iniciativa dos Estados Unidos foi apoiada pelo Reino Unido e a França, em meio a dúvidas da Alemanha.

O relatório anual do Instituto para Estudos Estratégicos da Universidade de Tel Aviv disse que Israel era "tecnicamente" capaz de realizar um ataque para conter o desenvolvimento do programa nuclear iraniano. Mas o diretor do Instituto afirmou que as sanções não fariam com que o Irã renunciasse a seu programa nuclear. A política israelense era um mar de contradições. O governo de Israel aprovou a transferência de 2.000 rifles automáticos, 20.000 pentes de balas e 2 milhões de balas do Egito às forças de segurança do Fatah, na Faixa de

Gaza, para combater o Hamas. A decisão foi tomada dias após o encontro entre o primeiro-ministro de Israel, Ehud Olmert, com o líder da Autoridade Palestina, Mahmoud Abbas, do Fatah. Esta era a primeira vez em seis meses que o Estado de Israel permitia a entrada de armas em Gaza. Com a aprovação dos Estados Unidos, as armas foram transferidas do Egito até Gaza, onde representantes de Abbas as coletaram.

Porém, segundo o dirigente do partido Likud, Yuval Steinitz, a medida foi um "péssimo erro". "Muitos israelenses morrerão com essas armas", afirmou. "Ainda não sabemos se Abbas está determinado a conter o terrorismo, e há uma grande chance de que essas armas sejam usadas contra os soldados (israelenses), e teremos de combater o terrorismo". As armas para o Fatah buscam criar um processo de guerra civil interna à Palestina, como única possibilidade quebrar sua luta nacional: o pouco claro atentado que, a 5 de janeiro de 2007, eliminou o chefe de segurança do Fatah, atribuído ao Hamas (e contra o qual o Fatah declarou que iria aplicar a política de "olho por olho, dente por dente"), reforçou essa perspectiva.

A situação militar dos ocupantes do Afeganistão, por sua vez, se deteriorou rapidamente. As tropas da OTAN mal conseguiram, com grandes perdas, conter uma ofensiva frontal da guerrilha talibã contra a cidade de Kandahar. Em 2006, as baixas dessas tropas quadruplicaram. O Talibã realizou grandes operações militares no leste e no sul do país, e ações guerrilheiras nos subúrbios de Cabul. Em certas regiões reconstituíram um "Estado paralelo". Havia um maciço repúdio popular do governo fantoche de Karzaï, dominado por máfias corruptas e narcotraficantes.

O ministro do Interior do Afeganistão, responsável pela polícia, era um dos maiores traficantes de ópio e trabalhava com as agências de "segurança" dos EUA. O narcotráfico dominava a economia do país; a exportação de ópio equivale a 50% do PIB. Os "senhores da guerra", que colaboraram com a invasão da OTAN e dos EUA, foram postos no poder pelos invasores. Os ocupantes, quando a produção de ópio cresceu demais, impulsionaram a erradicação das plantações dos pequenos produtores. Nas cidades, a miséria popular contrastava brutalmente com a opulência dos novos ricos: os traficantes, o funcionalismo corrupto e os ocupantes. Como consequência, cresceu o repúdio popular aos ocupantes e seu governo, e se multiplicou o recrutamento dos talibãs.

Estes também se reconstituíram graças ao apoio dos serviços de inteligência do Paquistão, e reconstituíram suas bases nas cidades paquistanesas de Quetta e Peshawar, sob a proteção oficial. Em meados da década de 1990, as despesas militares paquistanesas absorviam 26% do orçamento nacional e 9% do PIB. Foi na década de 1990 que o islamismo se tornou uma força na sociedade paquistanesa. Antes disso, o *Jamaata-I-Islami*, partido "fundamentalista", nunca passou de alguns pontos nas eleições nacionais. Mas os ativistas religiosos saídos das *madrassa* (escolas que ensinam o Corão), muitos dos quais participaram da guerra afegã ou do conflito na Caxemira, se transformaram numa força. Dirigidas por outra organização islâmica, o *Jamiat-ul-ulema-I-Islam*, essas escolas preencheram o vazio deixado pelo Estado na área da educação. Enquanto o Paquistão gastava 38% de seu orçamento com a defesa, só gastava 3,5% com a educação e a saúde.

O Paquistão sustentou os talibãs porque necessitava um "governo amigo" no Afeganistão, que lhe permitsse afrouxar o asfixiante cerco de seus inimigos regionais (Índia, Rússia, Irã). Os acordos entre Afeganistão e Índia, o acordo nuclear entre Índia e os EUA, reforçaram o apoio dos militares do Paquistão aos talibãs. A evolução política paquistanesa dependia da situação no Afeganistão. No caso de partilha desse país entre zonas étnicas concorrentes, o Paquistão seria diretamente afetado. Os *pashtu* paquistaneses poderiam ser tentados a unir-se a seus "irmãos étnicos" do Afeganistão, além das fronteiras do Paquistão e incluindo partes de seu território.

Os EUA toleraram a silenciosa reconstituição dos talibãs no Paquistão porque, no meio do pântano do Iraque e da crise no Oriente Médio, uma ruptura com o Paquistão quebraria todos os equilíbrios políticos no subcontinente indiano e na Ásia Central. A OTAN, por sua vez, não estava em condições de estender suas operações; uma ruptura aberta com o Paquistão aceleraria sua derrota no Afeganistão. O problema consistia em que, ainda que os perigos de conflito nuclear existissem em outros lugares – na península coreana e no estreito de Taiwan, por exemplo - na zona estendida das fronteiras ocidentais da Índia até o Canal de Suez concentrava-se o arsenal mais devastador de todos os tempos, incluindo armas nucleares.

A ditadura de Pervez Musharraf chegou até considerar a possibilidade de entrar em guerra com os EUA, contra a invasão do Afeganistão em 2001, sendo "dissuadida" pelas ameaças norte-americanas de bombardear o país "até levá-lo à Idade Média". Nove dias após os atentados de 11 de setembro, o general Musharraf fez um discurso invocando a salvação e a unidade nacional para justificar seu apoio, condicional, à intervenção dos EUA no Afeganistão. Embora supostamente somados à "guerra contra o terror", os serviços de inteligência do Paquistão continuaram, no entanto, assistindo os talibãs.

A invasão da Somália pela Etiópia somou o Chifre da África ao cenário de crise. Em junho de 2006 anunciou-se que os talibãs haviam tomado o poder na Somália, preparando o terreno para a intervenção exerna no país. A história real revelava uma realidade muito mais complexa, e a proverbial ação da CIA. A tomada de Mogadíscio (capital da Somália), em junho de 2006, pelas forças da União dos Tribunais Islâmicos (UTI), seguida por sua rápida expansão além da capital, refletiu o fracasso da operação "humanitária" militarizada da ONU, entre 1992 e 1995. O Estado somali entrou em colapso em 1991, após a deposição do governo pró-soviético de Mohamed Siad Barre, junto com a queda da própria URSS. O vácuo de poder foi preenchido por chefes tribais, enfrentados, que vendiam proteção, em troca de impostos e recrutamento de "voluntários".

A pirataria se tornou uma das fontes de renda dessas milícias, com o ataque a embarcações que navegavam pelo litoral do Chifre da África, o extremo nordeste do continente africano. Foi nessa situação, num típico "cenário libanês" (ou palestino, se forem lembradas as condições do nascimento e crescimento do Hamas) que surgiram os tribunais islâmicos, baseados no poder militar e na rede de mesquitas, que assumiu as funções de um inexistente Poder Judiciário, e assegurou boa parte dos serviços públicos. Os tribunais acusaram à Etiópia de promover urna "cruzada", e eram apoiados pelo governo da Eritreia, inimiga do governo etíope.

Milícias islâmicas na Etiopia

Com a invasão etíope, sustentada por "serviços de segurança" privados ingleses e norte-americanos, as "Cortes Islâmicas" convocaram a uma *Jihad* contra os invasores, e reclamaram apoio internacional: os "analistas estratégicos" apontaram que, numa guerra de guerrilhas no interior somali, as tropas etíopes teriam tudo a perder. Por isso, as moderadas União Africana e Liga Árabe pediram a retirada etíope do país, embora isso significasse a queda do seu "governo provisório" em menos de uma hora... O *New York Times*, aprendendo a lição do Iraque, advertiu que "essa espécie de ataque preventivo raramente resolve alguma coisa", e chamou para uma "negociação abrangente" (ou seja, com os líderes islâmicos incluídos).

As derivações da crise bélica oriental atingiram a Rússia, com o conflito ocorrido em agosto de 2008 entre a Geórgia e a Rússia e os separatistas da Ossétia do Sul e da Abecásia. A "Guerra da Ossétia do Sul" de 1991-1992 entre georgianos e ossetas havia deixado mais da metade da Ossétia do Sul sob o controle de fato de um governo apoiado pela Rússia, não reconhecido internacionalmente. A maior parte dos georgianos da Ossétia do Sul permaneceram sob o controle da Geórgia (distrito de Akhalgori, e a maioria das aldeias vizinhas a Tskhinvali), com uma força de paz conjunta da Geórgia, da Ossétia do Norte e da Rússia presente nos territórios. Uma situação similar existia na Abecásia após 1992-1993.

As tensões escalaram durante os meses de verão de 2008. Bombardeios realizados por separatistas ossetas contra aldeias georgianas começaram logo em agosto. Geórgia lançou uma ofensiva militar de grande escala contra a Ossétia do Sul durante a noite de 7 para 8 de agosto, em uma tentativa de recuperar o território, declarando que estava respondendo aos ataques contra suas forças de paz e aldeias da Ossétia do Sul, e que a Rússia estava movendo unidades não pertencentes à manutenção da paz para o país. A Geórgia capturou a maior parte de Tskhinvali em poucas horas. A Rússia reagiu, com a implantação de unidades do 58ª Exército Russo e das Tropas Aerotransportadas na Ossétia do Sul e lançou ataques aéreos contra as forças georgianas na Ossétia do Sul e em alvos militares e logísticos na Geórgia. A Rússia reivindicou que estas ações foram uma intervenção humanitária necessária a imposição da paz.

As forças russas e ossetas lutaram contra as forças georgianas na Ossétia do Sul ao longo de quatro dias; os combates mais pesados ocorreram em Tskhinvali. Em 9 de agosto, as forças navais russas bloquearam uma parte da costa da Geórgia e desembarcaram fuzileiros navais na costa da Abecásia. A marinha georgiana tentou intervir, mas foi derrotada em uma batalha naval. As forças russas e abecases e abriram uma segunda frente, atacando o Vale de Kodori, mantido pela Geórgia. As forças georgianas fizeram uma resistência mínima, e as forças russas invadiram posteriormente bases militares na Geórgia ocidental. Após cinco dias de intensos combates na Ossétia do Sul, as forças georgianas recuaram, permitindo que os russos entrassem no território da Geórgia e, temporariamente, ocupassem as cidades de Poti, Gori, Senaki e Zugdidi. Através de uma mediação pela União Europeia, as partes chegaram a um acordo preliminar de cessar-fogo em 12 de agosto: semanas após a assinatura do acordo, a Rússia começou a retirar suas tropas do território da Geórgia. No entanto, a UE insistiu em que as tropas russas não haviam retornado]para a linha onde estavam estacionadas antes do início das hostilidades. As forças russas permaneceram estacionadas na Abecásia e na Ossétia do Sul.

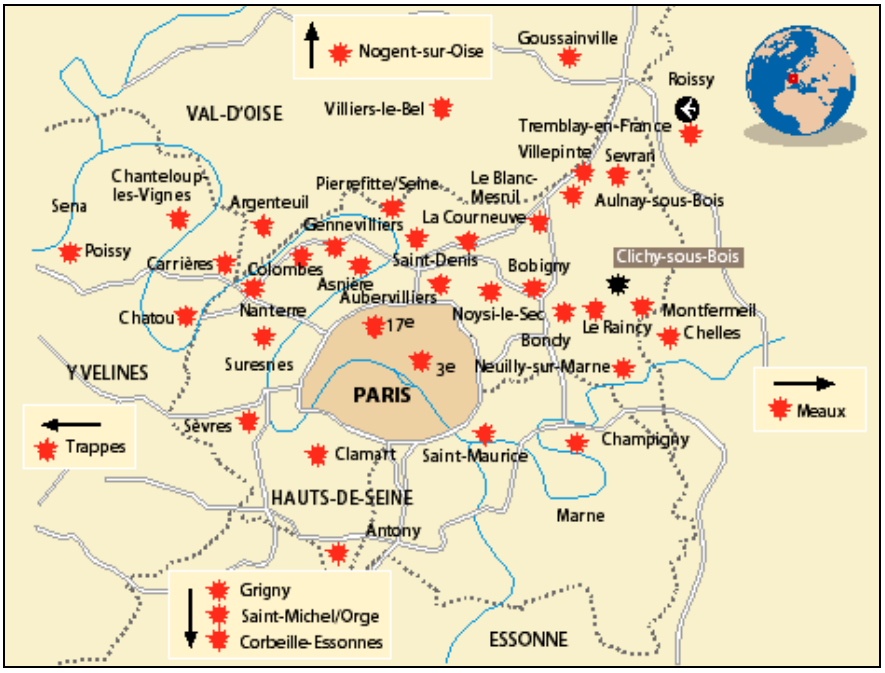
Desde o início de 2008 o Estado de Israel cercou todas as fronteiras que conectavam a Faixa de Gaza com o resto do território, e suspendeu o fornecimento de energia, água, combustível, alimentos e medicamentos, deixando a população palestina de 1,5 milhões de pessoas no meio do desastre humanitário. Em 23 de janeiro cerca de meio milhão de palestinos derrubaram a muralha que separava a Faixa de Gaza do Egito, levantada pelo governo de Mubarak, em busca de alimentos ou bens básicos. A queda do "Muro de Rafah" foi uma vitória do povo palestino. Na Jordânia se realizaram manifestações para repudiar os crimes contra o povo palestino, exigindo a ruptura de relações com o Estado de Israel.

Desde a guerra e a ocupação militar da Iugoslávia, o imperialismo mundial (EUA e Europa, basicamente) se meteu em um pântano cada vez mais profundo, na Palestina, no Iraque, no Afeganistão e até na Tchechênia, numa guerra que pôs potencialmente em conflito todo o Cáucaso. Não podendo usar, porém, todos seus recursos militares potenciais, porque para isso deveria proceder a uma militarização mais acentuada de seus Estados e das suas economias, além de quebrar direitos políticos e sociais que as massas populares das metrópoles consideram sagrados. Essa contradição debilitou todos os governos dos países metropolitanos. Os enfrentamentos sectários, étnicos ou religiosos, foram apresentados pela grande imprensa como expressões de barbárie, contra a qual a "guerra (infinita) contra o terrorismo" livraria uma batalha mundial. O papa-teólogo Bento XVI acrescentou seu "toque ideológico", citando o imperador bizantino Manuel II Paleólogo, sobre a difusão do Islã por meio da espada, tanto por parte do Profeta Maomé dentro da Península Arábica, como por parte dos seus sucessores no resto do mundo. Sua substituição por um papa mais pragmático e político já estava inscrita nesse percurso anacronicamente reacionário.

FRANÇA/EUROPA: A REVOLTA "ÁRABE" DA JUVENTUDE PERIFÉRICA

Em 1998, Zinedine Zidane, *Zizou*, conduzia a seleção francesa de futebol à sua primeira conquista da Copa do Mundo, em Paris. O craque francês de origem argelina (ou argelino de nacionalidade francesa) integrava um time histórico (que também venceu a Eurocopa de 2000) com Didier Deschamps, Emmanuel Petit (nomes mais franceses, impossível), o ghanês Odenkey Addy Abbey (mais conhecido como Marcel Desailly), Lilian Thuram, também de origem africana subsaariana, Robert Pirès (que, se tivesse nascido no país que seus pais abandonaram na procura de trabalho, teria se chamado simplesmente Roberto Pires, e envergado a camisa cor de vinho também usada por Cristiano Ronaldo). A França e o mundo celebraram, na maior conquista esportiva de sua história, a vitória definitiva, no país do hexágono, de uma sociedade multiétnica e multicultural reconciliada consigo própria. O estraga-prazeres que ousou apontar que o time galo mais parecia um catálogo futebolístico do antigo império colonial francês recebeu, discretamente, não uma taça, mas uma garrafada de champanhe na cabeça.

Menos de sete anos depois, em 27 de outubro de 2005, houve a perseguição pela polícia, seguida de morte, dos jovens franceses árabes Bouna Traoré e Zyed Benna, que fugiram de uma das habituais blitzes policiais contra jovens não brancos das *banlieues*, entraram em um terreno fechado, pertencente à EDF (companhia de eletricidade), refugiando-se dentro de uma edificação de instalações elétricas, onde morreram eletrocutados (um terceiro, Muhittin Altun, sofreu queimaduras graves). Pouco depois, começaram os confrontos em Chêne-Pointu, entre grupos de jovens "periféricos" e a polícia. No dia 30 de outubro, uma bomba de gás lacrimogêneo lançada pela polícia entrou em uma mesquita da periferia durante um ritual religioso. A revolta teve início de maneira desordenada, mas foi se organizando à medida em que transcorreram as noites. A maior parte dos manifestantes tinha entre 14 e 20 anos, e estava composta por filhos de imigrantes africanos sem acesso aos estudos e ao mercado de trabalho. A revolta se espalhou rapidamente pela periferia de Paris.



O mapa da revolta de Paris e sua periferia

Logo depois, a revolta juvenil se alastrou para o interior das principais cidades francesas. A região da Alsácia (nordeste) foi uma das áreas mais afetadas pela onda de violência, com 40

carros queimados por dia, a metade na capital, Estrasburgo. No oeste do país, houve distúrbios e destruição em cidades como Rouen, Le Havre, Nantes, Rennes, Caen, Tours e Quimper, com dezenas de carros incendiados. Rapidamente, os confrontos se espalharam por 300 localidades na França, incluindo Nice, Lyon, Marselha, Rennes, Nantes e Quimper. A revolta foi além da capacidade de controle do governo. A 6 de novembro, o presidente da República, Jacques Chirac, muito criticado por seu silêncio, fez sua primeira aparição pública, e declarou como prioridade o "restabelecimento da ordem pública". Pela primeira vez, também, os jovens enfrentam a polícia com espingardas de chumbo e feriram trinta policiais. No dia seguinte, ocorreu o primeiro caso de vítima fatal. O governo autorizou então as prefeituras das cidades a pôr em vigor o toque de recolher.

Foi decretado o estado de emergência. O governo anunciou sua intenção de deportar "estrangeiros envolvidos em distúrbios": o ministro solicitou que eles fossem expulsos imediatamente do território nacional, "incluindo aqueles que têm permissão de residência". 130 pessoas maiores de idade foram condenadas pelos distúrbios e pelo menos 4.700 mil pessoas foram detidas.[669] O estado de emergência decretado pelo governo permitia aplicar "medidas extraordinárias para garantir a ordem pública". A aprovação das leis de emergência que deram mais autoridade às administrações locais da França foi aprovada horas depois de uma entrevista dada pelo primeiro-ministro francês, Dominique de Villepin, à TV. Ele afirmou que o governo apresentaria "medidas de urgência" contra a violência dos subúrbios, qualificada como "inaceitável e sem justificativa". Villepin afirmou que toques de recolher seriam impostos onde fosse necessário, e que 9.500 policiais haviam sido destacados para impedir os confrontos. O decreto invocou uma lei extraordinária velha de 50 anos (uma lei de abril de 1955 sobre o estado de emergência, adotada durante a guerra da Argélia). Ela permitia deter em prisão domiciliar, restringir a circulação de pessoas ou veículos, confiscar armas, fechar espaços públicos e decretar toque de recolher.

Os carros, símbolos da marginalização da juventude de origem magrebí, ardiam aos milhares na França. Quem provocara isso, senão o ministro direitista do Interior da França, Nicolas Sarkozy, tratando os jovens descendentes de imigrantes de *racaille* (canalhas ou "ralé"): Sarkozy defendia a utilização de métodos repressivos contundentes e a política de "tolerância zero". Mas havia pouco tempo, também, os ministros de interior da "esquerda" (PS), Jean-Pierre Chévènement e Daniel Vaillant, os tratavam de *sauvageons* (super-selvagens). Desde 1981 (governo de François Mitterrand) esquerda e direita, alternando-se no governo, puseram em marcha uma "política da cidade" que se traduziu em mais desemprego, mais controles policiais dirigidos contra os *bronzés* (negros, de origem árabe ou da África sub-sahariana), mais humilhação, mais desesperança.

Em 2007, tinham sido registrados incêndios com mortes em edifícios da periferia de Paris, onde viviam imigrantes africanos ilegais. Os bairros atingidos - com população de 150 mil pessoas - concentravam altíssimos índices de desemprego, violência e falta de saneamento básico. Os prefeitos dos subúrbios diziam que o Estado cortara 300 milhões de euros em recursos públicos que seriam destinados a estratégias de política de habitação. A 14 de novembro, o estado de emergência foi ampliado para três meses, e a União Europeia anunciou uma ajuda no valor de 50 milhões de euros para a França. Chirac, em uma mensagem à nação pela televisão, admitiu que o país vivia uma "verdadeira crise de identidade". Os distúrbios

[669] Philippe Robert respondeu a uma pergunta sobre o tema: "O ministro do Interior afirmou que expulsaria do país os imigrantes envolvidos nos distúrbios. Que consequências terá a medida? Muito poucas. A maioria das pessoas interpeladas por causa dos distúrbios urbanos recentes parece ser de nacionalidade francesa (e, portanto, inexpulsável). Além disso, mesmo os estrangeiros não podem ser expulsos se forem menores de 18 anos. E existem outros motivos que impedem a expulsão. No total, é apenas um número ínfimo que é susceptível de ser expulso. Trata-se de um anúncio que serve apenas para fazer crer que os distúrbios recentes são fundamentalmente étnicos e procura apelar à xenofobia".

prosseguiram e duraram dezenove noites consecutivas, até o dia 16 de novembro. Jovens indignados queimaram 8.970 carros e entraram em confronto com a polícia francesa; foram presos 2.888 jovens e houve mais um morto. Em 17 de novembro a polícia declarou que a situação tinha sido “normalizada”. Chérif Kouachi, rapper amador, depois *jihadista* treinado no Sudão e protagonista do massacre do *Charlie Hebdo*, foi posto (com outros) na prisão. "As prisões não vão parar com o fim dos distúrbios. Os que saquearam e os que se comportaram como delinquentes terão de prestar contas à Justiça *de nosso país*", declarou o ministro (e protopresidente) Nicolas Sarkozy.

Periferia parisiense em chamas

Segundo o primeiro-ministro Dominique de Villepin, os violadores do toque de recolher poderiam ser presos por até dois meses: "Estamos enfrentando indivíduos determinados e gangues estruturadas", disse o *premier*. De acordo com o decreto de emergência, autoridades locais poderiam submeter pessoas a prisão domiciliar e exigir a entrega de armas mantidas por cidadãos particulares. Locais públicos onde “as gangues” se reunissem seriam fechados. O papel da esquerda francesa foi simplesmente catastrófico: "Não basta anunciar toques de recolher. Precisa haver forças de segurança no local para impô-lo", declarou o ex-premiê socialista Laurent Fabius. A líder comunista Marie-George Buffet disse que “não via como a medida poderia ser implementada”. O Partido Socialista e o Partido Comunista Francês publicaram comunicados em que chamaram a “pôr um fim à violência”.

Na passagem de 2005 para 2006, no entanto, os carros voltaram a arder nas periferias das cidades francesas. Mais de 25.000 policiais foram mobilizados para tentar impedir que nas festas de fim de ano, normalmente marcadas por “incidentes”, acontecesse a “onda de violência urbana” do segundo semestre do ano. A mobilização policial foi extrema, o esquema foi reforçado nas áreas conflituosas, com mais 6.000 agentes. Ela incluiu a inspeção de *blogs* e mensagens de celular. O total de homens escalados para o reforço de segurança correspondeu a 10% das forças encarregadas da proteção da França. Do contingente, 4.500 ficaram encarregados da capital, cujos bairros periféricos haviam sido o cenário da revolta de final de outubro. Lugares simbólicos da capital, como a avenida *Champs Elysées* ou a Torre Eiffel, onde se reúnem milhares de pessoas para se despedir do ano, tiveram vigilância extraordinária.

A polícia - com o aval da Justiça - chamou nas delegacias do departamento de Seine-Maritime (arredores de Paris) todos os indivíduos considerados "de risco" para “adverti-los a favor da

ordem”. Todos se apresentaram, exceto os que estavam presos devido à participação nos distúrbios de dois meses atrás. Junto com o efeito inibidor da forte presença policial - o dobro da mobilização habitual - as autoridades de quinze departamentos (províncias) determinaram a proibição de vender combustíveis em vasilhas. Foi proibida até a venda de fogos de artifício. Ainda assim, 425 veículos foram incendiados na noite de *réveillon*, em 267 municípios. A repressão se estendeu à imprensa e à informação em geral. Segundo o chefe do sindicato de delegados de Polícia, Jean-Marie Salanova, a *midiatização* fora o "combustível do contágio" nos meses passados. Nada disso impediu que a França terminasse o ano com cerca de 40.000 veículos incendiados, segundo algumas informações, ou pouco mais de 10 mil (e 200 edifícios públicos) segundo outras. O "risco de aumento da violência por ocasião das festas de fim de ano" foi a razão alegada pelo Conselho de Estado - máxima autoridade administrativa - para rejeitar no início de dezembro um recurso contra o estado de emergência. Decretado em 8 de novembro e ampliado por três meses pelo Parlamento, essa medida excepcional ficou em vigor até 21 de fevereiro de 2006. O fenômeno dos carros incendiados na França, onde cem veículos em média foram queimados por noite, ganhou categoria de "esporte nacional", caso único na Europa. A França disse adeus a 2005 e comemorou a entrada de 2006 em estado de emergência, uma situação excepcional na “democracia”.

Seguindo o exemplo francês, e adotando os mesmos métodos, jovens da Alemanha e da Bélgica também começaram a se manifestar. A 9 de novembro, dez carros e uma motocicleta foram incendiados em Berlim e em Colônia (oeste da Alemanha), em um contágio dos “distúrbios” da França. Depois do rotundo não á Constituição da União Europeia, nos recentes plebiscitos, que instalou a crise no projeto da UE, esse foi o desdobramento político e social. A crise “de cima” começava a se transformar em revolta “de baixo”. Escrevia, em editorial, o cotidiano *Le Monde*: “A onda de violência que atingiu a periferia parisiense suscita mais perguntas que respostas. Há versões que aludem a *uma revolução social em marcha*. Outras atribuem os confrontos a vandalismo organizado e ao abandono do governo, mas, acima de tudo, predomina a sensação de que a questão da guerrilha urbana se apoia nas incertezas de um modelo de integração falido” (grifo nosso).

Para o líder da oposição de centro-esquerda italiana, Romano Prodi, uma explosão de violência urbana na Itália seria só uma questão de tempo, já que os subúrbios da península "estão entre os piores de Europa". Uma apreciação mais realista que a do euro-deputado espanhol Miguel Portas, do Bloco de Esquerda, quem disse que a violência não era consequência da pobreza: "Isso pode explicar a violência das megalópoles da América Latina, mas não em Paris. Os árabes ou os negros da periferia parisiense são simplesmente uma geração desencantada e consideram seus bairros como territórios que lhes pertencem, por isso vêem a polícia como um estrangeiro e um ministro idiota e reacionário como um general de tropas de ocupação". Segundo ele, a violência que atingia a periferia das cidades francesas "constitui uma advertência da enorme dificuldade de integrar os emigrantes muçulmanos na Europa", um problema “cultural”. Mas os líderes islâmicos moderados fizeram um apelo pela paz, inclusive os imãs de mesquitas da periferia. Uma organização islâmica francesa emitiu uma *fatwa* condenando a violência.

A revolta da juventude dos bairros e guetos sacudiu França e comoveu Europa e o mundo. Seu protagonista era uma nova geração sem nenhum porvir social sob as condiciones reais do capitalismo. Não acontecia em um subúrbio de África ou da América Latina, mas no coração da França e da União Europeia. Ao longo dos últimos anos, o Estado francês reduzira a assistência social aos bairros populares, sob o pretexto da necessidade de não superar os limites previstos do déficit orçamentário. O levante dos adolescentes franceses se produzia no mesmo momento em que a maioría dos estados da Europa, assim como os EUA, enfrentavam uma crise de regime político. E era natural que a masa da juventude insurgente fosse composta por

descendentes de imigrantes, africanos o asiáticos, *les noirs et les beurs*, demitificando as pretensões “integradoras” da democracia capitalista.

Essa juventude sabia dos atropelos contra as nações de Oriente Medio e da África do Norte; sabia muito bem o que ocorria na Palestina ou no Iraque, estava indignada pela repressão que o governo “socialista” espanhol reservara para os marroquinos e senegaleses que queriam ingressar na Europa por Ceuta e Melilla. A essa massa se uniu desde o início, e de modo crescente, a juventude desempregada de ascendência europeia. A repressão só aprofundou a rebelião, em momentos em que a cidade-porto de Marselha vivia a comoção de una greve do transporte e de uma luta de trabalhadores do porto. Essa violência não tinha, certamente, o caráter de uma luta revolucionária: era a violência massiva de uma juventude “lumpenizada” pelo capitalismo. Se dirigia contra as instituições do Estado, mas também contra os bens de outros trabalhadores, ou contra bens comunitários. Mas isto era só um estágio.

O que comentaristas e “intelectuais” franceses chamavam, há anos, o *mal des cités*, revelava sua verdadeira face. Havia mais de três décadas, governos de direita e de esquerda oprimiam os pais desses jovens e lançavam na precariedade os próprios jovens, através do desemprego e da discriminação para achá-lo. Segundo o Observatório Nacional de Zonas Urbanas Sensíveis (ZUS), o índice médio de desemprego em 2004 fora de 20,7% nos subúrbios, ou seja, o dobro do índice nacional. Entre os jovens de 15 a 25 anos, ele afetava 36% da população masculina e 40% da feminina. Esse índice é o dobro da média nacional nas *banlieues* das grandes cidades. "Nestes bairros, o fato de ser jovem, mulher ou imigrante aumenta o risco de ficar desempregado", dizia um jornal da delegação interministerial para as cidades. No caso das mulheres imigrantes, originárias de países que não faziam parte da União Europeia, a taxa de desemprego era de 38%. De acordo com outra fonte, o Instituto Nacional de Estatística e de Estudos Econômicos, a taxa de desemprego de pessoas que cursaram a universidade era de apenas 5%. Mas no caso de diplomados de origem do norte da África (os países do Magrebe, ex-colônias francesas), o índice atingia 26,5%.

E havia também os estágios mal pagos, sem estabilidade nem perspectivas, do fracasso e da discriminação educacionais. A ofensiva contra os jovens de origem árabe, com ou sem profissão islâmica, lhes impedindo de se vestirem de acordo com sua cultura ou religião (proibição do *tchador* às meninas) na escola pública, feita em nome da histórica bandeira do laicismo, foi o cúmulo da hipocrisia. Além do desemprego, que afetava toda a juventude trabalhadora, a discriminação contra os candidatos de origem árabe foi ficando cada vez mais acentuada. "Até os que têm nível universitário acabam em empregos muito abaixo de sua qualificação", disse Samuel Thomas, vice-presidente da entidade SOS-Racismo.

A Alta Autoridade contra a Discriminação e pela Igualdade da França (*Halde*), em funcionamento desde o segundo trimestre de 2005, recebera em julho 400 denúncias, a metade delas relacionadas a emprego. O certo é que as medidas para promover o emprego existiam em abundância: ajuda estatal a contratos para desempregados, *Pactos Junior* destinados a jovens sem qualificação e tutorias para a inserção social. Além disso, as zonas francas industriais instaladas nesses bairros, que reservavam pelo menos um terço de suas vagas para moradores locais, pagavam menos impostos. Mas todos estes instrumentos acabavam sendo fontes de novos lucros para o capital, sem diminuir o desemprego e, menos ainda, a discriminação.

Entidades chegaram a pedir a criação do currículo anônimo, para pelo menos "permitir que cada um possa defender sua candidatura em uma entrevista, fazendo com que o contratante perceba o absurdo de seu preconceito", defendendo que as agências de emprego informassem o governo sobre os patrões que desejavam apenas os franceses de "raça pura", conhecidos como BBR (sigla em francês para azul, branco e vermelho: cores da bandeira da França). França já abrigava cinco milhões de muçulmanos, a maior população islâmica da Europa Ocidental.

Havia um quarto de século, o poeta musical francês da sua geração, Renaud Séchan, lançara um controverso tema, cujo refrão punha na boca de um líder de um bando de jovens *kabyle* da periferia parisiense as palavras que seguem: *J´ai rien à gagner, rien a perdre / Même pas la vie / J´aime que la mort dans cette ville de merde / J´aime ce qu´est cassé, ce qu´est détruit / J´aime surtout tout ce qui vous fait peur / La douleur et la nuit.* [670] Mas a burguesia francesa, "a mais burguesa de todas", nas palavras de Trotsky, essa "classe dirigente educada em escolas célebres que trabalha para reproduzir a si mesma", não ouviu o poeta.

Para a esquerda francesa, por outro lado, tratava-se do fracasso de uma política histórica, a da "democratização da gestão urbana". Essa política fora concebida no auge da "contestação estudantil" e das experiências piloto dos anos 1970. Com a crise econômica que se instalou nessa década devido ao choque do petróleo, o descontentamento político e social do final dos anos 1960 se desenvolveu. A esquerda fez da "democracia participativa" e da descentralização administrativa seus *slogans* maiores, e trouxe a questão urbana para o debate eleitoral. As eleições municipais de 1977 lhe foram favoráveis: muitos dos militantes dos movimentos urbanos chegaram ao poder em seus municípios e colocaram em prática experiências de "participação popular". O problema é que foi deixada de lado a questão central da cidadania e dos direitos políticos da enorme massa imigrante, sem falar na cumplicidade dos poderes municipaisna criação de condições infra-humanas de alojamento e sobrevivência dos trabalhadores estrangeiros nas periferias das grandes cidades, chegando a casos de repressão contra aqueles e destruição de moradias precárias nas municipalidades "de esquerda". Em 1981, quando da sua vitória eleitoral, o programa da União de Esquerda falava vagamente em direito de voto para os estrangeiros em nível municipal, e em extensão dos direitos políticos para essa massa de milhões , coisa que o governo Mitterrand nunca tirou do papel nos seus longos 14 anos de mandato.

Em janeiro de 2007, Sarkozy anunciara um plano de "cotas" para a imigração, dificultando também a vida dos imigrantes já instalados (maiores dificuldades e prazos para obter a nacionalidade em caso de casamento com nativos, alongamento do período e obstáculos administrativos para a solicitação de reunificação familiar, responsável por 70% do movimento migratório): "A verdadeira gjaneirosidade não é acolher todo mundo, mas só aqueles que conseguimos *integrar*", disse o ministro do Interior. Para não deixar dúvidas, anunciou que o plano previa um patamar básico de 25 mil expulsões de estrangeiros por ano.[671] Na esquerda, os *beurs* do PS se manifestaram publicamente contra a posição tímida do partido diante da lei escolar racista-colonialista (que o PS tinha votado favoravelmente em fevereiro).[672] Finalmente, a 4 de janeiro de 2008, junto com a suspensão do estado de emergência, o presidente Jacques Chirac optou pelo cancelamento da lei de exaltação do colonialismo francês nos *curricula* escolares,[673] que havia provocado exaltados protestos, o que não deixava de ser uma vitória da revolta juvenil.

O levantamento de outubro-novembro, a crise política de dezembro-janeiro, foram sintomas anunciadores. Escrevendo na principal revista da "comunidade de negócios" francesa, seu editor Nicolas Baverez não poupou adjetivos: "*Depois da trombose social, do* crack *cívico de*

---

[670] Nada tenho para ganhar, e nada para perder / Nem mesmo a vida / Só gosto da morte, nesta cidade de merda / Só gosto do que está quebrado, do que está destruído / E gosto, sobretudo, daquilo que vos mete medo / A dor, e a noite.

[671] Sarkozy rompe l´ultimo tabu. *Corriere della Sera*, Milão, 4 de janeiro de 2006; France and immigration. After the riots, *The Economist*, Londres, 17 de dezembro de 2005.

[672] Isabelle Mandraud. Les beurs du PS jugent la direction du parti trop timide. *Le Monde*, Paris, 20 de dezembro de 2005.

[673] A lei afirmava a necessidade de "promover a obra coletiva da França de Ultramar", retomando o vocabulário e, sobretudo, a argumentação dos slogans imperiais, articulados em torno à missão civilizadora francesa e à revalorização da grandeza nacional.

2002, da jacquerie *eleitoral de maio* [o "não" francês à Constituição da UE]*, as revoltas urbanas do outono de 2005 são uma nova ilustração da crise nacional da França e da decomposição do corpo social*".[674]

Segundo o diretor de um instituto europeu de investigação sobre "delinquência, normas e desvios sociais", o *Groupe Européen de Recherches sur les Normativités* (GERN), Philippe Robert, "o período de distúrbios está praticamente acabado, ou melhor, voltou ao seu nível endêmico de baixa intensidade. O que acontecerá a seguir – acalmia duradoura ou reacender dos incidentes – depende do que será feito pelos policiais no terreno para evitar a repetição de acontecimentos trágicos como os que começaram os distúrbios... Vai depender também da capacidade do ministro do Interior e dos políticos próximos dele de renunciarem a provocações verbais e a marcas de desprezo (como chamar de "polígamos") [os imigrantes] que só servem para deitar achas sobre o fogo. No médio prazo vai depender da capacidade do Estado de sair, finalmente, da política de cidade e da sua letargia e implementar medidas efetivas de luta contra a segregação econômica, social e urbana".

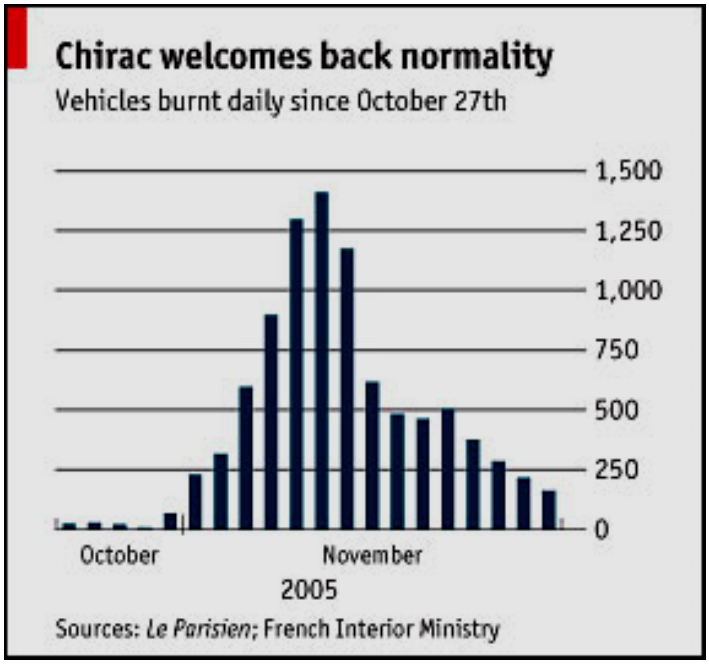
A violência francesa custou em torno de 200 milhões de euros às companhias seguradoras, 20 milhões dos quais para cobrir apenas os prejuízos com os automóveis, segundo estimativa da Federação Francesa de Seguradoras. A revolta estabeleceu um divisor de águas no que diz respeito à atitude da Europa em relação à imigração e ao controverso processo de admissão da Turquia na União Europeia. Em outubro, a UE e a Turquia haviam chegado a um acordo sobre a entrada do país no "clube dos 25". Alguns países europeus apoiaram a admissão desse Estado muçulmano de 70 milhões de habitantes como membro apto à fruição de direitos plenos, ao passo que outros prefeririam que seu *status* fosse mais restrito.

Nos demais países da Europa, ninguém escondia o receio de que a onda de violência se alastrasse para dentro de suas fronteiras. Em cidades da Bélgica, Alemanha e Portugal, já havia notícias de distúrbios. De acordo com especialistas, a concentração de altas taxas de imigrantes em núcleos específicos, bem como níveis elevados de desemprego, constituiam um duplo fator de risco. E, depois dos "inexplicáveis" distúrbios na França, até a Austrália tornou-se palco para novas ondas de violência "niilista". O ineditismo dos fatos explicava a perplexidade e a variedade hilariante de "explicações" tentadas pelos analistas políticos e sociais tradicionais.

Pensadores da esquerda e da direita se atropelaram com interpretações das mais absurdas e contraditórias. Na Austrália os "atos de vandalismo e violência" começaram em torno de "3.000 jovens australianos, muitos deles bêbados, enrolados na bandeira nacional e vestidos com camisetas com lemas xenófobos". Eles estariam enfurecidos devido a uma surra sofrida por dois salva-vidas, perpetrada por descendentes de libaneses, depois de um bate-boca "temperado a insultos raciais". Em outras palavras, mais ou menos o inverso do que ocorrera na França. Mas o resultado foi parecido, em três dias de pancadarias, envolvendo o inevitável revide dos jovens árabes muçulmanos, carros foram incendiados, uma igreja queimada e dezenas de pessoas saíram feridas.

Os episódios na França tiveram claramente uma influencia considerável sobre ambos os "lados" do conflito. A *Veja* se encarregou de estabelecer a conexão: "À semelhança dos jovens dos subúrbios de Paris, responsáveis pelos atos de vandalismo há dois meses, muitos filhos de libaneses na Austrália sentem-se deslocados socialmente, divididos entre a identidade australiana e a cultura de seus pais". *The Economist* decidiu substituir seus habituais gráficos demonstrativos do desempenho econômico dos países, e da economia mundial como um todo, para incluir, não sem ironia, um "gráfico da violência" da França.

[674] *Le Point*, Paris, 10 de novembro de 2005.



As mais diversas teorias foram postas em circulação no mercado das ideias para explicar o que, segundo os jornais, “parecia ser a revolta social mais grave depois dos protestos estudantis de 68”. Políticos, sociólogos, e ideólogos em geral se perguntaram como foi possível chegar a esse estado de coisas. Michel Camdessus, presidente honorário do Banco da França e ex-diretor gerente do Fundo Monetário Internacional, observou que as revoltas foram “fruto de uma crise de valores que afeta toda a Europa”: “A UE acha-se cindida por um paradoxo cultural, religioso e linguístico. Somos incapazes de reconhecer o que temos em comum, somos o continente do descontentamento, somos uma Europa entorpecida. A crise de identidade decorre do fato de que não estamos dispostos a reconhecer os problemas internos dos países membros, e o que se passa na França é fruto dessa crise”.

Até o papa Bento XVI disse que a França deveria que ouvir o alerta dado pelos distúrbios de rua, e pediu que os franceses se esforçassem mais na defesa da integração social: "A violência interna que deixou sua marca nas sociedades *merece ser condenada*. Ela, porém, é uma mensagem, uma mensagem vinda especialmente dos jovens", disse o papa em um pronunciamento. Para os “futurólogos” Alvin e Heidi Toffler, a possibilidade de “manifestações como as da França” existiria em razão do processo de desindustrialização e informatização, “processos que num primeiro momento produzem ou podem produzir desemprego e desilusão”: os “distúrbios”, que já ameaçam proliferar pelo mundo todo, na realidade, são motins que extravasam uma espécie de “ira santa” de jovens que não conseguem se tornar “burgueses” de fato e de direito. Seria uma “luta de classes” com sinal invertido.

O presidente francês Jacques Chirac fez a promessa de estabelecer um “serviço civil” (na verdade, militar) para substituir o serviço nacional, suprimido há dez anos por uma decisão presidencial. Finalmente, depois da passagem do ano, a 4 de janeiro, Chirac suspendeu o estado de emergência, cuja duração estava prevista até 21 de fevereiro de 2006. Antes disso, a extrema-direita francesa organizou uma manifestação para dizer “Já basta! à imigração, aos motins e às explosões nos subúrbios”. O “protesto” foi convocado para o mesmo dia em que o governo francês aprovou um projeto-lei para prolongar por mais três meses o estado de emergência.

O presidente da Frente Nacional, extrema direita, Jean-Marie Le Pen, afirmou em entrevista à Rádio RTL que as medidas do governo francês para erradicar as violências urbanas não respondem "ao verdadeiro problema" da "imigração maciça": "Nós sabemos que ela constitui uma bomba atômica mundial",disse: “Os jovens dos subúrbios – "as crianças de Chirac" – vão-

se transformar em "terroristas e bandidos"";“Essa guerrilha não é nova. Neste ano ocorreram 70.000 atos de violência, foram queimados 28.000 veículos e travadas 442 batalhas de rua. Quando na 15ª noite foram queimados "apenas" 374 veículos, o chefe da polícia de Paris, Michel Gaudin, disse que parecia um "fim de semana comum". O novo desses acontecimentos foi o aumento da intensidade: 8.500 veículos incendiados e 2.652 neoguerrilheiros presos em 15 dias, além de creches, escolas, fábricas e lojas calcinadas em 60 cidades”.

“As revoltas têm origem nos grupos marginalizados econômica e socialmente”, disse Antonio Fatás, professor de economia da escola de negócios francesa INSEAD. Uma situação de marginalidade que, em sua opinião, era muito parecida com a de outros países desenvolvidos: “Existe uma tradição na França pela qual esses conflitos são resolvidos por meio de protestos violentos, e o que se viu é mais um exemplo disso”, observou. Para Sara González, professora da cátedra Jean Monnet de Integração Econômica da Universidade Complutense de Madri, a raiz do problema estava no fato de que os imigrantes de segunda ou terceira geração, que viviam na França, estavam, em grande parte, excluídos do sistema “voluntária ou involuntariamente”.

Esses imigrantes, dizia ela, “partem do princípio de que a sociedade em que vivem tem a obrigação de lhes garantir a satisfação de determinadas necessidades (moradia, saúde, educação, alimentação etc.)”. Contudo, acrescentava, “tal atendimento, mediante uso do orçamento público, não é algo que a economia francesa entenda como natural, tampouco qualquer outro Estado da UE pode destinar fundos tão importantes a objetivos dessa natureza”. Ou seja, que as obrigações públicas que existem para os franceses “comuns”, não existiriam para os imigrantes, nem sequer para os seus filhos, nascidos em solo francês (franceses, portanto).

Por isso, “os países com políticas de imigração pouco rigorosas tornaram-se vítimas de um enorme engodo conceitual: acreditava-se que quanto mais imigrantes trabalhassem e pagassem impostos, tanto melhor para as economias europeias, já que isso resultaria em um maior número de contribuintes para o sistema de seguridade social, garantindo assim o futuro das pensões”. Para González, tratou-se de um erro monumental, uma vez que, de acordo com o conceito de produtividade marginal, “o que importa, de fato, não é que haja mais trabalhadores produzindo, e sim que os trabalhadores existentes produzam mais, e assim contribuam em maior escala para com as políticas sociais e com os sistemas de pensão”. Em suma, disse, seria preciso “incentivar processos de pesquisa, desenvolvimento e inovação, tal como descritos no Acordo de Lisboa, em vez de confiar a economia à mão-de-obra”. Se assim não for, observava, “esses primeiros imigrantes contribuintes se converterão rapidamente em uma legião que exigirá, dos fundos públicos, quantias muito superiores àquelas com que contribuem”.

Para Mauro Guillén, professor da Universidade Wharton, a culpa pela onda de violência era do “modelo de imigração francês”. Segundo Guillén, havia três modelos em vigência na Europa: “O alemão-suíço-austríaco consiste em atrair trabalhadores ‘convidados’, que regressam a seus países durante um mês todos os anos, evitando-se assim sua inserção social. O britânico (e também o espanhol), que é favorável à integração do imigrante. E o francês, que ignora as diferenças étnicas e religiosas, concede a nacionalidade francesa, mas não põe em prática mecanismos de integração”. Assim, explicava, “os imigrantes, sobretudo os Magrebinos, jamais se integraram à sociedade francesa, vivem em guetos com taxas de desemprego de 30% e se tornaram focos de instabilidade social”. Tratava-se de um problema que não teria solução no curto prazo: “A França precisa reavaliar sua estratégia de imigração e inserção social. Fora isso, precisa também introduzir programas que amenizem a falta de emprego entre os jovens”. González, por sua vez, crê que aumentar a verba destinada aos imigrantes também não resolverá o problema, “porque, em parte, o que se exige não é algo que se possa pagar com dinheiro. A sociedade francesa, ou qualquer outra sociedade europeia, têm sua forma de vida

específica, e por isso reluta em incorporar outros modelos de vida que considera alheios, e que não correspondem àqueles que verdadeiramente deseja. Contudo, essas formas de vida são as que os imigrantes exigem para reproduzir o esquema de valores próprio de suas culturas".

As revoltas não causaram apenas danos materiais, colocaram também em evidência a falência da "política de integração" numa das nações mais importantes do "mundo desenvolvido". O chamado "multiculturalismo", em conformidade com os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, se esvaiu numa situação de gueto na periferia de Paris e de outras cidades francesas. Cinco milhões de pessoas, em sua maioria de origem africana e Magrebina, viviam nas chamadas Zonas Urbanas Sensíveis (ZUS), verdadeiros guetos onde predominam a pobreza, as drogas, o fracasso escolar e o desemprego que, na maioria dos casos, era duas ou três vezes maior do que os 10% do país como um todo. O problema tinha origem, em parte, no tipo de moradia criada pelos franceses em inícios dos anos 1960: edifícios fechados e independentes do resto da sociedade.

Essas construções, verdadeiros *lager* suburbanos de concreto, fizeram a delícia dos negócios do capital imobiliário francês nos "trinta anos gloriosos" do capitalismo de pós-guerra. Além disso, acusou-se o Estado francês de falta de planejamento no que diz respeito à segunda e à terceira geração de imigrantes, que se sentiam abandonados por não contar com programas especiais que lhes tirassem da marginalidade social. A política educacional, sobretudo a proibição de uso do véu islâmico nas escolas, também semeou o descontentamento entre a comunidade muçulmana. Falou-se até de um "choque econômico e social" nos "redutos da marginalidade" que incluiria uma dotação orçamentária no valor de 25 bilhões de euros, os quais seriam complementados com um "plano de coesão social" no valor de 15 bilhões, além de isenções fiscais para as empresas que se instalassem nessas regiões.

O ministro do Interior e candidato presidencial francês, Nicolas Sarkozy, anunciou medidas duras "em relação ao extremismo islâmico", e medidas semelhantes à discriminação positiva praticada nos EUA para facilitar a integração das minorias étnicas nas classes dirigentes. Segundo um comentarista: "O governo francês trava um combate entre a ala dura (que procura interferir na situação apelando para medidas policiais) e uma ala social que aponta para a existência de conflitos sociais, sabendo que, politicamente, o discurso social na França é sempre necessário. É essa ambiguidade, que está sempre presente nos governos franceses (de direita ou de esquerda), que cria uma situação de instabilidade". O já citado Guillén admitia que "há anos observamos a existência de uma classe dirigente francesa — educada em escolas célebres — que trabalha para reproduzir a si mesma, e não para promover o bem-estar da população". Ou seja, um "choque" (luta), não de civilizações, mas *de classes*.

Na Europa, a ofensiva "cultural" contra a juventude muçulmana, em especial contra as jovens que desejam usar o *tchador* na escola pública, tudo em nome do "laicismo", da "neutralidade religiosa", e até do "iluminismo", revela o cinismo atingido pela secular opressão imperialista europeia. Segundo uma reacionária visão, Europa se tornou um "campo da jihad", e poderia ser "a parte do mundo onde a América enfrenta a maior ameaça de extremismo islâmico". Assim diz Daniel Benjamim, um conselheiro de Casa Branca que é agora um *expert* em terrorismo no Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais, um *think-tank* dos EUA. Benjamim faz uma projeção demográfica: a população muçulmana da União Europeia de 25 membros pode, com as tendências presentes, dobrar de aproximadamente 15 milhões para 30 milhões antes de 2025. E isso sem contar a candidata (à UE) Turquia, com uma população quase completamente muçulmana de ao redor de 70 milhões de pessoas.[675]

Em setembro de 2006, uma atitude do Papa Bento XVI provocou raiva entre as comunidades islâmicas por causa da citação de um imperador bizantino do século de XIV, de acordo com o

[675] Islam, America and Europe: look out, Europe, they say. *The Economist*, Londres, 22 de junho de 2006.

qual "Maomé defendeu coisas ruins e desumanas, como a ordem dele de difundir a fé pela espada". Dirigindo-se a uma plateia da Universidade de Regensburg, na Alemanha, o papa citou um trecho de uma obra do imperador bizantino Manuel XX Paleólogo (1391), relacionando a religião islâmica e Maomé à questão da violência. “Mostre o que Maomé trouxe de novo e achará somente coisas más e desumanas, como sua ordem para espalhar pelo medo da espada a fé que pregava”. Depois do discurso, milhares de muçulmanos protestaram contra a associação do islamismo com a violência e exigiram que o papa se desculpasse publicamente. Porta-vozes do Vaticano, porém, negaram que o pontífice tivesse como objetivo ofender os muçulmanos. Disseram que Ratzinger apenas condenou o uso da religião para promover a violência.

Alguns anos depois, entre 6 e 10 de agosto de 2011, a princípio em distritos de Londres, espalhando-se em seguida por outras cidades do país, grandes manifestações viraram confrontos entre a população e a polícia, com saques e incêndios. A 4 de agosto, um policial matara o jovem negro Mark Duggan, de 29 anos, durante a tentativa de prendê-lo na ponte de Ferry Lane, próximo à estação de metrô de Tottenham Hale. As manifestações de protesto se espalharam em distritos da Grande Londres, Manchester, Merseyside, Midlands Ocidentais, Midlands Orientais, Yorkshire Ocidental, Bristol e em algumas outras áreas, depois que uma manifestação pacífica para pedir esclarecimentos às autoridades sobre o assassinato de Duggan por membros armados da Polícia Metropolitana de Londres foi também reprimida pela polívcia. Os distúrbios foram caracterizados por saques e incêndios indiscriminados. O primeiro-ministro britânico David Cameron antecipou o retorno de suas férias na Itália: as férias do pessoal da polícia foram canceladas e o Parlamento foi convocado de urgência em 11 de agosto para debater a situação.

Periferia londrina, também em chamas em 2011

Em 15 de agosto, 3.100 pessoas haviam sido presas em toda Inglaterra, das quais mais de mil foram processadas. As detenções, acusações e processos judiciais continuaram, com os tribunais trabalhando horas extras. Cinco pessoas morreram e pelo menos 16 pessoas ficaram feridas. Os danos foram calculados em um valor estimado de £ 200.000.000. A ação da polícia foi responsabilizada pela revolta inicial, que teve alta participação da juventude de origem imigrante da periferia de várias das principais cidades da Inglaterra. As populações locais chegaram a organizar grupos de autodefesa.[676] Sem muita originalidade, as análises

[676] População forma grupos de autodefesa em Londres. *Terra*, São Paulo, 9 de agosto de 2011.

sociológicas apontaram causas de várias naturezas - desde o desemprego e o corte de gastos sociais do governo até as mídias sociais, a cultura *gangsta rap* ou a criminalidade ocasional. As análises macroscópicas, de classe e com perspectiva internacional, ficaram excluídas.

O primeiro-ministro conservador do Reino Unido, David Cameron, disse que a Grã-Bretanha tinha uma "sociedade partida" e que os jovens britânicos das periferias "não sabiam a diferença entre o certo e o errado"... Cinco anos depois, em 2016, a população de Londres escolheu, pela primeira vez na Inglaterra, um prefeito islâmico, Sadiq Khan, que convidou seus concidadãos a observar o jejum religioso de Ramadã para compreenderem o que significa sentir fome (observando que 100 mil londrinos esfomeados, de todas as confissões religiosas, haviam sido obrigados, em 2015, a recorrer ao auxílo alimentar fornecido pela municipalidade da capital inglesa).[677]

[677] Sadiq Khan. Niente cibo ne caffè. *La Repubblica*, Roma, 7 de junho de 2016.

A “PRIMAVERA ÁRABE”

Se os interesses geopolíticos, convergentes ou divergentes, das potências mundiais não eram nem poderiam ser os únicos fatores determinantes dos conflitos nos países árabes e islâmicos, também não o eram os interesses dos governos e classes dominantes locais. Um terceiro protagonista, sempre potencial, tornou-se perfeitamente real ao calor da crise econômica mundial e de suas repercussões “orientais”: as massas populares e a classe trabalhadora dos países árabes. Em 2007-2008, uma nova fase da crise económica mundial explodiu, com o estouro da “bolha imobiliária” dos EUA. A crise econômica originada nos EUA passou rapidamente para Europa, cujos bancos estavam atolados pelos “ativos tóxicos” dos EUA e pela sua exposição no Leste europeu.

Depois de um estupor inicial, pela brutalidade dos ataques às condições sociais de existência, as reações sociais começaram a surgir e se generalizar, originando movimentos sociais inéditos nos centros capitalistas (como os *occupy* dos EUA e Inglaterra, ou os “indignados” da Europa continental), atingindo projeções revolucionárias nos países com crises sociais mais graves ou com contradições políticas mais agudas. A crise econômica se transformou em crise social (com a elevação espetacular das taxas de desemprego e pobreza e a eliminação crescente de antigos diretos trabalhistas), crise política (com a desestabilização de vários governos e o surgimento de novas forças de esquerda, como Syriza na Grécia ou Podemos na Espanha, e de extrema direita ou neonazistas), crise bélico-estratégica (com a guerra civil na Ucrânia, provocada pela questão da adesão do país à EU e a intervenção russa), e até em crise humanitária, com fenômenos de decomposição social, xenofobia e morte de milhares de migrantes clandestinos africanos nas costas europeias do Mediterrâneo. Historicamente, ela era bem mais do que uma crise da UE, era uma crise euro-mediterrânea, que teve desdobramentos políticos na “primavera árabe”, que sacodiu o mundo a partir de 2011.

Tunísia, janeiro de 2011

Os “heróis da pátria” de outrora – Hosni Mubarak no Egito, Ben Ali na Tunísia e Muammar Khaddafi na Líbia – haviam transformado os governos de seus países em ditaduras policiais familiares, e se apropriaram privadamente de quase todo o excedente nacional, graças a uma corrupção gigantesca, disseminada e centralizada nos titulares do poder político. A “primavera árabe” visou inicialmente derrubar os regimes herdeiros (e usurpadores) do despertar

nacionalista anticolonial dos anos 1950-1960, transformados nas décadas posteriores em aliados das potências ocidentais para servir seus interesses baseados em novas castas dominantes. Depois também encarou os regimes retrógrados e reacionários de reis e emires.

As quedas dos governos ditatoriais árabes, em meio a gigantescas mobilizações populares, não foram uma anomalia, mas um sinal de novos tempos internacionais, além de provocarem grandes mudanças geopolíticas na região mais conflituosa do planeta. As greves nos países mais ricos do Oriente Médio precederam à "Primavera Árabe". Dez milhões de trabalhadores imigrantes trabalhavam nos estados árabes do Golfo: Arábia Saudita, Omã, Kuwait, Bahrein, Catar e Emirados Árabes Unidos. Em outubro de 2008, houve uma onda de greves nos estaleiros de Dubai: enfrentaram a polícia do emirado, 4.500 operários foram presos. O governo anunciou inicialmente a expulsão do país de todos os detidos, mas decidiu afinal expulsar apenas 159, dos quais 90 indianos. Em novembro, a greve de 40 mil trabalhadores asiáticos da construção em Dubai levou o governo a ordenar aos ministros e às firmas de construção a reverem os salários e a definirem um salário mínimo, para diminuir a agitação operária nessa terra sem sindicatos nem direitos trabalhistas, e com uma classe operária da mais variada origem étnica e nacional. Da China até Dubai, uma nova classe operária começava a levantar a cabeça no continente asiático, gerando o novo teatro dos maiores confrontos sociais.

As manifestações de 2011 resultaram na derrubada de três chefes de Estado: o presidente da Tunísia, Zine El Abidine Ben Ali, fugiu para a Arábia Saudita em 14 de janeiro, na sequência dos protestos da "Revolução do Jasmim"; no Egito, o presidente Hosni Mubarak renunciou em 11 de fevereiro de 2011, após 18 dias de protestos em massa, terminando seu mandato de trinta anos; e na Líbia Muammar Khaddafi, morto após ser capturado no dia 20 de outubro e torturado por rebeldes, arrastado por uma carreta em público, morrendo com um tiro na cabeça. Vários líderes anunciaram sua intenção de renunciar: o presidente do Iêmen, Ali Abdullah Saleh, anunciou que não iria tentar se reeleger em 2013, terminando seu mandato de 35 anos. O presidente do Sudão, Omar al-Bashir também anunciou que não iria tentar a reeleição em 2015, assim como o premiê iraquiano, Nouri al-Maliki, cujo mandato terminaria em 2014. Protestos na Jordânia também causaram a renúncia do governo, resultando na indicação do ex-primeiro-ministro e embaixador em Israel, Marouf Bakhit, como novo primeiro-ministro pelo rei Abdullah.

"As escassas estatísticas de trabalho constituem um fator explosivo. Mulheres, crianças, adolescentes, estudantes de medicina ou ativistas de direitos humanos, garçons ou farmacêuticos, também há uma grande quantidade de desempregados", dizia o correspondente de *El País* no Egito: "Nas ruas se ajudam sem levar em consideração se são muçulmanos ou cristãos; se apoiam, oferecem água ou improvisam algo para comer. Também limparam as feridas e procuraram um médico quando a polícia disparou em um ou vários deles. Agora eles pintam uns aos outros com palavras de ordem e lemas contra o governo e se juntam, com cartazes na mão, cantando e gritando contra a repressão do regime de Hosni Mubarak. Saíram às ruas em todos os pontos do país e não pensam em voltar a suas casas até que liberdade, segurança, bem estar, pão e democracia, consigam instalar-se desde a Assuã até Alexandria, passando pelo Cairo".

Assim, entre 2010 e 2011, a rebelião social atravessou o Mediterrâneo e se transformou em crise revolucionária no Oriente Médio. As quedas dos governos ditatoriais árabes em meio a gigantescas mobilizações populares não foram uma anomalia, senão um sinal de novos tempos, também provocou grandes mudanças estratégicas na região mais conflituosa do planeta; "embora manifestações tenham tomado as ruas em quase todos os países árabes, eles tiveram muito mais facilidade em derrubar dirigentes em países pobres em petróleo, como Tunísia e Egito, do que em países ricos, como Líbia, Bahrein, Argélia e Arábia Saudita".

A partir de dezembro de 2010, na Tunísia, assistimos, com a “Revolução do Jasmim”, depois de quarenta dias de mobilização popular com mais de cinquenta mortos, não apenas à queda de uma ditadura familiar, senão a decomposição de um regime político e, potencialmente, de um regime social; e o início de um processo social de grande alcance no Magrebe e em todo o Oriente Médio. Nos últimos dias do governo Ben Ali, a polícia, que já não dava conta do povo mobilizado, teve que enfrentar também o exército. O novo governo autoproclamado (composto por dignitários do regime deposto, com a incorporação de três ministros da “oposição”), apesar de declarar a sua natureza temporária (prometeu realizar eleições em seis meses) não arrefeceu mas fortaleceu a movimentação popular, que passou a reclamar a completa extinção do regime e da dissolução do partido governante (o RCD, *Rassemblement Constitutionnel Démocratique*, uma verdeira máfia), e continuou na rua, apoiada na greve geral por tempo indeterminado de vários setores (especialmente de professores): "Nem um Estado policial, nem um Estado militar" foi o slogan cantado. A queda de Ben Ali foi equivalente ao desmantelamento do Estado e abriu um processo revolucionário.

A queda e a fuga de Ben Ali e sua família (sua esposa, no melhor estilo Imelda Marcos, fugiu do país vestindo não milhares de sapatos, como sua inspiradora primeira-dama filipina, mas uma tonelada e meia de ouro e mais de sessenta milhões de dólares) foi produto direto de um golpe palaciano, condicionada por uma revolta popular, quando o chefe do exército tunisiano não apenas se negou a reprimir o povo na rua, senão também indicou a porta do fundo (que o conduziu a Arábia Saudita depois de rechaçado pelos seus mal agradecidos padrinhos franceses e italianos) ao ex-presidente, que havia sido recentemente reeleito com votação recorde, “no país que gozava do mais alto nível de vida da região, e havia, além disso, aniquilado os islamistas”, segundo o comentário da imprensa. A queda de Ben Ali equivalia praticamente ao desmantelamento do Estado, em um país cujo exército nacional contava com menos de 30 mil homens, contra 160.000 membros da “força de segurança” encarregadas da proteção da máfia governante. Os moradores começaram a defender seus bairros por conta própria, contra as intimidações da guarda pretoriana do regime deposto, com o pouco que tinham, para proteger seus bairros e estabelecer comitês de autodefesa, criando núcleos embrionários de poder.

Foram os setores pobres das regiões mais postergadas os que tomaram as ruas (por causa da ação repressiva contra os vendedores ambulantes) desde o mês de dezembro de 2010, incitados pelo suicídio de um jovem desempregado, um fato revelador de uma situação social desesperadora (os protestos começaram espontaneamente na tarde de 17 de dezembro, quando um jovem desempregado, a pesar de seu diploma universitário, Mohamed Bouazizi, ateou fogo em si mesmo como forma de protesto contra o confisco de frutas e vegetais que ele estava vendendo em uma barraca na rua). O gesto de Bouazizi foi depois imitado em vários países, do Egito até Mauritânia. Com observou o antropólogo Hosham Dawod, a autoimolação não constitui, nestes casos, um ato religioso, mas político, inclusive anti-religioso: “O uso simbólico do fogo quer dizer ao mundo: o ínferno é aqui”.

As mulheres tiveram um papel fundamental na luta, não em virtude da suposta e alardeada “liberdade feminina” do falido regime, mas contra ele. Já antes do início da revolta de 17 de dezembro, na cidade de Sidi Bouzid, havia um grande número de mulheres na primeira linha. Entre as figuras mais conhecidas estava à advogada Radhia Nasraoui, presidenta da Associação Tunisiana de Luta contra a tortura. Depois de iniciar a sublevação de Sidi Bouzid foi criado um comitê de apoio a população. As mulheres da Tunísia tinham motivos para odiar a ditadura de Ben Ali, e a todo o regime. Sihem Bensedrine, portavoz do “Comitê Nacional para as Libertadoras da Tunísia”, fora vítima, em 1993, de uma modalidade de ataque da polícia política, que colocou seu rosto no lugar de uma atriz pornô e distribuiu milhares de exemplares da fotomontagem. Radhia Nasraoui, dirigente feminista, em 2003, não se alimentou durante

57 dias, para protestar contra a repressão, enquanto as "democracias ocidentais" olhavam para outro lado.

Tahar Ben Jelloun escreveu que "os eventos da Tunísia têm um alcance histórico para todo o mundo árabe, constituem uma onda de choque que pode despertar as massas da Argélia, do Cairo, de Damasco e de outros países com regimes autoritários e impopulares".[678] Marrocos proibiu as manifestações de solidariedade com a revolta da tunisiana; jovens no Egito e Argélia tomaram as ruas cantando "Tunísia mostra o caminho": com Tunísia estava todo o povo árabe que se levantava para sacudir a sujeira acumulada de décadas e séculos de exploração imperial e neocolonial, auxiliada, nas últimas décadas, pela cumplicidade "nacionalista". No Líbano o governo acabava de sofrer uma derrota eleitoral em benéfico do Hezbollah: o diário *As Safir*, da esquerda libanesa, afirmou que "esta primeira revolução popular árabe do século XXI tal vez seja um modelo para a mudança no mundo árabe esperada há muito tempo". Na Jordânia, manifestantes se reuniam frente ao Parlamento reivindicando a renúncia do governo. No Egito, o maior país do Oriente Médio, as massas ganhavam as ruas gritando "não queremos Mubarak, nem o seu filho"...

Nos primeiros dias da mobilização tunisiana, a ministra exterior francesa, Michelle Alliot-Marie (MAM) ofereceu a Ben Ali o *savoir faire* da polícia francesa, para combater as manifestações de rua, o que foi depois criticado pela imprensa francesa como prova de estupidez política. MAM, no entanto, só expressou a consciência (certamente idiota) de toda uma classe social, acostumada a considerar as ex-colônias (Tunísia fora colônia francesa durante 75 anos) como um quintal da metrópole. Em 28 de abril de 2008, o presidente Sarkozy declarou durante uma de suas viagens a Tunísia: "Seu país está empenhado na promoção dos direitos humanos universais e nas liberdades fundamentais". Uns meses mais tarde, o diretor geral do FMI Dominique Strauss-Kahn, disse na capital, Tunis, que o regime de Ben Ali era "o melhor modelo para muitos países emergentes".

Frente ao desastre da diplomacia europeia (não somente francesa, mas também espanhola e italiana) os EUA, vendo a possibilidade de entrar em terreno alheio, "aplaudiram", com Barack Obama, "a valentia e da dignidade do povo tunisiano" (o que não fizeram, claro, com o povo hondurenho, em circunstâncias semelhantes). Poucos dias antes da queda da Ben Ali, a cúpula do exército tunisiano manteve contatos com a embaixada norte-americana, que pediu para ele não intervir na repressão. Os Estados Unidos antecipadamente detectaram a catástrofe iminente do regime de Ben Ali e manobraram para diferenciar-se do antigo regime. Obama "aplaudiu" o povo da Tunísia, mas somente depois da queda de Ben Ali. Tanto os Estados Unidos como a UE permaneceram em silêncio até o último momento, porque consideravam que Ben Ali lhes era todavia útil. Ademais, a França temia uma vitória revolucionária das massas no Magrebe, porque poderia motivar os *beurs* (jovens de origem norte-africana nascidos na França), os rebeldes dos subúrbios da França, para novas insurreições.

A faísca inicial da revolução tunisiana teve suas raízes na crise capitalista mundial, que voltou a provocar, como em 2008, uma forte especulação sobre as matérias primas, em especial sobre os grãos. Na Índia os preços dos alimentos de primeira necessidade aumentaram em 18%, na China em 12%. 29 países se encontravam em situação de emergência alimentar. Nos países do Magrebe esses aumentos de preços alcançaram uma média de 30%, nos alimentos principais, pão (trigo), azeite, açúcar e sêmola: o custo da farinha e do azeite dobrara nos últimos meses, até atingir preços recordes, enquanto que o quilograma de açúcar, que fazia poucos meses apenas custava 70 dinares, uns 0,7 euros, chegou até os 150 dinares, 1,5 euros. A desvalorização praticada pelos governos, para equilibrar os orçamentos arrasados pelo grande capital (nacional e estrangeiro) colaborou para a catástrofe do Magrebe.

---

[678] Tahar Ben-Jelloun. Un'onda d'urto per le folle può svegliare i paesi arabi. *La Repubblica*, Roma, 16 de janeiro de 2011.

Na Argélia, país petroleiro (da OPEP), com quase US$ 160 bilhões em reservas mobilizadas em bancos estrangeiros, “a juventude está louca contra o regime. Não entende por que um país rico é incapaz de oferecer trabalho, casas e uma vida decente a sua gente”, dizia um correspondente europeu. A Argélia teve, em 2010, o ano da exacerbação da corrupção. A companhia petrolífera estatal Sonatrach foi enlameada por um importante escândalo de corrupção, seus dirigentes encarcerados e julgados por crimes econômicos. Em seguida, em fevereiro, o diretor geral da Segurança Nacional foi assassinado em seu gabinete por um assessor por suspeita de má distribuição da renda da corrupção. No setor de obras públicas, principalmente nos projetos de construção de rodovias, os escândalos de corrupção atingiram níveis muito altos.

A rebelião argelina deixou inicialmente dois mortos e 320 feridos, além de dezenas de policiais feridos pela fúria popular. Os enfrentamentos, que se iniciaram em Orã, capital do oeste argelino, se estenderam a 18 das 48 províncias da Argélia. Segundo *El Watan*, os protestos chegaram às localidades de Dejlfa, Ouargla e a outras regiões do país. O jovem Azzedine Lebza morreu baleado quando pretendia entrar, com outros manifestantes, na sede da prefeitura em M’sila: a revolta popular se dirigiu diretamente contra as sedes do poder político. A “revolta da fome” se transformou, rapidamente e desde seu início, em rebelião política contra os governos.[679]

Frente as mobilizações, o presidente tunisiano Ben Ali reformou seu gabinete (destituindo, entre outros, o ministro do interior, responsável pela repressão, e o de comunicação). Desesperado, em 12 de janeiro ordenou a libertação de todos os detidos durante os protestos; criou uma comissão especial para "investigar a corrupção". A “oposição tolerada” (o PDP) tentou “recuperar a rebelião” com críticas a setores do governo, porém sem exigir sua saída; as massas continuaram nas ruas, gritando slogans contra “os carrascos do povo”, e dirigindo-se espontaneamente aos locais da UGTT (*Union Générale des Travailleurs de Tunis*), central sindical). Ben Ali prometeu pela TV 300 mil novos empregos: “*On s’en fout du chômage, on veut que Ben Ali soit arrêté*”, foi a resposta popular. Até os advogados se somaram aos protestos contra a repressão aos jovens desempregados (“A greve é uma mensagem clara de que não aceitamos ataques injustificados contra os advogados”, explicou o presidente da Associação de Advocacia tunisiana, que disse que 95% dos 8 mil advogados tunisianos apoiavam a greve), deixando claro que era um país inteiro o que se levantava contra o regime político.

Na Argélia, o titular do comércio, Mustafá Benbada, anunciou um conselho interministerial extraordinário dedicado a examinar como atacar a elevação dos preços dos produtos de primeira necessidade: o povo nas ruas já estava procedendo a seu próprio “exame”. O presidente, Abdelaziz Bouteflika (outro “vitalício”), prometeu, além disso, um milhão de dólares para a construção de novas habitações antes de 2014. Aspirina para câncer: o nacionalismo pós-colonial nas antigas colônias francesas foi incapaz de tirar seus países do atraso, até mesmo às questões mais básicas: na Tunísia, a alimentação básica depende da importação anual de 100 mil toneladas de grãos, na Argélia, de 350 mil. A fome (imediata) e desemprego (histórico) provocaram uma rebelião de claras projeções revolucionárias: “Todo o Magrebe parece inclinado a uma rebelião”, declarou o cotidiano financeiro italiano *Il Sole 24 Ore*, assustado com os acontecimentos dos países que se encontram na “calçada em frente” no Mediterrâneo (Argélia e Tunísia eram os países africanos mais direta e historicamente vinculados a Europa), equivocando no alcance da rebelião, que incluiu todo o Oriente Médio e os países árabes.

[679] Front des Forces Socialistes (FFS). Dire que ce sont des émeutes de la faim est un raccourci. *Le Soir d’Algérie*, 9 de janeiro de 2011.

O regime argelino respondeu as manifestações com brutal repressão, que deixou cinco mortos e quase 900 feridos, mas teve que recuar diante o perigo que revolta popular acabasse como na Tunísia. O governo anunciou subsídios e a supressão de uma série de impostos, o que geraria uma baixa de preço de 40% nos alimentos, e também projetou um novo plano de atividades para 2014, o que levou um declínio dos protestos. No entanto, a cisão entre grandes segmentos da população – particularmente entre os trabalhadores jovens - e o governo era evidente. A hierarquia clerical islâmica, na Tunísia, Argélia, pediu calma, o que a população não atendeu. A polícia e as milícias do RCD iniciaram um verdadeiro massacre dos manifestantes. Mas em 4 de janeiro, as correntes combativas da UGTT pressionaram na plenária central à sua direção conciliadora: a partir de 11 de janeiro, as centrais regionais foram liberadas para convocar greves gerais. Seis federações sindicais (professores, correios, telefonistas, médicos, farmacêuticos, funcionários públicos) convocaram a greve geral e as manifestações de rua: a classe operária emergiu, depois de décadas de repressão, como a potencial direção da rebelião popular.

No dia 12 de fevereiro, uma manifestação reunindo 2.000 membros da Coordenação Nacional para a Mudança e a Democracia (CNCD) foi barrada por 30.000 policiais. Dia 15 de abril, o governo trombeteou que iria adotar diversas reformas políticas. No mesmo dia, enviou à Assembleia Popular Nacional uma série de projetos de leis, à guisa de reformas: leis sobre os partidos políticos, lei eleitoral, lei sobre as associações e código da informação, mas em matéria de abertura ou de liberdade, objeto das reclamações populares, não houve avanço algum. Usando os bilhões das rendas do petróleo e do gás, Bouteflika esbanjou com diversas subvenções e outras ajudas, inclusive para a criação de pequenos empreendimentos, numa forma de espalhar recursos e fazê-los chegar ao cidadão que poderia participar das manifestações. Em 12 de setembro o poder abriu mão do monopólio estatal sobre o audiovisual e, concomitantemente, os delitos de imprensa foram eliminados.

Nas palavras do próprio Bouteflika, o governo estava igualmente engajado em "confortar o pluralismo democrático". Isto dito, os deputados, por seu lado, rejeitaram o projeto de lei sobre a representatividade feminina no Parlamento e nas assembleias locais. O projeto original elevava a quota feminina de 7% para 30% e, com a lei aprovada passou a ser variável segundo o tamanho das circunscrições, reduzindo de fato a possibilidade das mulheres serem eleitas. Bouteflika passou todo o ano de 2011 tentando comprar a paz social e extinguir qualquer possibilidade de avanço da Primavera Árabe. Ele conseguiu pôr água fria na ebulição, mas não apagou o fogo.

Também o Sudão se viu afetado por mobilizações estudantis na capital contra o aumento de preços, logo que o governo suprimiu os subsídios aos produtos derivados do petróleo e do açúcar. As mobilizações neste país se entrelaçam com uma crise política geral. O governo do Marrocos, por sua vez, impediu protestos em solidariedade na embaixada da Tunísia pelo temor que as mobilizações brotassem eu seu próprio território. O regime de Mohamed VI tinha sua própria crise em casa: fazia pouco meses que iniciara uma feroz repressão contra o povo saharauí para impedir a autoproclamação desse país e manter o controle da região, com o apoio aberto da Espanha "socialista" de Zapatero.

No dia 14 de janeiro as manifestações eram de massas na Tunísia, em todo o país, o grito de "rebelião permanente, não a Ben Ali": "*Du pain, de l'eau, oui. Mais non à Ben Ali*", e "*Ben Ali, assassin, Ben Ali doit partir*" também eram cantadas. Após uma tentativa fracassada de ditar um estado de emergência contra a mobilização permanente, Ben Ali renunciou e fugiu para a Arábia Saudita. Com a queda de Ben Ali, se formou um governo substituto, encabeçado por Mohamed Ghannouchi (primeiro ministro de Ben Ali desde 1999), com a participação dos ex "opositores" Najib Chebbi, do Partido Democrático Progressista (PDP), y de Ahmed Ibrahim, do partido islâmico *Ettajdid*. Depois de designar três ministros nesse governo, a UGTT se negou a

reconhecê-lo ou apoiá-lo: a pressão operária e popular preservou a independência da classe frente a manobra pseudo-democratizante.

Ghannouchi, repudiado nas ruas, foi forçado pelo Conselho Constitucional a se demitir, após exercer o cargo por 16 horas. Destitui-lhe o chefe do Parlamento, Fuad Mebaza, obrigado por lei a convocar eleições em sessenta dias. O novo governo teve que liberar todos os presos das mobilizações dos dias anteriores; ao mesmo tempo, entretanto, um comando sequestrou a Hamm Hammami, dirigente do PCOT (Partido Comunista Operário da Tunísia). Nas prisões das regiões de Gafsa e Kaserín (no centro-oeste do país) e nas de Bizerta e Mornaguía (ao norte) se produziram motins e incêndios. A "Praça 7 de Novembro" (data da chegada ao poder de Ben Ali, em 1987) foi rebatizada de "Praça dos Mártires": a consciência da realização de uma ação histórica independente estava presente em todo o povo.

O novo "governo de unidade", encabeçado por Fuab Mebaza, conservou os titulares de quatro importantes ministérios do antigo executivo: Defesa, Finanças, Assuntos Exteriores e Interior, este último nomeado uma semana antes da queda de Ben Ali. Doze dos 20 novos ministros eram membros do partido do presidente deposto: "As figuras do partido de Ben Ali no novo governo não estiveram conectadas a repressão nem a corrupção. São tecnocratas que não sujaram as mãos", declarou Omeyya Seddik, membro da direção nacional do opositor PDP, justificando-se. A ex "oposição" assumiu cargos secundários: Saúde, Desenvolvimento Regional e Educação Superior. Nas ruas, militantes atacaram com gritos contra Ahmed Ibrahim, líder de *Ettajid*, um dos partidos "de oposição" legitimados por Ben Ali, incorporado ao governo.

Era fácil perceber a armadilha em que fora posta a revolução tunisiana. Para Fathi Chamkhi, membro da Liga Tunisiana de Direitos Humanos, a composição do novo gabinete era "deplorável": "Os problemas são mais profundos do que o ódio contra uma família. Este regime de atores de teatro quer fazer-nos crer que o que os tunisianos detestam é Ben Ali e os Trabelsi, e que agora tudo está bem. O que as pessoas querem é trabalho. O novo governo é contrarrevolucionário". "Ali Babá foi; agora devem ir os 40 ladrões!", gritavam os manifestantes que protestavam contra a permanência de ministros do antigo regime.

Os três ministros da UGTT (Anouar Ben Gueddour, Abdeljelil Bedoui e Houssine Dimassi, que havia assumido o Ministério do Trabalho), e o líder do Foro Democrático pelo Trabalho e Liberdade, renunciaram, não reconhecendo o novo Poder Executivo depois de haver aceitado formar parte dele (conhecendo, obviamente, sua composição continuísta). O secretário geral do sindicato deixou claro que tomava essa medida em "reposta as demandas do povo nas ruas", informando que também retiravam seus representantes no Parlamento e no Conselho Econômico e Social. A crise era geral, e em sua base estava a continuidade e radicalização da mobilização operária e popular. Até a polícia estava mudando: "A polícia disse não a ditadura", "O povo libertou a polícia", eram frases pixadas nos muros e nas ruas. Os agentes policiais exigiram o direito de criar um sindicato, melhores salários e juízo para o corrupto chefe policial Ali Mansur: "Apenas obedecemos ordens. Agora necessitamos de proteção", "Nós também fomos vítimas do regime".

A oposição burguesa, "comunista" e islâmica, não obstante, exigia do governo continuísta "um acordo com a oposição real" e a organização de um processo político democrático. A esquerda nacionalista "radical" reivindicava, no máximo, da expropriação dos bens de Ben Ali e sua família (grande parte estavam depositado em bancos estrangeiros) ou, como no caso do PC tunisiano, uma assembleia constituinte convocada pelo "governo de unidade nacional", em vez da completa destruição do antigo regime e o estabelecimento do controle operário e popular de toda a produção (principalmente dos monopólios estrangeiros), o controle dos câmbios e a nacionalização do sistema financeiro, como medidas elementares de proteção da economia nacional e popular.

Era a explosão do Egito o inevitável passo seguinte da revolução árabe, com consequência para todo o Oriente Médio e para a política mundial. Uma piada que se contava em El Cairo dava uma ideia a respeito: "O avião de Ben Alí parou em Sharm El Sheij (onde fica a residência do presidente egípcio Hosni Mubarak) para que subam mais passageiros". O ditador de 82 anos governava o Egito há trinta anos por meio de uma Lei de Emergência era o centro da atenção de todo o Oriente Médio.

O processo revolucionário nos países árabes tinha um caráter democrático geral, com um potencial conteúdo de classe, e foi hegemonizado nas ruas pela juventude estudantil, ainda que contasse com a presença maciça de pessoas de todas as classes sociais. A revolução no Egito se desenvolveu com as manifestações e protestos desde o dia 25 de janeiro de 2011. Os principais motivos para o início das manifestações foram a violência policial, as leis do estado de exceção, o desemprego, a luta para aumentar o salário mínimo, a falta de habitações, a inflação, corrupção, a falta de liberdade de expressão e as más condições de vida. A massiva luta provocou a queda de Hosni Mubarak e seu governo. Contra a possibilidade revolucionária do mundo árabe, a OTAN, a UE e os Estados Unidos, estruturam uma intervenção militar na Líbia, com o pretexto de proteger a população civil da repressão do regime de Khaddafi, provocando centenas de mortes e buscando criar uma base para intervir militarmente contra todos os países em rebelião, e contra a luta nacional palestina.

Hosni Mubarak se aproximara ainda mais dos EUA e de Israel quando negara abrir a passagem de Rafah, na fronteira com os territórios palestinos, durante a matança sionista em Gaza. Mas no Egito, as lutas operárias e populares foram mudando o mapa político. Em março de 2010 se criou a "Coalização por Mudança", "*Kifay*" (basta), uma frente de forças políticas que reuniu desde a Irmandade Muçulmana até as diferentes expressões da esquerda como o partido *Karama* (nasseristas), proibido, o *Tagammu* (socialista). No país do Nilo, com uma população de 85 milhões de pessoas (um terço da população árabe) das qual quase metade vivia abaixo da linha da pobreza, viu autênticas revoltas de ruas quando o preço do pão aumentou. O último ano a inflação dos produtos básicos disparara: os preços da carne e aves aumentaram 28,7%; os produtos lácteos, 8,1%; os da fruta e hortaliças, uns 16,2%, e os do açúcar, uns 16,3%.

O Estado subvencionava o pão, para um elevado número de egípcios a base de uma dieta não abundante de carne, cujo preço girava em torno de 75 libras egípcias (10 euros) o quilo, todavia o salário de um professor era de 1.000 libras (133 euros). O Egito comprava uma média de oito milhões de toneladas de trigo anualmente para produzir pão. Em 2008 umas cinquentas pessoas perderam a vida em filas da padaria. Agora a mobilização egípcia era diretamente política, contra o regime ditatorial, repressivo e corrupto. "Os movimento de oposição como o *Kifay*, "Jovens do 6 de Abril" ou "Todos Somos Khaled Said" (um jovem torturado até a morte pela polícia em 2009) estavam tratando de organizar uma revolta popular que acabasse com o governo do país. Eles mudaram seus perfis no Facebook por uma imagem que fundia a bandeira egípcia e da Tunísia e clamavam por um protesto internacional contra suas embaixadas no exterior. Saqueadores (no Iraque e no Líbano); reis, sheik, emir (nos países do Golfo); ditadores (do Egito, Síria, Argélia, Sudão e Líbia) e burocratas (da Palestina) estavam com barbas de molho. Em Israel, o vice-primeiro-ministro (Shalom) disse que os acontecimentos da Tunísia constituiam uma ameaça para o Estado sionista ...

Tunísia, Iêmen, Jordânia, Sudão, Argélia e Egito estavam em luta. No Iêmen, o presidente Ali Abdalá Saleh defendia para si um mandato vitalício... após 32 anos no poder (mobilizações o obrigaram a renunciar a este objetivo). Milhões de jovens do Iêmen manifestaram nas ruas da capital, Saná, defendendo as reivindicações mais fundamentais contra a miséria (a taxa de desemprego superava os 35%; metade dos 23 milhões de habitantes viviam abaixo da linha da pobreza, com menos de dois dólares por dia, e careciam de moradias dignas; um terço sofria de fome crônica) e a saída do governo ditatorial. Um ato em frente a Universidade de Saná

reuniu cerca de 10 mil pessoas: nas bandeiras se lia “Ben Ali se foi depois de 20 anos, 30 em Iêmen já basta”. Também em Bengazi (Líbia) surgiam manifestações de envergadura.

As mulheres jovens estavam incorporadas às manifestações, em países que tradicionalmente as relegavam ao segundo (ou terceiro) plano. O epicentro da luta se localizava no Egito, o país mais importante, os fiel da balança do Oriente Médio. A convocação dos protestos fora iniciada pela página do Facebook “O Mártir”, criada em nome do jovem egípcio Khaled Said, morto a golpes pela polícia na cidade portuária de Alexandria. A revolução egípcia não era produto de um “efeito dominó”, como afirma a grande imprensa, mas das contradições sociais e política acumuladas em mais de meio século, e da decadência do outrora pujante nacionalismo burguês e militar-pequeno burguês (os presidentes egípcios Nasser, Sadat, Mubarak, presidente da república e general da aeronáutica desde a queda da monarquia egípcia, 60 anos antes, eram todos orindos do exército) que chegara em seu momento a promover com uma fraseologia socializante e até “socialista”, concluindo em uma ditadura caudilhesca e corrupta: a família Mubarak, dona do poder desde fazia três décadas, acumulara um patrimônio de... 50 bilhões de dólares.

A miséria social que incendiou o pavio revolucionário, em especial na Tunísia e Argélia, evidenciou que a potencialidade da situação revolucionária ia além dos limites “democráticos”. Os métodos típico de luta da classe trabalhadora, a greve geral e a manifestação de rua, eram as armas de combate surgidas espontaneamente para derrubar o falido regime. Em Mahalla, Egito, o cenário das grandes greves dos trabalhadores têxtis nos anos recentes, 20 mil trabalhadores ocuparam as ruas. O governo que emergisse dos escombros do regime quebrado, teria que lidar com isso.

A miséria e desemprego dos universitários graduados, citado como motor inicial das mobilizações em diversos países, era um produto da decadência econômica dos países árabes, acentuada pela crise mundial. Afirmar que se tratava de um movimento manipulado pelo imperialismo norte-americano, citando documentos secretos que evidenciavam contatos antigos entre a oposição egípcia e o governo ianque, ou observando os movimentos diplomáticos de Barack Obama-Hillary Clinton (que não tinham nada de estratégicos, como supunham alguns analistas de relações internacionais: poucos dias antes da explosão egípcia, Hillary Clinton deu uma amostra de sua clarividência política ao afirmar: “Nossa impressão é que o governo egípcio é estável”...), afirmar isso significaria defender o cadáver político de Mubarak e consortes, ultimamente somente apoiado, internacionalmente, pelo governo centro-direitista de Israel, encabeçado por Shimon Peres e Benjamim Netanyahu: ainda assim, Netanyahu declarou, invulgarmente, que o Estado sionista devia “ser responsável e conter-se ao máximo”: “*The Cold Peace with Egypt was the most importante strategic alliance Israel had in the Middle East*”, comentou o cotidiano israelense *Ha’aretz*, usando apropriadamente o verbo “ser” em tempo passado.

O outro apoiador de Mubarak não podia deixar de ser o rei Abdulá da Arábia Saudita, que apelou para a milenar teoria da “infiltração”: “Ninguém árabe ou muçulmano pode tolerar uma intromissão na segurança e estabilidade do Egito por aqueles que se infiltram entre o povo em nome da liberdade de expressão, aproveitando para injetar seu ódio destrutivo”. Usar como pretexto a constatação de que o imperialismo tinha uma mão (ou pelo menos tentava tê-la) na oposição na rua, o que era óbvio, era apenas constatar que o imperialismo não só domina o mundo apoiando regimes reacionários, mas faz política de todas as maneiras possíveis. Em sua época, no início do século XX, o imperialismo britânico apoiou, e tentou manipular (com agentes infiltrados) a revolta árabe contra o decadente Império Otomano: existe alguém que defenda, ainda hoje, que o que o povo e as nações árabes estariam melhor se estivessem ainda sob o domínio turco?

Depois de mais de cento e cinquenta mortes provocadas pela repressão de Mubarak, mil feridos, e mais de mil prisioneiros, o movimento de luta apenas cresceu, em El Cairo, Alexandria, Suez, o centro industrial de Mahalla e outras cidades. A polícia utilizou os recursos mais brutais, mas também os mais mesquinhos do manual da repressão. Os agentes antidistúrbios lançaram tanto gás lacrimogênio que eles mesmos se sufocaram, e tentaram encobrir sua atuação atacando os jornalistas. O toque de recolher (de seis da tarde a sete da manhã), entretanto, não assustou ninguém, as pessoas continuaram nas ruas. A prisão domiciliar do repatriado opositor Mohamed El Baradei tornou-se ridícula. O regime de Mubarak foi abandonado até pelo exército (o mais numeroso do mundo árabe), submetido a uma enorme pressão popular na luta contra a múmia governante em El Cairo (cujo rosto era um verdadeiro catálogo de botox, cirurgias faciais e cabelos pintados). Em um grafite no Cairo, podia se ler "*Que se vayan todos*!!!", assim, em espanhol, repetindo a consigna que presidiu a mobilização revolucionária na Argentina em 2001. A consciência de uma luta internacional contra o capital e seus regimes reacionários estava presente e se abria caminho do Egito.

Os EUA (que auxiliam o Egito com fundos de 1.500 bilhões de dólares anuais; o Egito é o segundo país que mais recebe ajuda econômica e militar, depois do Estado de Israel, dos EUA). Obviamente, "a era pós-Mubarak começou em Washington e a primeira preocupação dos EUA agora é o vazio do poder que Mubarak deixa, com o risco de que seja ocupado por inimigos do país", ou seja, por um governo revolucionário e anti-imperialista. As empresas estrangeiras, por via das dúvidas, evacuaram do país seus dirigentes mais importantes. A lista das empresas multinacionais que operavam no Egito era impressionante. Pelas ruas de El Cairo se podiam ver anúncios da IBM, General Motors, McDonald's, BMW, Vodafone, Shell e dezenas de outras empresas ocidentais. Essas corporações se aproveitavam da mão de obra qualificada do Egito pagando salários miseráveis. A maior parte dos egípcios ganhava a miséria de cem dólares por mês.

O fantasma de "islamismo político", usado pelos EUA para justificar seu apoio aos regimes reacionários e militarizados do Oriente Médio (em primeiro lugar, Israel) saiu das catacumbas vários dias depois do início das grandes mobilizações populares (a Irmandade Muçulmana esperou até sexta-feira 28 de janeiro para chamar seus filiados para a manifestação, quando metade do país já estava nas ruas), com Hillary Clinton pedindo "sua incorporação (da Irmandade Muçulmana) ao diálogo". Um colunista de *El País* espanhol acreditava ter redescoberto a roda, afirmando que "os EUA e a Europa devem agora aceitar os governos de influência islâmica nos países árabes": na verdade, os EUA já iam bem mais longe do que isso. Mohamed Badia, líder da Irmandade Muçulmana do Egito, reivindicou "segurança, comida e apoio ao exército para estabilizar a situação". A "Irmandade" denunciou os "radicais islâmicos" acusando-os de usar a violência para obter o poder político, e se recusou, inicialmente, a chamar seus filiados a participar da greve geral, não apoiando a desobediência civil com objetivo de derrubar a ordem política de Mubarak e consortes.

"Os novos movimentos já não estão marcados pelo anti-imperialismo, o anticolonialismo ou o antissecularismo", afirmou o príncipe "democrático" marroquino, Mulay Hicham:[680] obviamente, já não havia mais colônias no Oriente Médio. A clareza política sobre o papel da ala pró-imperialista do movimento ainda não era evidente. Ao príncipe lhe esperavam também problemas em casa; já houvera manifestações em Tanger e Rabat em apoio aos egípcios. A onde de choque se estendia: o rei Abdalá da Jordânia teve que dissolver seu governo depois dos protestos em seu país, nomeando como primeiro-ministro seu assessor militar. O exército tendia a aparecer como árbitro em todos os países. As sucessões dinásticas civis, no entanto, estavam com os dias contados: "Será muito difícil que triunfem novas sucessões como a da Síria, será difícil que os filhos de Mubarak e Khaddafi possam sucedê-los", disse um analista: no

[680] Mulay Hicham. Marruecos no será la excepción. *El Pais*, Madrid, 31 de janeiro de 2011.

caso de Mubarak, isso já deixara de ser “difícil”. Até o governo chinês temia o “contágio árabe, e censurou a palavra Egito nos “microblogs” do país.

A ocupação da Praça Tahrir, em El Cairo

A “oposição política” egípcia limitou conscientemente a luta contra o antigo regime e suas instituições. Constituiu um comitê de dez líderes – com Mohamed El Baradei, ex diretor da Agência Internacional para a Energia Atômica, Prêmio Nobel da Paz em 2005, e a Irmandade Muçulmana –, que seriam responsáveis por direcionar para o caminho de uma “transição pacífica”. Em uma reunião de deputados, foi designado um grupo multipartidário para “estudar com o exército” o abandono do poder por parte de Mubarak e a formação de um governo provisório. Quando Mohamed El Baradei, que assumiu o papel de chefe da oposição e negociador oficial da transição, declarou: “Não podemos retroceder” (“O presidente deve abandonar o país como única maneira de salvar a Nação”), estava referindo-se menos a sua “vontade de ferro” do que à profundidade inédita do movimento de luta popular. O grupo “Todos somos Khaled Said” disse, sobre Baradei: “Até agora não tem feito muito e depende dele se desta vez realmente quer fazer alguma coisa. Tínhamos grandes esperanças nele, mas no momento ele não fez, nem arriscou nada". Por outro lado, Naguib Sawiris, executivo multinacional e chefe da família mais rica do Egito, afirma que “com El Baradei, o mundo dos negócios teria um verdadeiro interlocutor”. As coisas se esclareciam.

A revolução árabe estava fazendo voar pelos ares todo o edifício ideológico montando em décadas de propaganda imperialista na região mais crítica do planeta. O Egito operário e popular estava encabeçando uma transformação política e das relações internacionais de alcance mundial. Depois de fechar a rede *Al Jazeera*, bloquear o acesso a Internet em todo o país, e dar suas ordens assassinas, que provocaram a “Sexta-Feira (28) Sangrenta”, Hosni Mubarak se agarrou ainda no sábado 29 de janeiro ao poder e substituiu seu gabinete como um esforço para "acalmar os ânimos”. O exército deixou de empenhar-se na repressão, limitando-se a proteger as atrações turísticas, especialmente Sharm el-Sheik, as orlas do Mar Vermelho, supostamente para evitar a fuga de uma das principais fontes de divisas do país (os turistas se evadiram, de toda forma).

Mubarak passou a apoiar-se em de policiais e franco-atiradores (criminosos comuns liberados para este fim) dirigidos pelo chefe de seu tenebroso Serviço Secreto, Omar Suleimán (74 anos, Diretor dos Serviços Gerais de Inteligência Egípcia desde 1993), formado em Moscou, durante o regime stalinista, e depois em West Point, e responsável pela supervisão do bloqueio de Gaza, nomeado vice-presidente (cargo vago desde 1981), uma novidade em um regime em

que durante trinta anos somente havia existido o faraó Mubarak e, abaixo dele, seus súditos. Suleimán emergiu como o homem encarregado da mudança, de uma hipotética transição. Suleimán prometeu “abrir um diálogo com todos os partidos da oposição” (preparando forças para os recalcitrantes que não aceitassem dialogar de acordo com suas condições). O general da aeronáutica Ahmed Mohamed Shafiq assumiu como primeiro-ministro; era um “golpe branco” para salvar o regime.

Os ministros da Defesa e do Exterior mantiveram seus cargos; o ex-diretor de Instituições Penitenciárias (um conhecido carrasco) assumiu a cadeira do Interior. Seu predecessor, Habib el Adli, poucos dias antes das grandes mobilizações do Egito (e já em plena rebelião tunisiana) declarav: “Somos um grande Estado com apoio popular. Nosso país já está estável e não teme por estas ações”. Mubarak pediu ao novo governo políticas sociais (subsídios aos alimentos, controle da inflação e ampliação das ofertas de empregos). Mas o exército já estava jogando seu próprio jogo, anunciando que não usaria armas contra os manifestantes, e considerou "legítimas" suas demandas. “Hosni Mubarak, Omar Suleimán, são dois agentes ianques”, “Mubarak, Mubarak, o avião te espera”, foi a resposta dos manifestantes as falaciosas mudanças políticas. Na rua não existia outro poder que não fosse o da multidão revolucionária, que gritava e gritava contra Mubarak.

Por outro lado, houve inúmeras confraternizações entre manifestantes e soldados, sintoma inequívoco de uma revolução, com soldados que abraçavam os manifestantes, os caminhões militares que luziam em sua lateral frases pintadas como “Mubarak, ditador” ou “Mubarak e família, criminosos”. “Não disparamos contra o povo; se nos der essa ordem, a desobedecermos”, disse um oficial em El Cairo. Os saques nos bairros mais pobres, como Shubra e Mataria, foram obra, segundo os moradores de “grupos de policiais com roupas civis, empenhados em criar o caos”. Assim como na Tunísia, em cada esquina, grupos de moradores criaram barricadas com o que tinham, veículos e outros objetos, e montaram guarda. O governo também fechou a fronteira de Gaza para impedir que os palestinos fugidos da prisão de Abu Zabal regressassem a sua pátria.

No domingo 30, foi queimada e saqueada a sede do Partindo Nacional Democrático (de Mubarak). Na segunda-feira 31 de janeiro, a polícia se retirou antes das manifestações; os moradores organizaram grupos de defesa para enfrentar as quadrilhas que assaltavam comércios e casas, com facas, paus e ferros, e revistavam todos os transeuntes. Enquanto o propalado "vandalismo selvagem contra a sede da antiga cultura egípcia," uma corrente humana formada rapidamente, protegeu o Museu Egípcio dos assaltantes, muito melhor do que o fazia a polícia.

O ápice da revolta ocorreu na terça-feira 1º de fevereiro, quando a concentração popular convocada na Praça Tahrir (“da Libertação”), epicentro das lutas, prevista para um milhão de pessoas, reuniu na realidade dois milhões, que ocuparam todo o espaço da praça até o centro de El Cairo, sob o lema “Abaixo Mubarak, todos contra Mubarak”, deixando claro que as ruas não seriam desocupadas até a queda do governo. Na entrada da praça folhetos foram distribuídos em árabe, inglês, francês e italiano. Em Alexandria (norte do país) outra marcha teve lugar, como em Suez, com cerca de 200.000 pessoas que se reuniram gritando slogans como "revolução em todos os lugares", isto apesar de que, para amortecer o impacto das manifestações, o governo ordenara o fechamento do serviço ferroviário e de muitas estradas.

O exército e a oposição passaram a discutir a saída “honrosa” de Mubarak (na realidade, a honra do próprio Exército, de que Mubarak era criatura), preservando as bases do regime através de uma transição governamental pacífica. O próprio primeiro-ministro turco, Erdogan, aliado histórico dos EUA, que pretendia ter um papel independente no Oriente Médio, recomendou a Mubarak que “escutasse as demandas” de seus cidadãos. A polícia, ao voltar as ruas (para ordenar o trânsito...), foi hostilizada pelos manifestantes, que queriam erradicar

pela raiz o regime podre, e punir os responsáveis pela repressão selvagem (Mubarak em primeiro lugar).

Toda a oposição, inclusive a Irmandade Muçulmana, chegou a um acordo baseado em quatro pontos: 1) Que Mubarak deixasse o poder: 2) Dissolução do Parlamento; 3) Nova Constituição; 4) Criação de um "governo de transição". Formou-se um grupo de intelectuais, encarregados de estabelecer os mecanismos de diálogo para ordenar a transição, no qual participaram El Baradei, Amr Musa (secretário da Liga Árabe) e Ahmed Zewail (Prêmio Nobel de Química em 1999). Um comitê, em suma, com presença da grande oligarquia árabe e membros designados pela Academia de Ciências da Suécia. O papel de árbitro continuava nas mãos do exército: nada menos que a Irmandade Muçulmana (através de Kamel El Hebawy) anunciou que sua aposta para suceder Mubarak era o chefe do Estado Maior da Defesa do Egito, o general Sami Enan. Entre a "transição negociada" e a luta para desmontar o regime policial-repressivo se colocava a luta do momento.

No 2 de fevereiro, dois dias depois da enorme mobilização de Praça Tahrir, o enfrentamento assumiu características de guerra civil. No discurso da noite precedente, Mubarak demonstrou querer burlar as eleiçõespara planejar sua continuidade no poder. Os manifestantes, já em número menor, decidiram ficar na Praça Tahrir até que Mubarak se retirasse. O discurso de Mubarak, no entanto, estava articulado com a organização de um contra-ataque em que participaram policiais disfarçados, criminosos comuns recente liberados e lúmpens de todo tipo, que atacaram brutalmente os manifestantes, deixando centenas de feridos e alguns mortos, e forçando-os a desocuparem a praça. O exército pediu aos manifestantes contra o regime que voltassem para suas casas já que sua mensagem havia sido escutada e suas reivindicações conhecidas. As tropas deixaram atuar com toda liberdade os provocadores, desmentindo sua suposta solidariedade com o povo.

O povo mobilizado contra-atacou, retomando o controle da Praça de Tahrir. El Baradei se limitou a declarar sua preocupação acusando Mubarak de usar uma tática do terror. A oposição egípcia mostrou, desse modo, não ter outra tática que não fosse confiar na neutralidade favorável do exército e na pressão internacional, isto pesa ter a seu lado um povo inteiro em pé de luta. Os combates nas ruas de 2 fevereiro, depois de nove dias de ocupação da Praça Tahrir, inauguraram uma nova fase, mais radical, da revolução, e um processo espetacular de deliberação popular e transparência política; a luta e o debate político ocorreram paralelamente, o processo era inseparável.

"A revolução egípcia tomou o imperialismo de surpresa, e inclusive agora vários setores seguem apoiando Mubarak, entre eles os Estados Unidos. Há uma dose de ficção democrática como sucedeu logo após a queda do hondurenho Zelaya, quando Obama fez crer que se opunha ao que não queria chamar de golpe de Estado. Antes do fato consumado, entretanto, alimentou-se a ilusão de que as revoluções podem alcançar seus objetivos exclusivamente pelas manifestações, ou seja sem uma força política dirigente e por cima de tudo com uma exclusão da organização de uma insurreição popular armada, e aceita uma direção liberal e um modelo político superficial. Esta ilusão está agora presente no Egito, ainda mais quando essa metodologia serviu para derrotar o governo da Tunísia".[681]

Os EUA (com seu aliado Israel), uma vertente da oposição egípcia, o exército, as massas insurgentes: esses eram os protagonistas da crise revolucionária, os demais eram cadáveres em graus variados de decomposição, inclui-se aí a União Europeia. A crise egípcia era uma aspecto da crise mundial: o barril de petróleo voltara a superar os 100 dólares, abrindo um novo (e catastrófico) ciclo de especulação mundial; a Bolsa de El Cairo caiu 10%, com imediatas

[681] Jorge Altamira. Egipto: una revolución en el centro neurálgico del imperialismo. *Prensa Obrera* n° 1164, Buenos Aires, 3 de fevereiro de 2011.

repercussões sobre as Bolsas de Paris, Nova York, Tóquio e Londres, com centenas de companhias atoladas até o pescoço com negociantes egípcios e médio-orientais. A crise egípcia, por outro lado, podia derrubar um dos principais bastiões dos EUA. Este retrocesso poderia levar os EUA a rever suas agressões militares (nucleares inclusive) contra o Irã.

A grande burguesia árabe, que simpatizou com os passos iniciais do movimento (porque viu a possiblidade de liberar-se da asfixia provocada pelas ditaduras burocráticas e corruptas) expressou (pela boca de Khalid Janahi, chefe do Banco Islâmico e do *Arab Business Council*) que sua preocupação era com a ordem, e que o Egito de Mubarak, ao final é(ra) o "mais moderno" dos países do Oriente Médio, e o primeiro a aceitar as recomendações da *Arab Business Council*. "Liberdade para os negócios" era o limite da "revolução" para a grande burguesia. O Foro Econômico Mundial de Davos, por sua vez, optou pelo silêncio, ou seja, apostar em todas as cartas do jogo. Um golpe militar "pacificador" conformaria a todos estes setores, e estava posto sobre o tapete político egípcio.

Uma vitória revolucionária também levantaria um terremoto político em Israel: "A revolução egípcia ocupa um lugar internacional excepcional pela simples razão de que ameaça todos os fundamentos da estrutura de opressão do sionismo sobre a Palestina. Este é o fato, por cima de qualquer outro, que intensifica a polarização política e o ritmo da revolução no interior do Egito. Israel é incompatível como uma revolução vitoriosa, por isso obstaculiza qualquer contemporização com as massas. Isto explica o apoio internacional que a própria Autoridade Palestina está dando a Mubarak, porque o derrocamento deste colocaria em perigo todos os acordos dela com o sionismo e colocaria fim a sua própria supremacia".[682] Mohamed El Baradei se apressou em declarar que seu governo não seria hostil a Israel, uma garantia dirigida menos ao Estado sionista do que os EUA: o problema estava em que estes acreditassem que El Baradei seria capaz de controlar alguma coisa no Egito. O Oriente Médio converteu-se no centro da luta de classes mundial, e o Egito no centro político do Oriente Médio.

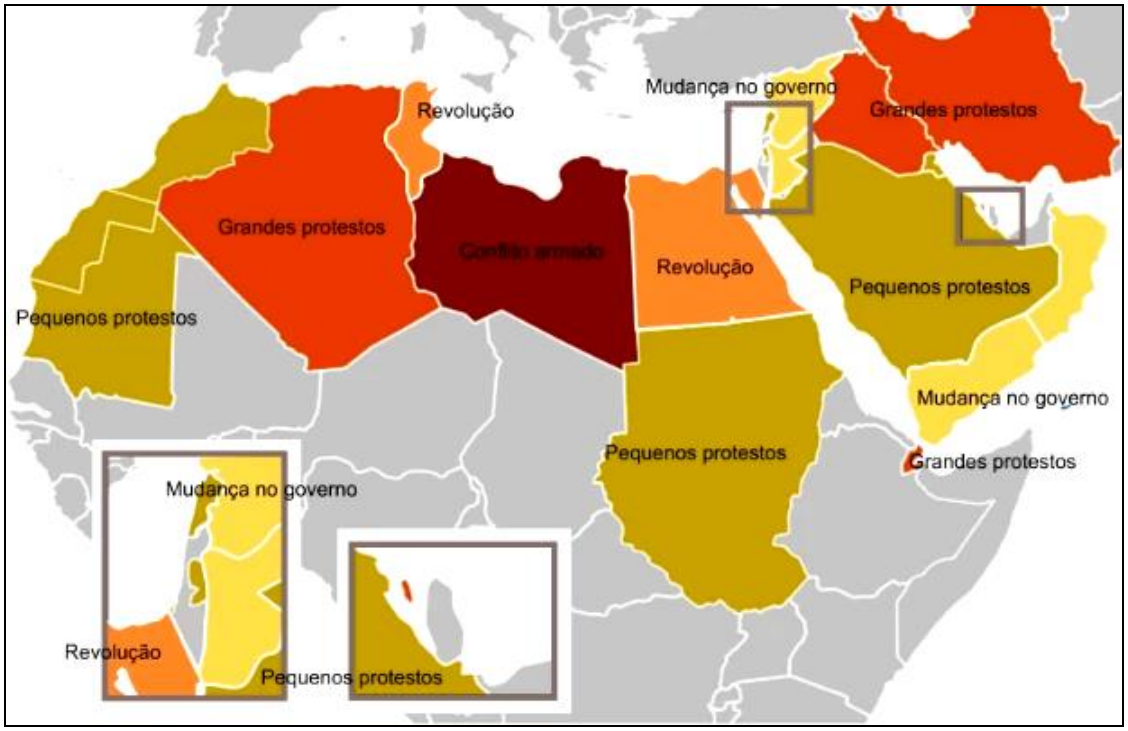
As rebeliões se estenderam na Tunísia, na Líbia e no Iêmen, na Síria e em Bahrein. Outros países da região tiveram também importantes protestos, como Jordânia e Iraque, e inclusive Arábia Saudita. De conjunto, todo o mundo árabe sentiu o efeito das ondas de rebelião popular: não houve governo que não tomasse medidas preventivas, tanto repressivas como (mais raramente) concessões políticas e sociais, para evitar que seus países fossem também afetados. A direção dos protestos massivos se encontrava em uma nova geração juvenil, que até certo ponto rompia com as concepções político-ideológicas das gerações anteriores.

Como Hossam-El-Hamalawy explicou em um artigo no jornal londrino *The Guardian*, o despertar da luta operária com suas próprias demandas influiu poderosamente na decisão do exército egípcio em se livrar de Mubarak: "Todas as classes sociais do Egito participaram do levante. Na Praça de Tahrir podia se encontrar os filhos e as filhas da elite egípcia junto com os trabalhadores, os cidadãos de classe média e os pobres da cidade. Porém o regime começou a balançar definitivamente quando as greves massivas começaram na quarta-feira 9, o que obrigou aos militares forçarem Mubarak a renunciar porque ele pôs o regime à beira do colapso... Desde o primeiro dia do levante em 25 de janeiro, a classe trabalhadora participou os protestos. Entretanto, os trabalhadores tomaram parte do processo como "manifestantes", mas não necessariamente como "trabalhadores" - significa dizer que não haviam atuado de maneira independente. Não tinham sido os manifestantes que haviam paralisado a economia, mas o próprio governo, com os contínuos toques de recolher e a decretação de fechamento de bancos e centros de negócios. Se tratava de uma espécie de greve capitalista que pretendia aterrorizar o povo egípcio. Porém quando o governo quis fazer o país voltar à normalidade a

[682] *Idem*.

partir de 8 de fevereiro, os trabalhadores não se mostraram de acordo, discutiram sobre a situação em curso e começaram a organizar-se massivamente como um bloco independente".

"No curso de poucos dias que transcorreram a partir de 7 de fevereiro dezenas de milhares de trabalhadores se lançaram à ação. Milhares de trabalhadores ferroviários se declaram em greve e bloqueiam as linhas de trens. Seis mil trabalhadores da região administrativa do Canal de Suez abandonaram o trabalho organizando-se em assembleia massivas em Suez e em outras cidades. Em Mahalla, 1500 trabalhadores do setor da Abul Sbae Têxtil param e bloqueiam a rodovia. No Hospital de Kafr-al-Zayyar centenas de enfermeiras fazem um protesto e outras centenas de empregados se unem a elas. À onda se somaram outros milhares de grevistas por todo Egito: os motoristas de ônibus em El Cairo, os empregados da *Telecom Egypt*, jornalistas, operários das indústrias farmacêutica e siderúrgica, pedindo melhores salários, a demissão dos chefes mais impiedosos, melhores condições de trabalho e sindicatos independentes. Em muitos casos exigiram a demissão de Mubarak. Em alguns casos, como os 2.000 operários da fábrica de seda de Helwan, pedem a expulsão de todo o Conselho de Administração. Milhares de empregados da Universidade do Cairo se uniram aos protestos, enfrentaram as forças de segurança e impediram o primeiro ministro, Ahmed Shariq, entrar em seu escritório".



2011: quadro da "Primavera Árabe"

Poderíamos acrescentar outros exemplos: cerca de 20 mil operários de Al-Mahalla Al-Kobra, a uns 100 kms ao norte do Cairo, que após três dias de calma, realizaram uma greve na maior fábrica têxtil do país. 150 guias turísticos que fizeram um protesto contra seus miseráveis salários, na sombra da Grande Pirâmide. Os trabalhadores bancários que exigiram a saída dos seus chefes corruptos; os motoristas de ambulância que bloquearam as ruas para exigir melhorias salariais. Milhares de trabalhadores concentraram-se ao redor da sede da ETUF (*Egyptian Trade Union Federation* [Federação Sindical Egípcia], sindicato oficial) qualificando-os de "corja de ladrões" e pedindo sua dissolução ao que os bandidos do sindicato responderam com pauladas e disparos. Houve até policiais que protestaram pelo que estavam sendo obrigados a fazerem contra os manifestantes, mostrando a queda de moral nos escalões mais baixos dessa força repressiva. Sem dúvida, muitos outros exemplos poderiam ser acrescentados.

Com os protestos massivos se dispersando, desde que o exército egípcio "assumiu o poder", foram lançados chamados insistentes para voltar ao trabalho porque, depois de todo o ocorrido, a revolução já erqa vitoriosa. Se insinuou que as assembleias de trabalhadores deveriam ser proibidas. Ainda assim, em 2012, depois das eleições egípcias, deflafrou-se uma greve dos trabalhadores da fábrica de pneus Pirelli-Alexandria, no Egito, com manifestação de protesto dos empregados, à frente do consulado italiano em Alexandria, coordenada pela Federação Egípcia de Sindicatos Independentes.

A política se polarizou rapidamente entre dois grandes aparatos reacionários: o velho establishment militar que governara durante décadas, e a Irmandade Muçulmana, que concluiu vencendo as eleições em junho de 2011. Centenas de ativistas escalaram os altos muros da embaixada dos EUA e arrancaram a bandeira norte-americana do mastro para hastear outra com o lema: “Não há outro Deus que não Alá e Maomé é seu profeta”. A revolução no Egito era uma nova “revolução islâmica”? Ou uma revolução social? O segundo aniversário do início da revolução encontrou novamente dezenas de milhares de manifestantes nas ruas das principais cidades do Egito. O ministro do Trabalho do novo governo, Abu Eita, um ex-sindicalista e membro do Partido Nasserista, não só se deparou com a mobilização dos desempregados, mas também com o ministério ocupado. Em 30 de setembro de 2013, dezenas de ativistas dos sindicatos independentes, despedidos pela patronal, ocuparam o ministério exigindo serem readmitidos.

Em Suez, Alexandria, Mahalla, Port Said e principalmente na emblemática Praça Tahrir, os trabalhadores e o povo egípcio protagonizam concentrações, marchas e duros confrontos com a polícia e o exército. Exigiam do atual governo da Irmandade Muçulmana, presidido por Mohamed Morsi, que cumpra as demandas democráticas e econômicas ainda não atendidas desde que, depois de 17 dias de intensa luta e ao custo de 850 mártires, derrubaram o ditador Mubarak em fevereiro de 2011. Nas ruas e nas praças egípcias, ressoava com força o grito de “pão, liberdade e justiça social” e a icônica palavra de ordem “O povo quer a queda do regime!”. O governo islâmico de Morsi, junto com a cúpula militar, respondeu a essas mobilizações com uma brutal repressão e um maior endurecimento do regime.

Em meados de 2013, uma imensa mobilização popular nas ruas, calculada em catorze milhões de pessoas exigiu a derrubada do governo egípcio da Fraternidade Muçulmana, encabeçado por Mohamed Morsi. Esse governo, porém, não era uma ditadura originada em um golpe civil ou militar, ou em uma intervenção imperialista externa. Ao contrário, era produto das eleições supostamente livres realizadas depois da queda do governo de Hosni Mubarak. Morsi e a Irmandade Muçulmana, ao mesmo tempo em que tentavam não perder sua base majoritariamente muçulmana (que derrubou Mubarak e expressava uma grande raiva contra o imperialismo estrangeiro), faziam de tudo para ganhar a confiança dos EUA e de organismos como o FMI e o Banco Mundial, que prometeram conceder-lhe créditos. Somente a União Europeia se comprometeu com 449 milhões de euros para o período entre 2011 e 2013 e preparava outra “ajuda” de mais 500 milhões para quando as negociações com o FMI, sobre um empréstimo de 4,8 bilhões de dólares, estiverem concluídas.

A queda de Morsi foi precipitada por um golpe militar (seu governo foi declarado removido pelo general Abdul Fatah Khalil Al-Sisi, seu ministro da Defesa) que foi seguido de uma eleição constituinte. Ex-comandante das Forças Armadas, Al-Sisi, representante da estrutura militar que controla a nação norte-africana, usou em seu favor o argumento de ter sido eleito através das urnas em 2014, em uma eleição da qual participaram só 47,5% dos votantes e em que ele recebeu, segundo a contagem oficial, 96,1% dos votos. Longe de apaziguar a situação do país, o golpe militar-constituinte foi acompanhado por uma sequência de medidas fortemente repressivas do novo governo, não só contra partidários “islâmicos” do governo derrubado, mas também contra o movimento operário e popular, e por mobilizações e atos violentos da oposição muçulmana, que envolveram o país numa espiral de violência. A constante

degradaçãoda situação econômica egípcia alimentou a continuidade das revoltas. Depois da "Primavera Egípcia" de 2011, com a extraordinária ocupação popular da Praça Tahrir em El Cairo, o Egito voltou em 2013 ao centro do noticiário internacional.

A Câmara Alta do Parlamento aprovou um projeto de lei apresentado pelo próprio Executivo, que autorizava o exército a "garantir a segurança do país e deter manifestantes". Desta forma, e com a missão de "proteger as instituições vitais do Estado", os militares gozavam novamente de completa liberdade para reprimir o povo, e atuava m em conjunto com a polícia. A situação dos trabalhadores vinha piorando brutalmente nos últimos meses. A inflação duplicou em oito meses, o que era um brutal confisco de salários já muito rebaixados. Com um desemprego de 30% e enquanto fecham várias empresas, o regime militar e seu governo tentam cortar as liberdades arrancadas com queda de Mubarak e Morsi, para impor mais sacrifícios à classe trabalhadora e "reativar" a economia.

Mas algo parecia mover-se além da tentativa da Irmandade de reconquistar o governo. No mesmo dia em que o Conselho de Ministros aprovava sua lei anti-greve, os trabalhadores da principal fábrica textil do Egito, Misr, com 23 mil trabalhadores na cidade de Mahala al-Kobra, ocuparam a fábrica cobrando o pagamento extra atrasado e, depois de três dias de luta, a empresa se viu obrigada a ceder. Os operários de Mahala tinham grande tradição de luta: em 2006, protagonizaram uma forte greve contra o governo e em 2008 foram a vanguarda operária na luta contra Mubarak.

Os protestos no Bahrein objetivaram a derrubada do rei Hamad bin Isa al-Khalifa; se iniciaram em 2011 sob a influência direta dos efeitos da "Revolução de Jasmim" na Tunísia. O governo respondeu com violência aos rebeldes, que tentaram atacar, inclusive, o Grande Prêmio de Fórmula 1. Registros indicaram centenas de mortos durante combates com a polícia. A Primavera Árabe também ocorreu no Marrocos, sem a exigência, ao menos por enquanto, do fim do poder do rei Mohammed VI, mas sim da diminuição de seus poderes e atribuições. O rei marroquino chegou a atender partes das exigências, diminuindo parte de seu poder. Os protestos e conflitos no Iêmen se deram em torno da busca do fim da ditadura de Ali Abdullah Saleh, que durou 33 anos. O fim da ditatura foi anunciado em novembro de 2011, em processo marcado para ocorrer de forma transitória e pacífica, através de eleições diretas.

Manifestação no Bahrein contra a monarquia

Na Jordânia revoltas e protestos ocorreram desde a segunda metade de 2012, com o objetivo de derrubar o governo do rei Abdullah II, que, com receio da intensificação da Primavera Árabe em seu país, anunciou no início de 2013 a realização de novas eleições. Entretanto, o partido mais forte do país, a Irmandade Muçulmana, decidiu pelo boicote desse processo eleitora. E, assim como no Marrocos, em Omã não houve a exigência do fim do regime monárquico do

sultão Qaboos bin Said que impera sobre o país, mas sim a luta por melhores condições de vida, reforma política e aumento de salários. Em virtude do temor do alastramento da Primavera Árabe, o sultão definiu a realização das primeiras eleições municipais em 2012. O sultão controlou a situação de revolta da população do país através de benesses e concessões. Apesar disso, vários protestos e greves gerais foram registradas.

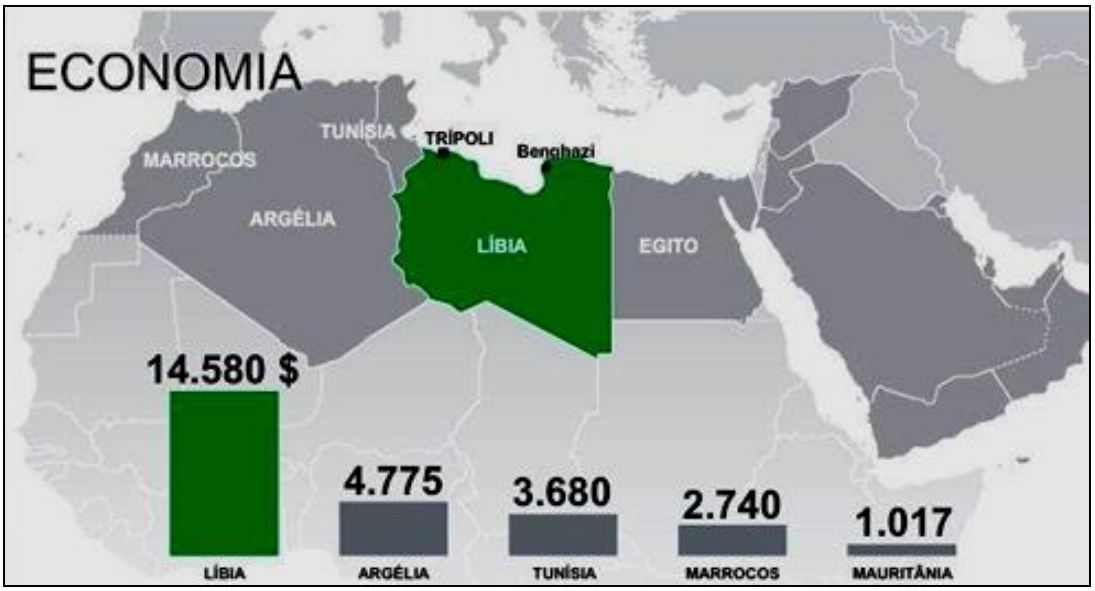
Os protestos populares na Síria começaram, no esteio da "Primavera Árabe", em 26 de janeiro de 2011 e progrediram para uma guerra civil, justificada pelo governo sírio em nome da luta contra "terroristas armados que visam desestabilizar o país". Os primeiros protestos aconteram nas cidades de Damasco, Alepo e no sul de Daraa, município onde foram registrados os primeiros confrontos violentos entre forças de segurança e manifestantes. O conflito acabou espalhando-se para toda a região médio-oriental, atingindo países como Iraque e o Líbano, e atiçando, especialmente, a rivalidade entre xiitas e sunitas. A Síria tinha estado em estado de emergência desde 1962, suspendendo as garantias constitucionais os cidadãos. Hafez al-Assad esteve no poder por trinta anos, e seu filho, Bashar al-Assad, manteve o poder numa sucessão familiar. As manifestações públicas contra seu governo começaram em frente ao parlamento sírio e a embaixadas estrangeiras em Damasco.

O declínio da "Primavera Árabe" foi evidente a partir de 2014, chegando-se a falar, nos anos sucessivos, de "Outono" e até de "Inverno Árabe". Segundo a pesquisadora Bessma Momani não houve, com exceção da Tunísia, importantes modificações na natureza dos regiemes políticos, "houve uma revolução social e cultural, e não acho que a revolução política tenha terminado".[683] Entenda-se por "revolução social", segundo essa autora, uma mudança nos hábitos e costumes sociais. Fortalecimento da "sociedade civil" e conquista de liberdades antes inexistentes seriam seu principal saldo, pelo menos em alguns países. A conclusão é parcial, e não leva em conta, além da situação social das massas trabalhadoras, os desdobramentos dramáticos e internacionalmente decisivos do processo iniciado em 2011 em países como a Líbia, a Síria e o Iraque, nos quais esses desdobramentos levaram a processos de guerra civil e de início de dissolução nacional.

[683] Bessma Momani (entrevista). Primavera Árabe criou geração engajada. *Folha de S. Paulo*, 10 de fevereiro de 2016.

LÍBIA E IRAQUE: O CAOS SEM FIM

Em decorrência da "Primavera Árabe" também começou uma onda de protestos na Líbia contra o governo de Muammar Khaddafi (que já estava há 42 anos consecutivos no poder). Os protestos se iniciaram em fevereiro de 2011. No meio das revoltas populares no norte da África e no Oriente Médio, Khaddafi ficou temeroso de que essa onda de manifestações atingisse seu país e tomou medidas para melhorar sua imagem popular, reduzindo o preço dos alimentos, expurgando a liderança do exército de oficiais de lealdade duvidosa e libertando prisioneiros políticos de grupos islâmicos. Essas medidas se mostraram ineficazes, e demonstraram mais do que qualquer coisa a debilidade crescente de seu regime. Em 17 de fevereiro de 2011, grandes protestos foram registrados por todo o país. Diferentemente da Tunísia e do Egito, a Líbia era religiosamente homogênea e não tinha movimentos islâmicos importantes; as principais causas da revolta eram a corrupção do governo e o clientelismo, enquanto o desemprego (embora subsidiado pelo governo) era de 30%, num país onde a maior parte da mão de obra desqualificada era de origem estrangeira.



PIB per capita no Magrebe

A crise política líbia começou após o início dos protestos na cidade litorânea de Bengazi pedindo a derrocada do regime. Forças de segurança abriram fogo contra a multidão. As manifestações, contudo, acabaram se espalhando pelo país e grupos de civis e militares desertores inciaram uma resistência armada contra o governo. Parte da oposição líbia, sob a liderança das facções vinculadas às potências ocidentais, se uniu formando o "Conselho Nacional de Transição". No auge das manifestações populares, em um sinal de ruptura com o governo, a delegação da Líbia na ONU acusou Khaddafi de genocídio e fez um apelo por sua renúncia. Diversas autoridades, inclusive o ministro da Justiça, Mustafá Abdel Jalil, e diplomatas em diferentes países, renunciaram, em protesto contra o uso excessivo de força na repressão das manifestações. Diplomatas que representavam o governo na China, na Índia e na Liga Árabe deixaram seus cargos em protesto contra o governo.

O governo respondeu as manifestações com violência, com centenas de pessoas morrendo na repressão. Após a renúncia das autoridades, Saif al-Islam Muammar Al Khaddafi, filho do até então líder do país, anunciou a criação de uma comissão para investigar episódios violentos durante os protestos. A comissão seria dirigida por um juiz e incluiria membros de organizações de direitos humanos, líbias e estrangeiras, mas nunca foi implementada. Uma coalizão de líderes muçulmanos líbios emitiu uma declaração dizendo "é obrigação de todo muçulmano se rebelar contra o governo líbio".

Protestos na Líbia

Ao fim de fevereiro, o governo de Khaddafi já havia perdido o controle de boa parte do país, incluindo municípios como Misrata e Bengazi, além de cidades portuárias como Ra's Lanuf e Brega. A região leste da Líbia, que era mais pobre, rapidamente foi tomada por opositores. Khaddafi acusou os rebeldes de serem membros da Al Qaeda (o que significava tender uma ponte aos EUA e aos regimes árabes laicos, que estes não atravessaram) e afirmou que os caçaria "rua por rua, casa por casa". Sofrendo com deserções entre suas tropas, Khaddafi teve que recrutar mercenários de países vizinhos. Com equipamentos militares mais avançados e com soldados mais preparados, o governo de Khaddafi lançou grandes ofensivas contra o leste da Líbia, que terminou com milhares de mortes. A cidade de Bengazi, considerada o coração da revolta, foi cercada e bombardeada. Khaddafi afirmou então em um discurso que "não mostraria piedade" aos rebeldes. Em março, as tropas de Khaddafi se reagruparam e começaram a avançar pela costa em direção ao leste, sobre áreas sob o controle dos rebeldes, avançando contra Bengazi, a maior cidade em mãos da oposição.

Com a derrota iminente da oposição, parecia que Khaddafi iria triunfar. No entanto, em 12 de março, a Liga Árabe pediu ao Conselho de Segurança das Nações Unidas para impor uma zona aérea de exclusão. Os países árabes baixaram o polegar para Khaddafi, quando este parecia ter os trunfos militares na mão. A 15 de março, o embaixador libanês Nawaf Salam propôs o pedido como resolução, que foi apoiada pela França e o Reino Unido. A 17 de março, o Conselho de Segurança votou a com dez votos a favor contra nenhum contra a aprovação uma zona de exclusão aérea. Houve cinco abstenções vindas do Brasil, Rússia, Índia, China e da Alemanha. Finalmente, em 17 de março de 2011, o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou a Resolução 1973, que autorizava seus Estados-membros a "tomar todas as medidas necessárias para proteger os civis e áreas civis densamente povoadas sob a ameaça de ataque na Líbia".

Dois dias depois, forças aéreas e navais da OTAN, lideradas por França, Estados Unidos e Reino Unido bombardearam alvos militares por toda a Líbia, focando especialmente as cidades de Trípoli e Bengazi. Nesta última, os bombardeios aéreos garantiram o fim do cerco e firmou a primeira grande vitória às forças militares da oposição, que passaram o resto da guerra na ofensiva. Com a intervenção militar da OTAN em andamento, os rebeldes iniciaram a marcha até o oeste do país, tomando boa parte da região central da Líbia. Violentos combates seguiam enquanto a oposição tomava uma cidade após a outra. Acuado, Khaddafi e as forças leais saíram em retirada até a região oeste.

Propostas de cessar-fogo foram feitas tanto pelo governo, quanto por organizações estrangeiras (como a União Africana). Contudo a oposição recusou todas afirmando que seu

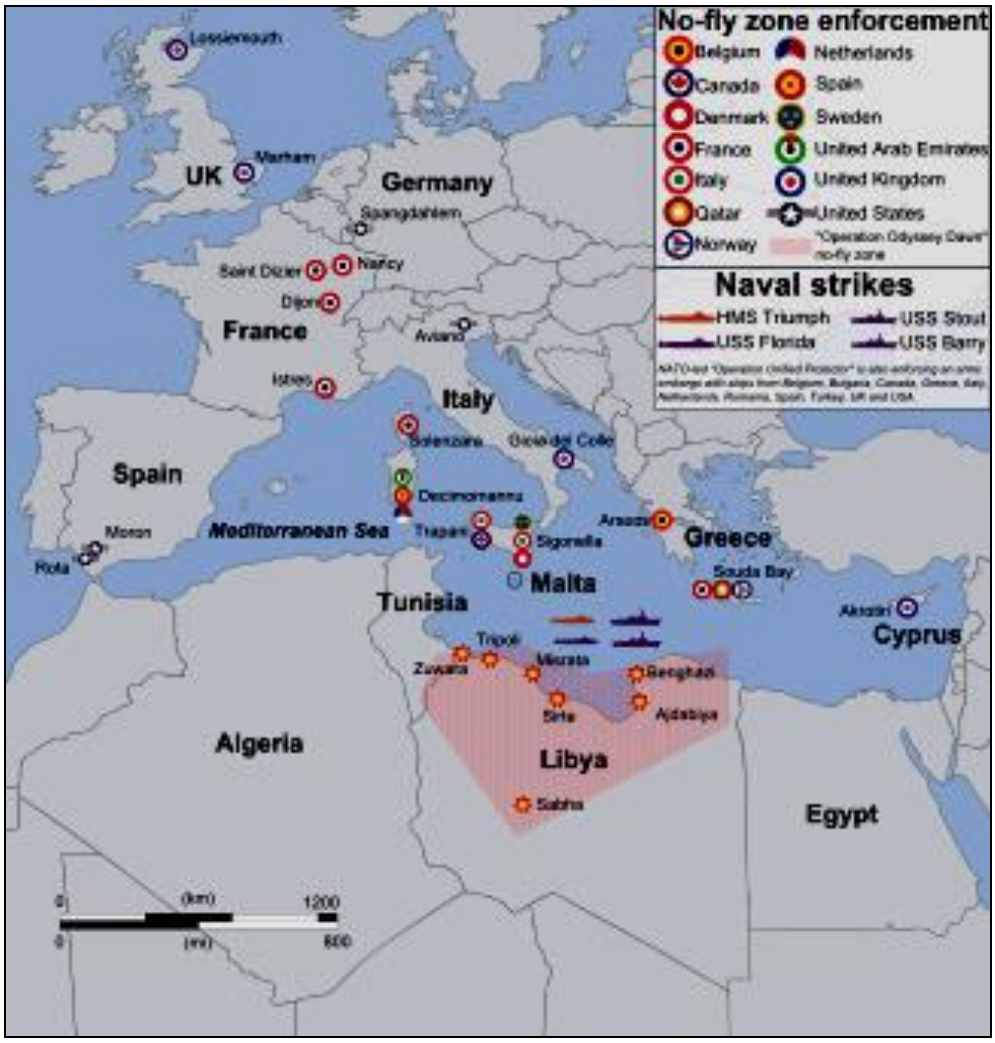
objetivo era “derrubar a ditadura de Khaddafi”. A intervenção externa (7.500 missões de ataque aéreo da OTAN) fora facilitada pela brutal repressão que Khaddafi descarregou nas primeiras semanas de revolta. Isso ofereceu o pretexto que buscava para desencadear a não menos brutal intervenção militar da OTAN – com sua sequela de vítimas civis como produto dos “danos colaterais” de suas “bombas inteligentes” – e, por outro lado, dando pontapé inicial às atuações do Tribunal Penal Internacional, a cujo promotor geral nem de longe lhe ocorreria convocar o comandante da OTAN para prestar contas sobre crimes tão ou mais monstruosos que os perpetrados pelo regime líbio.

Mapa da guerra civil líbia

Para seguir a resolução do Conselho de Segurança, vários países participaram das operações militares para ajudar os “rebeldes líbios”. Os Estados Unidos lançaram a “Operação Amanhecer da Odisseia”, a França a “Operação Harmattan”, o Canadá a “Operação Mobile”, o Reino Unido a “Operação Ellamy”, e a OTAN a “Operação Protetor Unificado”, elevando ainda mais o já elevado número de “operações” militares poeticamente batizadas das potências sobre o mundo árabe. Apenas nas primeiras horas de ataques, pelo menos 110 mísseis de cruzeiro Tomahawk foram disparados a partir de navios de guerra americanos e britânicos. Bombas também foram lançadas sobre a Líbia a partir de aviões das Forças Aéreas francesa, inglesa e do Canadá; um bloqueio naval também foi imposto pelas forças da coalizão. No dia 19 de março, os ataques de caças franceses sobre a Líbia começaram, e outros países da coalizão também começaram suas próprias operações.

No dia 24 de março, os embaixadores da OTAN concordaram que o comando da aplicação da zona de exclusão aérea ficaria a cargo da organização, enquanto outras operações militares se manteriam sob a responsabilidade do grupo de nações anteriormente envolvidas. A decisão foi tomada após as reuniões dos membros da OTAN para resolver as divergências sobre se as operações militares na Líbia deviam incluir ataques a forças terrestres. A decisão criou uma estrutura de poder em dois níveis para supervisionar as operações militares. Uma comissão liderada pela OTAN incluiu todos os países participantes na aplicação da zona de exclusão aérea, enquanto Organização do Tratado do Atlântico Norte recebeu o comando total sobre as operações militares. Os Estados Unidos comandaram as operações militares até o dia 27 de março, quando passaram formalmente o comando da operação para a OTAN.

Após meses de combates violentos, a intervenção estrangeira acabou por virar a maré da guerra em favor dos rebeldes. Com as forças do regime recuando, as milícias da oposição, provistas de armas enviadas do exterior, lançaram avanços coordenados pela costa em direção ao oeste do país. Nesse contexto, Khaddafi se esmerou não na defesa da soberania nacional líbia, mas em forçar as potências a se sentar numa mesa de negociações para vender caro sua saída, ou a divisão do país, ou até sua permanência, oferecendo em troca privilégios na exploração dos recursos naturais do país.



Mapa da zona de exclusão aérea sobre a Líbia e das bases militares usadas durante a intervenção externa sobre o país

Prova disso foi a carta que um acuado Khaddafi enviou a Obama no dia 6 de abril, pedindo o fim dos bombardeios sobre a Líbia, dizendo que os ataques representavam uma guerra injusta contra um país em desenvolvimento, e acenando com a possibilidade de uma saída vantajosa para si próprio e para os EUA: "Mesmo que, Deus não permita, haja uma guerra entre a Líbia e a América, você continuará a ser meu filho e eu ainda te amaria". Em outra carta, dirigida a Sarkozy e outros chefes europeus, Khaddafi endureceu as palavras: "A Líbia não é de vocês!". Houve ainda apelos de Khaddafi a Rússia e China para que interviessem na ONU e demais organismos da "comunidade internacional" em prol de negociações. Nem os "rebeldes", nem as forças de Khaddafi dispunham de poderio suficiente para trinfar sobre o adversário, mesmo com a chuva de foguetes lançada pela coalizão imperialista em favor dos "rebeldes". No dia 15 de abril, o próprio Obama admitiu esse impasse, mas disse que ainda não via necessidade dês EUA retomarem participação direta nos ataques da OTAN.

Diante do impasse, no dia 19 de abril a Grã-Bretanha anunciou que enviaria militares ao território líbio para "aconselhar" as forças anti-Khaddafi. Logo depois, França e Itália anunciaram que fariam o mesmo. No dia 22 de abril, o ex-candidato presidencial John McCain, do partido Republicano, notório instrumento das transnacionais do petróleo, foi pessoalmente à Líbia negociar com os "rebeldes". Vendo todas as articulações das potências europeias e até do grupo de poder rival no cenário interno do USA junto aos "rebeldes" líbios, a administração Obama, enfim, decidiu atacar Khaddafi. No dia 22 de abril, o secretário ianque de Defesa, Robert Gates, anunciou as primeiras operações de aviões teleguiados do USA na Líbia. Na mesma data, o chefe do Estado Maior do USA, Mike Mullen, disse que a guerra na Líbia "caminhava para um empate de forças".

No dia 24 de abril, Mustafá Abdel Jalil, o ex-ministro de Khaddafi, trânsfuga do regime agora cabeça da oposição, alçado à condição de presidente da "Comissão Nacional de Transição", disse que o governo do Kuwait fornecera à entidade US$ 180 milhões, para pagar os salários de seus membros. Na madrugada do dia 25 de abril, a OTAN bombardeou o complexo residencial-administrativo de Khaddafi, no centro de Trípoli, ferindo pelo menos 45 pessoas, sem "proteger os civis". Aquela madrugada foi de ataques com mísseis a vários bairros da capital líbia: os bombardeiros da OTAN já haviam deixado 36 mortos. O bombardeio ao complexo de Khaddafi destruiu o prédio onde, dias antes, Khaddafi havia negociado com uma "missão de paz" da União Africana. Organizações de defesa dos direitos humanos informaram que só na cidade de Misrata, a terceira maior da Líbia, mais de mil pessoas já haviam morrido em consequência dos enfrentamentos entre os rebeldes armados e assessorados pelas potências e as forças leais a Khaddafi.

No dia 30 de abril um bombardeio da OTAN a um conjunto residencial em Trípoli matou um dos filhos e três netos de Khadafi. Nos protestos que se seguiram, a população de Trípoli atacou as embaixadas e residências diplomáticas da Inglaterra e da Itália. A ONU anunciou a retirada de seu pessoal da porção do país controlada por Khaddafi. Em 16 de maio, o argentino Luis Moreno Ocampo, Procurador-Chefe do Tribunal Penal Internacional sediado em Haia, solicitou mandato internacional de captura e prisão contra o líder líbio, por “crimes contra a humanidade”.

Apoiados pela OTAN, os rebeldes líbios atacaram várias outras cidades litorâneas até chegar a capital. Em agosto, Trípoli foi atacada pelos rebeldes que, após apenas uma semana de lutas, conseguiram tomar a cidade. Khaddafi conseguiu escapar e fugiu para o oeste, para zonas ainda sob o controle de forças leais. Logo após a queda da cidade, Khaddafi, seus parentes e membros do seu governo fugiram. Em setembro de 2011, o Conselho Nacional de Transição líbio foi reconhecido pela ONU e a “comunidade internacional” como novo representante legal do povo do país. Khaddafi permaneceu em fuga até que os rebeldes convergiram sobre a cidade de Sirte, em outubro de 2011, onde o líder líbio estava se escondendo. Na violenta batalha que se seguiu, Khaddafi acabou sendo preso e foi morto (linchado sem piedade alguma) logo em seguida. Imagens de um vídeo amador mostraram o corpo ensaguentado de Khaddafi, ainda vivo, sendo carregado como um troféu em Sirte.

A Líbia foi declarada oficialmente "libertada" em 23 de outubro de 2011. Entre os meses de fevereiro e agosto de 2011 ao menos 50 mil pessoas morreram, em uma situação típica de guerra civil. Após a morte de Muammar Khaddafi, em 20 de outubro de 2011, a OTAN anunciou que cessaria todas as operações militares na Líbia duas semanas mais tarde. O primeiro-ministro do Conselho Nacional de Transição (CNT) líbio, Mahmoud Jibril, confirmou a morte de Khaddafi, durante os confrontos pela tomada da cidade de Sirte: "Esperávamos havia muito tempo por este momento. Muammar Kadhafi foi morto", afirmou à Associated Press. Segundo Jibril, a autópsia determinara que o líder fora morto por um ferimento de bala na cabeça, após sua captura. Jibril afirmou que Khaddafi estava em boa saúde e armado quando foi encontrado. Ou seja, que fora linchado (e morto com arma de fogo).

Muammar Khaddafi momentos antes de ser executado a sangue frio

O corpo de Khaddafi foi levado para uma câmara fria e ficou exposto para visitação pública, juntamente com o corpo de seu filho Mo'tassim e do chefe militar do regime Abu-Bakr Yunis Jabr, durante quatro dias. Posteriormente foram enterrados em um local secreto, numa simples cerimônia, de acordo com o governo líbio. O corpo de Muammar Khaddafi foi enterrado no meio do deserto em um local não especificado para evitar que o túmulo se torne um local de peregrinação de seus partidários. Em seu testamento político divulgado pouco depois da sua morte, Khaddafi exortou o seu povo a continuar lutando e resistindo de todas as formas contra o novo governo e deixou instruções sobre como ele gostaria de ser enterrado, à maneira muçulmana. Um senador nigeriano disse a imprensa local de seu país que "Khaddafi foi um dos grandes líderes africanos" e fez menção ao papel político dele na região. Em Uganda, 30 mil pessoas compareceram numa celebração religiosa para demonstrar luto pela morte do ex-líder líbio.

Barack Obama afirmou que a morte de Muammar Khaddafi "marca(va) o fim de um longo e doloroso capítulo para o povo líbio", como se um assassinato (de quem quer que seja) fosse algo a ser celebrado. O primeiro-ministro russo, Vladimir Putin, acusou forças especiais dos Estados Unidos de estarem envolvidas no assassinato de Khaddafi. Os militares norte-americanos ridicularizaram a acusação. Em 16 de dezembro de 2011, o já mencionado procurador Luís Moreno Ocampo afirmou que a morte do antigo líder líbio poderia ser considerada um crime de guerra, um dia após a divulgação de uma carta na qual Aisha Khaddafi solicitou a abertura de um inquérito para investigar a morte de seu pai e de seu irmão.

No período posterior a guerra civil, uma pequena insurgência pró Khaddafi começou. E velhas rivalidades tribais, sectárias e religiosas voltaram à tona. A oposição lestabeleceu em Trípoli um novo governo, empossando um parlamento provisório. As milícias que lutaram em conjunto para derrubar Khaddafi acabaram se voltando umas contra as outras, e o parlamento não conseguiu controlar a situação. Líbia continuou em profunda instabilidade política e algumas áreas ficaram entregues ao completo caos. O país passou a ser formalmente governado pelo CNT (Conselho Nacional de Transição), responsável por reorganizar as instituições democráticas da Líbia, e recebeu o acompanhamento da ONU e da OTAN.

O novo governo foi apenas o sinal de partida de uma nova guerra civil, com várias milícias disputando o controle de diferentes províncias ou cidades, e de uma guerra tribal, principalmente entre os grupos berberes, árabes e tuaregs, com participação crescente de milícias islâmicas e do Estado Islâmico (ISIS). Em fevereiro de 2012 foram realizadas eleições municipais e em julho de 2012 as primeiras eleições parlamentares desde 1964, que apontaram a vitória dos "liberais" da "Aliança Força Nacional" e o afastamento das facções islâmicas da liderança do parlamento líbio. Essas eleições, apoiadas pela "comunidade internacional", coincidiram com um aumento da violência que obrigou a evacuação de quase todas as embaixadas de Trípoli, ao mesmo tempo em que entrava em cena um general reformado com milícia própria, Khalifa Hafter.

Hafter começou uma sangrenta luta contra as milícias islâmicas, na qual foi apoiado veladamente por Egito e pelos Emirados Árabes Unidos. Três anos depois da queda do regime de Khaddafi, Líbia afundou cada vez mais no caos. A entrada em cena de Hafter resultou em uma parcial ruptura territorial entre Bengazi e Trípoli. Após vários meses de combates, Bengazi continuou sendo disputada bairro a bairro entre os fiéis a Hafter e as milícias islâmicas, em combates que só em novembro de 2012 deixaram 350 mortos. O parlamento e o executivo de Trípoli se negaram a se dissolver após o pleito e o país passou a viver uma situação de dupla governança. O novo parlamento, chamado Congresso dos Deputados, teve que escolher uma sede alternativa a Trípoli: o destino escolhido foi o extremo leste do país, a cidade de Tobruk, onde as sessões começaram a ser realizadas em um hotel desde que foi nomeado um novo primeiro-ministro, Abdullah al Thani.

Em outubro circularam imagens de grupos que tomaram o controle da cidade de Darna em nome do Estado Islâmico, carregando as mesmas bandeiras negras que espalhavam o terror pelo Iraque e pela Síria. A produção do petróleo, única riqueza do país, caiu para 200 mil barris diários, muito longe do recorde de 1,6 milhão por dia conseguido na época de Khaddafi. No entanto, a quantidade subiu ao longo do ano, chegando aos 800 mil diários. Os contínuos ataques aos poços, como os de Al Sharara (o maior do país, operado por um consórcio com a participação da Repsol) e Al Fil, assim como de Sirte, principal plataforma de exportação do petróleo, fizeram a produção e a saída do petróleo do país serem interrompidas em várias ocasiões.

Uma nova mudança ocorreu em 6 de novembro, quando a Suprema Corte considerou inconstitucional o novo parlamento de Tobruk, especificamente por se reunir em um local inapto, e deslegitimou todas as decisões tomadas. Três dias depois, quando o enviado especial da ONU Bernardino León se reuniu com Thani para estudar uma saída para a situação, dois carros-bomba explodiram no local, teoricamente secreto, onde ambos estavam (saíram ilesos). O enviado da ONU alertou sobre uma eventual tomada da Líbia por "grupos terroristas internacionais", sem mencionar que se tratava dos memos grupos que tinham recebido apoio externo das potências ocidentais durante a guerra civil.

No verão de 2014, o país entrou em colapso total com a divisão entre as instituições políticas - Tobruk e Trípoli - e a guerra entre as milícias Zintan e Misurata pelo controle da capital. O novo Parlamento, junto ao governo do primeiro-ministro Abdullah al-Thani, que era reconhecido como oficial, foram obrigados a fugir e a refugiar-se em Tobruk. No mesmo período, a capital caiu sob o controle do grupo jihadista Fajr Libya, que resolveu comandar o país em oposição ao governo de Tobruk e em aliança com a Irmandade Muçulmana. O resultado desse caos foi de uma nação dividida ao meio. Para completar, a área de Sirte - ao norte - caiu nas mãos do Estado Islâmico, com a imposição de um emirado baseado na rígida interpretação da *shariah*. Desde o fim de 2015, após um acordo de paz política mediado pelas Nações Unidas, os parlamentos de Tobruk e Trípoli tentaram criar um governo único, sem sucesso.

A renda petroleira ia para o Banco Central, cujo presidente Saddik Lakbir passava a maior parte do tempo fora do país, em Malta. O ministro do Petróleo (do governo de Trípoli) Machaalah Zaui afirmou que seria criada uma instituição paralela, encarregada de vender e exportar o petróleo cru líbio. Após a queda de Khaddafi, boa parte do arsenal de seu exército espalhou-se pelo Oriente Médio. Seu arsenal foi contrabandeado, por grupos filiados à Al Qaeda ou o Estado Islâmico, para o Mali, para Argélia, para o deserto de Sinaí e também para a Síria. A intervenção ocidental na Líbia introduziu novos padrões na geopolítica do Oriente Médio e África. Levou a OTAN até o leste do Mediterrâneo e para dentro da África. Se transformou em parte da estratégia dos EUA pós-guerra fria, para converter a aliança transatlântica (OTAN) em organização global com capacidade para atuar nos "pontos quentes" globais, com ou sem autorização da ONU.

O caos líbio, no entanto, persistiu. O desabafo de Barack Obama contra o premiê britânico, David Cameron, e o ex-presidente francês Nicolas Sarkozy, acusando-os de omissão durante a crise da Líbia, refletiu o grau de divisão e crise da coalizão intervencionista das potências: "Quando eu volto ao passado e eu me pergunto o que deu errado, há espaço para a crítica, porque eu tinha mais fé em que os europeus, diante da proximidade com a Líbia, estariam envolvidos na continuidade da missão (de intervenção)". Obama classificou a situação do país como um "show de merdas" (sic). Segundo Obama, Cameron "se distraiu com uma variedade de outras coisas" e Sarkozy, que o presidente norte-americano lembrou que perdeu o emprego no ano seguinte, estava mais preocupado em "chamar a atenção para os voos que enviava à campanha aérea, apesar do fato de que nós tínhamos eliminado todas as defesas aéreas e essencialmente montado toda a infraestrutura" para a intervenção externa.

"O grau de divisão tribal na Líbia era maior que os nossos analistas esperavam. E nossa capacidade para ter qualquer tipo de estrutura com a qual pudéssemos interagir e começar a treinar e prover recursos se desmontou muito rapidamente":[684] culpar as "tribos" das populações africanas, e isto vindo de um afro-americano, do caos provocado pela intervenção imperialista na Líbia é uma boa maneira de tapar o céu com uma moeda. É notável que Obama resumisse as "merdas" da Líbia à não-coordenção das potências para "pacificar" (à sua maneira e em seu benefício) o país, sem dedicar uma palavra (e, seguramente, nenhum pensamento) para as centenas de milhares de vítimas de uma guerra civil de alcance internacional, incrementada pelo fornecimento de armas de todo tipo para os bandos em guerra pelas próprias potências e suas cada vez mais rentáveis indústrias de guerra.

Em consequência da guerra civil e da crise do intervencionismo externo, dois governos paralelos passaram a coexistir em Líbia: o governo de Tobruk na Cirenaica, internacionalmente reconhecido, baseado nas forças do general Haftar, apoiado pelo Egito; e o governo de Trípoli, dirigido por uma coalizão próxima da Fraternidad Muçulmana e apoiado pela Turquia e o Catar; sem contar com o questionado governo do Estado Islâmico em Sirte. 200 mil homens em armas, em milícias diversas e mudando constantemente de lado, fizeram com que esses governos, com poderes territoriais muito limitados, padecessem uma instabilidade crônica. O Banco Nacional e a infraestrutura de extração de petróleo acabaram sendo as únicas estruturas nacionais, em disputa entre "governos" e milícias.

Em dezembro de 2015 a ONU reconheceu o governo de unidade nacional de Faiez Serraj, dividindo o poder legislativo entre Tobruk e Trípoli. A realidade no terreno, porém, era completamente diversa: o acordo entre Tobruk e Trípoli (Khalifa Ghwell) fracassou por completo, e ambos os governos retomaram as ameaças e as pressões militares. Por trás das hostilidades havia as pressões dos EUA, reácios a qualquer intervenção estrangeira com tropas no terreno, e a concorrência entre França e Itália para se fazer com a parte do leão do importante negócio petroleiro líbio, sem esquecer os interesses chineses e a investida

[684] Barack Obama (entrevista). The Obama doctrine. *The Atlantic*, Nova York, abril 2016.

crescente da Rússia no Mediterrâneo, que se tranformou no teatro do enfrentamento crescente, direto ou indireto, de todas as grandes potências.[685]

O completo caos político-militar provocado pelas intervenções externas não foi só líbio, mas também sírio e iraquiano. Na Síria, habitam dois milhões de curdos. Sua língua foi historicamente banida do país em um esforço para apagar a cultura curda e arabizá-la. Cerca de 300 mil curdos não têm cidadania síria e casamentos entre curdos e cidadãos da Síria não são reconhecidos pelo Estado. A maioria dos curdos é pobre apesar de viver em terras altamente produtivas (principalmente de algodão e trigo) e da abundância de recursos petrolíferos no Curdistão sírio. Do outro lado da fronteira, sob o comando de Abdullah Öcalan, o PKK iniciou em 1984 a luta armada contra o governo turco que não reconhece a existência da etnia curda e proíbe seu idioma. Os guerrilheiros contavam com o apoio do governo sírio e bases no Irã e no Iraque. A intensificação das ações do PKK quase provocou uma guerra entre Turquia e Síria, no final de 1998. Para evitar o conflito, os sírios retiraram o apoio aos rebeldes e expulsaram Öcalan, que fugiu para a Federação Russa e tentou obter asilo político na Itália, sem êxito. Em fevereiro de 1999, Öcalan foi preso no Quênia, onde se refugiara na embaixada da Grécia.

Julgado na Turquia, Öcalan jurou fidelidade ao Estado turco e anunciou o fim da guerrilha do PKK, mas foi condenado à morte em junho. A sentença foi ratificada pela Suprema Corte de Apelações, em novembro. A direção do Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK) anunciou, em fevereiro de 2000, o fim da luta armada contra o governo da Turquia, em apoio ao seu principal líder, Abdullah Öcalan. Mas forças turcas continuaram atacando bases do PKK no vizinho Iraque. Cerca de 40 mil pessoas morreram no Curdistão turco devido ao conflito. O conflito entre o governo turco e a guerrilha curda se estendeu ao Curdistão iraquiano. Após a Guerra do Golfo (1991) foi criada uma zona de segurança no norte do Iraque para proteger os curdos que se rebelaram contra Saddam Hussein. Forças turcas têm invadido a região com o pretexto de destruir as bases do PKK lá instaladas. A última onda de incursões ocorreu em fevereiro e março de 2000, apesar da decisão do PKK de depor as armas. Em 2004, uma mobilização curda foi recebida com forte repressão; as ligações com a Turquia e o Iraque foram cortadas, impedindo as conexões entre os curdos de toda a área.

O primeiro-ministro turco aumentou em muito o investimento na zona curda, mudou o discurso belicoso e xenófobo das autoridades turcas em relação aos curdos e conseguiu, nas últimas eleições, conquistar a maioria dos votos das províncias curdas da Turquia para o seu partido islâmico moderado, o AKP, Partido Justiça e Desenvolvimento. Se é verdade que a aliança entre os curdos e a esquerda turca deu significativa vitória ao DTP — Partido da Sociedade Democrática, com fortes relações com o PKK, Erdogan e o seu partido islâmico buscaram seduzir os curdos — a quem os turcos chamam eufemisticamente de "turcos da montanha". O ataque ao PKK no Curdistão iraquiano, de fato, é o pretexto, não a razão da ofensiva. É a autonomia dos curdos, já muito próximos da independência, que irrita as classes dominantes turcas.

A Turquia teme o peso econômico e político de um Curdistão independente. Massud Barzani, presidente da região curda do norte do Iraque, assinou quatro contratos petrolíferos ainda antes da aprovação da nova Lei do Petróleo do país, num claro desafio às autoridades iraquianas. Jalal Talabani, antes de ser curdo e alto dirigente do Iraque, é parte de um poderoso clã que almeja mais poder e mais riqueza. Os grupos de poder curdos do Iraque expulsaram árabes e turcomenos da cidade de Kirkuk. Essa zona passaria a ser uma potência petrolífera, o que explica a aliança dos dois clãs curdos dominantes com os turcos no combate ao PKK. Mas a Turquia não pode aceitar que Kirkuk se integre na região curda, pois estariam

[685] Marco Ferrando. Progetti e difficoltà dell'annunciata impresa di Libia. *Unità di Classe* nº 3, Roma, maio 2016.

facilitando sua própria derrocada. A maioria étnica curda que cerca a cidade de Kirkuk tem em seu subsolo reservas de petróleo estimadas entre 12 bilhões e 45 bilhões de barris de petróleo, além de cerca de 2,8 bilhões de metros cúbicos de gás natural.

A Turquia é o maior investidor na província curdo-iraquiana, com centenas de empresas instaladas. E é quem mais exporta bens para o Curdistão iraquiano. Os Estados Unidos têm diante de si um quebra-cabeças. Trata-se de um confronto entre dois aliados fundamentais. A Turquia é a porta de entrada para a região e um dos mais importantes aliados ianques na Europa e no Oriente Médio. Os curdos são os únicos aliados no território iraquiano, não apenas no Curdistão, mas também em Bagdá. A fronteira entre a Turquia e o Iraque é a mais importante rota de abastecimento militar norte-americano. Por ali entram 70% da carga militar, 70% do combustível e 90% dos veículos para o exército.

Os EUA sabiam que, para se apropriar do petróleo do Iraque, correriam o risco de reacender conflitos latentes. A questão curda envolvia dois adversários do USA — Irã e Síria —, dois aliados — Turquia e o Curdistão iraquiano — e todo o frágil equilíbrio de poderes no Iraque e Oriente Médio. Entretanto, ainda que a Síria esteja do lado oposto, contra USA e Israel, seu presidente, Bashar AlAssad, durante visita à Turquia, afirmou que apoiava o direito do país de tomar medidas "contra o terrorismo e atividades terroristas" (dos curdos, claro). Mesmo o Curdistão iraquiano não sendo um país independente e tendo estruturas físicas e tributárias ainda rudimentares, empresas de prospecção e extração de petróleo, muito conscientes da importância da região ainda pouco explorada, consideram-na como uma área produtora de petróleo de primeiro nível.

Em 2006, a descoberta de um novo campo de petróleo em Tawke, seguida por novos achados em Taq Taq, indicaram excelentes perspectivas para a indústria: “No Curdistão iraquiano, uma classe de novos-ricos, empresários privados, apareceu depois da repressão ao levantamento dos conselhos operários de 1991. Ela é em grande parte constituída por ex emigrados aos EUA ou a outros países ocidentais, que fizeram fortuna e retronaram para investir em sua região natal a favor da autonomia de fato que ela conheceu durante doze anos, entre as duas guerras do Golfo Pérsico, Mas ela está muito vinculada ao aparato dos partidos nacionalistas que dividem o poder, a UPK e o PDK. No restante do Iraque, essa nova burguesia só começou a sedesenvolver com a ocupação, a partir de 2003. Mas o ritmo das privatizações é muito lento. A guerra civil freiou os investimentos, as infraestruturas são obsoletas e mão de obra qualificada abandonou o país”.[686]

No que se refere ao gás natural, a Dana Gas, uma empresa sediada nos Emirados Árabes Unidos, anunciou a formação de uma aliança estratégica com o governo regional do Curdistão, para desenvolver projetos de gás natural no território. Antes que o governo fantoche de Bagdá aprovasse nova legislação para o setor de petróleo, em março de 2007, as autoridades do Curdistão iraquiano fizeram aprovar um dispositivo jurídico que estabeleceu a criação de uma nova estatal petroleira, com quatro empresas regionais, declarando que "compartilharão os benefícios gerados pelo petróleo com todo o povo do Iraque". Depois que a lei foi aprovada, o governo regional revelou seus projetos de oferecer a empresas petroleiras internacionais cerca de 40 novos blocos para prospecção de petróleo e gás natural no território do Curdistão.

Oito anos depois da supostamente pacificadora e bem sucedida invasão do Iraque, entre janeiro e julho de 2011, vários soldados norte-americanos foram mortos em atentados. Alguns líderes da oposição nos Estados Unidos pediram sem sucesso para que o presidente atrasasse o plano de retirada das tropas. A evacuação das forças americanas do Iraque, no entanto, tinha sido uma das bandeiras de Barack Obama durante a campanha eleitoral. Em setembro desse ano, o governo iraquiano formalizou a compra de 18 caças F-16 norte-americanos. Com

[686] Nicolas Dessaux. Qu’est-ce que l’État Islamique? *Ni Patrie ni Frontières* n° 52-53, Paris, dezembro 2015.

a renda originada das exportações do petróleo em aumento, Bagdá começou a comprar cada vez mais armamentos dos Estados Unidos, enquanto a tensão sectária entre correntes islâmicas no país voltava à tona. Muitos insurgentes islâmicos aproveitavam a retirada dos norte-americanos para tentar iniciar um novo levante contra o governo central. Obama confirmou que todos os soldados e o pessoal de auxílio e apoio norte-americano iriam sair do país na data previamente determinada. Em 14 de novembro de 2011, a última morte de um soldado americano no Iraque foi confirmada, quando o seu veículo foi atingido por uma bomba numa rua de Bagdá.

Em novembro de 2011, o Senado dos Estados Unidos votou uma resolução para encerrar formalmente a guerra. A guerra havia se tornado tremendamente impopular nos Estados Unidos. Uma "força de transição" de 50 mil soldados ficaria no país para ajudar no treinamento das forças de segurança iraquianas, para conduzir operações de “contraterrorismo” e para oferecer apoio ao governo. A retirada completa de todo o pessoal se completaria em dezembro de 2011. O primeiro ministro iraquiano, Nuri al-Maliki, disse em conferência de imprensa que o seu governo não tinha preocupações sobre a retirada e que as forças armadas do país e a polícia podiam manter a ordem no país sem ajuda externa. Em 9 de abril, no aniversário de seis anos da conquista da capital, Bagdá, pelas forças da coalizão ocidental, grandes protestos anti-EUA aconteceram por todo o país. Em 15 de dezembro de 2011, fianlemnte, os Estados Unidos anunciaram, através de uma cerimônia de passagem de comando de tropas em Bagdá, o fim da guerra no Iraque.

Um novo governo iraquiano foi formado, e certa estabilidade política e econômica emergiu, porém a violência interna continuou mesmo após a saída das forças internacionais. Muqtada Al-Sadr (que estava no exílio desde 2007) retornou ao Iraque e se estabeleceu na cidade sagrada de Najaf para liderar o movimento “sadrista”. Em 18 de dezembro, as tropas norte-americanas deixaram o Iraque depois de oito anos de ocupação. A insurgência iraquiana voltou a ganhar força e saiu da clandestinidade após a evacuação. Novos atentados à bomba e violência, instigada principalmente por sunitas, atingiram o país.

Na primeira metade de 2013 centenas de pessoas foram mortas com o renascimento da violência “sectária”. Em 20 de maio desse ano, ao menos 95 pessoas foram mortas em uma série de atentados. Atentados em áreas sunitas e xiitas voltaram a virar rotina. Muitos temiam que a situação retornasse à guerra civil de 2006-2007. Em 2014, facções fundamentalistas, encabeçadas pela Al Qaeda e pelo grupo *Dawlat al-ʾIslāmiyya*, voltaram a iniciar uma campanha de violência contra o governo. Dezenas de pessoas foram mortas em atentados e os combates recomeçaram.

2015: os EUA de novo no Iraque

Os EUA afirmaram que não iriam intervir, e o governo iraquiano iniciou ofensivas na parte oeste e central do país. Em 2015, havia mais de 3,9 milhões de refugiados iraquianos, quase 16% da população. Dois milhões de pessoas abandonaram o Iraque enquanto o restante se deslocou internamente. As taxas de desnutrição subiram de 19% antes da invasão para uma média nacional de 28%. De 60% a 70% das crianças iraquianas sofrem de problemas psicológicos. 86% dos iraquianos ficaram sem acesso a água potável; um surto de cólera no norte do país foi resultado da má qualidade da água. Metade dos médicos iraquianos abandonou o país desde 2003. As intervenções militares dos EUA desde a década de 1990 impuseram um retrocesso histórico civilizacional ao país ao qual o mundo deve o nascimento das cidads e da urbanidade.

No começo de 2014, milícias ligadas ao grupo autoproclamado "Estado Islâmico do Iraque e do Levante", uma cisão de Al Qaeda de que nos ocuparemos logo adiante, tomaram novamente a cidade de Fallujah e impuseram uma rígida versão da *shariah* na região circundante. Em junho de 2014, na região norte do país, os insurgentes islâmicos fizeram vários progressos e chegaram a conquistar grandes cidades como Mossul e Tikrit, enquanto marchavam rumo a Bagdá. Enquanto o caos se instaurava pelo país, o conflito entre xiitas e sunitas reacendeu, adqirindo dimensões de guerra civil sem fronteiras.

Em agosto de 2014, o país parecia estar à beira do colapso com as forças do "Estado Islâmico" (EI) avançando nas regiões norte e central do Iraque. Milhares de pessoas fugiram de seus lares e outras foram massacradas. Obama ordenou ataques aéreos contra alvos dos insurgentes na região noroeste do país; foram as primeiras ações militares dos Estados Unidos no Iraque em quase três anos, novamente por "motivos humanitários": os EUA denunciaram o genocídio cometido pelo EI contra yazidis, cristãos e xiitas no norte do Iraque.[687] A grande novidade tecnológica empregada na nova ofensiva foram os *drones*, veículos aéreos teleguiados que permitem a um oficial sentado em uma sala dos EUA visar e atingir alvos, militares e civis, sem se mexer de sua cadeira. Ou, simplificadamente, destruir um país "convencionalmente" sem a necessidade de invadi-lo nem de arriscar vidas humanas da potência invasora.

[687] Francisco Carrión. Un genocidio en el norte de Irak. *El Mundo*, Madri, 16 de março de 2016.

“ESTADO ISLÂMICO” E ASSEMELHADOS

Os homens armados, em tensão e prontos, estavam de pé ao meu lado e atrás de mim. Só então compreendi que iam decapitar os prisioneiros. Minha negativa em obedecer às ordens teria significado que fosse executado com eles. Eu não podia ver seus rostos, mas suas camisas estavam a poucas polegadas do fio da minha faca. Era inconcebível, pensei, que eu tivesse que cortar o pescoço de outro homem simplesmente porque os acontecimentos tinham-me posto às suas costas. O que me dispunha a fazer era inevitável, mas tão irreal que perdia todo sentido; deveria acreditar que eu não era já o mesmo e que tudo o que acontecia era imaginário. Pareceu-me que eu era outro homem que nada sentía, que estava tranquilo e sossegado, decidido a endurecer seus braços, levantar a arma, cortar o obstáculo que cruzava seu caminho. Sabía que era forte o bastante para fazê-lo. Podia lembrar a precisão com a qual tinha abatido árvores jovens; parecia-me ouvir seus gemidos e queixas e vê-los tremer e sabía que poderia me afastar com um salto quando caíssem, raspando-me os pés com suas folhas (Jerzy Kosinski, **Steps**, 1968)

Da decomposição social e nacional do Iraque, produto da intervenção político-militar norte-americana, e inicialmente alentado por ela, surgiu um novo protagonista político cuja atuação se estendeu para todo o Oriente Médio, e também para o imaginário mundial, como sinônimo explícito de barbárie. O ISIS (depois Estado Islâmico) virou símbolo e recordista em brutalidades monstruosas, como torturas atrozes e decapitação de prisioneiros (divulgadas via internet),[688] submissão de prisioneiras “infiéis” a regimes de tortura cotidiana e escravidão sexual, além da destruição de sítios arqueológicos considerados patrimônio da humanidade. A organização teve suas origens em 2003, no marco da invasão ianque ao Iraque, país onde ela foi criada como filial iraquiana de Al Qaeda.

Sua base veio de grupos armados surgidos das convulsões do Iraque e da Líbia depois cooptados por Abu Bakr al-Baghdadi, o autoproclamado “Califa Ibrahim”: “O ISIS é a criatura, o Frankestein, nascido do ódio suscitado nos muçulmanos pela Guerra do Golfo (1991), pela guerra do Afeganistão (2001), pela guerra no Iraque (2003), dos ataques de Israel contra o Líbano (2006), dos ataque repetidos contra a Faixa de Gaza (2008, 2012, 2014), assim como do fanatismo sectário criado pela guerra entre sunitas e xiitas provocada pelos EUA durante a invasão do Iraque”.[689]

O ISIS atingiu inicialmente alguma importância na guerra civil do Iraque em 2006. Constituiu-se como a versão mais radical do *jihadismo*: enquanto o Islã político, nascido no início do século passado com a Irmandade Muçulmana, no Egito, buscava conquistar o Estado e participar da cena política, o jihadismo tem como marco histórico a invasão da antiga União Soviética no Afeganistão, em 1979. O chamado “terrorismo fundamentalista islâmico” já tem sua história, para a qual foram propostas quatro etapas ou “quatro gerações”: 1) Os que “fizeram o Afeganistão” na década de 1980;[690] 2) Os que tentaram tomar o poder na Argélia nos anos 1990; 3) Os que lutaram no Iraque a partir de 2003; 4) Os que lutaram e os que lutam na Síria a partir de 2010.[691] A segunda das etapas mencionadas, segundo Gilles Kepel, sobreveio depois uma década de derrotas. A FSI argelina chegou a ponto de quase ser desmantelada. Mubarak usou no Egito o exército e o clero do establishment para marginalizar os fundamentalistas,

---

[688] Comoveram o mundo o vídeo da decapitação do jornalista britânico James Foley, e depois a do também jornalista britânico Steven Sotloff, devido exatamente à sua origem nacional.

[689] DIP (Partido Revolucionário dos Trabalhadores, Turquia). La guerra imperialista di Erdogan. *Unità di Classe* n° 6, Roma, outubro 2015.

[690] Para Gilles Kepel, o ponto mais alto da maré montante do islamismo foi atingido em 1989, com a retirada soviética do Afeganistão, com a chegada ao poder no Sudão de um regime islamista, com a fatwa contra Rushdie, com a FSI em posição de governar e com a emergência da Fraternidade Muçulmana palestina (o Hamas) depois da primeira Intifada para desafiar a agenda nacionalista da OLP.

[691] Farhad Khosrokhavar. *Radicalisation*. Paris, Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme, 2014.

enquanto os atentados com assassinato de turistas de 1993 a 1997 custaram os empregos a egípcios demais para que deles surgisse algum apoio. O Hamas e outros grupos islâmicos nos territórios ocupados foram deslocados pela OLP e Arafat recuperou alguma coisa semelhante a algum controle. Na Bósnia, os destacamentos árabes em torno de Zenica mal deixaram vestígio quase invisível de sua presença depois do Acordo de Dayton.

Na Turquia, o Partido Refah, que venceu as eleições parlamentares de 1995, seguiu a via secular forçado pelo governo de coalizão no ano seguinte: Necmettin Erbakan, líder partidário, sobreviveu menos de doze meses como primeiro-ministro. O partido que sucedeu o Refah, recebeu menos de 15% dos votos nas eleições gerais de 1999. Na Malásia, os islamistas que haviam forjado a aliança estudantes/operários nos anos 1970 consolidados nos anos 1980, foram cortejados pelo primeiro-ministro Mahathir Mohamad e em seguida neutralizados em 1998, quando Mohamad esmagou sua principal figura no governo, Anwar Ibrahim. Em 1999, Hasan al-Turabi, principal força do governo islamista no Sudão, foi despachado para o interior do país. Os talibãs foram postos para fora dos negócios no Afeganistão.

O grupo ISIS, formado na "terceira etapa" e centro da "quarta", em seu formato original, era composto e apoiado por organizações sunitas resistentes aos EUA no Iraque, incluindo suas organizações antecessoras, como a Al Qaeda do Iraque, o Conselho Shura Mujahideen e o Estado Islâmico do Iraque, além de outros grupos, como *Jeish al-Taiifa al-Mansoura*, *Jaysh al-Fatiheen*, *Jund al-Sahaba*, *Katbiyan Ansar al-Tawhid wal Sunnah* e vários grupos iraquianos ligados ao o islamismo sunita. O objetivo original do EI era estabelecer um califado nas regiões de maioria sunita do Iraque. Após o seu envolvimento na guerra civil síria, este objetivo se expandiu para incluir o controle de áreas de maioria sunita da Síria. No auge da guerra do Iraque, seus grupos antecessores tinham uma presença significativa nas províncias iraquianas de Al Anbar, Ninawa, Kirkuk, na maior parte de Salah-ad-Din e em regiões de Babil, Diyala e Bagdá, além de terem declarado Baquba como sua capital. No decorrer da guerra civil síria, o EI obteve uma grande presença nas províncias de Ar-Raqqah, Idlib e Alepo, na Síria.

O Estado Islâmico firmou-se finalmente como uma força político-militar sunita composta por cerca de 60 mil soldados no Oriente Médio e no Magrebe. O embrião do Estado Islâmico brotou inicialmente do financiamento ianque e europeu a alguns grupos sunitas que se apresentaram para combater o governo baathista-alauita de Bashar Al-Assad na Síria. As dezenas de milhares de combatentes do Estado Islâmico se espalharam pelo país e pelo Oriente Médio, chegando a dominar 25% do território sírio e aproximadamente 40% do território iraquiano, somando uma área total de 215 mil quilômetros quadrados. O EI declarou a criação do califado em uma vasta região situada no Iraque e na Síria, e expressou sua intenção de se expandir também para Arábia Saudita e Jordânia. O grupo é particularmente violento contra muçulmanos xiitas, assírios, cristãos armênios, yazidis, drusos, *shabaks* e mandeanos. Segundo informes da CIA, em meados de 2014 o EI tinha vinte e trinta mil combatentes na Síria e no Iraque.

O alvo inicial da guerra de Bush no Iraque era, supostamente, Al Qaeda. No balanço final, a série de intervenções militares orientais dos EUA — no Afeganistão, Iraque, Líbia, entre outros – conseguiu difundir o terror jihadista, antes restrito a uma pequena área no Afeganistão, a praticamente todo o mundo, do oeste da África ao Oriente Médio e seguindo até o sudeste da Ásia. Este se consolidou como uma linha espetacular de abertura, cobertura ou consolidação de negócios florescentes em condições de vazio de poder, com personagens como Mokhtar Belmokthar, transformado em celebridade internacional em inícios de 2013, depois de seu ataque à refinaria de petróleo In Amenas, na Argélia. Chamado de "Mr. Marlboro", Belmokthar é o chefe de um vasto tráfico (contrabando) de cigarros e outros produtos na África saariana, avaliado em um bilhão de dólares.

Contrabandistas, ladrões de todo tipo e tamanho, traficantes de seres humanos (vinculados à prostituição ou à migração de refugiados na direção da Europa, com dezenas ou centenas de milhares de dólares de lucro por cada navio ou coluna terrestre de desesperados), produtores e traficantes de drogas antigos e novos, e outras atividades igualmente nobres, encontraram no "califado islâmico" um meio de desenvolvimento e/ou de "lavagem pela fé" de suas atividades criminosas. O EI se consolidou como uma vasta empresa de venda de petróleo, mulheres e bens de consumo, em condições de decomposição estatal em diversas nações do Oriente Médio e do Magrebe.

Boko Haram na Nigéria, Camarões e Niger; *Al-Shabbab* na Somália; Al Qaeda no Magrebe islâmico, no Sahel e na Arábia Saudita; talibãs no Afeganistão e no Paquistão; Abou Sayyaf nas Filipinas, na Indonésia e na Malásia, só para mencionar os grupos e personagens mais conhecidos dentro de uma vasta constelação, que se livra a uma concorrência mortal e mortífera dentro de si própria, pertencem a essa categoria de protocapitalistas criminais (ou "capitalistas selvagens", no literal significado do termo).[692] Defini-los como uma alternativa primitivamente anti-imperialista (ou, pior ainda, anticapitalista) é coisa de má fé ou de verdadeiros imbecis.

Segundo Nicolas Dessaux, "Daesh (EI) representa os interesses de uma classe determinada, a fração excluída de dois Estados [Iraque e Síria] onde a burocracia e o exército tinham um papel essencial, na ausência de uma verdadeira burguesia capitalista. Sua insistência em se apresentar como um verdadeiro Estado, um Estado islâmico, e para se rodear de todos os atributos da soberania, não são anedóticas, expressam sua verdadeira natureza de classe. Que não lhe impede se relacionar com o mercado internacional, vender petróleo, comprar armas ou realizar operações financeiras, como outras burocracias precedentemente, mas assimilar o EI à burguesia de maneira genérica é tão trivial como fazer dele um grupo de 'loucos de Deus' sem base social. O EI se instalou na fronteira sírio-iraquiana, dos países com economia organizada pelo Estado. A classe burocrática que domina o Estado obtém sua renda pelos impostos, mas também de um capital que possui de modo coletivo, e da corrupção institucionalizada". O mesmo autor aponta que "a filial iraquiana de Al Qaeda se especializou nos atentados anti-xiitas, contra a visão da rede internacional mais favorável a uma consideração mais unitária da *Umma*. Ela apareceu como a única capaz de prosseguir simultaneamente o combate contra os EUA e os xiitas, a única capaz de defender os interesses da fração excluída do Estado... O enquadramento militar do EI está garantido por antigos oficiais do baathismo, seu controle sobre as cidades se apoiou sobre as administrações já existentes".[693]

O salto qualitativo da nova organização se deu com a guerra civil síria. Em 2013, se transformou em Estado Islâmico do Iraque e do Levante (ISIS, sigla em inglês de *Islamic State of Iraq and Syria*) depois de sua fusão com uma fração da Al Qaeda da Síria (que acarretou sua guerra contra a outra fração). Unificou então o teatro de operações de ambos os países, estabelecendo sua capital na cidade síria de Al-Raqqa. O nome em árabe, *ad-Dawlat al-Islāmiyah fī al-ʿIrāq wa sh-Shām*, levou ao acrônimo *Da'ish*, ou Daesh, usado na Europa para se referir ao EI. O jornal inglês *The Guardian* divulgou um relatório dos serviços de informações dos EUA, escrito em agosto de 2012, onde está registrado que a Al Qaeda no Iraque (que depois se tornou o Estado Islâmico) e os seus correligionários "salafitas" seriam "as principais forças que dinamizam a insurreição na Síria", declarando ainda que "os países ocidentais, os Estados do Golfo e a Turquia apoiam os esforços da oposição para controlar o leste da Síria".

---

[692] O Islã xiita, em geral, não entra nesse jogo, pois sua organização centralizada e verticalizada, em muitos pontos semelhante à da Igreja Católica, lhe permitiu uma adaptação mais rápida e conveniente ao capitalismo "moderno".

[693] Nicolas Dessaux. *Op. Cit*.

Diz ainda o relatório: “A possibilidade de estabelecimento de um principado salafita, declarado ou não, é precisamente aquilo que as potências que apoiam a oposição desejam, de forma a isolar o regime sírio”.

Um oficial desertor-arrependido da inteligência norte-americana denunciou que o “monstro” (sic) ISIS-EI foi parido pelos serviços secretos ianques, diretamente ou através de seus aliados da Arábia Saudita, Catar e Emirados Árabes Unidos. Os Estados Unidos se recusaram a ajudar o governo da Síria a combater grupos como Al Qaeda e o ISIS. Além disso, segundo revelações feitas pelo site *Wikileaks*, o governo norte-americano armou grupos como o ISIS e outros para derrubar o governo sírio. Quase três mil documentos sobre essa questão foram vazados pelo site de Julian Assange em agosto de 2014. Que também revelaram que isso aconteceu depois de Bashar al-Assad, o ditador-presidente sírio, mostrar empenho “no combate ao terrorismo e aos grupos radicais islâmicos no Oriente Médio”, ou seja, declarar sua intenção de colaborar com os EUA na região. Para enviar armas para o ISIS, o governo Obama usou bases clandestinas na Jordânia e na Turquia. Aliados dos EUA na região, como Arábia Saudita e Catar, também forneceram ajuda financeira e militar. O demônio, depois, lhes fugiu do controle, como já acontecera com Al Qaeda.

O teatro (real ou potencial) de operações do EI

Buscar as origens dessa crise da política externa médio-oriental dos EUA no “islamismo político” (Irmandade Muçulmana) fundado por Hassan Al-Bana no Egito dos anos 1920 é um belo exercício de erudição inútil. Historicamente, no Oriente Médio, o islamismo (institucional ou não) tinha sido um fator de moderação política, com práticas assistencialistas e prédica religiosa, e até de combate ao nacionalismo e ao anti-imperialismo quando o movimento nacional árabe se aproximou mais da URSS, do maoísmo e até do marxismo revolucionário. A “guerra fria” aguçou essas características. A passagem para o “islamismo com metralhadora” foi auspiciada pelos EUA em resposta a, e graças à, invasão soviética do Afeganistão.

Osama Bin Laden (entre outros) tornou-se carta fora do baralho (norte-americano) com a retirada soviética do Afeganistão e o consecutivo início da contagem regressiva da URSS. Mas era uma carta armada até os dentes e com contas bancárias de muitos dígitos espalhadas pelo mundo. O feitiço virou-se contra o feiticeiro e o restante, do atentado de Nairobi até o ataque aéreo ao World Trade Center em 2001, é história conhecida.[694] O declínio político e a execução de Osama Bin Laden num vilarejo perdido do Paquistão, sem custódia e com 300 euros no bolso, não deram, porém, fim à história do pântano da política norte-americana e europeia no Oriente Médio e na Ásia Central. Os EUA se retiraram do Afeganistão e do Iraque - deixando atrás de si o caos político mais completo - devido a pressões internas e internacionais (e à sua própria crise econômica galopante), que os obrigaram também a retirar da Casa Branca o clã Bush e seus alucinados planejadores da "guerra infinita".

E tiveram de voltar logo depois, já no governo de Barack Obama, com "drones", "tropas preventivas" e, sobretudo, agentes interpostos (enviar tropas próprias seria extremamente impopular, nos EUA, e politicamente inviável depois da retirada ordenada por Obama), que deram nova vigência à Al Qaeda e seus filhotes. Estes aprenderam (Osama Bin Laden sacrificara sua vida no aprendizado) que era possível ter seu próprio jogo nesse xadrez de morte. E começaram a recrutar na Europa, na Rússia, na China e nos próprios EUA, para ações onde fosse preciso, ou simplesmente onde fosse possível. O ISIS já tinha entre 25 mil e 30 mil militantes armados, todos pagos. O dinheiro para financiar o grupo veio, basicamente, de três fontes: tributos cobrados nos territórios que dominaram (em troca de alguns serviços, criação de escolas, vacinação, e outros), sequestros e, principalmente, a venda de petróleo no mercado paralelo.

Isso foi possível porque, desde a primeira "guerra do Golfo" (1990), se desenvolveu um elaborado mercado negro na região, principalmente de armas e petróleo, para burlar as sanções econômicas impostas ao Iraque. *The Guardian* noticiou um raid das forças especiais norte-americanas cujo alvo era um dirigente do ISIS, responsável pela negociação do petróleo com compradores turcos. Na ocasião, um oficial dos EUA, sob condição de anônimo, disse que os negócios entre oficiais turcos e o ISIS eram inegáveis. Um parlamentar da oposição turca, Ali Ediboglu, garantiu que o ISIS lucrava 800 milhões de dólares nas operações comerciais com os turcos. Mowaffak al Rubaie, parlamentar iraquiano, declarou em entrevista que o petróleo roubado da Síria e do Iraque era vendido aos compradores turcos pela metade do preço internacional: "Há oficiais de segurança na Turquia simpáticos ao ISIS. Estão permitindo que (o ISIS) viaje até a fronteira e se infiltre na Síria e no Iraque". Um tribunal turco condenou à prisão dois jornalistas por terem publicado fotos de um caminhão turco entregando munições a milicianos do ISIS na Síria.

Após a invasão do Iraque em 2003, o jordaniano Abu Musab al-Zarqawi e seu grupo, o *Jamaat al-Tawhid wal-Jihad*, fundado em 1999, alcançou notoriedade nos estágios iniciais da resistência iraquiana por conta de ataques suicidas contra mesquitas islâmicas xiitas, civis, instituições do governo iraquiano e soldados italianos que faziam parte da coalizão militar internacional liderada pelos Estados Unidos: "Al-Zarqawi tinha uma definição mais promíscua de *kuffar* (descrentes), que aplicou para incluir todos os xiitas e qualquer companheiro sunita que não seguisse uma estrita convenção salafita. Bin Laden nunca traçara um alvo sobre essas

[694] Os EUA possuem um frondoso currículo em matéria de criar monstros paraestatais reacionários que depois não conseguem conter, e que se vêm obrigados a combater. O exemplo mais conhecido é o do Ku Klux Klan, a formação racista do sul dos EUA. Durante a Primeira Guerra Mundial, uma organização civil paraestatal (APL) dedicada ao combate contra a esquerda (o IWW), o pacifismo e a deserção, deteve, em 1918, 50 mil pessoas por "deserção" em dois dias, incluídos velhos paraplégicos de 75 anos de idade, provocando uma comoção nacional, que derrubou o ministro da Justiça, "quem atribuiu a culpa à APL, útil no início da guerra, mas que se havia transformado num *monstro*" (sic) (Curt Gentry. *Op. Cit.*, p. 52).

categorias, sem dúvida por razões filiais: sua própria mãe era uma síria alauita... Um casamento de conveniência foi forjado entre os dois jihadistas. O chefe de segurança de Al Qaeda, Saif-Al Adel, parece ter sido a razão, devido a uma das melhores ferramentas do terrorismo islâmico: o pragmatismo interpessoal. Al-Zarqawi tinha amplos contatos no Levante, no que Al-Adel convenceu Bin Laden que seria útil para Al Qaeda. Um desses contatos era Abu Muhammad Al-Adnani, hoje portavoz oficial do EI".[695]

Mal sabia Bin Laden que seu novo aliado era na verdade um concorrente mais "radical" do que ele próprio, de outra origem social (os baixos fundos da criminalidade jordaniana) e sem qualquer espécie de escrúpulo, o que seria provavelmente fatal para sua organização ("Al-Zarqawi manteve uma relação minimamente distante e oportunista com Al Qaeda até 2004", apontaram os autores citados). O grupo de Al-Zarqawi rompeu oficialmente com Al Qaeda em outubro de 2004, mudando seu nome para *Tanzim Qaidat al-Jihad fi Bilad al-Rafidayn* ou "Organização de Base da Jihad na Mesopotâmia". Os ataques do grupo contra civis, forças governamentais e de segurança iraquianas, diplomatas estrangeiros e colunas de soldados norte-americanos continuaram. Em uma carta a al-Zarqawi em julho de 2005, Ayman al-Zawahiri, então vice-líder da Al Qaeda, delineou um plano de quatro etapas para expandir a guerra do Iraque, que incluía expulsar das forças norte-americanas do país, criar uma autoridade islâmica através de um califado, espalhar o conflito para os vizinhos seculares do Iraque e entrar em confronto com Israel.

Abu Musab al-Zarqawi, morto após ataque de forças dos Estados Unidos em 2006

Em janeiro de 2006, a Al Qaeda do Iraque passou a trabalhar em conjunto com vários grupos insurgentes iraquianos menores sob o comando de uma organização guarda-chuva chamada Conselho Shura Mujahideen (CSM). Em 7 de junho de 2006, Al-Zarqawi foi morto em um ataque aéreo feito por forças dos Estados Unidos e foi sucedido como líder do grupo pelo militante egípcio Abu Ayyub Al-Masri. Em outubro de 2006, o CSM uniu-se com três grupos menores e seis grupos sunitas para formar a "Coalizão Mutayibeen", que jurou por Alá que iria "... livrar os sunitas da opressão dos rejeicionistas (xiitas) e cruzados ocupantes, ... restaurar nossos direitos mesmo que ao preço de nossas próprias vidas ... para fazer a palavra do Deus supremo do mundo e para restaurar a glória do Islã ... ". Um dia depois, o CSM declarou o estabelecimento do Estado Islâmico do Iraque (ISI), que incluía seis províncias árabes do Iraque, em sua maioria sunitas: Abu Omar al-Baghdadi foi anunciado como seu Emir; Al-Masri foi nomeado Ministro da Guerra.

[695] Michael Weiss e Hassan Hassan. *Estado Islâmico*. Desvendando o exército do terror. São Paulo, Seoman, 2015, pp. 26-27.

O grupo ganhou força e no seu auge teve uma presença significativa nas províncias iraquianas de Al-Anbar, Diyala e Bagdá e reivindicou a cidade de Baquba como a sua capital. Em 2007, as tropas norte-americanas realizaram operações contra o grupo, o que resultou em dezenas de militantes capturados ou mortos. Entre julho e outubro de 2007, a Al Qaeda no Iraque parecia ter perdido suas bases militares seguras na província de Anbar e na região de Bagdá. Em 2008, uma série de ofensivas iraquianas e norte-americanas conseguiram expulsar os insurgentes de seus antigos refúgios seguros, como as províncias Diyala e Al Anbar, para a área da cidade de Mosul. Em 2008, o grupo estava em crise, suas tentativas violentas de governar o território levaram a uma reação de iraquianos sunitas e outros grupos insurgentes e um declínio temporário.

No final de 2009, o comandante das forças norte-americanas no Iraque, o general Ray Odierno, afirmou que a organização "tem se transformado significativamente nos últimos dois anos. O que antes era dominado por indivíduos estrangeiros tornou-se cada vez mais dominado por cidadãos iraquianos". Em 18 de abril de 2010, os dois líderes do grupo, Abu Ayyub al-Masri e Abu Omar al-Baghdadi, foram mortos em um ataque conjunto EUA-Iraque perto de Tikrit. Em uma conferência de imprensa em junho de 2010, Odierno informou que 80% dos 42 principais líderes da organização, incluindo recrutadores e financistas, haviam sido mortos ou capturados. Mas, em maio de 2010, Abu Bakr al-Baghdadi foi apontado como o novo líder do Estado Islâmico do Iraque.[696] Quando o califado foi proclamado, o EI declarou: "A legalidade de todos os emirados, grupos, Estados e organizações torna-se nula pela expansão da autoridade do califado e pela chegada de suas tropas em suas áreas". Al-Baghdadi reorganizou o EI com a nomeação de antigos oficiais militares e de inteligência que serviram no regime de Saddam Hussein; quase todos tinham passado um tempo como prisioneiros dos militares norte-americanos, e tornaram-se um terço dos 25 principais comandantes de Baghdadi.[697] Um deles era um ex-coronel, Samir al-Khlifawi, também conhecido como Haji Bakr, que se tornou o comandante militar geral.

Em agosto de 2011, al-Baghdadi começou a enviar membros sírios e iraquianos do seu grupo, com experiência em guerrilha, para a Síria para estabelecer uma organização no interior do país. Liderados por um sírio conhecido como Abu Muhammad al-Julani, este grupo começou a recrutar combatentes e estabelecer células de todo o país. Em 23 de janeiro de 2012, o grupo anunciou sua formação como a “Frente al-Nusra”, que cresceu rapidamente para uma força de combate regular. Simultaneamente, al-Baghdadi declarou o início de uma nova ofensiva no Iraque para libertar membros do grupo detidos nas prisões iraquianas. A violência no Iraque havia começado a crescer em junho de 2012, principalmente por conta de ataques com carros-bomba e, em julho de 2013, mais de 1000 mortes mensais foram registradas pela primeira vez desde abril de 2008.

Em 8 de abril de 2013, al-Baghdadi lançou um comunicado onde anunciou que a Frente al-Nusra tinha sido estabelecida, financiada e apoiada pelo Estado Islâmico do Iraque e que os dois grupos foram fundidos sob o nome "Estado Islâmico do Iraque e do Levante". Al-Jawlani

---

[696] Em junho de 2014, o EI publicou um documento em que afirmava ter rastreado a linhagem de seu líder até Maomé... Como califa, ele exigiu a lealdade e obediência de todos os muçulmanos do mundo, de acordo com a jurisprudência islâmica (*fiqh*).

[697] Isso vinha da experiência de Al Qaeda: “Os ‘socialistas infiéis’ do regime baathista de Saddam Hussein, disse Bin Laden, eram cúmplices valiosos em qualquer luta contra os norte-americanos. Para ferir o ‘inimigo distante’ os jihadistas eram encorajados a colaborarem com os resquícios de um ‘inimigo próximo’, até que a vitória islâmica final pudesse ser atingida. As consequências da ratificação da aliança islâmica-baathista seriam letais e duradouras” (Michael Weiss e Hassan Hassan. *Op. Cit*., p. 32). O campo de recrutamento para Al Qaeda (e depois para o EI) aberto pelo pragmatismo de Bin Laden foi enorme, pois o ex exército de Saddam Hussein havia deixado 400 mil homens desmobilizados e desempregados, militarmente treinados, depois da derrota iraquiana para a coalizão internacional dirigida pelos EUA.

divulgou um comunicado negando a fusão e reclamando que nem ele nem qualquer outra pessoa na liderança da al-Nusra havia sido consultada sobre o assunto. A campanha para libertar presos culminou em julho de 2013 com a realização de invasões nas prisões de Taji e Abu Ghraib, que libertaram mais de 500 prisioneiros, muitos deles veteranos da insurgência iraquiana. Em outubro de 2013, al-Zawahiri ordenou a dissolução do EI, colocando a Frente al-Nusra como a representante jihadista na Síria, mas al-Baghdadi contestou a decisão de al-Zawahiri,[698] com base na jurisprudência islâmica, e seu grupo continuou a operar na Síria. Em fevereiro de 2014, Al Qaeda desmentiu qualquer relação com o EI.

Ayman al-Zawahiri

Segundo a jornalista Sarah Birke, havia "diferenças significativas" entre a Frente al-Nusra e o EI. Enquanto al-Nusra clamava pela deposição do governo Assad, o EI "tendia a focar-se mais no estabelecimento do seu próprio governo no território conquistado", sendo "muito mais implacável" na construção de um Estado islâmico, na "realização de ataques sectários e em impor a *shariah*". Ainda que a al-Nusra tenha um "grande contingente de combatentes estrangeiros", ela é vista como um grupo local por muitos sírios; pelo contrário, os militantes do EI têm sido descritos como "ocupantes estrangeiros" por muitos refugiados sírios. Ele tem uma forte presença na região central e do norte da Síria: o grupo controlava as quatro cidades fronteiriças de Atmeh, al-Bab, Azaz e Jarablus, permitindo-lhe controlar a fronteira entre o território sírio e a Turquia.

O crescimento do ISIS na Síria lhe permitiu expandir sua presença no Iraque, depois da retirada dos EUA e da ruptura política entre os sunitas e o governo central xiita, que se transformou em uma insurreição étnico-tribal. Em meados de 2014, ISIS invadiu e conquistou a cidade iraquiana de Mosul, terceira do país e situada em território rico em extração de petróleo. O ISIS proclamou nessa cidade o “restabelecimento do califado” e mudou seu nome para “Estado Islâmico” (EI). O recrutamento do EI tornou-se internacional, mundial: “Com o Estado Islâmico haveria dez mil estrangeiros, não só europeus. Há americanos, asiáticos. Dos dez mil, pelo menos dois mil são franceses. A maior parte deles é de muçulmanos descendentes de imigrantes, mas há muitos convertidos. Portanto, franceses franceses. Ingleses ingleses. Eles não são da comunidade imigrante. O conjunto de elementos que ajuda a atraí-los varia de

[698] Abu Muhammad Ayman al-Zawahiri, nascido em 1951, é um médico pediatra egípcio e proeminente membro histórico de Al-Qaeda. Era o médico particular de Bin Laden. Em 1998 ele fundira a Jihad Islâmica egípcia com Al Qaeda, sendo “membro sênior” do conselho-*shura* do grupo. Com a morte de Bin Laden tornou-se o líder da organização. Em 16 de junho de 2011, em comunicado transmitido por vários sites, ela informou que o médico e ex-braço-direito de Bin Laden, passara a ser o novo líder da organização como uma maneira de "honrar o legado de Bin Laden".

pessoa para pessoa. Ao final, é uma decisão individual. As razões genéricas têm a ver com o sentimento de não pertencimento por fazer parte de uma comunidade de imigrantes que é marginalizada, que não tem acesso às mesmas oportunidades. A Europa tem que aceitar que hoje sua identidade inclui esses muçulmanos, os africanos, os imigrantes e os filhos dos imigrantes. Eles fazem parte da identidade europeia, embora o tempo todo lhes seja dito que não pertencem ao lugar. Não só lhes é dito, mas também eles vivem isso como uma situação subjetiva".[699]

Segundo o "Índice de Terrorismo Global" elaborado pelo Instituto de Economia e Paz, em 2013 morreram no mundo quase 18 mil pessoas em "ataques terroristas". Dessas vítimas, 82% se concentraram em apenas cinco países: Iraque, Afeganistão, Paquistão, Nigéria e Síria. Os responsáveis por 66% de todas as mortes por terrorismo foram o Estado Islâmico, o *Boko Haram*, os talibãs e a Al Qaeda. Em contraste, nos últimos 14 anos, 5% dos assassinatos cometidos por terroristas ocorreram nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Desde 2000, 90% dos ataques de terroristas suicidas foram cometidos no Oriente Médio, no norte da África e no sul da Ásia (principalmente no Paquistão e no Afeganistão). Dos 162 países incluídos no Índice de Terrorismo Global, o Iraque ocupa o primeiro lugar em vítimas.

Abu Bakr al-Baghdadi, "califa do Estado Islâmico"

A queda de Mosul foi devida a que as Forças Armadas do Iraque desbandaram ante o avanço do ISIS, sem presentar combate. Os EUA tinham armado essas forças do Iraque com armas dotadas de tecnologia de ponta depois da invasão de 2003, mas elas escaparam deixando seus arsenais abandonados. Os "terroristas" passaram a dispor de poderosos obuses, veículos blindados e tanques norte-americanos, fortalecendo-se no terreno militar e também no político, pelo enorme prestigio que conquistaram. O terror em seus adversários se generalizou, o que permitiu a ocupação de uma importante parte do país pelo EI. Mesma coisa aconteceu inicialmente com os *peshmerga*, tropas do governo regional do Curdistão iraquiano, firme aliado dos Estados Unidos, embora fossem um exército profissional, fortemente armado: abandonaram também suas posições, até ser ameaçada a própria existência do governo curdo. Em agosto de 2014 os Estados Unidos optaram pelo envio de sua Força Aérea para bombardear o Estado Islâmico, sem tropas terrestres. França também realizou bombardeios contra Estado Islâmico na Síria e no Iraque, mas isso não significou a redução dos territórios dominados pelo grupo.

[699] Salem Nasser. O combate ao Estado Islâmico é uma ficção. In: *http://brasileiros.com.br/2015.*

No início de 2014, o EI lançou uma grande ofensiva na província iraquiana de Al-Anbar que resultou em severos combates nas cidades de Fallujah e de Ramadi; na Síria, diversos grupos rebeldes, dentre eles integrantes do Exército Livre Sírio, da Frente Islâmica e da Frente Revolucionária Síria, em uma ação apoiada pela Coalizão Nacional Síria, iniciaram uma ofensiva contra posições do EI e aliados nas províncias sírias de Idlib e Alepo, que matou pelo menos 36 e capturou mais de cem integrantes do EI. Os combates prosseguiriam nas primeiras semanas de 2014 e custaram a vida de mais de 1.400 pessoas. Enquanto a luta na Síria se intensificava, o EI lançou-se em uma série de ofensivas e atentados por todo o Iraque, especialmente na fronteira sírio-iraquiana e na região norte.

Em junho de 2014, em uma nova série de investidas, boa parte da cidade de Tikrit caiu em mãos do EI, que ganhava terreno no caminho a Bagdá. O exército iraquiano conseguiu deter ofensivas em Samarra e forçou o recuo dos rebeldes em Baiji, enquanto tentavam reagir para manter a ordem no país. A nova onda de violência no Iraque deixou centenas de mortos e milhares de refugiados. O EI assassinou treze clérigos muçulmanos sunitas em junho de 2014 em Mosul. Em agosto de 2014, boa parte das províncias de Ninawa, Salah-ad-Din e Al-Anbar haviam sido conquistadas pelo EI. O exército iraquiano, incapaz de resistência, teve de recuar e evacuar várias cidades, como Tikrit (a 140 quilômetros de Bagdá). Nos primeiros dias de novembro, a cidade de Darnah na Líbia entrou para a lista das cidades do Estado Islâmico, ela foi a primeira cidade fora da Síria e Iraque a ser incorporada ao califado de Abu Bakr al-Baghdadi. E, em 13 de novembro de 2014, o grupo anunciou um acordo de paz com a Al Nusra da Síria. A 8 de dezembro de 2014, foi anunciado que a coalizão ocidental enviaria 1.500 soldados com o propósito de combater o "Califado"; e Barack Obama, aprovou o envio de outros 1.600 militares para treinar e assessorar as forças iraquianas.

Em 2015 a área de influência do Estado Islâmico atravessou as fronteiras entre a Síria e o Iraque. Grupos em vários outros países afirmaram ser ligados ao EI e conquistaram territórios por todo o mundo islâmico. No Iêmen, militantes deste grupo começaram a recrutar pessoal no leste do país para tentar ganhar território, rivalizando diretamente com a Al Qaeda na Península Arábica. No Afeganistão, o governo de Cabul afirmou que o EI também havia estabelecido uma presença no país, contando com centenas de combatentes para lutar contra as forças da coalizão, as autoridades locais e até grupos jihadistas rivais na região (como o Talibã). Na Líbia, onde a organização já tinha uma presença na cidade de Derna, militantes do EI começaram a espalhar suas áreas de controle pelo país, perpetrando várias atrocidades: em fevereiro de 2015, eles decapitaram 21 cristãos coptas egípcios na província de Trípoli. Em resposta, o governo egípcio ordenou que sua força aérea conduzisse ataques contra áreas sob controle do Estado Islâmico na Líbia.

Nesse meio tempo, na Síria e no Iraque, o Estado Islâmico cedia pouco terreno aos seus rivais e inimigos, mas também não conseguia conquistar novos territórios. Parte deste retrocesso deveu-se ao aumento da intensidade dos ataques aéreos de aeronaves da coalizão ocidental e de nações árabes. Na cidade síria de Kobane, milícias curdas conseguiram expulsar, depois de quatro meses de luta, os militantes do EI da área. Os avanços do EI geraram ondas de milhares de refugiados e centenas de mortos, agravando a crise humanitária. Em meados de abril de 2015, o exército iraquiano (apoiado por militares iranianos e por aviões dos EUA) retomaram Tikrit, a segunda maior cidade do Iraque, após semanas de violentos combates.

Mesmo assim, o EI conseguiu se manter na ofensiva em amplas frentes no território iraquiano. Em meados de maio, a cidade de Ramadi, capital da província de Anbar a 100 quilômetros a oeste de Bagdá, foi tomada pelo EI. A região só foi retomada ao fim de dezembro do mesmo ano. O grupo chegou a controlar, no início de 2015, metade do território sírio, embora seus avanços estivessem, à época, muito mais lentos e ineficientes do que já foram. Em meados de 2015, as forças armadas da Rússia, em apoio ao regime de Bashar al-Assad, iniciaram a construção de uma base militar na Síria e em setembro do mesmo ano começaram a lançar

bombardeios aéreos contra militantes do Estado Islâmico, que continuavam avançando em direção a Damasco, a capital síria.

O EI é dirigido e administrado por Abu Bakr al-Baghdadi, ao lado de um gabinete de conselheiros. Existem dois vice-líderes, Abu Muslim al-Turkmani para o Iraque e Abu Ali al-Anbari para a Síria, e doze governadores locais nos territórios conquistados. Abaixo dos líderes estão os conselheiros sobre finanças, liderança, assuntos militares, assuntos jurídicos, o que inclui as decisões sobre a execução de estrangeiros, segurança, inteligência e meios de comunicação. Além disso, um conselho (*shura*) tem a tarefa de assegurar que todas as decisões tomadas pelos governadores e conselhos sejam cumpridas de acordo com a sua interpretação da *shariah*. A liderança do EI é dominada por iraquianos, principalmente por antigos oficiais do regime "laico" de Saddam Hussein.

O *Wall Street Journal* estimou em setembro 2014 que oito milhões de iraquianos e sírios viviam em áreas controladas pelo EI. Ar-Raqqah na Síria é a capital *de facto* do grupo. Em setembro de 2014, o governo de Ar-Raqqah passou para o controle total do EI, que reconstruiu a estrutura de governo em menos de um ano. Os ex-funcionários do governo Assad mantiveram seus empregos após prometerem lealdade ao EI. A barragem de Ar-Raqqah continuou a fornecer eletricidade e água. Serviços de assistência social são fornecidos, o controle de preços foi estabelecido e há impostos específicos sobre os ricos. O EI executa um programa de fornecimento de serviços sociais, palestras religiosas e o *dawa*, proselitismo religioso para as populações locais.

Símbolo do Estado Islâmico, Alhayat, visivelmente copiado do logo da rede de TV Al Jazeera

O grupo também executa serviços públicos, tais como a reparação de estradas e a manutenção do fornecimento de energia elétrica; os serviços básicos foram restaurados nas cidades e áreas de campanha sob as ordens do EI, com um fornecimento adequado de água, combustíveis e outros serviços básicos, estabelecendo uma relação de paternalismo autoritário sobre as populações controladas. Nas regiões em que governa há o controle da produção de trigo e cereais, aproximadamente 40% da produção do Iraque. O EI tem mantido a produção de alimentos, crucial para a governabilidade; distribui *pen drives* à população com cânticos jihadistas, vídeos que mostram as operações militares do grupo e folhetos contra a democracia, a favor da submissão das mulheres, e sobre a necessidade de permanecer em silêncio e de excomungar os alauitas e xiitas.

Nas zonas ocupadas pelo EI foram erradicadas as estruturas governamentais e sociais precedentes, incorporando eventualmente seus membros às suas estruturas, prévio juramento de fidelidade, e respeitando só as estruturas dos clãs familiares e/ou tribais, mas subordinando-as ao novo poder. No lugar dessas estruturas, o EI implantou as suas: polícia religiosa, cortes de justiça islâmicas, escolas corânicas e outras. Todas ao serviço de um sistema repressivo-terrorista, que não vacila em usar açoites, flagelações, amputação de membros dos "criminosos", combinados com um sistema político totalitário em que as crianças são militarmente organizadas, se realizam sessões públicas de leitura do Corão, se obriga à população à escuta silenciosa e atenta de sermões religiosos. "Infiéis" foram condenados a penas severas, como apedrejamento, execução e até crucificação. Segundo o Observatório Sírio, o grupo realizou diversas crucificações de cristãos que não quiseram se converter ao islã. Graças ao financiamento conseguido por meio da venda de gás roubado, o Estado Islâmico tornou-se uma organização independente do patrocínio de qualquer Estado. O grupo domina diversos campos de petróleo sírios: o petróleo é vendido a intermediários na Síria e depois enviado para refinarias na Turquia, Irã ou Curdistão.

Até 2015, os ganhos do EI com a venda de petróleo eram calculados em 450 milhões de dólares anuais, sendo que dois terços dessa cifra eram reinvestidos militarmente. A principal força de combate, formada sobretudo por estrangeiros, custaria entre 200 e 250 milhões de dólares anuais, o que não chega a um terço da arrecadação anual do EI, calculada em 900 milhões de dólares. Os pagamentos mensais das forças combatentes (a principal, de aproximadamente 30 mil homens, e as auxiliares, entre 50 mil e 70 mil) consomem entre 35 e 40 milhões de dólares: "Por meio dos saques e confiscos nas cidades do Iraque e da Síria, os jihadistas conseguiram acumular mais de um bilhão de dólares em reservas... Um combatente estrangeiro do EI recebe um salário-base de US$ 150 ao mês, acrescido de benefícios que vão até US$ 200 ao mês, a título de bônus de emigração, de despojos de guerra e de pensões para esposas e mulheres escravizadas. Em média, esse pagamento soma cerca de US$ 800. Entre outras áreas prioritárias (existem) o aparato de segurança interna, que abrange a polícia de costumes, a *hisba*, e a polícia secreta, a *amniyat*. O EI gasta US$ 15 milhões ao mês em segurança interna. Outras áreas de governo, como saúde e educação, recebem juntas menos de dez milhões de dólares mensais".[700]

"Os Estados ocidentais rejeitam considerar oficialmente o EI como um Estado e preferem defini-lo como um grupo terrorista. Mas não é possível opor estritamente as duas classificações. O EI dispõe de um território, um exército, uma administração, um sistema fiscal, uma moeda, etc. Não nasceu como um grupo terrorista, mas como uma emanação de frações excluídas dos aparelhos de Estado iraquiano e sírio, na busca de reconquistar seu lugar. Para isso, se apoia sobre uma versão religiosa do baathismo, presentada como defensora dos árabes sunitas, e sobre uma prática totalmente misógina, destinada a restaurar integralmente a dominação masculina".[701]

Boko Haram na Nigéria, Al Shabab na Somália, o Grupo de Combate Islâmico da Líbia, apoiado pela OTAN em 2011, Al Qaeda no Magrebe islâmico e *Jemaah Islamiya* na Indonésia, entre outros, são, por sua vez, grupos filiados ou próximos à Al Qaeda, e secretamente apoiados pela inteligência dos EUA. Os Estados Unidos também apoiaram organizações afiliadas à Al Qaeda na região autônoma Uigur, na China. Seu objetivo foi desencadear a instabilidade política no oeste da China. O pano de fundo da ação e do sucesso do EI, no entanto, foi a decomposição nacional e estatal provocada pela guerra civil na Síria. Foi levantada a hipótese, especulativa, do EI se dotar de armas de destruição em massa, incluídas armas nucleares. Isto colocaria a

[700] Sam Jones e Erika Solomon. Estado Islâmico tem caixa para ficar anos em guerra. *Financial Times / Valor Econômico*, São Paulo, 16 de dezembro de 2015.

[701] Nicolas Dessaux. *Op. Cit.*

possibilidade de um conflito nuclear internacional e devastador ser impulsionado, deflagrado, por um "ator internacional não estatal" (o "terrorismo") e justificar um "estado de exceção" de longo prazo de alcance mundial.[702] Embora se trate de uma hipótese de caráter especulativo (o único antecedente é o uso de gás sarin nas líneas metropolitanas subterrâneas de Tóquio por um grupo terrorista japonês; o EI foi acusado de usar gás mostarda na Síria) cabe questionar a definição de uma formação militar irregular apoiada financeira e logisticamente por aproximadamente quarenta Estados soberanos como sendo um "ator não estatal"...

[702] Waheguru Pal Singh Sidhu e Ramesh Thakur. *Arms Control After Iraq: Normative and Operational Challenges.* Tóquio, UNU Press, 2006; Walter Laqueur. *No End to War: Terrorism in the Twenty-first Century*. Londres, Continuum International Publishing Group, 2004; John Mueller. *The Atomic Terrorist*. Chicago, University of Chicago Press, 2008; Paul Williams. *The Al Qaeda Connection*. International terrorism, organized crime, and the coming apocalypse. Nova York, Prometheus Books, 2005; Elizabeth Kolbert. The nuclear risk. *The New Yorker*, Nova York, 28 de março de 2011.

A GUERRA CIVIL NA SÍRIA

Síria, como vimos precedentemente, ficou sob um “estado de emergência” de 1962 até 2011, o que dava às forças de segurança do governo a autoridade de prender qualquer pessoa sem declarar motivo. O presidente Bashar al-Assad se encontrava no poder desde 17 de julho de 2000, sucedendo seu pai, Hafez Al-Assad. A Frente Nacional Progressista era a única coalizão política presente no parlamento, composta principalmente pelo Partido Ba’ath Sírio (com 134 assentos) e mais nove membros, representando outros 35 partidos políticos. Em 2011, o desemprego chegava a 25% da população; a deterioração do padrão de vida, a redução do apoio do governo aos pobres como consequência da adaptação do país para uma “economia de mercado”, a erosão dos subsídios para os bens básicos e a agricultura, sem uma indústria sólida para atender a demanda interna e gerar empregos, incitaram o descontentamento popular.

A liderança dos protestos estava nas mãos de comissões de coordenação locais que surgiram em todo o país, compostas por jovens ativistas coordenados através de meios alternativos de comunicação. Em entrevista concedida em 31 de janeiro de 2011, diante dos protestos de rua na Síria começados no esteio da “Primavera Árabe”, Bashar al-Assad declarou que era tempo de fazer reformas no país frente as revoltas que derrubavam os governos na região e que uma "nova era" estava chegando ao Oriente Médio. Ainda no mesmo mês, porém, uma manifestação em Ar-Raqqah terminou com dois mortos pela repressão governamental. Protestos em Al-Hasakah acabaram sendo dispersos pelas forças de segurança e centenas de manifestantes foram presos. A rede de televisão Al Jazeera reportou a violência usada pelas forças do governo e se disse preocupada com o risco de uma situação síria nos moldes da Líbia. O presidente Assad afirmou que seu país estava imune aos de protestos em massa, “tipo Egito”.

Em março de 2011, preventivamente, o governo sírio aumentou o salário mínimo e os salários do funcionalismo público, para combater a alta no custo de vida e ganhar mais apoio popular. Apesar das medidas, a continuação dos confrontos entre os manifestantes e as forças de segurança do governo em Homs, Damasco, Banias, Kiswah e Qamlishi, levou a um banho de sangue no país em 22 de abril, com mais de 70 mortos. Segundo a Anistia Internacional, o número de mortos nas manifestações em março foi de 228 pessoas. Em 19 de abril, o regime aprovou um decreto que suspendeu o estado de emergência no país pela primeira vez em 48 anos.

Em maio, o exército sírio iniciou o cerco as cidades de Baniyas, Hama, Talkalakh, Lataquia e Al-Midan, além de vários distritos de Damasco e dezenas de outras cidades que haviam sido ocupadas por manifestantes da oposição: o resultado da repressão e do confronto com os manifestantes foi de centenas de mortos, a grande maioria civis. Simultaneamente, o governo liberou milhares de detidos políticos "islâmicos" da prisão de Sagnaya. Um representante diplomático de Assad explicou candidamente: "O temor de uma revolta prolongada levou à libertação dos prisioneiros islâmicos, para contrabalançar as manifestações". Não foi isso o que fizeram, ficava aberta a garrafa do demônio...

Os EUA, a UE e Israel se recusaram a uma ação militar direta ou represálias mais fortes contra o regime de Bashar, que reprimia a mobilização em grande parte pacífica em todo o país. A política dos EUA era clara: as propostas dos EUA foram divulgadas na reunião sem precedentes da "oposição" síria realizada no Hotel Semiramis em Damasco em 27 de junho. O documento, de três mil palavras, exigiu um pedido de desculpas claro e franco e investigação das organizações e indivíduos responsáveis pela repressão contra protestos legítimos, e compensação para as famílias das vítimas. Também foi proposta uma nova lei sobre os partidos políticos e a formação de uma "Assembleia Nacional de Transição" com 100 membros, para a qual o partido Ba'ath iria nomear trinta membros; Bashar nomearia outros setenta em consulta com representantes da oposição.

Os EUA pressonaram para que Assad supervisionasse uma transição segura e pacífica para uma "democracia" que mantivesse intocados os interesses ocidentais, abrisse as portas para o capital externo e congelasse o processo revolucionário. Os EUA queriam reformas lideradas pelo regime sírio em direção a um governo de unidade nacional, a fim de evitar qualquer desestabilização da Síria e, consequentemente, de todo o Oriente Médio, especialmente em Israel e Líbano pelo Hezbollah e os palestinos, na Turquia pelos curdos, no Iraque pela resistência e até mesmo na Arábia Saudita pelos oposicionistas xiitas, que poderiam iniciar protestos em áreas de produção de petróleo perto da fronteira com o Kuwait, onde são maioria.

O Exército Livre da Síria (ELS), comandado pelo coronel Riad al-Asaad, formado por centenas de soldados desertores do exército nacional, foi fundado em 29 de julho de 2011. O ELS estava estreitamente vinculado às "potências regionais" e à Europa; os EUA o apoiaram sem participar em seu financiamento e armamento. Seu comportamento nas zonas que passou a controlar, com prática de saques, roubos e sequestros extorsivos, lhe tirou apoio popular. Sua incapacidade em se constituir em uma força militar unificada, centralizada e disciplinada, levariam-no no decorrer do conflito a uma situação de crescente inferioridade militar diante do exército de Assad. Em agosto, as cidades de Hama, Deir el-Zour e Latakia foram particularmente visadas pela repressão governamental. Desde março de 2011, duas mil pessoas foram mortas, cerca de três mil desapareceram, e mais de dez mil foram presas. Doze mil refugiados fugiram para a Turquia e muitos mais para o Líbano.

O Conselho Nacional da Síria (CNS) foi lançado oficialmente na Turquia, em 23 de agosto de 2011. Em outubro, foi formada uma coalizão dos sete principais grupos políticos, alguns sendo sírios da diáspora na França e na Turquia. Em setembro de 2011, foi nomeado presidente do CNS Burhan Ghalioun, residente na França, que rejeitava a proposta de intervenção militar estrangeira, mas também pedia a "proteção internacional" para a oposição. Em 2012 o CNS pediu um apoio maior das potências estrangeiras, sugerindo uma pequena zona de exclusão aérea sobre o território sírio, a exemplo do já realizado no Iraque, proposta negada pelo Conselho de Segurança da ONU.

Outro grupo de oposição era o Comitê Nacional de Coordenação para Mudança Democrática, que de início fazia oposição e rivalizava com o CNS e com a Irmandade Muçulmana, e depois passou a pregar a unidade da oposição. Segundo *The New York Times*, no entanto, já nessa

altura "em nenhum lugar na Síria controlado pelos rebeldes há uma força secular de combate". O Comitê Nacional se recusou a participar de negociações com o governo, alegando que as autoridades "estão apenas tentando ganhar tempo para a eliminação da insurreição." Em setembro de 2013 foi estimado que havia cerca de 100 mil combatentes armados contra o regime, fragmentados em cerca de mil grupos. Destes, cerca de 10 mil eram *jihadistas* ligados à Al Qaeda, sendo parte deles não sírios. Ao menos doze grupos islâmicos, entre eles *Jabhat al-Nusra*, a organização aliada da Al Qaeda, se uniram para formar a chamada "Aliança Islâmica", com o objetivo de criar um Estado na Síria sob a *shariah*; afirmaram não reconhecer a autoridade da coalizão da oposição e que lutariam guiados por um comando e uma agenda política própria.

Exército Livre da Síria

Em maio de 2011, o governo dos Estados Unidos, através de uma ordem executiva do presidente Barack Obama, determinou o congelamento de todos os bens e ativos pessoais nos EUA de Al-Assad e mais seis integrantes do governo sírio, assim como a proibição de cidadãos e empresas norte-americanas de fazerem negócios com essas pessoas. A oposição dos “islamistas moderados”, aliada às grandes potências, aparecia como a direção política dos protestos e se postulava como alternativa de poder. Diversos grupos sociais preferiram se manter na neutralidade ou apoiar Al Assad, em especial minorías étnico-religiosas e os setores mais seculares, assustados com a intervenção crescente dos *jihadistas*. A intervenção de Arábia Saudita, Turquia, Catar, fornecendo dinheiro e armas em quantidades crescentes, tendeu a transformar a mobilização popular em uma guerra de aparatos militares, financiando e armando às organizações jihadistas, reforçadas a partir do exterior através da “autoestrada turca”. A bandera verde, branca e preta foi arriada e substituida pela bandeira negra da *Jihad*. A “batalha das bandeiras” continha a luta pela orientação social e política da guerra civil síria.

Em outubro de 2011, a Rússia e a China usaram o seu poder de veto para bloquear uma resolução do Conselho de Segurança da ONU contra o governo sírio. Em novembro, navios de guerra russos chegaram a águas territoriais da Síria, uma mensagem de Moscou contra qualquer intervenção externa. Em 12 de novembro a Liga Árabe decidiu, por 18 votos a favor, três contra (Síria, Líbano e Iêmen) e uma abstenção (Iraque), suspender a Síria da organização até o fim da repressão governamental. Al-Assad declarou que havia uma "conspiração

estrangeira" contra o país. No fim de 2011, as forças do governo sírio continuaram a reprimir os manifestantes, prendendo centenas de pessoas e deixando milhares de vítimas. A oposição síria relatou casos de estupros, assassinatos e alegou que milhares de civis estavam sendo expulsos de suas casas pelas forças do regime.

Em 1º de fevereiro, Riad al-Asaad, comandante do Exército Livre Sírio, alegou que "metade do território do país não estava mais sob controle do regime" e que as áreas sob controle do governo não eram mais acessíveis. Ele também afirmou que o moral das tropas de Assad estava baixo. Frente ao aumento dos protestos e da pressão internacional, o governo sírio anunciou uma nova Constituição (com pluripartidarismo); a nova lei só entraria em vigor após as eleições presidenciais marcadas para 2014, e foi aprovada num referendo, onde 57% dos eleitores compareceram. Dias após a votação, o governo de Assad voltou a atacar manifestantes e cidades em controle de opositores, matando pelo menos 144 pessoas. A União Europeia reforçou o pedido de “rapidez na transição politica do país”.

Homs, uma das maiores cidades do país e a maior sob o controle da oposição, foi atacada e bombardeada por aviões e artilharia. De acordo com várias testemunhas, soldados do governo que se recusavam a disparar contra civis eram sumariamente executados pelos próprios oficiais. Homs foi bombardeada durante quase três semanas. Em 1º de março, o exército sírio anunciou a conquista do bairro rebelde de Baba Amir, em Homs, após dois dias de combates. No mesmo dia o Conselho Nacional Sírio anunciou a criação de um "Gabinete Militar" para unificar a estratégia de luta contra o governo. A 6 de março de 2012, o Crescente Vermelho sírio finalmente conseguiu chegar ao bairro de Baba Amir, cujo acesso era impedido pelo governo, fornecendo ajuda humanitária e constatando que a maioria dos moradores se haviam transferido para outras regiões.

Em 12 de abril, ambos os lados entraram em um período de cessar-fogo mediado pela ONU, um grupo de observadores internacionais chegou à Síria para inspecionar o cumprimento do acordo. Em 1º de maio, Hervé Ladsous, Subsecretário-Geral para Operações de Paz das Nações Unidas, disse que ambos os lados estavam violando o acordo de cessar-fogo. No dia 19 de maio, em Deir ez-Zor, explodiu uma bomba em um atentado suicida que matou nove civis e feriu 100 gravemente. O atentado foi atribuído à Irmandade Muçulmana. Os combates no país se intensificaram e no dia 25 desse mês mais de cem pessoas foram mortas no "Massacre de Houla", perpetrado durante uma ofensiva militar do governo sírio. Segundo a ONU, a maior parte das vítimas eram civis que teriam sido sumariamente executados pelas forças de Bashar al-Assad. Em 29 de maio, Kofi Annan viajou até à Síria para apelar a ambos os lados e evitar o rompimento total do cessar-fogo.

Em 1º de junho, Bashar al-Assad alertou que o país iria "esmagar" a revolta, depois do exército rebelde anunciar que estava retomando as "operações defensivas". Assad voltou à televisão e declarou que a Síria estava em "estado de guerra". Em 2 de junho de 2012, 57 soldados foram mortos, o maior número de perdas sofridas pelo governo em um só dia. Em 6 de junho, 78 civis foram mortos no chamado "massacre de Al-Qubair". Os conflitos avançaram até as duas grandes cidades (Damasco e Alepo) que o governo alegava estarem em suas mãos. Lojistas da capital entraram em greve e em Alepo os bairros comerciais também pararam de funcionar; parecia que a a histórica aliança nas grandes cidades entre os empresários e o governo tinha ruído.

Em 22 de junho, um caça turco F-4 foi derrubado por forças do governo sírio. A Síria admitiu ter derrubado o avião, alegando que a aeronave turca voava sobre águas sírias a apenas um quilometro da costa. O ministro das relações exteriores da Turquia declarou que o avião de seu país fora derrubado em águas internacionais logo após ter entrado momentaneamente em espaço sírio, durante um voo para testar o novo sistema de radar turco. Bashar al-Assad alegou estar "arrependido" pela derrubada do avião, mas o governo de Ancara emitiu uma

nota oficial dizendo que o ataque não sairia impune. Logo depois, a União Europeia aprovou uma nova e mais dura rodada de sanções econômicas contra a Síria.

No começo de julho de 2012, Manaf Tlass, um general de brigada da Guarda Republicana, desertou o governo, fazendo dele o mais graduado oficial de alta patente do exército sírio a renunciar. Diplomatas ocidentais disseram que este foi o golpe mais duro contra Assad e seu círculo de governo. Nawaf al-Fares, o embaixador sírio no Iraque, que já havia anunciado simpatia pelos movimentos opositores, renunciou ao cargo e declarou fidelidade à oposição. Os combates se espalharam pelo país de forma mais violenta. Em 15 de julho, a Cruz Vermelha Internacional decidiu classificar o conflito como guerra civil (o termo preciso foi "conflito armado não-internacional").

Em 18 de julho, o ministro da defesa sírio, Dawoud Rajha, e o cunhado do presidente, o general Assef Shawkat, foram mortos em um atentado a bomba na capital. O chefe da inteligência, Hisham Bekhityar, também foi ferido na mesma explosão. Tanto o Exército Livre da Síria e o grupo *Liwa al-Islam* assumiram responsabilidade pelos ataques. Esses ataques foram os primeiros que conseguiram assassinar altos membros do governo de Assad em 17 meses de conflito. Em 19 de julho, a cidade de Alepo foi palco de intensos combates entre forças do governo e da oposição. O Conselho de Segurança da ONU, pressionado por Estados Unidos e União Europeia, apresentou uma resolução contra o governo de Bashar Al-Assad. Contudo, como era esperado, Rússia e China vetaram a resolução e qualquer subsequente sanção contra o governo sírio. Russos e chineses justificaram o veto alegando que queriam ver uma resolução que obrigasse ambos os lados a parar com a violência.

No mesmo dia, oficiais do governo iraquiano anunciaram que o Exército Livre da Síria havia tomado o controle dos quatro postos de fronteira entre a Síria e o Iraque. No dia 21, cerca de 150 combatentes islâmicos procedentes de vários países árabes, incluindo Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Egito e Tunísia, armados com fuzis de assalto AK-47, lança-foguetes e bombas, ocuparam um posto de fronteira localizado entre a Síria e Turquia. O governo culpou Al Qaeda pelo incidente e relatou a presença de combatentes estrangeiros no país, o que foi negado pela oposição... Em Alepo, os combates continuavam com as forças do exército sírio lançando contra-ataques. Em 25 de agosto, na cidade de Darayya, cerca de 400 pessoas foram mortas em um suposto ataque das forças do governo sírio. A milícia Shabiha, leal ao presidente Bashar al-Assad, foi a principal acusada de ter cometido os assassinatos. Alguns civis, contudo, acusaram as forças do Exército Livre da Síria de algumas das mortes. Desde a intensificação do conflito e do aumento das ofensivas militares da oposição, as forças rebeldes foram acusadas de perpetrarem abusos contra civis simpatizantes do governo e soldados que se renderam.

Em 3 de outubro de 2012, tiros de artilharia pesada vindos da Síria atingiram a cidade de Akçakale na Turquia; em resposta, a Turquia bombardeou alvos militares em território sírio, marcando a primeira intervenção estrangeira direta no conflito. Nesse mesmo dia foram registrado ataques suicidas em Alepo, provocando dezenas de mortes e deixando mais de uma centena de civis feridos. O grupo *Jabhat al-Nusra*, ligado a Al Qaeda, assumiu a autoria dos ataques. As Forças Armadas da Síria iniciaram sua maior ofensiva militar para tomar por completo a cidade de Homs, um dos principais redutos da oposição. A ofensiva acabou terminando em outro impasse estratégico com nenhum dos lados conseguindo dar o golpe decisivo.

Em 3 de novembro, numa continuação da contraofensiva rebelde em Idlib, uma base aérea e um aeroporto militar foram atacados por opositores ao regime sírio. Prédios do governo também foram atacados em Damasco, causando a morte de 21 soldados. Em Duma, próxima a capital, uma delegacia e um hospital também foram tomados por opositores. A notícia destas vitórias veio acompanhada de relatos de abusos cometidos por parte da oposição. Um vídeo

divulgado na imprensa mundial mostrou uma execução de soldados leais ao governo cometida por combatentes rebeldes ao grito de "cães shabihas de Assad". A liderança da oposição, reunida em Amã, capital da Jordânia, voltou a descartar qualquer proposta de paz que mantivesse o presidente Assad no poder e exigiu sua renúncia como único meio de acabar com a violência. O governo, por sua vez, anunciou que não negociaria diretamente com o Conselho Nacional Sírio, definindo-o como "um grupo de mercenários".

Em meio a novas rodadas de negociações internacionais, os rebeldes conquistaram várias vitórias no norte da Síria. Eles assumiram o controle de Saraqeb, na província de Idlib, dando-lhes o controle de uma importante rodovia que leva a cidade de Alepo, ainda assolada por violentos combates. Em 18 de novembro, as forças da oposição tomaram o controle de uma das maiores bases militares no norte da Síria, a Base 46, nos arredores de Alepo, após semanas de intensas lutas contra as forças do governo. O general desertor, Mohammed Ahmed al-Faj, que comandou as tropas rebeldes, saudou a tomada da base como "uma das nossas maiores vitórias desde o começo da revolução para derrubar o presidente Bashar al-Assad". A oposição alegou ter matado, pelo menos, 300 militares do governo e ter capturado outros sessenta homens.

Em dezembro, apesar do aumento da intensidade dos ataques do governo no sul do país, os rebeldes avançaram em diversas frentes; o major-general Abdulaziz al-Sallal, chefe da polícia militar síria, desertou o governo. Al-Sallal foi o oficial de mais alta patente a desertar o regime. No começo de janeiro de 2013, milícias islâmicas, incluindo a Jabhat al-Nusra, tomaram a base aérea de Taftanaz, no norte de Idlib, após semanas de luta. Ainda em janeiro, combatentes islâmicos e militantes curdos trocaram tiros na cidade de Ras al-Ain. Em 14 de fevereiro, foi a vez da cidade de Shadadeh cair em mãos das milícias da Jabhat al-Nusra, perto da fronteira com o Iraque.

Em 3 de março de 2013, mais de 200 pessoas (incluindo pelo menos 120 soldados e policiais das forças de segurança do governo) foram mortos em combates no complexo de Khan al-Assal, fazendo deste um dos dias mais sangrentos da guerra. A cidade de Raqqa, no nordeste do país, também passou a ser palco de intensos combates: em 6 de março, a cidade oficialmente caiu, fazendo de Raqqa a primeira capital de uma província na Síria a ser inteiramente tomada pela oposição. O ministério sírio das relações exteriores divulgou uma nota afirmando que poderia lançar ataques contra o vizinho Líbano, mirando opositores que usavam o país como santuário. Em 18 de março, três dias depois, a aviação síria bombardeou a fronteira libanesa. Os ataques miraram posições rebeldes no vale de Wadi al-Khayl, na fronteira entre os dois países. O governo sírio não assumiu a autoria do ataque.

Entre janeiro e março de 2013, uma série de atentados à bomba, muitos atribuídos a organização Jabhat al-Nusra, aconteceram por todo o território sírio. Em 21 de março, em mais um desses ataques, cerca de 41 pessoas foram mortas numa explosão em uma mesquita xiita na capital, Damasco. Entre os mortos, encontrava-se o xeique Mohammed al-Buti, que era conhecido por seus discursos pró-Assad. No sul, as forças armadas do regime avançaram no vilarejo de Abel e também reconquistaram a cidade de Saqraja, flanqueando o município de Al-Qusair, uma importante cidade na fronteira libanesa, que estava em mãos de combatentes da oposição. E em meados de abril, o governo tomou a cidade de Otaiba, cortando uma importante rota de suprimentos dos rebeldes.

No dia 8 de maio, militares sírios tomaram a estratégica cidade de Khirbet Ghazaleh na fronteira com a Jordânia. Mais de mil militantes da oposição foram forçados à recuar da região devido a falta de munição, o que também os levou a se retirar de outras áreas nas proximidades. A tomada desta cidade permitiu ao governo reabrir uma rota de suprimentos para o município de Daraa. No dia 19 de maio, tropas do exército sírio, com o apoio de guerrilheiros do Hezbollah, iniciaram uma grande ofensiva contra o município de Al-Qusair,

que era uma importante base estratégica dos rebeldes, e capturaram vários vilarejos perto da cidade. No começo de junho, o governo já tinha feito progressos consideráveis em Al-Qusair, controlando mais de dois terços da cidade e boa parte das vilas vizinhas.

Em 3 de junho, o exército sírio assumiu o controle do distrito de Jobar, em Damasco, e conseguiu tomar boa parte da capital do país, encurralando os rebeldes em quatro bairros na periferia da cidade. Essa vitória comprometeu a principal ofensiva armada da oposição contra Damasco, que havia começado em fevereiro. Em 5 de junho de 2013, o governo sírio anunciou que havia assumido o total controle da estratégica cidade de Al-Qusair, na fronteira com o Líbano: esta poderia ser uma das mais importantes vitórias das forças do regime em toda a guerra. Em 8 de junho, com a conquista dos distritos de Dabaa e Buwaydah por tropas do governo e por militantes do Hezbollah, toda a região de Al-Qusair e da fronteira sírio-libanesa passou a ser oficialmente controlada pelo regime, após os últimos combatentes rebeldes na área terem batido em retirada.

A Síria foi alvo de uma resolução aprovada no Conselho de Direitos Humanos da ONU, condenando as violações de direitos humanos cometidas pelas autoridades do país. O embaixador da Síria na ONU, Hussam Eddin Ala, protestou: "Os países que estão propondo essa resolução ignoram nossa soberania. Eles apoiam o terrorismo", e colocou o dedo na ferida: "De onde vem o dinheiro para as armas dos grupos terroristas?"; "Que ironia ter uma resolução proposta por esses países. Trata-se de uma hipocrisia política". A China votou contra a resolução, assim como Cuba, que denunciou a “agenda intervencionista”. Venezuela e Rússia denunciaram a resolução como uma “manobra política”. Disse o representante do Kremlin: "Hoje, a maior ameaça é o Estado Islâmico, e isso não está no documento".

De fato, a partir de 2013, o Estado Islâmico (*ad-Dawlah al-Islāmīyah*) começou a reivindicar territórios na região. O grupo já tinha mudado seu nome de “Estado Islâmico do Iraque” para “Estado Islâmico do Iraque e do Levante” (ISIS), e tinha entrado na Síria com forças militarmente organizadas e concentradas, ordenando a subordinação ao EI da seção síria de Al Qaeda (*Jabhat al Nusra*) e reivindicando como própria a herança de Osama Bin Laden contra seus seguidores originais no país. Era a sanção de uma cisão aberta, política e militar, formalizada em maio de 2014, e depois expandida para todo o movimento internacional herdeiro de Al Qaeda e do “fundamentalismo islâmico”.

Estado Islâmico em ação na Síria

Os Estados Unidos lançaram uma campanha aérea contra o Estado Islâmico, bombardeando alvos de importância militar do grupo; também afirmaram que iriam aumentar a assistência militar a grupos “moderados” na Síria e enviariam conselheiros ao Iraque. Em resposta, a 29 de junho de 2014, o EI declarou oficialmente a criação de um Califado Islâmico na Síria e no

Iraque. Em 12 de setembro o EI fez um acordo de paz com outros grupos islâmicos sírios. No entendimento, as diferentes facções colocariam suas diferenças de lado para unir forças contra Bashar al-Assad. Dois dias depois, um representante da Coalizão Nacional Síria negou qualquer pacto com os islâmicos.

O EI passou a usar todas as contradições políticas regionais e internacionais, usando recursos fornecidos pela Arábia Saudita, contra o eixo político representado pelo governo de Assad, o Hezbollah libanês e o regime do Irã; recursos também do regime turco, interessado no enfraquecimento (ou queda) de Assad, regime que lhe forneceu facilidades de recrutamento e, sobretudo, vias de acesso através do território da Turquia para seus recrutas de todas as partes do mundo (EUA incluídos: 25% dos combatentes do EI são "ocidentais" de origem não-árabe ou islâmica, evidentemente convertidos); o interesse de Israel contra o eixo Hamas-Hezbollah-Irã, no momento da máxima pressão do regime sionista contra os palestinos e do enfraquecimento das relações Israel/EUA (o EI nunca condenou Israel no seus manifestos "políticos"); enfim, as contradições (e recursos) dos EUA, distanciados dos regimes do Golfo Pérsico consecutivamente à recomposição de suas relações com o Irã, para não falar no vasto recrutamento e alianças tecidas no Iraque com forças do antigo regime baathista ou com milícias "laicas" sunitas (Naqsbandi).

Com esse oportunismo multidirecional, o EI fortaleceu-se militar, econômica e politicamente. Mas isso foi só seu "capital inicial". A partir daí, o EI voou com suas próprias asas, dependendo cada vez menos de financiamentos externos e financiando-se com seus próprios recursos, com a venda de pelo menos oito mil barris de petróleo diários, com a assimilação de bancos nos territórios ocupados do Iraque, com o comércio de alimentos e de insumos para a indústria alimentar, com sequestros e extorsões, com o contrabando de peças arqueológicas das regiões ocupadas, em especial na Mesopotâmia, enfim, com qualquer atividade suscetível de gerar uma renda, até acumular um capital/orçamento estimado em dois bilhões de dólares (somadas as propriedades e o dinheiro líquido), lhe permitindo pagar 400 dólares mensais aos seus "combatentes" (um dos segredos de seu recrutamento, sem falar nos privilégios de todo tipo, sexuais inclusive, obtidos pelos recrutas nas zonas ocupadas) e também fazer demagogia "social", distribuindo pão gratuitamente às populações das zonas em guerra.

Lutando inicialmente ao lado da oposição síria, as forças do EI passaram a atacar qualquer uma das facções (apoiadoras ou contrárias a Assad) envolvidas no conflito, criando seu próprio espaço nele. Em junho de 2014, militantes deste grupo proclamaram um califado na região, com seu líder, Abu Bakr al-Baghdadi, como o califa, impondo a *shariah* nos territórios que controlavam. Foi a partir dai que os Estados Unidos, as nações da OTAN na Europa, e países do mundo árabe, iniciaram uma intervenção armada, supostamente dirigida contra o EI. Rússia e Irã também passaram a intervir militarmente no conflito, mas ao lado do regime de Assad. O número de mortos no conflito já passava das 250 mil pessoas, sendo mais da metade de civis. Outras 130 mil pessoas teriam sido detidas pelas forças de segurança do governo. Mais de quatro milhões de sírios já buscavam refúgio no exterior para fugir dos combates, a maioria destes se abrigando no vizinho Líbano. O conflito também gerou uma enorme onda migratória de sírios e árabes em direção a Europa.

Após a vitória em Al-Qusair, o exército sírio anunciou o início da chamada "Operação Tempestade do Norte", uma grande operação militar com o objetivo de recuperar territórios no noroeste do país, em especial na região de Alepo, o maior centro comercial da Síria. As forças do governo também iniciaram uma nova ofensiva para conquistar os últimos bairros na cidade de Homs. A cidade de Alepo, em especial, voltou a ser alvo de diversos bombardeios da aviação militar síria, que conseguiu tomar o bairro de Al-Khamis e as regiões de Al-Salehin, Mayer e Bayanon. Enquanto o regime concentrava suas tropas em ataques na região norte do país, ou no distrito de Damasco, onde a luta se intensificou novamente, a ofensiva na fronteira

com o Líbano continuava, com o propósito de interromper o fluxo de contrabando de armas para a oposição.

Os rebeldes capturaram, no fim de julho, a estratégica cidade de Khan al-Assal. Durante essa batalha, foi denunciada a morte de 220 pessoas, a maioria soldados que tinham acabado de se render. As execuções foram condenadas pelo Conselho Nacional Sírio. Ainda na área de Alepo, mais próximo a fronteira com a Turquia, combatentes da oposição conquistaram o estratégico aeroporto militar de Menagh, após um cerco de dez meses. No dia 19 de agosto, no entanto,o governo sírio afirmou ter reconquistar boa parte da província de Lataquia da mão dos rebeldes, região estratégica por se localizar o principal porto sírio e por ser a única região de maioria alauíta da Síria.

Em 21 de agosto, foi reportado que as forças de Assad lançaram pesados bombardeios contra os distritos de Jobar, Zamalka, Ain Tirma e Hazzah, na região ao leste de Ghouta, próximo a capital Damasco, na província de Rif Dimashq. Segundo ativistas de dentro e fora da Síria, o governo utilizou gás tóxico nestes ataques, que ocorreram em zonas controladas por simpatizantes da oposição ou que ainda estavam em disputa. A OSDH, organização sediada em Londres, informou que cerca de 635 civis foram mortos. Mais tarde, o número de mortos foi elevado para mais de 1.700, segundo algumas fontes. Vídeos divulgados na internet mostravam centenas de cadáveres e diversas pessoas em convulsão devido aos efeitos do gás venenoso. Lideranças da oposição, governos ocidentais e a própria Rússia pediram para que o Conselho de Segurança das Nações Unidas investigassem o ocorrido. O regime sírio voltou a negar que usasse armas químicas no conflito.

Em resposta ao suposto ataque químico, os Estados Unidos, com apoio da França, do Reino Unido e de alguns outros países, ameaçaram usar força militar direta e no terreno contra o regime de Bashar al-Assad. Rússia, China e Irã, aliados de Damasco, repudiaram a possibilidade de ataque a Síria. Após semanas de negociações, os governos russo e norte-americano firmaram um acordo para pressionar o governo sírio a entregar, em um prazo de uma semana, informação sobre seu arsenal de armas químicas. Não havia, portanto, nenhuma reedição da “guerra fria” (EUA *versus* Rússia, ex URSS) na Síria. Uma investigação da ONU afirmou que "inequivocamente e objetivamente, armas químicas foram utilizadas" no país, mas o relatório não disse quem as usava.

Entre setembro e novembro, o governo de Bashar al-Assad fez consideráveis avanços nos campos de batalha. Após um acordo feito com as potências ocidentais para destruir o arsenal químico sírio, evitando assim uma intervenção militar estrangeira no país, as forças do regime lançaram diversas de operações militares por todo o país, ganhando terreno em várias cidades chave e em diversas províncias, como Alepo, Homs, Daraa, Deir ez-Zor e Lataquia. Assad também contava com o apoio de milícias estrangeiras, como o grupo libanês Hezbollah. A oposição, ao fim de 2013, vinha perdendo terreno, tanto nos campos de batalha quanto no campo diplomático, devido a divisões internas cada vez maiores.

Grupos seculares ou “moderados” e o EI chegaram a se combater pelo controle de algumas regiões, como na cidade de Raqqa. Na região curda, militantes das Unidades de Proteção Popular também foram conquistando espaço e terreno, lutando contra forças do governo e também contra o EI. A guerra, que parecia estar em um impasse, começou a pender mais para o lado do regime de Assad. Enquanto o número de mortos aumentava consideravelmente, assim como a crise humanitária (especialmente dos refugiados), no campo diplomático nenhum tipo de avanço parecia estar sendo feito.

O ano de 2013 acabou se encerrando como um dos mais sangrentos da guerra civil, com cerca de 73 mil pessoas (incluindo 22 mil civis) mortos, segundo o Observatório Sírio de Direitos Humanos. O começo do ano seguinte também seria violento. Os combates tornaram-se particularmente mais intensos na região norte e central do país, onde o governo sírio

concentrava a maioria de suas ofensivas. No começo de 2014, diversas facções rebeldes, encabeçadas pelo Exército Livre da Síria, pela Frente Islâmica e pela Jabhat al-Nusra lançaram uma ofensiva contra regiões controladas pelo EI, tornando assim generalizado o conflito dentro da própria oposição.

Acampamento de refugiados de guerra sírios

O governo tirou proveito das disputas internas dentro das facções opositoras rebeldes e intensificou os bombardeios aéreos contra áreas controladas por elas. A estratégia do regime não era retomar o país como um todo, mas sim assumir o controle de áreas estrategicamente mais importantes, como a região costeira, as grandes cidades e as estradas que interligam a nação. Em 2014, embora a oposição ocupasse mais território, os partidários do presidente Assad tinham sob seu controle as regiões com maior densidade populacional. As forças pró-governamentais também aumentaram seus números, com apoio cada vez mais crescente de combatentes estrangeiros, como os milicianos do movimento xiita libanês Hezbollah, assim como de xiitas iraquianos e militares iranianos. A Rússia, principal aliada do regime, também aumentou sua ajuda enviando quantidades maiores de armas e dinheiro.

Em 2014, focando suas investidas nas grandes cidades e nas provinciais mais populosas, as tropas do regime lançaram-se em diversas novas ofensivas nos distritos de Idlib e Lataquia. Já em Alepo nenhum resultado expressivo foi alcançado por qualquer um dos dois lados. Em Homs, onde a batalha prosseguia fazia 32 meses, as forças de Assad não conseguiam quebrar os últimos bolsões de resistência da oposição. Em 2 de maio foi anunciado um cessar-fogo por ambas as partes. O governo permitiu que os rebeldes remanescentes (entre 1.500 e 2.000 combatentes) fossem evacuados sem serem molestados. A retirada foi completada em 8 de maio e no mesmo dia a mídia estatal divulgou que o exército sírio controlava todo o município. Esta vitória teve um enorme valor simbólico e estratégico para o governo de Assad.

CURDISTÃO SÍRIO, ROJAVA, INTERVENÇÃO EXTERNA E GUERRA GLOBAL

No mesmo ano de 2014, o Estado Islâmico lançou ataques sobre o leste da Síria, especialmente nas províncias de Deir ez-Zor e Al-Raqqah, atacando de forma mais feroz e contínua tanto militantes da oposição, como do governo, e até os curdos. As ofensivas do Estado Islâmico continuaram em agosto, especialmente no norte da Síria. No dia 24, após intensos combates, a base militar de Tabqa, da força aérea síria, foi tomada pelos militantes jihadistas. Pelo menos 500 pessoas (incluindo 346 rebeldes e 170 soldados do governo) foram mortas. Com esta conquista, o EI impôs severas restrições a capacidade da aviação síria de realizar ataques na região noroeste do país.

Os Estados Unidos e mais dez países (incluindo Austrália, Reino Unido e Canadá) formaram uma coalizão para se opor ao EI. Os norte-americanos lançaram várias incursões aéreas e bombardeios contra posições do EI no Iraque. A 10 de setembro, Obama anunciou que autorizaria ataques contra territórios controlados pelo EI na Síria, marcando assim a primeira intervenção ocidental na Síria na guerra civil. A virada do ano de 2014 para 2015 foi extremamente sangrenta. Entre dezembro e janeiro mais de dez mil pessoas morreram nos combates. Os ataques aéreos da coalizão se intensificaram e se espalharam. Aviões norte-americanos e árabes focavam seus ataques na região norte do país, em território controlado pelo Estado Islâmico. Foi nessa conjuntura que o movimento nacional curdo na Síria modificou, de modo inesperado para seus participantes, as relações de força na guerra civil síria.

Soldados do PKK e bandeira do Curdistão

No dia 16 de setembro de 2014, o Estado Islâmico deu início a uma ofensiva contra a cidade "curda" de Kobane. Em 4 de outubro, após vários dias de intenso confronto, os jihadistas do EI já haviam tomado de assalto mais de 300 vilas curdas, causando uma onda de refugiados que já atingia 300 mil pessoas – a maioria delas assentadas no lado turco da fronteira. Contudo, o que se esperava, uma batalha rápida e a queda garantida de Kobane e de toda Rojava, acabou se tornando um dos maiores reveses ao EI e seus jihadistas. O "YPG" defendeu palmo a palmo a cidade curda e diversos são os relatos de combatividade e heroísmo das combatentes do "YPJ". O que essas siglas significam?

O YPG foi fundado em 2004 pelo PYD (Partido da União Democrática), ligado ao PKK (Partido dos Trabalhadores do Curdistão), e iniciou sua ação armada durante a guerra civil síria em 2011. No dia 19 de julho de 2012 conseguiu libertar Kobane das tropas de Assad e nos cinco

dias seguintes libertou as demais cidades. O YPG é um exército guerrilheiro de maioria curda, mas tem em suas fileiras outras nacionalidades. Se organiza de forma democrática, com eleição de seus líderes. Mas um dos maiores destaques é a brigada de mulheres do YPG, a YPJ (Unidade de Defesa das Mulheres), que conta com cerca de sete mil guerrilheiras. A cada dia, novas combatentes se graduam e ingressam nas unidades do exército guerrilheiro, organizam com outras mulheres comitês de defesa e têm sido essenciais na defesa de Kobane contra a tentativa de invasão do Estado Islâmico.

Nem os bombardeios ianques causam tanto temor aos jihadistas do EI quanto as balas das combatentes curdas, já que eles acreditam que caem em desgraça e vão para o inferno se forem mortos por uma mulher. Narin Afrin (Mayssa Abdo), 40 anos, que junto com Mahmud Barjodan comanda o YPG, é descrita como uma mulher culta, inteligente e serena; Narin Afrin, adotou esse nome em homenagem a sua cidade natal, e declarou em rede social: “Vamos lutar até a última bala para proteger os civis. É uma luta por todos nós, uma luta pela liberdade”.

O numero crescente de exilados e o descontentamento do povo curdo do lado turco vinha causando problemas cada vez maiores para a Turquia. Depois de passados dois anos de acordo de paz com o PKK, os ânimos se acirraram. Vários protestos ocorreram na fronteira, em diversas cidades e vilas, inclusive na capital do país. Elevou-se o número de mortos nos confrontos com as forças repressivas do Estado. Suruc é cidade na Turquia mais próxima de Kobane e, junto com as vilas a sua volta, abrigou a maior parte dos refugiados. Com uma população de 60 mil pessoas – de maioria curda –, recebeu não só fraternalmente seus vizinhos como inúmeras vezes seus habitantes entraram em confronto com oficiais turcos quando esses tentaram fechar a fronteira e impedir que os habitantes de Kobane buscassem abrigo. Desde a cidade e vilas turcas era possível ver a fumaça que se levantava dos combates travados no enclave curdo.

Em Diyarbakır, cidade a sudoeste da Turquia, foi registrado o confronto violento entre curdos turcos e apoiadores do EI. Ancara e Istambul também tiveram fortes protestos contra o governo e em favor dos curdos em Kobane, ônibus foram incendiados e lojas foram depredadas. O PKK desde o Iraque exortou os jovens curdos na Turquia a se juntarem ao YPG na guerra contra os jihadistas. Apesar de ser um dos grandes aliados dos ianques na região, o governo turco se negou a dar qualquer espécie de apoio a Kobane, não permitindo que os EUA entregassem por terra armas e medicamentos e nem mesmo permitiu o uso de aeroportos. Os EUA lançaram por ar armamentos e medicamentos para os curdos, mas muitas das armas caíram em mãos dos jihadistas do EI. A resistência curda, no entanto, reconquistou a principal estrada de acesso à cidade com cerca de 350 baixas impostas ao EI em menos de 48 horas.

Os curdos são a maior minoria étnica na Síria, entre 9% e 10% do país. A maioria deles são considerados muçulmanos sunitas; também há curdos *yazidi* na Síria. Historicamente, o movimento nacionalista curdo dividiu-se entre os que buscavam a autonomia política para as áreas habitadas por curdos da Síria, de modo semelhante ao Curdistão iraquiano, ou a independência total como parte de um Curdistão unificado, incluindo os territórios habitados por curdos da Síria, Irã, Iraque e Turquia. O PKK (Partido dos Trabalhadores do Curdistão) confrontava-se, na maioria das vezes, com o exército turco, porque a Turquia é o país onde os trabalhadores curdos são mais humilhados. A língua curda é terminantemente proibida na Turquia.

Os Estados Unidos e seus agentes locais temiam que qualquer incursão militar no norte do Iraque, com maioria de população curda, pudesse desestabilizar a região. O primeiro-ministro iraquiano, o xiita Nuri Al Maliki, declarou que estava "absolutamente determinado" a remover o PKK do Iraque. Tal apelo foi repetido pelo presidente iraquiano, de origem curda, Jalal Talabani, membro de um dos dois clãs mais poderosos da região norte do Iraque. Os Talabanis

e os Barzanis são os dois clãs rivais que controlam o Curdistão iraquiano, ambos aliados dos EUA e da Turquia.

Os rebeldes curdos afirmaram que iriam responder à altura a uma operação militar turca na Síria. Os guerrilheiros curdos atuam numa zona árida e montanhosa situada no extremo norte do país, ao longo da fronteira com a Turquia e o Irã. No interior desta zona-tampão, com um comprimento de 350 quilômetros, junto à fronteira com a Turquia, os uniformes passam a ser os das Forças Armadas do Partido dos Trabalhadores do Curdistão. O conflito na frente curda da Síria ficou mais intenso, principalmente quando o EI atacou a cidade de Kobane, em Rojava, com vistas a controlar uma vasta frente na fronteira entre Síria e Turquia, e conquistar uma vantagem estratégica na guerra.

O PKK com o YPG (Unidades de Defesa do Povo) já conseguira importantes vitórias sobre exércitos do Estado Islâmico. Outras sete cidades também fazem parte de Rojava, localizada na fronteira entre Síria e Turquia. Um dos maiores destaques do movimento curdo é a brigada de mulheres do YPG, a YPJ (Unidade de Defesa das Mulheres), que conta com cerca de sete mil guerrilheiras. A cada dia, novas combatentes se graduam e ingressam nas unidades do exército guerrilheiro, organizam com outras mulheres comitês de defesa e têm sido essenciais na defesa de Kobane contra as tentativas de invasão do Estado Islâmico.

A contenda militar na Síria parecía girar centralmente entre dois polos: o regime "nacionalista" de Al-Assad e os , "jihadistas" do Estado Islâmico ou de Jabhat al-Nusra (ramo local de Al Qaeda). A emergência de um "terceiro polo" de independência política em Rojava, embora de menor envergadura, possuiu um enorme valor estratégico. Rojava, também conhecido como Curdistão sírio ou Curdistão ocidental é uma região que pertence oficialmente à Síria, situado ao norte e nordeste do país. Embora não seja reconhecida oficialmente pelo governo sírio, é de fato uma república autônoma desde julho de 2012 no contexto da guerra civil síria, já que tem sido controlada por milícias locais. A virada foi a revolução de 19 de julho de 2012: um levantamento em que as milícias curdas começaram a controlar a maior parte das cidades de Rojava (e bairros curdos de outras cidades). O governo e as tropas de Assad foram retirando-se das zonas curdas.

O chamado "confederalismo democrático" vêm sendo levado adiante nessa região pelo YPG. Ele se baseia na rejeição da ideia tradicional de que o problema dos curdos se solucionaria com a criação de um Estado-Nação curdo. A perspectiva parte de uma impugnação global ao conceito de Estado-Nação; à ideia de uma organização verticalista que organize a vida social, com a proposta de organizar a sociedade de baixo para cima, a partir das comunidades locais, com assembleias e organizações populares.

A noção de confederalismo democrático foi introduzida na Turquia por Abdullah Öcalan, líder do PKK, como equivalente a uma administração política não estatal. Nascido da vontade de promover a liberdade e a autonomia do povo curdo, sem contudo questionar as fronteiras políticas da atual Turquia, o confederalismo democrático seria, para Öcalan, o paradigma da "modernidade democrática" contra a "modernidade capitalista". Isto foi denominado de a "virada de Öcalan". De origem nacionalista e marxista, ele passou a considerar o nacionalismo e o Estado-Nação como fonte dos problemas do Oriente Médio. A resolução do problema curdo na Turquia, sem recorrer ao Estado-Nação e ao sistema capitalista seria, assim, para o PKK, o fator chave para resolver os problemas do Oriente Médio. O chamado "Pacto de Medina", decorr~encia dessa política, ganhou importância na Turquia, sobretudo depois do Congresso Democrático dos Povos realizado em Diyarbakir em maio de 2014, por iniciativa de Öcalan e com participação e apoio do Partido Democrático dos Povos (HDP, em turco). Em 2011, Recep İhsan Eliaçık, intelectual universitário turco, já convidara o Partido Paz e Democracia (BDP) e o PKK a considerarem a religião no processo de resolução do conflito e a participarem da propagação do Islã revolucionário. E convidara dirigentes e militantes do

movimento curdo a aceitarem o Islã como realidade social e política, mesmo no caso de alguns deles não serem muçulmanos. O PKK começou a se deslocar de sua inicial posição laica.

Mesmo declarando que não tinha intenção de engajar-se ativamente na política, Eliaçık jogou todo seu peso a favor do HDP – que considerava como o partido mais próximo em termos de igualdade religiosa, étnica, confessional, mas também quanto à igualdade entre homens e mulheres e a igualdade econômica. Para Eliaçık, o movimento curdo deveria ampliar sua visão – o que parecia irrealizável, enquanto o líder deles estivesse preso. A solução portanto seria libertar Öcalan para concretizar o projeto de confederalismo democrático e construir uma sociedade pluralista baseada no consentimento de cada um. Consciente de não ser bem acolhido por correligionários e compatriotas, justificou suas ideias com uma remissão à surata Ar-Rum do Corão.

O aspecto particular do "confederalismo democrático" considera específicamente o Oriente Médio: a região se caracteriza pela coexistência de numerosos grupos étnicos e religiosos, cuja distribuição geográfica não se corresponde com os Estados nacionais existentes. Em cada cidade ou região convivem muitos grupos diferentes, distribuídos de maneira irregular, discontínua e dispersa. Não existiría modo de satisfacer a geografia social no marco do Estado-Nação. A solução seria organizar a vida social através de uma confederação povos, grupos e etnias, de baixo para cima, do local até o geral. Essa forma "não-estatal" de organização seria a única maneira de acabar com séculos de guerras fratricidas que caracteriza, à história do Oriente Médio. Essa visão tem seu correlato na perspectiva do papel das mulheres na sociedade.

O professor de Antropologia da *London School of Economics* David Graeber testemunhou acerca da experiência em Rojava, depois de visita-la: "Existem tantas coisas impressionantes. Acho que nunca ouvi falar de nenhum outro lado do mundo onde tenha existido uma situação de dualidade de poder, onde as mesmas forças políticas criaram ambos os lados. Existe a auto-administração democrática, onde existem todas as formas e armadilhas de um Estado – Parlamento, ministros, e por aí –, mas criada para ser cuidadosamente separada dos meios do poder coercivo. Depois há o TEV-DEM (o Movimento da Sociedade Democrática), raiz das instituições, dirigido via democracia direta. No final – e isto é fulcral – as forças de segurança respondem perante as estruturas que seguem uma abordagem de baixo para cima, e não de cima para baixo. Um dos primeiros locais que visitamos foi a academia de polícia (*Asayis*). Todos tiveram que frequentar cursos de resolução de conflitos não violenta e de teoria feminista antes de serem autorizados a pegar numa arma. Os codiretores explicaram-nos que o seu objetivo final é dar seis semanas de treino policial a toda a gente no país, para que em última análise se possa eliminar a polícia".

A base inquestionável dessa perspectiva é que "a brutalidade patriarcal do Estado Islâmico, da qual a escravidão sexual das milheres pertencentes às minoria não muçulmanas é a forma extrema, se inscrevbe no contexto da contrarrevolução patriarcal. O lugar das mulheres na luta armada no Curdistão, na vitória de Kobane contra o EI, é significativa porque uma das questões centrais da guerra é o lugar das mulheres na sociedade. O EI promete aos homens restaurar seu lugar dominan na família".[703]

O regime sírio teve algumas "garantías" políticas para se retirar: o PYD se negou a se unir com a "oposição síria" na guerra para derrocar Al Assad, uma espécie de "acordo de não-agressão". Para Assad, ceder o Curdistão sírio ao PYD era o "mal menor", lhe permitindo liberar tropas para combater em outras frentes. O PYD poderia atuar no norte da Siria como "tampão" de partes da fronteira com a Turquia. A autonomia de Rojava é, por isso, acusada pela oposição síria de "colaboracionista com o regime". Isto a isola relativamente da população árabe, o que a debilita frente aos seus inimigos jihadistas. Nem precisa dizer que o regime sírio não tem nenhum compromisso de princípios com a autonomia do Curdistão. A experiência de Rojava se situou assim em um lugar relativamente marginal no processo de enfrentamento político-militar no Oriente Médio.

Outra crítica também é realizada à aliança militar de fato entre PYD-YPJ e os EUA (que dá apoio aéreo às YPG-YPJ na luta contra o Estado Islâmico.[704] O fato é que, depois de quatro meses de combate, o EI recuou, diante da resistência curda, encabeçada pela YPG. Foi a primeira grande derrota do EI em território sírio, depois de chegar a controlar garnde parte do mesmo. E foi também uma derrota do regime turco de Erdogan, inimigo acérrimo das YPG-YPJ, designadas por ele como "organizações terroristas". A política de Erdogan foi a de asfixiar a defesa de Kobane, fazendo o EI fazer o "trabalho sujo" de varrer a resistência curda. Turquía mantém um bloqueio contra as YPG-YPJ, impidindo-lhe atravessar a fronteira para se reforçar e se abastecer nas regiões curdas do país.

PKK - YPG - YPJ - Rojava - Curdistão - 2015

[703] Nicolas Dessaux. *Op. Cit*.

[704] O PYD-YPJ não parece ter problema com isso, nem com outros apoios eventuais da mesma origem: "*President Hollande received for the first time on Sunday, February 8* [2016]*, a delegation from the main Kurdish party in Syria, the PYD, which controls since 2011 the Kurdish area of Rojava in West Kurdistan and whose armed wing recently defeated the jihadists of the IS in Kobanê. During the meeting, co-chair of the Democratic Union Party (PYD), Asia Abdullah and Nessrin Abdella, Commander of the female branch of People's Protection Units (YPJ) have requested a stronger logistic assistance from France to counter the jihadist organization of the Islamic State (IS)"*, informou a AFP em março de 2016. Depois dos ataques do EI em Paris, Hollande seria praticamente constrangido a responder positivamente.

O “exército irregular” das YPG-YPJ, sem soldados profissionais nem grande armamento, obteve vitórias contra os exércitos profissionais “islâmicos” porque os milicianos de Kobane lutam não por um “dever profissional” (dinheiro) ou por obrigação “patriótica” em defesa de regimes tiránicos, mas por um povo oprimido e por uma perspectiva anticapitalista de organização social, o que lhes conferiu também uma grande onda de simpatía internacional, em especial na vizinha Europa.[705]

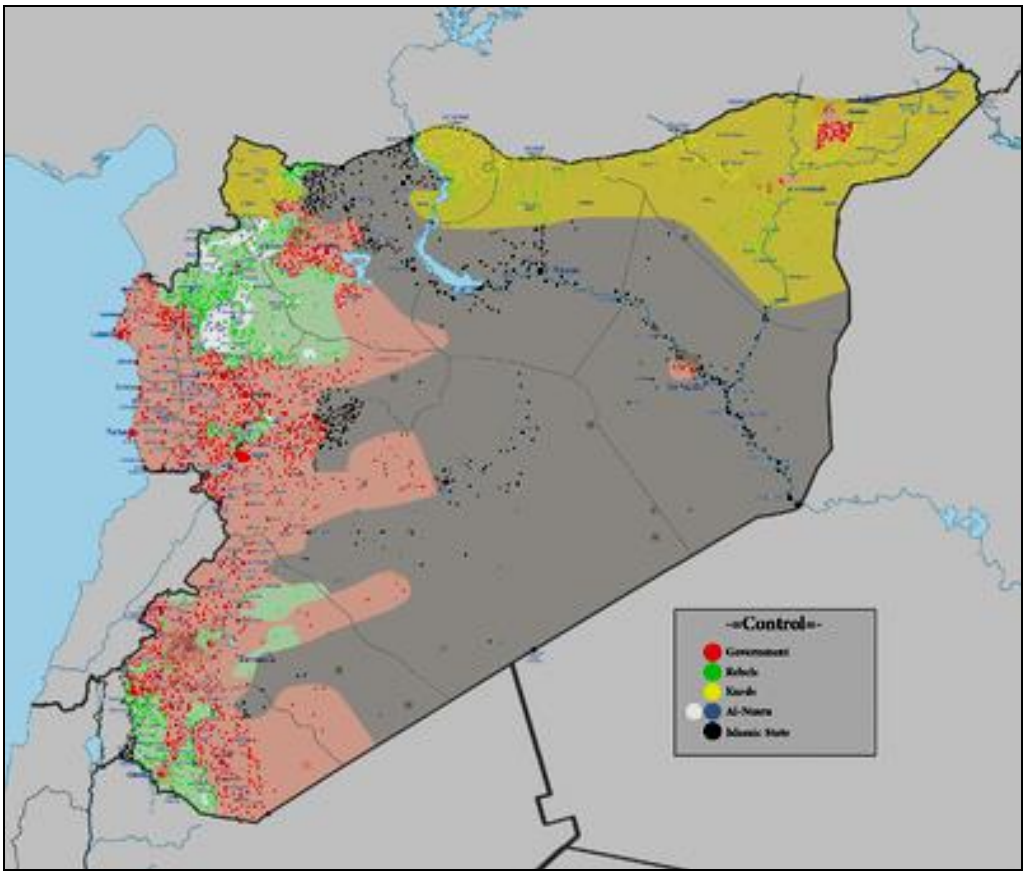
30% do YPG é composto por mulheres

Em 2015, enquanto a luta contra o Estado Islâmico (EI) se arrastava em todas as frentes, beirando um impasse, a oposição no sul se reorganizou, recebendo mais ajuda externa (especialmente dos países árabes da região). O Exército Livre da Síria lançou uma série de ofensivas no sul. Mesmo assim, foi reportado, em meados de 2015, que o EI controlasse metade do território sírio. A 18 agosto, o presidente Barack Obama explicou a abordagem dos EUA: “Nós temos consistentemente dito que o presidente Assad deve conduzir uma transição democrática ou sair do caminho”. Além disso, ordenou o congelamento dos ativos do governo sírio nos Estados Unidos, proibiu os cidadãos dos EUA de operar ou investir na Síria e proibiu as importações de derivados de petróleo sírio. No mesmo dia, a União Europeia também exigiu o afastamento de Assad. Em setembro de 2015, para ajudar seu regime, que vinha perdendo terreno devido às ofensivas do Estado Islâmico, as forças armadas russas concluíram a construção de uma base militar no país, com pessoal e equipamento (incluindo veículos blindados e aeronaves), para apoiar e até lutar ao lado das forças de Assad.

Se confirmava a presença de militares da Rússia na frente de combate síria; eles iniciaram ataques aéreos contra alvos do EI. Isso marcou o primeiro envolvimento militar direto russo em território sírio. A ação foi criticada pelos Estados Unidos como "contraprocedente". No começo de outubro, os bombardeios aéreos russos na Síria se intensificaram consideravelmente; Rússia enviou mais aviões e tropas terrestres para o território sírio. Contando com apoio aéreo extenso da Rússia, tropas do regime sírio renovaram suas ofensivas militares nas regiões norte e central da Síria. A Rússia virara a maior aliada do regime sírio no conflito. Em janeiro de 2012, a *Human Rights Watch* havia criticado o governo russo por "repetir os mesmos erros dos países ocidentais" ao apoiar "disfarçadamente" o lado que simpatizava. Um dos principais interesses da Rússia no conflito é a manutenção da base naval no porto de Tartus, que Moscou considera essencial para a manutenção da influência do país

[705] Cf. documentação sobre Rojava e a “revolução das mulheres” em: *Kurdistan Rojava*. Viaggio nella rivoluzione delle donne. Roma, Ondarossa, 2015.

no Mediterrâneo. Em apoio ao regime sírio, o governo russo enviou enormes quantidades de armas pequenas e pesadas e até helicópteros de combate para suprir as forças de Assad.



Síria 2016: Vermelho: Áreas sob controle do governo sírio; Amarelo: Áreas sob controle de forças curdas; Cinza: Áreas sob controle do Estado Islâmico; Verde: Áreas sob controle da oposição dita "moderada"; Branco: Áreas sob controle da Frente al-Nusra. Situação em 2015

O conflito sírio é interpretado como parte de uma "guerra por procuração" entre Estados sunitas, como a Arábia Saudita, Turquia e Catar, apoiando a oposição de maioria sunita. O governo da Turquia é o que forneceu maior apoio direto aos opositores sírios; mais de dois milhões de refugiados gerados pelo conflito encontraram refúgio no território turco. A Turquia também refugiou o líder do Exército Livre da Síria, o coronel Riad al-Asaad. O principal apoio material e financeiro dispensado à oposição vem de Estados sunitas no Oriente Médio, principalmente o Catar, a Turquia e a Arábia Saudita, que enviaram enormes quantidades de armas, munição e outros mantimentos aos rebeldes. Nenhum desses países, contudo, chegou a enviar tropas terrestres para lutar na Síria, apesar de alguns conflitos bélicos na fronteira turca.

Em julho de 2015, contudo, os Estados Unidos (apoiados por parceiros regionais do Golfo) começaram um projeto para armar e treinar membros de facções consideradas "moderadas" da oposição síria. O objetivo desse programa de apoio era, supostamente, preparar os rebeldes para enfrentar o avanço do Estado Islâmico em território sírio. O regime do presidente Bashar al-Assad, por sua vez, recebeu vasto apoio vindo de países e organizações xiitas, como o Irã e o Hezbollah. O líder iraniano Ali Khamenei anunciou publicamente seu apoio ao governo sírio. O líder da milícia Hezbollah, Hassan Nasrallah, afirmou que a organização estava "comprometida em ajudar Assad a se manter no poder": mais de cinco mil combatentes do grupo já estavam na Síria lutando ao lado das forças do governo.

Os limites da política de bombardeios (russos ou norte-americanos) levantaram a questão de uma possível operação terrestre, ainda que existisse um temor de que isso conduzisse a seus

promotores a um pântano superior ao atual, haja vista, sobretudo, da desastrada experiência iraquiana. No terreno, verificou-se uma espécie de "empate técnico". Desde 2012, Alepo está dividida em "zonas de influência" entre as tropas de Assad, as forças rebeldes e as tropas do Estado Islâmico (EI). O combate entre essas forças é palmo a palmo, casa por casa. No entanto, as tropas opositoras têm que lutar em duas frentes: de um lado, contra o eixo Assad-Rússia-Hezbollah-Irã; do outro, contra o EI.

A "mega coalizão" internacional contra o EI deveria superar múltiplas contradições: o propósito de cortar as fontes de financiamento do Estado Islâmico choca contra o fato de que a própria Turquia, assim como Arábia Saudita e outras monarquias do Golfo Pérsico em conflito com o Irã, estão comprometidas no financiamento do EI (Vladimir Putin denunciou publicamente o financiamento ao EI por parte de quarenta países, nada menos); a recorrente intenção de uma transição política na Síria, debatida na Cúpula de Viena do G20, requeriria uma resolução prévia de divergências, principalmente sobre o papel que ocupariam nela Al-Assad e suas forças armadas. Os Estados Unidos e a Rússia desenvolveram um compromisso precário contra o Estado Islâmico, devido aos seus interesses divergentes.

O Estado Islâmico aproveitou ao máximo essas contradições. Ao mesmo tempo que usou o "corredor turco", fez desse país um alvo decisivo de seus atentados (suicidas ou não). A 13 de março de 2016, um novo atentado a bomba no centro de Ancara, capital da Turquia, deixou pelo menos 34 mortos e 125 feridos depois da explosão de um carro-bomba. A explosão aconteceu na praça Kizilay, perto de uma delegacia e de um ponto de ônibus. Era o terceiro grande atentado ocorrido em Ancara nos últimos seis meses. Em outubro de 2015, um duplo ataque suicida matou mais de cem pessoas; outro atentado, desta vez contra um comboio militar, deixou 30 mortos em fevereiro. O terror fascista do EI e a intervenção imperialista (e russa) se situaram em um mesmo campo político, embora cheio de contradições. Em 2016, o EI pareceu ter perdido boa parte do território sírio sob o seu controle, ao mesmo tempo em que a população curda da Síria "em um congresso celebrado na zona declarou unilateralmente o *sistema democrático unido* em Rojava e o norte da Síria, uma região federada em uma Síria digladiada pela guerra. Nem o governo sírio nem sua oposição o apoiam".[706]

Num território convulsionado e em disputa, os houthis passaram a controlar a maior parte do Iêmen, incluindo a capital, Saná. Os sauditas lançaram ataques aéreos contra eles, matando civis indiscriminadamente. Uma "coalizão árabe" se formou para enfrentar os houthis. Ao ataque liderado pela Arábia Saudita juntaram-se Marrocos, Egito, Sudão, Jordânia, Kuwait, Bahrein, Catar e os Emirados Árabes, apoiados pelos EUA. Estima-se que, desde 2011, quando as bombas "inteligentes" dos EUA começaram a ser lançadas no Iêmen de maneira rotineira, cerca de 580 pessoas foram mortas, 34 delas crianças. O método preferido dos norte-americanos foi a utilização de drones. O Departamento de Defesa dos EUA confirmou ter realizado 424 ataques dessa maneira.

Hussein Badreddin al-Houthi, antigo lider do grupo, foi morto por forças do exército iemenita, em setembro de 2004. Vários outros comandantes, incluindo Ali al-Qatwani, Abu Haider, Abbas Aidah e Yousuf al-Madani também foram mortos. O grupo possuiria dez mil combatentes. Os houthis afirmaram que suas ações eram em defesa de sua comunidade e contra sua discriminação por parte do governo iemenita. O governo do Iêmen acusou-os de querer derrubá-lo e instituir uma lei religiosa xiita, desestabilizar o governo e "fazer uma agitação com sentimento antiamericano". Também acusou os houthis de ter ligações com patrocinadores externos, o governo iraniano. Os houthis rebateram as acusações, afirmando que o governo iemenita é apoiado por agentes externos, a Arábia Saudita e Al-Qaeda Em menos de um mês (de 26 de março a 13 de abril de 2015), os ataques contra os houthis

[706] Luis Miquel Hurtado. Los kurdos de Siria declaran su región federal. *El Mundo*, Madri, 16 de março de 2016.

produziram quase quatro mil feridos e resultaram na morte de aproximadamente 2.600 civis, incluindo um grande número de crianças e mulheres. A Arábia Saudita e seus aliados árabes justificaram os ataques pela necessidade de defender o presidente iemenita Abdo Rabbo Mansour Hadi, e evitar que o Irã estendesse sua influência na região.

Nesse contexto, Arábia Saudita suprimiu sua ajuda ao exército libanês, devido ao apoio do Hezbollah ao governo de Assad: "Entre os motivos políticos da decisão saudita está a recusa do Líbano em votar uma resolução da Liga Árabe que condena a política do Irã na região e chama o Hezbollah de 'organização terrorista'... O reino wahabita e as outras cinco monarquias do Golfo querem pressionar o partido xiita que participa do governo e domina a vida política libanesa".[707] "Desterrando o Hezbollah, o reino wahabita e seus aliados querem isolar completamente o regime sírio, estratégia a que vários países se furtaram. O Líbano e o Iraque exprimiram 'reservas' e a Argélia fez 'observações' (críticas) sobre a decisão da Liga Árabe de classificar como terrorista o movimento libanês... No Egito, o governo se recusa a enfrentar militarmente um regime que combate a Irmandade Muçulmana, seu principal inimigo".[708]

O fantasma de uma guerra global na região voltou a se manifestar quando dois aviões de caça turcos, em inícios de 2016, dispararam contra um bombardeiro russo, que atacava instalações militares do Estado Islâmico na Síria. O avião, que voava próximo à fronteira sírio-turca, foi derrubado e destruído. Os dois pilotos ejetaram-se da cabine, mas foram capturados e mortos. A política dos EUA em relação à Síria chegou a um beco sem saída. A campanha de ataques aéreos iniciada em 2014 foi incapaz de impedir o avanço do EI, e o esforço norte-americano para treinar e apoiar um exército sírio "moderado" em oposição ao regime, para complementar os ataques aéreos, desabou. Embora os curdos, ao norte, tenham obtido vitórias contra o EI tanto na Síria quanto no Iraque, o mesmo não pode ser dito dos aliados sunitas de Washington, que continuaram a perseguir seus interesses particulares, com a Turquia focada em atacar os curdos e não o ISIS, enquanto a Arábia Saudita e as monarquias do Golfo Pérsico continuaram a financiar os grupos jihadistas na Síria, embora declarassem somar-se à guerra contra o EI.

Se uma guerra global no Oriente Médio envolvesse os EUA e a Rússia, ficaria colocada uma situação de guerra geral. As sanções aplicadas pelos EUA e a UE à Rússia pela ocupação da Crimeia na Ucrânia não foram eliminadas, "mas políticos e analistas russos consideraram que seu país está em melhor posição par suprimir ou suavizar essas medidas depois de ter forjado a trégua e as condições para negociar na Síria em conjunto com a administração norte-americana".[709] Em março de 2016, quando Rússia anunciou a retirada do grosso de suas tropas da Síria, o conflito já tinha provocado, oficialmente, 366 mil mortes (na verdade, mais de 400 mil) e quatro milhões de refugiados.

---

[707] Marie Kostrz. Hezbollah, senhor do jogo libanês. *Le Monde Diplomatique Brasil* nº 105, São Paulo, abril 2016.

[708] Akram Belkaïd. Desdobramentos da guerra na Síria. *Le Monde Diplomatique Brasil* nº 105, São Paulo, abril 2016.

[709] Pilar Bonet. Rusia usa el trampolín sirio para volver al mundo. *El País*, Madri, 16 de março de 2016.

DE *CHARLIE HEBDO* AO BATACLAN, PASSANDO POR ANCARA

Em 2011, os escritórios do semanário humorístico francês *Charlie Hebdo*, que tinha reproduzido as charges ofensivas sobre o profeta Maomé publicadas no jornal dinamarquês *Jyllands Posten* (as quais tinham provocado manifestações populares de repúdio em países árabes e/ou islâmicos) foram vítimas de um atentado a bomba, que provocou danos materiais, mas não vítimas. Em 2013, a coluna sonora do filme *francês* "La Marche" dava a conhecer um rap composto e cantado por vários conhecidos *rappers* franceses (Akhenaton, Disiz, Kool Shen e Nekfeu), em que o refrão solicitava, com alguma insistência, "um Auto da Fé contra esses cachorros de *Charlie Hebdo*". Pouco tempo antes, Al Qaeda divulgara uma *fatwa* com lista de condenados à morte, entre os que se encontrava o editor do semanário francês, Stéphane Charbonnier ("Charb").

A 7 de janeiro de 2015, dois jovens irmãos franceses de origem árabe (e de declarada profissão de fé islâmica) invadiram a sede de *Charlie Hebdo*, e realizaram o pedido dos *rappers*, com meios mais modernos do que os outrora utilizados pelo frade Torquemada. Apresentados depois como profissionais altamente treinados em bases terroristas iemenitas e outros centros do Oriente Médio, inicialmente erraram o endereço do jornal, que lhes foi revelado por acaso por uma das jornalistas do semanário que, nesse momento, se apresentava ao trabalho. Graças a isso, entraram e mataram quase todos os presentes na redação (onze pessoas), numa ação realizada com armas "sofisticadas" (como as que circulam em qualquer favela do Rio de Janeiro) e com "grande profissionalismo", segundo jornais e comentaristas. Tão grande, que um dos jornalistas presentes salvou-se ao se esconder... em baixo de uma mesa. Uma jornalista presente teve a vida perdoada "por ser mulher" (foi aconselhada a ler o Corão pelos assaltantes/assassinos), mas outra (Elsa Cayat, psicanalista) tinha sido previamente massacrada a pesar de possuir evidentemente a mesma condição.

O corretor de provas de *Charlie Hebdo*, Mustapha Ourrad, não teve a vida perdoada em que pese sua óbvia e visível origem étnica semelhante à dos assassinos. Na saída, os irmãos Chérif e Saïd Kouachi proclamaram aos passantes sua filiação a Al Qaeda (a sua filial iemenita) e arremataram (desnecessariamente, de qualquer ponto de vista, "militar" ou propagandístico) o já previamente ferido policial Ahmed Merabet, francês de óbvia e evidente origem árabe, demonstrando, se diz, se não seu aguçado faro político ou humanitário, pelo menos seu excelente "treino militar", pois usaram um só disparo para acaba-lo (contra um alvo imóvel, que pedia clemência no chão, situado a menos de um metro de distância...).

Pouco depois, outro "terrorista", Amedy Coulibaly, acompanhado de sua namorada (ou ex) Hayat Boumeddiene, assassinou primeiro um agente policial na periferia parisiense (Montrouge) para depois invadir, supostamente sincronizado militarmente com os Kouachi, um comércio judeu (*Hyper Casher*), em uma ação de características claramente suicidas,

durante a qual foi abandonado pela sua “profissional” cúmplice, que fugio para a Síria. Depois de conceder entrevistas telefônicas em que proclamou sua filiação ao ISIS (Estado Islâmico, EI) Coulibaly foi atacado por forças policiais, que o abateram, não sem lhe deixar tempo suficiente para assassinar quatro das pessoas presentes, que não faziam obviamente parte de lista nenhuma de grupo nenhum. O ISIS (EI) reivindicou sua ação, tanto quanto saudou o massacre do *Charlie Hebdo* e aquele do supermercado, que matou dezessete pessoas, incluindo civis e policiais.

Os “sincronizados” militarmente irmãos Kouachi, ao contrário, não pretendiam se suicidar, nem ser mortos. Fugiram, demonstrando o sofisticado esquema militar que os apoiava, depois de roubar uma potente Renault Clio 1.0 de um aposentado, ao qual mostraram seus rostos (cobertos durante o massacre) e deixaram recuperar seu cachorro do banco traseiro ("*le réflexe d'ouvrir la porte arrière et de dire: 'Je récupère mon chien.' J'ai donc récupéré mon chien*", disse o *vieil homme*), depois de lhe informar, novamente, sua filiação a Al Qaeda de Iêmen (a concorrência dentro da franquia criada pelo saudita Osama Bin Laden devia estar forte). Com enorme profissionalismo e demonstração de recursos secretos em rede, assaltaram no caminho uma loja de mantimentos para ter do que comer, o que foi um dos elementos que denunciou sua localização. Previamente, os Kouachi tinham sido abandonados pelo treinadíssimo profissional terrorista francês internacional Mourad Hamyd, de 18 anos, que dirigiu o carro que os levou até a sede do jornal humorístico, e se entregou à polícia logo depois que as redes sociais vincularam seu nome com o massacre parisiense. Os irmãos Kouachi foram dados inicialmente como próximos à fronteira com a Bélgica, mas foram finalmente cercados em Dammartin-en-Goële, não longe de Paris, por uma parte dos 90 mil (!) policiais lançados em seu encalço, e foram mortos.

A indignação e o repúdio contra o massacre da redação de *Charlie Hebdo* cobriram rapidamente a França e o mundo inteiro. Um desfile pela avenida *Champs Elysées* com participação de todos os chefes de estado da Europa foi realizado a domingo 11 de janeiro, com presença de mais de um milhão de pessoas (os jornais falaram de 3,7 milhões de manifestantes na França toda). Antes disso, manifestações enormes foram realizadas em todas as grandes cidades francesas, convocadas por todos os partidos políticos, centrais sindicais e movimentos de todo tipo. As entidades islâmicas (ou árabes) francesas manifestaram também seu repúdio ao massacre, enfatizando sua incompatibilidade com o “verdadeiro” Islã. O slogan *Je Suis Charlie* invadiu jornais, sites e redes sociais de todas as cores políticas e ideológicas. Outra unanimidade foi definir o massacre como um “atentado à liberdade de expressão”, uma coisa à qual França *est très attachée* desde os tempos da Grande Revolução (1789), como lembrou Barack Obama e também seu enviado John Kerry, este em francês, sem lembrar o sequestro das bancas da edição de *Charlie Hebdo* quando este anunciou escrachadamente, em novembro de 1970, a morte do general de Gaulle (*Bal Tragique à Colombey: un Mort*).

A liberdade de expressão foi defendida na Revolução Francesa (e antes dela) contra o Antigo Regime e seu sistema de privilégios de classe. Na França hodierna (à diferença dos EUA) queimar a bandeira nacional em manifestação pública (contra a intervenção militar francesa em Mali, por exemplo) é um delito que dá cadeia. No mesmo país, essa liberdade teve de ser defendida contra as sistemáticas tentativas do clero católico de introduzir no código penal o delito de “blasfêmia”, para não falar do apoio dado pelo ministro socialista Manuel Valls àqueles que propunham equiparar o antissionismo (oposição ao Estado de Israel, isto é, ao genocídio palestino) ao antissemitismo, responsável pelo Holocausto judeu.

A “união nacional” tentada pelos governos europeus, aproveitando o massacre múltiplo realizado pelos terroristas, começou a fracassar logo de cara: em Lyon, na manifestação popular reunida em frente à prefeitura, a multidão respondeu com um poderoso coro (“Charlie, Charlie”) à tentativa das autoridades de puxar o canto de *La Marseillaise* (os mais velhos talvez lembrassem os quebra-quebras promovidos pelos veteranos paraquedistas

franceses quando o francês-judeu Serge Gainsbourg cantava em público sua versão *rap* do hino nacional francês, *Aux Armes, etcetéra*; eram só duas "liberdades de expressão" em confronto, foi dito então – uma armada, a outra não). Para os manifestantes, a manifestação em Lyon era por *Charlie Hebdo*, não pela "França eterna".

O às vezes lucrativo mercado das interpretações estapafúrdias e conspiracionistas foi acionado de imediato. Um "pesquisador" belga, que já montara *une petite affaire* baseada na afirmação de que os atentados às Torres Gêmeas de 11 de setembro de 2001 foram obra da CIA e do Mossad (os árabes, como se sabe, seriam totalmente incapazes de uma empresa como essa, sobretudo contra os eficientíssimos serviços secretos ocidentais) soltou a bomba (de creme) de que os irmãos Kouachi seriam agentes dos serviços secretos franceses (os que, certamente, fizeram várias e boas, como a explosão de um barco do *Greenpeace*). Os herdeiros de Fouché e Talleyrand andavam, ao que parece, recrutando franco-árabes pobres e suicidas, se possível com passagem na prisão. Uma célebre pesquisadora argentina descobriu o braço longo da OTAN atrás dos dedos que puxaram os gatilhos na rua Nicolas Appert.

Os produtos mais perigosos nessa seara, no entanto, eram os vendidos na feira montada do outro lado da calçada. Os "grandes" jornais franceses lançaram a espécie de que a "sincronização" (provavelmente só imaginária) entre os irmãos Kouachi e Coulibaly anunciava (ou evidenciava) uma junção/aliança entre Al Qaeda e Estado Islâmico, ou seja, uma nova etapa da "guerra terrorista internacional", em que o inimigo estaria agora dotado de um exército regular (EI) e de um braço terrorista (Al Qaeda), que obrigaria a um *Patriot Act* "internacional". Marine Le Pen, da xenófoba Frente Nacional, lançou sua proposta de reintrodução da pena de morte (abolida, na França... em 1981), criticando o governo Hollande por não "dar nome aos bois" da ameaça antifrancesa (o islamismo radical), mas excluindo de seu alvo os "bons islâmicos franceses". A filha de Jean-Marie Le Pen, fundador da FN, aprendia com a experiência: Papai Jean-Marie havia criticado, em meados dos anos 1990, a presença de negros e árabes na seleção francesa de futebol, responsável segundo ele pelo seu baixo desempenho (os *bleus* não classificaram para a Copa do Mundo de 1994, sendo derrotados na eliminatória, em casa, por... Israel); pouco tempo depois, Zidane e seus amigos lhe fizeram enfiar suas palavras em uma parte de seu corpo frequentemente retratada por *Charlie Hebdo*.

Do outro lado dos Alpes, onde as autoridades costumam ser mais papistas que o Papa, no país que abriga o Vaticano, uma circular das autoridades educacionais do Veneto recomendou que se exigisse aos pais de alunos de origem árabe que se pronunciassem condenando os atentados da França, e que a questão do "terrorismo *islâmico*" (sic) fosse abordada em sala de aula, pondo em guarda os alunos e também uas famílias contra uma "*cultura che predica l'odio contro la nostra cultura*". A temida frente Al Qaeda/EI, destinada a cobrir com uma onda de terror o planeta inteiro, teria raízes, caso fosse real, não em conspirações urdidas em cantos escuros de mesquitas orientais, mas em negócios urdidos em corredores com os paladinos da "guerra contra o terror". EI, como vimos, fora uma cisão de Al Qaeda, uma organização surgida dos "combatentes pela liberdade" dos EUA na guerra antissoviética no Afeganistão. O recrutamente europeu e norte-americano de EI tem razões vinculadas à situação dos imigrantes de origem médio-oriental e seus descendentes nesses países. Como afirmou um panfleto (de *L'Insurgé*) lançado em Paris logo depois dos assassinatos no *Charlie Hebdo*: "*Comment ne pas comprendre que ces groupes, jouant sur la xénophobie et la misère dont sont victimes, en Europe, nombre d'enfants d'immigrés, puissent à leur tour embrigader quelques dizaines de paumés? Et en usant pour cela de la religion comme d'une drogue?*".[710]

[710] Cf. Marc Helbling. *Islamophobia in the West*. Measuring and explaining individual attitudes. Londres, Routledge, 2012: o texto informa que entre 55% e 70% dos europeus dos países mais populosos não têm nenhum amigo muçulmano e nada sabem acerca da religião islâmica.

Fracasso da "sociedade multicultural", da "tolerância entre culturas"? Mas a própria noção de "tolerância" não implica que haja "tolerantes" e "tolerados", isto é, opressores e oprimidos? Quem é que quer ser apenas "tolerado" durante toda uma vida? Por que estava "Charb" na lista de alvos de Al Qaeda, ao lado de Shalman Rushdie e outros? Existe uma explicação óbvia: *porque essa lista existe*. Se não existisse, Al Qaeda, grupo (ou melhor, franquia) terrorista, ou o Estado Islâmico, perderiam uma de suas razões de ser. O terrorismo existe em razão de seu alvo, real ou imaginário, justificado ou inventado. E porque *Charlie Hebdo*? Não era uma publicação de extrema esquerda, portanto ateia, marxista-anarquista ou coisa que o valha. As críticas de *Charlie Hebdo* à corrupção estatal e ao capitalismo predador a situaram (sem grande destaque) dentro de uma constelação de publicações francesas semelhantes (sendo a mais célebre *Le Canard Enchaîné*), oriundas de uma velha tradição crítico-satírica francesa. *Charlie Hebdo* não tinha vínculos políticos explícitos, a não ser a colaboração de seu mais célebre cartunista, mundialmente reconhecido e assassinado a 7 de janeiro, Georges Wolinski, e do próprio "Charb", com as publicações do Partido Comunista (PCF).

O específico de *Charlie Hebdo* não era isso, mas seu humor escrachado, multidirecional e sem limites morais, políticos, ou de qualquer tipo. De valor desigual; algumas de suas capas (sobre a morte de de Gaulle; sobre a exposição do cadáver de Paulo VI durante uma semana no Vaticano, ilustrada por um queijo camembert em decomposição; sobre a fracassada e carbonizada expedição americana para resgatar os reféns de Teerã – *Carter offre un méchoui aux iraniens* – e outras) se tornaram históricas. Sustentou-se que se tratava de uma tradição especificamente francesa, do "país da liberdade", que remonta à própria Grande Revolução do século XVIII. Uma verdade parcial: o humor bombástico dos panfletistas e desenhistas revolucionários tinha, naquele tempo, alvos bem específicos (a família real, a nobreza, o sistema autocrático, etc.).[711]

Charlie Hebdo tinha todos os alvos possíveis, franceses, europeus, internacionais, de qualquer cor política. Ninguém estava a salvo. Por ser francês (e muito) – foi imitado por outras publicações europeias, que não conseguiram chegar nem perto – padeceu também de taras e preconceitos tipicamente franceses: a capa com uma caricatura do profeta Maomé "de quatro", com uma estrela no lugar do ânus (*Une étoile est née*) era bem menos "irreverente" do que totalmente carente de graça ou comicidade, o tipo de baixaria que apenas ofende sem fazer sorrir. David Brook, editor do *The New York Times*, fez bem em lembrar que, nos Estados Unidos, a publicação de *Charlie Hebdo* não seria permitida.

E com certeza, "Cabu", "Charb", "Honoré", "Tignous", Wolinski, "Oncle Bernard", Elsa Cayat, Mustapha Ourrad, Michel Renaud, Frédéric Boisseau, Franck Brinsolaro, os massacrados em *Charlie Hebdo*, nem suspeitavam que seriam um dia celebrados como símbolos da "liberdade francesa" por governos de corruptos e açougueiros, por políticos de direita, e por ícones do conformismo artístico e cultural. Os que foram às ruas foram por eles, os iconoclastas assassinados sob as ordens de fascistas de periferia, não por Hollande, Sarkozy ou Le Pen (ou por Merkel, Rajoy ou Renzi), mas sem ter alternativa política a eles; tiveram de aceitá-los à cabeça das passeatas ou nos palanques.

Por trás desse "fantasma da liberdade" (diante do qual os "bons islâmicos" da Europa deveriam se ajoelhar e aprender, como se fossem crianças ignorantes, mas perigosas) se desenhou um Estado policial "antiterrorista" e, no bojo deste, um fascismo *new age* e um aprofundamento das políticas e dos massacres colonialistas e imperialistas, em primeiro lugar no Oriente Médio, na Ásia Central e na África. O terrorismo indiscriminado que usava Maomé como pretexto para defender os interesses de feudo-burguesias periféricas, e também de um clero reacionário e parasita, existe porque as massas árabes não têm uma alternativa política

[711] Robert Darnton. *Boemia Literária e Revolução.* O submundo das letras no Antigo Regime. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

independente. Europa poderia lhes pavimentar o caminho nesse sentido lutando contra o capitalismo *e o imperialismo* em seu próprio país e continente. Por uma sociedade em que as culturas de todo o mundo pudessem se desenvolver livremente como expressões de um *único gênero humano*, sem necessidade de gurus "multiculturais" nem de policiais "civilizados" autorizados a impor a "civilização" com bombas, massacres e saques impostos aos "incivilizados".

Na Turquia, depois de um atentado terrorista em julho contra uma manifestação pró-curda em Suruç (sudeste do país) que provocou a morte a 33 ativistas, o governo de Erdogan anunciou sua "guerra contra o terrorismo", colocando no mesmo balaio o EI (responsável pelo atentado) e os rebeldes curdos; o PKK curdo encerrou o cessar-fogo que mantinha havia dois anos. A 10 de outubro, contra uma manifestação pela paz e em defsa dos curdos contra a repressão do governo, que contava com milhares de participantes, convocada pelos colégios de Engenheiros e Médicos e de sindicatos de esquerda, houve um novo atentado, bem pior. 128 mortos e 246 feridos, muitos deles graves, foi o saldo do atentado mais mortífero da história moderna da Turquia.

Ancara: a explosão durante a manifestação de 10 de outubro de 2015 (acima) e suas consequências

O governo “suspeitou” do Estado Islâmico. O novo atentado ocorria na reta final da campanha das eleições de 1º de novembro, antecipadas diante da impossibilidade de formar o governo depois das eleições de 7 de junho, nas quais os islâmicos “moderados” do AKP haviam perdido a maioria absoluta após treze anos de governo. No meio-tempo, haviam ocorrido mais de 400 ataques contra sedes e simpatizantes do partido pró-curdo HDP e vários ataques a veículos de comunicação e jornalistas, especialmente da oposição – assim como uma onda de violência estatal no leste curdo do país não vista há duas décadas. Os confrontos entre o PKK e o governo da região haviam tirado a vida de mais de uma centena de policiais, 200 civis e um número indeterminado de milicianos curdos. A cúpula do PKK anunciou um cessar-fogo unilateral até as eleições: disse que seus militantes "suspenderiam as ações previstas" e "evitariam todo movimento, salvo em defesa própria", medidas tomadas para evitar as acusações do governo turco de que a guerrilha punha a segurança do pleito eleitoral em perigo.

Erdogan demonizou e impulsionou uma guerra contra os curdos de Turquia para erosionar a base eleitoral do HDP, e restabelecer a maioria eleitoral de seu partido. Com a mesma lógica de guerra contra os curdos, preparava o envio do exército turco em Síria, variante anulada pela intervenção da Rússia, que temeu que um intervenção turca na Síria deflagrasse uma conflagração de proporções no Oriente Médio, obrigando o Irã a intervir. O movimiento preventivo de Putin ficou confirmado pelo fato dos aviões de guerra russos violarem repetidamente o espaço aéreo turco. Assim, "a única opção de Erdogan seria a 'sirianização’ da própria Turquia", fomentando um clima de guerra civil a partir do uso das forças islâmicas “Oriente Médio e o norte da África estão se movimentando rapidamente na direção de uma guerra civil no mundo islâmico entre sunitas e xiitas (estes em aliança com azeris)… Arábia Saudita e Catar são os principais instigadores do campo sunita; enquanto Irã é a força dirigente do campo xiita. A guerra civil síria é precisamente uma guerra de poder entre essses dois campos”.[712]

Na França, a reação xenófoba aos atentados de janeiro produziu, por sua vez, sua própria reação muito pior do que esses atentados. Os ataques de novembro de 2015, uma série de atentados terroristas ocorridos na noite de 13 de novembro de 2015 em Paris e Saint-Denis, foram fuzilamentos em massa, atentados suicidas, explosões e uso de reféns, em escala bem superior à de janeiro do mesmo ano. Ao todo, ocorreram três explosões separadas e seis fuzilamentos em massa, incluindo bombardeios perto do Stade de France no subúrbio ao norte de Saint-Denis. O ataque mais mortal foi no teatro Bataclan, onde os terroristas fuzilaram várias pessoas e fizeram reféns até o início da madrugada de 14 de novembro.

Pelo menos 137 pessoas morreram (incluindo os 7 terroristas que perpetraram os ataques), sendo 89 delas no teatro Bataclan. Mais de 350 pessoas ficaram feridas pelos ataques, incluindo 99 pessoas em estado grave. Além das mortes de alvos dos ataques, oito terroristas foram mortos. O presidente francês, François Hollande decretou estado de emergência nacional no país, o primeiro declarado desde 2005, quando da revolta juvenil das periferias, e colocou controles temporários sobre as fronteiras. O primeiro toque de recolher desde 1944 também foi posto em prática, ordenando que as pessoas não andassem pelas ruas de Paris.

A 14 de novembro, o grupo Estado Islâmico assumiu novamente a responsabilidade pelos ataques. Segundo os jornais, os ataques do Estado Islâmico eram uma "retaliação" contra a intervenção militar da França na Síria e no Iraque. A Força Aérea da França tinha estado envolvida na intervenção militar na Síria e no Iraque desde 19 de setembro de 2014, na operação conhecida pelo codinome de *Chammal*. Em outubro de 2015, o governo francês atacou alvos na Síria pela primeira vez. Hollande também disse que os ataques foram organizados em território estrangeiro "pelo Estado Islâmico e com ajuda interna", além de

[712] Sungur Savran. La sirianización de Turquia. In: *http://redmed.org/es/article*, novembro de 2015.

descrevê-los como "um ato de guerra". Os ataques foram os mais mortais na União Europeia desde os atentados de 11 de março de 2004 em Madri, na Espanha. Os atentados aconteceram apenas um dia após outro ataque terrorista do Estado Islâmico em Beirute, no Líbano, que matou 43 pessoas, um dia após o assassinato de *Jihadi John*, um dos membros estrangeiros (norte-americano) do Estado Islâmico, e catorze dias após a queda do voo Kogalymavia 9268, que matou 217 passageiros e sete membros da tripulação e do qual o Estado Islâmico também assumiu a responsabilidade.

Em 15 de novembro, dois dias após os atentados, a força aérea francesa lançou vários ataques aéreos retaliatórios (a *Opération Chammal*) contra alvos do Estado Islâmico na região da cidade síria de Ar-Raqqa. A 18 de novembro, Abdelhamid Abaaoud (um terrorista belga de origem marroquina) foi morto pela polícia parisiense. Ele era acusado de ser o principal mentor dos atentados. Várias outras prisões de suspeitos foram feitas e três colaboradores ligados a organizações jihadistas na França foram mortos em uma série de ações policiais subsequentes para encontrar os responsáveis pelos ataques.

O país estava em estado de alerta para ameaças terroristas desde o massacre do *Charlie Hebdo* e também havia aumentado a segurança em antecipação da Convenção das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima, programada para ser realizada em Paris de 30 de novembro a 11 de dezembro de 2015. O país também tinha restaurado as verificações de fronteira uma semana antes dos ataques. O grupo Estado Islâmico e suas filiais tinham reivindicado, como vimos, a responsabilidade por vários ataques mortais nas semanas que antecederam os ataques, e forças curdas tinham vencido a batalha de Sinjar contra o EI e grupos próximos a ele. O fracasso da “segurança” francesa foi total. No total, aconteceram sete ataques distintos, compreendendo três explosões e seis fuzilamentos. As explosões ocorreram perto do Stade de France, enquanto os tiroteios foram relatados nas imediações das ruas Alibert, Fontaine-au-Roi, Charonne, do teatro Bataclan no Boulevard Voltaire, da Avenue de la République e no Boulevard Beaumarchais. No teatro Bataclan, os terroristas abriram fogo contra o público de 1.500 pessoas que assistiam ao espetáculo da banda de rock estadunidense *Eagles of Death Metal*, depois de uma hora de concerto, quando quatro homens vestidos de preto e segurando fuzis AK-47 entraram no salão.

Paris, novembro de 2015

Testemunhas ouviram gritos de "Allahu akbar" pouco antes dos fuzilamentos. O ataque durou cerca de vinte minutos; testemunhas relataram que os agressores também lançaram granadas contra a multidão. A repórter de rádio Julien Pearce, que assistia ao concerto, descreveu os agressores à CNN como calmos e determinados, recarregando suas armas três ou quatro

vezes. Um ataque verdadeiramente profissional, diverso daquele de janeiro. Por volta das 22h, os homens começaram a fazer reféns, conforme a polícia reunia suas equipes do lado de fora da sala de concertos. Entre sessenta e cem reféns foram levados. Uma testemunha que escapou do ataque disse a um jornalista que havia cinco ou seis atiradores e que eles mencionaram a Síria. Uma das vítimas afirmou que um dos atiradores gritou: "Isso é por causa de todo o mal feito por Hollande contra todos os muçulmanos do mundo".

A polícia iniciou o ataque ao teatro após relatos de que os atiradores tinham começado a matar os reféns. Os relatórios policiais iniciais indicaram que 100 pessoas foram mortas no teatro; o número foi posteriormente revisado para 87. Quatro terroristas morreram, três deles ao detonar seus coletes suicidas. O quarto foi atingido por tiros da polícia e seu colete explodiu quando ele caiu. O bairro inteiro ao redor da área foi fechado depois dos ataques. A procuradoria de Paris confirmou oficialmente 130 mortos e 351 feridos. O EI disse que a França era o "principal alvo" do grupo e destacou que a localização dos ataques fora cuidadosamente estudada.

A polícia francesa identificou algumas das pessoas que teriam participado dos ataques. Bilal Hadfi, francês de 20 anos de idade residente na Bélgica, seria um dos homens-bomba que causou explosões no Stade de France. Samy Amimour, 28, participou do ataque ao Bataclan. O francês Ismail Omar Mostefai, 29, seria outro integrante do atentado à casa de shows. O francês Ibrahim Abdeslam, 31, teria atacado cafés e restaurantes perto do Boulevard Voltaire. Abdeslam morava na Bélgica. O irmão de Ibrahim, Salah Abdeslam, 26, ficou foragido. O EI disse, em comunicado, considerar a França "a capital da abominação e da perversão", a Sodoma contemporânea. “O califado do EI é uma nova forma do nazismo, com seus métodos de extermínio e uma vontade apocalíptica que busca apoderar-se do mundo”, reagiu Umberto Eco. Dificilmente consiga chegar a tanto, mas o ataque indiscriminado contra uma população jovem que participava de um evento cultural em Paris, além as barbaridades cometidas no Oriente Médio, caracterizaram a *dérive* fascista do “terrorismo islâmico”.

Depois dos atentados em Paris, as forças armadas francesas (com auxilio norte-americano) empreenderam massivos bombardeios sobre o território sírio com o argumento de destruir ao Estado Islâmico. À ofensiva somou-se Putin, que ordenou às tropas russas que coordenassem suas ações com as potências ocidentais. O regime iraniano anunciou suas intenções de juntar-se a essa "frente única". O imperialismo, assim, deu um salto em sua escalada de ações militares sobre a Síria, Iraque, Afeganistão, e inclusive no continente africano, para onde a França enviou tropas (Mali).

Para desenvolver esta ofensiva a partr de casa, o governo francês impulsionou uma "unidade nacional" (a que se submeteram setores da esquerda) e um fortalecimento do “estado de exceção” dentro de seu próprio território. Foi prorrogado por três meses o estado de emergência que permite prisões e diligências domiciliares sem ordem judicial: o primeiro ministro francês propôs modificações que outorgassem estatuto constitucional aos ataques contra as liberdades democráticas iniciados desde o atentado contra a redação de *Charlie Hebdo*. Os decretos liberticidas do governo socialista foram votados favoravelmente pelo Partido Comunista Francês, dentro da bancada da Frente de Esquerda (*Front de Gauche*).

Os serviços de inteligência foram reforçados; se aprovou uma lei que lhes outorga amplos poderes de interceptação de comunicações telefônicas e cibernéticas com a simples autorização do primeiro ministro. Também permite que, "em casos urgentes”, os espiões possam atuar de imediato e comunicar depois suas ações. O fortalecimento dos serviços de inteligência, que se estendeu também à Grã-Bretanha, porém, não impediu os atentados: um dos atacantes suicidas estava registrado por eles. Em troca, as medidas de exceção na França e outros países do continente europeu apontam para uma arregimentação e divisão dos explorados, por um lado, e para necessidade de investir militarmente no Oriente Médio, por

outro. Se algo interessa à França são seus próprios e lucrativos acordos de venda de armas com a Arábia Saudita, onde ainda tem esperanças de suplantar os Estados Unidos e o Reino Unido como um provedor de armas de máximo nível. A 9 de março de 2016, porém, mais de 500 mil estudantes e trabalhadores franceses foram às ruas para protestar contra a reforma trabalhista: somente na capital francesa, mais de cem mil pessoas ocuparam a Praça da República. Sete em cada dez pessoas na França reprovaram a reforma trabalhista proposta pelo governo.

O governo francês ampliou as atribuições do aparato policial no uso de armas de fogo: o primeiro-ministro Manuel Valls declarou "temos que expulsar os que mantém discursos insuportáveis contra a República", copiando a cartilha da xenófoba direitista Marine Le Pen de dissolver as mesquitas "radicais". Sobre bairros empobrecidos de maioria muçulmana, como Molenbeek na Bélgica (acusado de ser um local semeador de jihadistas), desatou-se uma caçada policial. O sionismo deu sua contribuição, identificando a ação fascista do EI com a resistência palestina contra a ocupação israelense. O *The New York Times* foi mais longe, afirmando que os ataques de Paris obrigariam a repensar o problema de um incremento das operações militares dos Estados Unidos e do Ocidente na Síria e no Iraque, incluída uma invasão terrestre.

Os atentados suicidas, em especial na Europa, são realizados por pessoas socialmente marginalizadas e desesperadas, manipuladas por lideranças mafiosas recicladas no islamismo "radical". Um "arrependido" de EI fez a declaração que segue: "A morte é a nossa fraqueza, o ser humano pode chegar à alta tecnologia, chegou à lua, mas diante da morte não há escapatória. Eles usam esse ponto fraco. Tornar-te útil morrendo, contribuindo para salvar-te, não para salvar os outros, mas para salvar você mesmo, pois já estás morto... Você já fez anos de prisão, você está na rua, em Milão, neva e faz frio, não tem o que comer, não tem uma coberta, você arrisca a expulsão do país, em teu país você tem de cumprir anos de prisão, a única solução é morrer! Se, nessas condições, te falam do Paraíso e de tudo o que tem lá, ai é claro que você se diz: já estou morto, pior do que estou agora é impossível. E a ideia começa a te gostar. Te deixam tomar um banho de chuveiro quente, te dão um prato quente, repete tudo no dia seguinte, e no seguinte, e ai te inculcam o pensamento (do atentado suicida)".[713]

Os mortíferos atentados do Estado Islâmico em Bruxelas, a 21 de março de 2016, realizados por suicidas que deixaram bilhetes dizendo temer a prisão mais do que tudo, produziram 35 mortes, a maioria delas de trabalhadores, e quase 200 feridos, muitos deles graves, reforçaram a perspectiva de um Estado policial em todos os países ocidentais, incluído e principalmente nos EUA, e de uma cooordenação mundial das forças policiais, uma espécie de "Operação Condor" antiterrorista internacional. O candidato presidencial republicano Donald Trump se declarou imediatamente favorável ao uso da tortura contra prisioneiros islâmicos ou cúmplices deles. Tudo chega ao ponto de fazer supor que o EI trabalha em colusão com os setores direitistas ocidentais que advogam, por razões vinculadas com a crise econômica e política da UE e dos EUA, em favor de uma solução "de força" para essa crise, de alcance mundial.

A 27 de março, um atentado mais mortífero teve lugar em Lahore, no Paquistão, deixando 72 mortos e 360 feridos. As 50 detenções praticadas pelo governo de Islamabad não impediram que o governo afegão acusasse o governo paquistaní de apoiar os talibãs no Afeganistão, através do ISI, serviço secreto do Paquistão, país em que em 2015 houve 625 atentados, com 1.069 mortos. No Afeganistão, por sua vez, além da guerra talibã contra o governo imposto pelos EUA, o próprio talibã se livra a uma guerra civil, em que uma fração acusa à outra de ter assassinado o lendário *mullah* Omar, fundador do movimento, e de ser uuma marionete paquistaní. Aqui, é uma guerra entre frações sunitas, não entre sunitas e xiitas (nem entre ocidentais e islâmicos). As "guerras civilizacionais' (ou "religiosas", ou ainda "étnicas") são, na

[713] *Il Messaggero*, Roma, 24 de março de 1976.

verdade, a cobertura ideológica dos conflitos entre aparelhos estatais e paraestatais, entre burocracias e novas burguesias, em condições de decomposição política dos Estados e das relações internacionais.[714]

Lahore, 28 de março de 2016

[714] Amador Guallar. La yihad de los talibán contra los talibán. *El Mundo*, Madri, 29 de março de 2016.

CRISE MUNDIAL E ECONOMIA DO PETRÓLEO

Na virada para o século XXI foi calculado que se tivesse que depender apenas das suas reservas e da sua produção, o petróleo dos EUA acabaria em pouco menos de dez anos. Os EUA eram e são o maior consumidor mundial de petróleo, mais da metade dele era importado nessa data. A dependência das demais potências (a exceção é a Rússia) era ainda maior: Japão, Alemanha, França, Itália dependiam em quase 100% das importações. No século XXI, mudanças importantes já se podiam constatar no mapa da produção petroleira no Oriente Médio.

Países	Produção de Barris de Petróleo BBL/dia (2009)	Produção de Gás Natural cu m (2008)	Dívida Externa (2010) Biliões de Dólares
Marrocos	4 053	60 milhões	22,69
Argélia	2 125 milhões	86,5 biliões	4138,00
Tunísia	91 380	2,97 biliões	18,76
Líbia	1,79 milhões	15,9 biliões	6378,00
Egito	680 500	62,7 biliões	30,61
Jordânia	0	250 000 milhões	5522,00
Síria	400 400	6,04 biliões	7682,00
Iémen	288 400	454 700	7147,00
Omã	816 000	24 biliões	8829,00
Emiratos Árabes Unidos	2 798 milhões	50,24 biliões	122,70
Qatar	1213 milhões	76,98 biliões	71,38
Bahrein	48 560	12,64 biliões	14,68
Arábia Saudita	9764 milhões	77,1 biliões	82,92
Iraque	2399 milhões	1,88 biliões	52,58
Turquia	52 980	1014 biliões	270,70
Irão	4172 milhões	200 biliões	12,84
Israel	3 806	1,19 biliões	89,68

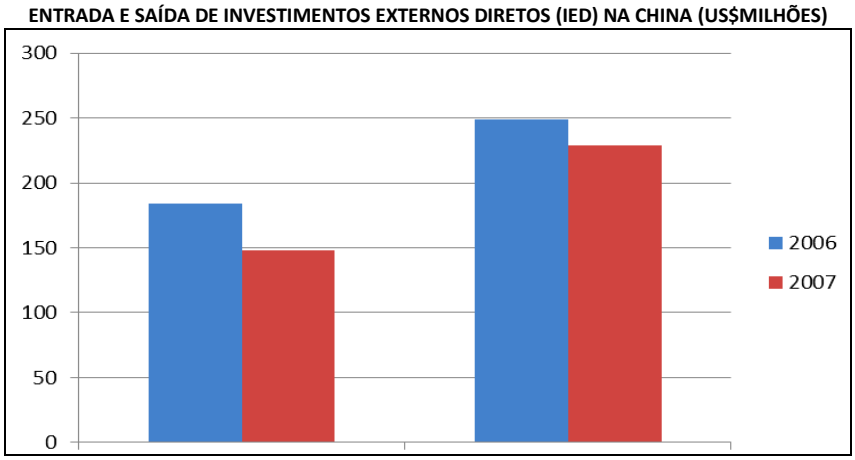
Mundialmente, esta era a situação da produção e consumo de petróleo em 2007:

2007			2007		2007	
Produtores	10⁶ t	% Mundial	Exportadores	10⁶ t	Importadores	10⁶ t
Arábia Saudita	509,0	12,9	Arábia Saudita	339,0	Estados Unidos	573,0
Federação Russa	485,0	12,3	Rússia	256,0	Japão	206,0
Estados Unidos	300,0	7,6	Irã	130,0	China	159,0
Irã	214,0	5,4	Nigéria	112,0	Índia	122,0
China	190,0	4,8	Emirados Árabes	105,0	Coreia do Sul	118,0
México	159,0	4,0	Noruega	97,0	Alemanha	106,0
Canadá	155,0	3,9	México	89,0	Itália	94,0
Kwait	145,0	3,7	Angola	83,0	França	81,0
Venezuela	137,0	3,5	Kwait	82,0	Espanha	59,0
Emirados Árabes	136,0	3,5	Iraque	81,0	Países Baixos	58,0
Demais Países	1.511,0	38,3	Demais Países	583,0	Demais Países	515,0
Mundo	3.941,0	100,0	Mundo	1.957,0	Mundo	2.091,0

China e Índia, com um terço da população mundial, haviam crescido na última década a uma taxa entre 6% e 10% ao ano. Até 2020 a China deveria aumentar em 150% seu consumo energético, e a Índia em 100%: nenhum dos dois tinha condições de atender suas necessidades através do aumento de sua produção doméstica de petróleo ou de gás. China já fora exportadora de petróleo, mas se transformou, com a passagem para a "economia de mercado", no segundo maior importador do mundo, com importações maciças que atendiam um terço de suas necessidades. Na Índia, sua dependência do fornecimento externo de petróleo era ainda maior, tendo passado de 70% para 85% do seu consumo interno. Japão e Coreia do Sul também eram dependentes de suas importações de petróleo e de gás, contribuindo para a competição econômica e geopolítica dentro da Ásia.

As reservas internacionais estavam concentradas em quatro áreas: Arábia Saudita, Iraque, Venezuela e Ásia Central (as ex-repúblicas soviéticas). As reservas de petróleo do Oriente Médio chegavam a mais de 700 bilhões de barris, contra 30 bilhões dos EUA. O Oriente Médio e as repúblicas petrolíferas da Ásia Central passaram a ser jóia cobiçada pelos grandes grupos econômicos internacionais dos EUA e da Europa. Os EUA instalaram bases militares na Arábia Saudita, Turquia e Catar, como fruto da primeira guerra contra o Iraque. Antes da Guerra do Golfo, eram dez as bases americanas na Ásia Central, em 2010 já eram 22. A crise econômica deflagrada em 2007-2008 a partir dos EUA provocou a queda na demanda mundial de exportações chinesas devido à contração do comércio mundial. Isto levou à diminuição da entrada de capital estrangeiro do país, em condições de ausência de um mercado interno capitalista desenvolvido, fatores econômicos estruturais que deixaram à China vulnerável às pressões da crise mundial.

ENTRADA E SAÍDA DE INVESTIMENTOS EXTERNOS DIRETOS (IED) NA CHINA (US$MILHÕES)



A Rússia também entrou em sua pior crise desde os tempos do calote financeiro de 1998, comovida pela queda do preço do petróleo (posterior à sua elevação especultiva), pelo colapso do rublo e pela bancarrota da maioria dos oligarcas capitalistas russos sob as pressões do capital financeiro mundial. Na Venezuela, a nova associação com os monopólios internacionais do petróleo para a exploração do Vale do Orinoco não divergiu do que as multinacionais negociaram com a Rússia ou com a Argélia: um acordo estratégico para a exploração do mercado mundial e da renda dos hidrocarbonetos. No caso da Bolívia, em que pese as novas taxas impostas às companhias estrangeiras, os monopólios ficaram com o direito a registrar como próprias uma grande parte das reservas de gás e petróleo, e ainda com a possibilidade de condicionar os futuros contratos.

A turbulência econômica mundial não caia imprevistamente do céu; era o resultado de um processo de longo prazo: entre 1970 e 1990, a taxa de crescimento da economia mundial caiu pela metade da registrada nas duas décadas precedentes. Produziu-se uma sequência de crises econômicas, interrompidas por "recuperações" extremamente frágeis e curtas. Em 1973, estourou a "crise do petróleo"; em 1975/77, a crise inflacionária nos países imperialistas; em

1980, a recessão e inflação nos EUA; em 1982, a crise desatada pela dívida latino-americana; em 1987, a crise derrubou Wall Street; em 1990/92, se combinou a recessão norte-americana com a crise financeira nos EUA (companhias de poupança e empréstimos), as desvalorizações europeias e o início da larga e inconclusa depressão japonesa; em 1997, caiu a Ásia; em 1998, a Rússia; um ano mais tarde, o Brasil; e logo a Argentina, a Turquia, a "bolha" da Internet e a Bolsa de Wall Street. A colonização capitalista da Rússia e das ex-repúblicas soviéticas teve um caráter essencialmente destrutivo, porque se estreitava cada vez mais o lugar para sua produção em um mercado mundial saturado de mercadorias e capitais excedentes, o que afetaria depois à China. A queda de preços do petróleo e do gás, e a própria recessão europeia, ameaçaram diretamente a economia de exportações primárias da Rússia.

No período 2002/2007, a espiral da crise econômica mundial foi desviada por dois motores interconectados, a expansão do crédito nos EUA e o crescimento industrial da China, que conduziram ao crescimento da economia mundial. Os dois motores foram parando, lentamente (China), convulsivamente (EUA). A contração da economia mundial tentava eliminar a massa de capital excedente que obstrui o processo de acumulação capitalista. O colapso do mercado das hipotecas *subprime* nos Estados Unidos desatou uma avalanche financeira internacional de quebras e uma contração global do crédito, seguidos por uma subida sideral e, depois, por uma dramática queda nos preços do petróleo e das matérias-primas, mas, sobretudo, por uma baixa e uma recessão sincronizadas da economia mundial.

No meio da crise, o FMI calculou que os países ricos gastaram US$ 9,2 trilhões em apoio estatal ao setor financeiro, enquanto as "economias emergentes" gastaram um igualmente impressionante US$ 1,6 trilhão. Os governos dos principais países capitalistas transferiram as perdas do setor financeiro para o setor público, nas costas dos que pagavam impostos: foi o chamado "socialismo para os ricos", acompanhado de cortes salariais, privatização de empresas e cortes orçamentários.[715]

Venezuela e Bolívia, entre outras nações, quando favorecidas pela conjuntura favorável do mercado mundial, na primeira década do novo século, impulsionaram importantes campanhas de saúde e de educação (que nunca teriam sido feitas pelas velhas oligarquias desses países), mas não avançaram em sentar as bases econômicas da autonomia nacional, para sustentar a longo prazo os planos populares e os programas sociais. O governo Chávez se apoiou numa receita suposta a partir de cotações de petróleo de mais de US$ 100 por barril. Concluíram dilapidando a renda extraordinária (diferencial) da produção mineira e petroleira, na crença de que os preços internacionais não cairiam nunca. A nacionalização parcial, na Bolívia, das três principais jazidas petrolíferas, não só preservou os "direitos adquiridos" pelos grupos multinacionais que as detinham,[716] também fracassou em manter os investimentos previstos e aumentar a produção. A queda dos preços dos hidrocarbonetos fez entrar em crise as nacionalizações parciais, e abriu a via para uma nova etapa de concessões às multinacionais.

Isto em condições em que "a maior parte do petróleo do mundo é encontrada em países com maiorias ou pluralidades muçulmanas, não só no Oriente Médio e no norte da África, mas

---

[715] Francesco Macheda. *Dalla Crisi dei Mutui Subprime alla Grande Crisi Finanziaria.* Ancona, Università Politecnica delle Marche, 2009; Murray Smith. *Global Capitalism in Crisis*. Montréal, Fernwood, 2009.

[716] Na nova Constituição boliviana, a do chamado "Estado Plurinacional" de Evo Morales, o artigo 8º das Disposições Transitórias dizia: "*En el plazo de un año desde la elección del órgano ejecutivo y del órgano legislativo, las concesiones sobre recursos naturales, electricidad, telecomunicaciones y servicios básicos deberán adecuarse al nuevo ordenamiento jurídico. La migración de las concesiones a un nuevo régimen jurídico en ningún caso supondrá el desconocimiento de* derechos adquiridos". Esses "direitos" beneficiam grupos como Repsol, Total, Petrobras, Shell, Enron (falida nos EUA, que continuou operando na Bolívia), Vintage, British Gas, British Petroleum, Canadian Energy e Pluspetrol, que adquirem o gás boliviano pela metade do preço internacional.

também na África Susbsaariana (Nigéria, Sudão e Chade), no Sudeste asiático (Indonésia, Malásia e Brunei) e na bacia do Cáspio (Azerbaijão, Cazaquistão e Turcomenistão)".

Na Rússia, as reservas de capital do Estado eram bastante fortes - as terceiras no mundo (devido ao aumento dos preços do petróleo nos sete anos anteriores a 2008) – mas a contração internacional do crédito infringiu golpes devastadores aos oligarcas e ao setor privado, subitamente incapazes de afrontar os créditos obtidos para projetos ambiciosos, particularmente em energia e matérias-primas. A dívida externa russa total ascendia a US$ 527 bilhões, dos quais US$ 228 bilhões eram de responsabilidade dos bancos, privados ou governamentais. Os bancos russos dependiam do acesso ao capital estrangeiro para financiar tudo, desde empréstimos para automóveis até os gastos das empresas de energia e minerais. Com o rublo se desvalorizando frente ao dólar, a dívida externa em dólares cresceu. A reestabilização da economia russa sob o regime de Putin se sustentou, em seu conjunto, sobre um só pilar: a energia. Com a queda dos preços do petróleo e das matérias-primas, esse pilar foi questionado.

Em dezembro de 2009, o default da dívida de um empório paraestatal do Emirado de Dubai foi desprezado como um fato isolado, sem capacidade para alterar a recuperação econômica internacional. Mas esse default era, em um pequeno país considerado inabalável devido à sua riqueza e renda petroleira, um sintoma da situação de todo o sistema financeiro mundial, que não podia encarar suas dívidas. O FMI estimou as perdas dos grandes bancos, até finais de 2010, em US$ 3,5 trilhões, só levando em conta os balanços públicos, mas não o sistema financeiro satélite desses bancos, o *shadow bank system*.

O default de Dubai encareceu a taxa de juros dos contratos "derivados" em todos os centros financeiros de Europa e dos EUA. Afetou os bancos ingleses e o Citibank, os mais golpeados pela derrubada mundial, e suscitou abalos também nos "países emergentes", que viram fugar-se os capitais voláteis que tinham ingressado em massa nos últimos meses. O dólar subiu e o restante das moedas, inclusive o euro, começou a cair, com exceção do ouro, em constante alta, evidenciando a tendência para a crise do sistema monetário internacional. Contra os que haviam declarado o fim da crise, Dubai e o estouro da "bolha islâmica" indicaram, ao contrário, o início de uma nova fase da mesma.[717]

A nova etapa da crise consistiu na passagem da quebra financeira, detonada pela crise imobiliária nos Estados Unidos, a uma quebra dos Estados, causada pelos próprios mecanismos capitalistas que procuraram evitar o colapso do sistema financeiro e do mercado mundial. A emissão monetária gigantesca do *Federal Reserve* em benefício dos bancos dos EUA foi a base da especulação nas Bolsas em 2009, e da especulação com a dívida pública no país e no exterior. A emissão de moeda e o crescimento agudo dos déficits não resolveram os problemas originais, e colocaram problemas novos: a perspectiva da quebra do próprio Estado e dos Bancos Centrais, sob a forma de uma inflação fora de controle. Em 2009, o déficit fiscal dos EUA atingiu US$ 1,4 trilhão, 10% do PIB, seu maior montante desde 1945. A dívida federal em relação ao PIB ultrapassou 100% em 2012 (ela se situava abaixo de 40% em 1980, e abaixo de 60% em 2000).

A luta pelo mercado mundial ganhou cada vez mais peso na crise, evidenciada na disputa sino-americana pela taxa de cambio do yuan. China pareceu ceder à pressão norte-americana pela revalorização de sua moeda, descolando o yuan do dólar, ao qual estava atrelado desde 2008. Na verdade, China substituiu o regime de câmbio fixo frente ao dólar por outro flotante, em que a taxa de câmbio seria ajustada diariamente à uma cesta de moedas, e submetida às decisões do governo, o que não era o que os EUA desejavam, uma revalorização explícita da moeda chinesa. No meio desse enfrentamento, aconteceu a desvalorização espetacular do

[717] Jorge Altamira. Dubai: un síntoma, no un hecho aislado. *www.rebelion.org*, 4 de dezembro de 2009.

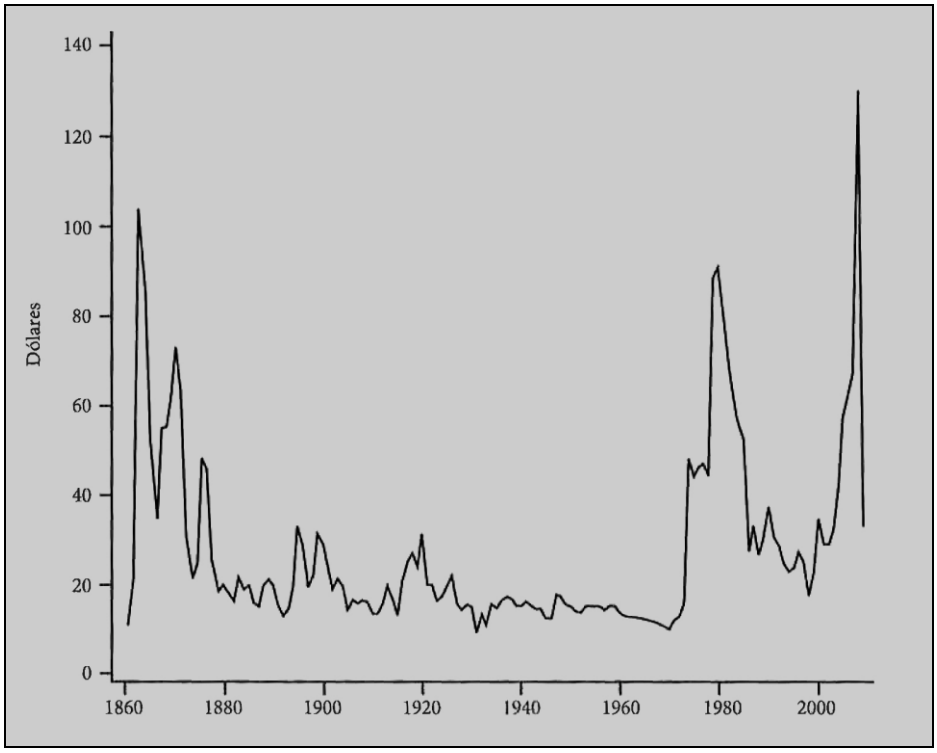
euro, que afetou o principal mercado de exportação da China, a UE (os EUA vêm em segundo lugar). Mas a decisão de flotar o tipo de câmbio era também uma potencial concessão ao grande capital internacional, como um passo necessário para a liberalização do mercado de câmbio e o acesso do capital externo ao mercado financeiro de China.

O colapso no preço das commodities, especialmente do petróleo e dos metais e minerais, teve efeitos devastadores para os países produtores primários que planejaram seus orçamentos para entradas muito maiores durante o "boom", especialmente durante a bolha inspirada pelo crescimento econômico da China. Em 2009, a instabilidade política do governo iraniano ocorreu num contexto econômico de dificuldades. Ahmadinejad começou a enfrentar pressões crescentes por não cumprir suas promessas de propiciar mais riqueza para todos por conta da precedente alta mundial do preço do petróleo. Em que pese o aumento mundial do consumo, o Irã se encontrava, em termos de "barganha petroleira", em situação inferior àquela dos tempos do Xá, devido a mudanças tecnológicas mundiais, novas fontes de extração e combustíveis sintéticos substitutivos do petróleo.

A Agência Internacional de Energia divulgou dados mostrando que em 1973, ano do primeiro choque do petróleo, 45% da matriz energética do mundo tinha essa origem, enquanto só 16,2% era proveniente de gás natural. Em 2004, o petróleo reduziu sua participação para 34,4% da matriz e o gás passou a responder por 21,2% do total. Uma década depois, além disso, os preços do petróleo caíram em picada. A quebra de braço iraniana com os EUA e com a Europa em torno do programa nuclear teria de levar em conta essas mudanças.

A crise iniciada em 2007/2008 provocou, de imediato, uma forte onda especulativa sobre os preços das matérias primas (alimentos, petróleo, minerais), que fez acreditar que o crescimento os "países emergentes" (da China em primeiro lugar) seria a grande saída para a crise. A bolha das matérias primas, porém, estourou, provocando a maior queda de preços dessas commodities desde que a sequência de preços é registrada. O petróleo teve, no meio da crise, sua maior alta em toda a história em preços constantes (chegou a cotar US$ 135 o barril) para logo depois sofrer sua maior queda em todos os tempos, caindo para US$ 40 o barril, com tendência para chegar até US$ 30.

Preços mundiais do petróleo 1860 - 2010 (em dólares de 2005)



A baixa do preço do petróleo teve um efeito devastador sobre companhias e Estados petroleiros, estendido ao sistema bancário que os financia e ao mercado de valores que cotiza suas ações. O sistema financeiro dos EUA começou a se preocupar com a possibilidade de um calote geral. Em seis meses, o petróleo perdeu metade do preço. A queda entre junho de 2014 (US$ 105 o barril) e janeiro de 2016 (menos de US$ 32 o barril) foi ainda maior. Os especialistas discutiram se essa queda obedecia a um excesso de oferta ou uma retração da demanda. Se tratou, na verdade, da conjunção de ambos os fatores: uma sobreprodução originada pelo investimento no mercado de jazidas que implicavam maiores custos de produção e uma retração do consumo devido a recessão da Europa e parcialmente da Ásia. O impacto positivo que a queda dos preços poderia representar para o consumo ficou neutralizado pelo incremento do valor real das dívidas, impagáveis, que produziu a redução dos preços.

Os países que se encontram na situação mais comprometida são Venezuela, Brasil, Rússia e Nigéria, e no caso das companhias, as estatais Gazprom, Petrobras e PDVSA, mas também as companhias independentes que exploram gás e petróleo não convencionais nos Estados Unidos, fortemente endividadas a taxas de juros muito acima do mercado. A produção estava crescendo com um ritmo superior a demanda, gerando uma sobreprodução que teve sua principal causa situada nos Estados Unidos, que com métodos não convencionais de extração de petróleo e gás aumentou a produção, superando todos os países membros da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo).

Produção de petróleo em 2016 (milhões de barris por dia/país)

Estados Unidos	**11,6**
Arábia Saudita	11,5
Rússia	10,8
Canadá	4,2
China	4,2
Emirados Árabes Unidos	3,7
Irã	3,6
Iraque	3,2
Kuwait	3,1
México	2,7
Venezuela	2,7
Nigéria	2,3
Brasil	2,3

"A sobreprodução fez com que os países da OPEP tivessem mais de 32 milhões de barris diários postos no mercado. Depois do fim das sanções, o Irã elevou sua produção para três milhões de barris diários, e Iraque dispõe de 4,3 milhões adicionais. Nos EUA, em consequência da revolução do *shale gas*, gás de xisto, passou-se de uma produção de 4,6 milhões de barris diários em 2005 para 9,6 milhões de barris diários na atualidade".[718] A OPEP e a Arábia Saudita aumentaram a produção acuados pela redução de receitas; o déficit orçamentário de Arábia Saudita chegou a quase US$ 100 bilhões em 2015. Omã e Bahrein, estimulados por crescentes déficits fiscais, aumentaram a produção de combustíveis entre 50% e 125%. Irã se juntou ao mercado, graças aos compromissos nucleares amarrados com os Estados Unidos, e em pouco tempo passou a exportar um milhão de barris diários. As demissões mundiais no setor petroleiro, altamente qualificado, ultrapassaram 250 mil postos de trabalho.

"Em 2015, os gigantes do ouro negro suprimiram ou adiaram 68 megaprojetos no valor de US$ 380 bilhões. Planos de investimento mirabolantes nas areias bituminosas do Canadá ou em perfurações marítimas em Angola ou no Cazaquistão foram abandonados. Numerosas zonas de extração tradicionais foram afetadas... 150 plataformas do Mar do Norte serão

[718] Leonel Fernández. El misterio de los precios del petróleo. *El País*, Madri, 16 de março de 2016.

desmanteladas nos próximos dez anos".[719] O crescimento da oferta é uma parte do problema, mas não é o único. O alto endividamento das empresas petroleiras dos Estados Unidos, que contrataram um grande volume de créditos animados pelas baixas taxas de juros quando o preço do petróleo era de três a quatro vezes maior, levou-as a inundar o mercado de petróleo para cumprir seus compromissos financeiros. A queda dos preços do barril de petróleo levou a que, apenas em 2015, aquele se reduzisse à metade, continuando a queda espetacular que, em seis anos, o levou de US$ 140 para cerca de US$ 30. Sem dúvida, o colapso dos preços dos produtos energéticos (não somente do petróleo, mas também do gás e derivados) pôs, de fato, de joelhos três economias, que segundo algumas análises, eram o verdadeiro objetivo da "manobra" que produziu uma redução tão notável: Rússia, Venezuela e Irã. O ator principal deste estratagema foi, obviamente, Arábia Saudita – histórico aliado dos Estados Unidos – que empurrou a produção para cima até o ponto que se formar uma tendência para a baixa do preço.[720] A balança comercial da Rússia prontamente registrou queda, apresentando números negativos e impondo uma dívida crescente ao país.

Na Venezuela, com o preço do petróleo bruto mais baixo registrado historicamente, todas as conquistas sociais do "petrosocialismo" foram questionadas. O Irã, por sua vez, único país expressamente xiita, por essa e outras razões está em profunda e explicita oposição ao governo da Arábia Saudita. A vontade para quebrar as economias russa e venezuelana, pareceu relacionar-se com bastante clareza à estratégia dos EUA. A estratégia dos Saud foi a de inundar o mercado de petróleo, aproveitando o crescimento da demanda da China para deixar permanentemente fora do jogo o Irã, que foi severamente prejudicado, por não ser capaz de competir em um mercado com um preço tão baixo. O fortalecimento da Arábia Saudita impactou a economia de guerra na Síria, um país cujo governo é apoiado pelo Irã. Os acordos sobre a energia nuclear, com as reuniões 5+1 das Nações Unidas em julho de 2015, inverteram por completo as expectativas da Arábia Saudita, levando em poucos meses a apagar as sanções contra o Irã (janeiro de 2016), que demonstrou firmeza inesperada frente a provocação da Arábia Saudita no episódio da decapitação do imã xiita Al Nimr.

O regime saudita financiou de maneira mais ou menos direta o Califado Islâmico, cujo inimigo principal não é o "Ocidente", mas os xiitas. Os Saud, nos últimos tempos, gastaram anualmente 80 bilhões de dólares em compras de armamentos, 12% do seu PIB, ficando atrás só dos Estados Unidos, Rússia e China pela quantidade total: seu aliado mais importante, o governo dos Estados Unidos, é também o maior provedor mundial de armas, por valor de 90 bilhões de dólares em quatro anos. O Irã tampouco parece economizar, alcançando o gasto de 30 bilhões de dólares por ano, dos quais 70% foram destinados aos chamados Guardiões da Revolução, os *pasdaran*. Por produção de petróleo bruto, Arábia Saudita tem um potencial muito maior, alcançando quase 10 milhões de barris diários, frente aos quase três do Irã, que poderiam converter-se rapidamente em 4/5 depois do levantamento das sanções ao país. A estratégia anti-iraniana, portanto, funcionou pouco; o presidente Rouhani passou a ser considerado um parceiro confiável para o capital internacional, assim como também a economia iraniana.

O fracasso dos produtores estadunidenses de óleo de xisto reduziu a produção mundial total abrindo a via para um aumento considerável em seu preço médio. Mas isso não aconteceu: os problemas da economia chinesa não garantiram a demanda necessária para absorver o excesso da produção de petróleo. Por outro lado, a teoria de que a conveniência de remoção de óleo de xisto americano teria existido se o preço de cada barril fosse superior a 60 dólares

---

[719] Michael Klare. "Maldito petróleo barato!". *Le Monde Diplomatique Brasil* nº 105, São Paulo, abril 2016.

[720] Nicolás Roveri. El derrumbe del precio del crudo revela que la crisis iniciada en 2008 sigue vigente. *Prensa Obrera* nº 1390 , Buenos Aires, 20 de janeiro de 2016.

(ponto de equilíbrio), foi invalidada, uma vez que não levou em conta que as recentes inovações tecnológicas permitiram extrair óleo xisto com custos muito mais baixos, criando, entretanto danos naturais importantes que, por outro lado, não vão ser adicionados aos custos, uma vez que são públicos. O governo da Arábia Saudita, e o dos Estados Unidos, cometeram um erro estratégico do ponto de vista econômico e também político, bem como do ponto de vista militar. E não tiveram êxito na intenção de financiar grupos jihadistas contra Assad na Síria e tampouco eliminar a resistência xiita apoiada pelo Irã no Iêmen.[721] A dependência de vários países das receitas do petróleo levou à desvalorização de suas moedas. Países que registraram crescimento de suas economias pelas receitas de petróleo como o Brasil, Cazaquistão, Rússia, Nigéria, e vários outros países padeceram da queda do petróleo e enfrentaram uma crise financeira com saída de capitais e desvalorização de suas moedas. Turquia, África do Sul e México também passaram a ter dificuldades de pagar suas dívidas com a desvalorização das suas moedas.

A nova crise do petróleo se imbricou profundamente com a queda nas Bolsas de Valores mundiais: "O fator mais impactante na crise das Bolsas é o massivo processo de venda efetuado pelos fundos soberanos de países produtores de petróleo... Os doze maiores produtores estimaram em seus orçamentos para 2016 um déficit fiscal de mais de 260 bilhões de dólares, entre 10% e 20% de seu PIB, sobre a base de orçamentos calculados em 2015, tendo como referência um preço do barril entre 40 e 45 dólares; o petróleo continua originando mais de 80% das receitas fiscais desses Estados. O endividamento desses Estados é baixo, pelo que absorveriam uma parte desse déficit emitindo dívida. Mas estimamos que pelo menos 50% será absorvido vendendo uma parte da poupança acumulada nos anos bons. Há margem para isso? Os produtores de petróleo acumularam ativos financeiros através de seus fundos soberanos por um valor de mais de quatro trilhões de dólares. Em 2009 foi calculado que 52% dessa popupança estava investido nas Bolsas globais. Não sabemos quanto venderam até hoje, nem quanto pensam em vender no futuro (um segredo bem guardado). Sabemos que as Bolsas entraram em baixa poucas semanas depois do petróleo atingir seu máximo preço em 2015".[722]

Nesse quadro, em 14 de julho de 2015, Irã e EUA assinaram um acordo nuclear em Viena, sacundindo também o mercado petroleiro. Os outros cinco participantes do acordo, China, França, Reino Unido, Alemanha e União Europeia (UE) eram apenas espectadores. O acordo envolveu questões além do programa nuclear: exige o desmantelamento da principal instalação de enriquecimento, eliminando cerca de 98% dos estoques de urânio enriquecido, e proibindo o enriquecimento acima de 3,75%. Também deve ser destruído o reator de água pesada de Arak. Somente a usina de Natanz terá autorização para continuar funcionando com ses mil centrífugas velhas. Os EUA também obrigaram o Irã a aceitar as inspeções da Agência de Energia Nuclear da ONU (AIEA) em todas as usinas do programa nuclear. A AIEA teria acesso a todas as fases do programa nuclear e até mesmo às instalações militares para monitorar possíveis "desvios" para fins militares das atividades nucleares iranianas. A destruição das instalações nucleares iranianas deveria ser verificada e confirmada por uma junta de governantes e ser reportada ao Conselho de Segurança da ONU por um diretor-geral da Agência.

As sanções impostas pela ONU contra as capacidades militares do Irã continuarão a existir. As restrições impostas pelo acordo vão além do programa nuclear. O Irã não poderá fabricar e nem testar mísseis balísticos por oito anos e nem exportar armas por cinco anos. O acordo é visivelmente hostil ao Irã, criando severas restrições à capacidade de defesa do país. Ele abre a

[721] Francesco Schettino. La crisi irrisolta. *La Contraddizione* nº 154, Roma, março-maio 2016.

[722] J. Berberana; J. G. Acitores. Es el petróleo, pero no por lo que piensan. *El Economista*, Madri, 29 de março de 2016.

possibilidade muito de os inimigos do Irã terem acesso aos segredos militares do país, assim como identificar suas estruturas estratégicas. Apesar da oposição da Guarda Revolucionária Iraniana (GRI), o líder Ali Khamenei e o presidente Hassan Rouhani deram apoio ao Acordo, e pressionaram para que fosse aprovado pelo parlamento. A GRI é um importante setor da burguesia iraniana, seu corpo de oficiais é proprietário de fábricas, terras e de outros estabelecimentos comerciais e financeiros. Há setores da burguesia iraniana favoráveis ao acordo: a tradicional alta burguesia urbana de Teerã, liberal, laica, visceralmente antiárabe, pró-Ocidente, que tinha profundos laços com o regime do xá, mas que se acomodou com o regime dos aiatolás. A estes se somam a elite clerical, que também faz parte da alta burguesia iraniana.

O descongelamento dos fundos iranianos e o pleno retorno do Irã ao mercado energético são os anzóis dos EUA para seduzir o Irã, assim como para obter sua aceitação pelos russos e chineses. Os EUA foram, no entanto, os vencedores tardios do acordo: "O acordo estava pronto desde 2003, quando o presidente iraniano era o reformista Khatami, mas em Washingon estava George W. Bush, que o deixou adormecer. O problema inverteu-se com Ahmanidenejad, pois Obama não podia ter nele um ienrlocutor disponível... O [novo] presidente Rouhani deve demonstrar que s efeitos positivos do acordo não são ilusórios".[723] Com Rouhani, Irã voltou ao "concerto internacional". As vantagens norte-americanas são econômicas e geoestratégicas. O retorno do gás iraniano ao mercado internacional é importante para substituir o gás de origem russa, especialmente no mercado europeu, e provocar uma rivalidade entre russos e iranianos. Os ganhos geoestratégicos dos EUA com a rendição iraniana são ainda maiores: o acordo foi uma derrota para Rússia e a China, que demonstraram limitações para garantir a sobrevivência do Irã e de dissuadirem um ataque norte-americano.

Ao assinar este acordo, o Irã se comprometeu a não se engajar numa ofensiva aberta e direta contra os aliados dos EUA e Israel na região. Enquanto as negociações ocorriam em Viena, Síria e os rebeldes houthis iemenitas, aliados do Irã e da Rússia, continuaram sendo atacados pelos aliados locais e regionais dos EUA. A assinatura do acordo trouxe também a ameaça do Irã de abandonar a Síria e o Hezbollah, como ocorreu em 2003. Há uma possibilidade de a ofensiva russa na Síria ter sido uma resposta ao acordo iraniano-norte-americano, numa tentativa de romper o cerco às forças governamentais sírias e de também pressionar o regime dos aiatolás a manter seu engajamento com Bashar Al-Assad.[724]

A nova abordagem de Barack Obama colocou o Irã novamente como peça-chave na região, pois com a conquista do Iraque, todo o Crescente Fértil ficou sob controle dos EUA, à exceção da Síria, aliada do regime dos aiatolás e do Hezbollah, e fornecedora de bases navais para a Rússia. No novo quadro, "o Oriente Médio como um todo tende a ser uma das regiões mais propensas a se enfraquecer e mais suscetível a passar por turbulências ou mudanças políticas... A estratégia saudita é enfraquecer países concorrentes que precisam de preços maiores para se manter competitivos, além de pressionar rivais políticos como o Irã... Além das petroleiras e dos governos, as cotações mais baixas podem trazer prejuízos para os atores que atuam clandestinamente na região, entre eles o Estado Islâmico".[725] O crescimento espetacular do déficit fiscal saudita é um exemplo: em 2015 ele atingiu quase US$ 100 bilhões, ou 15% do seu PIB, iniciando uma crise política (com 47 execuções efetuadas na virada do

[723] RobertoToscano. Perché vale la pena di scommetere sull'Iran. *La Repubblica*, Roma, 7 de junho de 2016.

[724] Ramez Philippe Maaluf. Acordo nuclear: rendição do Irã e reação russa na Síria. *Correio da Cidadania*, São Paulo, 10 de novembro de 2015.

[725] Fernando Nakagawa e Altamiro Silva Jr. Nova ordem energética. *O Estado de S. Paulo*, 14 de fevereiro de 2016.

ano).[726] A base da crise da rentabilidade da produção do petróleo é a crise econômica capitalista mundial, que passou a repercutir diretamente na crise política mundial, abrindo novas possibilidades revolucionárias e contrarrevolucionárias.

[726] Roberta Zunini. La saga dei Saud. *Il Fatto Quotidiano*, Roma, 7 de janeiro de 2016; Déficit saudita cresce 300%. *O Globo*, Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 2015.

MASSACRE E ESPERANÇA PALESTINA

Enquanto a Primavera Árabe sacudia todo o Oriente Médio, a proposta de Mahmoud Abbas, o presidente da Autoridade Palestina, no sentido de declarar unilateralmente a independência de um Estado palestino nas fronteiras anteriores à guerra de 1967 foi apoiada pela maioria dos países da ONU, mas afundou-se rapidamente quando o chamado "Quarteto" (que reune, juntamente com um representante da ONU, os Estados Unidos e a União Europeia, incluindo a Rússia, que votou pela independência) decidiu impulsionar as negociações para evitar a que a declaração chegasse ao Conselho de Segurança para sua análise definitiva.

A declaração aprovada pela ONU não propunha a expulsão dos colonos israelenses dos territórios ocupados, o que tornava o voto da ONU uma proposta inócua. Embora, no papel existisse uma Autoridade Palestina na Cisjordânia, o seu território encolheu a cada dia, de acordo com o Estado sionista, que autoriza a sua colonização (os programas dos partidos da coalizão de governo de Israel propuseram a anexação pura e simples de toda a Cisjordânia). O voto a favor da independência da Palestina nas fronteiras anteriores à guerra de 1967 foi um exemplo de cinismo diplomático. O que foi apresentado como "o fim da última colônia" provou ser, na verdade, uma encenação para forçar novas concessões políticas das autoridades palestinas.

Jovens palestinos "pulam" o muro que divide Israel da Cisjordânia

A iniciativa de levar à ONU a proposta de uma declaração de independência para a Palestina foi pelo próprio imperialismo; caso contrário nunca teria chegado à Assembleia Geral. Nem poderia ter sido diferente, uma vez que a Autoridade Palestina se vinculou cada vez mais com a CIA,[727] que treina e dirige as suas forças de segurança, e com o Mossad. Essa mesma Autoridade é ilegítima, uma vez que o mandato do governo expirou há muito tempo e novas

[727] A bem de verdade, os contatos e inclusive colaboração entre o *Fatah* e a CIA remontam à década de 1970, o que deixou no embaraço em mais de uma ocasião aos serviços secretos israelenses, que tinham nas suas listas de pessoas (árabes) a serem eliminadas informantes ou colaboradores da agência ianque (sem "trair" o *Fatah*, que estava a par desses contatos) como, por exemplo, o organizador palestino do massacre dos atletas israelenses na Olimpíada de Munique (Cf. Eric Frattini. *Op. Cit*), o que n~~ao impediu o Mossad de assassinar em Damasco o chefe militar do Hezbollah, Imad Mugniyah, ou em Dubai o dirigente do Hamas, Mahmud al-Mabhuh, responsável pelo envio de armas para a Faixa de Gaza (Sal Emergui. Meir Dagan: el militar que renovó el Mosad. *El País*, Madri, 16 de março de 2016(.

eleições não foram realizadas (Mahmoud Abbas sobreviveu pelo reconhecimento das grandes potências).

Uma ala da União Europeia incentivou a decisão do primeiro-ministro da Autoridade Palestina para declarar unilateralmente a soberania da Autoridade Palestina sobre a jurisdição exercida na Cisjordânia. Nunca foi considerada a recuperação de todos os territórios ocupados. Esta iniciativa foi apoiada por uma estratégia criada pelo Banco Mundial de fundamentar um mini-Estado palestino a partir de um projeto de desenvolvimento econômico que entrelaçaria os capitais árabes e sionistas. A Cisjordânia começou a experimentar uma especulação imobiliária sem precedentes com créditos internacionais. O gabinete da Autoridade Palestina é formado pelos personagens desta política, liderados por Salam Fayad, um homem treinado nas organizações multilaterais. Uma variante adicional é a possibilidade de que as autoridades palestinas se unam para apoiar os assentamentos dos colonos israelenses, mas sob a autoridade legal de um governo palestino (o que os colonos rejeitam terminantemente). À luz da rejeição da proposta de Abbas pelos EUA e Israel e pela maioria da União Europeia, a estratégia entrou em um impasse.

O primeiro-ministro do Hamas, Ismail Haniyeh, que governava Gaza em forma autônoma, classificou a ação de Abbas como "aventureirismo político", mas não a rejeitou como tal. O Hamas não reconhece a existência do Estado de Israel. No entanto, fez um acordo com a AP para realizar eleições unificadas nos dois territórios. Este acordo político tornou o Hamas sócio político da manobra independentista de Abbas, sem se comprometer com seu fracasso. O "pedido" de Abbas não recebeu, de acordo com a imprensa árabe, um apoio popular significativo, nem foi posto em votação, entre os palestinos. Outro "opositor" à iniciativa, o primeiro-ministro israelense Benjamin Netanyahu, apontou sua verve para condicionar o desenho do futuro "Estado" da Palestina - uma espécie de confederação de municípios. Enquanto a ONU debatia vacuidades, a colonização sionista continuou: os colonos destroem as oliveiras palestinas ou bloqueiam seu acesso aos mercados para liquidar a concorrência, tirando o sustento de dezenas de milhares de famílias. Procuram expandir a fronteira econômica do sionismo mediante a desocupação dessas terras pelos camponeses árabes. A ideia de que um boom de investimentos poderia colocar limites à subjugação econômica dos territórios provou ser falsa.

Isso mostra o entrelaçamento da burguesia palestina com o sionismo e a fraude da declaração de "independência". A presença do reacionário ministro chanceler, Avigdor Lieberman, no governo de Netanyahu, tem um papel semelhante ao do Hamas na Faixa de Gaza para a AP: os "policiais maus" que estimulam uma negociação com os "policiais bons" para forjar uma "paz" sobre as ruínas do povo palestino e os trabalhadores de Israel. O reconhecimento da AP por parte da “comunidade internacional” procurou conter o processo revolucionário árabe. As burguesias árabes procuraram desviar a ameaça das massas em seus países através de um substituto da autodeterminação palestina. Turquia, a velha opressora dos povos árabes, estimulou o desvio para criar um obstáculo para a revolução social nos países do Oriente Médio.

No quadro das negociações foi lançada a “Operação Margem Protetora”, campanha militar lançada pelas Forças Armadas de Israel contra a Faixa de Gaza, iniciada em 8 de julho de 2014; as primeiras incursões terrestres contra Gaza aconteceram a partir do dia 17 do mesmo mês. Em 26 de agosto, os combates se encerraram depois de sete semanas de lutas. O conflito teve início logo após o sequestro e assassinato de três adolescentes israelenses em meados de junho de 2014. Como parte da operação, nos onze dias seguintes, militares israelenses mataram entre cinco e dez palestinos e prenderam entre 350 e 600, incluindo quase todos os líderes do Hamas na Cisjordânia. Em resposta ao sequestro dos israelenses, um jovem menino palestino, Muhamed Abu Khdeir, foi raptado e queimado vivo por extremistas judeus. Uma série de protestos eclodiram nos territórios palestinos e foguetes foram disparados contra o

sul de Israel. Este, por sua vez, iniciou uma campanha de bombardeio aéreo intenso contra a Faixa de Gaza. Nove dias depois, o exército israelense decidiu começar uma invasão por terra no território; os combates se tornaram generalizados, matando centenas de pessoas (a maioria civis).

A Operação Margem Protetora foi a operação militar mais mortífera que ocorreu na região desde a Guerra de Gaza de 2008. O Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários estimou que 697 dos mortos eram civis, dos quais 256 eram mulheres ou crianças. No final de agosto (com sete semanas de combates), mais de 2.000 palestinos e 60 militares israelenses já haviam morrido. As Forças de Defesa de Israel acusaram o Hamas de usar civis como "escudos humanos"; uma alegação negada pelo grupo palestino. A paz tênue e temporária foi aproveitada pela população civil em Gaza, que correu para os bancos de ajuda internacional, atrás de mantimentos. A situação humanitária na região já havia sido descrita como “terrível”.

A ONU, vários países do Oriente Médio e alguns da América do Sul condenaram a invasão israelense. Outras nações, como os Estados Unidos e as potências da Europa, demonstraram apoio ao governo de Israel e condenaram o Hamas. Uma escola da ONU na cidade de Beit Hanoun, utilizada como refúgio por dezenas de famílias desabrigadas, foi atingida por bombas lançadas por aviões de Israel, deixando 17 mortos e pelo menos 200 feridos, o que provocou uma condenação internacional.

Gaza depois da “Margem Protetora”

Em 26 de agosto de 2014, representantes do lado palestino e israelense, acertaram um cessar-fogo, com mediação do Egito, por tempo ilimitado na Faixa de Gaza. O acordo também previa futuras reuniões para acertar acordos mais definitivos de paz. Após o anúncio do fim das hostilidades, centenas de milhares de palestinos foram para as ruas comemorar. A liderança do Hamas afirmou que "a resistência se saiu vitoriosa", apesar do alto número de mortos e dos vastos danos a infraestrutura local. Entre a população israelense, a maioria afirmou acreditar que não houve um vencedor claro do conflito.

No lado palestino, além das fatalidades, mais de 108.000 pessoas tiveram suas casas destruídas ou severamente danificadas. Mais de 485.000 habitantes da região tiveram também que fugir dos seus lares. Em Israel, ao menos 8.000 pessoas deixaram suas casas.[65]

O Ministério das Finanças israelense estimou que, na fase inicial, mais de US$ 2,5 bilhões de dólares foram gastos na operação. Na Faixa de Gaza, foi estimado que seriam precisos mais de US$ 6 bilhões de dólares para reconstruir a infraestrutura local.

Um ano depois da operação "Margem Protetora", em Gaza o desemprego atingiu 45%, sendo de 65% entre os jovens adultos (são as taxas mais elevadas do planeta). Oito de cada dez habitantes de Gaza depende de ajuda humanitária. Só 2% de toda a ajuda financeira mundial (US$ 5,4 bilhões prometidos pelas monarquias islâmicas) chegou à Palestina. 71% da ajuda anual destinada à zona termina nas mãos de empresas israelenses. O crescimiento da colonização sionista, segundo a Corte Criminal Internacional, se baseia no confisco de terras, a demolição de casas, a expansión dos assentamentos, a construção militar en terras privadas, na apropriação de recursos como água potável e de irrigação para a agricultura. A política de expulsão levou ao crescimento de acampamentos como o de Yarmuk (na Síria) onde, nos últimos três anos, morreram 1.093 refugiados de fome. Os habitantes de Gaza denunciam não só a repressão sionista, mas também a colaboração da Autoridade Palestina (AP). Isto influiu na ruptura do governo de unidade palestino entre Hamas e Al Fatah. Hamas enfrenta um impasse: sem acordo com Al-Fatah, sem financiamento do Irã, com a ajuda humanitária marítima bloqueada e com os túneis para o Egito fechados.

A performance econômica de Israel cresceu ao calor da política geral do governo sionista. O país é o único do mundo que investe mais de 4% do seu PIB em P&D (pesquisa e desenvolvimento), com o governo financiando 80% das “starts up” (novos projetos), mas a polarização social (a pobreza) se acenjtua e o PIB cresceu a um ritmo menor. O PIB per capita caiu de mais de US$ 37 mil per capita em 2014 para pouco mais de US$ 35 mil em 2015, com uma inflação (carestía) crescente, e uma taxa de desemprego que se mantém ao redor de 6%. O *Welfare State* israelense está cada vez mais questionado, ao mesmo tempo em que novos ricos fazem negocios estupendos cada vez mais integrados à economía mundial via UE e EUA.[728]

Nos últimos anos, Israel, que expandiu seus assentamentos na Cisjordânia em terras tomadas aos palestinos. A população judaica da região chega a 750 mil habitantes, ocupando grande parte da região, sob a proteção do exército de Israel. O Acordo de Oslo, a partir do qual foi criada a Autoridade Palestina (AP), visava a criação gradativa de um Estado palestino nas fronteiras de 1967: os assentamentos de Israel ultrapassaram de longe esses limites, em que pese o governo de Israel (Netanyahu) declarar que concorda com a solução dos dois Estados independentes na Palestina. O próprio presidente Obama declarou que as exigências de “paz” de Netanyahu são inaceitáveis, chegando este a declarar que não permitiria a existência de um Estado Palestino.

Em 2005, Abbas foi eleito presidente da AP, passando a administrar na Cisjrdânia com poderes extremamente limitados, em nome das forças de ocupação israelenses. A Autoridade Palestina colabora com Israel, encarregando-se dos serviços públicos e, principalmente, da segurança: fornece informações de inteligência ao serviço secreto israelense, prende ativistas do Hamas e dissolve com violência manifestações contra a ocupação. A principal objeção dos israelenses a uma Palestina independente é que facilitaria a entrada de terroristas para praticar atentados em Israel. Abbas acredita que a eficiência de seus serviços de segurança estaria provando que isso não procede. Para as autoridades israelenses, a ação da Autoridade Palestina é “crucial para a segurança da Israel”.

Mas sondagens de 2016 prevaram que 2/3 da população da Cisjordânia ocupada e de Gaza é contra a cooperação existente. Nem mesmo os militantes do Fatah (movimento ao qual Abbas pertence) confiavam em sua liderança política. 65% da população declarou apoiar a luta

[728] Elena Arrieta. Israel, la puerta de la tecnologia europea a EEUU. *Expansión*, Madri, 29 de março de 2016.

armada e mostrou-se favorável a uma “Terceira Intifada”. Passando a controlar a segurança da região no lugar da polícia palestina, o exército de Israel se veria obrigado a aumentar suas operações e envolver-se diretamente na repressão das manifestações populares palestinas contra a ocupação. Um grupo de altos dirigentes do Fatah e do Hamas propôs negar qualquer cooperação com Israel, inclusive com os serviços de segurança, bloquear estradas vitais para os assentamentos, promover constantes manifestações de protestos ao mesmo tempo em diversos lugares e realizar ações mais arriscadas: sabotar os serviços de eletricidade, telefones e internet, criar o caos nos assentamentos israelenses.

Na própria Cisjordânia, uma extraordinária greve de professores enfrentou os trabalhadores educacionais com a Autoridade Nacional Palestina em 2016. O protesto só não foi maior porque o governo da AP bloqueou os principais acessos da cidade de Ramallah. Mesmo assim, mais de dez mil pessoas se concentraram em frente à sede do governo para protestar. A manifestação também contou com a presença de estudantes. Com adesão de 95% dos mais de 35.000 professores, a greve foi organizada a partir de comitês de base nas escolas e bairros. A greve teve um significado importante por passar por cima da direção burocrática do sindicato ligado ao governo da Autoridade Palestina e ao Fatah. Foi criado uma Comissão de Coordenação eleita pelos professores da Cisjordânia. Uma perspectiva independente dos trabalhadores começou a se abrir passo na Palestina.

A CRISE DOS REFUGIADOS: CIVILIZAÇÃO E BARBÁRIE

Entre 2014 e 2015, as costas europeias do Mediterrâneo foram testemunhas do drama, muito frequentemente mortal, de centenas de milhares de refugiados, oriundos majoritariamente da África e Oriente Médio, e também da Ásia (em menor proporção), que buscavam chegar à Europa ocidental. Esse fluxo migratório atingiu níveis críticos ao longo de 2015, com um aumento exponencial (centenas de milhares de pessoas) tentando entrar na Europa e solicitando asilo, fugindo de seus países devido a guerras, conflitos, fome, perseguições, mudanças climáticas e ambientais, repressão e falta de perspectivas econômicas e de vida. Eles foram objeto de intimidamento, violência e opressão por parte dos grupos que controlam o tráfico ilegal de seres humanos e exploram esses migrantes totalmente vulneráveis, e também pelas guardas armadas de fronteira de diversos países europeus.

A crise surgiu em consequência do crescente número de pessoas que buscam chegar aos estados membros da União Europeia, através de perigosas travessias no Mar Mediterrâneo e pelos Bálcãs, na maior onda migratória e crise humanitária enfrentada pela Europa desde a Segunda Guerra Mundial. Entre 2007 e 2011, um grande número de imigrantes ilegais provenientes do Médio Oriente e África cruzou a fronteira entre a Turquia e a Grécia, levando a Grécia e a Agência de Proteção das Fronteiras Europeias (Frontex) a atualizar os controles nas fronteiras. Em 2012, o fluxo de imigrantes para a Grécia por terra diminuiu 95% após a construção de uma cerca em parte da fronteira grego-turca. Em 2015, a Bulgária também construiu uma cerca de fronteira para impedir os fluxos migratórios através da Turquia. O reavivamento dos conflitos internos na Líbia, no rescaldo da guerra civil, também contribuiu para uma escalada de deslocamentos de fugitivos.

O naufrágio de um navio de migrantes ocorrido em 2013 na costa da Ilha de Lampedusa (Itália) envolveu mais de 360 mortes, obrigando o governo italiano a realizar a Operação *Mare*

Nostrum, uma operação naval de grande escala que envolveu busca e salvamento de migrantes trazidos a bordo de navios.[729] Em 2014, o governo italiano terminou a operação, dizendo que seu custo era demasiado grande para um só Estado da União Europeia. A Frontex assumiu a principal responsabilidade pelas operações de busca e salvamento, seu orçamento mensal foi estimado em €2,9 milhões. O governo italiano solicitou fundos adicionais da UE para continuar a operação, mas os outros países da UE não concordaram. O governo do Reino Unido argumentou que temia que a operação atuasse como um fator de atração incentivando mais migrantes a tentar a travessia marítima, levando a mais mortes trágicas (e, sobretudo, ao afluxo de migrantes árabes em seu próprio país).

Migrantes que cruzaram as fronteiras da UE em 2014 por região de origem	
Síria	**66.698**
Eritreia	**34.323**
África subsaariana	**26.341**
Afeganistão	**12.687**
Mali	**9.789**
Gâmbia	**8.642**
Nigéria	**8.490**
Somália	**7.440**
Palestina	**6.418**
Senegal	**4.769**
Marrocos	**1.116**
Outros	**34.597**
Total	**220.194**

Segundo a Organização Internacional de Migração, 3.072 pessoas morreram ou desapareceram em 2014 no Mediterrâneo durante a tentativa de migrar para a Europa. As estimativas globais indicam mais de 22 mil imigrantes mortos entre 2000 e 2014. Em 2014, 283.532 migrantes irregulares entraram na União Europeia, seguindo a rota do Mediterrâneo central, do Mediterrâneo oriental e rotas terrestres através dos Bálcãs ocidentais. 220.194 migrantes atravessaram as fronteiras marítimas da UE na Europa central, oriental e ocidental do Mediterrâneo (um aumento de 266% em relação a 2013), metade deles vindo da Síria, da Eritreia e do Afeganistão.

Em 2015, até o mês de setembro, a Organização Internacional de Migração afirmou que o número de imigrantes havia batido a marca de 350.000. Com o naufrágio de 20 de abril de 2015, com 700 pessoas desaparecidas, cresceu a pressão para restaurar a operação italiana. A OIM pediu a restauração imediata da operação de busca e resgate após a tragédia. A Alemanha estimou em 800.000 o número de pessoas que pediriam asilo a algum país da União Europeia em 2015. A Frontex reconheceu as seguintes rotas sobre mar e em terra usadas pelos imigrantes e pelos traficantes de seres humanos para entrar na EU: a rota ocidental africana; rota do Mediterrâneo ocidental; rota do Mediterrâneo; rota de Puglia e da Calábria; rota

[729] *Mare Nostrum* foi uma operação naval e aérea do governo italiano iniciada em 18 de outubro de 2013 para enfrentar o aumento da imigração para a Europa durante o segundo semestre de 2013 após o naufrágio de Lampedusa. Durante a operação, 150.000 migrantes, principalmente da África e do Oriente Médio, conseguiram chegar com segurança à Europa. A Comissão Europeia concedeu € 1,8 milhão de apoio financeiro para a operação, conduzida pela Marinha italiana perto da costa da Líbia. A operação terminou em 31 de outubro de 2014, substituída pela Operação Triton, com menor capacidade e centrada na proteção das fronteiras, em vez de busca e salvamento.

circular da Albânia para a Grécia; rota dos Bálcãs ocidentais (da Grécia pela Macedônia e Sérvia para a Hungria); rota do Mediterrâneo oriental; rota das fronteiras orientais.

Cerco entre Hungria e Sérvia

Uma vez na Europa, os imigrantes tentam chegar aos países mais ricos, como França, Alemanha e Reino Unido. Muitos, para tentar chegar ao Reino Unido pelo Eurotúnel, ficaram acampados em Calais, na França, onde se arriscam em caçambas de caminhões, o que levou os governos francês e britânico a intensificar a fiscalização (barragem) na passagem. No início de setembro de 2015, a crise se intensificou na Hungria, parte da principal rota que leva imigrantes do Oriente Médio, principalmente da Síria, principalmente para a Alemanha. A massa de gente tentando tomar trens para o país levou ao fechamento da Estação Central de Budapeste. O aumento do fluxo contínuo fez a Hungria a fechar sua fronteira com a Sérvia, ao mesmo tempo em que construiu uma segunda barreira na sua fronteira com a Croácia.

Em 2015, 515 mil refugiados e imigrantes arriscaram suas vidas para atravessar o Mar Mediterrâneo, segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR); mais de 2.500 pessoas morreram afogadas na travessia, um número sem precedentes. O número de mortes no mar atingiu níveis recordes em abril de 2015. Entre janeiro e março de 2015, 479 refugiados e migrantes se afogaram ou foram considerados desaparecidos, contra 15 durante os três primeiros meses de 2014. Em abril, a situação se deteriorou ainda mais. Devido a um contínuo número de naufrágios, 1.308 refugiados e migrantes se afogaram ou foram declarados desaparecidos naquele único mês (comparado aos 42 casos registrados em 2014). Daqueles que tentaram chegar à Europa por mar, 54% vinham da Síria, 13% do Afeganistão e 7% da Eritreia. Iraque, Nigéria e Paquistão aparecem com 3%, enquanto que cidadãos da Somália e Sudão representavam 2% dessas pessoas.

Com a fronteira fechada entre a Sérvia e a Hungria, a Croácia tornou-se a rota mais utilizada para os que pretendiam chegar ao centro e ao norte da Europa. O crescente fluxo de imigrantes levou a Eslovénia a barrar trens comboios vindos da vizinha Croácia. Hungria ficou sobrecarregada de pedidos de asilo; seu governo direitista (Orban) suspendeu parte dos acordos firmados na Convenção de Dublin, que regulamenta o asilo na UE. Em agosto de 2015, a Alemanha decidiu também suspender a Convenção de Dublin a respeito dos refugiados sírios.

Em setembro do mesmo ano, foi a vez da República checa desconhecer a Convenção para atender aos pedidos de refugiados sírios que já haviam solicitado asilo em outros países da UE e que chegavam ao país. No inicio de setembro de 2015 a Alemanha (Angela Merkel) flexibilizou sua posição; a Comissão Europeia discutiu planos para distribuir entre os países-membros da UE 160 mil refugiados, mas a proposta foi rejeitada pela Tchecoslováquia,

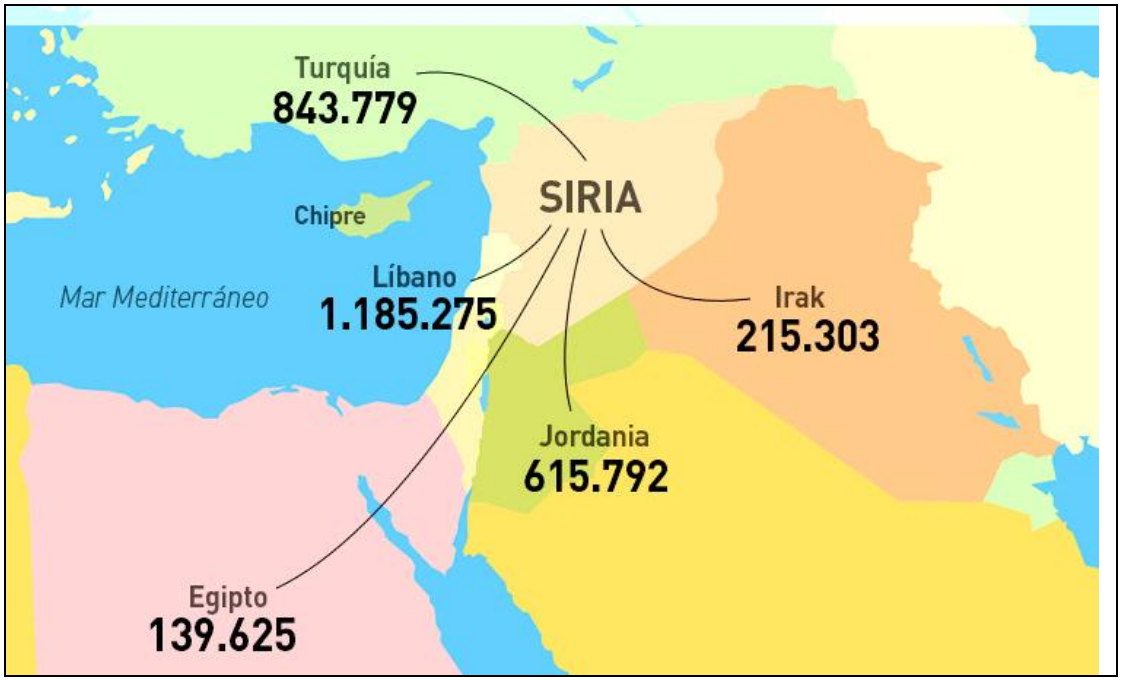
Hungria, Polônia e Eslováquia. Os EUA ofereceram asilo para até 10 mil sírios em 2016, uma cifra irrisória se confrontada com a dimensão do drama, e com a dimensão da economia, dos recursos e do território dos EUA.

A posição dos governos contrastou com a reação de boa parte das populações europeias. Na Islândia, por exemplo, mais de onze mil famílias se ofereceram para receber refugiados em suas casas. Taxistas austríacos transportaram de graça famílias refugiadas da fronteira húngara até a capital do país. Dentre os países que receberam refugiados estão a Grécia, com 383 mil, a Itália, com quase 130 mil, e a Espanha, com apenas dois mil. De todo o contingente que cruzou o Mar Mediterrâneo em direção a Europa durante os primeiros seis meses de 2015, um terço era formado por homens, mulheres e crianças da Síria. Os outros dois terços eram majoritariamente originários de Afeganistão e Eritreia, países em situação de guerra civil.

Aylan Kurdi, sírio

Autor: Laurent Sourisseau, *aka* Riss, francês

No caso da África, países como Senegal, Mali, Guiné e Gâmbia concentram os maiores índices de imigrantes ilegais rumo a Europa. A maioria deles são homens solteiros na faixa dos 20 anos. Para atravessar o Mediterrâneo, os imigrantes se arriscam em embarcações superlotadas sem o mínimo de segurança. Aliciados por traficantes de pessoas, os passageiros acabam pagando em média 2.500 dólares por pessoa, o que torna o negócio altamente lucrativo; um único barco pode render um milhão de dólares de lucro. O destino preferido dos refugiados é a Alemanha, que no ano passado recebeu 202.700 requisições, ou 32% do total. A Suécia veio logo em seguida com 81.200, ou 13%. Seguem Itália, com 64.600, ou 10% do total, França, 62.800, ou 10%, e a Hungria, 42.800, ou 7%. Cabe assinalar que a grande maioria dos refugiados da guerra civil síria se dirigiram, não à Europa, mas em direção de países do Oriente Médio e da Ásia Menor.



Refugiados sírios no Oriente Médio

O número de mortos da crise dos refugiados no Mediterrâneo está subestimado, pois não contabiliza os que morrem e são recolhidos nas costas africanas ou asiáticas: "Para centenas de milhares de refugiados que deixaram as guerras no Oriente Médio rumo à segurança da Europa, (Izmir) cidade litorânea da Turquia é um ponto de partida. Mas, para centenas de outros, tornou-se um lugar de descanso final", informou o *The New York Times* de 20 de fevereiro de 2016. A maioria dessas pessoas são enterradas em valas comuns.

A "segurança fornecida pela Europa" também é uma miragem, pois Europa espera os refugiados com miséria, desemprego e marginaldade social, pelo menos para a grande maioria deles. A crise dos refugiados testemunha não só a decomposição social e até nacional das sociedades africanas e médio-orientais das quais eles fogem, mas também a crise e decomposição das "civilizadas" sociedades receptoras. Europol (Escritório Europeu de Polícia) informou que dos 270 mil menores de idade chegados ao continente até finais de 2015, dez mil estavam desaparecidos, presumivelmente sequestrados por redes de tráfico de seres humanos.[730] A barbárie se encontra nas duas pontas do percurso dos refugiados. A questão dos refugiados não é especificamente africana, nem árabe, nem asiática, nem europeia, é internacional.

[730] "As crianças desaparecidas não foram escondidas em alguma floresta, vivem diante de nossos olhos", disse o informe policial.

A intervenção militar externa na Líbia, a guerra civil na Síria, a catástrofe política do Iraque com a saída das tropas ocupantes norte-americanas, movimentaram o tabuleiro geopolítico internacional e puseram toda a região no centro do noticiário político. A proximidade geográfica com a Europa, em profunda crise econômica desde 2008, transformou o terremoto político e bélico árabe em crise geral, com fenômenos de decomposição social, xenofobia e de centenas de milhares de migrantes nas costas europeias do Mediterrâneo, que descambou para uma crise humanitária maiúscula na Europa. Iniciou-se desse modo uma crise euro-mediterrânea, vinculada aos desdobramentos políticos da primavera árabe, que experimentou um forte retrocesso político entre 2014 e 2015. Isso definiu o centro geográfico de uma crise internacional abrangente, com Ucrânia em guerra civil ao norte, Síria e Iraque (parcialmente controladas pelo Estado Islâmico) no suleste, Líbia no sul. Uma crise incrementada pela descoberta de depósitos de petróleo e gás no leste do Mediterrâneo, que tornou mais agudos os antagonismos locais e internacionais, com a reaproximação entre Atenas, Nicósia (Chipre), Tel Aviv e El Cairo, contra as ambições de potência regional do regime islâmico turco. Um barril de pólvora (inclusive nuclear) em uma região em que um inferno bélico e humanitário se instalou na Síria, Iraque, Líbia e Iêmen.

A "guerra contra o terrorismo" passou também a ser usada para endurecer a política europeia sobre os refugiados: Turquia, a ponte principal de acesso à Europa ocidental por parte dos refugiados sírios, foi exortada pela União Europeia - em troca de algumas concessões- a deter a maré de refugiados que chegam até a costa grega. A beligerância estatal contra os refugiados, no entanto, foi previa aos atentados terroristas de Paris, como o provam os muros construídos nas fronteiras da Europa oriental e o estado de abandono a que o Estado francês submeteu aos migrantes em Calais, porto de acesso à Inglaterra. Além de menos dinheiro previsto para as operações de resgate, o ano de 2015 marcou uma mudança na forma de atuação dos contrabandistas que organizam as travessias. As embarcações *Blue Sky M*, resgatada com 736 sírios à bordo, e a *The Ezadeen*, encontrada com outros 359 sírios, são um indício de que grandes navios cargueiros podem ser a nova solução encontrada pelos traficantes para ganhar ainda mais dinheiro com a travessia ilegal. Em ambos os casos, as embarcações foram abandonadas à deriva, sem tripulação. Nesses navios, é possível transportar centenas, até mesmo milhares de pessoas, e cada um desses passageiros paga entre U$$ 4 mil e US$ 6 mil pela viagem.

A crise dos refugiados sacodiu Europa, onde centenas de milhares de migrantes desesperados entraram por múltiplas fronteiras, e abriu fissuras profundas na União Europeia (UE). A crise ameaçou dividir o bloco, mas a natureza dela é global, suas raízes estão fincadas em décadas de conflito, do Afeganistão à Somália e à Eritreia; nos múltiplos levantes decorrentes das revoluções árabes, da Líbia ao Iêmen; e na instabilidade regional provocada pela invasão e ocupação norte-americana e pela destruição do Iraque. A maior fonte de refugiados que inunda a Europa é a Síria. Cerca de metade da população síria – quase 12 milhões de pessoas – foi deslocada, depois de quatro anos de conflito brutal. Houve 300 mil mortes e mais de quatro milhões de pessoas tiveram de fugir de seu país. Segundo o Alto Comissariado da ONU para Refugiados, o enorme aumento no número de sírios que fogem para a Europa este ano tem muitas causas, sendo a principal delas a desesperança em relação a uma saída para a crise, combinada com a redução constante do apoio aos campos de refugiados na Turquia, Líbano e Jordânia. O plano das agências da ONU para ajuda recebeu, em 2015, menos de 40% de seu orçamento, e alguns países fronteiriços à Síria impuseram rígidas restrições ao emprego dos refugiados.

O encontro de setenta países em fevereiro de 2016 que arrecadou onze bilhões de dólares para "ajudar os refugiados", destinou US$ 3,5 bilhões a Turquia, por ter recebido 2,2 milhões de sírios. Tratou-se de uma verdadeira "mercantilização dos refugiados" (expressão de Jean-François Dubost, de *Amnesty International*), refugiados rejeitados sumariamente pela Tuquia

em direção do Afeganistão e da Síria. O acordo permitiu à Grécia fechar sua fronteira turca, e outorgou ao regime “slãmico” turco um passe-livre para resolver, mediante o massacre, sua “questão curda”. O Líbano, por sua vez, recebeu um contingente de refugiados sírios equivalente a 25% de sua população antes da crise: para a UE seria como receber cem milhões de refugiados. Nas condições de grave crise mundial e de extrema crise regional, os equilíbrios políticos do Oriente Médio podem ir pelos ares, recolocando num novo patamar histórico a revolução árabe e, em geral, a luta antiimperialista dos povos do Oriente Médio e da Ásia Central.

À GUISA DE CONCLUSÃO (PROVISÓRIA)

1. A civilização árabe se constituiu depois de uma acumulação e sedimentação histórica milenar, abrangendo um vasto conjunto geográfico e populacional, asiático, africano, europeu e insulíndio, e atingindo uma notável homogeneidade cultural e linguística a partir de um centro de irradiação demograficamente pouco denso, mas situado numa encruzilhada comercial e cultural de variados povos e civilizações. Sua força extraordinária de unificação e de expansão derivou dessa origem, que lhe permitiu sintetizar contribuições vindas das antigas civilizações (impérios) orientais, da civilização helenística, do Império Romano, das civilizações africanas, além de suas próprias tradições, criadas por povos pastoris nômades *sui generis* no seu *hinterland* e por povos comerciantes e expedicionários nas suas regiões costeiras. A partir de uma impulsão econômica e política de caráter unificador, ela ocupou o vazio de hegemonia deixado pela decadência e crise das civilizações hegemônicas precedentes, não raro incorporando-as total ou parcialmente ao seu próprio domínio.

2. Não é verdade que a civilização árabe, no seu período de esplendor, se limitasse a preservar parcialmente e a codificar a herança cultural das civilizações vizinhas ou precedentes, e/ou a transmití-la a outras civilizações fronteiriças pretensamente "superiores" (em especial, a europeia). Ela realizou uma síntese dessas contribuições, que a levou a superá-las em diversos aspectos. A civilização árabe se destacou de modo original na literatura (*As Mil e uma Noites*, *As Minas do Rei Salomão* e *Ali Babá e os Quarenta Ladrões*, só para nomear clássicos da literatura universal), nas artes, nas ciências (em especial nas ciências hoje chamadas de exatas, principalmente álgebra e matemática), na tecnologia aplicada à produção e até na filosofia, história e sociologia, embora os campos cobertos por todos esses saberes não estivessem ainda claramente delimitados (como não o estavam nas civilizações precedentes, ou em civilizações paralelas).

3. O moderno colonialismo europeu, baseado em preceitos iluministas, produziu uma constituição hierárquica da realidade; todas as culturas, povos e territórios do planeta, foram integrados numa "universalidade excludente". As classificações eurocêntricas da história dos saberes impediram, até o presente, resgatar sua especificidade e originalidade (isto é, sua contribuição específica para a cultura universal), ao situar anacronicamente, por exemplo, a filosofia árabe clássica e suas "dissidências heréticas" dentro da filosofia medieval (europeia). A periodização da história e a classificação dos fatos e processos de alcance histórico a partir de uma linearidade (sem divisões nem rupturas qualitativas) de linhagem e centro europeus é ainda hoje uma barreira para o conhecimento histórico, incluido o da civilização e da cultura árabe.

4. O Islã foi a força ideológica (religiosa) que unificou a civilização árabe e permitiu sua rápida e bem sucedida expansão. Toda religião ou ideologia tem suas especificidades; acusar, no entanto, o Islã de se distinguir de outras "religiões universais (ou não)" pela sua crueldade e/ou violência, significa nunca ter ouvido falar da Inquisição cristã, da escravidão africana ou do extermínio das etnias indígenas americanas pelas potências cristãs europeias, das torturas chinesas ou das práticas de certas seitas hinduístas. O Islã, por outro lado, não permaneceu sempre idêntico a si mesmo. Como todas as outras religiões, cindiu-se em correntes diferenciadas (que chegaram a constituir, na prática, religiões diferenciadas) em função de sua adaptação a situações históricas diversas. Em períodos de paz e estabilidade da "civilização islâmica", as prescrições mais rigorosas do islamismo tiveram tendência para ficarem mais suaves ou formais, e até para serem mais ou menos esquecidas, inclusive o controvertido instituto da *Jihad*.

5. O predomínio dos aspectos religiosos da cultura islâmica sobre seus aspectos artísticos e científicos (na medida em que a ciência não se constituia em campo separado da religião, assim como também acontecia na Ocidente cristão ou em outras latitudes geo-históricas) indicou e marcou o ingresso da civilização islâmica num período de declínio histórico. A divisão do islamismo em duas correntes principais, sunitas e xiitas, estas por sua vez divididas em cada vez mais numerosas seitas internas, foi a expressão religiosa desse processo histórico. A definição do sunismo como o islamismo "jurídico" ou do poder, e do xiismo como o islamismo da derrota e da piedade pelo próximo, tem uma validade histórica limitada para o período em que essa cisão aconteceu, e não pode ser a chave de interpretação para o conflito contemporâno entre xiitas, sunitas e outras correntes internas do islamismo, incluídas as salafitas.

6. Na era do antigo sistema colonial europeu, a civilização árabe foi colonizada pelo Império Otomano, previamente islamizado pela expansão árabe. Diversamente do que aconteceu com as civilizações ameríndias, africanas ou da Oceania, as sociedades árabes não foram destruídas no período de domínio otomano, chegando a conhecer novos surtos parciais e localizados de esplendor cultural e desenvolvimento econômico, sem a força unificadora e expansiva do passado. O desenvolvimento do wahabismo na Península Arábica, interpretado como uma reação da sociedade rural nômade contra a sociedade urbana centrada no califado de Istambul, expressou a transposição das contradições da dominação otomana ("turca") para o interior da própria comunidade religiosa islâmica. A penetração do capital europeu no Próximo e Médio Oriente, no século XIX, encontrou uma base no declínio do Império Otomano. Populações muçulmanas foram incluídas na Europa e no Império Russo. Os países árabes se transformaram em colônias *sui generis* (chamadas de mandatos) do imperialismo europeu com o fim do Império Turco, depois da Primeira Guerra Mundial, conservando a memória de um forte passado imperial que atingira em sua expansão a Europa. Isto conferiu ao moderno nacionalismo árabe ou àquele dos países e regiões muçulmanas características peculiares, incluída a fusão mais ou menos espontânea entre nacionalidade e religião islâmica.

7. A tendência para a completa separação da esfera civil ou profana da esfera religiosa existiu no mundo islâmico como em muitos outros. As obras de todo tipo e as tradições que disso testemunham primam pela sua abundância. Essa separação, porém, não se completou. Isto não se deveu a uma razão ideológica (as características religiosas do islamismo, ou as características civilizacionais da arabidade ou das sociedades dominadas religiosamente pelo Islã) mas a uma razão histórico-social: a não realização ou a incompletude da revolução democrática no mundo árabe-islâmico, devida, num primeiro momento, à ausência de uma burguesia revolucionária, tanto no campo econômico quanto no político-social. O capitalismo é um modo de produção mundial. Nos últimos cinco séculos se desenvolveu de país a país, de continente a continente, e passou através das fases sucessivas do capitalismo comercial, industrial, financeiro até o capitalismo estatal monopolista. Cada país, mesmo que atrasado, foi levado para a estrutura das relações sociais capitalistas e se viu sujeito às suas leis de funcionamento. Enquanto cada nação entrou na divisão internacional do trabalho sobre a base do mercado mundial capitalista, cada uma participou de forma peculiar e em grau diferente na expansão do capitalismo, e jogou diferente papel nas distintas etapas de seu desenvolvimento. O capitalismo surgiu com muito maior força na Europa e na América do Norte do que na Ásia e África. Estes foram, porém, fenômenos interdependentes, lados opostos de um único processo. O fraco desenvolvimento capitalista nas colônias foi produto e condição do superdesenvolvimento das áreas metropolitanas, que se realizou às custas das primeiras.

8. Num segundo momento, o processo nacional e democrático nos países árabes ou islâmicos foi barrado pela penetração do imperialismo europeu, que encontrou bases propícias nas classes dominantes parasitas do mundo islâmico (monarquias e nobreza, grandes proprietários de terra, hierarquia clerical) e alicerçou sua dominação econômica e política na sobrevivência das formas mais atrasadas de exploração do mundo árabe e colonial em geral, e no desnível do desenvolvimento das forças produtivas locais em relação às metrópoles. A incipiente burguesia nativa não se desenvolveu com base no crescimento de um forte mercado interno (o que foi o caso, historicamente excepcional, de algumas burguesias europeias, em especial a inglesa) e concluiu como aliada do imperialismo externo, não sem esporádicas e sempre renascentes contradições com este, em especial nos períodos de crise do capitalismo mundial (no último quartel do século XIX, na década de 1930, no período histórico posterior aos "trinta anos gloriosos", começado em meados da década de 1970).

9. O nacionalismo burguês ou pequeno burguês do mundo árabe, por isso, adotou formas pouco democráticas (em geral, se identificou com o bonapartismo ou caudilhismo civil e, especialmente, militar) e não, ou não completamente, laicas, embora chocasse com frequência, em seus inícios, contra a hierarquia religiosa. O Wafd, o Ba'ath, o nasserismo, e até, no caso extremo, o nacionalismo revolucionário e socializante argelino, nunca prescindiram nem deixaram de compactuar com um pano de fundo ideológico islâmico. Quando se afirma que o islamismo político contemporâneo ocupou o vazio político deixado pela falência do nacionalismo laico, se esquece que este nunca foi propriamente laico: em diversos momentos e circunstâncias, o islamismo político hodierno foi a continuidade política e até organizativa do nacionalismo (como no atual "islamo-baathismo" síro e iraquiano, enquadrado por dirigentes do antigo regime baathista do Iraque), não sua negação. O sucedâneo pequeno burguês, civil ou militar, da raquítica burguesia nacional árabe, inclusive quando chegou e permaneceu no poder durante longos períodos (Egito ou Iraque, por exemplo) foi incapaz de promover um desenvolvimento industrial firme e autônomo nos países árabes ou islâmicos. No máximo, chegou a configurar centros financeiros de alguma importância (Líbano).

10. O islamismo político contemporâneo nasceu na década de 1920, no Egito, menos como reação contra a crescente dominação estrangeira (europeia) do Oriente Médio e do mundo árabe-islâmico em geral, e mais como reação contra a penetração crescente do comunismo (ou seja, do marxismo) em virtude da influência exercida pela Revolução de Outubro, e pelo potencial crescimento de partidos comunistas na "área islâmica". Ele se postulou inclusive como aliado de quem quer que fosse que estivesse disposto a combater essa influência e esse crescimento, apelando, claro, para o resgate dos "valores e normas de conduta tradicionais", inclusive (e sobretudo) a sujeição feminina, recriando tradições e normas já em grande parte superadas no mundo árabe. O islamismo político foi, essencialmente, um fenômeno de natureza reacionária, embora cheio de contradições, na medida em que assumiu responsabilidades políticas estatais ou de grande envergadura

11. Embora, em virtude do escasso desenvolvimento industrial, a classe operária do mundo islâmico fosse minoritária (ou muito minoritária), os partidos comunistas dessa área conheceram um importante desenvolvimento em alguns países, chegando a ter influência de massas (Iraque, Indonésia, Irã, Líbano, Palestina antes da partilha, etc). Como aconteceu no Oriente, na China em especial, sua base social, nesses casos, foi principalmente camponesa. A possibilidade histórica levantada pela Internacional Comunista, a de que os países orientais chegassem ao comunismo sem passar pelas diversas etapas do desenvolvimento capitalista, através de um processo de revolução

democrática dirigido pelo pelo proletariado e pelo campesinato pobre, ou seja, através de um processo de *revolução permanente*, apareceu concretamente no horizonte histórico em diversas ocasiões, em especial no Iraque e no Irã. Essa possibilidade se frustrou por razões *políticas*: a stalinização dos partidos comunistas, que os levou, *bon gré mal gré*, a acompanhar o oportunismo conservador da burocracia do Kremlin em matéria de política internacional, capitulando e até impulsionando a criação do Estado de Israel, ou apoiando e dissolvendo-se em formações políticas nacionalistas, como no caso do Egito, em que o Partido Comunista se dissolveu na União Socialista Árabe de Nasser, embora a política deste fosse claramente antioperária, principalmente anticomunista.[731] A justificativa "teórica" dessas políticas, a "teoria da revolução por etapas", foi objeto de uma crítica demolidora por parte do marxismo revolucionário.

12. A IV Internacional não conseguiu ultrapassar um estádio embrionário em quase todos os países árabe-islâmicos. Sua influência foi, sobretudo, ideológica, em especial na critica aos fundamentos históricos do sionismo. É bastante significativo que os documentos, redigidos por Leon Trotsky, que deram fundamento programático à IV Internacional, o *Programa de Transição* (de 1938) e o *Manifesto de Emergência* (de 1940), que são bastante detalhados em relação a diversos países e continentes, não façam nenhuma referência ao mundo árabe ou islâmico (com a parcial exceção da parcialmente islâmica Índia). Com a cisão e dispersão da IV Internacional, as pequenas formações políticas dessa corrente na região padeceram de todas as taras oriundas da crise do marxismo revolucionário, chegando a adotar políticas de caráter abertamente (e aberrantemente) oportunista, como nos casos do Irã e da Palestina.

13. O marxismo revolucionário, da Internacional Comunista em diante, rejeitou qualquer forma de subordinação política dos operários e camponeses árabes em relação às suas burguesias e classes dominantes feudais, propiciada em nome da unidade da "Nação Árabe", e destacou a importância da luta política contra os exploradores tendo em conta as peculiaridades dos diferentes Estados árabes. Assinala, fundamentalmente, que a luta pela emancipação nacional somente pode triunfar por meio da tomada do poder pelos trabalhadores, ou seja, por meio da derrubada das burguesias e classes feudais árabes e de seus governos. Não é correto, portanto, afirmar que "a unidade nacional árabe é a tarefa central da revolução árabe", mesmo afirmando simultaneamente que "os marxistas revolucionários concebem a unificação da Nação Árabe de um ponto de vista internacionalista",[732] como fez o Secretariado Unificado da IV Internacional. Essa corrente adotou um ponto de vista pan-arabista. Ora, a unificação política anti-imperialista do Oriente Médio e da Ásia Central não tem um conteúdo *histórico* especificamente árabe (e menos ainda islâmico): embora reconhecendo todas suas peculiaridades nacionais (muito diferenciadas, por outro lado, segundo cada país ou região) ela é uma tarefa política transitória na luta contra o imperialismo capitalista mediante a aliança do proletariado internacional com as massas pobres urbanas e rurais dos países oprimidos, em direção da revolução socialista mundial, que está muito longe de constituir a negação da especificidade e do gênio árabe, sendo, ao contrário, a única perspectiva para sua libertação da camisa de força feudal-burguesa e clerical.

14. É uma ideia comum (e vulgar) afirmar que "o Oriente Médio muçulmano é uma região *sui generis*, que segue um caminho histórico único e não pode ser comparada com o

[731] Derek Alan Ide. The repression of communist workers in Egypt, 1952-1965. *Workers of the World* vol. 1 nº 7, slp, novembro 2015.

[732] Fourth International (IV Internacional). The Arab revolution (1974). *International Viewpoint*, slp, 8 de fevereiro de 2009.

resto do mundo".[733] Isto não é historicamente correto, e é ideologicamente reacionário. O capital financeiro unificou o mundo em uma única rede econômica, cada vez mais entrelaçada, muito antes da chamada "globalização". Mas não unificou o globo e as diversas sociedades de maneira igualitária ou democrática, muito pelo contrário. Ao lado de nações opressoras e oprimidas, e como consequência dessa hierarquia opressiva na qual se baseia o imperialismo capitalista, existem culturas opressoras e culturas oprimidas. Os embates entre ambas se apresentam, frequentemente, sob o véu ideológico religioso ou do suposto embate de "civilização versus barbárie". As antigas "civilizações" estanques e separadas, que poderiam chocar entre si pela hegemonia regional ou mundial, ou se aliar com objetivos semelhantes ou convergentes, pertencem ao passado superado pelo desenvolvimento histórico. As teorias sobre o "choque" ou sobre a "aliança" das civilizações são, como a teoria das raças diversas e opostas, ideias anacrônicas que parecem tiradas de um cemitério medieval, seja lá quem for que as defenda. Nos embates político-cultural-militares que envolvem os povos oprimidos contra seus opressores é necessário ver, por trás do véu ideológico, os interesses imperialistas e os interesses das nações oprimidas e, sobretudo, os interesses *de classe*, categoria e realidade universal que dispensa qualquer "caminho histórico único", embora não negue as especificidades nacionais ou culturais de cada povo.

15. A reemergência e a vigência do islamismo político em sua versão "fundamentalista" e terrorista só podem ser compreendida à luz da contraditória evolução política do mundo árabe e também à luz da crise geral da política imperialista. Atribuí-la exclusivamente a fatores como a explosão demográfica ou a "revolução sanitária" dos países árabes na década de 1970, como fez o islamólogo Gilles Kepel (para prognosticar, na véspera do 11 de setembro de 2001, o declínio imediato e inevitável do islamismo político…),[734] sem passar pela trajetória da luta de classes e de suas expressões políticas, significa condenar-se à incompreensão e, finalmente, à resignação diante do "irracional". Na atualidade, segundo essa interpretação, o islamismo salafita defenderia as velhas tradições que correspondem às relações pré-capitalistas de produção, mas ao mesmo tempo tentaria modificá-las ou interpretá-las de acordo com as mudanças nas forças e relações produtivas (capitalistas monopolistas). A transposição das normas wahabitas ou salafitas para a vida social presente opera como um fator ideológico e até mobilizador, mas não como um fator decisivo e único de explicação, em condições históricas completamente diversas daquelas que lhes deram origem. O principal grupo terrorista islâmico não possui uma base wahabita, mas sunita. Nas palavras de Kepel, a barreira de proibições antilibertárias e antiliberais do neoislamismo "deu aos jovens empobrecidos, humilhados, forçados à abstinência ou à miséria sexual pelas condições em que viviam, sufocados em famílias supernumerosas, a chance de se tornarem heróis da castidade que passaram a condenar firmemente os prazeres dos quais haviam sido tão desgraçadamente privados". O que não foi contraditório com a prática da escravidão sexual feminina por parte dos grupos fundamentalistas.

16. Como apontou Jocelyne Cesari, "a globalização cultural é um processo marcado pela deterritorializaçãode culturas e comunidades, religiosas,étnicas ou sexuales. Em face diasso, o Islã apareceu como um poderoso fator de formação de identidades coletivas, friando laços entre grupos separados por fronteiras, línguas e culturas... A comunidade da diáspora tece vínculos de solidariedade além das fronteiras nacionais e culturais...

[733] Michael L. Ross. *Op. Cit*., p. 292.

[734] Gilles Kepel. O islamismo está em declinio. *Tempo Real Cebri* n° 5, Rio de Janeiro, 12 de abril de 2001.

Outra drma, mais visível, diz respeito aos movimentos teológicos e políticos que põem o acento sobre o vínculo universal da comunidade dos crentes (*Umma*)... Os meios de comunicação e de transporte tornaram o conceito de Ummma mais real do que nunca... Uma parte das adfesões funda-se numa busca do Islã concretizada em uma relação direta com os textos revelados, insprando-se na tradição salafita original. São fundamentalistas no sentido de se referir às fontes, ao Corão e aos *hadith*. Esse retorno aos textos pode ser conservador ou puritano ((mas) ao mesmo tempo, essas comunidades representam o fermento de uma renovação. As práticas islâmicas se renovaram e secularizaram e o pensamento islâmico está emplena ebulição, evidenciando uma liberdade de pensamento perdida desde a primeira *salafiyya*".[735]

17. Ainda assim, os delírios imperialistas hodiernos pretendem aparecer como "a luta da modernidade contra a barbárie pré-moderna", focando de modo unilateral e distorcido alguns aspectos tradicionalistas da revolta dos oprimidos. O despertar político na Ásia, no Oriente Médio, nas áreas chamadas "atrasadas" do mundo, tomou emprestadas do passado suas formas ideológicas, assim como reivindicou formas tradicionais de vida, que o domínio secular do capitalismo imperialista destruiu de modo bárbaro. As milícias xiitas, os insurgentes sunitas, os *pashtuns* em revolta no Afeganistão e no Paquistão, os baluches, os curdos, todos esses povos que se supunha sepultados pela "história" do capital que costuma-se chamar de "modernidade", entraram novamente na arena da história contemporânea. A rebelião dos "bárbaros" é uma revolta contra a "barbárie realmente existente", a de um sistema mundial em decadência. Realiza, portanto, uma tarefa histórica necessária, *civilizadora*. Marca a entrada das massas populares de Ásia e do "mundo periférico" na contemporaneidade, junto com a crise do próprio mundo moderno na época do declínio capitalista. Os chamados "bárbaros" podem derrotar os bárbaros reais, mas não com os recursos do passado, que os condenariam à derrota. Sua libertação da "civilização" de Abu Ghraib e Guantânamo depende dos métodos e meios de luta do futuro: seu aliado estratégico é a classe operária mundial, particularmente a dos países metropolitanos, emancipada de suas direções burocráticas, vinculadas ao aparelho de dominação imperialista.

18. O caráter do movimento sionista (não do judaísmo enquanto religião) se revelou plenamente em quase setenta anos de existência de Israel, confirmando a caracterização inicial de Isaac Deutscher: "O sionismo surge em função de um problema real – a perseguição aos judeus – mas não luta contra a causa real desse problema. Ao contrário, os seus objetivos nacionalistas não poderiam refletir melhor os interesses da ideologia imperialista e do proprio anti-semitismo". O sionismo "fornece armas aos antissemitas, para as suas teorias sobre a 'necessidade objetiva da imigração judaica'".[736] O sionismo nunca foi um movimento nacionalista dos povos judeus oprimidos na Europa oriental, nem um movimento colonialista metropolitano na Palestina: foi, desde o início, uma tentativa de solução da "questão judaica" (ou seja, do antissemitismo enraizado na Europa, agravado pela crise mundial e levado ao paroxismo pelo nazismo alemão), mediante o estabelecimento de um Estado nacional judeu através da colonização de uma terra alheia, com a expulsão da população local (declarada como "não existente" pelos líderes sionistas). O sionismo, na Europa do leste ou na Palestina, combinou a proposta de uma solução nacional para um problema internacional e de classe, com um projeto associado aos interesses das potências dominantes. A sua diferença em relação aos outros projetos coloniais, em períodos mais distantes na história, foi que seu objetivo não era a exploração da

[735] Jocelyne Cesari. *Musulmani in Occidente*. Florença, Vallecchi, 2005, pp. 251-253.

[736] Isaac Deutscher. *Op. Cit.*

população colonial e sim sua expulsão. Isto significava simplesmente que o sionismo não era um movimento nacional autêntico, mas uma anomalia histórica; que os direitos do povo palestino são incompatíveis com a existência de um Estado confessional e colonial, fundado em 1948 sobre a base da expulsão e da limpeza étnica da população árabe que habitava a Palestina; que a segurança militar de Israel é um mito; que a saída para a tragédia criada pelo imperialismo e pelo sionismo no Oriente Médio se encontra em um âmbito social e nacional mais amplo, incompatível com a exploração social capitalista e com os privilégios nacionalistas.

19. A emancipação árabe palestina é tarefa histórica dos trabalhadores palestinos e dos *fellahin*; mas também é o dever de todos os judeus que se recusam a aceitar a continuação dos crimes sionistas, cometidos em seu nome por aqueles que confiscaram a história das tragédias do povo judeu, sobretudo o Holocausto nazista. O Estado sionista tornou-se a fonte de uma nova e perigosa onda mundial de antissemitismo, como demonstram os ataques reacionários contra as sinagogas e os judeus na Europa. O povo judeu teria de romper com o sionismo em decomposição e reassumir, corajosa e orgulhosamente, o seu papel de outrora nas fileiras da luta pela revolução socialista mundial, a única maneira de pôr um fim ao antissemitismo. Em primeiro lugar, apoiar plenamente suas irmãs e irmãos palestinos na luta por uma Palestina independente, secular e socialista, onde judeus e árabes palestinos possam viver juntos em paz. A liberação nacional palestina enfrenta uma colossal crise de direção; a sua direção pequeno burguesa realizou um compromisso histórico com o imperialismo e com o próprio sionismo. A chamada Autoridade Nacional Palestina é uma barreira política para a luta contra o sionismo e para unir os trabalhadores de toda a região, em especial da Síria, Líbano e Jordânia, contra a opressão do imperialismo e das ditaduras semi-feudais, burguesas ou pequeno-burguesas.

20. A luta por um Estado palestino democrático e laico em todo o território do velho mandato britânico foi colocada por militantes antiimperialistas palestinos (árabes e judeus), antes e depois da criação do Estado de Israel. Foi também a perspectiva da OLP na sua constituição até, em meados da década de 1970, sua direção começar a falar na criação de um Estado próprio em qualquer parte do território palestino que se "liberasse". Era a aceitação do plano de partição de 1947, proposto pelo imperialismo, apoiado pelo stalinismo e aceito pelo sionismo. Deste modo, a direção da OLP preparou o terreno para sua renúncia histórica. Esta se concretizou no processo aberto pelos Acordos de Oslo, que estabeleceram a criação de um Estado palestino fantoche, em menos de 30% do território histórico de Palestina, e a preservação do estado de Israel como policia regional.[737] "Conflito israelense-árabe" é o eufemismo *politically correct* para referir-se à luta pelas reivindicações nacionais palestinas, e à agressão israelense em todo o Oriente Médio. Essa expressão considera que existe uma simetria entre as aspirações nacionais palestinas e o "direito à existência" do Estado sionista. Ora, não existe direito ao retorno e solução para o problema dos refugiados palestinos sem o desmantelamento de todo o sistema jurídico-político montado por Israel: os Acordos de Oslo evitaram sequer a menção do problema.

21. O argumento central contra um Estado palestino único, democrático e laico seria a existência "de duas coletividades nacionais, a judia e a árabe, e o fato da proposta [de Estado único] não atender as necessidades dessas comunidades para garantir sua existência separada".[738] Nenhuma das três formas de opressão - a opressão nacional

[737] Gilbert Achcar. A estratégia imperialista dos EUA no Oriente Médio. *Outubro* n° 11, São Paulo, 2° semestre de 2004.

[738] Michel Warshavski. The principle of bi-nationalism and the right of self-determination. *News from Within*, Tel Aviv, 13 de marco de 1998; e também: One year after: second thoughts on the DOP. *News*

palestina, a opressão da classe trabalhadora judaica e a exploração dos recursos naturais do Oriente Médio pelo imperialismo às custas da miséria da sua população – podem ser eliminadas isoladamente uma da outra. Tanto as massas palestinas como os trabalhadores judeus são vítimas do sionismo e sua luta só poderia se tornar conjunta sob a bandeira de um Estado dos trabalhadores, socialista, democrático e secular em todo o território histórico da Palestina. Não menos importante é lembrar que a luta contra o sionismo não se dissocia da luta mais geral dos trabalhadores e massas oprimidas de todo o Oriente Médio contra o imperialismo em geral.

22. Para as massas palestinas e para todos os oprimidos e explorados no Oriente Médio, incluindo os judeus trabalhadores e pobres, a única solução é a destruição da máquina de guerra, terror e opressão que é o Estado sionista, a expulsão do imperialismo de toda a região, e a unificação de todos os povos da região, árabes, curdos, iranianos, berberes, judeus, etc, em uma Federação Socialista do Oriente Médio. O Estado de Israel não é a compensação por uma grande injustiça perpetrada no passado (o antissemitismo histórico e o Holocausto mais recente); pelo contrário, é um processo de confisco contínuo e aprofundamento da injustiça. A "solução dos dois Estados" nega o direito fundamental de retorno dos palestinos expulsos de suas terras e lares, sem esquecer mais de um milhão de árabes vivendo dentro das fronteiras de Israel. Quando se fala dos planos de paz como "saída para o conflito" e se renuncia à batalha estratégica pela Palestina democrática, laica e não-racista em nome de um suposto realismo diante da "força do inimigo", convém dizer que não se trata de menosprezar a força do sionismo e do imperialismo, mas sim de lembrar que os combatentes do Líbano conseguiram a retirada das tropas de Israel, para o que colaborou a mobilização das mães dos soldados judeus que não aguentavam mais a perda de seus filhos nas guerras empreendidas pelo Estado de Israel.

23. O antissemitismo cresceu mundialmente nos últimos anos, em boa parte como consequência da política do Estado de Israel, numa reação contra ela deturpada e instrumentalizada pela direita neofascista ou neonazista. Essa onda de antissemitismo, que afeta os judeus como um todo na medida em que Israel se identifica como um Estado judeu mesmo que nem todos os judeus sejam sionistas, encontra um dos seus terrenos mais férteis dentro dos próprios Estados Unidos, sendo que os judeus norte-americanos sequer poderiam emigrar para Israel porque este não teria condições materiais para receber cinco milhões de judeus suplementares. A perspectiva de retirada do apoio dos EUA a Israel, que não é impossível, é mortal para os judeus se estes não romperem com o sionismo. O sionismo não tem um caráter nacional progressivo; sua tarefa histórica foi a confiscação econômica e territorial dos povos nativos, financiada por uma agência internacional proprietária de 99% do solo que ocupa. O sionismo, finalmente, se constituiu num obstáculo contrarrevolucionário para um desenvolvimento livre e universal do povo judeu. A situação social das massas judias em Israel piorou, de um lado como consequência da crise econômica internacional, de outro como consequencia da concorrência econômica entre os trabalhadores imigrantes e os árabes e judeus. O novo impasse histórico do povo judeu somente poderia ser resolvido por meio da sua união classista com os trabalhadores árabes.

24. Desde 1995, longe da constituição de uma nação soberana, o povo palestino amargou um recuo permanente de suas próprias linhas, conquistadas a ferro e fogo desde o massacre de 1982 em Sabra e Chatila, passando pela Intifada. Milhares de mortos,

---

from Within, Tel Aviv, 10 de novembro de 1994. O autor pertence à corrente política do ex Secretariado Unificado da IV Internacional.

milhares de casas demolidas, locais de culto mulçamano e cristão destruídos. O chamado "terrorismo" palestino, sobretudo os homens e mulheres-bomba, foram expressões do desespero do povo palestino, levado, pela opressão e a miséria, da ação de massas organizada às iniciativas de martírio individual, certamente fomentadas por setores do “islamismo político”. Uma causa importante da degeneração da luta palestina, que começou com uma série de manifestações de massas, em políticas de ataques suicidas, é a falta de solidariedade mostrada pelas organizações de massas de Israel, que nunca condenaram firmemente a repressão às massas palestinas por parte do Estado israelita. Os ataques suicidas não podem acabar com a ocupação e a opressão sionista. Habitualmente, eles só têm como resultado o assassinato de inocentes civis, e também de palestinos que moram em Israel. Também estão levando à liquidação física de uma geração inteira de militantes, cuja dedicação e talento são necessários para construir uma sociedade nova, socialista, nas ruínas do regime atual.

25. A autodeterminação, unidade e independência nacional da Palestina constitui o centro histórico da questão do Oriente Médio. A guerra do Iraque se inscreveu no marco das tentativas reiteradas dos EUA e da Europa para liquidar os direitos nacionais palestinos. A luta do povo palestino passou a resumir a determinação histórica da emancipação nacional no Oriente Médio. A libertação do povo árabe do atraso e da opressão ancestral supera as possibilidades dos movimentos nacionais e os limites do Estado burguês. Não estamos no tempo do despertar nacional, mas sim da decadência histórica do capital. Só se pode apoiar consequente e incondicionalmente a luta do povo árabe contra o imperialismo, qualquer que seja sua direção circunstancial, com uma política em direção da revolução socialista mundial.

26. O regime teocrático do Irã completou seu ciclo político, e está prestes a se transformar, como o Egito nacionalista-nasserista de outrora, em um agente do imperialismo norte-americano no Oriente Médio e na Ásia Central. Defender a repressão do regime teocrático contra os estudantes opositores, por serem estes supostamente manipulados pelo imperialismo norte-americano, é politicamente criminoso, e duplamente criminoso quando feito em nome da “esquerda” ou da “luta contra os EUA”. A mobilização estudantil deverá encontrar canais independentes do setor pró-imperialista do país que pretende usá-la para seus próprios fins. E a agitação operária em defesa do salário e de suas condições de vida deverá encontrar um programa próprio, de independência de classe – que o próprio clima de luta criado pela mobilização dos estudantes pode favorecer – para unir-se com a juventude que defende a revolução iraniana e rejeita sua burocracia capitalista. Por esta via, a revolução iraniana poderia recuperar, num plano superior, seu papel aglutinante da luta antiimperialista em todo o Oriente Médio, superando clivagens religiosas e étnicas, e expressando seu autêntico conteúdo histórico: a revolução social.

27. O impasse político da resistência iraquiana, dividida por confessionalismos, localismos e nacionalidades, repôs objetiva e politicamente a questão da unidade de todos os povos do Iraque contra a coalizão imperialista, e a questão da liberdade e autodeterminação nacionais para os povos turcomano e curdo, principalmente, dentro dos países que habitam. Tornaram-se evidentes as limitações incontornáveis do enclave curdo apoiado pelos EUA no Iraque e as contradições irresolúveis, do ponto de vista da nação curda, do propósito de integrar-se em uma federação iraquiana sob um protetorado norte-americano. O “confederalismo democrático” defendido pelo PKK é uma tentativa de contornar esse problema sem atacá-lo, e até admitindo uma colaboração com o intervencionismo norte-americano e europeu. A liberdade e unidade nacionais do povo curdo suporiam, antes do mais, o direito à unidade livre do povo curdo da Turquia, da Síria, do Irã e do Iraque, unidade incompatível com a

dominação do capitalismo turco, do imperialismo norte-americano e da OTAN. A expulsão do imperialismo do Iraque exige a mobilização de todos os explorados do Oriente Médio pela independência e a liberação nacional, propondo a luta por uma Federação Socialista do Oriente Médio.

28. A desastrada aventura iraquiana dos EUA foi o ponto de virada para uma nova era política internacional. As guerras dos Balcãs, do Afeganistão, do Iraque, do Cáucaso, da Palestina e de diversos países da África inauguraram uma etapa de guerras de alcance internacional que refutaram a pretensão universal da "globalização" e seu caráter puramente econômico e pacífico, ou a "naturalidade" da supremacia do capitalismo na etapa histórica pós-URSS. O desmoronamento prático e ideológico da globalização captalista se expressou no ressurgimento de expressões formalmente opostas, a do "choque de civilizações", a da necessidade de "reconstruções nacionais" (incluindo debates oficiais sobre "identidade nacional" contra a penetração alógena externa, como fez o governo Sarkozy, na França), a de blocos de nações aliadas, ou a espécie do perigo do "terrorismo internacional" como expressão de uma suposta guerra mundial que, pela primeira vez na história, não se apresentaria como um enfrentamento entre Estados.

29. No Oriente Médio todas essas contradições se concentraram na crise que levou à guerra civil e ao desmembramento nacional da Síria e do Iraque e, paralelamente, ao surgimento de um grupo "terrorista" transformado em exército regular e dotado de meios de ação paraestatais, o Estado Islâmico. Este passou crecentemente a substituir Al Qaeda na vertente terrorista do islamismo político devido a que, "no Oriente Médio, o islamismo radical passou para o islamo-nacionalismo, sendo cada vez mais difícil distinguir entre um antiamericanismo laico e de esquerda, e outro islâmico e conservador, incluíndo formas ´religiosas´ como o antissemitismo. O erro de Bin Laden foi o de se posicionar como vanguarda de uma comunidade muçulmana universal, englobando todos os muçulmanos do mundo, enquanto a opinião pública do Oriente Médio é principalmente determinada pelos nacionalismos locais, transcendidos por um pan-arabismo sem perspectivas políticas concretas, mas com um forte valor ideológico mobilizador".[739] O crescente isolamento político do "terrrorista mundial n° 1", e a sua morte em completa solidão, em maio de 2011,[740] refletiram esse processo político.

30. O processo de divisão e decomposição nacional que afeta à Síria e ao Iraque não constitui uma superação da partilha imperialista do mundo árabe substituída pela *Umma* islâmica ou qualquer coisa semelhante. Os enfrentamentos religiosos, Islã *versus* Cristianismo, Xiitas *versus* Sunitas, alentados pelo imperialismo e pelas elites oligárquicas, burguesas ou protoburguesas locais, não constituem tampouco um retorno à era das guerras de religião. Constituem sim uma evidência da decomposição da política imperialista para o "mundo islâmico", e para o Oriente Médio em especial, que engendrou um monstro destinado a dividir e combater os trabalhadores e as massas pobres da região e do mundo todo, e para liquidar a União Soviética e incorporar o espaço econômico do antigo "bloco socialista" ao mercado mundial capitalista. Se revela, por esse motivo, como uma das evidências da decomposição política mundial do próprio capitalismo. A superação e derrota do fascismo "islâmico", com seus atentados mortíferos na região e no mundo e, sobretudo, dos massacres em

[739] Olivier Roy. *Op. Cit.*, p. 57.

[740] Pouco depois de ter tentado recuperar, em outubro de 2010 e sem sucesso, o controle dos grupos nascidos da organização que ele criara, impartindo a ordem de que "todos os 'irmãos' consultassem a Al Qaeda central antes de realizarem operações" (Morte de Bin Laden completa cinco anos. *O Estado de S. Paulo*, 1º de maio de 2016).

massa impostos pelas potências imperialistas no Oriente Médio, não é só uma tarefa posta para o proletariado e os oprimidos do mundo árabe-islâmico, mas também para os trabalhadores de todo o mundo, em primeiro lugar os das metrópoles imperialistas, que devem mostrar aos seus irmãos de classe do Oriente e do mundo árabe a possibilidade real e politicamente concreta, não só do horizonte mortal de uma "guerra infinita" contra os povos do mundo, mas do horizonte vermelho da revolução e do socialismo mundiais, mediante a unificação política revolucionária internacional dos trabalhadores.

BIBLIOGRAFIA

ABDEL MALEK, Anouar. Ibn Khaldun, fundador da ciência histórica e da sociologia. In: CHÂTELET, François (ed.). *História da Filosofia*. Vol. 2: A filosofia medieval. Rio de Janeiro, Zahar, 1983.

ABDEL-MALEK, Anouar. *L'Egypte, Société Militaire.* Paris, Seuil, 1962.

ABDEL-MALEK, Anouar. *La Pensée Politique Arabe Contemporaine*. Paris, Seuil, 1970.

ABRAHAM, Antoine J. *Lebanon Civil War*. Westport, Praeger Publisher, 1996.

ABRAHAMIAN, Ervand. *Khomeinnism*. Essays on the Islamic Republic. Nova York, I. B. Tauris, 1993.

ABRAHAMIAN, Ervand. *Radical Islam*. The Iranian *mojahedin*. Londres, I. B. Tauris, 1989.

ABU-LUGHOD, Janet L. *Before European Hegemony.* The world system 1250-1350. Nova York, Oxford University Press, 1989.

ACHCAR, Gilbert. A estratégia imperialista dos EUA no Oriente Médio. *Outubro* n° 11, São Paulo, 2° semestre de 2004.

ACHCAR, Gilbert. Que reste-t-il du Printemps Arabe? *L'Orient Littéraire*, Paris, fevereiro 2014.

ACLIMANDOS, Tewfick. Nationalismes machréquins et nasserisme. In: DELANNOI, Gil; TAGUIEFF, Pierre-André. *Nationalismes en Perspective*. Paris, Berg International, 2001.

ADAMS, Robert M. *Evolution of Urban Society.* Chicago, Aldine, 1966.

AFARY, Janet; ANDERSON, Kevin. The Iranian impasse. *The Nation*, Nova York, 16 de julho de 2007.

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de Exceção*. São Paulo, Boitempo, 2004.

AGERON, Charles-Robert. *Histoire de l'Algérie Contemporaine.* Paris, Presses Universitaires de France, 1969.

AGHA, Hussein; MALLEY, Robert. El poder palestino, sin aliento. *Le Monde Diplomatique / El Dipló*, Buenos Aires, janeiro de 2006.

AGÜERO, Celma. *Nasser.* Buenos Aires, Centro Editor de América Latina, 1975.

AGUIRRE, José Fernando et al. *La Antigüedad: Ásia y África.* Lima, Salvat, 2005.

AGUIRRE, José Fernando et al. *La Expansión Musulmana.* Lima, Salvat, 2005.

AHMAD, Aijaz. *Iraq, Afghanistan & the Imperialism of Our Time*. Nova Déli, LeftWord Books, 2003.

AHMAD, Eqbal. *Selected Writings*. Nova York, Columbia University Press, 2006.

AHMED, Nafeez Mossadeq. *Guerra Allá Libertà.* Il ruolo dell'amministrazione Bush nell'atacco dell'11 settembre. Roma, Fazi Editore, 2002.

AHMED, Nafeez Mossadeq. O sangue nas mãos de Israel. Quando criminosos de guerra posam de vítimas e o mundo se inclina aceitando. In: *http://www.mediamonitors.net/mosaddeq24.html*.

AÏCHOUNE, Farid. Qui a tué Pierre Gemayel? *Le Nouvel Observateur*, Paris, 30 de novembro de 2006.

AJAMI, Fouad. *Los Árabes en el Mundo Moderno*. México, Fondo de Cultura Económica, 1995.

AKKACHE, Ahmed. *La Experiencia Argelina*. Buenos Aires, Schapire Editora, 1973.

AKMIR, Abdeluahed. *Los Árabes en Argentina*. Rosario, UNR Editora, 2015.

AL ZAHAR, Mahmoud (entrevista). Hamas não negocia com Israel. *Folha de S. Paulo*, 27 de janeiro de 2006.

ALAMMUDDIN, Najib. *The Flying Sheikh*. Londres, Quartet Book, 1987.

ALAVI, Hamza; HALLIDAY, Fred. *State and Ideology in the Middle East and Pakistan*. Londres, Macmillan, 1988.

ALENCASTRE, Amilcar. *A Rebelião dos Povos Coloniais.* Rio de Janeiro, Livraria Prado, 1962.

AL-HAMZAH, Humam. Terrorismo, uma palavra perigosa. In: *www. icarabe.org.br*, setembro de 2006.

ALI, Tariq. *Bush en Babilonia*. La recolonización de Iraq. Madri, Alianza, 2004.

ALI, Tariq. *The Clash of Fundamentalisms*. Crusades, *jihad* and modernity. Nova Déli, Rupa & Co, 2002.

ALI, Tariq. The logic of colonial rule. *The Guardian*, Londres, 23 de setembro de 2005.

ALLEG, Henri. *La Tortura*. Buenos Aires, El Yunque, 1974.

ALLOUSH, Islam. Entrevista al portavoz el Ejército del Islam. *El País*, Madri, 16 de março de 2016.

ALMOND, Mark. 100 anos de bombas contra a Líbia. *Counterpunch*, slp, 6 de abril de 2011.

ALOFS, Ben. Why Sharon is a war criminal: an eye-witness report of the 1982 Shabra and Shatila massacre. Media Monitors Network, 6 de junho de 2001, *http://www.mediamonitors.net/drbenalofs1.html.*

ALTAMIRA, Jorge. Dubai: un síntoma, no un hecho aislado. *www.rebelion.org*, 4 de dezembro de 2009.

ALTAMIRA, Jorge. Egipto: una revolución en el centro neurálgico del imperialismo. *Prensa Obrera* n° 1164, Buenos Aires, 3 de fevereiro de 2011.

AMIN, Samir. *¿Primavera Árabe?* El mundo árabe en la larga duración. Madri, El Viejo Topo, 2012.

AMIN, Samir. *A Economia Árabe Contemporânea*. São Paulo, Vértice, 1986.

AMIN, Samir. *L'Accumulation à l'Echelle Mondiale*. Paris, Anthropos, 1970.

AMIN, Samir. *La Nation Arabe*. Nationalisme et lutte de classes. Paris, Minuit, 1976.

AMIR, Menashe. Ahmadi-Nejad vuole dominare il mondo. *Limes* n° 4/2006, Milão, outubro 2006.

AMOROSO LIMA, Alceu. O enigma iraniano. In: CARLOS, Newton (ed.). *Irã*. A força de um povo e de sua religião. Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, 1979.

AMOS, Deborah. *Eclipse of the Sunnis*. Power, exiles and upheaval in the Middle East. Nova York, Public Affairs, 2007.
ANDERSON, Lisa et al. The new Arab revolt. *Foreign Affairs* vol. 90 nº 3, Nova York, maio-junho 2011.
ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado Absolutista.* Porto, Afrontamento, 1984.
ANDONI, Ghassan. *When Arabs Turn Back to Palestinians*. Londres, IMEMC, 24 de maio de 2004.
ANDREUCCI, Franco. *Socialdemocrazia e Imperialismo*. I marxisti tedeschi e la politica mondiale 1884-1914. Roma, Riuniti, 1988.
ANSEU, Fayçal. Algérie : bien plus que des émeutes de la faim, *Investigaction*, Bruselas, 14 de janeiro de 2011.
Arab protests unconcerned with ideology. *The New York Times*, 31 de janeiro de 2011.
ARMSTRONG, Karen (entrevista). Escritas em sangue. *O Estado de S. Paulo*, 1º de maio de 2016.
ARMSTRONG, Karen. *A History of God*. Nova York, Ballatine Books, 1993.
ARMSTRONG, Karen. *Campos de Sangue*. Religião e história da violência. São Paulo, Companhia das Letras, 2016.
ARMSTRONG, Karen. *Jerusalem: One City, Three Faiths*. Nova York, Ballantine Books, 1996.
ARON, Jean-Paul. *Les Modernes.* Paris, Folio, 1986.
ARON, Raymond. *Plaidoyer pour l'Europe Décadente*. Paris, Robert Laffont, 1977.
ARRAES, Virgílio. Estados Unidos e Irã: contradição no posicionamento nuclear. *Correio da Cidadania*, São Paulo, 14 de maio de 2007.
ARRIETA, Elena. Israel, la puerta de la tecnologia europea a EEUU. *Expansión*, Madri, 29 de março de 2016.
ARRIGHI, Giovanni. *O Longo Século XX*. Dinheiro, poder e as origens do nosso tempo. Rio de Janeiro, Contraponto, 1996.
ARUFFO, Alessandro. *Il Mondo Islamico*. Da Maometto ad oggi. Roma, Datanews, 1995.
ASAN, Ghali. EEUU anima al "fundamentalismo religioso" para contrarrestar los movimientos nacionalistas y socialistas. *Global Research*, 15 de outubro de 2005 / *CSCAweb*, 26 de outubro de 2005.
ASWANI, Alaa Al. Così i giovani egiziani stanno costruendo una nuova Primavera. *La Repubblica*, Roma, 31 de janeiro de 2011.
ASWANI, Alaa Al. I paesi arabi sono pieni di rabbia *La Repubblica*, Roma, 17 de janeiro de 2011.
ATIYA, Edward. *Gli Arabi*. Bolonha, Cappelli, 1962.
ATTALI, Jacques. La Tunisie, et après? *L'Express*, Paris, 19 de janeiro de 2011.
ATTIÉ, Caroline. *Struggle in the Levant*. Lebanon in the 1950s. Londres, I. B. Tauris, 2004.
AUFFRAY, Alain. MAM rattrapée par une chute de régime. *Libération*, Paris, 19 de janeiro de 2011.
AVERROÈ (Averroes). *L'Incoerenza dell'Incoerenza dei Filosofi.* Turim, UTET, 2006.
AVERROES (Abu-Al-Walid-Ibn-Rusd). *Exposición de la "República" de Platón*. Madri, Tecnos, 1994.
AVINERI, Shlomo. O caminho unilateral rumo à paz. *Valor Econômico*, São Paulo, 17 de agosto de 2005.
AVINERY, Uri. Junkies of war. In: *www.gush-shalom.org/english/* (Gush Shalom website).
AVISHAI, Ehrlich. Palestine, global politics and Israel judaism. In: Leo Panitch e Colin Leys (Ed.). *Socialist Register*. Kolkata, Merlin Press/Bagchi & Company, 2003.
AYAD, Christophe. Leila Trabelsi, la cleptodame. *Libération*, Paris, 18 de janeiro de 2011.
AYAD, Christophe. Tunisie, une transition à hauts risques. *Libération*, Paris, 18 de janeiro de 2011.
AYUBI, Nazih. *El Islam Político*. Teorías, tradición y rupturas. Barcelona, Bellaterra, 2000.
BACIC OLIC, Nelson. *Oriente Médio*. Uma região de conflitos. São Paulo, Moderna, 1991.
BAILEY, Clinton. *Jordan's Palestinian Challenge, 1948-1983: a Political History*. Nova York, Westview Press, 1984.
BAIZAN, Mario. *Sun Tzu, Bin Laden y la Estrella del Destino*. Buenos Aires, Fupomi, 2006.
BAKER, Abdul-Haqq. *Extremists in Our Midst: Confronting Terror*. Londres, Palgrave Macmillan, 2011).
BAKHASH, Shaul. *The Reign of the Ayatollahs*. Iran and the Islamic Revolution. Nova York, Basic Books, 1984.
BANCROFT-HINCHEY, Timothy. Assassinato de Saddam: um ato criminoso de covardia. *Pravda*, edição portuguesa, 3 de janeiro de 2007.
BARBOSA, Rubens. Os xiitas no mundo. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 22 de maio de 2007.
BARGHOUTHI, Mustafa. O pesadelo de Sharon. *Mundo Arabe*, São Paulo, 8 de agosto de 2005.
BARNES, James et al. After the storm. *National Journal*, Washington, março 1991.
BARON, Xavier. *Les Palestiniens*. Génèse d´une nation. Paris, Seuil, 2000.
BARRY, Michel. *La Résistance Afghane*. Du Grand Moghol à l´invasion soviétique. Paris, Champs-Flammarion, 1989.
BARSAMIAN, David; ALI, Tariq. *Imperialismo & Resistência*. São Paulo, Expressão Popular, 2005.
BARZEGAR, Kayhan. What does Al Qaeda want? *Middle East Roundtable*, ed. 31, vol. 3, Nova York, 18 de agosto de 2005.
BASSAM, Tibi. *The Challenge of Fundamentalism.* Political Islam and the new world disorder. Los Angeles, University of California Press, 1998.
BASSETS, Lluis. Dejemos caer al Faraón. *El Pais*, Madrid, 1° de fevereiro de 2011.
BATTESTI, Vittorio. (ed.). *L' Egypte au Présent*. Paris, Sinbad, 2011.
BAUER, Yehuda. *A History of the Holocaust*. Nova York, Franklin Watts, 1982.

BAUER, Yehuda. *A History of the Holocaust*. Nova York, Franklin Watts, 1982.
BAUER, Yehuda. *Ebrei in vendita?* Milão, Mondadori, 1998.
BAUER, Yehuda. *Ripensare l'Olocausto.* Milão, Baldini Castoldi, 2009.
BEATTIE, K. J. *Egypt during the Nasser Years.* Boulder, Westview Pess, 1994.
BECK, Ulrich. I diritti nell'era del mondo globale. *La Repubblica*, Roma, 1° de novembro de 2006.
BEHRANG. *Iran*. Un eslabón débil del equilíbrio mundial. México, Siglo XXI, 1980.
BEILIN, Yossi. Ideia de Sharon é não fazer nada depois da retirada. *Folha de S. Paulo*, 15 de agosto de 2005.
BELAL, Abdel Aziz et al. *La Rinascita del Mondo Arabo.* Roma, Riuniti, 1973.
BELHAJKACEM, Mehdi. En Tunisie l'impensable soulèvement est arrivé. *Libération*, Paris, 18 de janeiro de 2011.
BELKAÏD, Akram. Desdobramentos da guerra na Síria. *Le Monde Diplomatique Brasil* nº 105, São Paulo, abril 2016.
BELLOMO, Sissi. Il petroleio torna a quota 100 dollari. *Il Sole 24 Ore*, Roma, 1° de fevereiro de 2011.
BEN BARKA, Mehdi. *Ecrits Politiques 1957-1965*. Paris, Syllepse, 1999.
BEN JACOB, Matty. *A Ordem do Dia: a Questão Palestina*. São Paulo, 1988.
BEN JELLOUN, Tahar. *O Islamismo.* São Paulo, Editora Unesp, 2011.
BEN JELLOUN, Tahar. Un'onda d'urto per le folle può svegliare i paesi arabi. *La Repubblica*, Roma, 16 de janeiro de 2011.
BEN-DOR, Oren. A new hope? Hamas's victory. *Counterpunch*, 21 de janeiro de 2006.
BENGALI, Shashank. Hezbollah leader Nasrallah reaching 'legendary' status. *McClatchy Newspapers*, 2 de agosto de 2006.
BENN, Aluf. Ariel Sharon, um homem de ação. *Folha de S. Paulo*, 8 de janeiro de 2006.
BENN, Aluf. Without Egypt, Israel will be left with no friends in Mideast. *Ha'aretz*, Tel Aviv, 29 de janeiro de 2011.
BENNIGSEN, Alexandre; LEMERCIER-QUELQUEJAY, Chantal. *L'Islam en Union Soviétique.* Paris, Payot, 1968.
BENNIGSEN, Alexandre; LEMERCIER-QUELQUEJAY, Chantal. *Les Musulmans Oubliés.* Paris, François Maspéro, 1981.
BENNIGSEN, Alexandre; LEMERCIER-QUELQUEJAY, Chantal. *Sultan Galiev, Père de la Révolution Tiers-Mondiste*. Paris, Fayard, 1986.
BÉRARD, Victor. *Les Phéniciens et l´Odysée*. Paris, Armand Colin, 1902.
BERBERANA, J.; ACITORES, J. G. Es el petróleo, pero no por lo que piensan. *El Economista*, Madri, 29 de março de 2016.
BERENBAUM, Michel. *The World Must Know*. Nova York, United States Holocaust Memorial Museum, 2005.
BEREZIN, Rifka. *Caminhos do Povo Judeu*. São Paulo, Vaad Hachimuch, 1977.
BERGOT, Erwan. *O Afrika Korps.* Lisboa, Ulisseia, 1974.
BERNSTEIN, Deborah. *Constructing Boundaries: Jewish and Arab Workers in Mandatory Palestine*. Nova Iorque, State University of New York Press, 2000.
BERQUE, Jacques. *Arabies*. Paris, Stock, 1980.
BERQUE, Jacques. *Les Arabes*. Paris, Sindbad, 1973.
BETHZALEL, Yitzhak. Amir Peretz, el Lula del sionismo? *El Obrero Internacional* nº 4, Buenos Aires, dezembro de 2005.
BETHZALEL, Yitzhak. Estruendoso triunfo de Hamas. *Prensa Obrera* n° 932, Buenos Aires, 2 de fevereiro de 2006.
BEY, Alí (Domingo Badia). *Viajes por Marruecos. Trípoli, Grecia, Egipto, Arabia, Palestina, Siria y Turquía.* Barcelona, José J. de Olañeta, 2007.
BIAGINI, Antonello. *Storia della Turchia Contemporanea.* Milão, Bompiani, 2005.
BIRNBAUM, Jean. Mohammed Bouazizi, sentinelle perdue. *Le Monde Magazine*, Paris, 22 de janeiro de 2011.
BISHARA, Marwan. *The Invisible Arab*. The promise and peril of the Arab revolution. Londres, Nation Books, 2011.
BLACK, Edwin. *IBM et l'Holocauste.* Paris, Robert Laffont, 2001.
BLANCHE, Ed. US dirty tricks. *The Middle East*. Londres, dezembro 2006.
BLANDFORD, Linda. *Los Jeques del Petróleo*. Barcelona, Caralt, 1978.
BLINDER, Caio. Êxito do Hamas cria dilema para os EUA. *Folha de S. Paulo*, 28 de janeiro de 2006.
BLOOD, Peter R *Pakistan, a Country Study*. Washington, Library of Congress, 1995.
BLUMENTHAL, Sidney. *The Clinton Wars*. Londres, Penguin Books, 2003.
BONAKDARIAN, Mansour. *Britain and the Iranian Constitutional Revolution of 1906-11.* Foreign policy, imperialism, and dissent. Los Angeles, Syracuse, 2007.
BOND, Rosana; YAZBEK, Mustafá. *Oriente Médio.* São Paulo, Ática, 1997.
BONELLI, Laurent. Les raisons d'une colère. *Le Monde Diplomatique*, Paris, dezembro de 2005.
BONET, Pilar. Rusia usa el trampolín sirio para volver al mundo. *El País*, Madri, 16 de março de 2016.
BONGIORNI, Roberto. Il re giordano cede alla piazza. *Il Sole 24 Ore*, Roma, 2 de fevereiro de 2011.
BONILLA SÁNCHEZ, Arturo. El petróleo y la guerra Irán–Irak. *Problemas del Desarrollo* n° 82, México, Universidad Nacional Autónoma, julho 1990.
BORISOVICH, Vladimir L. *História Moderna dos Países Árabes*. Moscou, Instituto dos Povos da Ásia, 1969.
BOSTOM, Andrew G. *The Legacy of Jihad*. Nova York, Prometheus Books, 2005.

BOUBEKEUR, Amnel. En Algérie, la normalisation politique est un leurre. *Le Monde*, Paris, 18 de janeiro de 2011.
BOWDEN, Mark. *Guests of the Ayatollah*. The first battle in America´s war with militant Islam. Nova York, Atlantic Books, 2006.
BRADLEY, John R. *Arab Spring*. Londres, Palgrave Macmillan, 2011.
BRADLEY, John R. *The Land of the Pharaohs on the Brink of a Revolution.* Londres, Verso, 2008.
BRANCA, Paolo. *Il Corano*. Bolonha, Il Mulino, 2001.
BRANCA, Paolo. Islam. In: SALVADORI, Massimo (ed.). *Enciclopedia Storica.* Bologna, Zanichelli, 2005.
BRAUDEL, Fernand. *Gramática das Civilizações.* São Paulo, Martins Fontes, 1989.
BRAUDEL, Fernand. *Memorie del Mediterraneo*. Milão, Bompiani, 2010.
BRAVO LÓPEZ, Fernando. *En Casa Ajena.* Bases intelectuales del antisemitismo y la islamofobia. Barcelona, Bellatierra, 2012.
BRENER, Jayme. *As Guerras entre Israel e os Árabes*. São Paulo, Scipione, 1997.
BRENNER, Lenni. *Zionism in the Age of the Dictators*. Londres, Croom Helm, 1984.
BRENNER, Robert. A devastating crisis. *Against the Current* nº 132, Nova York, janeiro-fevereiro de 2008
BRENNER, Robert. *Economics of Global Turbulence.* Londres, Verso Books, 2006.
BRENNER, Robert. *O Boom e a Bolha*. Os Estados Unidos na economia mundial. Rio de Janeiro, Record, 2003.
BRIGNOLI, Maurizio. Capitalismo e protestantesimo. *La Contraddizione* nº 135, Roma, abril-junho 2011.
BRIGNOLI, Maurizio. Mondo arabo e imperialismo. *La Contraddizione* n° 134, Roma, janeiro-março de 2011.
BRIGNOLI, Maurizio. Pulizia etnica, genocidio e assetti imperialistici. *La Contraddizione* nº 149, Roma, dezembro 2014.
BRISARD, Jean-Charles ; DASQUIÉ, Guillaume. *Ben Laden, la Vérité Interdite*. Paris, Denöel, 2001.
BROUÉ, Pierre. *Histoire de l´Internationale Communiste 1919 - 1943*. Paris, Arthème Fayard, 1997.
BUCHANAN, Patrick. Hysteria at Herzliya. *Antiwar.com*, 31 de janeiro de 2007.
BUDGE, Wallis. *Egyptian Religion*. Nova York, Bell Publishing, sdp.
BULLIET, Richard W. *Islam: the View from the Edge*. Nova York, Columbia University Press, 1994.
BURGAT, François. *El Islamismo Cara a Cara*. Barcelona, Bellaterra, 1996.
BURGIO, Alberto et al. *Escalation.* Anatomia della guerra infinita. Roma, DeriveApprodi, 2005.
BURLEIGH, Nina. *Miragem.* Os cientistas de Napoleão e suas descobertas no Egito. São Paulo, Landscape, 2008.
BURRIN, Philippe. *Hitler e os Judeus*. Gênese de um genocídio. Porto Alegre, L & PM, 1990.
CABRAL FILHO, Severino Bezerra. A "revolução branca". In: CARLOS, Newton (ed.). *Irã*. A força de um povo e de sua religião. Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, 1979.
CABRAL FILHO, Severino Bezerra. Dinastia Pahlavi - imperialismo e absolutismo. In: CARLOS, Newton (ed.). *Irã*. A força de um povo e de sua religião. Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, 1979.
CABRERA, Hashim Ibrahim. Fanatismo y religion: el Islam ante el fanatismo. In: *www.webislam.com*.
CAHEN, Claude. *El Islam*. México, Siglo XXI, 1980.
CAIN, P. J.; HOPKINS, A. G. *British Imperialism 1688-2000.* Edimburgo, Logman-Pearson Education, 2001.
CAINKAR, Louise. Global Arab world migrations and diasporas. *Arab Studies Journal*, Vol. 21 nº 1 (2013), Marquette University.
CAMAL, Michel. C'est à l'ombre de l'Europe que l'autoritarisme a perduré en Tunisie. *Le Monde*, Paris, 20 de janeiro de 2011.
CAMPANINI, Massimo. *Storia del Medio Oriente (1798-2005)*. Bologna, Il Mulino, 2006.
CAÑO, Antonio. La Casa Blanca exige al régimen una transición ordenada hacia la democracia. *El Pais*, Madrid, 31 de janeiro de 2011.
CAPELLUTO, Nicola; PALUMBIERI, Franco. *Energia e Petrolio nella Contesa Imperialista*. Milão, Pantarei, 2006.
CAPRILE, Renato. Bagno di folla per El Baradei. *La Repubblica*, Roma, 31 de janeiro de 2011.
CAPRILE, Renato. Egitto, spari sulla folla. *La Repubblica*, Roma, 30 de janeiro de 2011.
CARACCIOLO, Lucio. L'occasione che perderemo. *La Repubblica*, Roma, 31 de janeiro de 2011.
CARBAJOSA, Ana. La revuelta de Al Yazira. *El Pais*, Madrid, 30 de janeiro de 2011.
CARDINI, Franco. *Il Califfato e l'Europa.* Turim, UTET, 2015.
CARDOSO, Ciro Flamarion S. *O Egito Antigo*. São Paulo, Brasiliense, 1982.
CARDOSO, Oscar. El juicio a Saddam, um verdadero anti-Nuremberg. *Clarin*, Buenos Aires, 30 de dezembro de 2006.
CARELL, Paul. *Afrika Korps*. São Paulo, Flamboyant, 1967.
CARMO, António. *Antropologia das Religiões*. Lisboa, Universidade Aberta, 2001.
CARR, Edward Hallet. *The Bolshevik Revolution.* Londres, Pelikan Books, 1977.
CARR, Edward Hallet. *Vinte Anos de Crise 1919-1939.* Brasília, UnB, 2001.
CARRÈRE D'ENCAUSSE, Hélène. *Réforme et Révolution chez les Musulmans de l'Empire Russe.* Bukhara 1867-1924. Paris, Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1966.
CARRIÓN, Francisco. Un genocidio en el norte de Irak. *El Mundo*, Madri, 16 de março de 2016.

CARTALUCCI, Tony. Warning: nuclear deal with Iran prelude to war, not “breaktrough”. *Global Research*, slp, 14 de julho 2015.
CATHERWOOD, Christopher. *A Loucura de Churchill.* Os interesses britânicos e a criação do Iraque moderno. Rio de Janeiro, Record, 2006.
CAVAGLION, Gabriele. C’è ancora uno Stato in Israele? *Limes* n° 4/2006, Milão, outubro 2006.
CEMBRERO, Ignacio. Cuatro temores. *El Pais*, Madrid, 1° de fevereiro de 2011.
CEMBRERO, Ignacio. Lecciones tunecinas para Europa. *El Pais*, Madrid, 16 de janeiro de 2011.
CESARI, Jocelyne. *Musulmani in Occidente*. Florença, Vallechi, 2005.
CHAITANI, Yussef. *Post-Colonial Sirya and Lebanon.* The decline of Arab nationalism and the triumph of State. Londres, I. B. Tauris, 2007.
CHALIAND, Gerard. *Mitos Revolucionários do Terceiro Mundo*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1977.
CHARLES, Raymond. *L'Etoile Rouge contre le Croissant*. Paris, Calmann-Lévy, 1962.
CHATTOPADHYAY, Kunal. Índia e Caxemira. *IV Internacional*, São Paulo, novembro 1999.
CHATTOPADHYAY, Kunal. Os frutos envenenados da burguesia nacionalista: a conquista indiana da Cachemira. *IV Internacional*, São Paulo, outubro 1999.
CHESNAIS, François. *A Mundialização do Capital*. São Paulo, Editora Xamã, 1996.
CHESNAIS, François. *A Mundialização Financeira*. São Paulo, Editora Xamã, 1999.
CHILDE, Vere Gordon. *A Evolução Cultural do Homem.* Rio de Janeiro, Zahar, 1986.
CHILDE, Vere Gordon. *History*. Londres, Cobbett Press, 1947
CHILDE, Vere Gordon. *L’Europe Préhistorique.* Paris, Payot, 1962.
CHILDE, Vere Gordon. *The Most Ancient East*. The Oriental prelude to European prehistory. Londres, Kegan Paul, 1928.
CHIPAUX, Françoise. Les nationalistes hindous remportent une fragile victoire aux législatives. *Le Monde*, Paris, 8 de outubro de 1999.
CHITAKA, M.G. *Nuclear Pakistan*. Nova Déli, APH Publishing Company, 1996.
CHOMSKY, Noam. *Estados Fallidos.* El abuso del poder y el ataque a la democracia. Buenos Aires, Sol, 2012.
CHOMSKY, Noam. Limited war in Lebanon, *Z Magazine*, setembro de 1993.
CHOMSKY, Noam. *Terrorismo Internacional ¿Qué Remedio?* Conferência no “Simposio Internacional sobre Terrorismo de Estado y Derechos Humanos”, Johan Wolfangs Goethe Universität de Frankfurt/Main, abril de 1986.
CHOMSKY, Noam. *The Fateful Triangle: the United States, Israel and the Palestinians*. Londres, Pluto Press, 1999.
CHOUKRI, Mohamed. *Le Pain Nu*. Paris, François Maspéro, 1980.
CHRÉTIEN, Maxime. *Historia del Egipto Moderno*. Barcelona, Vergara, 1958.
CHURCHILL, Winston. Zionism versus bolchevism. A struggle for the soul of the Jewish people. *Illustrated Sunday*, Londres, 8 de fevereiro de 1920.
CLARK, Ronald W. *Einstein*. Milão, Rizzoli, 1976.
CLEMESHA, Arlene. A retirada da Faixa de Gaza e a armadilha política de Israel na Palestina. In: *www.icarabe.org.br*, agosto de 2005.
CLEMESHA, Arlene. Da Declaração Balfour à derrota do movimento operário árabe-judaico. *Entre Passado & Futuro* n° 2, São Paulo, Universidade de São Paulo-CNPq, 2002.
CLEMESHA, Arlene. *Marxismo e Judaísmo*. História de uma relação difícil. São Paulo, Boitempo, 1998.
CLEMESHA, Arlene. Palestina e a “solução dos dois Estados”. *IV Internacional*, São Paulo, junho de 2002.
CLERGET, Philippe (ed.). *D’où Viennent les Révolutions Arabes*. Paris, L’Histoire, 2011.
CLIFF, Tony. The Middle East at the crossroads. *Fourth International*. Nova York, dezembro de 1945.
CLIFF, Tony. The world struggle for oil. *Fourth International*. Nova York, junho de 1947.
CLINTON, Hillary. Serve vera democrazia. *La Repubblica*, Roma, 31 de janeiro de 2011.
COBBAN, Helena. *The Making of Modern Lebanon.* Londres, Hutchinson and Co., 1985.
COCKBURN, Patrick. *A Origem do Estado Islâmico*. O fracasso da “guerra ao terror” e a ascensão jihadista. São Paulo, Autonomia Literária, 2015.
COGGIOLA, Osvaldo. A guerra do Golfo Pérsico. *Estudos* n° 20, São Paulo, FFLCH-USP, junho de 1991.
COGGIOLA, Osvaldo. A longa caminhada árabe. *História Viva* nº 91, São Paulo, Duetto, abril de 2011.
COGGIOLA, Osvaldo. *A Revolução Chinesa*. São Paulo: Moderna, 1986.
COGGIOLA, Osvaldo. *A Revolução Iraniana.* São Paulo, Editora da Unesp, 2008.
COGGIOLA, Osvaldo. Cachemira: el imperialismo es responsable por la barbarie nuclear. *En Defensa del Marxismo* nº 64, Barcelona, julho 2002
COGGIOLA, Osvaldo. Con Irán, contra el imperialismo. *Política Obrera* n° 305, Buenos Aires, dezembro 1979.
COGGIOLA, Osvaldo. *Islã Histórico e Islamismo Político*. Porto Alegre, Editora Pradense, 2011.
COGGIOLA, Osvaldo. La revolución permanente en Irán. *Politica Obrera* n° 297, Buenos Aires, julho 1979.
COGGIOLA, Osvaldo. Líbia: do nacionalismo à autocracia. *História Viva* nº 91, São Paulo, Duetto, abril de 2011.
COGGIOLA, Osvaldo. Qué pasa en Irán. *Política Obrera* n° 306, Buenos Aires, janeiro 1980.

COGGIOLA, Osvaldo. Revolução e contrarrevolução na Palestina. In: *www.insrolux.org*, site do Instituto Rosa Luxembugo, 2006.
COGGIOLA, Osvaldo. Revolución y contrarrevolución en Irán. *Política Obrera* nº 322, Buenos Aires, 16 de julho de 1980.
COGGIOLA, Osvaldo. Rivolte d'Arabia, da Tunisi al Cairo, passando per Bengazi. *La Contraddizione* n° 134, Roma, janeiro-março de 2011.
COGGIOLA, Osvaldo. Sadat: crónica de una muerte anunciada. *Política Obrera* nº 322, Buenos Aires, 15 de outubro de 1982.
COHEN, Gustave. *La Gran Claridad de la Edad Media*.Buenos Aires, Argos, 1948.
COHN-SHERBOK, Dan; EL-ALAMI, Dawoud. *O Conflito Israel-Palestina*. São Paulo, Palíndromo, 2005.
COLE, David. What Bush wants to hear. *New York Review of Books*, vol. 52, n° 18, 17 de novembro de 2005.
COLE, J. R. I. *Colonialism and Revolution in the Middle East*. Nova York, Princeton Universty Press, 1992.
COLEMAN, Yves (ed.). Exécutions djihadistes. Antisémitisme et racism antimusulmans. *Ni Patrie ni Frontières* n° 48-49, Paris, abril 2015.
COLEMAN, Yves (ed.). Soulèvements árabes. *Ni Patrie ni Frontières* n° 40-41, Paris, maio 2012.
COLEMAN, Yves. Front National et classe ouvrière française. *Ni Patrie ni Frontières* nº 54-55. Paris, fevereiro 2016.
COLL, Steve. *Los Bin Laden*. Una família árabe en un mundo sin fronteras. Barcelona, RBA, 2008.
COLLOTTI PISCHEL, Enrica; ROBERTAZZI, Chiara. *L'Internationale Communiste et les Problèmes Coloniaux*. Paris, Mouton, 1968.
COOK, Jonathan. Lieberman out of the shadows: Israel´s minister of strategic threats. *The Electronic Intifada*, 25 de outubro de 2006.
COOLEY, John K. *An Alliance against Babylon.* The U.S., Israel, and Iraque. Londres, Pluto Press, 2005.
COOLEY, John K. *CIA et Jihad*. Une alliance désastreuse contre l'URSS. Paris, Autrement, 2002.
CORBIN, Henry. *Histoire de la Philosophie Islamique.* Paris, Gallimard-Folio, 1986.
CORBISIER, Roland. *Enciclopédia Filosófica.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1987.
CORM, Georges. *Conflits et Identités au Moyen-Orient (1919-1991).* Paris, Arcantère, 1992.
CORM, Georges. *L'Europe et l'Orient*. De la balcanisation a la libanisation. Paris, La Découverte, 1989.
CORM, Georges. *La Fractura Imaginaria.* Las falsas raíces del enfrentamiento entre Oriente y Occidente. Barcelona, Tusquets, 2004.
CORN, Georges. *Le Proche-Orient Éclaté 1956-1991*. Paris, Gallimard, 1991.
CORTI, Paola. *Storia delle Migrazioni Internazionali.* Bari-Roma, Laterza, 2009.
CORVISIER, André. *História Moderna*. São Paulo, Círculo do Livro, sdp.
COVILLE, Thierry. *Iran*. La révolution invisible. Paris, La Découverte, 2007.
CREAGH, Ronald. *O Dia em que o Mundo Mudou.* São, Paulo, Imaginário, 2001.
CREMONESI, Lorenzo. Niente aiuiti UE ai palestinesi se Hamas non riconosce Israele. *Corriere della Sera*, Milão, 30 de janeiro de 2006.
CROUCHELY, A. E. *The Economic Development of Modern Egypt*. Londres, Penguin, 1938.
CROWLEY, Roger. *Impérios do Mar.* A batalha final entre cristãos e muçulmanos pelo controle do Mediterrâneo 1521-1580. São Paulo, Três Estrelas, 2014.
CRUZ HERNÁNDEZ, Manuel. *Historia del Pensamiento en el Mundo Islámico*. Madri, Alianza, 1996.
DA ROLD, Vittorio. Algeria: le proteste del couscous. *Il Sole 24 Ore*, Roma, 7 de janeiro de 2011.
DABASHI, Hamid. *Iran: a People Interrupted*. Nova York, New Press, 2007.
DABASHI, Hamid. *Theology of Discontent*. The ideological foundation of the Islamic Revolution. Nova York, Transaction Publishers, 2006.
DAKHLIA, Jocelyne. Ben Ali: les ressorts de la complaisance française. *Le Monde*, Paris, 22 de janeiro de 2011.
DANIEL, Jean. Les vrais amis d´Israël. *Le Nouvel Observateur*, Paris, 14 de setembro de 2006.
DANNER, Victor. *The Islamic Tradition*. Nova York, Sophia Perennis, 2005.
DANTAS, Gilson. Iraque: ocupação, barbárie e imperialismo em crise. *Antìtese* nº 1, Goiânia, CEPEC outubro 2005.
DAO, Bei et al. *Viagem à Palestina*. Rio de Janeiro, Ediouro, 2004.
DAOUD, Zakya. Le Magreb, dechiré par la nouvelle défaite árabe. *Le Monde Diplomatique*, Paris, abril de 1991.
DARNTON, Robert. *Boemia Literária e Revolução*. O submundo das letras no Antigo Regime. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.
DARWISH, Adel. Musharraf's game. *The Middle East*. Londres, dezembro 2006.
DASGUPTA, J.B. *Jammu and Kashmir*. La Haya, slp, 1968.
DAVID, Peter. Hard going. In: The Economist, *The World in 2006*, Londres, janeiro de 2006.
DAVOLI, Piermaria. *La Classe Operaia nel Mondo 1975-2002*. Milão, Lotta Comunista, 2003.
DAVOLO, Andrea et al. *La Rivoluzione Araba.* Milão, Editoriale Coop, 2010.
DAWIDOWICZ, Lucy. *The War Against the Jews*. Holt, Rinehart & Winston, 1975.

DAWISHA, Adeed. *Arab Nationalism in the Twentieth Century.* From triumph to despair. Nova York, Princeton University Press, 2003.
DE BERNARDI, Alberto. *Da Mondiale a Globale.* Storia del XX secolo. Turim, Bruno Mondadori, 2008
DE GIOVANNANGELI, Umberto. Se questo sarà lo Stato palestinese. *Limes* nº 4/2006, Milão, outubro 2006.
DE GOBINEAU, Arthur. *Essai sur l'Inégalité des Races Humaines.* Paris, Pierre Belfond, 1967 (edição original de 1853-1855).
DE LIMA, Andréa. A conspiração de 1953. In: Newton Carlos (ed.). *Irã*. A força de um povo e de sua religião. Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, 1979.
DE SMET, Brecht. Revolutionary desire and the limits of democratic transiton in Egypt. *Workers of the World* vol. 1 nº 7, slp, novembro 2015.
Declaração Política de Al Fatah, 1° de janeiro de 1969.
Déficit saudita cresce 300%. *O Globo*, Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 2015.
DELCAMBRE, Anne-Marie. *L´Islam*. Paris, La Découverte, 1991.
DELMAS, Benoît. Un Scarface à Tunis. *Le Monde*, Paris, 22 de janeiro de 2011.
DELON, Vincent. Iran gays, mais cachés. *L´Express*, Paris, 28 de junho de 2007.
DELPÉCH, Thérèse. *Iran and the Bomb*. The abdication of international responsibility. Londres, Hurst & Co., 2007.
DELPÉCH, Thérèse. Les États-Unis et la terreur nucléaire. *L´Histoire* n° 321. Paris, junho 2007.
DELUMEAU, Jean. *As Grandes Religiões do Mundo*. Lisboa, Presença, 1997.
DEMANT, Peter. *Islam vs. Islamism.* The dilemma of the Muslim World. Westport, Praeger, 2004.
DEMANT, Peter. *O Mundo Muçulmano.* São Paulo, Contexto, 2004.
DEMENGHEM, Émile. *Mahoma y la Tradición Islámica*. Madri, Aguilar, 1963.
DEMPSEY, Judy. Iran and Belarus forge strategic partnership. *International Herald Tribune*, Washington, 22 de maio de 2007.
DESSAUX, Nicolas. Qu'est-ce que l'État Islamique? *Ni Patrie ni Frontières* n° 52-53, Paris, dezembro 2015.
DEUTSCHER, Isaac . *The Prophet Armed*. Nova York, Vintage Books, 1954.
DEUTSCHER, Isaac. *O Judeu não Judeu e Outros Ensaios*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970.
DI NOLA, Alfonso. *Maometto*. Roma, Newton & Compton, 1996.
DIAKOV, V.; KOVALEV, S. *História da Antiguidade Oriental.* Lisboa, Arcadia, sdp.
DINES, Alberto. A religião do deserto. In: CARLOS, Newton (ed.). *Irã*. A força de um povo e de sua religião. Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, 1979.
DIP (Partido Revolucionário dos Trabalhadores, Turquia). La guerra imperialista di Erdogan. *Unità di Classe* n° 6, Roma, outubro 2015.
DIP (Revolutionary Workers' Party). *War on war!* Istambul, março 2016.
DJALILI, Mohammad-Reza. *Géopolitique de l´Iran*. Bruxelas, Complexe, 2005.
DOBB, Maurice. *A Evolução do Capitalismo*. Rio de Janeiro, Zahar, 1974.
DONINI, Ambrogio. *Breve Storia delle Religioni*. Roma, Newton & Compton, 1991.
DONINI, Pier Giovanni. *Il Mondo Islamico*. Bari-Roma, Laterza, 2003.
DÖRING, Falk. Panarabismo y panislamismo. In: C. D. Kernig (org). *Marxismo y Democracia*. Historia 8. Madri, Rioduero, 1975.
DOS SANTOS, Mauro A cronologia da crise. In: Newton Carlos (ed.). *Irã*. A força de um povo e de sua religião. Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, 1979.
Draft theses on the Jewish Question today. *Fourth International*. Nova York, janeiro-fevereiro 1948.
DROZ, Jacques. *Histoire Générale du Socialisme*. Paris, Presses Universitaires de France, 1974.
DRYEF, Zineb. Après la révolution tunisienne, la rue arabe alarme le pouvoir. *Rue89*, Paris, 18 de janeiro de 2011.
DUBY, Georges. *L'Europe Pré-industrielle XIe-XIIe Siècles.* Paris, Mouton, 1968.
DUFOUR, Jean-Louis. *Les Crises Internationales.* Bruxelas, Complexe, 2000.
DUHAMEL, Alain. Tunisie: la défaillance française. *Libération*, Paris, 20 de janeiro de 2011.
DUNN, Ross E. *The Adventures of Ibn Battuta*. Los Angeles, University of California Press, 2005.
DUTRA Jr, José Ailton. *O Líbano e o Nacionalismo Árabe (1952-1967).* Dissertação de Mestrado, São Paulo, FFLCH-USP, 2014.
DWORK, Déborah; VAN PELT, Robert Jan. *Holocausto.* Una historia. Madri, Algaba, 2004.
EÇA, Luiz. Bush corrige a pontaria: o Irã. *Correio da Cidadania*, São Paulo, 24 de julho de 2007.
Egipto, contagio explosivo. *La Jornada*, México, 27 de janeiro de 2011.
EICHENGREEN Barry. *A Globalização do Capital*. Uma história do sistema monetário internacional. São Paulo, Editora 34, 2000.
EID, Bassem (entrevista). Dinheiro americano manchou Fatah. *O Estado de S. Paulo*, 29 de janeiro de 2006.
EINAUDI, Jean-Luc. *La Ferme Arméziane*. Enquête sur un centre de torture pendant la guerre d'Algérie. Paris, L'Harmattan, 1991.
EL OIFI, Mohammed. Voyage au coeur des quotidiens panarabes. *Le Monde Diplomatique*, Paris, dezembro 2006.

El sionismo ante um cambio de régimen. *Prensa Obrera* n° 928, Buenos Aires, 9 de dezembro de 2005.
ELDAR, Akiva. Comment on a laissé se fabriquer le chaos. *Ha´Aretz*, Tel Aviv, 30 de janeiro de 2006.
ELDAR, Akiva. La promotion de M. Lieberman au gouvernement. *Le Monde Diplomatique*, Paris, dezembro 2006.
ELIAS, Jamal J. *Islamismo*. Lisboa, Edições 70, 2000.
ELIASCHEV, José Ricardo. *Reagan, USA, los Años Ochenta.* México, Folios, 1981.
EL-KHOURY, Fouad. *As Revoluções Xiitas no Islão (660-750).* São Paulo, Marco Zero, 1983.
El-KHOURY, Fouad. *Imames y Emires.* Ortodoxia y disidencias en la sociedad árabe. Barcelona, Bellaterra, 2000.
ELON, Amos. *La Rivolta degli Ebrei*. La storia di Theodor Herzl e del ritorno degli ebrei in Palestina. Milão, Rizzoli, 1979.
ELSÄSSER, Jürgen. *Comment le Djihad est Arrivé en Europe*. Vevey, Éditions Xenia, 2006.
EMERGUI, Sal. Meir Dagan: el militar que renovó el Mosad. *El País*, Madri, 16 de março de 2016.
ENDRESS, Gerhard. *Introduzione alla Storia del Mondo Musulmano*. Veneza, Marsilio, 1996.
ENGELS, Friedrich. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2002.
ENZENSBERGER, Hans Magnus. *Hammerstein o el Tesón*. Buenos Aires, La Página, 2013.
ERLICH, Guy. Not only Deir Yassin. *Hair*, Nova York, 6 de maio de 1992.
ERLICH, Reese. *Inside Syria*. The backstory of their civil war and what the world can expect. Nova York, Prometheus Books, 2014.
ESPINOSA, Ángeles. Miles de yemeníes exigen en las calles de Saná el fin del régimen. *El Pais*, Madrid, 28 de janeiro de 2011.
ESPOSITO, John. *Islam: the Straight Path.* Nova York, Oxford University Press, 1998.
ESPOSITO, John. *Unholy War*. Terror in the name of Islam. Nova York, Oxford University Press, 2002.
ESPOSITO, John; VOLL, J. *Islam and Democracy.* Nova York, Oxford University Press, 1996.
ETCHERELLI, Claire. *Élise ou la Vraie Vie*. Paris, Gallimard-Folio, 1967.
ETESAM, Salimé. Iran: l´aube d´une révolution. *La Vérité* n° 585, Paris, fevereiro 1979.
ÉTIENNE, Bruno. *El Islamismo Radical.* Madri, Siglo XXI, 1996.
ETTINGER, Yoram. Le vieux sorcier est de retour. *Courrier International/Yediot Aharonot* n° 841, Paris, 20 de dezembro de 2006.
Experts at Herzliya Conference War of Global Jihad, *Israel Faxx*, 23 de janeiro de 2007.
FAHMY, Ziad. *Ordinary Egyptians*. Creating the modern nation through popular culture. Stanford, Stanford University Press, 2011.
FANON, Frantz. *Black Skin, White Masks.* Nova York, Grove Press, 1967.
FANON, Frantz. *Os Condenados da Terra*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.
FANON, Frantz. *Racismo e Cultura*. Lisboa, Sá da Costa, 1980.
FARAH, Elyas. *Evolución de la Ideologia Árabe Revolucionaria.* Madri, Partido Ba'th, 1978.
FARGUES, Philippe. International migration and the Nation State in Arab countries. *Middle East Law and Governance* nº 5 (2013) 5–35, Leiden, Brill.
FARHAT, José. Independentes mas ainda não livres. In: *www.icarabe.org*, setembro-novembro 2012.
FAROQHI, Suraiya et al. *An Economic and Social History of the Ottoman Empire.* Nova York, Cambridge University Press, 1994.
FAVROD, Charles-Henri (ed.). *Les Arabes*. Paris, Le Livre de Poche, 1975.
FAYYAD, Alr. Hisbullah non è al guinzaglio di Teheran. *Limes* n° 4/2006, Milão, outubro 2006.
FAYYAD, Moued. Un pays sous influence iranienne. *Courrier International* n° 864, Paris, maio 2007.
FERABOLLI, Silvia. *Relações Internacionais do Mundo Árabe*. Os desafios para a realização da utopia pan-arabista. São Paulo, Juruá, 2009.
FERGUSON, Niall. Le plan Baker, Bush et la réalité irakienne. *Courrier International/ The Sunday Telegraph* n° 841, Paris, 20 de dezembro de 2006.
FERNANDEZ, Leonel. El misterio de los precios del petróleo. *El País*, Madri, 16 de março de 2016.
FERRANDO, Marco. Il fenômeno ISIS come fascismo islamico. *Marxismo Rivoluzionario* nº 11, Milão, 3º trimestre 2015.
FERRANDO, Marco. Progetti e difficoltà dell'annunciata impresa di Libia. *Unità di Classe* nº 3, Roma, maio 2016.
FERRO, Marc. *História das Colonizações.* São Paulo, Companhia das Letras, 1996.
FERRO, Marc. *Le Choc de l´Islam.* Paris, Odile Jacob, 2002.
FIELDHOUSE, David K. *Politica ed Economia del Colonialismo (1870-1945).* Bari, Laterza, 1980.
FILHO, Expedito. Hamas não condenará ataques. *O Estado de S. Paulo*, 1° de fevereiro de 2006.
FINKEL, Caroline. *Osman's Dream: the History of the Ottoman Empire*. Londres, Basic Books, 2007.
FINKELSTEIN, Israel; SILBERMAN, Neil Asher. *A Bíblia Não Tinha Razão*. São Paulo, A Girafa, 2003.
FINKELSTONE, John. *Anwar Sadat.* Visionary who dared. Londres, Frank Cass, 1996.
FINLAN, Alastair. *The Gulf War 1991*. Londres, Osprey Publishing, 2003
FIORI, José Luis. O grande jogo de Barack Obama. *www.rumosdobrasil.org.br*, 26 de janeiro de 2011.

FISCHER, Klaus P. *History of an Obsession*. German judeophobia and the Holocaust. Londres, Bloomsbury Academic, 2001.
FISK, Robert. A people defies its dictator, and a nation's future is in the balance. *The Independent*, Londres, 29 de janeiro de 2011.
FISK, Robert. Atrocity In Fallujah. *The Independent*, Londres, 1º de abril de 2004.
FISK, Robert. Occupied Lebanon. *The Nation*, Nova York, maio 1996.
FISK, Robert. *Pity the Nation.* Lebanon at war. Nova York, Oxford University Press, 2001.
FISK, Robert. *The Conquest of the Middle East*. Nova York, Counterpunch, 2007.
FISK, Robert. *The Great War for Civilisation.* Nova York, Vintage Books, 2007.
FLAVIN, Christopher. Beyond the Gulf crisis: an energy strategy for the 1990's. *Challenge*, Nova York, novembro-dezembro de 1990.
FLETCHER, Richard A. *A Cruz e o Crescente*. Cristianismo e islã, de Maomé à Reforma. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2004.
FLORES D'ARCAIS, Alberto. Tunisia, la rivolta censurata. *La Repubblica*, Roma, 31 de dezembro de 2010.
FLOUNDERS, Sara. Why US is targeting Iran. In: *www.alainet.org*, 8 de maio de 2007.
Fogo, tiros: Fatah protesta nas ruas. *O Estado de S. Paulo*, 28 de janeiro de 2006.
FONTANA, Josep. *Historia de España*. Barcelona, Crítica, 2007.
FORD, Niel. OPEC Mark II? *The Middle East*, Londres, julho 2007.
Fourth International (IV Internacional). The Arab revolution (1974). *International Viewpoint*, slp, 8 de fevereiro de 2009.
FRANCESCHINI, Enrico. Imobili, titoli e partecipazione: caccia al patrimonio del raïs. *La Repubblica*, Roma, 3 de fevereiro de 2011.
FRANCK, Claude; HERSZLIKOWICZ, Michel. *Le Sionisme*. Paris, Presses Universitaires de France, 1984.
FRATTINI, Eric. *Mossad.* Os carrascos do Kidon. São Paulo, Seoman, 2014.
FREDIANI, Andrea. *Guerre, Battaglie e Rivolte nel Mondo Arabo*. Roma, Newton & Compton, 2011.
FRIEDLÄNDER, Saul. *Pio XII y el III Reich*. Barcelona, Península, 2007.
Front des Forces Socialistes (FFS). Dire que ce sont des émeutes de la faim est un raccourci, *Le Soir d'Algérie*, 9 de janeiro de 2011.
FRYKBERG, Mel. Siege of Gaza. *The Middle East*. Londres, dezembro de 2006.
FUKUYAMA, Francis. *The End of History and the Last Man*. Nova York, Avon Books, 1992.
FULLER, Graham. *The Future of Political Islam*. Nova York, Palgrave Macmillan, 2003.
FUSER, Igor. *O Petróleo e o Envolvimento dos EUA no Golfo Pérsico (1945–2003).* Dissertação de Mestrado, Unicamp, São Paulo, 2005.
GABRIELLI, Francesco. *Gli Arabi*. Florença, Sansoni, 1957.
GABRIELLI, Francesco. *Maometto e le Grande Conquiste Arabe*. Roma, Newton & Compton, 1996.
GALBRAITH, Peter W. Um Iraque partido em três: resolve? *O Estado de S. Paulo*, 31 de dezembro de 2006.
GALLETTI, Mirella. *Storia della Siria Contemporanea*. Milão, Bompiani, 2006.
GALLISOT, René; BADIA, Gilbert. *Marxisme et Algérie*. Paris, UGE, 1976.
GANI, Leon. *Sindicatos e Trabalhadores Imigrados.* Lisboa, Prelo, 1975.
GARAUDY, Roger. *Palestina, Tierra de los Mensajes Divinos*. Madri, Fundamentos, 1986.
GARCIA BLANCO, Héctor (ed.). *El Egipto Faraónico*. Buenos Aires, Clarín, 2005.
GASPARD, Toufic K. *A Political Economy of Lebanon, 1948-2002*. The limits of laissez-faire. Leiden, Koninklijke Brill NV, 2004.
GATI, Charles (ed). *Zbig.* The strategy and statecraft of Zbigniew Brzezinski. Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 2013.
GATTAZ, André. *Do Líbano ao Brasil*. História oral de imigrantes. Salvador, Pontocom, 2015.
GAUTHIER, Lucien. As origens da divisão da Palestina. *A Verdade* nº 8, São Paulo, julho de 1994.
GAWENDO, Michel. Porta a porta, Israel inicia a saída de Gaza. *Folha de S. Paulo*, 14 de agosto de 2005.
GEARON, Eamonn. From small acorns. *The Middle East*. Londres, dezembro 2006.
GELLNER, Ernest. *La Sociedad Musulmana*.México, Fondo de Cultura Económica, 1986.
GENTRY, Curt. *J. Edgar Hoover*. Milão, Oscar Mondadori, 2014.
GERSHONI, I.; JANKOWSKI, J. R. *Egypt, Islam and the Arabs*. The search for Egyptian nationhood 1900-1930. Nova York, Longman, 1986.
GERTWARTH, Robert. *O Carrasco de Hitler*. A vida de Reinhardt Heydrich. São Paulo, Cultrix, 2013.
GHALIOUN, Burhan. *Islam y Política.* Las traiciones de la modernidad. Barcelona, Bellaterra, 1999.
GHEISSARI, Ali; NASR, Vali. *Democracy in Iran*. Londres, Oxford University Press, 2006.
GHORAYEB, Amal Saad. *Hizbullah: Politics and Religion.* London, Pluto Press, 2002.
GHOSH, Bobby (ed.). *The New Middle East.* Nova York, Time Home, 2012.
GIACCHÈ, Vladimiro. Controllo dell´Eurasia, armi e petrolio. *La Contraddizione* n° 93, Roma, novembro 2002.

GIBELLI, Nicolas (ed.). *La Revolución Egipcia*. Buenos Aires, Cuantica, sdp.
GIBSON, Bryan R. *Covert Relationship*. American foreign policy, intelligence, and the Iran-Iraq War, 1980-1988. Nova York, Praeger Publishers, 2010.
GLANZ, James. Democracia liberta forças incômodas para os EUA. *O Estado de S. Paulo*, 5 de fevereiro de 2006.
GOBLOT, Jean-Jacques Goblot; PELLETIER, Antoine. *Materialismo Histórico e História das Civilizações.* Lisboa, Estampo, 1970.
GOLD, Dore. *The Fight for Jerusalem*. Radical Islam, the West, and the future of the Holy City. Washington, Regnery Publishing, 2007.
GOLDAR, Ernesto. *La Revolución Argelina.* Buenos Aires, CEAL, 1972.
GOLDBERG, Ellis Jay (ed). *The Social Hisory of Labor in the Middle East.* Boulder, Westview Pess, 1996.
GOLDHAGEN, Daniel. *Hitler's Willing Executioners.* Ordinary Germans and the Holocaust. Nova York, Alfred A. Knopf,
FEST, Joachim. *Hitler*. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1991.
GONZÁLEZ WAGNER, Carlos. *El Próximo Oriente Antiguo*. Madri, Síntesis, 2001.
GONZÁLEZ, Enric. El movimiento anti Mubarak llama a la huelga general. *El Pais*, Madrid, 31 de janeiro de 2011.
GOODMAN, Amy; KINZER, Stephen; ABRAHAMIAN, Ervand. The 1953 US backed coup in Iran. *Democracy Now*, Nova York, 25 de agosto de 2003.
GORDON, David. *Lebanon, a Fragmented Nation.* Londres, Croom Helm, 1980.
GORDON, Matthew. *Khomeini*. São Paulo, Nova Cultural, 1987.
GORIA, Wade R. *Sovereignty and Leadership in Lebanon 1943-1976.* Londres, Ithaca Press, 1985.
GOYTISOLO, Juan. Revolución democrática en el Magreb. *La Voz del Nuevo Túnez*, Madri, 16 de janeiro de 2011.
GOZANI, Ohad. Israelis admit massacre, *Daily Telegraph*, Londres, 16 de agosto de 1995.
GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del Carcere.* Turim, Einaudi, 1975.
GREEN, Toby. *Inquisição.* O reinado do medo. Rio de Janeiro, Objetiva, 2014.
GRESH, Alain (ed.). O despertar do mundo árabe. *Dossiê* n° 6, São Paulo, Le Monde Diplomatique Brasil, julho-agosto 2011.
GRESH, Alain (org.) Tempêtes sur l ´Iran (dossier). *Manière de Voir* n° 93, Paris, Le Monde Diplomatique, junho 2007.
GRESH, Alain e Dominique Vidal. *Palestine 1947*. Une division abortée. Paris, Éditions Complexe, 2004.
GRESH, Alain. Egypte, retour dans les casernes. *Manière de Voir* n° 126, Paris, dezembro 2012 – janeiro 2013.
GRESH, Alain. *Storia dell'OLP.* Roma, Edizione Associate, 1988.
GRESH, Alain; VIDAL, Dominique. *Palestine 1947.* Une division abortée. Bruxelas, Éditions Complexe, 2004.
GUALLAR, Amador. La yihad de los talibán contra los talibán. *El Mundo*, Madri, 29 de março de 2016.
GUCHOT, Pierre (ed.). *Les Frères Musulmans et le Pouvoir.* Paris, Galaade, 2014.
GUETTA, Bernard. La révolution rampante des terres d'Islam. *Libération*, Paris, 19 de janeiro de 2011.
GUEYRAS, Jean. *Golfe: la Guerre.* Paris, Le Monde, 1991
GUIBAL, C.; SALAUN, T. *L'Egypte de Tahrir.* Paris, Seuil, 2011.
GUIDI, Michelangelo. *Storia e Cultura degli Arabi Fino alla morte del Profeta Mohammed*. Florença, Sansoni, 1951.
GUIGOU, Jacques. État Islamique ou communauté despotique. *Ni Patrie ni Frontières* n° 52-53, Paris, dezembro 2015.
GUILLON, Claude. Prêche tragique à Charlie Hebdo: douze morts. *Ni Patrie ni Frontières* n° 48-49, Paris, abril 2015.
GUITARD, Odette. *Bandoung et le Réveil des Peuples Colonisés.* Paris, Presses Universitaires de France, 1969.
GUNDER FRANK, André. *Acumulação Mundial 1492-1789*. Rio de Janeiro, Zahar, 1977.
GUOLO, Renzo. L'altra faccia della rivoluzione: in scena i partiti islamici. *La Repubblica*, Roma, 31 de janeiro de 2011.
HABER, Eitan. *Menahem Begin: the Legend and the Man.* Nova York, Delacorte Press, 1978.
HALE, John. *La Civiltà del Rinascimento in Europa 1450-1620*. Milão, Arnoldo Mondadori, 1994.
HALLIDAY, Fred. *Arabia without Sultans.* Harmondsworth, Penguin Books, 1974.
HALLIDAY, Fred. El fundamentalismo en el mundo contemporáneo. *Webislam* n° 114 , 9 de fevereiro de 2001.
HALLIDAY, Fred. *Islam and the Myth of Confrontation*. Religion and politics in the Middle East. Nova York, I. B. Tauris, 1999.
HALLIDAY, Fred. *L'URSS et le Monde Arabe*. Paris, Le Sycomore, 1982.
HALLIDAY, Fred. *Nation and Religion in the Middle East*. Londres, Saqi, 2000.
HALLIDAY, Fred. *Revolution and Foreign Policy*. The case of South Yemen 1967-1987. Nova York, Cambridge University Press, 1990.
HALLIDAY, Fred. *The Middle East in International Relations.* Power, politics and ideology. Nova York, Cambridge University Press, 2005.
HAMAM, Marco. Partito di Dio o partito del demonio? *Limes* n° 4/2006, Milão, outubro 2006.
HAMID, Yusuf. *Pakistan, a Study of Political Development 1947-1997*. Lahore, Sang-e-eel Publishers, 1999.
HAMZA, Hicham. Le clan des tunisiens. Ont-ils versé une larme pour le départ de Ben Ali? *Investigaction*, Bruselas, 14 de janeiro de 2011.
HAMZEH, Ahmad Nizah. *In the Path of Hizbullah*. Nova York, Syracuse University Press, 2004.

HAMZEH, Ahmad Nizah. Lebanons Hizbullah: from Islamic revolution to parliamentary accommodation. *Third World Quarterly*, Vol. 14, No. 2, 1993.
HANIEH, Adam. Issues of contemporary capitalism in the Middle East. *The Bullet* n° 390, Ottawa, janeiro de 2014.
HANIYEH, Ismail (entrevista). Os países islâmicos acabarão nos apoiando financeiramente. *O Estado de S. Paulo*, 1° de fevereiro de 2006.
HARARI, Jejiel. Trotski et la question juive. *Dispersion et Unité* nº 11, Jerusalém, 1971.
HARBI, Mohammed; STORA, Benjamin. *La Guerre d'Algérie.* Paris, Hachette, 2005.
HARDEN, Donald. *Os Fenícios*. Lisboa, Verbo, 1968.
HARIK, Judith P. *Hezbollah.* The changing face of terrorism. Nova York, I. B. Tauris, 2004.
HARLING, Peter; YASIN, Hamid. A demonização forçada dos xiitas. In: *http://diplo.uol.com.br,* setembro de 2006.
HARNEY, Desmond. *The Priest and the King*. An eyewitness account of the Iranian revolution. Londres, I.B. Tauris, 1988.
HASSAN, Ghali. EEUU anima al "fundamentalismo religioso" para contrarrestar los movimientos nacionalistas y socialistas. *Global Research*, 15 de outubro de 2005 / *CSCAweb*, 26 de outubro de 2005.
HATFIELD, James. *Le Cartel Bush*. Genebra, Timéli, 2002.
HAYEK, Domingo G. *História Contemporánea del Líbano.* Confesionalismo y política (1840-2005). Santa Cruz, Ideal Global, 2006.
HEDGES, Chris. Gaza Diary, *Harpers Magazine*, Nova York, outubro de 2001.
HEERS Jacques. O Mundo Medieval. Lisboa, Ática, 1976.
HEGEL, G. W. F. *Lecciones sobre la Filosofia de la Historia Universal*. Madri, Revista de Occidente, 1974.
HEIKAL, Michel. *L'Automne de la Colère.* L'assassinat de Sadate. Paris, Ramsay, 1983.
HEKMAT, Mansoor. Le monde après le 11 septembre. *Ni Patrie ni Frontières* n° 52-53, Paris, dezembro 2015.
HELBLING, Marc. *Islamophobia in the West*. Measuring and explaining individual attitudes. Londres, Routledge, 2012.
HELLEINER, G. K. A *World Divided: the Less Developed Countries in the International Economy*. Nova York, Cambridge University Press, 1976.
HELLER, Mark (entrevista). Não há paz com o Hamas, não há paz sem o Hamas. *O Estado de S. Paulo*, 28 de janeiro de 2006.
HENNION, Cécile. De l'Egypte à la Mauritanie, les cas d'immolations par le feu se multiplient. *Le Monde*, Paris, 20 de janeiro de 2011.
HERSCH, Seymour. U.S. helped Israeli attack, Cheney "convinced" assault on Lebanon could serve as prelude to preemptive attack on Iran. *The New Yorker*, Nova York, 14 de agosto de 2006.
HICHAM, Mulay. Marruecos no será la excepción. *El Pais*, Madrid, 31 de janeiro de 2011.
HILBERG, Raul. *The Destruction of the European Jews*. Nova York, Yale University Press, 2003.
HILFERDING, Rudolf. *O Capital Financeiro.* São Paulo, Abril Cultural, 1983.
HIRST, David. *The Gun and the Olive Branch*. The roots of violence in the Middle East. Harcout Brace, Jovanovich, 1977.
HOBSBAWM, Eric J. *A Era dos Impérios 1875-1914*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
HOBSBAWM, Eric J. *Era dos Extremos.* O breve século XX 1914-1991. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.
HOBSBAWM, Eric J. *Guerra y Paz en el Siglo XXI*. Buenos Aires, Arte Gráfico, 2012.
HOBSON, John A. *L'Imperialismo.* Roma, Newton & Compton, 1996.
HOFFMAN, Gil. Netanyahu: who will lead the effort against genocide, if not us? *The Jerusalem Post*, 22 de janeiro de 2006.
HOKAYEM, Emile. *Syria's Uprising*. Londres, Routledge, 2013.
HOLTZMAN, Elizabeth. O impeachment de George W. Bush. *Folha de S. Paulo*, 15 de janeiro de 2006.
HORRUT, Claude. *Ibn Khaldûn, um Islam des "Lumières"?* Bruxelas, Complexe, 2006.
HOURANI, Albert. *Histoire des Peuples Arabes.* Paris, Seuil, 1993.
HOURANI, Albert. *The Emergence of the Modern Middle East.* Los Angeles, University of California Press, 1981.
HOUSE, Jim; MACMASTER, Neil. *Paris 1961*. Les Algériens, la terreur d'État et la mémoire. Paris, Tallandier, 2008.
HOVEYDA, Fereydoun. *The Shah and the Ayatollah*. Iranian mythology and Islamic Revolution. Nova York, Praeger/Greenwood, 2003.
HUGHES, M. The banality of brutality: British armed forces and the repression of the Arab Revolt in Palestine, 1936–1939. *English Historical Review*, Londres, Vol. CXXIV, nº. 507, 2009.
HUNTINGTON, Samuel P. *Lo Scontro delle Civiltà e il Nuovo Ordine Mondiale*. Roma, Gli Elefanti Saggi, 1998.
HURTADO, Luis Miquel. Los kurdos de Siria declaran su región federal. *El Mundo*, Madri, 16 de março de 2016.
HUTTON, Will. Le príncipe de réalité s´imposera au Hamas. *Courrier International* nº 796, Paris, 2 de fevereiro de 2006.
IDE, Derek Alan. The repression of communist workers in Egypt, 1952-1965. *Workers of the World* vol. 1 nº 7, slp, novembro 2015.

IGNATIUS, David. Crise também pode ser vítima da guerra. *The Washington Post / O Estado de S. Paulo*, 22 de outubro de 2001.
INBARI, Pinhas. *The Palestinians between Terrorism and Statehood*. Brighton, Sussex Academic Press, 1996.
Inquilabi Communist Sangathan. *Stop the Riots in Gujarat*. Resist the fascist VHP. Calcutá, março de 2002.
Internacional Comunista. *Thèses, Manifestes et Résolutions des Quatre Premiers Congrès Mondiaux de l'Internationale Communiste 1919-1923*. Paris, Maspero, 1978.
International Crisis Group. Iraq's Moqtada Al-Sadr: spoiler or stabiliser? *Middle East Report*, Hopewell, agosto de 2006.
Interview with Hossam el-Hamalawy. *The Bullet* n° 456, 31 de janeiro de 2011.
Iran – Royaume Uni: la guerre des mots (dossier). *Courrier International* n° 857, Paris, abril 2007.
Iran: muzzling dissent and moving to a war footing. *The Economist*, Londres, 30 de junho de 2007.
Iran: nouvelle phase de la révolution prolétarienne mondiale. *La Vérité* n° 586, Paris, abril 1979.
IRVING, Clive. *Sayings of the Ayatollah Khomeini*. Nova York, Bantam Books, 1980.
Isaac Deutscher. Los Judios no Judios. Buenos Aires, Kikiyon, 1969.
ISMAEL, Tareq e Jacqueline. *The Communist Movement in Syria and Lebanon*. Gainesville, University Press of Florida, 1998.
ISMAEL, Tareq Y. *The Arab Left.* Nova York, Syracuse University Press, 1976.
ISMAÏL, Sacha. Qu'est-ce que le racisme antimusulmans? *Ni Patrie ni Frontières* n° 48-49, Paris, abril 2015.
Israel's Apartheid Wall. In: *http://www.lawsociety.org/wall/ wall.html*.
Israele, via alla barriera di Gerusalemme. *Corriere della Sera*, Milão, 11 de julho de 2005.
IVALDO, Roberto. *Storia del Colonialismo.* Roma, Newton & Compton, 1997.
IVASHOV, Léonid. L´Iran doit se tenir prêt à contrer une attaque nucléaire. In: *http://awww.voltairenet.org*, 20 de maio de 2007.
JACOBSON, Philip. Iran: dans les coulisses d´une guerre secrète. *The Sunday Times / Courrier International* n° 869, Paris, 28 de junho de 2007.
JAFARI, Peyman. Labour activism in the Middle East and North Africa. *Workers of the World* vol. 1 nº 7, slp, novembro 2015.
JALDÚN, Ibn. *Introducción a la Historia Universal.* Al-Muqaddimah. México, Fondo de Cultura Económica, 1997.
JANAHI, Khalid. I leader ascoltino la voce del business. *Il Sole 24 Ore*, Roma, 29 de janeiro de 2011.
JARACH, Lawrence. *L'Essentialisme et le Problème dês Politiques Identitaires*. Paris, Ravage, 2013.
JONES, Sam; SOLOMON, Erika. Estado Islêmico tem caixa para ficar anos em guerra. *Financial Times / Valor Econômico*, São Paulo, 16 de dezembro de 2015.
JORDAN, David. *História da Segunda Guerra Mundial.* São Paulo, M. Books, 2011.
Judíos y palestinos marchan unidos contra el muro que divide Cisjordânia. *Clarin*, Buenos Aires, 21 de janeiro de 2006.
JULIEN, Claude. Les embûches de la paix. *Le Monde Diplomatique,* Paris, abril de 1991.
KAGAN, Robert. *La Puissance et la Faiblesse*. Paris, Plon, 2003.
KAHN, Islaq. *Blood in the Valley*. Kashmir behind the propaganda curtain. Bombay, 1995.
KARMI, Ghada. *Return: a Palestinian Memoir*. Londres, Verso Books, 2015.
KAROL, K. S. *La Nieve Roja*. Madri, Alianza, 1984.
KARSH, Efraim. *Islamic Imperialism: a History*. Nova York, Yale University Press, 2005.
KATEB, Alexandre. Un enjeu géostratégique por l'Europe. *Le Monde*, Paris, 22 de janeiro de 2011.
KATZ, Steven. *The Holocaust in Historical Context*. Nova York, Oxford University Press, 1994, p. 28.
KELLER, Pierre. *La Question Arabe*. Paris, Presses Universitaires de France, 1948.
KELLER, Shoshana. *To Moscow, not Mecca.* The Soviet campaign against Islam in Central Asia 1917-1941. Westport, Praeger Publishers, 2001.
KELLEY, Christopher S. *Rethinking Presidential Power.* The unitary executive and the George W. Bush Presidency. Chicago, Midwest Political Science Association, 2005.
KEPEL, Gilles. *Fitna*. Guerra nel cuore dell'Islam. Bari, Laterza, 2006.
KEPEL, Gilles. L'inquiétude est visible dans toute la région. *Libération*, Paris, 17 de janeiro de 2011.
KEPEL, Gilles. *La Jihad*. Expansion et déclin de l'islamisme. Paris, Gallimard, 2000.
KEPEL, Gilles. *Le Prophète et Pharaon.* Les mouvements islamistes dans l'Egypte contemporain. Paris, La Découverte, 1984.
KEPEL, Gilles. O islamismo está em declinio. *Tempo Real Cebri* n° 5, Rio de Janeiro, 12 de abril de 2001.
KEPEL, Gilles. *The Revenge of God*. The resurgence of Islam, Christianity and Judaism in the Modern World. Londres, Polity Press, 1994.
KEPEL, Gilles. *The War for Muslim Minds: Islam and the West.* Cambridge, Harvard University Press, 2004.
KERSHAW, Ian. *Hitler*. Nova York, W.W. Norton, 1998-2000.
KHADDURI, Majid. *War and Peace in the Law of Islam*. Baltimore, Johns Hopkins University, 1958.

KHAH, Lal. El resurgimiento del fundamentalismo: causas y perspectivas. In: *www.engels.org/marxismo/marxis1/marx5.htm*
KHALAF, Ruola. Irã em ascensão desafia vizinhos do Golfo Pérsico. *Folha de S. Paulo/Financial Times*, 3 de janeiro de 2007.
KHALIDI, Ahmad. Os dois lados têm o direito de usar a força na região. *The Guardian* / *O Estado de S. Paulo*, 20 de julho de 2006.
KHALIDI, Walid. *From Haven to Conquest.* Readings in Zionism and the Palestine problem until 1948. Washington, Institute of Palestine Studies, 1987.
KHAN, Lal. *India and Pakistan*. Millions threatened with a nuclear holocaust. *www.marxist.com*, 6 de junho de 2002.
KHAN, Lal. *Partition: Can it be Undone?* Slp., Wellred Books, 2001.
KHAN, Sadiq. Niente cibo ne caffè. *La Repubblica*, Roma, 7 de junho de 2016.
KHBEIZ, Bilal. Liban: um pays condamné à avoir um tuteur. *Courrier International/Elaph* n° 841, Paris, 14 de dezembro de 2006.
KHOSROKHAVAR, Farhad. Fin des dictatures au Proche et Moyen-Orient? *Le Monde*, Paris, 16 de janeiro de 2011.
KHOSROKHAVAR, Farhad. *Radicalisation*. Paris, Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme, 2014.
KHOURI, Rami G. Ocidente não entende a vitória do Hamas. *Folha de S. Paulo*, 29 de janeiro de 2006.
KHOURY, Adel. *Los Fundamentos del Islam*. Barcelona, Herder, 1981.
KIERNAN, V. G. *Colonial Empires and Armies 1815-1960.* Gloucestershire, Sutton, 1988.
KIERNAN, V. G. *Estados Unidos.* Da colonização branca à hegemonia mundial. Rio de Janeiro, Record, 2009.
KINROSS, Patrick Balfour. *The Ottoman Centuries*. The rise and fall of the Turkish Empire. Londres, William Morrow, 1979.
KINZER, Stephen. *Todos os Homens do Xá.* O golpe norte-americano no Irã e as raízes do terror no Oriente Médio. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2004.
KIRK, George E. *História do Oriente Médio.* Rio de Janeiro, Zahar, 1967.
KITSIKIS, Dimitris. *El Imperio Otomano.* México, Fondo de Cultura Económica, 1989.
KLARE, Michael. "Maldito petróleo barato!". *Le Monde Diplomatique Brasil* nº 105, São Paulo, abril 2016.
KLEIN, Joe. The Iran factor. *Time*, Nova Iorque, 24 de julho de 2006.
KOLBERT, Elizabeth. The nuclear risk. *The New Yorker,* Nova York, 28 de março de 2011.
KOLKO, Gabriel. *Confronting the Third World: US Foriegn Policy 1945-1980.* Nova York, Pantheon Books, 1988.
KOLKO, Gabriel. Washington et sa périlleuse quête d'hégemonie. *Le Monde Diplomatique*, Paris, abril de 1991.
KONZELMANN, Gerhard. *O Canal de Suez.* São Paulo, Melhoramentos, 1997.
KOSTRZ, Marie. Hezbollah, senhor do jogo libanês. *Le Monde Diplomatique Brasil* nº 105, São Paulo, abril 2016.
KRADER, Lawrence. *The Asiatic Mode of Production.* Assen, Van Gorcum, 1975.
KRAMER, Martin. *The Islamism Debate*. Nova York, Cambridge University Press, 1997.
KRESCH, Daniela. Haniyeh é a cara do Hamas nas urnas. *O Estado de S. Paulo*, 28 de janeiro de 2006.
Kurdistan Rojava. Viaggio nella rivoluzione delle donne. Roma, Ondarossa, 2015.
KURZMAN, Charles. *Liberal Islam*. A sourcebook. Londres, Oxford University Press, 1998.
KUTTAB, Daoud. Depois da retirada de Gaza. *Valor Econômico*, São Paulo, 18 de agosto de 2005.
L´Iran tra guerra e rivoluzione. *Lotta Comunista* n° 429, Milão, maio 2006.
LA CECIA, Franco. Tunisia, il futuro è tempo da donne. *Il Sole 24 Ore*, Roma, 30 de janeiro de 2011.
La guerre monétaire États-Unis/Iran en suspens. *Réseau Voltaire*, 19 de setembro de 2006.
LAACHER, Smain. L'immolation publique est un acte politique. *Le Monde*, Paris, 22 de janeiro de 2011.
LACEY, Robert. *Le Royaume*. La grande aventure de l´Arabie Saoudite. Paris, Presses de la Renaissance, 1982.
LACOSTE, Yves. *El Nacimiento del Tercer Mundo: Ibn Jaldun*. Barcelona, Península, 1971.
LACOUTURE, Jean. *Gamal Abdel Nasser*. Paris, Bayard, 2005.
LACOUTURE, Jean. *L'Egypte en Mouvement.* Paris, Seuil, 1956.
LAFOND, Jean-Daniel e REED, Fred A.C*onversations in Tehran.* Nova York, Talonbooks, 2007.
LAGARDE, Dominique. Tunisie, la révolution arabe, *L'Express*, Paris, 19 de janeiro de 2011.
LALIEU, Grégoire. *Jihad Made in USA*. Bruxelas, Investig'action, 2015.
LAMOUCHE, Colonel. *Histoire de la Turquie*. Paris, Payot, 1934.
LAND, Thomas. Nuclear reactors invade the Middle East. *The Middle East*, Londres, julho 2007.
LANDES, David S. *Banchieri e Pascià.* Finanza internazionale e imperialismo economico. Turim, Bollati Boringhieri, 1990.
LANDES, David S. *Prometeu Desacorrentado.* Transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa ocidental, desde 1750 até nossa época. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1994.
LAPIDUS, Ira M. *Storia delle Società Islamiche.* Turim, Giulio Einaudi, 1993.
LAQUEUR, Walter. *No End to War: Terrorism in the Twenty-first Century*. Londres, Continuum International Publishing Group, 2004.
LAQUEUR, Walter. *O Terrível Segredo*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

LAQUEUR, Walter. *The Age of Terrorism.* Boston, Little, Brown and Co., 1987.
LAROUI, Abdallah. *Islam et Histoire*, Paris, Flammarion, 1999.
LAROUI, Abdallah. *L'Histoire du Maghreb.* Casablanca, Centre Culurel Arabe, 1995.
LAUNAY, Jacques de. *La Diplomacia Secreta*. Durante las dos guerras mundiales. Bogotá, Norma, 2009.
LAURENT, Etienne; DAUBERNY, Michel. L'or et la marche à la dislocation du marché mondial. *La Vérité* nº 590-591, Paris, fevereiro-abril de 1980.
LAWRENCE, Thomas E. *La Révolte dans le Désert (1916-1918).* Paris, Payot, 1935.
LE BARS, Stéphanie; PARIS, Gilles. Entrée du Hamas au gouvernement? *Le Monde*, Paris, 20 de janeiro de 2006.
LE GOFF, Jacques. *L'Europa Medievale e il Mondo Moderno*. Bari, Laterza, 1994.
Le résultat direct des luttes héroïques du peuple tunisien et de ses forces démocratiques. *Déclaration du Mouvement Ettajdid*, 14 de janeiro de 2011.
LEAMAN, Oliver. *History of Islamic Philosophy*. Londres, Routledge, 1996.
LEBEAU, Richard. 6 octobre 1973: le début de la guerre du Kippour. *Historia*, Paris, outubro de 2012.
LEGRAS, Bernard. *Hommes et Femmes d'Egypte.* Paris, Armand Colin, 2010.
LEMKIN, Raphael. *Axis Rule in Occupied Europe*. Washington, Carnegie Endowment for World Peace, 1944.
LEON, Abraham. *Concepción Materialista de la Cuestión Judia.* Buenos Aires, El Yunque, 1975.
LÉON, Pierre (ed.). *Storia Economica e Sociale del Mondo*. Bari, Laterza, 1980.
LEROI-GOURHAN, André. *Le Geste et la Parole.* Paris, Albin Michel, 1964.
LEROI-PONANT, Alexandre. L´Iran du président Mahmoud Ahmadinejad. *Le Monde Diplomatique*, Paris, dezembro de 2006.
LESCH, David W. *Syria: The Fall of the House of Assad*. Nova York, Yale University Press, 2013.
LEVASSEUR, Pierre (ed.). Moyen Orient (1936-1949): le mouvement ouvrier et ses problèmes. *Les Cahiers du CERMTRI* n° 138, Paris, setembro de 2010.
LeVINE, Mark. *Perché non ci Odiano*. La vera storia dello scontro di civiltà. Roma, Approdi, 2008.
LEWIN, Moshe. *Le Dernier Combat de Lénine*. Paris, Syllepse, 2015.
LEWIN, Moshe. *O Século Soviético.* Rio de Janeiro, Record, 2007.
LEWIS, Bernard. *La Costruzione del Medio Oriente*. Bari, Laterza, 2006.
LEWIS, Bernard. Ottoman observers of Ottoman decline. *Islam in History.* La Salle, Open Court, 1972.
LEWIS, Bernard. *The Middle East and the West*. Nova York, Weidenfelds & Nicholson, 1963.
LEWIS, Bernard. The roots of muslim rage. *The Atlantic Monthly*, Nova York, setembro 1990.
LILIENTHAL, Alfred. *The Zionist Connection*, Nova York, Dodd, Mead & Co. 1978.
LING, Trevor. *A History of Religion East and West*. Palgrave, Macmillan, 1969.
LINHARES, Maria Yedda. *A Luta contra a Metrópole (Ásia e África)*. São Paulo, Brasiliense, 1981.
LINHARES, Maria Yedda. *O Oriente Médio e o Mundo Árabe.* São Paulo, Brasiliense, 1982.
LIU, Xinru; SHAFFER, Linda Norene. *Le Vie della Seta*. Bolonha, Il Mulino, 2009.
LIVERANI, Massimo. *Antico Oriente*. Storia, società. Roma-Bari, Laterza, 1988.
LIVNI, Tzipi (entrevista). Hay que hacer concesiones: al final habrá dos Estados. *El País,* Madri, 22 de janeiro de 2006.
LOCKMAN, Zachary. *Comrades and Enemies.* Arab and Jewish workers in Palestine, 1906-1948. San Francisco, University of California Press, 1996.
LÓPEZ GARCÍA, Bernabé. *El Mundo Árabo-islámico Contemporáneo.* Madri, Sintesis, 1997.
LÓPEZ PIÑERO, José Maria. *La Medicina en la Historia*. Madri, La Esfera de los Libros, 2002.
LÓPEZ, Manuel. Nasserismo y cambio de estructura. *Fichas de Investigación Económica y Social* n° 9, Buenos Aires, abril-maio 1966.
LUCIANI, Giacomo. A OPEP na economia internacional 1973-1978. *Encontros com a Civilização Brasileira* n° 16, Rio de Janeiro, outubro 1979.
LUGONES, Paula. Washington ya comenzó a soltarle la mano a Mubarak. *Clarin*, Buenos Aires, 31 de janeiro de 2011.
LUKACS, John. *A Última Guerra Europeia.* Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.
LUZZANI, Telma. La redistribución del ingreso y la paz, grandes urgencias para el futuro israelí. *Clarín*, Buenos Aires, 15 de janeiro de 2006.
LY, Mamadou. *Iran 1978-1982*. Una rivoluzione reazionaria contro il sistema. Firenze, Prospettiva, 2003.
MAALOUF, Amin. *Les Croisades Vues par les Arabes.* Paris, J. C. Lattes, 1983
MAALUF, Ramez Philippe. Acordo nuclear: rendição do Irã e a reação russa na Síria. *Correio da Cidadania*, São Paulo, 10 de novembro de 2015.
MacFARQUHAR, Neil. Irã lança ofensiva contra dissidentes. *The NewYork Times / Folha de S. Paulo*, 25 de junho de 2007.
MACHEDA, Francesco. *Dalla Crisi dei Mutui Subprime alla Grande Crisi Finanziaria*. Ancona, Università Politecnica delle Marche, 2009.

MACKEY, Sandra. *The Iranians*. Persia, Islam and the soul of a nation. Washinton, Dutton, 1996.
MAGDOFF, Harry. *The Age of Imperialism.* The economics of US foreign policy. Nova York, Monthly Review Press, 1969.
MAHFUZ, Nagib. *Entre Dois Palácios*. Rio de Janeiro, BestBolso, 2008.
MAIONE, Giuseppe. *L'Imperialismo Straccione*. Bolonha, Il Mulino, 1979.
MAJDOUBI, El Houssine. La revolución tunecina amenaza los otros regímenes del Magreb y Egipto. *El Pais*, Madrid, 15 de janeiro de 2011.
MALLAT, Raymond. *70 Years of Money Muddling in Lebanon: 1900-1970*. Beirute, Aleph, 1977.
MALRAUX, Clara. *La Fin et le Commencement.* Paris, Grasset, 1976.
MAMDANI, Mahmood. *Good Muslim, Bad Muslim.* America, the cold war, and the roots of terror. Nova York, Pantheon Books, 2004.
MANDEL, Ernest. *La Crise*. Paris, Flammarion, 1985.
MANDEL, Ernest; JABER, S. *Capital Financiero y Petrodólares: Acerca de la Última Fase del Imperialismo*. Barcelona, Anagrama, 1976.
MANDRAUD, Isabelle. En Tunisie, la révolution est en ligne. *Le Monde*, Paris, 18 de janeiro de 2011.
MANDRAUD, Isabelle. Les beurs du PS jugent la direction du parti trop timide. *Le Monde*, Paris, 20 de dezembro de 2005.
MANERA, Dante. *Revoluciones en Medio Oriente: Irak y Siria*. Buenos Aires, Centro Editor de América Latina, 1974.
MANGO, Andrew. *Atatürk: the Biography of the Founder of Modern Turkey*. Londres, Overlook Press, 2002.
MANSFIELD, Peter. *Nasser e a Revolução Egípcia.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.
MANTRAM, Robert. *Les Grandes Dates de l'Islam*. Paris, Larousse, 1990.
MARGULIES, Marcos. *Israel*. Origem de uma crise. São Paulo, Difel, 1967.
MARIE, Jean-Jacques. *El Trotskismo.* Barcelona, Península, 1973.
MARIK, Soma. BJP intensifica os ataques aos direitos democráticos. *IV Internacional*, São Paulo, novembro 1999.
MAROM, Ran. The bolcheviks and the Balfour Declaration. In: WISTRICH, Robert (org.). *The Left against Zion*. Londres, Vallentine/Mitchell, 1979.
MARTÍN, Gema. *El Estado Árabe.* Barcelona, Bellaterra, 2000.
MARTÍN, Javier. Lecciones de Persia. *El Pais*, Madrid, 1° de fevereiro de 2011.
MARTÍNEZ CARRERAS, José. *El Mundo Árabe e Israel*. Madri, Istmo, 1992.
MARTÍNEZ CARRERAS, José. *Revolución e Independencia del Mundo Árabe-Islámico.* Madri, Universidad Complutense, 2008.
MARTINS, José. *Império do Terror.* Estados Unidos, ciclos econômicos e guerras no início do século XXI. São Paulo, Sündermann, 2005.
MARX, Karl. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economia Política* [Grundrisse]. México, Siglo XXI, 1987).
MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Sobre el Modo de Producción Asiático.* Barcelona, Martinez Roca, 1969.
MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Sur la Religion.* Paris, Éditions Sociales, 1972.
MASPERO, Gabriel. *Histoire Ancienne des Peuples d'Orient.* Paris, Hachette, 1917.
MASSOULIÉ, François. *Os Conflitos do Oriente Médio*. São Paulo, Ática, 1996.
MATO GROSSO, Lejeune. A carta e a cartada do Irã. *Correio do Icarabe* nº 50, São Paulo, 12 de maio de 2006.
MATSAS, Savas Michael. La "guerra contra el terrorismo". *En Defensa del Marxismo* n° 34, Buenos Aires, dezembro 2006.
MATSAS, Savas-Michael. Irak: el referendum bajo la ocupación. *El Obrero Internacional* nº 4, Buenos Aires, dezembro de 2005.
MAYER, Arno J. *A Força da Tradição*. A persistência do Antigo Regime. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.
MAYER, Arno J. *La "Solution Finale" dans l´Histoire*. Paris, François Maspéro, 1983.
MAYER, Arno J. *Wilson vs. Lenin.* Political origins of the new diplomacy, 1917-1918. Nova York, Meridian Books, 1964.
MAYER, Arno J.*La "Solution Finale" dans l'Histoire.* Paris, La Découverte, 1990, pp. 506-507.
MAZARI, Shireen M. *Pak-US Relations: no Room for Illusions*. Islamabad, Institute of Strategic Studies, 2005.
McCARTAN, Brian. Trade and security in the 1990's. *Johns Hopkins Foreign Policy Institute*, Nova York, 1991.
McCOY, Alfred. The Bush legacy of legalized torture. *Tom Dispatch*, Nova York, 8 de fevereiro de 2006.
McDOWALL, David. *A Modern History of the Kurds*. Nova York, I. B. Tauris, 2008.
MCNALLY, David. Night in Tunisia: riots, strikes and a spreading insurgency. *The Bullet* n° 455, slp, 19 de janeiro de 2011.
MEDDEB, Abdelwahab. L'islamisme est la maladie de l'islam, mais les germes sont dans le texte. *Libération,* Paris, 23 de setembro de 2006.
MEDDEB, Abdelwahab. La "révolution du jasmin" signe la métamorphose de l'histoire. *Le Monde*, Paris, 18 de janeiro de 2011.
MEDDEB, Abdelwahab. *La Maladie de l'Islam*. Paris, Seuil, 2002.

MEHDI, Abbas et al. *Arab Migration in a Globalized World.* Genebra, International Organization for Migration, 2014.
MEHRDAD, Ardeshir; MATHER, Yasmine. Les rapports de classe de l'Islam politique avec le capital et avec les classes sociales. *Carré Rouge* nº 37, Paris, novembro 2006.
MELMAN, Yossi. Iran-Israël: derrière les anathèmes, on negocie em secret. *Courrier International/Ha´aretz* n° 841, Paris, 14 de dezembro de 2006.
MEMMI, Albert. *Retrato do Colonizado Precedido do Retrato do Colonizador*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
MEO, Leila M. T. *Lebanon: Improbable Nation.* Westport, Greenwood Press, 1976.
MERAD, Ali. *L'Islam Contemporain.* Paris, Presses Universitaires de France, 1990.
MERALI, Arzu. *Operation Grapes of Wrath.* Revisiting genocide. Londres, Islamic Human Rights Commission, julho 1996.
MEREDITH, Martin. *Diamonds, Gold and War*. Nova York, Public Affairs, 2007
MEYER, Karl E.; BRISSAC, Shareen Blair. *Torneo de Sombras.* El Gran Juego y la pugna por la hegemonía en Asia Central. Barcelona, RBA, 2008.
MIGUEL, Sergio. *Nasser*. São Paulo, Editora Três, 1974.
MILLER, Edward W. Lebanon, Israels killing fields. *Coastal Post*, Nova York, maio 1996.
MILMAN, Luis. Origem dos movimentos islâmicos revolucionários. *Revista Espaço Acadêmico* n° 35, São Paulo, Unesp, abril de 2004
MINCZELES, Henri. *Histoire Générale du Bund*. Um mouvement révolutionnaire juif. Paris, Denöel, 1999.
MINI, Fabio. Tsahal, una sconfitta da manuale. *Limes* n° 4/2006, Milão, outubro 2006.
MINOIS, Georges. *História do Ateísmo.* São Paulo, Editora Unesp, 2014.
MIQUEL, Pierre. *La Guerre d'Algérie.* Paris, Fayard, 1993.
MODZELEWSKI, Karol. *L'Europa dei Barbari.* Le culture tribali di fronte alla cultura romano-cristiana. Turim, Bollati Boringhieri, 2008.
MOHAN, Sulukshan. *Pakistan under Musharraf*. Nova Déli, Indian Publishing Distributors, 2000.
MOMANI, Bessma (entrevista). Primavera Árabe criou geração engajada. *Folha de S. Paulo*, 10 de fevereiro de 2016.
MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Formação do Império Americano.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.
MONTEFIORE, Simon Sebag*. Jerusalém.* São Paulo, Companhia das Letras, 2013.
MONTESQUIEU, Charles de. *Cartas Persas*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1960.
MONTESQUIEU, Charles de. *O Espirito das Leis.* São Paulo, Martins Fontes, 2000.
MORABIA, Alfred. *Le Gihad dans l'Islam Médiéval.* Paris, Albin Michel, 1993.
MOREIRA, Neiva; TRIAS, Vivian. *El Nasserismo y la Revolución en el Tercer Mundo.* Montevidéu, Banda Oriental, 1970.
MORIN, Edgar. *O Mundo Moderno e a Questão Judaica.* Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2007.
MORRIS, Benny . *The Birth of the Palestine Refugee Problem*. Nova York-Londres, Cambridge University Press, 1988.
MORRIS, Benny. *1948.* Israele e Palestina tra guerra e pace. Milão, Rizzoli, 2004.
MORRIS, Benny. *Israels Border Wars 1949-1956*. Tel Aviv, 1996.
MORRIS, Benny. *Righteous Victims*. Nova York, Vintage Books, 2001.
MORSE, Edward L. The next oil revolution. *Foreign Affairs*, Washington, inverno 1990-1991.
Morte de Bin Laden completa cinco anos. *O Estado de S. Paulo*, 1º de maio de 2016.
MOSTAFA, Omar. *Lucha de Clases en Egipto*. slp, junio-julio de 2008
MOUAL, Karima. Pane e semola ingredienti base nel Maghreb. *Il Sole 24 Ore*, Roma, 8 de janeiro de 2011.
MUELLER, John. *The Atomic Terrorist.* Chicago, University of Chicago Press, 2008.
MUNIER, S. Zionism and the Middle East: the aftermath of the Jewish-Arab war. *Fourth International*, slp, outubro 1949.
MUÑOZ, Juan Miguel. Duelo fratricida em Palestina. *El País,* Madri, 22 de janeiro de 2006.
MUÑOZ, Juan Miguel. El gobierno israelí reconoce que Hamas está actuando de manera responsable. *El País,* Madri, 30 de janeiro de 2006.
MYRE, Greg. For a Palestinian leader, the name's the thing. *International Herald Tribune*, Washington, 23 de janeiro de 2006.
NAHAVANDI, Houchang. *Iran, Deux Rêves Brisés.* Paris, Albin Michel, 1980.
NAHAVANDI, Houchang. *L´Iran 1940-1980.* Crise, revolution et tragédie. Paris, IREP, 1981.
NAÏR, Sami. Pourquoi cette montée de l'islamisme? *Le Monde Diplomatique*, Paris, agosto 1997.
NAKAGAWA, Fernando; SILVA Jr., Altamiro. Nova ordem energética. *O Estado de S. Paulo*, 14 de fevereiro de 2016.
NAQAVÍ, Ali Muhammad. *Islam y Nacionalismo.* Buenos Aires, Alborada, 1987.
NASR, Vali. *The Vanguard of the Islamic Revolution*. The Jama'at-i Islami of Pakistan. Los Angeles, University of California Press, 1994.
NASR, Vali. When the chiites rise. *Foreign Affairs*, Nova York, julho/agosto de 2006.
NASSER, Gamal Abdel et al. *Nasserismo y Marxismo*. Buenos Aires, Jorge Álvarez, 1965.
NASSER, Salem. O combate ao Estado Islâmico é uma ficção. In: *http://brasileiros.com.br/2015.*

Nazione ed etnie nell´Iran moderno. *Lotta Comunista* n° 439, Milão, março 2007.
NEGRI, Alberto. Esercito arbitro del nuovo corso. *Il Sole 24 Ore*, Roma, 2 de fevereiro de 2011.
NEGRI, Alberto. Khaled Said, il martire che ha acceso la piazza. *Il Sole 24 Ore*, Roma, 1° de fevereiro de 2011.
NEGRI, Alberto. Mubarak si agrappa ai generali. *Il Sole 24 Ore*, Roma, 29 de janeiro de 2011.
NEHER-BERNHEIM, Renée. *Histoire Juive de la Révolution à l'État d'Israel.* Paris, Seuil, 2002.
NICOLLE, David. *Atlas Histórico del Mundo Islámico*. Madri, Edimat Libros, 2004.
NICOSIA, Francis R. *Zionism and Anti-Semitism in Nazi Germany*. Nova York, Cambridge University Press, 2008.
NICOSIA, Francis R. *The Third Reich & the Palestine Question.* Nova Jersey, Transaction, 2000.
NIRENSTEIN, Fiamma. *Il Califfo e l'Ayatollah*. Milão, Mondadori, 2015.
NOJA, Sergio. *Breve Storia dei Popoli Arabi*. Milão, Arnaldo Mondadori, 1997.
NOUGAYRÈDE, Natalie. La diplomatie française a-t-elle échoué en Tunisie? *Le Monde*, Paris, 22 de janeiro de 2011.
NOUSCHI, André. *Luttes Petrolières au Proche-Orient*. Paris, Flammarion, 1970.
NOVACK, George. *El Desarrollo Desigual y Combinado en la Historia Mundial*. La Paz, Trinchera, sdp.
NOVAES, Washington. Fim do braço armado. In: CARLOS, Newton (ed.). *Irã*. A força de um povo e de sua religião. Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, 1979.
NOVICK, Paul. *Solution for Palestine*. The Chamberlain White Paper. Nova York, National Council of Jewish Communists, 1939.
NYQUIST, Jeffrey. Cortejando guerra com a América. In: *www. MidiaSemMascara.org*, 14 de julho de 2004.
OBAMA, Barack (entrevista). The Obama doctrine. *The Atlantic*, Nova York, abril 2016.
Official biography of Ariel Sharon, Israeli Ministry of Foreign Affairs, *http://www.israel-mfa.gov.il* .
Olmert anuncia plano para anexar blocos de colônias na Cisjordânia. *O Estado de S. Paulo*, 8 de fevereiro de 2006.
OMRI, Mohamed-Salah. UGTT and the Tunisiam path to revolution and transitiomn. *Workers of the World* vol. 1 nº 7, slp, novembro 2015.
ONU (Organização das Nações Unidas). *Damage to the Lebanese Infrastructure during the Israeli Operation Grapes of Wrath*. Genebra, abril de 1996.
ONU. *Damage to the Lebanese Infrastructure During the Israeli Operation Grapes of Wrath*, abril de 1996.
OSMAN, Tarek. *Egypt on the Brink.* Nova York, Yale University Press, 2010.
OSTROGORSKY, Georg. *Storia dell'Impero Bizantino.* Turim, Einaudi, 2005.
OUBLAMER, Mezioud. *Le Cauchemar Imigré*. Paris, Lebovici, 1986.
OUFKIR, Abdelatif. Abdelkrim Al-Jattabi y la resistencia anticolonial en Marruecos. *Revista Alif Nûn*, Madri, Kálamo Libros, janeiro de 2012.
OVIEDO, Luis. Irak: Los yanquis reculan *El Obrero Internacional* nº 5, Buenos Aires, janeiro de 2006.
OWEN, Roger. Egipto y Europa: de la expedición francesa a la ocupación británica. In: OWEN, Roger; SUTCLIFFE, Bob. *Estudios sobre la Teoría del Imperialismo.* México, ERA, 1978.
PABLO, Michael. *The Arab Revolution.* Londres, Fourth International, 1960.
PADOVER, Saul K. *L'Anno Zero.* Turim, UTET, 2003.
PAJUH, Fariba. Il Partito di Dio visto da Teheran. *Limes* n° 4/2006, Milão, outubro 2006.
PALA, Gianfranco. Iran, Irak, petrolio, oro e altro ancora. *La Contraddizione* n° 114, Roma, maio 2006.
PANELLA, Carlo. *Il Libro Nero del Califfato*. Milão, RCS Libri, 2015.
PAPPE, Ilan. *A History of Modern Palestine.* One land, two peoples. Nova York, Cambridge University Press, 2006.
PAPPE, Ilan. Fortaleza Israel. In: *www. rebelion.org.* 26 de maio de 2005.
PAPPE, Ilan. *La Pulizia Etnica della Palestina.* Roma, Fazi, 2008.
PAPPE, Ilan. *The Making of the Arab-Israeli Conflict 1947-1951*. Londres, I. B.Tauris, 1992.
PAPPE, Ilan. There is no peace movement in Israel. In: *www.cmaq.net/es/node.php?id=21684*, 14 de julho de 2005.
PARAIN, Charles. *La Méditerranée: les Hommes et Leurs Travaux*. Paris, Gallimard, 1936.
PARKES, James. *Antisemitismo*. Buenos Aires, Paidós, 1965.
PARRAS, Ángel. Sobre o islamismo. *Marxismo Vivo* n° 11, São Paulo, 2004.
PARSI, Trita. *Treacherous Alliance.* The secret dealings of Israel, Iran and the U.S. Nova York, Yale University Press, 2007.
PARSI, Trita. Under the veil of ideology: the Israeli-Iranian strategic rivalry. *Middle East Report On-Line*, 9 de junho de 2006.
PAVONCELLO, Cesare. Le carte della pace. *Limes* n° 4/2006, Milão, outubro 2006.
PAYNE, Robert. *Lawrence de Arabia*. Rio de Janeiro, Bruguera, sdp.
PAZ, Reuven. Between ideology and strategy. *Middle East Roundtable*, Ed. 31, Vol. 3, 18 de agosto de 2005.
PEARCE, Brian (ed). *Congress of the Peoples of the East.* Baku, September 1920. Londres, New Park Publications, 1977.
PEDATZUR, Reuven. Il triangolo Gaza-Israele-Egitto. *Limes* n° 4/2006, Milão, outubro 2006.
PELLETIERE, Stephen C. The Iran-Iraq War: Chaos in a Vacuum. Nova York, Praeger Publishers, 1992.
PELLICANI, Luciano. *Jihad: le Radici*. Roma, Luiss University Press, 2004.

PERICÁS, Luiz B. Israel e Palestina. *IV Internacional*, São Paulo, maio de 2002.
PERRAULT, Gilles. *A Orquestra Vermelha*. Buenos Aires, Sudamericana, 1973.
PERRIN, Jean-Pierre. La Tunisie, nouvel horizon du monde arabe. *Libération*, Paris, 17 de janeiro de 2011.
PETERS, Rudolph. *Jihad in Mediaeval and Modern Islam*. Londres, Brill Academic Pub, 1977.
PETRAS, James. Israel's war deadline: Iran in the crosshairs. In: *www.globalresearch.ca*.
PFAFF, William. Islam and the West. *The New Yorker*, Nova York, março 1991.
PFEFFER, Anshel. Shadow boxing with Iran, *The Jerusalem Post*, 22 de janeiro de 2006.
PI Y MARGALL, Francesc. *Las Nacionalidades.* Buenos Aires, Americalee, 1946.
PIATERO, Mario. Obama: subito riforme in Egitto. *Il Sole 24 Ore*, Roma, 30 de janeiro de 2011.
PIRENNE, Henri. *Maometto e Carlomagno*. Roma, Newton & Compton, 1994.
POERNER, Arthur J. *Argélia: o Caminho da Independência.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.
POLITI, Marco. "Sì al dialogo tra le religioni, ma evitare l'ambiguità". *La Repubblica*, Roma, 4 de novembro de 2006.
POMMIER, Serge. *L'Egypte, l'Envers du Décor*. Paris, La Découverte, 2008.
PORTER, Henry. How we move ever closer to becoming a totalitarian state. *The Observer*, Londres, 5 de março de 2006.
POSTEL, Danny. *Reading Legitimation Crisis in Tehran*. Iran and the future of liberalism. Nova York, Prickly Paradigm, 2007.
PROCACCI, Giuliano. *Storia del Mondo Contemporaneo.* Roma, Riuniti, 1999.
PUCHOT, Pierre. El sindicato UGTT se convierte en el actor político principal. *Mediapart*, 20 de janeiro de 2011.
QASSEM, Naim. *Hizbullah: the Story from Within.* Londres, Saqi, 2005.
QUATAERT, Donald. *The Ottoman Empire.* Nova York, Cambridge University Press, 2000.
QUESNEL, Albert et al. *O Egito: Mitos e Lendas*. São Paulo, Ática, 1993.
QUINIOU, Yvon. *L'Homme selon Marx.* Pour une anthropologie matérialiste. Paris, Kimé, 2011.
RAGIONIERI, Rodolfo. *Il Golfo delle Guerre*. Islam, nazionalismo, superpotenze. Firenze, Cultura della Pace, 1991.
RAI, Milan. *Iraque*. Plano de guerra. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2003.
RAMONET, Ignacio. Labyrinthe palestinien. *Le Monde Diplomatique*, Paris, dezembro de 2006.
RAMPOLDI, Guido. Maghreb, le colpe dell'Europa. *La Repubblica*, Roma, 16 de janeiro de 2011.
RANCIÈRE, Jacques. A nova querela do Holocausto. *Folha de S. Paulo*, 8 de abril de 2001.
RAPOPORT, Meron. Quitter Gaza pour mieux garder la Cisjordanie. *Le Monde Diplomatique*, Paris, agosto 2005.
RASHID, Ahmed. *Descenso al Caos.* EEUU y el fracaso de la construcción nacional en Pakistán, Afganistán y Asia Central. Barcelona, Península, 2009.
RATTNER, Henrique (org.). *Nos Caminhos da Diáspora*. São Paulo, Centro Brasileiro de Estudos Judaicos, 1972.
REDAELLI, Riccardo. *Il Fondamentalismo Islamico*. Florença, Giunti, 2003.
REEVES, Richard. *Passage to Peshawar*. Nova York, Simon & Schuster, 1984.
REINHART, Tanya. O ataque do Hezbollah? Foi o único ato de solidariedade com Gaza. *NCeHu* 794/06.
REYNOLDS, Richard T. *Heart of the Storm: The Genesis of the Air Campaign Against Iraq.* Alabama, Air University Press, 1995.
RICARD, Philippe. L´UE conditionne son aide à l´attitude du Hamas. *Le Monde*, Paris, 31 de janeiro de 2006.
RICHARD, Yann *L'Iran*. Naissance d'une République Islamique. Paris, Martinière, 2007.
RICHARD, Yann. Une perestroïka iranienne. *Les Cahiers de l´Orient* n° 18, Paris, julho 1990.
RICHARDSON, Doug. *Weapons of the Gulf War*. Londres, Salamander Books, 1991.
RICHMAN, Sheldon L. The Golan Heights: a history of Israeli aggression. *Washington Report on Middle East Affairs*, novembro 1991.
RICKS, Thomas E. *Fiasco*. The American military adventure in Iraq, 2003-2005. Londres, Penguin Books, 2007.
RIEDEL, Bruce. Al Qaeda sonha com uma guerra entre os EUA e Irã. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 14 de maio de 2007.
RIEZNIK, Pablo. Sobre el Estado de Israel y el nacionalismo árabe. *Prensa Obrera* n° 968, Buenos Aires, 20 de outubro de 2006.
RILEY-SMITH, Jonathan. *The First Crusaders, 1095-1131*. Londres-Nova York, Cambridge University Press, 1998.
RIPLEY, Tim. *Ejércitos de Tierra de la Guerra del Golfo*. Madri, Ediciones del Prado, 1998.
RIZZI, Franco. *Mediterraneo in Rivolta*. Roma, Castelvecchi, sdp.
ROBINSON, Adam. *Bin Laden*. Behind the mask of the terrorist. Nova Déli, Vision Books, 2001.
ROCHAT, Giorgio. *Il Colonialismo Italiano*. Turim, Loescher, 1973.
ROCKACK, Livia. *Israel's Sacred Terrorism*. Belmont, Arab-American University Graduate Press, 1986.
RODINSON, Maxime. *Islam y Capitalismo.* Buenos Aires, Siglo XXI, 1973.
RODINSON, Maxime. *L´Islam: Politique et Croyance*. Paris, Arthème Fayard, 1993.
RODINSON, Maxime. *Los Árabes*. Madri, Siglo XXI, 2005.
RODRIGUES LIPPOLD, Walter Günther. O pensamento anticolonial de Fantz Fanon e a guerra de independência de Argélia. *Monographia* nº 1, Porto Alegre, 2005.

RODRIGUEZ GONZALEZ, Agustin Ramon. *Lepanto, la Batalla que Salvó a Europa*. Madri, Libreria de Náutica, 2004.
ROGAN, Eugene. *The Arabs*. A history. Londres, Allen Lane, 2009.
ROGAN, Eugene. *The Fall of the Ottomans*. Londres, Penguin Books, 2015.
ROLF, Sidney; BURTLE, James. *O Sistema Monetário Mundial.* Rio de Janeiro, Zahar, 1975.
RONCAYOLO, Marcel. *Le Monde Contemporain*. De la Seconde Guerra Mondiale à nos jours. Paris, Robert Laffont, 1985.
ROSDOLSKY, Roman. *Friedrich Engels y el Problema de los Pueblos sin Historia. México*, Siglo XXI-Pasado y Presente, 1980.
ROSEMAN, Alejandro . *Il Protocollo del Wannsee e la Soluzione Finale*. Milão, Mondadori, 2014.
ROSENFELD, Stephen. Israel and Syria: correcting the record. *Washington Post*, 24 de dezembro de 1999.
ROSS, Michael L. *A Maldição do Petróleo*. Porto Alegre, Citadel Grupo Editorial, 2015.
ROTSCHILD, Jon. How the arabs were driven out of Palestine. *Intercontinental Press*, nº 38, Nova York, 1973.
ROUDI-FAHIMI, Farzaneh. Iran's family planning program: responding to a nation's needs. *Population Reference Bureau*, Washington, junho 2002.
ROUGIER, Louis. *Le Génie de l'Occident.* Paris, Robert Laffont, 1969.
ROUSSET, Pierre; SABADO, François. Les attentats du 13 novembre à Paris. *Ni Patrie ni Frontières* n° 52-53, Paris, dezembro 2015.
ROUX, Gaston. *Mesopotamia*. Historia política, económica y cultural. Madri, Akal, 1987.
ROUX, Jean-Paul. *Un Choc de Religions*. La longue guerre de l'islam et de la chrétienté. Paris, Fayard, 2007.
ROVERI, Nicolás. El derrumbe del precio del crudo revela que la crisis iniciada en 2008 sigue vigente. *Prensa Obrera* nº 1390 , Buenos Aires, 20 de janeiro de 2016.
ROXBURGH, Angus. *The Strongman.*Vladimir Putin and the struggle for Russia. Londres, I. B. Tauris, 2012.
ROY, Olivier. *Genealogía del Islamismo.* Barcelona, Bellaterra, 1996.
ROY, Olivier. *Globalised Islam.* The search for a new Ummah. Nova Déli, Rupa Press, 2005.
ROY, Olivier. *Les Illusions du 11 Septembre*. Paris, Seuil, 2002.
ROY, Olivier. *The Failure of Political Islam*. Nova York, Harvard University Press, 1994.
ROY, Olivier.*L'Islam Mondialisé.* Paris, Seuil, 2004.
ROY, Sara. A economia de Gaza. *Z Magazine*, São Paulo, 9 de outubro de 2006.
ROZENBERG, Danielle. *L'Espagne Contemporaine et la Question Juive*. Toulouse, Presses Universitaires du Mirail, 2006.
RUBIN, Barry. Il suicidio arabo. *Limes* n° 4/2006, Milão, outubro 2006.
RUPPE, David, Preemptive nuclear war in a state of readiness: US Command declares global strike capability, In: *www.globalresearch.ca*, 2 de dezembro de 2005.
RUSHDIE, Salman. O lugar mais perigoso do mundo. *Folha de São Paulo*, 2 de junho de 2002.
SACHAR, Howard. *A History of Israel.* From the rise of zionism to our time. Nova York, Afred A. Knopf, 1979.
SADEQ, Adli (entrevista). La réalité forcera à faire des concessions. *Courrier International* nº 796, Paris, 2 de fevereiro de 2006.
SAFIEDDINE, Hicham. Tomorrow's Tunis and Egypt: reform or revolution? *The Bullet* n° 457, 1° de fevereiro de 2011.
SAGASTUME, Jorge. Nasserismo y socialismo. *Fichas de Investigación Económica y Social* n° 9, Buenos Aires, abril-maio 1966.
SAGEMAN, Marc. *Understanding Terror Networks*. Filadélfia, University of Pennsylvania Press, 2004.
SAGHIEH, Hazem et al. Islamisme: porquoi il triomphe? (Dossier). *Courrier International* nº 795, Paris, 26 de janeiro de 2006.
SAGHIEH, Hazem et al. Islamisme: porquoi il triomphe? *Courrier International* nº 795, Paris, 26 de janeiro de 2006.
SAÏD, Edward. O choque de ignorâncias. *Folha Online*, São Paulo, 17 de outubro de 2001.
SAÏD, Edward. O panorama da oposição. *Al-Ahram*, 8-14 de junho de 2000.
SAïD, Edward. *Orientalismo.* São Paulo, Companhia das Letras, 2002.
SAÏD, Edward. Palestina: temos que abrir a segunda frente. *Rebelión*, 15 de abril de 2001.
SAÏD, Edward. *The Question of Palestine.* Nova York, Vintage Books, 1980.
SAINTE MARIE, François de. *¿Es Rojo el Irak?* Barcelona, Plaza & Janés, 1961.
SALAM, Elie A. Arab-American relations: an interpretative essay. In: KIM, Han-Kyo (ed.). *Essays on Modern Politics and History*. Athens, Ohio University Press, 1969.
SALIBI, Kamal S. *Crossroads to Civil War: Lebanon 1958-1976.* Londres, Ithaca Press, 1976.
SALIBI, Kamal S. *The Modern History of Lebanon*. Westport, Greenwood Press Publisher, 1976.
SALINGER, Pierre; LAURENT, Étienne. *Guerre du Golfe: le Dossier Secret.* Paris, Olivier Orban, 1990.
SAMMARCO, Angelo. La verità sulla questione del Canale di Suez. *Oriente Moderno* n° 1, Roma, janeiro 1939.
SAND, Shlomo. *A Invenção da Terra de Israel.* São Paulo, Saraiva, 2014.
SAND, Shlomo. *Comment le Peuple Juif fut Inventé.* De la Bible au sionisme. Paris, Fayard, 2008.
SANGRONIS PADRÓN, Joel. Irán: el ajedrez mundial del petróleo.In: *www.alainet.org*, 15 de maio de 2007.

SANTARELLI, Enzo. Come à stata costruita la guerra del Golfo. In: RUOLO, Giorgio (ed.). *Per un Aggiornamento della Teoria dell´Imperialismo.* Milão, Punto Rosso, 1994.
SANZ, Luis. *Guerra y Revolución en Palestina*. Madri, Zero, 1976.
SARTRE, Jean-Paul (ed.). *Le Conflit Israelo-Arabe*. Paris, Les Temps Modernes/Les Presses d´Aujourd´hui, 1968.
SARTRE, Jean-Paul. Le colonialisme est un système. *Les Temps Modernes* nº 123, Paris, março-abril de 1956.
SAVRAN, Sungur. La sirianización de Turquia. In: *http://redmed.org/es/article*, novembro de 2015.
SAWIRIS, Naguib. Non è l'Iran, nasce la vera democrazia. *Il Sole 24 Ore*, Roma, 2 de fevereiro de 2011.
SAYGH, Yussif Abdallah. *Economies of the Arab World.* Development since 1945. Londres, Croom Helm, 1978.
SCAHILL, Jeremy. *Blackwater*. A ascensão do exército mercenário mais poderoso do mundo. São Paulo, Companhia das Letras, 2008
SCARCIA AMORETTI, Biancamaria. *Il Mondo Musulmano*. Quindici secoli di storia. Roma, Carocci, 2005.
SCARCIA, Biancamaria. *Il Mondo dell'Islam*. Roma, Riuniti, 1981.
SCHETTINO, Ferdinando. *Medio Oriente*. L'epicentro dela storia. Roma, Idea, 2008.
SCHETTINO, Francesco. La crisi irrisolta. *La Contraddizione* nº 154, Roma, março-maio 2016.
SCHIFF, Zeev; YA´ARI, Ehud. *Israel´s Lebanon War*. Nova York, Simon & Schuster, 1984.
SCHIRAZI, Asghar. *The Constitution of Iran*. Londres, I. B. Tauris, 1997.
SCHOENMAN, Ralph. *Historia Oculta del Sionismo*. Barcelona, Marxismo y Acción, 1988.
SCHUEFTAN, Dan. L'attaco all'Iran è inevitabile. *Limes* n° 4/2006, Milão, outubro 2006.
SCHUON, Frithjof. *Para Compreender o Islã*. Rio de Janeiro, Nova Era, 2006.
SCUTO, Fabio. Egitto sull'orlo della guerra civile. *La Repubblica*, Roma, 26 de janeiro de 2011.
SÉROUYA, Henri. *La Pensée Arabe*. Paris, Presses Universitaires de France, 1960.
SESSA, Alfredo. Il caos Egitto spiazza le imprese. *Il Sole 24 Ore*, Roma, 29 de janeiro de 2011.
SHADID, Anthony. A time of tumult in the Arab world. *The New York Times*, 24 de janeiro de 2011.
SHAHVAR, Soli. Il regime iraniano è un pericolo per tutti. *Limes* n° 4/2006, Milão, outubro 2006.
SHAWRASH, Sami. L´Iran, un allié objectif de l´armée turque. *Al-Hayat* / *Courrier International* n° 870, Paris, 5 de julho de 2007.
SHEHADIM, Nadim; HAFFAR MILLS, Dana. *Lebanon: a History of Conflict and Consensus*. Londres, I. B. Tauris, 1988.
SIAN, Katy et al. *Racism, Governance and Public Policy*. Londres, Routledge, 2012.
SIBNY, Daniel. *Le Grand Malentendu: Islam, Israël, Occident.* Paris, Odile Jacob, 2015.
SIDDIQI, Moin. Gulf Cooperation Council goes for growth. *The Middle East* nº 370, Londres, dezembro 2006.
SIDDIQI, Moin. Iran´s buy back deals. *The Middle East* n° 376, Londres, março 2007.
SIDHU, Waheguru Pal Singh; THAKUR, Ramesh. *Arms Control After Iraq: Normative and Operational Challenges*. Tóquio, UNU Press, 2006.
SILVERMAN, Erica. Palestine: Islam in life. *Al-Ahram Weekly*, El Cairo, janeiro de 2006.
SINOUÉ, Gilbert. *El Último Faraón*. Barcelona, Zeta, 2006.
SIVANANDAN, A. Comment comprendre la montée du racisme anti-musulman? *Socialisme International* n° 17, in: www.revue-socialisme.org.
SLEZKINE, Yuri. *Le Siècle Juif.* Paris, La Découverte, 2009.
SLOTERDIJK, Peter. *Colère et Temps*. Paris, Libella-Maren Sell, 2007.
SMITH, Barbara J. *The Roots of Separatism in Palestine*. British economic policy 1920-1929. Nova York, Syracuse University Press, 1992.
SMITH, Charles D. *Palestine and Arab-Israeli Conflict.* Boston, Bedford & San Martin´s, 2007.
SMITH, Craig S. Hamas "político" seguirá hostil a Israel. *Folha de S. Paulo*, 15 de janeiro de 2006.
SMITH, Murray. *Global Capitalism in Crisis*. Montréal, Fernwood, 2009.
SMITH, Pamela Ann. The Palestinian diaspora, 1948-1985. *Journal of Palestinians Studies*, Nova York, Vol. XV nº. 3, 1986.
SNYDER, Timothy. *Terras de Sangue*. A Europa entre Hitler e Stalin. Rio de Janeiro, Record, 2012.
SOARES, Jurandir. *Israel e Palestina*. As raízes do ódio. Porto Alegre, UFRGS Editora, 2004.
SORMAN, Guy. A prova da Índia. *O Estado de São Paulo*, 13 de janeiro de 2002.
SOUEIF, Ahdaf. *Cairo*. My city, our revolution. Londres, Bloomsbury, 2011.
SOURDEL, Dominique. *El Islam*. Barcelona, Oikos-Tau, 1973.
SOWELL, Thomas. The Thomas Sowell Reader. Nova York, Basic Books, 2011.
SPITAELS, Guy. *La Triple Insurrection Islamiste*. Paris, Fayard/Luc Pire, 2005.
STALKER, Peter. *Les Travailleurs Immigrés*. Genebra, Bureau International du Travail, 1995.
STANIK, Joseph T. *El Dorado Canyon: Reagan's Undeclared War with Qaddafi*. Annapolis, Naval Institute Press, 2003.
STEELE, Jonathan. Como os dois lados puderam errar tanto? *The Guardian* / *O Estado de S. Paulo*, 22 de julho de 2006.
STERLING, Claire. *Terrorismo.* La red internacional. Buenos Aires, Lasser Press, 1982.
STIGLITZ, Joseph (entrevista). Guerra pode custar quase US$ 2 tri. *Folha de S. Paulo*, 12 de janeiro de 2006.

STORA, Benjamin. *Le 89 Arabe*. Paris, Stock, 2011.
STRATHERN, Paul. *Napoleón en Egito.* Barcelona, Planeta, 2009.
STROUHAL, E. *La Vida en el Antiguo Egito.* Barcelona, Folio, 2007.
STRUDWICK, Nicolas. *The Administration of Egypt in the Old Kingdom.* Londres, Macmillan, 1985.
SULEIMAN, Michael (ed.) *Arabs in America*. Building a new future. Filadélfia, Temple University Press, 1999.
TABOR, James D. *A Dinastia de Jesus*. Rio de Janeiro, Ediouro, 2006.
TAHERI, Amir. *The Spirit of Allah*. Londres, Hutchinson, 1994.
TAIA, Abdellah. Le réveil du peuple arabe. *Le Monde*, Paris, 16 de janeiro de 2011.
TAKEYH, Ray. The Iran-Iraq war: a reassessment. *The Middle East Journal*, Londres, Vol. 64, nº 3, verão 2010.
TAKEYH, Ray. Time for détente with Iran. *Foreign Policy* n° 2, vol. 86, Nova York, março 2007.
TATAKIS, Basil. *Byzantine Philosophy.* Indianapolis, Hackett Publishing, 1984.
TATE, George. *L'Orient des Croisades*. Paris, Gallimard, 1991
TEITELBAUM, Alejandro . El Holocausto y las grandes empresas. *El Diplô* nº 69, Buenos Aires, março 2005.
TELLIOER, Frédéric. Iran: totalitarisme ou révolution invisible? *Le Nouvel Observateur.* Paris, 24 de maio de 2007.
TERUEL-MANIA, Pierre. *De Lénine au Panzer-Communisme.* Paris, François Maspero, 1971.
Teses do Grupo Trotskista Palestino (1948). *A Verdade* n° 36, São Paulo, abril de 2004.
TESÓN, Nuria. ¿Quiénes hacen la revolución? *El Pais*, Madrid, 30 de janeiro de 2011.
TESÓN, Nuria. Toda la oposición se une detrás de El Baradei. *El Pais*, Madrid, 1° de fevereiro de 2011.
The Israeli Massacre of Civilians at Qana. *The Arab Journal*, slp, 18 de abril de 1997.
THOMAS, Martin. De l'Islam politique au clerical-fascisme. *Ni Patrie ni Frontières* n° 52-53, Paris, dezembro 2015.
TIBI, Bassam. *The Challenge of Fundamentalism*. Political Islam and the new world disorder. Los Angeles, University of California Press, 1998.
TIRAM, Sasson. US Undersecretary of State burns: we have to confront Iran. *The Jerusalem Post*, 22 de janeiro de 2006.
TOMICHE, Nada. *L'Égypte Moderne*. Paris, Presses Universitaires de France, 1966.
TOOZE, Adam. *Le Salaire de La Destruction*. Formation et ruine de l'économie nazie. Paris, Les Belles Lettres, 2012.
TORBAT, Akbar E. Soft coup in Iran: western allies coerce Iran into capitulating its nuclear program. *Global Research*, 19 de agosto de 2015.
TOSCANO, Roberto. Perché vale la pena di scommetere sull'Iran. *La Repubblica*, Roma, 7 de junho de 2016.
TRABOULSI, Fawwaz. *A Modern History of Lebanon*. Londres, Pluto Press, 2007.
TRAMBALLI, Ugo. Israele rischia l'isolamento nell'area. *Il Sole 24 Ore*, Roma, 2 de fevereiro de 2011.
TRAVERSO, Enzo. *Les Marxistes et la Question Juive*. Paris, Kimé, 1997.
TREPPER, Leopold. *O Grande Jogo*. São Paulo, Portugália, sdp.
TROMBETTA, Lorenzo. Il Líbano: uno, nessuno e centomilla. *Limes* n° 4/2006, Milão, outubro 2006.
TROTSKY, Leon. La guerre impérialiste et la révolution prolétarienne mondiale. In: *Les Congrès de la Quatrième Internationale*. Paris, La Brèche, 1978.
TROTSKY, Leon. *A Revolução Permanente.* São Paulo, Kairós, 1985.
TROTSKY, Leon. *El Fascismo.* Buenos Aires, CEPE, 1973.
TROTSKY, Leon. *On the Jewish Question*. Nova York, Pathfinder Press, 1994.
TROTSKY, Leon. *Programa de Transição.* Porto Alegre, Combate Socialista, s.d.p., p. 28.
TRUNK, Isaiah. *Judenrat*. Nova York, MacMillan, 1973.
TUMIATI, Peter. *Il Petrolio e Gli Arabi.* Milão, Longanesi, 1971.
Tunisie, le sursaut d'une nation. *Le Monde*, Paris, 20 de janeiro de 2011.
TUQUOI, Jean-Pierre. Les prédateurs du clan Ben Ali vus par les diplomates américains. *Le Monde*, Paris, 18 de janeiro de 2011.
URVOY, Dominique. *Les Penseurs Libres dans l'Islam Classique.* Paris, Flammarion, 1996.
VAKSBERG, Arkady . *Stalin Against the Jews*. Nova York, Vintage Books, 1995
VALDEVIT, Giampaolo. *Stati Uniti e Medio Oriente dal 1945 ad Oggi*. Roma, Carocci, 2003.
VALENZUELA, Joaquin. Enterrar a la momia. *El Pais*, Madrid, 1° de fevereiro de 2011.
Valli, Bernardo. Sull'Egitto il vento della rivolta. *La Repubblica*, Roma, 26 de janeiro de 2011.
VAN DOREN, Charles. *Uma Breve História do Conhecimento.* Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2012.
VARGA, Eugène. *Les Partis Social-Démocrates*. Paris, Bureau d'Éditions, sdp
VASCONCELOS, Álvaro de. O paradoxo democrático islâmico. *Valor Econômico*, São Paulo, 7 de fevereiro de 2006.
VAUGHIER-CHATERJEE, Anne. India. In: CORDELLIER, S. e DIDIOT, B. (orgs.), *L'État du Monde*. Paris, La Découverte, 1995.
VENEZIANI, Marcello. Ma la nostra è una società laica sì o no? *E Polis Roma*, 17 de outubro de 2006.
VENKUS, Robert E. *Raid On Qaddafi*. Nova York, St. Martin's Press, 1992.
VERCOUTTER, Jean. *O Egito Antigo*. São Paulo, Difel, 1980.
VIDAL, Dominique. Saint Sharon. *Le Monde Diplomatique*, Paris, janeiro de 2006.

VIDAL-NAQUET, Pierre. *Los Judíos, la Memoria y el Presente*. Mexico, FCE, 1996.
VINCI, Luigi. *Il Problema di Lenin*. Milão, Punto Rosso, 2014.
VIOLA, Sandro. La tempesta in Egitto che fa tremare Israele. *La Repubblica*, Roma, 3 de fevereiro de 2011.
VOLKOGONOV, Dimitri . *Trotsky.* The eternal revolutionary. Nova York, The Free Press, 1996.
WALLERSTEIN, Immanuel. *Islam, the West, and the World.* Lectures "Islam and World System", Oxford Centre for Islamic Studies, outubro de 1998.
WARSHAVSKI, Michel. One year after: second thoughts on the DOP. *News from Within*, Tel Aviv, 10 de novembro de 1994.
WARSHAVSKI, Michel. The principle of bi-nationalism and the right of self-determination. *News from Within*, Tel Aviv, 13 de março de 1998.
WARSHAWSKI, Michel. Bombes sur Gaza. *Rouge*, Paris, novembro de 2000.
WASSERSTEIN, Bernard. *Na Iminência do Extermínio.* A história dos judeus da Europa antes da Segunda Guerra Mundial. São Paulo, Cultrix, 2014.
WAWRO, Geoffrey. *America's Pursuit of Power in the Middle East*. Londres, Penguin Books, 2010.
WEBB, Maureen. *Illusions of Security.* Global surveillance and democracy in the post 9/11 world. San Francisco, City Lights, 2007.
WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo, Pioneira, 1976.
WEBER, Max. *Sociologia delle Religioni.* Turim, UTET, 2008.
WEIL, Josef. Una interpretación de la revolución en curso en el mundo árabe. *Marxismo Vivo* n° 2, São Paulo, outubro de 2011.
WEINBERGER, Caspar W.; ROBERTS, Gretchen. *In the Arena*. A memoir of the 20th Century. Nova York, Regnery Publishing, 2003.
WEINSTOCK, Nathan. *El Sionismo contra Israel.* Buenos Aires, Gosman, 1975.
WEINSTOCK, Nathan. *Le Pain de Misère*. Paris, La Découverte, 1986.
WEISS, Michael; HASSAN, Hassan. *Estado Islâmico*. Desvendando o exército do terror. São Paulo, Seoman, 2015.
WESSELING, Henri. *La Spartizione dell'Africa 1880-1914*. Milão, Corbaccio, 2001.
WESTERHOFF, Léa-Lisa. La presse de Tunisie épure sa langue en bois. *Libération*, Paris, 20 de janeiro de 2011.
WESTERN, Wilda Célia. *Alquimia de la Nación.* Nasserismo y poder. México, El Colegio de México, 1997.
WHITEHEAD, Andrew. *A Mission in Kashmir*. Nova Déli, Penguin India, 2007.
WIESEHÖFER, Josef. *Ancient Persia*. Londres, I.B. Tauris, 2007.
WILKINSON, Stephan. What we learned from the Suez crisis. *Military History* Vol. 28, n° 2, Leesburg, julho 2011.
WILLETT, Edward C. *Ayatollah Khomeini.* Nova York, Rosen Publishing Group, 2004.
WILLIAMS, Paul. *O Guia Completo das Cruzadas.* São Paulo, Madras, 2007.
WILLIAMS, Paul. *The Al Qaeda Connection.* International terrorism, organized crime, and the coming apocalypse. Nova York, Prometheus Books, 2005.
WINSLOW, Charles. *Lebanon: War & Politics in a Fragmented Society.* Londres, Routledge, 2005.
WISTRICH, Robert (org.). *The Left against Zion*. Londres, Vallentine/Mitchell, 1979.
WITTFOGEL, Karl. *Oriental Despotism*. A comparative study of total power. Nova York, Yale University Press, 1957.
WOOD, Ellen Meiksins. *The Origins of Capitalism*. A longer view. Londres, Verso Books, 2002.
WOOD, Stephen. Les origines de l'État Islamique. *Ni Patrie ni Frontières* n° 52-53, Paris, dezembro 2015.
WOODWARD, Bob. *Bush en Guerra.* Barcelona, Península, 2003.
WOODWARD, Bob. *VEIL*. Las guerras secretas de la CIA 1981-1987. Barcelona, Ediciones B, 1987.
WOOLF, Stuart J. *Il Fascismo in Europa*. Bari, Laterza, 1973.
WRIGHT, John. *The Emergence of Libya.* Historical essays. Londres, Society for Libyan Studies. 2008.
WRIGHT, Lawrence. *La Torre Elevada*. Al Qaeda y los orígenes del 11-S. Buenos Aires, Debate, 2011.
WRIGHT, Robin. *Dreams and Shadows: the Future of the Middle East*. Londres, Penguin Books, 2008.
WRIGHT, Robin. *In the Name of God*. The Khomeini decade. Nova York, Simon & Schuster, 1989.
YAGHI, Mohamed. Le Hamas a-t-il changé? *Al-Ayyam*, Ramallah, 25 de janeiro de 2006.
YAZBEK, Mustafá. *Argélia: a Guerra e a Independência.* São Paulo, Brasiliense, 1983.
YAZD, Aftab-e. Ahmadinejad récalé en économie. *Courrier International* n° 868, Paris, junho 2007.
YERGIN, Daniel. *O Petróleo*. Uma história de ganância, dinheiro e poder. São Paulo, Scritta, 1992.
YOUNG, Desmond. *Rommel.* Paris, Arthème Fayard, 1951.
ZABECKI, David T. Slugfest on the Suez. *Military History* Vol. 28, n° 2, Leesburg, julho 2011.
ZACCARA, Luciano. *Los Enigmas de Irán.* Sociedad y política en la República Islámica. Buenos Aires, Capital Intelectual, 2006.
ZARMANDILI, Bijan. La strada per l'impero iraniano passa per Beirut. *Limes* n° 4/2006, Milão, outubro 2006.
ZELENY, Jeff. Um fantasma que persegue a família Bush. *O Estado de S. Paulo / The New York Times*, 31 de dezembro de 2006.
Zionism and the Jewish Question in the Near East. *Fourth International*. Nova York, outubro de 1946.

ZIVIE-COCHE, Christiane. *Égypte*. Paris, Seuil, 1990.
ZUBEIDA, Sami. *Islam, the People and the State*. Londres, Routledge, 1989.
ZUNINI, Roberta. La saga dei Saud. *Il Fatto Quotidiano*, Roma, 7 de janeiro de 2016.

SOBRE O AUTOR

Osvaldo Coggiola estudou História e Economia na Universidade de Córdoba (Argentina) até ser dela expulso pelas autoridades universitárias do golpe militar de 1976. Foi preso politico nas ditaduras militares de Onganía e Lanusse, e também do governo de Isabel Perón. Concluiu seus estudos (licenciatura) nas disciplinas mencionadas na Universidade de Paris VIII, onde também fez o Mestrado em História. Doutorou-se em História Comparada das Sociedades Contemporâneas na *École des Hautes Études en Sciences Sociales*, em 1983, sob a orientação da Profa. Madeleine Rébérioux. Há 33 anos leciona na Universidade de São Paulo (USP), onde é Professor Titular de História Contemporânea e, atualmente, Chefe do Departamento de História, sendo especializado em História Econômica e História da América Latina. Publicou 67 livros e centenas de artigos em revistas especializadas e em todo tipo de meio de comunicação. Formou mais de 60 Mestres e Doutores na USP. É militante politico (Partido Obrero da Argentina) e dirigente sindical no Brasil, tendo sido vice-presidente da Adusp (Associação Docente da USP) e também do Andes-Sindicato Nacional (de professores universitários), em várias oportunidades. É pai de quatro filhos: Bianca, Mariana, André Rodrigo e Laura.